



DIAGNÓSTICO À REALIDADE SOCIAL DO PORTO

O CENÁRIO EM 2018

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

DIAGNÓSTICO À REALIDADE SOCIAL DO PORTO – O CENÁRIO EM 2018

COORDENAÇÃO NO MUNICÍPIO DO PORTO – PELOURO DA HABITAÇÃO E COESÃO SOCIAL

Fernando Paulo

COORDENAÇÃO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COESÃO SOCIAL E NA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DA REDE SOCIAL

Raquel Castello-Branco

Cláudia Costa

AUTORIA

SINCLAB – SOCIAL INCLUSION LABORATORY (FPCEUP)

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

Rui Serôdio¹

Alexandra Serra^{1,2}

José Albino Lima¹

CONTRIBUIDORES

Alexandra Serra

Rui Serôdio

José Albino Lima

Irene Gomes¹

Bruno Pinto¹

Luísa Catita¹

Hugo Guimarães¹

Madalena Catalino¹

Sofia Brito¹

Sandra Oliveira¹

Paula Silva³

Carla Oliveira³

Daniela Alves³

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

2. Instituto Universitário de Ciências da Saúde (IUCS, CESPU)

3. Departamento Municipal de Coesão Social, Divisão Municipal de Gestão da Rede Social

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	59
NOTA INTRODUTÓRIA	60
A. DEMOGRAFIA	65
A ATUALIDADE	69
POPULAÇÃO RESIDENTE: PERFIL E DINÂMICAS	69
RENOVAÇÃO POPULACIONAL: NASCIMENTOS, ÓBITOS E CRESCIMENTO NATURAL	77
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SALDOS POPULACIONAIS	83
RENOVAÇÃO POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	87
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	89
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA POPULACIONAL	91
FAMÍLIAS: TIPOLOGIAS E DINÂMICAS	96
SÍNTESE INTEGRATIVA	106
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	107
B. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	110
A ATUALIDADE	114
EMPREGO E EMPRESAS	114
PROFISSÕES E DINÂMICAS DE EMPREGO	118
RENDIMENTOS DE SALÁRIO E FATORES MODERADORES: SETOR DE ATIVIDADE, NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO, PROFISSÃO PRINCIPAL	126
POPULAÇÃO DESEMPREGADA	137
PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO	143
PENSÕES: TIPOLOGIAS E PERFIS DE BENEFICIÁRIAS/OS	150
ABONOS, ACORDOS E AÇÕES DE INSERÇÃO	156
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO: CONTEXTOS E PERFIS DE BENEFICIÁRIAS/OS	161
SÍNTESE INTEGRATIVA	178
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	180

C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	184
A ATUALIDADE	188
PERFIL E DINÂMICAS POPULACIONAIS	188
INSUCESSO, RETENÇÃO E ABANDONO ESCOLAR	200
INCLUSÃO DIGITAL: ACESSO A COMPUTADOR E INTERNET	208
CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL GLOBAL DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E OBRIGATÓRIO	210
CARACTERIZAÇÃO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	214
CARACTERIZAÇÃO DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO	217
CARACTERIZAÇÃO DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	220
CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO	223
CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL	227
ENSINO SUPERIOR: PERFIS E TIPOLOGIAS	231
APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	239
SÍNTESE INTEGRATIVA	243
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	245
D. SAÚDE	247
A ATUALIDADE	251
ESPERANÇA DE VIDA E TAXAS DE MORTALIDADE NO FETO E RECÉM-NASCIDO	251
NASCIMENTOS: INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ, PARTOS, IDADE DA MÃE E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	256
MORTALIDADE E MORBILIDADES	262
DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA	266
RECURSOS HUMANOS NO DOMÍNIO DA SAÚDE	273
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES: CAMAS, CONSULTAS, OCORRÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES E PESSOAL AO SERVIÇO	276
INDICADORES DE SAÚDE PARA OS ACES	280
ACES PORTO ORIENTAL: UTENTES INSCRITAS/OS E ACESSO A MÉDICA/O DE FAMÍLIA	282

ACES PORTO ORIENTAL: PERFIL DAS/OS UTENTES INSCRITAS/OS	285
ACES PORTO ORIENTAL: RECURSOS HUMANOS E ATOS MÉDICOS	288
ACES PORTO OCIDENTAL: UTENTES INSCRITAS/OS E ACESSO A MÉDICA/O DE FAMÍLIA	291
ACES PORTO OCIDENTAL: PERFIL DAS/OS UTENTES INSCRITAS/OS	294
ACES PORTO OCIDENTAL: RECURSOS HUMANOS E ATOS MÉDICOS	297
FARMÁCIAS E RECURSOS HUMANOS NAS FARMÁCIAS	300
ACES PORTO ORIENTAL: MEDICAMENTOS PRESCRITOS E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS ATIVOS	302
ACES PORTO OCIDENTAL: MEDICAMENTOS PRESCRITOS E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS ATIVOS	306
RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO	310
RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM VIH/SIDA	311
SÍNTESE INTEGRATIVA	312
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	315
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	318
E. HABITAÇÃO	321
A ATUALIDADE	325
CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO CONCELHIO	325
EDIFÍCIOS E AS QUESTÕES DA MOBILIDADE	333
LOTAÇÃO DOS EDIFÍCIOS	336
FONTES DE ENERGIA DOS EDIFÍCIOS	339
VENDA E ARRENDAMENTO	341
HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL: BAIROS, FOGOS, RENDAS E ANTIGUIDADE	344
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	350
TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	354
ESCOLARIDADE, TRABALHO E FONTES DE RENDIMENTO DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	357

SEXO, IDADE E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	364
TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	368
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	372
ESCALÃO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM IDADE INFERIOR A 18 ANOS	375
TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM IDADE INFERIOR A 18 ANOS	378
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL, SEXO E TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE	383
RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO	385
RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE A RESIDIREM EM FAMÍLIAS NUCLEARES SEM FILHOS	389
TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	393
PORTO SOLIDÁRIO – FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL	395
SÍNTESE INTEGRATIVA	397
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	400
A ATUALIDADE	406
CRIMES REGISTRADOS E TIPOLOGIAS DE CRIME	406
CRIMES POR TIPOLOGIA: "CONTRA PESSOAS", "CONTRA O PATRIMÓNIO", "CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE", "CONTRA O ESTADO" E DE "LEGISLAÇÃO AVULSA"	408
SÍNTESE INTEGRATIVA	413
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	414
G. IGUALDADE DE GÉNERO	416
A ATUALIDADE	421
PERFIL DEMOGRÁFICO POR SEXO	421

DESEMPREGO E DIFERENÇAS DE GÉNERO	424
TRABALHO E DIFERENÇAS DE GÉNERO	427
DIFERENÇAS DE GÉNERO NAS/OS BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI) E NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	432
SÍNTESE INTEGRATIVA	435
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	437
H. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS	439
H.1. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	441
A ATUALIDADE	444
CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS CRIANÇAS E DAS/OS JOVENS	444
ATIVIDADE DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	445
CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL DA ATIVIDADE DAS CPCJS	446
PROCESSOS ACOMPANHADOS NAS CPCJS POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA	451
PROCESSOS ACOMPANHADOS NAS CPCJS POR GRUPO ETÁRIO E POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA	453
PROCESSOS ACOMPANHADOS POR GRUPO ETÁRIO E POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA NA CPCJ CENTRAL, CPCJ OCIDENTAL E CPCJ ORIENTAL	456
ENTIDADES SINALIZADORAS E MODALIDADES DE CONTACTO	460
MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO	464
PROCESSOS ARQUIVADOS E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA ACIONADOS	466
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E EDUCATIVO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS	471
CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	480
PERFIL DE CONSUMOS DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	484
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	486

TIPO DE OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	493
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	496
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	498
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E TIPO DE OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	501
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E SEXO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	503
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	505
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	508
FONTE DE REFERENCIAÇÃO, SEXO E GRUPO ETÁRIO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)	511
RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	516
SÍNTESE INTEGRATIVA	519
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	521
H.2. POPULAÇÃO SÉNIOR	524
A ATUALIDADE	528
DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO SÉNIOR	528
ÍNDICES DEMOGRÁFICOS LIGADOS À SENIORIDADE: LONGEVIDADE, ENVELHECIMENTO E DEPENDÊNCIA	531

TIPOLOGIA FAMILIAR E RENDIMENTO DA POPULAÇÃO SÉNIOR	537
RESPOSTAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO SÉNIOR	540
SÍNTESE INTEGRATIVA	542
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	544
H.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	546
A ATUALIDADE	551
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU DIFICULDADE	551
TIPOLOGIA DE DIFICULDADE, DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	553
RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	556
SÍNTESE INTEGRATIVA	559
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	560
H.4. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS	562
A ATUALIDADE	566
CONSUMOS EM CONTEXTOS RECREATIVOS	566
CONSUMOS PROBLEMÁTICOS	567
CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E PERFIL EVOLUTIVO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	567
TIPO DE CONSUMO E SUBSTÂNCIAS CONSUMIDAS PELAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	571
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	577
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	584
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	587
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO	590
SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA	595
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA	598

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA	600
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA	602
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA	604
SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL	606
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL	609
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL	611
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL	613
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL	615
SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA	618
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA	621
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA	623
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA	625
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA	627
SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS	629
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS	632

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS	634
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS	636
FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS	638
RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS	640
SÍNTESE INTEGRATIVA	642
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	644
H.5. IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS	646
A ATUALIDADE	650
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE E PAÍS DE ORIGEM	650
TÍTULOS DE RESIDÊNCIA (TRS), VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (VLDS) E ESTATUTO DE RESIDENTE	652
SÍNTESE INTEGRATIVA	654
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	655
H.6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	657
A ATUALIDADE	661
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	661
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	662
APOIOS ECONÓMICOS CONCEDIDOS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	667
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA	668
INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA	670
SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA	672

CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA	674
ACONTECIMENTOS DE VIDA, FATORES DESENCADEADORES DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E REDES DE APOIO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO	676
SÍNTESE INTEGRATIVA	680
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	681
H.7. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	684
A ATUALIDADE	687
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	687
TIPO DE RELAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO COM O/A AGRESSOR/A E SITUAÇÃO RELATIVAMENTE À EXISTÊNCIA DE FILHAS/OS	691
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	693
TIPO, LOCAL E CONTEXTO TEMPORAL DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	694
FONTE DE DENÚNCIA DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	697
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS/OS AGRESSORAS/ES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	698
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS/OS AGRESSORAS/ES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO E REINCIDÊNCIA	701
VIOLÊNCIA NO NAMORO E NAS RELAÇÕES AMOROSAS	703
SÍNTESE INTEGRATIVA	705
POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	706
BIBLIOGRAFIA	708

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

A. DEMOGRAFIA

Figura A.1. População residente, Porto, 1981-2017 (em número; Fonte: INE)

Figura A.2. Movimentos pendulares das deslocações casa-trabalho, Porto, 2001-2011 (em número de deslocações diárias; Fonte: CMP, DMU, DMPU e DMPOT)

Figura A.3. População residente, por freguesia/união das freguesias, Porto, 2001-2011 (em número; Fonte: INE)

Figura A.4. População residente por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em número e percentagem; Fonte: INE)

Figura A.5. Variação da população residente, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2001-2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.6. Perfil etário da população residente, Porto, 1960-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.7. Perfil etário da população residente, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: INE)

Figura A.8. População residente, por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: INE)

Figura A.9. Nados-vivos e óbitos, Porto, 2014-2016 (em número; Fonte: INE)

Figura A.10. Taxa de crescimento natural, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.11. Taxa bruta de natalidade e mortalidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura A.12. Taxa bruta de natalidade e mortalidade, Porto, 2011-2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura A.13. Taxa de fecundidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2001-2016 (em permilagem; Fonte: Pordata)

Figura A.14. Índice sintético de fecundidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2001-2016 (em número; Fonte: Pordata)

Figura A.15. Taxa de crescimento migratório, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura A.16. População estrangeira residente, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: SEF)

Figura A.17. Taxa de crescimento efetivo, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura A.18. Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório, Porto, 2001-2016 (em número; Fonte: Pordata)

Figura A.19. Índice de renovação da população em idade ativa, Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.20. Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.21. Índice de envelhecimento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.22. Índice de envelhecimento, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.23. Índices de dependência total, idosos e jovens, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.24. Índice de dependência total, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.25. Índice de dependência de idosos, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.26. Índice de dependência de jovens, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.27. Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.28. Famílias clássicas unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos, Porto, 1991-2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.29. Núcleos familiares monoparentais, Portugal, Norte, Grande Porto e Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.30. Núcleos familiares monoparentais, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.31. Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura A.32. Casamentos e divórcios, Porto, 1984-2016 (em número; Fonte: Pordata)

Figura A.33. Casamentos por forma de celebração, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura A.34. Nados-vivos de mães residentes, por grupo etário, Porto, 1981-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura A.35. Nascimentos dentro e fora do casamento, Porto, 1960-2017 (em percentagem; Fonte: Pordata)

B. DINÂMICAS SÓCIOECONÓMICAS

Figura B.1. Pessoal ao serviço nas empresas, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)

Figura B.2. Pessoal ao serviço nas empresas por atividade económica (Divisão – CAE Rev.3), Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.3. Empresas, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)

Figura B.4. Empresas por dimensão, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)

Figura B.5. Taxa de atividade por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro B.1. Pessoal ao serviço nas empresas, por situação na profissão, Porto, 1985-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Quadro B.2. Pessoal ao serviço nas empresas, por situação na profissão, 1985-2013 (em número; Fonte: Pordata)

Quadro B.3. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por tipo de contrato, Porto, 2002 e 2009-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura B.6. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por tempo completo e tempo parcial, Porto, 2002 e 2009-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura B.7. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.8. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.9. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a profissão principal (CPP-10), Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.10. Pessoas singulares com registo de remunerações declaradas, por freguesia/união de freguesias e remuneração média no ano, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura B.11. Pessoas singulares com registo de contribuições declaradas, por freguesia/união de freguesias e remuneração média no ano, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura B.12. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, Porto, 2011-2015 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.13. Disparidades no ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.14. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o sexo, Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.15. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por nível de escolaridade, Porto, 2002-2013 (em euros; Fonte: Pordata)

Figura B.16. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, por nível de escolaridade, Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.17. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por categoria profissional, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura B.18. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por nível de qualificação, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura B.19. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a profissão principal (CPP-10), Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.20. Limiar de risco de pobreza, Portugal, 2003-2015 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.21. Distribuição do rendimento bruto declarado, deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.22. Taxa de desemprego e População Ativa, Porto, dezembro 2011 - dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.23. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, Porto, janeiro de 2014 - fevereiro de 2018 (em número; Fonte: IEFP)

Figura B.24. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, por grupo etário, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura B.25. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, por nível de escolaridade completo, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura B.26. Tempo de inscrição no IEFP e situação face à procura de emprego, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura B.27. Motivos da inscrição no centro de emprego, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura B.28. Beneficiárias/os de prestações de desemprego, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Figura B.29. Beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e subsídio social de desemprego subsequente, Porto, 2015 - 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Figura B.30. Beneficiárias/os de prestações de desemprego, por tipo de prestação e valor médio no ano, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Figura B.31. Beneficiárias/os do subsídio de desemprego, novas/os beneficiárias/os do subsídio de desemprego, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.32. Beneficiárias/os do subsídio de desemprego, por grupo etário, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura B.33. Valor médio anual do subsídio de desemprego, por sexo, Porto, 2016 (em euros; Fonte: INE)

Figura B.34. Valor médio mensal do subsídio de desemprego, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Figura B.35. Pensionistas por tipo de pensão e regime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura B.36. Valor médio anual, por tipo de pensão e regime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura B.37. Pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo nacional, Portugal, 2000-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura B.38. Requerimentos de pensão social de velhice, Centro Distrital do Porto, 2017 (em número; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura B.39. Beneficiárias/os do CSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.40. Variação do número de beneficiárias/os do CSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.41. Beneficiárias/os do abono de família, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.42. Beneficiárias/os da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.43. Variação no número de beneficiárias/os do abono de família e da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.44. Beneficiárias/os de acordos assinados/ações de inserção, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.45. Variação no número de beneficiárias/os de acordos assinados/ações de inserção, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI)).

Figura B.46. Beneficiárias/os de RSI, por grupo etário, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura B.47. Beneficiárias/os de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.48. Variação no número de beneficiárias/os de RSI, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.49. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por valor médio mensal e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem e euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.50. Valor médio da prestação das/os beneficiárias/os de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.51. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.52. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.53. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.54. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.55. Beneficiárias/os com processamento de RSI, com e sem rendimentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Figura B.56. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, com e sem rendimentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.57. Agregados familiares com processamento de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 e 1º trimestre de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.58. Variação no número de agregados familiares com processamento de RSI, com e sem rendimentos, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.59. Agregados familiares com processamento de RSI, com e sem rendimentos, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.60. Valor médio de RSI por agregado familiar, Porto, 2015 - 2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.61. Requerimentos de RSI entrados de titulares residentes, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 e 1º trimestre de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

Figura B.62. Beneficiárias/os com processamento de RSI nos 12 meses do ano e com 1º processamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))

C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Figura C.1. População residente com mais de 15 anos, por nível de escolaridade completo, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura C.2. Alunas/os inscritas/os, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.3. Alunas/os inscritas/os, por ciclo de estudos, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.4. Alunas/os por ciclo de escolaridade, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.5. Alunas/os, por ensino público e ensino privado, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Quadro C.1. Alunas/os a frequentar o 1º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Quadro C.2. Alunas/os a frequentar o 2º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Quadro C.3. Alunas/os a frequentar o 3º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Quadro C.4. Alunas/os a frequentar o ensino secundário, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.6. Escolas públicas e privadas, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.7. Taxa bruta de escolarização no ensino básico, secundário e superior, Porto, anos letivos de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.8. Alunas/os com pelo menos uma negativa, Porto e AMP, média 2014/2015 e 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Dados administrativos reportados pelas Unidades Orgânicas para o Sistema MISI do Ministério da Educação)

Figura C.9. Taxa de retenção/desistência, Porto e AMP, ano letivo 2014/2015 (em percentagem; Fonte: DGEEC/Estatísticas da Educação 2014/2015)

Figura C.10. Taxa de retenção/desistência, por ciclo de estudos, Porto, anos letivos de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Quadro C.5. Taxa de retenção do 6º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas)

Quadro C.6. Taxa de retenção do 9º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas)

Quadro C.7. Taxa de retenção do 12º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas)

Figura C.11. Risco de abandono por ciclo de estudos, Norte, AMP e Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

Figura C.12. Rácio aluna/o/computador no ensino básico e secundário, Porto, ano letivo 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.13. Rácio aluna/o/computador com internet no ensino básico e secundário, Porto, ano letivo 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.14. Crianças residentes dos 3 aos 5 anos a frequentar o ensino pré-escolar, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro C.8. Alunas/os por ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015-2016 (em número; Fonte: InfoEscolas)

Figura C.15. Estabelecimentos de ensino, por ciclo de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.16. Alunas/os por ano de escolaridade no 1º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.17. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 1º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.18. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 1º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.19. Alunas/os por ano de escolaridade no 2º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.20. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 2º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura c.21. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 2º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.22. Alunas/os por ano de escolaridade no 3º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.23. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 3º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.24. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 3º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.25. Alunas/os por ano de escolaridade no ensino secundário, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.26. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no ensino secundário, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.27. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência por ano de escolaridade no ensino secundário, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.28. Alunas/os no ensino secundário, por curso científico-humanístico, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas)

Figura C.29. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens, Porto, 2012/2013 a 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.30. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens por idade, Porto, 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas)

Figura C.31. Escolas com cursos profissionais jovens, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas)

Figura C.32. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens, Porto, 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas)

Figura C.33. Estudantes inscritas/os no ensino superior por sexo, e por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.34. Estudantes inscritas/os no ensino superior por nacionalidade e por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.35. Estudantes inscritas/os pela primeira vez no ensino superior, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.36. Estudantes inscritas/os no ensino superior a tempo parcial, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.37. Estudantes inscritas/os no ensino superior com estatuto de trabalhador/a-estudante, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.38. Estudantes beneficiárias/os de bolsa de apoio social inscritas/os no ensino superior, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC)

Figura C.39. Estabelecimentos do ensino superior, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.40. Estabelecimentos de ensino superior por subsistema e tipo de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC)

Figura C.41. Beneficiárias/os nas diferentes áreas de intervenção/medidas, por tipologia, Porto, 2013-2017 (em número; Fonte: IEFP)

Figura C.42. Beneficiárias/os inscritas/os em áreas de intervenção/medidas, por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura C.43. Medidas de apoio ao emprego por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP)

Figura C.44. Medidas de formação profissional por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP)

D. SAÚDE

Figura D.1. Esperança média de vida à nascença, Continente, Norte e AMP, 2008-2016 (em número; Fonte: INE)

Figura D.2. Taxa quinquenal de mortalidade infantil, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2007-2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.3. Taxa de mortalidade fetal tardia e taxa de mortalidade perinatal, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte)

Figura D.4. Taxa de mortalidade neonatal precoce, neonatal e pós-neonatal, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte)

Figura D.5. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2007-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.6. Interrupção voluntária da gravidez, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2015 (em número; Fonte: INE)

Figura D.7. Partos, por tipo de parto Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.8. Nascimentos pré-termo e com baixo peso à nascença, Porto, 2000-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.9. Nascimentos por idade da mãe, em mulheres com idade inferior a 20 anos e mulheres com 35 ou mais anos de idade, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.10. Taxa de fecundidade na adolescência, Portugal, Norte e AMP, 2011-2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.11. Nados-vivos de mães adolescentes, Porto, 2011-2016 (em número; Fonte: INE)

Figura D.12. Óbitos por principais causas de morte, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.13. Taxa bruta de mortalidade por principais causas de morte, Porto, 2012 – 2014 (por 100000 habitantes; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Figura D.14. Inscritas/os por diagnóstico ativo e por sexo, Porto, 2015 (em permilagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte)

Figura D.15. Principais diagnósticos ativos, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Figura D.16. Taxa de notificação/incidência de tuberculose, Porto, 2005-2016 (por 100000 habitantes; Fonte: Perfil Local de Saúde)

Figura D.17. Casos de Tuberculose (SVIG-TB), Porto, 2000 - 2015 (em número; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Figura D.18. Casos de Tuberculose Respiratória notificados, Porto, 2014 - 2016 (em número; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Figura D.19. Taxa de incidência da SIDA e infeção VIH, Porto, 2005-2016 (por 100 000 habitantes; Fonte: Perfil Local de Saúde)

Figura D.20. Casos de infeção por VIH, por sexo, Portugal, 2012-2016 (em número; Fonte: INSA, Morbilidade por HIV/SIDA)

Figura D.21. Casos notificados de doenças de declaração obrigatória, Portugal, Continente, Norte e AMP, 2014 (em número; Fonte: INE)

Figura D.22. Casos possíveis, prováveis e confirmados de DNO notificadas, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Figura D.23. Médicas/os por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.24. Enfermeiras/os por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.25. Médicas/os dentistas por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.26. Camas nos hospitais por 1000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE)

Figura D.27. Consultas externas por especialidade, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.28. Principais tipologias de ocorrências pré-hospitalares, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.29. Pessoal ao serviço nos hospitais, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura D.30. Utentes por ACeS Porto Ocidental e Porto Oriental e ACeS Porto Ocidental e Porto Oriental, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (Fonte: SNS)

Figura D.31. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.32. Utentes com/sem médica/o de família no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.33. Utentes sem médica/o de família no ACeS Porto Oriental, Porto, 2016-2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.34. Distribuição das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.35. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP e por grupo etário, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.36. Pirâmide etária das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.37. Médicas/os e enfermeiras/os por 1000 utentes, ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em permilagem; Fonte: SNS)

Figura D.38. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano), ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.39. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos), ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.40. Consultas, presenciais e não presenciais, ACeS Porto Oriental, Porto, 2014-2018 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.41. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.42. Utentes com/sem médica/o de família, no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.43. Utentes sem médica/o de família no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2016-2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.44. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.45. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP e por grupo etário, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.46. Pirâmide etária das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.47. Médicas/os e enfermeiras/os por 1000 utentes, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em per milagem; Fonte: SNS)

Figura D.48. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano), ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.49. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos), ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.50. Evolução do número de consultas, presenciais e não presenciais, ACeS Porto Ocidental, 2014-2018 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.51. Farmácias e postos farmacêuticos móveis, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: SNS)

Figura D.52. Farmacêuticas/os, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: SNS)

Figura D.53. Embalagens prescritas, por tipo de prescrição, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.54. Embalagens prescritas, por grupo etário e por sexo, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.55. Top 5 CFT, por quantidade de embalagens prescritas, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.56. Princípios ativos mais prescritos, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.57. Embalagens prescritas, por tipo de prescrição, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SNS)

Figura D.58. Embalagens prescritas, por grupo etário e sexo, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.59. Top 5 CFT por quantidade embalagens prescritas, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.60. Princípios ativos mais prescritos, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS)

Figura D.61. Utentes inscritas/os, por principais diagnósticos ativos (ICPC-2), Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

E. HABITAÇÃO

Figura E.1. Edifícios clássicos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.2. Edifícios por tipo de utilização, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.3. Edifícios por tipologia de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.4. Edifícios por número de pisos e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro E.1. Edifícios por ano de construção e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.5. Edifícios por estado de conservação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.6. Edifícios por tipo de reparação necessária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.7. Edifícios com infraestruturas básicas, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.8. Edifícios com/sem elevador e edifícios com entrada acessível/ não acessível a pessoas de mobilidade reduzida, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.9. Edifícios com e sem entrada acessível a cadeira de rodas e com/sem elevador, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.10. Lotação dos alojamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.11. Alojamentos sobrelotados, pelo número de divisões em falta e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.12. Alojamentos sublotados pelo número de divisões excedentes e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro E.2. Alojamentos por fonte de energia utilizada para aquecimento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro E.3. Alojamentos por tipo de aquecimento utilizado e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Quadro E.4. Valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares em apartamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2016-2017 (em euros; Fonte: INE)

Figura E.13. Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em euros; Fonte: INE)

Figura E.14. Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura E.15. Bairros e fogos de habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social)

Figura E.16. Fogos de habitação social por tipologia e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social)

Figura E.17. Pedidos de habitação social municipal, Porto, 2007-2017 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.18. Renda média por tipologia de fogo habitacional, Porto, 2018 (em euros; Fonte: Domus Social)

Figura E.19. Antiguidade de residência nos fogos de habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.20. Residentes em habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.21. Residentes em habitação social municipal por faixa etária, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.22. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.23. Residentes em habitação social municipal, por sexo e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.24. Residentes em habitação social municipal, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.5. Residentes em habitação social municipal, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social)

Quadro E.6. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.7. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.25. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.26. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social)

Quadro E.8. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.27. Fonte de rendimento das/os residentes em bairros de habitação social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.9. Fonte de rendimento das/os residentes em bairros de habitação social municipal, por freguesia/uniões de freguesia, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.28. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.10. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.29. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.30. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.11. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.31. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, em famílias monoparentais femininas, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.32. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, em famílias nucleares com filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.33. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.34. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.35. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.12. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.36. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.37. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por nível de escolaridade e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.38. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.39. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal em famílias monoparentais femininas, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.40. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, em famílias monoparentais femininas, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.41. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal em famílias nucleares com filhos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.42. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, em famílias nucleares com filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.43. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.44. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade, por sexo e tipologia familiar, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.45. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.46. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.47. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.48. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem numa família nuclear sem filhos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.49. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem em famílias nucleares sem filhos, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Figura E.50. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem em famílias nucleares sem filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.13. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade e com deficiência ou incapacidade, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quadro E.14. Beneficiárias/os do Fundo de Emergência Social, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2014-2017 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

F. SEGURANÇA

Figura F.1. Crimes registados, Porto, 2000-2017 (em número; Fonte: DGPJ)

Figura F.2. Crimes registados, por tipologia de crime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

Figura F.3. Crimes registados “contra pessoas”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

Figura F.4. Crimes registados “contra o património”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

Figura F.5. Crimes registados “contra a vida em sociedade” por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

Figura F.6. Crimes registados “contra o estado”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

Figura F.7. Crimes registados “legislação avulsa”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ)

G. IGUALDADE DE GÉNERO

Figura G.1. População residente, por sexo e grupo etário, Porto, 2011 (em número; Fonte: INE)

Figura G.2. População residente, por sexo e por nível de escolaridade, Porto, 2011 (em número; Fonte: INE)

Figura G.3. População residente com 65 anos ou mais anos de idade, por sexo e grupo etário, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura G.4. Taxa de desemprego, por sexo, Porto, dezembro 2011 – dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura G.5. Desempregadas/os inscritas/os nos Centros de Emprego, por sexo, Porto, abril de 2011-abril de 2018 (em número; Fonte: IEFP)

Figura G.6. Valor médio anual do subsídio de desemprego, por sexo, Porto, 2016 (em euros; Fonte: INE)

Figura G.7. Taxa de atividade por sexo, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura G.8. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por sexo, Porto, 2002-2013 (em número; Fonte: Pordata)

Figura G.9. Disparidade salarial entre sexos no ganho médio mensal, por categoria profissional, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura G.10. Disparidade salarial entre sexos no ganho médio mensal, por categoria profissional e por qualificação profissional Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata)

Figura G.11. Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, por sexo, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura G.12. Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

H. GRUPOS VULNERÁVEIS

H.1. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Figura H.1.1. Caracterização processual, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação

da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.2. Caracterização processual, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.3. Caracterização processual dos processos entrados, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.4. Caracterização processual dos processos entrados, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.5. Caracterização processual dos processos saídos, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.6. Caracterização processual dos processos saídos, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.7. Processos acompanhados por problemática sinalizada, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPC J Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.8. Processos acompanhados por problemática sinalizada, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPC J Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.9. Processos acompanhados por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.1. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.2. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.3. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017)

Quadro H.1.4. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.10. Principais entidades sinalizadoras, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.11. Principais entidades sinalizadoras, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.12. Modalidade de contacto em processos, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.13. Modalidade de contacto em processos, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.14. Medidas de promoção e proteção, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.15. Medidas de promoção e proteção, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.16. Processos arquivados, por motivo, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.17. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017)

Figura H.1.18. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.19. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.20. Procedimentos de urgência acionados, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.21. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por escalão etário e situação de deficiência, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.22. Crianças dos 0 aos 5 anos em risco acompanhadas/os, por apoio sócio educativo, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.5. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.6. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.23. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por modalidade de ensino, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.7. Processos acompanhadas/os, por problemática diagnosticada e por grupo etário, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Quadro H.1.8. Processos acompanhados, por problemática diagnosticada e por grupo etário, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Figura H.1.24. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.25. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.26. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.27. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.9. Substâncias consumidas pelas crianças e pelas/os jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.10. Substâncias consumidas pelas crianças e pelas/os jovens em risco acompanhadas/os, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.28. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.11. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.12. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.29. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.13. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.14. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.30. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.15. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.16. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.31. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.17. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.18. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.19. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referência e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.20. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referência, Porto, 2012- 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.21. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por tipo de ocupação, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.22. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, situação de alojamento e por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.31. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e situação de alojamento, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.32. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e situação de alojamento, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.23. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por fonte de referência, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.24. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por fonte de referenciação, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.25. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.26. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.33. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.34. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.27. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por faixa etária e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.1.28. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por faixa etária e por fonte de referenciação, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.1.35. Taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens em perigo, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto)

H.2. POPULAÇÃO SÉNIOR

Figura H.2.1. População residente com mais de 65 anos, por escalão etário, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura H.2.2. População residente com mais de 65 anos, por escalão etário, Porto, 2001-2017 (em número; Fonte: Pordata)

Figura H.2.3. Índice de longevidade, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.4. Índice de longevidade, Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.5. Índice de longevidade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.6. Índice de envelhecimento, Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.7. Índice de dependência de idosos, Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.8. Índice de dependência das/os idosas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.9. Famílias clássicas unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos, Porto, 1991-2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.10. Idosas/os a viver sós no conjunto das pessoas com mais de 65 anos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.2.11. Requerimentos de pensão social de velhice, Centro Distrital do Porto, 2017 (em número; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Figura H.2.12. Respostas sociais para a população sénior, por tipo de resposta e percentagem de utilização e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto)

H.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Figura H.3.1. População residente com dificuldade, Porto, Grande Porto, Norte e Portugal, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.3.2. População residente com dificuldade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.3.3. População residente com dificuldade, por tipo de dificuldade, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.3.4. População residente com dificuldade, por grupo etário, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.3.5. População residente com pelo menos uma dificuldade, com 15 ou mais anos de idade, perante a atividade económica, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE)

Figura H.3.6. Taxa de utilização das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência ou incapacidade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto)

H.4. PESSOAS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

Figura H.4.1. Utentes ativas/os em tratamento, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.2. Utentes ativas/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.3. Utentes ativas/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.4. Variação de utentes ativas/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.5. Utentes ativas/os em tratamento, por tipo de consumo, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.6. Variação de utentes ativas/os em tratamento, por tipo de consumo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.7. Utentes ativas/os em tratamento, por tipo de consumo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.8. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.1. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: ARS Norte - Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.9. Utesntes ativas/os em tratamento, por sexo, Porto, 2012-2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.2. Utesntes ativas/os em tratamento, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: ARS Norte - Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.3. Utesntes ativas/os em tratamento, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.10. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.4. Utesntes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.5. Utesntes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.11. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.6. Utesntes ativas/os em tratamento, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD)

Quadro H.4.7. Utesntes ativas/os em tratamento, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.12. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.8. Utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.9. Utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.13. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.10. Utentes ativas/os em tratamento, por fonte de referência e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.11. Utentes ativas/os em tratamento, por fonte de referência, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.14. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por fonte de referência, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.15. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.16. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.17. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.18. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.19. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.20. Variação das/os utentes ativos em tratamento com consumo de heroína, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.21. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.22. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.23. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.24. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.25. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.26. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.12. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação profissional, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.27. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.13. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar – SICAD)

Figura H.4.28. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.14. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.29. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.15. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.30. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.31. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.32. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.33. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.34. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.35. Utesntes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.36. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.37. Utesntes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.38. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.39. Utesntes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.40. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.41. Utesntes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.42. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.43. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.44. Variação das/os utentes ativos em tratamento com consumo de cannabis, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.45. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.46. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.47. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.48. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.49. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por fonte de referência, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Figura H.4.50. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por fonte de referência, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Quadro H.4.16. Projetos cofinanciados pelo SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências) no âmbito do PORI, Porto, 2018 (Fonte: ARS Norte - DICAD)

H.5. IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS

Figura H.5.1. População estrangeira residente, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: SEF)

Figura H.5.2. População estrangeira residente, por país de origem, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SEF)

Figura H.5.3. Títulos de Residência (TRs) e Vistos de Longa Duração (VLDs) atribuídos, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SEF)

Figura H.5.4. População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade (grupos de países), Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE)

H.6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Figura H.6.1. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, Porto, dezembro de 2011 a dezembro de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB)).

Figura H.6.2. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por sexo, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.3. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por grupo etário, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.4. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por nível de escolaridade, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.5. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por estado civil, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.6. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por nacionalidade, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.7. Apoios económicos e valor processado, a beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, pela equipa de Sem Abrigo do Porto, por rubrica,

Porto, 2018 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Figura H.6.8. Pessoas em situação de sem-abrigo, por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.9. Pessoas em situação de sem-abrigo, por estado civil, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.10. Pessoas em situação de sem-abrigo, por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.11. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tempo de ocupação profissional nos últimos 24 meses, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.12. Pessoas em situação de sem-abrigo, por última ocupação profissional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.13. Pessoas em situação de sem-abrigo, por situação habitacional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.14. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tempo de situação sem-abrigo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.15. Pessoas em situação de sem-abrigo, por problema de saúde mental diagnosticado, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Quadro H.6.1. Pessoas em situação de sem-abrigo, por acontecimento de vida significativo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.16. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tipo de situação traumática, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.17. Pessoas em situação de sem-abrigo, por principal causa desencadeadora da situação de sem-abrigo atual, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

Figura H.6.18. Pessoas em situação de sem-abrigo, por pessoas da rede de apoio, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental)

H.7. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Figura H.7.1. Vítimas de violência de género e doméstica, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.2. Vítimas de violência de género e doméstica, por nível de escolaridade, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.3. Vítimas de violência de género e doméstica, por situação profissional, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.4. Vítimas de violência de género e doméstica, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.5. Vítimas de violência de género e doméstica, por relação com o agressor, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.6. Vítimas de violência de género e doméstica com ou sem filhas/os, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.7. Ocorrências, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.8. Ocorrências, por tipo de violência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.9. Ocorrências, por local da ocorrência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.10. Ocorrências, por contexto temporal, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.11. Ocorrências, por fonte de denúncia, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.12. Agressoras/es, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.13. Agressoras/es, por situação profissional, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.14. Agressoras/es, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.15. Agressoras/es, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.16. Agressoras/es, por reincidência das ocorrências, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Figura H.7.17. Contacto com situações de violência numa relação amorosa, por tipo de contacto (direto/indireto), Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Plano Municipal da Juventude do Porto)

Figura H.7.18. Contacto com situações de violência numa relação amorosa, por tipo de contacto (direto/indireto) e por sexo, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Plano Municipal de Juventude do porto)

V PNI 2014-2017 - V Plano Nacional Para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação
2014-2017

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

ACIDI, I.P.- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

AIIA Porto - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa

APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento

ARRIMO - Organização Cooperativa Para O Desenvolvimento Social E Comunitário, Crl.

ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

ASAS - Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde

BAONPS - Be Aware On Night Pleasure Safety

CAD - Comportamentos Aditivos e Dependências

CAVI - Centros de Apoio à Vida Independente

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CNPDPJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPP-10 – Classificação Portuguesa das Profissões de 2010

CRI - Centros de Respostas Integrada

CSI - Complemento Solidário para Idosos

CT - Comunidade Terapêutica do Norte – Ponte da Pedra

DCI - Denominação Comum Internacional

DGS - Direção-Geral da Saúde

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Divisão – CAE Rev.3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev.3

DNO - Doenças de notificação obrigatória

DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica

EE2020 - Estratégia Europa 2020

ENDEF 2011-2013 - Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013

ENIND 2018-2030 - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual

ENH 2015-2031 - Estratégia Nacional para a Habitação 2015 – 2031

ENIPSA 2009-2015 - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015

ENIPSSA 2017-2023 - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 -2023

EU – União Europeia

EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia

ICPC-2 – Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários – Segunda Edição (em inglês: International Classification of Primary Care (second edition))

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

INE - Instituto Nacional de Estatística

INR - Instituto Nacional para a Reabilitação

IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS - Instituições Privadas de Solidariedade Social

MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente

MDMA – metilenodioximetanfetamina/ecstasy

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

PEM 2015-2020 - Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020

PIAC - Programa Integrado de Apoio à Comunidade

PIAM - Programa Integrado de Atendimento Materno

PNS 2012-2016 - Plano Nacional de Saúde 2012-2016

PO CH - Programa Operacional do Capital Humano

PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO PH - Programa Operacional Potencial Humano

PORI - Plano Operacional de Respostas Integradas

PNR - Programa Nacional de Reformas

PRI - Programas de Respostas Integradas

RASI 2017 - Relatório Anual de Segurança Interna 2017

RRMD - Redução de Riscos e Minimização de Danos

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SNS - Sistema Nacional de Saúde

SPA - Substâncias Psicoativas

TR – Título de Residência

UA - Unidade de Alcoologia Dr. José Barrias

UCC - Unidades de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UD - Unidade de Desabituação do Norte

UNICEF - Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas

USF - Unidade de Saúde Familiar

VLD – Visto de Longa Duração

AGRADECIMENTOS

A elaboração do **Diagnóstico à Realidade Social do Porto** compreendeu um extenso e aprofundado trabalho de análise de informação sobre um vasto leque de fatores que permitem traçar um cenário macrossocial dos contextos e das dinâmicas que definem a Cidade e a sua identidade. Contudo, a “aproximação à realidade social” depende diretamente da extensão, da riqueza e da atualidade dos dados que a sustentam. Ora, o documento que aqui se apresenta reflete justamente a forte colaboração de um conjunto de entidades no acesso a dados que se encontram dispersos por diferentes fontes.

Assim, a equipa do SINCLab deve o seu agradecimento a um conjunto de entidades que facultaram certos tipos de dados que não se encontram disponíveis através de plataformas de acesso livre. Entre estas encontram-se o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, o Departamento de Saúde Pública e a DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da ARS Norte, a Domus Social, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e as três CPCJs do município do Porto.

À Divisão Municipal de Gestão da Rede Social do Departamento Municipal de Coesão Social do Município do Porto, devemos um profundo agradecimento pelo trabalho de estreita articulação e de mediação na relação institucional com aquelas entidades, pela própria disponibilização e partilha de dados, bem como pelo acompanhamento próximo que a sua equipa sempre proporcionou durante a elaboração do documento que aqui se apresenta. Este agradecimento estende-se à Vereação da Habitação e Coesão Social que, além da participação ativa nas diversas sessões de trabalho coletivo com os parceiros da rede social, sempre acompanhou a elaboração do Diagnóstico, tanto no que respeita à sua orientação estratégica como à estruturação dos seus conteúdos. Foi também este envolvimento ativo que a equipa do SINCLab recebeu das pessoas que compõem o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do Porto.

O agradecimento final é devido a todas as pessoas que, individualmente ou em representação de entidades que compõem a Rede Social do Porto, participaram ativamente e com forte comprometimento e elevado sentido de “partilha de responsabilidade” nas diferentes fases de implementação do Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto, no qual o presente diagnóstico se inscreve.

NOTA INTRODUTÓRIA

OBJETIVOS-BASE E IDEIAS-ESTRUTURANTES

Os objetivos-base em torno dos quais se desenvolveu o Diagnóstico à Realidade Social que aqui se apresenta foram, por um lado, o de providenciar uma **representação atualizada da matriz social concelhia** e, por outro, elaborar uma **ferramenta dinâmica de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social**.

Estes objetivos são subsidiários de duas ideias estruturantes que perpassam os vários documentos e processos postos em marcha no Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo. Porto. Por um lado, considera-se fulcral **identificar perfis, cenários ou contextos da realidade social, particularmente aqueles indiciadores de situações de vulnerabilidade ou de exclusão social**, atual ou com risco potencial de o vir a ser. Por outro, assume-se que a estratégia e a intervenção social são tão mais eficazes e eficientes quanto mais partirem de **sustentação em conhecimento** aprofundado acerca de tais perfis, cenários e contextos, nomeadamente acerca da sua configuração no território.

OPERACIONALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Com aquelas ideias e objetivos em vista, desenvolveu-se o presente diagnóstico enquanto ferramenta estratégica, enquadrada na política social local, que permite identificar e caracterizar os principais problemas e necessidades, constrangimentos e potencialidades, meios, recursos e domínios ou territórios de ação prioritária. O diagnóstico facultou pistas importantes para a **definição de uma estratégia de intervenção participada e articulada no seio da Rede Social do Porto**, dando especial enfoque a contexto ou populações particularmente vulneráveis (cf. Plano de Desenvolvimento Social do Porto, 2019-2021).

Para tal realizou-se uma **revisão sistemática de documentação estratégica no domínio das políticas e práticas sociais** ao nível local, regional e nacional, mas também internacional, nomeadamente, planos e programas estratégicos de múltiplos setores. Estes foram fundamentais para a definição do conjunto de domínios sobre os quais deveria incidir o trabalho de sistematização e de análise.

A partir dessa revisão elencou-se um vasto conjunto de **dimensões-chave** e respetivos **indicadores**, que deveriam permitir caracterizar em profundidade cada um dos **domínios**

temáticos identificados. Partindo de tais indicadores pretende-se identificar contextos e dinâmicas de nível macrossocial que se sabem ser concorrentes para fenómenos de pobreza e de exclusão social.

DOMÍNIOS TEMÁTICOS, POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E TERRITÓRIOS DA CIDADE

Com sustentação num vasto leque de orientações estratégicas relevantes para a política social local, definiu-se uma matriz que cruza domínios temáticos e populações vulneráveis. Sempre que os dados existentes o permitissem, esta matriz torna-se tridimensional pela inclusão da dimensão territorial da cidade.

O diagnóstico é composto por **sete domínios temáticos** reconhecidos como “estruturantes” das dinâmicas sociais em geral e dos fenómenos de pobreza e de exclusão social, em particular: a **Demografia**, as **Dinâmicas Socioeconómicas**, a **Educação e Formação**, a **Saúde**, a **Habitação**, a **Segurança** e a **Igualdade de Género**.

Adicionalmente, aqueles três domínios são particularmente focados em **sete populações-alvo consideradas particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão social**, apresentando-se para cada uma delas um vasto conjunto de indicadores caracterizadores das suas dinâmicas particulares. Essas populações-alvo são as seguintes: **Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade**, **População Sénior**, **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**, **Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências**, **Imigrantes e Minorias Étnicas**, **Pessoas em Situação de Sem-Abrigo** e **Violência Doméstica e de Género**.

Finalmente, procurou dar-se resposta a um requisito fundamental no desenho de políticas sociais: devem ter uma **dimensão de territorialidade**, que possa dar resposta a especificidades de territórios que são identificados a priori como diversos, ou para os quais que se quer, justamente, aferir a existência de diversidade ainda não identificada, como potenciais consequências relevantes no desenho de tais políticas. Assim, procurou-se dar resposta a uma necessidade já identificada pelos parceiros da Rede Social do Porto em diferentes momentos de participação no desenvolvimento no Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo. Porto, apresentando análises que, sempre que os dados existentes o permitiram, são realizadas ao nível do território da Freguesia e/ou União de Freguesias.

MÚLTIPLAS FONTES

Como pode constatar-se adiante, o corpo do presente Diagnósticos compreende centenas de análises distribuídas por um vasto leque de **combinações entre domínios temáticos, populações-alvo e dimensões territoriais**. Na base de tais análises esteve um extenso trabalho de recolha de dados provenientes, essencialmente, de fontes públicas de dados estatísticos, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Pordata, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o portal InfoEscolas, o portal do Sistema Nacional de Saúde, a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) ou a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ). Contudo, foi particularmente importante para o nível de profundidade do diagnóstico o envolvimento de parceiros estratégicos da Rede Social do Porto que facultaram vias facilitadas de acesso a dados que, seja por razões de ordem técnica, tempos de atualização ou outras, não são de acesso imediato em plataformas ou documentos públicos. Entre estes parceiros encontram-se o Departamento de Saúde Pública da ARS Norte, a Domus Social, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e o próprio Município do Porto.

LIMITAÇÕES MÚLTIPLAS

Não obstante o esforço de aprofundamento das análises que se procurou materializar no Diagnóstico, é importante assinalar limitações que são inerentes a este processo.

Desde logo, existe uma limitação que decorre do **nível de análise que as fontes facultam** para os indicadores. Por exemplo, teve-se sempre presente o objetivo de apresentar análises de indicadores ao nível da freguesia/união de freguesias, contudo, por limitações próprias das fontes consultadas, nem sempre esse intuito foi concretizado.

Aquela limitação pode exemplificar-se no domínio da Demografia: o INE apenas fornece dados decompostos por freguesia nos indicadores disponibilizados através dos Censos. Por esse motivo, num conjunto alargado de indicadores, foram apresentados dados dos últimos Censos, que foram realizados em 2011. Tal opção acarreta a necessidade de ter em conta que, por isso, alguma informação apresentada não tem a atualidade desejável.

Daquela limitação decorre uma segunda: a **variabilidade da “janela temporal” do diagnóstico**. De facto, pode constatar-se ao longo do diagnóstico a apresentação de dados para períodos temporais diversos, que cobrem, em termos gerais o período entre 2011 e 2018 (embora existam

alguns indicadores em que o período temporal abrangido seja anterior a 2011). Não se trata de uma decisão conceptual ou metodológica definida a priori, mas sim uma consequência da periodicidade com que as fontes consultadas fazem a atualização de dados.

Uma limitação mais genérica prende-se com a **impossibilidade de acesso a indicadores relevantes** para o aprofundamento das análises em determinados domínios temáticos ou populações vulneráveis, mas cujo acesso não foi possível, seja pela sua inexistência seja pela indisponibilidade temporária desse acesso.

Finalmente, é importante assinalar duas limitações, com consequências tanto conceptuais, como metodológicas, que são inerentes à elaboração de um diagnóstico à realidade social local sustentado num cenário macrossocial traçado a partir de estatísticas públicas. Em primeiro lugar, embora seja possível aceder a conjuntos de dados locais facultados por diferentes entidades, sobre os quais se podem operar análises próprias, o cenário mais comum é o de **as “matrizes de dados” fornecidas não permitirem o relacionamento entre variáveis**. Em segundo lugar, e seguramente mais relevante, as estatísticas públicas, como todas desta natureza, facultam **apenas informação sobre “grandes indicadores”**, variáveis de ordem supraordenada, sem que seja possível o seu enquadramento nos potenciais fatores que tanto podem ser preditores, como consequência de tais variáveis.

Justamente no sentido de ultrapassar este conjunto de limitações, no âmbito mais alargado do Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto, serão desenvolvidos estudos de grande amostragem a partir dos quais será possível traçar um **Perfil da Realidade Social Local do Porto** focado em populações ou contextos-alvo diferenciados. Estes estudos – por amostragem representativa sempre que tal seja viável – têm um duplo propósito: por um lado, colmatar as limitações que acima se assinalaram, através da produção de dados próprios que permitam elaborar diagnósticos mais “proximais” da realidade social local; por outro, pretende-se que sejam eles próprios um veículo de promoção da participação individual e coletiva das cidadãs e dos cidadãos do município, por meio da sua resposta voluntária a **Inquéritos de Larga Escala (ILE) e envolvimento em “dinâmicas de diagnóstico social”** que sejam implementadas.

Os enfoques de tais perfis serão concertados entre os parceiros da Rede Social do Porto, sempre tendo em vista a sustentação de políticas e de práticas sociais desenvolvidas no contexto da Rede Social do Porto. Para o ano de 2019 a opção incidu num **Inquérito de Larga Escala à População Sénior** da cidade (cf. Plano de Desenvolvimento Social do Porto, 2019-2021).

Todo o conjunto de ferramentas desenvolvidas no quadro do Projeto Desenvolvimento Social Inclusivo.Porto, constituirão parte substancial da configuração que virá a ter o designado **Observatório Permanente de Desenvolvimento Social** já em conceção.

COMO “CONSULTAR” O DIAGNÓSTICO

Como acima se assinalou, o presente diagnóstico desenhou em torno da ideia de criar uma ferramenta passível de permanente atualização, que pode ser consultado em função das necessidades de quem pretenda aceder a análises relativas a indicadores de desenvolvimento social local, baseados em estatísticas públicas.

Partindo daquela premissa, para cada um dos sete domínios temáticos a análise é estrutura nas seguintes três componentes:

- (1) Primeiramente ensaia-se um **enquadramento do domínio temático**, fundamentando-o conceptualmente a partir de um conjunto de referenciais específicos. O objetivo é a sustentação da importância de cada um dos domínios para o diagnóstico à realidade social local, quer para a descrição das dinâmicas macrossociais, quer para as dinâmicas mais diretamente associadas aos fenómenos de pobreza e de exclusão social;
- (2) De seguida é apresentado para cada domínio um **retrato da situação atual** (com dados disponíveis em 2018-2019), através de um conjunto preestabelecido, coerente e integrado de indicadores sociais. Nesta descrição apresentam-se, sempre que possível, **indicadores caracterizadores da atualidade, indicadores comparativos da realidade concelhia com outros territórios de referência**, designadamente, a Área Metropolitana do Porto (AMP), a Região Norte, e o País e/ou Continente. Adicionalmente, utilizam-se **indicadores do padrão evolutivo do domínio** em análise, muito importantes para a análise de tendências, essenciais para se perceber se as dinâmicas evolutivas se constituem como trajetórias de progresso ou retrocesso face aos referenciais inscritos nas políticas sociais;
- (3) Encerra-se o diagnóstico de cada domínio temático apresentando uma **síntese integrativa e potenciais linhas orientadoras**.

Optou-se também por apresentar ao longo do corpo do documento, sempre que pertinente e em notas de rodapé, algumas informações eminentemente metodológicas, nomeadamente: definições e fórmula de cálculo dos indicadores apresentados, o *link* para as fontes *online* que foram acedidas e a referência completa de documentos consultados

A. DEMOGRAFIA

As dinâmicas demográficas resultam de um variado e complexo conjunto de fatores que se interrelacionam e influenciam reciprocamente. Com efeito, entre outros, constata-se influências nas políticas sociais (e.g. de promoção e apoio à natalidade), no mercado de trabalho (e.g. pela implicação que a presença ou ausência de uma atividade remunerada tem no padrão reprodutivo), nos movimentos migratórios (e.g. pela diminuição da capacidade reprodutiva num dado território decorrente de processos de emigração), nas condições de saúde (e.g. ao nível das taxas de mortalidade geral e infantil), a educação (e.g. por se constituir como fator mediador no acesso ao mercado de trabalho), na mudança dos estilos de vida (e.g. que se refletem nos comportamentos), no setor económico e político (e.g. pela implementação de políticas que têm impactos significativos na forma como as populações estruturam as suas vidas), nos diversos constrangimentos e oportunidades decorrentes do contexto sociohistórico.

Na realidade, a definição e o estabelecimento de políticas demográficas requer, necessariamente, uma visão holística e integradora, capaz de ter também em linha de conta possíveis evoluções dos cenários demográficos, ou seja, uma visão demográfica temporal.

Em termos genéricos, o padrão demográfico de um qualquer território define-se, essencialmente, em termos de natalidade, mortalidade e movimentos migratórios (emigração, imigração e migração). A este nível, no cenário demográfico geral da cidade do Porto podem apontar-se algumas referências caracterizadoras da dinâmica demográfica. Assim, tal como já era referido no Relatório de Pré-diagnóstico da Rede Social do Porto (CMP/GEP, 2008)¹ e no relatório Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto (UCP/Fundação Porto Social, 2009)², em 2011, a evolução demográfica da cidade continuava a sofrer a influência de dois processos demográficos gerais. Por um lado, a diminuição progressiva da sua população residente, que conduz ao esvaziamento populacional, especialmente nos territórios do centro histórico e, por outro lado, o envelhecimento dessa mesma população, fenómenos demográficos decorrentes do fluxo migratório para fora da cidade, da redução da taxa de natalidade e do aumento da esperança de vida.

De forma concomitante com estes fenómenos, assiste-se também à evolução e mudança das estruturas familiares, com o incremento quer das famílias unipessoais, quer das famílias

¹ Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Estratégia e Planeamento (2008). *Rede Social do Porto – Relatório de Pré-diagnóstico*.

² Universidade Católica Portuguesa. (2009). *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

monoparentais, com conseqüente aumento das situações de vulnerabilidade social, especialmente nas pessoas idosas a viverem sozinhas e nas mães com filhas/os a cargo.

O padrão demográfico da cidade do Porto replicava o padrão demográfico do país e da Europa. De facto, também a nível europeu se constatava que, em 2017, quase 1/5 da população tinha 65 ou mais anos de idade e as previsões apontam que, em 2080, a percentagem de pessoas com 80 ou mais anos de idade deve mais que duplicar, atingindo aproximadamente os 13% da população.³

Em Portugal, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), de dezembro de 2016, constatava-se “um novo decréscimo da população residente em Portugal, em consequência da conjugação de saldos natural e migratório de valor negativo. Simultaneamente, mantém-se a tendência de envelhecimento demográfico em função da redução da população jovem e em idade ativa, associada ao aumento do número de pessoas idosas.”⁴ (p. 11), isto é, manteve-se a tendência de diminuição da população verificada desde 2010, ainda que essa tendência de diminuição se tenha atenuado nos últimos três anos, ocorrendo também uma diminuição da população jovem e um aumento da população idosa.

Tudo isto, reforça o processo de envelhecimento demográfico, conduzindo ao aumento da idade média da população residente em Portugal. Com efeito, em dezembro de 2016, Portugal tinha uma taxa de crescimento efetivo negativa de -0.31%, resultante de uma taxa de crescimento natural de -0.23% e de uma taxa de crescimento migratório de -0,08%.

Conjuntamente assistiu-se a “um aumento no número de óbitos e na taxa bruta de mortalidade, bem como um ligeiro aumento da mortalidade infantil; contudo, mantém-se o aumento da longevidade da população residente” (p.19).⁵

Este acentuado envelhecimento populacional e incremento da longevidade traz consigo desafios particulares, pelas exigências acrescidas que coloca, por exemplo, ao nível dos sistemas de segurança social e da saúde.

Decorrente desta tendência de envelhecimento surge a necessidade de desenvolver e implementar novas políticas demográficas, que consigam dar resposta aos desafios que se colocam, nomeadamente ao nível das políticas do emprego, da saúde e da ação social, e também,

³https://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Population_structure_and_ageing#The_share_of_elderly_people_continues_to_increase (acedido em 2 de janeiro de 2019).

⁴https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=307957746&att_display=n&att_download=y (acedido em 3 de janeiro de 2019).

⁵ Acessível em: http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724.

ao nível das migrações. Estas últimas pelo importante impacto potencial positivo no equilíbrio demográfico e nas finanças públicas, devidamente reconhecido no Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020 (doravante designado por PEM 2015-2020).⁶

No entanto, a cidade do Porto, apesar do seu esvaziamento progressivo e envelhecimento populacional, beneficia de outras dinâmicas sociodemográficas que, até certo ponto, contrabalançam esses fenómenos. O Porto constituiu-se como um atrativo polo geográfico na região (território de referência da área metropolitana e regional), tanto ao nível do mercado de trabalho, como ao nível educativo, cultural e da saúde. Desta forma, consegue atrair para a cidade muitos não-residentes – trabalhadores, população estudantil e consumidores de produtos e serviços diversificados, o que concede à cidade vitalidade e uma “perceção demográfica” mais jovem, conferindo-lhe um efeito de *Buffer Social*.⁷

Depois de traçado este cenário demográfico geral, desenvolve-se em seguida a análise da estrutura e dinâmica demográfica, através da apresentação e exploração de um conjunto alargado de indicadores.

⁶ Acessível em: http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724

⁷ A este respeito pode consultar-se, de forma mais exaustiva Serôdio, R., Serra, A, Lima, J. A., Silva, S. M., Catita, L., Lopes, P., Freitas, S., Catalino, M, Pinto, B. & Fernandes, J. (2017c). Plano Municipal de Juventude do Porto: Diagnóstico às Respostas Sociais para a Juventude do Porto. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.

A ATUALIDADE

POPULAÇÃO RESIDENTE: PERFIL E DINÂMICAS

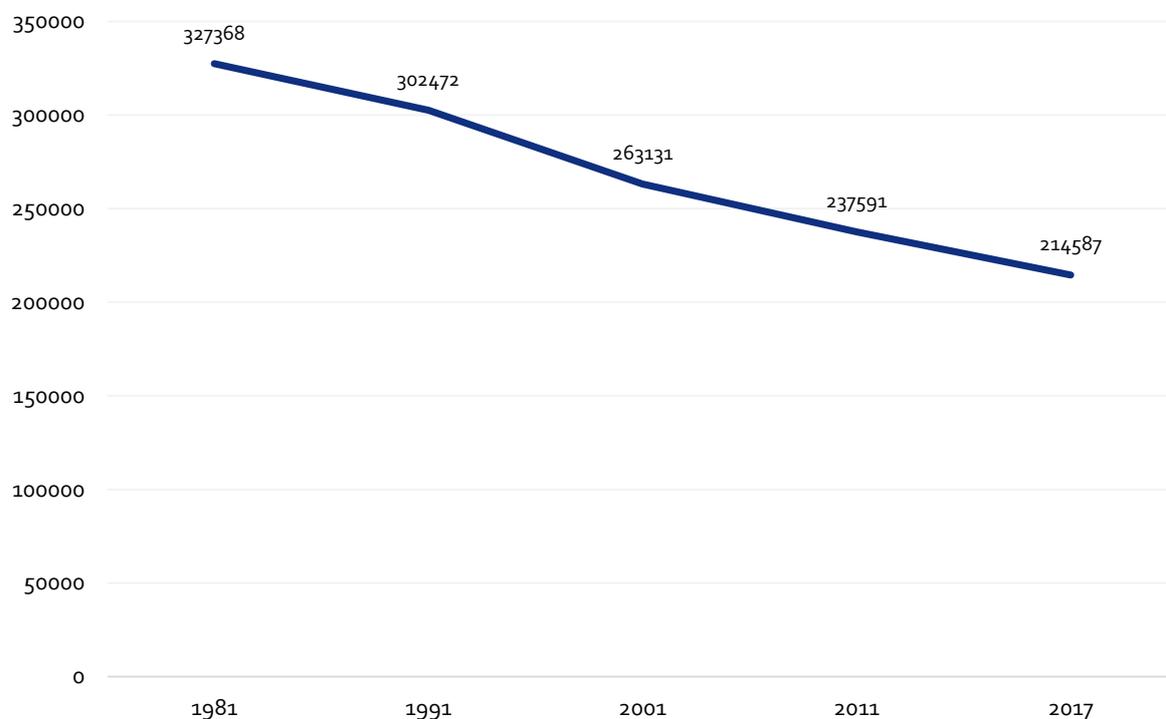


Figura A.1. População residente, Porto, 1981-2017 (em número; Fonte: INE⁸)

A **população residente**⁹ no concelho do Porto tem vindo a diminuir progressivamente desde 1981, tendo passado de 327 368 residentes em 1981, para 214 587 residentes em 2017, o que representa uma perda de 112 781 residentes, ou seja, houve uma evolução negativa de 34.45% (cf. Figura A.1.).

A Figura A.2. apresenta a evolução nos **movimentos pendulares**¹⁰, ocorrida entre 2001 e 2011.

⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b d&selTab=tab2 (acedido a 25 de junho de 2018).

⁹ Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

¹⁰ Movimentos pendulares designam os movimentos quotidianos da população entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo.

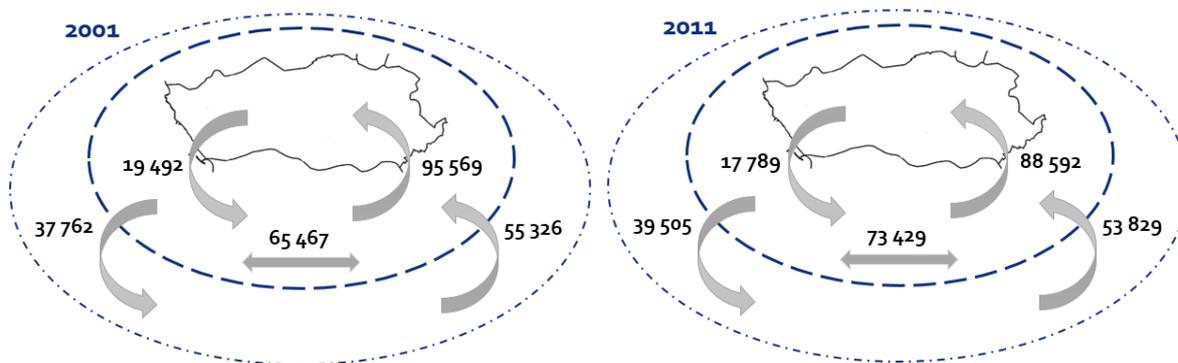


Figura A.2. Movimentos pendulares das deslocações casa-trabalho¹¹, Porto, 2001-2011 (em número de deslocações diárias; Fonte: CMP, DMU, DMPU e DMPOT¹²)

Observando a Figura A.2. constata-se que, tal como apresentado na Figura A.1. e de forma concomitante com a perda de residentes no concelho do Porto a que se tem vindo a assistir, também se assistiu, entre 2001 e 2011, a uma diminuição de 7.3% nas deslocações casa-trabalho dos concelhos vizinhos (Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Trofa, Espinho, Póvoa de Varzim, Maia, Vila do Conde e Santo Tirso), para o concelho do Porto (de 95 569 deslocações/dia em 2001, para 88 592 deslocações/dia em 2011). Assistiu-se ainda, a uma diminuição de 8.74% nas deslocações com origem no concelho do Porto para os concelhos vizinhos (passaram de 19 492 deslocações/dia em 2001, para as 17 789 deslocações/dia em 2011). Isto significa que, portanto, diminuíram os **movimentos radiais**¹³ e aumentaram os **movimentos transversais**¹⁴, que passaram de 65 467 deslocações/dia em 2001, para as 73 429 deslocações /dia em 2011, o que corresponde a um aumento de 12.16%. Estes fenómenos devem-se, tanto à diminuição de residentes no concelho, como à diminuição do volume de emprego (entre 2001 e 2011 ocorreu uma diminuição de 17.75% na população empregada a trabalhar no concelho do Porto, que passou de 210 160, em 2001 para 172 856, em 2011 e também a uma diminuição de 25.29% na população residente empregada, que passou de 110 402 em 2001, para 82 486 em 2011).¹⁵

¹¹ São considerados nos movimentos casa-trabalho as deslocações para o trabalho e para o local de estudo.

¹² "Pessoas e Atividades - Movimentos Pendulares no Porto - Relatório de Caracterização e Diagnóstico" (2018), Departamento Municipal de Planeamento Urbano da Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

¹³ Movimentos radiais são movimentos com origem ou destino no concelho do Porto.

¹⁴ Movimentos transversais são movimentos entre concelhos vizinhos do concelho do Porto.

¹⁵ "Pessoas e Atividades - Movimentos Pendulares no Porto - Relatório de Caracterização e Diagnóstico" (2018), Departamento Municipal de Planeamento Urbano da Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

De seguida, na Figura A.3., apresenta-se dados mais extensivos relativos à população residente nas freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto, nos anos de 2001 e 2011, referentes aos últimos dois Censos realizados.

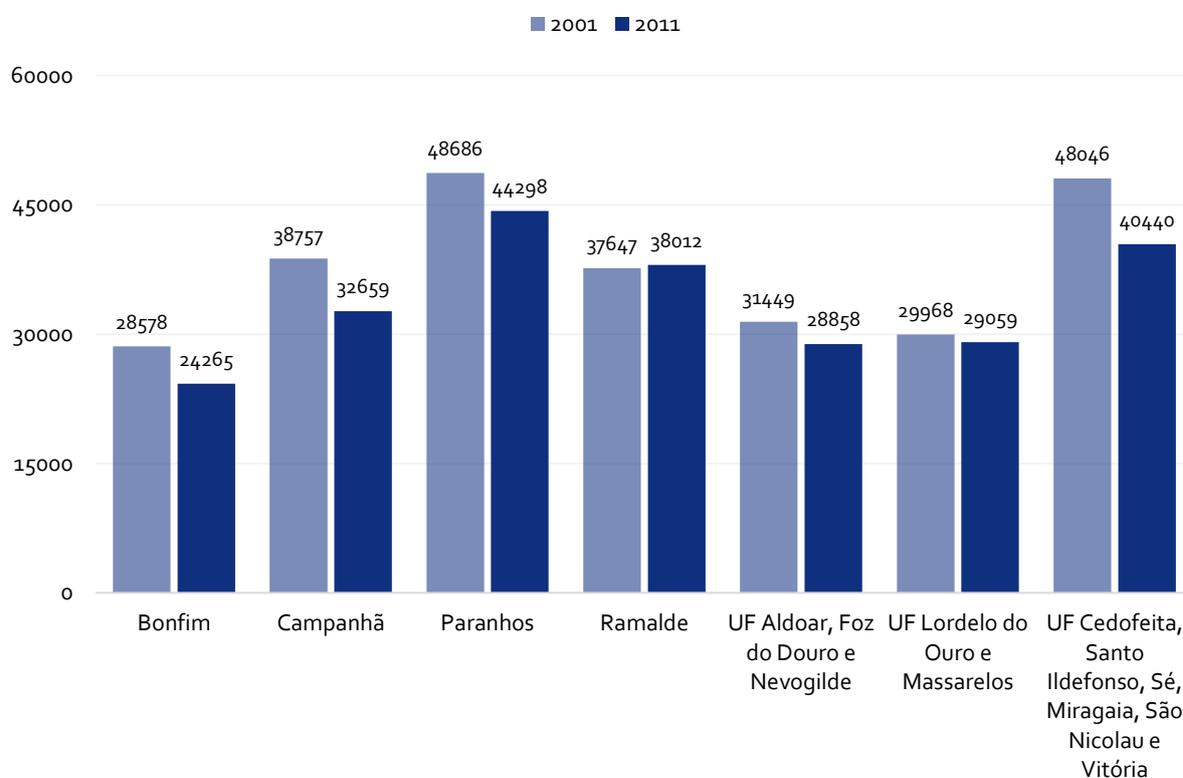


Figura A.3. População residente, por freguesia/união das freguesias, Porto, 2001-2011 (em número; Fonte: INE¹⁶)

Da análise da Figura A.3., e também da Figura A.1. anteriormente apresentada, é possível constatar, desde logo, que tanto em termos globais, como ao nível inframunicipal, a tendência é de diminuição da população residente (excecção a freguesia de Ramalde que, contrariamente às restantes, evidenciou um pequeno aumento da população residente entre os anos de 2001 e 2011).

Na Figura A.4. apresenta-se a distribuição da **população residente por grupo etário** nas várias freguesias/uniões de freguesia.

¹⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018).

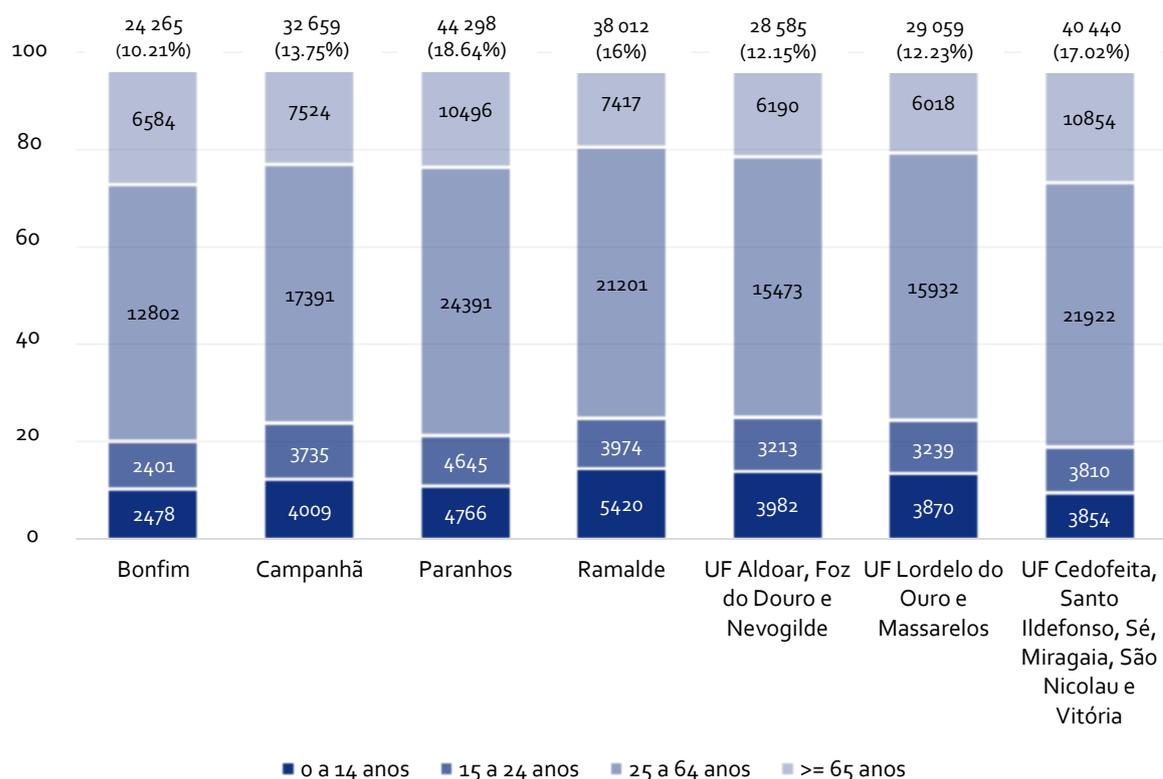


Figura A.4. População residente por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em número e percentagem; Fonte: INE¹⁷)

Analisando a Figura A.4. verifica-se que, em todas as freguesias/uniões de freguesia a faixa etária mais prevalente era a dos 25-64 anos (com taxas a variarem entre os 52.76%, no Bonfim e os 55.77% em Ramalde).

As freguesias/uniões de freguesia com maior proporção de crianças eram Ramalde, com 14.26% e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 13.80%. A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que tinha a menor proporção de crianças, com apenas 9.53%.

Todas as freguesias/uniões de freguesia tinham uma proporção de população com 65 ou mais anos acima dos 20%, exceto a freguesia de Ramalde (19.51%). As duas freguesias/uniões de freguesia com mais população com 65 ou mais anos eram o Bonfim, com 27.13% e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com 26.84%.

¹⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018).

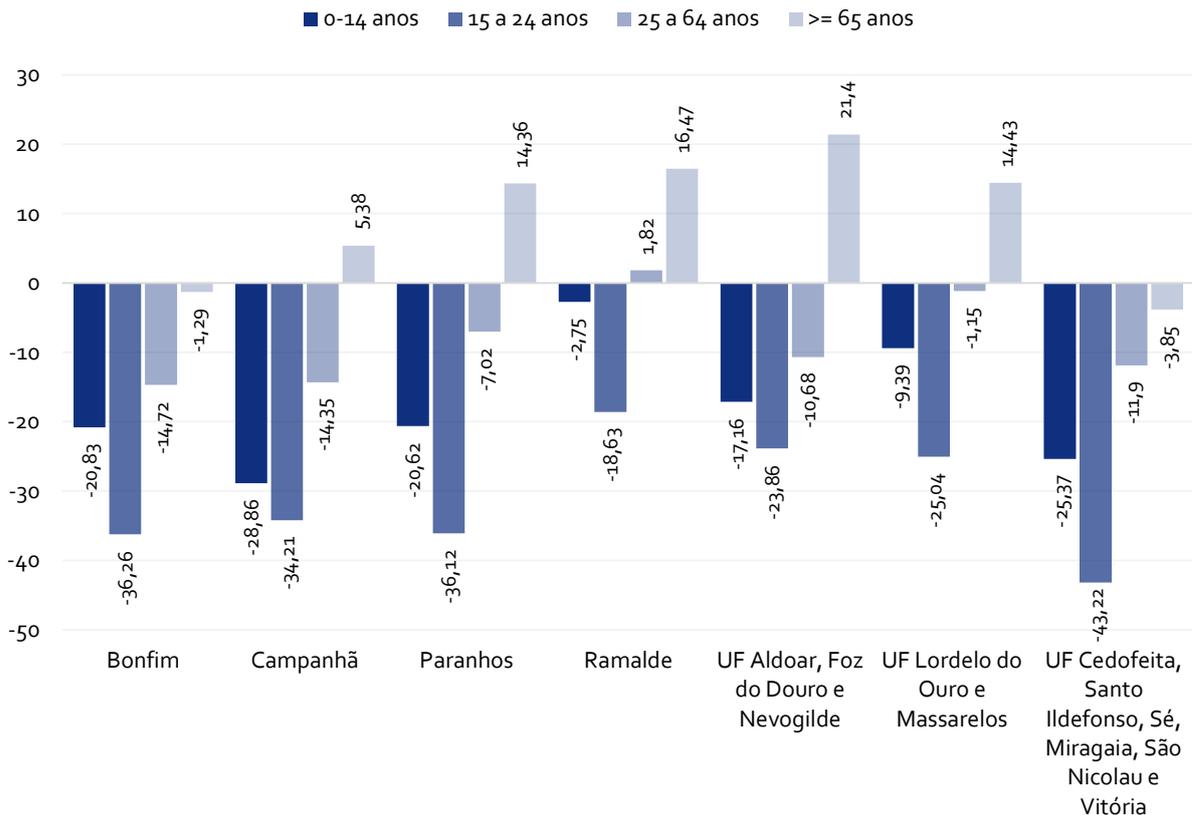


Figura A.5. Variação da população residente, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2001-2011 (em percentagem; Fonte: INE¹⁸)

Analisando a evolução por faixa etária, observa-se na Figura A.5. que ocorreu uma tendência de diminuição, exceto para a faixa etária com 65 ou mais anos de idade, onde se assistiu a um acréscimo de residentes em termos globais e também em cinco das sete freguesias/uniões de freguesia (exceções de Bonfim e da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, freguesias que sofreram uma redução da sua população em todas as faixas etárias). Ramalde foi a única freguesia onde se assistiu a uma evolução positiva de residentes, tanto em termos globais (ca. de 1%), como na faixa etária dos 25 aos 64 anos, com um crescimento perto dos 2%.

Nas Figuras A.6. e A.7. apresenta-se a evolução do **perfil etário da população residente** no concelho do Porto entre os anos de 1960 e de 2017.

¹⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018).

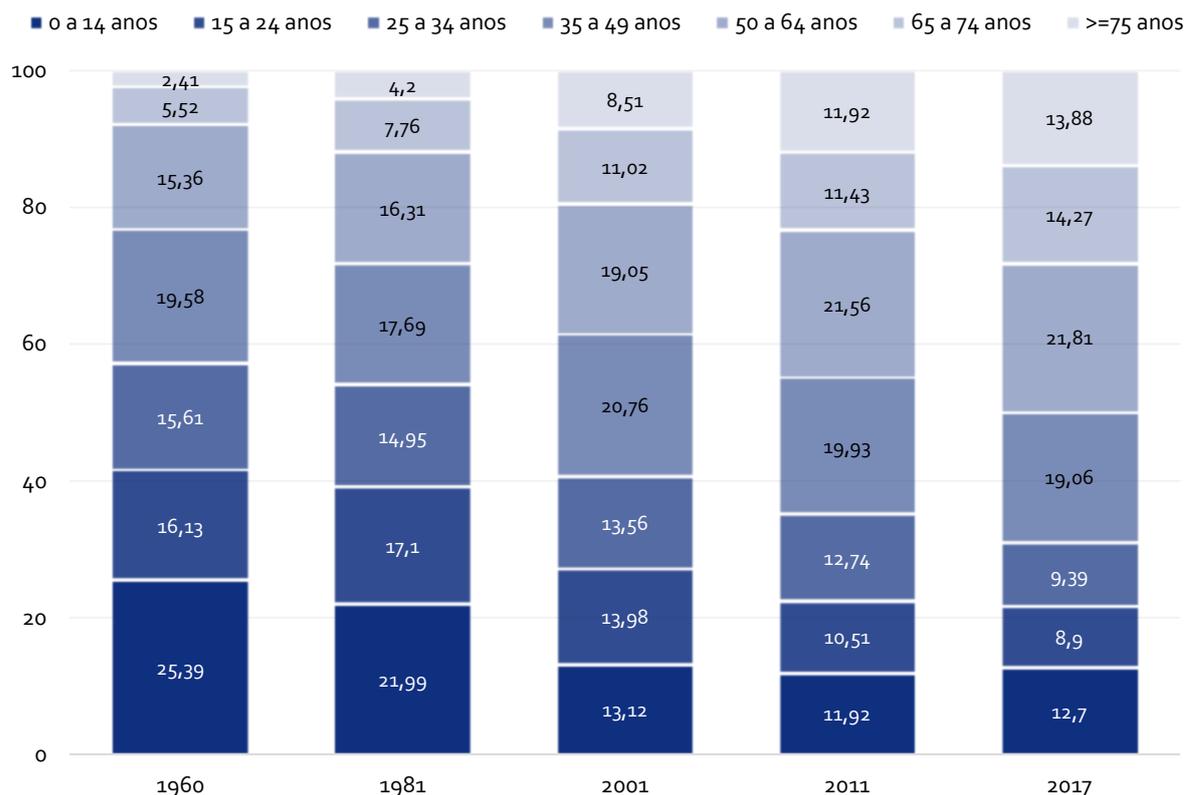


Figura A.6. Perfil etário da população residente, Porto, 1960-2017 (em percentagem; Fonte: INE¹⁹)

Como é possível observar nas Figuras A.6. e A.7., a população com menos de 24 anos tem vindo a sofrer uma diminuição. De facto, em 1960 as/os jovens representavam cerca de 41.52% da população residente, em 2001, 27.10% e em 2017, 21.6%. Em termos absolutos isto representou uma diminuição da população jovem, passando de 125 987 indivíduos em 1960, para 71 434 em 2001 e para 46 347 em 2017.

Em sentido inverso, constatou-se um aumento da proporção de indivíduos com mais de 65 anos. Em 1960 era de 7.93%, em 2001 era de 19.53% e em 2017 era de 28.14%. Em termos absolutos, isto representou um aumento da população com mais de 65 anos, ou seja, de 24 054 residentes em 1960, para 51 493 residentes em 2001 e para 60 387 residentes em 2017.

A população residente com idade entre os 25 e os 64 anos representava, em 1960, 50.55% da população, em 2001, 53.37% e, em 2017, 50.26%. Ainda que em termos do perfil da cidade a proporção de indivíduos entre os 25 e os 64 anos se tenha mantido estabilizada entre os 50% e os 53%, o seu número absoluto sofreu uma diminuição com o decorrer dos anos. Enquanto em 1960

¹⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b&d&selTab=tab2 (acedido em 2 de julho de 2018).

o número de indivíduos nesta faixa etária era de 153 383, em 2001 era de 140 694 e em 2017 era de apenas 107 853.

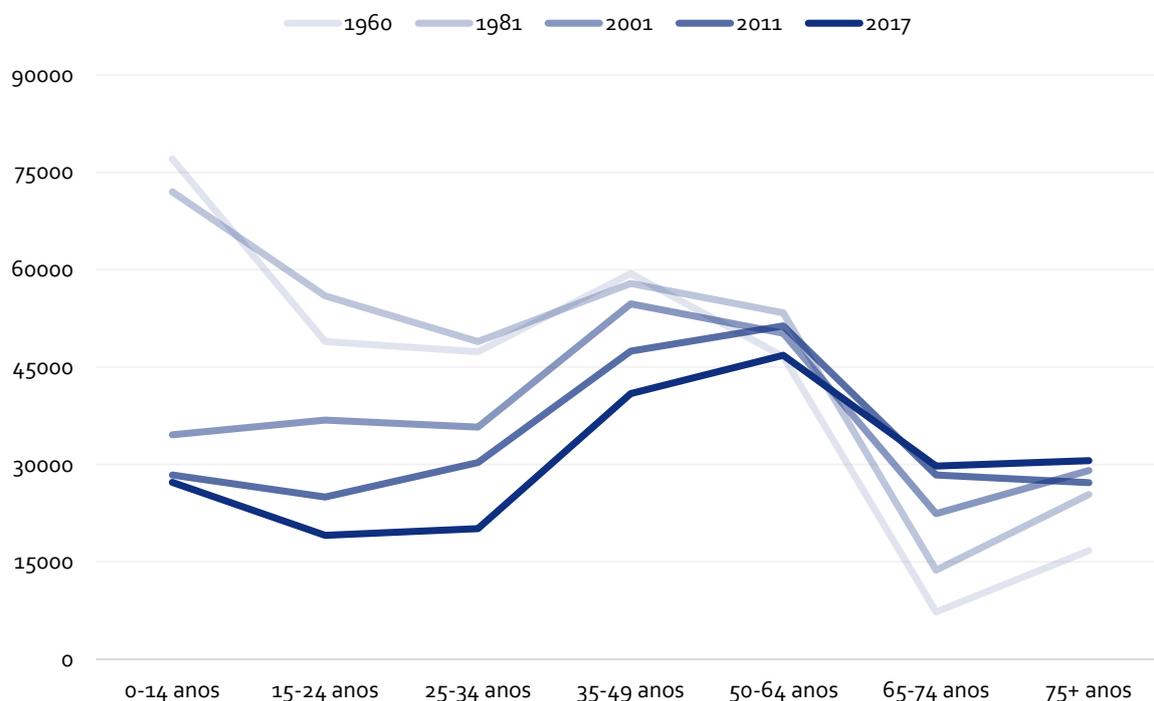


Figura A.7. Perfil etário da população residente, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: INE²⁰)

Por último, apresenta-se na Figura A.8. um perfil demográfico mais pormenorizado das/os residentes do concelho do Porto, para o ano de 2017.

A Figura A.8. sustenta as considerações tecidas anteriormente, ou seja, um menor número de jovens comparativamente aos indivíduos com mais de 65 anos, que representavam respetivamente 21.6% (46 347) e 28.14% (60 387) da população residente no concelho e uma tendência de concentração da população em faixas etárias mais envelhecidas. A população entre os 24 e os 64 anos representava, de forma idêntica a anos anteriores, cerca de metade da população residente, com 107 853 indivíduos (50.26%).

²⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 2 de julho de 2018).

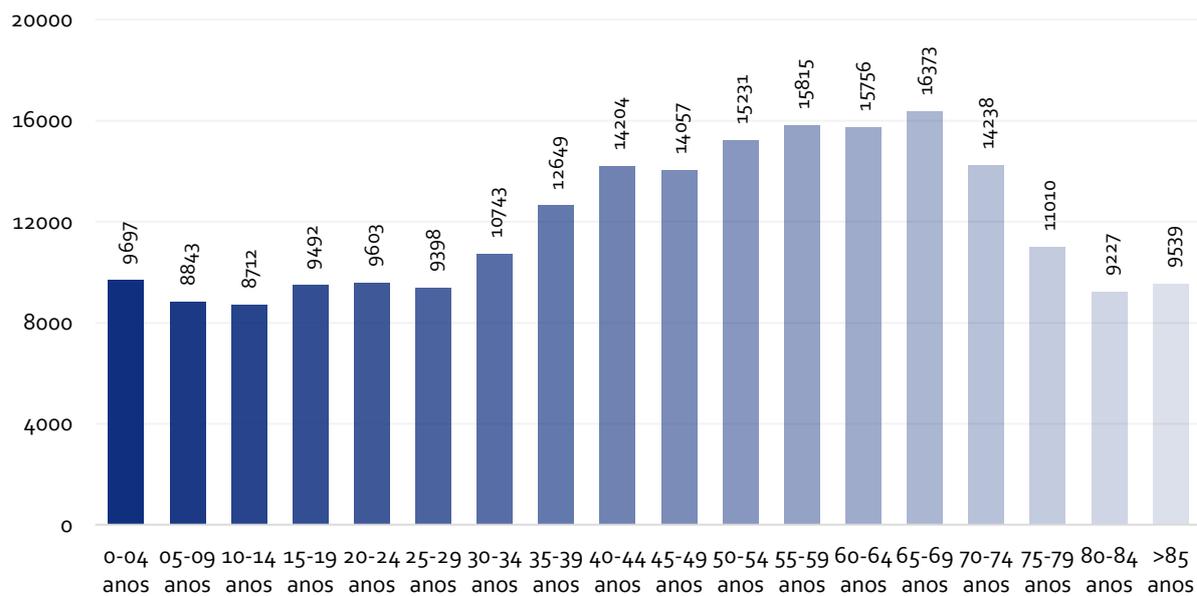


Figura A.8. População residente, por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: INE²¹)

²¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=b&d&selTab=tab2 (acedido em 2 de julho de 2018).

RENOVAÇÃO POPULACIONAL: NASCIMENTOS, ÓBITOS E CRESCIMENTO NATURAL

Depois de apresentados os indicadores caracterizadores do perfil demográfico da população residente, passa-se à apresentação de um conjunto de indicadores caracterizadores dos percursos de evolução demográfica da população residente no concelho do Porto.

Na Figura A.9. apresenta-se graficamente a evolução dos **nados-vivos** e dos **óbitos** no concelho do Porto, para o triénio 2014-2016.

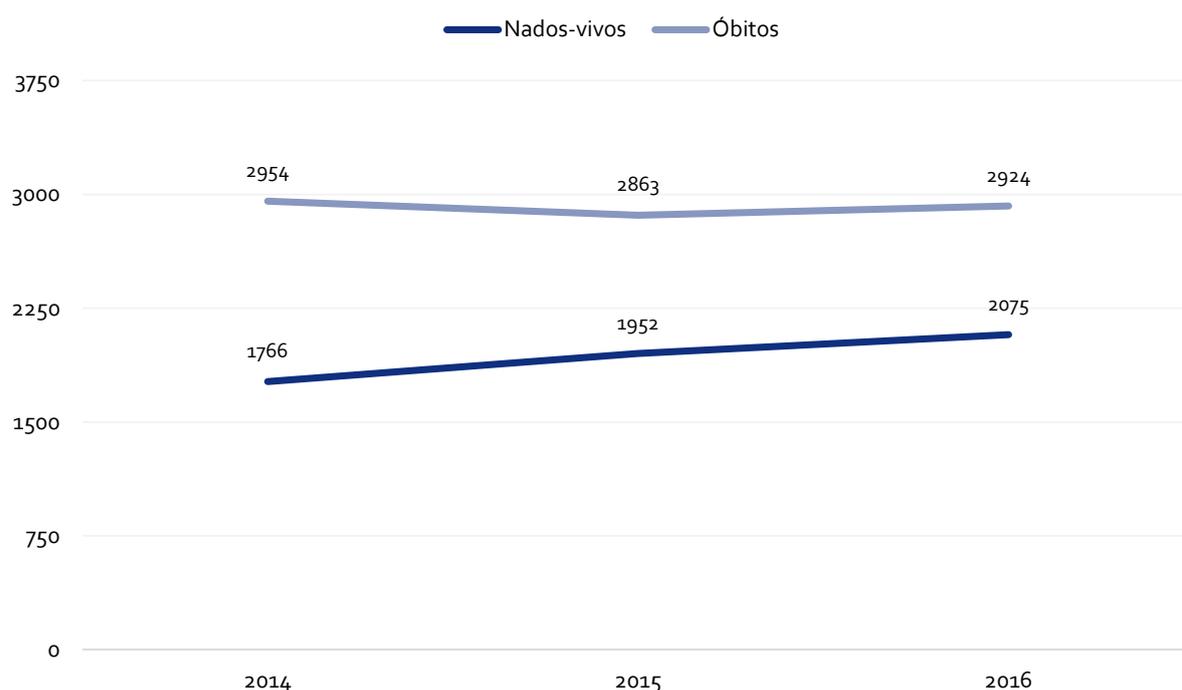


Figura A.9. Nados-vivos e óbitos, Porto, 2014-2016 (em número; Fonte: INE²²)

A análise dos dados constantes na Figura A.9. mostra que no triénio 2014-2017, houve um incremento de 17.5% nos nados-vivos no concelho (passando de 1 766 em 2014, para 2 075 em 2016). Quanto ao número de óbitos, este manteve-se relativamente estável (2 954, em 2014, e 2 924, em 2016).

²²https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008234&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018) e https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008235&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018).

A Figura A.10. apresenta os dados relativos à **taxa de crescimento natural** no triénio de 2014-2016, para Portugal, o Continente, a Região Norte, a Área Metropolitana do Porto (doravante designada por AMP) e o concelho do Porto.²³

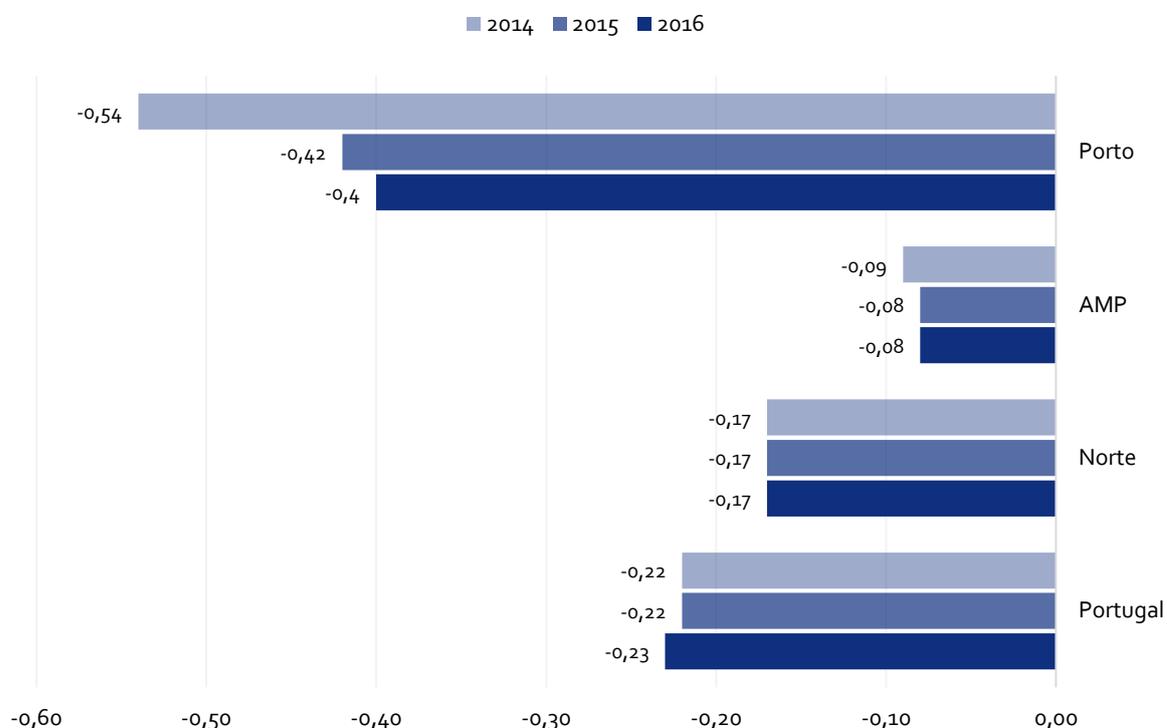


Figura A.10. Taxa de crescimento natural, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em percentagem; Fonte: INE²⁴)

A discrepância entre o número de nascimentos e o número de óbitos, com primazia dos últimos sobre os primeiros, conduziu a taxas de crescimento negativas. Assim, apesar do concelho ter vindo a apresentar ligeiras subidas na taxa de crescimento natural, continuava a apresentar uma taxa de crescimento natural negativa em 2016, de -0.4%. Aliás, todas as áreas de referência em análise no período compreendido entre 2014 e 2016, apresentaram taxas de crescimento natural negativas. Ainda assim, o concelho do Porto foi a área que apresentou a taxa de crescimento natural mais baixa, em cada um dos anos (-0.54%, -0.42 e -0.4, respetivamente para 2014, 2015 e 2016) (cf. Figura A.10.).

Estes dados revelam que existe uma tendência de crescimento negativo que é transversal a todo o território nacional e que se tem vindo a agravar, embora se tenha assistido a uma pequena

²³ A taxa de crescimento natural é o saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e mortes, por cada 1000 residentes. Assim, refere-se ao saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

²⁴ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008263&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 28 de março de 2018).

melhoria no território da AMP e no concelho do Porto, no período compreendido entre 2014 e 2016.

De seguida apresenta-se na Figura A.11. os valores das **taxas brutas de natalidade e mortalidade**, no ano de 2016, para o concelho do Porto e restantes áreas geográficas de referência.²⁵

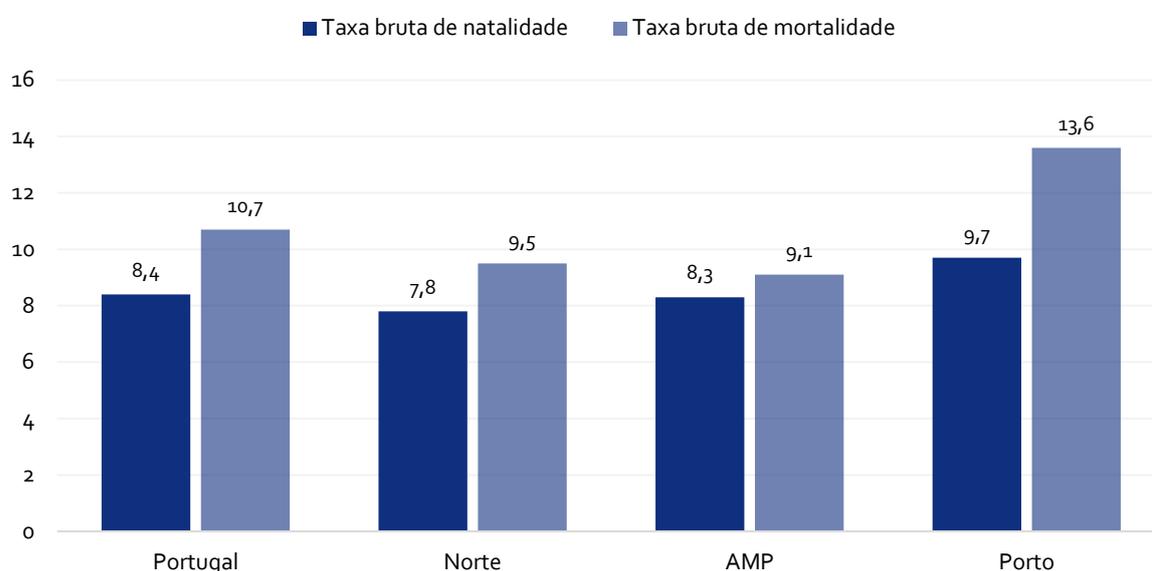


Figura A.11. Taxa bruta de natalidade e mortalidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE²⁶)

Analisando a Figura A.11. constata-se que, no ano de 2016, o concelho do Porto apresentou a taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade mais altas, das áreas geográficas de referência em análise (9.7‰ e 13.6‰, respetivamente). Em todas as áreas, incluindo o concelho do Porto, a taxa bruta de mortalidade foi sistematicamente superior à taxa bruta de natalidade.

²⁵Taxa bruta de natalidade = Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Taxa bruta de mortalidade = Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes).

²⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008265&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2; https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 4 de abril de 2018).

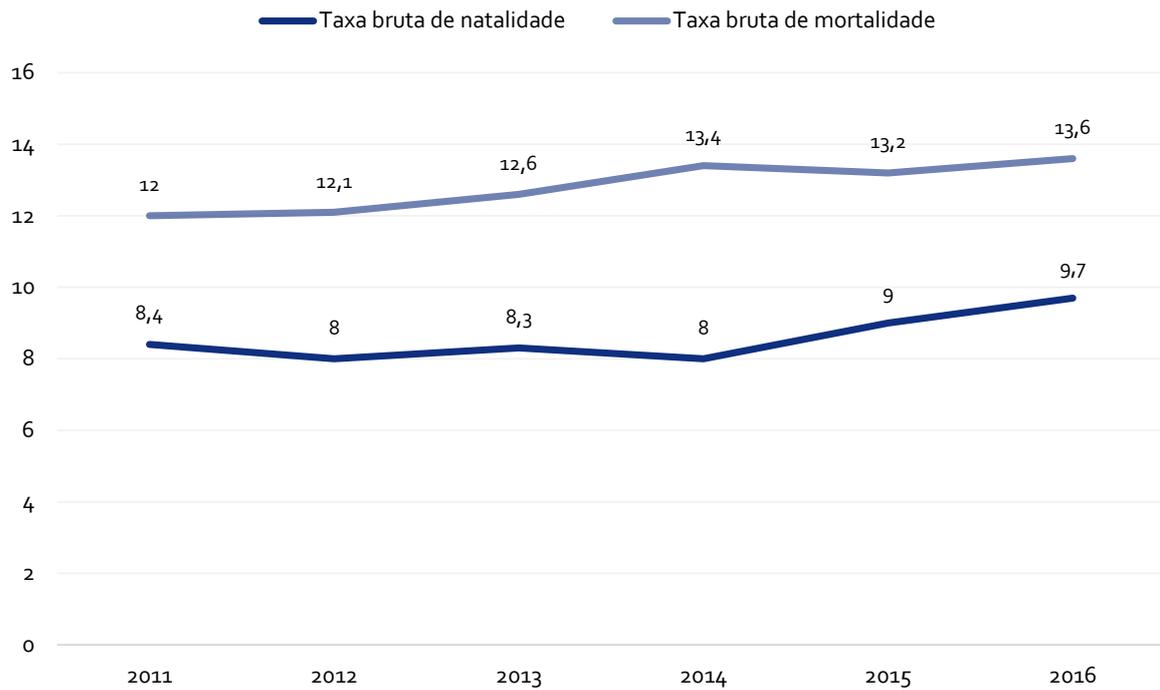


Figura A.12. Taxa bruta de natalidade e mortalidade, Porto, 2011-2016 (em permilagem; Fonte: INE²⁷)

A Figura A.12. mostra que no concelho do Porto a taxa bruta de natalidade se manteve relativamente estável entre 2011 (8.4‰) e 2014 (8‰), tendo vindo a aumentar desde então. Por outro lado, a taxa bruta de mortalidade tem vindo a aumentar entre 2011 e 2016, passando de 12‰ para 13.6‰.

Na Figura A.13. são apresentados os dados relativos à evolução da **taxa de fecundidade** para o concelho do Porto e restantes áreas geográficas de referência²⁸.

²⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008265&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2; https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 4 de abril de 2018).

²⁸ A taxa de fecundidade mede a relação entre os nados-vivos e a população feminina em idade fértil, entre os 15 e os 49 anos de idade.

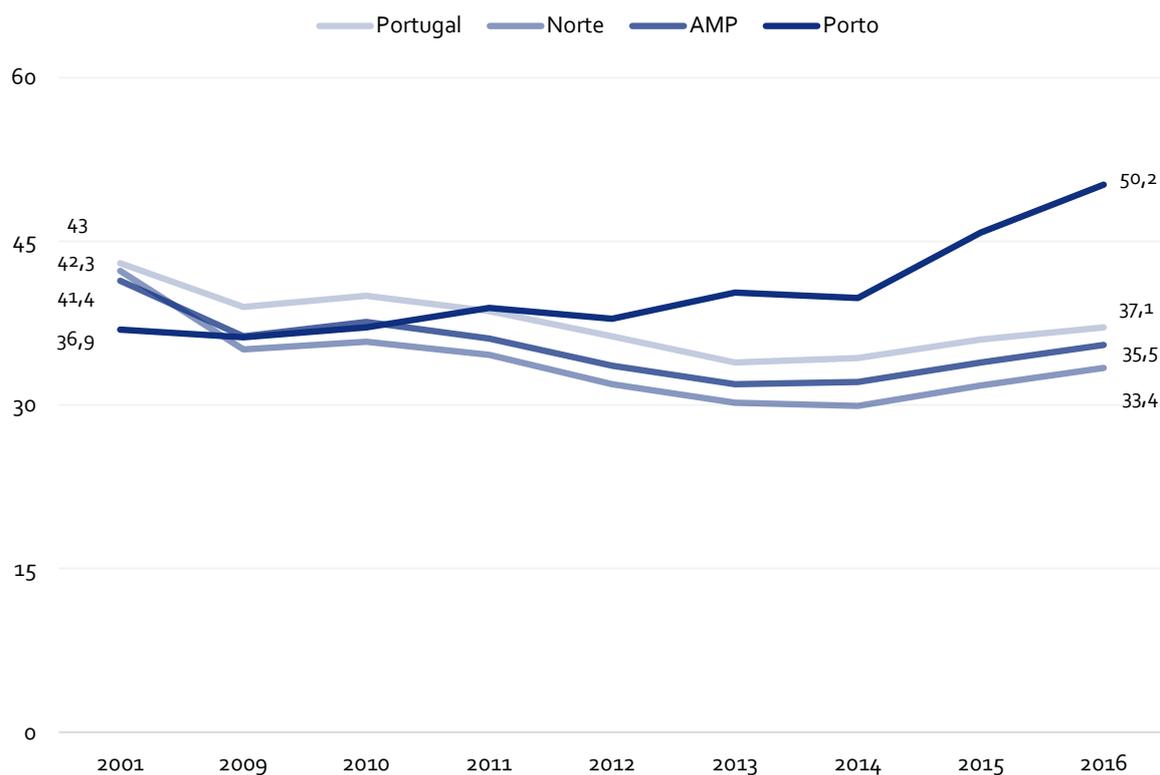


Figura A.13. Taxa de fecundidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2001-2016 (em per milagem; Fonte: Pordata²⁹)

Da análise da Figura A.13. observa-se que, a par da subida na taxa de natalidade, também a taxa de fecundidade no concelho do Porto sofreu um incremento significativo desde 2001 (13.3%), tendo passado de 36.9 ‰ para 50.2 ‰.

Também se constata que, dos espaços geográficos de referência em análise, apenas no concelho do Porto se assistiu a um aumento da taxa de fecundidade, tendo a taxa de fecundidade baixado nas restantes áreas geográficas de referência e sendo a taxa de fecundidade do concelho do Porto a mais elevada em 2016, dos espaços geográficos de referência, com um valor de 50.2‰ (com os restantes espaços a apresentarem taxas ao redor dos 35-37‰). De referir, ainda, que em 2016 o concelho do Porto teve a terceira taxa de fecundidade mais alta do conjunto de concelhos do país (em primeiro lugar, ficou o concelho de Lisboa com uma taxa de 62.6‰ e em segundo lugar o concelho de Belmonte, com uma taxa de 50.6‰).

Quanto à evolução do **índice sintético de fecundidade**, apresenta-se na Figura A.14. os dados.³⁰

²⁹<https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+fecundidade+geral-369> (acedido em 2 de maio de 2018).

³⁰Este índice diz respeito ao número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil, dos 15 aos 49 anos de idade.

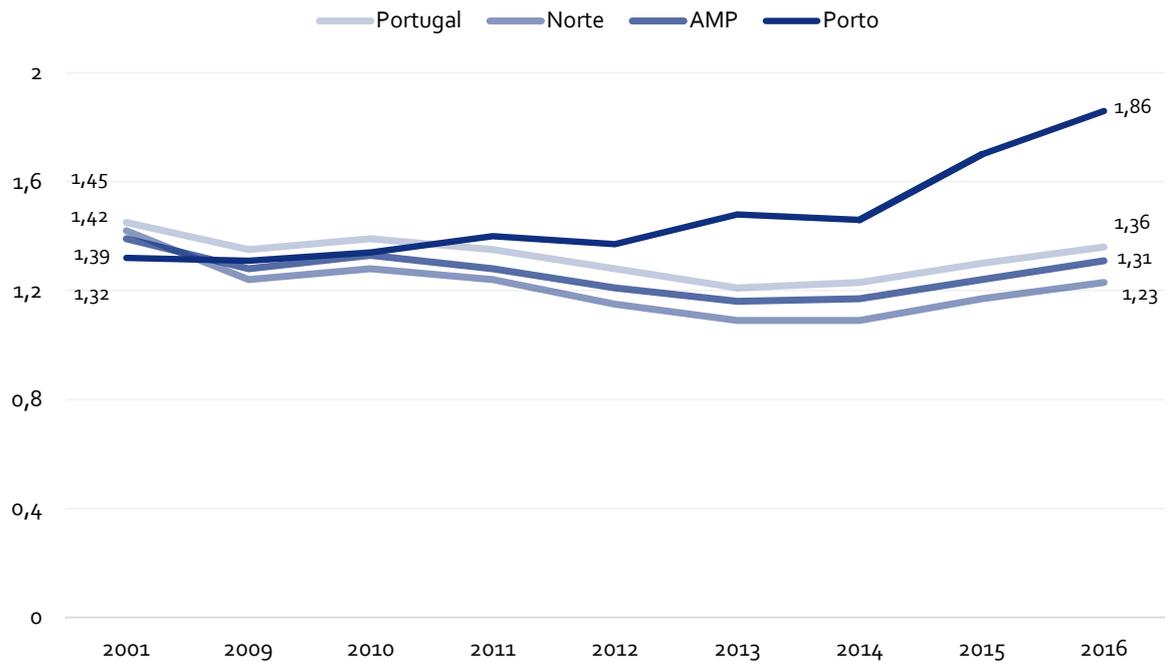


Figura A.14. Índice sintético de fecundidade, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2001-2016 (em número; Fonte: Pordata³¹)

Da análise da Figura A.14. constata-se que, em 2001, o concelho do Porto apresentava o índice sintético de fecundidade mais baixo (1.39) do conjunto das áreas geográficas de referência em análise (Portugal: 1.45; Região Norte: 1.42; AMP: 1.39), mas no período compreendido entre 2001 e 2016 foi também o que apresentou a maior subida neste índice, passando para 1.83 filhas/os por mulher em idade fértil, em 2016, o que evidencia uma tendência de recuperação significativa (nas restantes áreas o índice baixou nesse período de tempo).

³¹<https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%8Dndice+sint%C3%A9tico+de+fecundidade-739> (acedido em 2 de maio de 2018).

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SALDOS POPULACIONAIS

No seguinte conjunto de quatro figuras são apresentados os dados referentes a quatro indicadores, relativos às dinâmicas naturais no concelho do Porto. Primeiro o indicador relativo à **taxa de crescimento migratório**, seguido da evolução da **população estrangeira residente** no concelho do Porto, depois o indicador relativo à **taxa de crescimento efetivo** e, finalmente, dos dados relativos à evolução dos **saldos populacionais anuais: total, natural e migratório**.

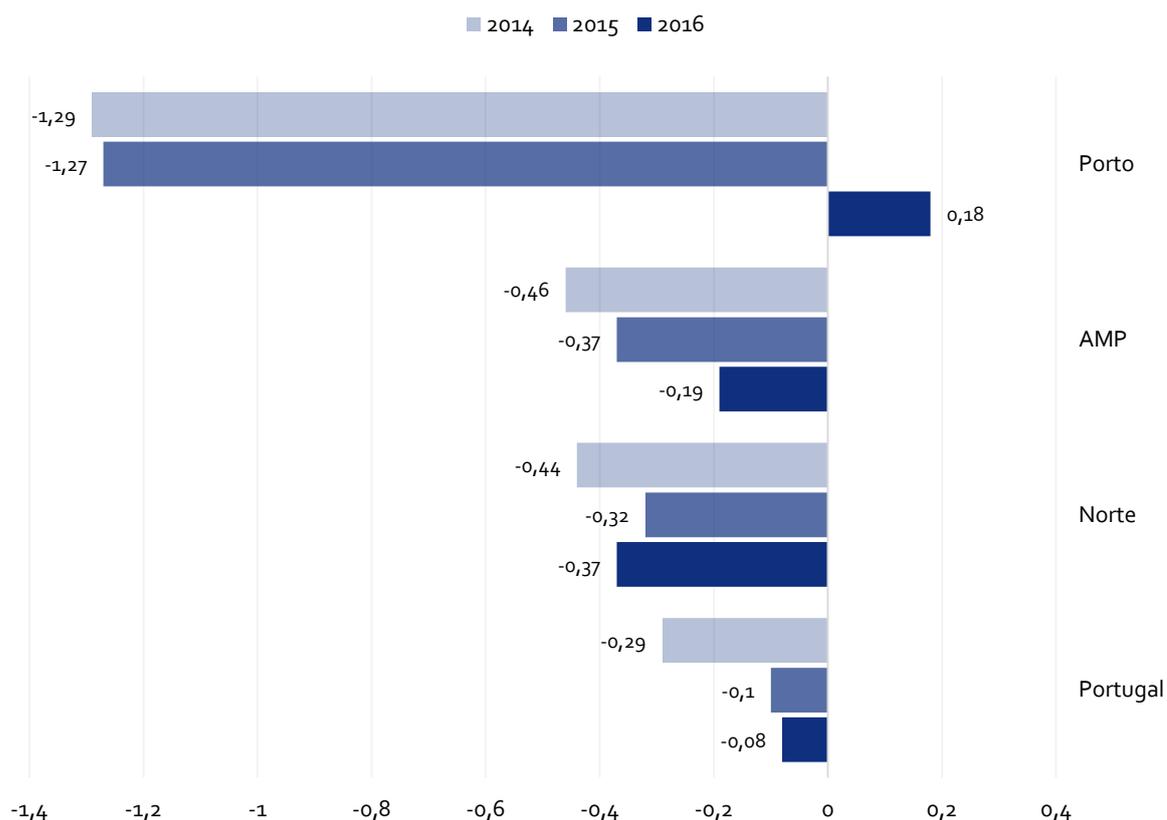


Figura A.15. Taxa de crescimento migratório, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em permilagem; Fonte: INE³²)

No que diz respeito à **taxa de crescimento migratório**, apresentada na Figura A.15, constata-se que, no período de tempo compreendido entre 2014 e 2016, essa taxa aumentou em todas as áreas geográficas de referência e, de forma particularmente acentuada, no concelho do Porto, passando do valor mais baixo em 2014 (-1.29‰), para o valor mais elevado (e positivo) em 2016 (0.18 ‰).³³

³²https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008253&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 3 de maio de 2018).

³³Esta taxa reflete a diferença entre o fluxo populacional de entrada (imigrantes) e o fluxo populacional de saída (emigrantes).

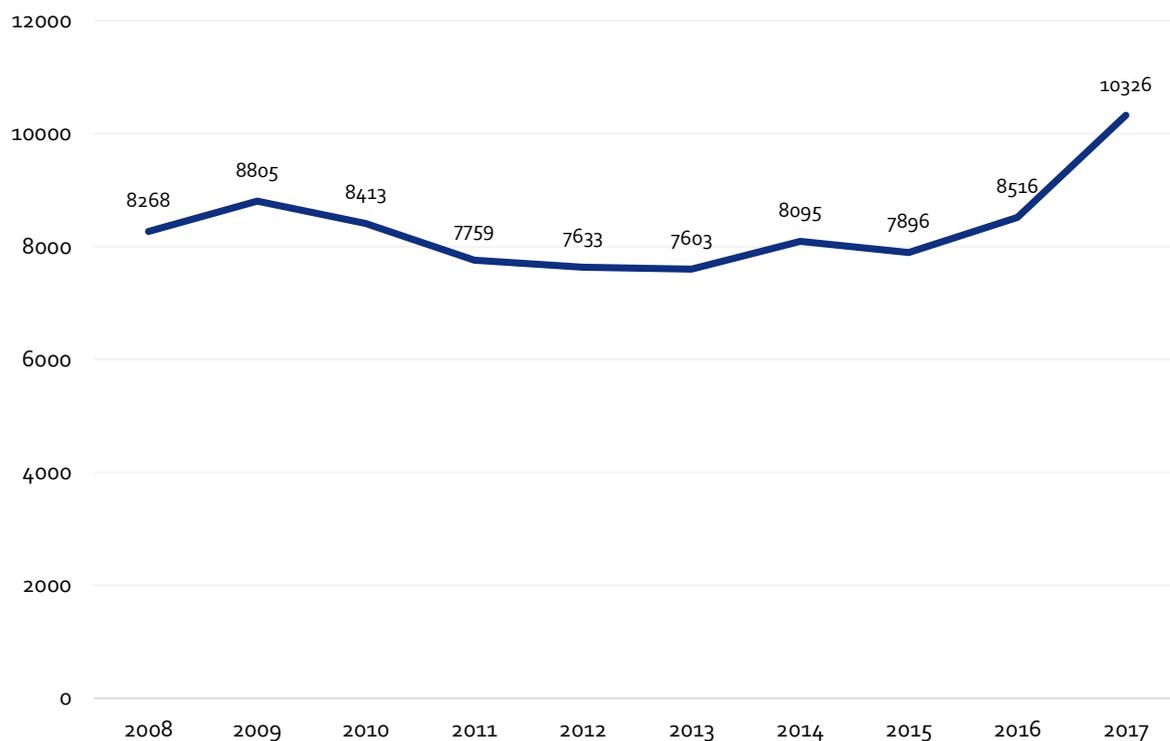


Figura A.16. População estrangeira residente, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: SEF³⁴)

Como se pode verificar na Figura A.16., entre 2008 e 2017, a **população estrangeira residente** no Porto não sofreu variações substanciais. Entretanto, em 2017 verificou-se um aumento de 1 810 imigrantes, passando a cifrar-se o número de imigrantes a residirem no concelho em 10 326 (5 488 mulheres). Este número representava 2.45% da população estrangeira residente em Portugal e 3.97% da população residente no Porto, sendo o distrito do Porto o quarto com mais população estrangeira no país.

³⁴<https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 4 de maio de 2018).

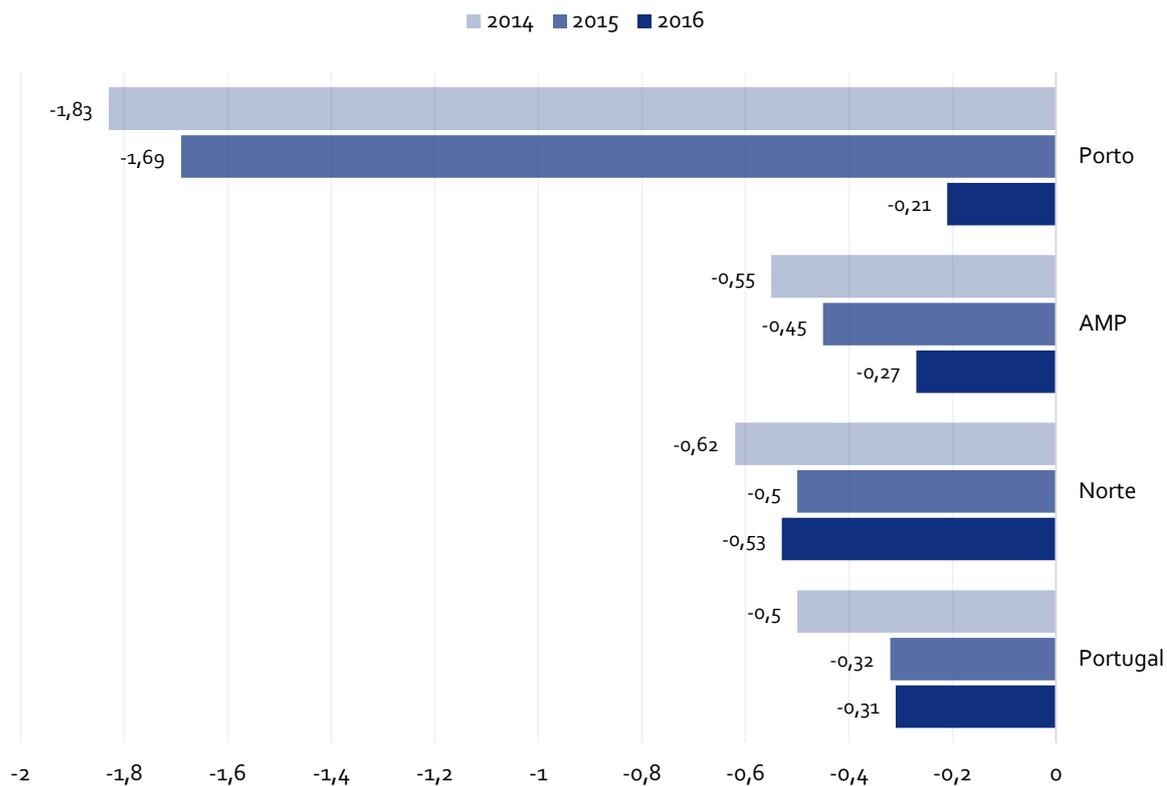


Figura A.17. Taxa de crescimento efetivo, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em per milagem; Fonte: INE³⁵)

Pela análise da Figura A.17. constata-se que o padrão evolutivo da **taxa de crescimento efetivo**, reproduziu aquele anteriormente descrito para a taxa de crescimento migratório, isto é, no período de tempo compreendido entre 2014 e 2016, a taxa de crescimento efetivo aumentou em todas as áreas geográficas de referência e, de forma muito acentuada, no concelho do Porto, passando do valor mais baixo em 2014 (-1.83‰), para o valor mais elevado (mas ainda negativo) em 2016 (-0.21‰).³⁶

Na Figura A.18. sintetiza-se os indicadores relativos à dinâmica natural no concelho do Porto, no período compreendido entre 2001 e 2016.

³⁵https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008262&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 2 de maio de 2018).

³⁶A taxa de crescimento efetivo corresponde ao somatório da diferença entre a natalidade e a mortalidade e da diferença entre a imigração e a emigração.

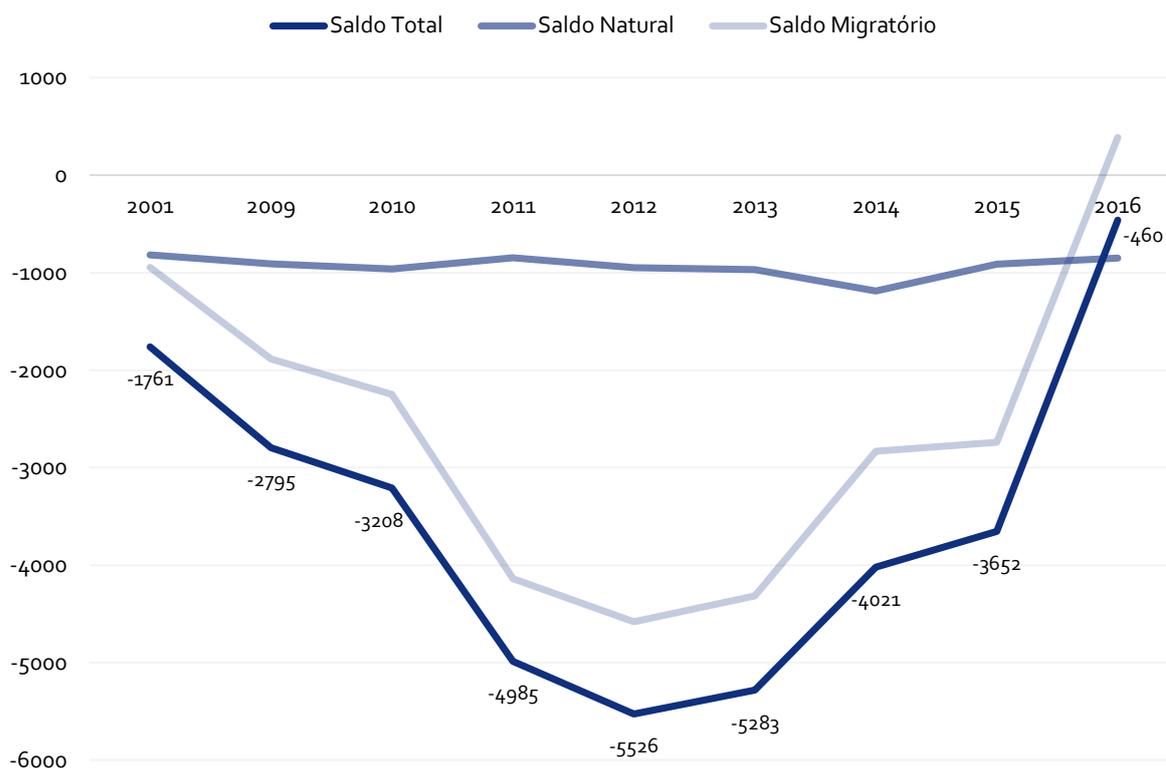


Figura A.18. Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório, Porto, 2001-2016 (em número; Fonte: Pordata³⁷)

Analisando a Figura A.18. verifica-se que se assistiu, no intervalo temporal de 2001 a 2016, a uma melhoria significativa do **saldo total** (passou de -1 761 indivíduos, em 2001, para -460 indivíduos, em 2016, o que corresponde a um aumento aproximado de 74%) e do **saldo migratório** (que passou de -944 indivíduos, em 2001, para 389 indivíduos, em 2016, o que corresponde a um aumento aproximado de 141%). O **saldo natural** manteve-se estável (e negativo).³⁸

³⁷<https://www.pordata.pt/Municipios/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-376> (acedido em 2 de maio de 2018).

³⁸ O saldo total corresponde aos efetivos populacionais no final do ano civil - efetivos populacionais no início do ano civil. O saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram. O saldo natural corresponde ao total de nados-vivos no ano civil - total de óbitos no ano civil.

RENOVAÇÃO POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

Analisando a evolução do **índice de renovação da população em idade ativa** no concelho do Porto, verifica-se que existiu uma quebra acentuada, entre 2011 e 2015, de quase 17%, tendo atingido, em 2015, o seu valor mais baixo (57.3%). Entre 2015 e 2017 ocorreu um aumento de quase três pontos percentuais, passando dos 57.3%, em 2015, para os 60.2%, em 2017. (cf. Figura A.19.).³⁹

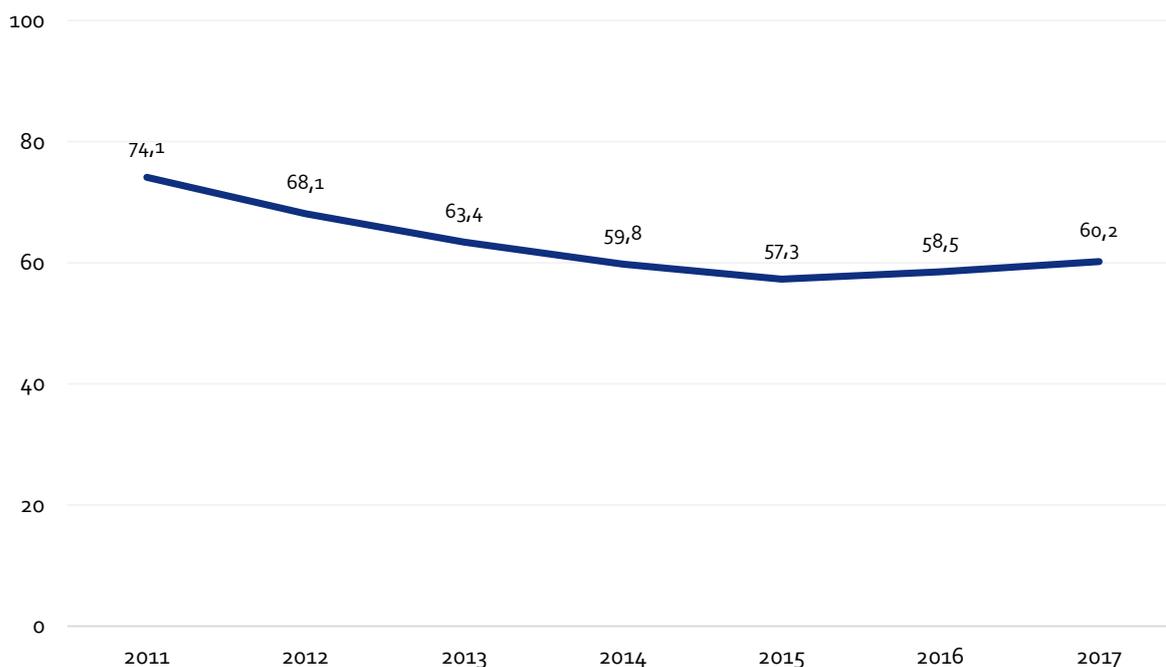


Figura A.19. Índice de renovação da população em idade ativa, Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁰)

³⁹ Este índice corresponde à relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

⁴⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008267&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 14 de julho de 2018).

Da análise da Figura A.20. verifica-se que, no ano de 2017, o concelho do Porto tinha o **índice de renovação da população em idade ativa** mais baixo (60.2%), no conjunto das quatro áreas de referência em análise (Portugal: 78.7%; Norte: 79%; AMP: 74.7%).

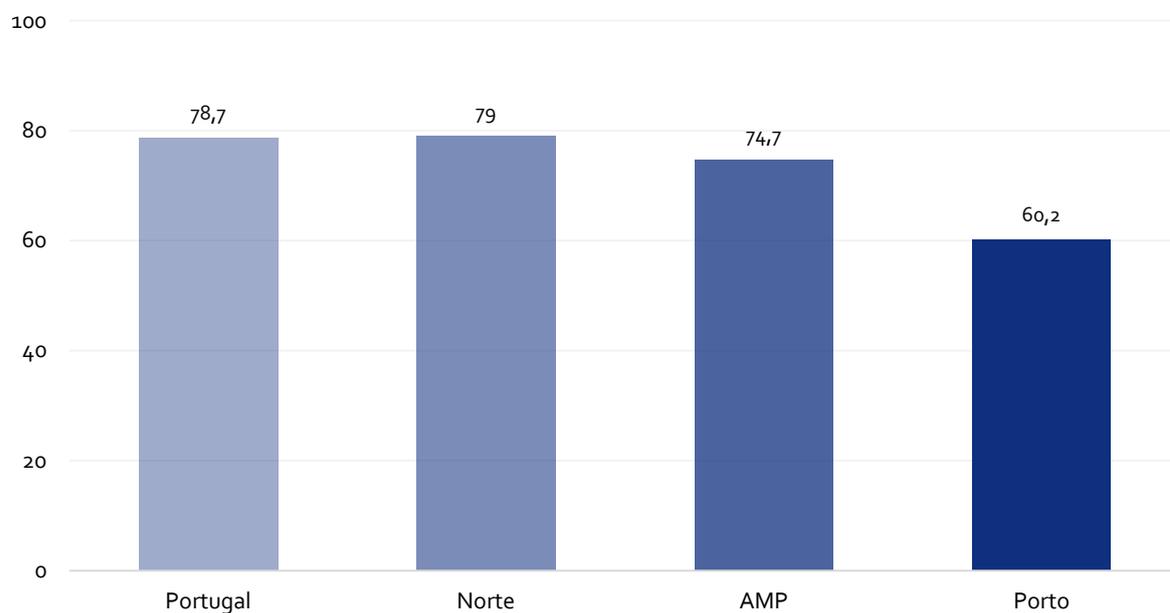


Figura A.20. Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE⁴¹)

⁴¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008267&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 14 de julho de 2018).

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Prosegue-se com a apresentação nas Figuras A.21. e A.22. dos dados relativos ao **índice de envelhecimento**.⁴²

Primeiro apresenta-se na Figura A.21. o índice de envelhecimento em 2011, à data dos Censos, por freguesia/união de freguesias.

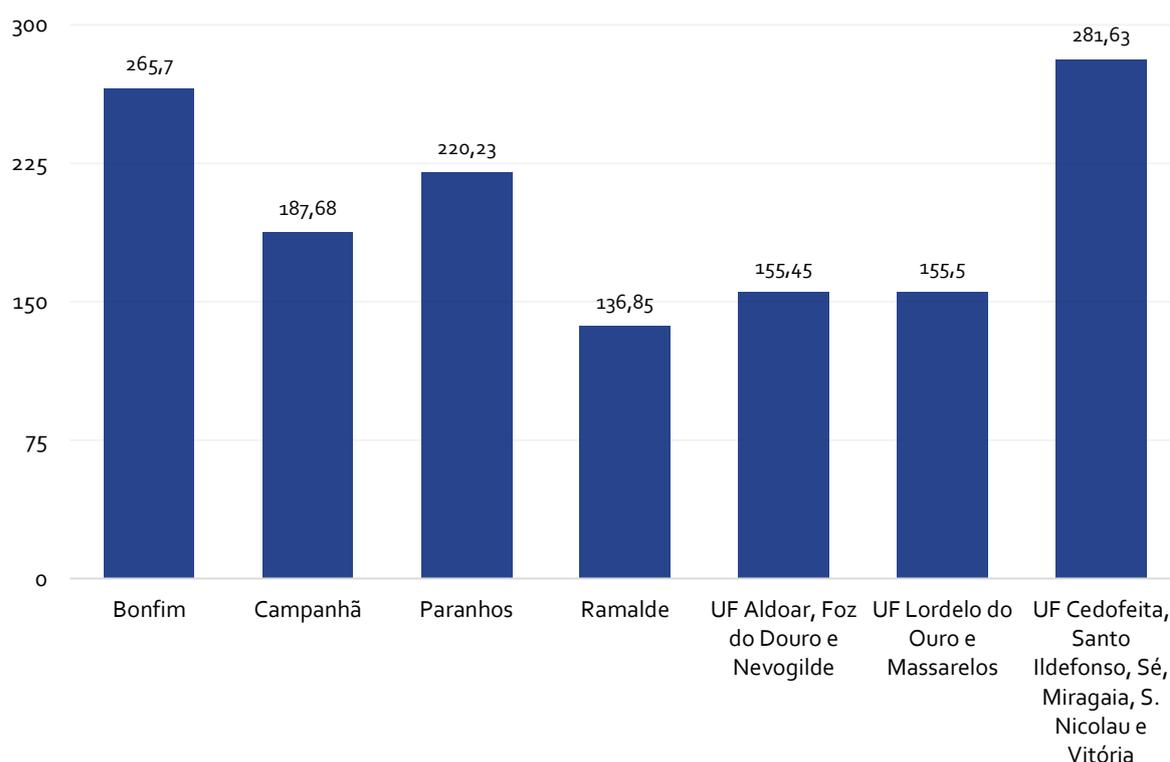


Figura A.21. Índice de envelhecimento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁴³)

Constata-se, da observação da Figura A.21., que a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que apresentava o **índice de envelhecimento** mais elevado (281.63%). Adicionalmente destaca-se que três das freguesias que compõem esta união de freguesias, apresentavam índices de envelhecimento acima dos 300% (Vitória com 329.65%, Miragaia com 306.29% e Santo Ildefonso com 306.28%).

⁴²Este índice é definido habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

⁴³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006041&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018).

Por outro lado, a freguesia com o índice de envelhecimento mais baixo era Ramalde (136.85%), seguida da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (155.45%) e da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (155.50%).

Seguidamente, apresenta-se na Figura A.22. dados que comparam o índice de envelhecimento, em 2016, do concelho do Porto com as outras áreas geográficas de referência.

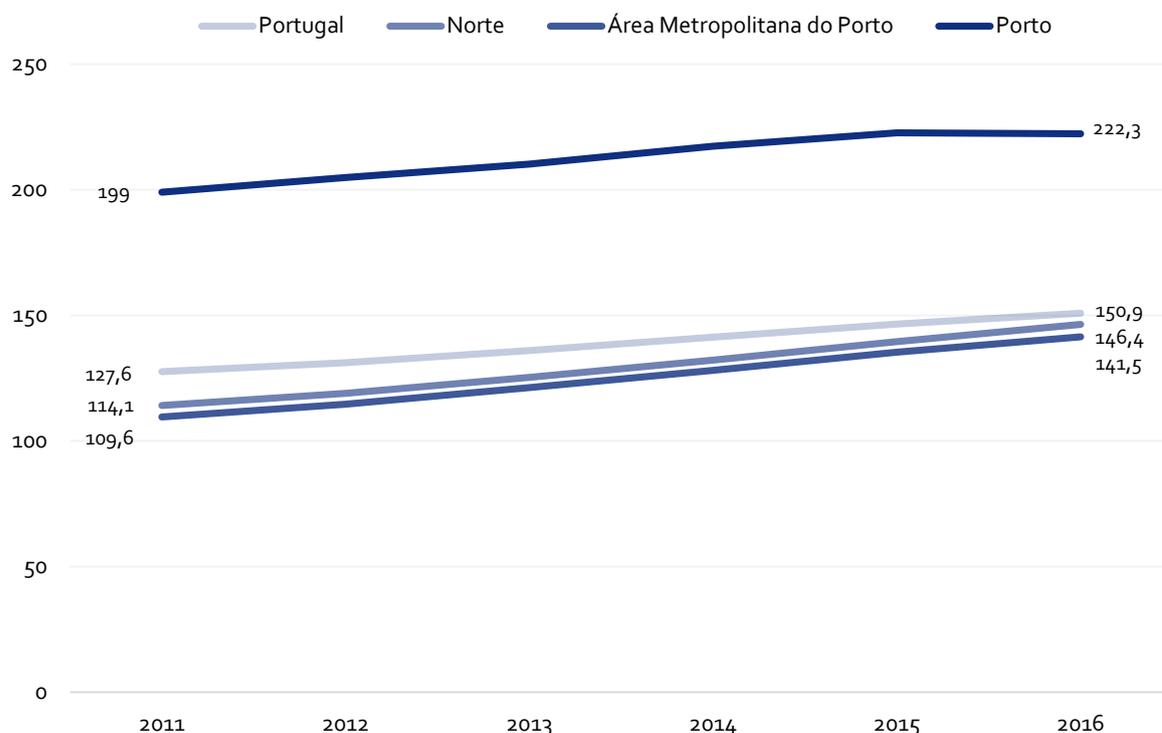


Figura A.22. Índice de envelhecimento, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁴)

Da análise da Figura A.22. constata-se que, em 2016, o concelho do Porto apresentava o índice de envelhecimento mais elevado, de 222.3%, quando comparado com as restantes áreas geográficas em análise, que apresentavam índices de envelhecimento a variarem entre 141.5% (AMP) e 150.9% (Portugal).

Analisando a evolução deste índice no concelho do Porto, de 2011 até 2016, revela-se um padrão de constante e acentuado envelhecimento da população residente no concelho do Porto, tendo passado de 199% em 2011, para 222.3% em 2016.

⁴⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 13 de março de 2018).

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA POPULACIONAL

Em relação ao **índice de dependência**, são apresentados na Figura A.23. os dados relativos ao índice de dependência total, índice de dependência de jovens e índice de dependência de idosos.⁴⁵

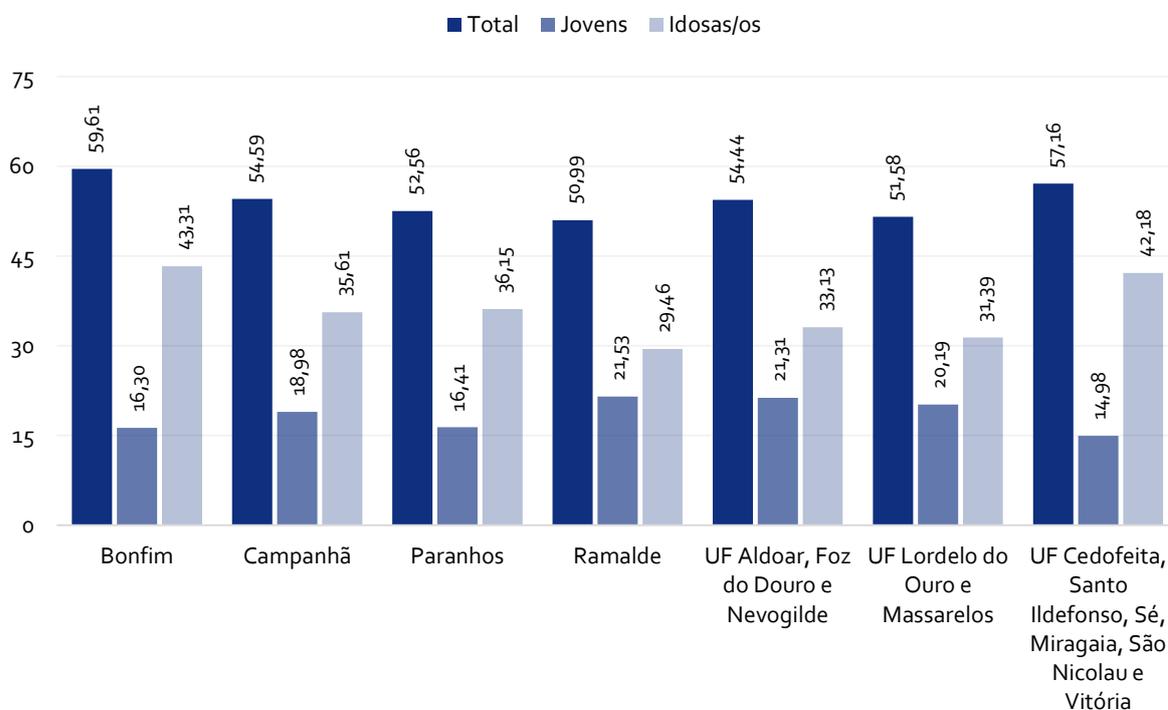


Figura A.23. Índices de dependência total, idosos e jovens, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁶)

As freguesias/uniões de freguesia com o **índice de dependência total** mais elevado foram o Bonfim (59.61%), seguido da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S.

⁴⁵ Índice de dependência total reporta-se à relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de jovens refere-se à relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de idosas/os representa a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos

⁴⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006046&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018);
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006046&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018);
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006046&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018).

Nicolau e Vitória (57.16%). Ramalde foi a freguesia com o índice de dependência total mais baixo (50.99%), seguida da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (51.58%).

Quanto ao **índice de dependência de jovens**, a freguesia de Ramalde era a que apresentava o índice de dependência de jovens mais elevado (21.53%), seguida da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (21.31%). Por outro lado, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que apresentava o índice de dependência de jovens mais baixo (14.98%), seguida da freguesia do Bonfim (16.30%).

Finalmente, a freguesia do Bonfim apresentava o **índice de dependência de idosos** mais elevado (43.31%), seguida da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (42.18%). A freguesia com o índice de dependência de idosos mais baixo era Ramalde (29,46%), seguida da União de Lordelo do Ouro e Massarelos (31.39%).

De notar que o Bonfim e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória eram as que apresentavam o maior índice de dependência total, ao mesmo tempo que eram dos territórios concelhios que apresentavam índices de dependência de jovens mais baixos e índices de dependência de idosos mais elevados, o que reflete bem o envelhecimento populacional acentuado que existia neste conjunto de freguesias do concelho do Porto.

As Figuras A.24, A.25. e A.26. apresentam a evolução dos três índices de dependência (total, idosos e jovens) para o concelho do Porto e restantes áreas geográficas de referência, entre os anos de 2011 e 2017.

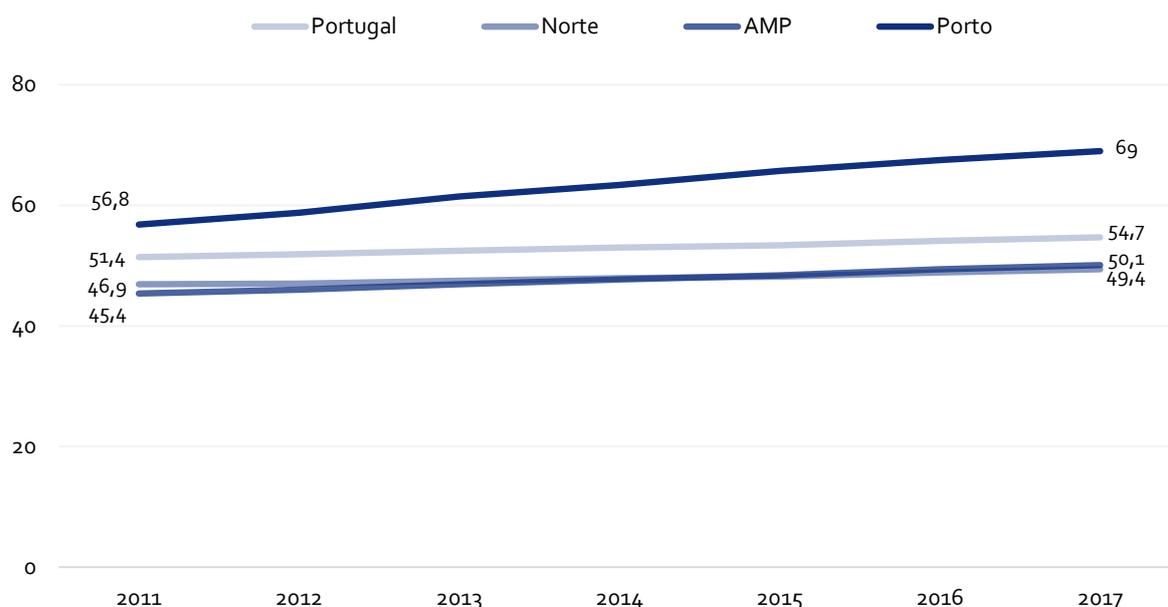


Figura A.24. Índice de dependência total, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁷)

Em 2017, o concelho do Porto apresentava o **índice de dependência total** com o valor mais elevado (69%), quando comparado às restantes áreas geográficas de referência, cujos valores variaram entre 49.4% (Região Norte) e 54.7% (Portugal). Destaca-se também que, para todas as áreas geográficas, a tendência dos últimos anos foi de aumento do índice de dependência total, ainda que de forma menos acentuada do que no concelho do Porto (cf. Figura A.24.).

⁴⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008261&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 26 de junho de 2018).

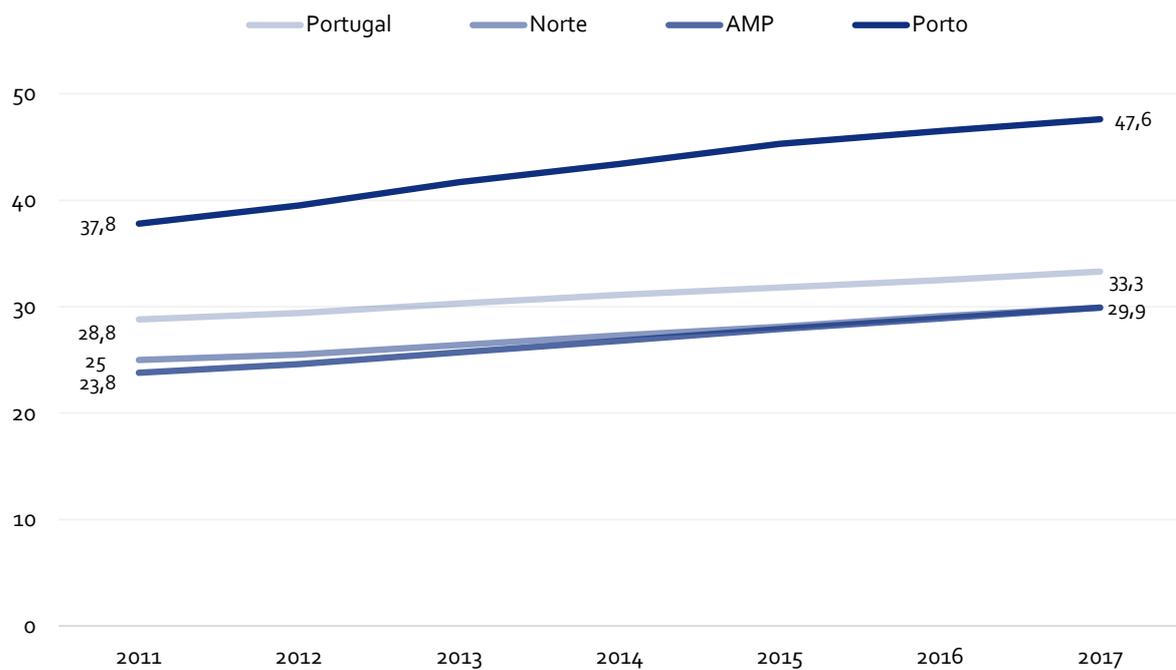


Figura A.25. Índice de dependência de idosos, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁸)

Quanto ao **índice de dependência de idosos**, e da observação da Figura A.25, verifica-se que o concelho do Porto apresentava, em 2017, o índice com o valor mais elevado, de 47.6% (AMP: 29.9%; Região Norte: 29.9%; Portugal: 31.8%). A tendência observada para as áreas geográficas consideradas foi de aumento gradual, ou seja, do aumento do número de pessoas idosas comparativamente à população em idade ativa.

⁴⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008259&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 26 de junho de 2018).

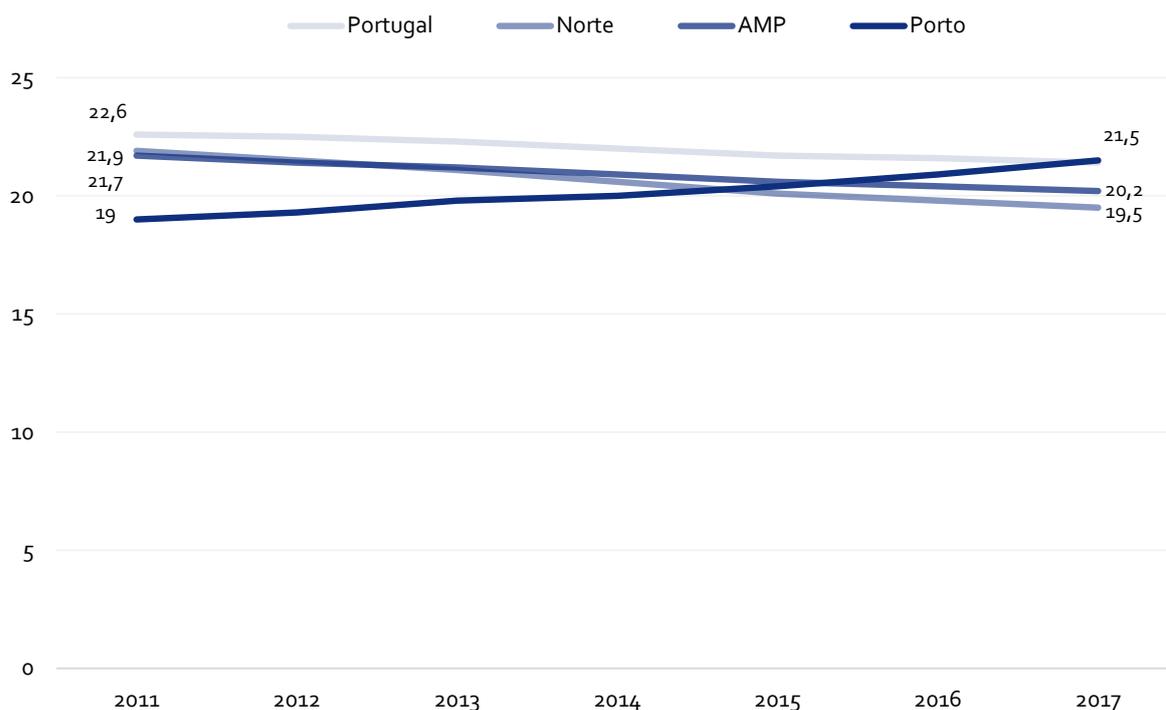


Figura A.26. Índice de dependência de jovens, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE⁴⁹)

Por último, e analisando a Figura A.26., verifica-se que o **índice de dependência de jovens** foi aquele que apresentou menores discrepâncias entre o Porto e as restantes áreas geográficas. Ainda que o Porto apresentasse o valor mais elevado (21.5%), os valores das restantes áreas variavam entre 19.5% (Região Norte) e 21.4% (Portugal). Contrariamente ao que se verificou anteriormente, a tendência de aumento neste índice no concelho do Porto foi menos significativa do que nos outros índices de dependência, sendo que as restantes áreas apresentaram uma tendência decrescente no valor deste índice.

⁴⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008255&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 26 de junho de 2018).

FAMÍLIAS: TIPOLOGIAS E DINÂMICAS

Globalmente, à data dos Censos de 2011, a maioria das famílias do concelho era constituída por duas pessoas, com 32 663 famílias com esta dimensão, o que correspondia a 32.40% do conjunto de famílias. Em segundo lugar surgiam as famílias unipessoais, com 30 736 famílias, ou seja, 30.48%. As famílias com menor representação eram as que eram constituídas por cinco ou mais elementos, que representavam apenas 5.51% (5 555 famílias).

A Figura A.27. apresenta a **estrutura geral das famílias** do concelho do Porto, segundo a sua dimensão nas várias freguesias/uniões de freguesia, à data dos Censos de 2011.

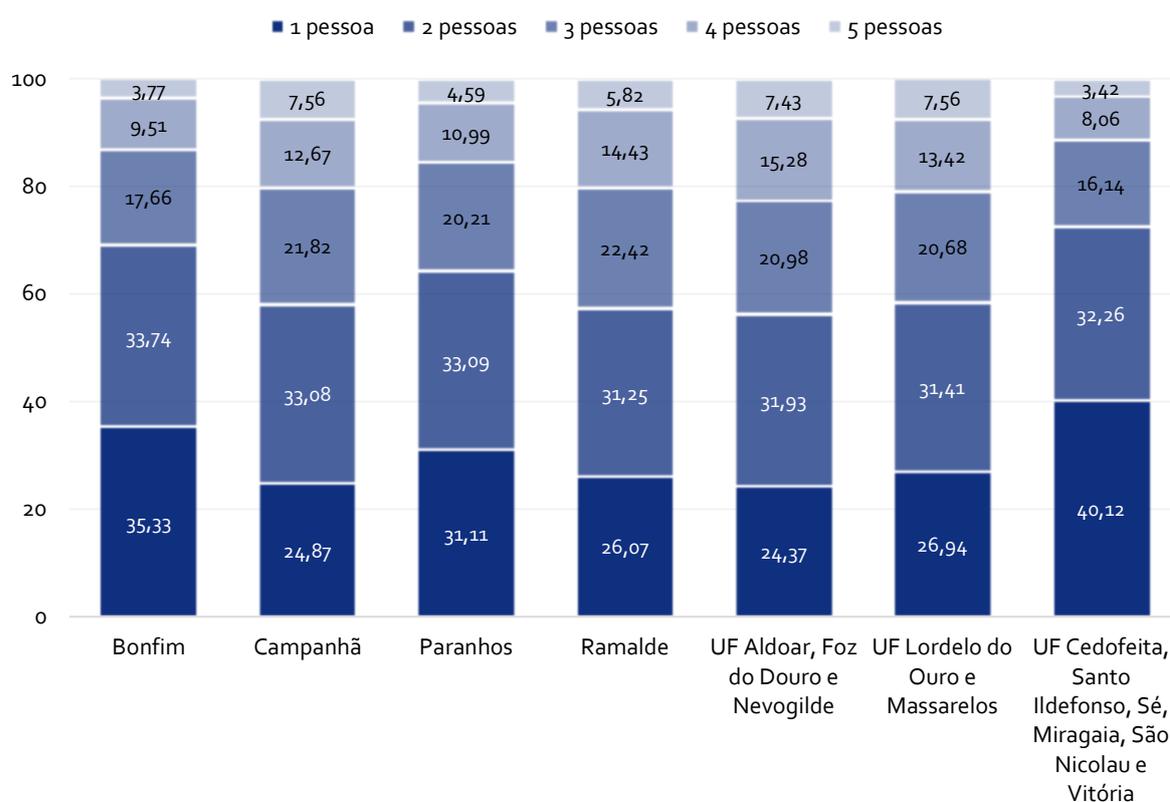


Figura A.27. Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁵⁰)

Observando a Figura A.27. verifica-se, na análise às freguesias/uniões de freguesia, que existiam algumas variações significativas na prevalência de cada dimensão familiar.

⁵⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005978&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018).

Família clássica refere-se ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Nas **famílias unipessoais**, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que tinha a maior percentagem de famílias unipessoais, com 40.12% (7 741) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era a que tinha a menor percentagem, com apenas 24.37% (2 767).

Nas **famílias com duas pessoas** existia uma maior homogeneidade nas percentagens entre as várias freguesias/uniões de freguesia, variando esta configuração familiar entre o mínimo de 31.25% em Ramalde (4 798) e o máximo de 33.74% No Bonfim (3 709).

Nas **famílias com três pessoas**, Ramalde tinha a maior percentagem com 22.42%, que correspondia a 3 442 famílias e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória a menor com 16.14% (3 113). Nas famílias com quatro pessoas, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde tinha a maior proporção com 15.28%, que correspondia a 1 735 famílias e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória tinha a menor com 8.06% (1 555).

Finalmente, na **configuração familiar com cinco ou mais pessoas**, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos existiam 884 famílias (7.56%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória existiam 660 famílias com esta dimensão (3.42%).

No que concerne às **famílias unipessoais**, apresenta-se na Figura A.28. a evolução ocorrida entre 1991 e 2011 na proporção de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade.

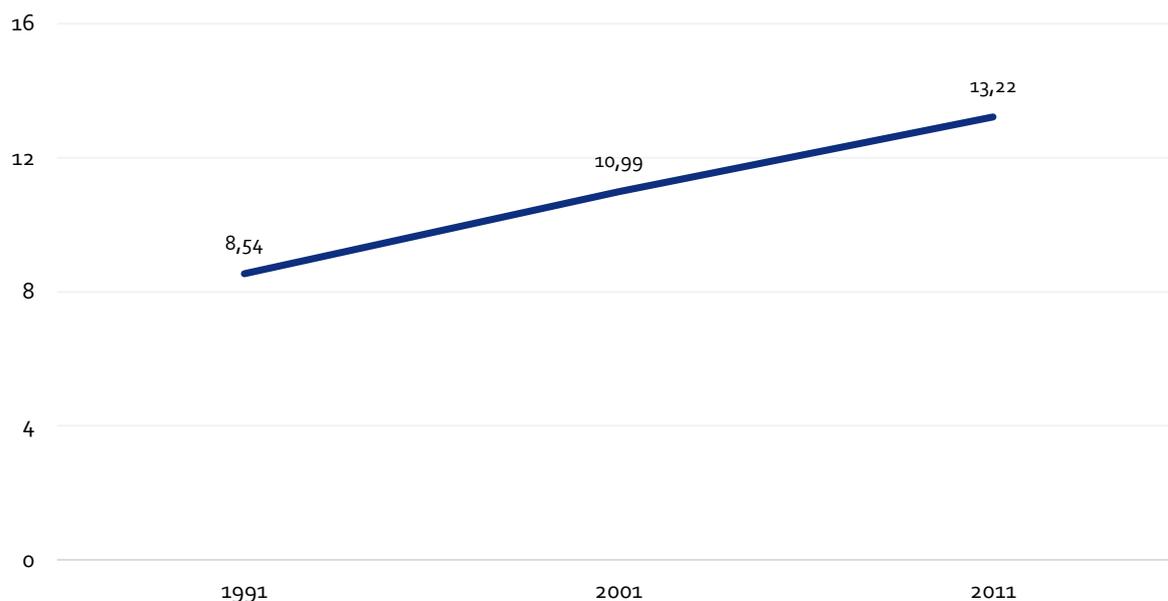


Figura A.28. Famílias clássicas unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos, Porto, 1991-2011 (em percentagem; Fonte: INE⁵¹)

Da análise da Figura A.28. constata-se que, entre 1991 e 2011, aumentou a proporção das **famílias clássicas constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade**. Das 100 826 famílias que existiam no concelho do Porto em 2011, 30 736 eram famílias unipessoais (ou seja, 30.48% do total de famílias), e destas, 13 329 (ou seja, 43.37% das famílias unipessoais) eram famílias unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade (e representavam 13.22% do total das famílias do concelho).

Em 2011, existiam no concelho do Porto 15 477 **famílias monoparentais**. A Figura A.29. mostra a proporção de famílias monoparentais, em 2011, nas quatro áreas geográficas de referência.⁵²

⁵¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2 e https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 29 de maio de 2018).

⁵² Núcleo familiar monoparental = núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s)

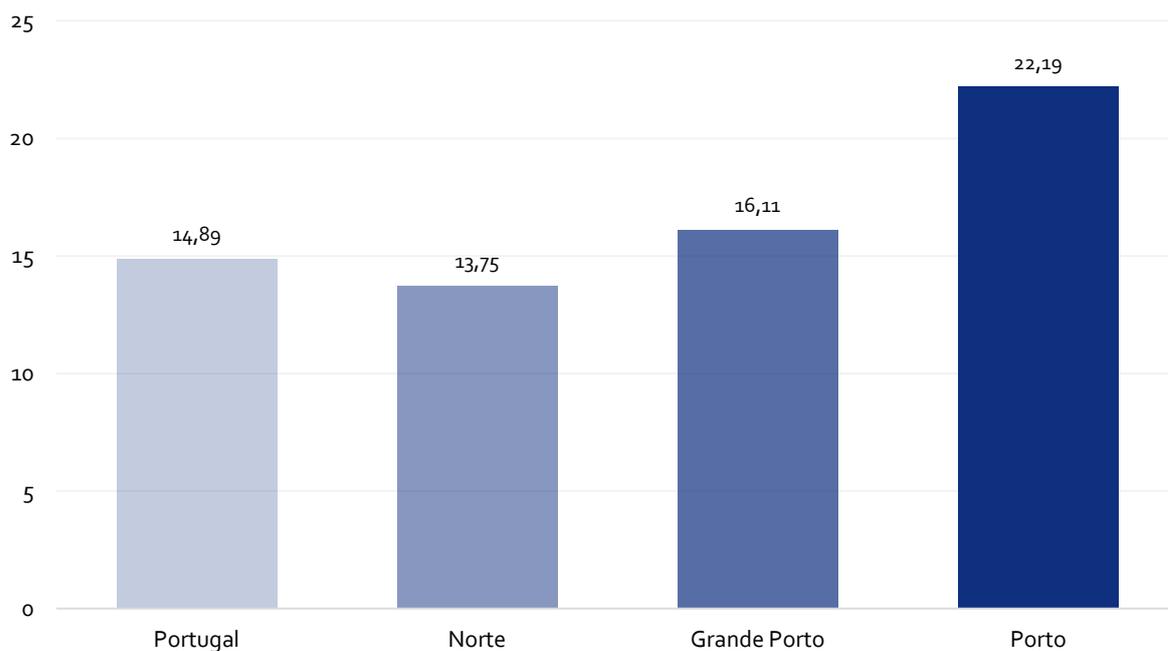


Figura A.29. Núcleos familiares monoparentais, Portugal, Norte, Grande Porto e Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁵³)

Da análise da Figura A.29. constata-se que o concelho do Porto apresentava, por comparação com os restantes territórios de referência, uma prevalência bastante mais expressiva ao nível das **famílias monoparentais**, com 22.19% dos núcleos familiares a assumirem esta configuração (em 2001 eram 18.2%).

Na figura seguinte apresenta-se os dados relativos às famílias monoparentais, em 2011, por freguesia/união de freguesias.

⁵³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 12 de abril de 2018).

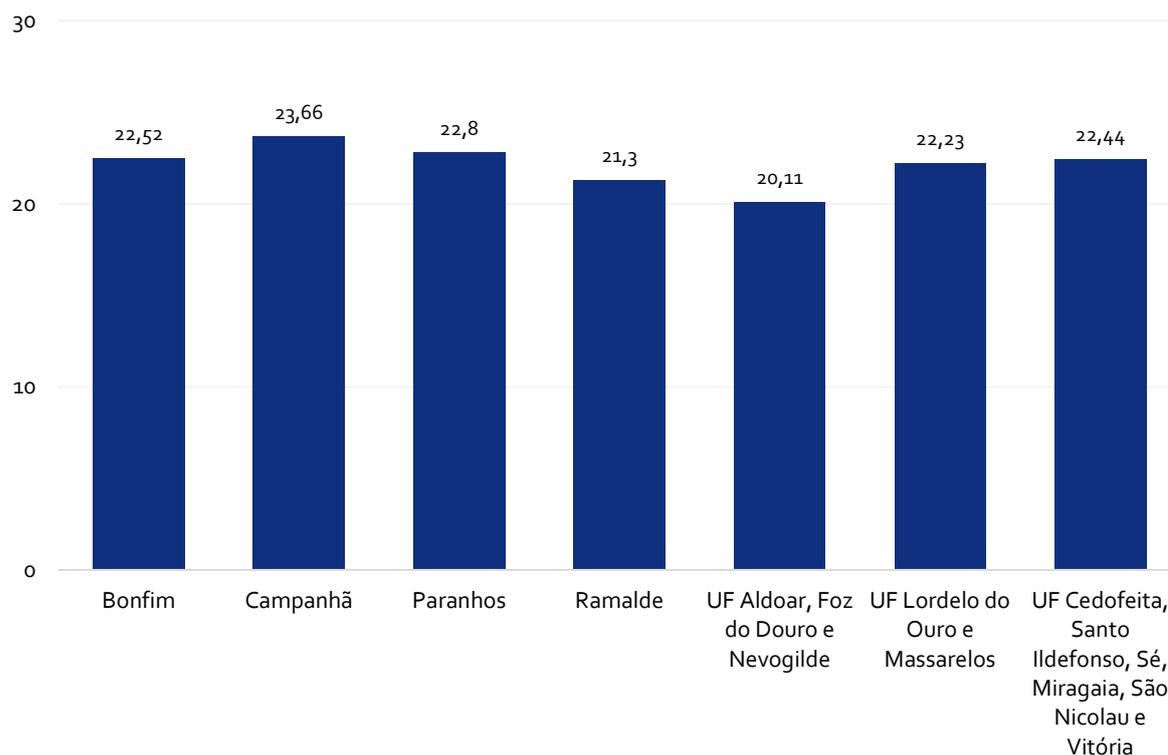


Figura A.30. Núcleos familiares monoparentais, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁵⁴)

As **taxas de famílias monoparentais** por freguesia/união de freguesia rondavam os 20%, com valores a variarem entre o mínimo de 20.11% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 23.66% na freguesia de Campanhã. Na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, as freguesias de S. Nicolau, Vitória e Sé eram as freguesias com taxas de famílias monoparentais mais elevadas, a ultrapassarem os 25% nos três casos (cf. Figura A.30.).

Finalmente, apresenta-se na Figura A.31. os dados relativos às famílias monoparentais, por tipo de núcleo e por freguesia/união de freguesias.

⁵⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006490&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 12 de abril de 2018).

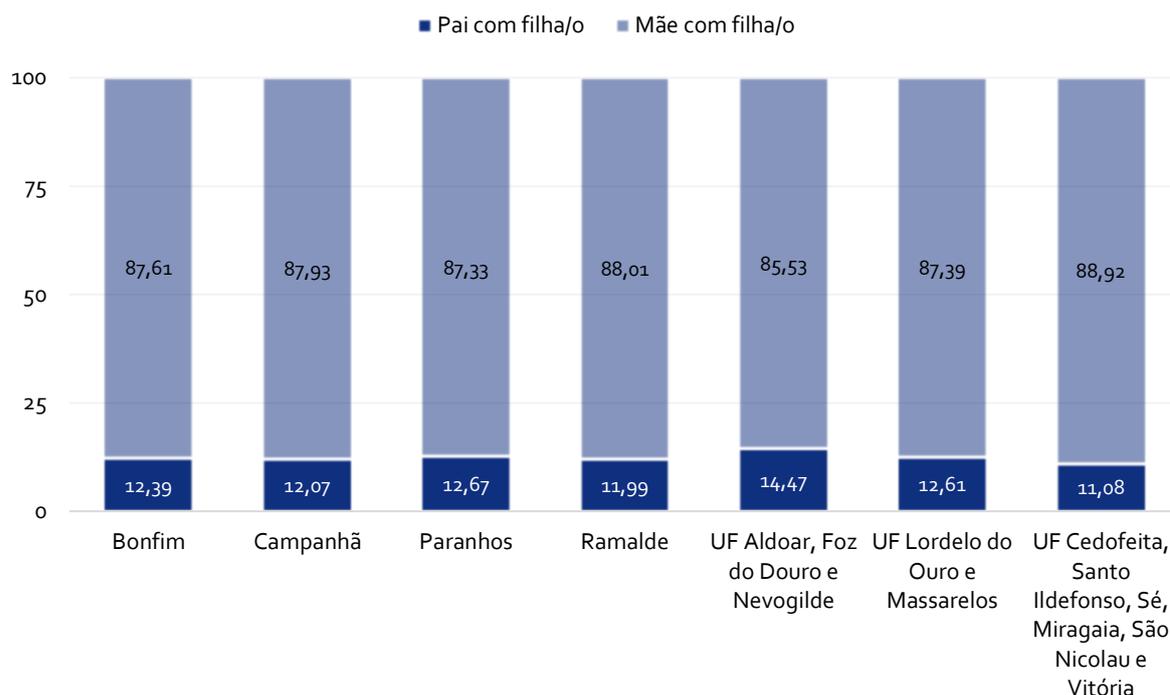


Figura A.31. Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁵⁵)

Do total de 15 477 **núcleos familiares monoparentais** que existiam, em 2011, no concelho, constata-se, através da análise da Figura A.31., que a maioria destes núcleos correspondiam a núcleos de mães com filhas/os, que perfaziam um total de 13 561 (87.62%) núcleos (valores a variarem entre 85.53% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e 88.92% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória). Na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, a freguesia da Vitória voltava a destacar-se, com quase 94% das famílias monoparentais a serem de mães com filhas/os. Os núcleos familiares monoparentais de pais com filhas/os representavam 12.38% (1 916) do total de núcleos familiares monoparentais do concelho, em 2011.

De seguida, passa-se à apresentação, nas Figuras A.32. e A.33., de alguns dados caracterizadores do contexto da formação e dissolução familiares.

⁵⁵https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 11 de abril de 2018) e

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006498&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 11 de abril de 2018).

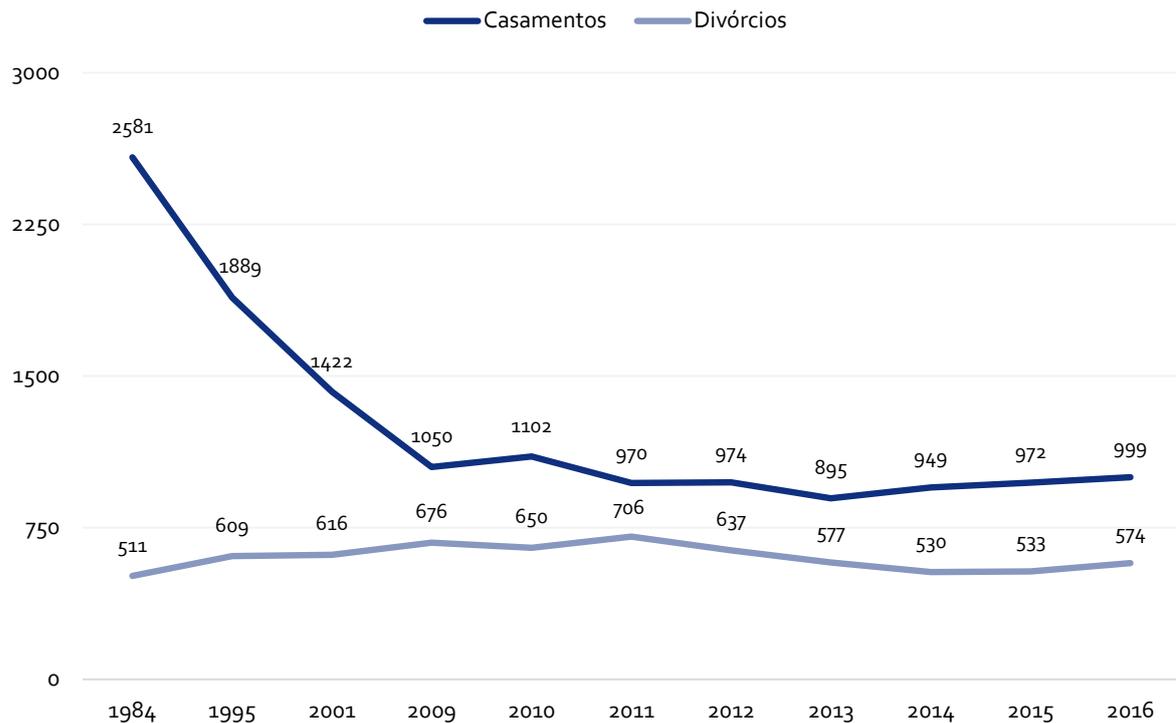


Figura A.32. Casamentos e divórcios, Porto, 1984-2016 (em número; Fonte: Pordata⁵⁶)

No que diz respeito aos **casamentos e divórcios**, constata-se que o número de casamentos diminuiu de forma muito acentuada entre 1984 (2 581) e 2009 (1 050), tendo-se mantido a partir desse ano relativamente constante até 2016 (999). Nesse período, o número de divórcios manteve-se relativamente estável, com pequenas flutuações (511 em 1984 e 574 em 2016).

A figura seguinte apresenta os dados relativos à evolução ocorrida, entre 1960 e 2017, da forma de celebração dos casamentos no concelho do Porto.

⁵⁶<https://www.pordata.pt/Municipios/Casamentos-634> e <https://www.pordata.pt/Municipios/Div%C3%B3rcios+-97> (acedido em 22 de maio de 2018).

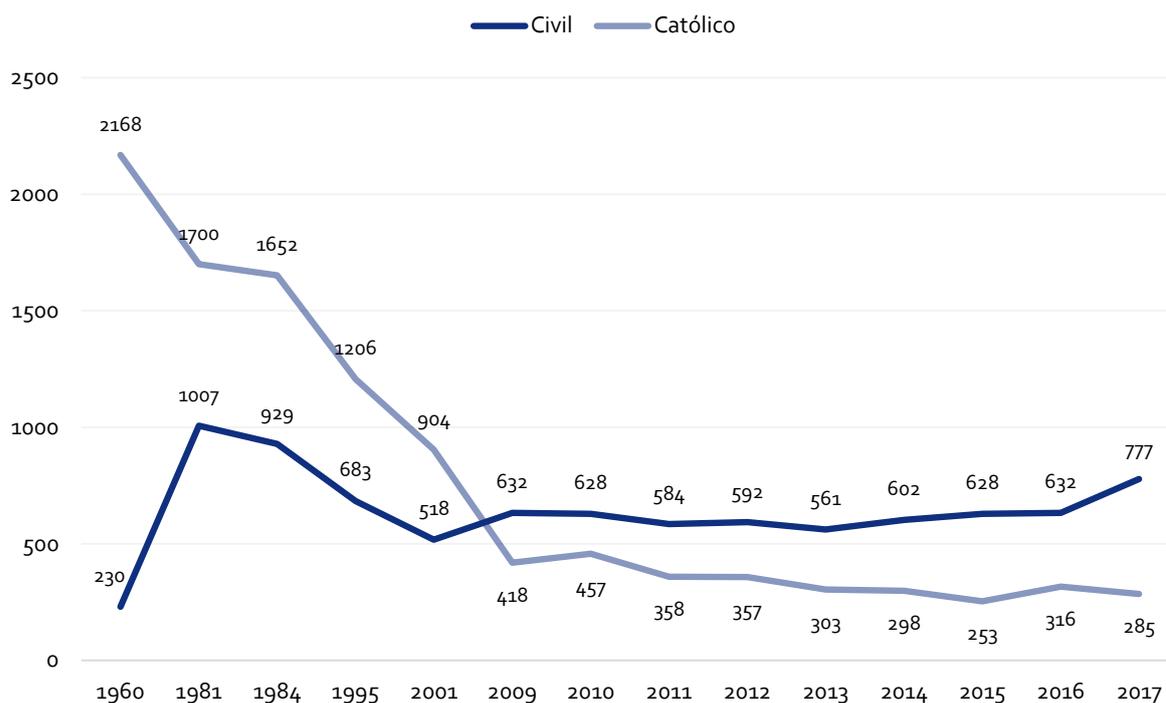


Figura A.33. Casamentos por forma de celebração, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: Pordata⁵⁷)

Quanto à **forma de celebração dos casamentos**, no período compreendido entre 1960 e 2009 assistiu-se a um decréscimo muito acentuado nos casamentos católicos, que passaram de 2 168 em 1960, para 418 em 2009. Entre 2009 e 2017, continuou a diminuir o número de casamentos católicos, mas de forma bastante menos acentuada, tendo sido celebrados 285 casamentos católicos em 2017 (o que corresponde a um decréscimo de quase 87% entre 1960 e 2017).

Nos casamentos civis existiram algumas flutuações mais ou menos acentuadas desde 1981, mas após um pico na década de oitenta, a tendência tem sido de progressiva subida desde 1995 no número de casamentos civis, tendo passado de 683 nesse ano, para 777 em 2017 (cf. Figura A.33.).

Finaliza-se este capítulo com a apresentação nas Figuras A.34. e A.35. de alguns dados relativos aos nascimentos.

Na Figura A.34. apresenta-se o indicador relativo à **evolução do número de nados-vivos**, por grupo etário da mãe, entre 1981 e 2017.

⁵⁷<https://www.pordata.pt/Municipios/Casamentos+entre+peoas+do+sexo+oposto+total+e+por+forma+d+e+celebra%C3%A7%C3%A3o-93> (acedido em 22 de maio de 2018).

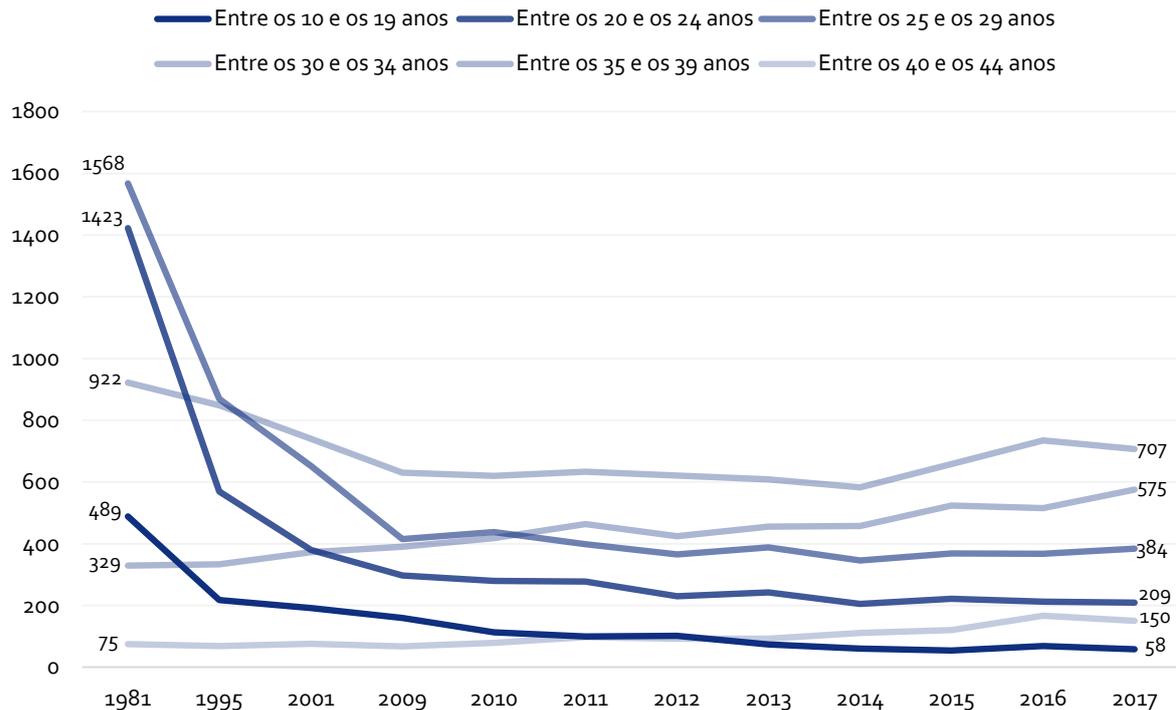


Figura A.34. Nados-vivos de mães residentes, por grupo etário, Porto, 1981-2017 (em número; Fonte: Pordata⁵⁸)

Analisando a Figura A.34. verifica-se, desde logo, que o número de nados-vivos diminuiu 56.66% entre 1981 e 2017 (de 4 806, em 1981 para 2 083, em 2017). Também se constata que os nados-vivos de mães adolescentes diminuíram muito acentuadamente no período compreendido entre 1981 e 1995 (passaram de 489 em 1981 para 217 em 1995), e entre 1995 e 2017 continuaram a diminuir, mas de forma menos acentuada (58 nados-vivos em 2017). Neste intervalo de tempo houve uma redução de mais de 88%, o que poderá refletir o impacto positivo da implementação de programas de prevenção da gravidez na adolescência.

Adicionalmente, também se constata que, na atualidade, mais mulheres têm filhas/os até idades mais tardias. Se, em 1995, 56.93% dos nascimentos eram de mulheres com idade até aos 29 anos de idade, em 2017 este valor baixou para 31.1%, ou seja, houve uma diminuição de cerca de 25% no número de nados-vivos em mulheres até aos 29 anos de idade. Concretamente, em 2017 mais de 68% das mulheres tiveram filhas/os depois dos 30 anos, e destas quase 35% tiveram filhas/os depois dos 35 anos de idade.

⁵⁸<https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+da+m%C3%A3e-104> (acedido em 22 de maio de 2018).

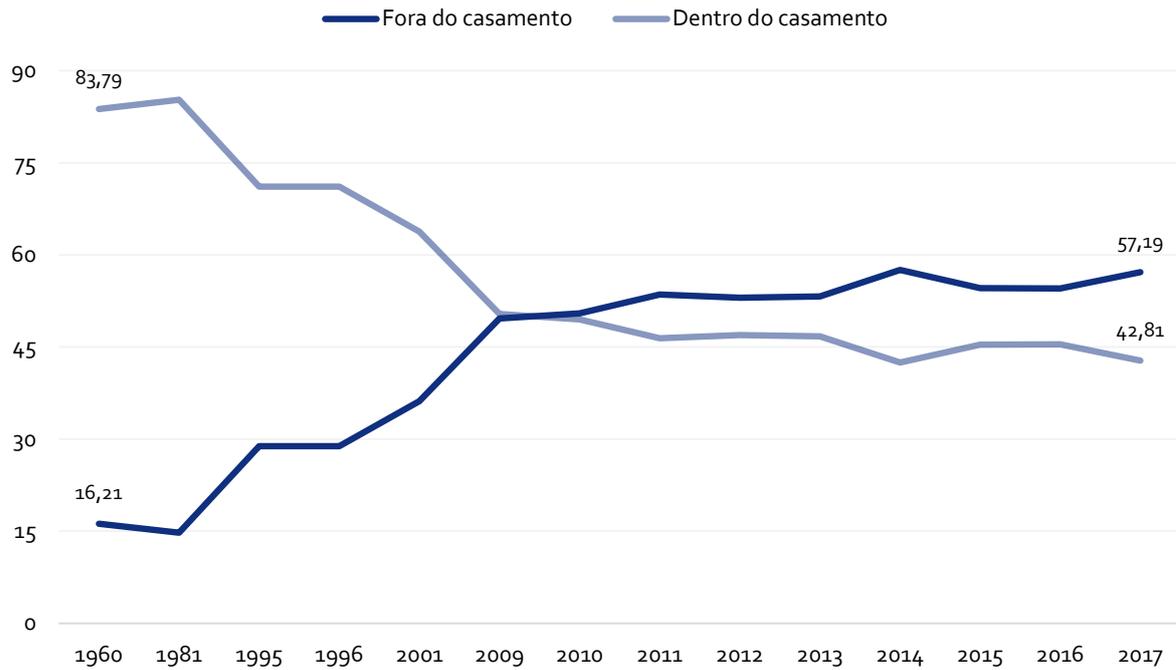


Figura A.35. Nascimentos dentro e fora do casamento, Porto, 1960-2017 (em percentagem; Fonte: Pordata⁵⁹)

Finalmente, da análise da Figura A.35. constata-se que, no período compreendido entre 1960 e 2009 se assistiu a um decréscimo muito significativo no número de nascimentos dentro do casamento (passaram de 83.79% para 50.36%) e a um aumento muito significativo de nascimentos fora do casamento (passaram de 16.21% para 49.64%). A partir de 2009 o número de nascimentos fora do casamento continuou a registar um aumento, mais moderado, sendo que em 2017 a maioria dos nascimentos (57.19%) aconteceram fora do casamento.

⁵⁹<https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento-105> (acedido em 22 de maio de 2018).

SÍNTESE INTEGRATIVA

O conjunto de indicadores apresentados traça um panorama que reflete uma **dinâmica demográfica que coloca desafios sociais** acrescidos à cidade.

Desde logo, continua a ocorrer uma **redução da população residente**, bem como uma **diminuição da população jovem e da população ativa** e um **aumento da população sénior**. Esta evolução demográfica conduz ao envelhecimento da população, que, associado ao incremento da longevidade, aumenta as taxas de dependência total e de idosas/os, acarretando uma utilização acrescida de recursos materiais e humanos, que permitam fazer face às necessidades associadas a estas alterações do perfil demográfico.

Por outro lado, a **diminuição do índice de renovação da população ativa**, associada a uma tendência para **taxas de crescimento natural negativas**, não permitem traçar um prognóstico favorável para o futuro sociodemográfico no concelho.

Contudo, também se têm vindo a verificar algumas **tendências demográficas compensatórias**, como um **aumento na taxa de natalidade e fecundidade** e ainda a **subida na taxa de crescimento migratório** e na **população estrangeira residente**, que contribuem para um aumento na taxa de crescimento efetivo, que continua, no entanto, negativa. Porém, ajuda a contrabalançar (até certo ponto), os fenómenos do “esvaziamento” e envelhecimento demográfico no concelho. A existência de um **elevado número de trabalhadoras/es e estudantes não-residentes** também concorre para atenuar os fenómenos atrás descritos, conferindo à cidade uma **perceção demográfica mais jovem e dinâmica**.

No domínio das **estruturas familiares**, tem-se assistido a um conjunto de alterações que decorrem de mudanças sociais estruturais e que acarretam, por sua vez, a emergência de fragilidades, para as quais é necessário encontrar soluções.

A **dimensão das famílias tem vindo a diminuir**, com aumento do número de famílias constituídas por apenas dois elementos ou das famílias unipessoais. Nas famílias unipessoais, tem **crescido o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade a viverem sozinhas**.

Além do mais, têm **aumentado as famílias monoparentais**, essencialmente **famílias de mães com filhas/os** e tem-se assistido ao **nascimento de filhas/os em mulheres com idades cada vez mais tardias**. Em sentido inverso, e de forma bastante positiva, tem-se observado uma **diminuição significativa nos nascimentos em mães adolescentes**.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os aspetos demográficos relacionam-se e articulam-se com múltiplos domínios, como sejam os domínios da saúde, da habitação, das migrações, do trabalho, e do apoio social. Assim, os desafios demográficos que existem no concelho envolvem a implementação de estratégias integradas que possam ajudar a minorar as dificuldades nesses vários domínios.

Com efeito, as **políticas demográficas**, dada a sua vasta área de abrangência, precisam **considerar e articular estratégias globais, que traduzam uma visão de conjunto realista e integradora**.

Dada a tendência de **diminuição e envelhecimento da população**, reconhecida nas estatísticas europeias e nas estatísticas nacionais do INE, e evidenciada nos dados apresentados (1) na Figura A.1., que mostra uma acentuada diminuição da população residente, (2) nas Figuras A.4. a A.6., que apresentam o perfil etário e sua evolução, dos quais se constata a tendência para o aumento das/os residentes nas faixas etárias com mais idade, e a redução das/os residentes nas faixas etárias mais jovens e (3) na Figura A.22., que mostra que o concelho do Porto apresentava o índice de envelhecimento mais elevado, no conjunto das áreas geográficas de referência (incluindo Portugal e a Região Norte), torna-se fulcral que algumas dessas estratégias demográficas passem pela criação de medidas que incentivem a cativação de novas/os residentes.

Torna-se premente, por exemplo, promover condições que permitam aos **casais jovens fixarem-se na cidade e/ou medidas de apoio e incentivo à natalidade**, que por um lado contrariem certas tendências demográficas apresentadas, tais como, existirem mais óbitos, do que nados-vivos (cf. Figura A.9.) e, por outro lado, contribuam para incrementar um conjunto de tendências demográficas favoráveis, como as melhorias ocorridas na taxa de crescimento natural (cf. Figura A.10.), na taxa de fecundidade (cf. Figura A.13.) e na taxa de crescimento efetivo (cf. Figura A.17.).

Complementarmente, é fundamental desenvolver mecanismos que ajudem à **fixação no concelho de estudantes e trabalhadoras/es de fora da cidade**, o que implica necessariamente a criação de condições de vida atrativas para essas pessoas, nomeadamente ao nível da habitação, pelo “esforço” muito relevante que as despesas relativas à habitação representam no orçamento familiar.

Ainda ao nível da habitação é urgente encontrar soluções que permitam **conciliar o crescimento constante e acentuado da habitação destinada ao turismo local** (e que conduz ao aumento muito significativo do preço do arrendamento e da compra de imóveis), com a **criação de condições no mercado imobiliário que consigam atrair e fixar residentes**.

A **reabilitação do espaço urbano** (habitacional e não só), em termos de facilitação da **acessibilidade e mobilidade**, poderá ter efeitos muito positivos junto das populações com maiores dificuldades de mobilidade, como a população mais idosa ou as pessoas com deficiência e incapacidade, fomentando também dinâmicas urbanas e económicas mais ativas. Na realidade, é fulcral **facilitar o acesso aos territórios de comércio e de serviços**, permitindo o usufruto destes produtos e serviços a um número maior de consumidoras/es, o que contribuirá para gerar maiores receitas comerciais e fiscais.

Outra importante dimensão a este nível prende-se com o **fomento da captação de imigrantes**, tal como preconizado no Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM 2015-2020), que reconhece o importante e positivo impacto dos imigrantes no equilíbrio demográfico. Torna-se relevante criar condições que sejam atrativas e lhes permitam uma plena **integração no tecido e estrutura social**, e que contribuam para o **incremento de algumas tendências demográficas favoráveis** existentes, tal como apresentado relativamente à taxa de crescimento migratório (cf. Figura A.15.), ao crescimento da população estrangeira residente (cf. Figura A.16.) e à melhoria dos saldos populacionais (cf. Figura A.18.).

Acresce pensar e implementar **estratégias de apoio às famílias mais fragilizadas**, em que a probabilidade de acumulação de desvantagens sociais é maior, obrigando-as a lidar com constrangimentos e dificuldades a níveis diversos, que as colocam em risco acrescido de pobreza e exclusão social.

Podem referir-se, por exemplo, **as famílias monoparentais, que representavam mais de 20% dos núcleos familiares do concelho** (cf. Figura A.29.), e que eram, essencialmente, constituídas por núcleos familiares de mães com filhas/os (cf. Figura A.31.), em que, entre outros, acresce o risco de desvantagens escolares para as/os mais jovens e os percursos escolares de insucesso, com as consequências que daí decorrem na vida adulta e na inserção no mercado de trabalho.

Além disso, podem-se referir as **famílias unipessoais constituídas por pessoas idosas** que vivem sozinhas (que representavam já mais de 13% das famílias do concelho e que têm vindo a aumentar, como apresentado na Figura A.28.) ou as famílias constituídas por um casal de pessoas idosas, com riscos acrescidos, por exemplo, no domínio da saúde e que contribuem para o aumento do Índice de Dependência de idosas/os (que em 2017 se aproximava já dos 50% e que tem vindo a aumentar, tal como apresentado na Figura A.25.), com a inerente **sobrecarga sobre a população em idade ativa e sobre o estado social**.

As estratégias a implementar junto destas famílias devem atender a imperativos de duas ordens. Por um lado, devem ser estratégias que **minimizem o risco acrescido de pobreza e exclusão social**. E, por outro lado, devem ser estratégias que **tenham em conta o impacto económico das medidas de apoio a prestar**, na conjuntura de um quadro demográfico desafiante, como é o da contemporaneidade.

B. DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS

As questões relativas ao emprego/desemprego assumem um lugar nuclear na definição de estratégias de inserção e coesão social, pois, nas sociedades contemporâneas, o exercício de uma atividade profissional é a via privilegiada de obtenção de recursos necessários à autonomia de vida e, portanto, fator de integração social.

Em Portugal, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (doravante designado de PO ISE 2014), que abrange o período temporal entre 2014 e 2020, encontra-se fortemente alinhado com as diretivas no contexto da União Europeia, através de um conjunto de estratégias emblemáticas que “visam contribuir para a prossecução das seguintes metas constantes na UE2020: redução da pobreza, aumento da taxa de emprego e redução da taxa de abandono precoce de educação e formação”, através da criação de “condições para a modernização dos mercados de trabalho com vista a aumentar os níveis de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais”, do aumento da “coesão económica, social e territorial, (...) por forma a sensibilizar o público e reconhecer os direitos fundamentais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, permitindo-lhes viver dignamente e ter um papel ativo na sociedade” e do melhoramento do “nível de ensino e a empregabilidade dos jovens, reduzir o elevado desemprego juvenil e aumentar a taxa de emprego dos jovens.”

Segundo o referido dispositivo estratégico “o contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos, tem colocado desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto, mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos da sociedade portuguesa.” (p. 1).

O PO ISE 2014 refere ainda que “de acordo com as recentes informações disponibilizadas pelo Eurostat, Portugal tinha, em 2012, ano de referência do inquérito, 2 665 mil indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão social, correspondendo a 25.3% da população total, mais 64 mil indivíduos do que no ano anterior e menos 92 mil face a 2008. Destaca-se, desde logo, o acentuado declínio da taxa de pobreza e/ou exclusão social de idosos/os (caindo quase seis p.p. face a 2008 e cerca de 13 p.p. nos últimos oito anos), sendo agora o grupo etário com a taxa mais baixa. Em termos absolutos, dos 92 mil indivíduos que saíram da condição de pobreza ou exclusão social face a 2008, destaca-se o grupo etário dos idosos e o das crianças, ambos registando menos 60 mil

peessoas. Já a população em idade ativa regista um aumento, em particular no último ano (+119 mil indivíduos).” (p.2).

Ainda segundo o mesmo Programa Operacional, o mercado de trabalho nacional era, em 2012, caracterizado por níveis elevados de fragmentação, nomeadamente ao nível do acesso a emprego das/os jovens e outros grupos vulneráveis e no que respeita à carga dos contratos temporários e outras modalidades contratuais atípicas nas dinâmicas de criação e destruição de emprego, que afeta mais os grupos sociais mais vulneráveis.

A composição do universo de desempregadas/os também se tem alterado, à medida que aumenta o número de desempregadas/os e da taxa de desemprego, assistindo-se ao crescimento substancial dos jovens NEET, do desemprego de longa e muito longa duração, particularmente preocupante nos grupos etários com mais idade, e do desemprego da população com níveis de habilitação mais elevados.

Quanto à evolução do mercado de trabalho em Portugal, entre 2008 e 2013, o “contexto económico recessivo tem tido reflexos negativos no mercado de trabalho português, provocando uma destruição líquida de emprego desde 2008 (a taxa de emprego passou de 73% em 2008 para 65,6% em 2013). A taxa de desemprego em Portugal tem tido uma trajetória ascendente, praticamente desde o início do século, tendo-se agravado na sequência da crise económica, passando de cerca de 4% em 2000 para 16,3% em 2013.” (PO ISE, 2014, p.3).

No entanto, segundo dados mais recentes da Organização Internacional do Trabalho (doravante designada OIT) se “entre 2011 e 2013 se verificaram perturbações assinaláveis no mercado de trabalho (...) a situação estabilizou rapidamente, e desde 2014 verificou-se uma dinâmica criação de emprego e uma redução do desemprego (...) O desemprego atingiu o pico mais alto em 2013, tendo aumentado de 455 200, dados de 2008, para 927 700. Desde então baixou para níveis inferiores aos de 2008, estando, de facto, aos níveis mais baixos desde julho de 2003 (...). Globalmente, a taxa de atividade em Portugal é muito elevada. Se nos concentrarmos na faixa etária dos 25-54 anos, para reduzir os enviesamentos provocados pelas inscrições no sistema de ensino e o envelhecimento da população, a taxa é de 90 por cento em Portugal - uma das taxas mais altas na UE, logo a seguir à Suécia (91 por cento) e à Eslovénia (92 por cento).” (p.29-30).⁶⁰

Ainda relativamente ao desemprego, e segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (doravante designado IEFP) de junho de 2018, existiam, a nível nacional, 350 174

⁶⁰ Relatório “Trabalho digno em Portugal 2008-2018: Da crise à recuperação” (2018), acessível em <https://www.dgert.gov.pt/relatorio-trabalho-digno-em-portugal-2008-2018-da-crise-a-recuperacao>

pessoas desempregadas, tendo diminuído o desemprego em todas as regiões do país (na Região Norte a diminuição rondou os 19%).

Do total de desempregadas/os, 291 566 encontravam-se em situação de procura de novo emprego, sendo que em 69,9% dos casos de procura de novo emprego, o setor de proveniência era o setor terciário. A qualificação profissional com maior representação na população desempregada eram as/os trabalhadoras/es não-qualificados, que representavam 25,6%.

A OIT também refere que “a composição do desemprego por duração mudou desde a pior fase da recessão. A proporção do desemprego de curta duração (inferior a um mês e entre um mês a seis meses) está a aumentar, contudo a percentagem daqueles que estiveram desempregados entre seis meses e um ano permaneceu igual. A proporção dos desempregados de longa duração (desempregados há mais de um ou dois anos) está a diminuir (...) ou seja “uma evolução positiva que revela uma adequada flexibilidade e capacidade de absorção do mercado de trabalho.”⁶¹

A evolução favorável recente que se registou nestes indicadores não deve, no entanto, levar-nos a não ter em atenção uma “definição mais lata que revela que ainda subsistem alguns desafios. Os números usados nas estimativas dos números oficiais de desemprego não consideram as/os trabalhadoras/es inativos dispostos a trabalhar (os denominados desencorajados) que já não são registados como desempregados ou os subdesempregados que querem trabalhar mais horas, mas só encontram um emprego a tempo parcial. Também excluem os que não têm contratos de trabalho formais, tais como os que têm contratos emprego-inserção ou estágios promovidos pelo IEFP.” (p.38).⁶²

Sendo, pois, o emprego indissociável do rendimento que, por sua vez, está associado ao acesso a recursos de vida, autonomia e qualidade de vida, ou, na sua ausência, a incremento do risco de pobreza e exclusão social, passámos após esta breve introdução, à apresentação de um conjunto alargado de indicadores nas áreas do emprego, rendimento, desemprego e prestações sociais, que permitem uma caracterização detalhada no domínio, no concelho do Porto.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

A ATUALIDADE

EMPREGO E EMPRESAS

No concelho do Porto, em 2017, contabilizavam-se **ao serviço nas empresas 136 974 pessoas**, como se observa na Figura B.1.

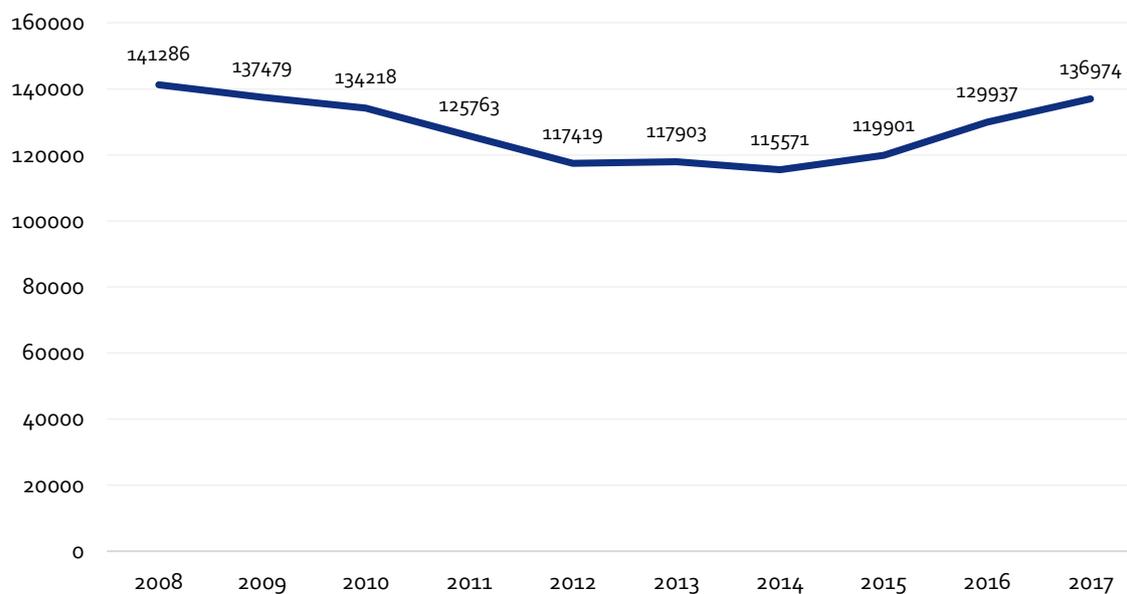


Figura B.1. Pessoal ao serviço nas empresas, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)⁶³

Isto representa uma redução de 3.05% relativamente ao ano de 2008, mas um aumento de 18.52% considerando o ano de 2014 (altura em que foi atingido o valor mínimo para o período em análise).

A Figura B.2 apresenta a **distribuição do pessoal ao serviço nas empresas pela atividade económica** das mesmas.

⁶³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008512&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 20 de dezembro de 2018).

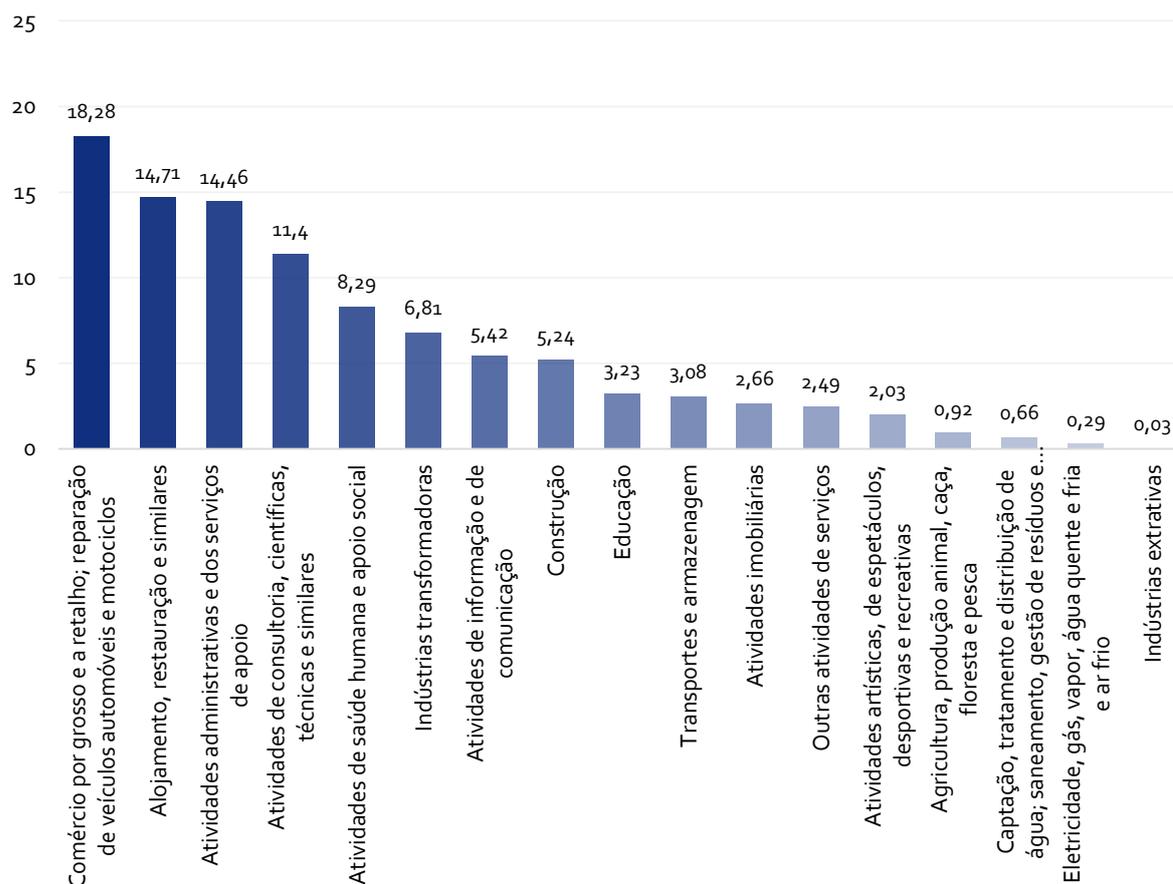


Figura B.2. Pessoal ao serviço nas empresas por atividade económica (Divisão – CAE Rev.3), Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE)⁶⁴

Como se observa na Figura B.2. no concelho do Porto, em 2017, as cinco principais atividades económicas que saturavam um maior número de trabalhadores eram: o “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos” com 18.28%, o “Alojamento, restauração e similares” com 14.71%, as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” com 14.46%, as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” com 11.4% e as “Atividades de saúde humana e apoio social” com 8.29%, que no conjunto englobavam 67.14% do pessoas ao serviço nas empresas.

Este universo de trabalhadoras/es encontrava-se empregada/o em **39 859 empresas**, como se pode observar na Figura B.3.

⁶⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008512&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 20 de dezembro de 2018).

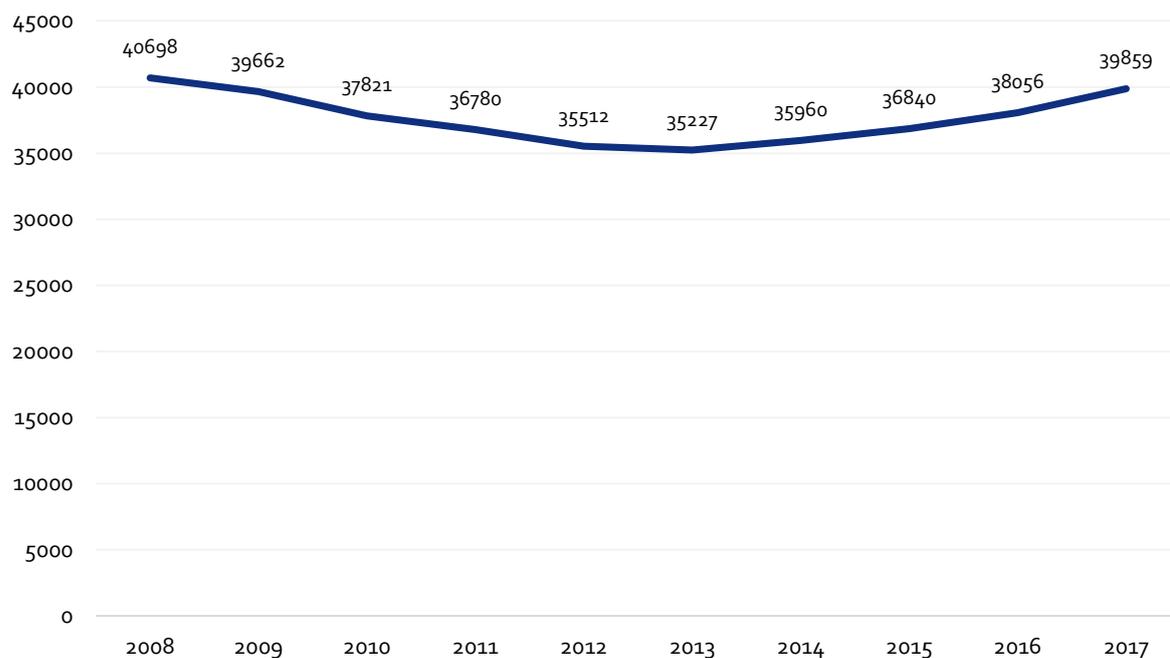


Figura B.3. Empresas, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)⁶⁵

Como é possível observar, o padrão de evolução do número de empresas foi equivalente ao do pessoal ao serviço nas empresas, ou seja, verificou-se um decréscimo de 2.06%, entre 2008 e 2017, mas um aumento de 13.15% entre o valor mínimo, atingido em 2013 (35 227) e o valor de 2017.

A figura seguinte apresenta a distribuição das empresas do concelho pela sua dimensão.

⁶⁵https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=b&d&selTab=tab2 (acedido em 20 de dezembro de 2018).

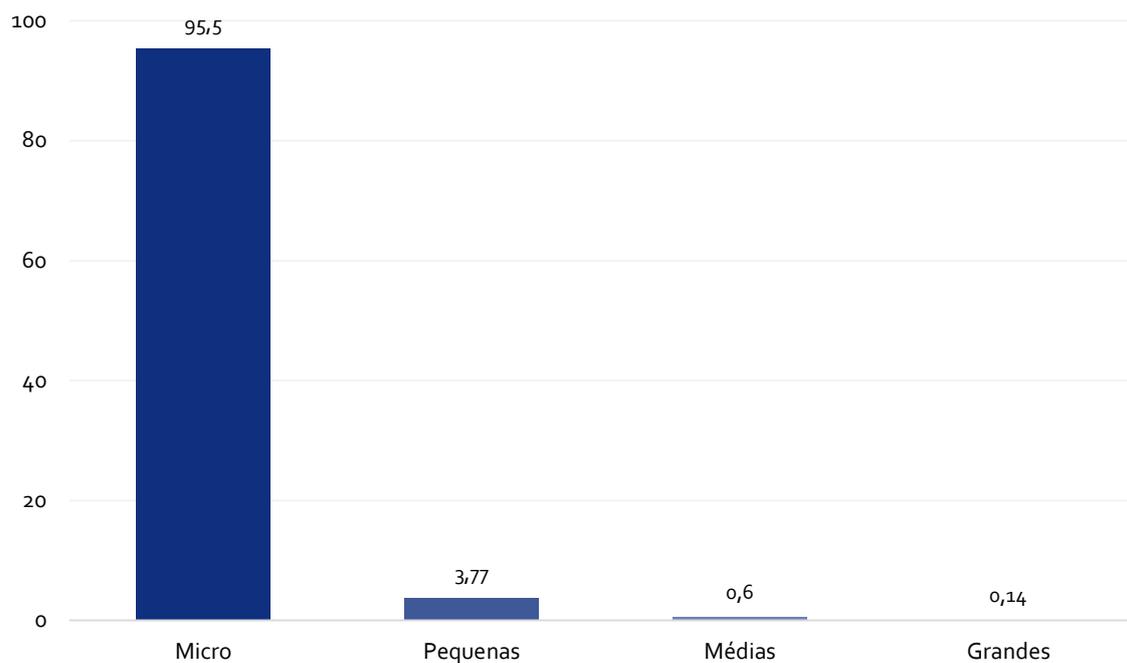


Figura B.4. Empresas por dimensão, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: INE)⁶⁶

Como se observa na Figura B.4., na sua grande maioria, as empresas localizadas no Porto eram **microempresas** (95.5%), seguindo-se as pequenas empresas (3.77%), as médias empresas (0.6%) e, por último, as grandes empresas que representavam apenas 0.14%.⁶⁷

⁶⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009819&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 20 de dezembro de 2018).

⁶⁷ Microempresa = empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

Pequena empresa = empresa que emprega menos de 50 pessoas e com volume de negócios anual ou balanço total anual que não excede 10 milhões de euros e que não está classificada como uma microempresa.

Média empresa = empresa que emprega menos de 250 pessoas e com volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros ou balanço total anual não excede 43 milhões de euros e que não está classificada como micro ou pequena empresa.

Grande empresa = empresa com 250 ou mais pessoas ao serviço ou empresa com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

PROFISSÕES E DINÂMICAS DE EMPREGO

Com base nos dados dos últimos Censos, apresenta-se na Figura B.5. a **taxa de atividade** por freguesia, em 2011.⁶⁸

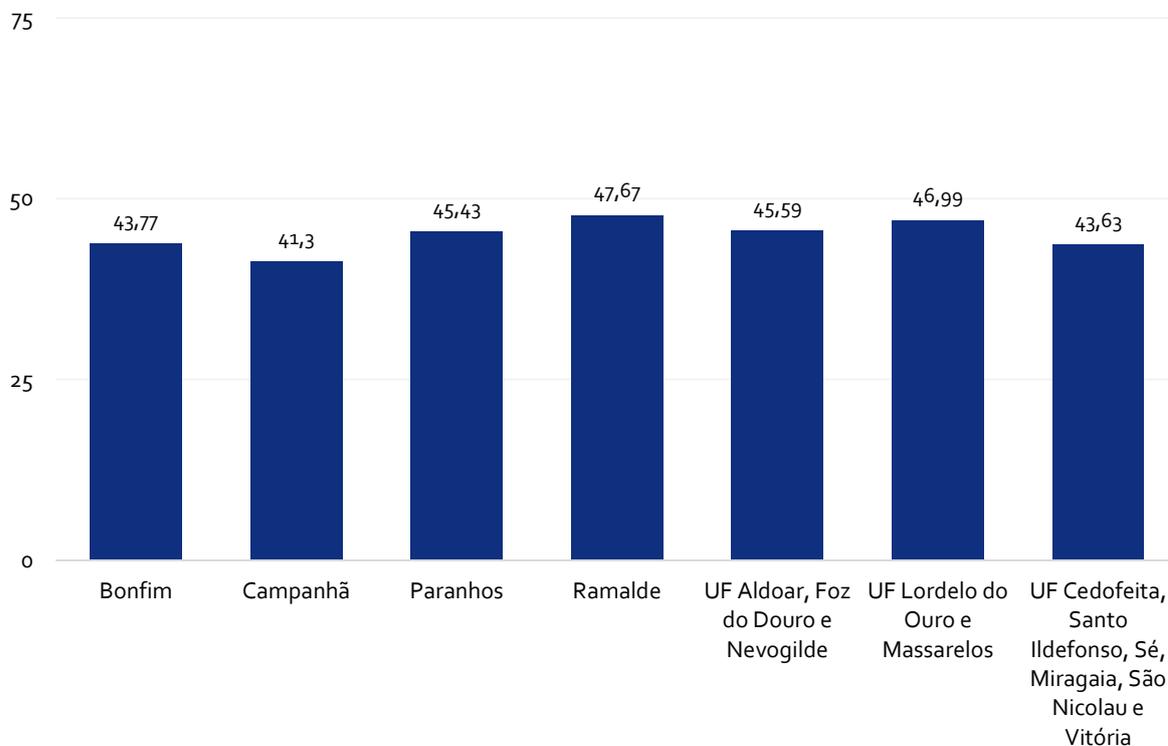


Figura B.5. Taxa de atividade por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE⁶⁹)

Da análise da Figura B.5. constata-se que a taxa de atividade por freguesia/união de freguesias, em 2011, se situava sensivelmente entre os 41% e os 47%.

Nos Quadros B.1. e B.2. apresentam-se os dados caracterizadores da **situação na profissão**, no período compreendido entre 1985 e 2013, no concelho do Porto.

⁶⁸ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Não foi possível obter/calcular para data mais recente por não estar disponível o indicador relativo à população ativa (mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados).

⁶⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006732&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 26 de junho de 2018).

	1985	1991	2002	2009	2010	2011	2012	2013
Empregador/a	5.87	5.20	7.21	6.15	5.3	5.39	5.62	5.74
Membro ativo de cooperativa de produção	0.4	0.21	0.1	0.06	0.06	0.06	0.07	0.05
Trabalhador/a familiar não remunerado	0.07	0.04	0.04	0.02	0.03	0.04	0.03	0.03
Trabalhador/a por conta de outrem	93.59	94.07	92.58	93.32	94.45	94.37	94.07	93.96
Não enquadrável	0.04	0.03	0.07	0.45	0.16	0.13	0.21	0.21
Total (N)	149 708	151 837	121 227	124 610	118 615	118 440	108 846	105 495

Quadro B.1. Pessoal ao serviço nas empresas, por situação na profissão, Porto, 1985-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata⁷⁰)

Analisando o Quadro B.1. constata-se que, entre 1985 e 2013, a maioria das/os residentes empregadas/os eram trabalhadoras/es por conta de outrem (percentagens a variarem sensivelmente entre os 93% e os 94%). A percentagem de empregadoras/es também se manteve relativamente constante, variando entre os 5.2% e os 7.21%.

⁷⁰<https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nas+empresas+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o-292> (acedido em 22 de maio de 2018).

	1985	1991	2002	2009	2010	2011	2012	2013
Empregador/a	8 791	7 888	8 746	7 665	6 287	6 386	6 117	6 057
Membro ativo de cooperativa de produção	603	325	121	74	73	75	72	54
Trabalhador/a familiar não remunerado	103	60	50	21	36	45	36	35
Trabalhador/a por conta de outrem	140 105	142 827	112 227	116 292	112 028	111 775	102 392	99 125
Não enquadrável	58	46	83	558	191	159	229	224
Total (N)	149 708	151 837	121 227	124 610	118 615	118 440	108 846	105 495

Quadro B.2. Pessoal ao serviço nas empresas, por situação na profissão, 1985-2013 (em número; Fonte: Pordata⁷¹)

No entanto, tal como é possível ver no Quadro B.2., houve uma quebra significativa de mais de 30% no número de trabalhadoras/es por conta de outrem, que passou de 142 827, em 1991 para 99 125, em 2013.

Passando a uma caracterização das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, contabilizavam-se no concelho do Porto, em 2015, 85 308 trabalhadoras/es por conta de outrem, sendo 43 189 (50.63%) do sexo masculino e 42 119 (49.37%) do sexo feminino.

No Quadro B.3. e na Figura B.6. apresenta-se, de forma sucinta, a situação das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, no concelho do Porto, relativamente à **situação face ao tipo de contrato e à duração do trabalho**.

⁷¹<https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nas+empresas+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o-292> (acedido em 22 de maio de 2018).

	2002	2009	2010	2011	2012	2013
Contrato a termo / a prazo	16.84	21.77	22.34	24.34	23.64	24.38
Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	0.61	1.89	0.32	0.23	0.18	0.19
Contrato de trabalho a termo para cedência temporária	2.2	4.35	2.72	3.75	2.23	3.09
Contrato permanente / sem termo	72.54	70.85	73.78	71	73.14	71.6
Ignorado	6.85	-	-	-	-	-
Não enquadrável	0.97	1.14	0.85	0.68	0.8	0.74
Total (N)	112 227	116 292	112 028	111 775	102 392	99 125

Quadro B.3. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por tipo de contrato, Porto, 2002 e 2009-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata⁷²)

No que diz respeito à evolução dos tipos de contrato, constata-se que a maioria das/os trabalhadoras/es por conta de outrem (72.54%) tinham um contrato de trabalho permanente, em 2002 e em 2013, a proporção de trabalhadoras/es com contrato de trabalho permanente era similar (71.6%).

Nos contratos a prazo, assistiu-se a um incremento de trabalhadoras/es com esse vínculo laboral de quase oito por cento nesse intervalo de tempo, tendo passado de 16.84%, em 2002 para 24.38%, em 2013.

Os contratos de trabalho para cedência temporária sofreram um ligeiro aumento, tendo passado de 2.81%, em 2002 para 3.28%, em 2013 (cf. Quadro B.3).

⁷²<https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-298> (acedido em 3 de maio de 2018).

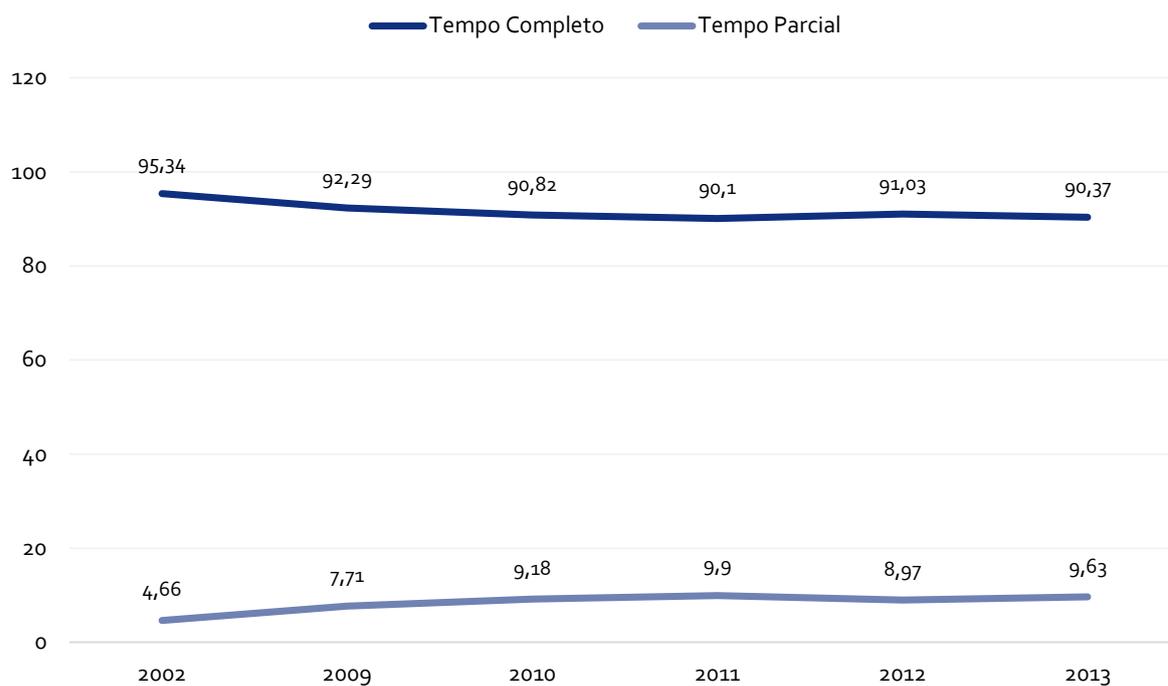


Figura B.6. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por tempo completo e tempo parcial, Porto, 2002 e 2009-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata⁷³)

Quanto à duração da jornada de trabalho, e da observação da Figura B.6., constata-se que a maioria das/os trabalhadoras/es por conta de outrem (95.34%) trabalhavam a tempo completo, em 2002, tendo havido um decréscimo de cerca de 5%, em 2013, passando para os 90.37%.

No trabalho a tempo parcial, duplicou a percentagem de trabalhadoras/es por conta de outrem a trabalharem a tempo parcial, tendo passado de quase cinco por cento, em 2002 para quase dez por cento, em 2013.

Na Figura B.7. apresenta-se a distribuição das/os **trabalhadoras/es** por conta de outrem, **por setor de atividade**.

⁷³<https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+regime+de+dur+a%C3%A7%C3%A3o+de+trabalho-295> (acedido em 3 de maio de 2018).

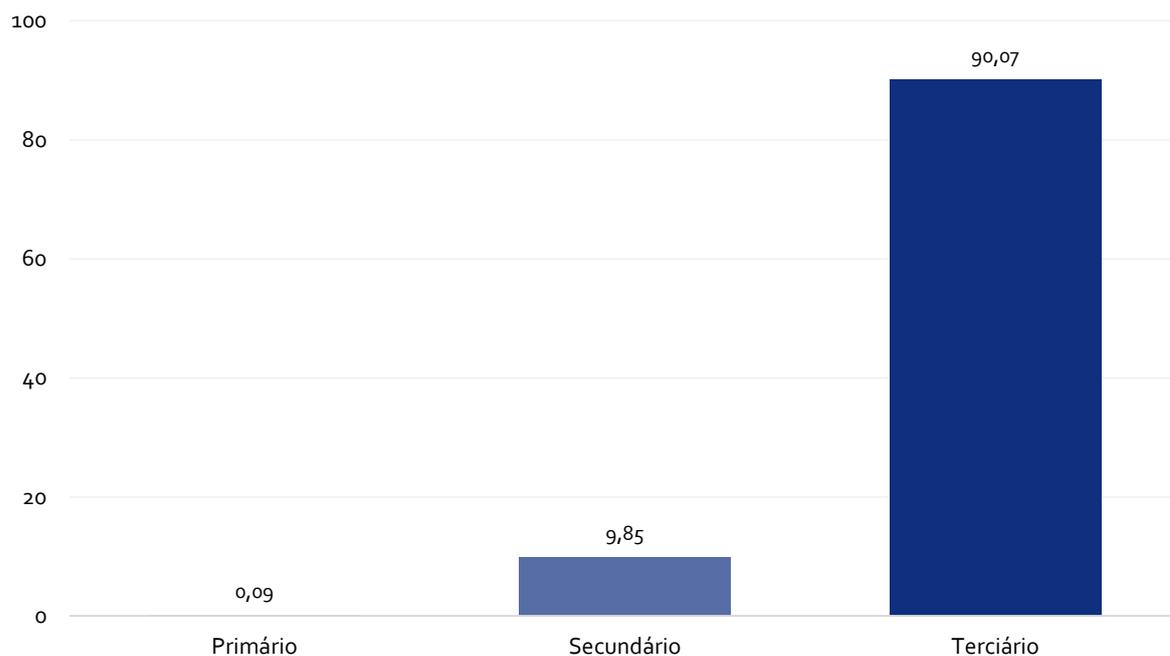


Figura B.7. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE⁷⁴)

Da análise da Figura B.7., verifica-se que em 2015 as/os trabalhadoras/es por conta de outrem se encontravam maioritariamente a trabalhar no sector terciário (90.07%), em segundo lugar no sector secundário (9.85%) e apenas residualmente no sector primário (0.09%).

De seguida, apresenta-se na Figura B.8. os dados relativos às/aos trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o **nível de habilitações**, em 2015.

⁷⁴ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

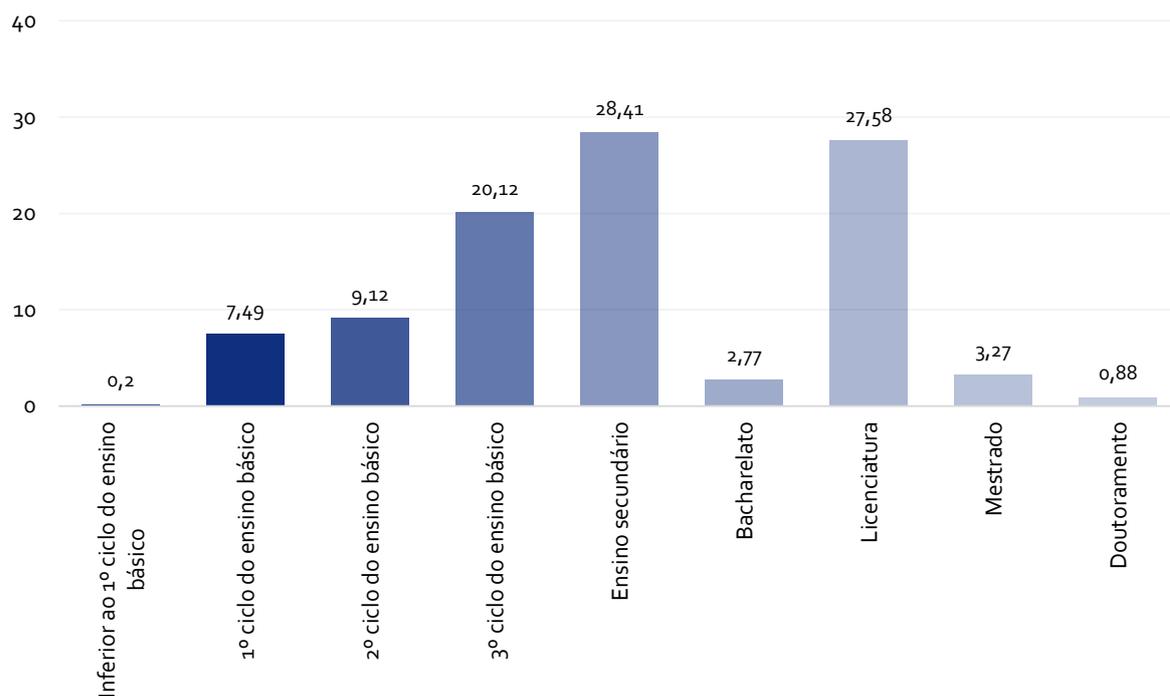


Figura B.8. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE⁷⁵)

Do universo de trabalhadoras/es do concelho destaca-se que 31 505 (36.93%) tinha um nível de habilitações igual ou inferior ao 3º ciclo de escolaridade, ou seja, menor que o nível de escolaridade obrigatório. O ensino secundário e o ensino superior com 24 233 (28.41%) e 29 435 (34.50%) respetivamente, eram os dois níveis de ensino onde saturava um maior número de trabalhadoras/es do concelho (62.91%). No caso do ensino superior destaca-se que, 79.94% (23 529) das/os trabalhadoras/es com ensino superior completo tinham o grau de licenciatura (cf. Figura B.8.).

Finalmente, apresenta-se na Figura B.9. os dados relativos às/aos trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a **profissão principal**, em 2015.

⁷⁵ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

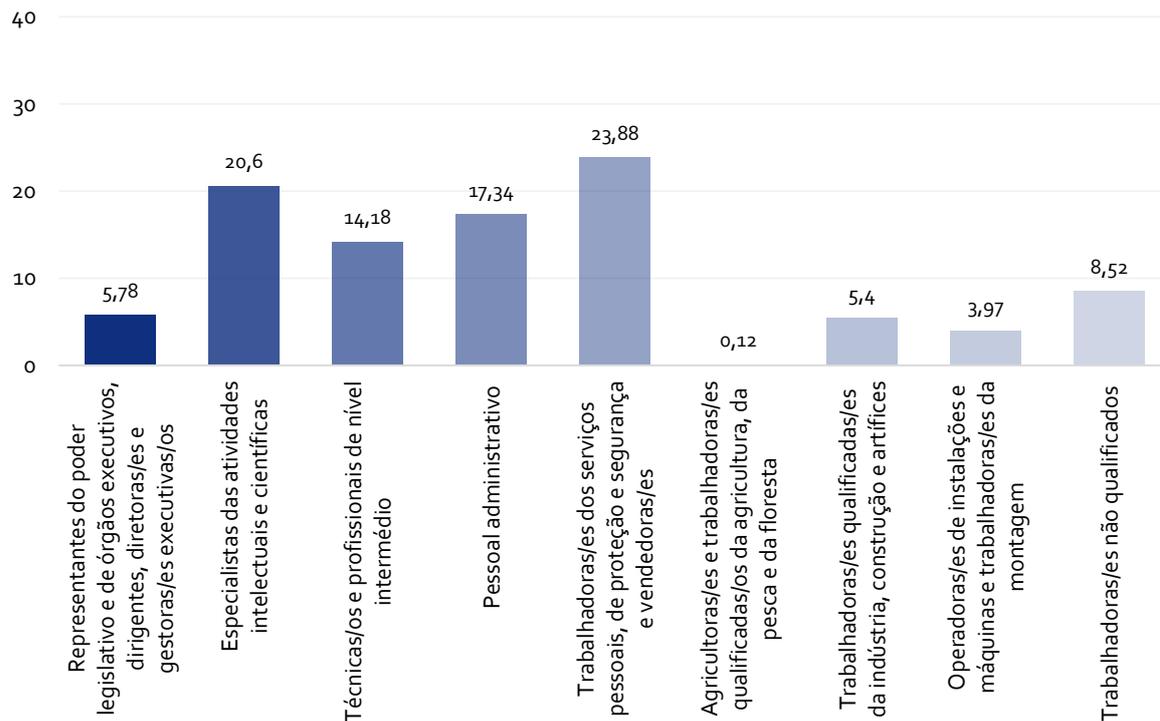


Figura B.9. Trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a profissão principal (CPP-10), Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE⁷⁶)

Através da análise da Figura B.9. verifica-se que no concelho do Porto as profissões mais representativas eram: 1) trabalhadoras/es dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedoras/es (23.88%); 2) especialistas das atividades intelectuais e científicas (20.60%); 3) pessoal administrativo (17.34%) e 4) técnicas/os e profissionais de nível intermédio (14.18%). Estas quatro categorias de profissões representavam 76% das/os trabalhadoras/es do concelho, ou seja, aproximadamente 64 834 profissionais.

⁷⁶ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

RENDIMENTOS DE SALÁRIO E FATORES MODERADORES: SETOR DE ATIVIDADE, NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO, PROFISSÃO PRINCIPAL

Inicia-se esta secção com a apresentação, nas Figuras B.10. e B.11., dos dados relativos ao **registo de remunerações e contribuições declaradas** no concelho do Porto em 2017.

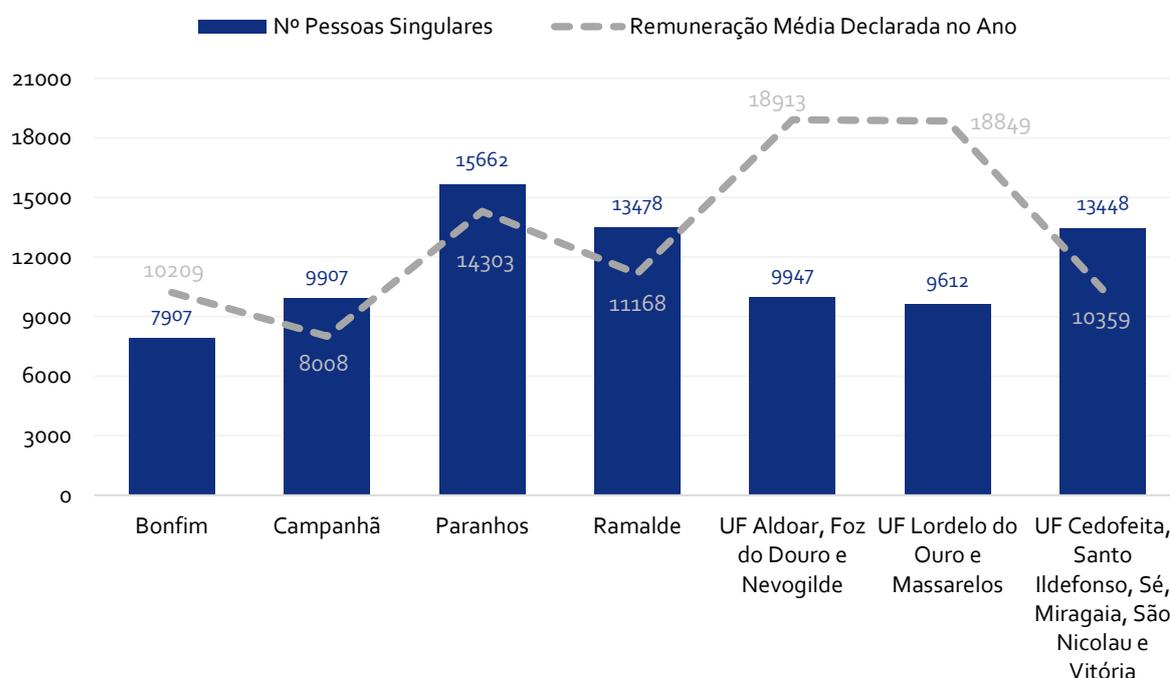


Figura B.10. Pessoas singulares com registo de remunerações declaradas, por freguesia/união de freguesias e remuneração média no ano, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Da análise da Figura B.10. constata-se que a freguesia com o maior número e percentagem de registos de remunerações era a freguesia de Paranhos, com 15 662 registos (19.59%), seguida da freguesia de Ramalde, com 13 478 registos (16.86%) e da União de Freguesias do Centro Histórico, com 13 448 registos (16.82%). Relativamente às remunerações médias declaradas, a freguesia com a remuneração média declarada mais elevada era a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 18 991€ de rendimento médio anual declarado, seguida da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com uma declaração média anual declarada de 18 849€ e da freguesia de Paranhos, com 14 303€ de rendimento médio anual declarado.

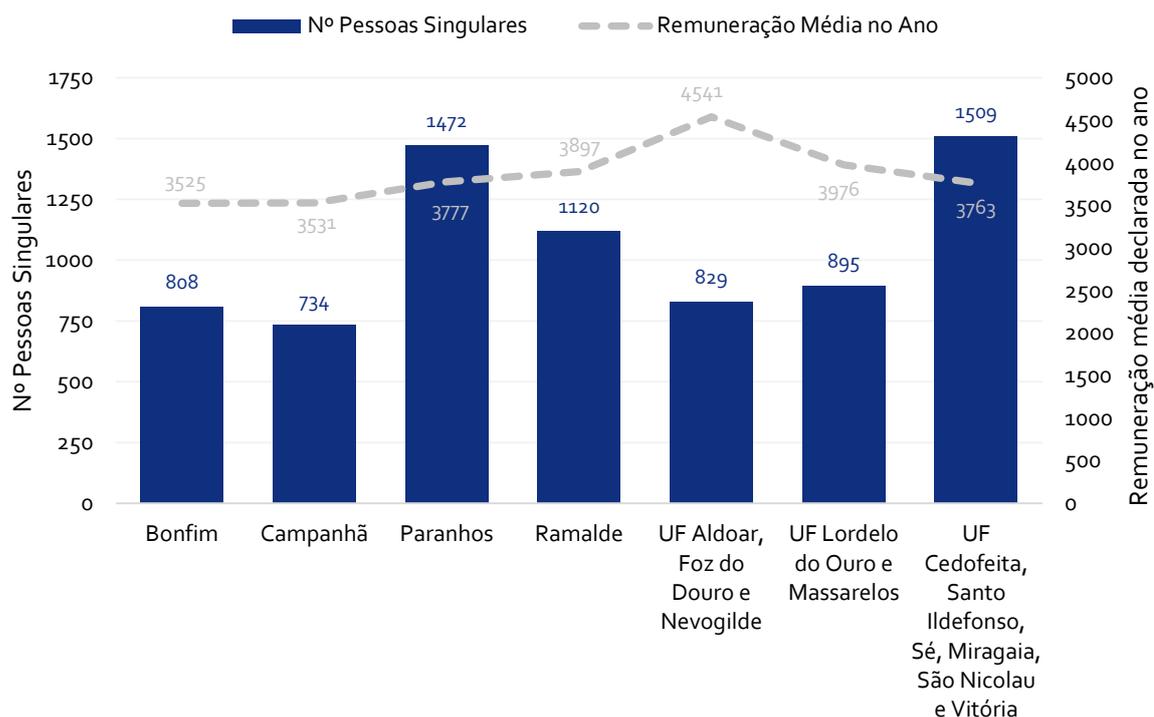


Figura B.11. Pessoas singulares com registo de contribuições declaradas, por freguesia/união de freguesias e remuneração média no ano, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Quanto ao registo de contribuições declaradas, a freguesia com o maior número e percentagem de registos de contribuições era a União de Freguesias do Centro Histórico, com 1 509 registos (20.48%), seguida da freguesia de Paranhos, com 1 472 registos (19.98%) e da freguesia de Ramalde, com 1 120 registos (15.20%).

Nas contribuições, o valor médio anual declarado mais elevado era o da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com um valor anual declarado de 4 541€, seguida da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com um valor anual declarado 3 976€ e de Ramalde, com um valor anual declarado 3 897€. (cf. Figura B.11.)

Seguidamente, apresenta-se na Figura B.12. a evolução do **rendimento médio mensal**, entre 2011 e 2015, tanto para o concelho do Porto, como para o Continente.

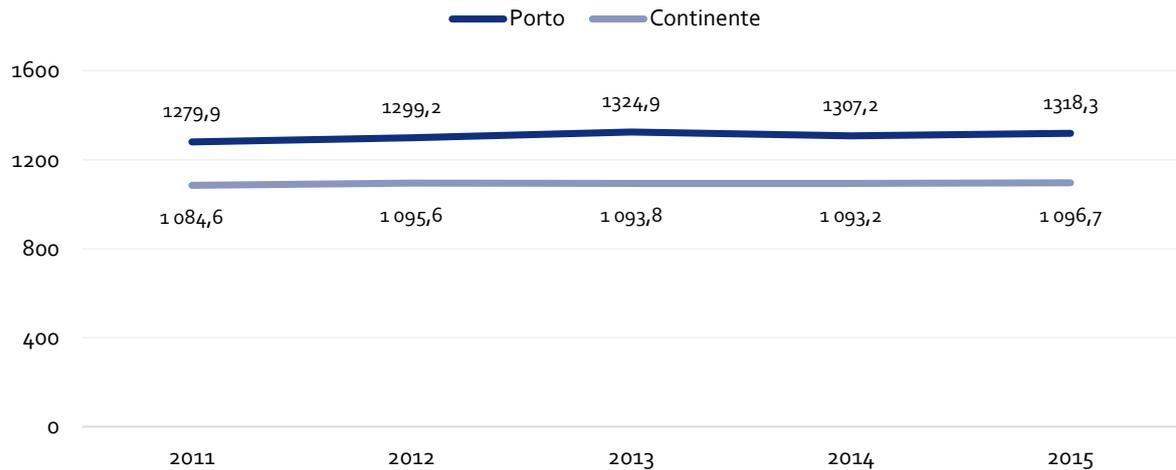


Figura B.12. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, Porto, 2011-2015 (em euros; Fonte: INE⁷⁷)

Como se pode constatar pela análise da Figura B.12., entre 2011 e 2015 o rendimento médio mensal aumentou 1.12% no Continente e 3% no Porto, sendo, em 2015, de 1 096.7€ no Continente e de 1 318.3€ no concelho do Porto (mais 10.39% do que no continente).

A Figura B.13 apresenta os dados relativos à **disparidade salarial**, em 2015, segundo um conjunto de fatores.

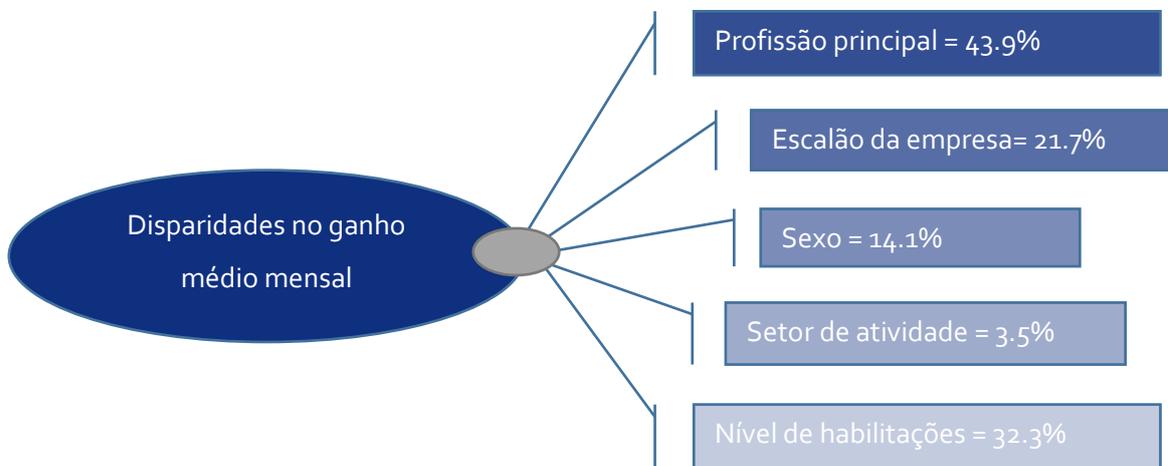


Figura B.13. Disparidades no ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE⁷⁸)

Como se pode observar na Figura B.13., ao nível dos diferentes setores de atividade (primário, secundário e terciário) verificavam-se diferenças de 3.5% no ganho médio mensal entre as/os

⁷⁷ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

⁷⁸ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

trabalhadoras/es e de 14.1% entre o sexo masculino e feminino, favoráveis aos homens. O nível de habilitações conduzia a diferenças no ganho médio mensal de 32.3% e a profissão principal a diferenças de 43.9%.

A Figura B.14. apresenta os dados relativos ao **ganho médio mensal, segundo o setor de atividade**.

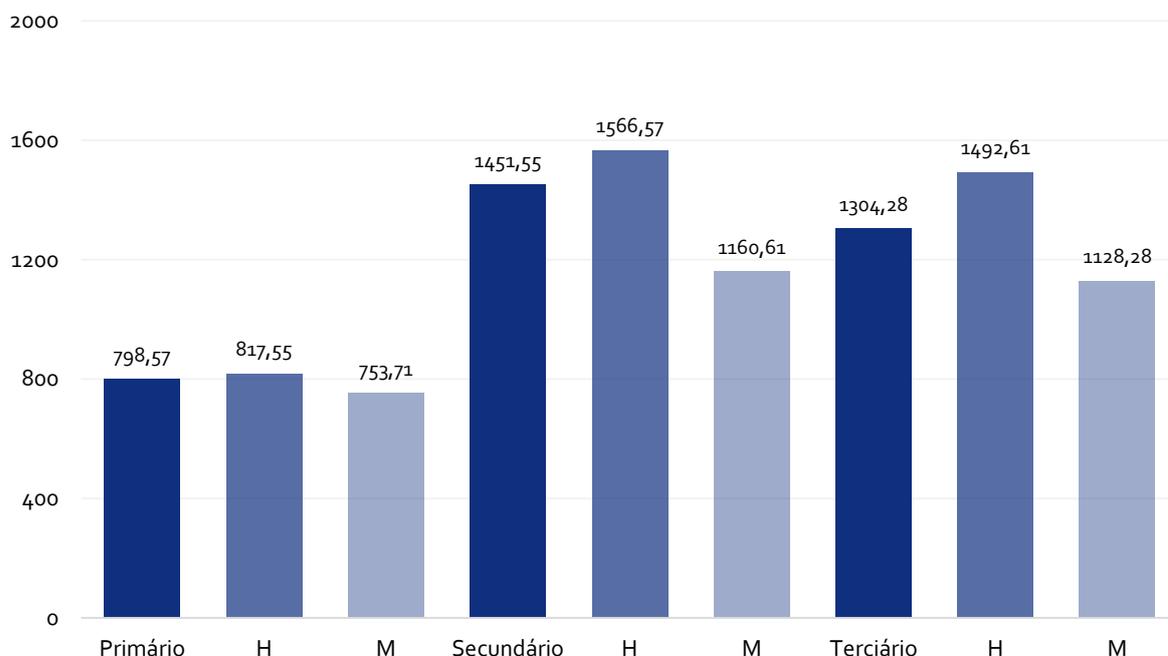


Figura B.14. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o sexo, Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE⁷⁹)

Da análise da Figura B.14. constata-se que o setor de atividade secundário era aquele que apresentava um ganho médio mensal superior (1 451.55€), seguindo-se o terciário (1 304.28€) e, por último, o primário (798.57€). Adicionalmente, e de forma transversal a todos os setores de atividade, verifica-se que o sexo masculino apresentava ganhos médios superiores (817.55€; 1 566.57€; 1 492.61€ para setor primário, secundário e terciário, respetivamente) que o sexo feminino (753.71€; 1 160.61€; 1 128.28€ para setor primário, secundário e terciário, respetivamente).

Na Figura B.15. apresenta-se os dados relativos ao ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, por nível de escolaridade.

⁷⁹ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

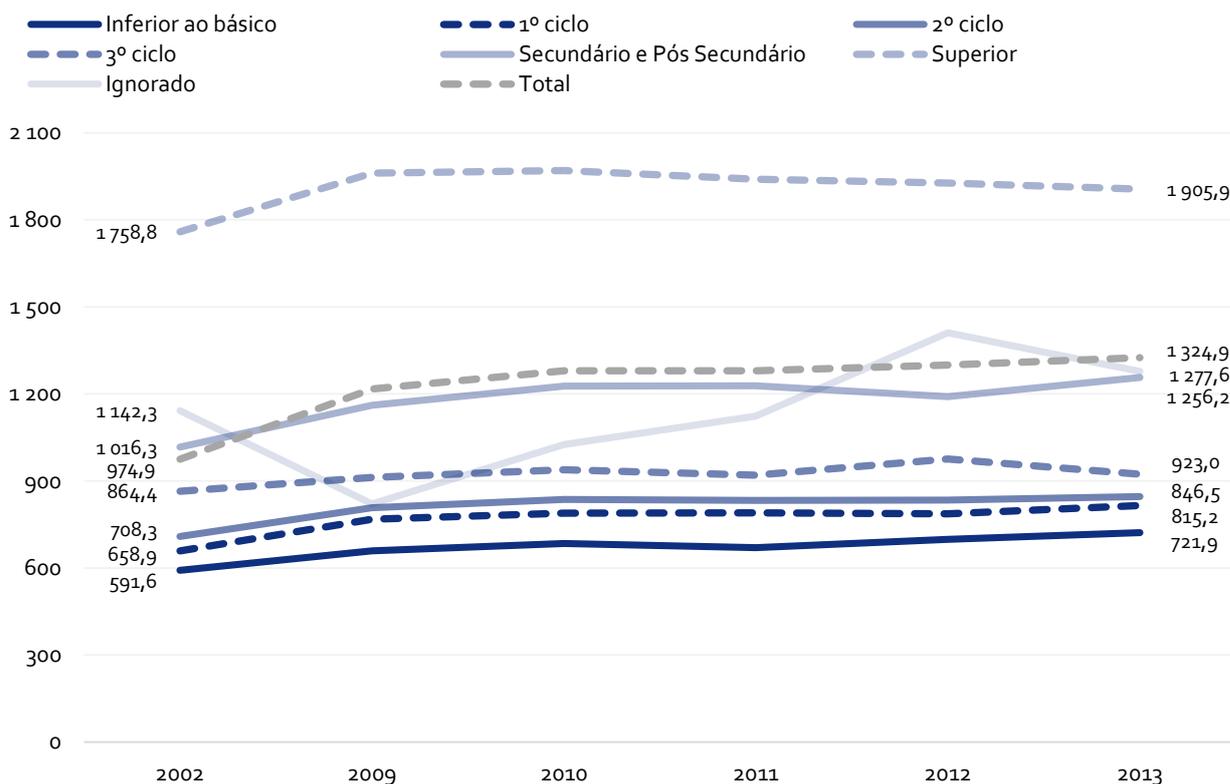


Figura B.15. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por nível de escolaridade, Porto, 2002-2013 (em euros; Fonte: Pordata⁸⁰)

Da observação da Figura B.15. constata-se que, analisando os ganhos médios mensais pelo nível de habilitações das/os trabalhadoras/es, se verificava uma disparidade de 32.3%, sendo que à medida que o nível de habilitações aumentava, aumentava também o ganho médio mensal do/a trabalhador/a.

Também se constata que houve uma progressão salarial entre 2002 e 2013, para todos os níveis de escolaridade, entre os 19.5% e os 23.5%, exceto para o 3º ciclo (+6.7%) e ensino superior (+8.4%).

Finalmente, na comparação das remunerações mensais entre os vários níveis de escolaridade, constata-se que, em 2013, cada nível de escolaridade superior conduziu a salários mais elevados. Entre as/os menos escolarizadas/os, a disparidade salarial máxima rondou os 27%, entre as/os trabalhadoras/es com escolaridade inferior ao 1º ciclo e as/os trabalhadoras/es com o 3º ciclo de escolaridade. Já as/os trabalhadoras/es com o ensino secundário auferiram um rendimento 74% superior às/aos trabalhadoras/es com escolaridade mais baixa e as/os trabalhadoras/es com o

⁸⁰<https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade-288> (acedido em 7 de maio de 2018).

ensino superior auferiram um rendimento médio superior em 164%, do que as/os trabalhadoras/es com a escolaridade mais baixa.

Na Figura B.16. apresenta-se os dados relativos à **remuneração média** auferida pelas/os trabalhadoras/es por conta de outrem, em 2015, segundo o nível de escolaridade.

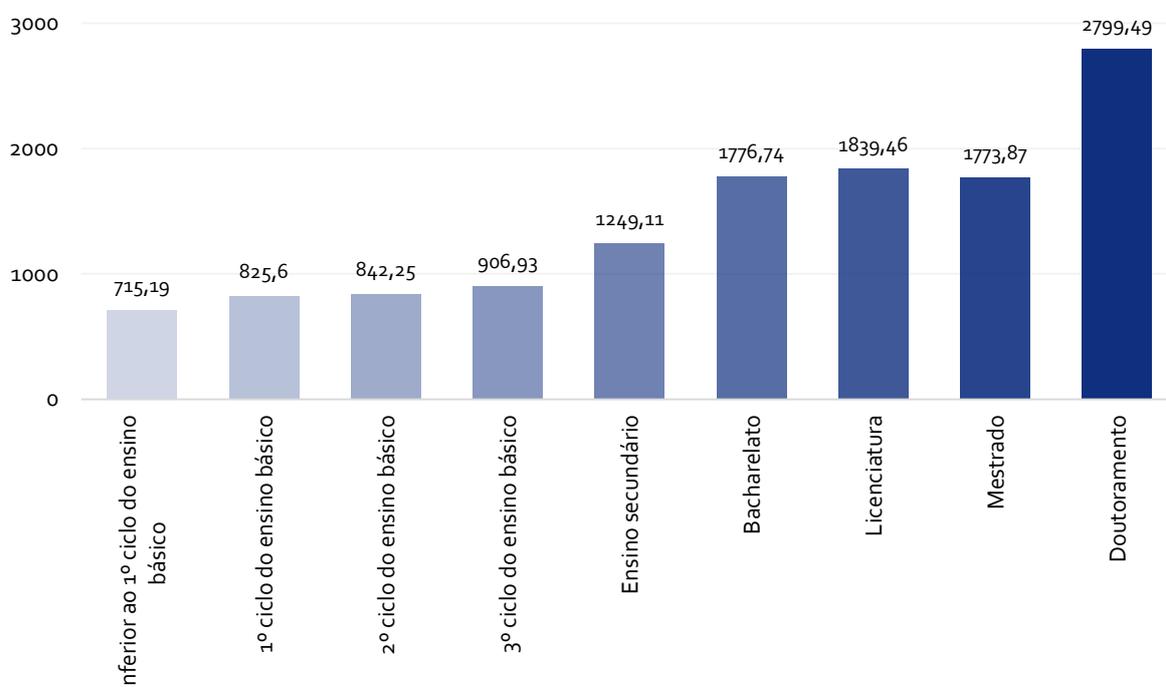


Figura B.16. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, por nível de escolaridade, Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE⁸¹)

Pela análise da Figura B.16., constata-se que, em 2015, um trabalhador com um nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória em Portugal, auferia em média um rendimento mensal entre 715.19€ e 906.93€. Para as/os trabalhadoras/es com o ensino secundário completo o rendimento médio mensal era de 1 249.11€, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores com ensino superior se dividia em 1 776.74€ para o Bacharelato, 1 839.46€ para a Licenciatura, 1 773.87€ para o Mestrado e 2 799.49€ para o Doutoramento.

Nas Figuras B.17. e B.18. apresenta-se os dados relativos ao **ganho médio mensal** das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, **por categoria profissional** e **por nível de qualificação**.

⁸¹ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018)

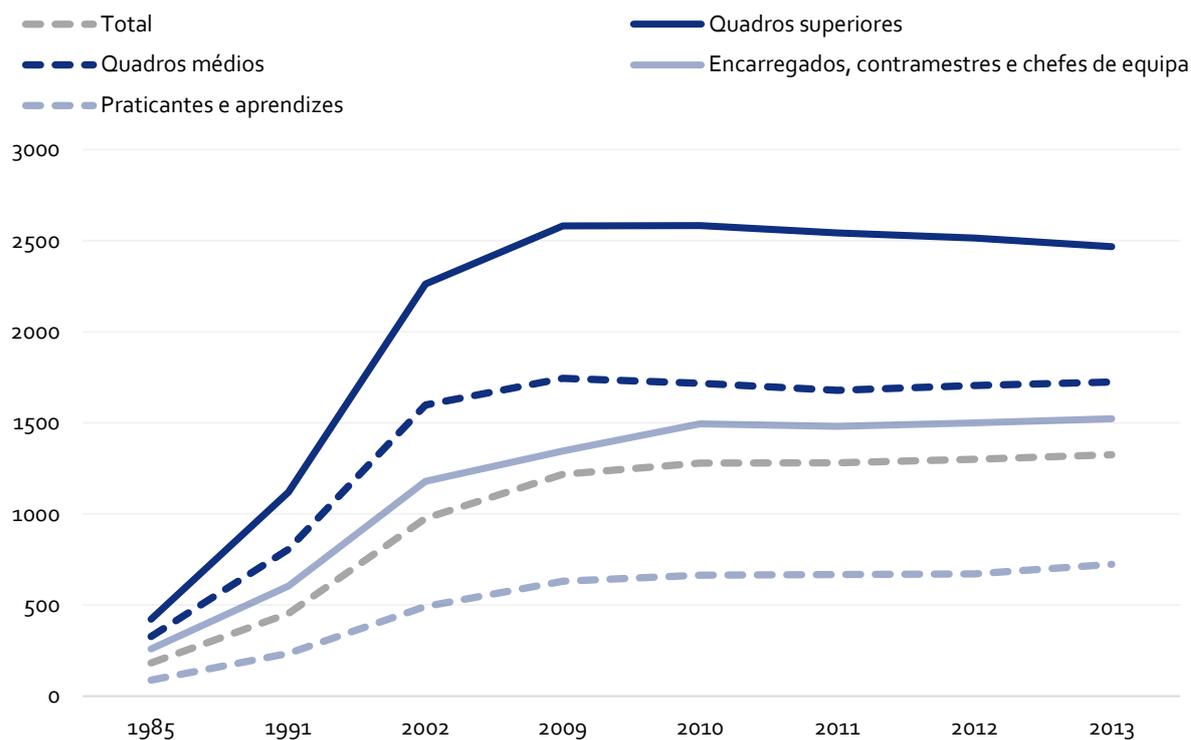


Figura B.17. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por categoria profissional, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata⁸²)

Analisando a Figura B.17. constata-se, na análise por categoria profissional que, entre 1985 e 2009, se assistiu a um aumento muito acentuado do ganho médio mensal em todas as categorias profissionais. Esse aumento variou entre o mínimo de 419.81% na categoria dos encarregados, contramestres e chefes de equipa (ganho médio mensal de 258.9€, em 1985 e de 1345.8€, em 2009) e o máximo de 620.09% na categoria profissional das/os praticantes (ganho médio mensal de 87.6€, em 1985 e de 630.8€, em 2009). Entre 2009 e 2013 o ganho médio mensal baixou 4.39% na categoria dos quadros superiores (2581.2€, em 2009 e 2467.8€, em 2013) e 1.16% na categoria dos quadros médios (1744.2€, em 2009 e 1724€, em 2013) e aumentou 13.14% na categoria dos encarregados, contramestres e chefes de equipa (1345.8€, em 2009 e 1522.7€, em 2013) e 14.68% na categoria dos praticantes (630.8€, em 2009 e 723.4€, em 2013).

⁸²<https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensual+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade-288> (acedido em 7 de maio de 2018).

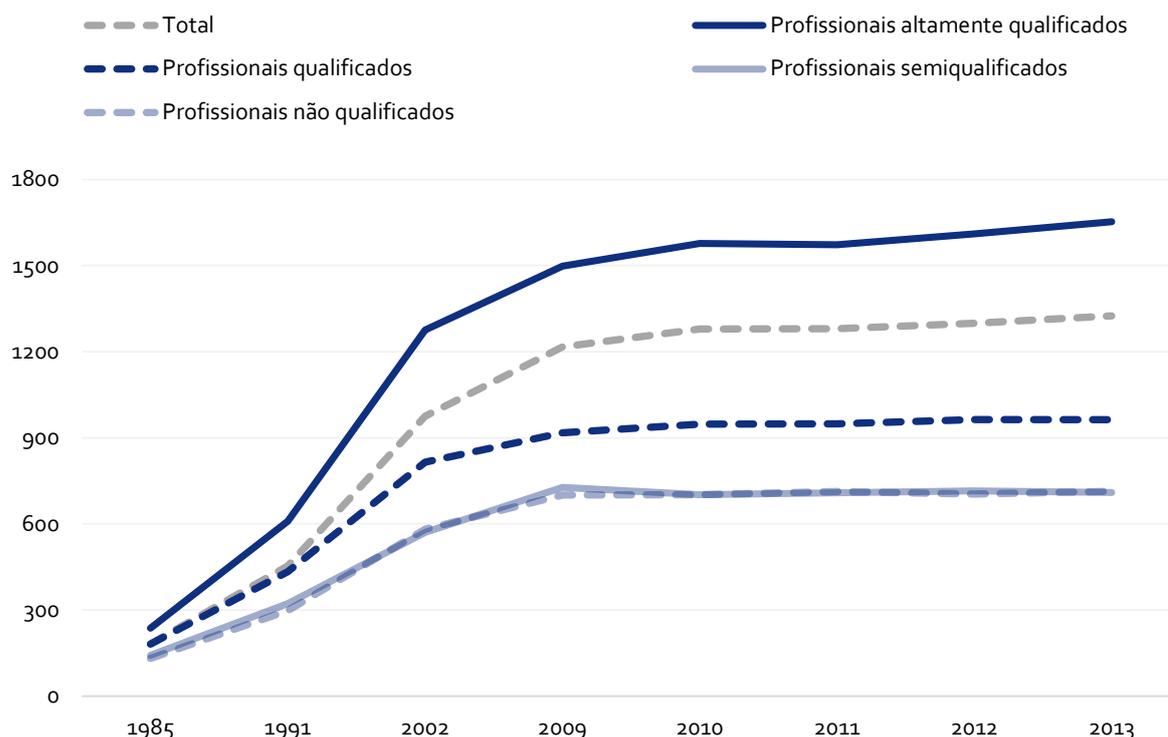


Figura B.18. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por nível de qualificação, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata⁸³)

Analisando a Figura B.18. constata-se que também houve uma progressão salarial entre 1985 e 2013, em função do nível de qualificação, especialmente acentuada entre 1985 e 2009 e para todos os níveis de qualificação.

O aumento no ganho médio mensal ocorrido entre 1985 e 2009 variou entre o mínimo de 406.69% nos profissionais qualificados (ganho médio mensal de 181€, em 1985 e de 917.1€, em 2009) e o máximo de 532.83% nos profissionais altamente qualificados (ganho médio mensal de 236.7€, em 1985 e de 1497.9€, em 2009). Entre 2009 e 2013 o ganho médio mensal baixou 2.41% nos profissionais semiquualificados (727.3€, em 2009 e 709.8€, em 2013) e aumentou 10.39% nos profissionais altamente qualificados (1497.9€, em 2009 e 1653.5€, em 2013), 4.98% nos profissionais qualificados (917.81€, em 2009 e 962.8€, em 2013) e 1.86% nos profissionais não-qualificados (700.4€, em 2009 e 713.4€, em 2013).

A ocupação profissional também contribuiu para a existência de **disparidades no ganho médio mensal** de 43.9%, tal como foi apresentado na Figura B.13.

⁸³<https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensual+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade-288> (acedido em 7 de maio de 2018).

A Figura B.19. apresenta os dados relativos ao ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a **profissão principal**.

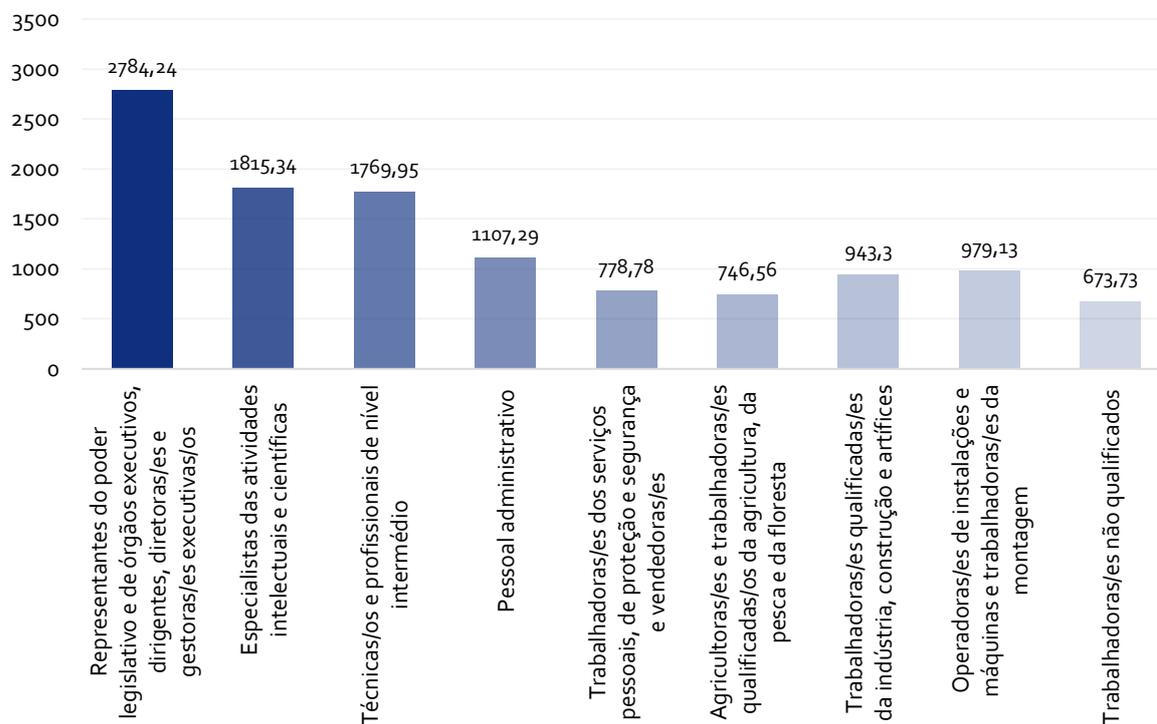


Figura B.19. Ganho médio mensal das/os trabalhadoras/es por conta de outrem, segundo a profissão principal (CPP-10), Porto, 2015 (em euros; Fonte: INE⁸⁴)

Como se pode observar na Figura B.19., as/os representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretoras/es e gestoras/es executivas/os eram aquelas/es que auferiam um ganho médio mensal superior (2 784.40€), enquanto que representavam apenas 5.78% das/os trabalhadoras/es. A disparidade máxima foi encontrada entre as/os trabalhadoras/es desta categoria profissional e as/os trabalhadoras/es não qualificadas/os, que tinham um rendimento médio mensal de apenas 25%, por comparação com os primeiros e que representavam 8.52% das/os trabalhadoras/es por conta de outrem do concelho.

Uma outra disparidade que parece relevante assinalar é a que diz respeito à que existia entre as/os trabalhadoras/es das duas categorias profissionais com maior percentagem de trabalhadoras/es por conta de outrem, isto é, as/os especialistas das atividades intelectuais e científicas, que representavam 20.6% das/os trabalhadoras/es por conta de outrem do concelho e que tinham um ganho médio mensal de 1 815.34€ e as/os trabalhadoras/es dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedoras/es, que representavam 23.88% das/os trabalhadoras/es por conta de

⁸⁴ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

outrem do concelho e auferiam um ganho médio mensal de 778.78€, ou seja, tinham um rendimento que não chegava a ser metade do dos primeiros, muito embora fossem a categoria profissional com maior representação no tecido das/os trabalhadoras/es por conta de outrem.

Na Figura B.20. apresenta-se os dados relativos ao **limiar de risco de pobreza**, em Portugal, no ano de 2015.⁸⁵

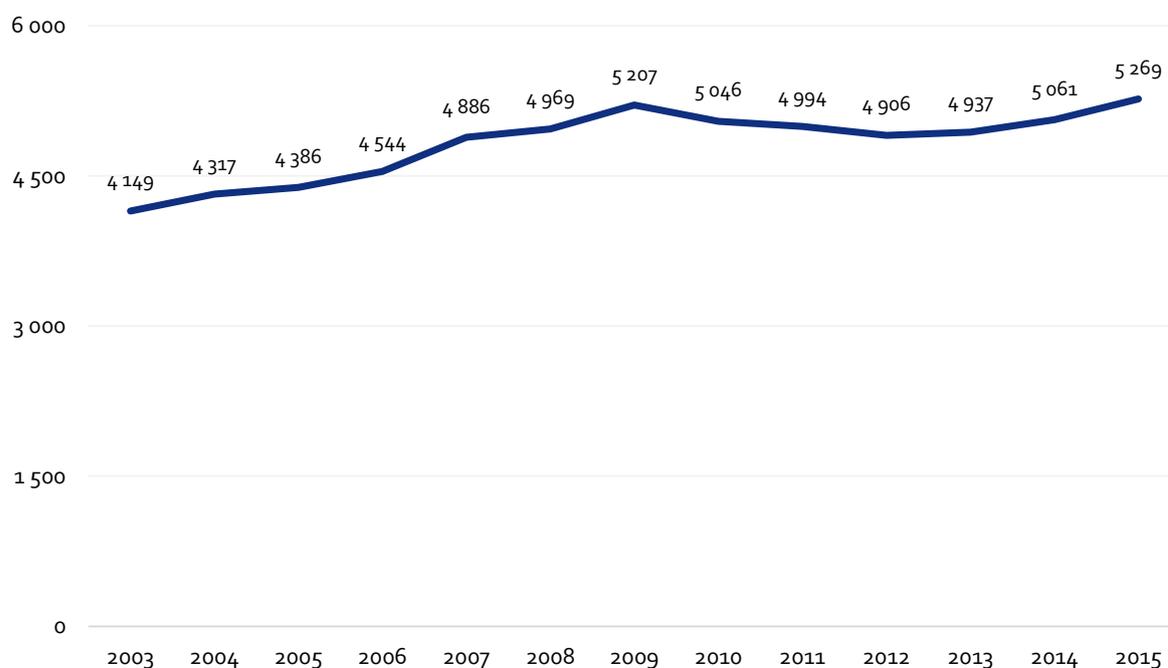


Figura B.20. Limiar de risco de pobreza, Portugal, 2003-2015 (em euros; Fonte: INE⁸⁶)

Se se considerar o limiar do risco de pobreza (Figura B.20.), cujo valor para Portugal, em 2015, era de 5 269€, pode-se constatar que pelo menos 16.16% (809 422) dos agregados fiscais nacionais se encontrava em situação de pobreza e 32.24% (1 614 701) (com rendimentos entre os 5 000€ e os 10 000€) se encontrava numa situação de risco de pobreza.

Para os **agregados fiscais** do concelho do Porto, apresenta-se na Figura B.21. o **rendimento bruto declarado**, no ano de 2015, para as diferentes categorias salariais.

⁸⁵ Limiar de risco de pobreza = limite abaixo do qual se considera um rendimento baixo em comparação com o rendimento de outros residentes no país, não implicando necessariamente uma situação de pobreza. O limiar de risco de pobreza corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente após transferências sociais.

⁸⁶ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2

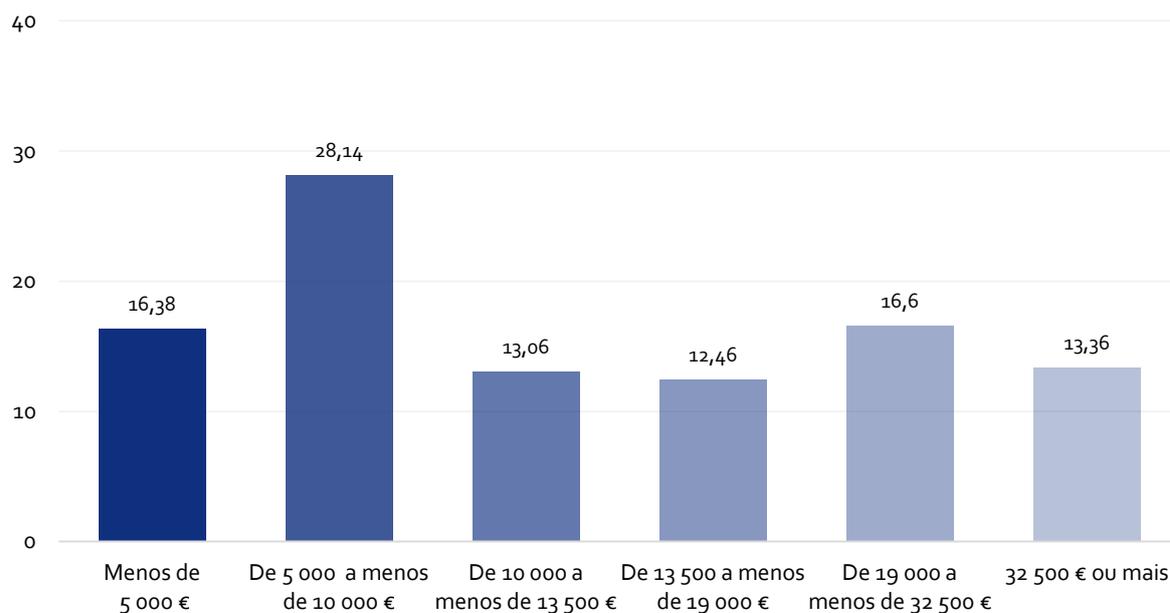


Figura B.21. Distribuição do rendimento bruto declarado, deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais, Porto, 2015 (em percentagem; Fonte: INE⁸⁷)

Da análise da Figura B.21., destaca-se que, relativamente ao rendimento bruto, 44.52% (54 437) dos agregados fiscais do concelho do Porto, 122 288 agregados, auferiam, em 2015, um rendimento bruto inferior a 10 000€ anuais e que 16.38% (20 027) viviam com um valor inferior a 5 000€, ou seja, quase 45% dos agregados fiscais do concelho estavam abaixo do limiar de pobreza ou em risco de pobreza.

⁸⁷ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA

Inicia-se a secção de indicadores relativos ao desemprego com a apresentação, na Figura B.22, dos dados relativos à **taxa de desemprego** e **população ativa** no concelho do Porto, no período compreendido entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017.⁸⁸

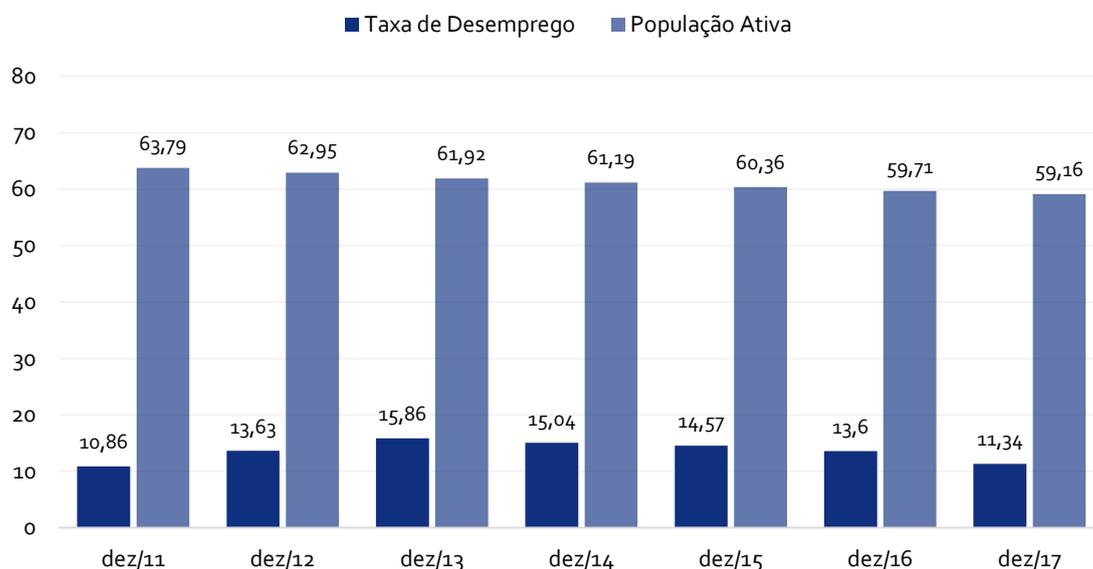


Figura B.22. Taxa de desemprego e População Ativa, Porto, dezembro 2011 - dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE⁸⁹⁹⁰)

Da análise da Figura B.22. constata-se que, em dezembro de 2017, quase 60% da população do concelho do Porto era ativa⁹¹ e que a taxa de desemprego⁹² era de 11.34%.

Analisando a evolução da taxa de desemprego e da população ativa, entre 2011 e 2017, constata-se que a percentagem da população ativa diminuiu, de forma progressiva, 4.63% entre 2011 e 2017.

⁸⁸ Os dados apresentados para a taxa de desemprego e para a população ativa são aproximados, pois não foi possível aceder a dados que permitissem definir com precisão qual a percentagem da população com idade mínima de 15 anos era ativa ou inativa (inativo é alguém que com 15 ou mais anos é estudante, reformado, doméstica/o, entre outras situações)

⁸⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 2 de julho de 2018, para obtenção de dados sobre a população ativa).

⁹⁰ Dados sobre população desempregada (accedidos em 2 de julho de 2018 em: <https://www.iefp.pt/estatisticas>).

⁹¹ População ativa = população com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

⁹² Taxa de desemprego = Rácio da população desempregada, sobre a população ativa.

Já a taxa de desemprego aumentou entre 2011 e 2013, passando de 10.86%, em 2011 para 15.86%, em 2013 e depois de 2013 começou a baixar progressivamente, passando dos 15.86%, para os 11.34%, em 2017.

Na Figura B.23. apresenta-se a evolução ocorrida no número de **desempregadas/os inscritas/os no IEFP** no concelho do Porto, no período compreendido entre janeiro de 2014 e janeiro de 2018.

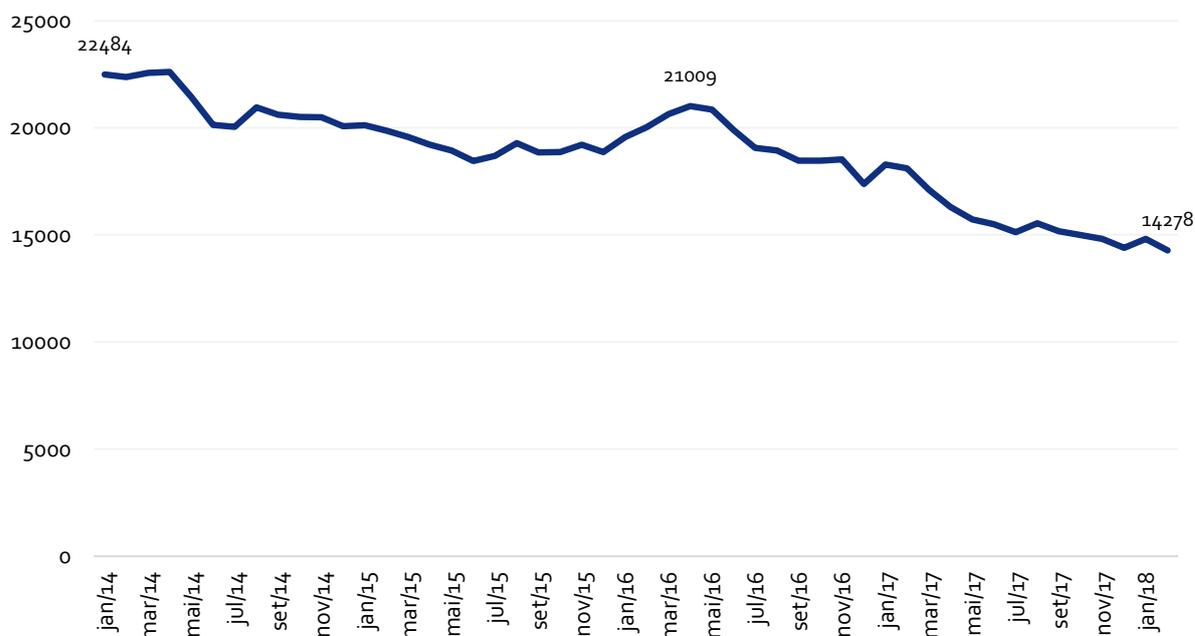


Figura B.23. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, Porto, janeiro de 2014 - fevereiro de 2018 (em número; Fonte: IEFP⁹³)

Segundo o IEFP, em fevereiro de 2018, encontravam-se inscritas/os 14 278 desempregadas/os no concelho do Porto, sendo 6 782 (47.20%) do sexo masculino e 7 496 (52.50%) do sexo feminino. Como podemos observar pela Figura B.21., este era o valor mais baixo desde, pelo menos, janeiro de 2014 (cf. Figura B.23.).

A Figura B.24. apresenta a distribuição por **grupo etário das/os desempregadas/os** inscritas/os no concelho do Porto, em fevereiro de 2018.

⁹³ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de março de 2018).

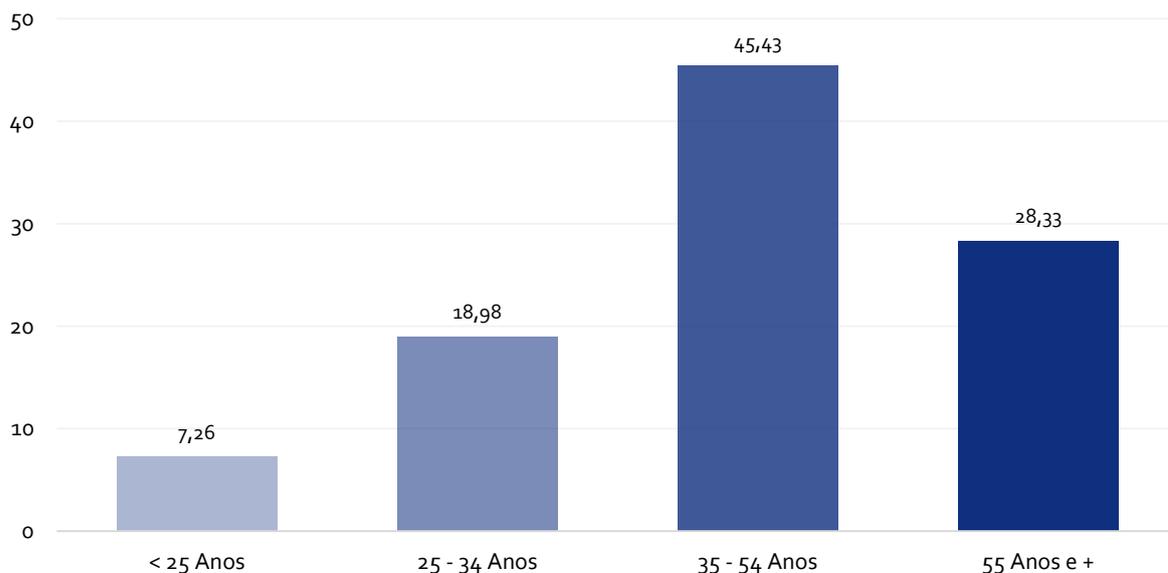


Figura B.24. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, por grupo etário, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP⁹⁴)

Pela observação da Figura B.24. verifica-se que as/os jovens com idade inferior a 25 anos constituíam 7.26% das/os desempregadas/os inscritas/os, enquanto o grupo de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos representava 18.98% das/os desempregadas/os.

O grupo etário com maior percentagem de desempregadas/os inscritas/os era o grupo etário das pessoas com idade entre os 35 e os 54 anos, com 45.43% do total de desempregadas/os inscritas/os. E, no seu conjunto, as/os desempregadas/os com idade superior a 35 anos constituíam 73.76% das/os desempregadas/os.

Na Figura B.25. apresenta-se a distribuição das/os desempregadas/os inscritas/os no concelho do Porto, por **nível de escolaridade** completo.

⁹⁴ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de março de 2018).

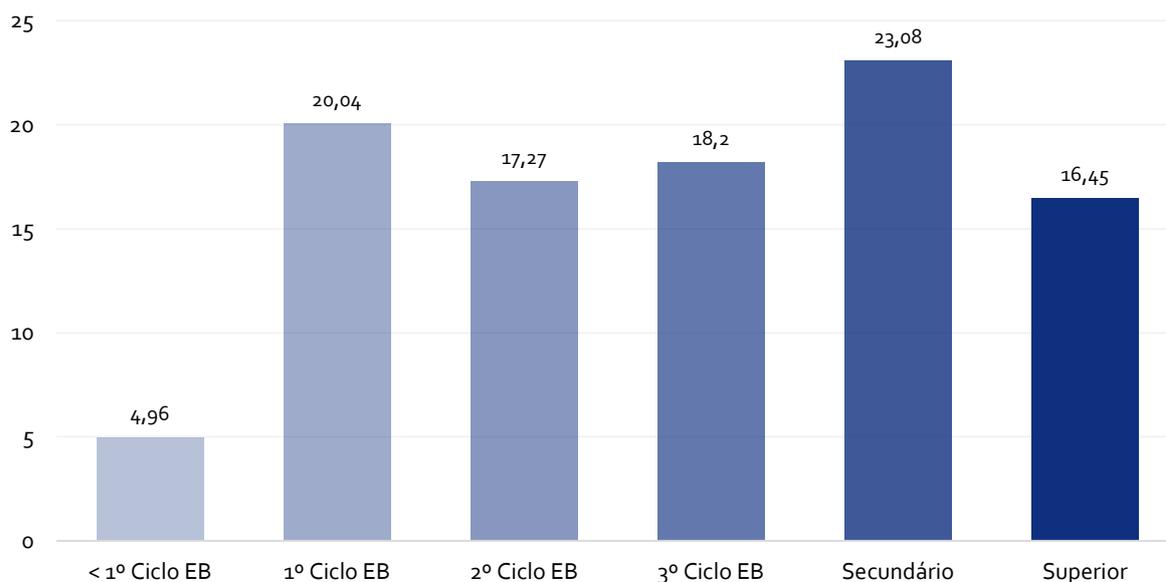


Figura B.25. Desempregadas/os inscritas/os no IEFP, por nível de escolaridade completo, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP⁹⁵)

Da análise da Figura B.25. constata-se que 60.47% (8 634) das/os desempregadas/os inscritas/os não tinham a escolaridade obrigatória (12º ano). De facto, 4.96% (708) tinham escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico, 20.04% (2 862) tinham o 1º ciclo do ensino básico, 17.27% (2 466) tinham o 2º ciclo do ensino básico e 18.20% (2 598) detinham o 3º ciclo do ensino básico.

O grupo de desempregadas/os com o ensino secundário completo saturava 23.08% das pessoas inscritas (3 295) e as/os desempregadas/os com o ensino superior completo representavam 16.45% (2 349) do total de pessoas desempregadas no concelho do Porto.

Seguidamente, apresentam-se nas Figuras B.26. e B.27. os dados relativos ao **tempo de inscrição** no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e **situação face à procura de emprego** e ainda os **motivos que levaram à situação de desemprego**.

⁹⁵ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de março de 2018).

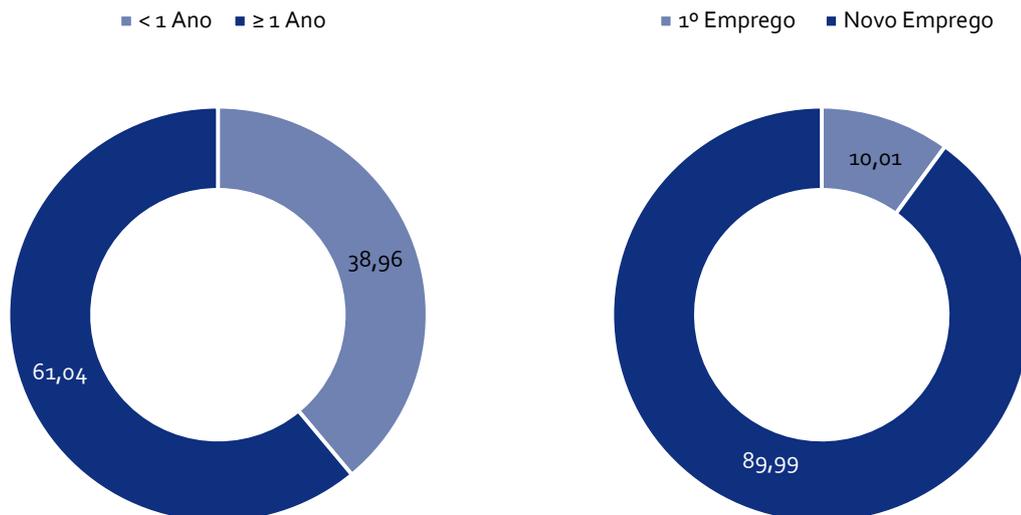


Figura B.26. Tempo de inscrição no IEFP e situação face à procura de emprego, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP⁹⁶)

Da análise da Figura B.26. verifica-se que as/os desempregadas/os com inscrição inferior a um ano representavam 39% (5 563) das/os inscritas/os e as/os inscritas/os há mais de um ano (designadas/os de desempregadas/os de longa duração) representavam 61% (8 715) das/os inscritas/os.

A análise da mesma figura permite, ainda, constatar que 89.99% (12 849) das/os desempregadas/os inscritas/os se encontravam à procura de um novo emprego, enquanto apenas 10.01% (1 429) se encontrava em busca do primeiro emprego.

⁹⁶ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de março de 2018).

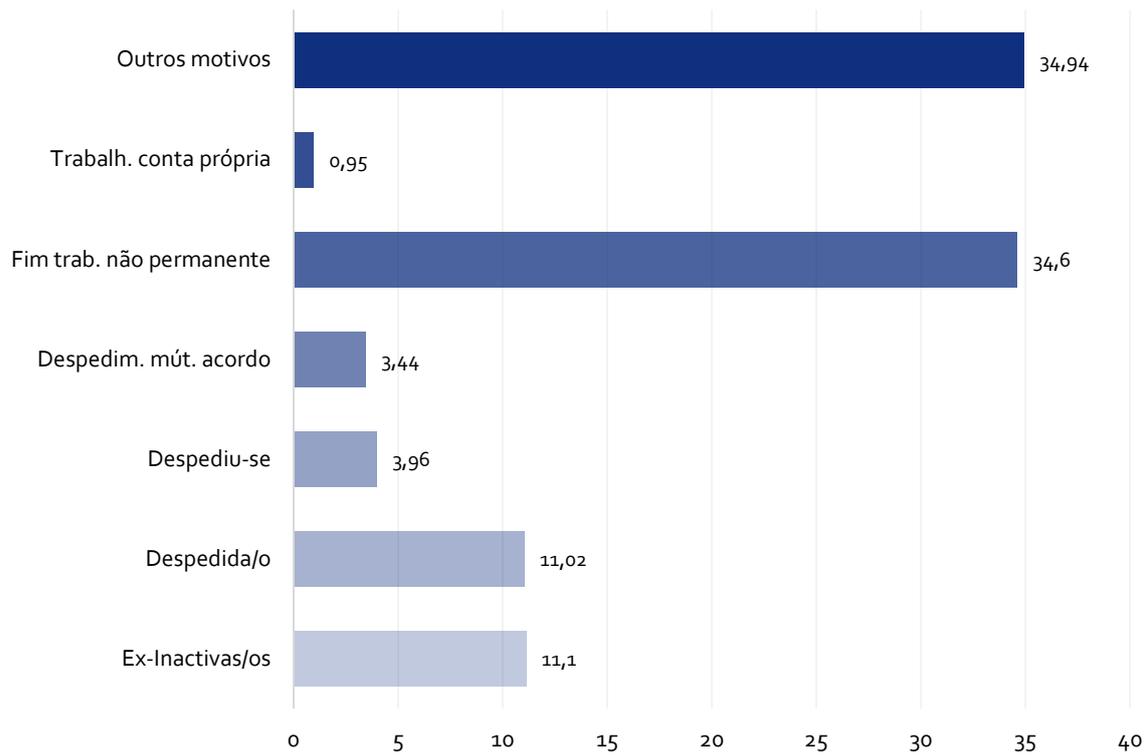


Figura B.27. Motivos da inscrição no centro de emprego, Porto, fevereiro de 2018 (em percentagem; Fonte: IEFP⁹⁷)

Relativamente aos motivos que levaram à situação de desemprego, a análise da Figura B.27. revela que os motivos “fim de trabalho não permanente” (34.60%) e “ser despedido” (11.02%) justificavam quase metade das inscrições como desempregada/o no IEFP (45.62%).

⁹⁷ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de março de 2018).

PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO

Na Figura B.28. apresenta-se os dados relativos às **prestações de desemprego**, nomeadamente, a evolução ocorrida entre 2015 e 2017, no número de beneficiárias/os de prestações de desemprego, por freguesia/união de freguesias do concelho do Porto.

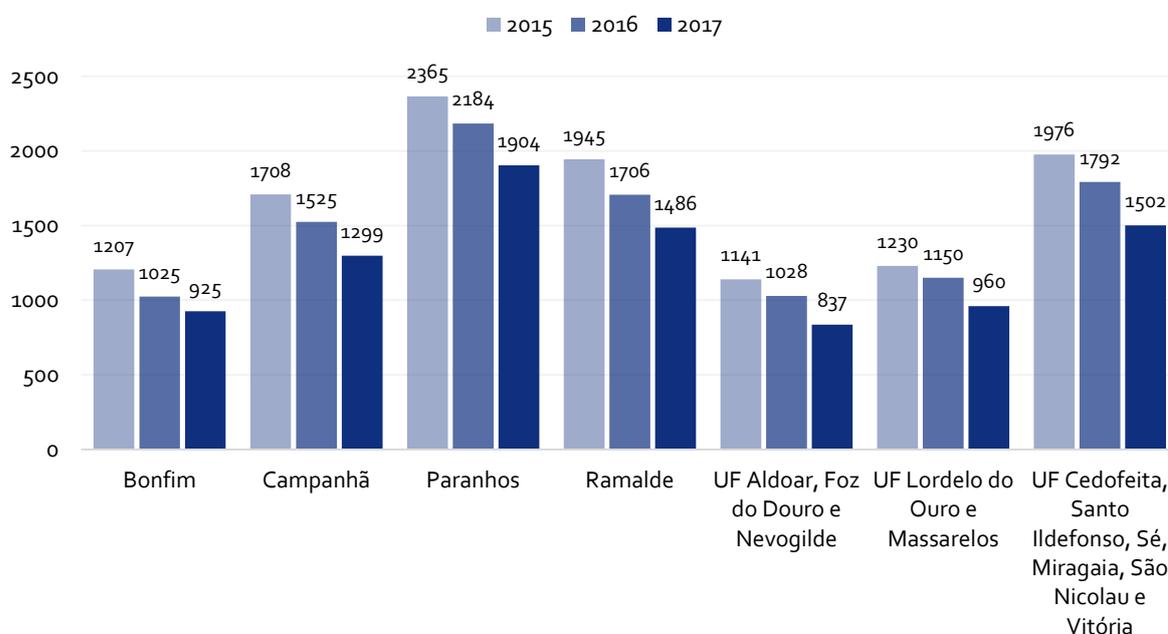


Figura B.28. Beneficiárias/os de prestações de desemprego, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Da análise da Figura B.28. constata-se que, em todas as freguesias/uniões de freguesia, se assistiu a uma diminuição do número de beneficiárias/os de prestações de desemprego, diminuição essa que variou entre o mínimo de 19.49%, em Paranhos e o máximo de 26.64%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (variação média de \approx 22.98%).

Nas Figuras B.29. e B.30. apresentam-se os dados relativos às/aos beneficiárias/os de **subsídio de desemprego**, **subsídio social de desemprego** e **subsídio social de desemprego subsequente**.

Inicia-se com a apresentação, na Figura B.29. dos dados relativos à evolução ocorrida entre 2015 e 2017 no número de beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e subsídio social de desemprego subsequente.

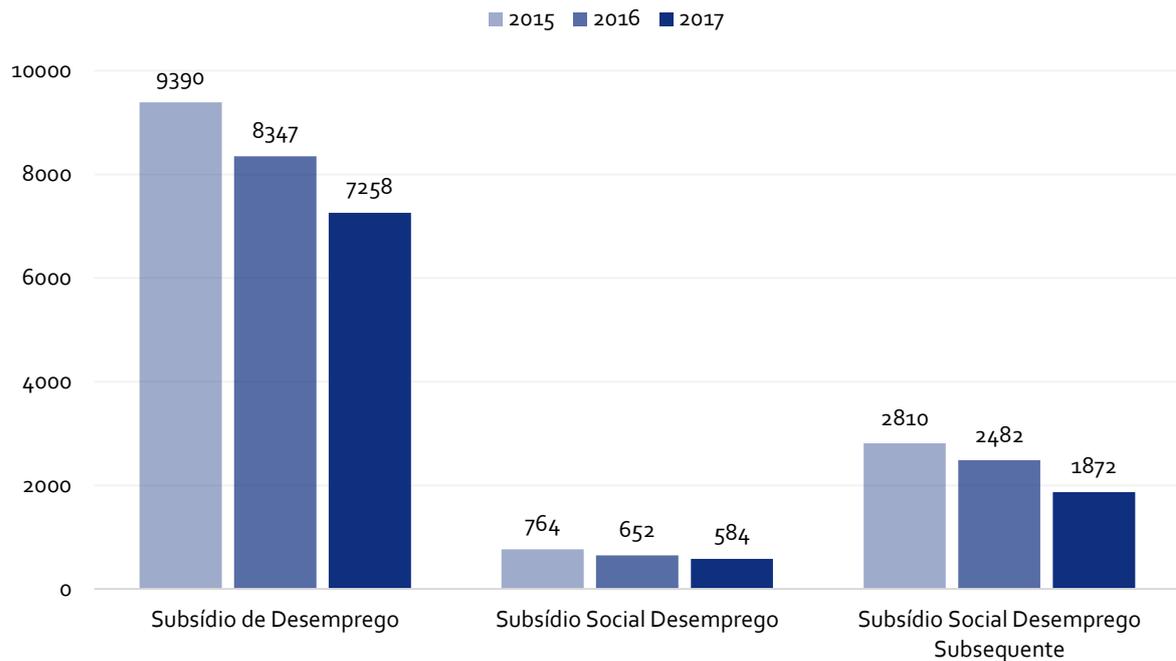


Figura B.29. Beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e subsídio social de desemprego subsequente, Porto, 2015 - 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Da análise da Figura B.29, constata-se que o padrão global encontrado para as prestações de desemprego anteriormente apresentado, se replicava para as diferentes prestações de desemprego consideradas individualmente, isto é, assistiu-se a uma diminuição no número de beneficiárias/os de cada tipo de prestação de desemprego (22.7% para o subsídio de desemprego; 23.56% para o subsídio social de desemprego; 33.38% para o subsídio social de desemprego subsequente).

A Figura B.30. apresenta os dados relativos às/aos beneficiárias/os de **subsídio de desemprego**, **subsídio social de desemprego** e **subsídio social de desemprego subsequente** assim como, o **valor médio** associado a cada subsídio, por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017.

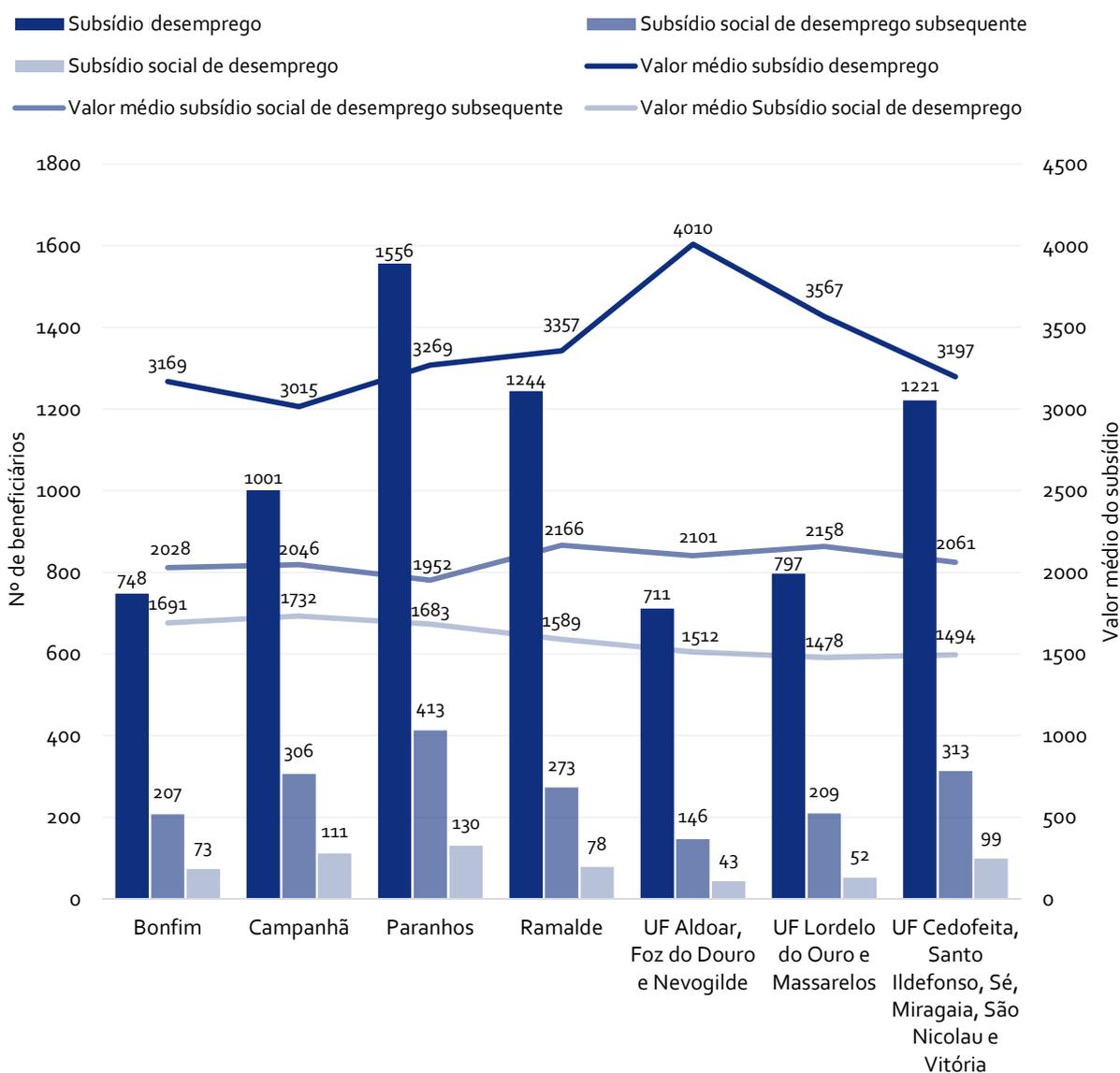


Figura B.30. Beneficiárias/os de prestações de desemprego, por tipo de prestação e valor médio no ano, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Da análise da Figura B.30., pode constatar-se que em 2017, se contabilizavam 7 278 (81.45%) beneficiárias/os do subsídio de desemprego, 1 867 (20.89%) beneficiárias/os do subsídio social de desemprego subsequente e 586 (6.56%) beneficiárias/os do subsídio social de desemprego.

As freguesias que apresentavam maior proporção e número de beneficiárias/os de prestações de desemprego eram Paranhos com 21.57% (2 099), a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.78% (1 633) e Ramalde com 16.39% (1 595).

Relativamente ao subsídio de desemprego, Paranhos tinha o maior número de beneficiárias/os, que representavam 21.38% (1 556) do total, seguindo-se Ramalde, com 17.09% (1 244) e depois a

União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.78% (1 221).

Quanto ao subsídio social de desemprego subsequente, Paranhos posicionava-se novamente em primeiro lugar, com 22.12% (413), seguindo-se-lhe a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.76% (313) e depois Campanhã, com 16.39% (306).

Finalmente, no que diz respeito ao subsídio social de desemprego, Paranhos surgia de novo em primeiro lugar, com 22.18% (130), depois Campanhã, com 18.94% (111) e depois a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 16.89% (99).

Quanto aos valores destas prestações de desemprego, o subsídio de desemprego teve um valor médio de 3 332€/ano (mínimo de 3 015€/ano, em Campanhã e máximo de 4 010€/ano, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), o subsídio social de desemprego subsequente teve um valor médio de 2 060€/ano (mínimo de 1 952€/ano, em Paranhos e máximo de 2 166€/ano, em Ramalde). Finalmente o subsídio social de desemprego teve um valor médio anual de 1 618€ (mínimo de 1 478€/ano, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e máximo de 1 732€/ano, em Campanhã).

Quanto ao **subsídio de desemprego** especificamente, no concelho do Porto existiam, em 2016, 10 538 beneficiárias/os de subsídio de desemprego, sendo 49.42% (5 208) do sexo masculino e 50.58% (5 330) do sexo feminino.

Nas Figuras B.31., B.32., B.33. e B.34. apresentam-se alguns indicadores específicos para o subsídio de desemprego, no ano de 2016.

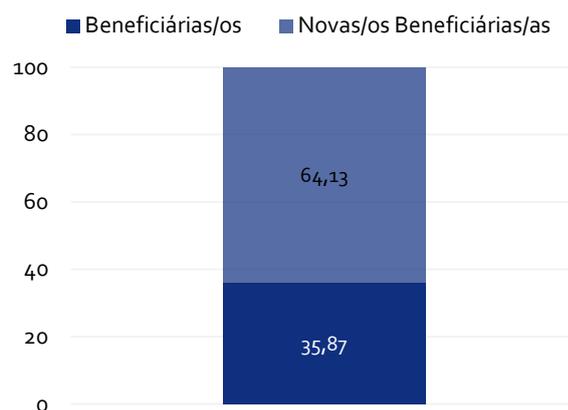


Figura B.31. Beneficiárias/os do subsídio de desemprego, novas/os beneficiárias/os do subsídio de desemprego, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE⁹⁸)

Da análise da Figura B.31. pode-se verificar que do total de desempregadas/os, em 2016, 64.13% (6 758) já eram beneficiárias/os e que 35.87% (3 780) eram novas/os beneficiárias/os.

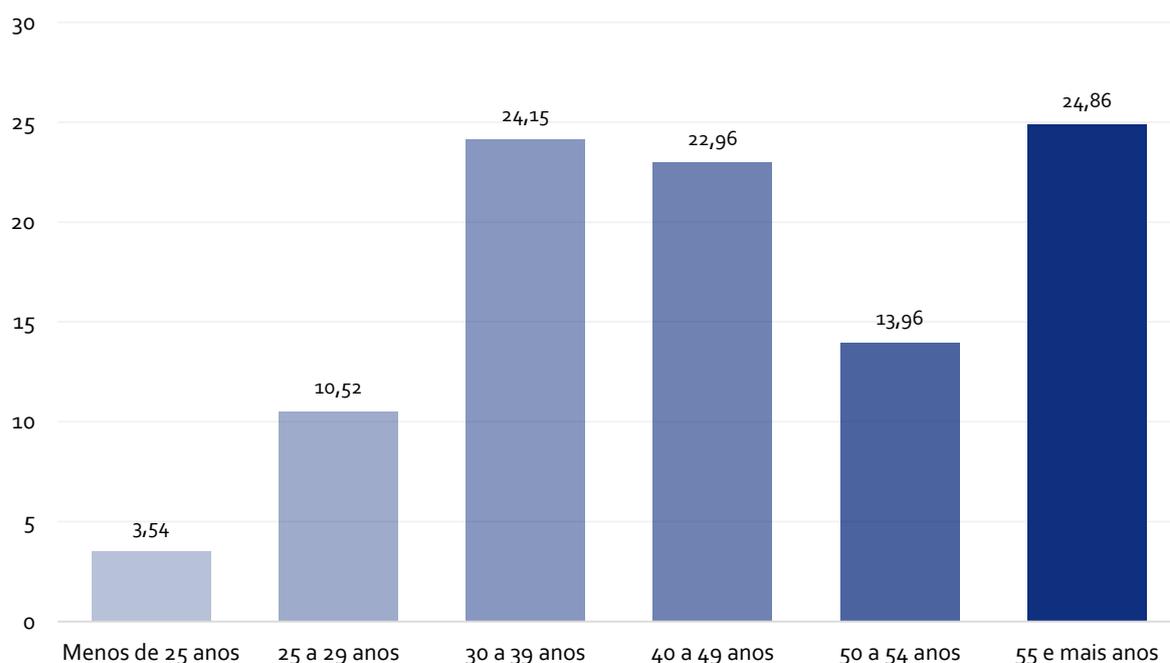


Figura B.32. Beneficiárias/os do subsídio de desemprego, por grupo etário, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE⁹⁹)

Observando a Figura B.32., pode-se constatar que 61.78% (6 511) das/os beneficiárias/os de subsídio de desemprego tinham idade igual ou superior a 40 anos e, dentro destas/es, as/os

⁹⁸ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

⁹⁹ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

beneficiárias/os com 55 ou mais anos de idade representavam quase um quarto das/os beneficiárias/os do subsídio de desemprego (24.86%).

O grupo etário entre os 30 e os 39 anos representava 24.15% (2 545) das/os beneficiárias/os e o grupo etário com idade igual ou inferior a 29 anos constituía 14.06% (1 482) do total de beneficiárias/os.

Seguidamente, apresentam-se os dados que dizem respeito ao **valor médio mensal/anual do subsídio de desemprego**.

Começa-se por apresentar na Figura B.33. o valor médio anual do subsídio de desemprego em 2016, por sexo, no concelho do Porto.

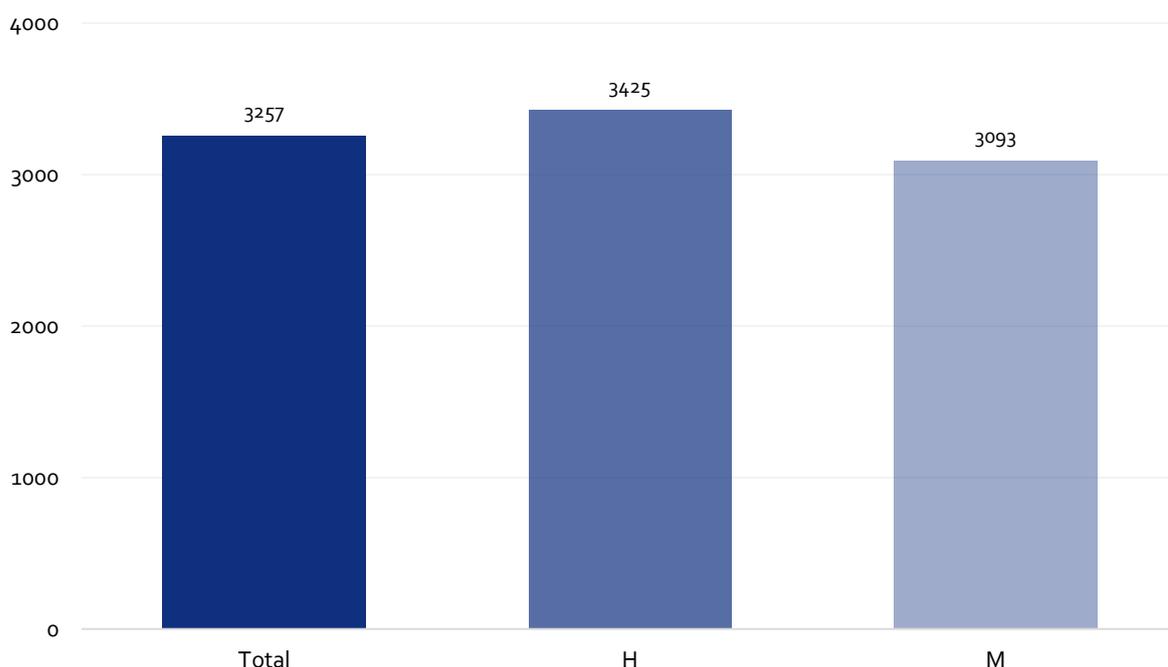


Figura B.33. Valor médio anual do subsídio de desemprego, por sexo, Porto, 2016 (em euros; Fonte: INE¹⁰⁰)

Como se pode verificar, através da análise da Figura B.33., o valor médio anual do subsídio de desemprego era de 3 257€ (aproximadamente, 272€/mês).

O valor médio anual do subsídio de desemprego para os homens era 10.7% superior ao valor médio anual do subsídio de desemprego para as mulheres, cifrando-se nos 3 425€/ano, isto é, um rendimento superior para os homens que correspondia a mais de um mês de valor médio mensal (+332€). O tempo médio de duração do subsídio de desemprego foi de 201 dias.

¹⁰⁰ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

Quanto à **evolução do valor médio mensal do subsídio de desemprego**, apresenta-se na Figura B.34. os dados relativos a essa evolução, no período entre 2015 e 2017, por freguesia/união de freguesias.

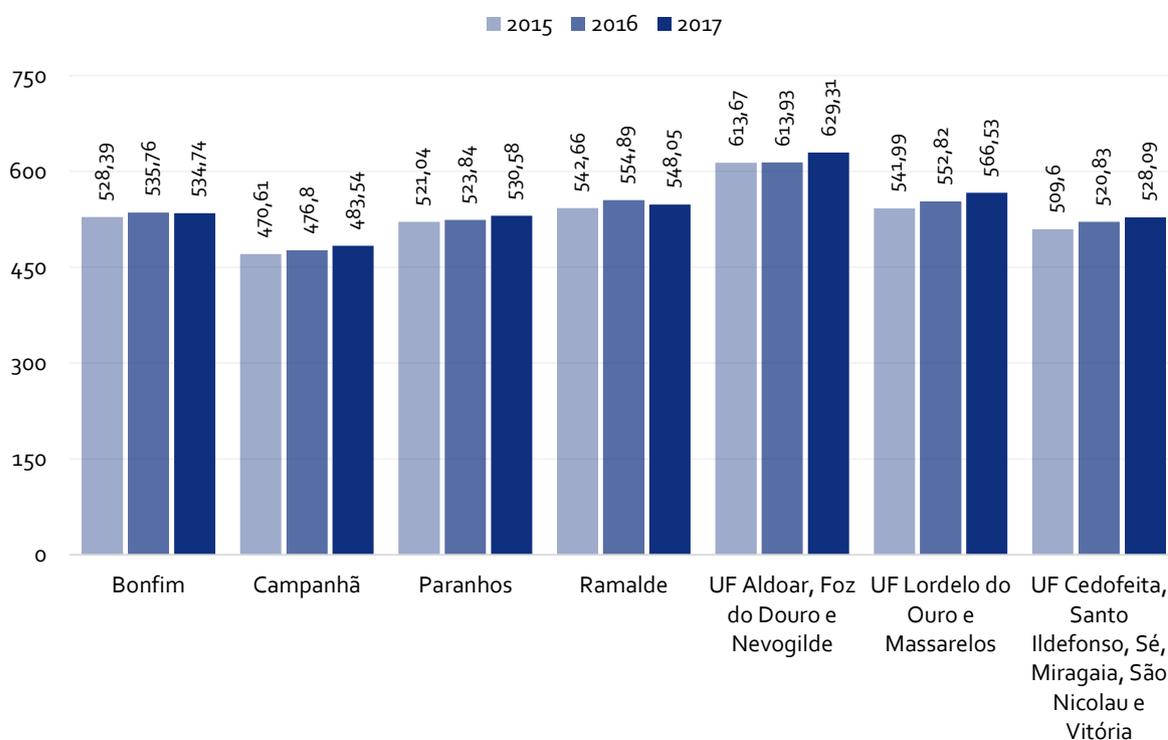


Figura B.34. Valor médio mensal do subsídio de desemprego, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))

Da análise da Figura B.34. pode constatar-se que houve um aumento no valor médio mensal do subsídio de desemprego, entre 2015 e 2017, em todas as freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto.

Constata-se também que Campanhã foi a freguesia que teve o valor médio mensal mais baixo do subsídio de desemprego, nos três anos em análise (de 470.61€ a 483.54€) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde teve o valor mais elevado (de 613.67€ a 629.31€). De realçar que foram também estas as duas únicas freguesias/uniões de freguesia que registaram os valores médios de subsídio de desemprego ou abaixo dos 500 € ou acima da franja dos 600€.

Finalmente, também se constata que as freguesias que tiveram os menores aumentos no valor médio mensal do subsídio de desemprego, no período compreendido entre 2015 e 2017, foram Ramalde (+0.99%) e Bonfim (+1.2%) e as uniões de freguesia que tiveram o maior aumento foram a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (+4.53%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (+3.63%).

PENSÕES: TIPOLOGIAS E PERFIS DE BENEFICIÁRIAS/OS

No concelho do Porto existiam, em 2017, 75 845 **pensionistas**, subdividindo-se as pensões em 53 163 **pensões de velhice** (70.09%), 18 058 **pensões de sobrevivência** (23.81%) e 4 624 **pensões de invalidez** (6.10%). Destas/es pensionistas, 73 941 eram pensionistas do **regime contributivo** (97.49%) e 1 904 eram pensionistas do **regime não contributivo** (2.51%).

Na Figura B.35. apresenta-se a distribuição por tipo de pensão e por regime contributivo.

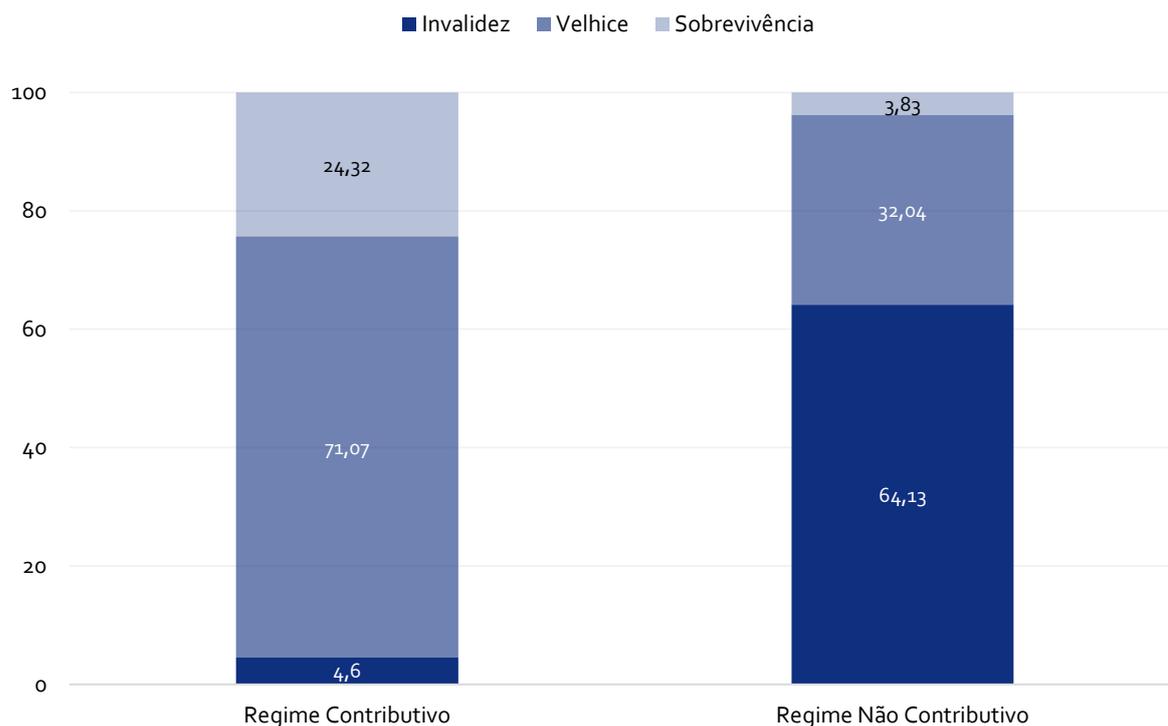


Figura B.35. Pensionistas por tipo de pensão e regime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Da análise da Figura B.35. constata-se que, no regime contributivo, 71.07% (52 553) eram pensões de velhice, 24.32% (17 985) eram pensões de sobrevivência e 4.6% (3 403) eram pensões de invalidez. No regime não contributivo, 64.13% (1 221) eram pensões de invalidez, 32.04% (610) eram pensões de velhice e 3.83% (73) eram pensões de sobrevivência.

Na Figura B.36. são apresentados dados relativos ao **valor médio anual para cada tipo de pensão**, por regime.

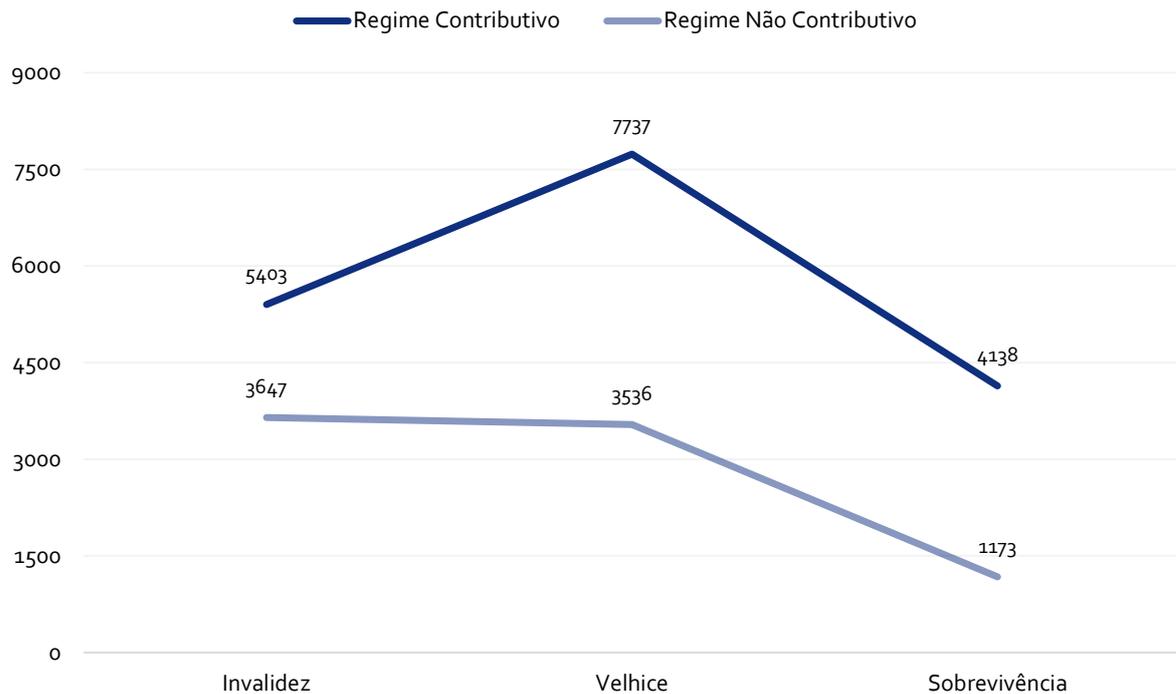


Figura B.36. Valor médio anual, por tipo de pensão e regime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Constata-se, pela análise da Figura B.36. que, no regime contributivo, as pensões de velhice apresentavam o valor anual médio mais elevado de 7 737€/ano, que correspondia a um rendimento mensal médio de 644.75€. Seguiam-se as pensões de invalidez, com um valor anual médio de 5 403€ (450.25€/mês) e depois as pensões de sobrevivência com um valor anual médio de 4 138€ (344.83€).

No regime não contributivo os valores médios anuais eram significativamente mais baixos, sendo de 3 647€/ano (303.92€) para as pensões de invalidez, 3 536€/ano (294.67€/mês) para as pensões de velhice e 1 173€/ano (97.75€/mês) para as pensões de sobrevivência.

Estes dados mostram que muitas/os pensionistas auferiam rendimentos baixos, muitas vezes inferiores ao salário mínimo nacional.

A Figura B.37. mostra a evolução ocorrida, entre 2000 e 2013, na percentagem de pensionistas que, em Portugal, auferiam **pensões com um valor inferior ao salário mínimo nacional**.

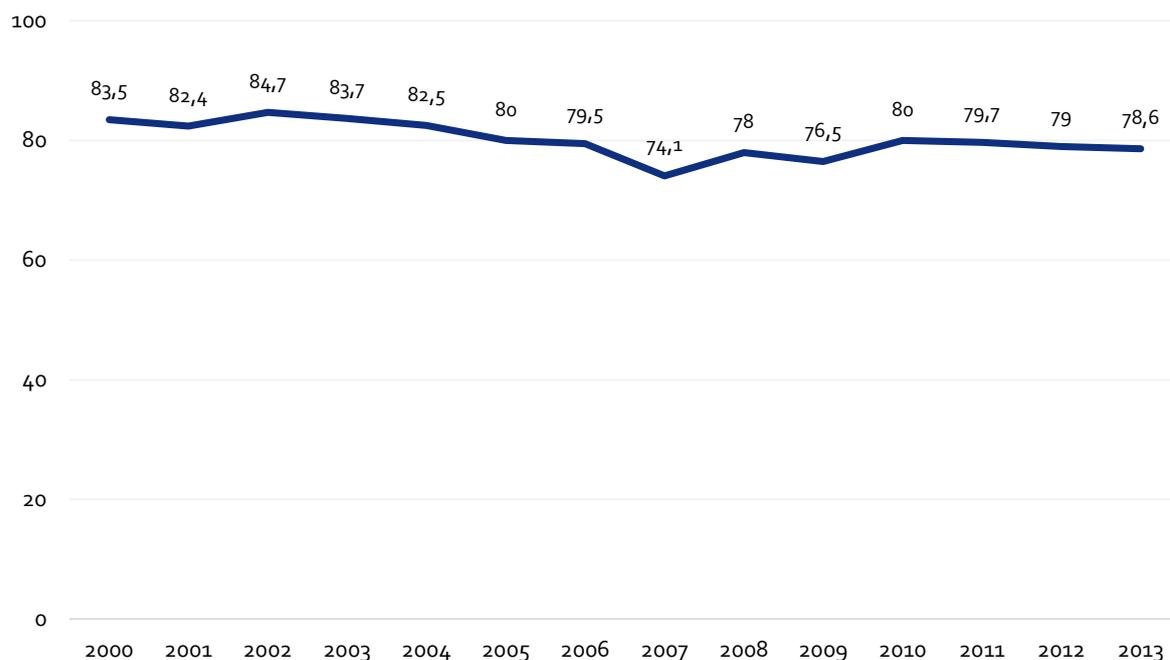


Figura B.37. Pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo nacional, Portugal, 2000-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata¹⁰¹)

Da observação da Figura B.37. verifica-se que a percentagem de pensionistas que auferiam uma pensão inferior ao salário mínimo nacional diminuiu entre o ano 2000 (83.5%) e o ano 2007, onde atingiu o seu valor mais baixo, de 74.1%. Após 2007, assistiu-se a um aumento até 2013, atingindo nesse ano o valor de 78.6%. Globalmente, entre 2000 e 2013 ocorreu uma diminuição de 4.9 pp. na percentagem de pensionistas que recebiam pensões com um valor inferior ao salário mínimo nacional.

Finalmente, apresenta-se na Figura B.38. a evolução do número de requerimentos entrados no ano de 2017, para atribuição da **pensão social de velhice**, que é atribuída às pessoas seniores com os rendimentos mais baixos (**171.56€** mensais, caso se trate de pessoa isolada, ou **257.34€** mensais, tratando-se de casal, ou seja, 40% e 60% do valor do indexante dos apoios sociais).¹⁰²

¹⁰¹[https://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+\(percentagem\)-2007](https://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+(percentagem)-2007) (acedido em 12 de abril de 2018).

¹⁰² É uma prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, a partir da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social, para pessoas que não se encontrem abrangidas por qualquer regime de proteção social obrigatório ou pelos regimes transitórios dos rurais ou, estando-o, não satisfaçam os períodos de garantia definidos para acesso à pensão, e que sendo pensionistas de velhice ou sobrevivência tenham direito a pensão de montante inferior ao da pensão social.

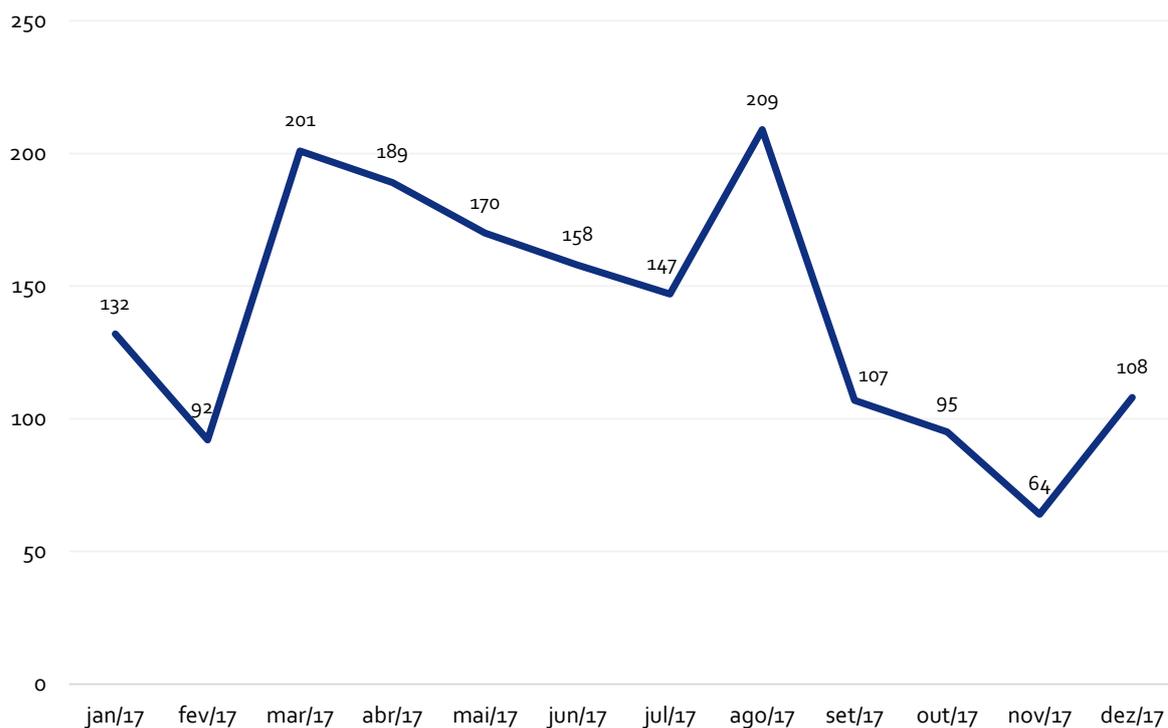


Figura B.38. Requerimentos de pensão social de velhice, Centro Distrital do Porto, 2017 (em número; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Da análise da Figura B.38. constata-se que o número médio de requerimentos entrados, ao longo de 2017, foi de 139, com uma variação máxima de 145 requerimentos, entre o mês com o menor número de requerimentos (64 em novembro de 2017) e o mês com o maior número de requerimentos (209, em agosto de 2017). Nesse ano deram entrada um total de 1 672 requerimentos para atribuição da pensão social de velhice.

O **Complemento Solidário para Idosos (CSI)** é um apoio em dinheiro pago mensalmente às/aos idosas/os de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses, residentes em Portugal, que tenham recursos inferiores ao valor limite do CSI, que sejam cidadãos/ãs portugueses/as e não tenham tido acesso à pensão social, por terem rendimentos acima do valor limite de 171.56€ mensais, se for uma pessoa ou de 257.34€ mensais, se for um casal.

Apresentam-se nas Figuras B.39. e B.40. alguns dados relativos a esta prestação social.

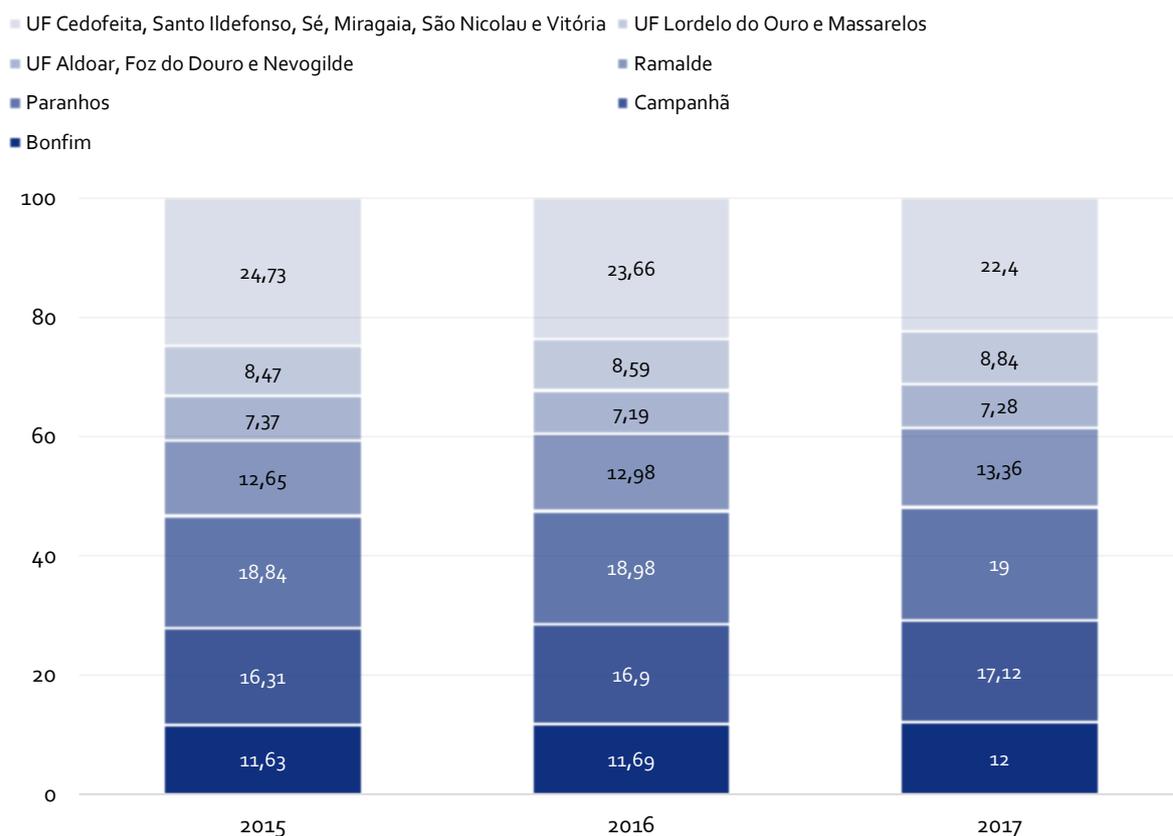


Figura B.39. Beneficiárias/os do CSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰³

Em 2015 existiam 3 801 beneficiárias/os de CSI, com uma distribuição pelas freguesias/uniões de freguesia que variou entre o mínimo de 280 (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e o máximo de 940 (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Em 2016 existiam 3 782 beneficiárias/os de CSI, com uma distribuição pelas freguesias/uniões de freguesia que variou entre o mínimo de 272 (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e o máximo de 895 (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

E em 2017 existiam 3 901 beneficiárias/os de CSI, com uma distribuição pelas freguesias/uniões de freguesia que variou entre o mínimo de 284 (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e o máximo de 874 (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) (cf. B.39).

¹⁰³ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

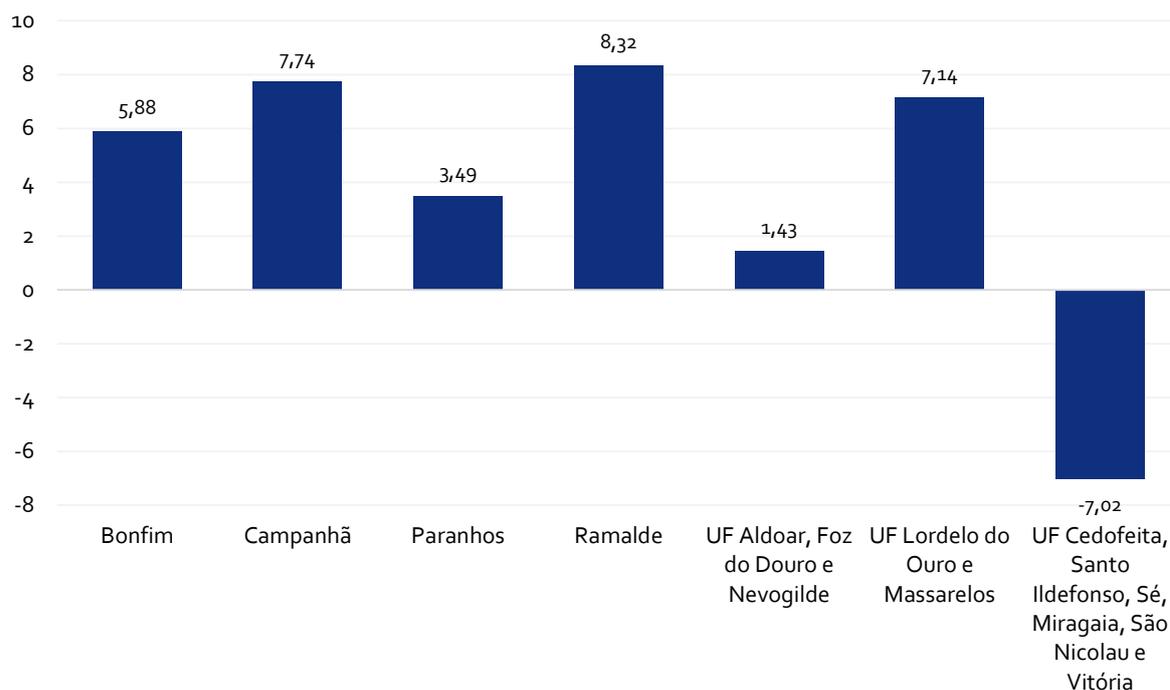


Figura B.40. Variação do número de beneficiárias/os do CSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰⁴

Da análise das Figuras B.39. e B.40. constata-se que, entre 2015 e 2017, houve um acréscimo de 2.63% no número de pessoas seniores beneficiárias do CSI (3 801 em 2015 e 3 901 em 2017).

A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi a única união de freguesias em que o número de beneficiárias/os de CSI diminuiu 7.02% no decorrer desse triénio (passou de 940 para 874). E Ramalde, Campanhã e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos foram as três freguesias/uniões de freguesia onde ocorreram os maiores aumentos no número de beneficiárias/os de CSI no triénio de 2015 – 2017 (8.32%, 7.74% e 7.14%, respetivamente).

¹⁰⁴ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

ABONOS, ACORDOS E AÇÕES DE INSERÇÃO

Apresenta-se na Figura B.41. os dados relativos ao número de beneficiárias/os do **abono de família**, no triénio de 2015 – 2017, por freguesia/união de freguesias.

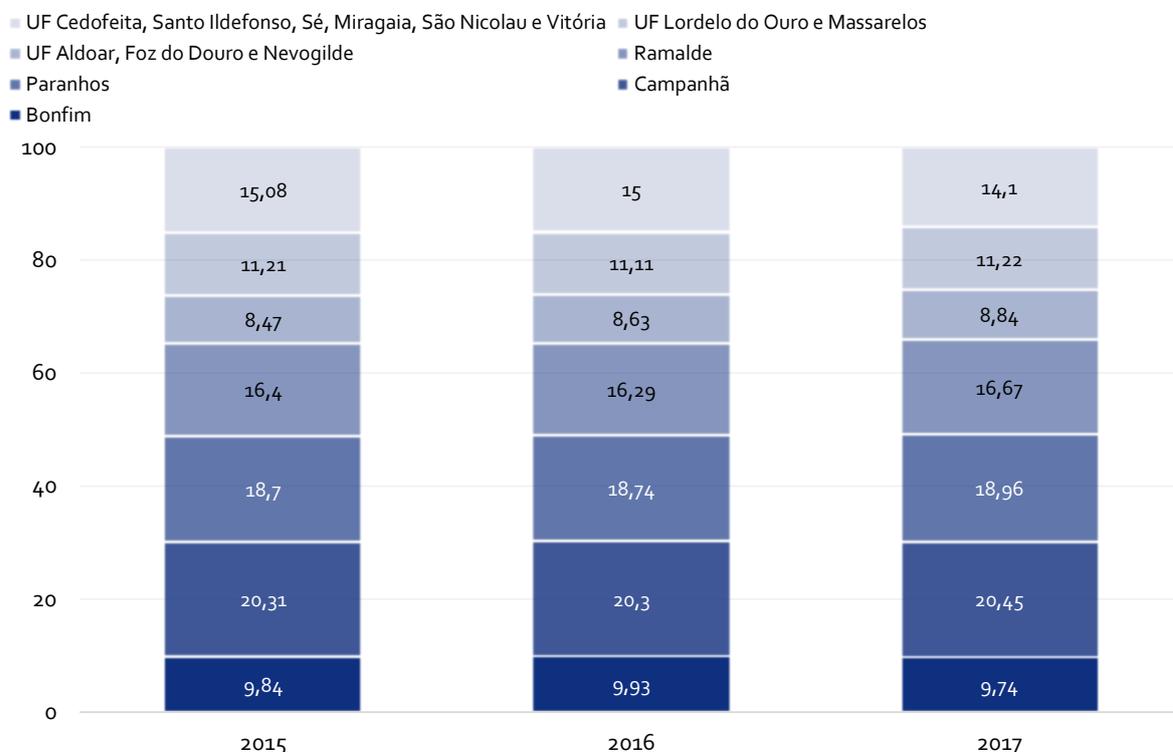


Figura B.41. Beneficiárias/os do abono de família, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰⁵

Da análise da Figura B.41. verifica-se que, em 2015, existiam 21 996 beneficiárias/os de abono de família, distribuídos pelas várias freguesias/uniões de freguesia, tendo a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde o menor número absoluto de beneficiárias/os de abono de família, com 1 862 (8.47%) e Campanhã o número mais elevado, com 4 467 (20.31%).

Em 2016 existiam 21 571 beneficiárias/os de abono de família, distribuídos pelas várias freguesias/uniões de freguesia, tendo, de novo, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde o menor número absoluto de beneficiárias/os de abono de família, com 1 861 (8.63%) e Campanhã, de novo também, o número mais elevado, com 4 379 (20.30%).

Finalmente, em 2017 o padrão anterior foi replicado, com um total de 21 369 beneficiárias/os de abono de família, em que União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde voltou a ter

¹⁰⁵ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

o menor número de beneficiárias/os, com 1 890 (8.84%) e Campanhã o número absoluto mais elevado, com 4 371 (20.45%).

Também se constata que, globalmente, se assistiu a um ligeiro decréscimo no número de beneficiárias/os de abono de família, tendo passado de 21 996, em 2015, para 21 369, em 2017 (menos 2.85%).

Na Figura B.42. apresenta-se os dados relativos à **bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência**.

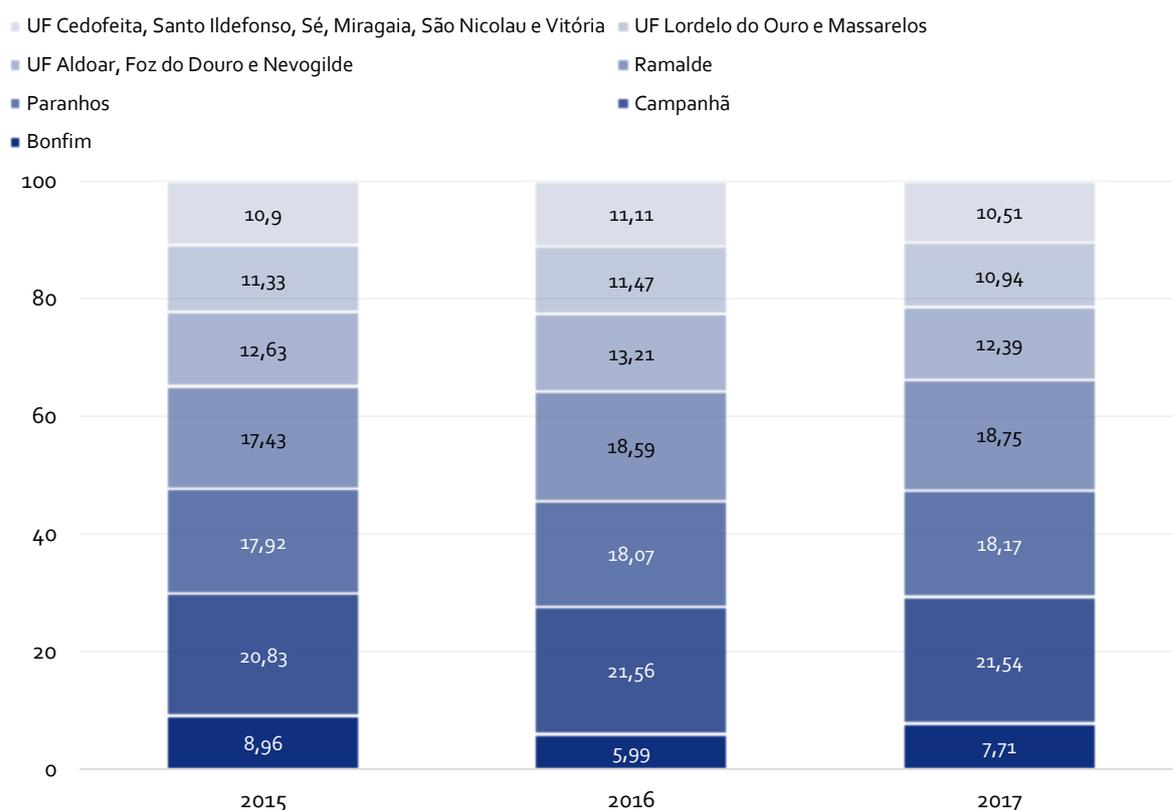


Figura B.42. Beneficiárias/os da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰⁶

Da análise da Figura B.42. verifica-se que em 2015 existiam 1 853 beneficiárias/os da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, em 2016 existiam 1 953 e em 2017 existiam 2 075, o que correspondeu a um incremento de 11.98% (222) no número de beneficiárias/os deste apoio social, no triénio de 2015 – 2017.

¹⁰⁶ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Também se constata que, em cada ano do triénio, o Bonfim foi a freguesia com o menor número de beneficiárias/os (166, 117 e 160, respetivamente em 2015, 2016 e 2017) e Campanhã foi a freguesia com o número de beneficiárias/os mais elevado (386, 421 e 447, respetivamente em 2015, 2016 e 2017).

A Figura B.43. sumariza a evolução ocorrida, no triénio 2015 – 2017, no número de beneficiárias/os de **abono de família** e da **bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência**.

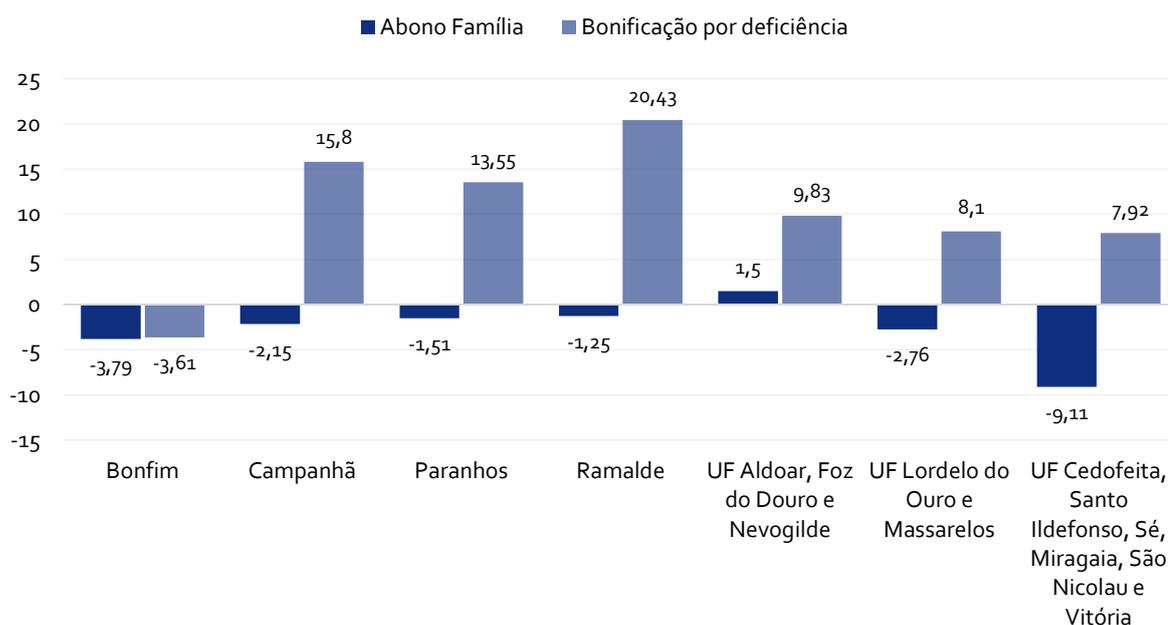


Figura B.43. Variação no número de beneficiárias/os do abono de família e da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰⁷

Da análise da Figura B.43. constata-se que, entre 2015 e 2017, houve uma diminuição média de 2.85% no número de beneficiárias/os do abono de família (21 996, em 2015 e 21 369, em 2017) e um aumento médio de 11.98% (de 1 853 para 2 075) no número de beneficiárias/os da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência.

Fazendo a análise por freguesia/união de freguesias verifica-se que, relativamente ao abono de família, apenas na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde ocorreu um aumento de 1.5% no número de beneficiárias/os. Nas restantes freguesias/uniões de freguesia o número de

¹⁰⁷ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

beneficiárias/os diminuiu entre 1.25% (Ramalde) e 9.11% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Quanto à bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, apenas no Bonfim houve uma diminuição de 3.61% no número de beneficiárias/os. Nas restantes freguesias/uniões de freguesia ocorreu um aumento no número de beneficiárias/os entre os 7.92% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 20.43% (Ramalde).

Nas Figura B.44. e B.45. apresentam-se alguns dados relativos às/aos beneficiárias/os de **acordos assinados/ações de inserção**, no concelho do Porto, no ano de 2017.

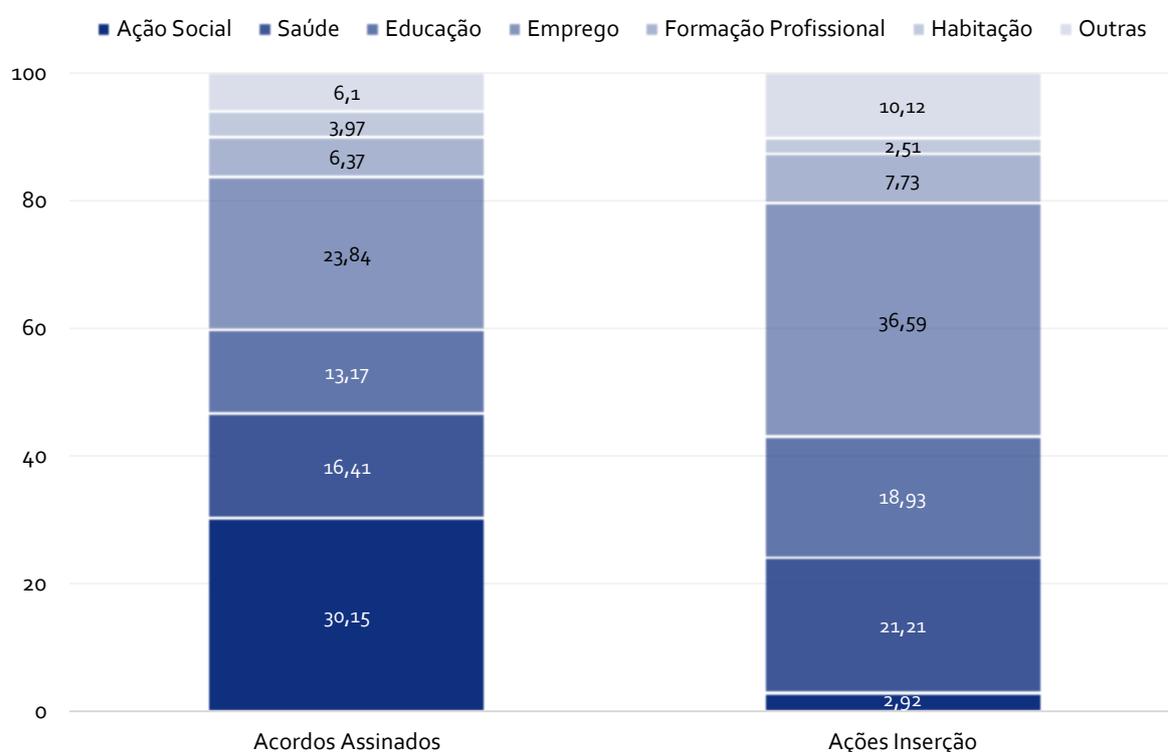


Figura B.44. Beneficiárias/os de acordos assinados/ações de inserção, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹⁰⁸

Da análise da Figura B.44. constata-se que, em 2017, existiram 36 869 acordos assinados, distribuídos da seguinte forma: 3.97% (1 464) em “habitação”, 6.1% (2 248) em “outras”, 6.37% (2 347) em “formação profissional”, 13.17% (4 854) em “educação”, 16.41% (6 051) em “saúde”, 23.84% (8 789) em “emprego” e 30.15% (11 116) em “ação social”.

¹⁰⁸ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Quanto às ações de inserção, existiram, em 2017, 9 963, distribuídas por temática, da seguinte forma: 2.51% (250) em “habitação”, 2.92% (291) em “ação social”, 7.73% (770) em “formação profissional”, 10.12% (1 008) em “outras”, 18.93% (1 886) em “educação”, 21.21% (2 113) em “saúde” e 36.59% (3 645) em “emprego”.

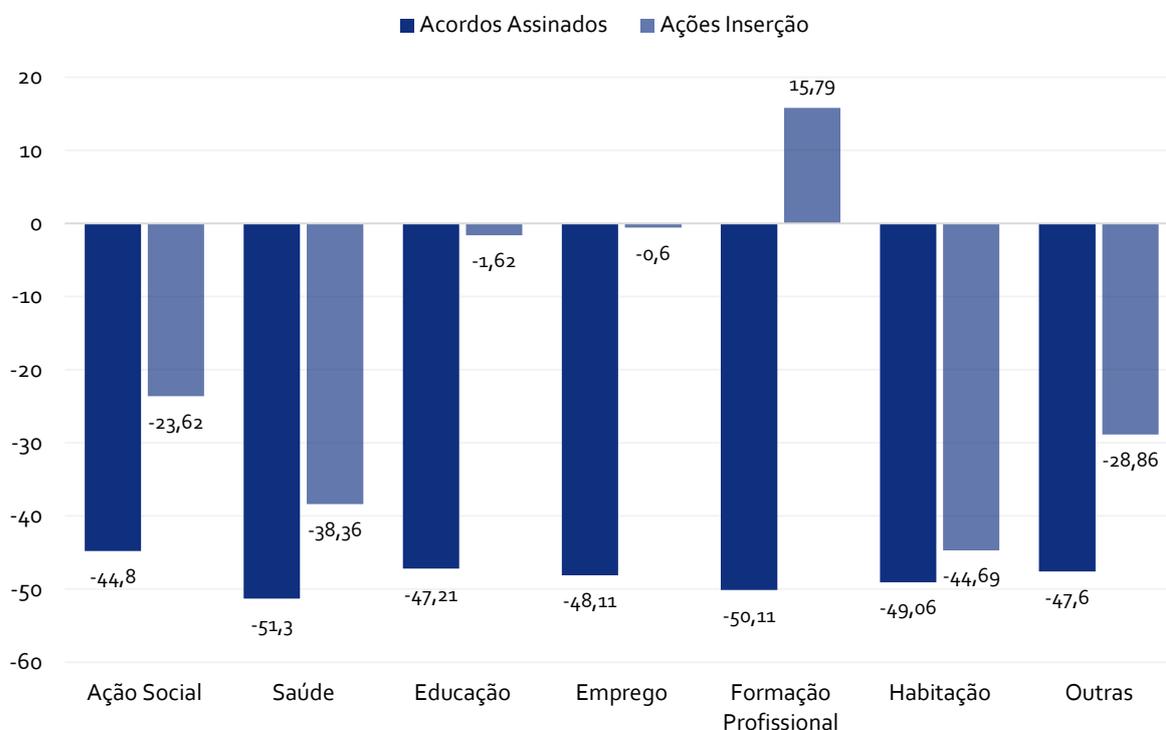


Figura B.45. Variação no número de beneficiárias/os de acordos assinados/ações de inserção, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI)).¹⁰⁹

Da análise da Figura B.45. verifica-se que, no triénio 2015 – 2017, se assistiu a uma diminuição acentuada no número de beneficiárias/os com acordos assinados, que variou, nos diferentes domínios, entre uma diminuição mínima de 44.8% (ação social) e máxima de 51.3% (saúde).

Ao nível das ações de inserção, também se assistiu, no triénio 2015 – 2017, a uma tendência de descida nos diferentes domínios, embora menos acentuada e com uma exceção, para a formação profissional, onde se assistiu a um aumento de 15.79% no número de beneficiárias/os de ações de inserção nesse domínio. Nos restantes domínios, as descidas no número de beneficiárias/os oscilaram entre os 23.62% (ação social) e os 44.69% (habitação). De realçar que nos domínios da “educação” e do “emprego”, embora tenham existido descidas no número de beneficiárias/os de ações de inserção, essas descidas foram residuais (1.62% na educação e 0.6% no emprego).

¹⁰⁹ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO: CONTEXTOS E PERFIS DE BENEFICIÁRIAS/OS

O **Rendimento Social de Inserção (RSI)** é um apoio destinado a proteger as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de pobreza extrema, para promover uma melhor integração social e profissional.

Globalmente, no concelho do Porto contabilizavam-se, em 2017, 18 695 beneficiárias/os de RSI, auferindo um valor médio mensal de 117.85€.

Na Figura B.46. apresenta-se a **evolução das/os beneficiárias/os de RSI**, por grupo etário, no concelho do Porto, no período compreendido entre 2003 e 2017.

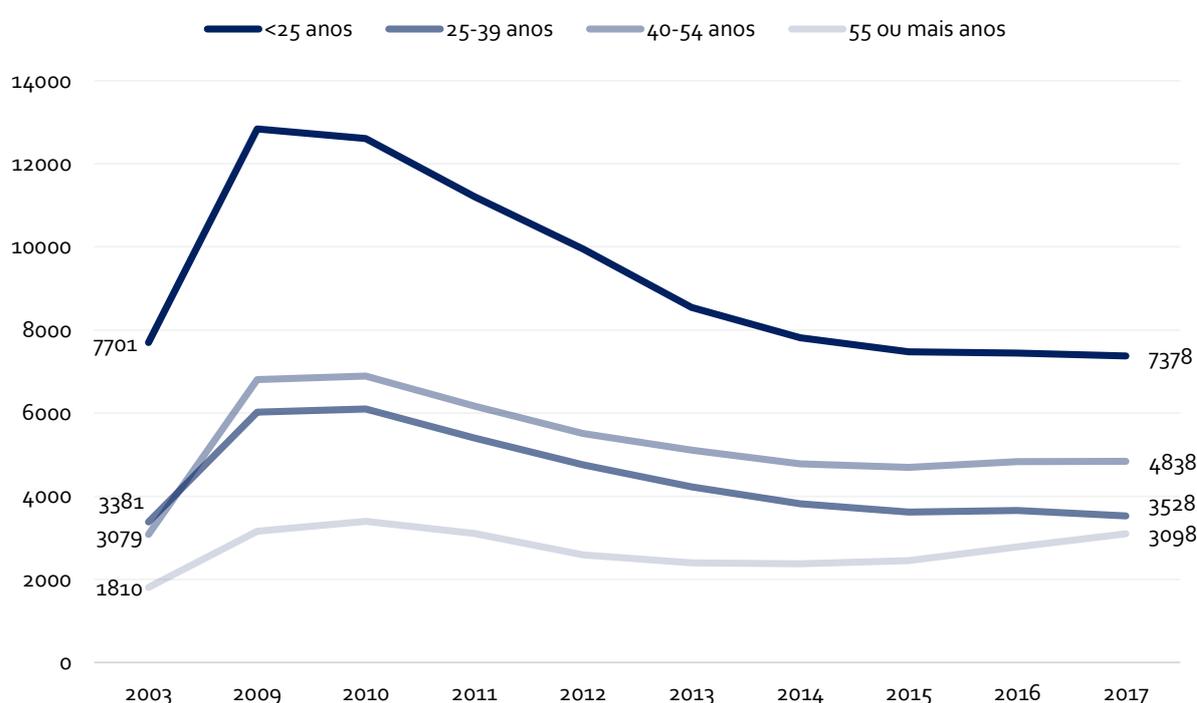


Figura B.46. Beneficiárias/os de RSI, por grupo etário, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata¹¹⁰)

Analisando a Figura B.46. constata-se que, em todos os anos do intervalo de tempo considerado, o grupo etário com maior número de beneficiárias/os de RSI era o grupo etário das pessoas com menos de 25 anos de idade, seguido do grupo etário entre os 40 e os 54 anos de idade. Também se constata que, para todos os grupos etários, houve um pico no número de beneficiárias/os de RSI nos anos de 2009 e 2010, seguindo-se um decréscimo progressivo no número de beneficiárias/os até 2017.

¹¹⁰<https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-515> (acedido em 4 de maio de 2018).

Na Figura B.47. apresenta-se a **evolução do número de beneficiárias/os de RSI** no concelho do Porto, no período compreendido **entre 2015 e 2017**, por freguesia/união de freguesias.

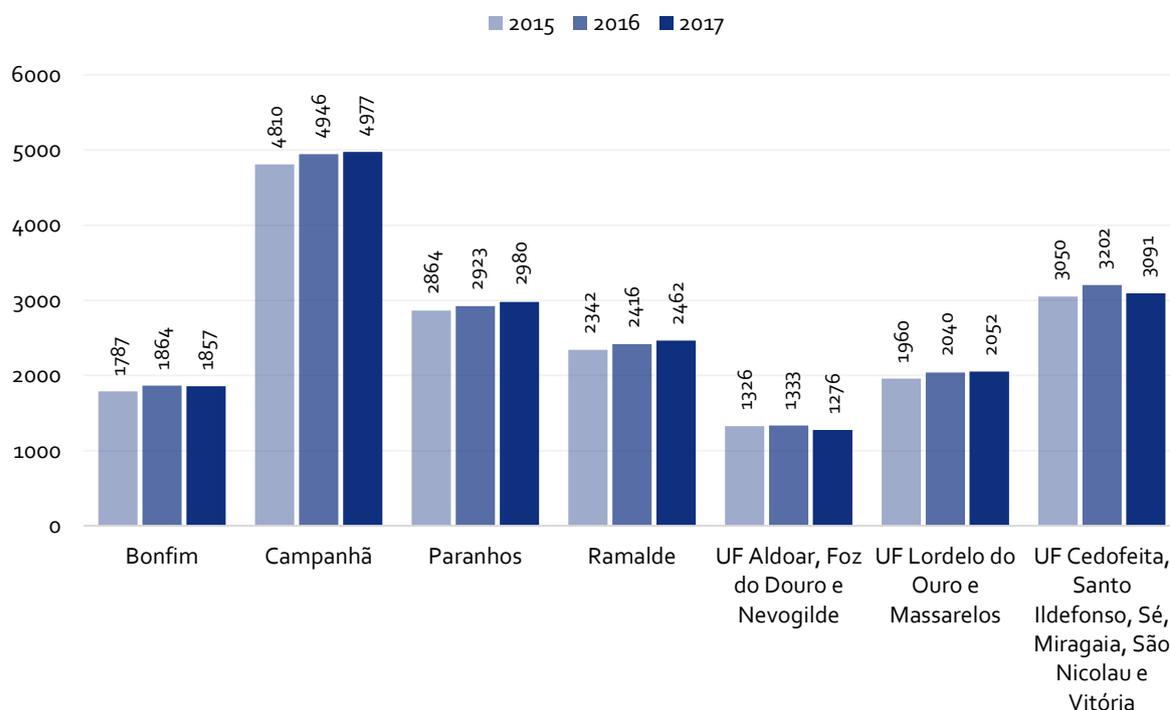


Figura B.47. Beneficiárias/os de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹¹

Da análise da Figura B.47. constata-se que, com exceção da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, houve um aumento no número de beneficiárias/os de RSI, entre 2015 e 2017, que se situou entre o máximo de 5.12% em Ramalde e o mínimo de 1.34% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde diminuiu 3.77%).

Também se constata que, em termos absolutos, a freguesia com o maior número de beneficiárias/os de RSI era Campanhã (com um número médio de beneficiárias/os no triénio de 2015-2017 de 4 911), seguida da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (número médio de 3 114). Por outro lado, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era a que apresentava o menor número médio de beneficiárias/os de RSI, no triénio de 2015-2017 (1 311), seguida da freguesia do Bonfim (1 836).

A Figura B.48. apresenta a variação no número de **beneficiárias/os de RSI**, entre 2015 e 2017, **por sexo** e por freguesia/união de freguesias.

¹¹¹ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

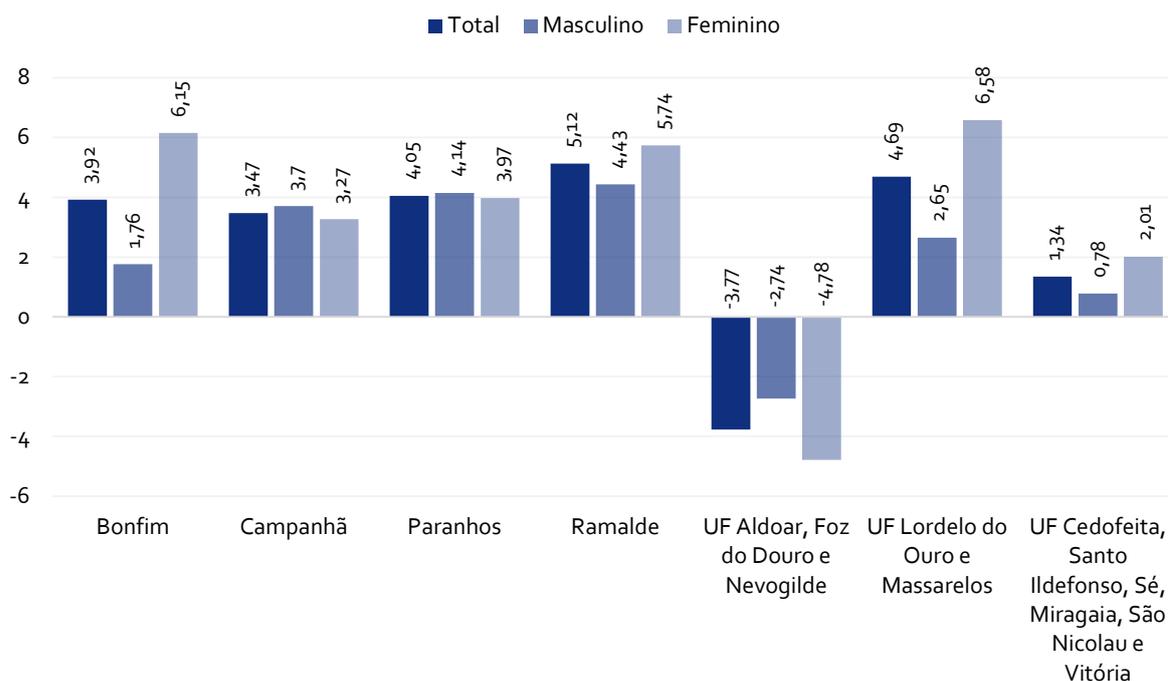


Figura B.48. Variação no número de beneficiárias/os de RSI, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹²

Como se pode observar na Figura B.48., as freguesias/uniões de freguesia onde ocorreu um aumento maior no número de beneficiárias/os de RSI foram Ramalde (5.12%) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (4.69%) e a freguesia com o menor aumento no número de beneficiárias/os foi a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (1.34%). E, tal como mencionado anteriormente, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde foi a única onde se assistiu a um decréscimo no número de beneficiárias/os de RSI, de 3.77%.

Fazendo a análise por sexo, constata-se que nas freguesias do Bonfim e de Ramalde e nas uniões de freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos e de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória o aumento no número de mulheres beneficiárias de RSI foi significativamente superior ao aumento no número homens beneficiários de RSI, tendo sido superior entre 1.23% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e 4.39% (Bonfim). Por outro lado, nas freguesias de Campanhã, Paranhos e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, foi superior o aumento no número de homens beneficiários de RSI, do que nas mulheres beneficiárias de RSI, tendo sido superior entre 0.17% (Paranhos) e 0.43% (Paranhos). Finalmente, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde o

¹¹² Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

decréscimo no número de beneficiárias/os de RSI foi 2.04% maior nas mulheres, do que nos homens.

Os dados relativos ao número de **beneficiárias/os de RSI** e ao **valor da prestação social**, por freguesia/união de freguesias, são apresentados na Figura B.49.

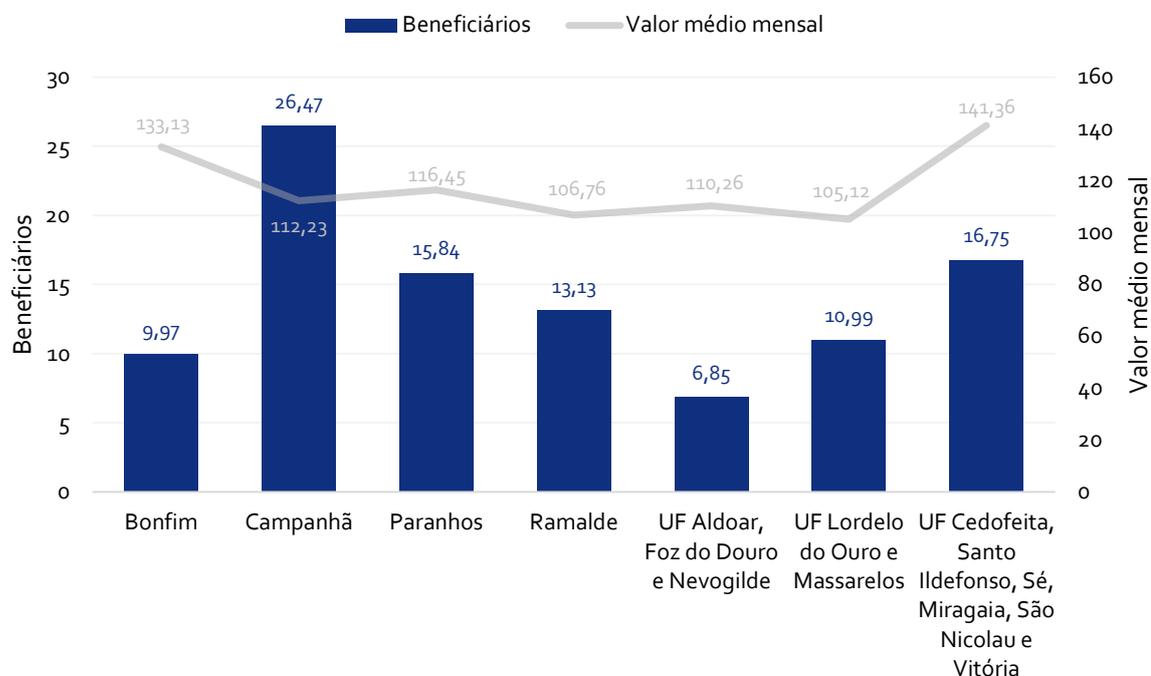


Figura B.49. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por valor médio mensal e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem e euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹³

Como podemos observar pela Figura B.49., verificava-se uma maior concentração de beneficiárias/os de RSI na freguesia de Campanhã, com 4 968 beneficiários (26.47%), seguindo-se a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 3 143 beneficiários (16.75%) e a freguesia de Paranhos, com 2 972 beneficiários (15.84%). A União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 1 285 beneficiários (6.85%), era a que apresentava a menor percentagem de beneficiárias/os de RSI.

No que concerne ao valor médio mensal auferido, evidenciava-se a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com um valor médio por beneficiária/o de 141.36€ e a freguesia do Bonfim, com um valor de 133.13€. As restantes

¹¹³ Dados obtidos a 18 de maio de 2018

freguesias/uniões de freguesia apresentavam valores a variarem entre os 105.12€ (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 116.45€ (Paranhos).

A Figura B.50. apresenta a evolução do **valor médio da prestação por beneficiária/o de RSI**, no período compreendido entre 2015 e 2017.

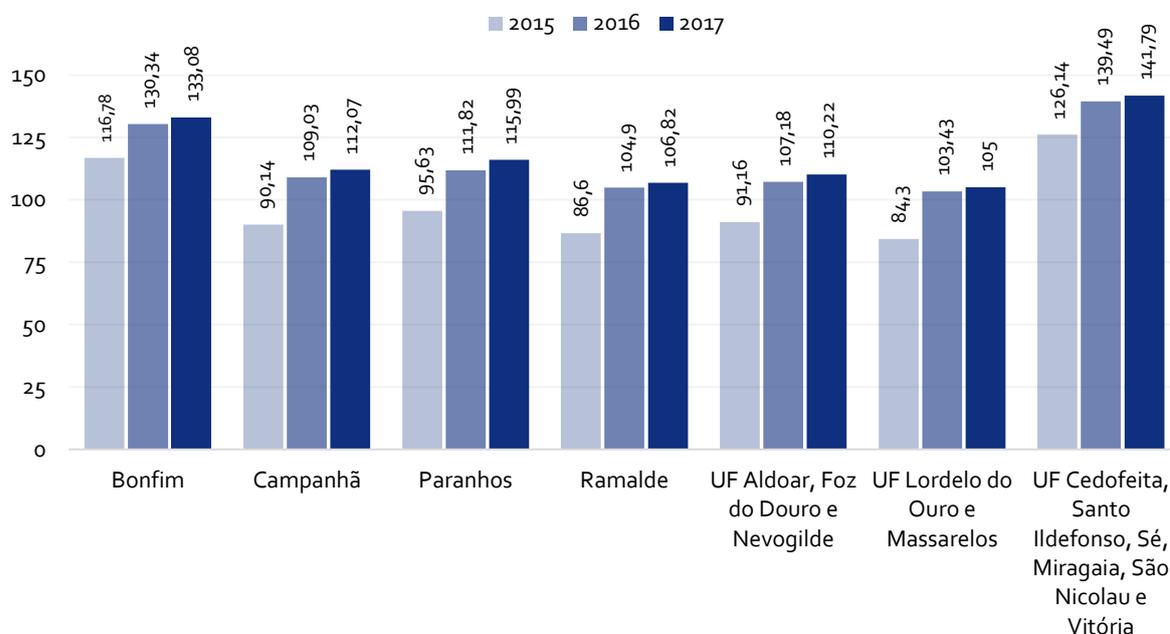


Figura B.50. Valor médio da prestação das/os beneficiárias/os de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015-2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹⁴

Da análise da Figura B.50. constata-se que, em 2015, o valor médio da prestação de RSI por beneficiária/o variou entre o mínimo de 84.3€ (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e o máximo de 126.14€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), sendo o seu valor médio de 98.19€.

Em 2016, variou entre o mínimo de 104.9€ (Ramalde) e o máximo de 139.49€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com um valor médio de 115.17€.

Em 2017, variou entre o mínimo de 105€ (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e o máximo de 141.79€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com um valor médio de 117.75€.

A esta evolução no valor médio da prestação de RSI por beneficiária/o, no período compreendido entre 2015 e 2017, correspondeu um aumento médio de 19.92%.

¹¹⁴ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Relativamente à distribuição das/os beneficiárias/os de RSI por grupo etário, no concelho do Porto, em 2017, 30.14% (5 655) das/os beneficiárias/os tinham idade igual ou inferior a 18 anos, 9.18% (1 723) tinham idade entre os 19 e os 24 anos, 34.45% (6 464) tinham idade entre os 25 e os 49 anos e 26.24% (4 923) tinham idade igual ou superior a 50 anos.¹¹⁵

A Figura B.51. apresenta a **distribuição de beneficiárias/os de RSI por grupo etário**, e por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017.

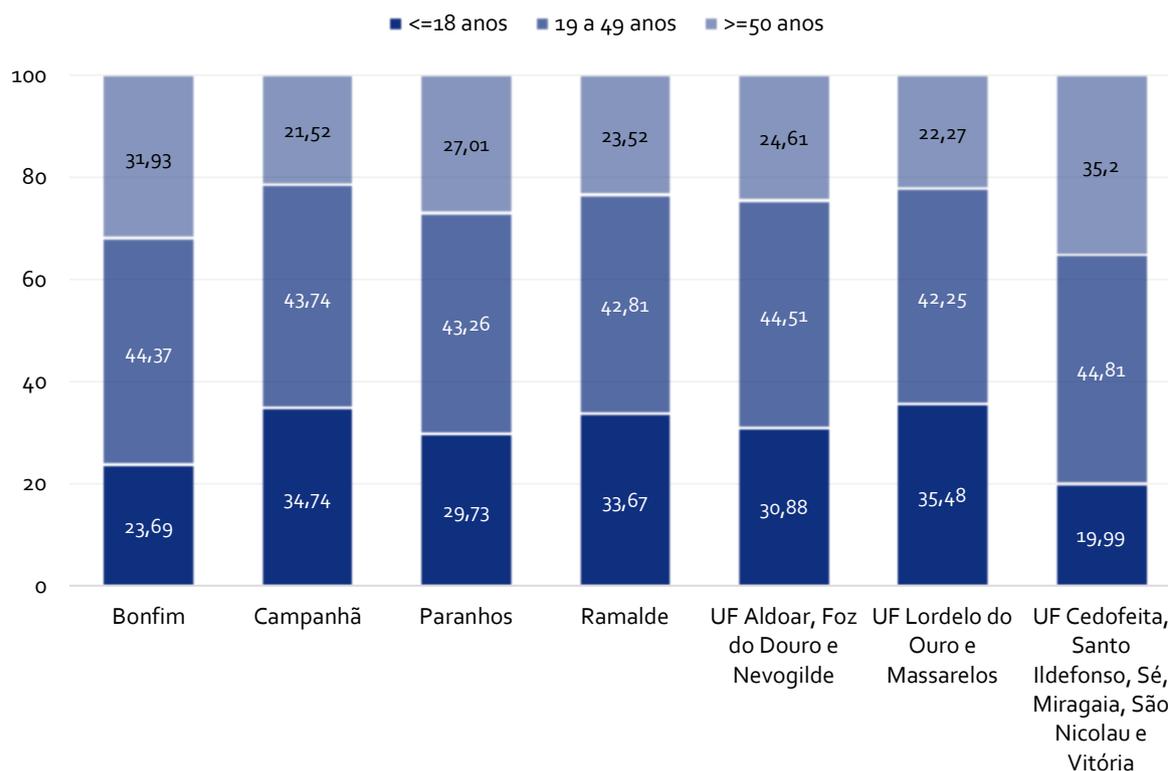


Figura B.51. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹⁶

Analisando a Figura B.51. verifica-se que, em todas as freguesias/uniões de freguesia, a faixa etária com maior percentagem de beneficiárias/os com processamento de RSI era a faixa etária entre os 19 e os 49 anos.

De facto, verifica-se que para o grupo etário entre os 19 e os 49 anos os valores oscilaram entre os 42.25% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 44.81% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

¹¹⁵ Dados de 18 de maio de 2018.

¹¹⁶ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Na freguesia do Bonfim e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a proporção de beneficiárias/os com processamento de RSI foi superior na faixa etária com 50 ou mais anos de idade (31.93% e 35.2%, respetivamente), do que na faixa etária com 18 ou menos anos de idade (23.69% e 19.99%, respetivamente). Nas restantes freguesias encontrou-se o padrão inverso, com uma proporção maior de beneficiárias/os com processamento de RSI na faixa etária com 18 ou menos anos de idade (percentagens a variarem entre os 29.73% e os 35.48%), do que na faixa etária com 50 ou mais anos de idade (percentagens a variarem entre 21.52% e 27.01%).

Na Figura B.52. é apresentada a **variação no número de beneficiárias/os de RSI, por grupo etário** e por freguesia/união de freguesias, no triénio 2015 – 2017.

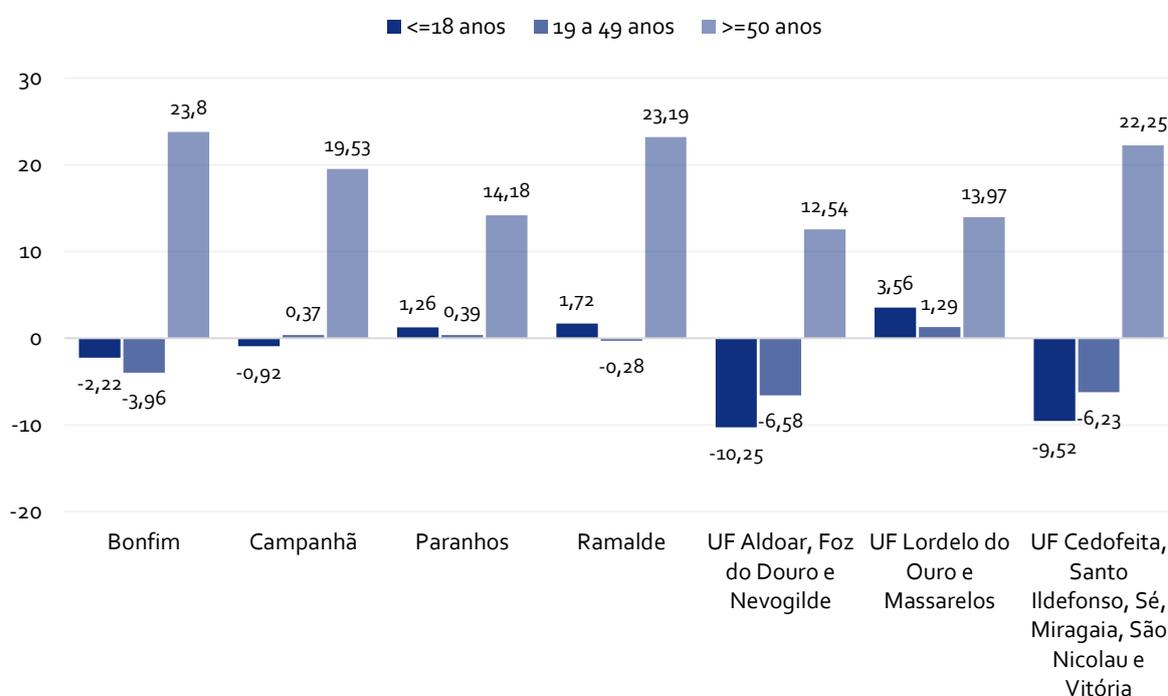


Figura B.52. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹⁷

Da análise da Figura B.52. verifica-se que no triénio de 2015 – 2017 se assistiu a um aumento significativo no número de beneficiárias/os de RSI na faixa etária dos 50 ou mais anos de idade, que

¹¹⁷ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

variou entre o mínimo de 12.54%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 23.8%, no Bonfim.

Nas restantes faixas etárias as variações foram, em geral, menores. Na faixa etária dos 18 ou menos anos de idade, o número de beneficiárias/os de RSI diminuiu no Bonfim (-2.22%), em Campanhã (-0.92%), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Massarelos (-10.25%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (-9.52%). Nas restantes freguesias/uniões de freguesia aumentou de 1.26% (Paranhos) a 3.56% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Na faixa etária dos 19 aos 49 anos de idade a percentagem de beneficiárias/os de RSI diminuiu no Bonfim (-3.96%), em Ramalde (-0.28%), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (-6.58%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (-6.23%). E aumentou em Campanhã (0.37%), em Paranhos (0.39%) e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (1.29%).

Na Figura B.53. apresenta-se os dados relativos ao **perfil etário geral das/os beneficiárias/os de RSI** no concelho do Porto, no triénio 2015 – 2017.

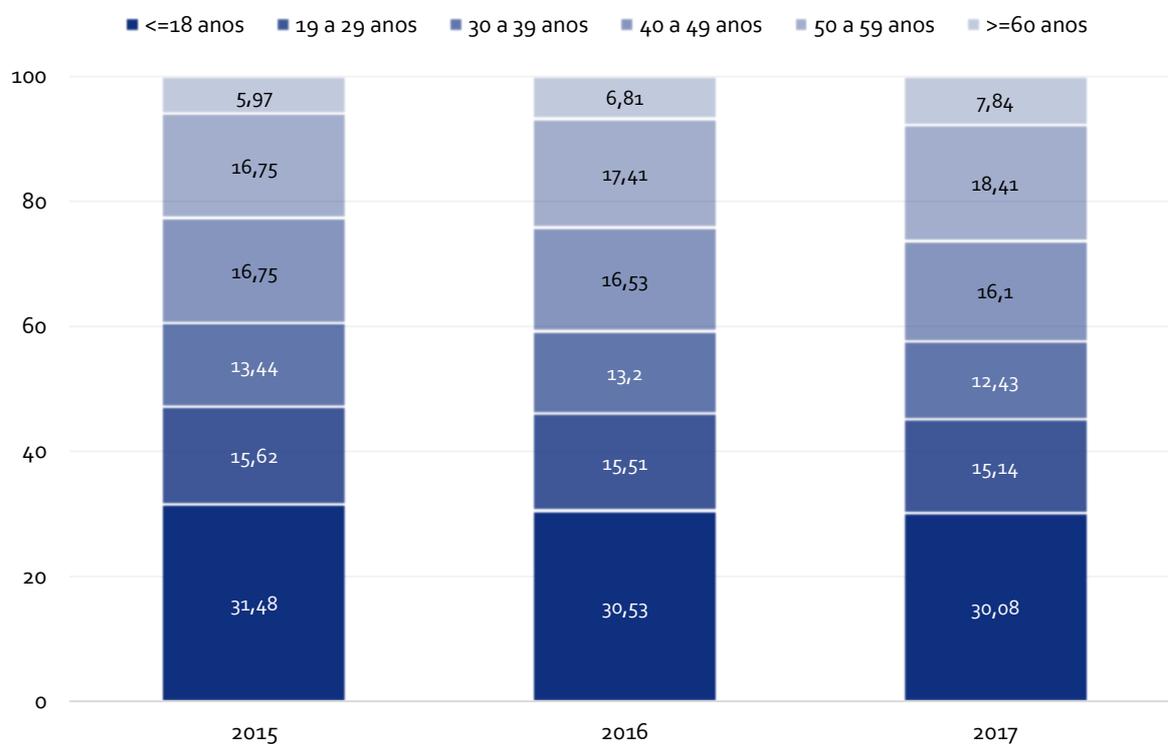


Figura B.53. Beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹⁸

Na Figura B.54. apresenta-se a variação no número de beneficiárias/os, por grupo etário, no triénio 2015 – 2017.

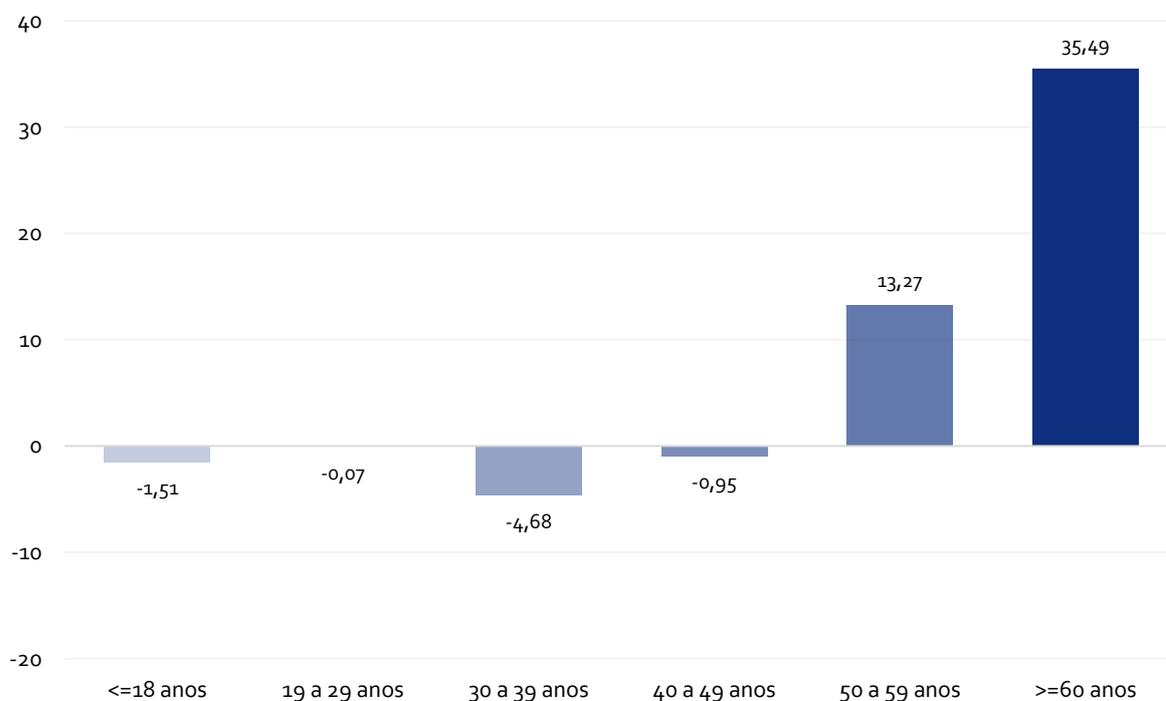


Figura B.54. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, por grupo etário, Porto, 2015 – 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹¹⁹

Da análise das Figuras B.53 e B.54 verifica-se que ocorreram pequenas alterações na distribuição etária das/os beneficiárias/os de RSI no triénio 2015 -2017, tendo-se mantido, no entanto, a estrutura geral bastante similar.

Também se constata que a percentagem de beneficiárias/os de RSI diminuiu no triénio 2015 – 2017 em todas as faixas etárias, exceto nas faixas etárias dos 50 aos 59 anos e dos 60 ou mais anos de idade.

De facto, nas faixas etárias dos 18 aos 49 anos de idade assistiu-se a uma diminuição da percentagem de beneficiárias/os de RSI, que variou entre o máximo de -4.68%, na faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade e o mínimo de -0.07%, na faixa etária dos 19 aos 29 anos de idade.

¹¹⁸ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

¹¹⁹ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Por outro lado, na faixa etária dos 50 aos 59 anos de idade assistiu-se a um aumento de 13.27% no número de beneficiárias/os de RSI e na faixa etária com 60 ou mais anos de idade o incremento foi de 35.49%, ou seja, um aumento muito significativo de mais de 1/3 no número de beneficiárias/os.

De seguida, apresentam-se nas Figuras B.55. e B.56. os dados relativos à distribuição das/os beneficiárias/os de RSI, com e sem rendimentos, por freguesia/união de freguesias, em 2017.



Figura B.55. Beneficiárias/os com processamento de RSI, com e sem rendimentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/DES))¹²⁰

Existiam, em 2017, no concelho do Porto 11 999 beneficiárias/os de RSI sem rendimentos e 6 895 beneficiárias/os de RSI com rendimentos.¹²¹

Da análise da Figura B.55. constata-se que, relativamente às/aos beneficiárias/os de RSI sem rendimentos, Campanhã era a freguesia onde existia a maior percentagem de beneficiárias/os, com 26.11% (3 133), seguida da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 20.09% (2 410) e de Paranhos, com 15.06% (1 807). A União das

¹²⁰ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

¹²¹ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era a que tinha a menor percentagem de beneficiárias/os de RSI sem rendimentos, com 6.33% (760).

Quanto às/aos beneficiárias/os de RSI com rendimentos, Campanhã voltava a ser a freguesia com a maior percentagem de beneficiárias/os, com 27.37% (1 887), seguida de Paranhos, com 17.53% (1 209) e de Ramalde, com 15.62% (1 077). Em último lugar surgia o Bonfim, com 7.66% (528).

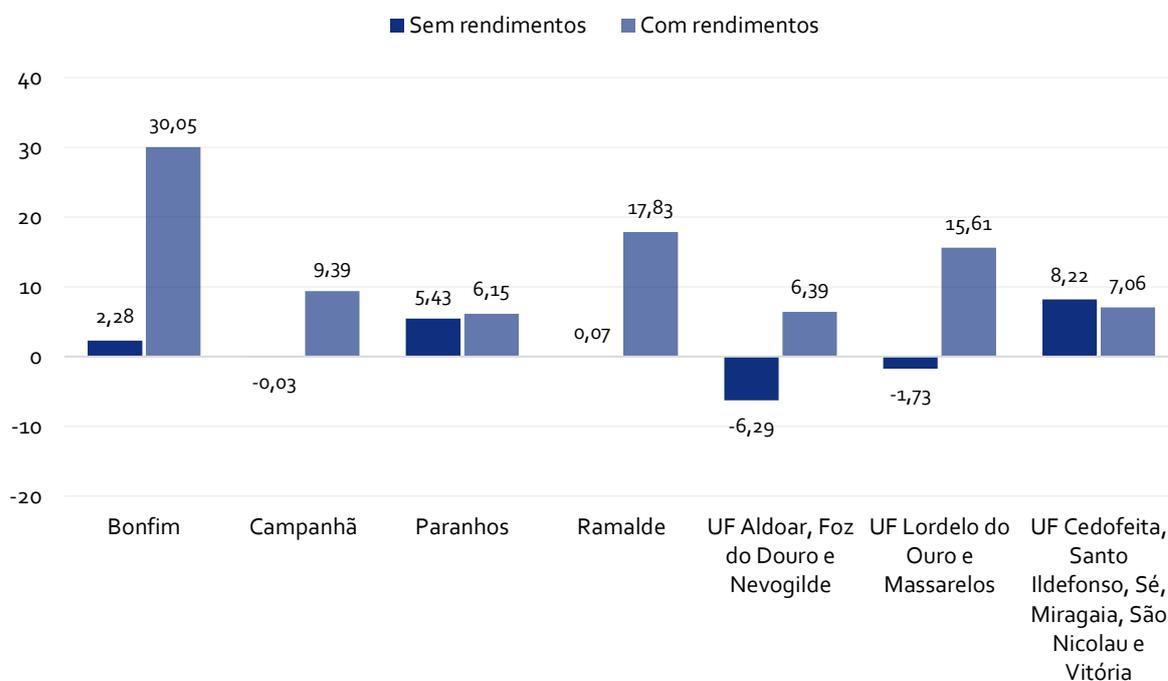


Figura B.56. Variação no número de beneficiárias/os com processamento de RSI, com e sem rendimentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²²

Da análise da Figura B.56. verifica-se que, no que diz respeito às/aos beneficiárias/os de RSI sem rendimentos, as freguesias/uniões de freguesia onde se assistiu aos maiores aumentos de percentagem no número de beneficiárias/os foram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (8.22%), seguida de Paranhos (5.43%) e do Bonfim (2.28%). Já as freguesias/uniões de freguesia onde se assistiu às maiores descidas na percentagem de beneficiárias/os foram a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (- 6.29%) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (-1.73%).

Quanto às/aos beneficiárias/os de RSI com rendimentos, assistiu-se a um incremento no número de beneficiárias/os em todas as freguesias/uniões de freguesia do concelho, sendo o Bonfim a freguesia onde esse incremento foi maior (30.05%), seguido de Ramalde (17.83%) e da União das

¹²² Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (15.61%). As freguesias/uniões de freguesia onde esses aumentos foram menores foram Paranhos (6.15%), a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (6.39%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (7.06%).

Quanto aos agregados familiares com processamento de RSI, apresentam-se nas quatro figuras seguintes alguns dados.

A Figura B.57. apresenta os **agregados familiares que tiveram processamento de RSI** para o ano de 2017 e 1º trimestre de 2018, por freguesia/união de freguesias.

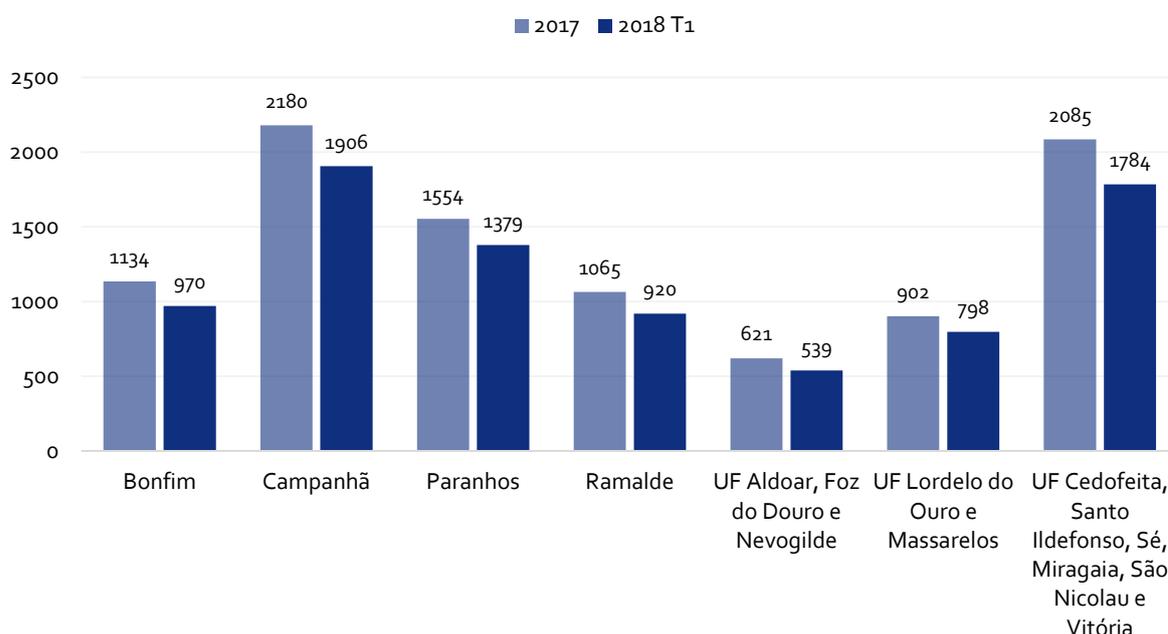


Figura B.57. Agregados familiares com processamento de RSI, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 e 1º trimestre de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²³

Da análise da Figura B.57. constata-se que para o concelho do Porto, em 2017, contabilizaram-se 9 541 agregados familiares com processamento de RSI, tendo esse valor diminuído, no primeiro trimestre de 2018, para os 8 296 agregados. As freguesias/uniões de freguesia que apresentaram maior número e proporção de agregados familiares com processamento de RSI, em 2017 assim como no primeiro trimestre de 2018, foram Campanhã com 22.85% (2 180) dos agregados, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 21.85% (2 085) e Paranhos com 16.29% (1 554).

¹²³ Dados obtidos a 18 de maio de 2018.

Por outro lado, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde apresentou o valor mais baixo, 6.51% (621), enquanto as restantes oscilaram entre os 9.45% (902) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e os 11.89% (1 134) na freguesia do Bonfim.

De seguida, nas Figura B.58. e B.59. apresenta-se a **variação percentual no número de agregados familiares com processamento de RSI, sem e com rendimentos**, no triénio de 2015 – 2017 e a percentagem de famílias com processamento de RSI, com e sem rendimentos, no triénio 2015 – 2017.

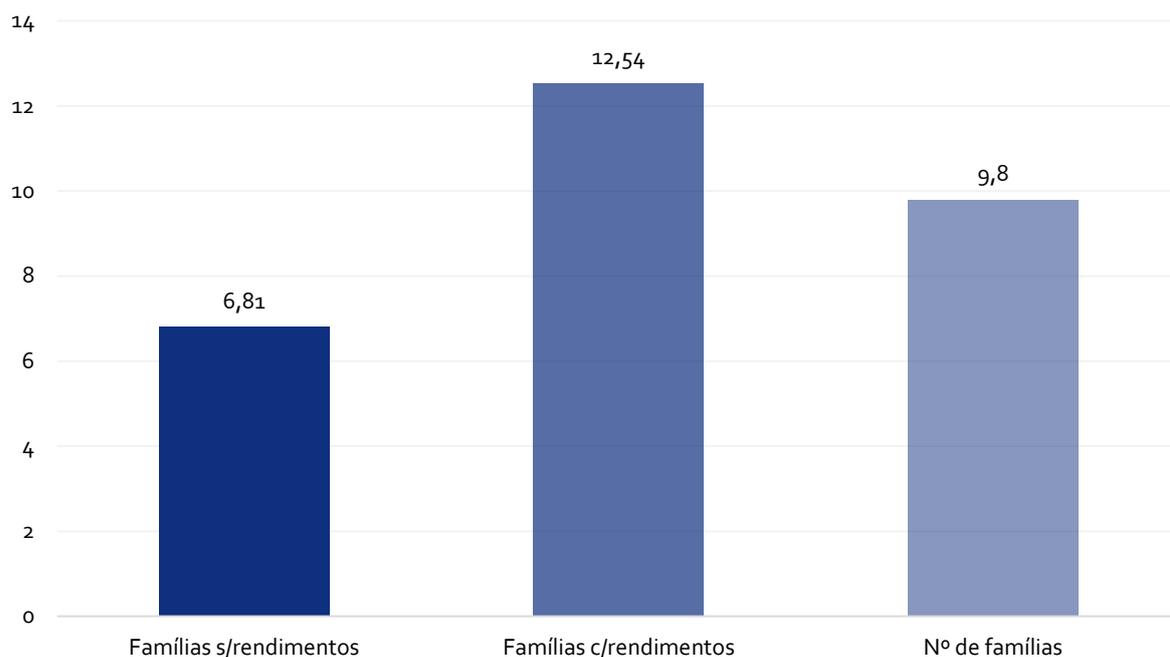


Figura B.58. Variação no número de agregados familiares com processamento de RSI, com e sem rendimentos, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²⁴

¹²⁴ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

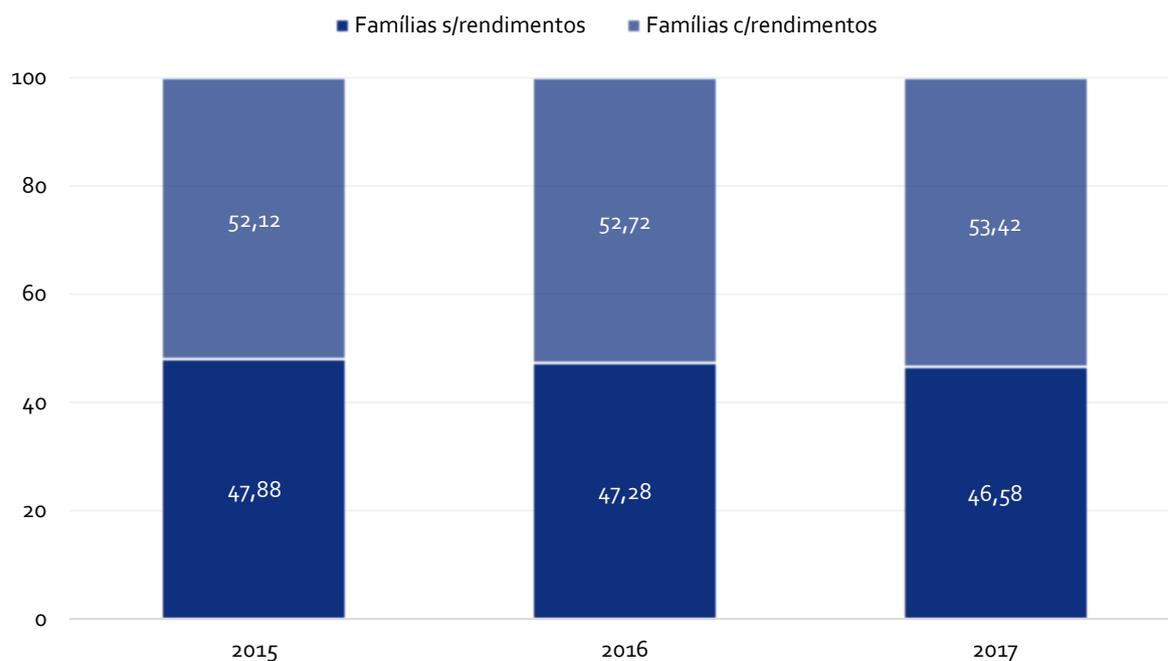


Figura B.59. Agregados familiares com processamento de RSI, com e sem rendimentos, Porto, 2015 - 2017 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²⁵

Pela análise das Figuras B.58. e B.59. constata-se que, em termos globais se assistiu a um incremento de 9.8% no número de agregados familiares com processamento de RSI, entre 2015 e 2017 (mais 856 agregados). O número de agregados com processamento de RSI sem rendimentos aumentou 12.54% (passou de 4 554 agregados, em 2015, para 5 125 agregados, em 2017) e o número de agregados com processamento de RSI com rendimentos aumentou 6.81% (passou de 4 184 agregados, em 2015, para 4 469 agregados, em 2017).

Também se constata que, em 2015, existiam 8 738 agregados familiares com processamento de RSI, dos quais 4 184 (47.88%) sem rendimentos e 4 554 (52.12%) com rendimentos. Em 2016, existiam 9 135 agregados familiares com processamento de RSI, dos quais 4 319 (47.28%) sem rendimentos e 4 816 (52.72%) com rendimentos e, em 2017, existiam 9 594 agregados familiares com processamento de RSI, dos quais 4 469 (46.58%) sem rendimentos e 5 125 (53.42%) com rendimentos.

Na Figura B.60. apresenta-se os **valores médios de RSI, por agregado familiar**, no triénio 2015 - 2017.

¹²⁵ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

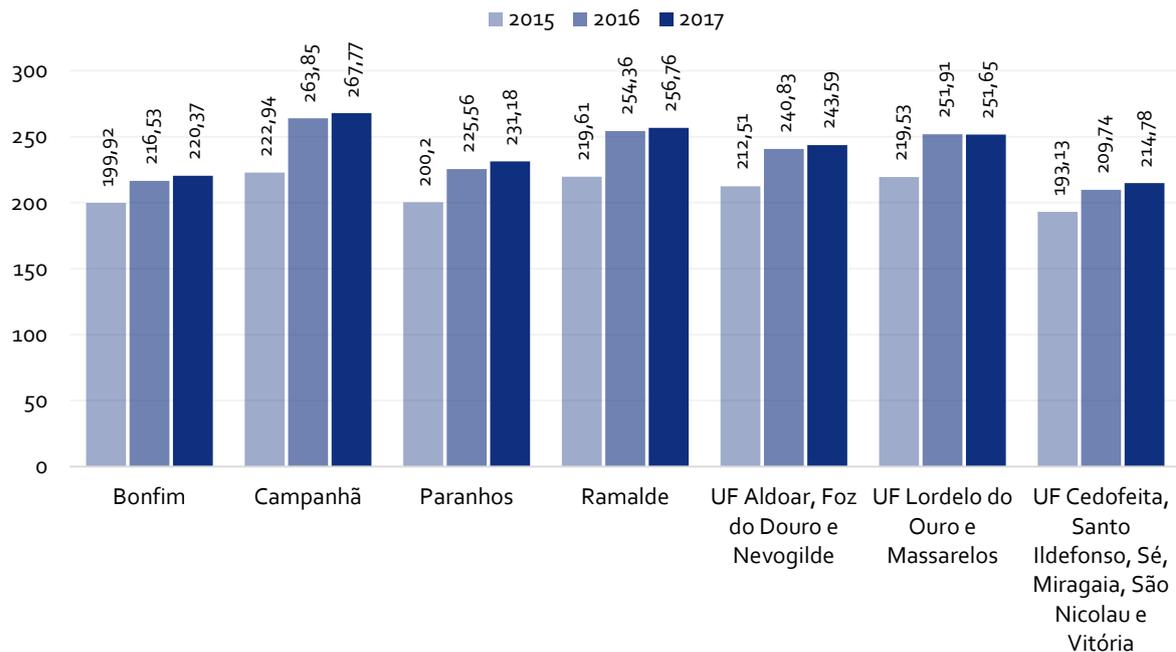


Figura B.6o. Valor médio de RSI por agregado familiar, Porto, 2015 - 2017 (em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²⁶

Da análise da Figura B.6o. constata-se que, entre 2015 e 2017, houve um aumento de 15,35% no valor médio do RSI por agregado familiar (de 208.68€ para 240.72€).

Em 2015, o valor médio do RSI por agregado familiar variou entre o mínimo de 193.13€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 222.94€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 208.68€.

Em 2016, o valor médio do RSI por agregado familiar variou entre o mínimo de 209.74€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 263.85€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 236.43€.

Em 2017, o valor médio do RSI por agregado familiar variou entre o mínimo de 214.78€ (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 267.77€ (Campanhã), com um valor médio concelhio de 240.72€.

De seguida, a Figura B.61. apresenta o número de **requerimentos de RSI entrados**, de titulares residentes no concelho, por freguesia/união de freguesias, para o ano 2017 e primeiro trimestre de 2018.

¹²⁶ Dados obtidos a 1 de agosto de 2018.

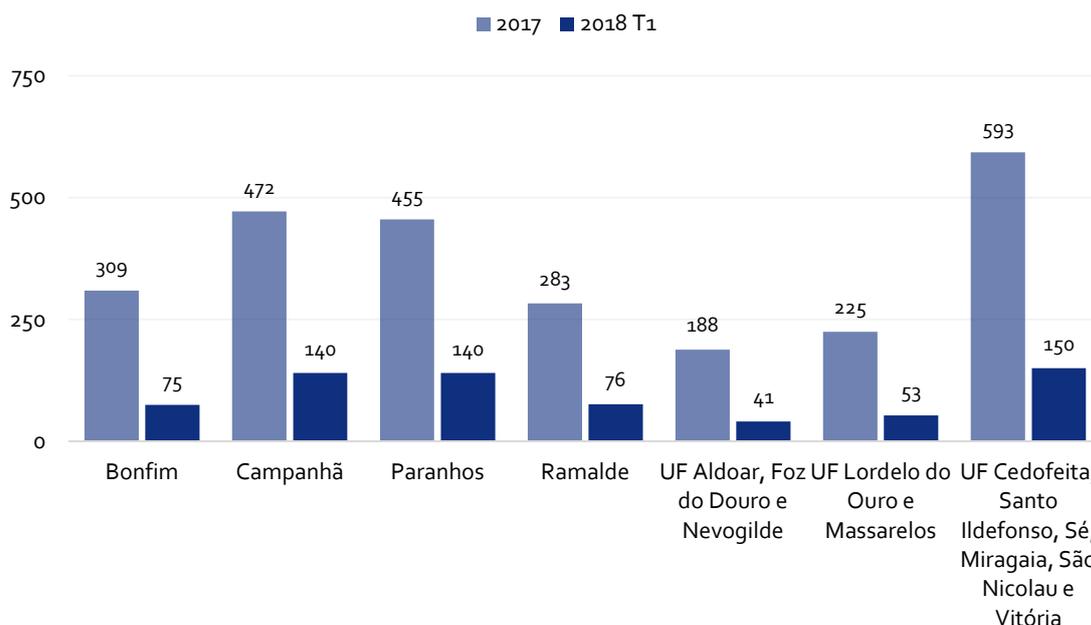


Figura B.61. Requerimentos de RSI entrados de titulares residentes, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 e 1º trimestre de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²⁷

Analisando a Figura B.61. constata-se que, no ano de 2017, entraram 2 525 requerimentos para processamento de RSI, enquanto no primeiro trimestre de 2018 esse valor foi de 675.

As freguesias/uniões de freguesia com maior proporção de requerimentos entrados, em 2017, foram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 23.49% (593), Campanhã, com 18.69% (472) e Paranhos, com 18.02% (455).

A freguesia do Bonfim, com 12.24% (309) e a freguesia de Ramalde, com 11.21% (283) apresentaram valores muito próximos, enquanto a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com 8.91% (225) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 7.45% (188) apresentaram o menor número de requerimentos entrados em 2017.

No que concerne ao primeiro trimestre de 2018, as tendências mantiveram-se, com a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 22.22% (150) e Campanhã e Paranhos, com 20.74% (140 cada uma).

Finalmente, a Figura B.62. apresenta as/os beneficiárias/os com processamento de RSI, em 2017, e com **atribuição de prestação nos 12 meses do ano**, e o número de requerimentos com primeiro processamento no ano de 2017.

¹²⁷ Dados obtidos a 18 de maio de 2018.

■ Beneficiárias/os (com processamento) 12 meses do ano 2017 ■ Requerimentos com 1º Processamento 2017

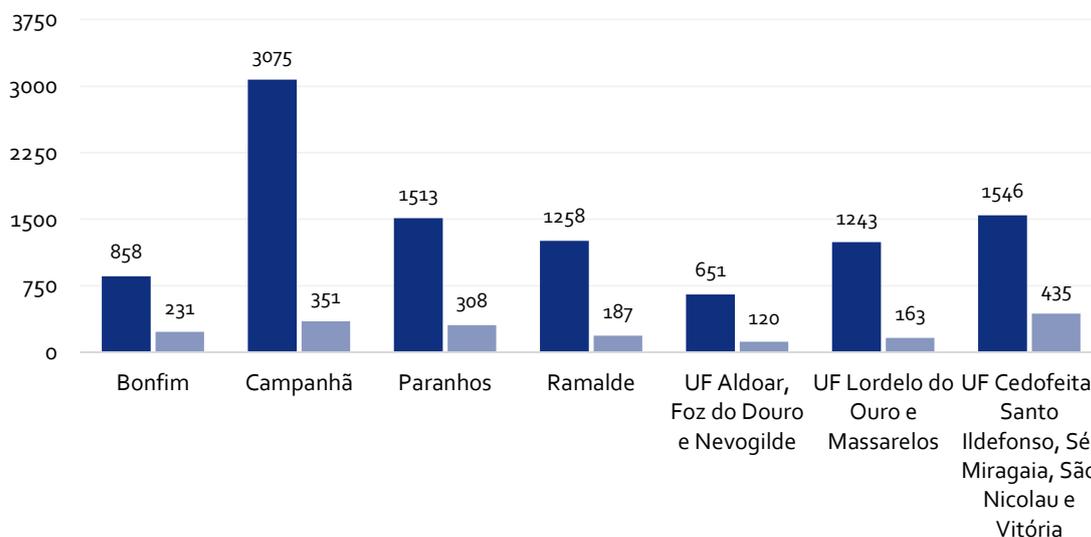


Figura B.62. Beneficiárias/os com processamento de RSI nos 12 meses do ano e com 1º processamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI))¹²⁸

Da observação da Figura B.62. constata-se que, em 2017, existiram, globalmente, 10 144 beneficiárias/os com processamento de RSI nos 12 meses do ano.

Destes, destacava-se Campanhã, com 3 075 indivíduos (30.31%), a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 1 546 beneficiárias/os (15.24%) e Paranhos, com 1 513 (14.92%).

Por outro lado, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 651 beneficiárias/os (6.42%) e a freguesia do Bonfim, com 858 beneficiárias/os (8.46%) apresentavam os menores números de beneficiárias/os com processamento de RSI nos 12 meses do ano.

Finalmente, em 2017, o total de beneficiárias/os com primeiro processamento foi de 1 795 (71.09% do total de 2 525 requerimentos entrados no ano 2017).

As freguesias/uniões de freguesia com maior percentagem de beneficiárias/os com primeiro processamento foram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 24.23% (435), Campanhã, com 19.55% (351) e Paranhos, com 17.16% (308).

¹²⁸ Dados obtidos a 18 de maio de 2018.

SÍNTESE INTEGRATIVA

No que diz respeito à população empregada, assistiu-se a uma **progressiva diminuição das/os trabalhadoras/es por conta de outrem** e a uma **crecente precarização do trabalho**, com aumento gradual dos contratos a prazo e do trabalho a tempo parcial.

As taxas de atividade por freguesia/união de freguesias, em 2011, variavam entre os 41% (Campanhã) e os quase 48% (Ramalde). A maioria das/os trabalhadoras/es (mais de 90%) eram trabalhadoras/es por conta de outrem, tendo-se mantido este padrão desde 1985 até 2013.

Concretamente, em 2017 existiam no concelho do Porto 136 974 pessoas ao serviço nas empresas, o que consubstanciou uma diminuição de aproximadamente 3% face ao ano de 2008. Porém, assistiu-se a um aumento de quase 20% no número de pessoas ao serviço nas empresas, entre 2014 e 2017. Este efetivo de trabalhadoras/es trabalhava num conjunto de quase 39 000 empresas, das quais **mais de 95% eram microempresas** (o padrão evolutivo do número de empresas foi similar ao das/os trabalhadoras/es, isto é, menos 2% em relação a 2008, mas mais quase 14% entre 2014 e 2017).

Em 2017, as **principais atividades económicas** eram o “**comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos motores e motociclos**”, o “**alojamento, restauração e similares**” e as “**atividades administrativas e dos serviços de apoio**”, que no conjunto englobavam quase 50% do efetivo de trabalhadoras/es.

Quanto ao desemprego, verificou-se, nos últimos anos, a uma **significativa descida na taxa de desemprego no concelho**. No entanto, quase metade da população desempregada eram pessoas na faixa etária dos 35 aos 54 anos, onde a dificuldade em ser recolocado no mercado de trabalho aumenta consideravelmente, conduzindo a situações de desemprego de longa duração. Este facto, pôde-se verificar, em 2013, no concelho do Porto, quando a taxa de desemprego de longa duração foi superior a 60%. Outro fator agravante da vulnerabilidade desta população é o facto de nem todas as pessoas em situação de desemprego terem acesso a prestações sociais de desemprego. Na realidade, em 2016, **mais de 40% dos desempregados não recebiam subsídio de desemprego**.

No que respeita ao **rendimento**, genericamente assistiu-se a um **aumento da proporção da população residente cujo rendimento advinha da reforma** e diminuição da proporção da população residente cujo rendimento provinha do trabalho, decorrente do envelhecimento progressivo da população. Adicionalmente, houve um **ligeiro incremento**, de cerca de 3% no

rendimento médio mensal auferido pelas/os trabalhadoras/es por conta de outrem do concelho do Porto, no período compreendido entre 2011 e 2015, sendo o rendimento médio mensal do concelho nesse ano superior em mais de 10% ao rendimento médio mensal nacional.

No entanto, **quase metade dos agregados familiares** do concelho auferiram, em 2015, rendimentos **anuais inferiores a 10 000€**, o que colocava uma **franja significativa da população numa situação de risco de pobreza**.

Quanto à população economicamente mais fragilizada, em 2016, quase 10% da população residente era beneficiária do **RSI**, especialmente **a população mais jovem**, que representava quase **40% das/os beneficiárias/os**. Contudo, entre 2009 e 2016 assistiu-se a uma **quebra muito significativa das/os beneficiárias/os do RSI, de mais de 40%**. Tal quebra refletiu, por um lado, a melhoria real do panorama relativo ao emprego e, por outro lado, a existência de critérios mais exigentes para a atribuição deste apoio.¹²⁹

¹²⁹ “O acesso a esta prestação envolve uma série de condições de acesso que, durante os anos em que a Troika esteve em Portugal se tornaram mais restritivas. O montante da prestação não só diminuiu, como foi efetuada uma revisão das percentagens para o cálculo do benefício para cada membro do agregado familiar e implementadas medidas mais apertadas para requerer o RSI. Estas novas condições retiraram a prestação social a quase 40 mil famílias (39 947 casos) em 2013” (*cit in* EAPN Portugal (2017). Rendimento Mínimo Adequado e Rendimento Básico Incondicional: qual o papel na luta contra a pobreza? *Em Análise*, 34, 1-14).

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Do quadro socioeconómico exposto, e que mostra que no concelho do Porto, em 2015, **quase 45% dos agregados familiares se encontravam abaixo do limiar de pobreza ou em risco de pobreza** (cf. Figura B.21.), ressalta a necessidade de implementar estratégias que consigam atenuar as consequências negativas associadas aos baixos rendimentos ou à ausência de rendimentos e ao emprego precário ou desemprego.

Estas estratégias devem-se articular em torno de três eixos principais, **o indivíduo/família** em situação de fragilidade económica e social, **o mercado de trabalho** e as **instituições de ação social**.

Relativamente ao primeiro eixo, **os indivíduos/famílias em situação de fragilidade económica e social**, seria importante implementar **estratégias preventivas e/ou de intervenção precoce** que contribuam para prevenir o aparecimento e/ou agudização das situações de fragilidade.

De facto, dentro destes segmentos com elevada fragilidade económica e social destacam-se: (1) as **pessoas em situação de desemprego**, que representavam, em 2018, 6.65% da população residente no concelho (cf. Figura B.23.) e que tinham prestações de desemprego de baixo valor (cf. Figura B.30.), existindo algumas que não tinham atribuída nenhuma prestação de desemprego (cf. Figura B.29. para o total de beneficiárias/os de prestações de desemprego); (2) **as/os beneficiárias/os do RSI**, que representavam, em 2017, quase 9% da população residente (cf. Figura B.47.) e que tinham rendimentos muito baixos (cf. Figuras B.49, B.50. e B.60); e (3) **as/os pensionistas**, que representavam mais de 35% da população residente e em que quase 80% auferiam pensões com valor inferior ao salário mínimo nacional (cf. Figura B.37).

A este nível seria importante, por exemplo, **o combate ao insucesso e abandono escolar**. Na realidade, sabendo-se que baixos níveis de escolaridade conduzem a rendimentos profissionais mais baixos, tal como ficou patente nos dados apresentados nas Figuras B.15. a B.18. e que no concelho do Porto, em 2015, mais de 1/3 das/os trabalhadoras/es tinham escolaridade inferior à escolaridade obrigatória (cf. Figura B.8,) e na população desempregada mais de 60% não tinham a escolaridade obrigatória (cf. Figura B.25). Desta forma, percebe-se, com clareza, **a necessidade de um reforço no investimento no aumento da escolarização da população**, como um contributo essencial para a melhoria, quer das **condições de acesso ao mercado de trabalho**, quer do **acesso a rendimentos mais elevados**.

Acresce a necessidade de **investir na criação de condições de acesso a bens e serviços de qualidade**, e apoiar o acesso a recursos mínimos e de satisfação de necessidades básicas, articulando essas estratégias de apoio com as estratégias de prevenção e/ou intervenção precoce, visando criar condições para a integração dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

Convém não esquecer que, no concelho do Porto existiam, em 2017, **mais de 18 500 beneficiárias/os de RSI, especialmente nas faixas etárias abaixo dos 25 anos de idade**, ou na faixa etária dos 40 aos 55 anos de idade (cf. Figuras B.46., B.51. e B.53.), que eram também as faixas etárias com maiores dificuldades ao nível, por exemplo, da integração no mercado de trabalho (cf. Figura B.24.) e que auferiam rendimentos muito baixos (cf. Figuras B. 49., B.50. e B.53.). Estas configuram-se como populações especialmente vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social, às quais é necessário dar uma atenção particular.

Finalmente, seria também relevante investir em **estratégias/ações de promoção da autonomia das pessoas em situação de vulnerabilidade social**, por exemplo através da capacitação e promoção de competências pessoais e coletivas, pelo incentivo da empregabilidade ou pelo estímulo de oportunidades de alojamento acessível para indivíduos e famílias com baixos rendimentos (que, como se verá mais à frente, na secção relativa à habitação social municipal, representavam já aproximadamente 13.5% da população residente no concelho, em 2018).

Relativamente ao segundo eixo, **o mercado de trabalho**, torna-se fulcral implementar estratégias de facilitação do **acesso a esse mercado e de promoção da empregabilidade dos grupos mais vulneráveis** (como por exemplo, os jovens e os adultos ativos com mais idade, como anteriormente referido).

Adicionalmente é importante o desenvolvimento de respostas integradas no domínio das **medidas ativas de emprego**, designadamente, apostar na **qualificação e formação ao longo da vida** da população ativa (que, como anteriormente referido, apresentava baixos níveis de escolaridade) de forma a dotar a essa população e, especialmente, as pessoas em situação de vulnerabilidade de novas competências, adaptadas ao padrão produtivo específico das empresas.

Possibilita-se igualmente a **mobilidade profissional e setorial**, designadamente através da aposta na reconversão das/os desempregadas/os e das pessoas em risco de desemprego, bem como das/os beneficiárias/os de RSI, como forma de combater o emprego precário e/ou mal remunerado e facilitar o acesso ao ou a manutenção no mercado de trabalho.

Globalmente, estas e outras estratégias devem também reforçar a eficácia das políticas ativas de emprego, pelo **incremento da proximidade com as autarquias e outras instituições locais**.

Ainda relativamente ao mercado de trabalho, e no que concerne à população mais jovem, é basilar apostar na escolarização adequada desta população e **reforçar a formação profissional para jovens**, que responda a expectativas pessoais de educação e formação e esteja devidamente **articulada com o tecido económico e social**. Com efeito, o desemprego surge fortemente associado às baixas qualificações e a processos de transição da educação e formação para a atividade profissional, pelo que as **estratégias de promoção da empregabilidade** devem ser fortemente direcionadas para a **melhoria do capital humano**, contribuindo desta forma para melhorar a mobilidade e o funcionamento do contexto laboral e devem promover um maior ajustamento ao mercado de trabalho, contribuindo para uma melhor transição para esse mercado.

Dentro da população mais jovem, e relativamente aos **jovens NEET** (que não estudam, nem trabalham) e que se encontram, portanto, em elevado risco de exclusão social, devem ser implementadas estratégias de promoção de **escolarização, formação e empregabilidade específicas para este segmento populacional**, atendendo às suas características particulares. A este nível é também imprescindível fazer **um levantamento e caracterização prévios**.

Por fim, ao nível da **criação de emprego**, deveria continuar a investir-se em estratégias de estímulo nesse domínio, nomeadamente, pelo **incentivo à criação de empresas, através do desenvolvimento de condições propícias à atividade empresarial no território concelhio**.

Relativamente ao **eixo institucional**, seria importante promover e aprofundar o trabalho de **parceria, articulação e comunicação entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade e as que têm responsabilidades, essencialmente, ao nível das políticas de emprego, da educação e formação e da saúde**. Por outro lado, apostar na **consolidação e qualificação da rede institucional e de respostas sociais, numa lógica de serviços de proximidade**.

Uma **maior adequação da cobertura dos serviços**, bem como a **requalificação e otimização das respostas sociais**, deve ser reforçada. Por exemplo, torna-se necessário promover a capacidade de resposta e a reconversão ou melhoria de equipamentos e serviços sociais e de saúde que são fulcrais na resolução dos desequilíbrios decorrentes do envelhecimento populacional. Aqui, é de sublinhar as pessoas seniores, que se constituem como um dos segmentos com maiores limitações em termos de rendimentos (cf. Figura B.37.), ou reforçar o investimento e a qualificação das

respostas existentes ao nível da prestação de cuidados às crianças, por facilitar a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Para além de tudo isto, é também fundamental incrementar o potencial de **inovação e de empreendedorismo social das organizações de economia social**, fomentando este setor, nas suas múltiplas vertentes de intervenção social e de geração de riqueza, pelo importantíssimo papel que assume no combate à exclusão social, fazendo face aos desafios da coesão social e territorial.

Finalmente, seria importante implementar estratégias geradoras de **sinergias entre os recursos institucionais e os recursos da comunidade**, promotoras de dinâmicas intergeracionais, que contribuam para **renovação do contrato social entre gerações**.

C. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Desde há muito que está estabelecida a relação entre baixas qualificações e condições de vida mais precárias, por causa das dificuldades acrescidas que os indivíduos com baixas qualificações enfrentam para conseguirem aceder ao mercado de trabalho, funcionando as baixas qualificações como fator importante de reprodução intergeracional da pobreza.

Assim, cabe ao sistema educativo promover nos indivíduos um conjunto de conhecimentos e competências que contribuam para a sua integração na sociedade e, em particular, no mercado de trabalho.

Segundo a Constituição da República Portuguesa (artigos 73º, 74º e 75º) o Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”.

Mercê das rápidas mudanças decorrentes da globalização, assistiu-se, nas últimas décadas, à emergência de um modelo socioeconómico designado de “sociedade do conhecimento”, existindo a necessidade de “gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos”, que não se resume à infância e juventude, mas se estende ao longo de todo o ciclo de vida.

Tal mudança de paradigma conferiu “à Educação e à Escola um papel progressivamente maior na sociedade atribuindo-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas”, assumindo-se o domínio como central no desenvolvimento social das comunidades (Carta Educativa do Porto 2017).

Com efeito, estes pressupostos, estão plasmados na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, com todas as subsequentes alterações)¹³⁰ na qual se estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo.

Segundo o Programa Operacional do Capital Humano (POCH)¹³¹ “o grande objetivo estratégico do domínio temático “Capital Humano” do quadro de programação “Portugal 2020” é: promover o aumento da qualificação da população, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em

¹³⁰ Acessível em https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/222418/details/normal?p_p_auth=D688OvBC.

¹³¹ Acessível em https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Documents/Programme_2014PTo5SFOPo01.pdf.

convergência com os padrões europeus, garantindo a melhoria do nível de qualidade nas qualificações adquiridas, melhorando o sucesso escolar, reduzindo o abandono, promovendo a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a par do reforço da competitividade económica do país.” (p.8).

Apesar de Portugal ter realizado um significativo esforço no sentido de melhorar os resultados e aumentar a qualidade e a eficiência do seu sistema educativo e de formação, existe ainda um caminho a percorrer, reconhecido pela assunção de compromissos no Programa Nacional de Reformas (PNR)¹³², nas metas relativas ao Capital Humano e nas metas traçadas na Estratégia Europa 2020 (EE2020)¹³³, nomeadamente as que preveem a redução da taxa de abandono precoce de educação e formação para 10%, até 2020 na população entre os 18 e os 24 anos e o aumento para 40% de diplomados de ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos (Programa Operacional Potencial Humano – PO PH).

Segundo o PO PH, ao nível dos constrangimentos identifica-se a persistência das baixas qualificações na população portuguesa, que se constitui como um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas de valor acrescentado. No que respeita a progressos identifica-se o aumento da percentagem da população com idade entre 30 a 34 anos com formação superior, que passou de 13%, em 2002 para 30%, em 2013 e na descida taxa de abandono precoce de educação e formação dos 45%, em 2002 para os 18.9%, em 2013 e ainda a subida da taxa de pré-escolarização de 83.7%, em 2002 para valores acima dos 95%.

Mais recentemente, segundo dados do relatório Estado da Educação 2016¹³⁴, destacam-se alguns aspetos, nomeadamente, a subida para 14% da taxa de abandono precoce da educação e formação, que se passou a situar a quatro pontos percentuais da meta europeia definida para 2020 (10%) e a subsistência de um desfasamento entre a idade “normal” de frequência em cada ano (que vai aumentando à medida que progride o ano de escolaridade), apesar de em termos gerais se ter assistido a uma descida nas taxas de retenção e desistência.

Sintetizando, o PO PH refere que o sucesso da economia portuguesa e a promoção da coesão social passa por encontrar resposta a vários domínios de constrangimentos: (1) os elevados níveis

¹³² Acessível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-de-reformas.aspx>.

¹³³ Acessível em https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy_pt#relatedlinks.

¹³⁴ Acessível em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/CNE-EE2016_web.pdf.

de abandono precoce de educação e formação por parte das/os jovens; (2) a ainda diminuta expressão de diplomadas/os do ensino superior no mercado de trabalho; (3) o reduzido nível das qualificações médias da população jovem e adulta; (4) a escassa eficiência na utilização dos recursos na educação e na formação e a necessidade de melhorar a sua qualidade; e (5) o desajustamento verificado entre as qualificações produzidas e as solicitadas pelo mercado de trabalho. Este Programa organiza-se, assim, em torno de cinco grandes objetivos: (1) a promoção do sucesso e a redução do abandono escolar; (2) a melhoria da empregabilidade através do ajustamento das ofertas com as necessidades do mercado de trabalho; (3) o aumento da atratividade e do número de diplomadas/os do ensino superior; (4) a melhoria das qualificações da população adulta; e (5) a promoção da qualidade e da regulação do sistema de educação e formação.

No domínio concelhio, o Porto constitui-se como um território de referência na área metropolitana, funcionando como um polo ao nível da educação, especialmente no ensino superior, acolhendo grande número de estudantes de fora da cidade, que contribuem para a atenuação dos efeitos da progressiva diminuição da população jovem e para uma “perceção demográfica” mais jovem da cidade, imprimindo-lhe uma dinâmica mais ativa.

Depois desta breve introdução, apresenta-se, na secção seguinte, um vasto conjunto de indicadores caracterizadores do domínio da educação/formação no concelho do Porto.

A ATUALIDADE

PERFIL E DINÂMICAS POPULACIONAIS

A Figura C.1. apresenta o panorama geral relativo aos **níveis de qualificação da população** do concelho do Porto.

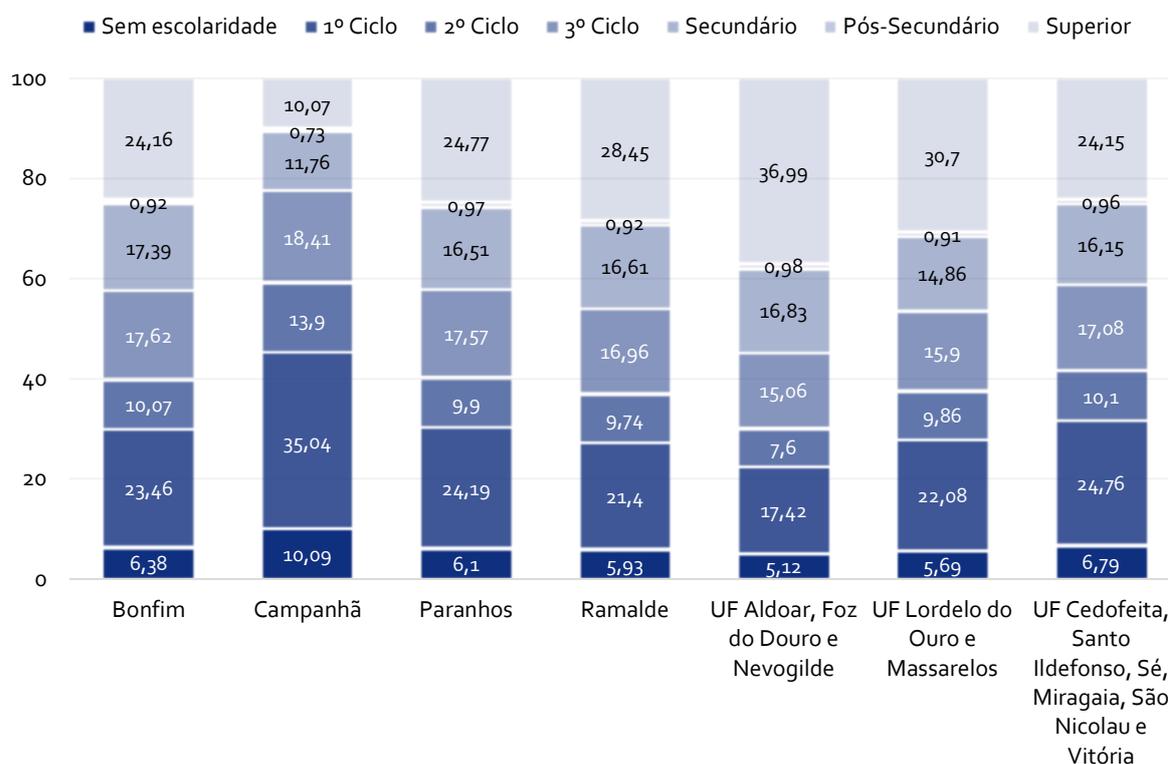


Figura C.1. População residente com mais de 15 anos, por nível de escolaridade completo, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE¹³⁵)

Globalmente, 6.6% da população residente com mais de 15 anos não obteve nenhum ciclo de escolaridade completo (ou nem chegou a frequentar qualquer ano escolaridade), 24.21% detinha o 1º ciclo de escolaridade, 10.2% o 2º ciclo de escolaridade, 17.01% o 3º ciclo de escolaridade, 15.74% o ensino secundário e 25.33% o ensino superior. Ou seja, aproximadamente 58.01% da população residente tinha um nível de escolaridade inferior ao ensino obrigatório.

Na análise por freguesia/união de freguesias, a percentagem da população sem nível de escolaridade completo variava entre o mínimo de 5.12% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 10.09% em Campanhã. As restantes freguesias variavam

¹³⁵ <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml> (acedido em 26 de março de 2018).

entre os 5.69% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 6.79% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Considerando a população que tinha apenas o 1º ciclo de escolaridade completo, as percentagens variavam entre os 17.42% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e os 35.04% em Campanhã. Destaca-se que os valores para as restantes freguesias variavam entre os 21.4% (Ramalde) e os 24.76% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Relativamente ao 2º ciclo, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde voltava a apresentar a percentagem mais baixa, com 7.6% e Campanhã voltava a apresentar a percentagem mais elevada, com 13.9%. Este padrão repetia-se no que dizia respeito ao 3º ciclo, com percentagens a variarem entre os 15.06% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e os 18.41% (Campanhã).

Quanto ao ensino secundário, Campanhã apresentava a taxa mais baixa de população com o ensino secundário completo, com 11.76% da população com este nível de escolaridade. No extremo oposto, encontrava-se a freguesia do Bonfim, que apresentava a taxa mais elevada de população com este nível de escolaridade, 17.39%. Para as restantes freguesias os valores variavam entre 14.86% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e 16.83% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Finalmente, no que respeita ao ensino superior, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde destacava-se como a detentora da taxa mais elevada, com cerca de um terço da sua população a possuir um curso superior (36.99%), enquanto Campanhã voltava a ter a taxa mais baixa, com apenas 10.07% da sua população a ter um nível de escolaridade superior. Os valores para as restantes freguesias variavam entre os 24.15% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 30.7% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Campanhã destacava-se como a zona geográfica da cidade com os níveis mais baixos de escolaridade do concelho. Apenas um quinto da sua população (21.84%) tinha a escolaridade obrigatória (12º ano) ou superior. Nas restantes freguesias/uniões de freguesia a percentagem da população que tinha o ensino secundário e/ou superior, variava entre os 40.3% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e 53.82% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

A Figura C.2. apresenta os dados relativos ao **número de alunas/os inscritas/os** entre os anos letivos de 2006/07 e 2015/16.

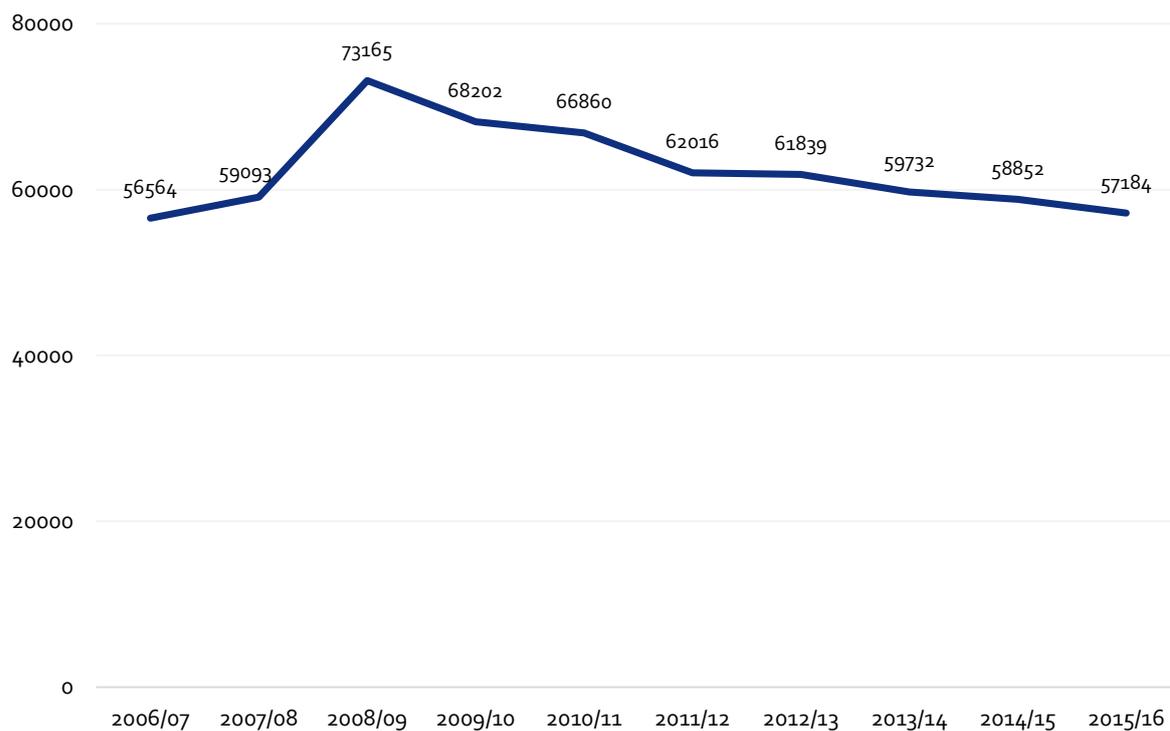


Figura C.2. Alunas/os inscritas/os, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC ¹³⁶)

Analisando a evolução do número de alunas/os no ensino obrigatório em cada ano letivo, no período compreendido entre os anos letivos de 2006/2007 e 2015/2016, contata-se que houve um pico de alunas/os no ano letivo de 2008/2009 (73 165), ao qual se seguiu um decréscimo acentuado nos três anos letivos subsequentes. Esse decréscimo continuou a ocorrer até ao ano letivo de 2015/2016, mas de forma menos acentuada, existindo nesse ano 57 184 alunas/os no concelho (cf. Figura C.2.).

A mesma análise, mas por ciclo de estudos, é apresentada na Figura C.3.

¹³⁶ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

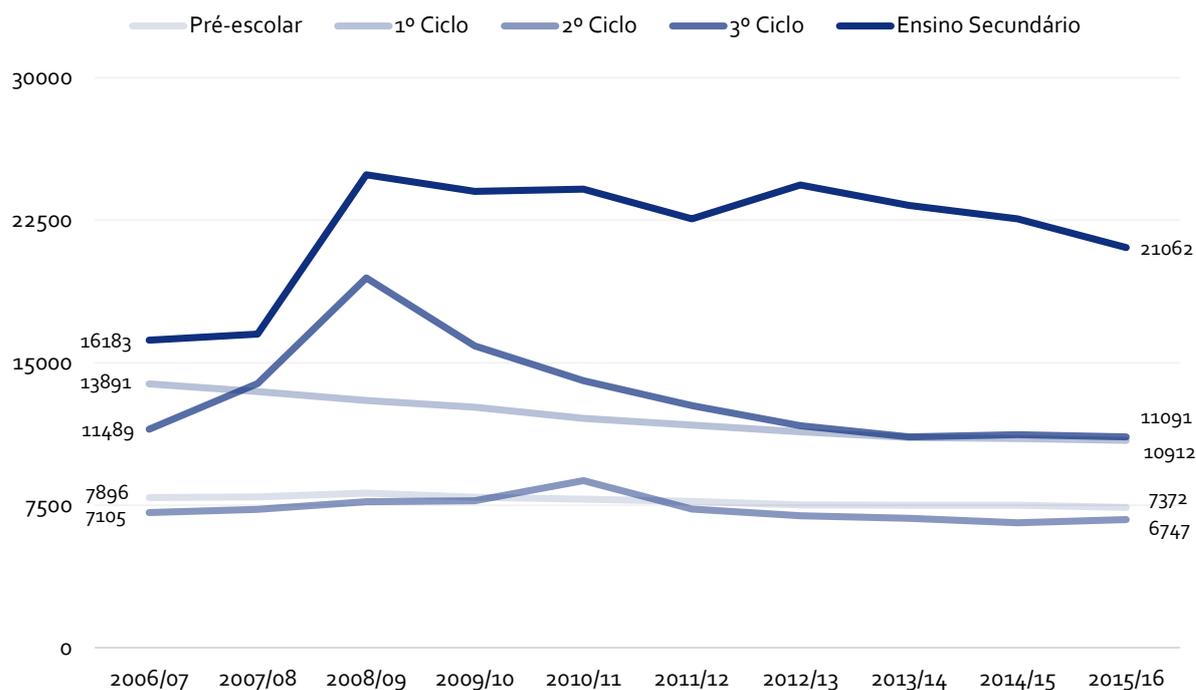


Figura C.3. Alunas/os inscritas/os, por ciclo de estudos, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹³⁷)

O padrão evolutivo global repete-se na análise por ciclo de estudos. Assim, estavam a frequentar o ensino pré-escolar, no ano letivo de 2006/2007, 7 896 alunas/os. Esse número aumentou, no ano letivo de 2008/2009, até aos 8 126 alunas/os e, de seguida, diminuiu atingindo, em 2015/2016, 7 372 alunas/os.

No 1º ciclo o padrão foi ligeiramente diferente, tendo-se assistido a um decréscimo progressivo no número de alunas/os inscritas/os, desde o ano letivo de 2008/2009 (13 891) até ao ano letivo de 2015/2016 (10 912).

Nos 2º e 3º ciclos, encontrou-se, de novo, o padrão global, com um pico de alunas/os no ano letivo de 2010/2011 no 2º ciclo (8 726) e um pico de alunas/os no ano letivo de 2008/2009 no 3º ciclo (19 461), após o qual o número de alunas/os diminuiu progressivamente até ao ano letivo de 2015/2016, situando-se o número de alunas/os nesse ano nos 6 747, no 2º ciclo e nos 11 091, no 3º ciclo.

No ensino secundário observou-se um acréscimo muito acentuado de quase 50% no número de alunas/os no ano letivo de 2008/2009, que passou de 16 183 alunas/os, no ano letivo de 2006/2007, para 24 884 alunas/os, no ano letivo de 2008/2009. A partir do ano letivo 2011/2012 ocorreu um

¹³⁷ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

decréscimo progressivo, não muito acentuado, cifrando-se o número de alunas/os, no ano letivo de 2015/2016, em 21 062.

A Figura C.4. apresenta a **distribuição das/os alunas/os por ciclo de estudo** no concelho do Porto para o ano letivo 2015/2016.

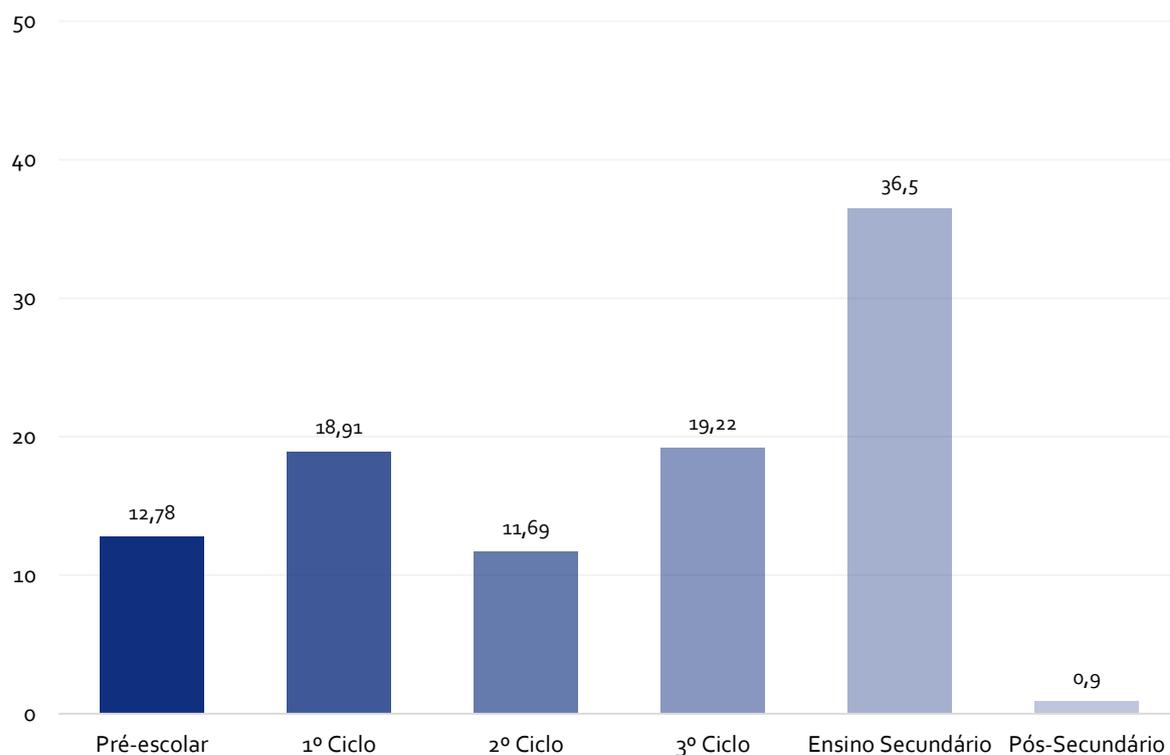


Figura C.4. Alunas/os por ciclo de escolaridade, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹³⁸)

Da observação da Figura C.4. constata-se que, no ensino pré-escolar, se encontravam 12.78% das/os alunas/os. Os três ciclos da escolaridade básica comportavam, no total, quase 50% da população estudantil, dos quais 18.91% no 1º ciclo, 11.69% no 2º ciclo e 19.22% no 3º ciclo. O ensino secundário englobava 36.5% da população estudantil e o pós-secundário menos de 1% (0.9%).

A Figura C.5. apresenta os dados relativos à **distribuição das/os alunas/os pelo ensino público e privado**, entre os anos letivos de 2006/2007 e 2015/2016.

¹³⁸ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

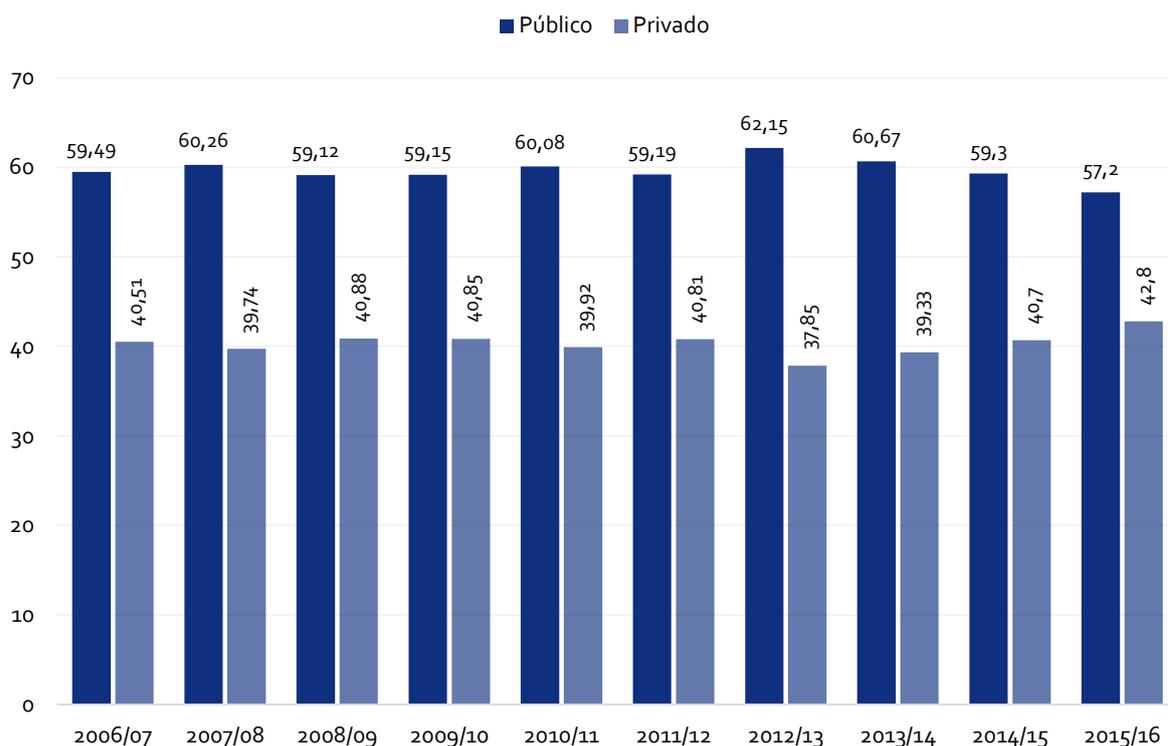


Figura C.5. Alunas/os, por ensino público e ensino privado, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹³⁹)

Da análise da Figura C.5. verifica-se que a percentagem de alunas/os no ensino privado e público se manteve relativamente constante no período temporal considerado. Cerca de 60% das/os alunas/os frequentavam o ensino público (variação entre 62.15%, no ano letivo de 2012/2013 e 57.2%, no ano letivo de 2015/2016) e os restantes 40% o ensino privado (variação entre 37.85%, no ano letivo de 2012/2013 e 42.80%, no ano letivo de 2015/2016). (cf. Figura C.5.)

Os quadros seguintes apresentam o número de **estudantes a frequentar os diferentes ciclos de escolaridade**, no ano letivo 2015/2016, **por subsistema de ensino e por via de ensino**.

¹³⁹ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

	Total	%	Público	%	Privado	%
1º Ciclo	10912		6983	63.99	3929	36.01
Ensino Regular	10719	98.23	6791	97.25	3928	99.97
Ensino Artístico	95	0.87	95	1.36	0	-
Cursos de educação e formação de adultos	95	0.87	95	1.36	0	-
Processos RVCC	3	0.03	2	0.03	1	0.03

Quadro C.1. Alunas/os a frequentar o 1º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁴⁰)

Da análise do Quadro C.1. verifica-se que, no ano letivo de 2015/2016, encontravam-se a frequentar o 1º ciclo de escolaridade 10 912 alunas/os, sendo que 6 983 (ou seja, 63.99%) frequentavam o ensino público e 3 929 (36.01%) frequentavam o ensino privado.

Como se observa, a grande maioria das/os alunas/os (98.23%) encontrava-se a frequentar o ensino regular, público ou privado, sendo que 0.87% (95 alunas/os) frequentava o ensino artístico público, 0.87% (95 alunas/os) frequentava os cursos de educação e formação de adultos públicos e 0.03% (3 alunas/os) processos RVCC, dois/duas estudantes no público e um/a estudante no privado.

¹⁴⁰ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

	Total	%	Público	%	Privado	%
2º Ciclo	6747		4474	66.31	2273	33.69
Ensino Regular	5934	87.95	3840	85.83	2094	92.12
Ensino Artístico Especializado	200	2.96	116	2.59	84	3.7
Cursos vocacionais (duais)	79	1.17	20	0.45	59	2.6
Percursos curriculares alternativos	96	1.42	96	2.15	-	-
Cursos de educação e formação de adultos	392	5.81	392	8.76	-	-
Processos RVCC	46	0.68	10	0.22	36	1.58

Quadro C.2. Alunas/os a frequentar o 2º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁴¹)

Da análise do Quadro C.2. verifica-se que, no ano letivo 2015/2016, se encontravam a frequentar o 2º ciclo de escolaridade 6 747 alunas/os, sendo que 4 474 (66.31%) frequentavam o ensino público e 2 273 (33.69%) o ensino privado.

Como se pode observar, a grande maioria das/os alunas/os (87.95%) encontrava-se a frequentar o ensino regular, público ou privado, enquanto 392 alunas/os (5.81%) se encontravam a frequentar cursos de educação e formação para adultos no ensino público e 200 alunas/os (2.96%) o ensino artístico especializado, repartindo-se entre o ensino público (116 alunas/os) e o ensino privado (84 alunas/os). Os cursos vocacionais (duais) tinham 20 alunas/os no ensino público e 59 no privado, enquanto os percursos curriculares alternativos apenas tinham alunas/os no ensino público (96). Por último, das/os 46 alunas/os em processos RVCC, 10 estudavam no ensino público e 36 no ensino privado.

¹⁴¹ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

	Total	%	Público	%	Privado	%
3º Ciclo	11091		7360	66.36	3731	33.64
Ensino Regular	8825	79.57	5974	81.17	2851	76.41
Ensino Artístico Especializado	227	2.05	165	2.24	62	1.66
Cursos vocacionais (duais)	1047	9.44	291	3.95	756	20.26
Percursos curriculares alternativos	99	0.89	99	1.35	-	-
Cursos de educação e formação de adultos	779	7.02	779	10.58	-	-
Processos RVCC	114	1.03	52	0.71	62	1.66

Quadro C.3. Alunas/os a frequentar o 3º ciclo de escolaridade, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁴²)

Da análise do Quadro C.3. verifica-se que, no ano letivo 2015/2016, se encontravam a frequentar o 3º ciclo de escolaridade 11 091 alunas/os, 7 360 (66.36%) no ensino público e 3 731 (33.64%) no ensino privado. O ensino regular era a modalidade com maior percentagem de alunas/os, com 79.57% (8 825 alunas/os), tendo um peso de 81.17% no total de alunas/os a frequentar o ensino público e de 76.41% no total de alunas/os a frequentarem o ensino privado. Os cursos vocacionais (duais) correspondiam a 9.44% do total de alunas/os, encontrando-se 291 alunas/os no ensino público e 756 alunas/os no ensino privado, que representavam 20.26% do total de alunas/os a frequentarem o 3º ciclo no privado. Os cursos de educação e formação de adultos e os percursos curriculares alternativos, apenas com alunas/os no ensino público, tinham, no ano letivo 2015/2016, 779 alunas/os (10.58% do total de alunas/os no ensino público) e 99 alunas/os, respetivamente. O ensino artístico especializado e os processos RVCC tinham 227 e 114 alunas/os, repartidos entre o ensino público (165 e 52) e o ensino privado (62 e 62).

Por último, o quadro seguinte apresenta os dados para o ensino secundário no ano letivo 2015/2016.

¹⁴² <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

	Total	%	Público	%	Privado	%
Ensino Secundário	21062	-	11825	56.14	9237	43.86
Ensino Regular	8272	39.27	4372	36.97	3900	42.22
Cursos gerais/científico-humanísticos	8145	98.46	4372	100	3773	96.74
Cursos tecnológicos	127	1.54	-	-	127	3.26
Ensino Artístico Especializado	993	4.71	906	7.66	87	0.94
Cursos profissionais	5051	23.98	1316	11.13	3735	40.44
Cursos de aprendizagem	4362	20.71	4362	36.89	-	-
Cursos vocacionais (duais)	315	1.5	18	0.15	297	3.22
Percursos curriculares alternativos	734	3.48	734	6.21	-	-
Cursos de educação e formação de adultos	734	3.48	734	6.21	-	-
Ensino Recorrente	1080	5.13	18	0.15	1062	11.50
Processos RVCC	255	1.21	99	0.84	156	1.69

Quadro C.4. Alunas/os a frequentar o ensino secundário, por subsistema e via de ensino, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁴³)

Da análise do Quadro C.4. constata-se que, no ano letivo 2015/2016, existiam 21 062 alunas/os a frequentarem o ensino secundário, 11 825 no ensino público (56.41%) e 9 237 no ensino privado (43.86%). Do total de alunas/os, verifica-se que 39.27% (8 272 alunas/os) se encontravam a frequentar o ensino regular, na sua maioria 98.46% (8 145) em cursos gerais/científico-humanísticos e 1.54% (127) em cursos tecnológicos (apenas no ensino privado). Os cursos profissionais eram a segunda modalidade com mais alunas/os, 23.98% (5 051), com 1 361 alunas/os no ensino público e 3 735 no ensino privado. Destaca-se que os cursos de aprendizagem, com 4 362 alunas/os (20.71%) e os cursos de educação e formação de adultos, com 734 alunas/os (3.48%) só tinham alunas/os no ensino público e o ensino artístico especializado tinha a grande maioria das/os alunas/os no ensino público, 906 de 993.

Por outro lado, os cursos vocacionais (duais), com 315 alunas/os e o ensino recorrente, com 1 080 alunas/os tinham a maioria das/os alunas/os no ensino privado com, 297 e 1 062 alunas/os. Por último, os processos RVCC detinham 1.21% do total de alunas/os (255), repartindo-se 99 alunas/os no ensino público e 156 alunas/os no ensino privado.

¹⁴³ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

A Figura C.6. apresenta a evolução no número de **escolas públicas e privadas**, no período compreendido entre os anos letivos de 2006/2007 e 2015/2016.

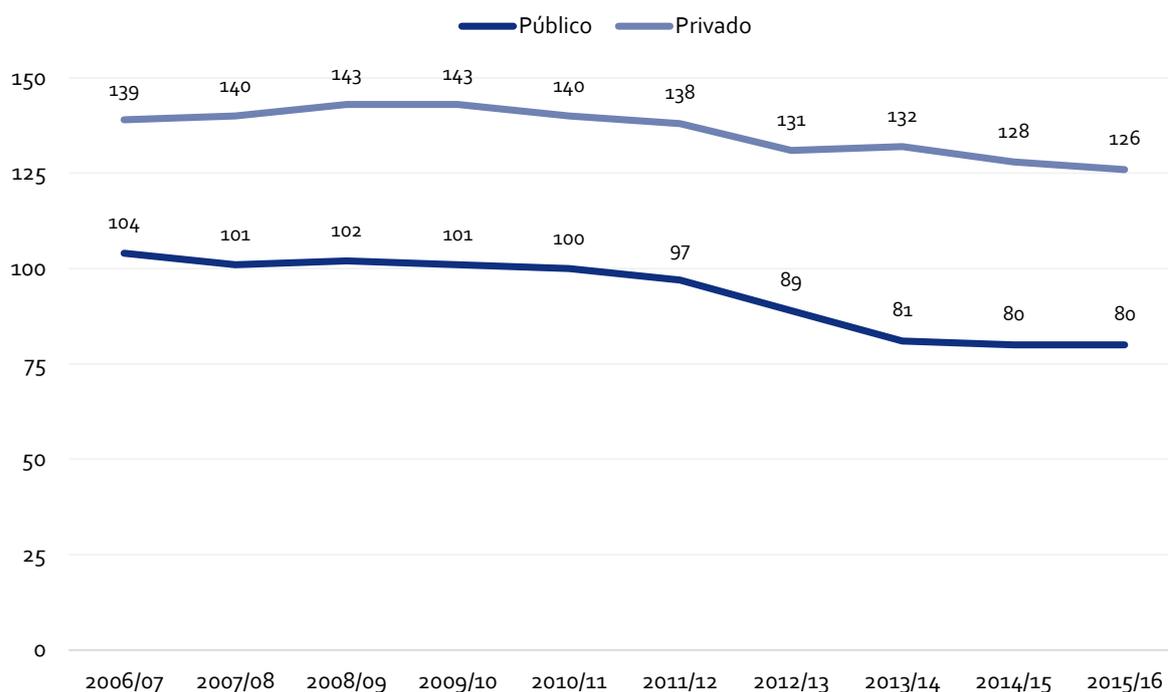


Figura C.6. Escolas públicas e privadas, Porto, ano letivo de 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁴⁴)

O padrão evolutivo no número de alunas/os, refletiu-se na evolução do número de estabelecimentos escolares no mesmo período temporal. De facto, da observação da Figura C.6., verifica-se que ocorreu um ligeiro acréscimo no número de equipamentos escolares privados, no ano letivo de 2008/2009 (143), seguindo-se um decréscimo progressivo, a partir dessa altura, até 2015/2016, onde existiam 126 equipamentos escolares privados.

No setor público o padrão foi semelhante, tendo-se assistido a um decréscimo progressivo no número de estabelecimentos de ensino público, desde 2006/2007 até 2015/2016, passando de 104 para 80.

A Figura C.7. apresenta a **taxa bruta de escolarização** no concelho do Porto, desde o ano letivo 2006/2007 até ao ano letivo 2015/2016.¹⁴⁵

¹⁴⁴ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

¹⁴⁵ Relação percentual entre o número total de alunas/os matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

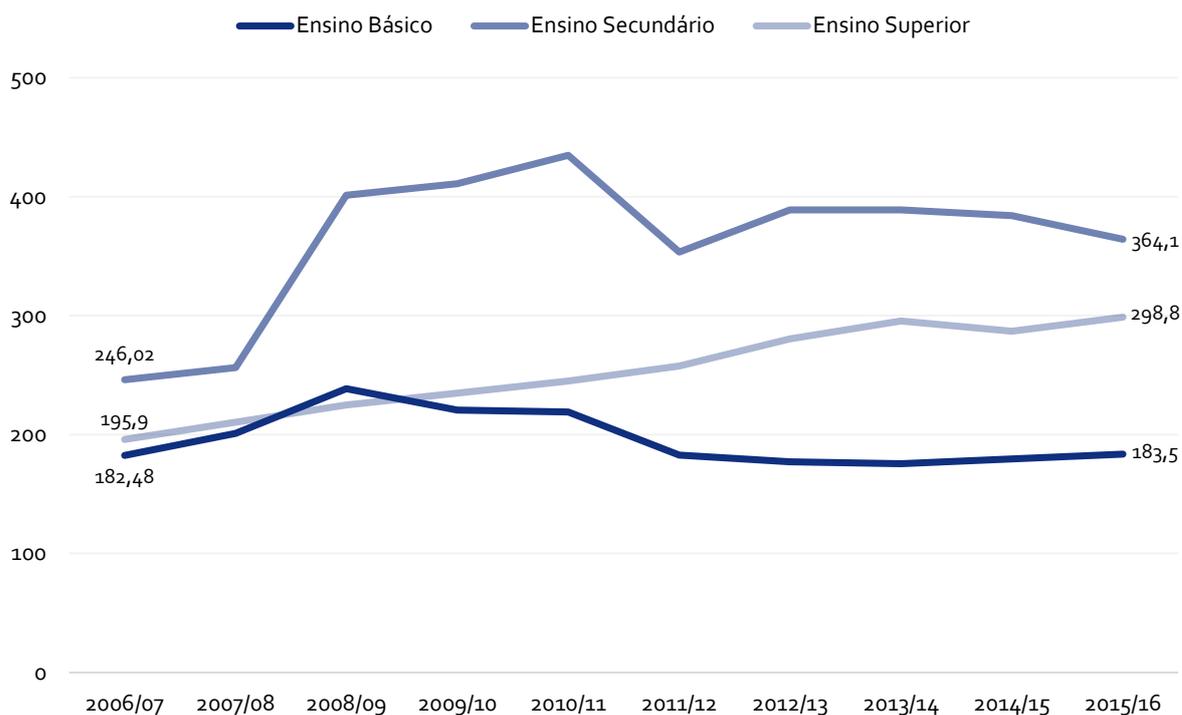


Figura C.7. Taxa bruta de escolarização no ensino básico, secundário e superior, Porto, anos letivos de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁴⁶)

Da análise da Figura C.7. constata-se que, nesse intervalo de tempo, a **taxa bruta de escolarização** foi sempre superior a 100%. Isto significa que, para todos os anos letivos e ciclos de escolaridade em análise, existiram mais alunas/os matriculadas/os, do que população residente em idade normal de frequência desses ciclos de estudo.

Também se constata que a taxa bruta de escolarização era mais elevada no ensino secundário, depois no ensino superior e por último no ensino básico. No ensino secundário, onde a taxa era mais elevada, existiam quase quatro vezes mais alunas/os matriculadas/os de fora do concelho, do que do concelho. Este valor baixava no ensino básico e no ensino superior para quase duas vezes a quase três vezes mais alunas/os de fora do concelho, que do concelho, respetivamente.

¹⁴⁶ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

INSUCESSO, RETENÇÃO E ABANDONO ESCOLAR

Na Figura C.8. são apresentados os dados relativos às/aos **alunas/os com negativas**, desde o 5º ano de escolaridade, até ao 12º ano de escolaridade, para o concelho do Porto e para a Área Metropolitana do Porto (AMP).

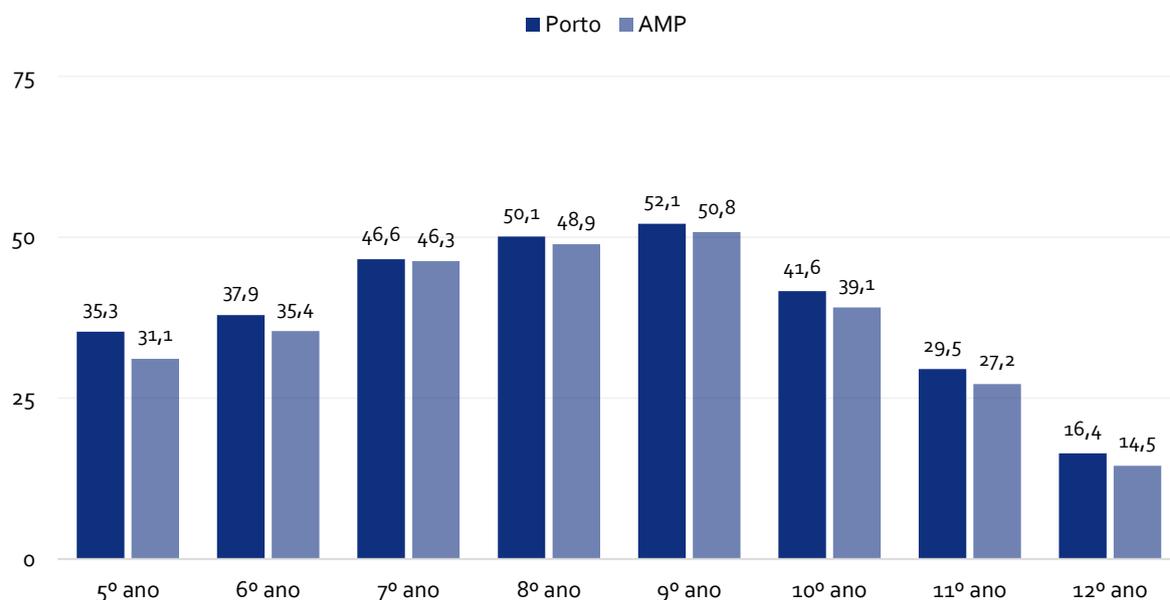


Figura C.8. Alunas/os com pelo menos uma negativa, Porto e AMP, média 2014/2015 e 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Dados administrativos reportados pelas Unidades Orgânicas para o Sistema MISI do Ministério da Educação)

Da análise da Figura C.8. constata-se que, tanto para o Porto, como para a AMP, a percentagem de **alunas/os com pelo menos uma negativa** aumentava do 5º ano ao 9º ano, diminuindo progressivamente a partir do 10º ano e atingindo o valor mais baixo no 12º ano.

Também se observa que, embora as percentagens fossem próximas, os valores relativos ao concelho do Porto foram sempre superiores aos valores da AMP.

Numa análise mais fina ao concelho do Porto, e apresentando dados relativos aos agrupamentos de escolas do concelho, verifica-se que, para o 5º ano de escolaridade, a percentagem de alunas/os com pelo menos uma negativa variava entre o mínimo de 16.4% (Escolas Garcia da Orta) e o máximo de 61.4% (Escolas Manoel de Oliveira). No 6º ano de escolaridade as percentagens mínimas e máximas foram de 18.7% (Escolas Garcia da Orta) e 74.2% (Escolas Leonardo Coimbra – Filho).

No 3º ciclo de escolaridade foram, no 7º ano, 24.3% (Escolas Filipa de Vilhena) e 75.7% (Escolas Leonardo Coimbra – Filho), no 8º ano, 32.7% (Escolas Filipa de Vilhena) e 70.2% (Escolas Leonardo Coimbra – Filho) e no 9º ano, 37.7% (Escolas Filipa de Vilhena) e 71.2% (Escolas Manoel de Oliveira).

No ensino secundário foram, para o 10º ano, 28.7% (Escolas Clara de Resende) e 63.8% (Escolas António Nobre). Para o 11º ano, 20.1% (Escolas Clara de Resende) e 50% (Escolas António Nobre) e para o 12º ano, 6.8% (Escolas Clara de Resende) e 37.8% (Escolas António Nobre).

Pareceu existir uma tendência generalizada de, no 11º ano e/ou 12º ano, baixar significativamente a percentagem de alunas/os que tinham pelo menos uma negativa. Entre o 10º ano e o 11º ano baixava no mínimo 5.9% (Escolas Fontes Pereira de Melo) e no máximo 20.6% (Escolas Alexandre Herculano) e entre o 11º ano e o 12º ano, diminuiu no mínimo 9.9% (Escolas Garcia da Orta) e no máximo 20.9% (Escolas Alexandre Herculano).

Comparando as percentagens de alunas/os com pelo menos uma negativa no 10º ano e no 12º ano, assistiu-se a uma clara melhoria em que, no 12º ano de escolaridade, a diminuição percentual variou entre o mínimo de 21.3% (Escolas Rodrigues de Freitas) e o máximo de 41.5% (Escolas Alexandre Herculano) de alunas/os que tinham pelo menos uma negativa.

Ordenando o concelho do Porto, no conjunto dos municípios da AMP, verifica-se que, no 5ª ano, o concelho do Porto apresentava a segunda percentagem mais elevada de alunas/os com pelo menos uma negativa e apresentava a quarta percentagem mais elevada no 6º ano de escolaridade.

No 3º ciclo de escolaridade, apresentava percentagens que variavam entre a sexta mais elevada, no 9º ano de escolaridade e a nona mais elevada, no 7º ano de escolaridade.

Finalmente, no ensino secundário, apresentava percentagens que variavam entre a quarta mais elevada, no 12º ano de escolaridade e a sétima mais elevada, no 10º ano de escolaridade.

A taxa de retenção/desistência é um indicador muito importante, dadas as potenciais limitações que uma escolaridade mais baixa pode ter na posterior inserção profissional das/os jovens e, subsequentemente, em condições profissionais mais precárias e até no desemprego, o que pode conduzir, em última instância, à exclusão social.

A Figura C.9. compara as **taxas de retenção/desistência**, para cada ano de escolaridade, no concelho do Porto e na AMP, no ano letivo de 2014/2015.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Taxa de retenção/desistência = relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

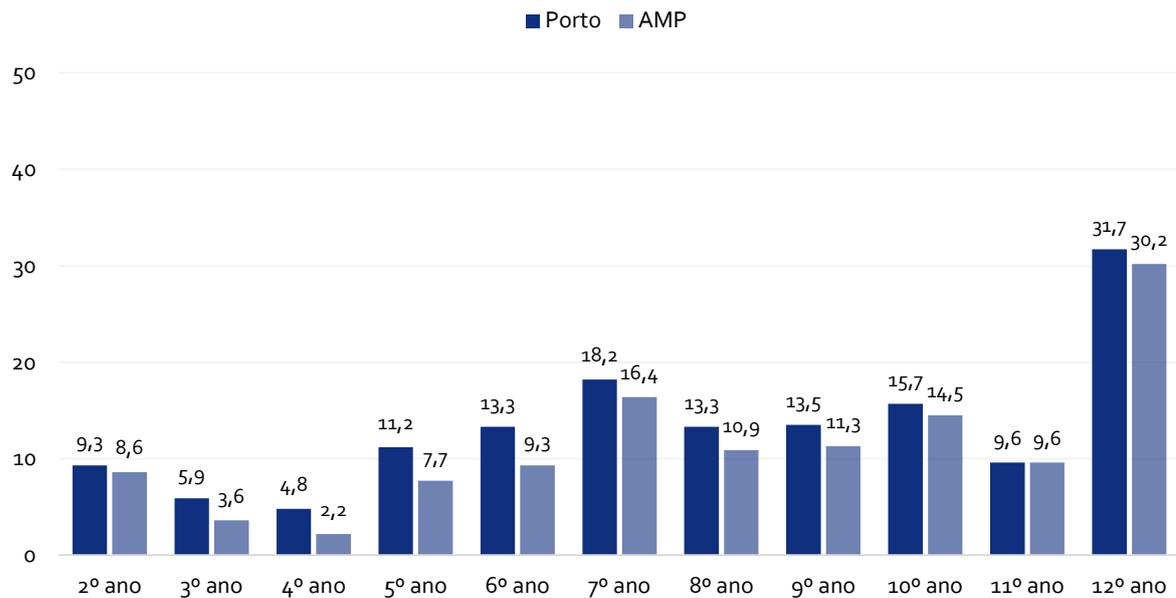


Figura C.9. Taxa de retenção/desistência, Porto e AMP, ano letivo 2014/2015 (em percentagem; Fonte: DGEEC/Estatísticas da Educação 2014/2015)

Contata-se, da análise da Figura C.9., que a **taxa de retenção/desistência** no concelho do Porto foi sempre superior à taxa de retenção/desistência da AMP, exceto no 11º ano, em que as taxas foram idênticas.

Nas duas áreas geográficas em análise, até ao 7º ano de escolaridade (e excetuando o 2º ano) pareceu existir uma tendência de aumento da taxa de retenção/desistência, à medida que se progredia no ano de escolaridade. A partir do 8º ano, essa taxa ora aumentou, ora diminuiu, até atingir o valor mais elevado no 12º ano (31.7%).

Comparando o concelho do Porto com os restantes dezasseis municípios da AMP, constata-se que, do 2º ao 9º ano de escolaridade, a taxa de retenção/desistência em cada ano de escolaridade no concelho do Porto variou entre a taxa mais elevada e a quarta taxa mais elevada.

No ensino secundário, o Porto apresentava a sexta taxa mais elevada, no 10º ano, a quinta taxa mais elevada, no 11º ano e a nona taxa mais elevada, no 12º ano.

A Figura C.10. apresenta a **taxa de retenção/desistência** no concelho do Porto, desde o ano letivo de 2006/2007, até ao ano letivo de 2015/2016, nos diferentes ciclos de estudo.

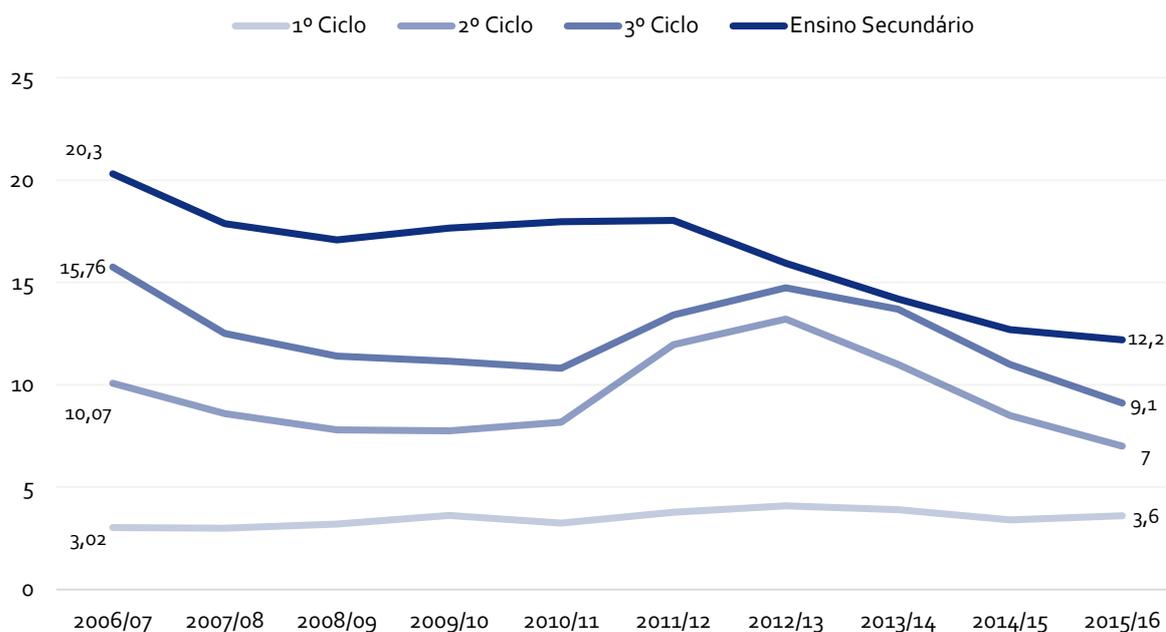


Figura C.10. Taxa de retenção/desistência, por ciclo de estudos, Porto, anos letivos de 2006/2007 a 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁴⁸)

Uma primeira constatação que se pode fazer, a partir da análise da Figura C.10., é que, para todos os ciclos de escolaridade, exceto para o 1º ciclo, a taxa de retenção/desistência baixou consideravelmente no período de tempo em análise. No 1º ciclo houve um ligeiro incremento, passando de 3.02%, em 2006/2007 para 3.6%, em 2015/2016.

Uma segunda constatação que se pode fazer é que a melhoria da taxa de retenção/desistência foi tanto maior, quanto mais elevado o ciclo de estudos, tendo sido de 3.7% no 2º ciclo, 6.6% no 3º ciclo e 8.11% no secundário.

Também se observa que, apesar dessas melhorias, no período de tempo em análise, o ensino secundário teve sempre a taxa de retenção/desistência mais elevada, seguida da taxa de retenção/desistência do 3º ciclo de escolaridade, depois da taxa de retenção/desistência do 2º ciclo de escolaridade e, finalmente, da taxa de retenção/desistência do 1º ciclo de escolaridade.

As taxas de retenção/desistência, no ano letivo de 2015/2016, foram de 3.6% no 1º ciclo, 7% no 2º ciclo, 9.1% no 3º ciclo e 12.2% no secundário.

A análise das taxas de retenção em cada ano de transição (4º, 6º e 9º anos) e em todos os anos do ensino secundário, não forneceu indícios acerca da existência de qualquer padrão derivado da localização geográfica numa dada freguesia/união de freguesias.

¹⁴⁸ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

No 4º ano de escolaridade, ano de transição entre o 1º e o 2º ciclo, do conjunto de 83 escolas que tinham turmas do 4º ano, seis escolas tiveram uma taxa de retenção que se situou entre os 10% e os 20%. Duas escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: a Escola Básica do Cerco teve uma taxa de retenção de 24% e o Externato Silva Teixeira apresentou uma taxa de retenção de 36%.

Relativamente aos 6º, 9º e 12º anos de escolaridade, apresentam-se nos Quadros C.5., C.6. e C.7. as escolas com taxas de retenção de pelo menos 10%.

6º Ano	10% - 19%	20% - 24%	25% - 29%	30% - 39%	40% - 49%	>= 50%
Bonfim	-	-	-	-	-	-
Campanhã	-	Escola Básica e Secundária do Cerco (24%)	-	Escola Básica Nicolau Nasoni (36%)	-	-
Paranhos	Escola Básica Eugénio de Andrade (19%) Escola Básica da Areosa (14%)	-	-	-	-	-
Ramalde	-	Escola Básica do Viso (24%)	Escola Básica Maria Lamas (26%)	-	-	-
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Escola Básica Manoel de Oliveira (12%)	-	-	-	-	-
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	Escola Básica Leonardo Coimbra – Filho (14%)	-	-	-	-	-
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Escola Básica de Miragaia (14%) Escola Básica Augusto Gil (17%) Colégio de Liverpool (12%)	-	-	-	-	-

Quadro C.5. Taxa de retenção do 6º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas¹⁴⁹)

Como se observa no Quadro C.5. no 6º ano de escolaridade, do conjunto das 37 escolas, sete apresentaram taxas de retenção entre os 10% e os 19%. Quatro escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: a Escola Básica e Secundária do Cerco (24%), a Escola Básica do Viso (24%), a Escola Básica Maria Lamas (26%) e a Escola Básica Nicolau Nasoni (36%).

¹⁴⁹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

9º Ano	10% - 19%	20% - 24%	25% - 29%	30% - 39%	40% - 49%	>= 50%
Bonfim	Escola Secundária Alexandre Herculano (14%)	-	-	-	-	-
Campanhã	Escola Básica e Secundária do Cerco (18%)	Escola Básica Nicolau Nasoni (20%)	-	-	-	-
Paranhos	Escola Secundária António Nobre (13%) Escola Básica Pêro Vaz de Caminha (16%)	-	Escola Básica Eugénio de Andrade (26%) Escola Básica da Areosa (27%)	-	-	-
Ramalde	Escola Básica Maria Lamas (13%)	Escola Básica do Viso (23%)	-	-	-	-
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	-	-	Escola Básica Manoel de Oliveira (25%)	-	-	-
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	Escola Básica Leonardo Coimbra – Filho (12%)	-	-	-	-	-
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Escola Básica e Secundária Carolina Michaelis (16%) Escola Básica de Miragaia (19%) Colégio de Liverpool (11%)	-	-	Escola Básica Augusto Gil (36%)	-	-

Quadro C.6. Taxa de retenção do 9º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas¹⁵⁰)

Como se observa no Quadro C.6. no 9º ano de escolaridade, do conjunto de 40 escolas, aproximadamente ¼ das escolas (nove escolas) apresentaram taxas de retenção que variaram entre os 10% e os 19%. E seis escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: Escola Básica Nicolau Nasoni (20%), Escola Básica do Viso (23%), Escola Básica Manoel de Oliveira (25%), Escola Básica Eugénio de Andrade (26%), Escola Básica da Areosa (27%) e Escola Básica Augusto Gil (36%).

¹⁵⁰ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

12º Ano	10% - 19%	20% - 24%	25% - 29%	30% - 39%	40% - 49%	>= 50%
Bonfim	-	-	Colégio D. Dinis (29%) Escola Secundária Aurélia de Sousa (26%)	-	-	Escola Secundária Alexandre Herculano (60%)
Campanhã	-	-	-	-	-	Escola Básica e Secundária do Cerco (57%)
Paranhos	Colégio D. Duarte (13%)	-	Escola Secundária Filipa de Vilhena (27%)	-	-	Escola Secundária António Nobre (63%)
Ramalde	-	Escola Básica e Secundária Clara de Resende (23%)	-	-	-	Escola Básica e Secundária Fontes Pereira de Melo (76%)
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Escola INED (19%) Escola Secundária Garcia de Orta (19%)	-	-	-	-	-
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	-	-	-	-	-	-
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Externato Académico (16%)	-	-	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas (34%)	-	Escola Básica e Secundária Carolina Michaelis (51%) Colégio de Liverpool (50%)

Quadro C.7. Taxa de retenção do 12º ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias e por escola, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: InfoEscolas¹⁵¹)

Passando à apresentação das taxas de retenção no ensino secundário, constata-se numa análise ano a ano, que no 10º ano de escolaridade, mais de 30% das escolas (sete) apresentaram taxas de retenção entre os 10% e os 20%. E quatro escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: Escola Secundária Aurélia de Sousa (22%), Escola Básica e Secundária do Cerco (23%), Escola Secundária António Nobre (28%) e Escola Secundária Alexandre Herculano (29%).

No 11º ano de escolaridade, mais de 20% das escolas (21.73%) apresentaram taxas de retenção entre os 10% e os 20% e duas escolas apresentaram taxas de retenção superiores a 20%: a Escola Secundária de António Nobre (26%) e a Escola Secundária de Alexandre Herculano (28%).

Finalmente, os dados relativos ao 12º ano revelaram a taxa de retenção mais elevada (a taxa de retenção nacional no 12º ano foi de 30%). De facto, mais de 65% das escolas do concelho do Porto tiveram taxas de retenção no 12º ano de escolaridade superiores a 10% e mais de ¼ das escolas tiveram taxas de retenção superiores a 50%.

¹⁵¹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

Assim, e tal como apresentado no Quadro C.7., os dados relativos ao 12º ano indicaram que do conjunto de 23 escolas, quatro tiveram taxas de retenção entre os 10% e os 19%. Outras quatro tiveram taxas de retenção que se situaram entre os 20% e os 29%: Escola Básica e Secundária Clara de Resende (23%), Escola Secundária Aurélia de Sousa (26%), Escola Secundária Filipa de Vilhena (27%) e Colégio D. Dinis (29%). A Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas teve uma taxa de retenção de 34%. E seis escolas tiveram taxas de retenção iguais ou superiores a 50%: o Colégio de Liverpool (50%), a Escola Básica e Secundária Carolina Michaelis (51%), a Escola Básica e Secundária do Cerco (57%), a Escola Secundária Alexandre Herculano (60%), a Escola Secundária António Nobre (63%) e a Escola Básica e Secundária Fontes Pereira de Melo (76%).

De seguida, apresenta-se na Figura C.11. os valores do **risco de abandono**, para o ano letivo 2015/2016 para a zona Norte, para a AMP e para o concelho do Porto.

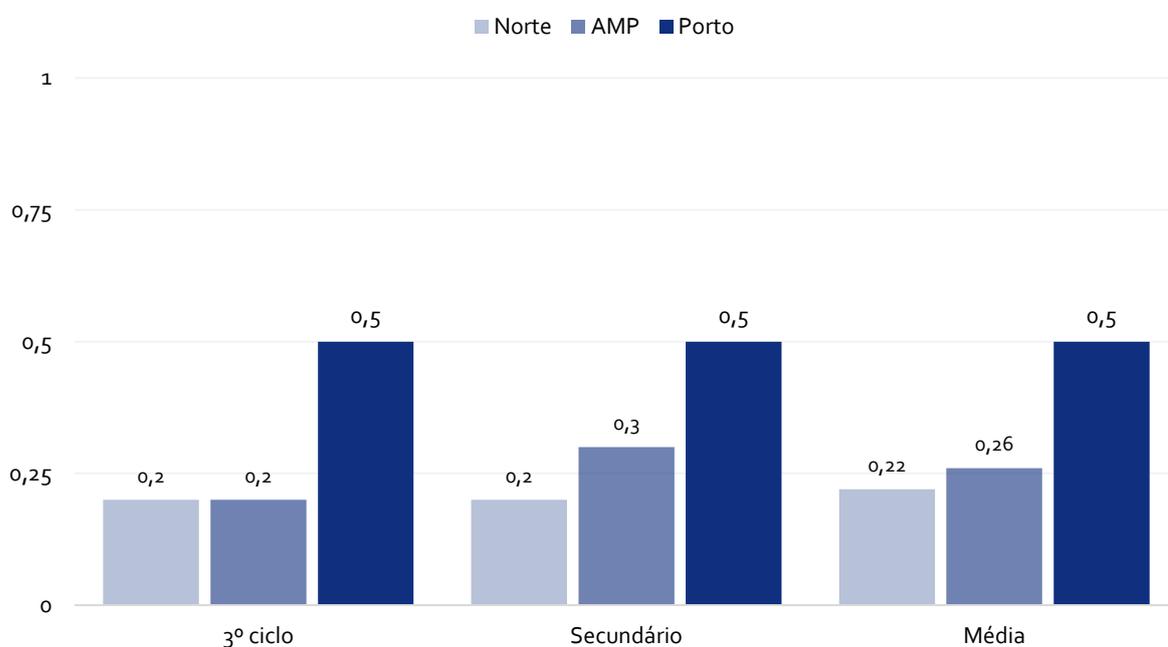


Figura C.11. Risco de abandono por ciclo de estudos, Norte, AMP e Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

Fazendo a análise comparativa das **taxas de risco de abandono**, constata-se que as taxas de risco de abandono foram similares para a Região Norte e para a AMP, mas que o concelho do Porto apresentou a taxa mais elevada no conjunto das áreas geográficas de referência, tanto para o 3º ciclo de escolaridade e ensino secundário, considerados separadamente, como para a média entre o 3º ciclo de escolaridade e o ensino secundário, sendo esta sensivelmente 1.5 vezes a 2.5 vezes mais elevada, do que nas outras áreas geográficas em análise. (cf. Figura C.11.)

INCLUSÃO DIGITAL: ACESSO A COMPUTADOR E INTERNET

De seguida apresentam-se os dados relativos aos **equipamentos informáticos** que estavam à disposição das/os alunas/os, nas Figuras C.12 e C.13.

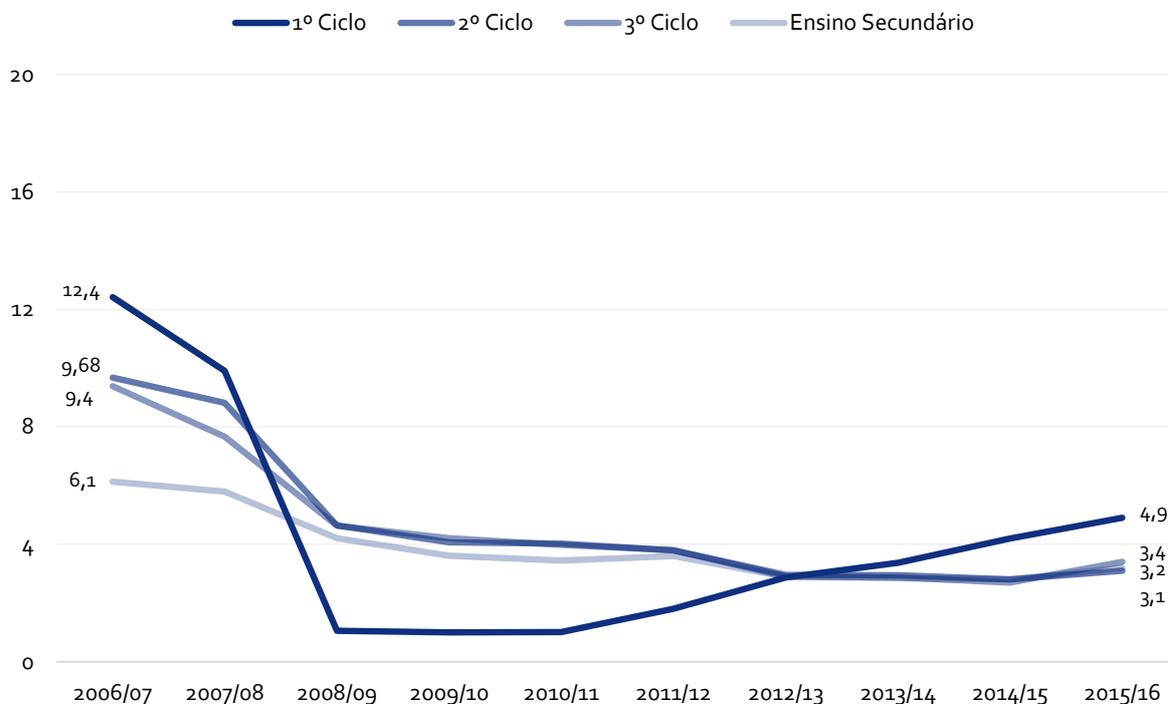


Figura C.12. Rácio aluna/o/computador no ensino básico e secundário, Porto, ano letivo 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁵²)

Da análise das Figuras C.12. e C.13. constata-se que os rácios de aluna/o por computador e aluna/o por computador com internet têm vindo globalmente a diminuir ao longo do período compreendido entre os anos letivos de 2006/2007 e 2015/2016.

¹⁵² <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

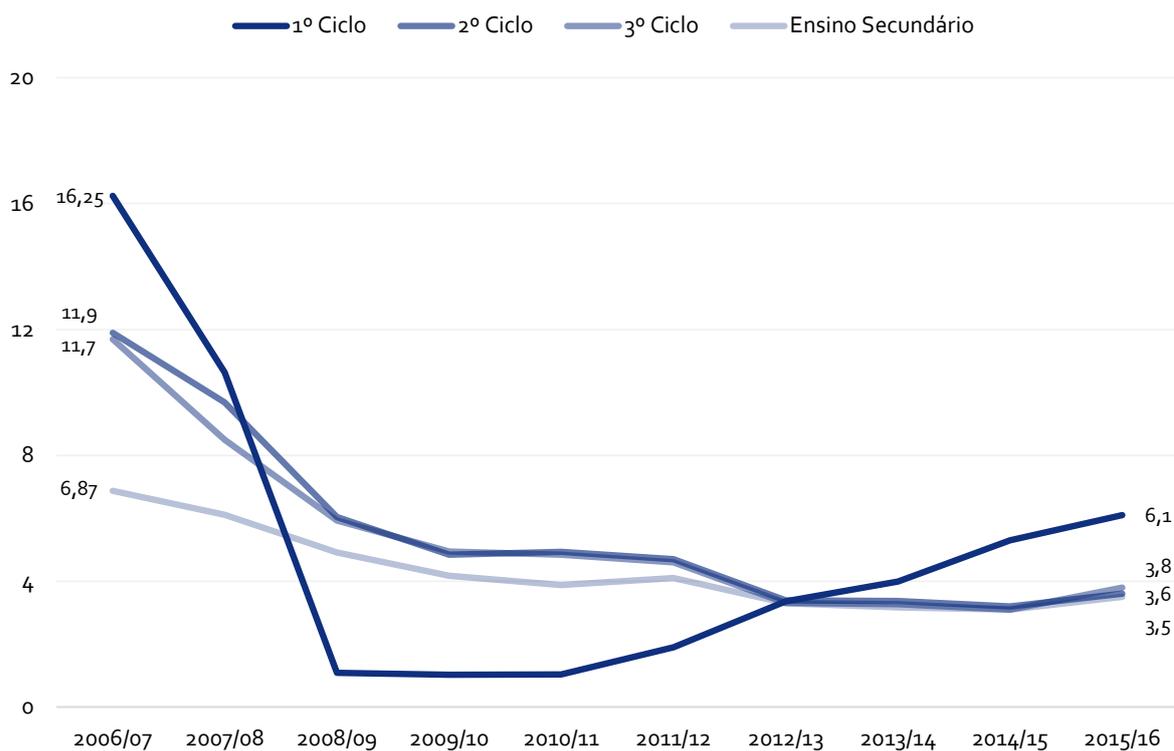


Figura C.13. Rácio aluna/o/computador com internet no ensino básico e secundário, Porto, ano letivo 2006/2007 a 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁵³)

Também se constata que, até ao ano letivo 2007/2008, a tendência predominante era que o rácio fosse diminuindo à medida que se avançava no ciclo de estudos.

A partir do ano letivo de 2008/2009, com a implementação da distribuição dos computadores Magalhães no 1º ciclo da escolaridade básica, baixaram consideravelmente os rácios de aluna/o por computador/por computador com internet, até ao ano letivo 2011/2012, ano a partir do qual esses rácios voltaram a subir ligeiramente até ao ano letivo 2015/2016. Nesse ano letivo, o rácio de aluna/o por computador situou-se entre os 3.1, no 2º ciclo e os 4.9, no 1º ciclo e o rácio de alunas/os por computador com internet situou-se entre os 3.5, no ensino secundário e os 6.1, no 1º ciclo.

¹⁵³ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido em 26 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL GLOBAL DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E OBRIGATÓRIO¹⁵⁴

Na Figura C.14. apresenta-se os dados relativos às crianças, entre os 3 e os 5 anos de idade, que frequentavam a **educação pré-escolar**, à data dos últimos Censos, no concelho do Porto.

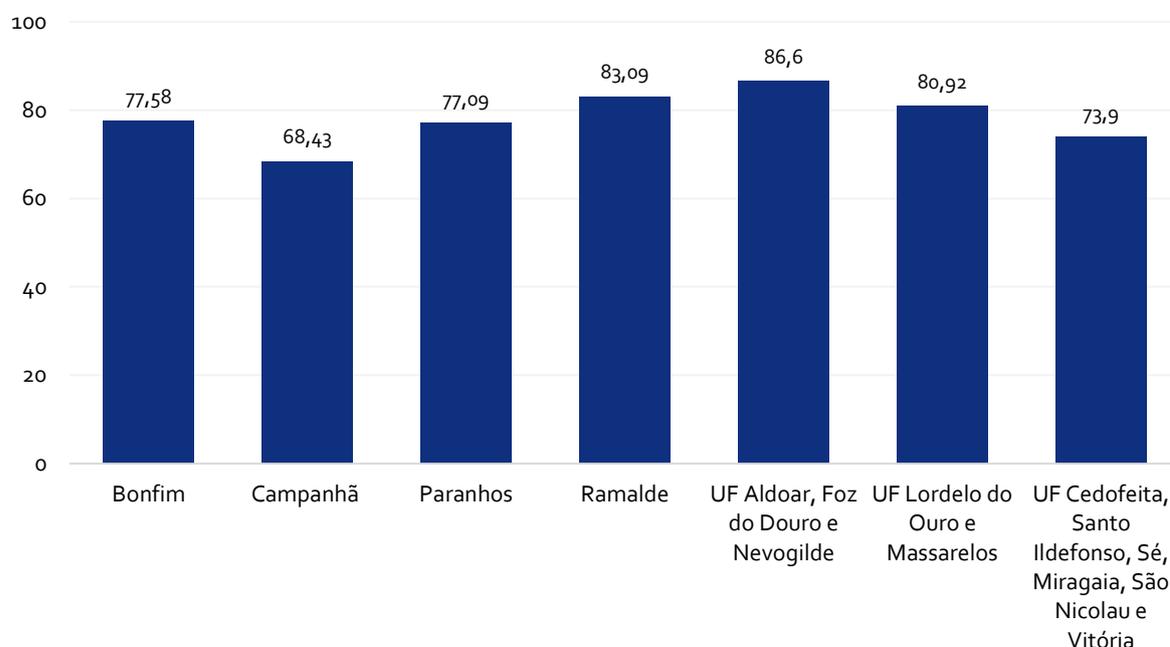


Figura C.14. Crianças residentes dos 3 aos 5 anos a frequentar o ensino pré-escolar, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE¹⁵⁵)

Da análise da Figura C.14., constata-se que a **taxa de pré-escolarização**¹⁵⁶, em 2011, variava entre os 68.43% e os 86.6% o que, comparativamente com os dados dos Censos de 2001, reflete uma melhoria significativa (valor médio rondava os 60%, em 2001). No entanto, e analisando este indicador nas freguesias que constituem a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, surgem novamente grandes discrepâncias, em que as freguesias de S. Nicolau e Sé apresentavam valores bastante baixos (42.5% e 58.33%, respetivamente), quando

¹⁵⁴ De notar que podem existir discrepâncias entre alguns dados anteriormente apresentados, obtidos a partir da página da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e os obtidos a partir do portal Infoescolas. No entanto, apenas é possível a apresentação de dados ao nível da freguesia/união de freguesias a partir dos dados do portal InfoEscolas, pelo que optámos pela sua apresentação. Tal discrepância deve-se ao facto de no portal Infoescolas serem fornecidos dados apenas para algumas variantes de ensino para cada ciclo de estudos, enquanto a DGEEC fornece dados globais (e, eventualmente também, por algumas escolas não terem reportado os seus dados).

¹⁵⁵http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 19 de abril de 2018).

¹⁵⁶Taxa de pré-escolarização = (Crianças entre os 3 e os 5 anos matriculadas no ensino pré-escolar/População residente com idade entre os 3 e os 5 anos de idade)*100

comparadas com as restantes freguesias que compõem esta união de freguesias e que rondavam os 80%.

O Quadro C.8. apresenta uma síntese do número de **alunas/os por ano escolar** em cada freguesia/união de freguesias, para o ano letivo 2015/2016.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
1.º ano	256	368	461	315	264	320	374
2.º ano	326	402	480	325	264	350	382
3.º ano	287	351	483	308	255	354	375
4.º ano	1288	359	491	409	275	318	374
5.º ano	361	158	511	583	390	223	605
6.º ano	326	204	486	534	377	157	636
7.º ano	458	201	578	577	361	151	567
8.º ano	497	138	513	584	396	148	479
9.º ano	443	159	561	492	399	177	455
10.º ano	720	79	514	334	456	-	437
11.º ano	801	57	477	359	377	-	345
12.º ano	774	53	570	290	379	-	380
Total (N)	5 537	2 529	6 125	5 110	4 193	2 198	5 409

Quadro C.8. Alunas/os por ano de escolaridade, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015-2016 (em número; Fonte: InfoEscolas¹⁵⁷)

Da observação do Quadro C.8. constata-se que Paranhos era a freguesia que apresentava o valor absoluto mais elevado de alunas/os em todos os ciclos de escolaridade (6 125), seguida do Bonfim (5 537) e da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória

¹⁵⁷ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

(5 409). As freguesias/uniões de freguesia com menor número absoluto de alunas/os eram Campanhã (2 529) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (2 198).

Na análise por ciclo de escolaridade verifica-se que, no 1º ciclo de escolaridade, a freguesia com maior número de alunas/os era Paranhos (1 915), seguida da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (1 505) e, em terceiro lugar, Campanhã (1 480). Em último lugar surgia a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (1 058).

No 2º ciclo de escolaridade, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que tinha mais alunas/os (1 241), seguida de Ramalde (1 117). Todas as restantes freguesias/uniões de freguesia tinham menos de 1 000 alunas/os e Campanhã era a que tinha o menor número de alunas/os (362).

No 3º ciclo de escolaridade, Ramalde tinha o número mais elevado de alunas/os (1 653), seguida de Paranhos (1 652) e da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (1 501) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos tinha o menor número (476).

Finalmente, no ensino secundário, o Bonfim tinha o número mais elevado (2 295), seguido de Paranhos (1 561) e da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (1 212). Em último lugar surgia Campanhã, com apenas 189 alunas/os no ensino secundário.

Campanhã volta a merecer especial referência por ser a freguesia com os valores mais discrepantes. Ao nível do 1º ciclo era a terceira classificada, mas a partir do 2º ciclo, estava na última (ou penúltima) posição. Tal poderá dever-se ao facto de ser a freguesia, do conjunto de freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto, que tinha o menor número de estabelecimentos de ensino para o 2º e 3º ciclos e secundário.¹⁵⁸

Na Figura C.15. apresenta-se os dados relativos ao **número de estabelecimentos de ensino** por ciclo de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, no concelho do Porto.

¹⁵⁸ Com exceção da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, que não tinha qualquer estabelecimento de ensino para o ensino secundário (cf. [Quadro C.8., página ? é a pagina seguinte](#))

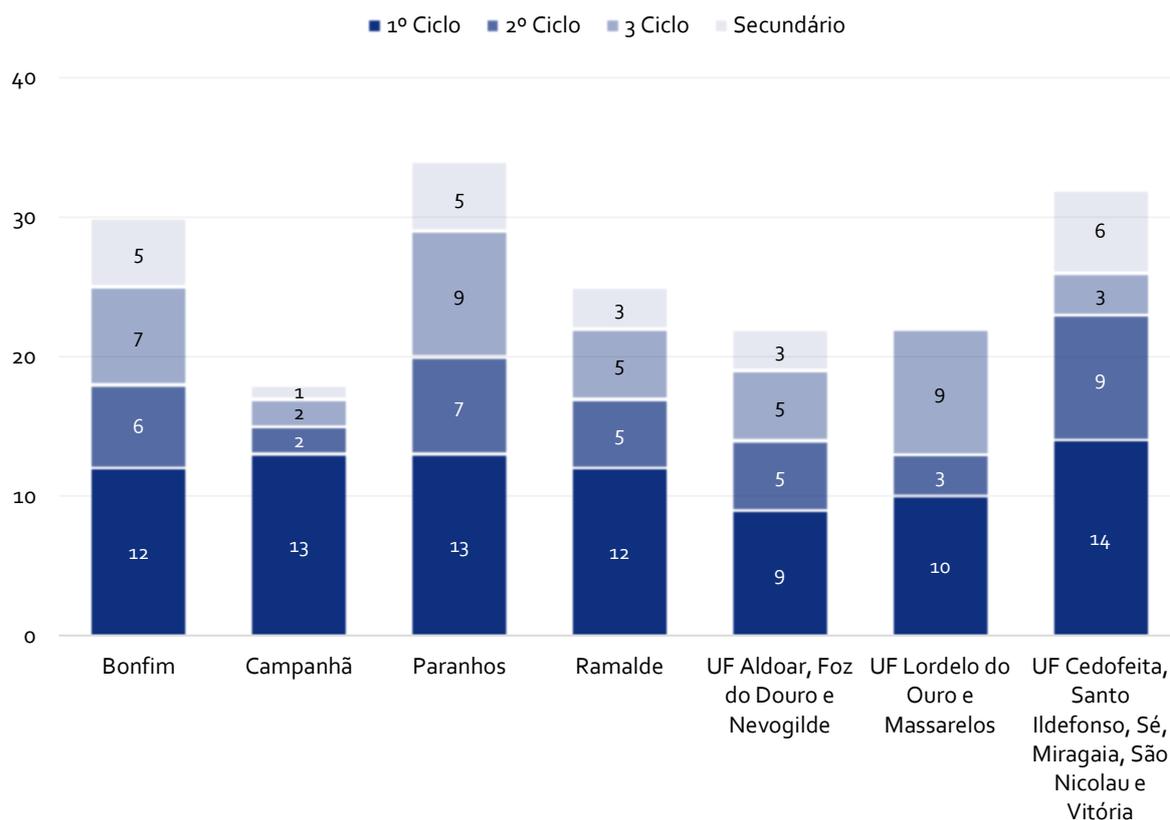


Figura C.15. Estabelecimentos de ensino, por ciclo de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁵⁹)

Na distribuição geográfica das escolas pelas freguesias/uniões de freguesia do concelho, parecia existir uma sobre-representação de escolas na área mais central do concelho, que engloba as freguesias de Paranhos, Bonfim e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória que, no seu conjunto, tinham 72 das 131 escolas do concelho, ou seja, aproximadamente 55% do total de escolas. A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com 32 escolas, era a que tinha mais escolas, do conjunto de freguesias/uniões de freguesia do concelho.

A freguesia de Campanhã era a freguesia com menor número de estabelecimentos de ensino para o 2º e 3º ciclos e ensino secundário. A União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos não tinha estabelecimentos de ensino para o ensino secundário e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a união de freguesias com mais estabelecimentos de ensino para os 1º e 2º ciclos (catorze e nove, respetivamente) e secundário (seis) e a segunda com menor número de estabelecimentos de ensino para o 3º ciclo (três). (cf. Figura C.15.)

¹⁵⁹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Na Figura C.17. apresenta-se o número de **alunas/os em cada ano de escolaridade do 1º ciclo**, por freguesia/união de freguesias, no ano letivo de 2015/2016.

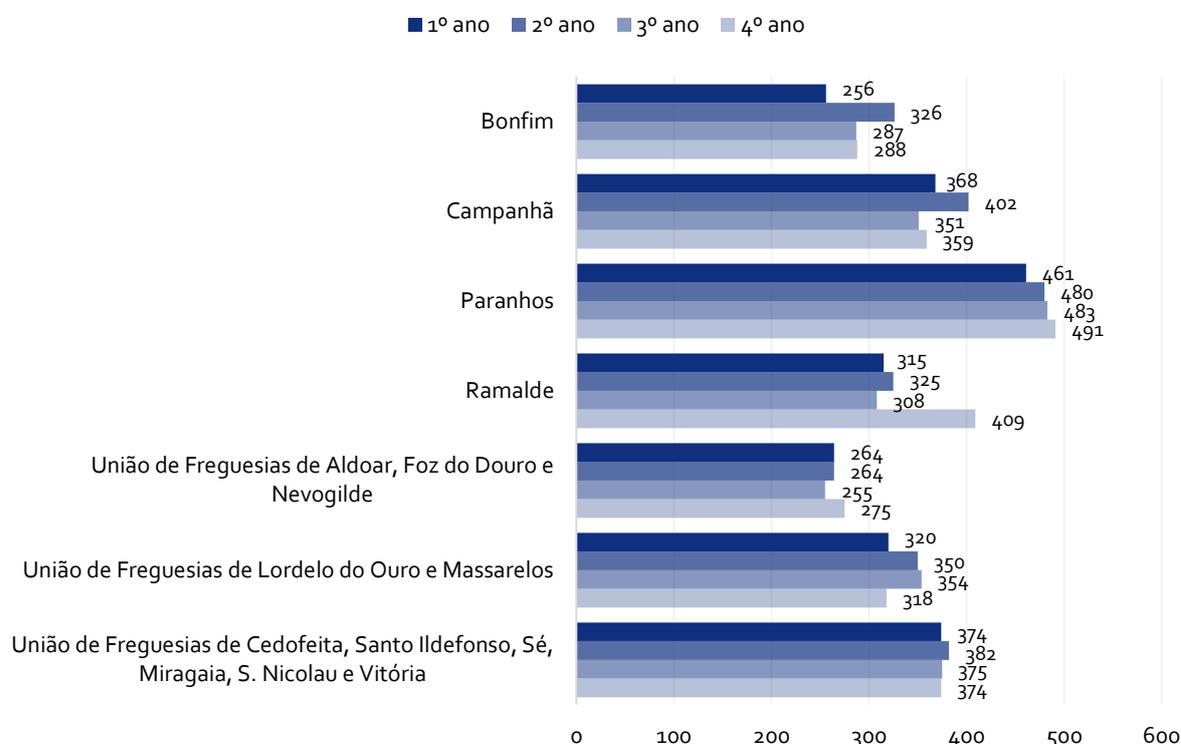


Figura C.16. Alunas/os por ano de escolaridade no 1º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁰)

Da análise da Figura C.16. constata-se que, no ano letivo 2015/2016, encontravam-se a frequentar o 1º ano de escolaridade 2 370 alunas/os (23.98%), 2 553 (25.83%) o 2º ano de escolaridade, 2 440 (24.68%) o 3º ano e 2 522 (25.51%) o 4º ano.

Em termos gerais, as freguesias/uniões de freguesia com mais alunas/os no 1º ciclo de escolaridade eram Paranhos (1 915 alunas/os), a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (1 505 alunas/os) e Campanhã (1 480 alunas/os).

A figura seguinte apresenta a distribuição de alunas/os por idade, em cada ano de escolaridade no 1º ciclo.

¹⁶⁰ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

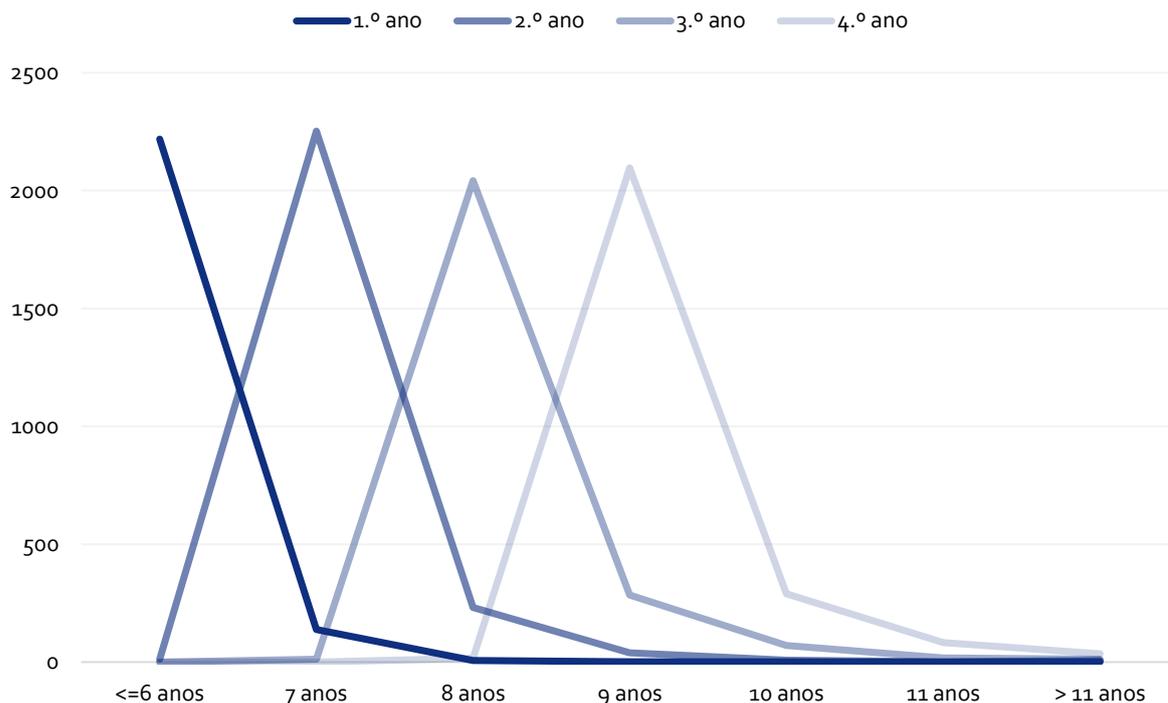


Figura C.17. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 1º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶¹)

Constata-se que, tal como esperado, a maioria das/os alunas/os em cada ano de escolaridade do 1º ciclo, tinha a idade expectável para a frequência desse ano. No 1º ano, 93.63% (2 219) das/os alunas/os estavam em idade expectável de frequência desse ano, no 2º ano, 88.21% (2 252), no 3º ano, 83.73% (2043) e no 4º ano, 83.15% (2 097). (cf. Figura C.17.)

Na Figura C.18. apresenta-se as **discrepâncias em termos de idade** relativamente à idade mais habitual de frequência, em cada ano de escolaridade.

Da análise da Figura C.18. constata-se que, para 1º ano de escolaridade, 139 alunas/os (5.86%) tinham mais um ano que a idade expectável, sete alunas/os (0.29%) tinham mais dois anos e duas/dois alunas/os (0.08%) tinham mais três anos.

¹⁶¹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

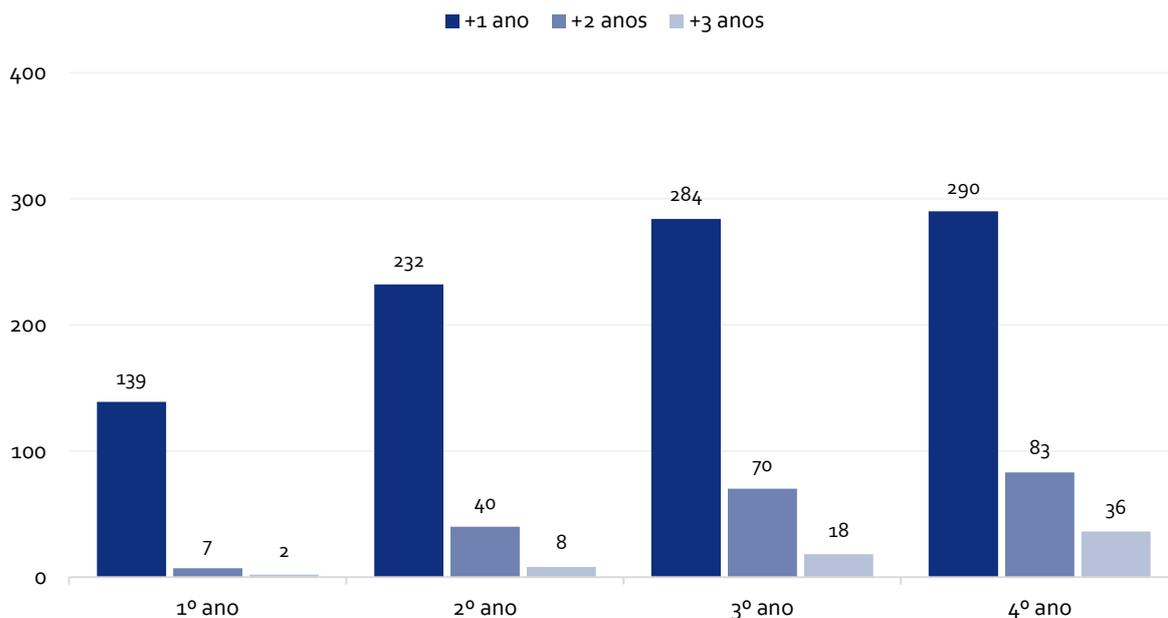


Figura C.18. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 1º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶²)

Para o 2º ano de escolaridade, observa-se que 232 alunas/os (9.09%) tinham mais um ano que a idade expectável, 40 alunas/os (1.57%) tinham mais dois anos e oito alunas/os (0.31%) tinham mais três anos.

Para o 3º ano de escolaridade, 284 alunas/os (11.64%) tinham mais um ano que a idade de frequência habitual, 70 alunas/os (2.87%) tinham mais dois anos e 18 alunas/os (0.74%) tinham mais três anos.

Para o 4º ano de escolaridade, 290 alunas/os (11.5%) tinham mais um ano que a idade expectável, 83 alunas/os (3.29%) tinham mais dois anos e 36 alunas/os (1.43%) tinham mais três anos.

Destes dados é possível verificar que, por um lado, o número de alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência em cada ano escolar diminui, à medida que aumenta a discrepância em anos. Por outro lado, também se constata que à medida que se progride no ano de escolaridade, aumenta o número de alunas/os que têm mais idade do que a idade habitual de frequência desse ano de escolaridade.

¹⁶² <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A Figura C.20. apresenta o número de **alunas/os no 5º e 6º ano** (2º ciclo), por freguesia/união de freguesias no ano letivo de 2015/2016.

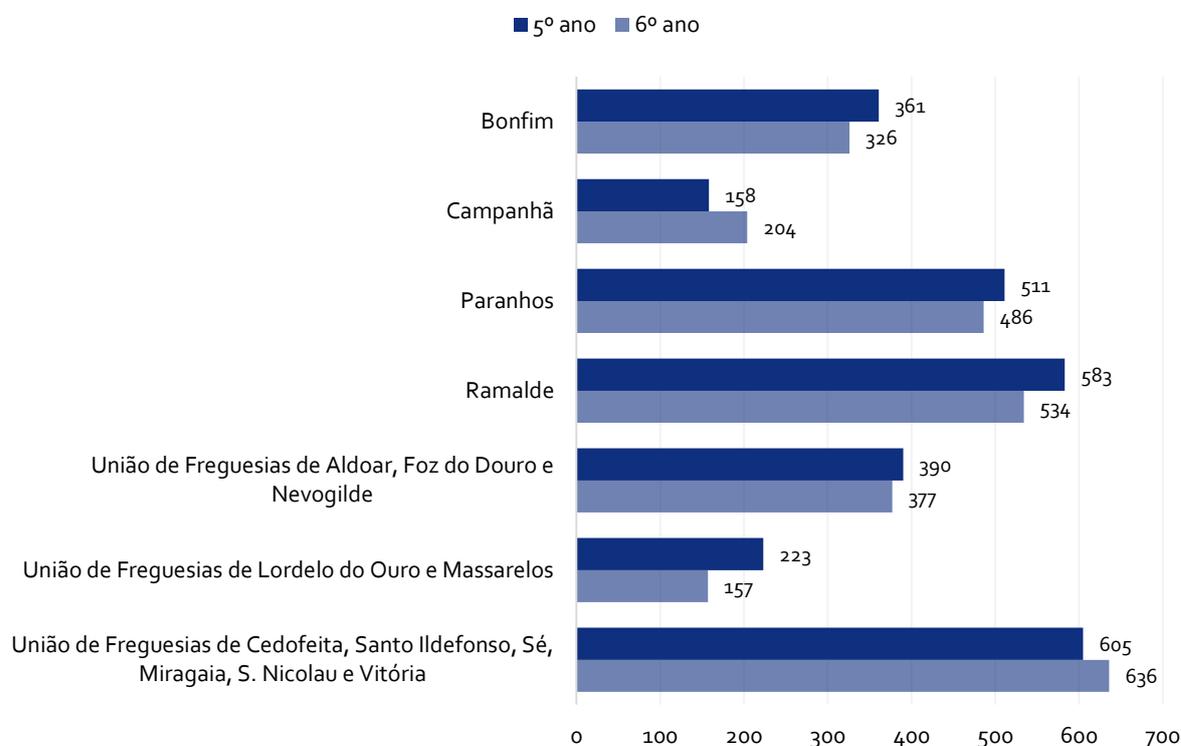


Figura C.19. Alunas/os por ano de escolaridade no 2º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶³)

Da análise da Figura C.19. constata-se que, no ano letivo 2015/2016, se encontravam a frequentar o 5º ano de escolaridade 2 889 (50.96%) alunas/os e 2 780 (49.04%) o 6º ano de escolaridade.

Em termos gerais, as freguesias/uniões de freguesia com mais alunas/os no 2º ciclo de escolaridade eram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (1 241 alunas/os), Ramalde (1 117 alunas/os) e Paranhos (997 alunas/os).

Na figura seguinte apresenta-se a **distribuição de alunas/os por idade**, em cada ano de escolaridade no 2º ciclo.

¹⁶³ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

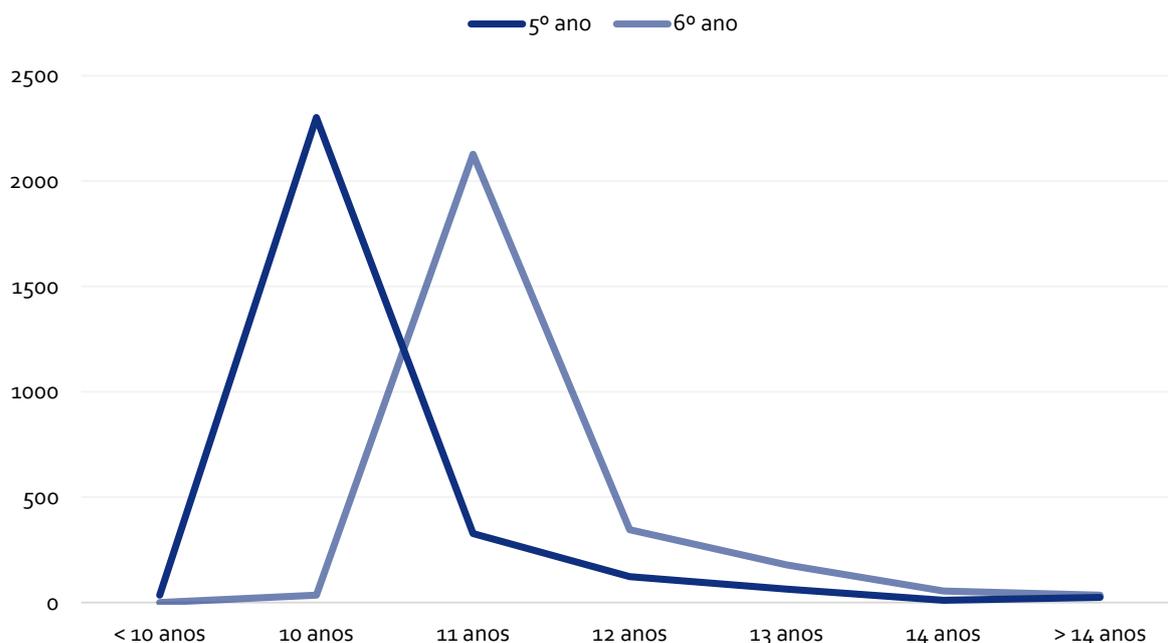


Figura C.20. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 2º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁴)

À semelhança do 1º ciclo, no 2º ciclo de escolaridade a maioria das/os alunas/os, em cada ano de escolaridade, tinha a idade expectável para a frequência desse ano de escolaridade. No 5º ano cerca de 79.68% (2 302) das/os alunas/os encontrava-se dentro da idade expectável e no 6º ano cerca de 76.51% (2 127). (cf. Figura C.20.)

Na Figura C.21. apresenta-se, de novo, as **discrepâncias de idade** relativamente à idade habitual de frequência de cada ano de escolaridade do 2º ciclo.

¹⁶⁴ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

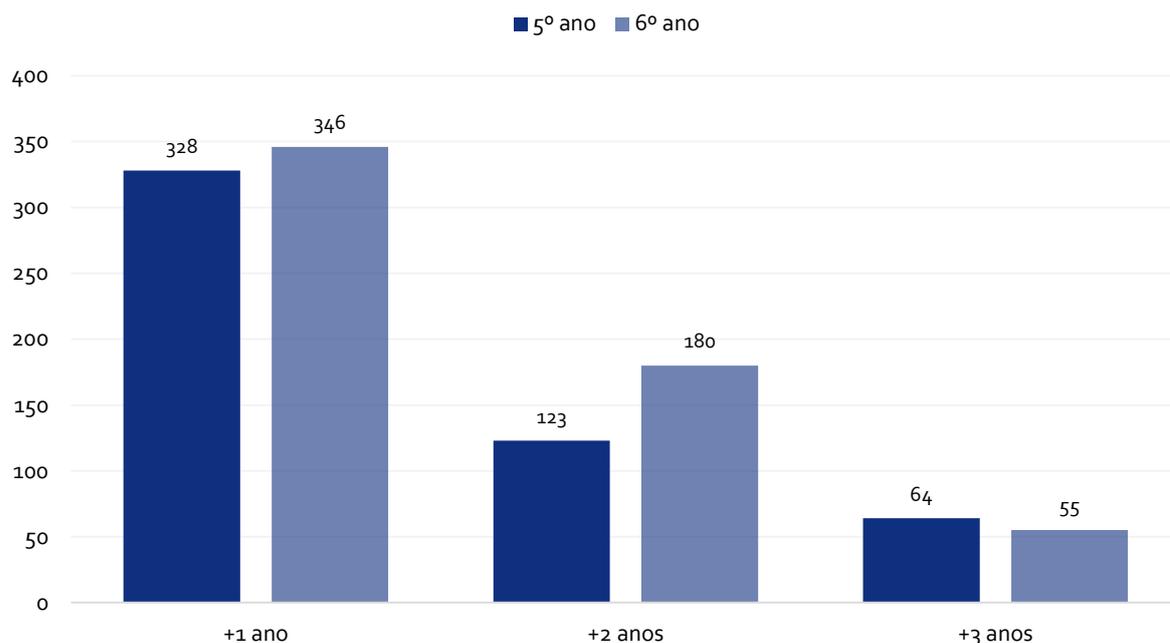


Figura c.21. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 2º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁵)

Observando a Figura C.21. verifica-se que, para o 5º ano de escolaridade, 328 alunas/os (11.35%) tinham mais um ano que a idade expectável, 123 alunas/os (4.26%) tinham mais dois anos e 64 alunas/os (2.22%) tinham mais três anos.

Para o 6º ano de escolaridade observa-se que 346 alunas/os (12.45%) tinham mais um ano que a idade expectável, 180 alunas/os (6.47%) tinham mais dois anos e 55 alunas/os (1.98%) tinham mais três anos.

Encontrou-se para o 2º ciclo de escolaridade um padrão similar ao que foi encontrado para o 1º ciclo de escolaridade, ou seja, o número de alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência em cada ano escolar diminuiu, à medida que aumentava a discrepância em anos. Por outro lado, à medida que se progredia no ano de escolaridade, aumentava o número de alunas/os que tinham mais idade do que a idade habitual de frequência desse ano de escolaridade.

¹⁶⁵ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A Figura C.22. apresenta o número de **alunas/os no 7º, 8º e 9º anos** (3º ciclo), por freguesia/união de freguesias, no ano letivo de 2015/2016.

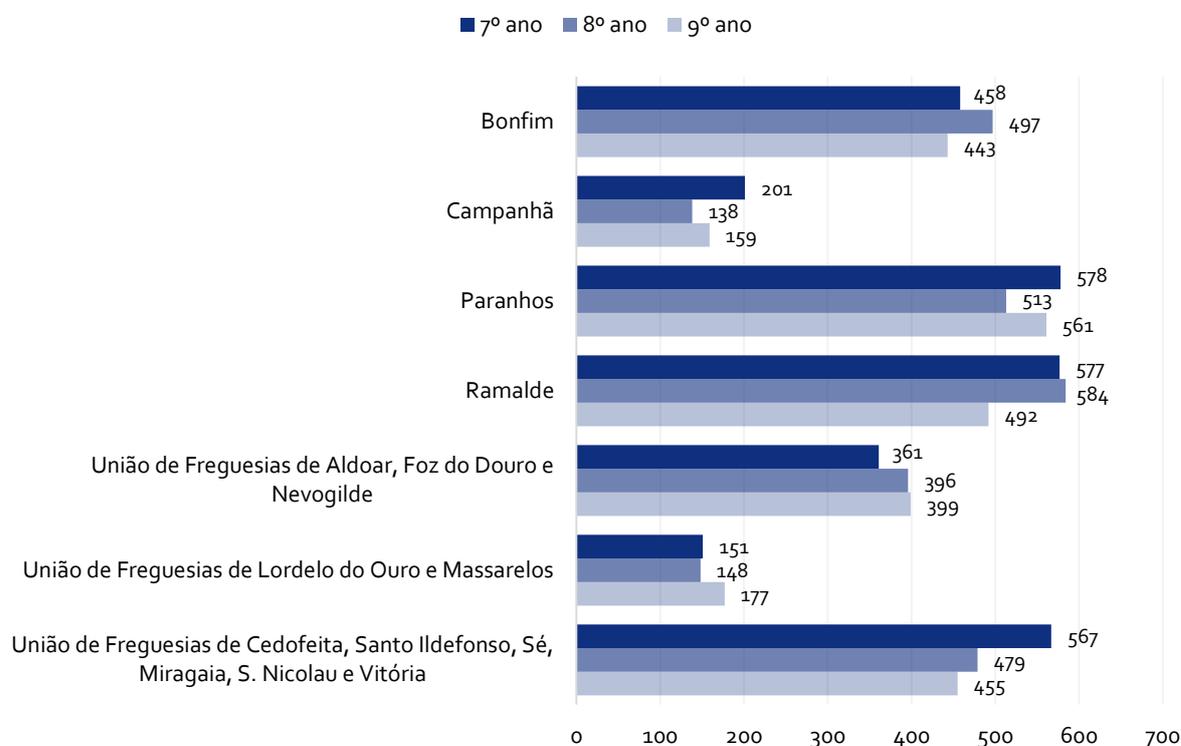


Figura C.22. Alunas/os por ano de escolaridade no 3º ciclo, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁶)

Da análise da Figura C.22. constata-se que, no ano letivo 2015/2016, encontravam-se a frequentar o 7º ano 2 904 alunas/os (34.69%), 2 771 (33.10%) o 8º ano e 2 697 (32.21%) o 9º ano.

Em termos gerais, as freguesias/uniões de freguesia com mais alunas/os no 2º ciclo de escolaridade eram Ramalde (1 653 alunas/os), Paranhos (1 652 alunas/os) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (1 501 alunas/os).

A Figura C.23. apresenta a distribuição de **alunas/os por idade**, em cada ano de escolaridade no 3º ciclo.

¹⁶⁶ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

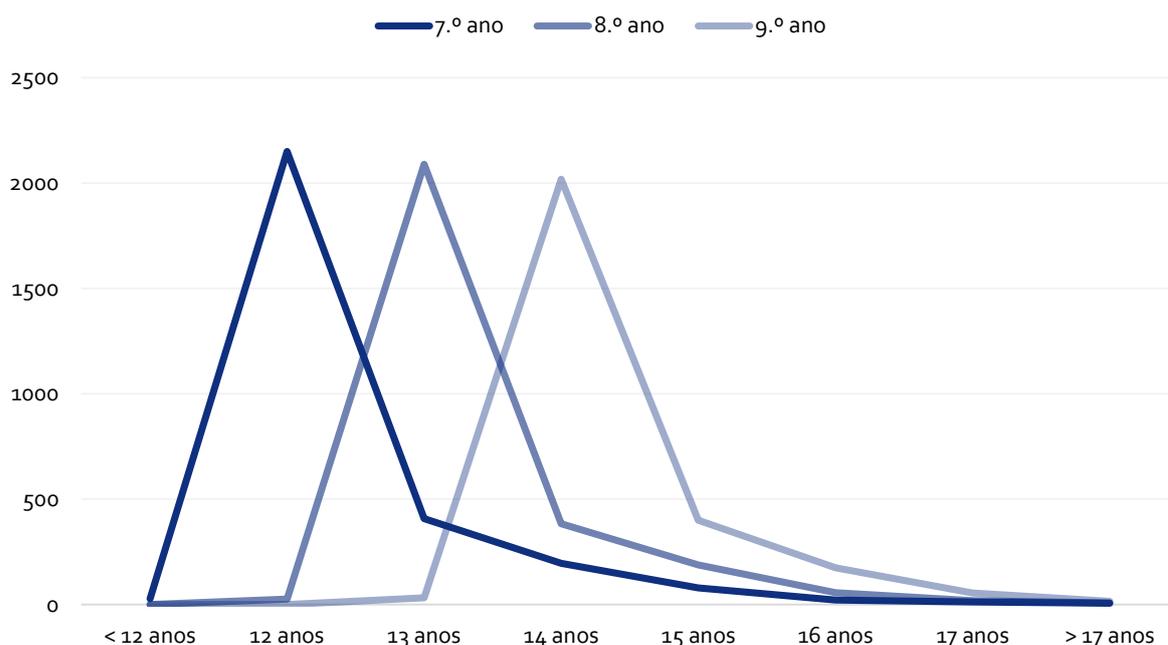


Figura C.23. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no 3º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁷)

À semelhança dos outros ciclos da escolaridade básica, no 3º ciclo de escolaridade a maioria das/os alunas/os em cada ano de escolaridade, tinha a idade expectável para a frequência desse ano de escolaridade. No 7º ano, 74.04% (2 150) das/os alunas/os encontravam-se em idade expectável de frequência, no 8º ano, 75.39% (2 089) e no 9º ano, 74.82% (2 018). (cf. Figura C.23.)

Na Figura C.24. apresenta-se as **discrepâncias de idade** relativamente à idade habitual de frequência de cada ano de escolaridade no 3º ciclo.

Da análise da Figura C.24. verifica-se que, para o 7º ano de escolaridade, 408 alunas/os (14.05%) tinham mais um ano que a idade expectável, 196 alunas/os (6.75%) tinham mais dois anos e 80 alunas/os (2.75%) tinham mais três anos.

¹⁶⁷ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

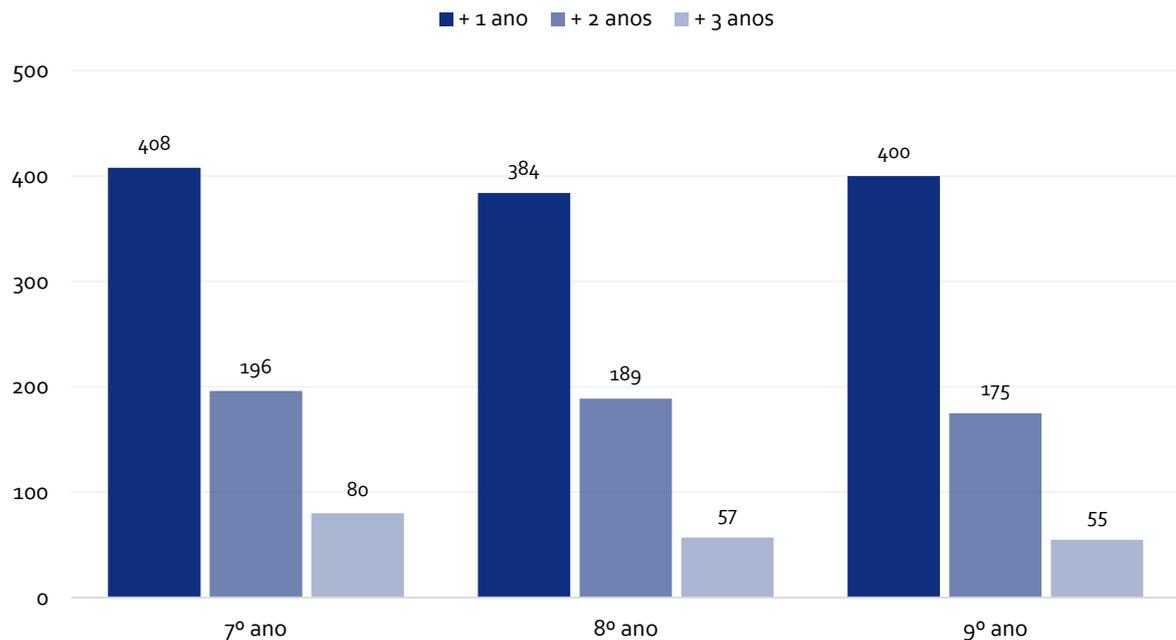


Figura C.24. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência, por ano de escolaridade no 3º ciclo, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁸)

Para o 8º ano de escolaridade observa-se que 384 alunas/os (13.86%) tinham mais um ano que a idade expectável, 189 alunas/os (6.82%) tinham mais dois anos e 57 alunas/os (2.06%) tinham mais três anos.

No 9º ano de escolaridade, 400 alunas/os (14.83%) tinham mais um ano que a idade expectável, 175 alunas/os (6.49%) tinham mais dois anos e 55 alunas/os (2.04%) tinham mais três anos.

No 3º ciclo de escolaridade encontrou-se um padrão diferente dos padrões encontrados para o 1º e 2º ciclos de escolaridade. Por um lado, e de forma similar, o número de alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência em cada ano escolar diminuiu, à medida que aumentava a discrepância em anos. No entanto, à medida que se progredia no ano de escolaridade, diminuiu o número de alunas/os que tinham mais idade que a idade habitual de frequência desse ano de escolaridade.

Isto poderá, eventualmente, dever-se ao facto de o 3º ciclo de escolaridade funcionar como preparação do ensino secundário, onde o investimento no estudo vai aumentando.

¹⁶⁸ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

A Figura C.25. apresenta o número de **alunas/os no 10º, 11º ano e 12º ano** (ensino secundário), por freguesia/união de freguesias, no ano letivo de 2015/2016.

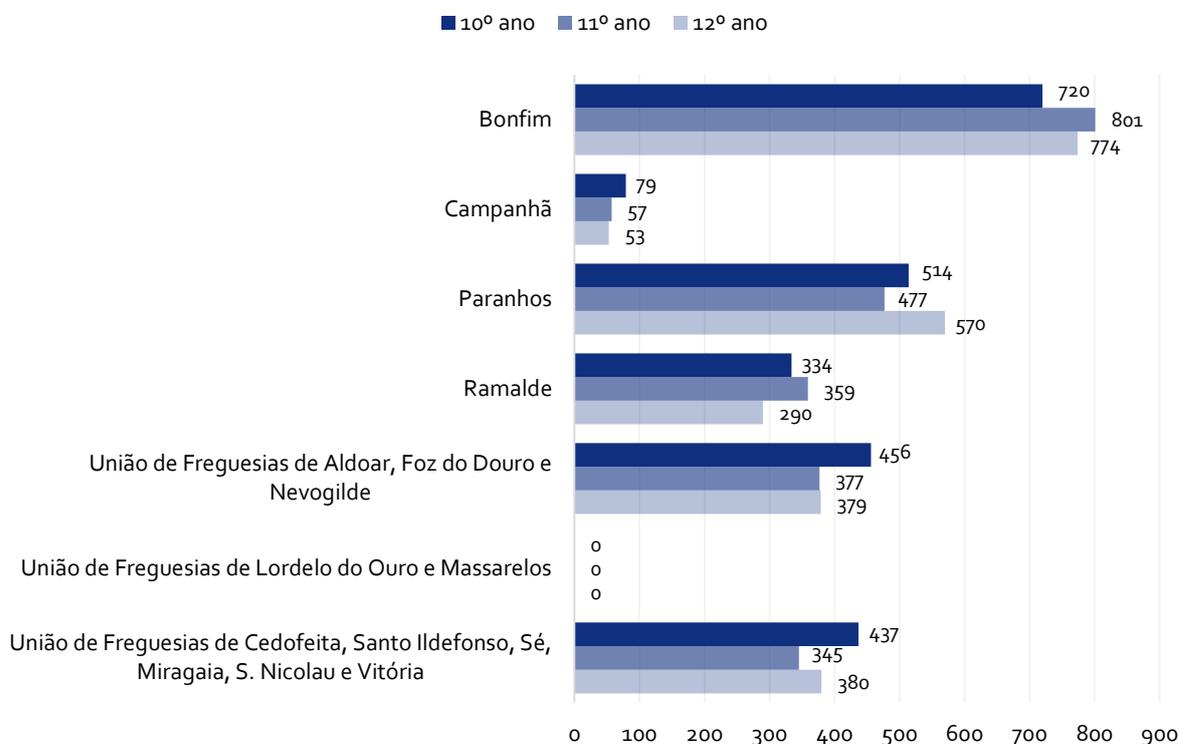


Figura C.25. Alunas/os por ano de escolaridade no ensino secundário, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁶⁹)

Da análise da Figura C.25. constata-se que, no ano letivo 2015/2016, encontravam-se a frequentar o 10º ano 2 617 (34.31%) alunas/os, 2 481 (32.53%) alunas/os no 11º ano e 2 529 (33.16%) alunas/os no 12º ano.

Em termos gerais, as freguesias/uniões de freguesia com mais alunas/os no ensino secundário eram o Bonfim (2 295 alunas/os), Paranhos (1 561 alunas/os) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (1 212 alunas/os).

A Figura C.26. apresenta a distribuição de **alunas/os por idade**, em cada ano de escolaridade no ensino secundário.

¹⁶⁹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

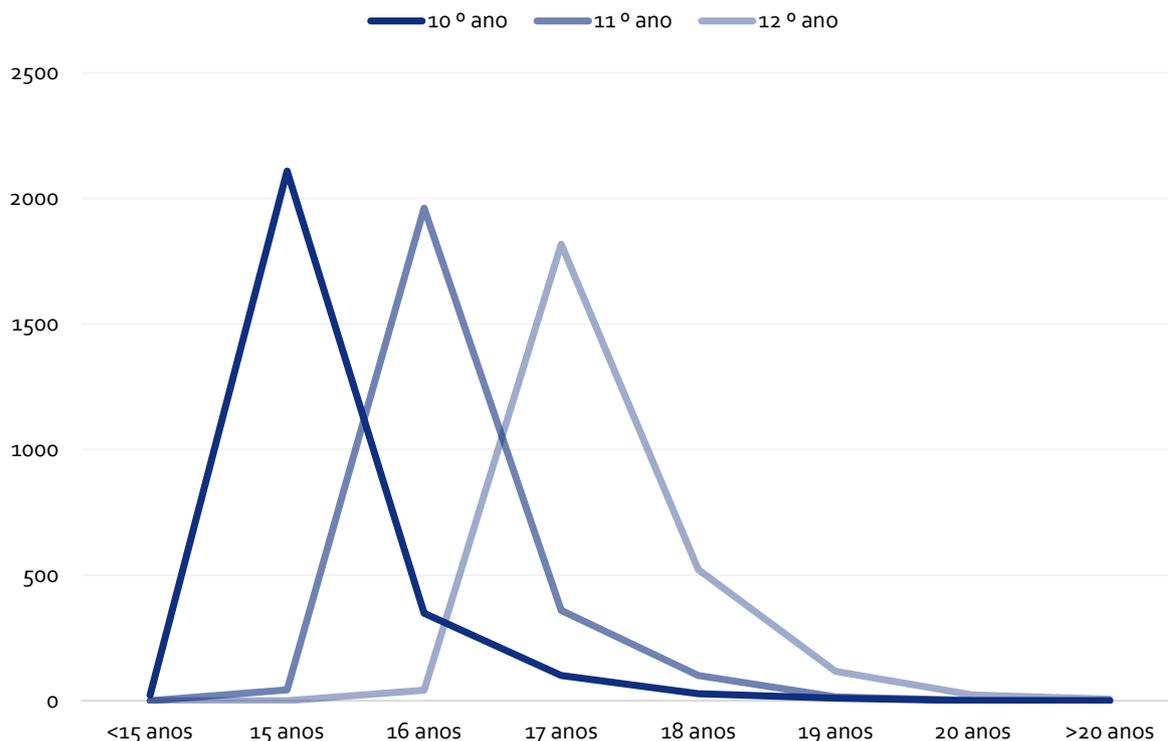


Figura C.26. Alunas/os por idade e por ano de escolaridade no ensino secundário, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁷⁰)

Também no ensino secundário a maioria das/os alunas/os em cada ano de escolaridade, tinha a idade expectável para a frequência desse ano de escolaridade. No 10º ano, 80.59% (2 109) das/os alunas/os encontrava-se dentro da idade expectável de frequência, no 11º ano, 79.04% (1 961) e no 12º ano, 71.89% (1 818). (cf. Figura C.26.)

Na Figura C.27. pode-se observar as **discrepâncias de idade** relativamente à idade habitual de frequência de cada ano de escolaridade no ensino secundário.

¹⁷⁰ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

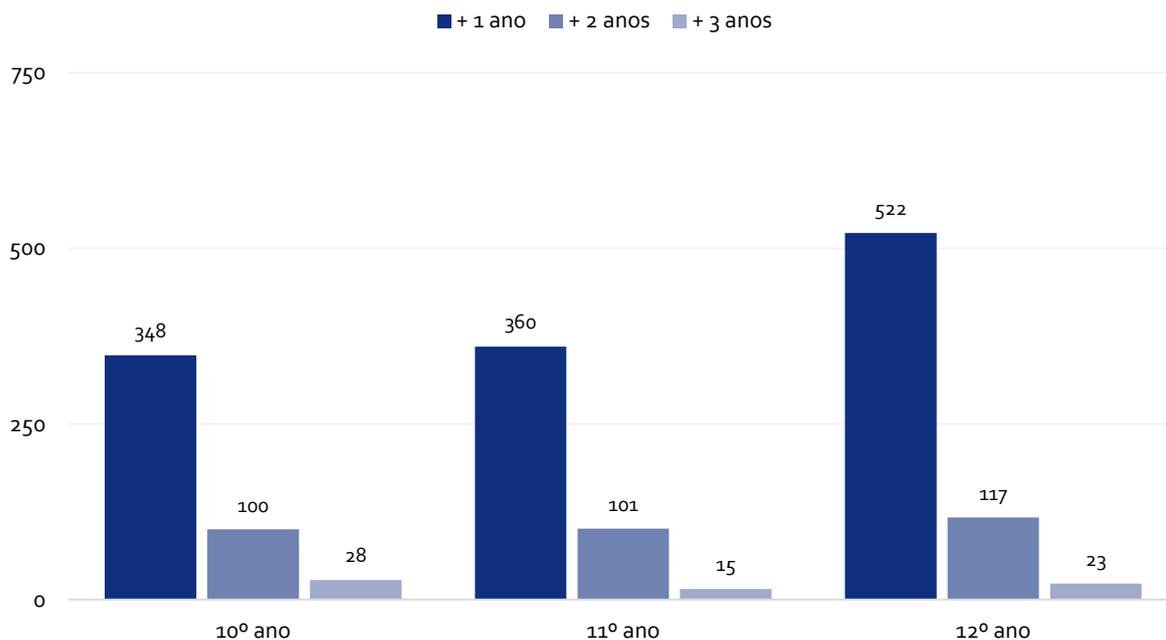


Figura C.27. Alunas/os com idade discrepante da idade habitual de frequência por ano de escolaridade no ensino secundário, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁷¹)

Observando a Figura C.27. constata-se que para 10º ano de escolaridade, 348 alunas/os (13.30%) tinham mais um ano que a idade expectável, 100 alunas/os (3.82%) tinham mais dois anos e 28 alunas/os (1.07%) tinham mais três anos.

No 11º ano de escolaridade, 360 alunas/os (14.51%) tinham mais um ano que a idade expectável, 101 alunas/os (4.07%) tinham mais dois anos e 15 alunas/os (0.60%) tinham mais três anos.

No 12º ano de escolaridade, 522 alunas/os (20.64%) tinham mais um ano que a idade expectável, 117 alunas/os (4.63%) tinham mais dois anos e 23 alunas/os (0.91%) tinham mais três anos.

No ensino secundário, o número de alunas/os com mais um ou dois anos de idade, do que a idade habitual de frequência aumentava à medida que aumentava o ano de escolaridade. No entanto, o número de alunas/os com mais três anos de idade, do que a idade habitual de frequência em cada ano de escolaridade diminuía na passagem do 10º para o 11º ano, mas aumentava do 11º para o 12º ano de escolaridade.

Em cada ano de escolaridade, e à semelhança dos ciclos da escolaridade básica, no ensino secundário também diminuía o número de alunas/os com mais idade do que a idade habitual de frequência, à medida que aumentava o número de anos de disparidade entre a idade de frequência e a idade habitual de frequência.

¹⁷¹ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

Por último, é apresentada na Figura C.28. a distribuição das/os **alunas/os do ensino secundário** pelos **cursos científico-humanísticos**.

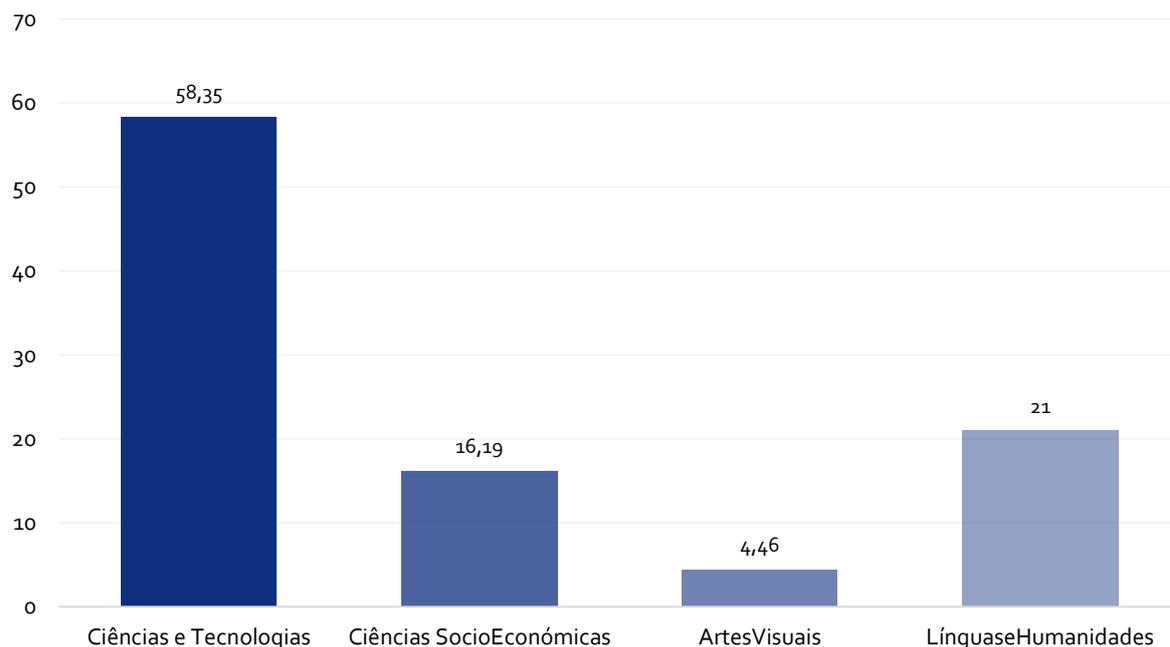


Figura C.28. Alunas/os no ensino secundário, por curso científico-humanístico, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas¹⁷²)

Das/os alunas/os matriculadas/os no ensino secundário na modalidade de curso científico-humanístico, no ano letivo de 2015/2016, mais de metade (58.35%) estavam matriculadas/os no curso de ciências e tecnologias. O segundo curso com maior percentagem de alunas/os era o curso de línguas e humanidades, com 21%. O terceiro curso mais escolhido era o curso de ciências socioeconómicas, com 16.19% e em quarto e último lugar surgia o curso de artes visuais, com apenas 4.45%. (cf. Figura C.28.)

¹⁷²<http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se inscritas/os no **ensino profissional jovem** 5 051 estudantes, sendo 49% do sexo masculino (2 475) e 51% do sexo feminino (2 576).

A figura seguinte apresenta a evolução ocorrida no número de alunas/os inscritas/os no ensino profissional jovem, entre os anos letivos de 2012/2013 e 2015/2016.

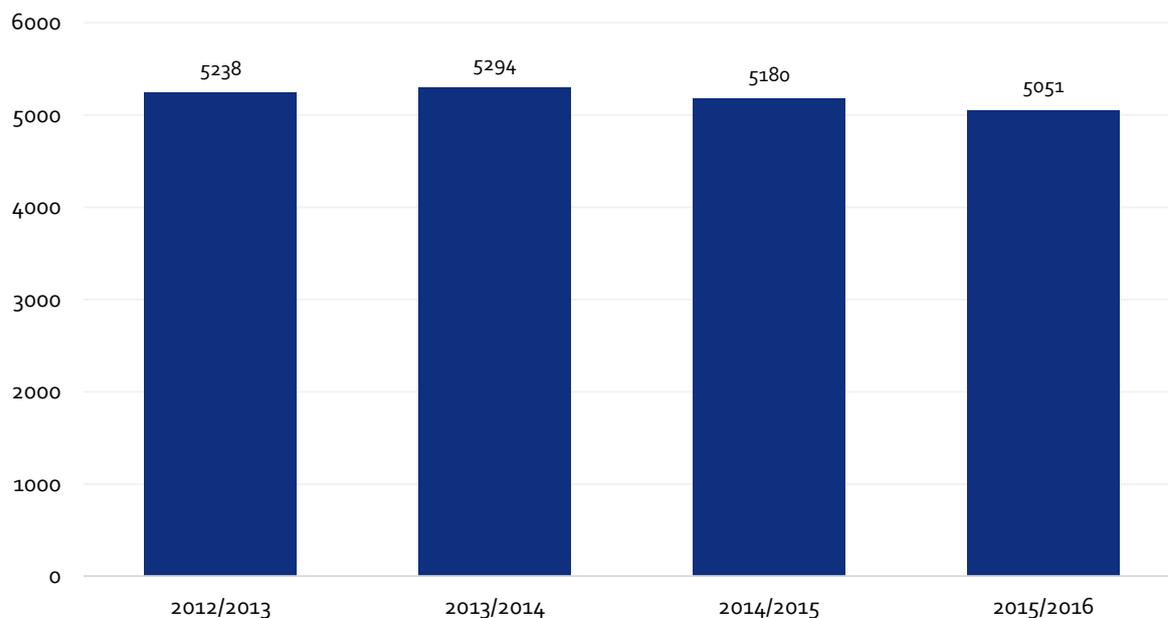


Figura C.29. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens, Porto, 2012/2013 a 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁷³)

Como se pode observar pela Figura C.29., entre os anos letivos de 2012/2013 e 2015/2016, não se verificaram variações substanciais no número de alunas/os inscritas/os, ainda que se tenha verificado um ligeiro decréscimo de 5 238 para 5 051 estudantes. Das/os estudantes inscritas/os, 1 316 (26.05%) encontravam-se inscritas/os no ensino público e 3 735 (73.95%) no ensino privado.

A Figura C.30. apresenta a distribuição das/os **estudantes inscritas/os**, no ano letivo 2015/2016, no **ensino profissional por idade**, no concelho do Porto.

¹⁷³ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

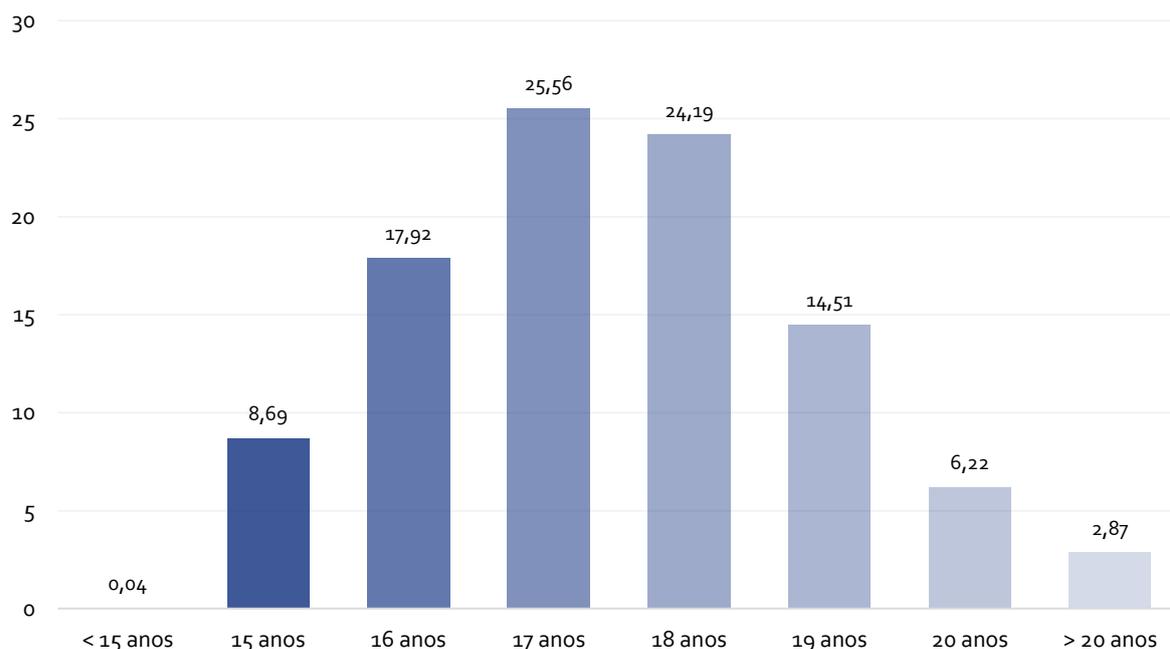


Figura C.30. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens por idade, Porto, 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas¹⁷⁴)

Como é possível observar na Figura C.30., cerca de 49.75% das/os alunas/os inscritas/os (2 513) tinha entre os 17 e os 18 anos. Adicionalmente, cerca de 26.65% (1 346) tinham idade igual ou inferior a 16 anos e 23.60% (1 192) tinham idade igual ou superior a 19 anos. Destaca-se, também, que 47.79% das/os alunas/os inscritas/os tinham idade igual ou superior a 18 anos.

A Figura C.31. apresenta a distribuição das **escolas com ensino profissional**, pelas freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto, no ano letivo de 2015/2016.

¹⁷⁴ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

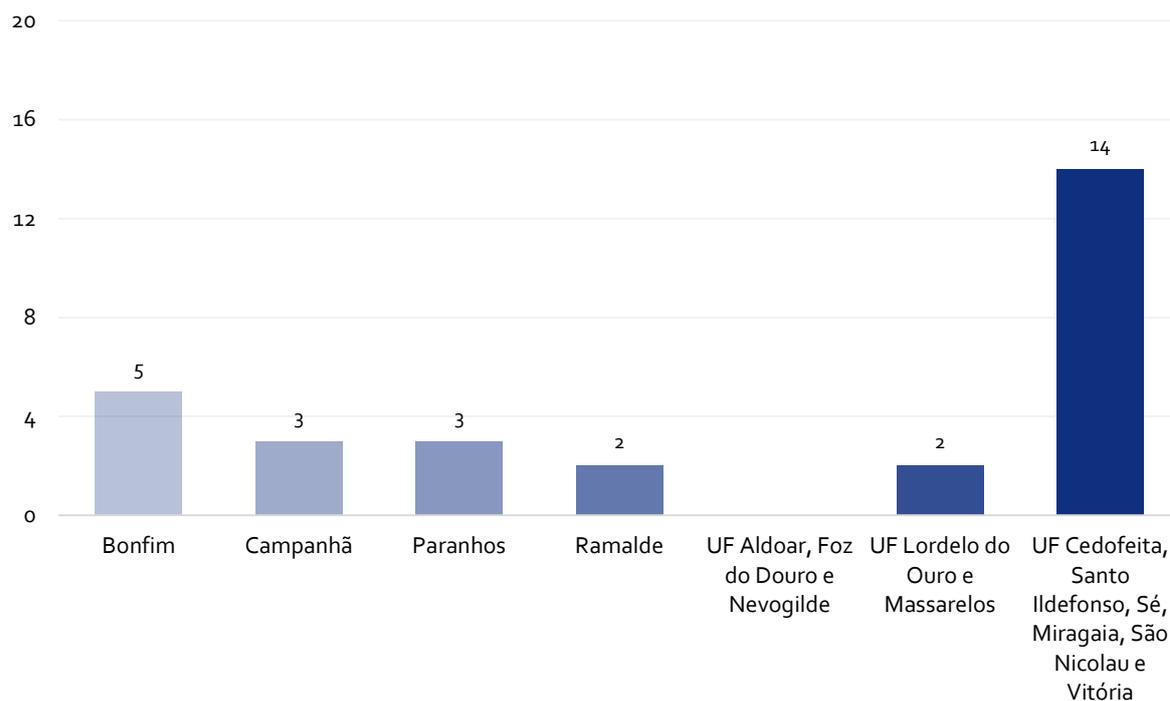


Figura C.31. Escolas com cursos profissionais jovens, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015/2016 (em número; Fonte: Infoescolas¹⁷⁵)

Como se pode observar na Figura C.31. a grande maioria das escolas (14 ou 48.28%) encontrava-se localizada na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, encontrando-se as restantes repartidas pelas outras freguesias/uniões de freguesia, destacando-se o Bonfim como o segundo território com mais escolas com ensino profissional (cinco).

A Figura C.32. apresenta os **cursos profissionais** com maior percentagem de alunas/os inscritas/os, no ano letivo 2015/2016.

¹⁷⁵ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

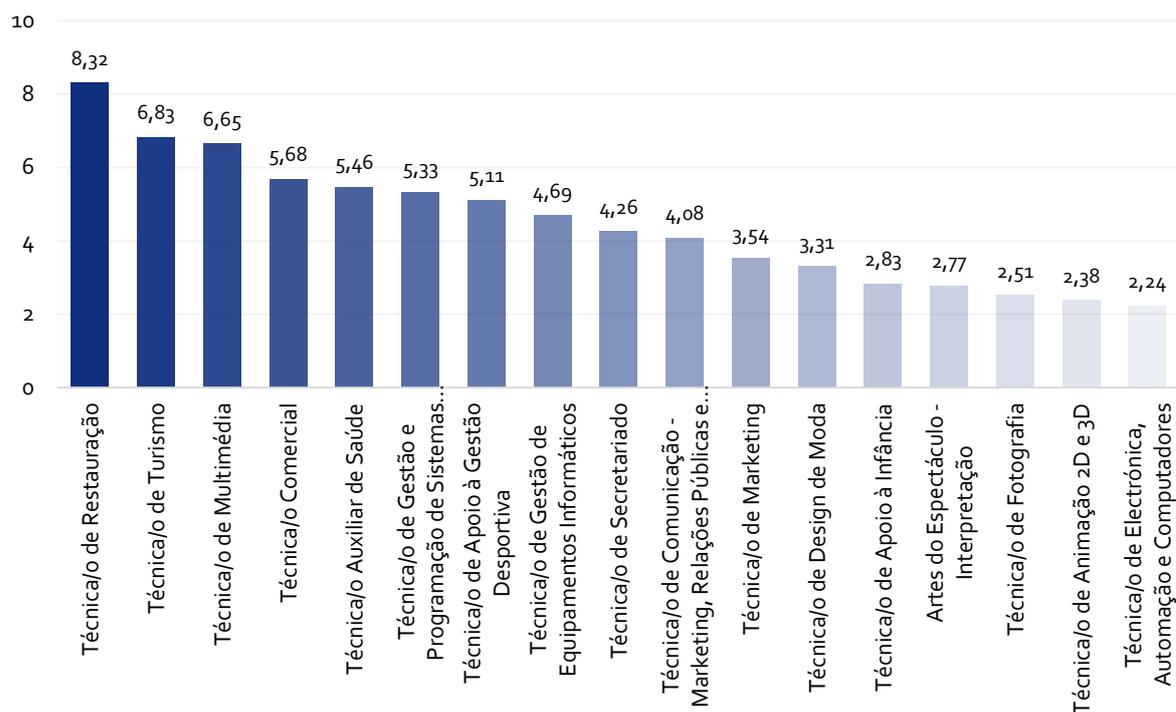


Figura C.32. Alunas/os inscritas/os em cursos profissionais jovens, Porto, 2015/2016 (em percentagem; Fonte: Infoescolas¹⁷⁶)

Como é possível observar na Figura C.32. os cursos com maior número de alunas/os inscritas/os eram, por ordem decrescente, técnica/o de restauração (420 alunas/os), técnica/o de turismo (345 alunas/os), técnica/o de multimédia (336 alunas/os), técnica/o comercial (287 alunas/os) e técnica/o auxiliar de saúde (276 alunas/os).

¹⁷⁶ <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp> (acedido em 28 de março de 2018).

ENSINO SUPERIOR: PERFIS E TIPOLOGIAS

No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se inscritas/os no **ensino superior** 55 806 estudantes, 14 620 (26.20%) no ensino privado e 41 186 (73.8%) no ensino público. Em termos globais, o sexo masculino representava 47.83% do universo das/os estudantes e o sexo feminino 52.17%. A Figura C.34. apresenta a sua distribuição, por sexo e por subsistema de ensino.

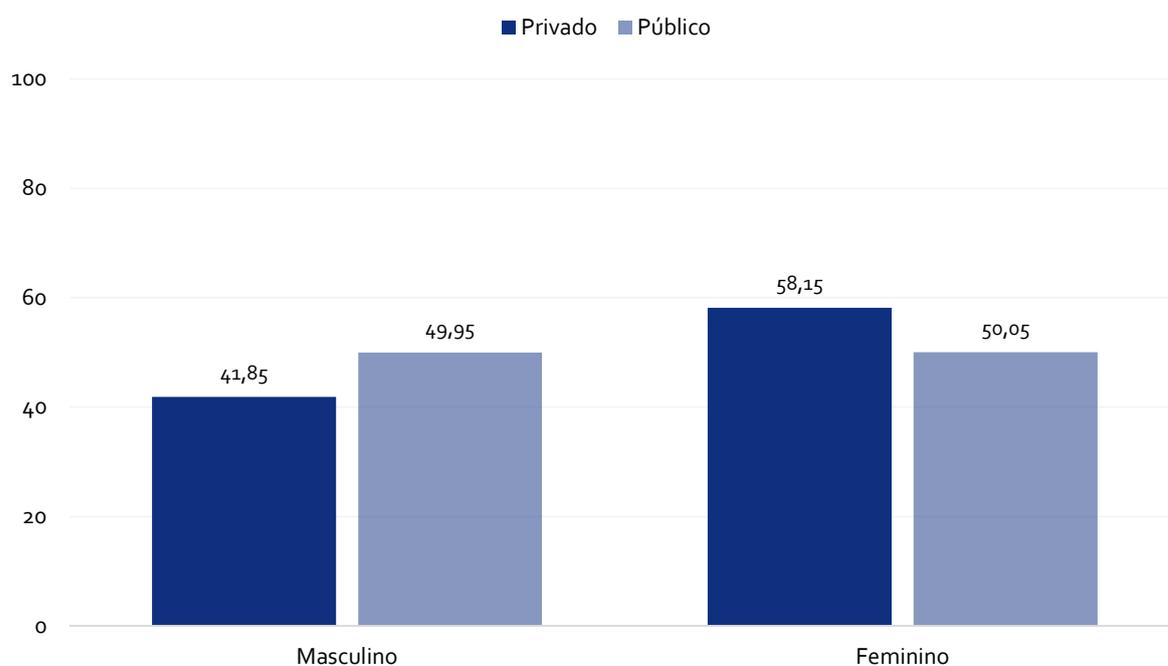


Figura C.33. Estudantes inscritas/os no ensino superior por sexo, e por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁷⁷)

Numa análise por **subsistema de ensino** verifica-se que, no ensino público, existia maior equidade entre o sexo das/os estudantes, sendo que o sexo masculino representava 49.95% (20 572) e o sexo feminino 50.05% (20 614). Por outro lado, no ensino privado verificava-se um maior número de estudantes do sexo feminino 58.15% (8 502), contra 41.85% (6 118) de estudantes do sexo masculino. (cf. Figura C.33.)

A Figura C.34. apresenta a distribuição das/os **estudantes inscritas/os no ensino superior segundo a sua nacionalidade**.

¹⁷⁷ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

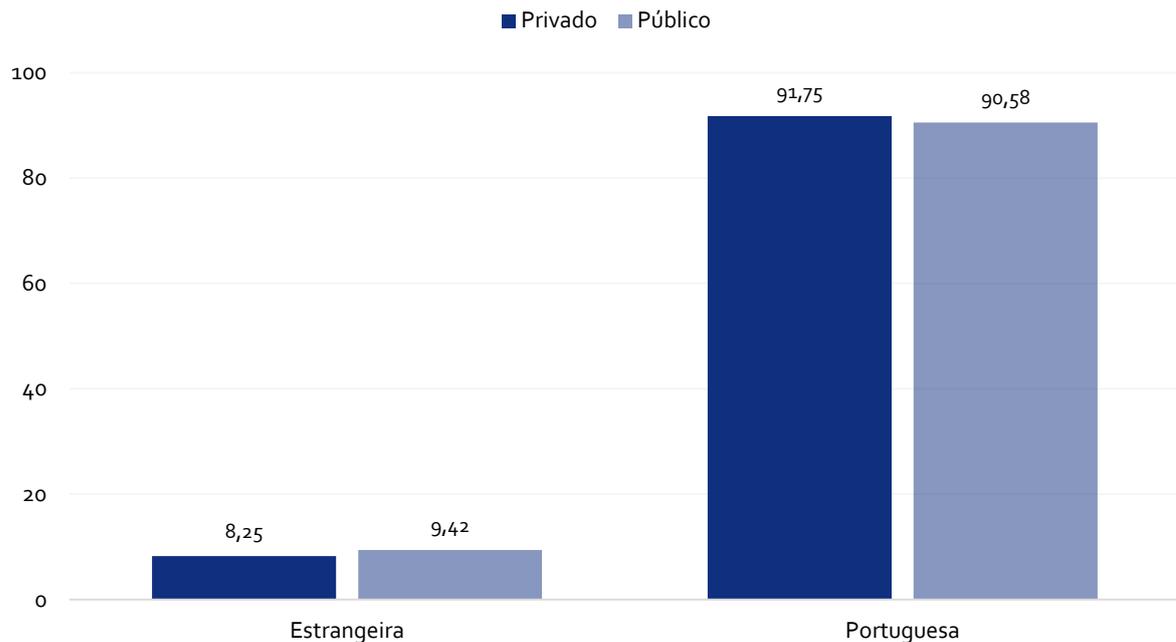


Figura C.34. Estudantes inscritas/os no ensino superior por nacionalidade e por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁷⁸)

Como se pode observar na Figura C.34. no ensino superior privado as/os estudantes de nacionalidade estrangeira representavam 8.25% (1 206) da população estudantil e os de nacionalidade portuguesa 91.75% (13 414). No ensino superior público as/os estudantes de nacionalidade estrangeira representavam 9.42% (3 880) do universo estudantil e as/os estudantes de nacionalidade portuguesa 90.58% (37 306). Destaca-se que, do universo de 5 086 estudantes estrangeiros a estudar no Porto, 76.29% (3 880) frequentavam o ensino público, enquanto 23.71% (1 206) frequentavam o ensino privado.

A Figura C.35. apresenta os dados sobre a proporção de **estudantes que se inscreveram no ensino superior pela primeira vez ou não**, por subsistema de ensino.

¹⁷⁸ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

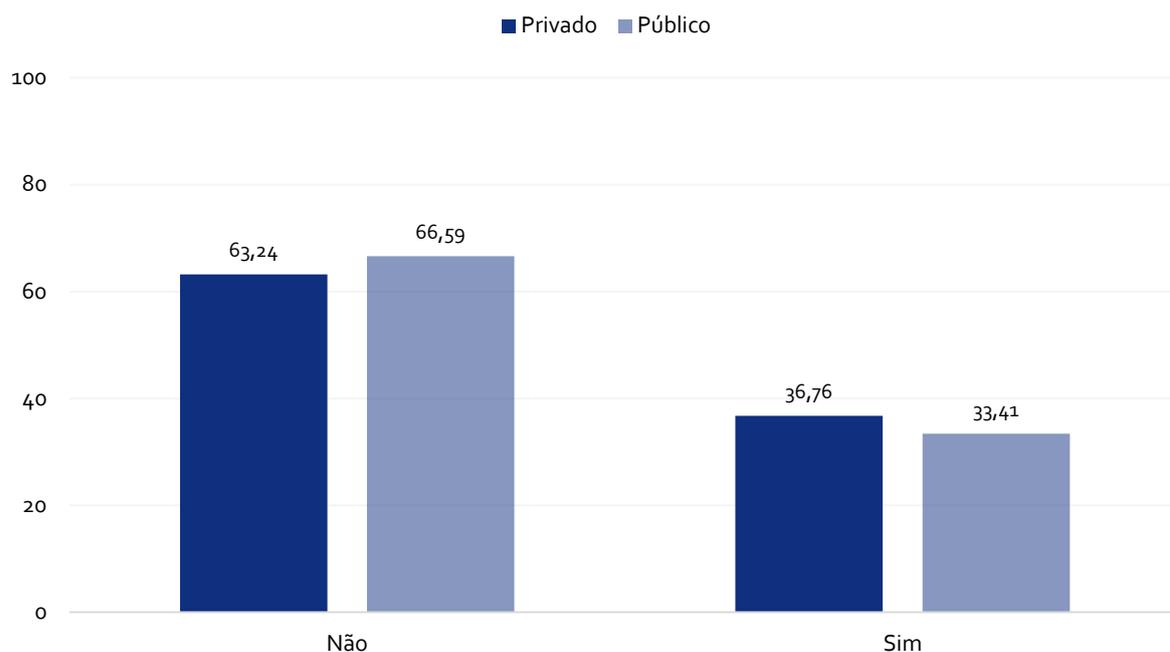


Figura C.35. Estudantes inscritas/os pela primeira vez no ensino superior, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁷⁹)

Globalmente, verifica-se que, no ano letivo de 2015/2016, 34.29% das/os estudantes se inscreveram no ensino superior pela primeira vez, por oposição aos restantes 65.71%.

Da análise da Figura C.35., e considerando o subsistema de ensino, público ou privado, verifica-se que os valores não eram muito diferentes. No ensino privado, 36.76% das/os estudantes inscreveram-se pela primeira vez, por oposição aos 34.29% do ensino público. Importa, no entanto, ressaltar que, em termos absolutos, o ensino superior tinha 13 761 estudantes que se inscreveram pela primeira vez, enquanto o ensino privado tinha apenas 5 374.

A Figura C.36. apresenta a proporção de **estudantes** do ensino superior que se encontravam **inscritas/os a tempo completo ou tempo parcial**, por subsistema de ensino.

¹⁷⁹ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

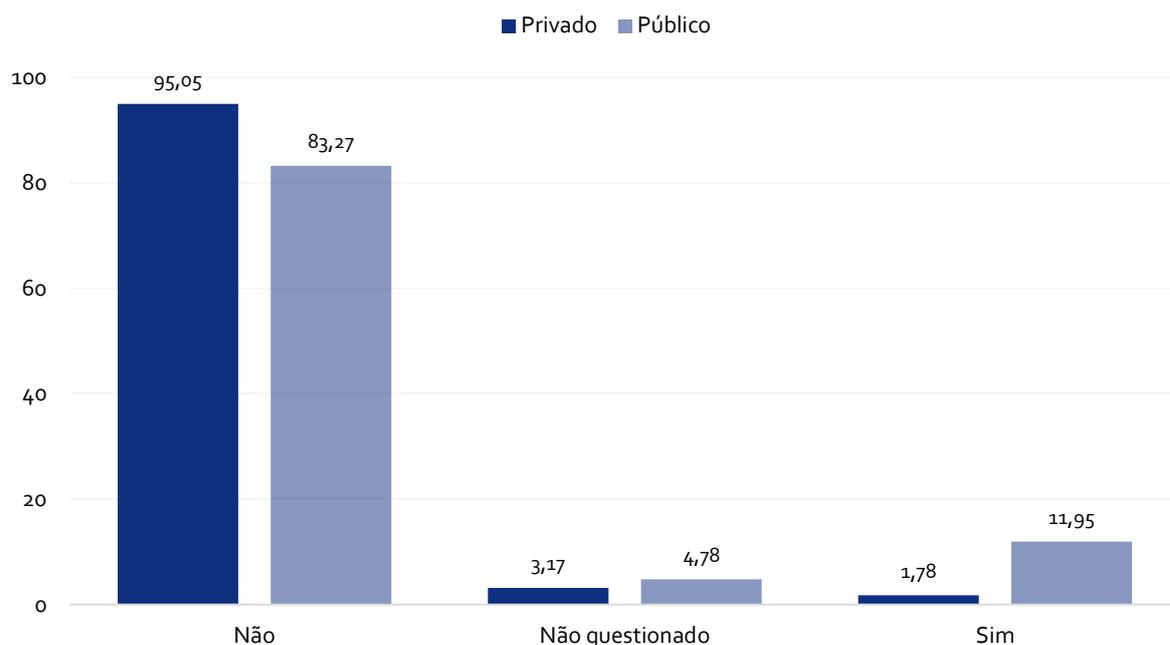


Figura C.36. Estudantes inscritas/os no ensino superior a tempo parcial, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁸⁰)

Em termos gerais, e da análise da Figura C.36., constata-se que cerca de 86.35% (48 191) das/os estudantes não se encontravam inscritas/os a tempo parcial e 9.28% encontravam-se inscritas/os a tempo parcial.

Analisando os dados, por subsistema de ensino, observam-se algumas diferenças entre as/os estudantes inscritas/os no ensino público e as/os inscritas/os no ensino privado. No ensino público verifica-se que existia uma maior proporção de estudantes inscritas/os a tempo parcial, de 11.95% (5 181), contra os 1.78% do ensino privado (260).

A Figura C.37. apresenta a proporção de estudantes, com estatuto de **trabalhador/a-estudante**, no universo de estudantes do ensino superior.

¹⁸⁰ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

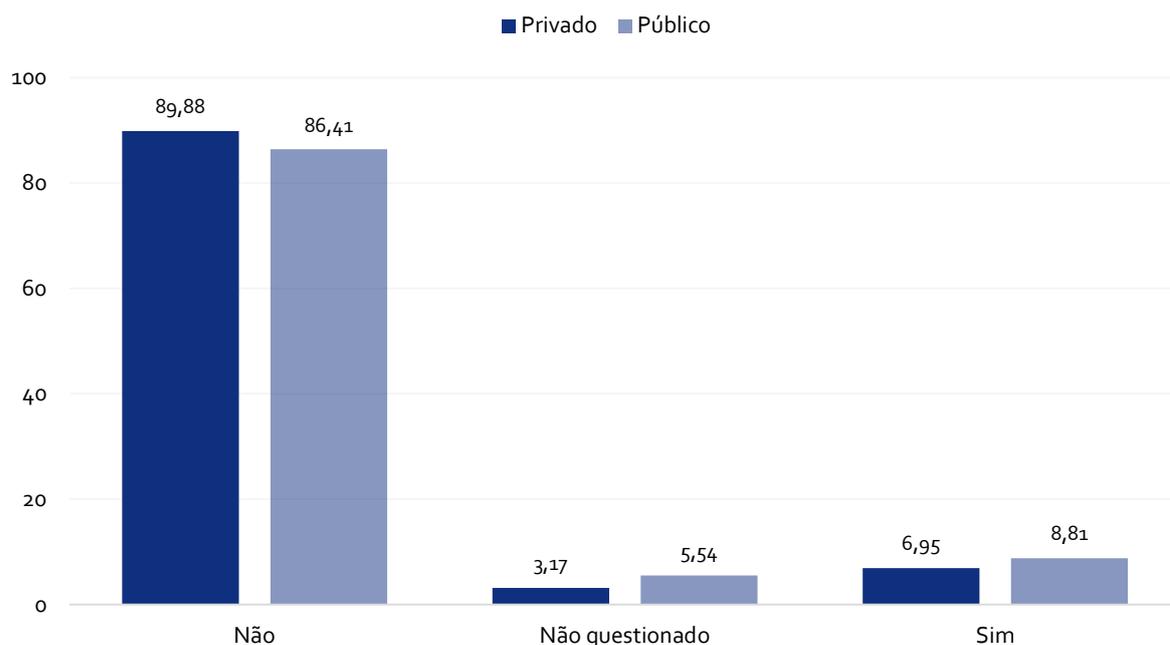


Figura C.37. Estudantes inscritas/os no ensino superior com estatuto de trabalhador/a-estudante, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁸¹)

Globalmente, 87.31% (48 727) das/os estudantes não trabalhava, por oposição aos 8.32% (4 645) de trabalhadoras/es-estudantes.

Comparando as/os estudantes, pelo subsistema de ensino onde estavam inscritas/os, verifica-se que existia uma maior proporção de estudantes a trabalharem no ensino superior público (8.81% ou 3 629), do que no ensino superior privado (6.95% ou 1 016). No ensino superior privado, 89.88% (13 140) respondeu que não trabalhava, por oposição aos 86.41% (35 587) do ensino superior público. (cf. Figura C.37.)

Por último, a Figura C.38. apresenta os dados das/os estudantes que beneficiavam de **bolsa de apoio social**.

¹⁸¹ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

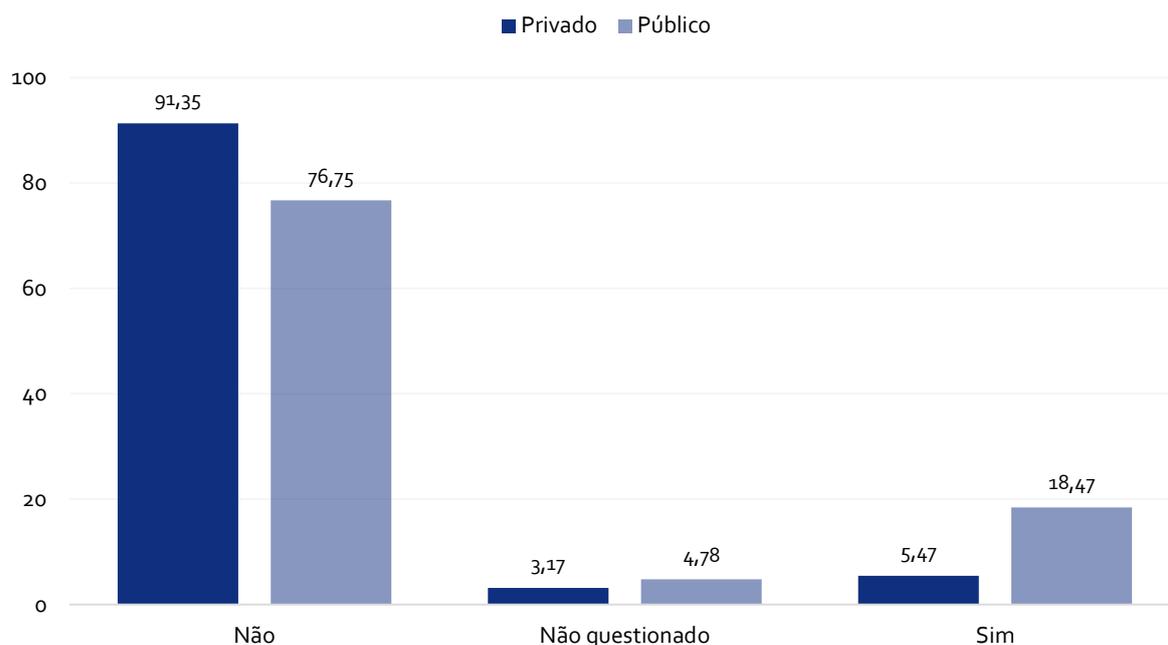


Figura C.38. Estudantes beneficiárias/os de bolsa de apoio social inscritas/os no ensino superior, por subsistema de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em percentagem; Fonte: DGEEC¹⁸²)

Globalmente, 80.57% (44 965) das/os estudantes não beneficiavam de bolsa de apoio social e 15.06% (8 407) beneficiavam. Pela observação da Figura C.38., e analisando as/os estudantes beneficiárias/os pelo subsistema de ensino, verifica-se que existia uma maior proporção de estudantes do ensino público a beneficiar de bolsa, comparativamente às/aos estudantes do ensino privado. No ensino público a proporção de estudantes beneficiárias/os era de 18.47% (7 607), enquanto no ensino privado era de apenas 5.47% (800). Em sentido contrário, 80.57% (44 965) das/os estudantes do ensino superior público não eram beneficiárias/os, sendo este valor no ensino privado de 91.35% (13 356).

Relativamente ao número de estabelecimentos de ensino superior, existiam no concelho do Porto 40 estabelecimentos de ensino superior, no ano letivo 2015/2016.

A Figura C.39. apresenta a distribuição dos diferentes **estabelecimentos de ensino superior** pelas freguesias/uniões de freguesia do concelho.

¹⁸² <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

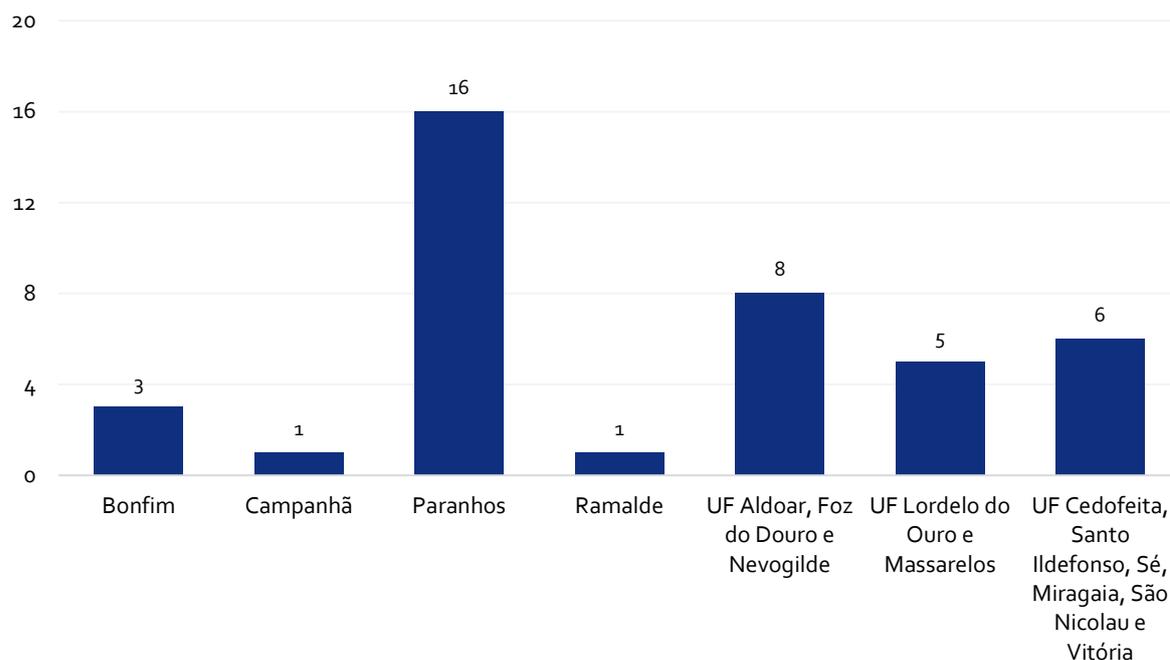


Figura C.39. Estabelecimentos do ensino superior, por freguesia/união de freguesias, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁸³)

Como se pode observar na Figura C.39. a freguesia de Paranhos apresentava o maior número de estabelecimentos de ensino superior, com 16 (40%), seguindo-se a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde com oito estabelecimentos (20%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com seis (15%).

A Figura C.40. permite analisar os diferentes **estabelecimentos, pelo subsistema e tipo de ensino.**

¹⁸³ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

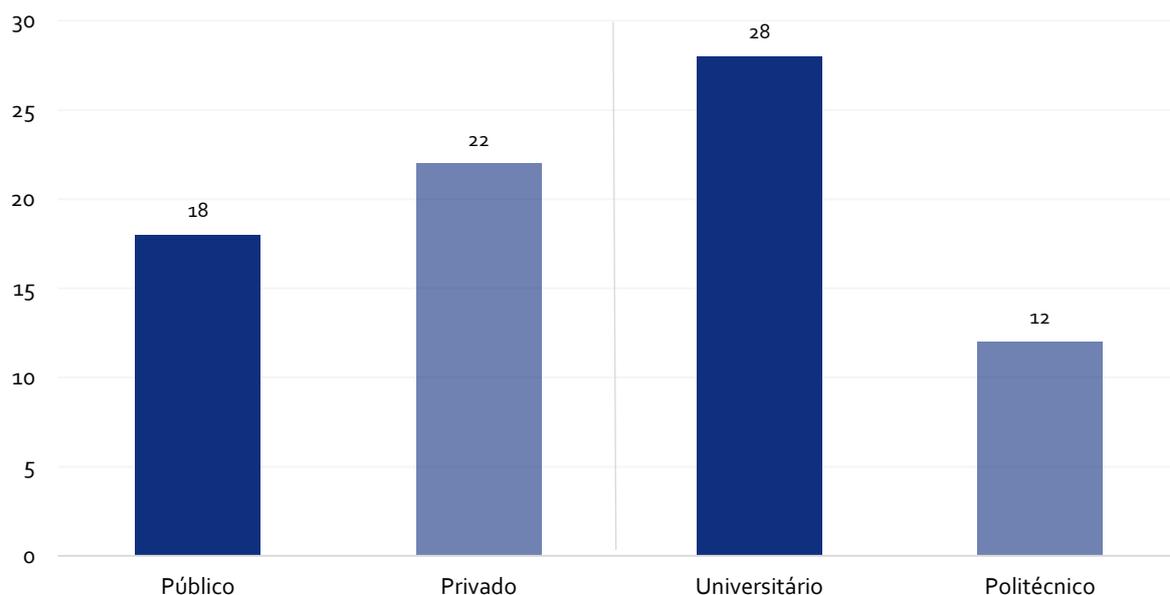


Figura C.40. Estabelecimentos de ensino superior por subsistema e tipo de ensino, Porto, ano letivo 2015/2016 (em número; Fonte: DGEEC¹⁸⁴)

Dos 40 estabelecimentos de ensino superior existentes no concelho do Porto, no ano letivo de 2015/2016, 18 (45%) pertenciam ao subsistema público e 22 (55%) ao subsistema privado. Adicionalmente, 28 estabelecimentos (70%) eram estabelecimentos de ensino universitário e 12 (30%) eram estabelecimentos de ensino politécnico. (cf. Figura C.40.)

Passa-se, de seguida, à apresentação de alguns indicadores relativos à **formação profissional**.

¹⁸⁴ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> (acedido em 13 de junho de 2018).

APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sendo o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) o serviço público de emprego nacional, assim como um importante promotor de formação profissional, importa analisar a **evolução das medidas de emprego e formação** ao longo dos últimos anos e o número de pessoas abrangidas.

A Figura C.41. permite observar a evolução das **medidas de emprego, formação e reabilitação profissional**, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2017.

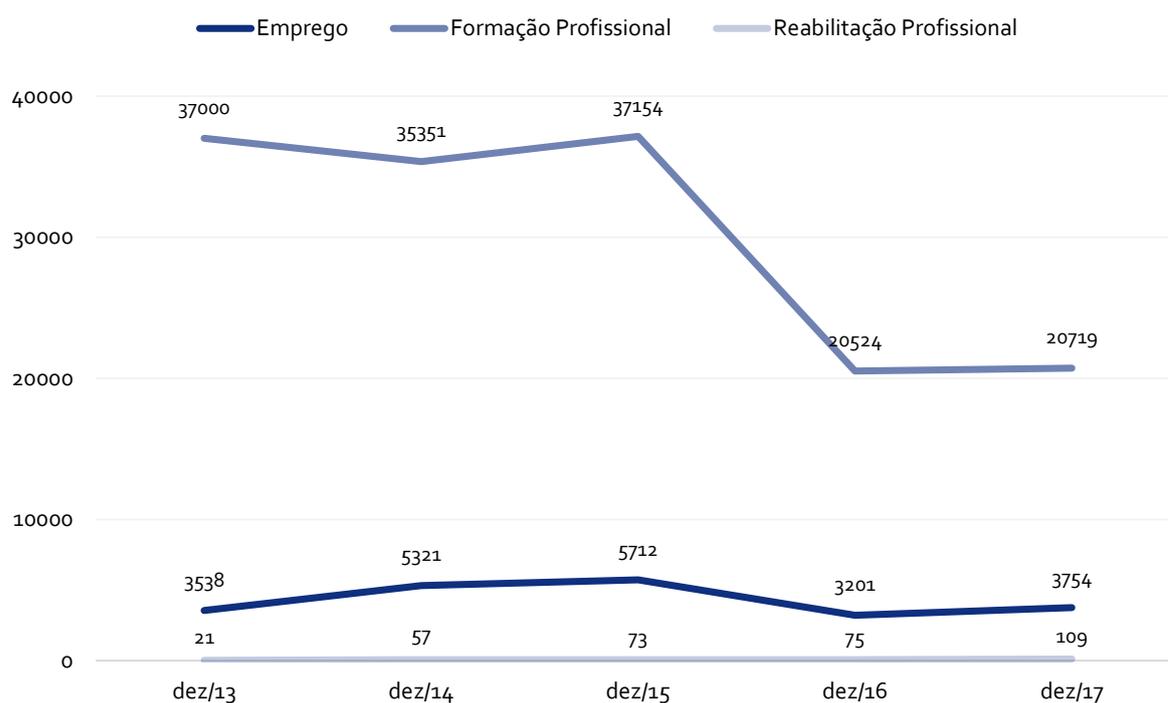


Figura C.41. Beneficiárias/os nas diferentes áreas de intervenção/medidas, por tipologia, Porto, 2013-2017 (em número; Fonte: IEFP¹⁸⁵)

Da análise da Figura C.41., e em termos evolutivos e de forma transversal às diferentes medidas, observa-se que, após o ano de 2015 se iniciou um período de decréscimo do número de beneficiárias/os das políticas do IEFP, I.P., passando de 42 939, em 2015 para 23 800, em 2016 e 24 582, em 2017. Destaca-se que a formação profissional era a área que saturava maior número de pessoas, comparativamente às medidas de emprego e de reabilitação profissional.

A Figura C.42. apresenta a distribuição de indivíduos em cada uma das áreas de intervenção, no fim do ano de 2017.

¹⁸⁵ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 28 de junho de 2018).

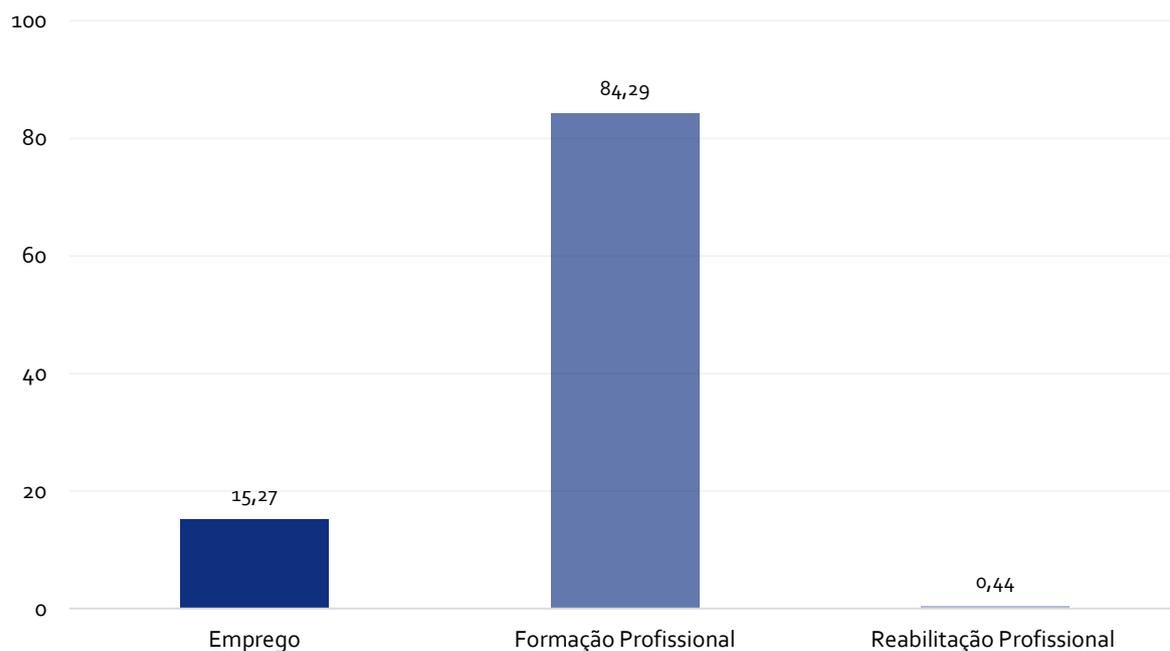


Figura C.42. Beneficiárias/os inscritas/os em áreas de intervenção/medidas, por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP¹⁸⁶)

Como é possível verificar na Figura C.42, a **formação profissional** representava 84.29% (20 719) das/os inscritas/os, enquanto a área das medidas de emprego representava 15.27% (3 754) e a reabilitação profissional 0.44% (109).

Considerando as **medidas de emprego**, a Figura C.43. permite observar quais as tipologias mais frequentes, durante o ano de 2017.

¹⁸⁶ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 28 de junho de 2018).

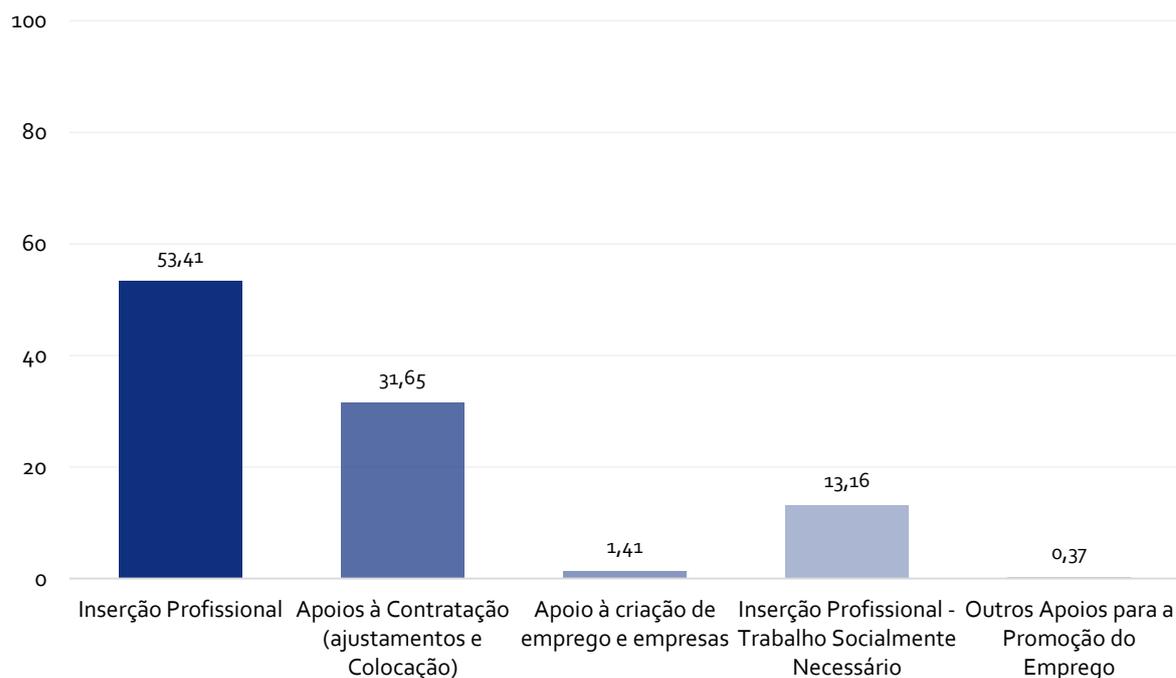


Figura C.43. Medidas de apoio ao emprego por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP¹⁸⁷)

Como se pode observar na Figura C.43. as medidas de inserção profissional abarcavam 53.41% (2 005) das/os beneficiárias/os de medidas de emprego, especificamente, cerca de 89.53% (1 795) beneficiavam de estágios de emprego e 7.78% (156) de estágios profissionais. Os apoios à contratação abrangeram um total de 1 188 beneficiárias/os, sendo que 89.48% (1063) se enquadrava na medida de “estímulo ao emprego”.

Finalmente, a Figura C.44. apresenta os dados para a área de **formação profissional**, no final do ano de 2017, no âmbito da qualificação de jovens (5 050), da qualificação de adultos (15 619) e da formação de formadores (50).

¹⁸⁷ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 28 de junho de 2018).

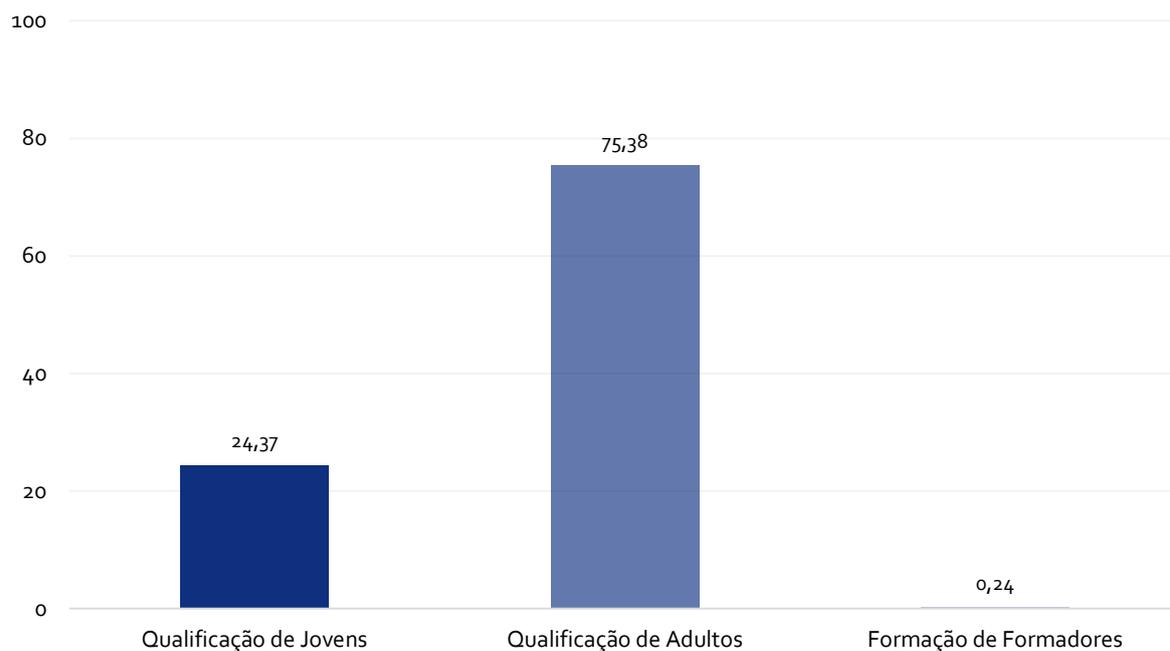


Figura C.44. Medidas de formação profissional por tipologia, Porto, dezembro de 2017 (em percentagem; Fonte: IEFP¹⁸⁸)

Como se pode observar na Figura C.44., 75.38% (15 619) dos indivíduos estavam inscritos em medidas de formação profissional, especificamente em qualificação de adultos/os. Destes, 45.89% (7 167) encontravam-se na medida de “Vida Ativa – Emprego Qualificado – Gestão Direta” e 25.58% (3 995) em cursos de “Educação e Formação para Adultos”.

Por outro lado, das 5 050 pessoas inscritas em medidas de qualificação de jovens, 91.88% (4 640) estavam enquadradas em “Cursos de aprendizagem – entidades externas”.

¹⁸⁸ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 28 de junho de 2018).

SÍNTESE INTEGRATIVA

No concelho do Porto, em 2011, apenas cerca de **40% da população residente tinha a escolaridade obrigatória ou formação superior**, sendo Campanhã a freguesia com os níveis de escolaridade mais baixos e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde a que tinha os níveis de escolaridade mais elevados.

Ainda dentro dos indicadores gerais, há a referir uma **melhoria significativa ao nível da taxa de pré-escolarização no concelho**, que passou de cerca de 60%, em 2001 para aproximadamente 80%, em 2011, muito embora alguns territórios na zona histórica do centro da cidade tenham continuado a apresentar taxas mais baixas.

No que diz respeito à **população estudantil no ensino obrigatório**, no período compreendido entre os anos letivos de 2006/2007 e 2015/2016, o número de alunas/os **manteve-se estável**, situando-se um pouco acima das/os 55 000 alunas/os (exceto no ano letivo de 2008/2009 onde se assistiu a um pico no número de alunas/os, que se foi dissipando nos anos letivos seguintes).

O número de alunas/os no **ensino profissional também se manteve constante**, entre os anos letivos de 2012/2013 e 2015/2016, rondando as/os 5 000 alunas/os, com cerca de metade dessas/es alunas/os a terem entre os 17 e os 18 anos de idade. A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória concentrava cerca de metade da oferta de escolas com cursos profissionais.

Na análise **por ciclos de escolaridade, assistiu-se a um decréscimo no número de alunas/os** (pelo menos até 2015/2016) em todos os ciclos da escolaridade básica e a um acréscimo no ensino secundário e superior.

O mesmo se passou com o **número dos estabelecimentos de ensino** no concelho, que viram o **seu número reduzido** nesse período de tempo, tanto no setor privado, onde houve uma redução de cerca de 10%, como no setor público, onde a diminuição foi superior a 20%.

Relativamente aos territórios concelhios, **Paranhos tinha o número mais elevado de alunas/os do concelho, bem como um dos números mais elevados de instituições de ensino**, enquanto Campanhã era o território com o número mais baixo de estudantes e também com o menor número de estabelecimentos de ensino.

Os dados relativos à **população estudantil não residente** no concelho do Porto mostraram que o Porto se constituía como um **polo preferencial de educação** para muitas/os alunas/os de fora da

cidade, com quase **62% da população estudantil**, no ano letivo de 2015/2016, a ser não residente, principalmente no ensino superior e no ensino secundário e que essa tendência se tem vindo a acentuar ao longo dos anos.

Especificamente, no que diz respeito ao **ensino superior**, no ano letivo de 2015/2016, estavam matriculadas/os cerca de **56 mil estudantes, sendo cerca de 52% do sexo feminino**. Destas/es, 73% estavam matriculadas/os no ensino superior público, 15% eram trabalhadoras/es-estudantes e 15% eram beneficiárias/os de bolsas de apoio social. Paranhos era a freguesia com o maior número de estabelecimentos de ensino superior. Em termos genéricos, aproximadamente 45% dos estabelecimentos de ensino superior eram públicos, sendo os restantes 55% privados.

No que diz respeito ao (in)sucesso escolar, assistiu-se a uma **melhoria, quer ao nível das retenções, quer ao nível das desistências, melhoria tanto maior, quanto mais elevado o ciclo de estudos**. No entanto, no ano letivo de 2015/2016, a taxa de retenção/desistência no ensino secundário era ainda superior, em termos gerais, a dez por cento, sendo superior a vinte por cento no 12º ano de escolaridade. Relativamente ao **risco de abandono escolar**, o concelho do Porto apresentava, no ano letivo de 2015/2016, o risco **mais elevado da área metropolitana e da Região Norte**. Finalmente, a maioria das/os alunas/os, em todos os ciclos de escolaridade, tinham a idade habitual de frequência para cada ano de escolaridade.

Relativamente ao **apoio ao emprego e formação profissional** assistiu-se, desde 2015, a uma **diminuição do número de beneficiárias/os do IEFP, I.P**, que se cifravam, em dezembro de 2017, perto das/os 25 mil. A formação profissional era a medida utilizada com a grande maioria (85%) das/os beneficiárias/os e, dentro das medidas de apoio ao emprego, cerca de metade eram medidas de inserção profissional e um terço eram medidas de apoio à contratação. Porém, nas medidas de inserção profissional, quase 90% eram estágios de emprego. Estes dados revelam que as medidas de apoio oferecidas pelo IEFP, I.P. não se traduziam, efetivamente, na criação de emprego real para as pessoas desempregadas.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Dada a intrínseca relação estabelecida entre as qualificações escolares/profissionais e as condições de vida e o importante papel desempenhado pelas baixas qualificações como fator de reprodução intergeracional da pobreza, bem como, os ainda baixos níveis de escolaridade da população concelhia (especialmente em Campanhã; cf. Figura C.1.), esta é uma **área nuclear e estratégica de intervenção**. Na realidade, é fundamental continuar a apostar no **aumento de escolarização da população e também da pré-escolarização**, tal como preconizado pelo Programa Operacional Potencial Humano (PO PH). De facto, esta última, embora tenha melhorado, encontra-se ainda distante da média nacional (cf. Figura C.12).

Da mesma forma, apesar dos progressos já registados ao nível das taxas de retenção e abandono escolar (cf. Figuras C.8. a C.11. e Quadros C.5. a C.7.), continua a ser importante **emprender estratégias de combate ao insucesso e abandono escolar**, tal como preconizado pelo Programa Nacional de Reformas (PNR) e pela Estratégia Europa 2020 (EE2020), porquanto uma formação escolar adequada se constitui como **fator promotor e facilitador de acesso ao mercado de trabalho** e de acesso a um conjunto de recursos da comunidade – incluindo recursos de cidadania ativa – ao longo de todo o ciclo de vida do indivíduo. A este nível deve-se investir em estratégias de valorização dos processos de escolarização, que contribuam para um maior grau de motivação e de investimento das/os jovens e da população em geral, relativamente à escolarização/formação profissional.

Ainda relativamente ao domínio da educação, constata-se que, tanto ao nível da escolarização básica, secundária e superior, como ao nível da formação profissional e ao longo da vida é necessário, tal como proposto pelo Programa Operacional Capital Humano (PO CH), implementar estratégias que potenciem uma **estreita articulação entre os percursos de aprendizagem e as necessidades do mercado de trabalho**, de forma a aumentar a eficácia do investimento feito neste domínio, tanto pelos indivíduos, como pelas organizações.

Outra aposta prende-se com a **valorização do ensino profissional**, como forma de fomentar percursos educativos profissionalizantes e capazes de facilitarem a integração profissional. Tal como foi possível constatar, apenas cerca de 5 000 estudantes se encontravam inscritas/os no ensino profissional em 2015/2016 e esse cenário tem-se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos (cf. Figura C.29.), pelo que seria importante reforçar o investimento feito na promoção e divulgação do ensino profissional, enquanto via eficaz de acesso a emprego qualificado e, portanto, promotor de inserções profissionais mais estáveis.

Adicionalmente, é fundamental (até devido à diminuição significativa no investimento feito nos anos mais recentes; cf. Figura C.41.) fomentar o **incremento da formação profissional e da formação ao longo da vida**, como fatores facilitadores do acesso a emprego qualificado e qualificante. A este nível seria também relevante a implementação efetiva de **medidas de criação de “emprego líquido”**, uma vez que se constata, tal como apresentado nas Figuras C.41. a C.43., que as medidas de apoio oferecidas não se traduziram, efetivamente, na criação de emprego real para as pessoas desempregadas, tal como referido anteriormente.

Além disso, é relevante implementar **estratégias dissipadoras das assimetrias territoriais** existentes a nível concelhio no domínio da escolarização (por exemplo, em Campanhã; cf. Figuras C.1., C.16., C.19., C.22., C.25. e Quadro C.8.), em ordem a fomentar uma maior homogeneidade territorial e contrariar a tendência de criação de nichos territoriais desfavorecidos e socialmente excluídos. A este propósito, a **criação de infraestruturas de ensino e a alocação de recursos humanos e materiais em territórios mais fragilizados**, poderia funcionar como um elemento agregador e impulsionador para as populações desses territórios, tornando-os, simultaneamente, territórios de residência mais atrativos

Ao nível do **ensino superior**, é fulcral implementar estratégias de reforço do apoio concedido a este segmento populacional, de forma a facilitar a promover o acesso a este nível de escolarização. Efetivamente, apenas **cerca de ¼ da população residente tinha formação de nível superior** (cf. Figura C.1.), apesar do incremento da formação de nível superior ser um dos objetivos preconizados no PNR e na EE2020 (alcançar uma percentagem de 40% de diplomados de ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos de idade). Acresce ainda que, *das/os* estudantes inscritas/os no ensino superior, uma percentagem considerável de perto de **10% era trabalhador/a-estudante** (cf. Figura C.37.) e que **não chegava a 20% as/os estudantes que beneficiavam de apoios sociais** (cf. Figura C.38.).

Em termos demográficos, e ao nível do efetivo estudantil, a **diminuição do número de alunas/os, principalmente nos ciclos do ensino básico** (cf. Figura C.3.), configura uma alteração demográfica estrutural, que decorre da **diminuição da população mais jovem do concelho** e implica a implementação de estratégias concertadas, que contribuam para o **aumento da natalidade**. Esta ação envolve vários domínios, principalmente ao nível do emprego, do rendimento e da habitação.

Por último, dado o papel de **polo de atração – quer laboral, quer académico – que a cidade do Porto desempenha**, cativando população para o mercado de trabalho e para o mercado escolar (cf. Figura C.7.), torna-se muito importante implementar **estratégias de fixação da população estudantil não residente na cidade**, criando condições para que possam residir no concelho, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do perfil demográfico do território.

D. SAÚDE

A saúde, pelo enorme impacto potencial que tem na vida das pessoas, aos mais diversos níveis, nomeadamente ao nível do trabalho, do rendimento, da participação e da autonomia, constitui-se como um dos eixos fundamentais, quando se analisa a realidade social.

Segundo definição do Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (doravante PNS 2012-2016)¹⁸⁹ “a saúde é um domínio complexo de elevada incerteza, dependente de fenómenos biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais, que beneficia de grande inovação e rápida evolução do conhecimento e das práticas, que exige políticas consistentes e persistentes.”

De acordo com o Plano Nacional de Saúde - Revisão e Extensão a 2020¹⁹⁰ “os desafios atuais de transição demográfica, sustentabilidade económica e ambiental, e a globalização, requerem que os Sistemas de Saúde dos países desenvolvidos revisitem os seus objetivos.” (p.4). O referido Plano encontra-se intimamente articulado com a estratégia Health 2020 – the European policy framework and strategy for the 21st century (Organização Mundial da Saúde, 2013)¹⁹¹, cujos objetivos nucleares são o foco na saúde e no bem-estar, a governança participativa, o *whole-of-government*, o *whole-of-society*, a abordagem pelo ciclo de vida, o foco na equidade, os determinantes sociais, o empoderamento dos/as cidadãos/ãs, a avaliação do impacto na saúde e o foco no sistema de saúde.

Esta orientação estratégica alinha-se também com a Estratégia Health for Growth Programme 2014-2020, da Comissão Europeia (Comissão Europeia, 2014)¹⁹², “que pretende complementar, apoiar e gerar valor acrescentado no que se refere às políticas dos Estados-Membros destinadas a melhorar a saúde dos cidadãos e reduzir as desigualdades em saúde, através da promoção da saúde, do incentivo à inovação, do reforço da sustentabilidade dos sistemas de saúde e da proteção dos cidadãos contra as ameaças sanitárias transfronteiriças” (Plano Nacional de Saúde - Revisão e Extensão a 2020, p. 7).

Ainda segundo o Plano Nacional de Saúde - Revisão e Extensão a 2020 “Portugal é um país com baixa natalidade, uma população envelhecida, portadora de patologia crónica múltipla. Este mesmo documento visa dar uma resposta a este cenário epidemiológico e demográfico

¹⁸⁹ Acessível em http://1nj5ms2l15hdggbe3mm7ms5.wpengine.netdna-cdn.com/files/2014/12/2014_2_Avaliacao.pdf

¹⁹⁰ Acessível em <https://www.dgs.pt/em-destaque/plano-nacional-de-saude-revisao-e-extensao-a-2020-aprovada-pelo-governo.aspx>

¹⁹¹ Acessível em http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0011/199532/Health2020-Long.pdf?ua=1

¹⁹² Acessível em https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/programme/docs/progr2014_state_of_play.pdf

contribuindo para que se incentive a natalidade, para que os jovens venham a ser adultos mais saudáveis e para que existam respostas rápidas e eficazes aos desafios lançados tanto pelas doenças de evolução prolongada, doenças transmissíveis e trauma, como pelas emergências de saúde pública.” (p. 10).

Torna-se, portanto, essencial que o Sistema de Saúde Português se adapte à alteração progressiva dos padrões demográficos e epidemiológicos do país. O PNS 2012-2016 tem em conta os desafios atuais de transição demográfica, sustentabilidade económica e ambiental, e a globalização, fornecendo um conjunto de orientações, de mecanismos e de atividades necessários para reforçar a implementação do PNS a nível nacional, regional e local.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Saúde - Revisão e Extensão a 2020 constitui-se como um elemento basilar das políticas de saúde em Portugal, cujo objetivo central é a obtenção de mais ganhos em saúde por parte da população residente em Portugal. Globalmente, assenta em quatro eixos estratégicos transversais: Cidadania em Saúde; Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; Qualidade em Saúde; e, Políticas Saudáveis e “propõe-se como desígnios para 2020 a redução da mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos), a melhoria da esperança de vida saudável (aos 65 anos), e ainda a redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, especificamente a obesidade infantil e o consumo e exposição ao tabaco, tendo em vista a obtenção de Mais Valor em Saúde” (p.8).

No entanto, na atualidade, o Sistema Nacional de Saúde (doravante SNS) encontra-se num momento de grande tensão, em que as demandas demográficas são cada vez maiores, devido ao aumento da esperança de vida, envelhecimento da população e prevalência de doenças associadas aos estilos de vida da modernidade, não existindo recursos financeiros e humanos que consigam dar uma resposta cabal a essas exigências. Assim, registam-se dificuldades de acesso aos serviços de saúde ou a respostas inadequadas, quer em termos de tempo de resposta, quer em termos de integralidade da resposta, que muitas vezes se foca numa estratégia remediativa e menos numa perspetiva preventiva.

O Porto, que na essência replica o padrão demográfico nacional anteriormente referido e já apresentado e descrito no capítulo da Demografia, surge no contexto atual e regional como um polo dinamizador do setor da saúde na região, agregando um elevado conjunto de equipamentos e serviços de saúde, que dão resposta a uma população que ultrapassa em muito os residentes da cidade.

Se por um lado, o concelho surge, como veremos adiante, como especialmente dotado em recursos humanos e materiais, quando comparado com áreas geográficas de referência, por outro lado, esses mesmos recursos têm de ser disponibilizados a um elevado número de pessoas, que se deslocam de fora do concelho, de concelhos vizinhos e até, em alguns casos, de toda a Região Norte.

No que se refere ao perfil de saúde é replicado o padrão nacional, a nível concelhio, nos seus aspetos essenciais, o que, conjugado com o padrão demográfico existente e com o contexto sociopolítico e económico atual, conduz a desafios acrescidos ao nível da sustentabilidade dos sistemas de saúde, agrava as dificuldades e desafios que existem neste domínio e exige estratégias integradoras e uma visão estratégica.

Depois desta introdução, passamos de seguida à apresentação de um alargado conjunto de indicadores, que permitem caracterizar com maior pormenor o cenário no domínio da saúde no concelho do Porto.

A ATUALIDADE

ESPERANÇA DE VIDA E TAXAS DE MORTALIDADE NO FETO E RECÉM-NASCIDO

Relativamente aos indicadores gerais acerca da evolução das condições de saúde, apresenta-se nas Figuras D.1. a D.4. os indicadores relativos à **esperança de vida à nascença** e às **taxas de mortalidade infantil, fetal tardia, perinatal, neonatal precoce, neonatal e pós-neonatal**.

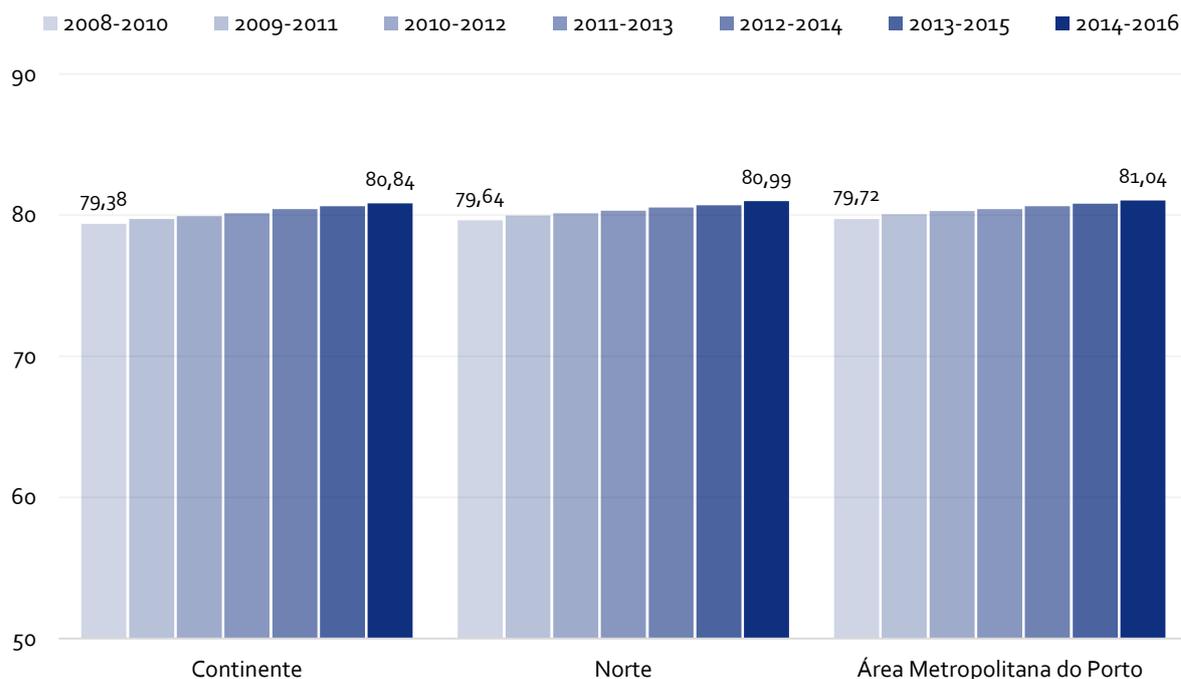


Figura D.1. Esperança média de vida à nascença, Continente, Norte e AMP, 2008-2016 (em número; Fonte: INE¹⁹³¹⁹⁴)

Da análise da Figura D.1. constata-se que a **esperança de vida à nascença** tem vindo a aumentar, tanto a nível continental, como na Região Norte e na Área Metropolitana do Porto (AMP). Entre 2008 e 2016, a esperança de vida à nascença aumentou mais de um ano, em cada um desses territórios, atingindo, em 2016, na AMP o valor mais elevado registado, de 81.04 anos (em 2008 era de 79.72 anos).

Na Figura D.2. apresenta-se os dados relativos à **taxa quinquenal de mortalidade infantil**.¹⁹⁵

¹⁹³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008459&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 22 de maio de 2018).

¹⁹⁴ Esperança de vida à nascença = Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

¹⁹⁵ A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morre antes de completar um ano de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida.

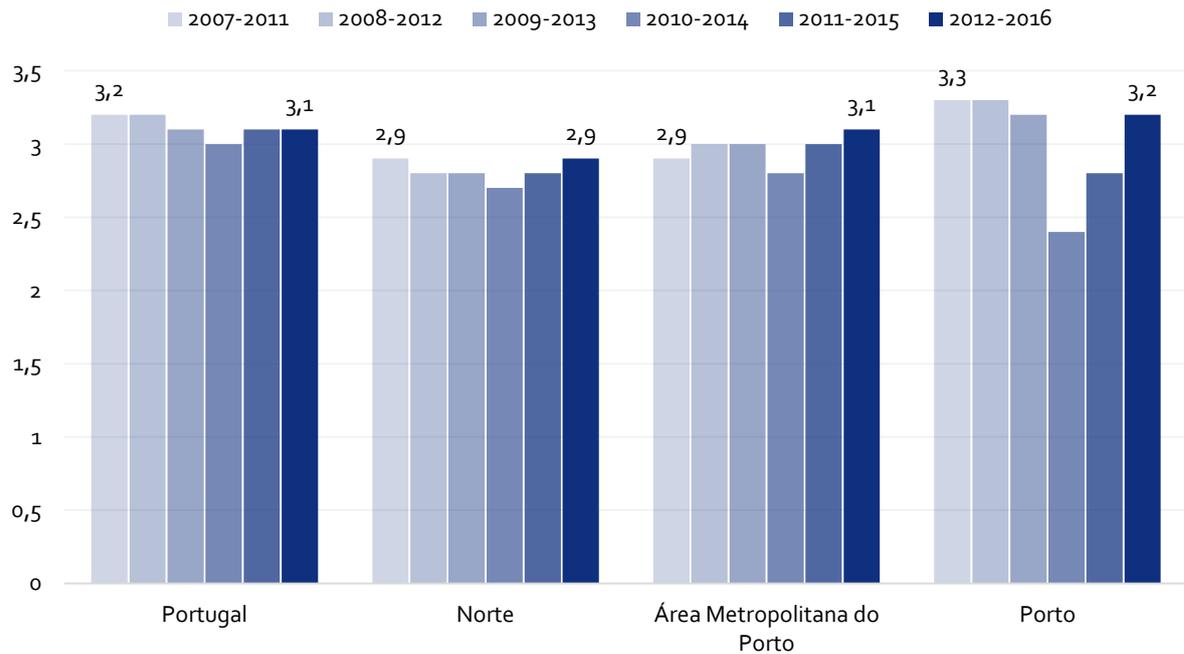


Figura D.2. Taxa quinquenal de mortalidade infantil, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2007-2016 (em permilagem; Fonte: INE¹⁹⁶)

Relativamente à **taxa de mortalidade infantil**, o concelho do Porto apresentava novamente uma taxa ligeiramente mais elevada, de 3.2‰, comparativamente à AMP (3.1‰), Região Norte (2.9‰) e Portugal (3.1‰). No entanto, a taxa manteve-se relativamente estável no período compreendido entre 2007 e 2016, tendo sido de 3.2% no quinquénio 2012-2016. As maiores diferenças encontradas foram de um incremento de 0.2‰ neste período na Área Metropolitana do Porto.

Na Figura D.3. apresenta-se os dados referentes à **taxa de mortalidade fetal tardia** e à **taxa de mortalidade perinatal**.¹⁹⁷

¹⁹⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008711&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 22 de maio de 2018).

¹⁹⁷ A taxa de mortalidade fetal tardia é o número de nascimentos sem vida a partir das 28 semanas de gravidez por cada 1000 nascimentos. A taxa de mortalidade perinatal é o número de fetos-mortos a partir das 28 semanas de gravidez e de mortes de crianças até uma semana de idade por cada 1000 nascimentos.

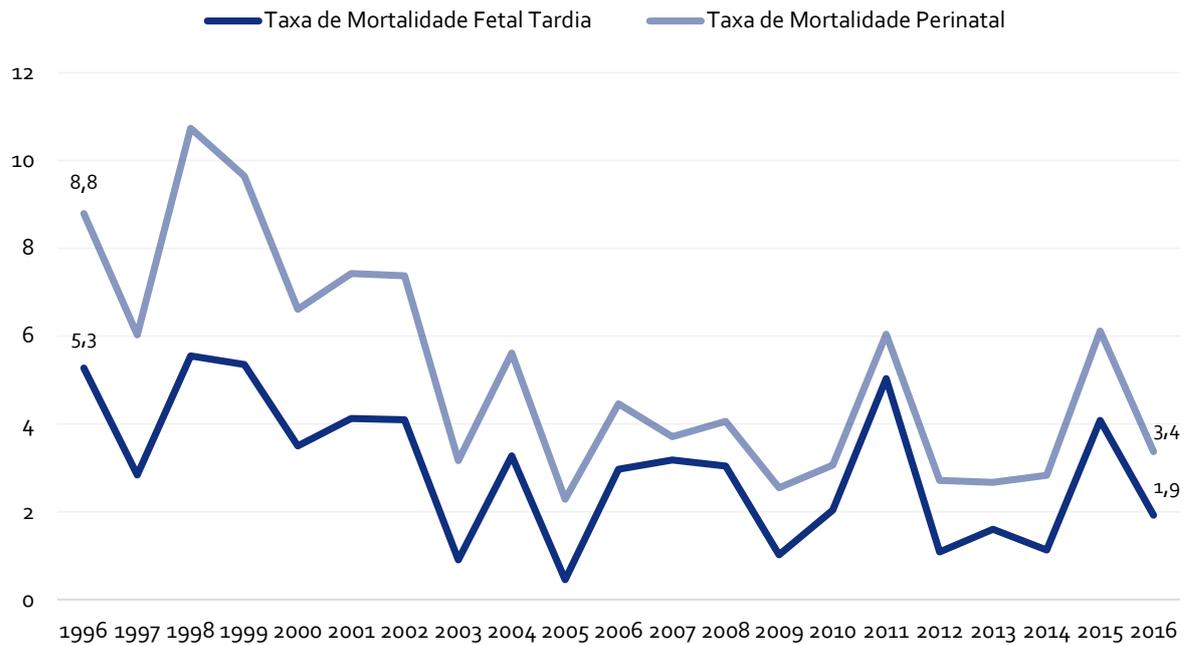


Figura D.3. Taxa de mortalidade fetal tardia e taxa de mortalidade perinatal, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte¹⁹⁸)

Relativamente à **taxa de mortalidade fetal tardia**, e da observação da Figura D.3., constata-se que, desde 1996, se tem assistido a uma diminuição no valor desta taxa, embora com oscilações acentuadas. A partir de 2009 a taxa variou entre 1.0% e 2.0%, com exceção de 2011 (5.0%) e de 2015 (4.1%), tendo sido de 1.9% em 2016.

A **taxa de mortalidade perinatal** também baixou no período compreendido em 1996 e 2016. Entre 1996 e 2002 apresentava valores mais elevados, que variaram entre os 6.0% (1997) e os 8.8% (1996). A partir de 2003 o valor da taxa baixou substancialmente, variando entre os 2.3% (2005) e os 4.5% (2006), com exceção de 2004 (5.6%), 2011 (6.0%) e 2015 (6.1%). Em 2016 a taxa era de 3.4%.

Na Figura D.4. apresenta-se os dados relativos à **taxa de mortalidade neonatal**, **taxa de mortalidade neonatal precoce** e **taxa de mortalidade pós-neonatal**.¹⁹⁹

¹⁹⁸ <http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/mortalidades/#content> (acedido em 24 de maio de 2018).

¹⁹⁹ A taxa de mortalidade neonatal precoce é o número de crianças que morre antes de completar uma semana de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida.

A taxa de mortalidade neonatal é o número de crianças que morre antes de completar 28 dias de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida.

A taxa de mortalidade pós-neonatal corresponde aos óbitos de crianças entre 28 a 364 dias de vida completos, por 1.000 nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

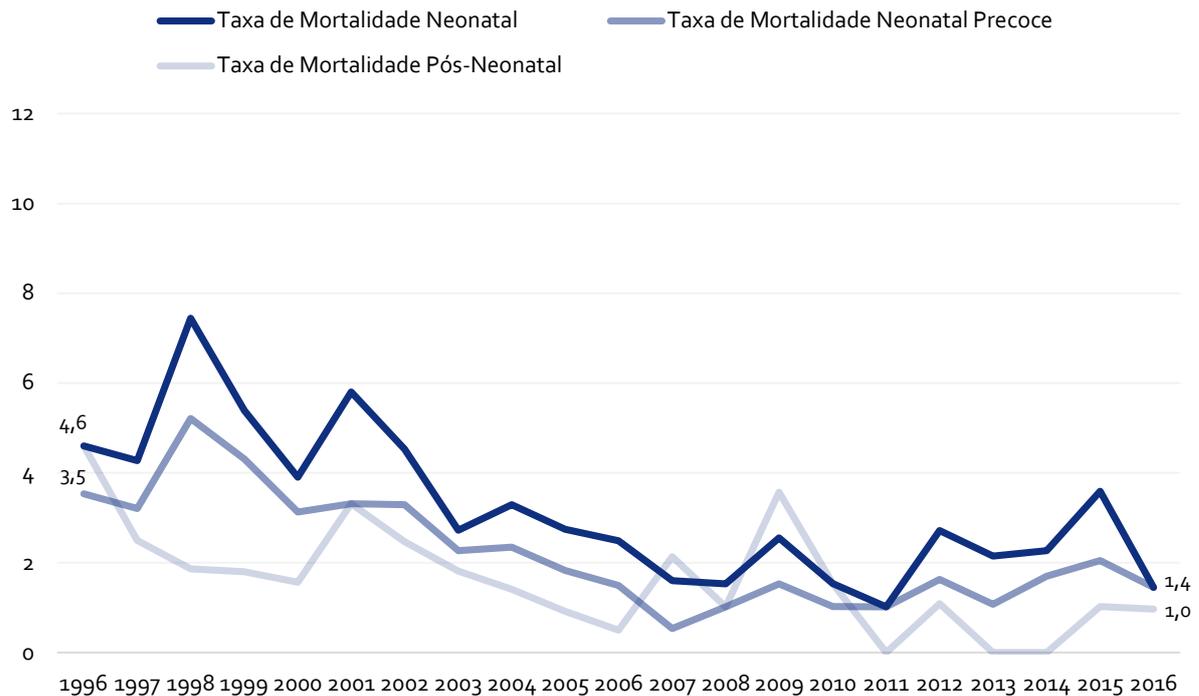


Figura D.4. Taxa de mortalidade neonatal precoce, neonatal e pós-neonatal, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte²⁰⁰)

Pela análise da Figura D.4. constata-se que, relativamente à **taxa de mortalidade neonatal precoce**, no período compreendido entre 1996 e 2002, a taxa manteve-se relativamente constante, variando entre 3,5% e 3,3%. A partir de 2003, assistiu-se a uma diminuição progressiva, passando a taxa de 2,3%, em 2003 para 1,4%, em 2016.

Quanto à **taxa de mortalidade neonatal**, verificou-se um padrão similar ao da taxa de mortalidade neonatal precoce, isto é, entre 1996 e 2002, a taxa manteve-se relativamente constante, variando entre 4,6%, em 1996 e 4,5%, em 2002, com um pico em 1998, em que a taxa atingiu o valor de 7,4%. Entre 2003 e 2016, foi diminuindo de forma progressiva, tendo passado de 2,3% para 1,4%.

Finalmente, no que diz respeito à **taxa de mortalidade pós-neonatal**, assistiu-se a uma diminuição relativamente constante entre 1996 (4,6%) e 2016 (1,0%).

De seguida, apresenta-se na Figura D.5. dados adicionais relativos à mortalidade neonatal.

²⁰⁰ <http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/mortalidades/#content> (acedido a 24 de maio de 2018).

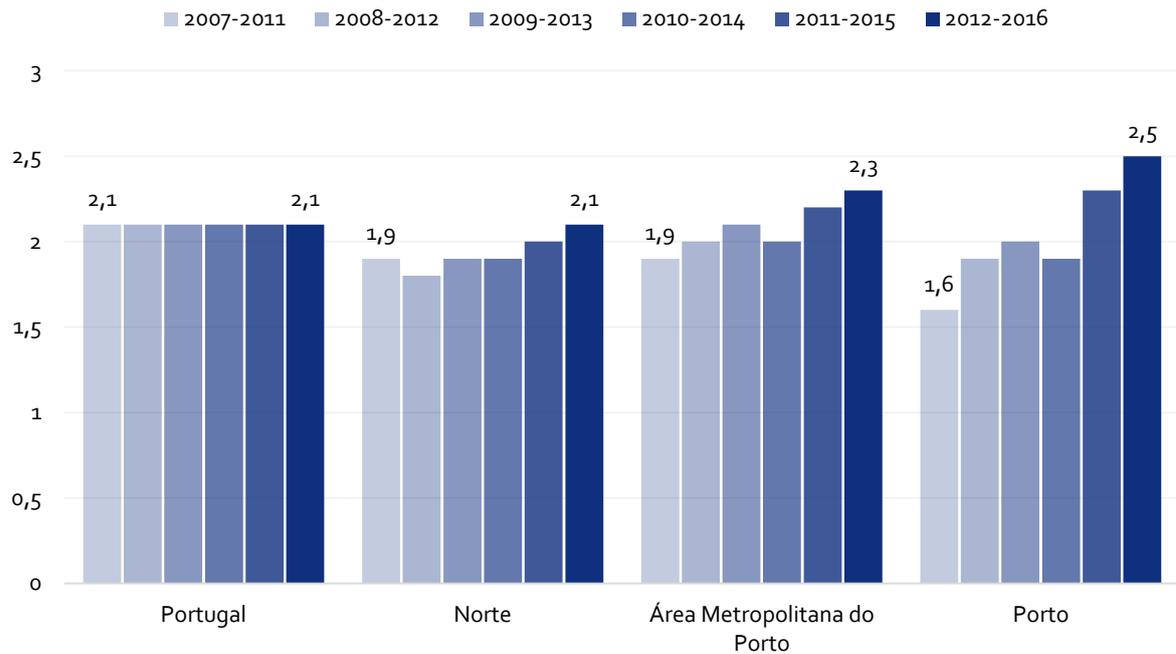


Figura D.5. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2007-2016 (em percentagem; Fonte: INE²⁰¹)

Quanto à **taxa quinquenal de mortalidade neonatal**, constata-se que o concelho do Porto apresentava a taxa mais elevada de mortalidade neonatal para o quinquénio 2012-2016, de 2,5 ‰, por comparação com o país (2,1 ‰), a Região Norte (2,1 ‰) e a AMP (2,3 ‰). (cf. Figura D.5.)

Também se constata que esta taxa se manteve estável para o país, no período compreendido entre 2007 e 2016, mas aumentou na Região Norte (0,2 ‰), mais ainda na AMP (0,4 ‰) e ainda mais no concelho do Porto (0,9 ‰), o que representou um aumento muito significativo de mais de 50% para o concelho do Porto. (cf. idem)

Estes dados parecem refletir o agravamento das condições do Sistema Nacional de Saúde (SNS) a que se assistiu nos últimos anos, especialmente desde o início da crise em 2007-2008.

²⁰¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008710&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 23 de maio de 2018).

NASCIMENTOS: INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ, PARTOS, IDADE DA MÃE E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Seguidamente, nas Figuras D.6. e D.7. apresentam-se os dados relativos às **interrupções voluntárias de gravidez e partos**.

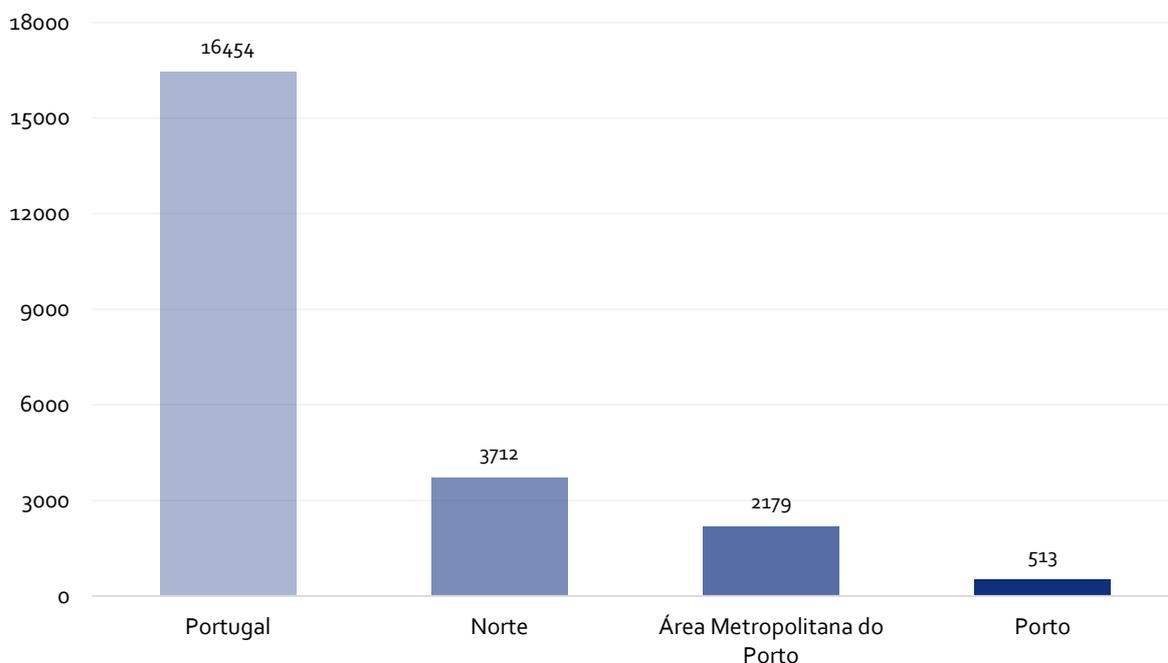


Figura D.6. Interrupção voluntária da gravidez, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2015 (em número; Fonte: INE²⁰²)

Como se pode ver na Figura D.6., do total nacional de 16 454 **interrupções voluntárias de gravidez** legalmente efetuadas nos hospitais no país, o Porto reportou 3.12% (513) das ocorrências.

²⁰²https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008107&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

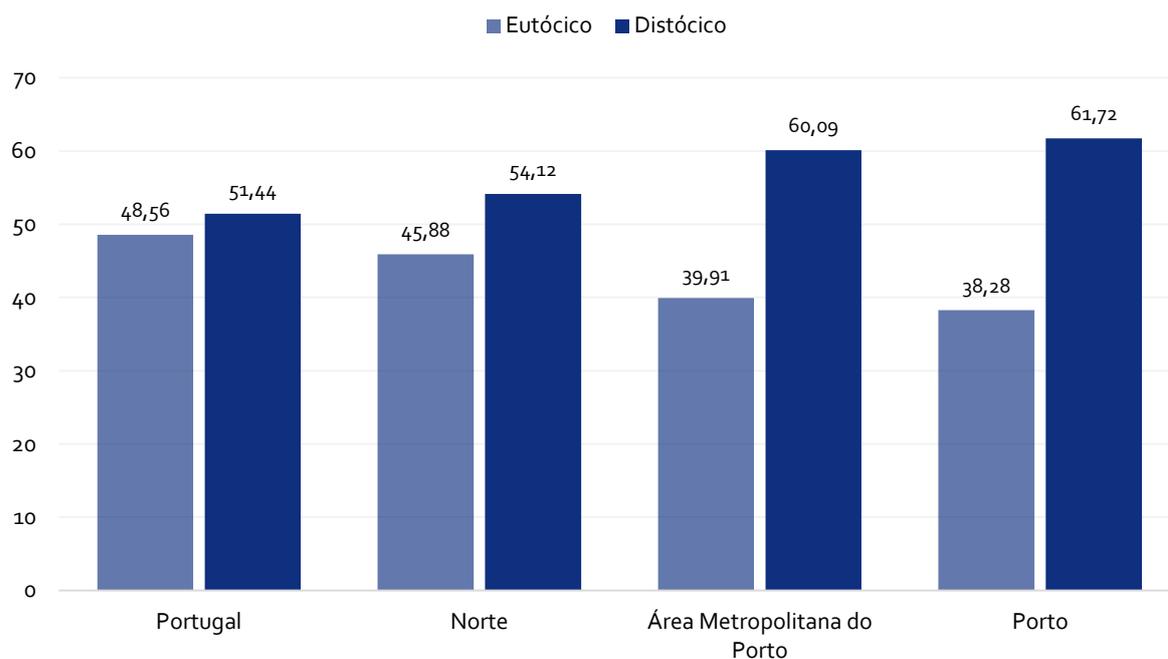


Figura D.7. Partos, por tipo de parto Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE²⁰³)

No que diz respeito aos **partos**, o concelho do Porto apresentou, no conjunto das áreas geográficas em análise, a percentagem mais elevada de partos distócicos, com 61.72% dos partos. Apenas 38.28% dos partos foram eutócicos, isto é, os chamados “partos naturais” (com ou sem anestesia). (cf. Figura D.7.)

Na Figura D.8. apresenta-se a evolução ocorrida, no período compreendido entre 2000 e 2016, no que diz respeito aos **nascimentos pré-termo e baixo peso à nascença**²⁰⁴.

²⁰³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009032&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²⁰⁴ Nascimento pré-termo = nascimento antes das 37 semanas de gestação.

Baixo peso à nascença = bebé nascido a termo, pré-termo ou pós-termo, cujo peso ao nascer seja inferior ao de 90% dos recém-nascidos com a mesma idade gestacional.

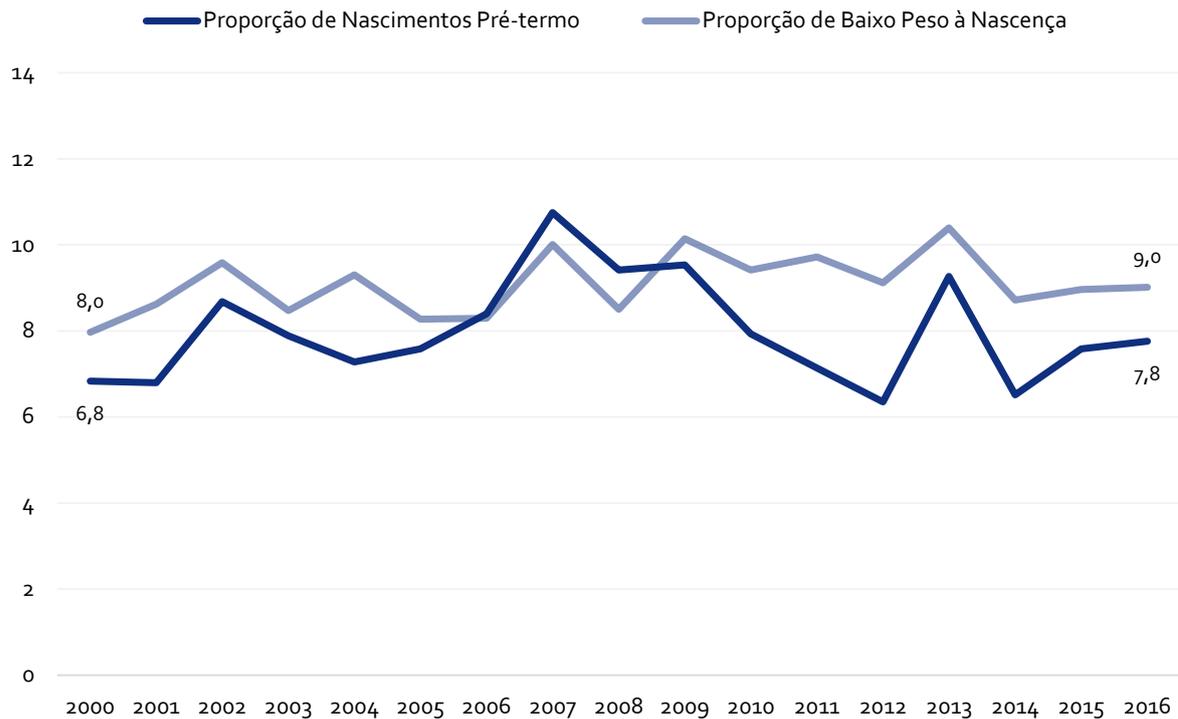


Figura D.8. Nascimentos pré-termo e com baixo peso à nascença, Porto, 2000-2016 (em percentagem; Fonte: INE²⁰⁵)

Da análise da Figura D.8., e no que diz respeito aos **nascimentos pré-termo**, constata-se que a taxa destes nascimentos foi aumentando, entre o ano 2000 (6.8%) e o ano 2006 (8.4%), tendo-se mantido relativamente constante até ao ano 2009 (9.5%), começando a baixar a partir do ano de 2010 (7.9%) e sendo de 7.8% em 2016.

Quanto aos **nascimentos com baixo peso à nascença**, verifica-se que, desde 1996, a taxa aumentou, com algumas flutuações de permeio, sendo de 7.4% em 1996, atingindo o seu valor mais elevado em 2013 (10.4%) e tendo depois diminuído até atingir os 9% em 2016.

Relativamente à idade da mãe no momento do nascimento, a Figura D.9. apresenta a evolução da proporção de **nascimentos em mães com idade inferior a 20 anos** e em **mães com idade igual ou superior a 35 anos**.

²⁰⁵<http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/mortlidades/#content> (acedido em 14 de maio de 2018).

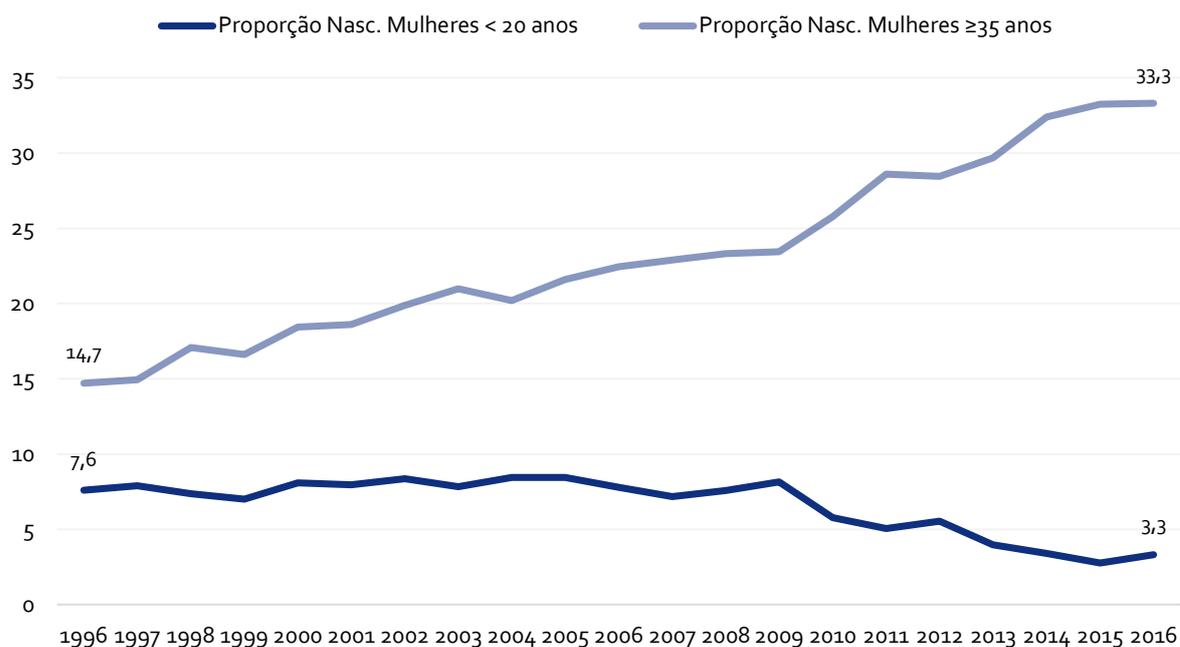


Figura D.9. Nascimentos por idade da mãe, em mulheres com idade inferior a 20 anos e mulheres com 35 ou mais anos de idade, Porto, 1996-2016 (em percentagem; Fonte: INE²⁰⁶)

Da análise da Figura D.9. pode constatar-se que, relativamente aos **nascimentos em mães com idade inferior a 20 anos**, entre 1996 e 2009 a proporção se manteve relativamente constante, variando entre os 7.0% (1999) e os 8.5% (2004). A partir de 2010, assistiu-se a um decréscimo progressivo, passando de 5.8%, em 2010 para 3.3%, em 2016.

Relativamente aos **nascimentos em mães com idade igual ou superior a 35 anos**, tem vindo a ocorrer um incremento progressivo de nascimentos, no período compreendido entre 1996 e 2016, tendo mais do que duplicado o valor nesse intervalo de tempo (14.7%, em 1996 para 33.3%, para 2016).

Seguidamente, apresenta-se na Figura D.10. os dados relativos à **taxa de fecundidade na adolescência**.²⁰⁷

²⁰⁶<http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/mortalidades/#content> (acedido em 13 de março de 2018)

²⁰⁷ Taxa de fecundidade na adolescência = rácio entre o número anual de nados vivos de mães com menos de 20 anos de idade (mães adolescentes), referido ao efetivo médio de mulheres dos 15 aos 19 anos de idade desse ano, por mil mulheres nesta faixa etária.

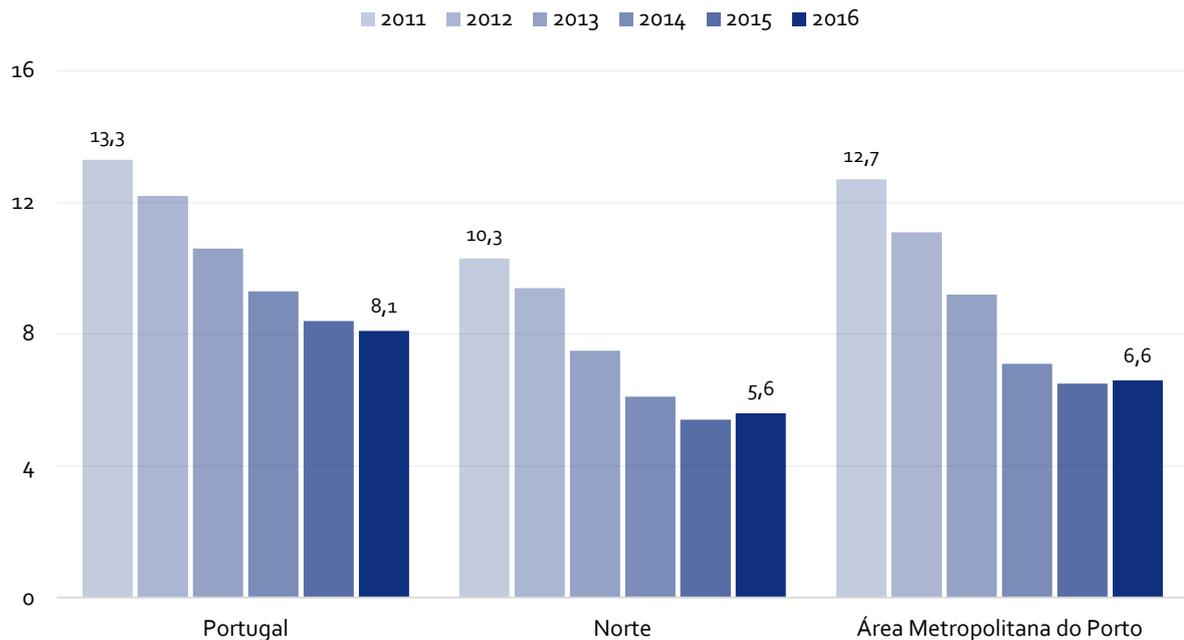


Figura D.10. Taxa de fecundidade na adolescência, Portugal, Norte e AMP, 2011-2016 (em permilagem; Fonte: INE²⁰⁸)

Relativamente a esta taxa, e analisando a Figura D.10., constata-se que, em 2016, a AMP apresentava a segunda taxa mais baixa (6.6‰), depois da taxa da Região Norte (5.6‰), sendo a taxa relativa ao país mais alta (8.1‰). Também se constata que esta taxa tem vindo a diminuir a cada ano, no período compreendido entre 2011 e 2016, em todas as áreas geográficas de referência em análise.

Na AMP passou de 12.7‰, em 2007 para 6.6‰, em 2016 o que representa uma diminuição muito significativa de quase 50%. Estes dados traçam uma evolução bastante positiva, bem como atestam uma eficácia acrescida da prevenção primária a este nível.

Finalmente, na Figura D.11. apresenta-se os dados relativos aos **nados vivos de mães adolescentes**.

²⁰⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008275&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 22 de maio de 2018).

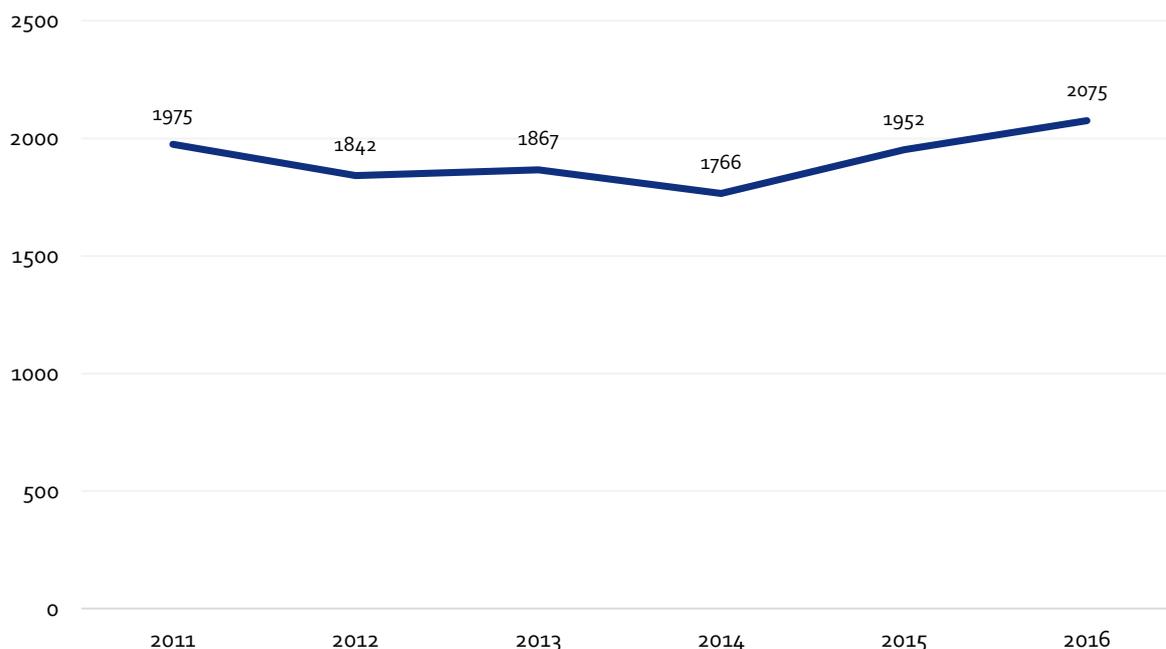


Figura D.11. Nados-vivos de mães adolescentes, Porto, 2011-2016 (em número; Fonte: INE²⁰⁹)

Em 2016 registaram-se no concelho do Porto mais cem **nados-vivos de mães adolescentes**, do que em 2011, o que representou um acréscimo de cerca de 5%. De notar que, nos anos subsequentes a 2011, houve um decréscimo progressivo no número de nados-vivos de mães adolescentes até 2014, ano a partir do qual o número de nados-vivos de mães adolescentes voltou a aumentar. (cf. Figura D.11.)

A proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes no quinquénio de 2012-2016, no concelho do Porto, foi de 3.8%.²¹⁰

Passa-se, de seguida, à apresentação de um conjunto de indicadores de saúde, para a população em geral.

²⁰⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009057&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 12 de abril de 2018).

²¹⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009057&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 12 de abril de 2018).

MORTALIDADE E MORBILIDADES

Na Figura D.12. apresenta-se as **principais causas de morte** no concelho do Porto, em 2016.

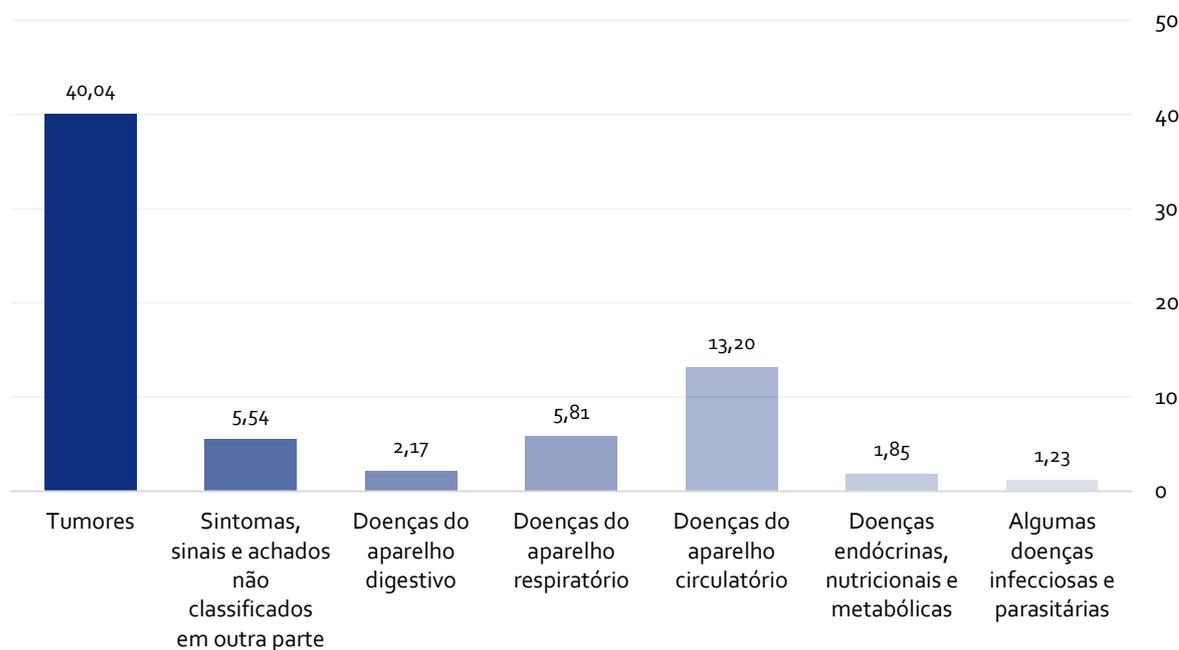


Figura D.12. Óbitos por principais causas de morte, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE²¹¹)

Quanto à **mortalidade global**, constata-se que, para o concelho do Porto, as principais causas de morte em 2016 foram, em primeiro lugar, os tumores (40.04%), seguidas das doenças do aparelho circulatório (13.20%) e em terceiro lugar das doenças do aparelho respiratório (5.81%) (cf. Figura D.12.)

A Figura D.13. apresenta dados sobre a **taxa bruta de mortalidade**, por principais causas de morte, no concelho do Porto no triénio 2012 – 2014.

²¹¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008206&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 17 de maio de 2018).

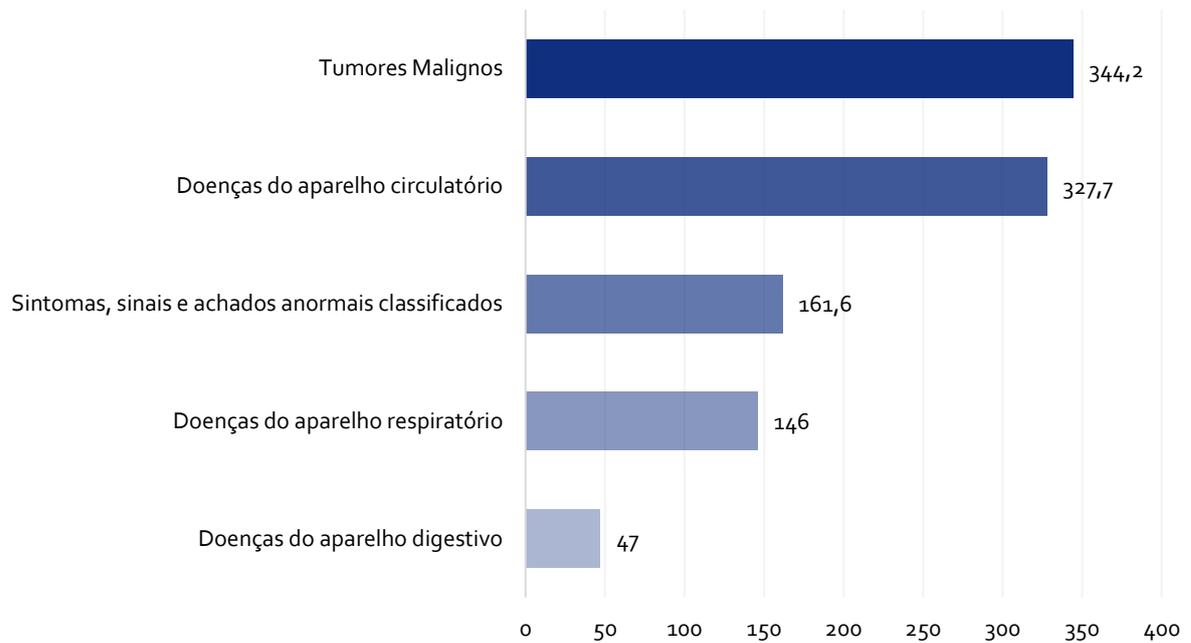


Figura D.13. Taxa bruta de mortalidade por principais causas de morte, Porto, 2012 – 2014 (por 100000 habitantes; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Conforme se pode constatar na Figura D.13., os tumores malignos e as doenças do aparelho circulatório foram, no triénio 2012-2014, as situações clínicas que apresentaram as taxas de mortalidade mais elevadas (344.2/100000 e 327.7/100000, respetivamente), seguidas de sintomas, sinais e achados anormais classificados (161.6/100000) e das doenças do aparelho respiratório (146/100000). Estes dados corroboram os anteriormente apresentados sobre os óbitos por principais causas de morte em 2016.

De seguida são apresentados, na Figura D.14. os dados relativos à **morbilidade** no concelho do Porto, por sexo, em 2015.

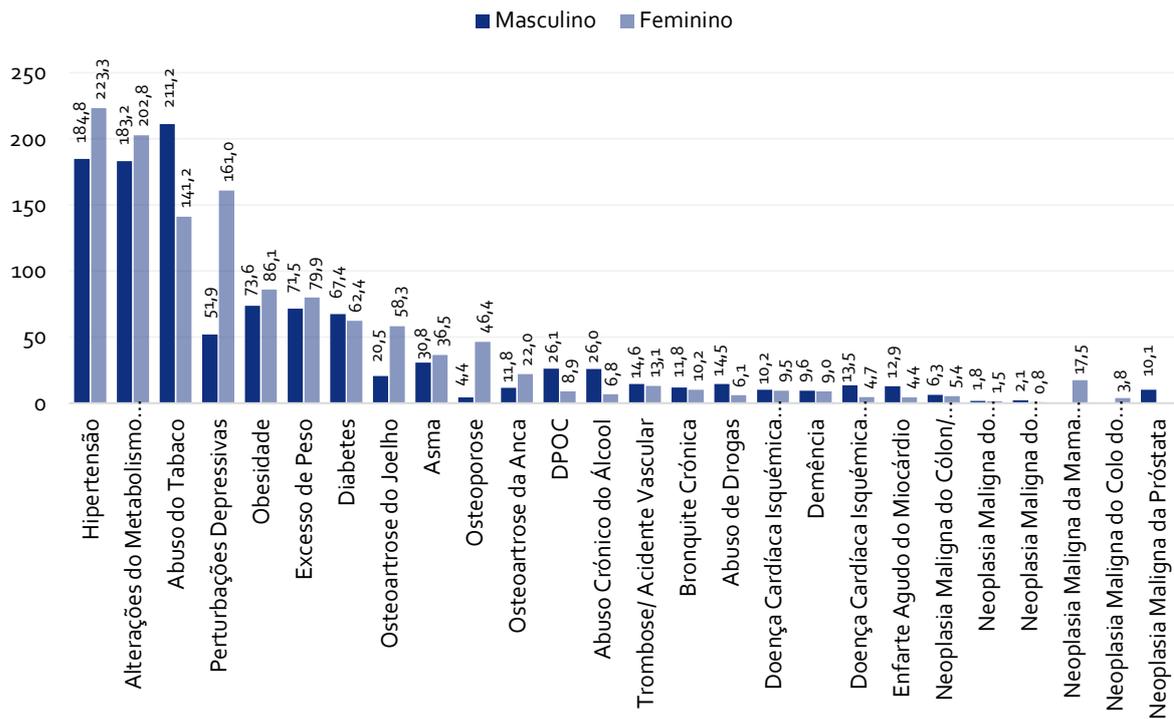


Figura D.14. Inscritas/os por diagnóstico ativo e por sexo, Porto, 2015 (em permilagem; Fonte: Departamento de Saúde Pública da ARS Norte²¹²)

Como se pode analisar pela Figura D.14, as **principais morbilidades** para os homens e para as mulheres foram similares, com algumas pequenas diferenças em termos de expressão e incidência.

Assim, para as mulheres as principais morbilidades foram a hipertensão (223.3‰), as alterações do metabolismo dos lípidos (202.8‰) e as perturbações depressivas (161.0‰). Outras morbilidades com expressão significativa foram o abuso do tabaco (141.2‰), a obesidade (86.1‰), o excesso de peso (79.9‰), a diabetes (62.4‰), a osteoporose (46.4‰), a asma (36.5‰) e a osteoartrose da anca (22.0‰).

Para os homens as principais morbilidades foram o abuso do tabaco (211.2‰), a hipertensão (184.8‰) e as alterações do metabolismo dos lípidos (183.2‰). Outras morbilidades com expressão significativa foram a obesidade (73.6‰), o excesso de peso (71.5‰), a diabetes (67.4‰), as perturbações depressivas (51.9‰), a asma (30.8‰), a DPOC (26.1‰)²¹³ e o abuso crónico do álcool (26.0‰).

²¹²<http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/morbilidades/#content> (acedido em 24 de maio de 2018).

²¹³ Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica.

Na Figura D.15. apresenta-se os dados relativos aos principais diagnósticos ativos, no concelho do Porto, em 2016.

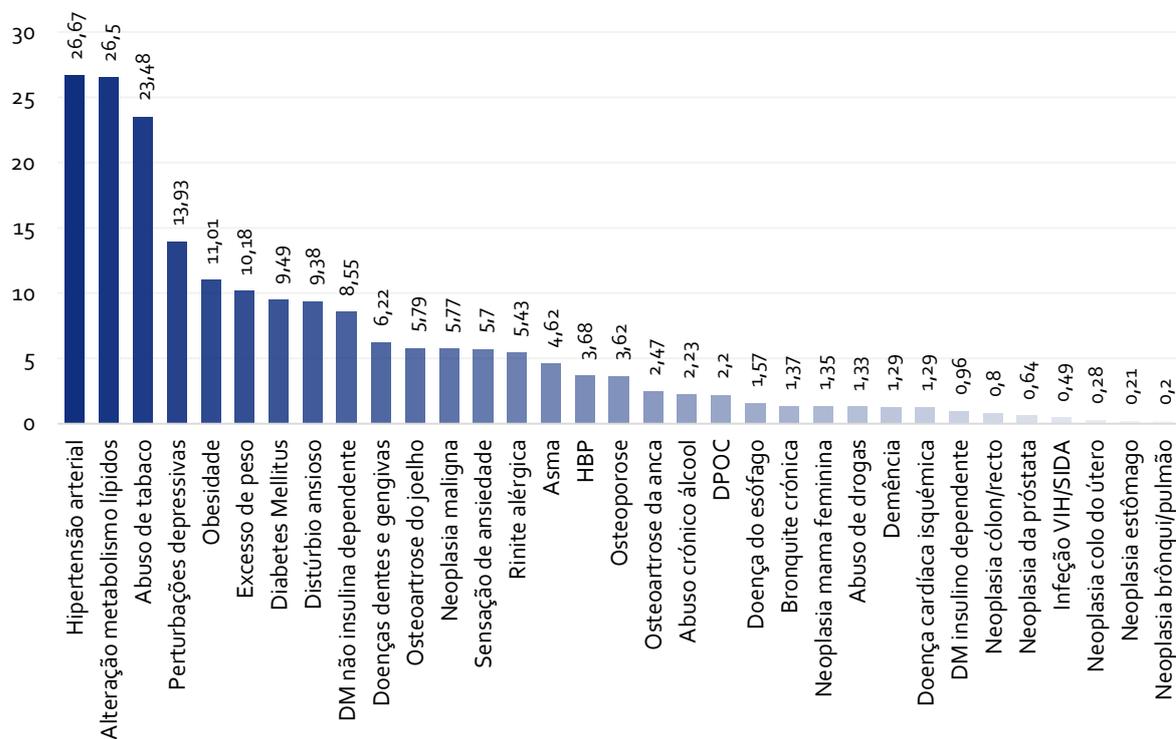


Figura D.15. Principais diagnósticos ativos, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Numa análise global, e tal como se pode observar na Figura D.15., foram seis as situações clínicas que justificaram pelo menos 10% dos diagnósticos ativos no concelho do Porto, em 2016: a hipertensão arterial (26.67%), as alterações do metabolismo dos lípidos (26.5%), o abuso de tabaco (23.48%), as perturbações depressivas (13.93%), a obesidade (11.01%) e o excesso de peso (10.18). Uma referência ainda para a diabetes, com um peso de 9.49% nos diagnósticos ativos no concelho, em 2016. Estes dados articulam e sintetizam os anteriormente apresentados relativos às principais morbilidades por sexo.

DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

De seguida, apresentam-se nas Figuras D.16., D.17. e D.18. alguns dados relativos à **tuberculose**, para o concelho do Porto.

Começa-se por apresentar, na Figura D.16., os dados referentes à evolução da **taxa de notificação e incidência da tuberculose**, no período compreendido entre 2005 e 2016, no concelho do Porto.

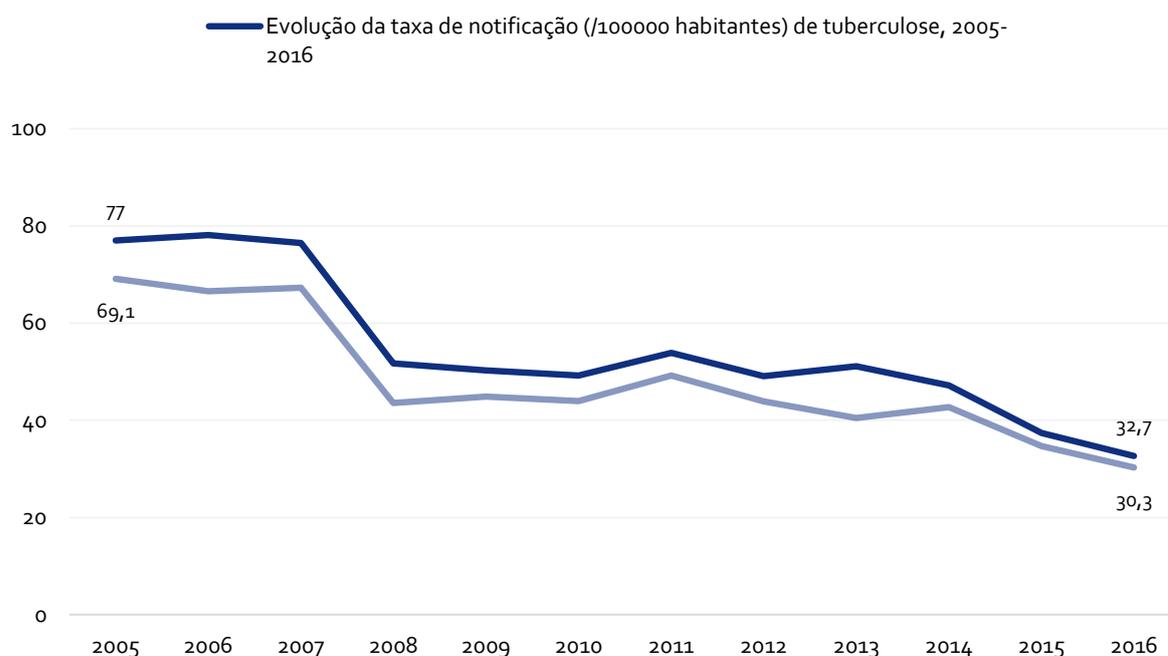


Figura D.16. Taxa de notificação/incidência de tuberculose, Porto, 2005-2016 (por 100000 habitantes; Fonte: Perfil Local de Saúde²¹⁴)

Da análise da Figura D.16. constata-se que o padrão evolutivo da taxa de notificação da tuberculose e da taxa de incidência da tuberculose foi similar.

A taxa de notificação da tuberculose tem vindo a descer no período de tempo em análise. Entre 2005 e 2007 o seu valor rondou os 77/100 000, baixando para 51.7/100 000, em 2008 e mantendo-se em valores similares até 2014 (47.2/100 000), baixando de novo em 2015 (37.4/100 000) e atingindo o valor de 32.7/100 000 em 2016.

O padrão para a taxa de incidência de tuberculose foi bastante similar. Isto é, entre 2005 e 2007 apresentava valores no intervalo entre 69.1/100 000 (2005) e 67.3/100 000 (2007). Baixou para valores a rondarem os 42-43/100 000, entre 2008 e 2014 e voltou a baixar em 2015 (34.7/100 000), sendo o seu valor, em 2016, de 30.3/100000.

²¹⁴http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/01/PeLS2017_A16_Porto.pdf (acedido em 24 de maio de 2018).

Quanto ao número de registo de **Resultado de Tuberculose Positivo ou Alterado**, no concelho do Porto no ano de 2016, foram reportados no total 45 casos (homens: 36 e mulheres: 9).²¹⁵

A Figura D.17. apresenta os dados relativos ao número de **casos da tuberculose**, no período compreendido entre 2000 e 2016, no concelho do Porto.

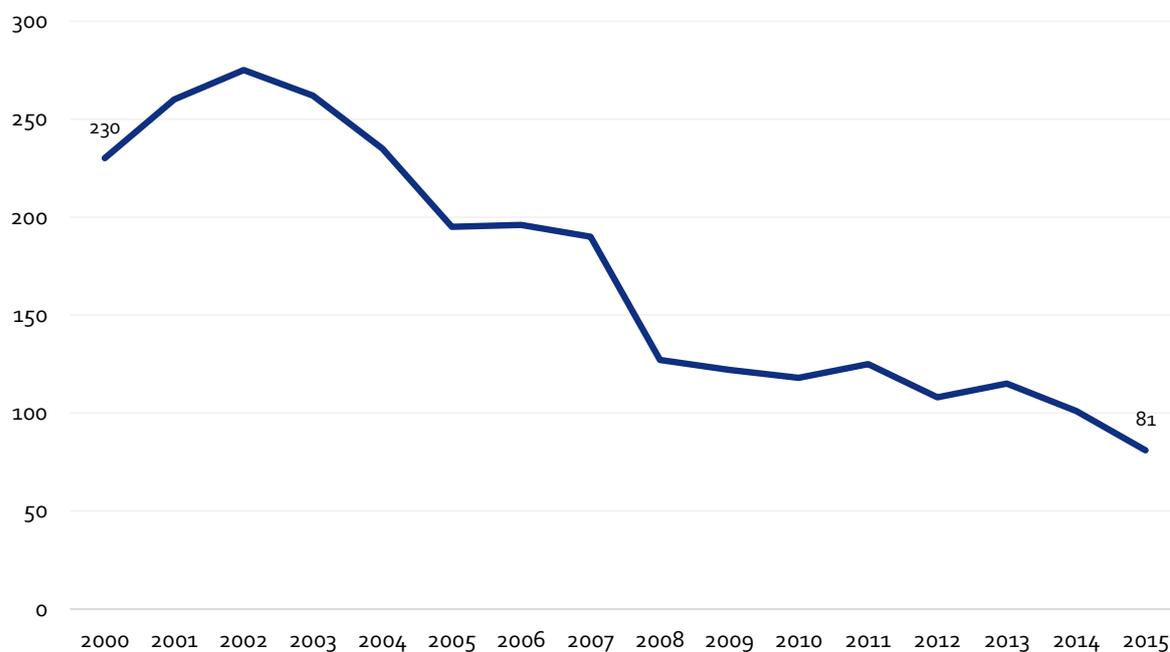


Figura D.17. Casos de Tuberculose (SVIG-TB), Porto, 2000 - 2015 (em número; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Da análise da Figura D.17. constata-se que, entre o ano 2000 e o ano 2002, houve um incremento no número de casos de tuberculose na ordem dos 20% (19.27%, passando de 230 para 275 casos). A partir de 2003 e até 2008, ocorreu uma descida acentuada no número de casos de tuberculose de mais de 50% (concretamente de 53.82%, passando de 275 casos para 127). A descida no número de casos continuou a ocorrer entre 2009 e 2015, embora de forma menos acentuada, tendo o número de casos baixado de 122, em 2009 para 81 casos, em 2015 (descida de 33.61%).

Finalmente, na Figura D.18. apresenta-se os dados relativos ao número de casos de **tuberculose respiratória**, notificados no triénio 2014 - 2016, no concelho do Porto.

²¹⁵ Fonte: DICAD/ARS Norte.

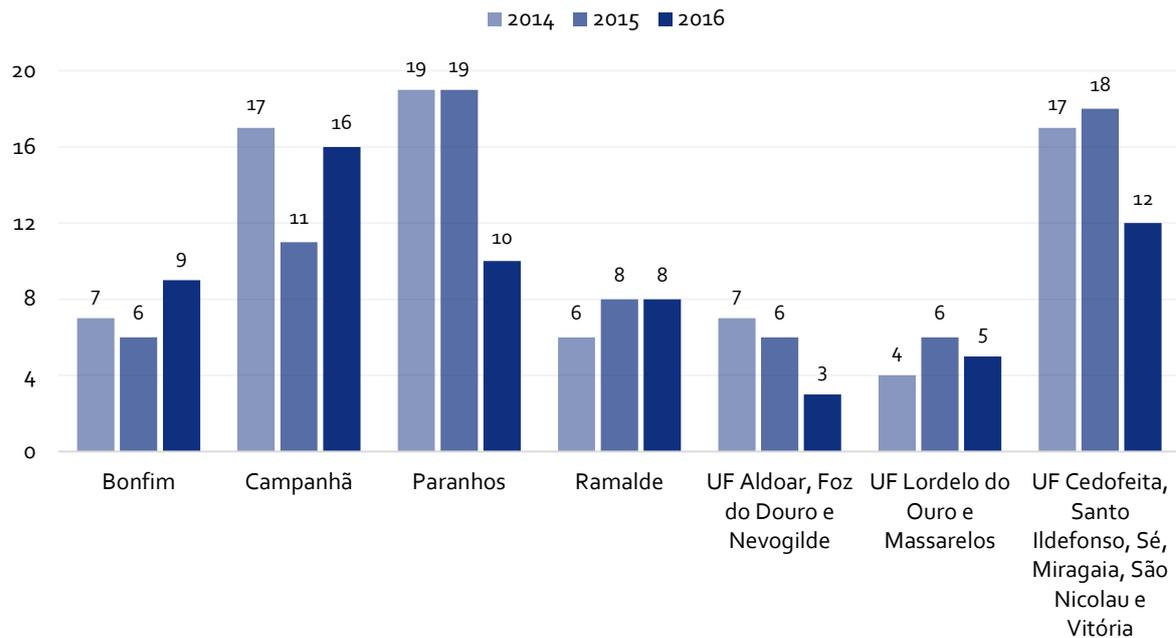


Figura D.18. Casos de Tuberculose Respiratória notificados, Porto, 2014 - 2016 (em número; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Da análise da Figura D.18. verifica-se que, em 2016, as freguesias/uniões de freguesia com o maior número de notificações de tuberculose respiratória foram Campanhã (16), a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (12) e Paranhos (10). Por outro lado, Paranhos, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde foram as freguesias/uniões de freguesia onde se assistiu às maiores descidas no número de notificações de casos de tuberculose respiratória (de menos 9, 5 e 4 notificações, respetivamente). Em Campanhã houve uma descida acentuada no número de notificações entre 2014 e 2015 (6 casos), mas entre 2015 e 2016 foram notificados mais 5 casos.

Nas freguesias do Bonfim e Ramalde e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos subiu o número de notificações de casos de tuberculose respiratória no triénio 2014 – 2016 (mais dois casos no Bonfim e em Ramalde e mais um caso União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Na Figura D.19 apresenta-se os dados relativos à **taxa de incidência da SIDA e da infeção VIH**, para o concelho do Porto.

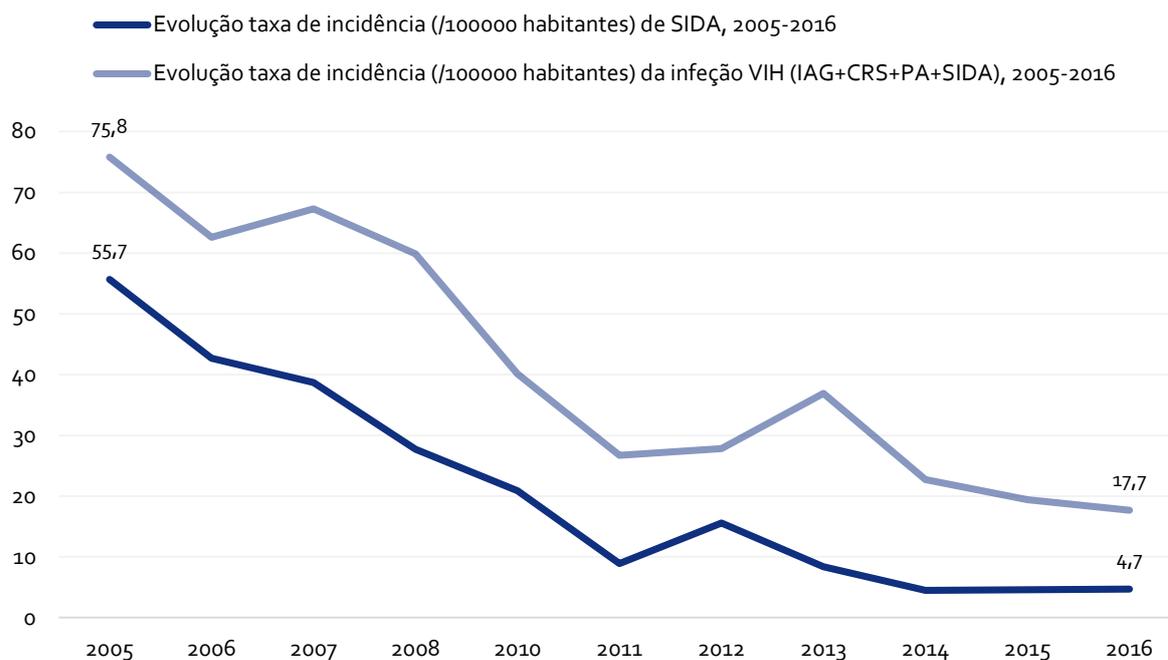


Figura D.19. Taxa de incidência da SIDA e infecção VIH, Porto, 2005-2016 (por 100 000 habitantes; Fonte: Perfil Local de Saúde²¹⁶)

Tal como se pode observar na Figura D.19. quanto à evolução da taxa de incidência de SIDA e da infecção VIH (IAG+CRS+PA+SIDA) constata-se que, relativamente à taxa de incidência de SIDA, esta tem vindo a diminuir de forma significativa a cada ano que passa, tendo passado de 55.7/100000, em 2005 para 4.7/100000, em 2016. No que diz respeito à taxa de notificação da infecção VIH (IAG+CRS+PA+SIDA) esta também baixou significativamente nesse intervalo de tempo, embora com uma progressão não tão linear, tendo passado de 75.8/100000, em 2005 para 17.7/100000, em 2016.

A Figura D.20. apresenta os dados relativos aos casos de **infecção por VIH, por sexo**, em Portugal, no período compreendido entre 2012 e 2016.

²¹⁶http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/01/PeLS2017_A16_Porto.pdf (acedido em 24 de maio de 2018).

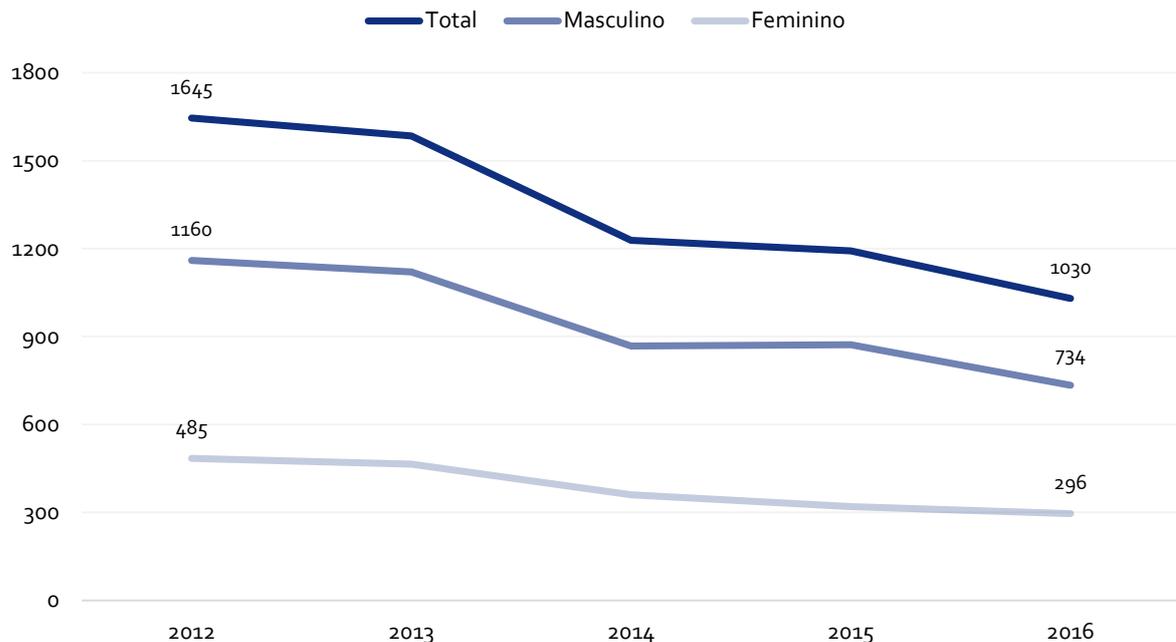


Figura D.20. Casos de infeção por VIH, por sexo, Portugal, 2012-2016 (em número; Fonte: INSA, Morbilidade por HIV/SIDA²¹⁷)

Da observação da Figura D.20. verifica-se que se assistiu a uma tendência de diminuição do número de casos, tanto globalmente, como por sexo. De facto, assistiu-se a um decréscimo superior a 35% (37.39% para o total, 36.72% para os homens e 38.97% para as mulheres). De notar também que, em todos os anos em análise, o número de infeções por VIH nos homens foi sempre superior ao das mulheres, sendo o número de casos de infeção por HIV nas mulheres inferior ao dos homens, em mais de 50%.

Finalmente, analisando mais detalhadamente os dados relativos ao ano de 2016, no que se refere à infeção por VIH, em 2016 reportaram-se 1 030 novos casos de infeção no país (três em crianças com idade inferior a 15 anos). Destes, 237 foram referentes à Região Norte, o que corresponde a uma percentagem de 23.01% e uma taxa de incidência de 6.6/100000. Relativamente ao perfil dos indivíduos afetados, predominam os indivíduos do sexo masculino (71.5%) e com idades compreendidas entre os 30-39 anos (26%) e os 40-49 anos (23.9%). A principal via de transmissão foi o contacto sexual, maioritariamente contacto sexual heterossexual (57.1%), seguido do contacto sexual homossexual/bissexual (35.6%). A transmissão por toxicod dependentes foi quase residual, com apenas 2.8% dos casos.

²¹⁷ A informação sobre casos de infeção por VIH, fornecida ao INE pelo Instituto Nacional de Saúde, é atualizada continuamente ao longo do tempo, à medida que nova informação é compilada. Todos os dados apresentados estão atualizados à data de 31 de dezembro de 2016.

Nas duas figuras seguintes apresentam-se alguns dados relativos às **doenças de declaração obrigatória**, no concelho do Porto.

Na Figura D.21. apresenta-se dados comparativos relativos aos casos notificados de doenças infecciosas de declaração obrigatória, em 2014.²¹⁸

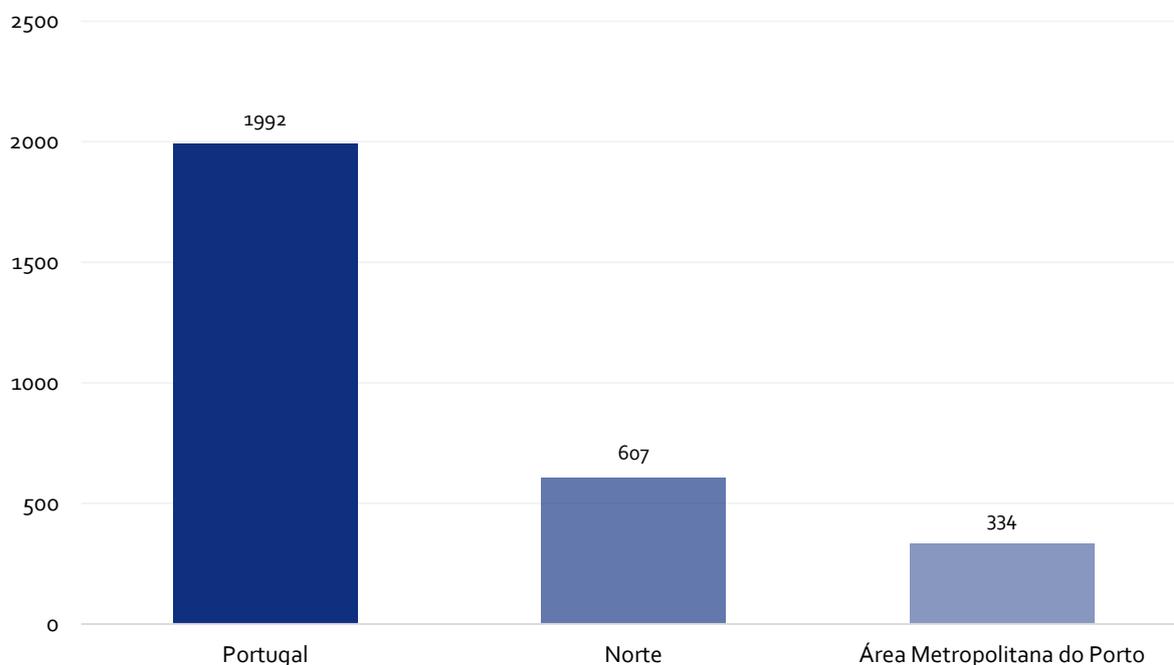


Figura D.21. Casos notificados de doenças de declaração obrigatória, Portugal, Continente, Norte e AMP, 2014 (em número; Fonte: INE²¹⁹)

Pela análise da Figura D.21. constata-se que, em 2014, foram notificados em Portugal 1 992 casos de doenças de declaração obrigatória. Destes, 607 diziam respeito à Região Norte e 334 à AMP, o que correspondia a 16.77% das notificações.

Na Figura D.22. apresenta-se os dados relativos ao número de **casos possíveis, prováveis e confirmados de doenças de notificação obrigatória (DNO)** notificados, no concelho do Porto, em 2016.

²¹⁸ Para informação acerca dos critérios de classificação de doenças de declaração obrigatória consultar: Doenças de declaração obrigatória. 2012-2015. Volume I – Portugal (2016). Direção-Geral da Saúde. (<https://www.dgs.pt/portal-da-estatistica-da-saude/>).

²¹⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008458&contexto=bd&selTab=tab2

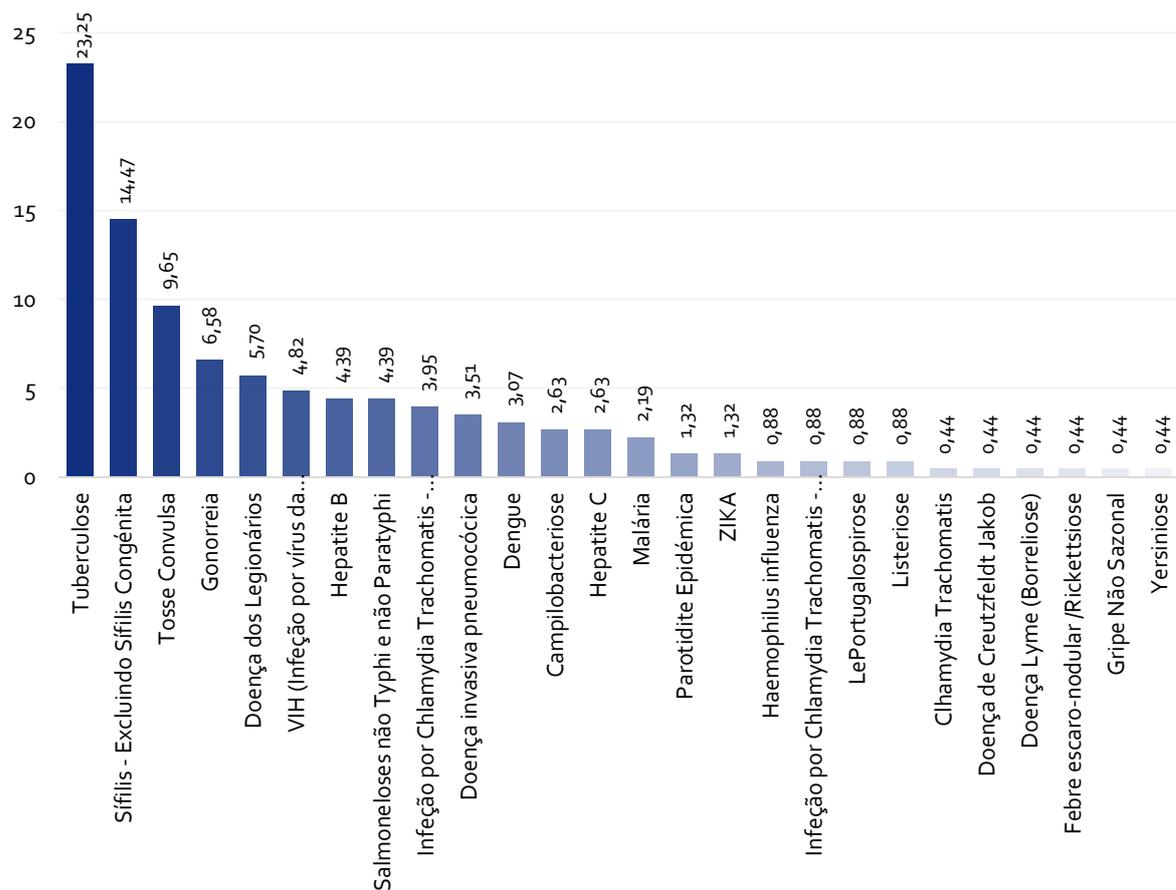


Figura D.22. Casos possíveis, prováveis e confirmados de DNO notificadas, Porto, 2016 (em percentagem;
 Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Em 2016 foram notificados 228 casos de doenças de notificação obrigatória no concelho do Porto. Da observação da Figura D.22. pode verificar-se que a Tuberculose foi a doença com maior número de notificações (23.25%, 53 casos), seguida da Sífilis (exceto congénita; 14.47%, 33 casos), da Tosse Convulsa (9.65%, 22 casos), da Gonorreia (6.58%, 15 casos), da Doença dos Legionários (5.7%, 13 casos), do VIH (4.82%, 11 casos), da Hepatite B (4.39%, 10 casos) e da Salmoneloses não Typhi e não Paratyphi (4.39%, 10 casos). Nas restantes 18 doenças de notificação obrigatória, as notificações foram inferiores aos 10 casos, em cada uma.

Em seguida apresentam-se alguns indicadores que dizem respeito aos **recursos humanos** e à **oferta de serviços na área da saúde**, no concelho do Porto.

RECURSOS HUMANOS NO DOMÍNIO DA SAÚDE

As figuras seguintes apresentam os **recursos humanos na saúde**, nomeadamente o rácio entre médicas/os por 1 000 habitantes, de enfermeiras/os por 1 000 habitantes e de médicas/os dentistas por 1 000 habitantes.

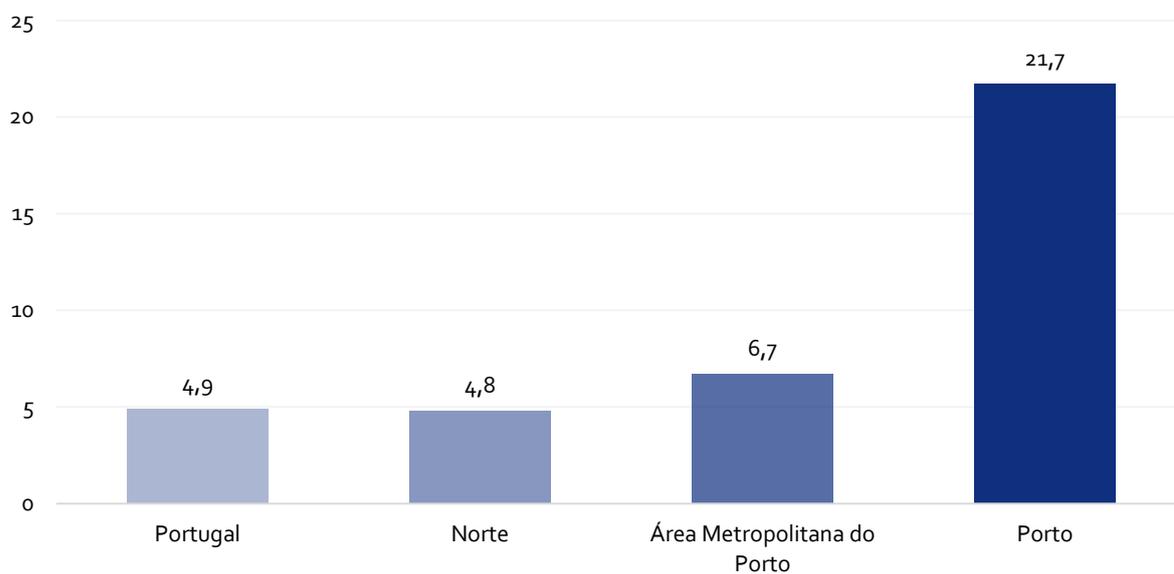


Figura D.23. Médicas/os por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: INE²²⁰)

²²⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 12 de abril de 2018).

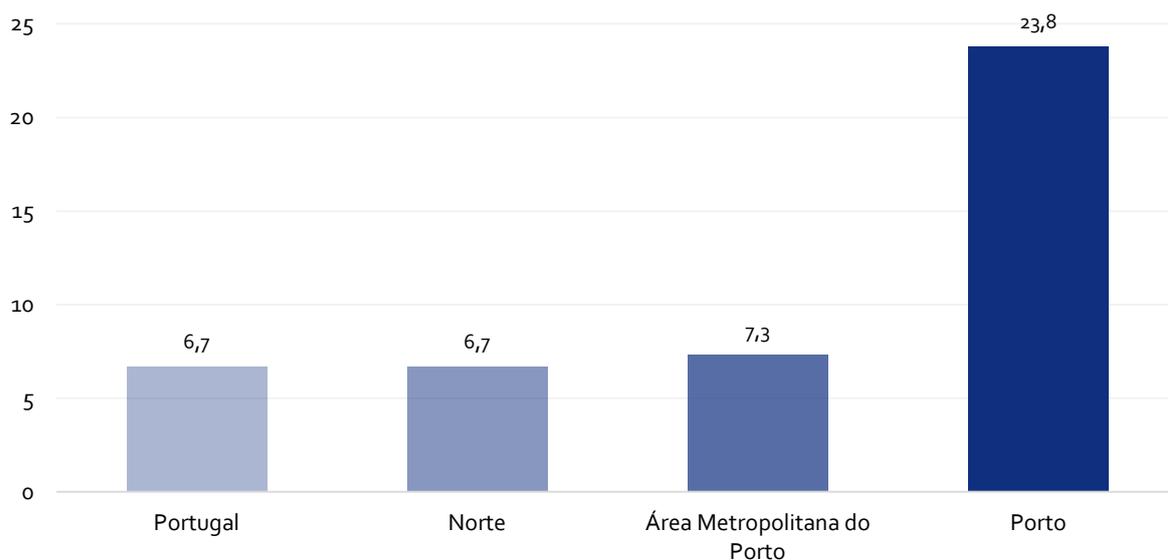


Figura D.24. Enfermeiras/os por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: INE²²¹)

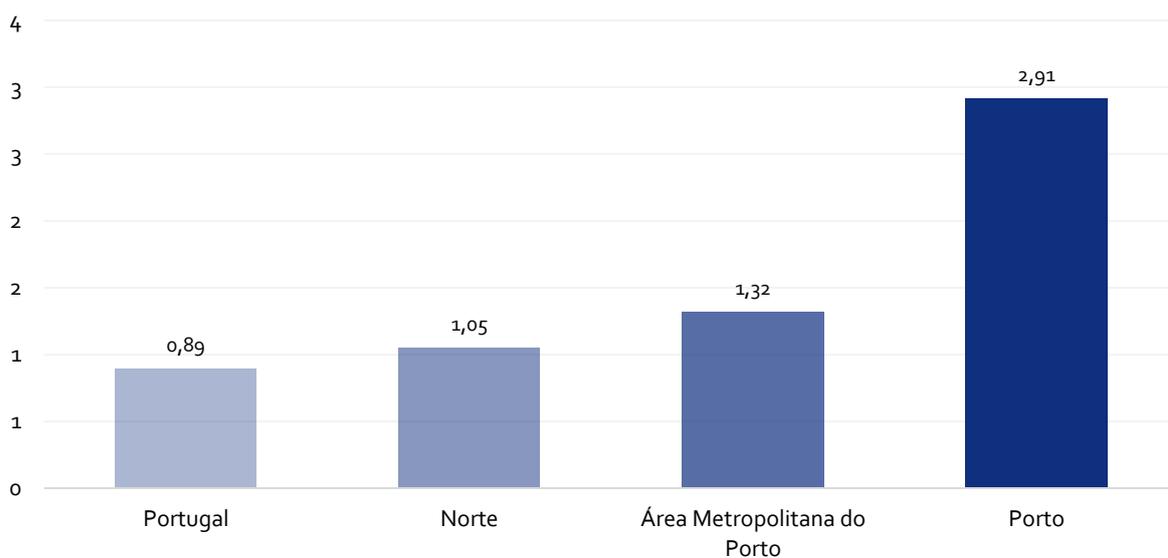


Figura D.25. Médicas/os dentistas por 1 000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: INE²²²)

Da análise das Figuras D.23., D.24. e D.25., e relativamente aos recursos humanos no domínio da saúde, verifica-se que o concelho do Porto apresentava taxas por mil habitantes significativamente superiores às da AMP e Região Norte e também do país. O concelho do Porto apresentava uma

²²¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008277&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 12 de abril de 2018).

²²²https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 21 março de 2018).

taxa de 21.7 médicas/os por mil habitantes, que era quase quatro vezes superior à da AMP, que apresentava uma taxa de 6.7/1000 (a taxa para o país era de 4.9/1000). Apresentava também uma taxa de 23.8 enfermeiras/os por 1000 habitantes, enquanto a AMP tinha uma taxa de 7.3/1000 e o país 6.7/1000. Finalmente, verificava-se uma taxa de médicas/os dentistas de 2.91/1000, enquanto que na AMP a taxa era de 1.32/1000 e no país era de 0.89/1000.

Do conjunto de indicadores relativos aos recursos humanos na área da saúde, constata-se que o Porto usufruía de uma situação relativamente favorável, comparativamente à área metropolitana e Região Norte e também relativamente ao país. No entanto, importa referir que os recursos disponíveis ao nível concelhio não servem unicamente a população residente no concelho, servindo uma área geográfica bastante mais abrangente, que se estende a toda a Região Norte, especialmente ao nível da prestação de cuidados de saúde mais especializados.

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES: CAMAS, CONSULTAS, OCORRÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES E PESSOAL AO SERVIÇO

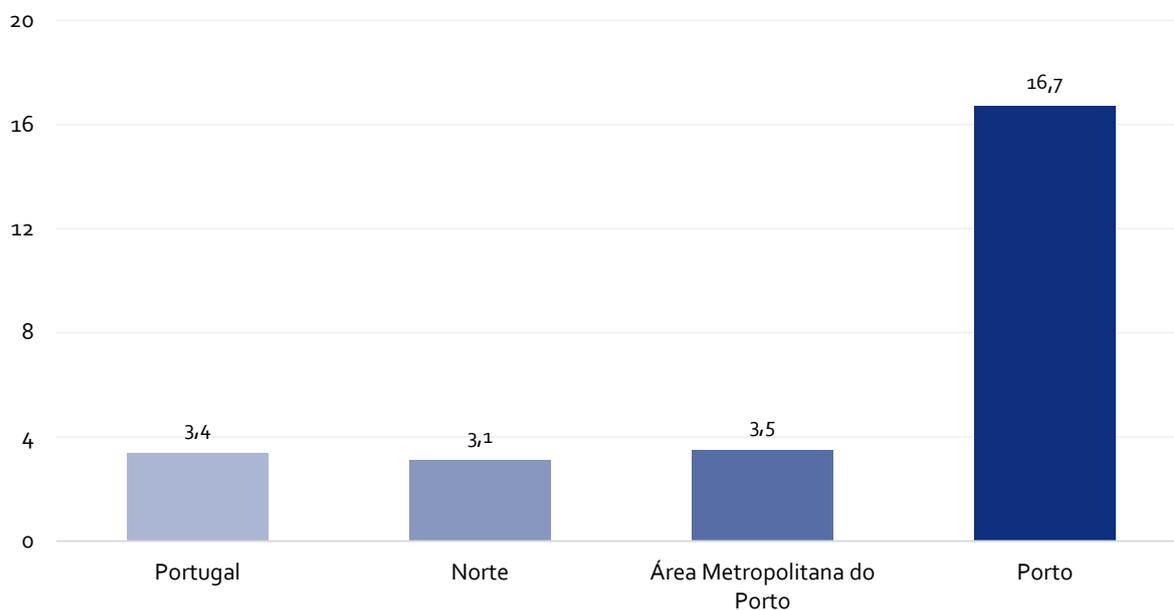


Figura D.26. Camas nos hospitais por 1000 habitantes, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: INE²²³)

Relativamente aos **recursos materiais e de infraestruturas** existentes, o concelho do Porto apresentava uma dotação em número de camas de 16.7 camas por cada mil habitantes, o que correspondia a cerca de quatro vezes a dotação em número de camas da AMP (3.5/1000) e do país (3.4/1000) (cf. Figura D.26.).

Quanto à **rede de equipamentos hospitalares** existentes no concelho, contavam-se 12 equipamentos privados e sete públicos, alguns dos quais foram, entretanto, agregados em centros hospitalares.

²²³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009099&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 21 março de 2018).

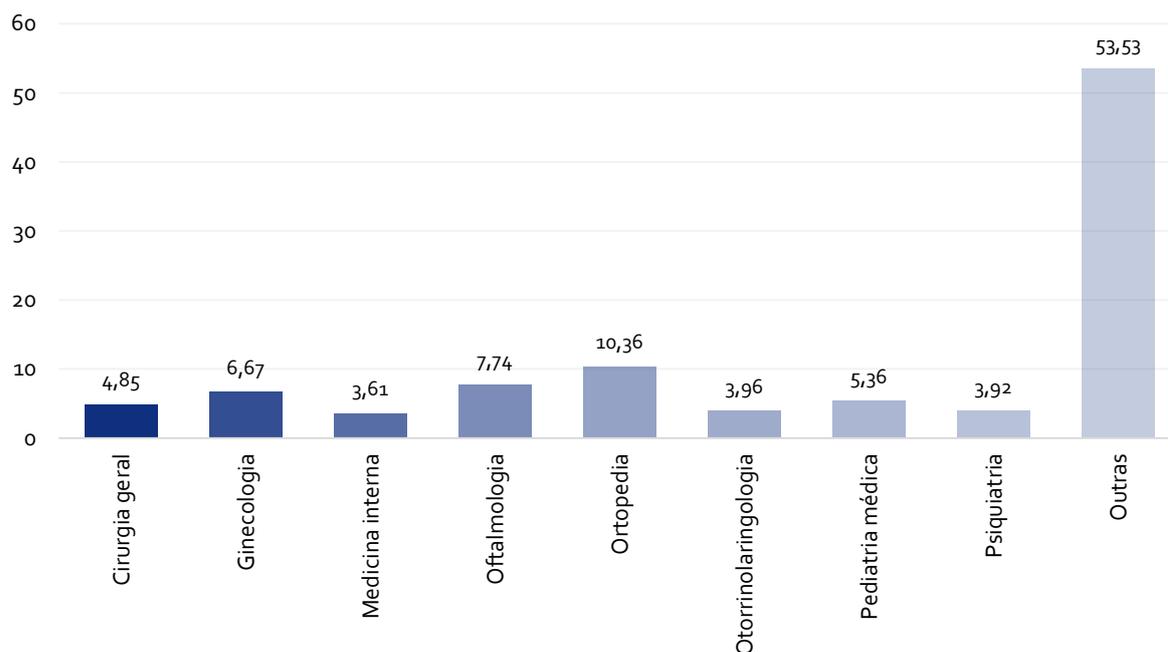


Figura D.27. Consultas externas por especialidade, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE²²⁴)

Nestes equipamentos hospitalares foram realizadas, em 2016, um total de 2 453 986 consultas, no conjunto das especialidades. As especializadas com mais consultas realizadas foram, em primeiro lugar, a ortopedia com 10.36% (254 313), em segundo lugar a oftalmologia com 7.74% (189 960) e em terceiro lugar a ginecologia, com 6.67% (163 593) (cf. Figura D.27.).

No que se refere aos **internamentos** no ano de 2016, foram realizados 139 537 internamentos²²⁵ no Porto, aos quais corresponderam 1 084 793 dias de internamento.²²⁶

Em 2016, foram efetuados 489 052 **atendimentos em serviço de urgência** nos hospitais do concelho do Porto²²⁷. Na Figura D.28. apresenta-se as principais tipologias de ocorrências pré-hospitalares.

²²⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008105&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²²⁵https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008103&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²²⁶https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008104&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²²⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008108&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

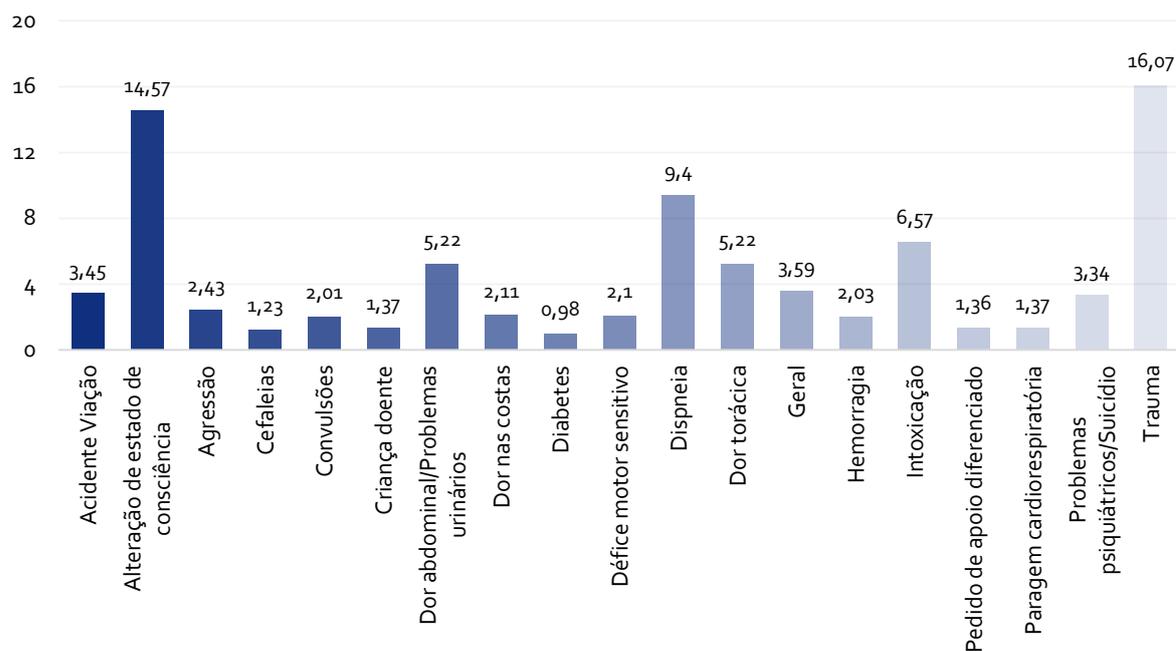


Figura D.28. Principais tipologias de ocorrências pré-hospitalares, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE²²⁸)

Do total de 40 496 **ocorrências pré-hospitalares**, em 2016, as tipologias com maior percentagem de ocorrências pré-hospitalares foram o trauma (16.07%), seguido das alterações do estado de consciência (14.57%) e da dispneia (9.4%). De entre as outras tipologias, os acidentes de viação foram responsáveis por 3.45% das ocorrências, as situações de agressão por 2.43%, as paragens cardiorrespiratórias por 1.37% e os problemas psiquiátricos/suicídio por 3.34%.

Na Figura D.29. apresenta-se a distribuição do pessoal ao serviço nos hospitais.

²²⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009032&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

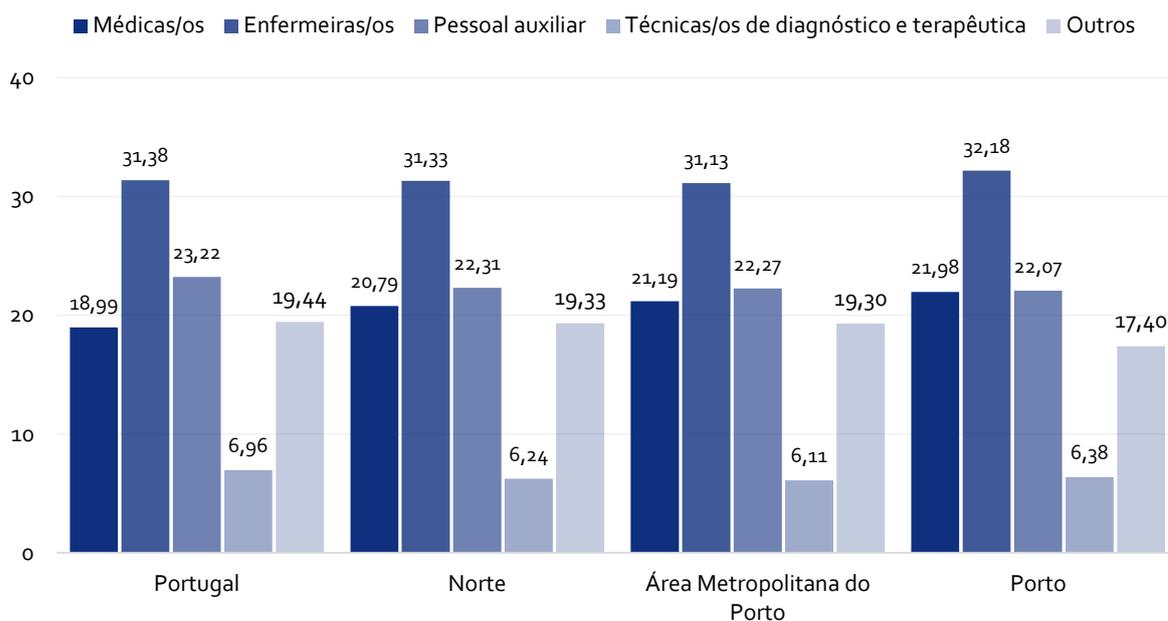


Figura D.29. Pessoal ao serviço nos hospitais, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE²²⁹)

Da análise da Figura D.29. constata-se que o padrão de distribuição do pessoal ao serviço nos hospitais do concelho do Porto replicava o padrão de distribuição da AMP e do país, sendo as/os enfermeiras/os o grupo profissional mais representado, com 32.18%, seguido do pessoal auxiliar, com 22.07%, depois as/os médicas/os, com 21.98% e finalmente as/os técnicas/os de diagnóstico e terapêutica, com 6.38%. A categoria "Outros" engloba 17.4% do pessoal ao serviço nos hospitais.

Por último, quanto a **equipamentos específicos de diagnóstico**, só foi possível aceder a dados relativos à região Norte. Esta região apresentava uma taxa de scanners para tomografias axiais computadorizadas²³⁰ de 2.9/100 000 e unidades de ressonância magnética²³¹ de 0.8/100 000 nos hospitais, semelhantes às taxas do Continente e do país.

²²⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008106&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²³⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009037&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

²³¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009038&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 22 de março de 2018).

INDICADORES DE SAÚDE PARA OS ACES

Depois de apresentado o conjunto de indicadores caracterizadores do estado geral de saúde das/os residentes no concelho e também de caracterização dos serviços gerais de saúde, apresenta-se, de seguida, um outro conjunto de indicadores relativos aos Agrupamentos de Centros de Saúde (doravante ACeS) do concelho do Porto.

Na atualidade os centros de saúde encontram-se integrados em ACeS.

“Os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) são unidades de gestão, compostas por um ou mais Centros de Saúde, integradas nas Administrações Regionais de Saúde ou em Unidades Locais de Saúde, responsáveis pela organização e integração da prestação de Cuidados de Saúde Primários. (...) são serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que agrupam um ou mais Centros de Saúde, e têm como missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica. Os ACeS são serviços desconcentrados da respetiva Administração Regional de Saúde, IP, estando sujeitos ao seu poder de direção.”²³²

Em Portugal continental existem 55 ACeS e no município do Porto existem dois, ACeS Porto Oriental e ACeS Porto Ocidental.

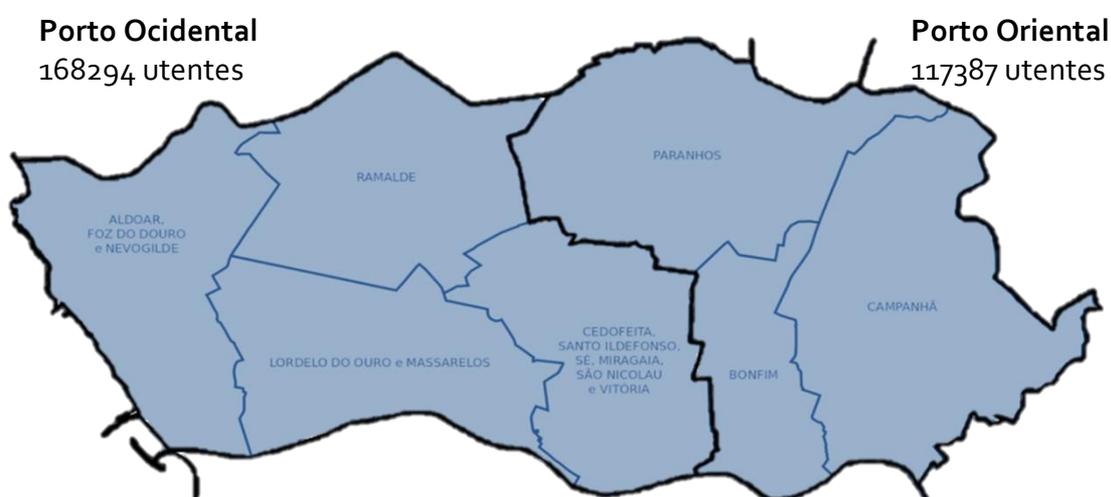


Figura D.30. Utentes por ACeS Porto Ocidental e Porto Oriental e ACeS Porto Ocidental e Porto Oriental, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (Fonte: SNS)

²³² ACeS Médio Tejo – Gabinete do Cidadão. Guia de Acolhimento – ACeS Médio Tejo (2016).

O ACeS Porto Oriental abrange as freguesias do Bonfim, Campanhã e Paranhos e o ACeS Porto Ocidental abrange a freguesia de Ramalde, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Os ACeS são constituídos por três tipos de unidades funcionais. As Unidades de Saúde Familiar (doravante USF)²³³, as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (doravante UCSP)²³⁴ e as Unidades de Cuidados na Comunidade (doravante UCC)²³⁵.

No ACeS Porto Oriental existem sete USF (três em Bonfim, uma em Campanhã e três em Paranhos), três UCSP (duas em Campanhã e uma em Paranhos) e duas UCC (ambas em Campanhã).

No ACeS Porto Ocidental existem 13 USF (três em Ramalde, três na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, cinco na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e duas na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), duas UCSP (uma na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e uma na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e três UCC (uma na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e duas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Globalmente, existiam 285 681 utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental e ACeS Porto Ocidental, constatando-se que o número de utentes inscritas/os continuava a ser superior, em cerca de 71 000 indivíduos, em relação à população residente em 2017, que era de 214 587 pessoas. Apesar do concelho do Porto ter vindo a perder população, muitas pessoas que passaram a residir fora do concelho, mantiveram o seu vínculo ao Centro de Saúde no Porto, onde estavam inscritas.

²³³Unidade de prestação de cuidados de saúde, individual e familiar, que assenta em equipas multiprofissionais, constituídas por médicas/os, enfermeiras/os e pessoal administrativo, cuja atividade se desenvolve com autonomia organizativa, funcional e técnica, integrada numa lógica de rede com outras unidades funcionais do centro de saúde ou da unidade local de saúde.

²³⁴A UCSP tem uma estrutura idêntica à da USF e presta cuidados personalizados, garantindo a sua acessibilidade e continuidade. A equipa é composta por médicas/os, enfermeiras/os e administrativas/os.

²³⁵A UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. Atua na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. É composta por enfermeiras/os, assistentes sociais, médicas/os, psicólogas/os, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outras/os profissionais. É através da(s) UCC(s) que o ACeS participa na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

ACES PORTO ORIENTAL: UTENTES INSCRITAS/OS E ACESSO A MÉDICA/O DE FAMÍLIA

Passando à caracterização das/os utentes do ACeS Porto Oriental, existiam, em 2018, 117 387 **utentes inscritas/os** neste ACeS, distribuídos pelas várias unidades conforme apresentado na Figura D.31.²³⁶

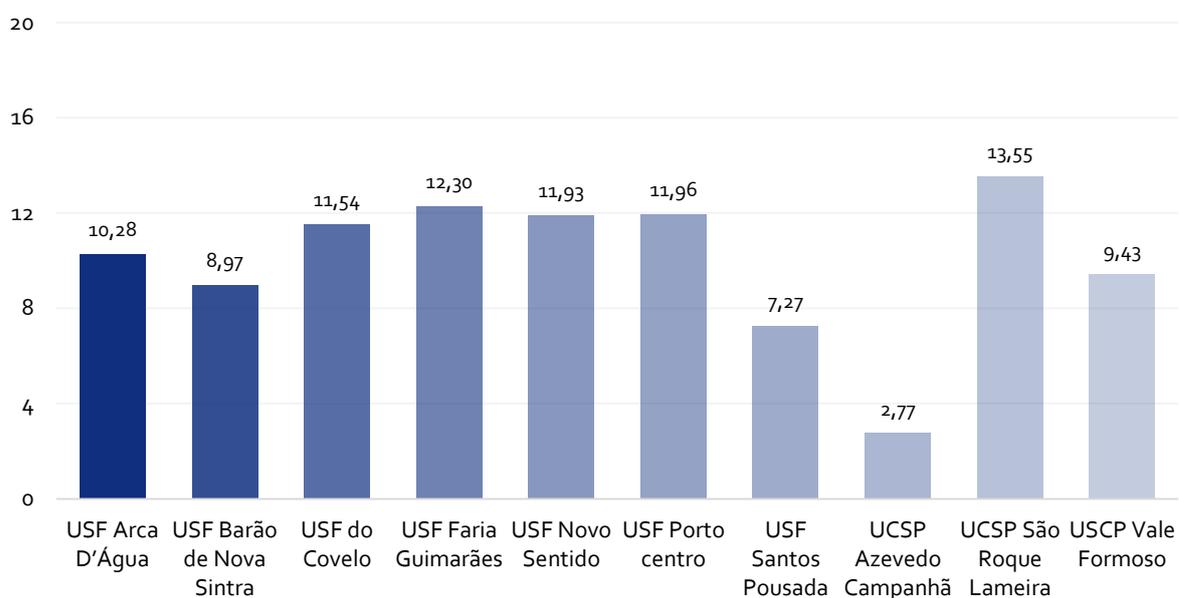


Figura D.31. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²³⁷)

Da análise da Figura D.31. pode ver-se que, das três UCSP existentes, a unidade com mais utentes inscritas/os era a UCSP São Roque da Lameira, em Campanhã, com uma percentagem de 13.55%, seguida da UCSP Vale Formoso, em Paranhos, com 9.43%.

No conjunto das sete USF, as com maior percentagem de utentes inscritas/os eram as USF Faria Guimarães, em Paranhos (12.3%), seguida da USF Porto Centro, no Bonfim (11.96%) e da USF Novo Sentido, em Campanhã (11.93%). A USF com menor percentagem de utentes inscritas/os era a USF Barão de Nova Sintra, no Bonfim, com apenas 8.97%.

As Figuras D.32. e D.33. apresentam as/os **utentes inscritas/os sem médica/o de família** atribuída/o, no ACeS Porto Oriental.

²³⁶ Não serão apresentados dados relativos às UCCs, uma vez que estas abrangem a totalidade da população e não foi possível aceder a dados acerca das/os utentes em atendimento.

²³⁷ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

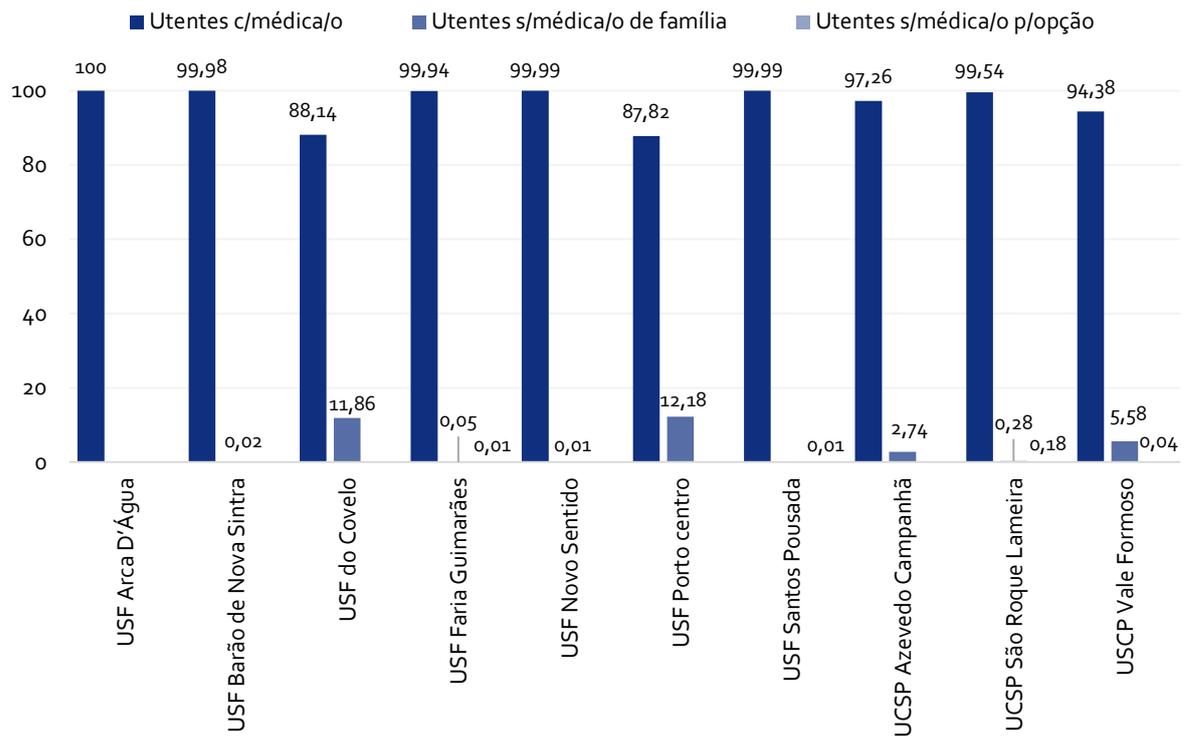


Figura D.32. Utentes com/sem médica/o de família no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²³⁸)

As USF com maior percentagem de utentes inscritas/os sem médica/o de família eram a USF Porto Centro (Bonfim) com 12.1% de utentes inscritas/os sem médica/o de família e a USF de Covelo (Paranhos), com 11.8%. Nas UCSP, a UCSP Vale Formoso (Paranhos) tinha 5.58% de utentes inscritas/os sem médica/o de família e a UCSP de Azevedo (Campanhã) tinha 2.73%. Nas restantes USF e UCSP a percentagem de utentes inscritas/os sem médica/o de família era residual (abaixo de 1%). (cf. Figura D.32.)

²³⁸ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

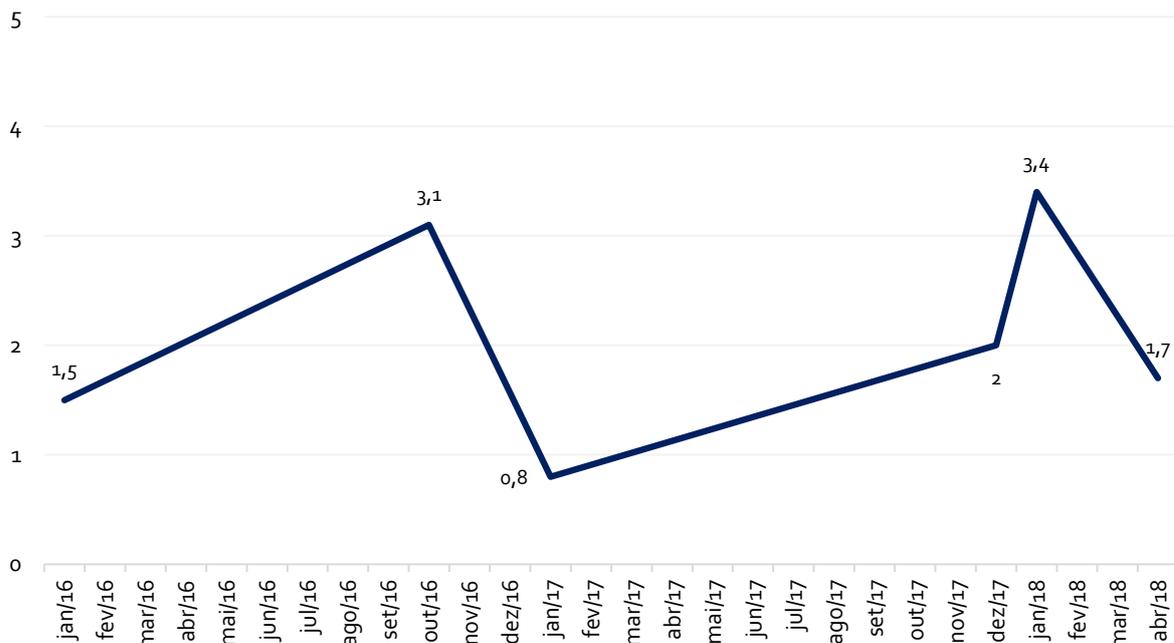


Figura D.33. Utentes sem médica/o de família no ACeS Porto Oriental, Porto, 2016-2018 (em percentagem; Fonte: SNS²³⁹)

Relativamente à evolução das/os utentes sem médica/o de família, constata-se que em abril de 2018 existia uma percentagem de utentes inscritas/os sem médica/o de família similar à de janeiro de 2016, de 1.7% e 1.5%, respetivamente, às quais correspondiam 1 998 e 1 773 utentes, respetivamente. No entanto, é possível constatar também que a percentagem de utentes sem médica/o de família atribuída/o teve algumas oscilações significativas nesse intervalo de tempo.

O ACeS Porto Oriental tinha a décima percentagem mais elevada de utentes inscritas/os sem médica/o de família, do conjunto dos 24 ACeS que integram a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (doravante ARS Norte).²⁴⁰

²³⁹<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte&refine.aces=ACES+Porto+Oriental> (acedido em 18 de junho de 2018).

²⁴⁰<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte> (acedido em 18 de junho de 2018).

ACES PORTO ORIENTAL: PERFIL DAS/OS UTENTES INSCRITAS/OS

A Figura D.34. apresenta a distribuição das/os **utentes inscritas/os**, por **USF e UCSP e por sexo**.

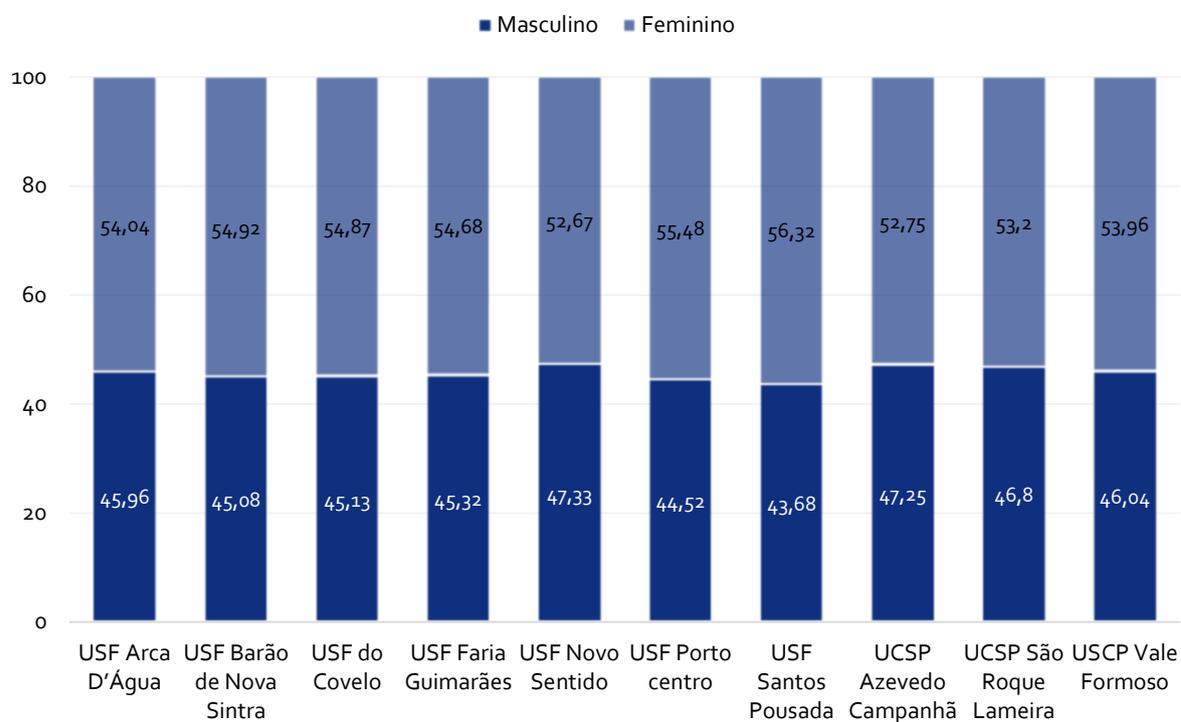


Figura D.34. Distribuição das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴¹)

Em todas as USF e UCSP estavam inscritas mais mulheres, do que homens. As duas USF com maior percentagem de utentes inscritas do sexo feminino eram a USF Santos Pousada, com 56.32% (4 806 inscritas) e a USF Porto Central, com 55.48% (7 790), ambas na freguesia do Bonfim. (cf. Figura D.34.)

A Figura D.35. apresenta a distribuição das/os **utentes inscritas/os**, por **USF e UCSP e por grupo etário**.

²⁴¹ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

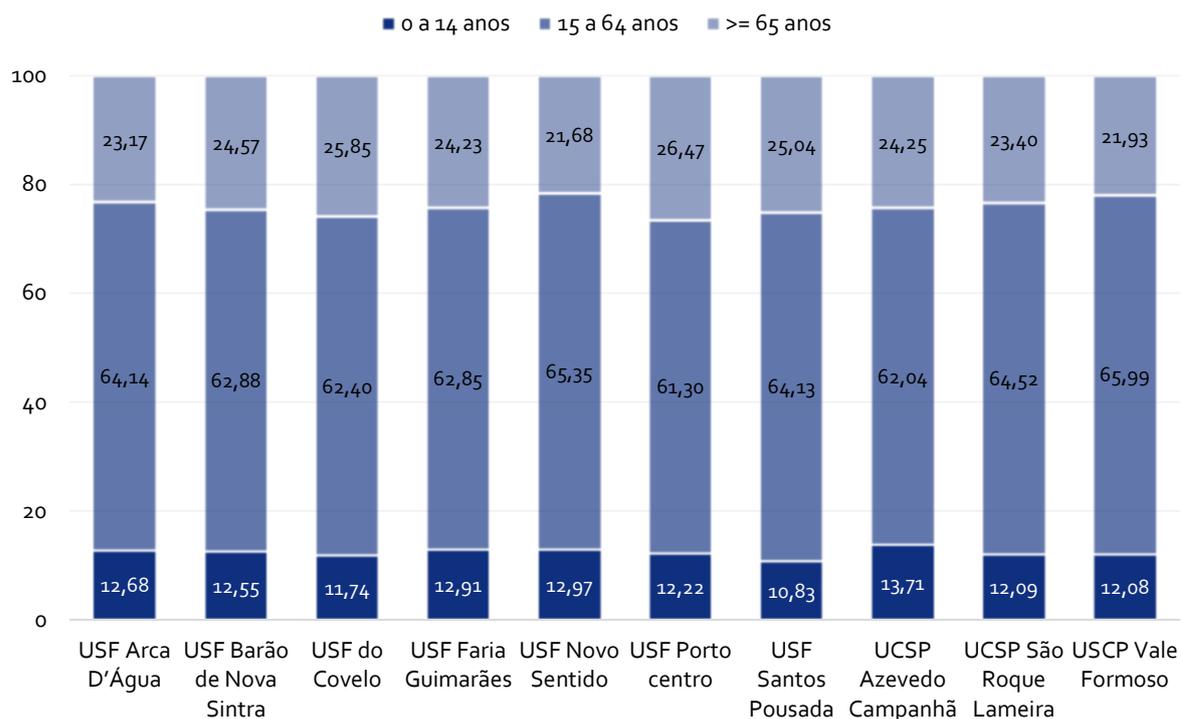


Figura D.35. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, por USF e UCSP e por grupo etário, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴²)

Quanto à distribuição das/os utentes inscritas/os por grupo etário, constata-se que a maioria das/os inscritas/os se encontravam na faixa etária dos 15 aos 64 anos, variando a percentagem entre o mínimo de 61.3% (USF Porto Centro – Bonfim) e o máximo de 65.99% (UCSP Azevedo – Campanhã). Na faixa etária dos 0 aos 14 anos, a percentagem de utentes inscritas/os variava entre o mínimo de 10.83% (USF Santos Pousada – Bonfim) e o máximo de 13.71% (UCSP Azevedo – Campanhã). Finalmente, na faixa etária com 65 anos ou mais anos, a percentagem mínima era de 21.68% (USF Novo Sentido - Campanhã) e a máxima era de 26.47% (USF Porto Centro – Bonfim) (cf. Figura D.35.).

A Figura D.36. apresenta a **pirâmide etária** das/os utentes que estavam inscritas/os em 2018.

²⁴² <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

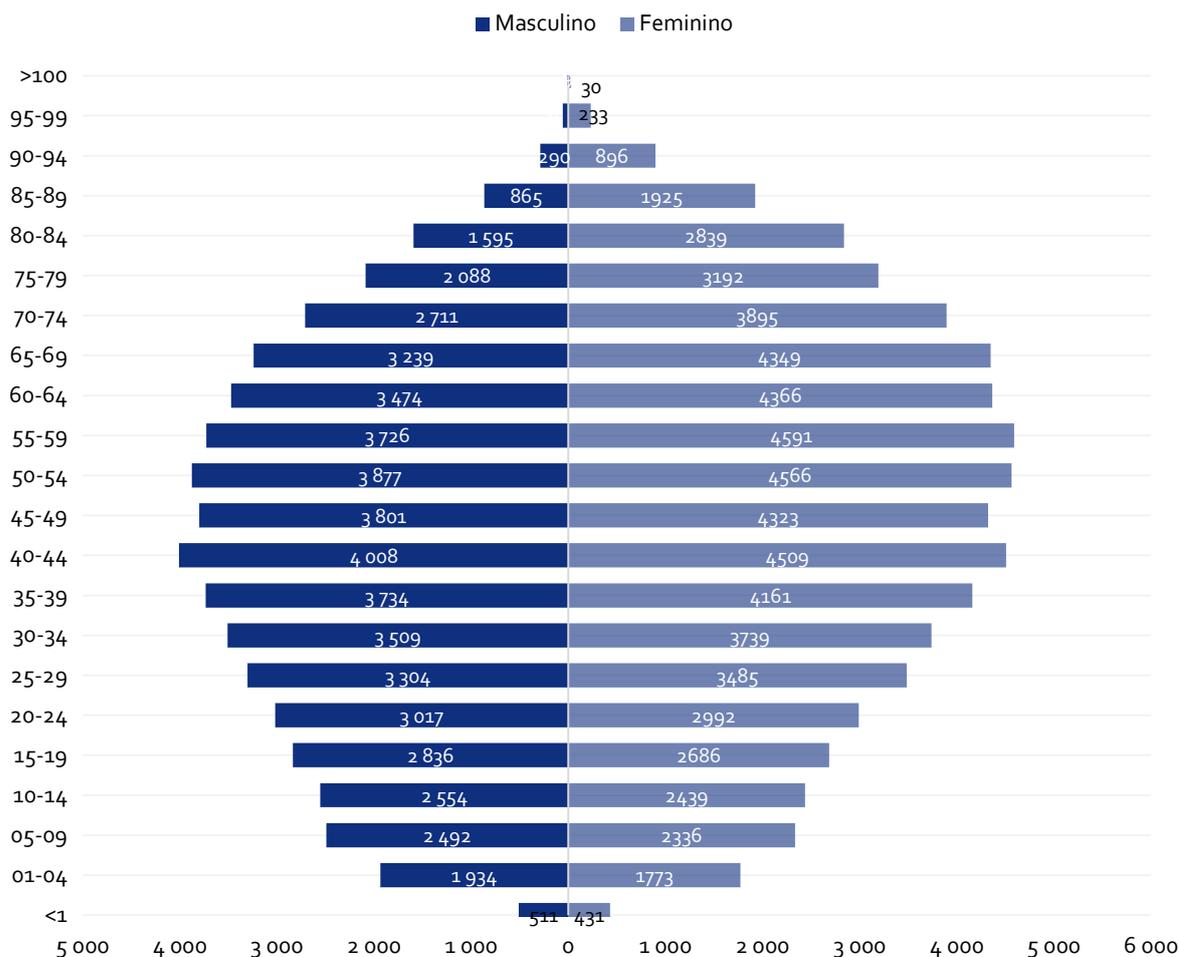


Figura D.36. Pirâmide etária das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em número; Fonte: SNS²⁴³)

Dos 53 631 homens inscritos, a faixa etária mais representada era a faixa etária dos 40-44, com 4 008 inscritos, seguida da faixa etária dos 50-54, com 3 877 inscritos e em terceiro lugar, a faixa etária dos 45-49, com 3 801 inscritos. Nas mulheres, das 63 756 inscritas, a faixa etária mais representada era a faixa etária dos 50-54, com 4 566 inscritas, seguida da faixa etária dos 55-59, com 4 591 inscritas e, finalmente, da faixa etária dos 40-44, com 4 509 inscritas. (cf. Figura D.36.)

²⁴³ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

ACES PORTO ORIENTAL: RECURSOS HUMANOS E ATOS MÉDICOS

Quanto aos **recursos humanos** adstritos ao ACeS Porto Oriental, existiam 67 médicas/os, 76 enfermeiras/os, 49 secretárias/os clínicas/os e 32 internas/os, distribuídos pelas várias unidades funcionais.

A Figura D.37. apresenta a distribuição de **médicas/os e enfermeiras/os**, por USF e UCSP, em 2018.

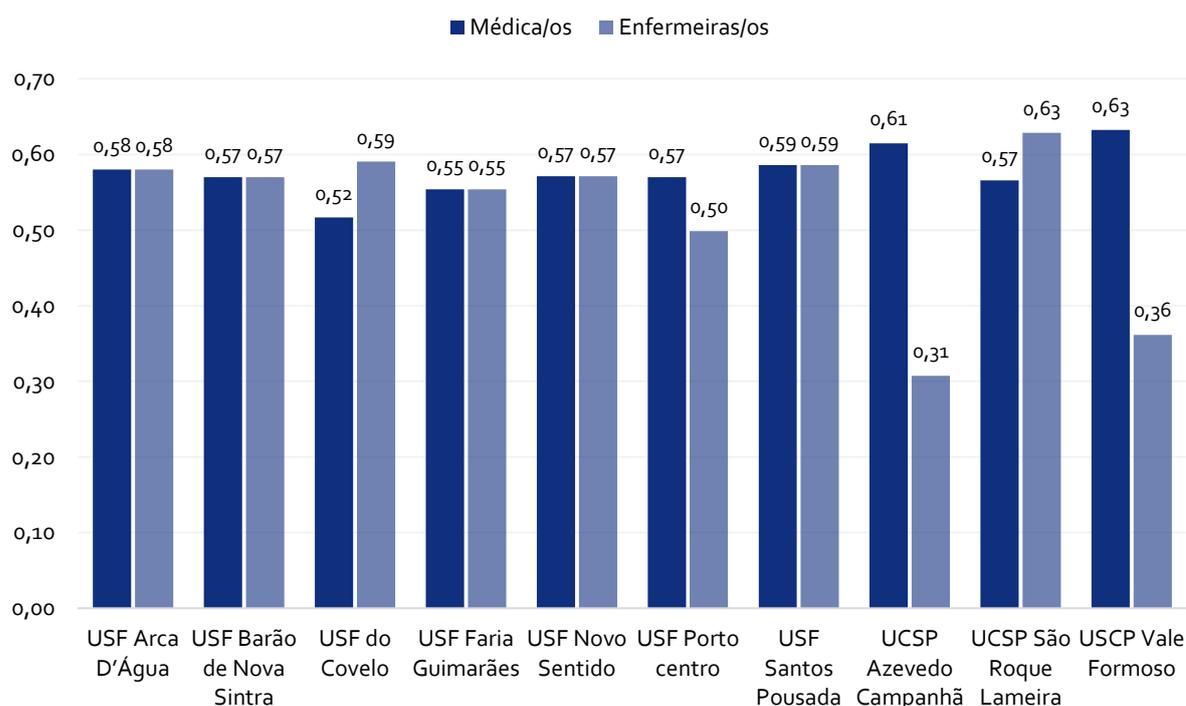


Figura D.37. Médicas/os e enfermeiras/os por 1000 utentes, ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em per milagem; Fonte: SNS²⁴⁴)

Da observação da Figura D.37 verifica-se que o rácio de médicas/os por mil utentes variava entre o máximo de 0.63/1000, na USF Vale Formoso (Paranhos) e o mínimo de 0.52/1000, na USF Covelo (Paranhos).

Quanto ao rácio de enfermeiras/os por mil utentes, variava entre os valores de 0.63/1000, na UCSP S. Roque da Lameira (Campanhã) e de 0.31/1000, na UCSP de Azevedo (Campanhã).

Finalmente, os indicadores relativos às **taxas de utilização de consultas**, encerram o conjunto de indicadores que caracterizam o ACeS Porto Oriental e são apresentados nas Figuras D.38, D.39 e D.40.

²⁴⁴ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

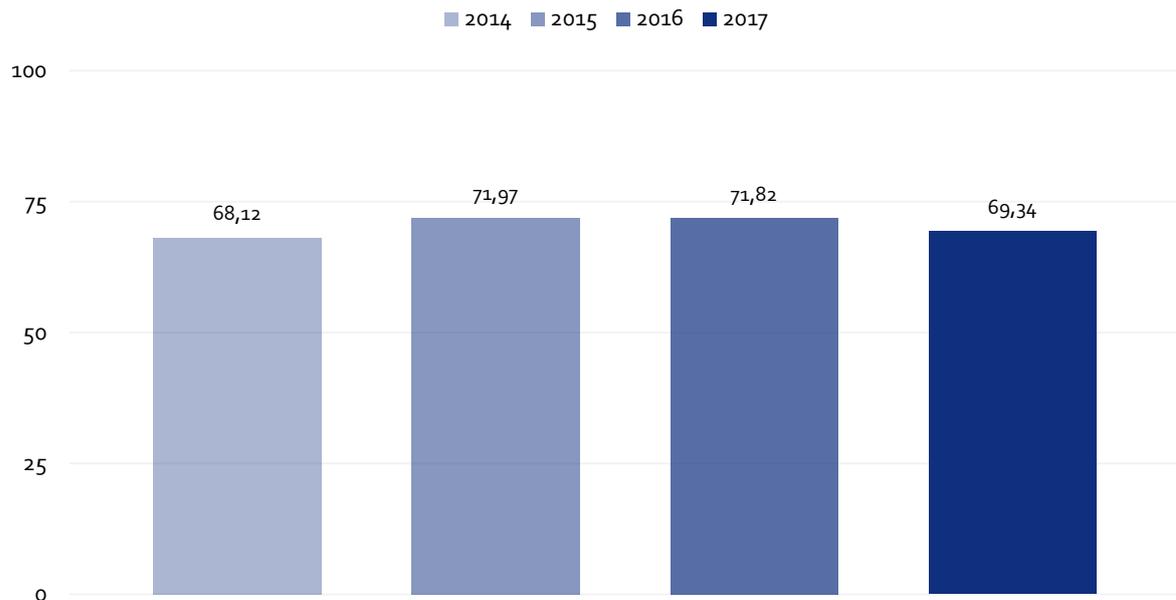


Figura D.38. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano), ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴⁵)

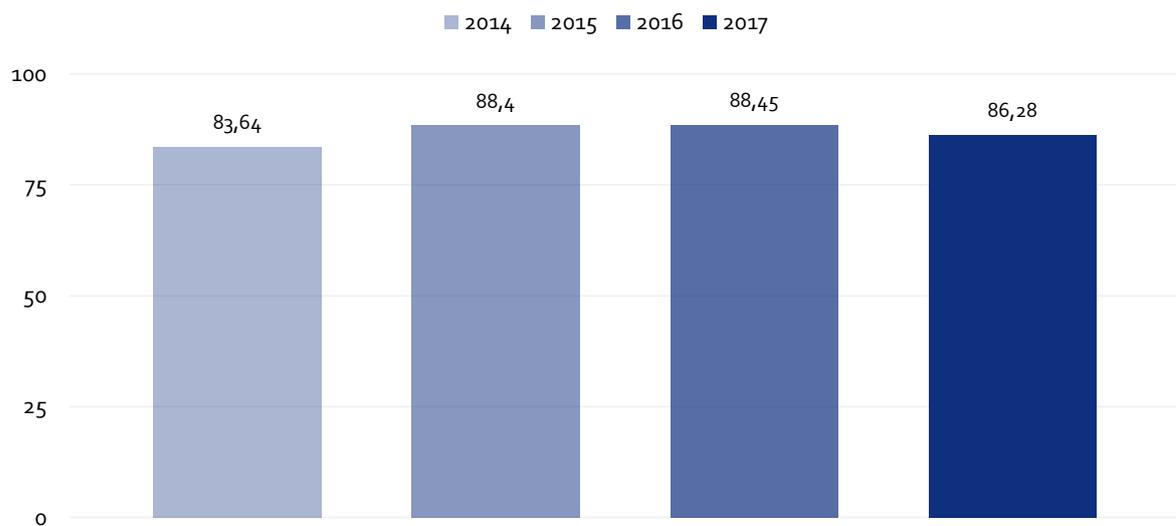


Figura D.39. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos), ACeS Porto Oriental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴⁶)

Quando a análise se centrou no período de um ano, observaram-se taxas de utilização de consultas médicas ao redor dos 70% (a variarem entre o mínimo de 68.12%, em 2014 e o máximo de 71.97%,

²⁴⁵<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/aceso-de-consultas-medicas-pela-populacao-inscrita/information/> (acedido em 26 de março de 2018).

²⁴⁶<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/aceso-de-consultas-medicas-pela-populacao-inscrita/information/> (acedido em 26 de março de 2018).

em 2015). Na análise a três anos, as taxas subiram para valores acima dos 80%, com um mínimo de 83.64%, em 2014 e um máximo de 88.45%, em 2016. (cf. Figuras D.38 e D.39.)

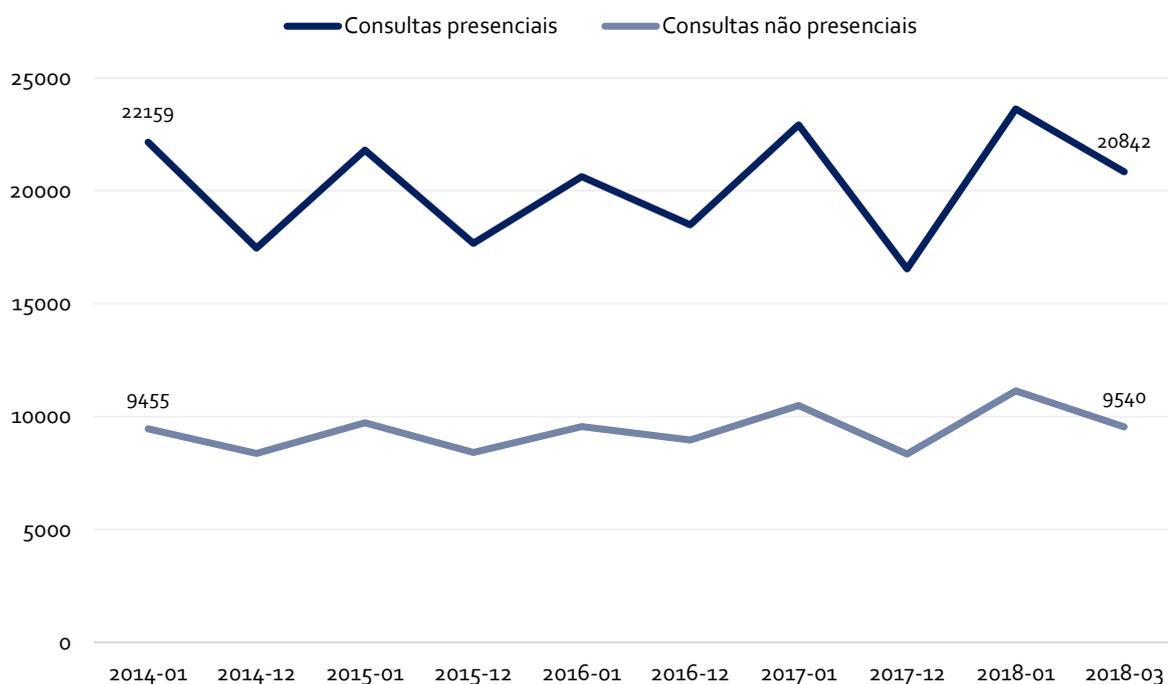


Figura D.40. Consultas, presenciais e não presenciais, ACeS Porto Oriental, Porto, 2014-2018 (em número; Fonte: SNS²⁴⁷)

Analisando o padrão evolutivo relativo ao número de consultas, quer presenciais, quer não presenciais, ocorridas no período compreendido entre janeiro de 2014 e março de 2018, e que se pode observar na Figura D.40., constata-se que, embora tenham existido oscilações, não existiram diferenças acentuadas no número de consultas realizadas (menos 5.94% de consultas presenciais e mais 0.9% de consultas não presenciais, entre janeiro de 2014 e março de 2018).

²⁴⁷<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/evolucao-das-consultas-medicas-nos-csp/?sort=tempo&refine.entidade=ACES+Grande+Porto+VI+-+Porto+Oriental> (acedido em 19 de junho de 2018).

ACES PORTO OCIDENTAL: UTENTES INSCRITAS/OS E ACESSO A MÉDICA/O DE FAMÍLIA

Passando à caracterização das/os utentes do ACeS Porto Ocidental, existiam, em 2018, 168 294 **utentes inscritas/os** neste ACeS, distribuídos pelas várias unidades, conforme apresentado na Figura D.41.

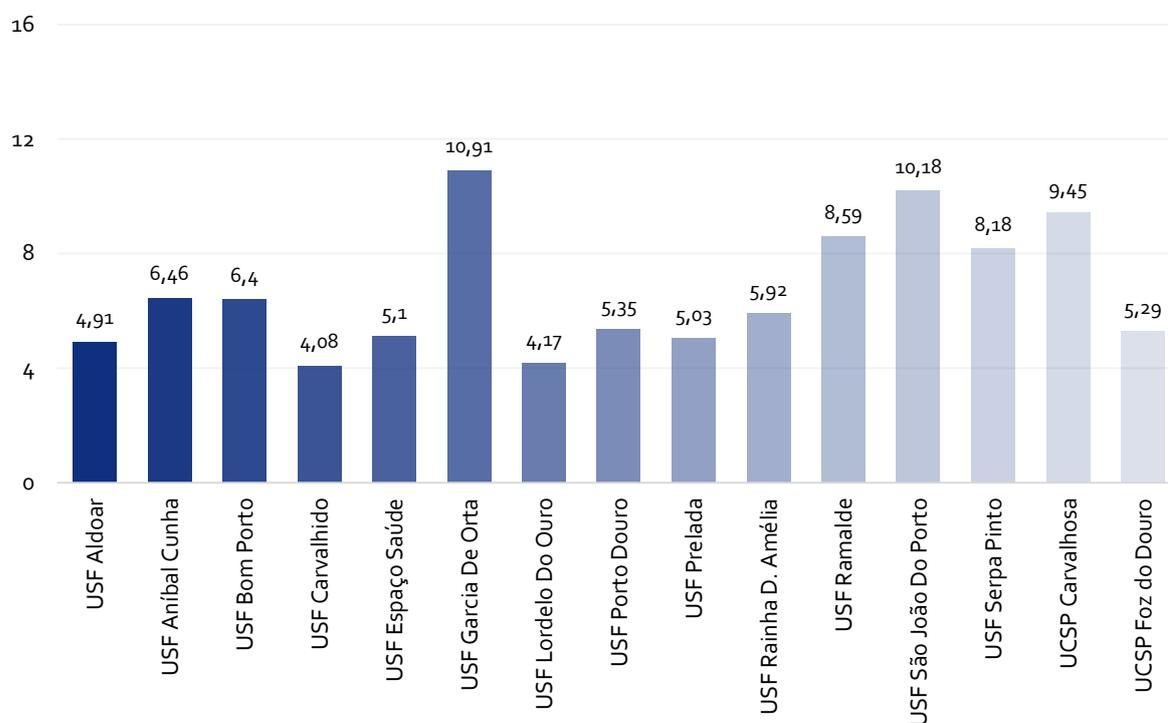


Figura D.41. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴⁸)

A análise da Figura D.41. revela que a UCSP Carvalhosa (na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) tinha uma taxa de inscritas/os de 9.45%, enquanto a UCSP Foz do Douro (na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) tinha uma taxa de utentes inscritas/os de 5.29%.

Das 13 USF existentes neste ACeS, as USF com maior percentagem de utentes inscritas/os eram as USF Garcia da Orta (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), com 10.91% (18 354 utentes), seguida da USF S. João do Porto (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), com 10.18% (17 136 utentes) e da USF de Ramalde (Ramalde), com 8.59% (14 458). A USF com menor percentagem de utentes inscritas/os era a USF do Carvalhido (Ramalde), com 4.08% (6 867 utentes).

²⁴⁸ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

Nas Figuras D.42. e D.43. apresentam-se os dados relativos às/aos **utentes inscritas/os sem médica/o de família** atribuída/o, no ACeS Porto Ocidental.

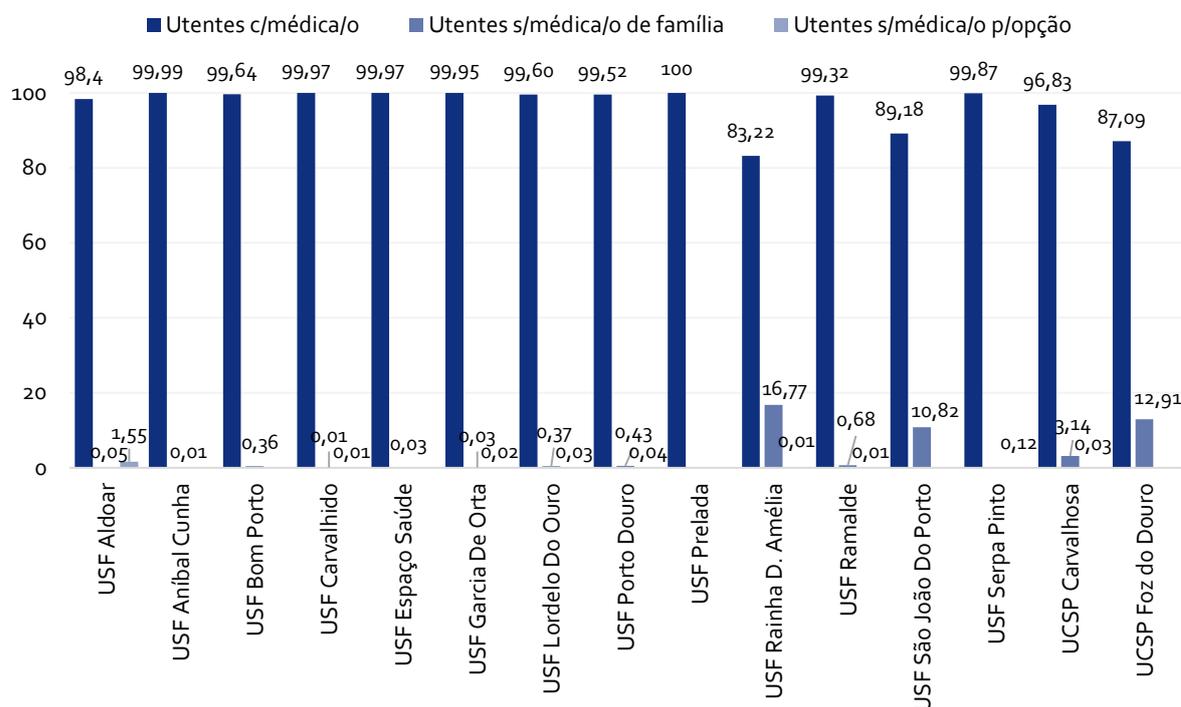


Figura D.42. Utentes com/sem médica/o de família, no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁴⁹)

As USF com maior percentagem de utentes inscritas/os sem médica/o de família eram a USF Rainha D. Amélia, com 16.77% de utentes inscritas/os sem médica/o de família (que correspondiam a 1 670 utentes) e a USF S. João do Porto, com 10.82% (1 854), ambas localizadas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Nas UCSP, a UCSP Foz do Douro (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) tinha 12.91% de utentes inscritas/os sem médica/o de família (1 148) e a UCSP da Carvalhosa (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) tinha 3.14% (499 utentes). Nas restantes USF e UCSP, a percentagem de utentes inscritas/os sem médica/o de família era residual (abaixo de 1%). (cf. Figura D.42)

²⁴⁹ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

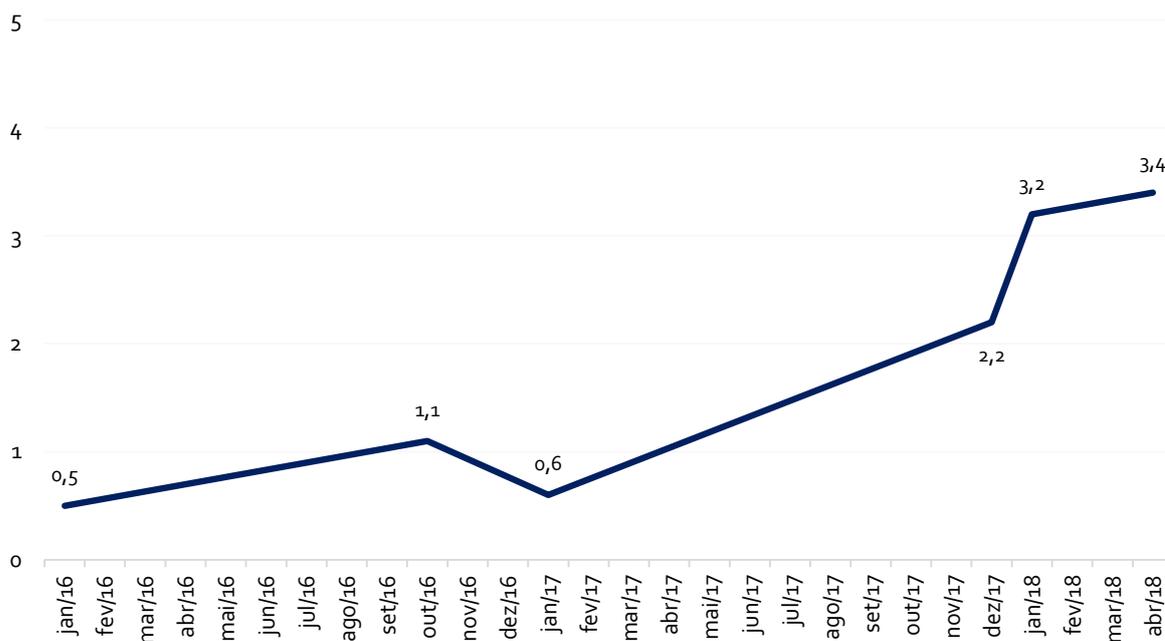


Figura D.43. Utentes sem médica/o de família no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2016-2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁵⁰)

Quanto à evolução das/os utentes inscritas/os sem médica/o de família, constata-se que, entre janeiro de 2016 e abril de 2018, houve um incremento muito significativo no número de utentes inscritas/os sem médica/o de família, tendo passado de 0.5%, em janeiro de 2016, aos quais correspondiam 805 utentes, para 3.4%, em abril de 2018, aos quais correspondiam 5 695 utentes, isto é, houve um incremento de mais de 600% (cf. Figura D.43).

No conjunto dos 24 ACeS que integram a ARS Norte, o ACeS Porto Ocidental surgia como o ACeS com a segunda maior percentagem de utentes inscritas/os sem médico de família, a seguir ao ACeS de Gaia (3.4%).²⁵¹

²⁵⁰<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte&refine.aces=ACES+Porto+Occidental> (acedido em 18 de junho de 2018).

²⁵¹<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte> (acedido em 18 de junho de 2018).

ACES PORTO OCIDENTAL: PERFIL DAS/OS UTENTES INSCRITAS/OS

A Figura D.44. apresenta a distribuição de **utentes inscritas/os, por USF e UCSP e por sexo, em 2018.**

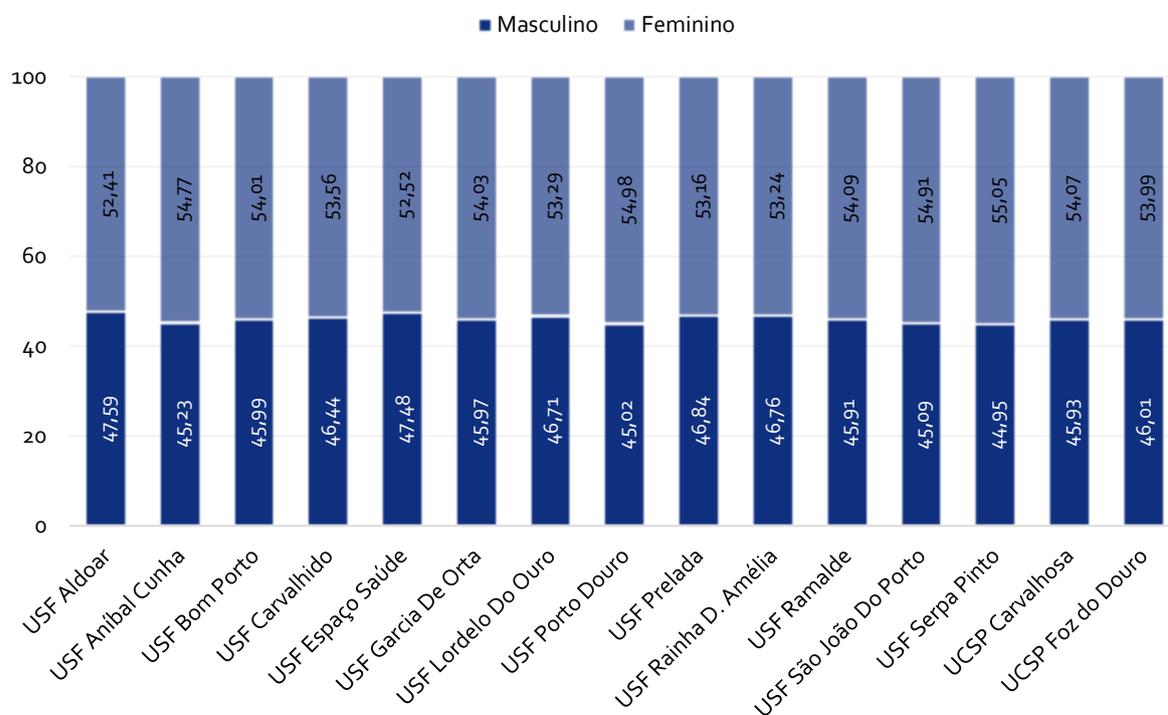


Figura D.44. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁵²)

À semelhança do ACeS Oriental, também nas unidades funcionais do ACeS Ocidental estavam inscritas mais mulheres, do que homens. As duas USF com maior percentagem de utentes inscritas do sexo feminino eram a USF Serpa Pinto, com 55.05% (7 575 inscritas) e a USF Porto Douro, com 54.98% (4 946), ambas na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (cf. Figura D.44.).

Na Figura D.45. é apresentada a distribuição de **utentes inscritas/os, por USF e UCSP e por grupo etário, em 2018.**

²⁵² <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

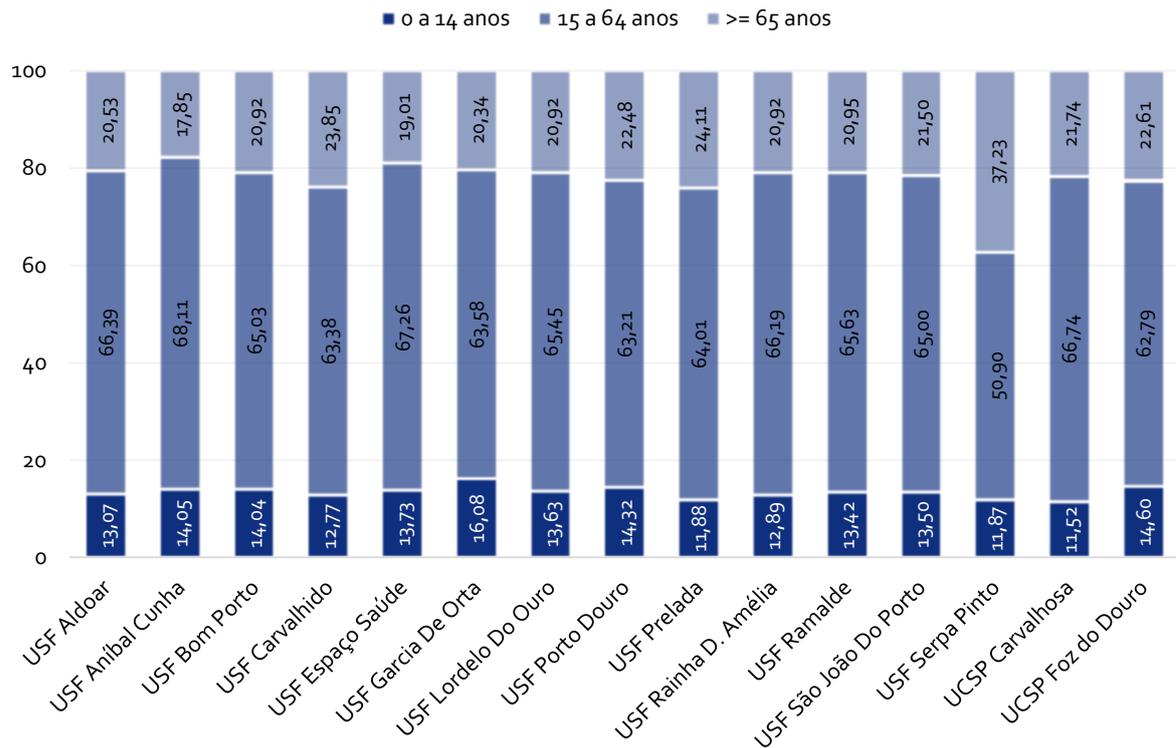


Figura D.45. Utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, por USF e UCSP e por grupo etário, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁵³)

Quanto à distribuição das/os utentes inscritas/os por grupo etário, constata-se que a maioria das/os inscritas/os se encontravam na faixa etária dos 15 aos 64 anos, variando a percentagem entre o mínimo de 50.9% (7 003 utentes na USF Serpa Pinto – União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e o máximo de 68.11% (7 399 utentes na USF Aníbal Cunha – União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Na faixa etária dos 0 aos 14 anos, a percentagem de utentes inscritas/os variava entre o mínimo de 11.52% (1 832 utentes inscritas/os na UCSP Carvalhosa – União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 16.08% (2 951 utentes inscritas/os na USF Garcia da Orta – União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde). Finalmente, na faixa etária das pessoas com 65 anos ou mais anos de idade, a percentagem mínima era de 17.85% (1 939 utentes na USF Aníbal Cunha – União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e a percentagem máxima era de 37.23% (5123 utentes na USF Serpa Pinto – União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) (cf. Figura D.45.).

A Figura D.46. apresenta a **pirâmide etária** das/os utentes inscritas/os, em 2018.

²⁵³ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

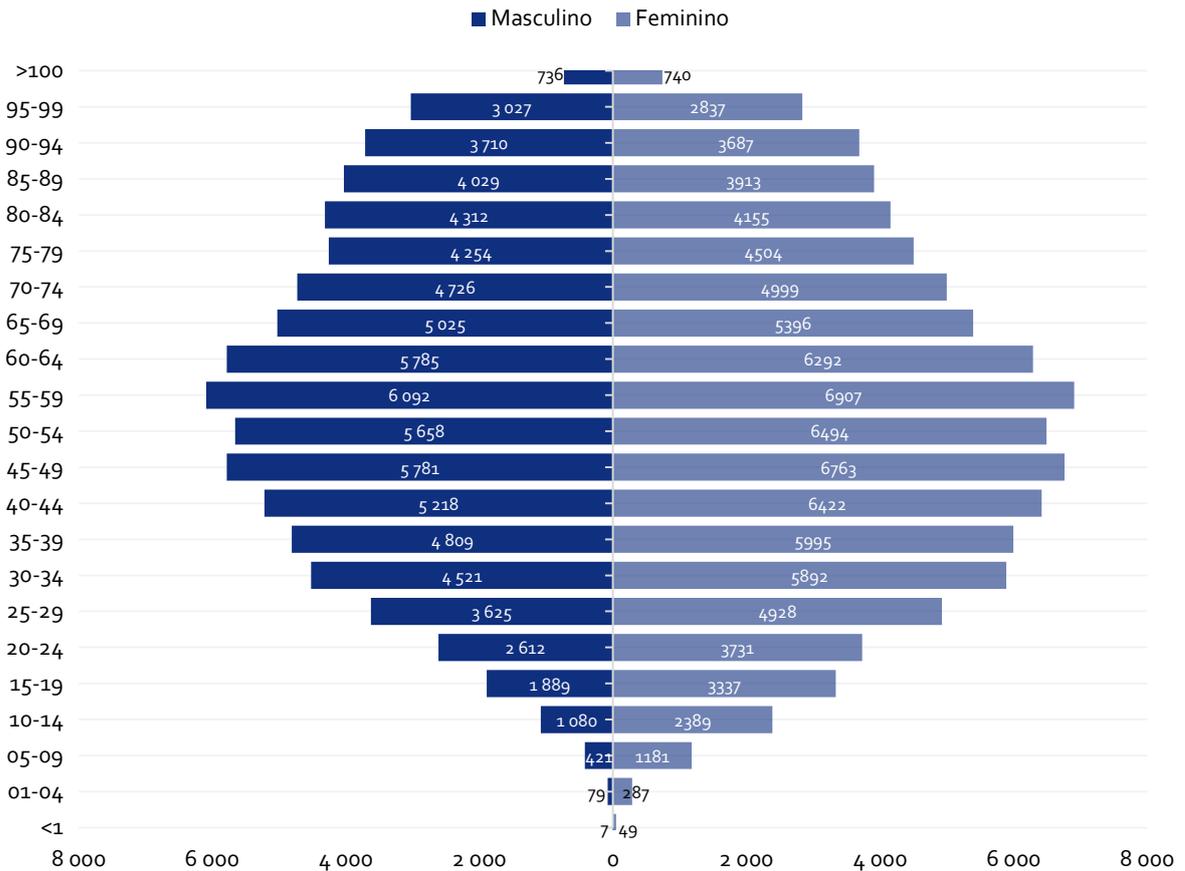


Figura D.46. Pirâmide etária das/os utentes inscritas/os no ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em número; Fonte: SNS²⁵⁴)

Como podemos ver na pirâmide etária do ACeS Porto Ocidental apresentada na Figura D.46., nos 77 396 homens inscritos, a faixa etária mais representada era a faixa etária dos 55-59, com 6 092 inscritos, seguida da faixa etária dos 60-64, com 5 785 inscritos e em terceiro lugar, da faixa etária dos 45-49, com 5 781 inscritos. Nas mulheres, das 90 898 inscritas, a faixa etária mais representada era a faixa etária dos 55-59, com 6 907 inscritas, seguida da faixa etária dos 45-49, com 6 763 inscritas e, finalmente, da faixa etária dos 50-54, com 6 494 inscritas.

²⁵⁴ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

ACES PORTO OCIDENTAL: RECURSOS HUMANOS E ATOS MÉDICOS

Na Figura D.47. é apresentada a distribuição de **médicas/os e enfermeiras/os**, por USF e UCSP, em 2018.

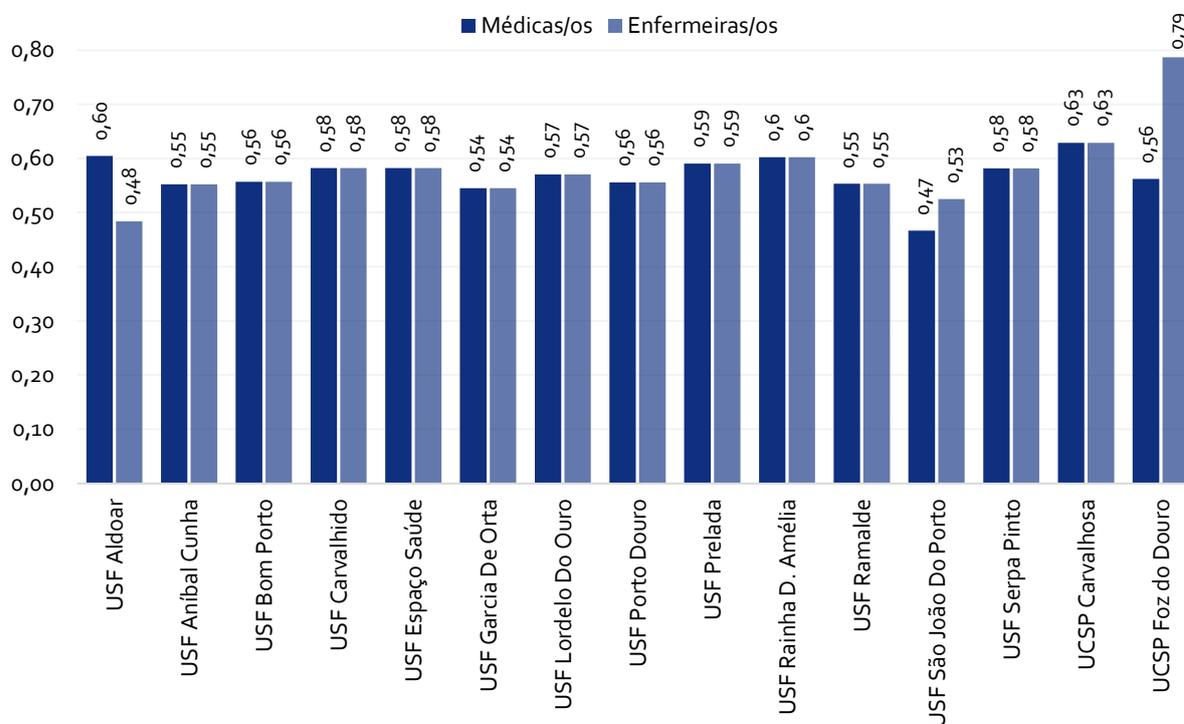


Figura D.47. Médicas/os e enfermeiras/os por 1000 utentes, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em pernilagem; Fonte: SNS²⁵⁵)

Quanto aos recursos humanos adstritos ao ACeS Porto Ocidental, existiam 97 médicas/os, 140 enfermeiras/os, 72 secretárias/os clínicas/os e 73 internas/os, distribuídos pelas várias unidades funcionais.

O rácio de médicas/os por mil utentes variava entre o máximo de 0.63/1000, na UCSP Carvalhosa e o mínimo de 0.47/1000, na USF S. João do Porto (estando ambas as unidades na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) (cf. Figura D.47).

Quanto ao rácio de enfermeiras/os por mil utentes, este variava entre os 0.48/1000 na USF de Aldoar e os 0.79/1000 na UCSP Foz do Douro (ambas na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Encerra-se, também, a secção relativa ao ACeS Porto Ocidental, com os indicadores relativos às **consultas**. Apresentam-se nas Figuras D.48., D.49 e D.50. estes dados.

²⁵⁵ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

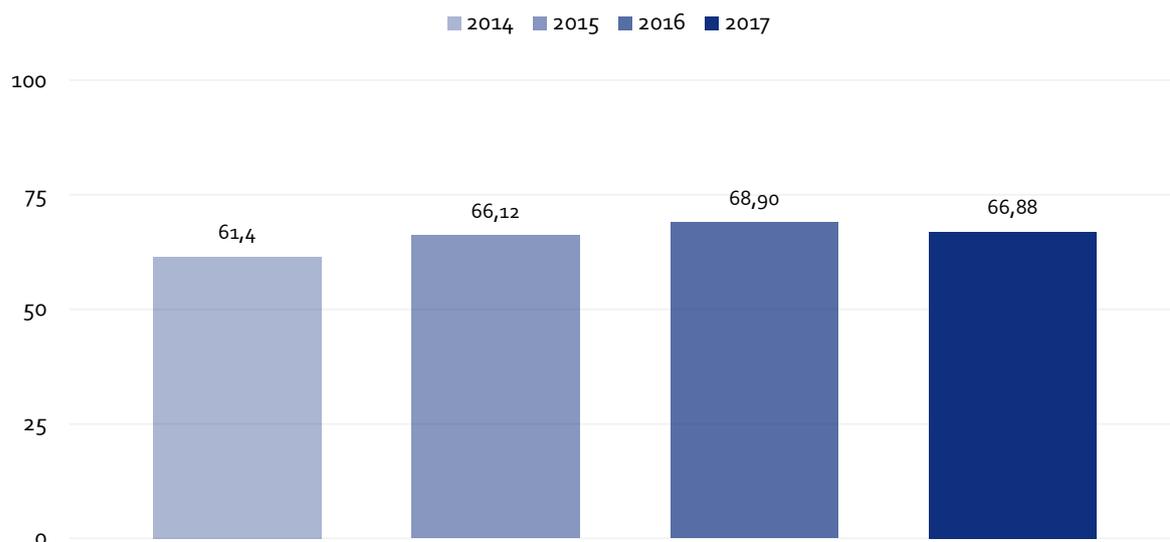


Figura D.48. Taxa de utilização global de consultas médicas (1 ano), ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁵⁶)

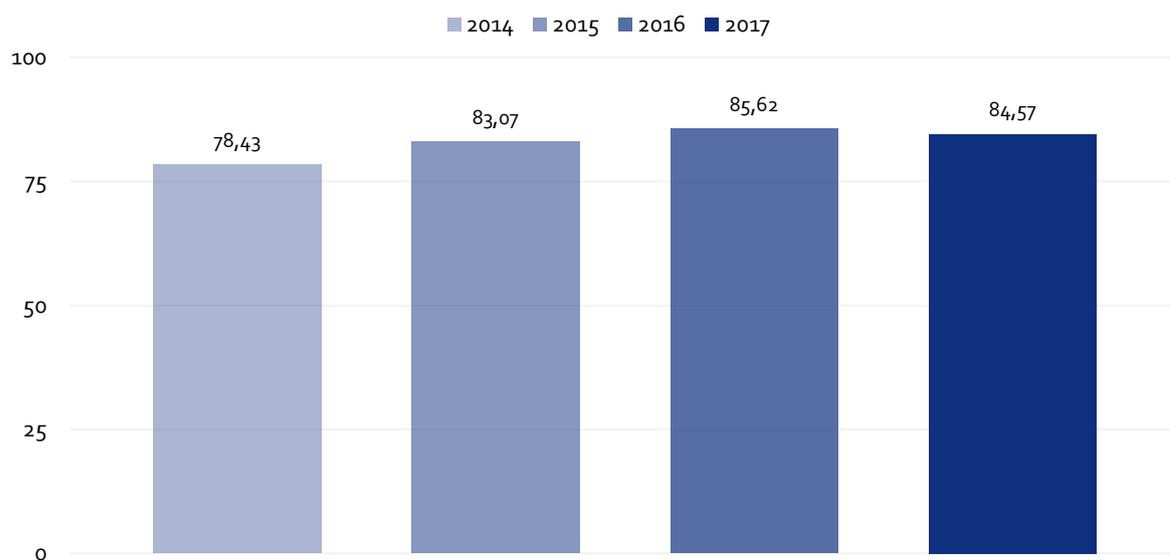


Figura D.49. Taxa de utilização global de consultas médicas (3 anos), ACeS Porto Ocidental, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: SNS²⁵⁷)

Da observação Figuras D.48. e D.49. verifica-se que, quando a análise se centrou no período de um ano, se observaram **taxas de utilização de consultas médicas** a variarem entre o mínimo de 61.4%, em 2014 e o máximo de 68.9%, em 2016. Na análise a três anos, as taxas subiram para valores quase sempre acima dos 80%, com um mínimo de 78.43%, em 2014 e um máximo de 85.62%, em 2016.

²⁵⁶ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

²⁵⁷ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

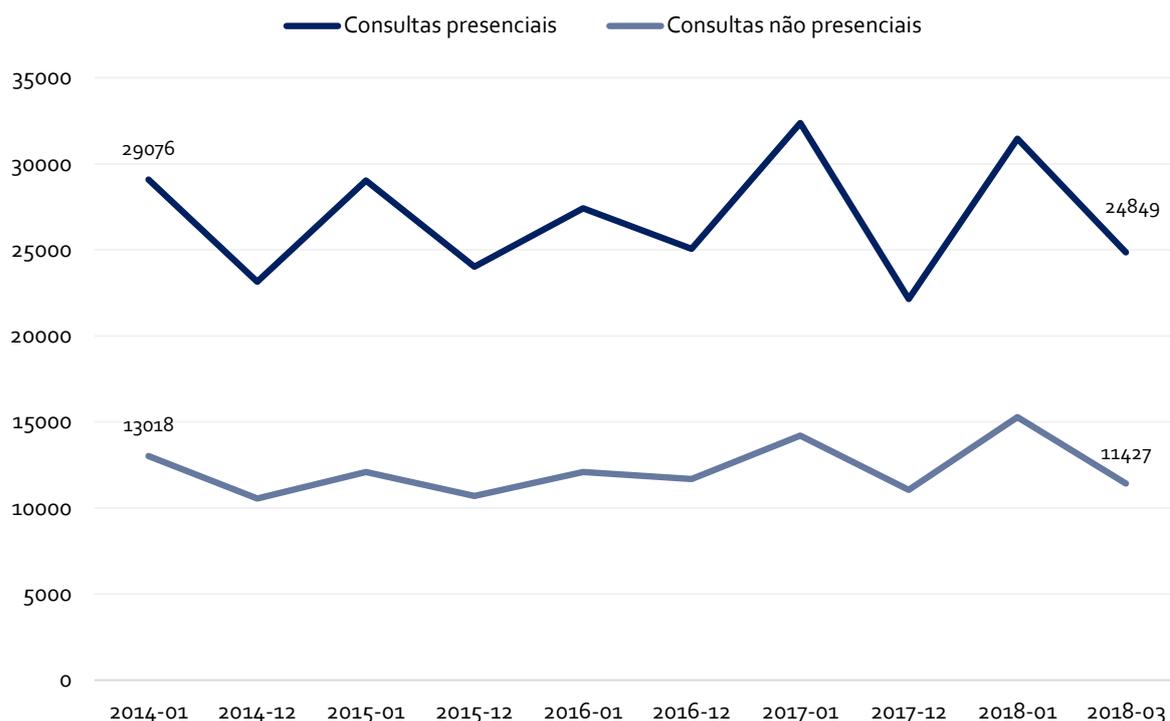


Figura D.50. Evolução do número de consultas, presenciais e não presenciais, ACeS Porto Ocidental, 2014-2018 (em número; Fonte: SNS²⁵⁸)

Relativamente à evolução do número de consultas, quer presenciais, quer não presenciais, no período compreendido entre janeiro de 2014 e março de 2018, constata-se que existiram algumas oscilações neste intervalo de tempo e que em março de 2018 existiram menos 4 227 consultas presenciais do que em janeiro de 2014, ou seja, houve uma diminuição de 14.53%. Também houve uma diminuição de 1 591 nas consultas não presenciais, o que corresponde a menos 12.22% de consultas não presenciais. (cf. Figura D.50)

Passa-se, de seguida, à caracterização do **serviço de farmácias** existente ao nível do concelho e do consumo de medicamentos.

²⁵⁸<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/evolucao-das-consultas-medicas-nos-csp/?sort=tempo&refine.entidade=ACES+Grande+Porto+V+-+Porto+Ocidental> (acedido em 18 de junho de 2018).

FARMÁCIAS E RECURSOS HUMANOS NAS FARMÁCIAS

As duas figuras seguintes apresentam os dados ao nível das farmácias e dos recursos humanos envolvidos.

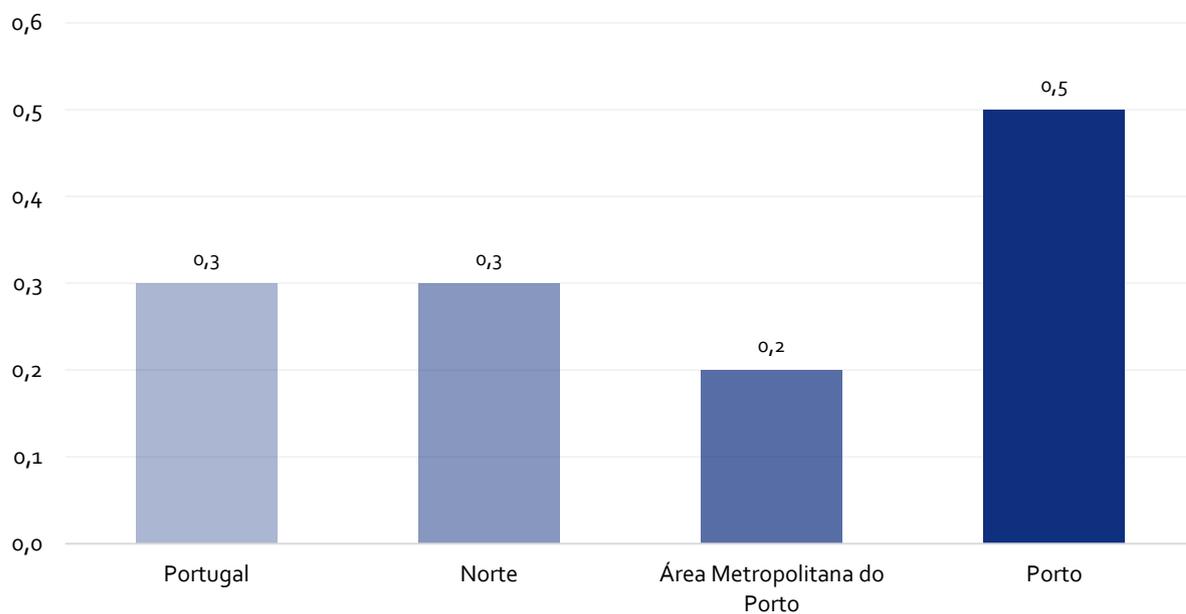


Figura D.51. Farmácias e postos farmacêuticos móveis, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em per milagem; Fonte: SNS²⁵⁹)

Ao nível das **farmácias**, no concelho do Porto o rácio de farmácias por 1000 habitantes era de 0,5‰, o que equivalia a um rácio de duas, a duas vezes e meia, o rácio existente para a AMP (0,2‰), Norte (0,3‰) e país (0,3‰) (cf. Figura D.51.).

²⁵⁹ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

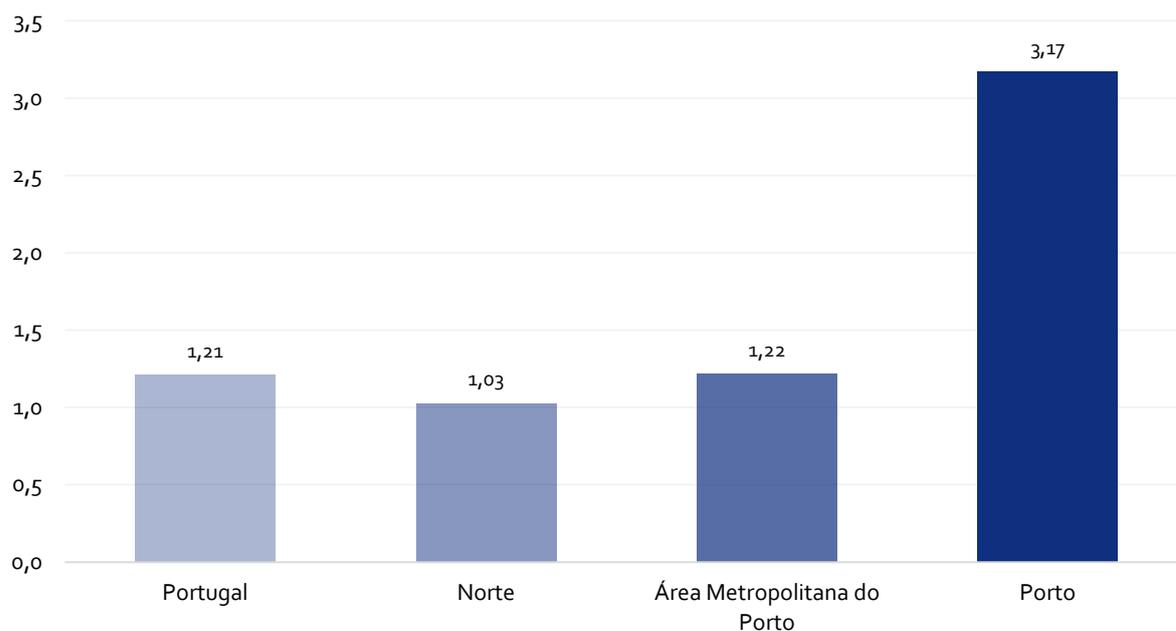


Figura D.52. Farmacêuticas/os, Portugal, Norte, AMP e Porto, 2016 (em permilagem; Fonte: SNS²⁶⁰)

Quanto ao **rácio de farmacêuticas/os**, no concelho do Porto, este era, em 2016, de 3.17‰, o que correspondia a quase três vezes mais do que na AMP (1.22‰), Norte (1.03‰) e país (1.21‰) (cf. Figura D.52.).

Relativamente à **prescrição de medicamentos**, apresentam-se os dados para o ACeS Porto Oriental e ACeS Porto Ocidental.

²⁶⁰ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

O conjunto de três figuras seguinte apresenta os dados ao nível da **prescrição de medicamentos**.

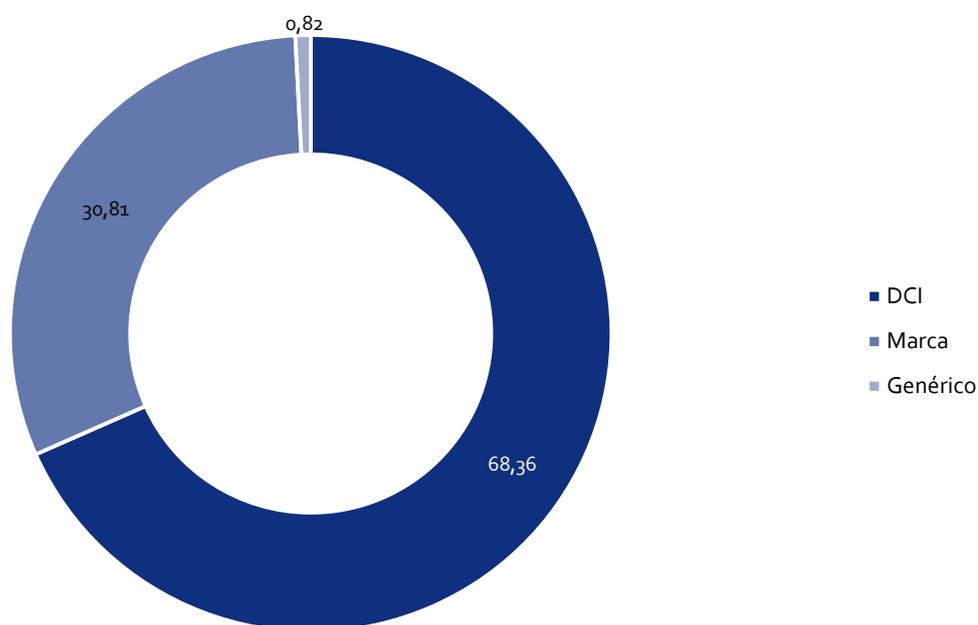


Figura D.53. Embalagens prescritas, por tipo de prescrição, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SNS²⁶¹)

No ACeS Porto Oriental a maioria dos medicamentos prescritos eram medicamentos DCI (Denominação Comum Internacional), com 68.36% das prescrições nesta categoria. Os medicamentos de marca ocuparam 30.81% das prescrições e os medicamentos genéricos representaram uma fatia residual de prescrições (0.82%) (cf. Figura D.53).

Na análise à quantidade de **medicamentos prescritos por sexo**, apresenta-se na Figura D.54 esses dados.

²⁶¹ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018)

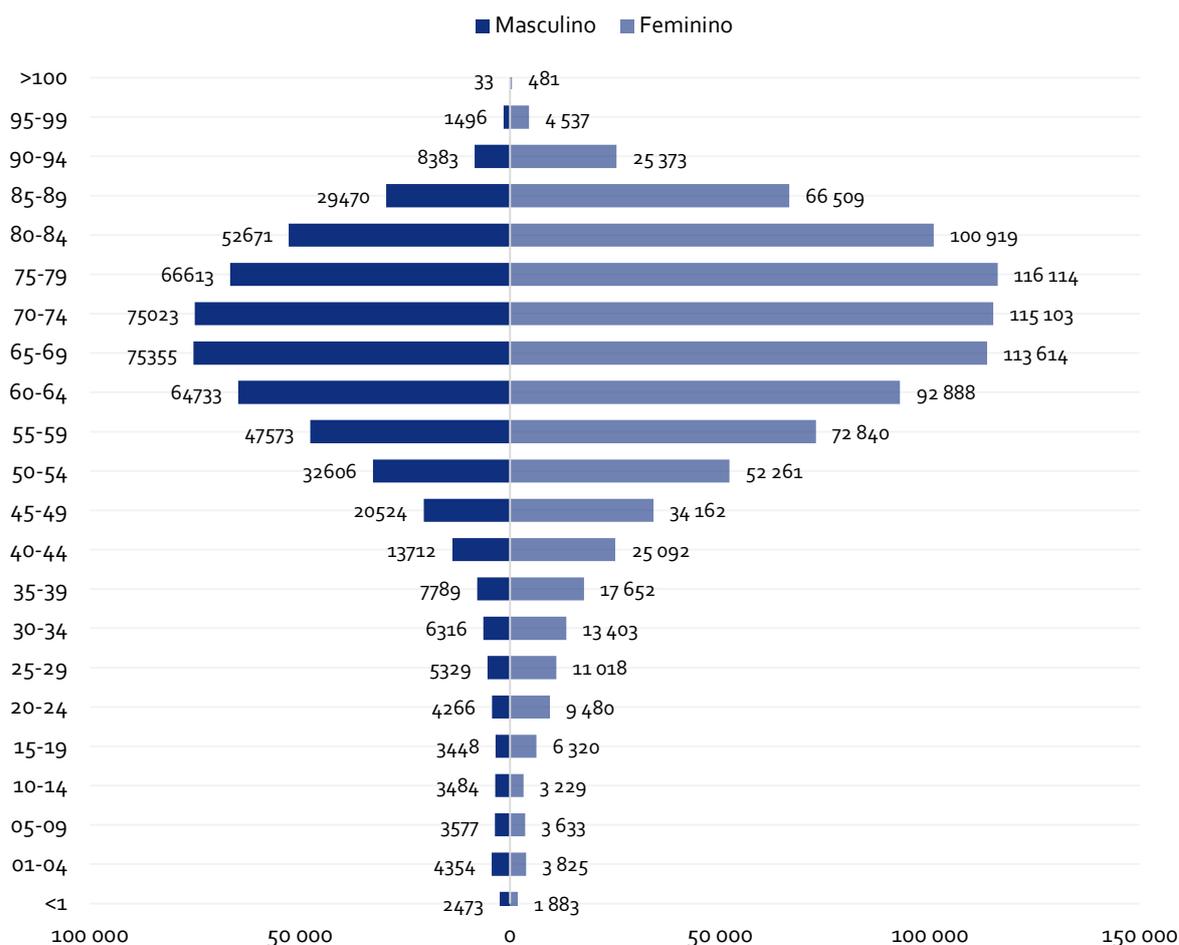


Figura D.54. Embalagens prescritas, por grupo etário e por sexo, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶²)

Da análise da Figura D.54, e como seria de esperar, foram as faixas etárias com mais idade, quem consumiu mais medicamentos. Nos homens a faixa etária com mais prescrições foi a dos 65-69 anos (75 355), seguida da faixa etária dos 70-74 anos (75 023) e da faixa etária dos 75-79 anos (66 613). Nas mulheres a faixa etária com maior número de prescrições foi a faixa etária dos 75-79 anos (116 114), seguida da faixa etária dos 70-74 anos (115 103) e da faixa etária dos 65-69 anos (113 614). De notar que as mulheres consumiram mais cerca de 35% de medicamentos do que os homens e que esta tendência se verificou logo a partir da faixa etária dos 15-19 anos e se manteve em todas as faixas etárias subsequentes.

A Figura D.55. apresenta os cinco **grupos de fármacos mais prescritos**, por quantidade de embalagens prescritas, em 2017.

²⁶² <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

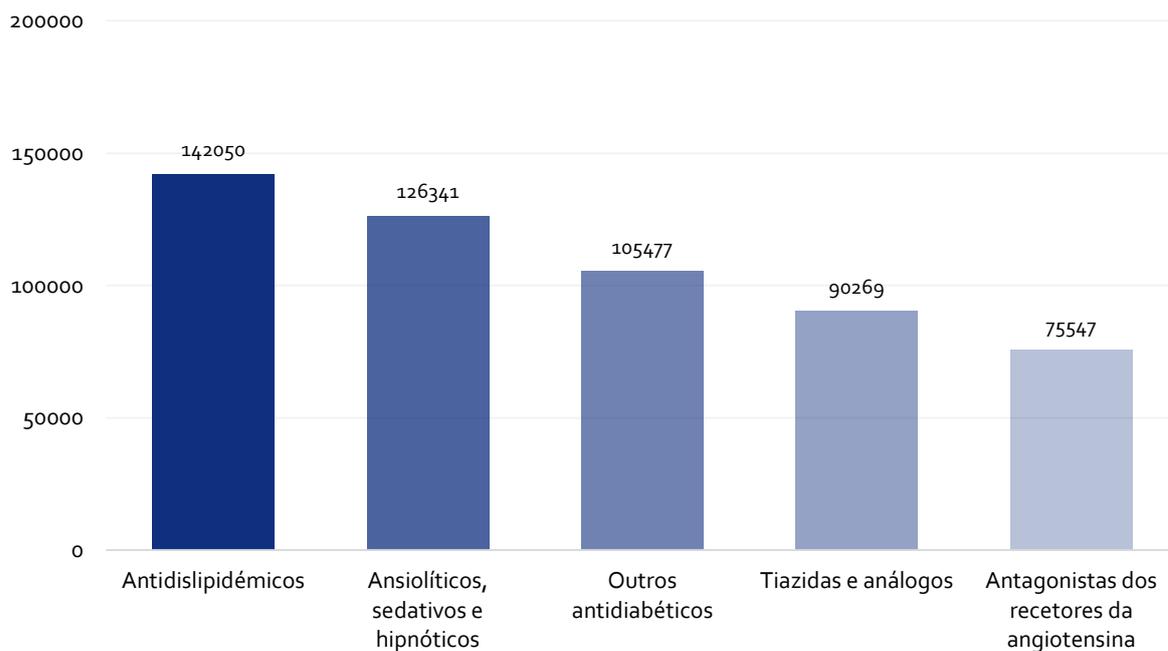


Figura D.55. Top 5 CFT, por quantidade de embalagens prescritas, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶³)

Quanto aos grupos de fármacos mais prescritos, em 2017, em primeiro lugar surgiam os antidislipídicos, com 142 050 embalagens prescritas, seguidos dos ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, com 126 341 embalagens prescritas, depois a categoria dos outros antidiabéticos, com 105 477, seguida das tiazidas e análogos, com 90 269 embalagens e, finalmente, surgiam os antagonistas dos recetores da angiotensina, com 75 547 embalagens prescritas (cf. Figura D.55.).

A Figura D.56. apresenta os dados relativos aos **princípios ativos mais prescritos**, em 2017.

²⁶³ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

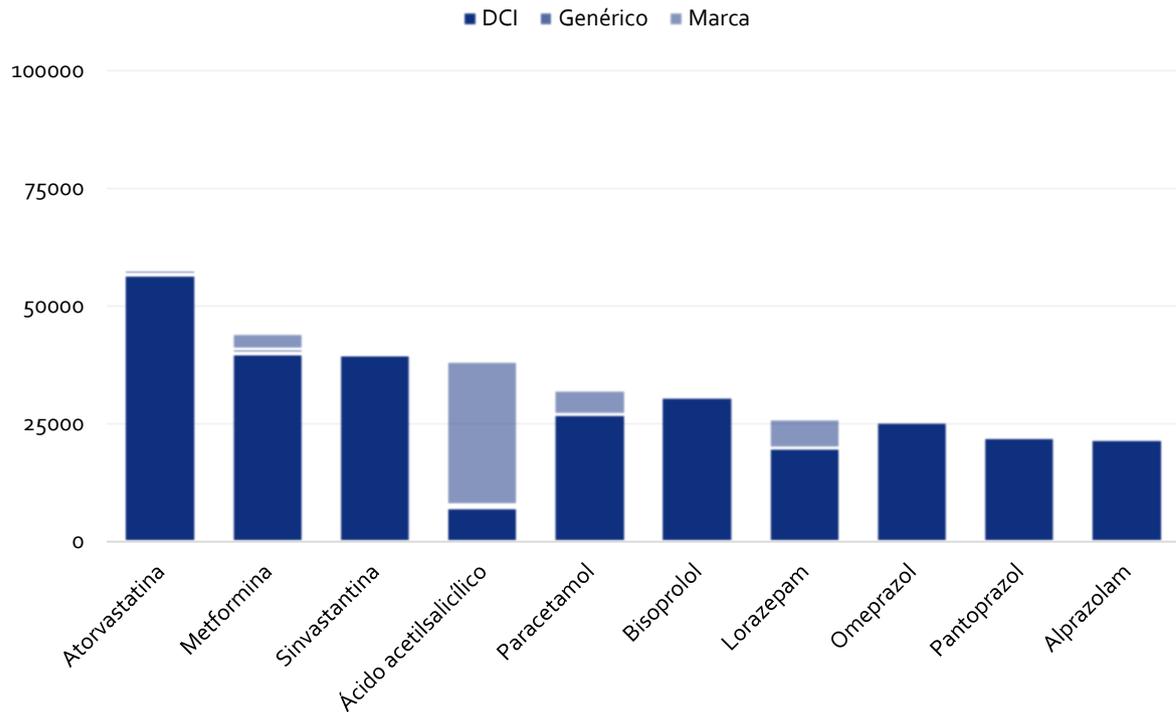


Figura D.56. Princípios ativos mais prescritos, ACeS Porto Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶⁴)

Da observação da Figura D.56. constata-se que os princípios ativos mais prescritos foram a atorvastatina (57 525), seguido da metformina (44 280) e em terceiro lugar da sinvastatina (40 040). Para todos os princípios ativos apresentados a forma predominante das prescrições foi na forma DCI, com exceção do ácido acetilsalicílico, cuja prescrição foi predominantemente por marca.

²⁶⁴ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

ACES PORTO OCIDENTAL: MEDICAMENTOS PRESCRITOS E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS ATIVOS

O conjunto de três figuras seguinte apresenta os dados ao nível da **prescrição de medicamentos**.

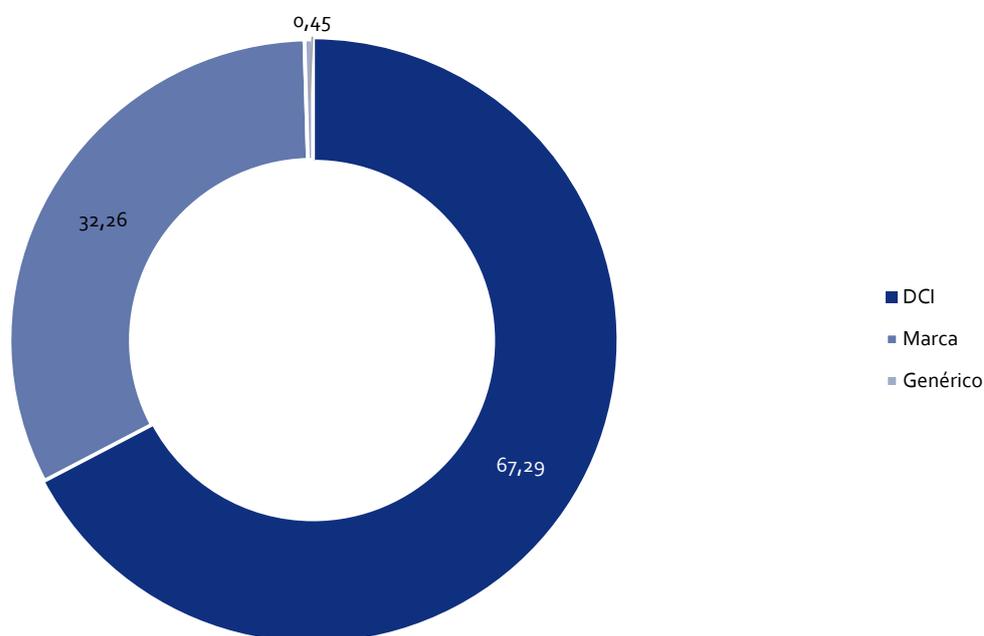


Figura D.57. Embalagens prescritas, por tipo de prescrição, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SNS²⁶⁵)

No ACeS Porto Ocidental o padrão de prescrição foi idêntico ao ACeS Porto Oriental, sendo a maioria dos medicamentos prescritos (67.29%) medicamentos DCI. Os medicamentos de marca ocuparam 32.26% das prescrições e os medicamentos genéricos representaram igualmente uma fatia residual de prescrições (0.45%) (cf. Figura D.57.).

A Figura D.58. apresenta a quantidade de **embalagens prescritas, por sexo**.

²⁶⁵ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

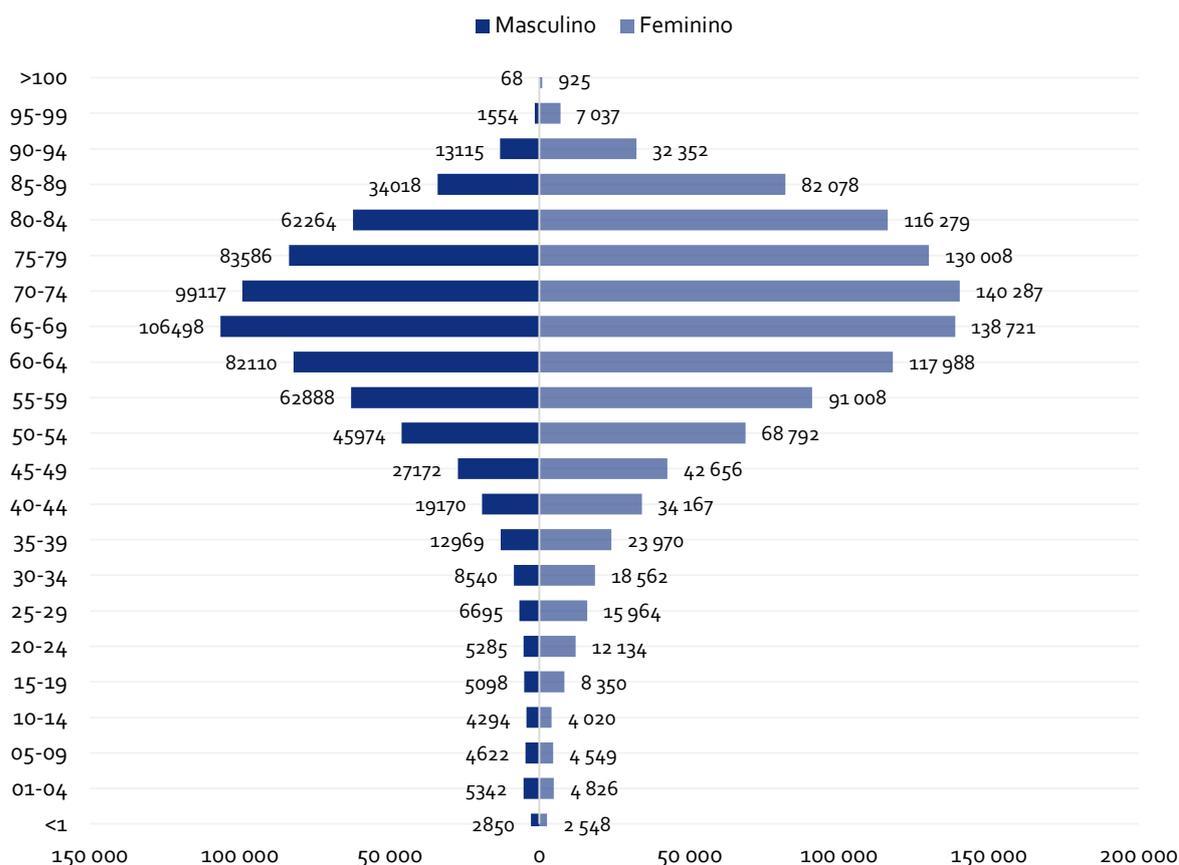


Figura D.58. Embalagens prescritas, por grupo etário e sexo, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶⁶)

Da análise da Figura D.58. constata-se que, também no ACeS Porto Ocidental, foram as pessoas das faixas etárias com mais idade, quem consumiu mais medicamentos. Nos homens a faixa etária com mais prescrições foi a dos 65-69 anos (106 498), seguida da faixa etária dos 70-74 anos (99 117) e da faixa etária dos 75-79 anos (83 586). Nas mulheres a faixa etária com mais prescrições foi a faixa etária dos 75-79 anos (116 114), seguida da faixa etária dos 70-74 anos (140 287), da faixa etária dos 65-69 anos (138 721) e da faixa etária dos 75-79 anos (130 008). Nas mulheres as faixas etárias dos 60-64 anos e dos 80-84 anos também atingiram prescrições acima das 100 000 embalagens (com 117 988 e 116 279, respetivamente). Também neste ACeS o consumo de medicamentos pelas mulheres foi significativamente superior ao dos homens, iniciando-se esta tendência já na faixa etária dos 15-19 anos e mantendo-se em todas as faixas etárias subsequentes.

A Figura D.59. apresenta os cinco **grupos de fármacos** com as quantidades mais elevadas de embalagens prescritas.

²⁶⁶ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

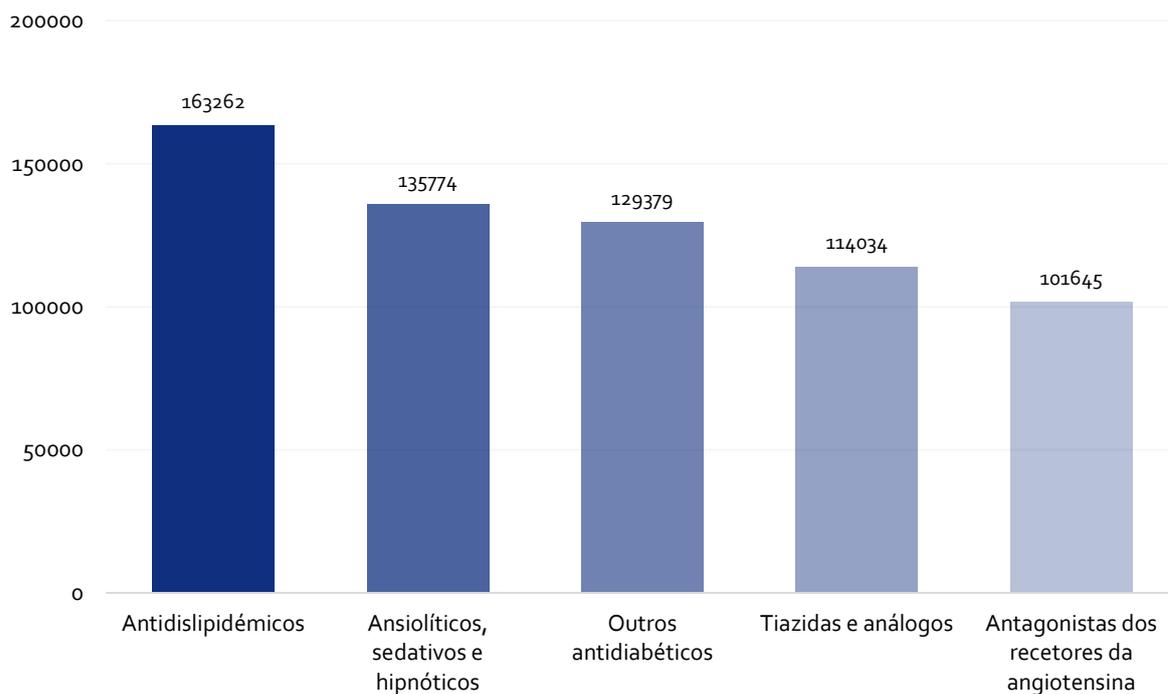


Figura D.59. Top 5 CFT por quantidade embalagens prescritas, ACeS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶⁷)

Quanto aos grupos de fármacos mais prescritos, o ACeS Porto Ocidental replicou, igualmente, o padrão do ACeS Porto Oriental. Assim, em primeiro lugar surgiram os antidislipidémicos, com 163 262 embalagens prescritas em 2017, seguidos dos ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, com 135 774 embalagens prescritas, depois a categoria dos outros antidiabéticos, com 129 379, seguida das tiazidas e análogos, com 114 034 embalagens e, finalmente, os antagonistas dos recetores da angiotensina, com 101 645 embalagens prescritas (cf. Figura D.59).

²⁶⁷ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

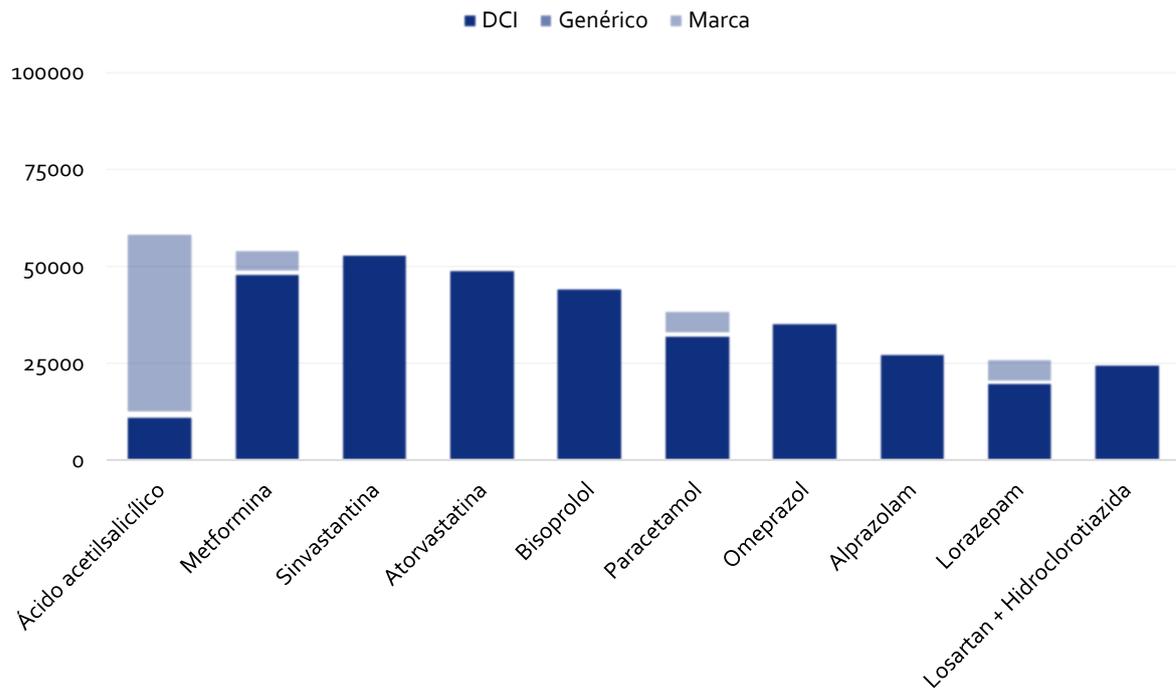


Figura D.60. Princípios ativos mais prescritos, ACoS Porto Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: SNS²⁶⁸)

Finalmente, e tal como se pode observar na Figura D.60, os **princípios ativos mais prescritos** foram o ácido acetilsalicílico (58 532 embalagens), que continuou a ser prescrito predominantemente por marca, seguido da metformina (54 317) e em terceiro lugar da sinvastatina (53 494). Para todos os princípios ativos apresentados (exceto o ácido acetilsalicílico) a forma predominante das prescrições foi na forma DCI.

²⁶⁸ <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx> (acedido em 23 de março de 2018).

RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO²⁶⁹

Ao nível de dados sobre a **saúde mental**, não foi possível aceder a um número suficiente de indicadores que permitissem uma caracterização fina no domínio da saúde mental, para o concelho do Porto. Apresenta-se apenas, na Figura D.61, os dados relativos às/aos utentes inscritas/os, por **principais diagnósticos ativos ao nível da saúde mental**.

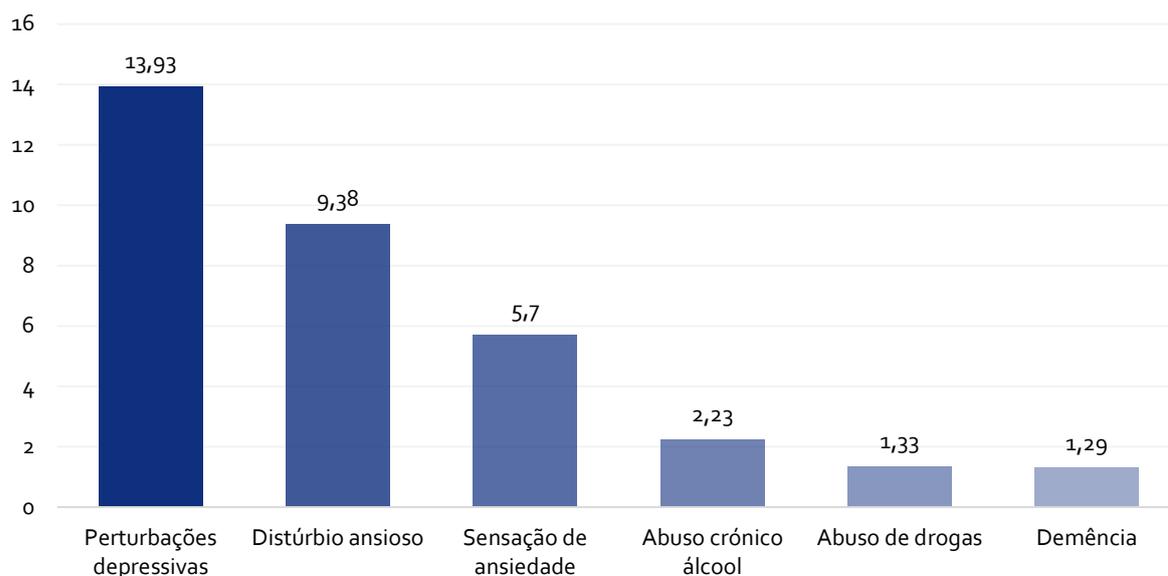


Figura D.61. Utentes inscritas/os, por principais diagnósticos ativos (ICPC-2), Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017)

Da análise da Figura D.61. constata-se que, em 2016, do total de 73 898 diagnósticos ativos no domínio da saúde mental, as perturbações depressivas foram as situações clínicas com maior prevalência de diagnósticos ativos (13.93%), seguidas dos distúrbios ansiosos (9.38%) e da sensação de ansiedade (5.7%). Foram ainda significativas as situações ligadas ao abuso crónico do álcool (2.23%), o abuso de drogas (1.33%) e a demência (1.29%). Estes dados parecem realçar a importância das situações ligadas ao stress na emergência de problemas de saúde mental, a que convém estar atento.

No entanto, é possível apresentar alguns dados acerca das respostas sociais existentes neste domínio. Assim, a Carta Social do Porto descreve alguns tipos de respostas sociais, no domínio da saúde, para pessoas com doença do foro mental/psiquiátrico, existentes no concelho do Porto.

²⁶⁹http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_valencia&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=0&cod_area=32&cod_valencia=3201&dcf=1312 (acedido em 19 julho de 2018).

Para as pessoas com doença do foro mental/psiquiátrico existiam dois tipos de resposta social: um **Fórum Socio-ocupacional**, em Paranhos, com uma capacidade de resposta para 50 utentes e uma taxa de utilização de 80% (40 utentes) e duas **Unidades de Vida Protegida**, ambas na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com capacidade de resposta para 11 utentes e uma taxa de utilização de 100%.

RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM VIH/SIDA

De acordo com a Carta Social do Porto existia, no concelho do Porto, um **Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial**, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, para as pessoas com VIH/Sida, com capacidade de resposta para 449 utentes e uma taxa de utilização de 100%.

Depois de apresentados os indicadores caracterizadores da realidade concelhia no domínio da saúde, passa-se à síntese integrativa, que sumariza os principais aspetos e tendências.

SÍNTESE INTEGRATIVA

Apresentam-se, nesta súmula, alguns traços gerais que refletem forças e fragilidades no domínio da saúde no concelho do Porto.

Relativamente aos **indicadores demográficos da saúde**, constata-se que, na generalidade, estes **têm vindo a melhorar**, como por exemplo, a esperança de vida à nascença, que tem vindo a aumentar e as taxas de mortalidade fetal tardia, perinatal, neonatal precoce, neonatal e pós-neonatal, que têm vindo a diminuir.

No entanto, a **taxa de mortalidade infantil não registou melhorias** e, inclusivamente, a **taxa quinquenal de mortalidade neonatal aumentou mais de 50%**, entre 2007 e 2016, apresentando o concelho do Porto, em 2016, a taxa mais elevada de mortalidade neonatal das áreas geográficas de referência (AMP, Norte, Continente e Portugal). Também **aumentaram os casos de baixo peso à nascença e os partos distócicos, bem como os nascimentos pré-termo**.

Por outro lado, e ainda relativamente aos indicadores demográficos da saúde, a **taxa de fecundidade na adolescência também baixou**, bem como a percentagem de nascimentos em mães com idade inferior a 20 anos e assistiu-se também a uma **melhoria nos nados-vivos de mães adolescentes**, mas **aumentou a percentagem de nascimentos em mães com idade igual ou superior a 35 anos**. Estes indicadores parecem refletir, por um lado, a eficácia das campanhas e programas de prevenção da gravidez na adolescência e, por outro lado, as dificuldades com que as pessoas se vêm confrontadas no momento de decidirem ter filhos, tendo filhos em idades cada vez mais tardias.

Quanto aos indicadores relativos às principais **causas de mortalidade e às morbilidades**, os tumores malignos continuavam a ser a maior causa de mortalidade, embora tivessem uma baixa incidência em termos de morbilidade, seguidos das alterações do aparelho circulatório e das alterações do aparelho respiratório.²⁷⁰

As principais morbilidades, como a hipertensão e as alterações no metabolismo dos lípidos e ainda a depressão e o consumo excessivo de tabaco, que se têm vindo a estabelecer como importantes

²⁷⁰ Quando considerados separadamente.

causas de morbilidade nos últimos anos, decorrem dos estilos de vida da modernidade e eram similares para homens e mulheres, seguindo o padrão nacional.²⁷¹

As **taxas de incidência e notificação da SIDA/VIH e da tuberculose têm apresentado uma evolução muito positiva**. Campanhã era o território com maior número de casos de Tuberculose e esta doença representou a maior percentagem nas Doenças Infeciosas de Notificação Obrigatória.

Nos **indicadores gerais relativos aos serviços de saúde**, o concelho do Porto também apresentava os **valores mais elevados nas taxas de médicas/os, enfermeiras/os, médicas/os dentistas e número de camas nos hospitais**, das áreas geográficas de referência (AMP, Norte, Continente e Portugal). No entanto, importa referir que **o Porto se constitui como um polo de referência na rede regional de prestação de cuidados de saúde**, atraindo muitas/os utentes de fora do concelho, o que aumenta consideravelmente o número de utilizadores dos serviços e equipamentos de saúde disponíveis.

As **especialidades** com maior número de consultas eram a ortopedia, seguida da oftalmologia e da ginecologia e as principais causas de atendimentos pré-hospitalares eram o trauma, seguido dos estados de alteração de consciência e da dispneia.

Quando se centra a análise ao nível dos **ACeS e das unidades funcionais**, o cenário já não se revelava tão favorável.

Em primeiro lugar, do total de 285 681 utentes destes ACeS, uma fatia considerável de utentes (71 094 ou 24.89%) não residiam no concelho. Depois, tanto o ACeS Porto Oriental, como o ACeS Porto Ocidental apresentavam taxas de utentes inscritas/os sem médico de família atribuído relativamente altas, quando comparadas com o conjunto dos 24 ACeS que compõem a ARS Norte.

Particularmente, o ACeS Porto Ocidental era o ACeS com a segunda taxa mais elevada de utentes inscritas/os sem médico de família atribuído, no conjunto dos ACeS da ARS Norte e a percentagem de utentes sem médica/o de família neste ACeS aumentou muito consideravelmente, entre 2016 e 2018. Simultaneamente, diminuiu de forma bastante significativa (cerca de 15%) o número de

²⁷¹ Para informação a nível nacional consultar relatório “A Saúde dos Portugueses – 2016”, disponível online em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18278/1/A%20Sa%C3%BAde%20dos%20Portugueses%202016.pdf>

consultas efetuadas neste ACeS, desde o início de 2014, apesar do número de utentes inscritas/os neste ACeS apenas ter diminuído menos de 1% nos últimos dois anos.

Os rácios de médicas/os e enfermeiras/os por 1000 habitantes também não chegavam, em nenhum dos ACeS e para nenhum tipo de profissional, a um/a profissional por mil habitantes (o valor máximo verificava-se no ACeS Porto Ocidental que tinha um rácio de 0.79 enfermeiras/os por mil habitantes), o que revela a **existência de insuficiência de pessoal clínico no domínio da saúde**, especificamente, nas **estruturas de saúde de primeira linha**.

No que diz respeito aos **serviços farmacêuticos e fármacos**, o concelho do Porto apresentava, também a este nível, o **rácio de farmácias e farmacêuticas/os mais elevado** do conjunto das áreas de referência em análise (AMP, Norte, Continente e País). Relativamente aos fármacos, a maioria dos medicamentos prescritos foram na forma DCI (Denominação Comum Internacional).

As **mulheres**, (especialmente nas faixas etárias a partir dos 65 anos de idade) eram as **maiores consumidoras de fármacos** (tendo consumido, em 2017, mais perto de 60% de embalagens de medicamentos, do que os homens) e os antidiabéticos, as tiazidas e os antagonistas dos recetores da angiotensina eram as categorias de medicamentos mais prescritos.

Finalmente, no que diz respeito à **saúde mental**, os principais diagnósticos ativos foram, em primeiro lugar, as perturbações depressivas, seguidas do distúrbio ansioso e da sensação de ansiedade (que assim justificavam a elevada prescrição de fármacos ansiolíticos, antidepressivos, sedativos) e, depois, do abuso do álcool, do abuso de drogas e das demências.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Do exposto podem sugerir-se algumas orientações estratégicas gerais no domínio da saúde, que possam contribuir para colmatar algumas fragilidades e necessidades.

Do perfil de saúde traçado para o concelho, ressalta que os **estilos de vida contemporâneos** contribuem para o surgimento de um conjunto de problemas de saúde, muito ligados à **alimentação, ao consumo de substâncias psicoativas, aos estilos de vida** (e.g. sedentarismo) e ao **stress** (cf. Figuras D.12. a D.16.). Este perfil, tal como preconizado pelo Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (PNS 2012-2016 e respetiva extensão a 2020), que propugna o empoderamento e responsabilização dos/as cidadãos/ãs pela sua condição de saúde, deveriam continuar a ser implementadas **estratégias promotoras de estilos de vida saudáveis**, com o objetivo de incrementar os níveis de saúde da população. Deveria também apostar-se fortemente na implementação **de estratégias preventivas, de formação, sensibilização e mudança de atitudes, ao nível dos estilos de vida saudáveis**.

A este nível é fulcral reforçar o **investimento feito junto da população mais jovem**, de forma a fomentar estilos de vida saudáveis desde as fases iniciais de desenvolvimento, que contribuam para o desenvolvimento de adultos mais saudáveis no futuro, tal como proposto no PNS 2012-2016.

Para o **segmento populacional com mais idade**, que apresenta necessidades específicas em termos de saúde e dada a maior propensão para o surgimento de quadros clínicos fragilizadores (cf. Figuras D.35., D.36., D.45., D.46. e D.54.), seria também importante implementar estratégias de promoção da saúde específicas, que contribuam para que o aumento em anos de vida, seja acompanhado por **mais anos de vida com qualidade**, ou seja, estratégias que estejam alinhadas com as orientações nacionais (PNS 2012-2016 e extensão a 2020) e internacionais (Health 2020 – the European policy framework and strategy for the 21 st century, da Organização Mundial da Saúde -OMS).

Estas estratégias deveriam estar concertadas com os pressupostos do Health for Growth Programm 2014-2020, da Comissão Europeia e ter em linha de conta a atual **conjuntura socioeconómica** e os **desafios acrescidos ao nível da sustentabilidade dos sistemas de saúde**, pelo que teriam de ser estratégias **globais e articuladas com vários outros domínios**, com os quais o domínio da saúde se interrelaciona de forma significativa, como a demografia, a economia, a habitação, e a educação.

Outra dimensão igualmente relevante seria perceber melhor de que forma os **grupos populacionais mais fragilizados** (e.g. pessoas em situação de sem abrigo, população imigrante, principalmente a não legalizada, pessoas com deficiência ou incapacidade) conseguem **aceder aos serviços de saúde**, com que obstáculos e dificuldades se confrontam, no sentido de conceder apoios e elaborar estratégias facilitadoras desse acesso e que contribuam para a **diminuição de desigualdades no acesso a bens e serviços de saúde**, tal como enunciado num dos eixos estratégicos do PNS 2012-2016 (e respetiva extensão a 2020) e recomendado no Health for Growth Programm 2014-2020, da Comissão Europeia.

Por outro lado, torna-se essencial continuar a apostar e reforçar o **investimento em serviços de saúde continuados, serviços de proximidade e/ou apoio domiciliário**, principalmente para determinados segmentos populacionais especialmente vulneráveis, como a população sénior ou as pessoas com deficiência e incapacidade (cf. Figuras D.35., D.36., D.45. e D.46.). Neste contexto revela-se muito importante **reforçar o acesso a este tipo de serviços no domínio da saúde mental**, uma vez que as doenças mentais são importante causa de incapacidade e morbilidade (existiam, em 2016, 73 898 diagnósticos ativos; cf. Figura D.61.), geradores de relevantes repercussões negativas, tanto ao nível económico, como ao nível social.

De facto, **não tendo sido possível aceder a dados específicos no domínio da saúde mental** que permitissem uma caracterização detalhada no domínio, e sendo a saúde mental condição importantíssima, pelo elevado impacto que a doença mental tem, não só no bem-estar dos indivíduos, mas também nos domínios do trabalho (em termos de absentismo e produtividade) e familiar (pela sobrecarga que representa a diversos níveis para as famílias), seria **fundamental uma caracterização minuciosa e exaustiva nesse domínio ao nível concelhio**, para poderem ser implementadas estratégias eficazes de promoção/restabelecimento da saúde mental.

Surgem ainda duas outras dimensões que, como anteriormente apresentado, revelam fragilidades e que são (1) a existência de **algumas lacunas ao nível dos cuidados primários de saúde**, nomeadamente a existência de utentes sem médica/o de família (cf. Figuras D.32., D.33., D.42. e D.43.) e o **aumento da mortalidade infantil** que tem vindo a ocorrer (cf. Figuras D.2. e D.5.) e que deveriam merecer uma atenção específica. Também a este nível é importante dar seguimento aos objetivos estratégicos do PNS 2012-2016, nomeadamente, ao nível da **equidade e acesso adequado a serviços de saúde**.

A questão relativa à **maternidade em idades cada vez mais tardias**, tal como apresentado na Figura D.9. deveria também merecer uma atenção particular, pelos riscos envolvidos neste tipo de

situação. Essa atenção teria de passar, necessariamente, pela **criação de contextos propiciadores da natalidade**, tal como proposto pelo PNS 2012-2016 e sua extensão a 2020 e envolver domínios diversificados (e.g. trabalho, educação, serviços de apoio social, habitação). Com efeito, a diminuição da taxa de natalidade e as gravidezes em idades mais tardias, decorrem de um conjunto de circunstâncias socioeconómicas contemporâneas, como sejam, questões de acesso e manutenção no mercado de trabalho, mudanças culturais e de estilos de vida, alterações ao nível das dinâmicas relacionais, percursos educativos cada vez mais extensos.

Ao **nível institucional** e de prestação de serviços no domínio da saúde, e seguindo as recomendações do PNS 2012-2016, seria importante **desenvolver um plano de comunicação interinstitucional e implementar um sistema de informação e monitorização**. Igualmente importante seria o reforço do **investimento na formação dos recursos humanos**, na humanização do atendimento em saúde e na **capacitação institucional das organizações** com áreas de atuação no domínio.

No mesmo sentido, revela-se fulcral apostar na **articulação entre os diferentes agentes envolvidos no domínio da saúde**, fomentando a sinergia entre os organismos/instituições aos diferentes níveis (estatal, local, comunitário), mobilizar e envolver os principais agentes e promover a articulação de recursos (humanos e materiais), contribuindo, dessa forma, para o incremento da eficácia das intervenções e das respostas.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Do exposto podem sugerir-se algumas orientações estratégicas gerais no domínio da saúde, que possam contribuir para colmatar algumas fragilidades e necessidades.

Do perfil de saúde traçado para o concelho, ressalta que os estilos de vida contemporâneos contribuem para o surgimento de um conjunto de problemas de saúde, muito ligados à alimentação, ao consumo de substâncias psicoativas, aos estilos de vida (e.g. sedentarismo) e ao stress (cf. Figuras D.12. a D.16.), pelo que, e tal como preconizado pelo Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (PNS 2012-2016 e respetiva extensão a 2020), que propugna o empoderamento e responsabilização dos/as cidadãos/ãs pela sua condição de saúde, deveriam continuar a ser implementadas estratégias promotoras de estilos de vida saudáveis, com o objetivo de incrementar os níveis de saúde da população. Deveria também apostar-se fortemente na implementação de estratégias preventivas, de formação, sensibilização e mudança de atitudes, ao nível dos estilos de vida saudáveis. A este nível é fulcral reforçar o investimento feito junto da população mais jovem, de forma a fomentar estilos de vida saudáveis desde as fases iniciais de desenvolvimento, que contribuam para o desenvolvimento de adultos mais saudáveis no futuro, tal como proposto no PNS 2012-2016.

Para o segmento populacional com mais idade, que apresenta necessidades específicas em termos de saúde e dada a maior propensão para o surgimento de quadros clínicos fragilizadores (cf. Figuras D.35., D.36., D.45., D.46. e D.54.), seria também importante implementar estratégias de promoção da saúde específicas, que contribuam para que o aumento em anos de vida, decorrente do aumento da esperança de vida, seja acompanhado por mais anos de vida com qualidade, ou seja, estratégias que contribuam para o aumento da esperança de vida saudável e que estejam alinhadas com as orientações nacionais (PNS 2012-2016 e extensão a 2020) e internacionais (Health 2020 – the European policy framework and strategy for the 21 st century, da Organização Mundial da Saúde -OMS).

Estas estratégias deveriam estar alinhadas com os pressupostos do Health for Growth Programm 2014-2020, da Comissão Europeia e ter em linha de conta a atual conjuntura socioeconómica e os desafios acrescidos ao nível da sustentabilidade dos sistemas de saúde, pelo que teriam necessariamente de ser globais e articuladas com vários outros domínios, com os quais o domínio da saúde estabelece necessariamente íntimas relações, como a demografia, a economia, a habitação, a educação, entre outras.

Outra dimensão igualmente relevante seria perceber melhor de que forma os grupos populacionais mais fragilizados (e.g. pessoas em situação de sem abrigo, população imigrante,

principalmente a não legalizada, pessoas com deficiência ou incapacidade) conseguem aceder aos serviços de saúde, com que obstáculos e dificuldades se confrontam, no sentido de conceder apoios e elaborar estratégias facilitadoras desse acesso e que contribuam para a diminuição/erradicação de desigualdades no acesso a bens e serviços de saúde, tal como enunciado num dos eixos estratégicos do PNS 2012-2016 (e respetiva extensão a 2020) e recomendado no Health for Growth Programm 2014-2020, da Comissão Europeia.

Também seria essencial continuar a apostar e reforçar o investimento em serviços de saúde continuados, serviços de proximidade e/ou apoio domiciliário, principalmente para determinados segmentos populacionais especialmente vulneráveis, como a população sénior ou as pessoas com deficiência e incapacidade, até porque o envelhecimento populacional e o aumento da esperança de vida da população, implicam mais necessidades a este nível (cf. Figuras D.35., D.36., D.45. e D.46.). Neste contexto torna-se importante reforçar o acesso a este tipo de serviços no domínio da saúde mental, uma vez que as doenças mentais são importante causa de incapacidade e morbilidade (existiam, em 2016, 73 898 diagnósticos ativos; cf. Figura D.61.), geradores de relevantes repercussões negativas, tanto ao nível económico, como ao nível social.

De facto, não tendo sido possível aceder a dados específicos no domínio da saúde mental que permitissem uma caracterização detalhada no domínio, e sendo a saúde mental condição importantíssima, pelo elevado impacto que a doença mental tem, não só no bem-estar dos indivíduos, mas também nos domínios do trabalho (em termos de absentismo e produtividade) e familiar (pela sobrecarga que representa a diversos níveis para as famílias), seria fundamental uma caracterização minuciosa e exaustiva nesse domínio ao nível concelhio, para poderem ser implementadas estratégias eficazes de promoção/restabelecimento da saúde mental.

Surgem ainda duas outras dimensões que, como anteriormente apresentado, revelam fragilidades e que são a existência de algumas lacunas ao nível dos cuidados primários de saúde, nomeadamente a existência de utentes sem médica/o de família (cf. Figuras D.32., D.33., D.42. e D.43.) e o aumento da mortalidade infantil que tem vindo a ocorrer (cf. Figuras D.2. e D.5.) e que deveriam merecer uma atenção específica, ainda que em termos do potencial de intervenção a esses níveis não se perspetive uma intervenção direta, mas apenas intervenções indiretas, potenciadoras de melhorias. Também a este nível é importante dar seguimento aos objetivos estratégicos do PNS 2012-2016, nomeadamente, ao nível da equidade e acesso adequado a serviços de saúde.

A questão relativa à maternidade em idades cada vez mais tardias, tal como apresentado na Figura D.9. deveria também merecer uma atenção particular, pelos riscos envolvidos neste tipo de

situação. Essa atenção teria de passar, necessariamente, pela criação de contextos propiciadores da natalidade, tal como proposto pelo PNS 2012-2016 e sua extensão a 2020 e envolver domínios diversificados (e.g. trabalho, educação, serviços de apoio social, habitação), pois a diminuição da taxa de natalidade e as gravidezes em idades mais tardias, decorrem de um conjunto de circunstâncias socioeconómicas contemporâneas, como sejam, questões de acesso ao e manutenção no mercado de trabalho, mudanças culturais e de estilos de vida, alterações ao nível das dinâmicas relacionais, percursos educativos cada vez mais extensos, etc.

Ao nível institucional e de prestação de serviços no domínio da saúde, e seguindo as recomendações do PNS 2012-2016, seria importante desenvolver um plano de comunicação interinstitucional e implementar um sistema de informação e monitorização. Igualmente importante seria o reforço do investimento na formação dos recursos humanos, na humanização do atendimento em saúde e na capacitação institucional das organizações com áreas de atuação no domínio.

Seria também muito importante, ao nível institucional, apostar na articulação entre os diferentes agentes envolvidos no domínio da saúde, fomentando a sinergia entre os organismos/instituições aos diferentes níveis (estatal, local, comunitário), mobilizar e envolver os principais agentes e promover a articulação de recursos (humanos e materiais), contribuindo, dessa forma, para o incremento da eficácia das intervenções/respostas.

E. HABITAÇÃO

Estando o direito à habitação consagrado constitucionalmente desde 1976, debate-se na atualidade, a criação de uma Lei de Bases da Habitação, em virtude do agudizar das carências habitacionais que se verificam em território nacional, que possa dar cumprimento a esse direito e complementar a Estratégia Nacional para a Habitação 2015 – 2031 (doravante ENH 2015-2031)²⁷², criada por resolução do conselho de ministros n.º 48/2015, em julho de 2015.

Neste documento pode ler-se “há muitos anos que se vem sentindo a necessidade de aprovação e implementação de uma estratégia para a habitação em articulação com os objetivos de desenvolvimento dos aglomerados urbanos, da reabilitação urbana e da revitalização demográfica e económica, enquanto partes integrantes do universo da política de cidades. Em particular, as profundas alterações financeiras, económicas e sociais verificadas nos últimos anos não foram acompanhadas pela implementação de uma visão estratégica no domínio da habitação, suscetível de suster o distanciamento progressivo entre o quadro normativo e as políticas públicas nesse domínio e a mudança da realidade económica e social do País” e que reconheceu “a necessidade de alargar o acesso a uma habitação e de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos impõe medidas transversais perspetivadas a longo prazo e articuladas com soluções urbanas sustentáveis” (p. 4 826).

Segundo o Projeto de Lei de Bases da Habitação “com a crise de austeridade de 2011-2015, as dotações orçamentais para as políticas públicas de habitação foram-se reduzindo cada vez mais, se não mesmo desaparecendo, ao mesmo tempo que se agravavam as condições de vida e diminuía os rendimentos de muitos agregados familiares.” (Projeto de Lei de Bases da Habitação²⁷³, p.2).

Simultaneamente “a liberalização do arrendamento levada a cabo a partir de 2012 criou uma pressão adicional sobre as famílias, que se acentuou nas áreas urbanas com a atratividade de novos sectores económicos, como o alojamento local, e com a procura imobiliária externa.” (Projeto de Lei de Bases da Habitação, p. 2).

Como consequência destes fenómenos, agravaram-se as desigualdades no acesso à habitação.

Ainda segundo o Projeto de Lei de Bases da Habitação, convém realçar que o país vive atualmente uma situação paradoxal, havendo em Portugal mais casas do que famílias, o que não indica que

²⁷² Acessível em https://dre.pt/home/-/dre/69812100/details/maximized?p_auth=8UeDEd8Y

²⁷³ Acessível em <https://habitacao.ps.pt/wp-content/uploads/2018/04/projeto-de-Lei-bases-da-habita%C3%A7%C3%A3o-GPPS-19.4.2018.pdf>

não haja um problema de habitação no país, pois “o atual problema da habitação em Portugal não é tanto de falta de habitações, mas de falta de habitações onde elas sejam necessárias, em boas condições e a preço acessível” (p. 3).

Sendo o acesso a habitação adequada fundamental na vida das pessoas, pois funciona como fator de autonomização do indivíduo e fonte de bem-estar e qualidade de vida, pode a falta de acesso a habitação ou o acesso a habitação desadequada funcionar como fator de exclusão social, ao promover o afastamento do indivíduo que está em busca de habitação acessível, das zonas mais centrais de convívio social e também tornando mais difícil o acesso a serviços que normalmente estão mais concentrados nessas zonas.

No entanto, face à escalada de preços no mercado de venda e arrendamento, muitas pessoas têm de dispor de uma proporção demasiado grande do seu rendimento para a habitação, o que as coloca perante um dilema: arranjam habitação em locais com custo mais acessível, prescindindo de uma habitação localizada próximo do seu meio de vida mais “natural” (e.g. trabalho, família,..), ou assumirem esse encargo, deixando de ter recursos suficientes para outro tipo de necessidades, prescindindo, nesse caso, de conforto e qualidade de vida.

De facto, no concelho do Porto o acesso a habitação a preços acessíveis tem-se tornado cada vez mais difícil, em virtude do crescente licenciamento para turismo e conseqüente especulação imobiliária, empurrando os residentes para zonas menos atrativas da cidade (com menores acessibilidades e/ou oferta de serviços, zonas mais degradadas, ...), ou para zonas habitacionais fora da cidade.

O preço mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares tem vindo a aumentar gradualmente, tendo atingido valores máximos para a cidade, variando entre os 1 643€/m² e os 963€/m². O cenário no mercado do arrendamento também segue esta tendência, apresentando valores médios de arrendamento a variarem entre 7.23€/m² e 5.78€/m².

Este aumento acentuado dos preços no mercado de arrendamento e venda é particularmente gravoso para a população economicamente mais carenciada, que representa cerca de um quinto da população. Na realidade, o rendimento condiciona fortemente o contexto de escolha habitacional, obrigando estas pessoas, que necessitam ter acesso a habitação a custo muito mais reduzido, a candidatarem-se a residirem na habitação social disponível no concelho. Este tipo de apoio, para além de não conseguir dar resposta em todos os casos, tem associado um certo

estigma, fator potencial de exclusão social. Destes grupos populacionais destacam-se a população sénior, os desempregados e as famílias monoparentais femininas.²⁷⁴

A agravar este cenário, a maioria dos edifícios da cidade não têm condições de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida, comprometendo as condições habitacionais dos segmentos populacionais mais vulneráveis ao nível da mobilidade, designadamente a população sénior e as pessoas com deficiência e incapacidade. Estas circunstâncias, em conjugação com o fenómeno do envelhecimento progressivo da população, transformam-se num problema que necessita de uma solução urgente, pois as dificuldades ao nível da mobilidade potenciam o isolamento de segmentos populacionais já fragilizados a diversos níveis (e.g. rendimento, suporte social) contribuindo, uma vez mais, para a sua exclusão social.

Depois desta breve introdução ao domínio da habitação, passa-se à apresentação de um conjunto alargado de indicadores, que permitem traçar um retrato global da situação relativamente a alguns aspetos quantitativos e qualitativos do parque habitacional concelhio.

²⁷⁴ Para informação complementar consultar "Pessoas e atividades – Ocupação Funcional – Dinâmicas Territoriais e Centralidades – Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Abril de 2018", acessível em http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/PDM/ECD/54_PDMP_ECD_Ocup_Func.pdf

A ATUALIDADE

CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO CONCELHIO

No concelho do Porto, contabilizavam-se, em 2011, 44 324 **edifícios clássicos**. A Figura E.1. apresenta a distribuição destes edifícios por freguesia/união de freguesias.

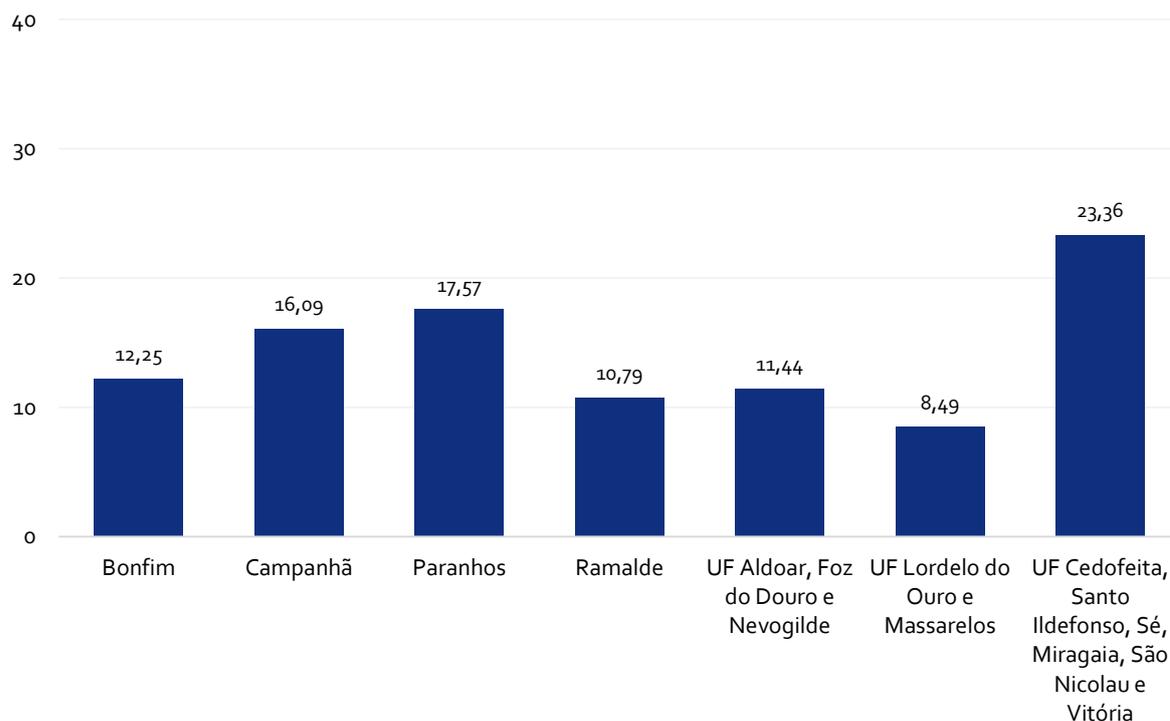


Figura E.1. Edifícios clássicos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁷⁵)

Da observação da Figura E.1. verifica-se que existia uma maior concentração de edifícios clássicos na União de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (23.36%), em Paranhos (17.57%) e em Campanhã (16.09%), totalizando 57.03% dos edifícios da cidade. Como se pode observar, a freguesia do Bonfim concentrava 12.25% dos edifícios, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde 11.44%, Ramalde 10.79% e, por último, a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos com 8.49%.

A figura seguinte apresenta a distribuição dos **edifícios por tipo de utilização** e freguesia/união de freguesias.

²⁷⁵ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

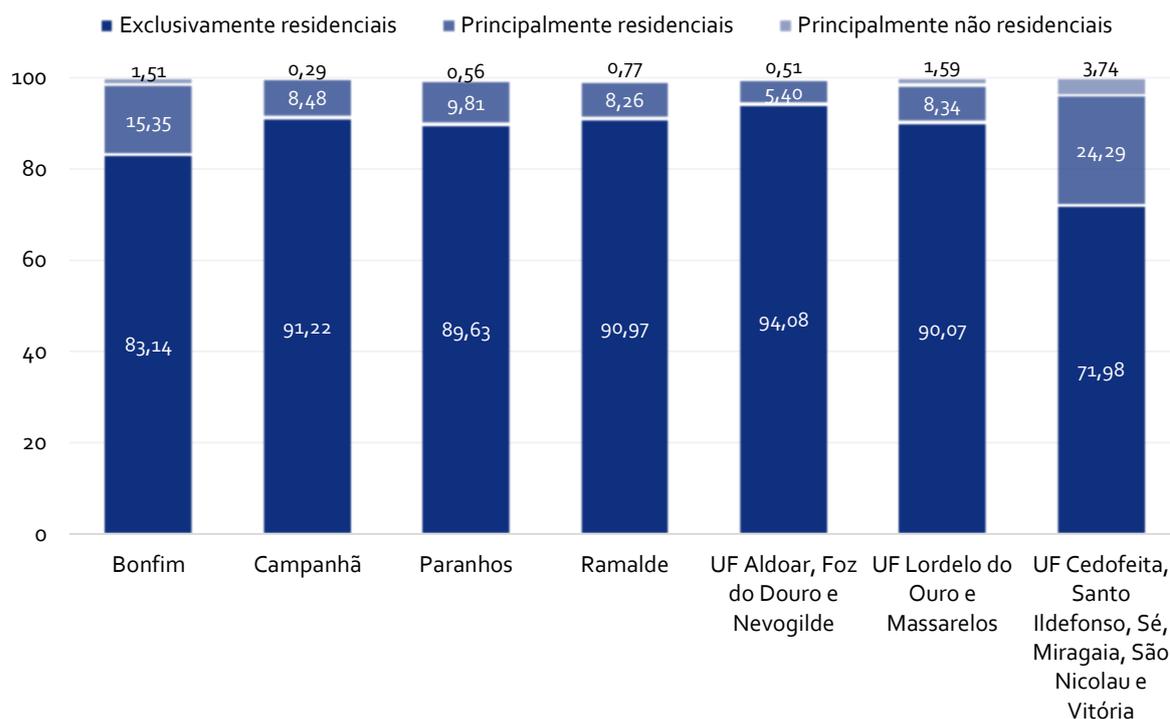


Figura E.2. Edifícios por tipo de utilização, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁷⁶)

Observando a Figura E.2., constata-se que nas freguesias de Campanhã (91.22%), Paranhos (89.63%), Ramalde (90.97%), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (94.08%) e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (90.07%) os edifícios eram na grande maioria exclusivamente residenciais. Nas freguesias do Bonfim (83.14%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (71.98%) os valores eram menos expressivos ainda que elevados, salientando-se que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória representa a zona do centro histórico da cidade, o que pode ser indicador de outro tipo de utilização para os edifícios, como por exemplo, o comércio, escritórios ou hotelaria.

A Figura E.3. apresenta a distribuição dos **edifícios pela tipologia de alojamento** e por freguesia/união de freguesias.

²⁷⁶ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

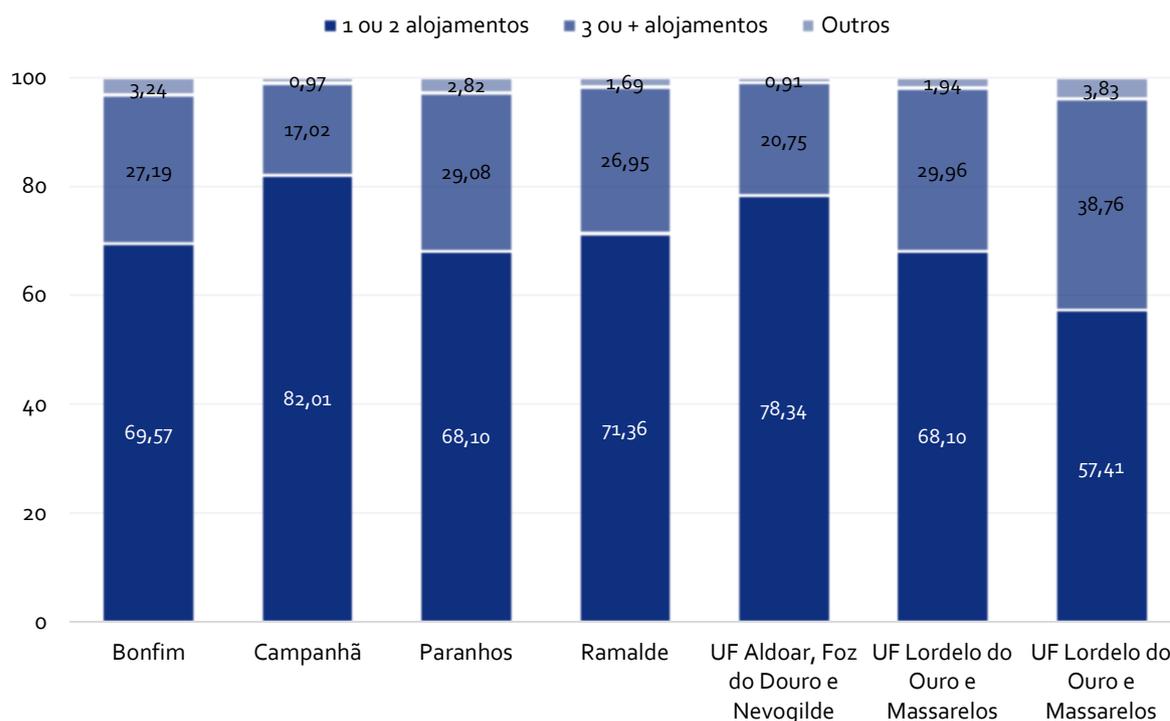


Figura E.3. Edifícios por tipologia de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁷⁷)

Através da observação da Figura E.3. pode-se concluir que o concelho do Porto era composto, maioritariamente, por edifícios com um ou dois alojamentos, variando a percentagem de edifícios com essa tipologia entre os 82.01% (Campanhã) e os 57.41% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Na tipologia de três ou mais alojamentos observava-se uma maior percentagem na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (38.76%), em contraste com a freguesia de Campanhã (17.02%) que apresentava a menor percentagem de edifícios nessa tipologia.

Em linha com o raciocínio anterior, a Figura E.4. apresenta a distribuição dos edifícios do concelho, pelo número de pisos e pela freguesia/união de freguesias a que pertencem.

²⁷⁷ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

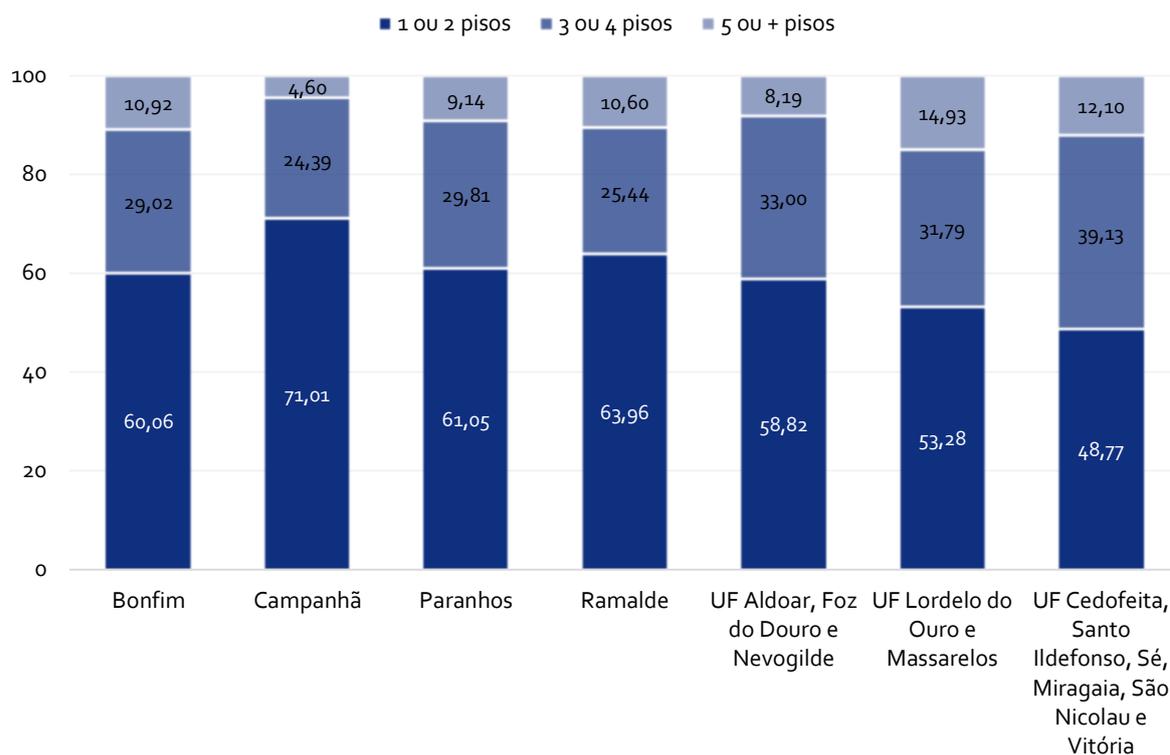


Figura E.4. Edifícios por número de pisos e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁷⁸)

Da análise da Figura E.4., pode-se observar que, excetuando a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (48.77%) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (53.28%), as restantes freguesias apresentavam valores entre os 58.82% (União de freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e os 71.01% (Campanhã) para edifícios de um ou dois pisos. Em sentido inverso, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (51.23%) e a União de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos (46.72%) eram as freguesias que eram compostas por uma maior percentagem de edifícios com três ou quatro pisos (39.13%; 31.79%) e de edifícios com cinco ou mais pisos (12.10%; 14.93%).

O Quadro seguinte apresenta a distribuição dos **edifícios pelo ano de construção** e freguesia/união de freguesias.

²⁷⁸ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Antes de 1919	19.82	23.47	8.88	9.43	6.41	14.9	17.65
1919-1945	27.58	25.39	22.45	17.62	13.71	17.5	22.06
1946-1960	19.27	15.88	24.96	25.28	16.45	24.22	19.76
1961-1970	12.80	12.63	17.72	15.97	12.68	14.32	13.76
1971-1980	7.98	8.87	11.05	12.65	13.87	9.80	9.96
1981-1990	4.13	5.36	5.08	6.08	11.66	7.25	5.69
1991-1995	2.41	1.65	2.50	3.14	5.52	2.79	2.5
1996-2000	1.92	3.25	2.11	3.49	7.73	2.92	3.06
2001-2005	1.75	1.74	2.39	3.72	5.58	2.79	2.61
2006-2011	2.34	1.75	2.85	2.61	6.39	3.51	2.95
Total (N)	5 428	7 133	7 789	4 783	5 070	3 765	10 356

Quadro E.1. Edifícios por ano de construção e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁷⁹)

Analisando a Quadro E.1. verifica-se que os edifícios no concelho do Porto eram maioritariamente antigos, excetuando na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde em que apenas 36.57% dos seus edifícios foram construídos antes de 1960. Nas restantes freguesias/uniões de freguesia, a percentagem de edifícios construídos antes de 1960 era na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória de 69.99%, no Bonfim de 66.67%, em Campanhã de 64.67%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos de 56.62%, em Paranhos de 56.29% e em Ramalde de 52.33%.

A Figura E.5. apresenta os **edifícios pelo seu estado de conservação** e por freguesia/união de freguesias.

²⁷⁹ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

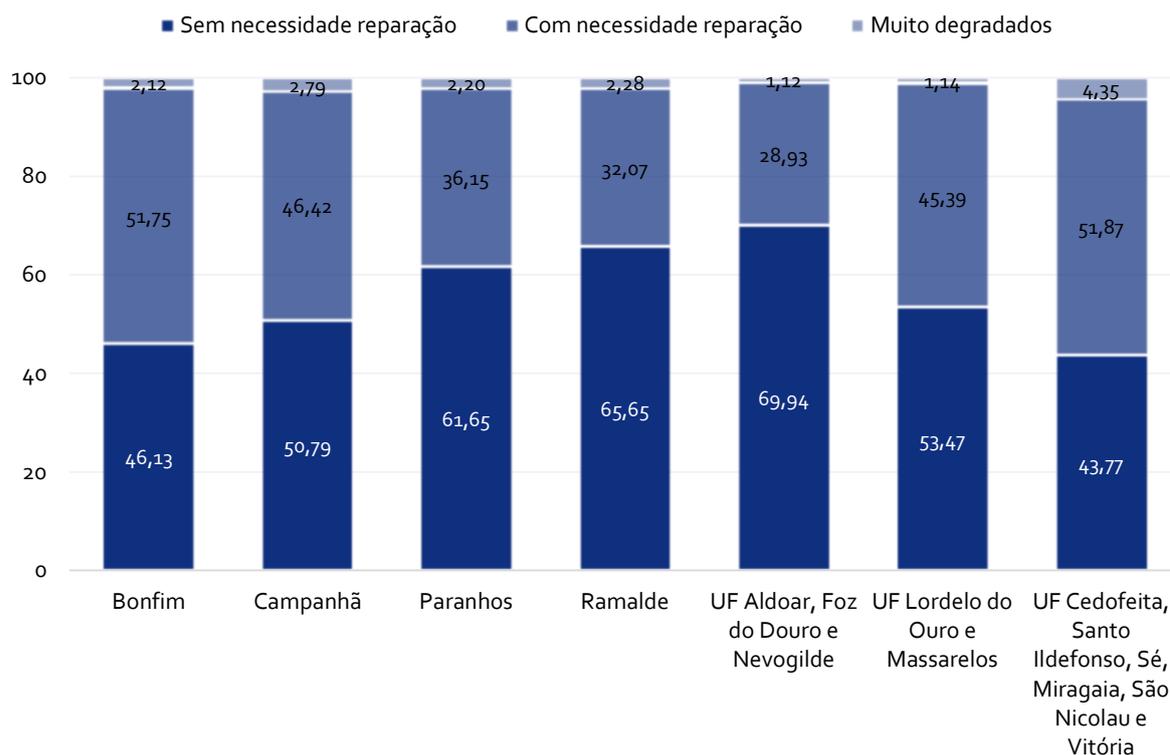


Figura E.5. Edifícios por estado de conservação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁰)

Na análise dos edifícios pelo seu estado de conservação, observa-se que as necessidades de reparação se encontravam relacionadas com as zonas mais envelhecidas do parque habitacional da cidade. Observando a Figura E.5., verifica-se que onde existia uma maior percentagem de edifícios com necessidades de reparação era nas freguesias onde também existia uma maior percentagem de edifícios antigos, nomeadamente, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 51.87%, no Bonfim com 51.75% e em Campanhã com 42.42%.

Em linha com o anteriormente exposto, a Figura E.6. apresenta os **edifícios com necessidades de reparação**, mediante a magnitude da intervenção de reparação necessária, por freguesia/união de freguesias.

²⁸⁰ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

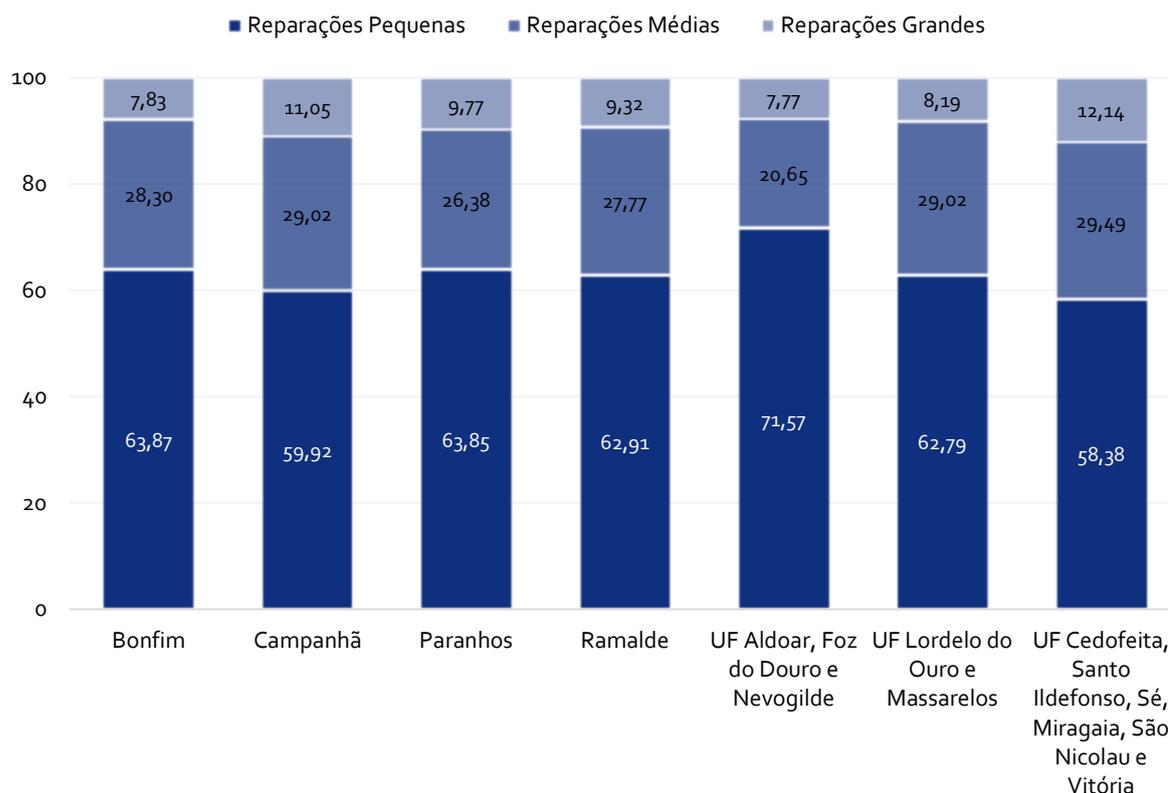


Figura E.6. Edifícios por tipo de reparação necessária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸¹)

Dos edifícios com necessidades de reparação, através da análise da Figura E.6., verifica-se que a grande maioria dos edifícios necessitava de pequenas reparações, valor que variava entre os 58.38% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e os 71.57% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Em termos de reparações médias, os valores variavam entre os 20.65% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e os 29.49% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, enquanto para grandes reparações o valor variava entre os 7.77% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e os 12.14% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. De forma geral, as necessidades de reparação eram semelhantes nas diferentes freguesias/uniões de freguesia do concelho.

A Figura E.7. apresenta a proporção de **edifícios com infraestruturas básicas** (água, retrete, esgotos e banho) pelas diferentes freguesias/uniões de freguesia.

²⁸¹ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

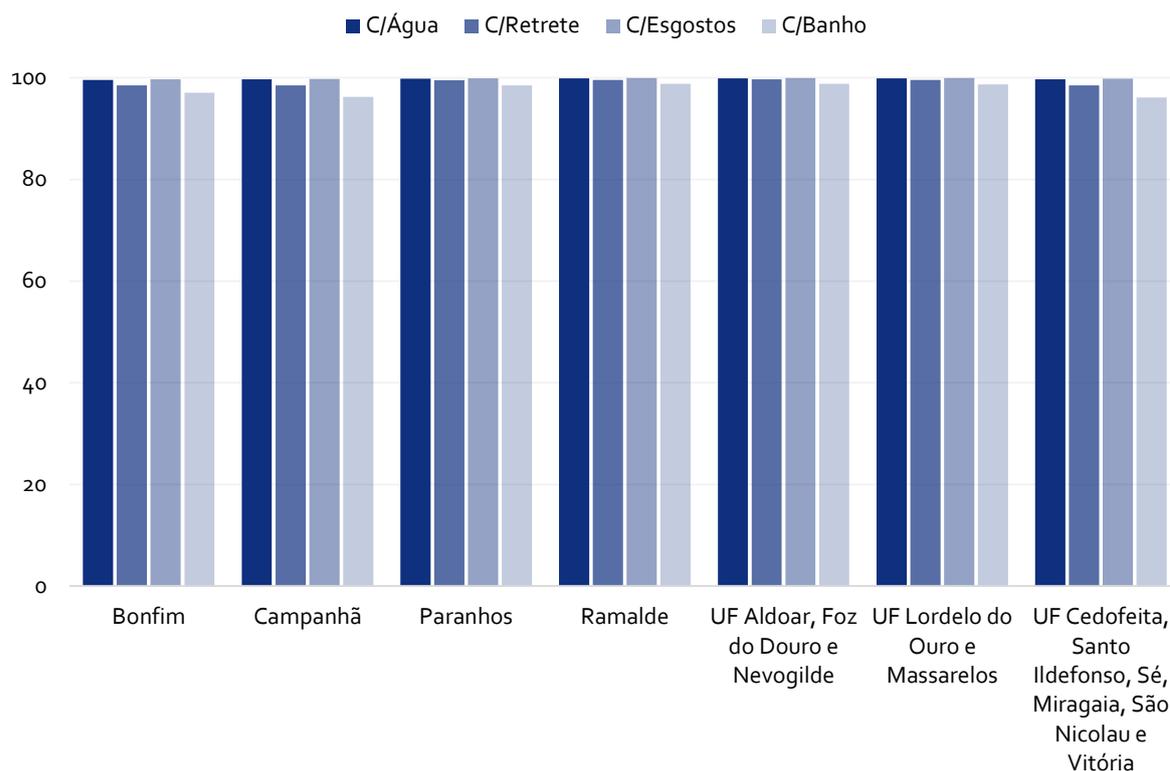


Figura E.7. Edifícios com infraestruturas básicas, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸²)

Dos alojamentos da cidade, pode-se concluir que, de forma transversal, acima de 99% tinham condições básicas de água e saneamento (esgotos). Por outro lado, através da Figura E.7., observa-se que os alojamentos careciam, em algumas zonas, de condições sanitárias, nomeadamente, na freguesia do Bonfim onde 98.47% dos edifícios tinha condições sanitárias, em Campanhã com 98.49% dos edifícios com condições sanitárias e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 98.52% dos edifícios com condições sanitárias, mais especificamente em Miragaia (97.42%) e na Sé (95.72%) que apresentavam as menores percentagens de edifícios com condições sanitárias. Em termos de condições de banho, destacam-se também algumas fragilidades, nomeadamente, no Bonfim (97.05%), em Campanhã (96.24%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (96.12%), especificamente em Miragaia (91.95%), em São Nicolau (93.89%), na Sé (89.66%) e na Vitória (95.37%), onde as condições de banho não englobavam a totalidade dos edifícios.

²⁸² http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

EDIFÍCIOS E AS QUESTÕES DA MOBILIDADE

A figura seguinte apresenta os dados relativos à **acessibilidade a cadeira de rodas** e à existência ou não de elevador no edifício.

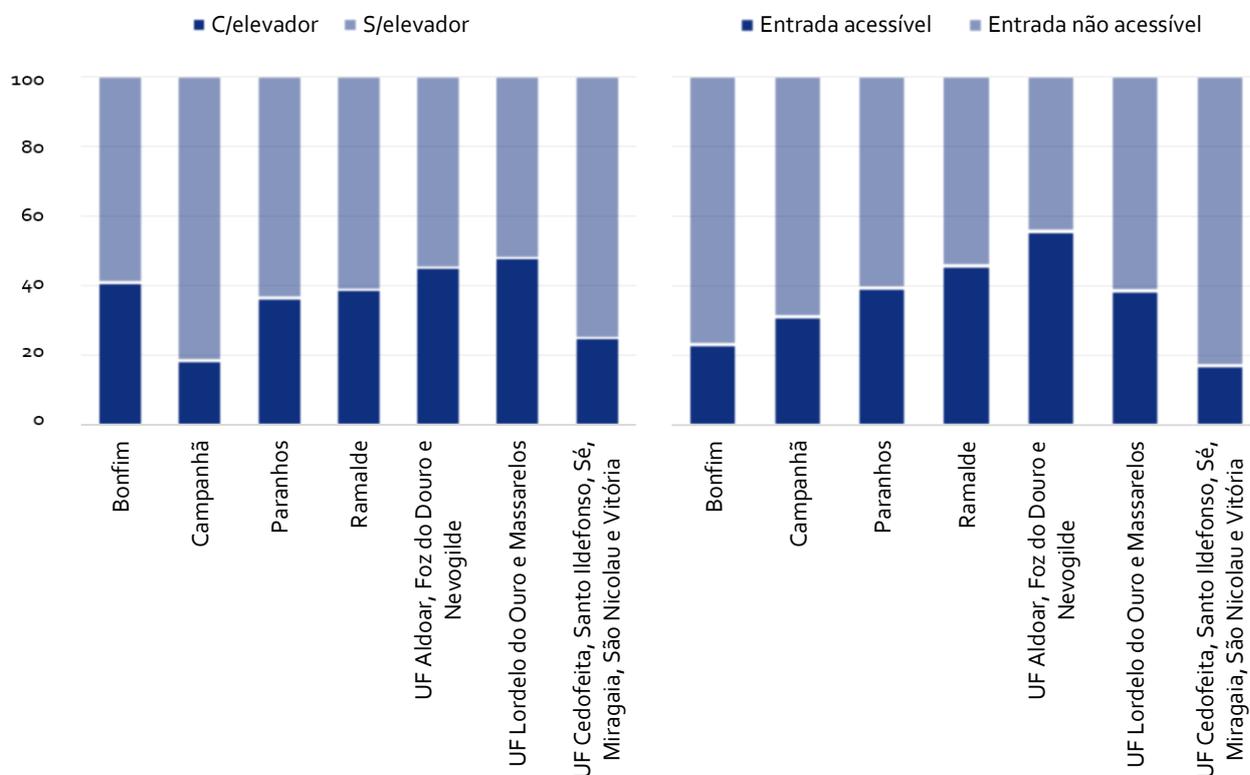


Figura E.8. Edifícios com/sem elevador e edifícios com entrada acessível/ não acessível a pessoas de mobilidade reduzida, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸³)

Em termos de acessibilidade, como se pode observar pela Figura E.8., na sua maioria, os edifícios do concelho não tinham elevador, nem entrada acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Considerando os edifícios estarem ou não apetrechados de elevador, verifica-se que Campanhã (18.78%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (25.09%) se destacavam como as zonas com mais fragilidades a este nível. Todavia, é importante ressaltar que, de forma transversal às sete freguesias/uniões de freguesia, em nenhuma se atingia o valor de 50%, o que é revelador da situação relativa às acessibilidades para pessoas de mobilidade reduzida. O cenário para edifícios com entrada acessível a cadeira de rodas era bastante semelhante, observando-se maiores fragilidades nas freguesias do Bonfim (23.17%), Campanhã (31.05%), Paranhos (39.38%), União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (38.56%) e União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

²⁸³ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

(17.19%). Ramalde (45.69%) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (55.51%) eram as zonas da cidade que apresentavam melhores proporções de edifícios com acessibilidade.

A Figura E.9. apresenta os dados para os **edifícios com entrada acessível a cadeira de rodas** (à esquerda na Figura E.9.) e **sem entrada acessível a cadeira de rodas** (à direita na Figura E.10) e que possuem ou não elevador.

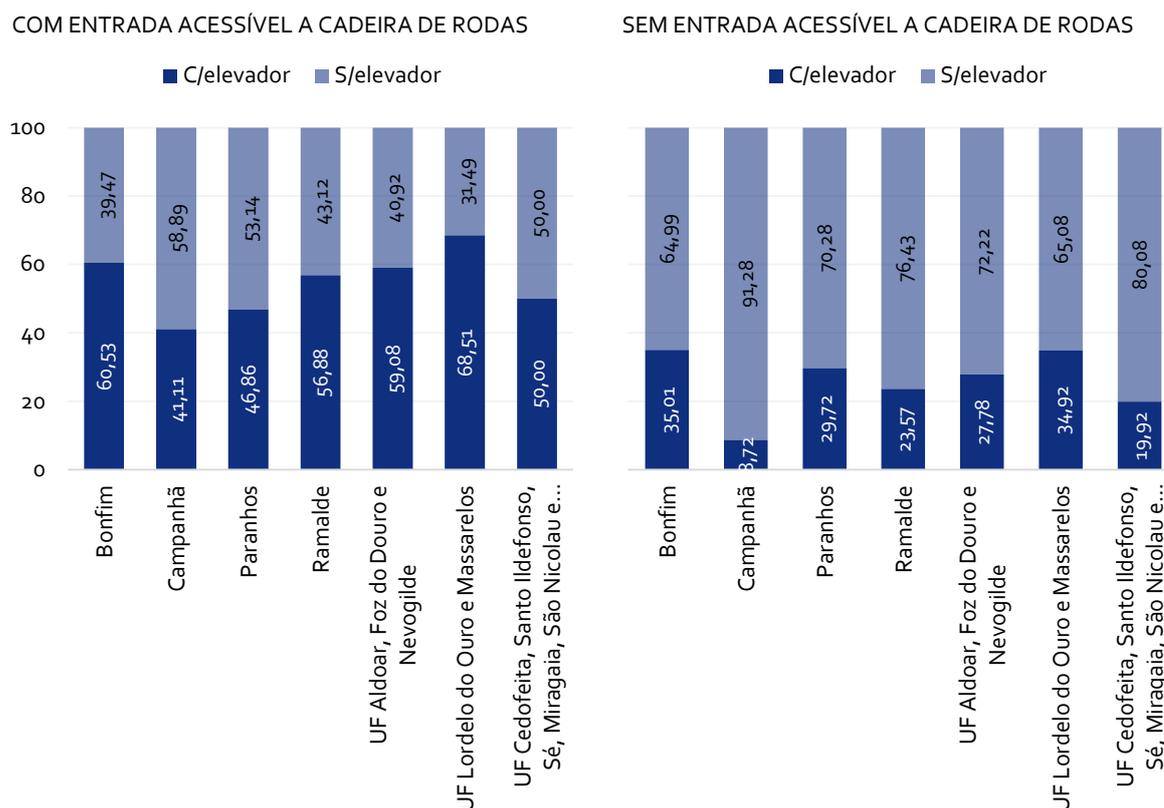


Figura E.9. Edifícios com e sem entrada acessível a cadeira de rodas e com/sem elevador, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁴)

Dos edifícios com acessibilidade a cadeira de rodas, as freguesias com maiores fragilidades em termos de elevador eram Campanhã (41.11%) e Paranhos (46.86%). Nas restantes freguesias/uniões de freguesia, ainda que estes não apresentassem uma elevada proporção de edifícios com elevador, os valores eram ligeiramente superiores, a saber: Bonfim (60.53%), Ramalde (56.88%), União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (59.08%), União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (68.51%) e União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (50%). Destaca-se Aldoar (36.19%), Miragaia (37.50%), São Nicolau (0%), Sé (36.84%) e Vitória (27.78%), como aqueles territórios que

²⁸⁴ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese (acedido a 22 de março de 2018).

apresentavam maiores fragilidades ainda que, por vezes, o número absoluto de edifícios fosse bastante inferior. Importa também destacar que, ainda que se criem as condições de acessibilidade para as cadeiras de rodas, sem elevador disponível apenas os alojamentos térreos serão acessíveis a pessoas em cadeiras de rodas, salientando-se assim a importância da existência de elevador para permitir o acesso aos vários pisos dos edifícios (cf. Figura E.9.).

Dos edifícios não acessíveis a cadeira de rodas, verifica-se que aqueles que tinham elevador eram bastante reduzidos, com valores que variavam entre os 19.92% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e os 35.01% no Bonfim, excetuando Campanhã com apenas 8.72%. No entanto, importa realçar que os edifícios dotados de elevador e não acessíveis a cadeira de rodas, surgem como uma boa possibilidade de intervenção ao nível das acessibilidades e de aumento da oferta de acessibilidade da cidade. (cf. Figura E.9.

LOTAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

A Figura E.10. apresenta os **edifícios por lotação** e por freguesia/união de freguesias.

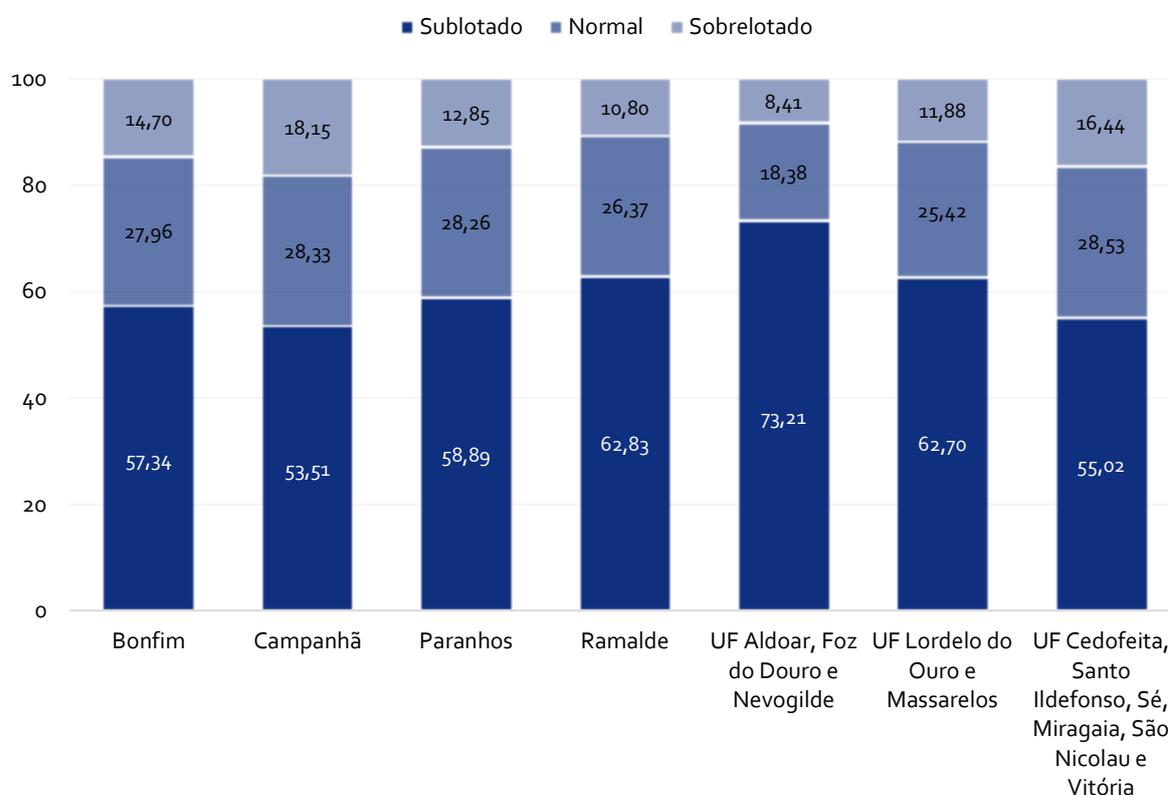


Figura E.10. Lotação dos alojamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁵)

No que concerne à lotação dos alojamentos do concelho, através da Figura E.10., pode-se observar que existia maior sublotação dos alojamentos ou lotação normal, do que sobrelotação. De facto, no concelho cerca de 60% dos edifícios estavam sublotados, 26.52% estavam dentro da lotação e apenas 13.46% estavam sobrelotados.

As freguesias/uniões de freguesia onde existia maior sobrelotação e menor sublotação eram Campanhã, com 53.51% e 18.15%, respetivamente e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 55.02% e 16.44%, respetivamente. Em sentido inverso, na União de Freguesas de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era onde se verificava a maior sublotação e menor sobrelotação, com 73.21% e 8.41% respetivamente.

²⁸⁵ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

A figura seguinte apresenta os **alojamentos sobrelotados mediante o número de divisões em falta**, por freguesias/uniões de freguesia do concelho.

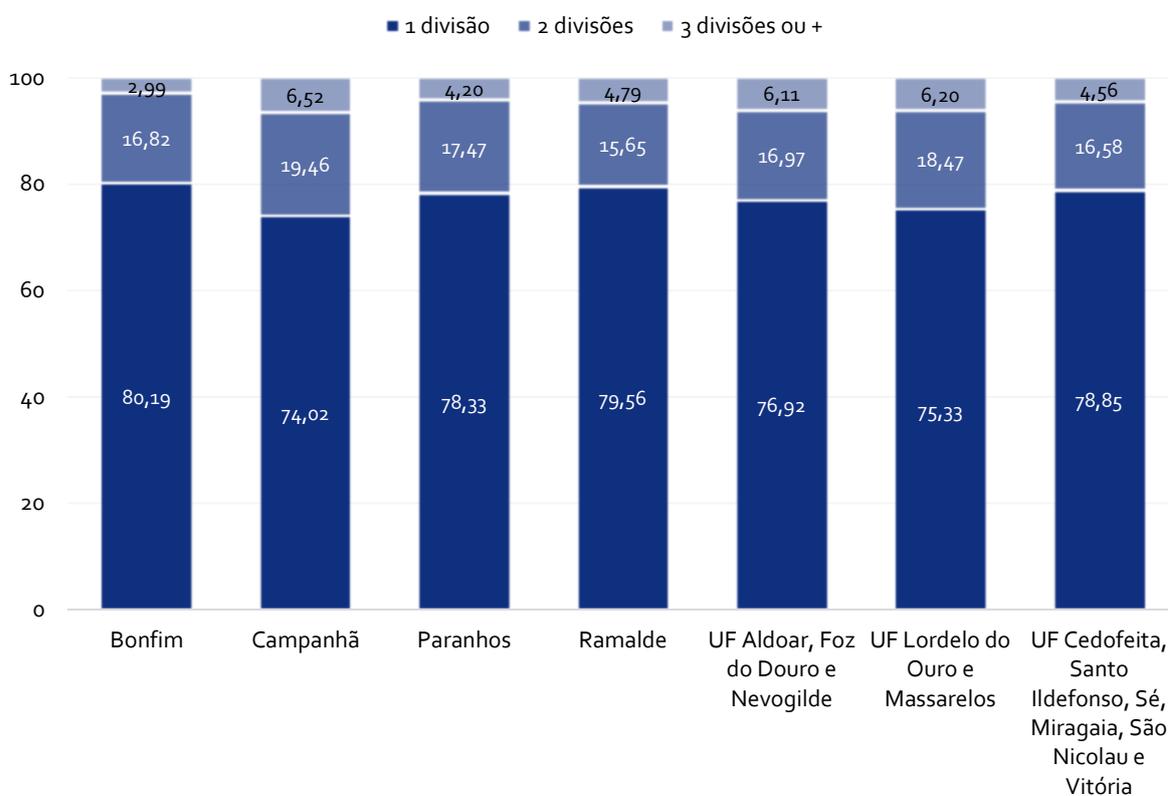


Figura E.11. Alojamentos sobrelotados, pelo número de divisões em falta e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁶)

No que concerne aos alojamentos sobrelotados, constata-se, pela observação da Figura E.11., que entre 74.02% (Campanhã) e 80.19% (Bonfim) dos alojamentos careciam de uma divisão, enquanto entre 15.65% (Ramalde) e 19.46% (Campanhã) careciam de duas divisões. Os restantes, com três ou mais divisões em falta, variavam entre os 2.99% (Bonfim) e os 6.52% (Campanhã).

A Figura E.12. apresenta os dados para os **alojamentos sublotados pelo número de divisões excedentes** e por freguesia/união de freguesias.

²⁸⁶ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

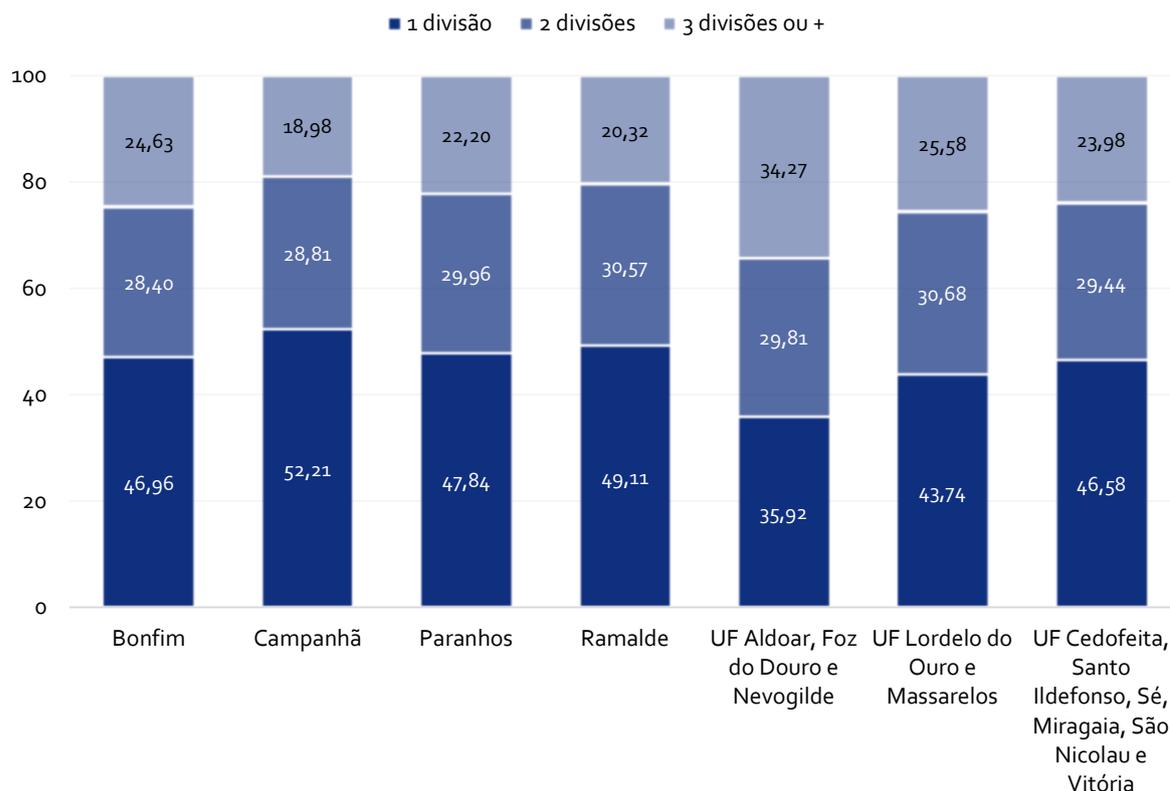


Figura E.12. Alojamentos sublotados pelo número de divisões excedentes e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁷)

Dos alojamentos sublotados com divisões excedentes, pode-se observar através da Figura E.12. que, excetuando a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, os valores para uma divisão excedente variavam entre os 43.74% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 52.21% (Campanhã), para duas divisões excedentes entre os 28.40% (Bonfim) e os 30.68% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e para três divisões ou mais os valores variavam entre os 18.98% (Campanhã) e os 25.58% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos). A União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde destacava-se pelo equilíbrio entre a proporção de alojamentos com três ou mais divisões excedentes (34.27%) e de alojamentos com uma divisão excedente (35.92%).

²⁸⁷ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

FONTES DE ENERGIA DOS EDIFÍCIOS

O próximo quadro apresenta os dados relativos às **fontes de energia utilizadas para aquecimento** nos vários alojamentos das freguesias/uniões de freguesia do concelho.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Eletricidade	66.97	73.91	69.85	67.29	62.43	61.31	63.04
Gás natural, propano, butano ou outros combustíveis gasosos	3.03	2.59	2.91	3.16	3.16	5.75	2.4
Madeira, carvão ou outros combustíveis sólidos	0.67	0.53	0.51	0.6	0.58	1	0.91
Outra (energia solar, geotérmica, ...)	14.71	8.09	7.65	15.3	21.67	22.12	20.15
Petróleo, gasóleo ou outros combustíveis líquidos	0.12	0.1	0.12	0.1	0.07	0.18	0.2
Sem aquecimento	14.50	14.76	18.97	13.55	12.08	9.65	13.3
Total (N)	10 688	12 833	18 893	15 270	11 289	11 541	18 290

Quadro E.2. Alojamentos por fonte de energia utilizada para aquecimento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁸)

Relativamente à fonte de energia utilizada para aquecimento, através do Quadro E.2., pode-se observar que, de forma transversal às sete freguesias/uniões de freguesia, se verificou maior utilização de eletricidade (61.31% a 73.91%) e gás natural, propano ou outros combustíveis gasosos (7.65% a 22.12%) para as necessidades de aquecimento, destacando-se também que entre 9.65% e 18.87% dos alojamentos não tinham aquecimento. Ramalde, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos foram aquelas onde se verificaram as menores percentagens de alojamentos sem aquecimento e as maiores proporções de utilização de gás natural, propano ou outros combustíveis gasosos, comparativamente ao Bonfim, Campanhã e à União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, que foram aquelas onde existiu maior proporção de

²⁸⁸ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

alojamentos sem aquecimento e com menor recurso ao gás natural, propano ou outros combustíveis gasosos.

O Quadro E.3. mostra os diferentes tipos de aquecimento utilizados nos alojamentos das freguesias/uniões de freguesia do concelho.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Aparelhos móveis	81.82	86.26	73.22	65.89	57.18	65.95	81.45
Aparelhos fixos	6.88	4.37	6.33	6.70	9.28	7.28	6.8
Aquecimento central	7.33	5.77	15.85	23.16	25.43	23.37	8.75
Lareira aberta	1.64	1.56	1.83	1.76	3.43	1.29	1.06
Recuperador de calor	2.33	2.05	2.77	2.5	4.68	2.12	1.93
Total (N)	9110	10399	16333	13425	10200	10006	15004

Quadro E.3. Alojamentos por tipo de aquecimento utilizado e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE²⁸⁹)

Verifica-se, através da análise do Quadro E.3., uma utilização maioritária de aparelhos móveis (57.18% a 86.26%) e aquecimento central (5.77% a 25.43%). Ramalde, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos foram aquelas onde se verificou menor recurso a aparelhos móveis (57.18% a 65.95%) e maior utilização de sistemas de aquecimento central (23.16% a 25.43%). Nas restantes freguesias e união de freguesias a utilização de aparelhos móveis variou entre os 73.22%, em Paranhos e os 86.26%, em Campanhã, enquanto a utilização de aquecimento central variou entre os 5.77%, em Campanhã e os 15.85%, em Paranhos.

²⁸⁹ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj (Q3.17 – acedido em 26 de março de 2018).

VENDA E ARRENDAMENTO

O Quadro seguinte apresenta a evolução do **valor mediano das vendas por metro quadrado**, de alojamentos familiares por freguesia/união de freguesias do concelho.

	1.º Trimestre 2016	2.º Trimestre 2016	3.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2016	1.º Trimestre 2017	2.º Trimestre 2017	3.º Trimestre 2017	4.º Trimestre 2017
Bonfim	852€	901€	965€	944€	990€	1032€	1 057€	1 053€
Campanhã	778€	814€	769€	750€	794€	786€	786€	822€
Paranhos	993€	980€	979€	979€	1 022€	1 071€	1 155€	1 221€
Ramalde	1 074€	1 046€	1 059€	1 057€	1 075€	1 090€	1 125€	1 178€
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	1 630€	1 656€	1 660€	1 627€	1 706€	1 743€	1 801€	1 955€
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	1 462€	1 499€	1 471€	1 474€	1 476€	1 426€	1 455€	1 503€
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	990€	1 016€	1 025€	1 114€	1 127€	1 237€	1 445€	1 512€
Porto (€)	1 088€	1 099€	1 099€	1 111€	1 124€	1 171€	1 254€	1 307€

Quadro E.4. Valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares em apartamentos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2016-2017 (em euros; Fonte: INE²⁹⁰)

Como se pode observar pelo Quadro E.4., o preço mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares tem vindo a aumentar gradualmente, tendo atingido valores máximos para a cidade. Segundo as médias das vendas, as zonas onde era mais caro comprar um alojamento por metro quadrado eram a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (1 643€/m²), a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (1 460€/m²) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (1 429€/m²). Para as restantes freguesias os valores eram inferiores, em Paranhos 1 255€/m², no Bonfim 1 197€/m², em Ramalde 1 162€/m² e em Campanhã 963€/m².

A Figura E.13. apresenta o **valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento**, nas várias freguesias/uniões de freguesia.

²⁹⁰https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009486&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 27 de março de 2018).

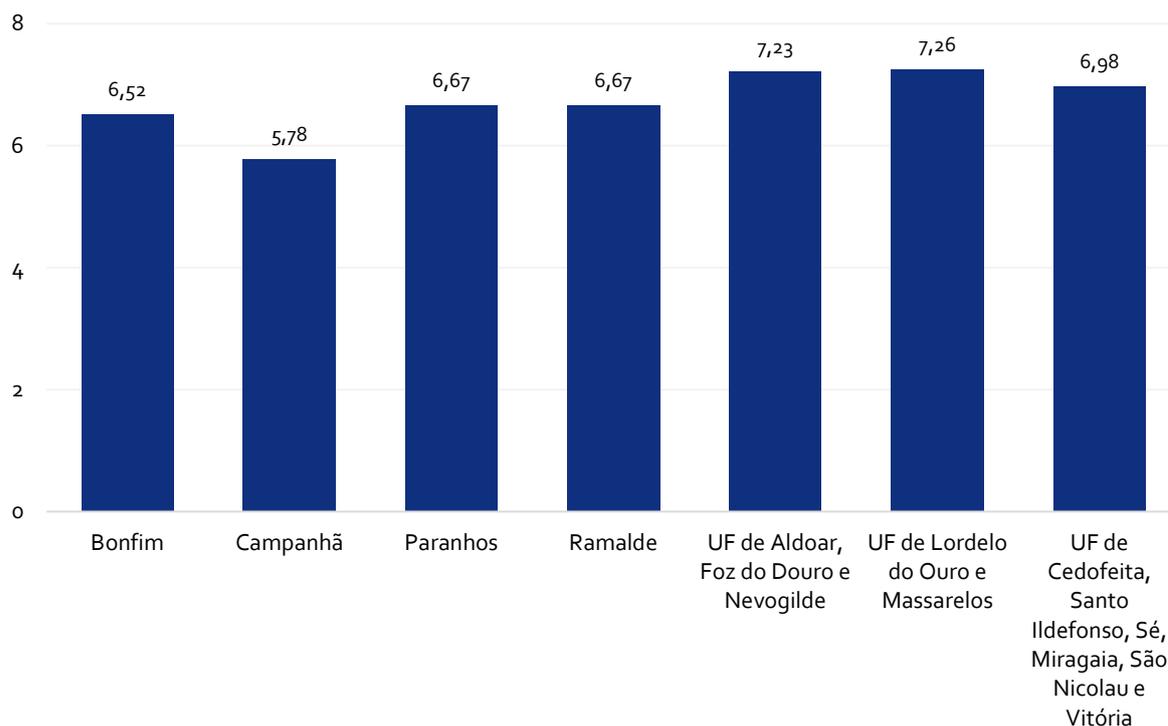


Figura E.13. Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em euros; Fonte: INE²⁹¹)

Como se pode verificar pela Figura E.13., o padrão de preços por metro quadrado nas freguesias/uniões de freguesia era relativamente similar ao padrão de preços para venda, sendo mais caro arrendar casa na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (7.26€/m²), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (7.23€/m²) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (6.98€/m²). Por outro lado, em Paranhos (6.67€/m²), em Ramalde (6.67€/m²), no Bonfim (6.52€/m²) e em Campanhã (5.78€/m²), era onde o preço de arrendamento por metro quadrado era mais barato.

A Figura E.14. apresenta os dados relativos aos **novos contratos de arrendamento** de alojamentos familiares.

²⁹¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=314753314&DESTAQUESmodo=2 (acedido a 27 de março de 2018).

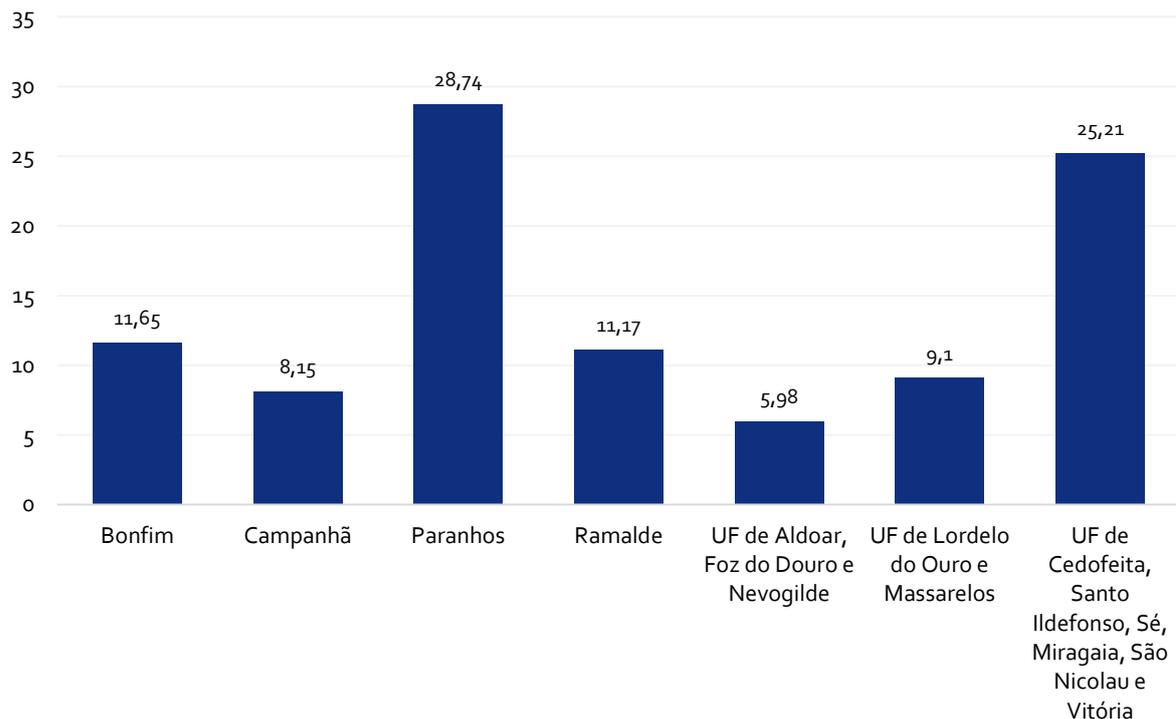


Figura E.14. Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: INE²⁹²)

No ano de 2017, de um total de 3 177 novos contratos de arrendamento, o maior número de contratos foi efetuado em Paranhos (28.74%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (25.21%). Um fator explicativo desta diferença poderá ser o facto de em Paranhos estarem localizados os principais polos universitários da Universidade do Porto e porque a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória engloba o centro histórico do concelho. (cf. Figura E.14)

Depois de apresentado este conjunto de indicadores caracterizadores do domínio da habitação no concelho do Porto, apresenta-se de seguida um outro conjunto de indicadores específicos para a caracterização da habitação social municipal.

²⁹²https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009632&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 27 de março de 2018).

HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL: BAIROS, FOGOS, RENDAS E ANTIGUIDADE

No concelho do Porto contabilizam-se, em março de 2018, 49 **bairros de habitação social municipal** distribuídos pelas freguesias/uniões de freguesia do concelho, conforme apresentado na Figura E.15.

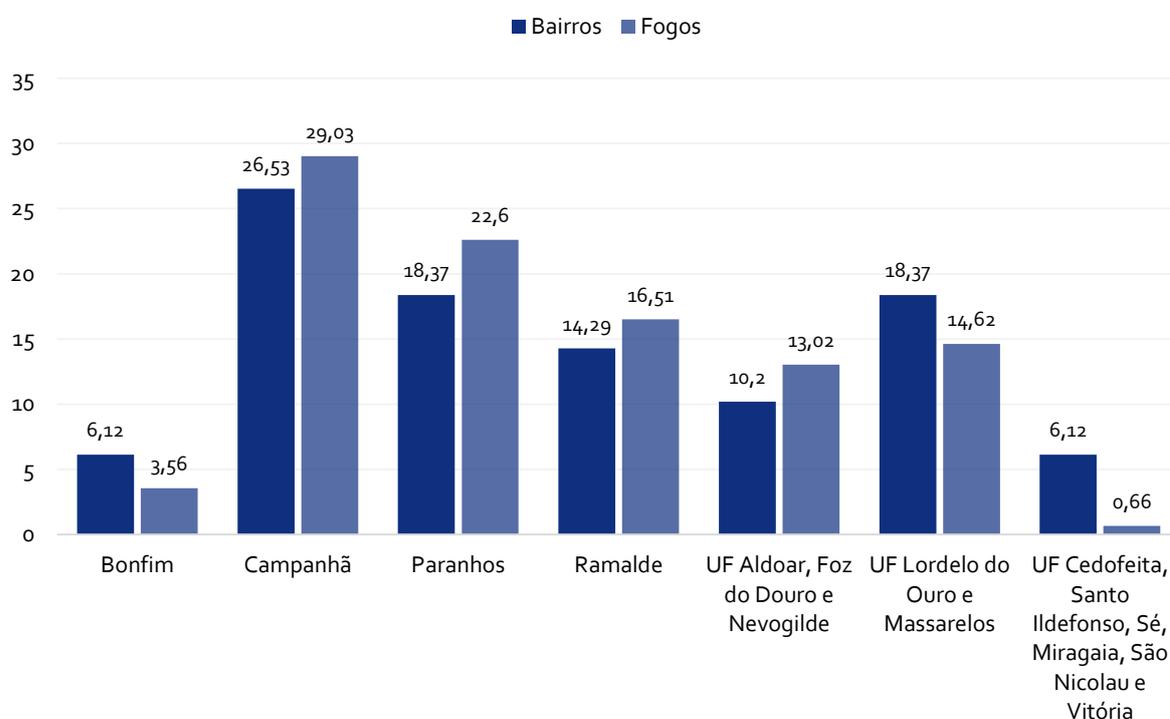


Figura E.15. Bairros e fogos de habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social²⁹³)

Observando a Figura E.15. verifica-se que era em Campanhã que existia um número maior de bairros, 13 (26.53%). Na freguesia do Bonfim encontravam-se três bairros (6.12%), em Paranhos nove (18.37%), em Ramalde sete (14.29%), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde cinco (10.20%), na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos nove (18.37%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau e Vitória três (6.12%).

Nos bairros de habitação social municipal contabilizavam-se 12 631 fogos de habitação social, distribuídos pelas diferentes freguesias/uniões de freguesias, sendo em Campanhã que se acumulava o número mais elevado de fogos habitacionais com 3 667 fogos (29.03%). Em Paranhos localizavam-se 2 854 fogos (22.60%), em Ramalde 2 085 fogos (16.51%), na União das Freguesias

²⁹³ <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018).

de Lordelo do Ouro e Massarelos 1 846 fogos (14.62%), na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde 645 fogos (13.02%), no Bonfim 450 fogos (3.56%) e na União das Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau e Vitória 83 fogos (0.66%).

A Figura E.16. apresenta as diferentes **tipologias dos fogos de habitação social municipal** por freguesia/união de freguesias.

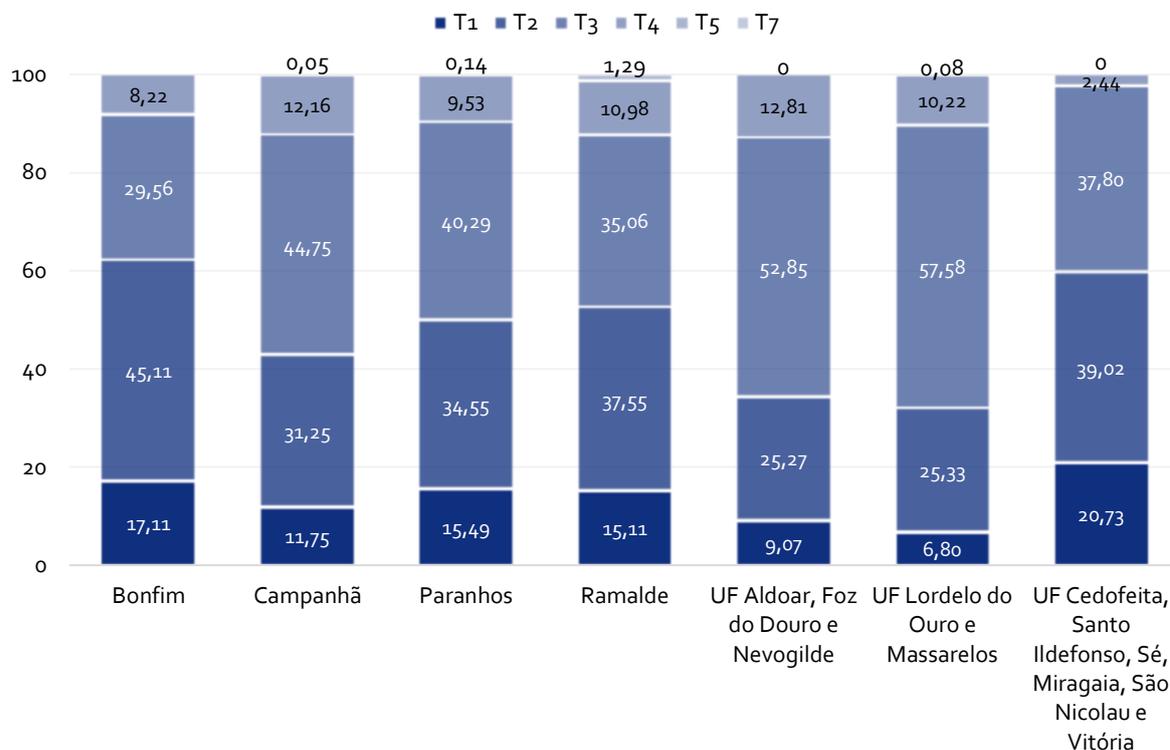


Figura E.16. Fogos de habitação social por tipologia e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social²⁹⁴)

Como se pode observar pela Figura E.16. os fogos de habitação social distribuíam-se desde a tipologia T1 até à tipologia T5/T7. A principal tipologia habitacional era a tipologia T3 com 5 644 fogos (44.68%), seguindo-se a tipologia T2 com 4 034 fogos (31.94%), depois a tipologia T1 com 1 545 fogos (12.23%), a tipologia T4 com 1 372 fogos (10.86%), a tipologia T5 com 35 fogos (0.28%) e, finalmente, a tipologia T7 com um fogo habitacional (0.01%). A percentagem de fogos entre as tipologias T1 e T3, pelas diferentes freguesias/uniões de freguesia variava entre os 87.19% (na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e os 97.56% (na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Destacavam-se Campanhã, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a União das Freguesias de Lordelo do

²⁹⁴ <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018).

Ouro, com valores entre os 44.75% e os 57.58% na tipologia T₃, ainda que tivessem menor percentagem de tipologias T₁ e T₂, comparativamente com as outras freguesias como Ramalde, Bonfim e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com valores entre os 37.55% e os 45.11%, para a tipologia T₂. Na tipologia T₁ salientava-se o Bonfim, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Paranhos e Ramalde, com valores entre os 15.11% e os 20.73%.

A Figura E.17. apresenta a evolução ocorrida no **número de pedidos de habitação social municipal**, entre 2007 e 2017.

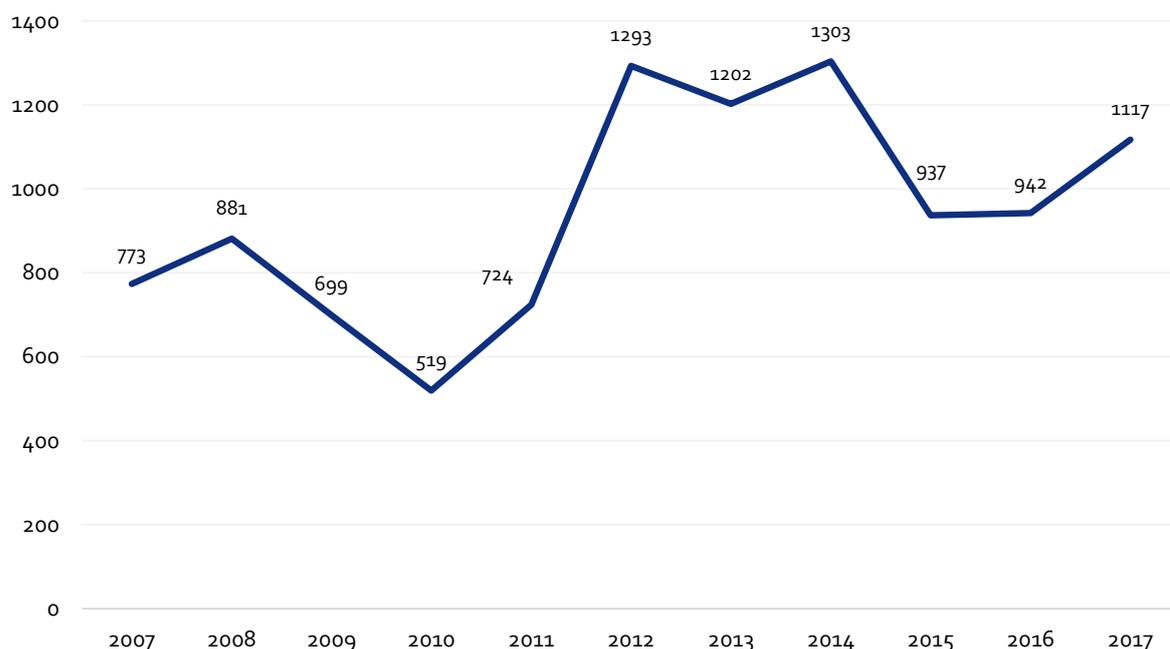


Figura E.17. Pedidos de habitação social municipal, Porto, 2007-2017 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Como se observa Figura E.17. verificou-se um aumento significativo no número de pedidos de habitação social municipal a partir do ano de 2012. De facto, no período compreendido entre 2007 e 2011 o número de pedidos variou entre o mínimo de 519 (em 2010) e o máximo de 881 (em 2008) e no intervalo entre 2012 e 2017 variou entre o mínimo de 937 (em 2015) e o máximo de 1 303 (em 2014), o que corresponde a um acréscimo médio de cerca de 60%.

Em linha com as figuras anteriores, a Figura E.18. apresenta a **renda média por tipologia de fogo habitacional**.

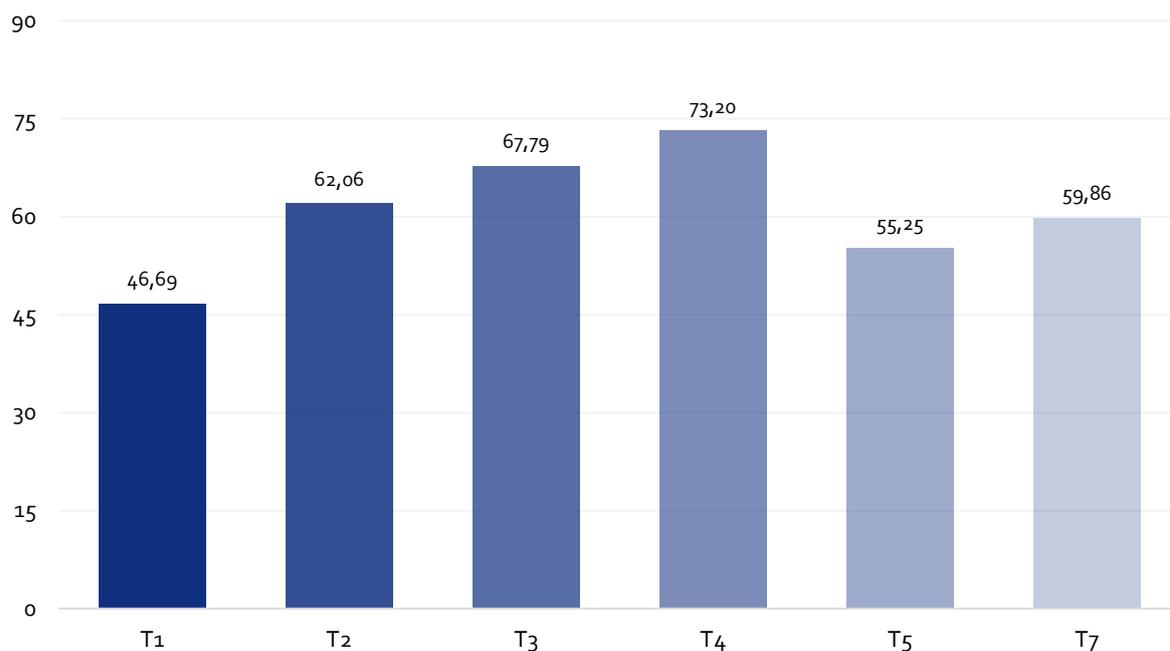


Figura E.18. Renda média por tipologia de fogo habitacional, Porto, 2018 (em euros; Fonte: Domus Social²⁹⁵)

Como se observa na Figura E.18. as rendas médias variavam entre os 46.69€ por T1 (desvio-padrão de 25.8€), os 62.06€ por T2 (desvio padrão de 34.14€), os 67.79€ por T3 (desvio-padrão de 38.2€), os 73.20€ por T4 (desvio padrão de 40.55€), os 55.25€ por T5 (desvio-padrão de 34.60€) e os 59.86€ por um T7. De notar que os valores apresentados são valores médios e que existia uma significativa variabilidade de valores dentro de cada tipologia habitacional.

Finalmente, a Figura E.19. apresenta dados relativos à **antiguidade de residência nos fogos de habitação social municipal**.

²⁹⁵ <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018).

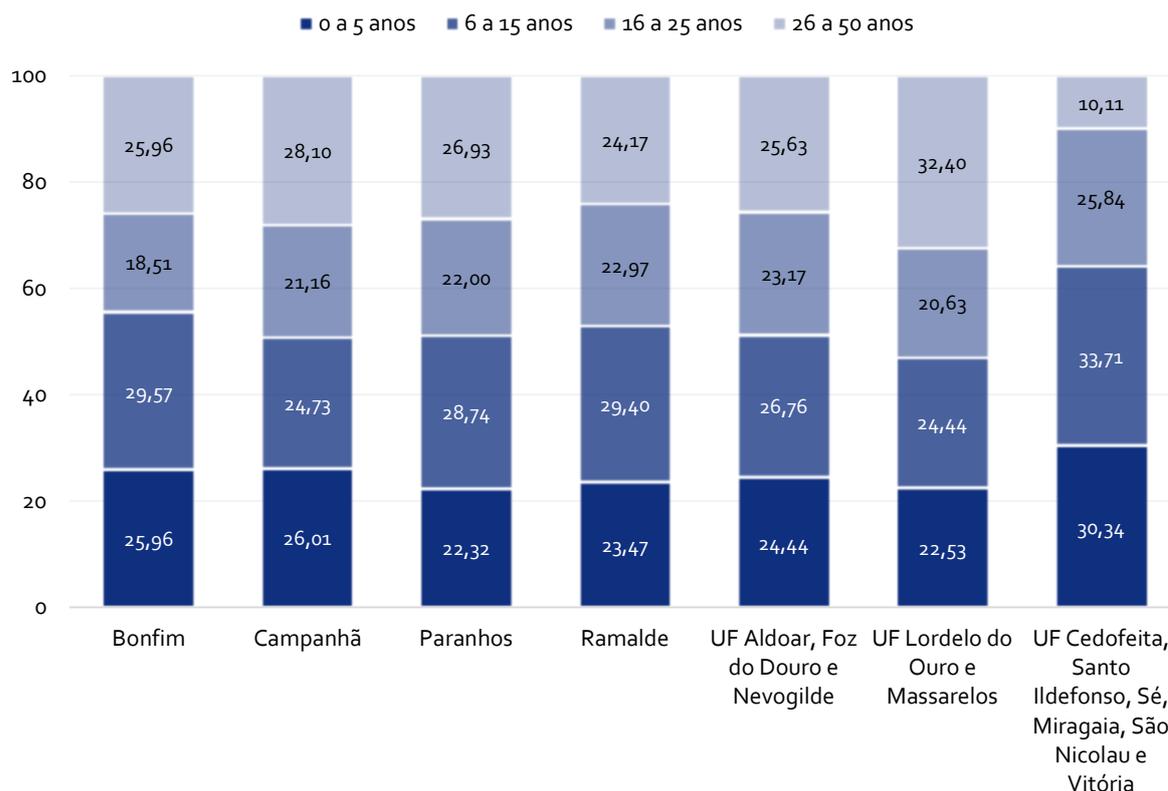


Figura E.19. Antiguidade de residência nos fogos de habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da observação da Figura E.19. constata-se que, de uma forma geral, 24.06% (2 947) das/os residentes residiam em habitação social municipal entre os zero e os cinco anos, 26.85% (3 289) residiam entre os seis e os 15 anos, 21.74% (2 663) residiam entre os 16 e os 25 anos e 27.36% (3 351) entre os 26 e os 50 anos.

Relativamente à antiguidade de residência entre os zero e os cinco anos, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que apresentava a maior percentagem de residentes com esta antiguidade, 30.34% (aos quais correspondiam 27 fogos) e Paranhos era a freguesia que apresentava a menor percentagem, com 22.32% (629 fogos). As restantes freguesias apresentavam valores entre os 22.53% (425) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e os 26.01% (933) em Campanhã.

No que concerne à antiguidade de seis a 15 anos, destacava-se a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória que apresentava a maior percentagem com 33.71% (30) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos que era a freguesia com a menor percentagem com 24.44%, (461). Nas restantes freguesias os valores variavam entre os 24.73% (887), em Campanhã e os 29.57% (131), no Bonfim.

Entre os 16 e os 25 anos de antiguidade, destacava-se, novamente, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com a maior percentagem de 25.84% (23) e o Bonfim com a menor percentagem de 18.51% (82). As restantes freguesias variavam entre os 20.63% (389) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e os 23.17% (329) na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Por último, no que concerne à antiguidade entre os 26 e os 50 anos, era a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos que apresentava a percentagem mais elevada, com 32.4% (611) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a freguesia com a percentagem mais baixa, com 10.11% (nove). As restantes freguesias variavam entre os 24.17% (485) em Ramalde e os 28.1% (1 008) em Campanhã.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

Nos bairros de habitação social municipal contabilizavam-se, em 2018, 28 972 **residentes em habitação social municipal**, que estavam distribuídas/os pelas diversas freguesias/uniões de freguesia como apresentado na Figura E.20.

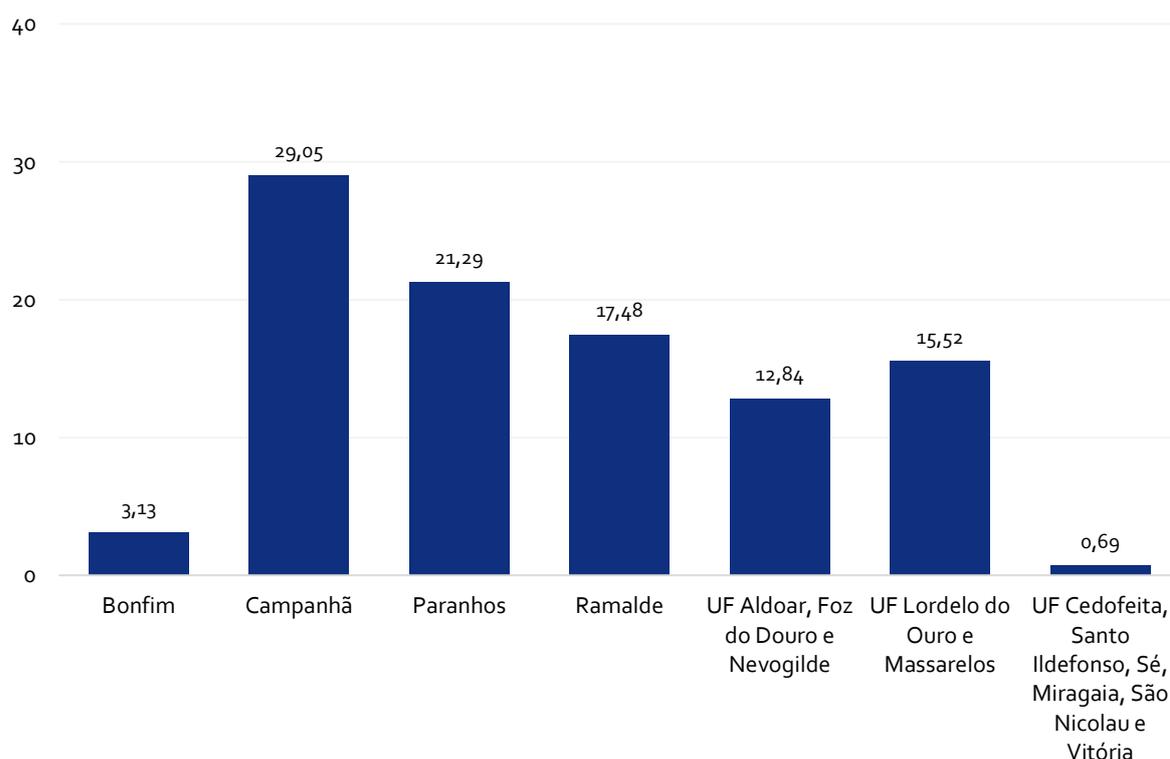


Figura E.20. Residentes em habitação social municipal, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.20. constata-se que a freguesia com a percentagem mais elevada de residentes era Campanhã, com 29.05% (8 415), seguida de Paranhos, com 21.29% (6 167) e de Ramalde, com 17.48% (5 065). A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que tinha a menor percentagem de residentes, com apenas 0.69% (201).

As Figuras E.21. e E.22. apresentam os dados relativos aos/às **residentes em habitação social municipal, por faixa etária** e por faixa etária e freguesia/união de freguesias.

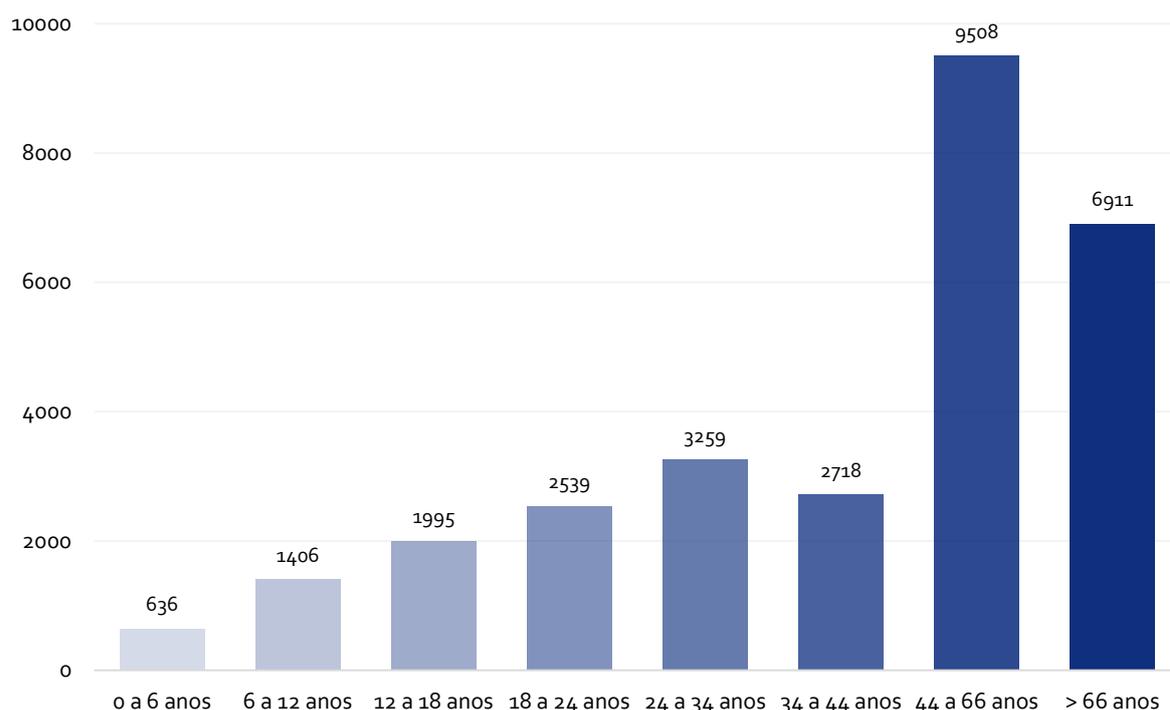


Figura E.21. Residentes em habitação social municipal por faixa etária, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise das Figuras E.21. e E.22. constata-se que as faixas etárias com o número mais elevado de residentes eram, em primeiro lugar, a faixa etária dos 44-66 anos, com 9 508 residentes, que se distribuía pelas diversas freguesias/uniões de freguesia entre o mínimo de 30.35% (Ramalde) e o máximo de 39.3% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Seguiu-se-lhe a faixa etária das pessoas com 66 anos ou mais anos de idade, com um total de 6 911 residentes, que se distribuía entre um mínimo de 16.42% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e um máximo de 32.38% (Bonfim) e a faixa etária dos 24-34 anos, com um total de 3 259 residentes, com percentagens a variarem entre os 7.46% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 12.72% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

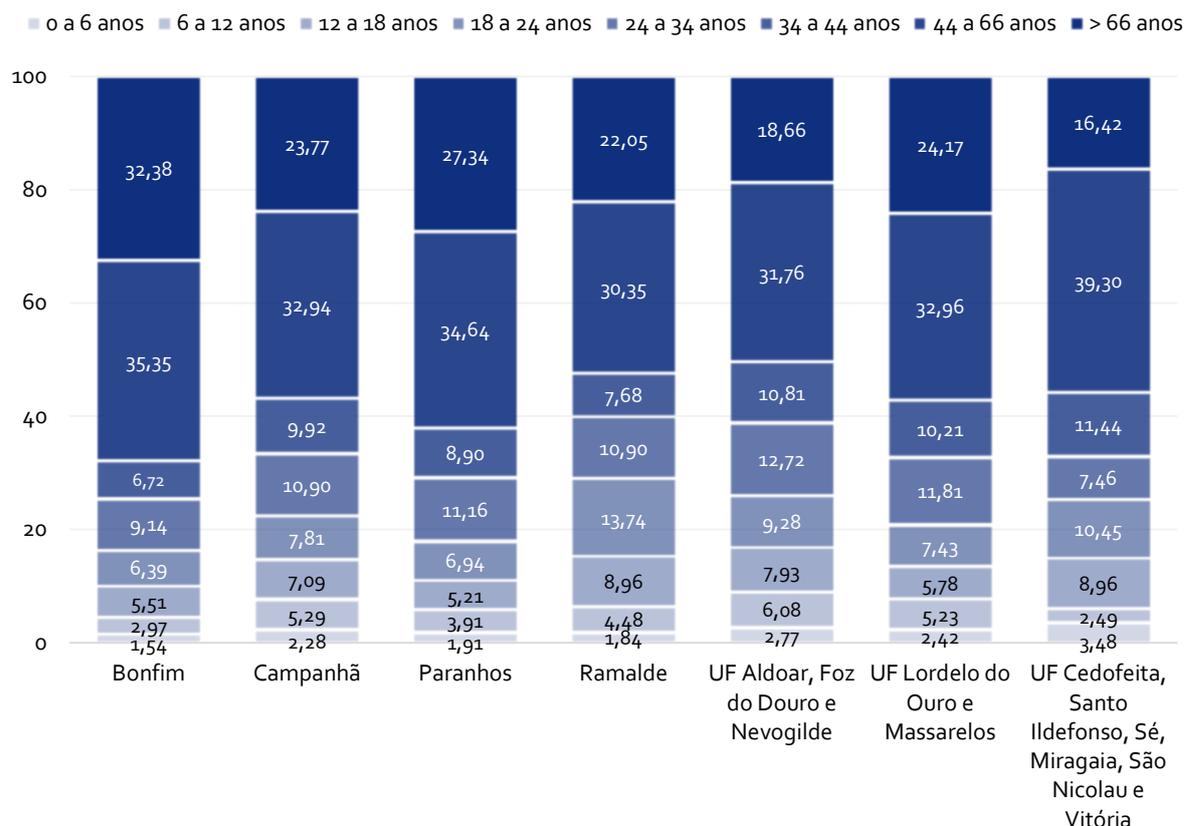


Figura E.22. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Por outro lado, as faixas etárias com os menores números de residentes eram a faixa etária dos 0-6 anos, com 636 residentes e percentagens a variarem entre o mínimo de 1.54% (Bonfim) e o máximo de 3.48% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), a faixa etária dos 6-12 anos, com um total de 1 406 residentes e uma distribuição que variava entre os 2.49% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 6.08% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e ainda a faixa etária dos 12-18 anos, com 1 995 residentes a distribuírem-se entre os 5.21% (Paranhos) e os 8.96% (Ramalde).

A Figura E.23. apresenta a distribuição das/os **residentes por sexo e por faixa etária**, verificando-se que até à faixa etária dos 34-44 anos existiam algumas variações, não muito acentuadas, na proporção de residentes de cada sexo, que variavam entre os 3%, na faixa etária dos 0-6 anos e os 11.2%, na faixa etária dos 18-24 anos. Na faixa etária dos 44-66 anos a variação era mais acentuada, residindo em habitação social municipal mais 14.4% de mulheres, do que homens e essa diferença aumentava nas pessoas com 66 ou mais anos de idade, onde residiam mais 28.2% de mulheres, do que homens em habitação social municipal.

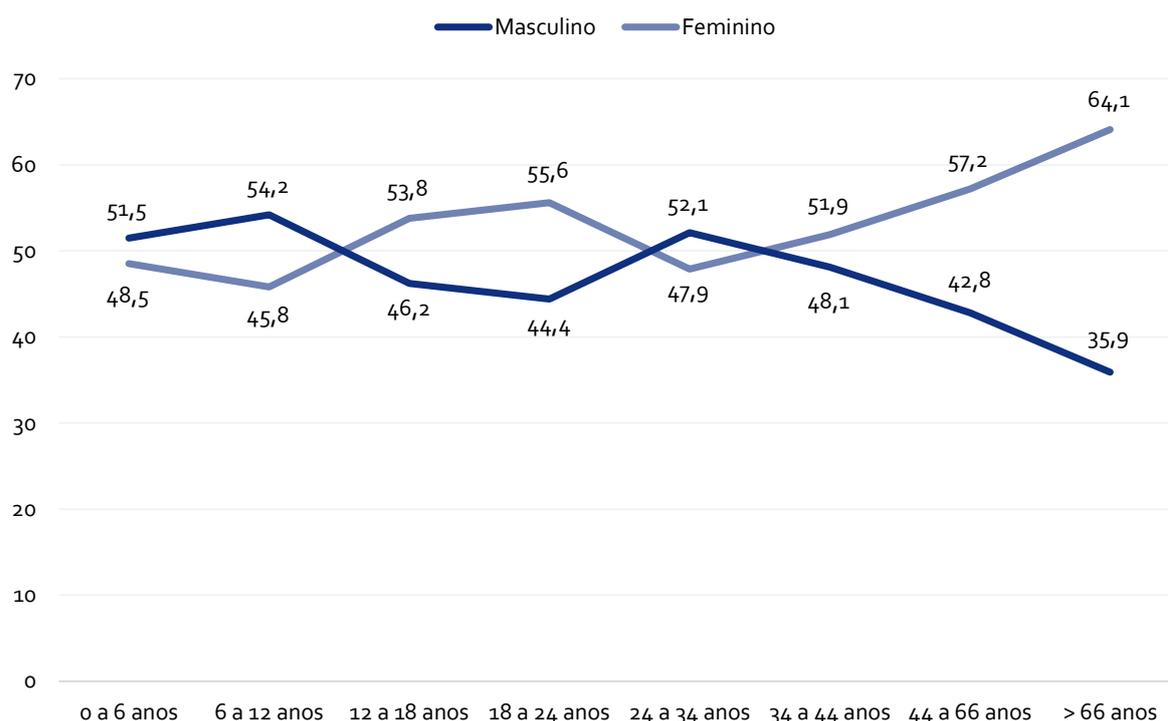


Figura E.23. Residentes em habitação social municipal, por sexo e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quanto à nacionalidade das/os residentes em habitação social municipal, do total de residentes, cerca de 99.84% (28 381) eram de nacionalidade portuguesa, existindo 45 residentes de nacionalidade estrangeira, nomeadamente, 13 indivíduos de nacionalidade brasileira, nove de nacionalidade marroquina, seis de nacionalidade cabo-verdiana, cinco de nacionalidade angolana, cinco de nacionalidade guineense, três de nacionalidade búlgara, três de nacionalidade ucraniana e um/a de nacionalidade russa.

TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

De seguida, apresentam-se na Figura E.24. e no Quadro E.5. os dados relativos à **tipologia familiar das pessoas residentes em habitação social municipal** e à tipologia familiar por freguesia/união de freguesias.

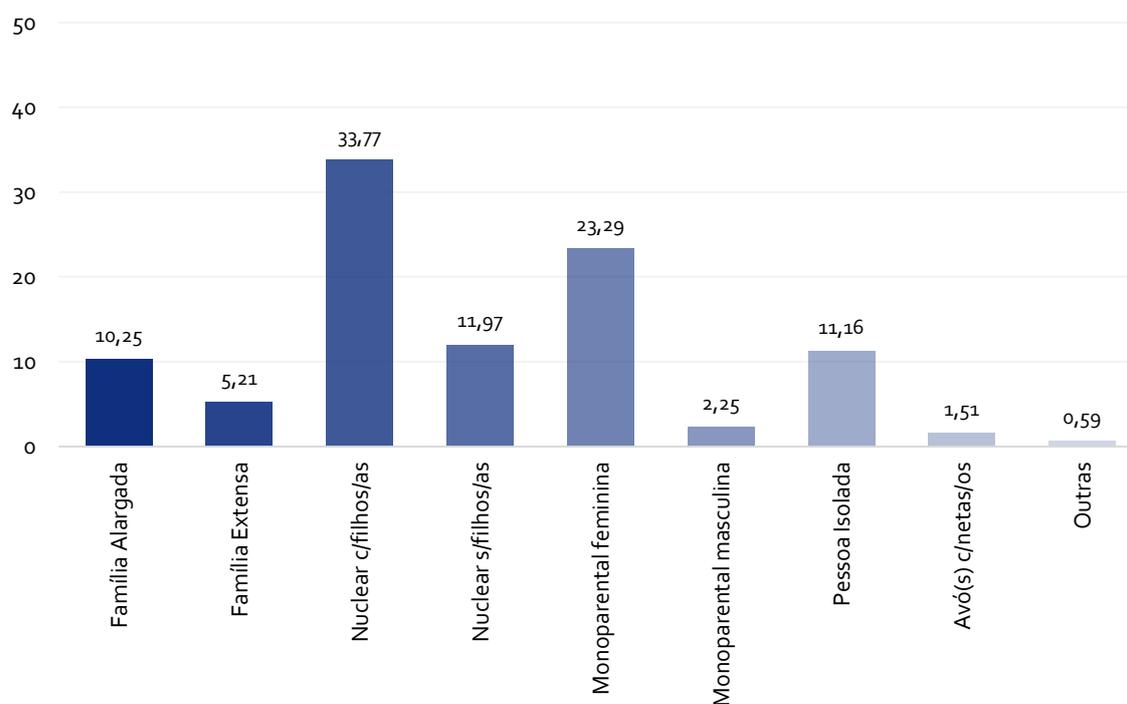


Figura E.24. Residentes em habitação social municipal, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem;
Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Em termos globais, observa-se a partir da análise da Figura E.24. que, no que concerne à tipologia familiar das/os residentes em habitação social municipal, 33.77% (9 783) dessas/es residentes viviam em famílias nucleares com filhos, 23.29% (6 748) viviam em famílias monoparentais femininas²⁹⁶ e 11.16% (3 233) viviam sozinhas/os.

²⁹⁶Família Monoparental – agregado constituído por um/a progenitor/a e com menor(es) a cargo, ou tendo idade inferior a 26 anos, frequente estabelecimento de ensino e não aufera rendimento mensal bruto superior ao indexante dos apoios sociais (DOMUS Social).

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Nuclear c/filhas/os	29.18	35.19	30.92	33.89	38.6	34.24	34.8
Nuclear s/Filhas/os	16.27	11.95	13.24	12.45	8.16	12.57	8.82
Família alargada	8.68	10.92	9.3	7.88	13.47	12.64	10.78
Família extensa	2.06	5.67	5.83	4.35	5.66	6.05	4.9
Monoparental feminina	21.04	21.02	23.27	22.95	22.28	22.03	26.47
Monoparental masculina	4.12	2.3	2.03	2.73	2.03	1.95	0.49
Pessoa isolada	16.38	10.65	13.46	13.3	7.81	8.98	9.8
Avó(s) c/netas/os	1.08	1.67	1.42	1.93	1.64	1.03	1.96
N/A	0.65	0.42	0.47	0.46	0.3	0.37	1.96
Não aplicável	0.54	0.2	0.06	0.07	0.05	0.14	-
Total (N)	922	8 496	6 346	4 571	4 031	4 366	204

Quadro E.5. Residentes em habitação social municipal, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social²⁹⁷)

Em termos das tipologias familiares, na análise por freguesia/união de freguesias, e tal como se pode observar no Quadro E.5., constata-se que a tipologia familiar predominante em todas as freguesias/uniões de freguesia era a nuclear com filhos (percentagens a variarem entre os 29.18% no Bonfim e os 38.6% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), seguida da monoparental feminina (entre 21.02% em Campanhã e 26.47% na União das Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau e Vitória), depois a família nuclear sem filhos (entre 8.16% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e 16.27% no Bonfim)

²⁹⁷ <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018).

e, depois, da pessoa isolada (entre 7.81% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e 16.38% no Bonfim).

Finalmente, o Quadro E.6. apresenta uma distribuição geral das várias **tipologias familiares, por faixa etária**.

	0 a 6 anos	6 a 12 anos	12 a 18 anos	18 a 24 anos	24 a 34 anos	34 a 44 anos	44 a 66 anos	> 66 anos
Nuclear c/filhas/os	54.09	48.72	38.6	43.28	44.8	43.93	34.29	14.05
Nuclear s/Filhas/os	0.63	0.14	0.25	0.04	0.61	1.84	14.19	29.49
Família alargada	7.08	8.75	10.08	10.36	11.2	10.82	10.94	9.23
Família extensa	4.87	4.27	3.91	4.92	5.09	6.25	5.97	4.49
Monoparental feminina	30.03	34.85	41.7	36	30.87	29.43	18.49	10.95
Monoparental masculina	1.1	1.85	2.51	2.32	3.22	2.58	2.27	1.74
Pessoa isolada	0.31	0.21	0.25	0.28	1.75	3.64	12.58	26.97
Avó(s) c/netas/os	0.31	0.64	1.9	2.05	2.03	0.85	0.7	2.6
Outras	1.57	0.57	0.8	0.75	0.43	0.66	0.57	0.48
Total (N)	636	1406	1995	2539	3259	2718	9508	6911

Quadro E.6. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Analisando o Quadro E.6. verifica-se que a família nuclear com filhos era a tipologia familiar predominante para todas as faixas etárias (exceto as faixas etárias dos 12-18 anos e a faixa etária com 66 ou mais anos de idade), com percentagens a variarem entre o mínimo de 34.29% (44-66 anos) e o máximo de 54.09% (0-6 anos). A segunda tipologia familiar mais prevalente era a monoparental feminina, também para todas as faixas etárias, exceto as faixas etárias dos 12-18 anos e 66 ou mais anos de idade, com percentagens a variarem entre os 18.49% (44-66 anos) e os 36% (18-24 anos).

Na faixa etária dos 12-18 anos a tipologia predominante era a monoparental feminina (41.7%), seguida da nuclear com filhos (38.6%) e na faixa etária com 66 ou mais anos de idade, a tipologia familiar predominante era a nuclear sem filhos (29.49%), seguida da pessoa isolada (26.97%).

ESCOLARIDADE, TRABALHO E FONTES DE RENDIMENTO DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

Inicia-se com a apresentação do Quadro E.7. dos dados relativos ao **nível de escolaridade das/os residentes** em habitação social municipal, por faixa etária.

	0 a 6 anos	6 a 12 anos	12 a 18 anos	18 a 24 anos	24 a 34 anos	34 a 44 anos	44 a 66 anos	> 66 anos
Nenhum	96.88	25.48	4.76	0.86	0.95	2.78	4.04	12.60
1º Ciclo	3.13	63.57	24.57	3.65	7.44	14.09	50.78	72.57
2º Ciclo	-	10	32.5	19.42	14.89	21.23	20.53	8.05
3º Ciclo	-	0.71	29.85	36.91	37.29	34.52	17.34	4.48
Secundário	-	0.24	8.32	31.97	31.75	21.33	6.34	1.77
Superior	-	-	-	7.19	7.68	6.05	0.98	0.53
Total (N)	160	420	757	932	1263	1008	4482	3390

Quadro E.7. Residentes em habitação social municipal, por faixa etária e por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)²⁹⁸

Da análise do Quadro E.7. verifica-se que na faixa etária dos 0-6 anos a maioria das/os residentes não tinha nenhum nível de escolaridade. Na faixa etária dos 6-12 anos, 63.57% das/os residentes tinham o 1º ciclo e 10% tinham o 2º ciclo. Na faixa etária dos 12-18 anos, apenas 8.32% das/os residentes tinham o ensino secundário e 29.85% tinham o 3º ciclo de escolaridade. Na faixa etária dos 18-24 anos, menos de um terço (31.97%) das/os residentes tinham o ensino secundário e mais de um terço (36.91%) tinham o 3º ciclo de escolaridade. Na faixa etária dos 24-34 anos cerca de 1/3 (31.75%) das/os residentes tinham o ensino secundário, 37.29% tinham o 3º ciclo e 14.89% tinham o 2º ciclo. Na faixa etária dos 34-44 anos cerca de 1/5 (21.33%) das/os residentes tinham o ensino secundário, 34.52% tinham o 3º ciclo e 21.23% tinham o 2º ciclo. Na faixa etária dos 44-66 anos, apenas 6.34% das/os residentes tinham o ensino secundário, 17.34% tinham o 3º ciclo, 20.53% tinham o 2º ciclo e mais de metade (50.78%) das/os residentes tinham apenas o 1º ciclo. Finalmente, na faixa etária com 66 ou mais anos de idade, apenas 1.77% das/os residentes tinham

²⁹⁸ Foram removidos da análise 16 560 casos por estarem categorizados como "N/A"

o ensino secundário, 4.48% o 3º ciclo de escolaridade, 8.05% possuíam o 2º ciclo de escolaridade e quase ¾ tinham apenas o 1º ciclo de escolaridade.

No que respeita à **situação profissional das/os residentes** em habitação social municipal, apresenta-se na Figura E.25. os respetivos dados.

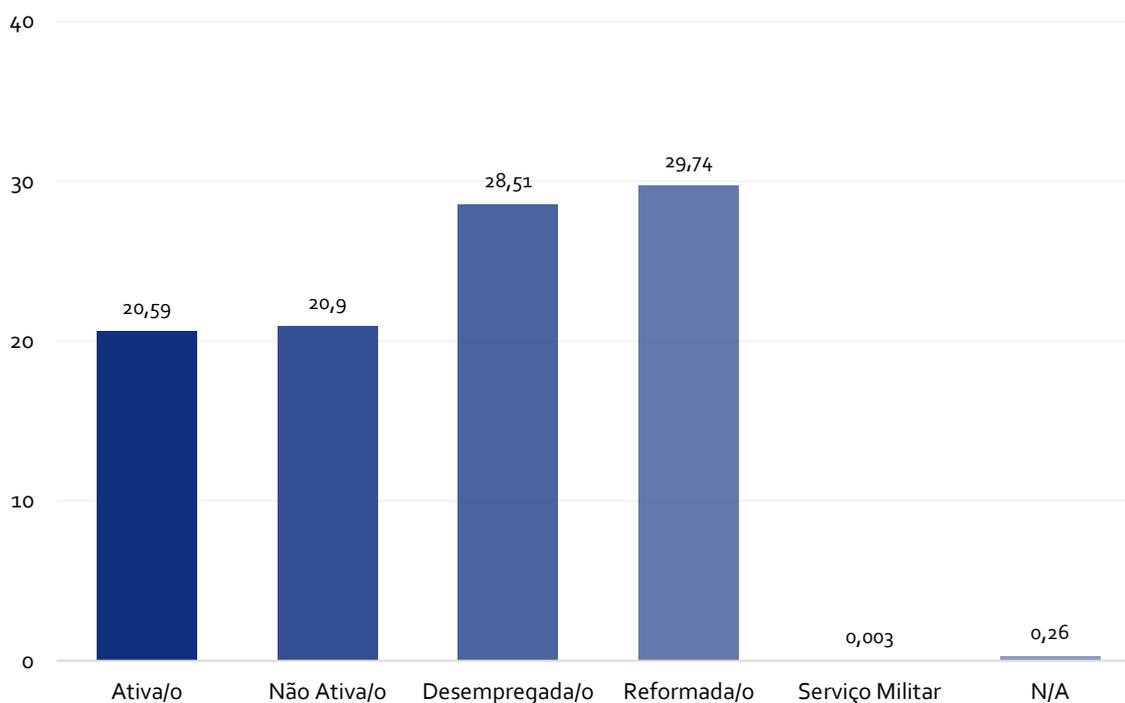


Figura E.25. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.25. constata-se que, globalmente, das/os 28 972 residentes, apenas cerca de 1/5 (5 965) eram ativas/os. Mais de metade (58.25%) estavam desempregadas/os (8 259) ou estavam reformadas/os (8 616).

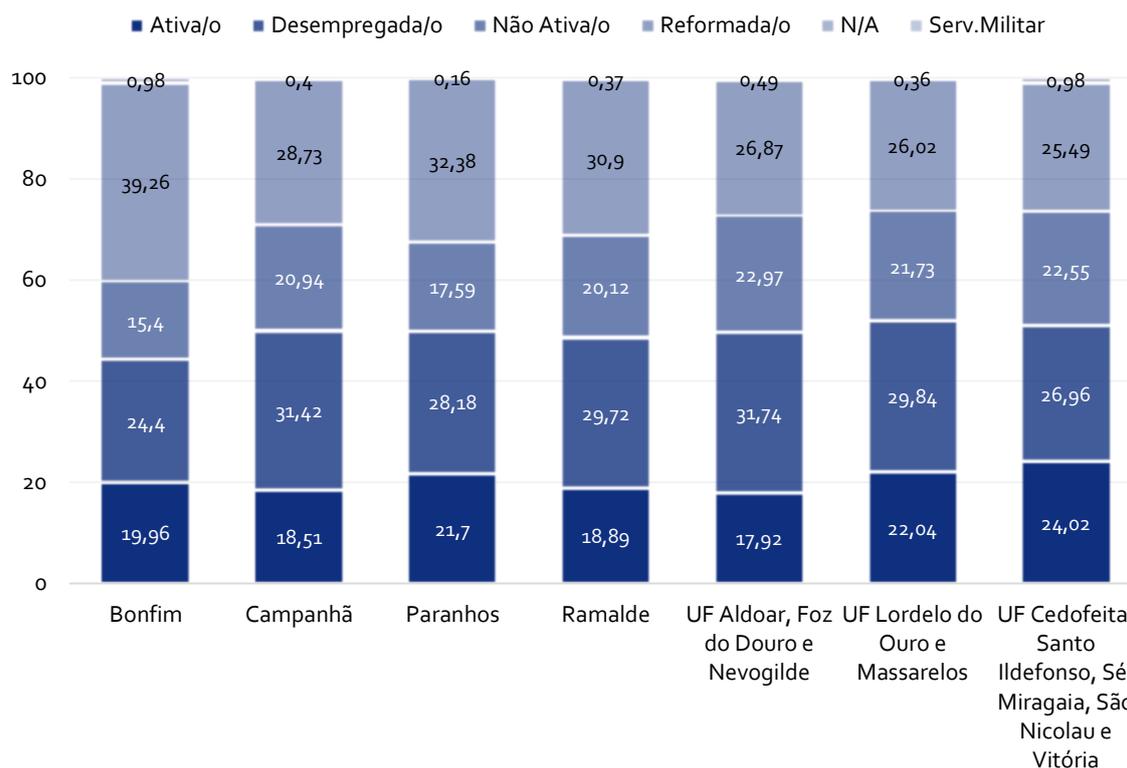


Figura E.26. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Domus Social²⁹⁹)

Da análise da Figura E.26. constata-se que 5 781 pessoas (19.97%) se encontravam ativas ou empregadas, 8 658 (29.91%) pessoas estavam desempregadas, 5 864 (20.26%) pessoas eram não ativas, 8 533 (29.48%) pessoas estavam reformadas, uma pessoa estava a cumprir serviço militar e 106 (0.37%) pessoas tinham uma situação não identificada.³⁰⁰

Também se constata que existia pouca variação entre freguesias, destacando-se a freguesia do Bonfim, com uma percentagem de reformadas/os superior às restantes freguesias/uniões de freguesia, com 39.26% de residentes reformadas/os, o que estava relacionado com uma maior percentagem de residentes com idade superior a 66 anos.

²⁹⁹ <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica> (acedido a 28 de março de 2018). N/A = não aplicável

³⁰⁰ Poderão existir ligeiras diferenças em termos de valores dos dados apresentados na Figura E.32. e os apresentados na Figura E.33. que se deve ao acesso aos mesmos em datas distintas.

De seguida, o Quadro E.8. apresenta a **situação profissional das/os residentes, por faixa etária**.

	0 a 6 anos	6 a 12 anos	12 a 18 anos	18 a 24 anos	24 a 34 anos	34 a 44 anos	44 a 66 anos	> 66 anos
Ativa/o	0.16	0.14	0.2	8.74	35.78	41.21	34.63	2.27
Não ativa/o	96.70	98.58	98.85	69.16	7.95	0.29	0.2	0.58
Desempregada/o	0.16	0.21	0.3	21.31	53.79	53.24	44.07	4.6
Reformada/o	0.16	0.07	-	0.28	2.42	5.19	21.06	92.39
Serviço Militar	-	-	-	-	0.03	-	-	-
N/A	2.83	1	0.65	0.51	0.03	0.07	0.04	0.16
Total (N)	636	1406	1995	2539	3259	2718	9508	6911

Quadro E.8. Residentes em habitação social municipal, por situação profissional e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Observando o Quadro E.8. constata-se que nas faixas etárias até aos 18 anos de idade, predominava a situação de não ativa/o ($\approx 96\%$ a 98%). Nas faixas etárias dos 24 até aos 66 anos de idade predominava a situação de desempregada/o (de 44.07% na faixa etária dos 44-66 anos, até aos 53.79% na faixa etária dos 24-34 anos), seguida da situação de ativa/o ($\approx 34\%$ a 41%). Finalmente na faixa etária com 66 ou mais anos de idade, predominava a situação de reformada/o (92.39%).

A Figura E.27. apresenta as **principais fontes de rendimento das/os residentes** em bairros de habitação social municipal.

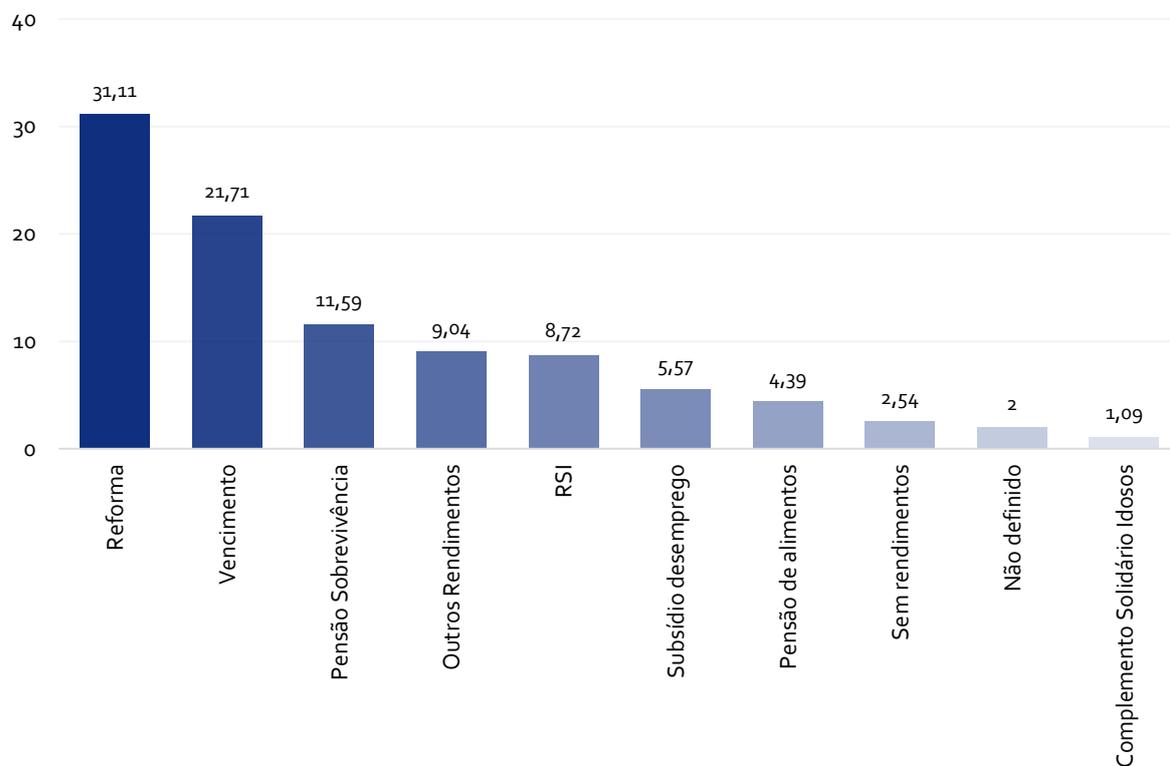


Figura E.27. Fonte de rendimento das/os residentes em bairros de habitação social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Como se pode observar pela análise da Figura E.27. a “Reforma” era a fonte de rendimento de 31.11% (8 309) das/os residentes, seguindo-se o “Vencimento” que era a fonte de rendimento de 21.71% (5 798) das/os residentes, totalizando estes dois tipos de rendimentos 52.82% (14 107). As outras formas de rendimento mais frequentes eram a “pensão de sobrevivência” com 11.59% (3 095), “outros rendimentos” com 9.04% (2 415), “rendimento social de inserção” com 8.72% (2 329), “subsídio de desemprego” com 5.57% (1 487) e “pensão de alimentos” com 4.39% (1 173).

O Quadro E.9. apresenta as diferentes fontes de rendimentos por freguesia/união de freguesias.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Reforma	37.19	31.53	32.47	33.1	26.51	28.98	23.81
Vencimento	19.13	20.55	21.89	20.2	21.71	25.15	25.71
Pensão de sobrevivência	12.54	11.9	11.63	12.29	11.55	10.32	9.05
Outros rendimentos	9.14	7.73	10.13	8.5	9.15	10.05	10
RSI	6.91	10.75	6.89	8.23	10.26	7.37	15.24
Subsídio de desemprego	4.25	5.72	4.38	7.77	7.95	3.76	1.9
Pensão de alimentos	4.04	4.34	3.51	4.13	5.84	5.09	3.33
Sem rendimentos	0.43	0.85	4.32	0.84	2.56	4.53	9.05
Não definido	4.68	2.62	1.6	1.4	1.23	2.16	0.48
CSI	0.43	1.26	1.21	1.11	0.88	0.92	0.48
Outros	1.28	2.75	1.99	2.43	2.37	1.67	0.95
Total (N)	941	7 488	6 390	4 069	3 169	210	4 438

Quadro E.g. Fonte de rendimento das/os residentes em bairros de habitação social municipal, por freguesia/uniões de freguesia, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)³⁰¹

No que concerne aos/às residentes cuja fonte de rendimento era a reforma, destacava-se o Bonfim com 37.19% (350) das/os suas/seus residentes e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 23.81% (50). As restantes freguesias variavam entre os 33.1% (1 347) em Ramalde e os 26.51% (840) na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Relativamente aos/às residentes que cuja fonte de rendimento era o vencimento, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que tinha a

³⁰¹ N = 26 705 casos

maior percentagem, com 25.71% (54) e o Bonfim era a freguesia que tinha a menor percentagem, com 19.13% (180). As restantes freguesias apresentavam valores entre os 20.2% (822) em Ramalde e os 25.15% (1 116) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Nevogilde.

Nas/os residentes cuja fonte de rendimento era a pensão de sobrevivência, a freguesia do Bonfim com 12.54% (118) apresentava a proporção mais elevada de residentes, enquanto a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que apresentava a menor percentagem, com 9.05% (19). As restantes freguesias apresentavam valores entre os 12.29% (500) em Ramalde e os 10.32% (458) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Naquelas/es residentes que auferiam outros rendimentos, a freguesia de Paranhos apresentava a percentagem de residentes mais elevada, com 10.13% (647) e a freguesia de Campanhã o valor mais reduzido com 7.73% (579). As restantes freguesias variavam entre os 8.5% (346) em Ramalde e os 10.05% (446) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Das/os residentes beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção (RSI) observa-se que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que apresentava a percentagem mais elevada, com 15.24% (32), enquanto Paranhos com 6.89% (440) apresentava a percentagem mais reduzida. Os valores das restantes freguesias variavam entre os 10.75% (805) em Campanhã e os 6.91% (65) no Bonfim.

Relativamente às/aos residentes cuja fonte de rendimento era o subsídio de desemprego, a União das Freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde era a que apresentava a percentagem mais elevada, com 7.95% (252) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a que apresentava a percentagem mais baixa, com 1.9% (4). Os valores para as restantes freguesias variaram entre os 3.51% (224) em Paranhos e os 5.09% (226) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Por último, quanto aos/às residentes cuja fonte de rendimento era a pensão de alimentos, a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 5.84% (185), tinha a maior percentagem e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória com 3.33% (sete) a percentagem mais baixa.

De seguida passa-se a uma caracterização mais pormenorizada de alguns residentes em habitação social municipal, que pela sua condição se constituem como grupos particularmente vulneráveis, a saber, as/os residentes desempregadas/os, as/os residentes com deficiência ou incapacidade, as/os residentes com menos de 18 anos de idade e as/os residentes com 66 ou mais anos de idade.

SEXO, IDADE E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO³⁰²

No seguinte conjunto de sete figuras apresentam-se indicadores que permitem uma caracterização mais aprofundada das/os residentes em habitação social municipal que se encontravam desempregadas/os, que contabilizavam um total de 7 931 residentes nas faixas etárias entre os 18 e os 66 anos de idade.

Inicia-se com a apresentação, na Figura E.28. e no Quadro E.10., da **distribuição por faixa etária e freguesia/união de freguesias, das/os residentes desempregadas/os.**

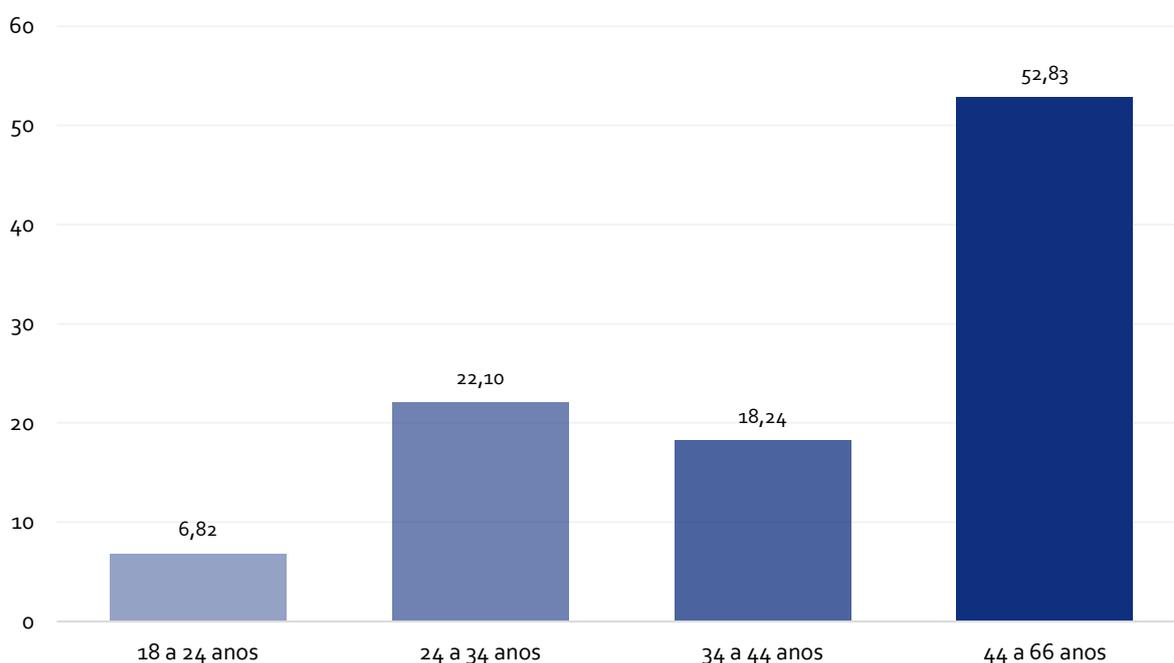


Figura E.28. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

³⁰² De notar que existe uma diferença no número de desempregadas/os anteriormente reportado ($n = 8\ 658$) e o reportado nesta secção ($n = 8\ 249$), que se poderá dever a variações no número de pessoas em situação de desemprego ocorridas no intervalo de tempo que decorreu entre o acesso às diferentes fontes de dados.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
18 a 24 anos	16	157	128	73	76	81	10
24 a 34 anos	41	549	314	297	286	257	9
34 a 44 anos	30	470	259	220	235	222	11
44 a 66 anos	128	1 315	869	690	575	586	27
>= 66 anos	12	97	72	51	38	47	1
Total (N)	227	2 588	1 642	1 331	1 210	1 193	58

Quadro E.10. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.28. e do Quadro E.10. constata-se que a faixa etária com o número mais elevado de residentes desempregadas/os era a faixa etária dos 44-66 anos, com um total de 4 190 residentes desempregadas/os, o que representava 52.83% do total de residentes desempregadas/os nas faixas etárias consideradas. Seguiram-se as faixas etárias dos 24-34 anos (1 753; 22.10%) e dos 34-44 anos (1 447; 18.24%). A faixa etária dos 18-24 anos era a faixa etária com menor percentagem de residentes desempregadas/os (541; 6.82%).

No entanto, tendo em conta o total de residentes de cada faixa etária considerada, constata-se que as faixas etárias com maior percentagem de residentes desempregadas/os eram, por ordem decrescente, a faixa etária dos 24-34 anos, em que do total de 3 259 residentes nesta faixa etária, 1 753 estavam desempregadas/os (53.79%), seguida da faixa etária dos 33-44 anos, em que das/os 2 718 residentes nesta faixa etária, 1 447 estavam desempregadas/os (53.24%), e depois da faixa etária dos 44-66 anos, em que do total de 9 508 residentes nesta faixa etária, 4 190 estavam desempregadas/os (44.07%). Finalmente, na faixa etária dos 18-24 anos, das/os 2 539 residentes nessa faixa etária, 541 estavam desempregadas/os, o que corresponde a uma percentagem de 21.31%.

Na análise por freguesia/união de freguesias verifica-se que Campanhã era a freguesia com o número mais elevado de residentes desempregadas/os, com um total de 2 588 (31.37%), das/os

quais 1 315 na faixa etária dos 44-66 anos, 549 na faixa etária dos 24-34 anos e 470 na faixa etária dos 34-44 anos.

Seguia-se a freguesia de Paranhos, com um total de 1 642 (19.91%) desempregadas/os, das/os quais 869 na faixa etária dos 44-66 anos, 314 na faixa etária dos 24-34 anos e 259 na faixa etária dos 34-44 anos.

Em terceiro lugar estava a freguesia de Ramalde, com um total de 1 331 (31.37%) residentes desempregadas/os, das/os quais 690 na faixa etária dos 44-66 anos, 297 na faixa etária dos 24-34 anos e 220 na faixa etária dos 34-44 anos.

A Figura E.29. apresenta a **distribuição de residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária e por sexo.**

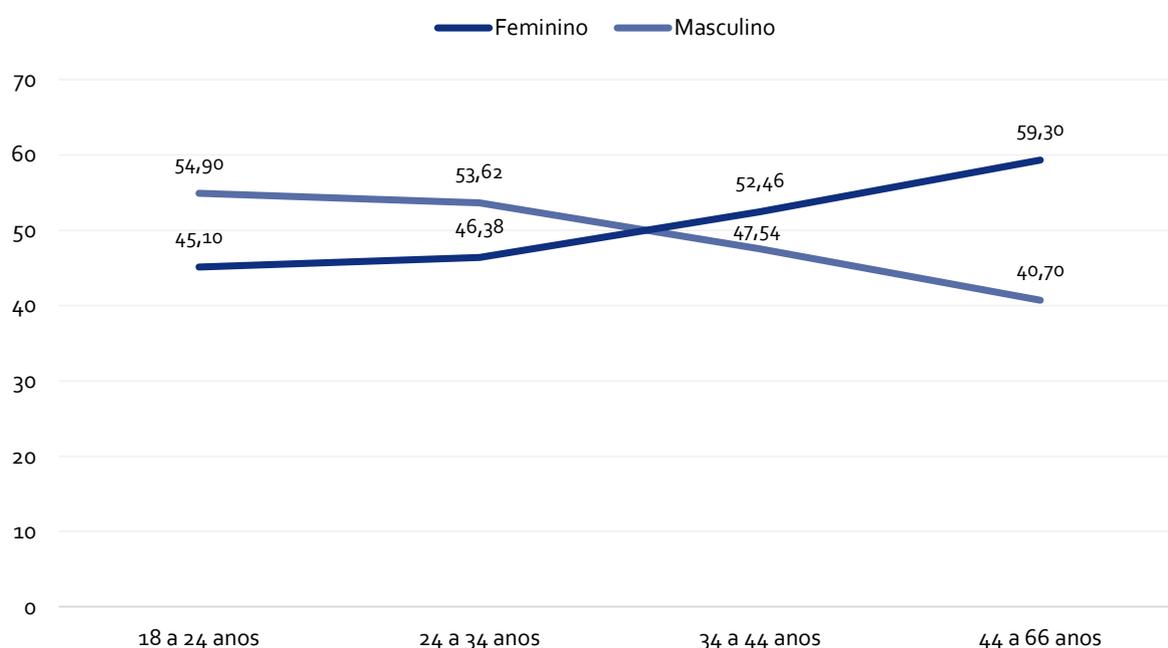


Figura E.29. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por faixa etária e por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.29 constata-se que nas faixas etárias dos 18-24 anos e 24-34 anos a percentagem de residentes do sexo masculino desempregados era superior à das residentes do sexo feminino desempregadas, concretamente, na faixa etária dos 18-24 anos existiam mais 53 residentes do sexo masculino desempregados, do que residentes do sexo feminino desempregadas, o que correspondia a uma diferença de 21.71%.

Na faixa etária dos 24-34 existiam mais 127 residentes do sexo masculino desempregados, do que residentes do sexo feminino desempregadas, o que correspondia a uma diferença de 15.62%.

Este padrão invertia-se nas faixas etárias dos 34-44 anos e dos 44-66 anos e a diferença acentuava-se significativamente na faixa etária dos 44-66 anos.

Assim, na faixa etária dos 34-44 anos existiam mais 71 residentes do sexo feminino desempregadas, do que residentes do sexo masculino desempregados, o que correspondia a uma diferença de 10.33%.

Na faixa etária dos 44-66 anos, existiam mais 779 residentes do sexo feminino desempregadas, do que residentes do sexo masculino desempregados, o que traduzia uma diferença de 45.69%.

A Figura E.30. apresenta os dados sobre a **escolaridade das/os residentes em situação de desemprego**.

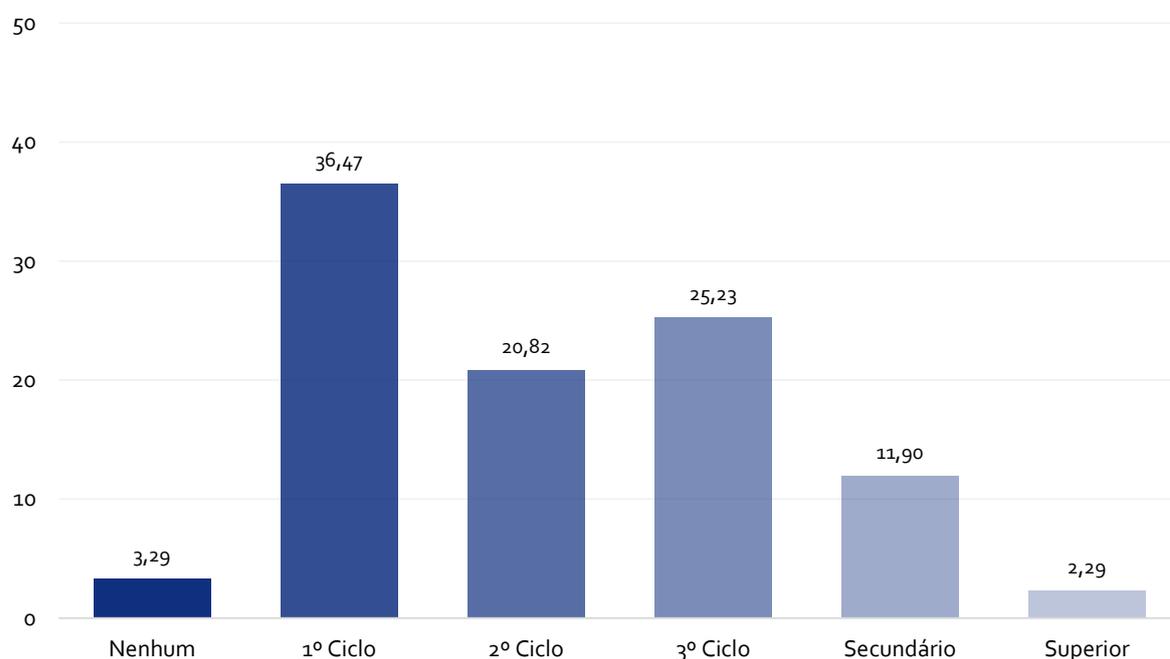


Figura E.30. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.30. verifica-se que mais de um terço (36.47%) das/os residentes desempregadas/os tinham o 1º ciclo e que 85.81% tinham uma escolaridade inferior à escolaridade obrigatória.

TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Finalmente, apresentam-se no Quadro E.11. e Figuras E.31. e E.32. os dados relativos à **tipologia familiar das/os residentes desempregadas/os**.

O Quadro E.11. apresenta a caracterização global relativa à tipologia familiar das/os residentes em habitação social municipal que se encontravam em situação de desemprego, por freguesia/união de freguesias.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Nuclear c/filhas/os	36.56	40.69	34.47	39.44	44.13	38.73	39.66
Nuclear s/filhas/os	10.13	7.57	8.22	8.11	6.86	7.46	8.62
Família alargada	9.25	10.78	8.22	7.44	11.74	13.41	10.34
Família extensa	2.2	6.07	6.15	4.88	5.54	5.78	6.90
Monoparental feminina	26.43	23.22	28.87	26.6	23.55	25.4	24.14
Monoparental masculina	3.96	2.9	2.56	2.33	1.74	2.51	1.72
Pessoa Isolada	9.69	7.26	9.81	8.87	5.04	5.62	5.17
Avó(s) c/netas/os	0.44	1.16	1.04	1.5	0.99	0.84	1.72
Outras	1.32	0.35	0.67	0.83	0.41	0.25	1.72
Total (N)	227	2 588	1 642	1 331	1 210	1 193	58

Quadro E.11. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise do Quadro E.11. constata-se que, globalmente, a tipologia familiar com maior percentagem de residentes desempregadas/os era a família nuclear com filhos, com percentagens que variaram entre os 36.56% (Bonfim) e os 44.13% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), seguida da família monoparental feminina, com percentagens que variavam entre

os 23.22% (Campanhã) e os 28.87% (Paranhos) e da família alargada, com percentagens que variavam entre os 7.44% (Ramalde) e os 13.41% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Nas Figuras E.31. e E.32. apresenta-se uma caracterização, por bairro de habitação social municipal, das/os residentes em situação de desemprego, para as/os residentes desempregadas/os que vivem em famílias nucleares com filhos e para as/os residentes desempregadas/os que vivem em famílias monoparentais femininas.

Da análise da Figura E.31. constata-se que quase 35% das/os residentes desempregadas/os que pertenciam a famílias monoparentais femininas, residiam em seis bairros do concelho do Porto. Dois na freguesia de Campanhã, o Bairro do Cerco do Porto (7.32%) e o Bairro do Lagarteiro (4.54%). Um em Ramalde, o Bairro de Campinas (6.74%), um na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, o Bairro da Pasteleira (5.6%), um na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, o Bairro Fonte: da Moura (5.6%) e ainda um em Paranhos, o Bairro do Regado (5.21%).

Finalmente, observando a Figura E.32. constata-se que das/os residentes desempregadas/os que pertenciam a famílias nucleares com filhos, 36.57 % residiam em seis bairros sociais do concelho. Dois na freguesia de Campanhã, o Bairro do Cerco do Porto (7.86%) e o Bairro do Lagarteiro (5.82%), dois na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, o Bairro Fonte da Moura (6.22%) e o Bairro de Aldoar (5.76%), um em Ramalde, o Bairro de Campinas (5.91%) e um na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, o Bairro da Pasteleira (4.99%).

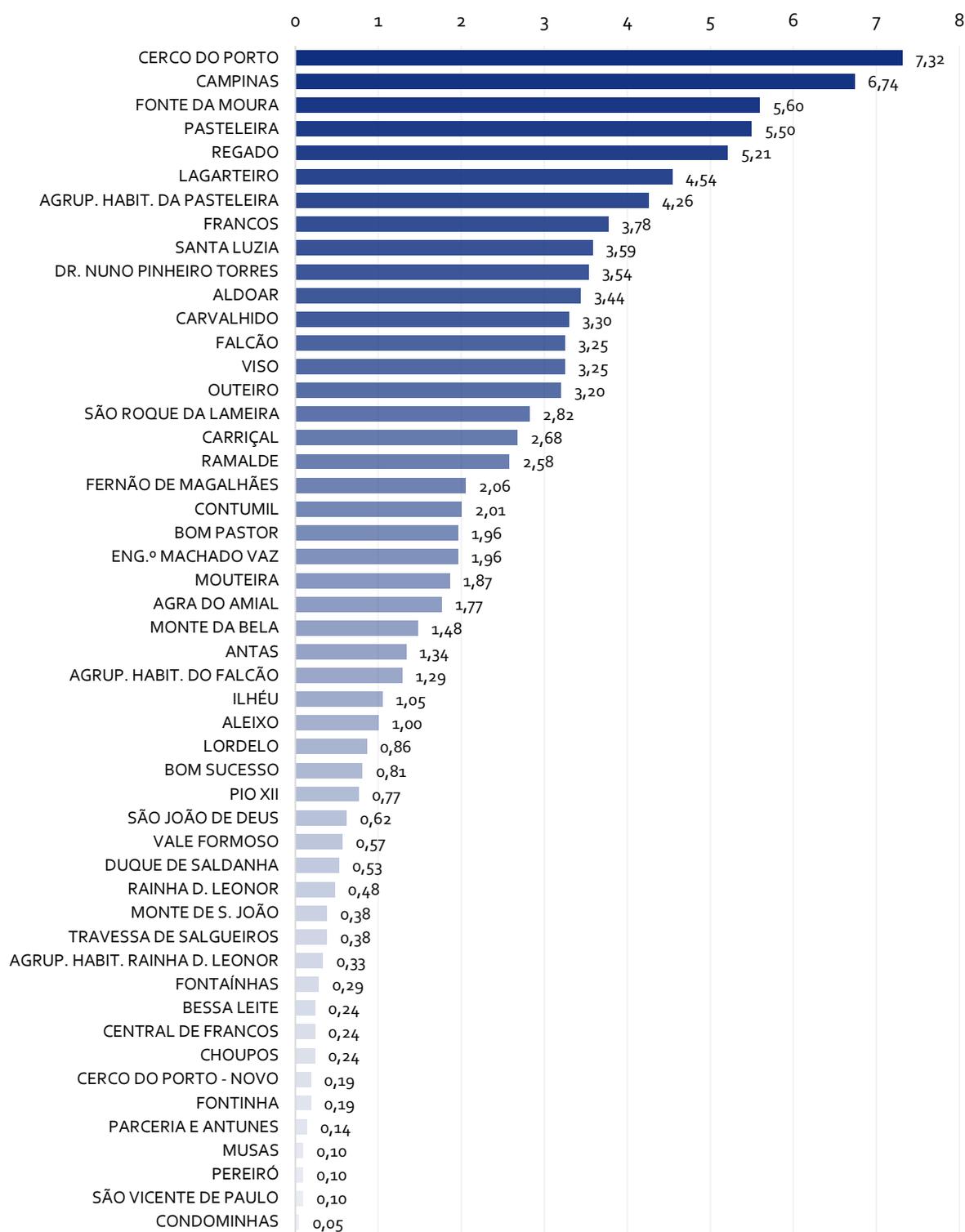


Figura E.31. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, em famílias monoparentais femininas, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

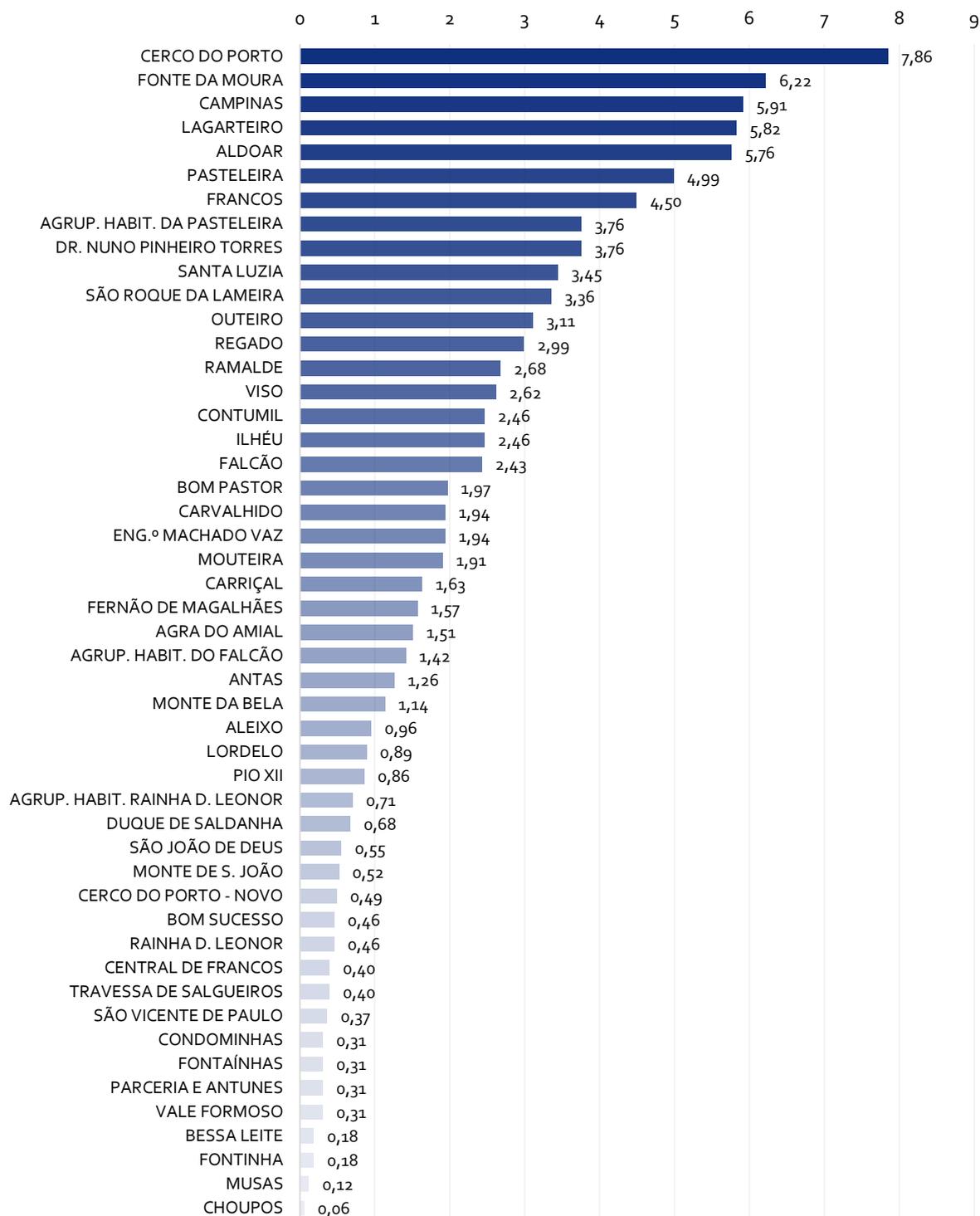


Figura E.32. Residentes desempregadas/os em habitação social municipal, em famílias nucleares com filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nos bairros de habitação municipal residiam, em junho de 2018, aproximadamente 679 **pessoas com deficiência ou incapacidade**. A Figura E.33. apresenta a sua distribuição pelas diferentes freguesias/uniões de freguesia do concelho.

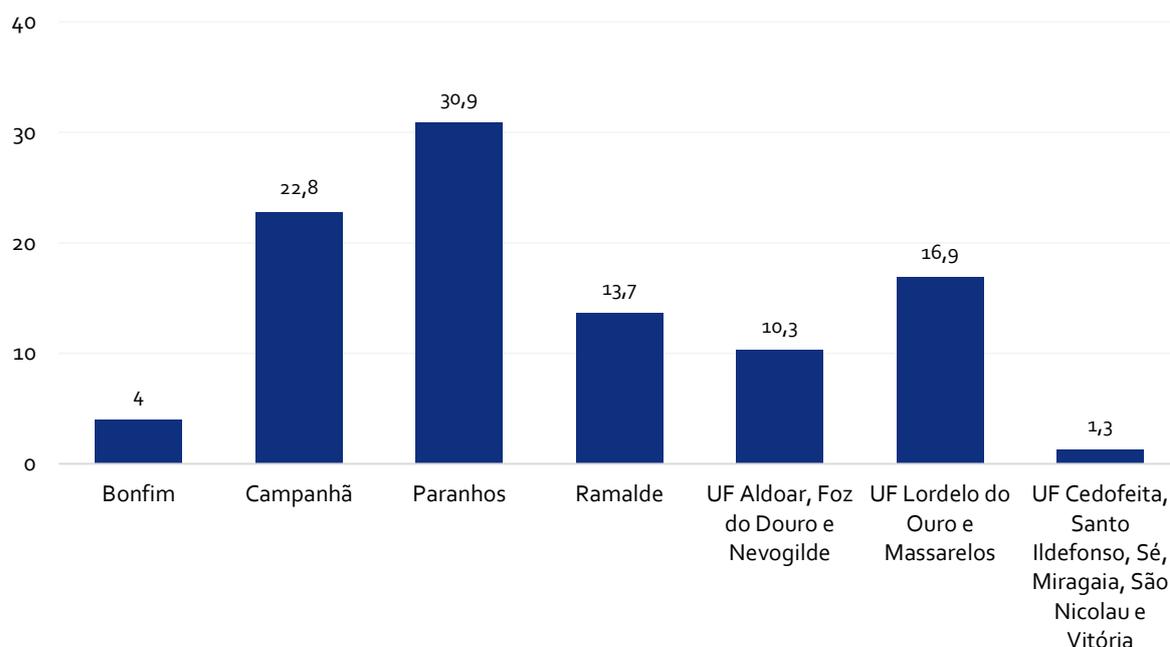


Figura E.33. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

A freguesia de Paranhos era aquela em que residia o maior número de indivíduos com deficiência ou incapacidade, cerca de 210 pessoas (que representavam 30.9% do total de residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade), seguindo-se a freguesia de Campanhã com 155 residentes com deficiência ou incapacidade (22.8%) e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos com 115 residentes com deficiência ou incapacidade (16.9%). A freguesia de Ramalde tinha 93 residentes com deficiência ou incapacidade (13.7%), a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde tinha 70 residentes com deficiência ou incapacidade (10.3%), o Bonfim tinha 27 residentes com deficiência ou incapacidade (4%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória tinha nove residentes com deficiência ou incapacidade (1.3%) (cf. Figura E.33.).

A Figura E.34. apresenta a distribuição das/os residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, pela faixa etária.

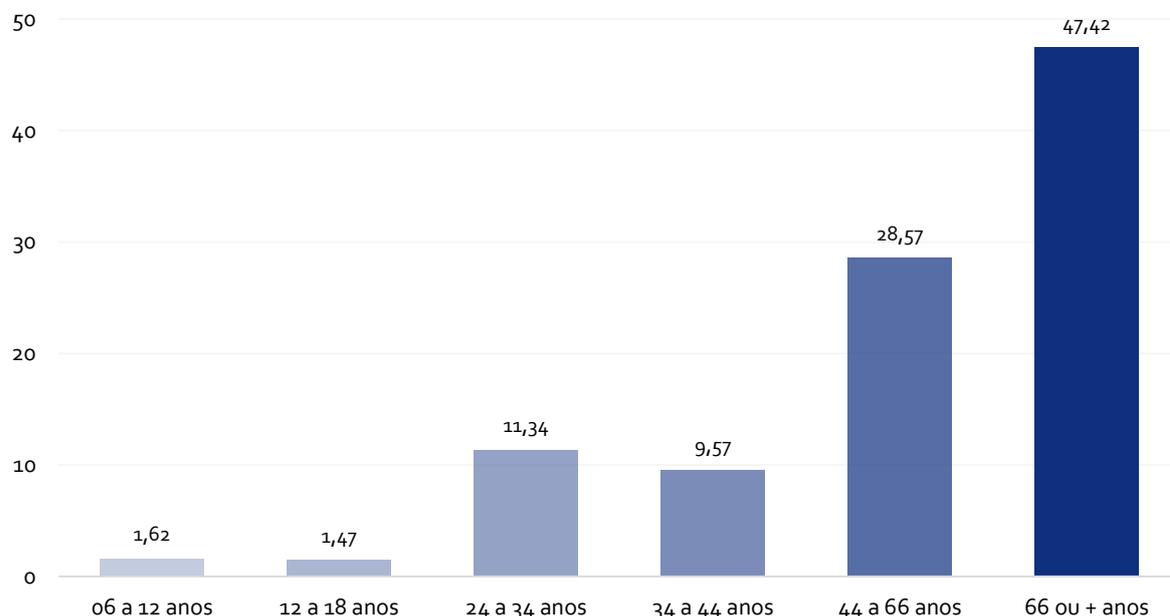


Figura E.34. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Tal como se pode ver na Figura E.34., 322 (47.42%) residentes com deficiência ou incapacidade tinham 66 ou mais anos de idade e 194 residentes com deficiência ou incapacidade (28.57%) estavam na faixa etária dos 44 aos 66 anos, ou seja, 75.99% (516) dos residentes com deficiência ou incapacidade tinham 44 ou mais anos de idade.

Nas restantes faixas etárias distribuíam-se os remanescentes 25% das/os residentes com deficiência ou incapacidade, nomeadamente, 11 (1.62%) na faixa etária dos 6 aos 12 anos, 10 (1.47%) na faixa etária dos 12 aos 18 anos, 77 (11.34%) na faixa etária dos 24 aos 34 anos e 65 (9.57%) na faixa etária dos 34 aos 44 anos.

Finalmente, a Figura E.35. apresenta a distribuição das/os residentes com deficiência ou incapacidade por tipologia familiar.

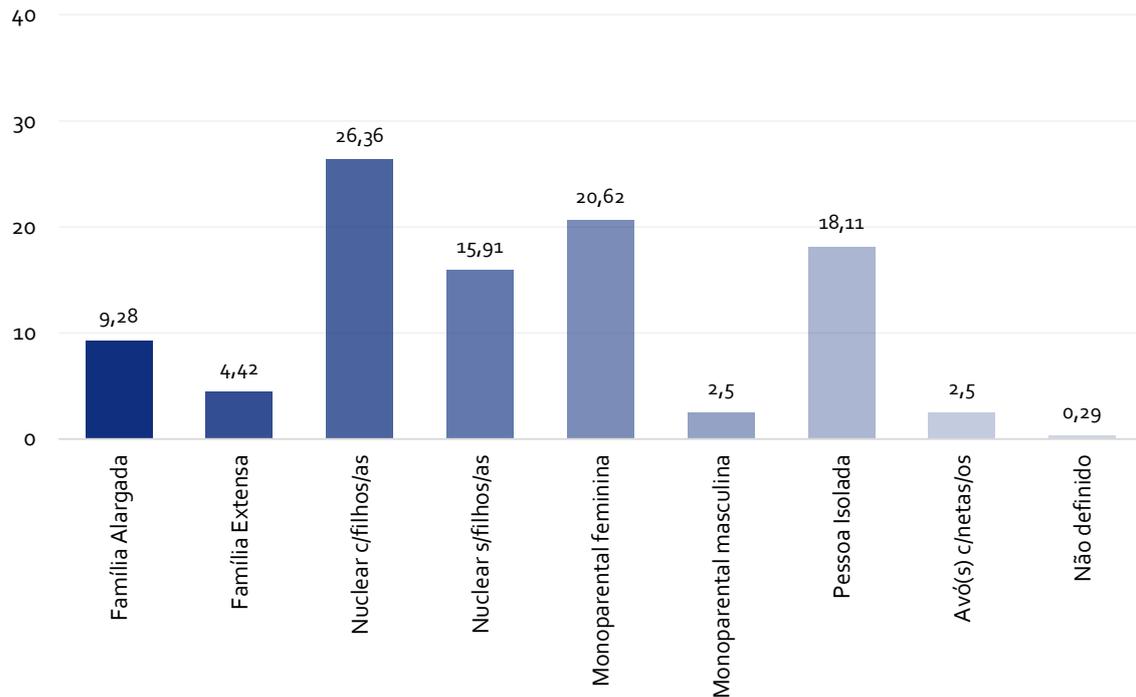


Figura E.35. Residentes em habitação social municipal com deficiência ou incapacidade, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Como se pode observar pela Figura E.35., 179 pessoas com deficiência ou incapacidade (26.36%) viviam numa família nuclear com filhos, 140 pessoas com deficiência ou incapacidade (20.26%) viviam em famílias monoparentais femininas, 123 pessoas com deficiência ou incapacidade (18.11%) viviam sozinhas, 108 pessoas com deficiência ou incapacidade (15.91%) viviam numa família nuclear sem filhos com, 63 pessoas com deficiência ou incapacidade (9.28%) viviam numa família alargada, 30 pessoas com deficiência ou incapacidade (4.42%) viviam numa família extensa, 17 pessoas com deficiência ou incapacidade (2.50%) viviam numa família monoparental masculina e 17 pessoas com deficiência ou incapacidade (2.5%) viviam numa família de avô(s)/avó(s) com neta/o(s).

ESCALÃO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM IDADE INFERIOR A 18 ANOS

Residiam em habitação social municipal 4 037 (13.93%) crianças e jovens até aos 18 anos de idade, 636 (2.2%) na faixa etária dos 0-6 anos, 1 406 (4.85%) na faixa etária dos 6-12 anos e 1 995 (6.89%) na faixa etária dos 12-18 anos.

O Quadro E.12. apresenta a distribuição das/os **residentes com idade inferior a 18 anos, por freguesia/união de freguesias.**

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
0 a 6 anos	14	192	118	93	103	109	7
6 a 12 anos	27	445	241	227	226	235	5
12 a 18 anos	50	597	321	454	295	260	18
Total (N)	91	1 234	680	774	624	604	30

Quadro E.12. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por faixa etária e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Analisando o Quadro E.12. verifica-se que as freguesias/uniões de freguesia com os números mais baixos de residentes com idade inferior a 18 anos eram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (30 dos 4 037) e o Bonfim (91) e a freguesia com o número mais elevado de residentes com idade inferior a 18 anos era Campanhã, com 1 234. As restantes freguesias/uniões de freguesia apresentavam valores similares, a variarem entre os 604 e os 774. Por faixa etária, constata-se que na faixa etária dos 0-6 anos, Campanhã tinha o número mais elevado de residentes nesta faixa etária, com 192, seguida de Paranhos, com 118. Na faixa etária dos 6-12 anos, surgia de novo Campanhã, com 445, seguida de Paranhos, com 241. Finalmente, na faixa etária dos 12-18 anos, Campanhã tinha novamente o número mais elevado de residentes nesta faixa etária, com 597, seguida de Ramalde, com 454.

De seguida, nas Figuras E.36. e E.37. apresentam-se os dados relativos aos **níveis de escolaridade das/os residentes com menos de 18 anos.**

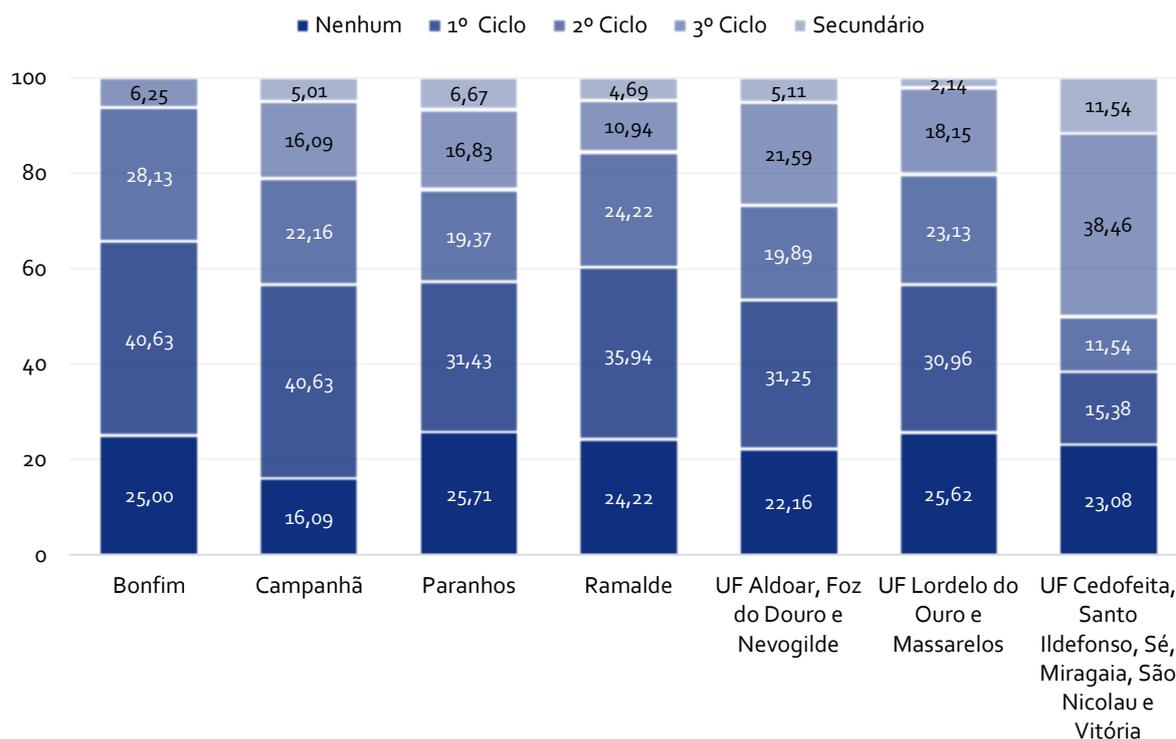


Figura E.36. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Analisando a Figura E.36. verifica-se que a percentagem de residentes com nenhum nível de escolaridade variou entre o mínimo de 16.09% (Campanhã) e o máximo de 25.62% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos). Com o 1º ciclo de escolaridade variou entre os 15.38% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 40.63% (no Bonfim e em Campanhã). Com o 2º ciclo as percentagens variaram entre os 11.54% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 28.13% (Bonfim). Com o 3º ciclo houve uma variação entre os 6.25% (Bonfim) e os 38.46% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e com o ensino secundário as percentagens variaram entre o mínimo de 0% (Bonfim) e o máximo de 11.54% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

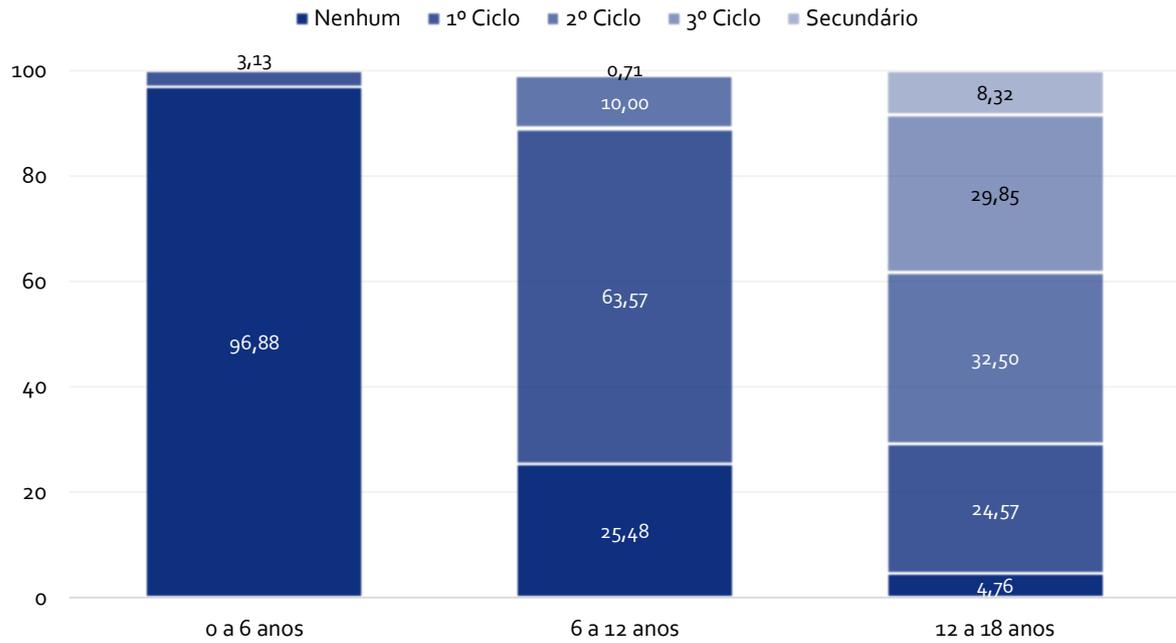


Figura E.37. Residentes em habitação social municipal com idade inferior a 18 anos, por nível de escolaridade e por faixa etária, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Quanto aos níveis de escolaridade por faixa etária constata-se, a partir da análise da Figura E.37, que na faixa etária dos 6-12 anos, 63,57% tinham o 1º ciclo e 25,48% não tinham nenhum ciclo de escolaridade. E na faixa etária dos 12-18 anos, 32,5% tinham o 2º ciclo de escolaridade, 29,85% tinham o 3º ciclo de escolaridade e 24,57% tinham o 1º ciclo.

TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM IDADE INFERIOR A 18 ANOS

Quanto à **tipologia familiar das/os residentes em habitação social municipal com idade até aos 18 anos**, a Figura E.38. apresenta os dados da sua distribuição.

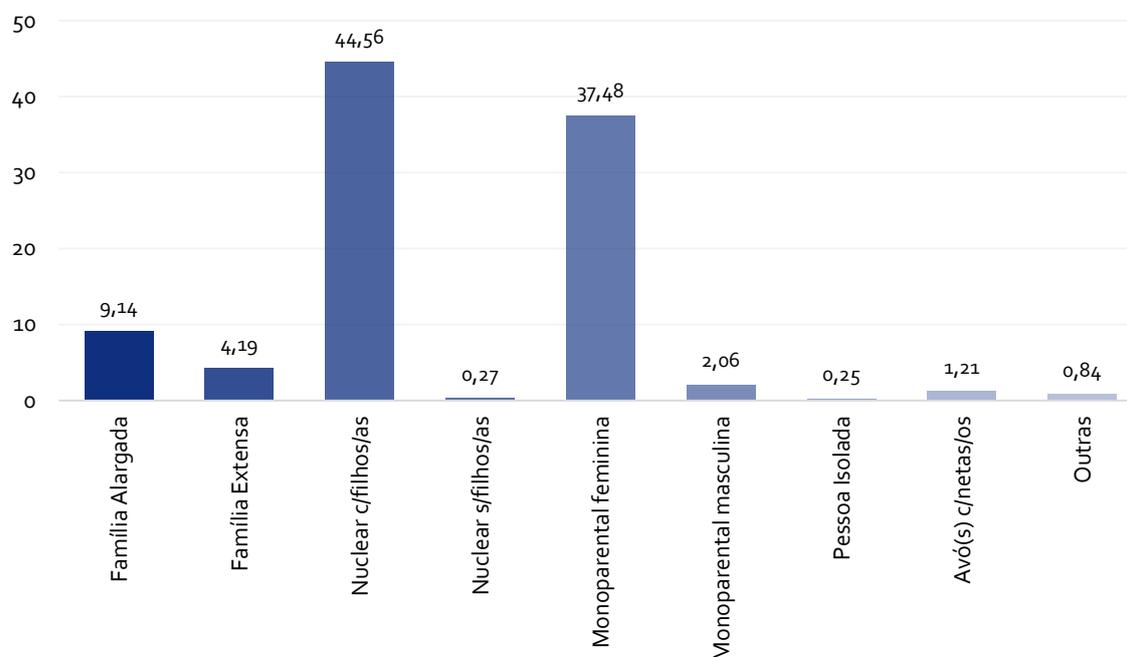


Figura E.38. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, por tipologia familiar, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Observando a Figura E.38. constata-se que a grande maioria das/os residentes com idade inferior a 18 anos integravam famílias nucleares com filhos, com 44.56% (1 799) ou famílias monoparentais femininas, com 37.48% (1 513).

A seguir apresentam-se os dados sobre a distribuição das/os residentes com menos de 18 anos de idade pelas duas principais tipologias familiares acima descritas.

Inicia-se com a apresentação nas Figuras E.39. e E.40. da distribuição das/os **residentes com idade inferior a 18 anos nas famílias monoparentais femininas**, por freguesia/união de freguesias e por bairro social.

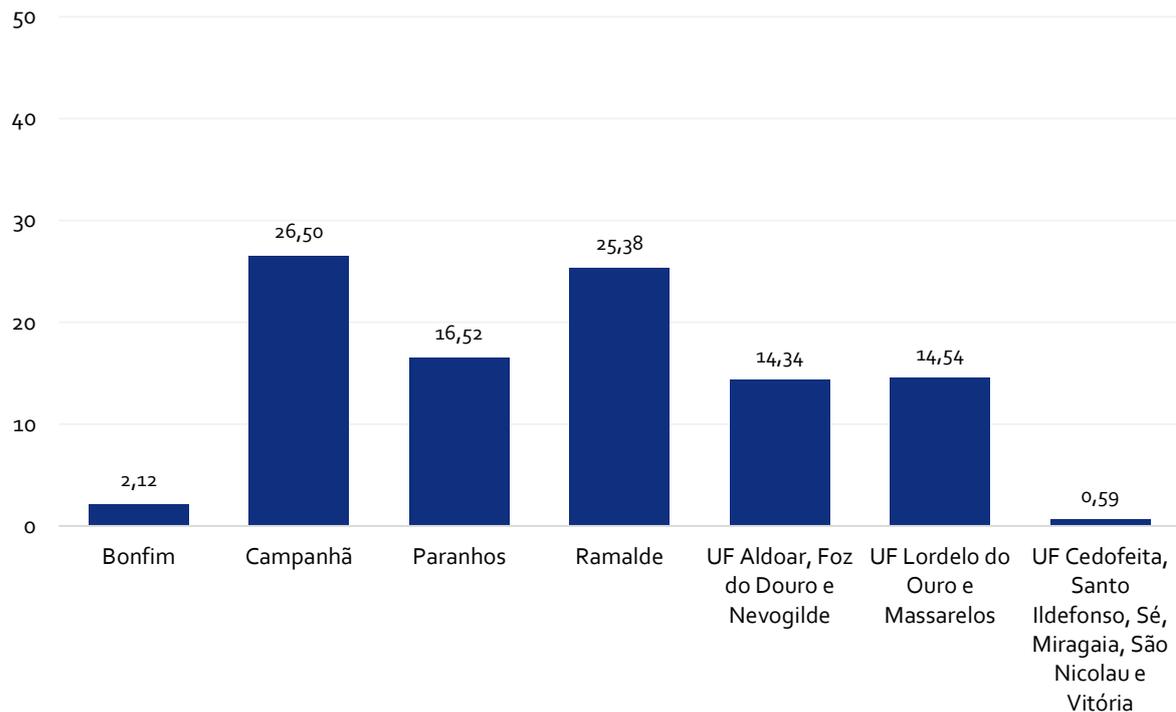


Figura E.39. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal em famílias monoparentais femininas, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Existiam 1 513 residentes com idade abaixo dos 18 anos integrados em famílias monoparentais femininas.

E tal como se pode observar na Figura E.39., as freguesias com as percentagens mais elevadas de residentes com idade inferior a 18 anos a viverem em famílias monoparentais femininas eram Campanhã, com 26.5% (401), seguida de Ramalde, com 25.38% (384) e de Paranhos, com 16.52% (250).

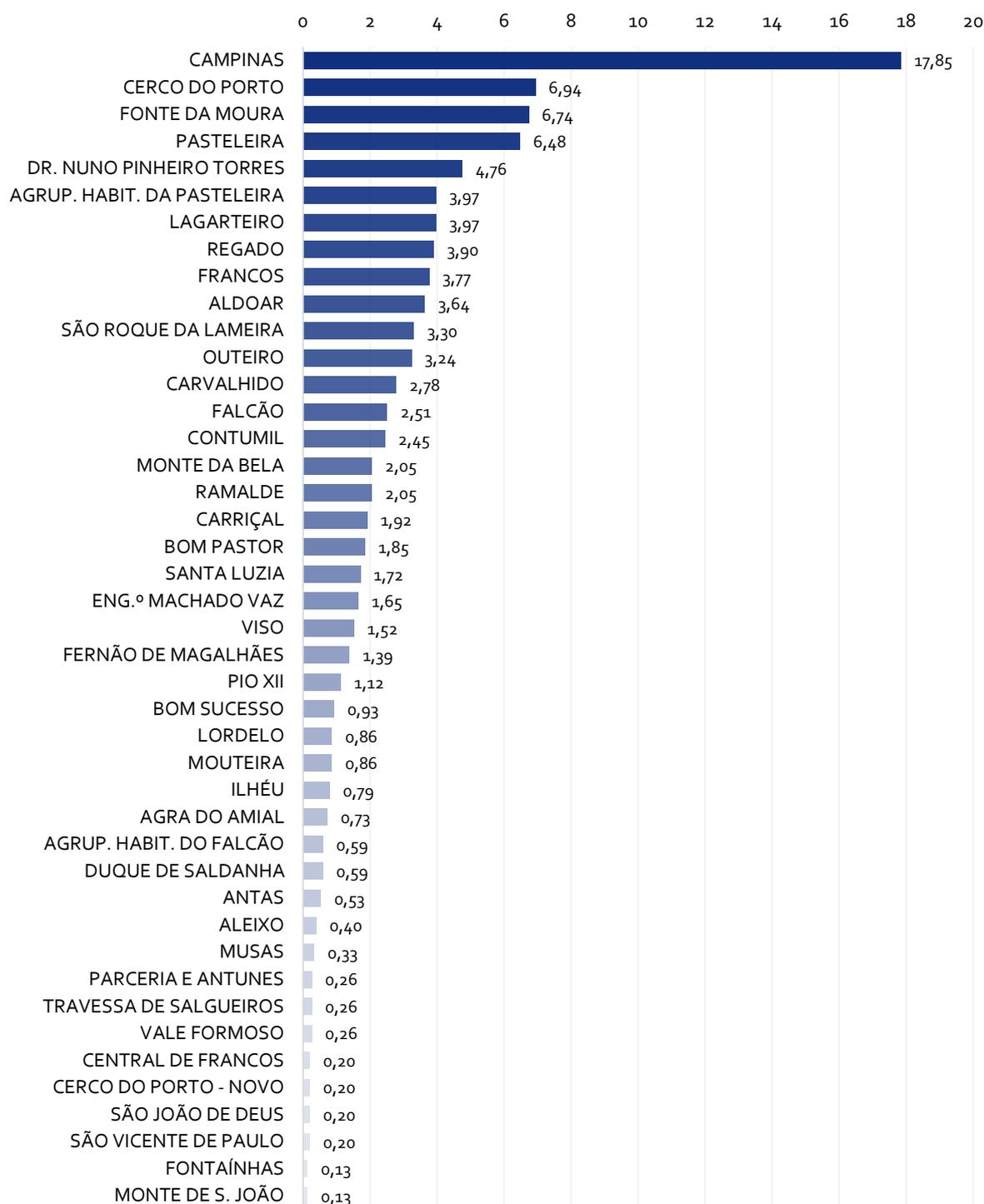


Figura E.40. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, em famílias monoparentais femininas, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Na análise por bairro social municipal constata-se que dos 1 513 residentes com idade inferior a 18 anos integrados em famílias monoparentais femininas, o bairro com a percentagem mais elevada desses residentes era o Bairro de Campinas (Ramalde) com 17.85%, seguindo-se o Bairro do Cerco

(Campanhã) com 6.94%, o Bairro da Fonte da Moura (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) com 6.74% e o Bairro da Pasteleira (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) com 6.48% (cf. Figura E.40.).

Finaliza-se com a apresentação nas Figuras E.41. e E.42. da distribuição das/os **residentes com idade inferior a 18 anos nas famílias nucleares com filhos**, por freguesia/união de freguesias e por bairro social.

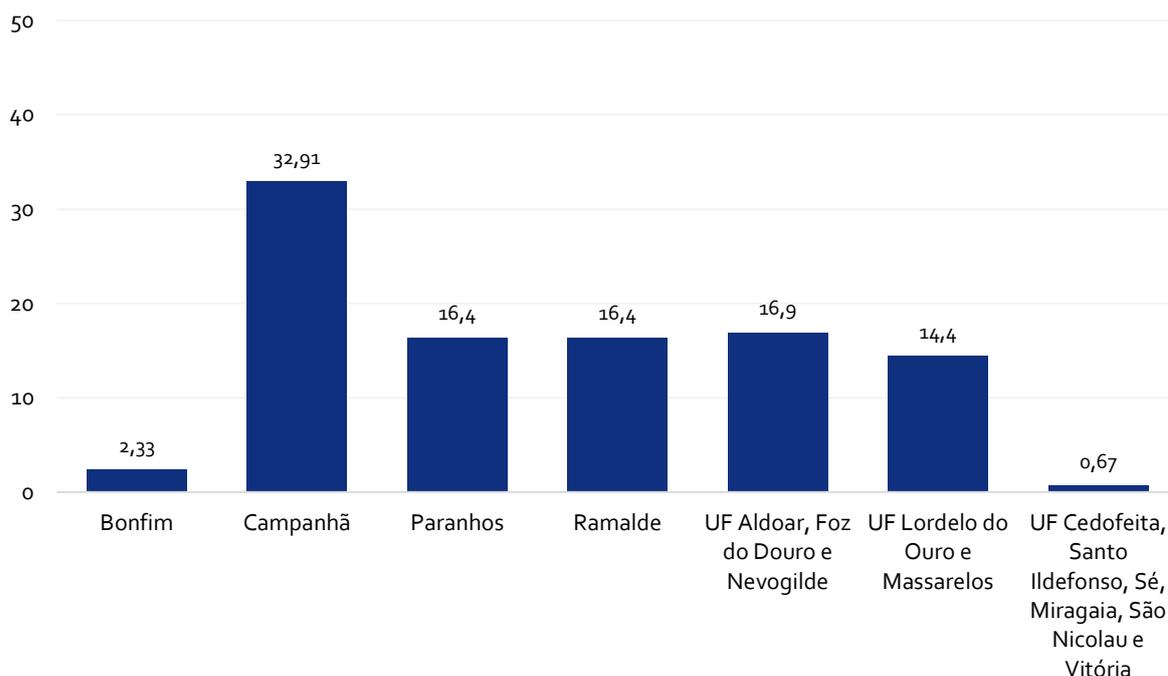


Figura E.41. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal em famílias nucleares com filhos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Na análise por freguesia/união de freguesias verifica-se que, do total de 1 799 residentes com idade inferior a 18 anos a viverem em famílias nucleares com filhos, Campanhã era a freguesia com a percentagem mais elevada desses residentes, com 32.91% (592), seguida das freguesias de Paranhos e Ramalde e da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, cujas percentagens rondaram os 16 a 17% (cf. Figura E.41.).

Da observação da Figura E.42. verifica-se que, na análise por bairro social municipal, dos 1 799 residentes com idade inferior a 18 anos a viverem em famílias nucleares com filhos, o bairro com a percentagem mais elevada desses residentes era o Bairro do Cerco (Campanhã) com 6.94%, seguindo-se o Bairro do Lagarteiro, também em Campanhã, com 7.28%, depois o Bairro da Pasteleira (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), com 7.17%, depois o Bairro de

Campinas (Ramalde), com 7.06% e, finalmente, dois bairros na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, o Bairro Fonte da Moura, com 6.61% e o Bairro de Aldoar, com 6.06%.

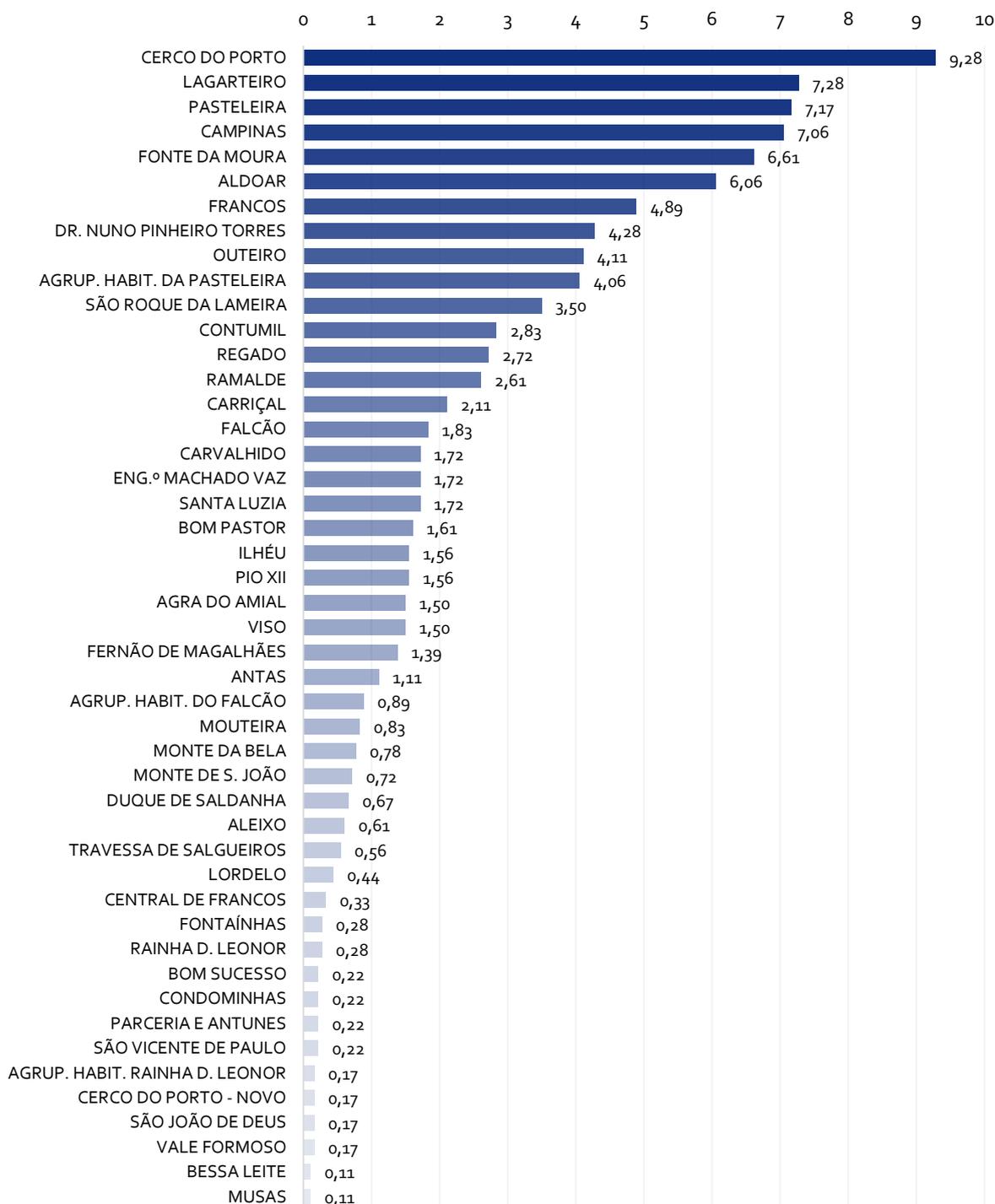


Figura E.42. Residentes com idade inferior a 18 anos em habitação social municipal, em famílias nucleares com filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL, SEXO E TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE

Residiam em habitação social municipal 6 910 **pessoas com 66 ou mais anos de idade**, 2 482 do sexo masculino e 4 428 do sexo feminino.

A Figura E.43. apresenta a sua distribuição por freguesia/união de freguesias.

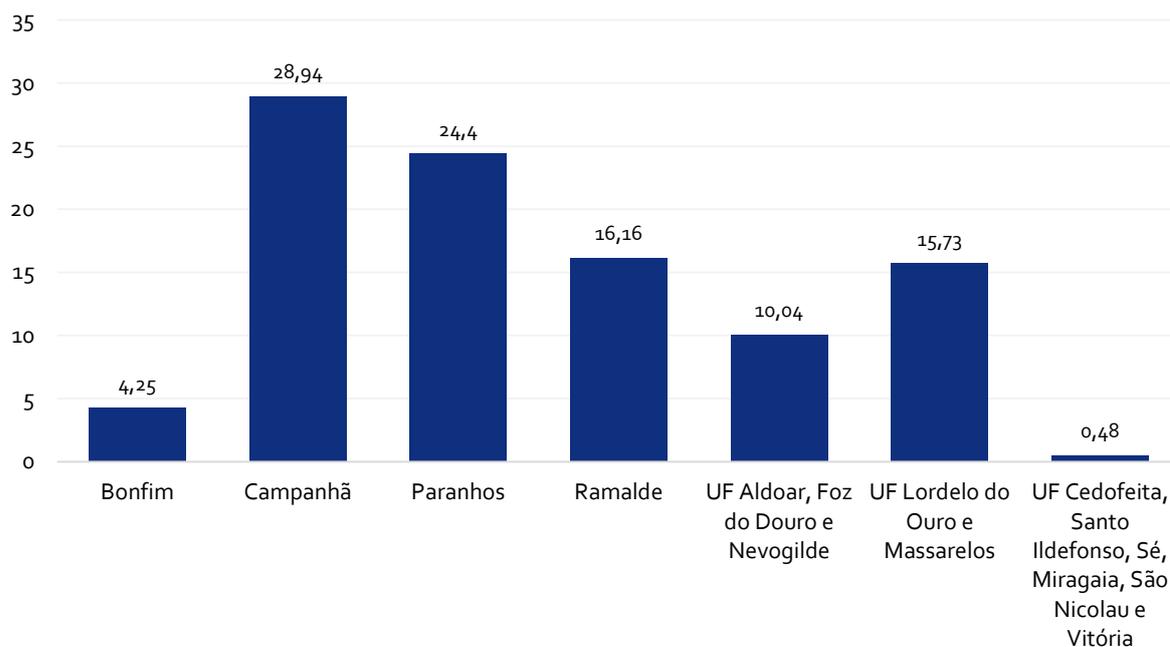


Figura E.43. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Analisando a Figura E.43. verifica-se que a freguesia com a percentagem mais elevada de residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade era Campanhã, com 28.94% (2 000). Em segundo lugar surgia Paranhos, com 24.4% (1 686) e depois Ramalde, com 16.16% (1 117). As freguesias/união de freguesias com as percentagens mais baixas eram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 0.48% (33) e o Bonfim, com 4.25% (294).

Em seguida, a Figura E.44. apresenta os dados referentes aos **residentes com 66 ou mais anos, por sexo e tipologia familiar**.

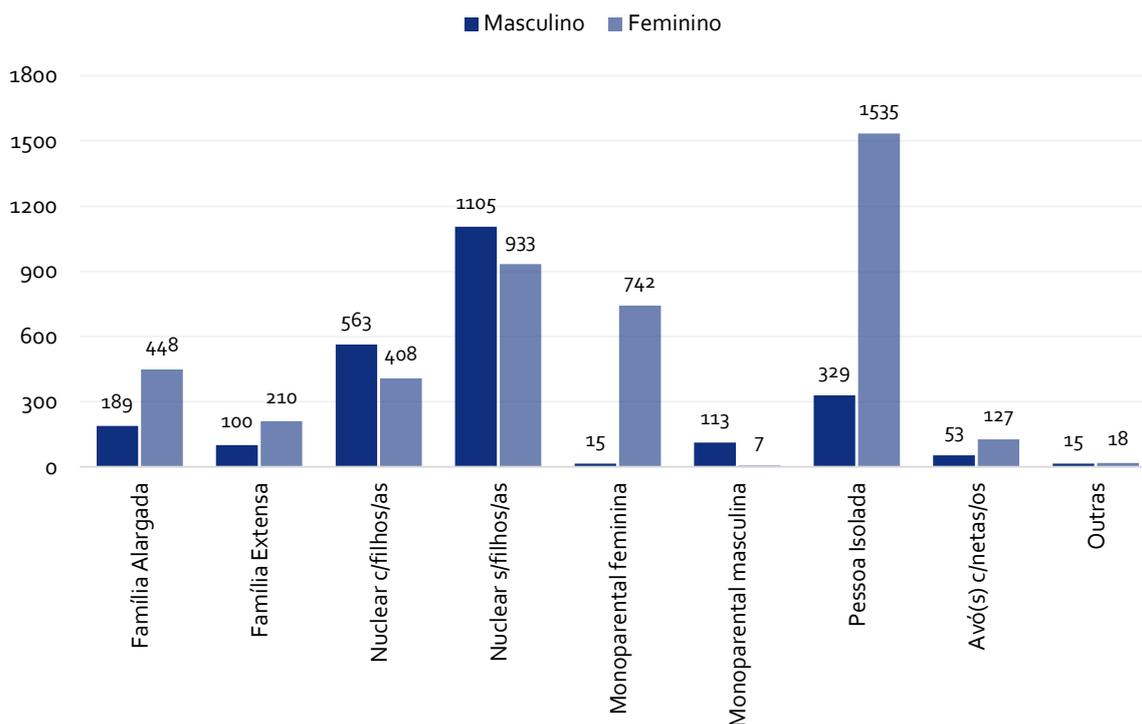


Figura E.44. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade, por sexo e tipologia familiar, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise da Figura E.44., constata-se que, globalmente, as tipologias familiares com maior número de residentes com 66 ou mais anos de idade eram a família nuclear sem filhos (29.49%), seguida das pessoas isoladas (26.98%), que no seu conjunto perfaziam mais de metade das/os residentes com 66 ou mais anos de idade.

Na análise por sexo, surgia como a tipologia familiar com maior prevalência nos residentes seniores do sexo masculino a família nuclear sem filhos (1 105), seguida da família nuclear com filhos (563) e da pessoa isolada (329). Nas residentes seniores do sexo feminino surgia em primeiro lugar a tipologia da pessoa isolada (1 535), seguida da família nuclear sem filhos (933) e depois da família monoparental feminina (742).

A seguir apresentam-se os dados sobre a distribuição das/os residentes com 66 ou mais anos de idade pelas duas principais tipologias familiares acima descritas, ou seja, as/os residentes seniores a viverem isolados e as/os residentes seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos, pela particular vulnerabilidade que estas/es apresentam, decorrente de um conjunto de fatores (idade, falta de recursos e falta de apoio) que interagem entre si e que aumentam o risco de exclusão social destas pessoas.

RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO

Assim, nas próximas três figuras apresentam-se os dados relativos às/aos **residentes com 66 ou mais anos de idade que viviam isolados**.

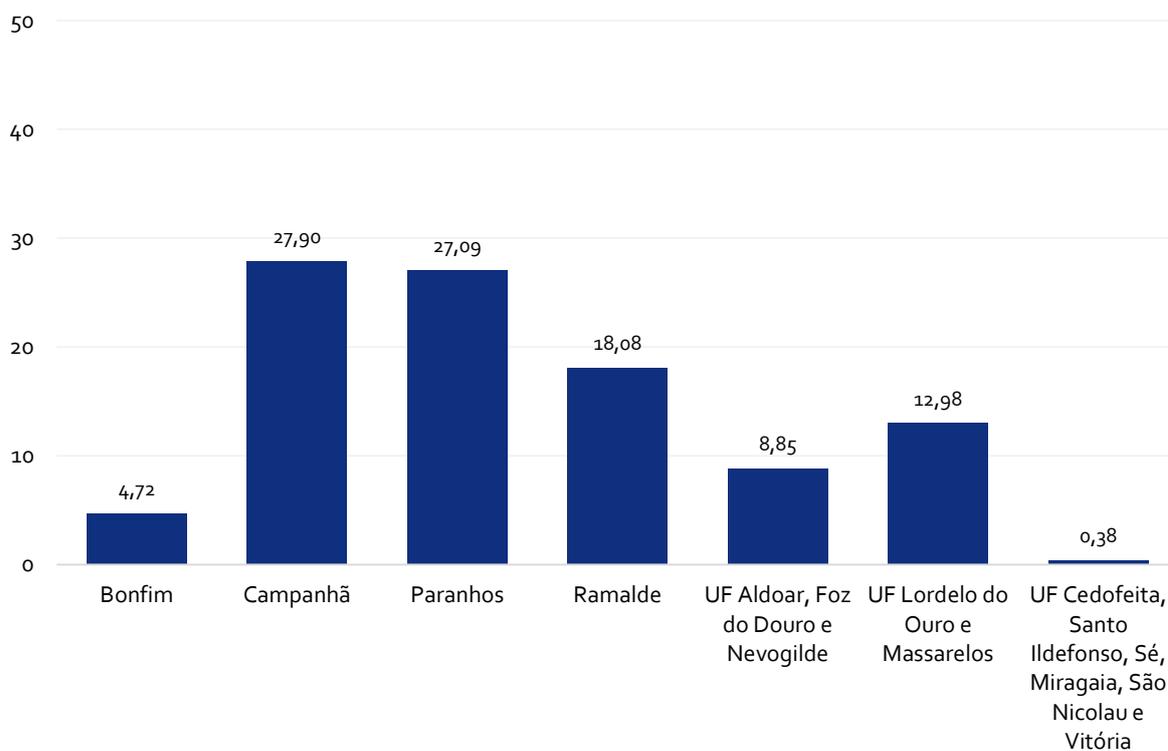


Figura E.45. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

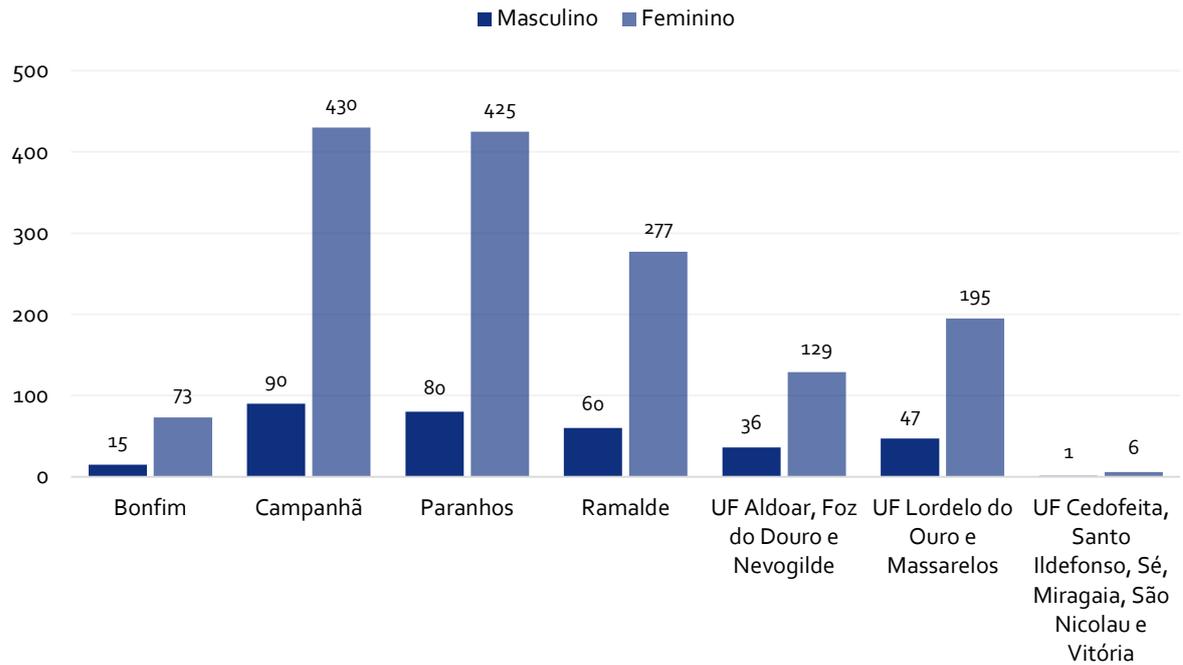


Figura E.46. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise das Figuras E.45. e E.46. constata-se que, globalmente, era na freguesia de Campanhã que residiam mais pessoas seniores a viverem isoladas, com 27.9% (520), seguida da freguesia de Paranhos, com 27.09% (505) e da freguesia de Ramalde, com 18.08% (337). Na análise por sexo, replicava-se este padrão, para ambos os sexos, sendo que era em Campanhã onde residiam mais homens seniores isolados e mulheres seniores isoladas (90 e 430, respetivamente), seguindo-se Paranhos (80 e 425, respetivamente) e depois Ramalde (60 e 277, respetivamente).

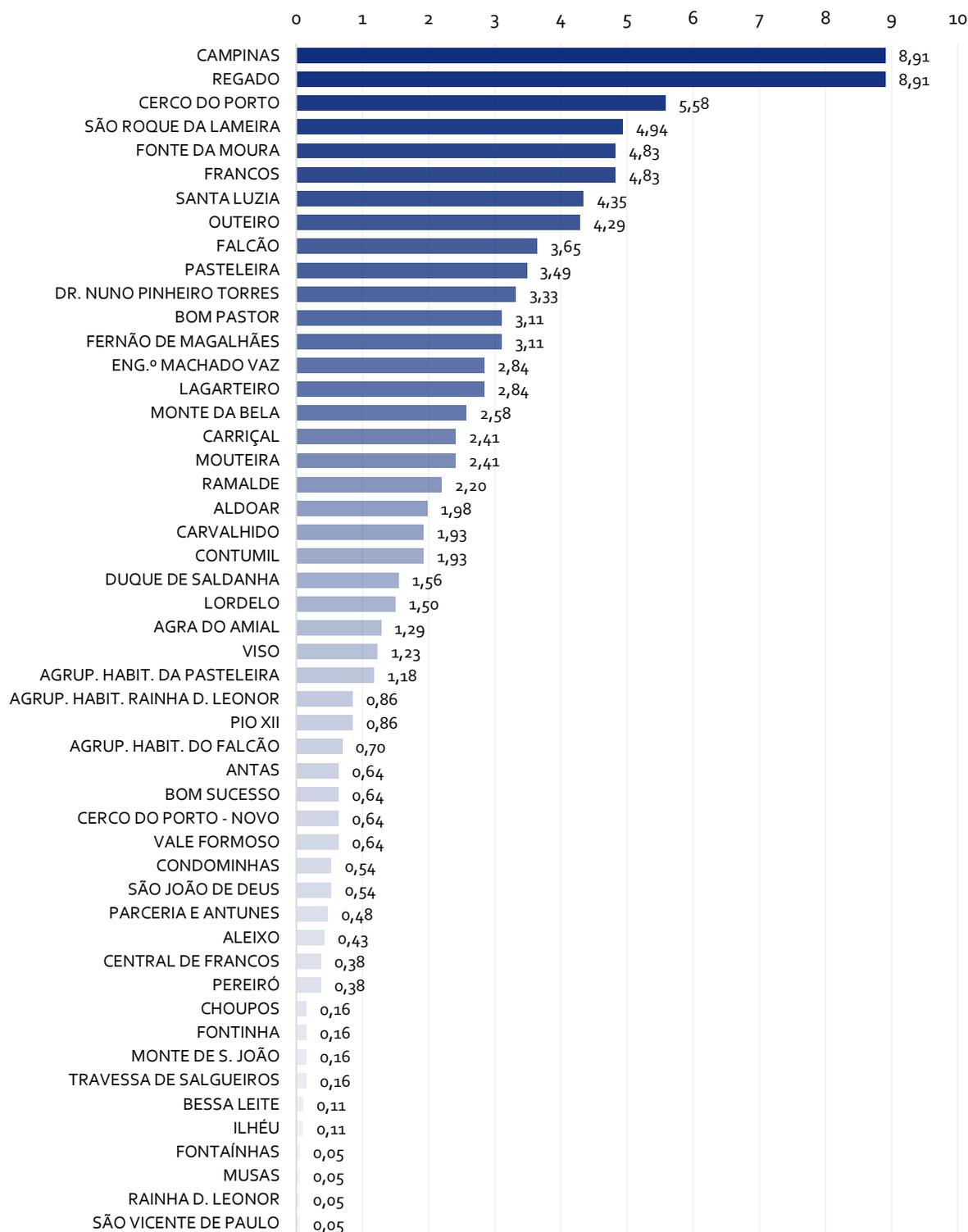


Figura E.47. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem isolados, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Na análise por bairro social municipal, e tal como se pode observar na Figura E.47., constata-se que os dois bairros com a percentagem mais elevada de residentes seniores a viverem sozinhas/os eram o Bairro de Campinas (Ramalde) e o Bairro do Regado (Paranhos), ambos com 8.91%. Seguia-se o Bairro do Cerco (Campanhã), com 5.58%, o Bairro de S. Roque da Lameira (Campanhã), com 4.94%, o Bairro da Fonte da Moura (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), com 4.83%, o Bairro de Francos (Ramalde), com 4.83%, o Bairro de Santa Luzia (Paranhos), com 4.35% e o Bairro do Outeiro (Paranhos), com 4.29%, que no seu conjunto englobavam 46.62% das/os residentes com 66 ou mais anos de idade a viverem isoladas/os.

RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE A RESIDIREM EM FAMÍLIAS NUCLEARES SEM FILHOS

Apresentam-se nas próximas três figuras os dados relativos aos/às **residentes seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos**.

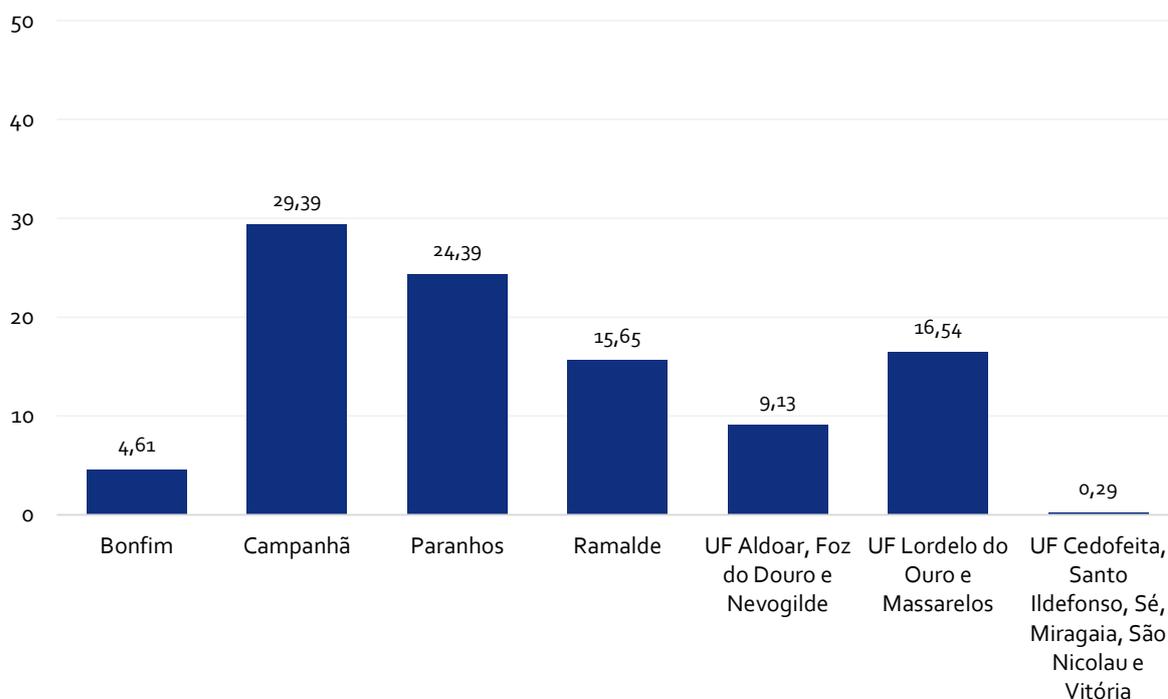


Figura E.48. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem numa família nuclear sem filhos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

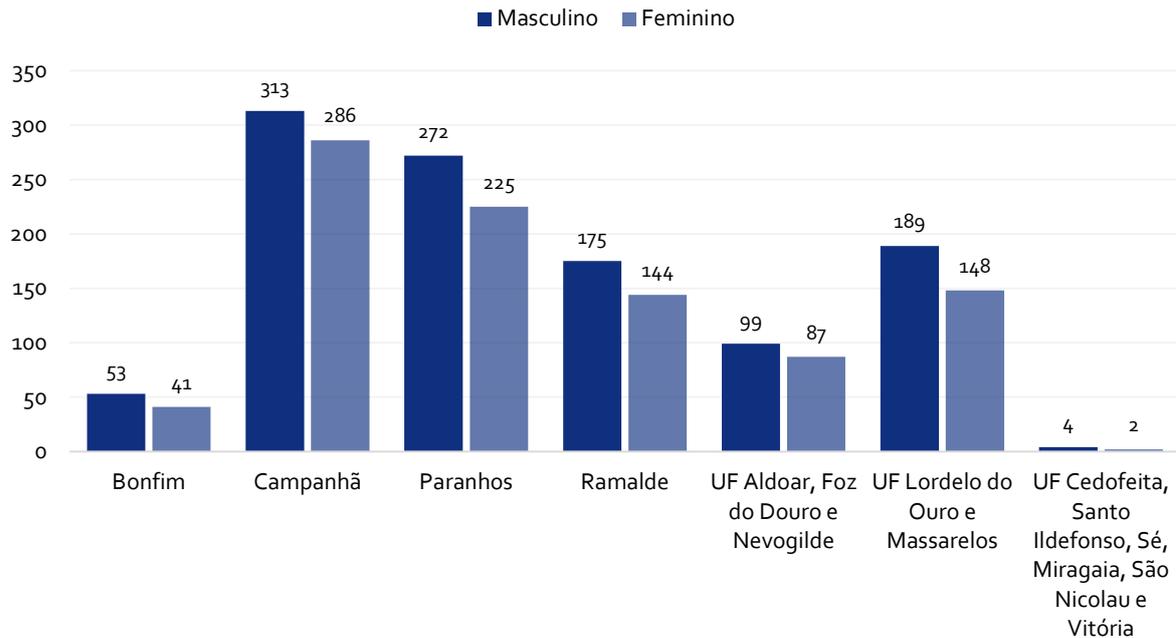


Figura E.49. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem em famílias nucleares sem filhos, por sexo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da análise das Figuras E.48. e E.49. verifica-se que, globalmente, era na freguesia de Campanhã que residiam mais pessoas seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos, com 29.39% (599), seguida da freguesia de Paranhos, com 24.39% (497) e da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com 16.54% (337). Na análise por sexo, foi encontrado um padrão semelhante, tanto para os homens, como para as mulheres, sendo que era em Campanhã onde residiam mais homens e mulheres seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos (313 e 286, respetivamente), seguindo-se Paranhos (272 e 225, respetivamente) e depois a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (189 e 148, respetivamente).

A Figura E.50. apresenta a distribuição das/os residentes seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos, por bairro social municipal.

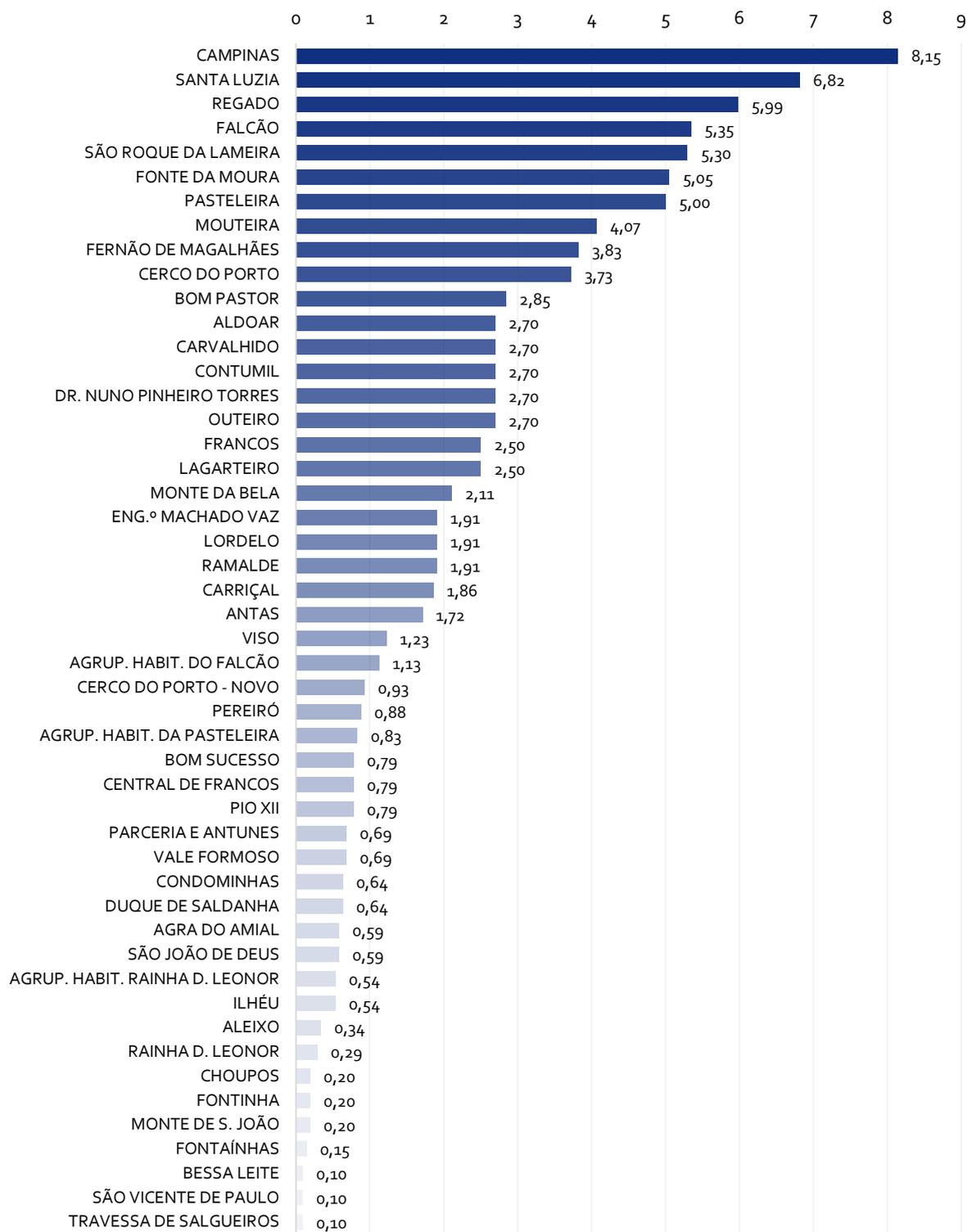


Figura E.50. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade a viverem em famílias nucleares sem filhos, por bairro social municipal, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Na análise por bairro social municipal, e como se pode observar na Figura E.50., constata-se que o bairro com a percentagem mais elevada de residentes seniores a viverem em famílias nucleares sem filhos era o Bairro de Campinas (Ramalde), com 8.15%. Seguia-se o Bairro de Santa Luzia (Paranhos), com 6.82%, o Bairro do Regado (Paranhos), com 5.99%, o Bairro do Falcão (Campanhã), com 5.35%, o Bairro de S. Roque da Lameira (Campanhã), com 5.3%, o Bairro da Fonte da Moura (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), com 5.05% e o Bairro da Pasteleira (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), com 5%. No seu conjunto, estes sete bairros sociais municipais englobavam 41.66% das/os residentes com 66 ou mais anos de idade a viverem em famílias nucleares sem filhos.

TIPOLOGIA FAMILIAR DAS/OS RESIDENTES EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM 66 OU MAIS ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Finaliza-se com a apresentação, no Quadro E.13. dos dados referentes à **tipologia familiar das/os residentes com 66 ou mais anos de idade com deficiência ou incapacidade**, por freguesia/união de freguesias.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Nuclear c/filhas/os	2	14	24	14	9	15	1
Nuclear s/filhas/os	2	11	17	9	1	13	1
Família alargada	-	4	11	1	3	6	-
Família extensa	-	5	5	2	3	4	-
Monoparental feminina	4	17	22	11	7	8	-
Monoparental masculina	1	1	-	3	2	2	-
Pessoa isolada	2	12	15	10	2	12	-
Avó(s) c/netas/os	2	3	3	1	3	1	-
Não definido	-	-	-	-	1	-	-
Total (N)	13	67	97	51	31	61	2

Quadro E.13. Residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade e com deficiência ou incapacidade, por tipologia familiar e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2018 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Observando o Quadro E.13. constata-se que do total de 322 residentes com 66 ou mais anos de idade com deficiência ou incapacidade, 97 (30.12%) residiam em Paranhos, 67 (20.81%) em Campanhã, 61 (18.94%) na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, 51 (15.84%) em Ramalde, 31 (9.63%) na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, 13 (4.04%) no Bonfim e dois/duas (0.62%) na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Destas/es residentes com 66 ou mais anos de idade, 53 viviam sozinhas/os e estavam distribuídas/os pelas várias freguesias/uniões de freguesia da seguinte forma: em Paranhos residiam 15 (28.30%), em Campanhã 12 (22.64%), na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos 12 (22.64%) e em Ramalde 10 (18.87%).

Em famílias nucleares sem filhos viviam 54 residentes com 66 ou mais anos de idade distribuídas/os pelas freguesias/uniões de freguesia da seguinte forma: em Paranhos 17 (31.48%), na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos 13 (24.07%), em Campanhã 11 (20.37%) e em Ramalde nove (16.67%).

Por último, 69 residentes com 66 ou mais anos de idade viviam em famílias monoparentais femininas, com a seguinte distribuição por freguesia/união de freguesias: Paranhos com 22 residentes (31.88%), Campanhã com 17 (24.64%), Ramalde com 11 (15.94%), a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos com oito (11.59%) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde com sete (10.14%).

PORTO SOLIDÁRIO – FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Para além dos bairros de habitação social municipal, salienta-se também o projeto Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, em que o concelho visa apoiar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem em lista de atribuição de fogos sociais municipais ou que, em função da aplicação das regras da matriz de avaliação em vigor, não foram consideradas como prioritárias para atribuição de uma habitação social municipal.

O Quadro E.14. apresenta a evolução do **número de apoios concedidos**, por freguesia/união de freguesias, entre o ano de 2014 e o ano de 2017.

	2014	2015	2016	2017
Bonfim	75	46	110	70
Campanhã	59	49	88	77
Paranhos	36	54	69	66
Ramalde	28	28	35	28
UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	10	15	16	25
UF Lordelo do Ouro e Massarelos	24	9	30	22
UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	37	72	98	100
Total (N)	269	273	446	388

Quadro E.14. Beneficiárias/os do Fundo de Emergência Social, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2014-2017 (em número; Fonte: Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social)

Da observação do Quadro E.14. constata-se que, entre os anos de 2014 e 2017, se verificou um aumento no número de apoios concedidos, que foi de 269 em 2014, 273 em 2015, 446 em 2016 de e 388 em 2017, o que corresponde a um incremento de 44.24% no número de apoios concedidos nesse intervalo de tempo.

A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi aquela que, em 2017 e entre 2014 e 2017, teve um maior número de beneficiárias/os, 100 e 307, respetivamente. Em 2017, as outras as freguesias com maior número de beneficiárias/os foram a

freguesia de Campanhã com 77 beneficiárias/os, a freguesia do Bonfim com 70 beneficiárias/os e a freguesia de Paranhos com 66 beneficiárias/os.

Por outro lado, Ramalde, a União das Freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos apresentaram os números mais baixos de beneficiárias/os em 2017, com 28, 25 e 22 beneficiárias/os, respetivamente.

SÍNTESE INTEGRATIVA

Do conjunto de indicadores previamente apresentados podem realçar-se alguns aspetos estruturais.

No concelho do Porto a **maioria dos edifícios eram residenciais**, excetuando nas freguesias do Bonfim e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, que representava a zona do centro histórico da cidade, onde existia uma maior proporção de edifícios não residenciais, provavelmente para outro tipo de utilizações, como por exemplo, o comércio, escritórios ou hotelaria.

As **tipologias predominantes eram as tipologias T1 e T2** e a maioria dos edifícios tinham um ou dois pisos, embora na zona do centro histórico existissem mais edifícios com três ou quatro pisos.

Quanto à data de construção do edificado, a **maioria dos edifícios** no concelho do Porto **eram antigos**, excetuando na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde em que pouco mais de um terço dos edifícios foram construídos antes de 1960. Nas restantes freguesias, a percentagem de edifícios **construídos antes de 1960 variava entre os 52% os 70%**.

Do conjunto de edifícios da cidade, de **20% a 30% necessitavam de obras/reparações** médias e à volta de 10% necessitavam de reparações grandes.

Relativamente às infraestruturas básicas, **acima de 99% dos edifícios do concelho tinham condições básicas de água e saneamento** (esgotos), embora subsistissem ainda algumas fragilidades ao nível das condições sanitárias e de banho (no Bonfim, em Campanhã e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

No que respeita à lotação dos alojamentos, **cerca de 60% dos edifícios estavam sublotados** (maioritariamente com uma divisão excedente) e menos de 15% estavam sobrelotados (maioritariamente com uma divisão em falta).

Em termos de acessibilidade, a **maioria dos edifícios da cidade não tinham condições de acessibilidade** para as pessoas com mobilidade reduzida, tanto ao nível do elevador, como da entrada acessível a pessoas de mobilidade reduzida.

Na maioria dos edifícios era utilizada a eletricidade para o aquecimento e este era feito maioritariamente através de equipamentos móveis (exceto em Ramalde, na União das Freguesias

de Lordelo do Ouro e Massarelos e na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde existiam mais alojamentos com aquecimento central).

Finalmente, **os preços para venda e arrendamento têm vindo a aumentar de forma muito significativa** e os territórios com as percentagens mais elevadas de novos contratos de arrendamento, em 2017, foram Paranhos e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Relativamente à **habitação social municipal**, existiam **49 bairros de habitação social municipal no concelho**, com 12 631 fogos e onde residiam 28 972 pessoas, sendo a maioria mulheres (55%). As freguesias com maior concentração de bairros e/ou fogos eram Campanhã, Paranhos e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

O valor das rendas pagas dependia da tipologia do alojamento, variando entre valores médios de cerca de 45€ (tipologia T1) a 75€ (tipologia T4), embora existissem oscilações consideráveis no preço em cada tipologia de alojamento, que podiam ir até aos 62% e as principais tipologias de alojamento eram as tipologias T3 e T2.

Tem vindo a ocorrer, desde 2007, um **aumento no número de pedidos de habitação social** e as/os residentes em habitação social distribuíam-se de forma similar pelos quatro escalões de antiguidade (0-5 anos, 6-15 anos, 16-25 anos, 26-50 anos), sendo a quase totalidade das/os residentes de nacionalidade portuguesa.

Mais de metade da população residente em habitação social municipal eram pessoas com mais de 44 anos de idade. A **percentagem de pessoas com 66 ou mais anos de idade era de cerca de um quarto das/os residentes**, existindo uma percentagem significativa de pessoas com 66 ou mais anos de idade que viviam isoladas (de 8% a 16% das/os residentes consoante a freguesia/união de freguesias). Bonfim e Paranhos tinham proporções maiores de residentes com 66 ou mais anos de idade, do que as restantes freguesias/uniões de freguesia e nas faixas etárias com mais idade (44-66 anos e com 66 ou mais anos), existiam mais residentes do sexo feminino, do que residentes do sexo masculino.

Na faixa etária dos 44 aos 66 anos **mais de metade das/os residentes tinham apenas o 1º ciclo de escolaridade** e na faixa etária com 66 ou mais anos de idade **quase ¾ das/os residentes** possuíam apenas o 1º ciclo de escolaridade. Nas **faixas etárias mais jovens era visível também um padrão de baixos níveis de escolaridade**. De facto, na faixa etária dos seis aos 12 anos, 63.57% das/os residentes tinham o 1º ciclo e 25.48% não tinham nenhum ciclo de escolaridade e na faixa

etária dos 12 aos 18 anos, 32.5% o tinham 2º ciclo de escolaridade, 29.85% o 3º ciclo de escolaridade e 24.57% possuíam o 1º ciclo.

Das/os 28 972 residentes, apenas cerca de **um quinto eram ativas/os e quase 60% estavam desempregadas/os ou reformadas/os** e das/os cerca de 18 000 residentes em idade ativa, quase metade estava em situação de desemprego. A **principal fonte de rendimento era a reforma** e depois o vencimento. Mais de metade das/os desempregadas/os estavam na faixa etária dos 44 aos 66 anos, embora a faixa etária com maior proporção de desempregadas/os fosse a faixa etária dos 24 aos 34 anos. Nas faixas etárias com mais idade, **existiam mais mulheres desempregadas**, do que homens desempregados.

As **tipologias familiares** com maior expressão na habitação social municipal eram a **nuclear com filhos (33.77%)**, a **monoparental feminina (23.29%)** e as **pessoas isoladas (11.16%)**.

Nas crianças e jovens, isto é, na faixa etária das/os residentes com idade inferior a 18 anos, **predominavam as tipologias familiares monoparental feminina** e nuclear com filhos (e na faixa etária dos 12 aos 18 anos, em particular, predominava a monoparental feminina) e nas **pessoas seniores predominavam as tipologias familiares nuclear sem filhos e pessoa isolada**, que no seu conjunto englobavam mais de metade das/os residentes com 66 ou mais anos de idade (≈56%).

Especificamente, nos residentes seniores do sexo masculino eram predominantes a família nuclear sem filhos (em princípio um casal de idosos), seguida da família nuclear com filhos e da pessoa isolada e nas residentes seniores do sexo feminino surgia em primeiro lugar a tipologia da pessoa isolada, seguida da nuclear sem filhos e depois da família monoparental feminina.

Campanhã era o território com maior número de crianças e jovens e o **centro histórico era o território com o menor** número de crianças e jovens. A maioria destas crianças e jovens tinham baixos níveis de escolaridade, especialmente na faixa etária dos 12-18 anos, onde menos de 10% tinham o ensino secundário.

Também residiam em habitação social municipal 679 pessoas com deficiência ou incapacidade (1/3 em Paranhos) e, destas, 322 eram pessoas seniores, das quais cerca de um sexto viviam sozinhas, o que colocava estas pessoas uma situação de extrema vulnerabilidade.

As tipologias familiares predominantes nas/os residentes em habitação social municipal com 66 ou mais anos de idade, em interação com um conjunto de fatores (idade, falta de recursos económicos e falta de apoio, problemas de saúde) tornam este segmento populacional particularmente vulnerável, aumentando o seu risco de exclusão social.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Do anteriormente exposto, salientam-se várias fragilidades e necessidades que é urgente atenuar e que giram em torno de três grandes eixos estratégicos.

Desde logo, e tal como preconizado pela Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031 (ENH 2015-2031) e pelo Projeto de Lei de Bases da Habitação, **apostar na reabilitação urbana**, nomeadamente na **melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade**, que se encontram deficitárias, tal como apresentado nas Figuras E.8. e E.9. (e também na recuperação do edificado; cf. Figuras E.5. a E.7. e Quadros E.1. a E.3.), particularmente relevantes para os grupos populacionais mais frágeis em termos de mobilidade, como a população sénior ou as pessoas com deficiência ou incapacidade.

Ao nível da reabilitação urbana seria também necessário investir na **requalificação dos territórios que apresentam maiores fragilidades e em que o fenómeno da desertificação é maior**, tal como defendido pelo Projeto de Lei de Bases da Habitação. Por exemplo as freguesias de Campanhã e do Bonfim, que concentram uma significativa fatia da população mais fragilizada (e.g. população residente em habitação social municipal; cf. Figuras E.15., E.20. e Quadro E.6.), nomeadamente, pessoas idosas, tal como apresentado na Figura E.22. (muitas delas a viverem isoladas ou em famílias nucleares sem filhos) ou famílias com menores recursos, como por exemplo, famílias monoparentais femininas (cf. Quadro E.5.) e que necessitam de políticas e estratégias de apoio e de diminuição da pobreza e do risco de exclusão social.

Outro **território particularmente frágil é a zona histórica e central da cidade**, onde o fenómeno da desertificação é mais intenso e onde se deveria apostar na revitalização deste território, também em termos económicos, implementando estratégias de captação de investidores para a revitalização do comércio e dos serviços, o que potenciaria uma maior dinâmica territorial e fomentaria a fixação e renovação da população de residentes.

Urge também **reconfigurar a política de habitação**, de forma a compatibilizar e harmonizar as necessidades das/os residentes do concelho, em termos de **acesso a habitação a preço comportável** (cf. Quadro E.4. e Figura E.13.). Importa conciliar isto com as **necessidades de alojamento turístico e do comércio e dos serviços**, importantes fontes de rendimento da cidade. Assim, é fulcral desenvolver uma política de habitação concertada com uma política de reabilitação urbana, que contribua para o incremento da função residencial. Caso contrário, pode-se conduzir à expulsão ou deslocalização das/os residentes (tal como se apresentou na Figura A.3. do capítulo da Demografia), em prol da ocupação massiva em alojamento local.

Estas políticas e estratégias devem procurar mitigar a tendência de perda de residentes a que se vem assistindo, e cujas ações operativas têm de passar pelo aumento da atratividade residencial desses mesmos territórios e pela criação de condições para que as pessoas possam, efetivamente, ali residir. Este objetivo estratégico constitui-se, ao nível do arrendamento, como um dos três pilares em que assenta a ENH 2015-2031.

De facto, segundo esta Estratégia “O arrendamento habitacional é a alternativa à aquisição de habitação própria num contexto de diminuição das capacidades de financiamento da banca, de contração do rendimento disponível das famílias e de necessidade de redução do endividamento, emergindo como a principal via para desenvolver uma oferta habitacional a preços acessíveis e que corresponda às novas exigências de mobilidade das famílias.”

Outro importantíssimo eixo estratégico a merecer atenção especial diz respeito à população residente **em habitação social municipal**. Na realidade, a habitação social surge como área específica de intervenção, quer na ENH 2015-2031, quer no Projeto de Lei de Bases da Habitação. A população residente em habitação social municipal constitui-se um dos **segmentos populacionais mais fragilizados** (representando já cerca de 13.5% da população residente), mercê dos baixos recursos financeiros e das baixas qualificações de que, por norma, dispõe e da baixa integração que no mercado de trabalho.

Dentro da população de residentes em habitação social municipal, já de si vulnerável, destacam-se ainda alguns subgrupos particularmente vulneráveis, como sejam as **famílias monoparentais** (maioritariamente femininas), as **pessoas com deficiência ou incapacidade**, as **pessoas seniores** (cf. Figuras E.21. a E.23.) e as **pessoas em situação de desemprego** (cf. Figura E.25.).

Nestes segmentos de residentes em habitação social municipal interagem um **conjunto de fatores de risco** que se agravam reciprocamente, tornando estas pessoas particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

Neste contexto, é preciso investir, a este nível, em várias frentes em simultâneo. Desde logo na **proteção das pessoas que se encontram mais vulneráveis**, como as pessoas com deficiência ou incapacidade (cf. Figuras E.33. a E.35.) e a população sénior (cf. Figuras E.43. a E.46., E.48., E.49. e Quadro E.13.).

Na população sénior, especialmente nas **pessoas seniores que vivem isoladas ou com um/a companheiro/a também sénior**, investindo em programas de apoio a estas/es residentes de forma a terem apoio (a níveis diversos) no seu quotidiano. A este propósito, encontram-se aqui, de

novo, diferenças em termos de género. As **mulheres seniores** residentes em habitação social municipal encontram-se em situação de fragilidade acrescida, pois é nestas residentes que as questões do isolamento e da sobrecarga familiar são mais salientes (cf. Figuras E.46. e E.49.).

Da mesma forma, é essencial apostar, quer na **promoção da escolarização junto das/os residentes mais jovens**, quer na **promoção da empregabilidade** junto das/os residentes em idade ativa, como forma de promover a sua autonomização, através da colocação no mercado de trabalho e da obtenção de uma fonte de rendimentos própria, apostando, por exemplo, na sua qualificação/requalificação profissional (cf. Figuras E.28. a E.30. e Quadro E.10.).

Adicionalmente, e decorrente da **estigmatização** que muitas vezes sofrem as pessoas que residem em habitação social municipal, os designados “moradores de bairros”, e que contribui para a sua segregação, isolamento e exclusão. Assim, é preciso desenvolver estratégias e programas de apoio e integração social para estas pessoas, que ajudem a reduzir o elevado risco de marginalização, pobreza e exclusão social e que contribuam para o aumento da coesão social e territorial.

A nível **institucional** é necessário **estreitar a colaboração e articulação** entre as diversas instituições que trabalham com a população residente em habitação social municipal (por exemplo, CPCJ, Segurança Social, Domus Social). Com efeito, só através de um trabalho concertado e integrado é possível implementar intervenções eficazes e eficientes.

F. SEGURANÇA

“A segurança e a criminalidade são diferentes faces da mesma moeda nas sociedades modernas. Sendo realidades que podem ser objetivamente traduzidas, acabam, muitas vezes por merecer leituras muito influenciadas por perceções subjetivas e individualizadas” (Sumário Executivo do Relatório Anual de Segurança Interna 2017, doravante RASI 2017).³⁰³

O sentimento de segurança decorre da possibilidade de uma vivência social assente num conjunto de fatores, entre os quais, a existência de um ambiente social de ordem, paz e tranquilidade nos espaços de vida dos indivíduos.

Assim sendo, o crime e a violência têm impactos negativos ao nível do sentimento de segurança das populações e em algumas situações, também ao nível da liberdade de movimentação, sendo que certas zonas passam a ser evitadas, ou o seu acesso condicionado (e.g. horários). Tal facto acarreta consequências negativas, quer para a população em geral, quer para a população que reside ou trabalha nessas zonas ou nas suas imediações.

Segundo o RASI 2017, “Portugal continua a apresentar níveis de criminalidade geral muito inferiores à média registada na União Europeia (UE)” e “(...) a estrutura complexa e articulada que garante a segurança dos cidadãos em Portugal (...) tem permitido, ao longo destes últimos anos, a descida da criminalidade geral e em especial da criminalidade violenta e grave. Entre 2008 e 2017 a criminalidade geral passou de 421 037 participações para 341 950 (redução de 18.8%) e, dentro desta, a criminalidade violenta e grave diminuiu 24 317 ocorrências para as atuais 15 303 (redução de 37.1%).”

Apesar disso, o distrito do Porto foi, em 2017, o segundo distrito com maior incidência de participações no país, apenas superado pelo distrito de Lisboa, tendo havido um incremento de 2.2% na criminalidade geral, passando de 57 085 participações, em 2016 para 58 342 participações, em 2017. No entanto, também se assistiu a uma diminuição de 7.8% na criminalidade violenta e grave, que passou das 2 436 participações, em 2016 para as 2 246 participações, em 2017.

No concelho do Porto, e situando-se a análise no período compreendido entre 2000 e 2017, assistiu-se a uma descida de quase 30% (28.9%) no número de crimes registados.

Quanto à violência doméstica e de género, far-se-á uma apresentação específica e mais pormenorizada na secção dedicada aos grupos sociais especialmente vulneráveis.

³⁰³ Acesso disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9fod7743-7d45-4of3-8cf2-e4486oof3af6>

Após esta contextualização da temática em análise apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores que permitem uma caracterização da criminalidade registada. De notar que com o nível de desagregação da informação disponível (apenas por tipologia de crime) não é possível uma caracterização mais aprofundada por tipo de situação ou perfil, quer de vítimas, quer de agressores.

A ATUALIDADE

CRIMES REGISTRADOS E TIPOLOGIAS DE CRIME

No concelho do Porto, em 2017, foram registados pelas autoridades competentes 15 406 crimes.

A Figura F.1. apresenta a evolução ocorrida no **número de crimes registados no concelho do Porto**, no período de tempo entre o ano 2000 e o ano 2017.

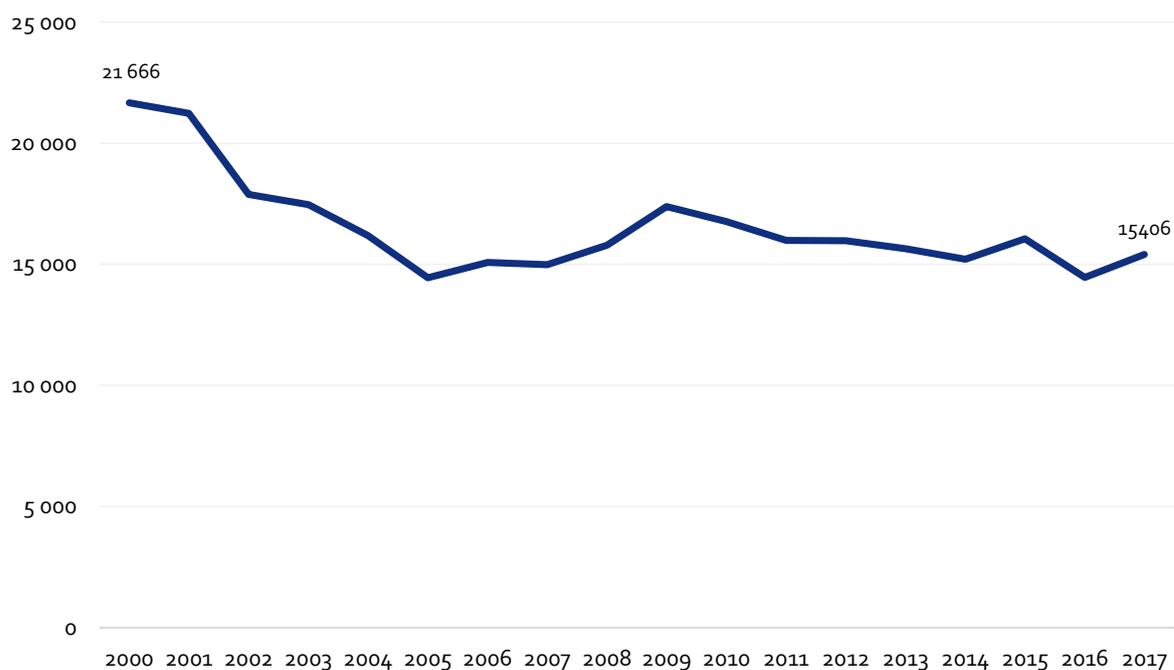


Figura F.1. Crimes registados, Porto, 2000-2017 (em número; Fonte: DGPJ³⁰⁴)

Como se pode observar pela Figura F.1., entre os anos 2000 e 2005, verificou-se uma descida no número de crimes registados, tendo-se mantido esta descida nos anos posteriores, até 2017.

³⁰⁴http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

A Figura F.2. apresenta a distribuição dos **crimes registados, por tipologia de crime**.

Os crimes registados dividem-se por distintas tipologias de crime em que, no nível um, como se pode observar na Figura F.2., se identificam os crimes “contra pessoas” que perfaziam 18.8% dos crimes registados (2 896 crimes), os crimes “contra o património” com 60.3% (9 290 crimes), os crimes “contra a vida em sociedade” com 9.86% (1 519 crimes), os crimes “contra o estado” com 1.5% (231 crimes), os crimes “contra os animais de companhia” com 0.29% (44 crimes) e os crimes de “legislação avulsa” com 9.24% (1 423 crimes).

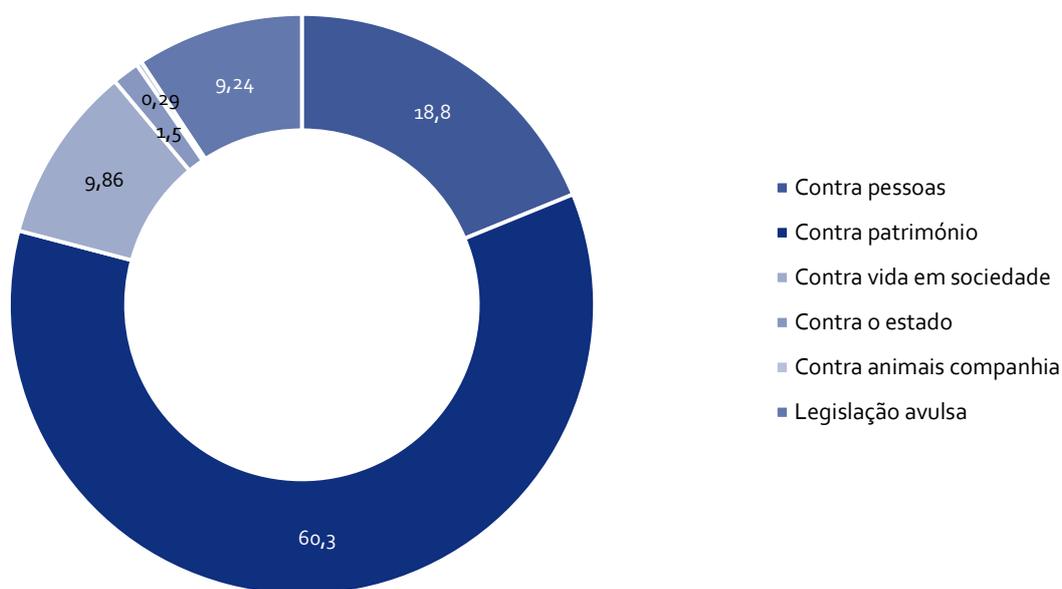


Figura F.2. Crimes registados, por tipologia de crime, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³⁰⁵)

Destaca-se que, entre 2000 e 2017, o número de crimes “contra as pessoas” se manteve, o número de crimes “contra o património” diminuiu cerca de 44%, os crimes “contra a vida em sociedade” aumentaram cerca de 83%, os crimes “contra o estado” aumentaram cerca de 75%, os crimes de “legislação avulsa” mantiveram-se, assim como os crimes “contra animais de companhia”, ainda que nestes últimos só exista registo desde 2015.

³⁰⁵http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

CRIMES POR TIPOLOGIA: "CONTRA PESSOAS", "CONTRA O PATRIMÓNIO", "CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE", "CONTRA O ESTADO" E DE "LEGISLAÇÃO AVULSA"

Na Figura F.3. apresenta-se os dados para a tipologia "crime contra as pessoas", por tipo de ofensa.

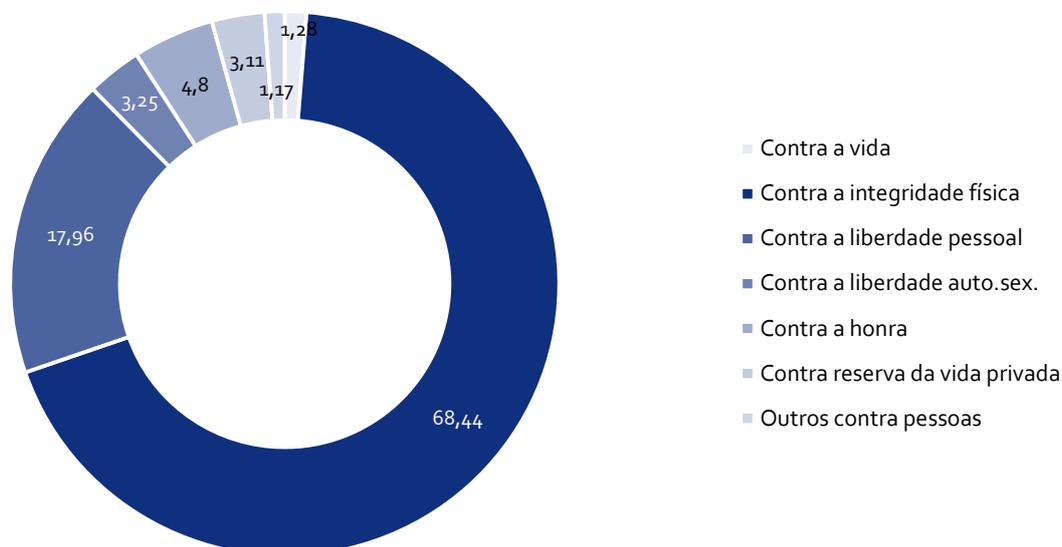


Figura F.3. Crimes registados "contra pessoas", por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³⁰⁶)

Como se pode observar pela Figura F.3., os crimes de nível um "contra as pessoas" subdividem-se em crimes de nível dois, "contra a vida" com 37 registos (1.28%), crimes "contra a integridade física" com 1 982 (68.44%), crimes "contra a liberdade pessoal" com 520 (17.96%), crimes "contra a liberdade e autodeterminação sexual" com 94 (3.25%), crimes "contra a honra" com 139 (4.8%), crimes "contra reserva da vida privada" com 90 (3.11%) e "outros crimes contra pessoas" com 34 (1.17%).

Dos crimes "contra pessoas" e "contra a vida" salientaram-se, no nível três, o "homicídio negligente por acidente de viação" com sete ocorrências (18.92%) e "outros crimes" com 28 registos (75.69%). Dos crimes "contra a integridade física" evidenciaram-se as "ofensas à integridade física voluntária simples" com 955 registos (48.18%), os casos de "violência doméstica conjugal/análogo" com 730 (36.83%) e "outros casos de violência doméstica" com 172 (8.68%). Dos crimes "contra a liberdade pessoal" sobressaíram os crimes de "ameaça e coação" com 498 registos (95.77%) e os crimes de "raptos/sequestro/tomada de reféns" com 11 (2.12%). Dos crimes "contra a liberdade e autodeterminação sexual" sobressaíram os crimes de "violação" com 16

³⁰⁶http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

registos (17.02%), os crimes de “abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes” com 28 (29.79%) e “outros contra a liberdade e autodeterminação sexual” com 47 (50%). Dos crimes “contra a honra” destacaram-se os crimes de “difamação, calúnia e injúria” com 138 registos (99.28%). Dos crimes “contra reserva da vida privada” evidenciaram-se o crime de “violação de domicílio/introdução em lugar vedado” com 27 registos (30%), o crime de “devassa por meio de informática” com 24 (26.67%), os crimes de “devassa da vida privada/violação ou aproveitamento indevido de segredo” com oito (8.89%) e “outros contra a reserva da vida privada” com 31 (34.44%).

Na Figura F.4. apresenta-se os dados para a tipologia “crime contra o património”, por tipo de ofensa.

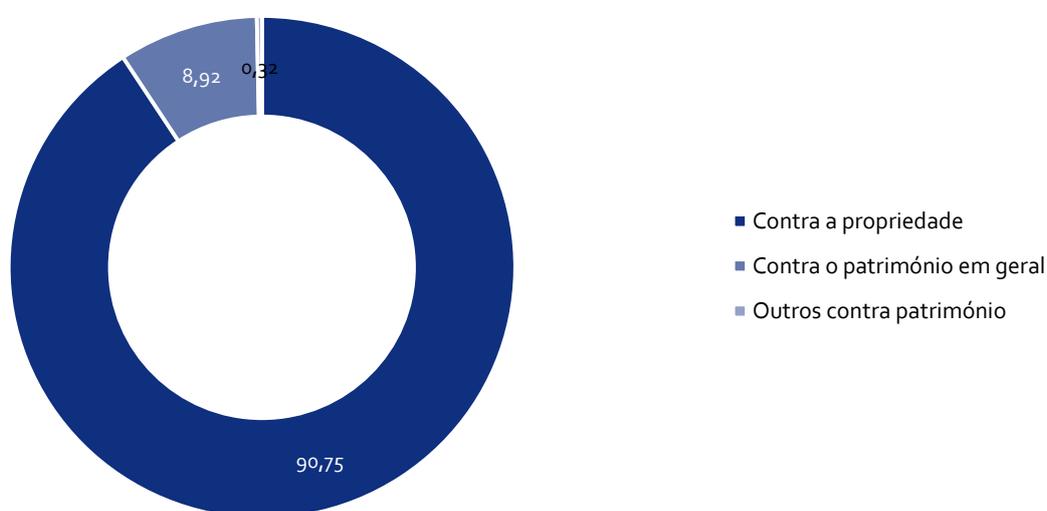


Figura F.4. Crimes registados “contra o património”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³⁰⁷)

Através da observação da Figura F.4., verifica-se que os crimes “contra o património” no nível um se subdividiam, no nível dois, em crimes “contra a propriedade” com 8 431 registos (90.75%), crimes “contra o património em geral” com 829 (8.92%) e “outros crimes contra o património” com 30 (0.32%).

Dos crimes registados “contra o património” e “contra a propriedade”, destacavam-se no nível três os crimes de “furto de veículo motorizado” com 640 registos (7.59%), o “furto em veículo motorizado” com 2 919 (34.62%), o “furto a residência com arrombamento, escalamento ou chave falsa” com 493 (5.85%), o “furto a residência sem arrombamento, escalamento ou chave falsa” com 160 (1.9%), o “furto em área anexa à residência” com 237 (2.81%), o “furto edifício

³⁰⁷http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

comercial/industrial com arrombamento, escalamento ou chave falsa” com 383 (4.54%), o “furto edifício comercial/industrial sem arrombamento, escalamento ou chave falsa” com 295 (3.50%), o “furto/roubo por esticção” com 229 (2.72%), o “furto por carteirista” com 1 083 (12.85%), o “furto oportunista/objeto não guardado” com 612 (7.26%), “outros furtos” com 206 (2.44%), “roubo por esticção” com 240 (2.85%), o “roubo em via pública (sem esticção) ” com 487 (5.78%) e “outros danos” com 301 (3.57%). Dos crimes registados “contra o património” e “contra o património em geral” evidenciaram-se, no nível três, os crimes de “burla com fraude bancária” com 11 registos (1.33%), de “burla para obtenção de alimentos/bebidas/serviços” com 33 (3.98%), de “burla informática/comunicações” com 324 (39.08%), de “extorsão” com 10 (1.21%), de “abuso de cartão garantia/crédito” com 30 (3.62%) e “outras burlas” com 406 (48.97%).

Na Figura F.5. apresenta-se os dados para a tipologia “crime contra a vida em sociedade”, por tipo de ofensa.

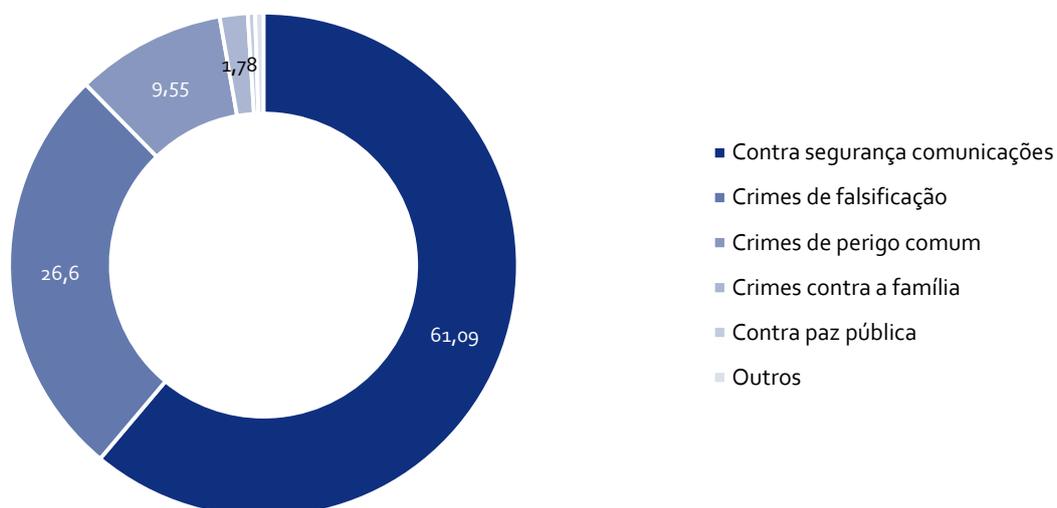


Figura F.5. Crimes registados “contra a vida em sociedade” por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³⁰⁸)

Da observação da Figura F.5., averigua-se que os crimes “contra a vida em sociedade” se dividiam no nível dois em crimes “contra a família” com 27 registos (1.78%), crimes “de falsificação” com 404 (26.6%), crimes “de perigo comum” com 145 (9.55%), crimes “contra segurança das comunicações” com 928 (61.09%), crimes “contra a paz pública” com sete (0.46%) e outros crimes contra a vida em sociedade com oito (0.53%).

Dos crimes registados “contra a vida em sociedade” e “contra a família” destacavam-se, no nível três, a “violação de obrigação de alimentos” com nove registos (33.33%), a “subtração de menores”

³⁰⁸http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

com 15 (55.56%) e "outros" com três (11.11%). Dos crimes "de falsificação" evidenciavam-se os crimes de "contrafação/falsificação de moeda falsa" com 310 registos (76.73%), os de "contrafação/falsificação de títulos de crédito/outros" com quatro (0.99%), os de "falsificação de documentos/outros" com 55 (13.61%) e "outros de falsificação" com 35 (8.66%). Dos crimes "de perigo comum" registados distinguíam-se os crimes de "incêndio edifício/construção/transporte" com 17 registos (11.72%), os crimes de "tráfico de armas proibidas" com 80 (55.17%) e "outros de perigo comum" com 43 (29.66%). Dos crimes "contra a segurança de comunicações" destacavam-se os crimes de "condução com taxa álcool superior a 1.2g/l" com 861 registos (92.78%), a "condução perigosa de veículo rodoviário" com 21 (2.26%) e "outros contra segurança comunicações" com 46 (4.96%).

A Figura F.6. apresenta os dados para a tipologia "crime contra o estado", por tipo de ofensa.

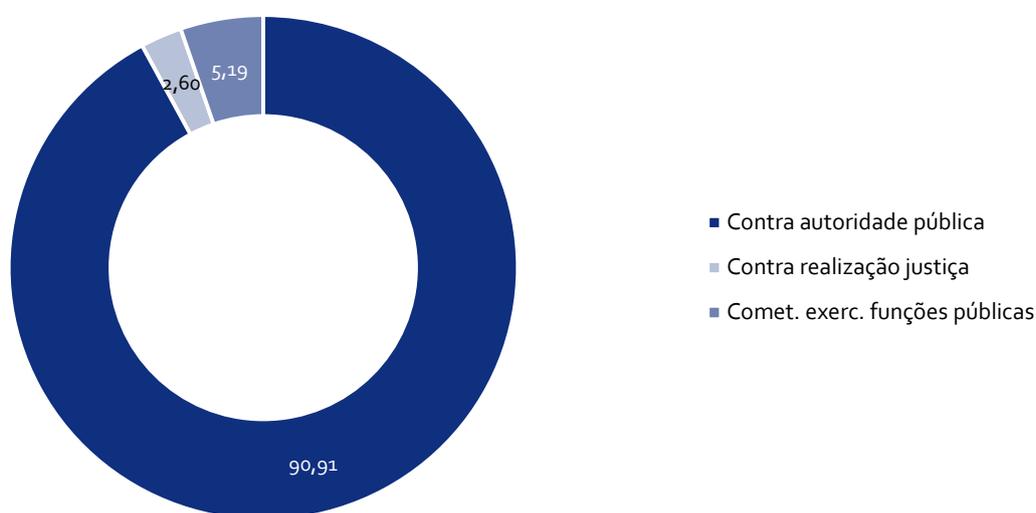


Figura F.6. Crimes registados "contra o estado", por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³⁰⁹)

Os crimes registados "contra o estado" nível um, como se pode observar pela Figura F.6., dividiam-se, no nível dois, em crimes "contra a autoridade pública" com 210 registos (90.91%), crimes "contra a realização da justiça" com seis (2.6%) e crimes "cometidos no exercício de funções públicas" com 12 (5.19%).

Dos crimes registados "contra o estado" e "contra a autoridade pública" destacavam-se, no nível três, os crimes de "resistência e coação sobre funcionário" com 37 registos (17.62%), os de "desobediência" com 152 (72.38%), o de "violação de providências públicas" com três (1.43%), o de "usurpação de funções" com sete (3.33%) e "outros contra autoridade pública" com 11 (5.24%). Dos

³⁰⁹http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido 19 de abril de 2018).

crimes “cometidos no exercício de funções públicas” evidenciavam-se os crimes de “peculato” com oito registos.

Finalmente, a Figura F.7. apresenta os dados para a tipologia crimes de “legislação avulsa”, por tipo de ofensa.

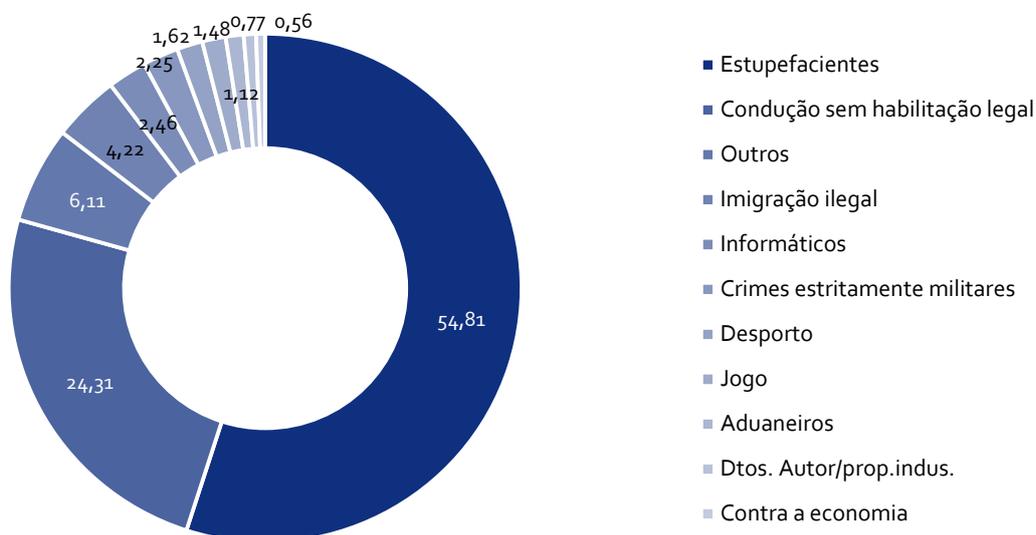


Figura F.7. Crimes registados “legislação avulsa”, por tipo de ofensa, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DGPJ³¹⁰)

Os crimes de “legislação avulsa” nível um, como se pode observar pela Figura F.7., subdividiam-se, no nível dois, em crimes “estritamente militares” com 32 registos (2.25%), crimes “estupefacientes” com 780 (54.81%), crimes “imigração ilegal” com 60 (4.22%), crimes “direitos autor/propriedade industrial” com 11 (0.77%), crimes “aduaneiros” com 16 (1.12%), crimes “contra a economia” com oito (0.56%), crimes de “jogo” com 21 (1.48%), crimes “informáticos” com 35 (2.46%), crimes “desporto” com 23 (1.62%), crimes por “condução sem habilitação legal” com 346 (24.31%) e outros crimes contra o estado com 87 (6.11%).

Dos crimes registados por “legislação avulsa” e de “estupefacientes” identificavam-se, no nível três, o “tráfico de estupefacientes” com 689 registos (88.33%), o “cultivo para consumo” com três (0.38%) e “outros” com 88 (11.28%). Os crimes de “condução sem habilitação legal” não se subdividiam no nível três, mantendo-se os 346 registos.

³¹⁰http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500 (acedido em 19 de abril de 2018).

SÍNTESE INTEGRATIVA

No concelho do Porto, registou-se uma descida de quase 30% (28.9%) no número de crimes, no período compreendido entre 2000 e 2017.

A maioria dos crimes registados no concelho do Porto, em 2017, foram crimes contra o património (60.3%) e, dentro destes, os crimes contra a propriedade, especificamente, o furto em veículo motorizado e o furto por carteirista, que representaram quase 50% dos crimes dentro dessa categoria.

Seguiram-se os crimes contra pessoas (18.8%) e, dentro destes, os crimes contra a integridade física (com quase 2/3 das participações) e os crimes contra a liberdade. Nos crimes contra a integridade física destacava-se a violência doméstica contra cônjuge ou análogo, com 730 participações (36.83%).

Em terceiro lugar surgiam os crimes contra a vida em sociedade, com quase 10% das participações. Dentro desta categoria, destacava-se o crime de condução com taxa de álcool superior a 1.2g/l, com 861 participações (92.78%).

Nos crimes contra o estado, que representavam apenas 1.5% do total de crimes, destacavam-se as 689 participações relativas ao de tráfico de estupefacientes.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Muito embora a criminalidade tenha vindo a registar uma diminuição significativa (cf. Figura F.1.), o que contribuiu para aumentar a perceção de segurança dos residentes e dos visitantes (nacionais e estrangeiros), o que por sua vez contribuiu para um incremento na dinâmica urbana, nomeadamente, ao nível das atividades turísticas, comerciais, de serviços e de lazer, importa, ainda assim, implementar estratégias que contribuam para a progressiva diminuição da ocorrência de crimes e conseqüente aumento da perceção de segurança, tal como referido no Relatório Anual de Segurança Interna 2017 (RASI 2017). A este nível, as forças de segurança pública desempenham um papel fundamental e insubstituível.

As questões da segurança e da perceção de segurança entrelaçam-se com múltiplos domínios, como a coesão territorial, o urbanismo e habitação, as políticas migratórias, as questões demográficas, entre outras, pelo que as políticas/estratégias no domínio da segurança têm de ser integradoras e globais, para serem efetivas na resposta aos desafios que se colocam a este nível.

Parece-nos que no domínio da segurança, e ao nível do tipo de intervenções/respostas possíveis das instituições que integram o domínio das respostas sociais no concelho, será importante planear e implementar estratégias em duas ou três dimensões essenciais.

Uma primeira diz respeito a uma perspetiva de cariz mais preventivo e que passa pela sensibilização, informação, educação e divulgação de boas práticas no domínio da segurança e que podem incidir sobre múltiplos aspetos, como sejam, a sensibilização para um consumo consciente e responsável de substâncias psicoativas, no sentido de reduzir o impacto potencialmente negativo que estes consumos podem ter ao nível da sinistralidade rodoviária.

Um outro aspeto passível de integrar este tipo de estratégias preventivas diz respeito a campanhas de sensibilização para a proteção de pessoas e bens pessoais e que abarcam, quer a habitação própria (e.g. em que condições se deve permitir o acesso de terceiros à habitação própria), quer a bens móveis, como os veículos de transporte, passando também pela sensibilização para as situações de risco envolvidas no uso das novas tecnologias de informação (internet, sites, divulgação de dados pessoais online, etc.) e ainda pela divulgação de “regras” para o usufruto dos espaços públicos, nomeadamente, as ruas, quando se percorrem os espaços comerciais, culturais e de lazer que a cidade disponibiliza (e.g. não transportar consigo objetos de valor, se possível fazer-se acompanhar, ter cuidados acrescidos na circulação de determinadas zonas da cidade ou em determinados horários de risco acrescido). De facto, as estratégias devem ser ajustadas à realidade e deve investir-se preventivamente de acordo com os domínios mais problemáticos, o que no concelho do Porto diz respeito, em primeiro lugar, aos crimes contra o património (e dentro

destes, especialmente, os crimes contra a propriedade), seguidos dos crimes contra pessoas (e dentro destes, especialmente, os crimes contra a integridade física) (cf. Figura F.2)

Além disso, e a um nível mais comunitário, poderiam desenvolver-se projetos de reforço das redes de vizinhança, que pudessem funcionar como promotores de valores de cidadania, entreajuda e solidariedade, fortalecendo os lados comunitários e aumentando a percepção de segurança e integração social das populações.

Ao nível das estruturas da autoridade propriamente dita, poderia ser importante reforçar o policiamento de territórios mais problemáticos ao nível da criminalidade registada (e.g. zonas de maior intensidade de tráfico de droga), como forma de contrariar o efeito de desertificação que muitas vezes ocorre nesses territórios e aumentar o nível de segurança das populações que se movem nesses contextos. Claro que estas estratégias de segurança precisam ser devidamente articuladas com políticas de requalificação do espaço urbano, com a finalidade última de eliminar as designadas “zonas quentes” de certos tipos de criminalidade no concelho e aumentar a coesão social e territorial.

Seria também importante intensificar o policiamento de zonas onde residam segmentos populacionais mais vulneráveis à prática de crimes, como certas zonas da cidade onde existe uma maior concentração de residentes seniores, como as freguesias de Campanhã, certos bairros ou ainda certos territórios da zona histórica da cidade, bem como das zonas escolares, onde se concentra grande número de crianças e adolescentes, que, juntamente com a população sénior, são particularmente vulneráveis a este nível.

G. IGUALDADE DE GÉNERO

Segundo o V Plano Nacional Para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017 (doravante V PNI 2014-2017)³¹¹ “é tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre mulheres e homens, sendo impedida pela Constituição da República Portuguesa qualquer discriminação em função do sexo e da orientação sexual” (p.4).

Segundo este Plano, a igualdade de género é um objetivo social em si mesmo, sendo um dever incontestado de qualquer governo e uma incumbência de todas/os as/os que prestam serviço público, devendo ser considerada nas tomadas de decisão públicas e políticas. Este Plano estrutura-se em torno de sete Eixos Estratégicos : 1) Integração da Perspetiva de Género na Administração Pública Central e Local; 2) Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas da Educação, Ciência e Cultura, Saúde, Juventude e Desporto e Inclusão Social e Envelhecimento; 3) Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; 4) Orientação Sexual e Identidade de Género; 5) Organizações Não-Governamentais; 6) Comunicação Social; e 7) Cooperação.

Segundo a Resolução de Conselho de Ministros 61/2018, de 8 de março de 2018, que aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual (doravante ENIND 2018-2030)³¹² “o XXI Governo Constitucional reconhece a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos. Neste âmbito, tem priorizado a intervenção ao nível do mercado do trabalho e da educação, da prevenção e combate à violência doméstica e de género, e do combate à discriminação com base na orientação sexual, identidade de género, e características sexuais, orientado pelos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa) e pela promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma das tarefas fundamentais do Estado (alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa).” (p.1) e ainda que “Portugal é Estado Parte nos principais instrumentos internacionais vinculativos nestas matérias, sendo de destacar a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Portugal assumiu, também, em particular no quadro da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia e da CPLP, outros

³¹¹ Para consulta integral do “V Plano Nacional Para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação, 2014-2017”, <https://www.portugal.gov.pt/media/1250629/V%20PNI%20Consulta%20publica.pdf>

³¹² Acessível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Resol_Cons_-Ministros_61_2018.pdf

numerosos compromissos políticos nestes domínios, destacando-se a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e documentos de compromisso decorrentes das suas revisões; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2011-2020 e o Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género 2016-2019; o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CPLP) de 2010 e o Plano de Ação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (CPLP 2017-2020); e a Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género.” (pp. 1-2)

As questões ligadas à igualdade de género estão, portanto, indissolivelmente ligadas às questões dos direitos humanos e acarretam consequências a diversos níveis, que se entrelaçam e influenciam mutuamente. A desigualdade conduz a acessos e a condições de trabalho desiguais entre homens e mulheres (e.g. tipo de atividade profissional desempenhada, progressão na carreira), que se repercutem ao nível dos rendimentos, da qualidade de vida, da participação cívica, da conciliação entre vida familiar e vida profissional, das condições de vida nos ciclos finais do desenvolvimento humano (e.g. ao nível das reformas) e, finalmente, no risco de pobreza e exclusão social.

Em Portugal, as mulheres integraram o mercado de trabalho desde muito cedo, trabalhando com jornadas de trabalho idênticas às dos homens, mas esta “igualdade” no mercado de trabalho não se traduziu em igualdade de condições nesse mesmo mercado, nem foi acompanhada pela igualdade na esfera familiar e doméstica, obrigando as mulheres a trabalharem mais horas, a estarem mais sobrecarregadas e com menores rendimentos e também não conduziu as mulheres a terem o mesmo reconhecimento profissional e social. De facto, as tarefas domésticas, reprodutivas e de assistência aos familiares, constituem-se como um obstáculo no momento de acesso ao mercado de trabalho e também no domínio da progressão profissional, verificando-se, assim, a manutenção de um cenário que é, em si mesmo, reprodutor de desigualdades.

Assim, apesar das prerrogativas legalmente instituídas, a realidade não reflete, em múltiplas dimensões, a efetiva igualdade de género, como se poderá constatar ao longo da apresentação de um conjunto de indicadores, pertinentes neste domínio, para o concelho do Porto, que se fará mais à frente neste capítulo.

Ainda segundo a ENIND 2018-2030 “os estereótipos de género reforçam e perpetuam “modelos de discriminação históricos e estruturais. Constituem ideias preconcebidas e generalizadas sobre os atributos e características que devem ou não ser possuídos por mulheres e por homens, sobre

os comportamentos considerados socialmente adequados e sobre os papéis que devem desempenhar em função do seu sexo. São tanto o resultado, como a causa de discriminações manifestando-se ao nível das desigualdades na participação e estatuto no mercado de trabalho, na segregação horizontal e vertical, nos rendimentos, na feminização da precariedade e da pobreza, nos processos de tomada de decisão, na participação cívica e política, nas opções educativas e profissionais, na violência contra as mulheres na esfera pública e privada, na maior exposição das mulheres ao tráfico para fins de exploração sexual, bem como a práticas tradicionais nefastas, no desigual exercício de responsabilidades familiares, do cuidado e domésticas, nos constrangimentos ao exercício de uma paternidade ativa, das maiores taxas de insucesso e abandono escolar dos rapazes e no desigual estado de saúde dos homens, de acesso à saúde e à justiça, entre outras”³¹³.

Persistem as diferenças entre homens e mulheres na esfera profissional, que continuam, de maneira geral, a penalizar as mulheres.

Por exemplo, ao nível económico, e segundo dados de 2012, o fenómeno da pobreza atinge particularmente as mulheres (18.2% nas mulheres face a 17.5% nos homens), dada a especificidade da sua participação na vida familiar, económica e social. Com efeito, as mulheres recebem, em média, salários mais baixos do que os homens, são estruturalmente mais afetadas pelo desemprego e têm menos proteção social devido a uma participação mais irregular na atividade económica ao longo do seu ciclo de vida (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – doravante PO ISE ³¹⁴).

Ainda segundo o PO ISE, e relativamente ao mercado de trabalho, apesar dos progressos registados no domínio das políticas públicas em matéria de igualdade e não discriminação, convém realçar alguns aspetos como “a baixa a percentagem de mulheres empresárias, apesar da forte presença de mulheres no mercado de trabalho, e o risco de segregação do mercado de trabalho em função do sexo, com a mão-de-obra feminina a concentrar-se em ramos de atividade socialmente menos valorizados; a persistência (e até aumento de acordo com os critérios estatísticos adotados pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia, doravante designado por Eurostat) das diferenciações salariais entre mulheres e homens, com prejuízo para aquelas, sendo que o nível de habilitações das mulheres, genericamente superior ao dos homens, não tem sido suficiente para contrariar esta tendência; a diminuta participação das mulheres em lugares de

³¹³ Acessível em <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>

³¹⁴ Acessível em http://poise.portugal2020.pt/documents/10180/69558/Programme_2014PT05M9OP001_2_1_pt.pdf/2c80a630-d32f-4ef7-bb14-63c47fd30251

decisão económica (a presença de mulheres nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas em Bolsa, atualmente de 9%, continua muito inferior à média da UE apesar de algum progresso registado entre 2012 e 2013), que também não tem sido contrariada pelo nível mais elevado de habilitações das mulheres; a utilização maioritariamente por mulheres dos mecanismos de conciliação entre o trabalho e a família, com prejuízo para a progressão na carreira e para o próprio acesso ao trabalho e à profissão". (p.7)

Na esfera pessoal/doméstica continuam também a existir diferenças penalizadoras para a mulher, ao nível da conciliação entre trabalho e vida familiar, nomeadamente, na distribuição das tarefas domésticas e nas tarefas de assistência à família, que tal como referido no parágrafo anterior, têm por sua vez impactos negativos no domínio profissional e, mais tarde, na reforma. Estas desigualdades repercutem-se também num contexto desvantajoso para os homens, que lhes dificulta a participação mais plena na vida familiar.

Após esta breve introdução ao domínio da igualdade de género e das evoluções legais que foram emergindo, com o objetivo último de contribuir para uma efetiva igualdade de género, pretende-se, no conjunto de indicadores que se apresenta seguidamente, traçar um cenário caracterizador da situação atual, no domínio da (des)igualdade de género, englobando diferentes aspetos, que passam pela qualificação, emprego, rendimento e dinâmicas familiares, para o concelho do Porto.

A ATUALIDADE

PERFIL DEMOGRÁFICO POR SEXO

Inicia-se com a apresentação, nas Figuras G.1. e G.2., dos dados relativos à **distribuição da população residente por sexo, grupo etário e nível de escolaridade.**

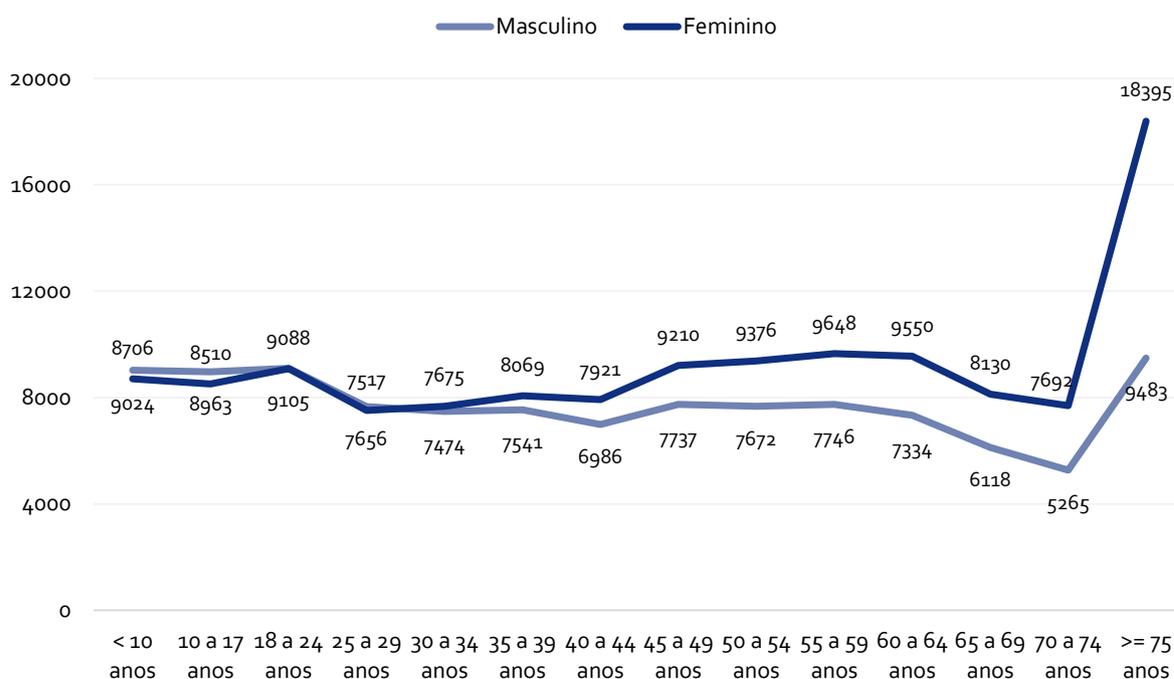


Figura G.1. População residente, por sexo e grupo etário, Porto, 2011 (em número; Fonte:INE³¹⁵)

Conforme se pode constatar pela análise da Figura G.1., em 2011, nas faixas etárias até aos 29 anos de idade residiam no concelho do Porto, mais homens do que mulheres e nas faixas etárias a partir dos 30 anos residiam mais mulheres do que homens.

Essa supremacia, em número, das residentes do sexo feminino ia aumentando, à medida que aumentava a faixa etária, atingindo-se a maior diferença entre efetivas/os na faixa etária dos 75 ou mais anos de idade, onde o número de residentes do sexo feminino (18 395) era quase o dobro do dos residentes do sexo masculino (9 483).

³¹⁵http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 4 de julho de 2018).

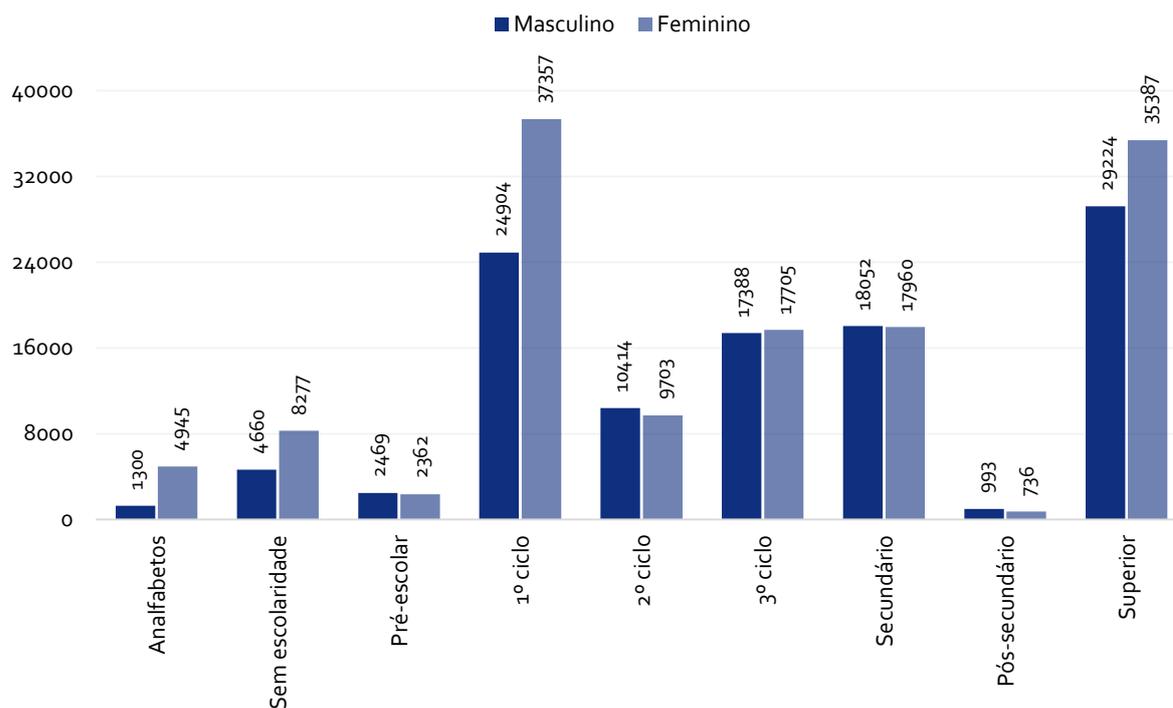


Figura G.2. População residente, por sexo e por nível de escolaridade, Porto, 2011 (em número; Fonte: INE³¹⁶)

Como se pode constatar pela análise da Figura G.2. existiam, em 2011, algumas diferenças consideráveis em termos de **escolarização entre homens e mulheres**. As mulheres sem nenhum nível de escolaridade eram quase o dobro dos homens (8 277 vs. 4 660). Também ao nível do 1º ciclo existiam diferenças significativas entre os sexos, existindo mais 12 453 mulheres com o 1º ciclo, do que homens. Com o ensino superior existiam mais 6 163 mulheres, do que homens. Finalmente, existiam, em 2011, mais 3 645 mulheres analfabetas com 10 ou mais anos, do que homens nas mesmas circunstâncias (a taxa de analfabetismo era, em 2011, de 2.84%).

De seguida, apresenta-se na Figura G.3. os dados relativos à **população sénior a residir no concelho do Porto, por sexo**.

³¹⁶http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1 (acedido em 26 de junho de 2018).

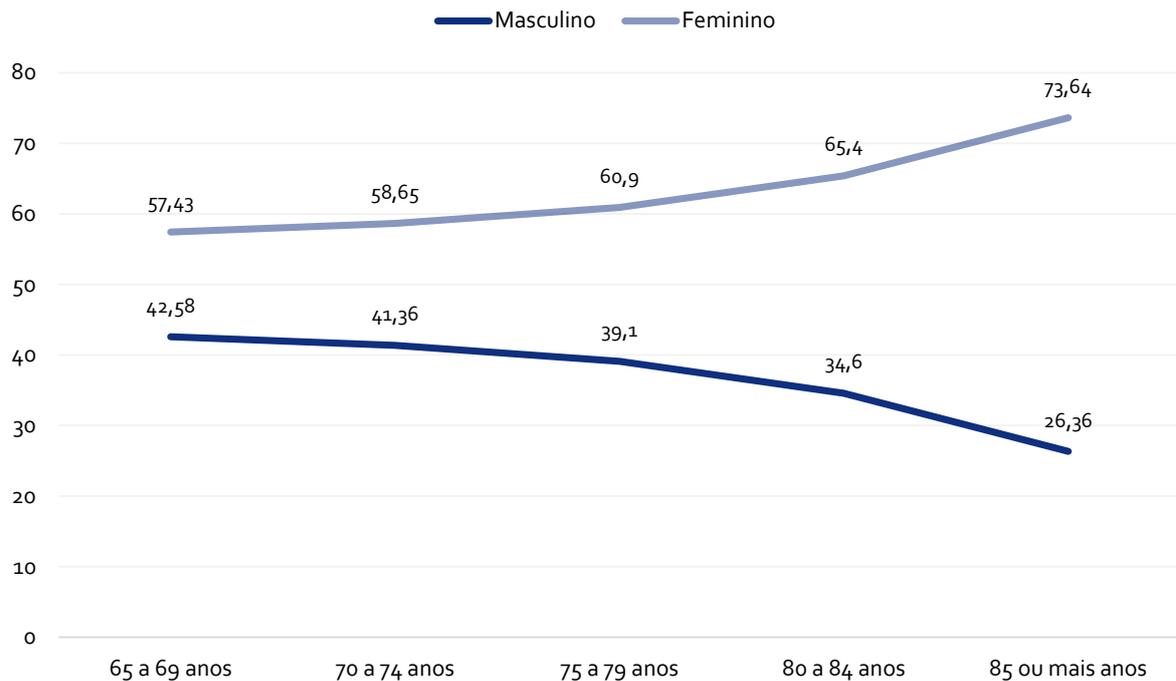


Figura G.3. População residente com 65 anos ou mais anos de idade, por sexo e grupo etário, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Pordata³¹⁷)

Da análise da Figura G.3. constata-se que para todas as faixas etárias da população sénior, existiam sempre mais mulheres do que homens. Também se constata que à medida que aumentava a faixa etária, aumentava também a proporção de mulheres, atingindo a diferença o valor máximo na faixa etária dos 85 ou mais anos de idade, onde quase $\frac{3}{4}$ da população sénior era sexo feminino.

Muito embora a longevidade seja um objetivo altamente desejável, é importante perceber que a longevidade nas mulheres apresenta riscos de pobreza e exclusão social ainda mais acentuados, uma vez que as mulheres dispõem de rendimentos/salários mais baixos ao longo da vida, o que implica que os rendimentos na reforma sejam também mais baixos, com as consequentes implicações na qualidade de vida das mulheres seniores.

De facto, e tal como apresentado anteriormente no capítulo da Habitação e relativamente à habitação social municipal (que se destina a pessoas com baixos recursos económicos), uma significativa proporção de residentes seniores do concelho (acima dos 10%) viviam em habitação social municipal, e dessa população sénior quase 65% eram mulheres, o que reflete as dificuldades acrescidas das mulheres em fases mais tardias do seu ciclo de vida, decorrentes do que já foi exposto.

³¹⁷<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-453> (acedido em 11 de maio de 2018).

DESEMPREGO E DIFERENÇAS DE GÉNERO

Apresenta-se na Figura G.4. os dados relativos à **taxa de desemprego por sexo**, para o intervalo de tempo entre dezembro de 2011 e dezembro de 2016.

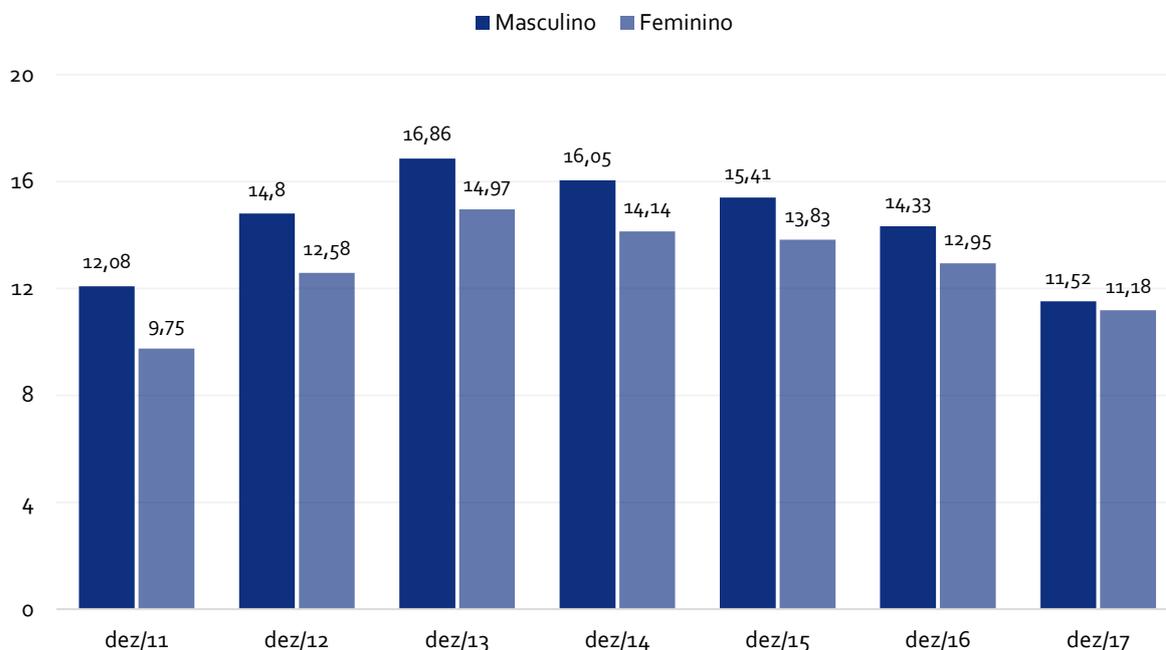


Figura G.4. Taxa de desemprego, por sexo, Porto, dezembro 2011 – dezembro 2017 (em percentagem; Fonte: INE³¹⁸)

Pela análise da Figura G.4. constata-se que, em dezembro de 2017, as taxas de desemprego das mulheres e dos homens eram bastante próximas, embora a taxa de desemprego dos homens fosse ligeiramente superior (11.52% e 11.18%, para homens e mulheres, respetivamente).

Na análise longitudinal, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017, constata-se que a taxa de desemprego dos homens, era sempre superior à taxa de desemprego das mulheres e que a diferença entre essas duas taxas variou entre o mínimo de 0.34%, em dezembro de 2017 e o máximo de 2.33%, em dezembro de 2011, tendo o valor dessa diferença diminuído de forma progressiva, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017. Também se constata que, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2013 aumentaram, de forma progressiva, as taxas de desemprego dos homens e das mulheres. E entre dezembro de 2013 e dezembro de 2017, essas

³¹⁸http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorCod=0008866&selTab=tab10 (acedido a 26 de junho de 2018).

taxas diminuíram de forma progressiva, até atingirem os valores mais baixos em dezembro de 2017.

Na figura seguinte, apresenta-se a evolução no **número de homens e mulheres desempregadas/os** inscritas/os nos centros de emprego, entre 2011 e 2018.

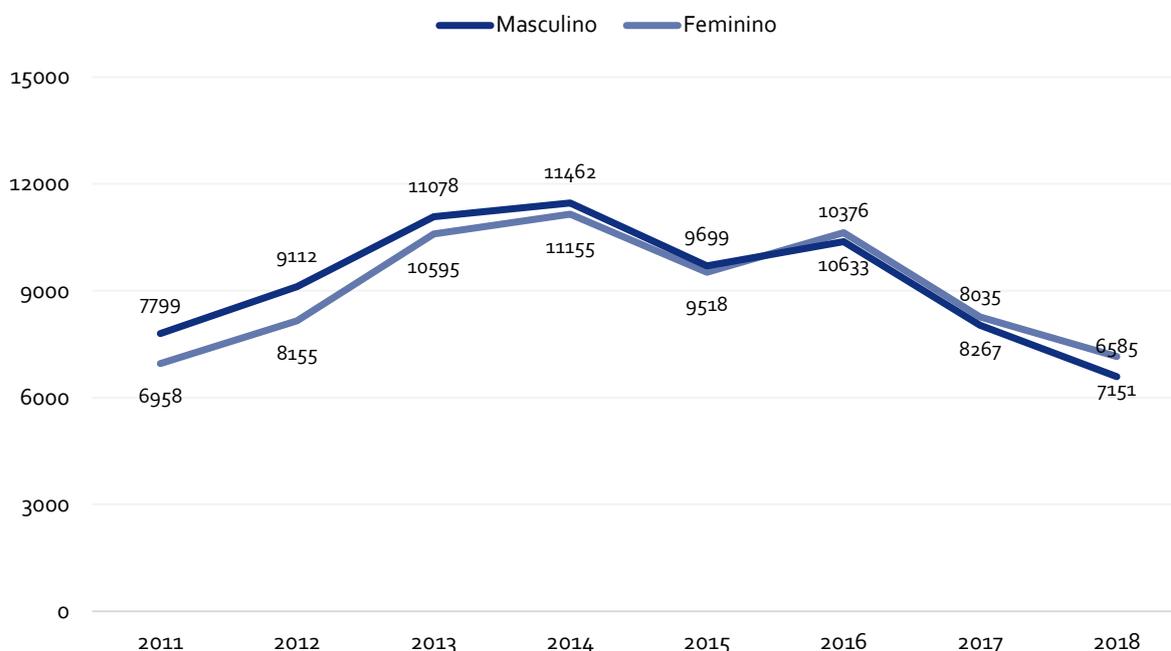


Figura G.5. Desempregadas/os inscritas/os nos Centros de Emprego, por sexo, Porto, abril de 2011- abril de 2018 (em número; Fonte: IEFP³¹⁹)

Embora o número de homens e mulheres desempregadas/os inscritas/os nos Centros de Emprego, entre 2011 e 2018, tenha sido análogo, pode constatar-se da análise da Figura G.5. que houve, entre 2011 e 2014, um incremento no número de desempregadas/os inscritas/os de ambos os sexos, atingindo em 2014 o seu valor máximo. A partir de 2015 o número de desempregados e desempregadas inscritas/os foi diminuindo, atingindo, em 2018, o seu menor valor.

Também é possível constatar que, apesar do número de homens e mulheres desempregadas/os inscritas/os ter sido similar ao longo do intervalo de tempo em análise, até abril de 2015 o número de homens desempregados inscritos era ligeiramente superior ao número de mulheres desempregadas inscritas, sendo a partir de 2016 o número de mulheres superior ao número de homens. Esta alteração no padrão coincidiu com o momento da retoma económica em Portugal.

Quanto aos dados relativos às/aos desempregadas/os a residirem em habitação social municipal (anteriormente apresentados no capítulo da Habitação), foram também encontrados dados que

³¹⁹ <https://www.iefp.pt/estatisticas> (acedido em 23 de maio de 2018).

confirmam este padrão desfavorável às mulheres, principalmente nas faixas etárias acima dos 44 anos de idade, que são justamente as faixas etárias predominantes das/os residentes em habitação social municipal.

De facto, nas faixas etárias acima dos 34 anos de idade existiam mais mulheres desempregadas a residirem em habitação social municipal do que homens desempregados, com uma diferença desfavorável para as mulheres a rondar os 10% na faixa etária dos 34 aos 44 anos e que se acentuava significativamente na faixa etária dos 44 aos 66 anos, onde ultrapassava já os 45%.

A Figura G.6. apresenta os dados relativos ao **valor do subsídio de desemprego, em 2016, por sexo.**

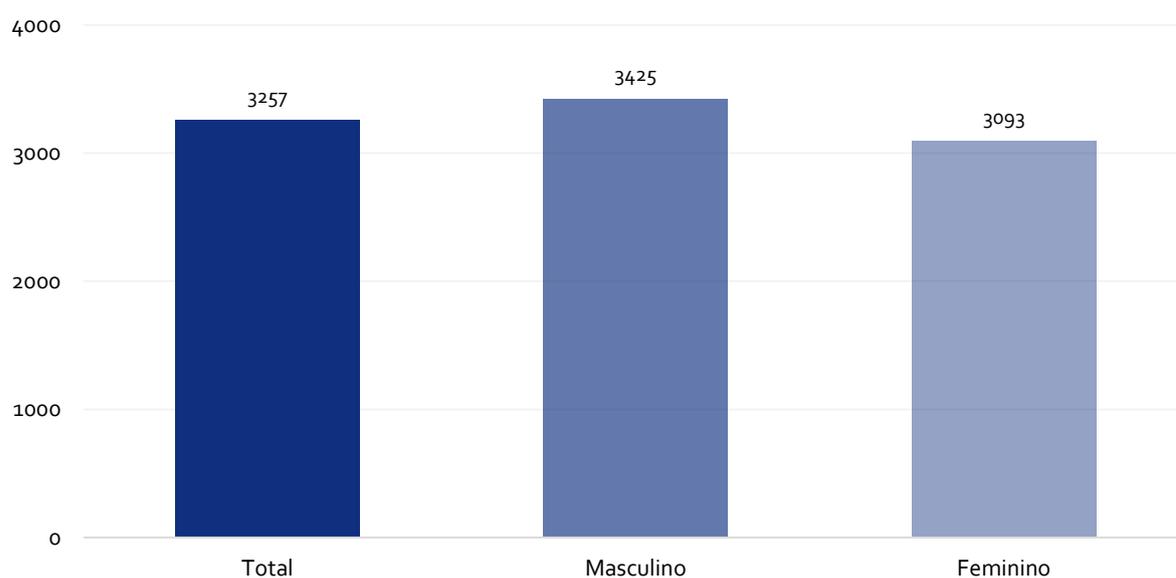


Figura G.6. Valor médio anual do subsídio de desemprego, por sexo, Porto, 2016 (em euros; Fonte: INE³²⁰)

Como se pode verificar através da análise da Figura G.6., e tal como já tinha sido referido no capítulo sobre as Dinâmicas Socioeconómicas, o valor médio anual do subsídio de desemprego para os homens era 10.7% superior ao valor médio anual do subsídio de desemprego das mulheres, cifrando-se nos 3 425€/ano, isto é, um rendimento superior para os homens que correspondia a mais de um mês de valor médio mensal (+332€).

³²⁰ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios (acedido em 10 de abril de 2018).

TRABALHO E DIFERENÇAS DE GÉNERO

Relativamente à população economicamente ativa, em 2011, 45 329 mulheres e 43 123 homens eram economicamente ativos no concelho do Porto.

A Figura G.7. apresenta os dados que dizem respeito à **taxa de atividade, em 2011, por sexo**.

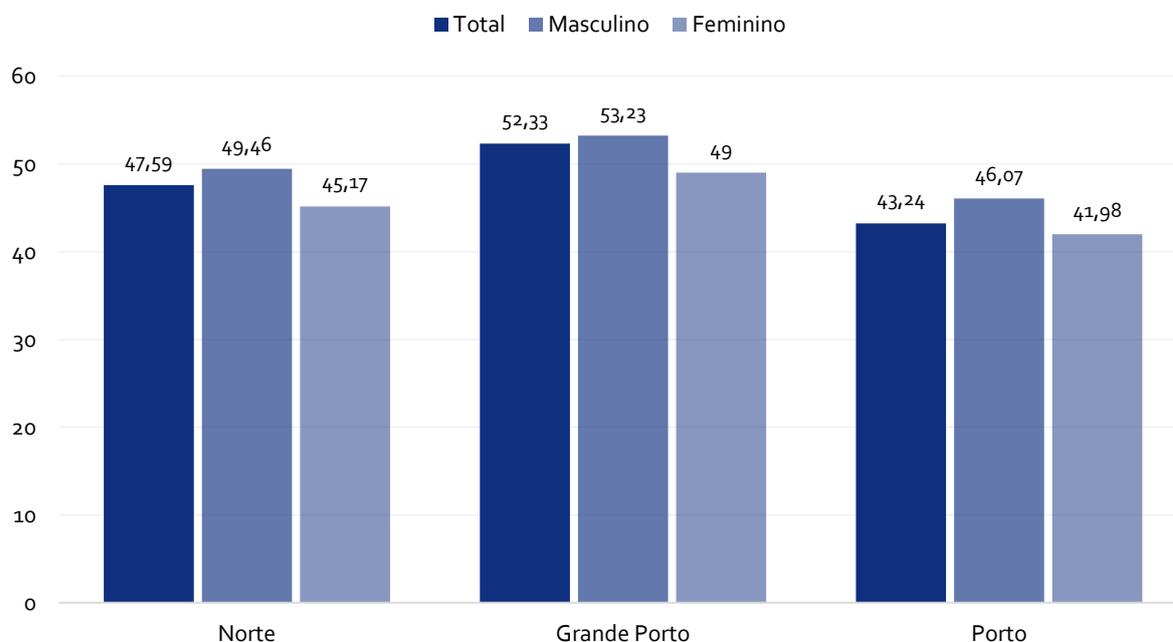


Figura G.7. Taxa de atividade por sexo, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³²¹)

Tal como apresentado na Figura G.7. a taxa de atividade masculina era de 46.07% e a feminina era de apenas 41.98%, ou seja, existia uma proporção maior da população masculina com 15 ou mais anos de idade que era ativa, do que da população feminina com 15 ou mais anos.³²²

Pela análise da Figura G.7. também se constata que o padrão relativo à taxa de atividade por sexo, no concelho do Porto, replicava o padrão que existia no território do Grande Porto e na Região Norte (embora o concelho do Porto apresentasse valores de taxa de atividade global e por sexo inferiores às restantes áreas geográficas), sendo as taxas de atividade do sexo masculino sempre superiores às taxas de atividade do sexo feminino.

³²¹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007917&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 26 de junho de 2018).

³²²A população economicamente ativa é constituída pelo conjunto das pessoas, ocupadas ou desocupadas, disponíveis e interessadas no mercado de trabalho.

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Na Figura G.8. são apresentados os dados relativos à evolução do **número das trabalhadoras e dos trabalhadores por conta de outrem** no concelho do Porto, no período compreendido entre 2002 e 2013.

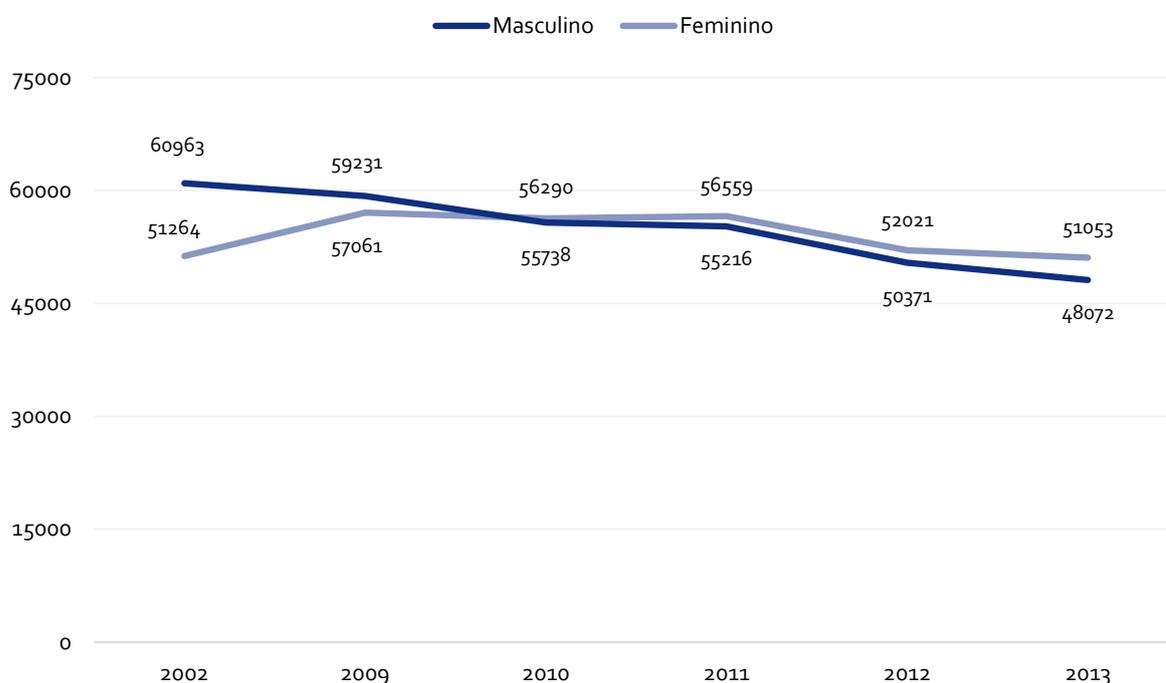


Figura G.8. Trabalhadoras/es por conta de outrem, por sexo, Porto, 2002-2013 (em número; Fonte: Pordata³²³)

Da análise da Figura G.8. constata-se que, genericamente, o número de trabalhadoras/es por conta de outrem diminuiu progressivamente, entre 2002 (112 227) e 2013 (99 125), o que correspondeu a uma redução de 11.67%. Adicionalmente, na análise em função do sexo, verifica-se que o padrão evolutivo dos trabalhadores por conta de outrem foi diferente do das trabalhadoras nessa situação.

De facto, o número dos trabalhadores por conta de outrem diminuiu de forma pouco significativa entre 2002 (60 963) e 2009 (59 231) e de forma mais acentuada entre 2009 e 2013 (48 072). Já o número de trabalhadoras por conta de outrem aumentou entre 2002 (51 264) e 2009 (57 061), tendo diminuído entre 2009 e 2013, sendo em 2013 semelhante a 2002 (51 053).

Outra constatação prende-se com o facto de, desde o ano de 2010, o número de trabalhadoras por conta de outrem ter sido sempre superior ao número de trabalhadores por conta de outrem.

³²³<https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+do+sexo+masculino+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-299> e <https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-395> (acedido em 3 de maio de 2018).

Estes dados parecem aportar evidências que a diminuição dos postos de trabalho ocorrida nesse intervalo de tempo foi mais penalizadora para os homens, do que para as mulheres.

Nas Figuras G.9. e G.10. apresentam-se os dados relativos à **disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres**, no concelho do Porto, em função da sua categoria profissional e do seu nível de qualificação.



Figura G.9. Disparidade salarial entre sexos no ganho médio mensal, por categoria profissional, Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata³²⁴)

³²⁴<https://www.pordata.pt/Portugal/Disparidade+entre+sexos+no+ganho+m%C3%A9dio+mensual+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+qualifica%C3%A7%C3%A3o-3023> (acedido em 11 de maio de 2018).

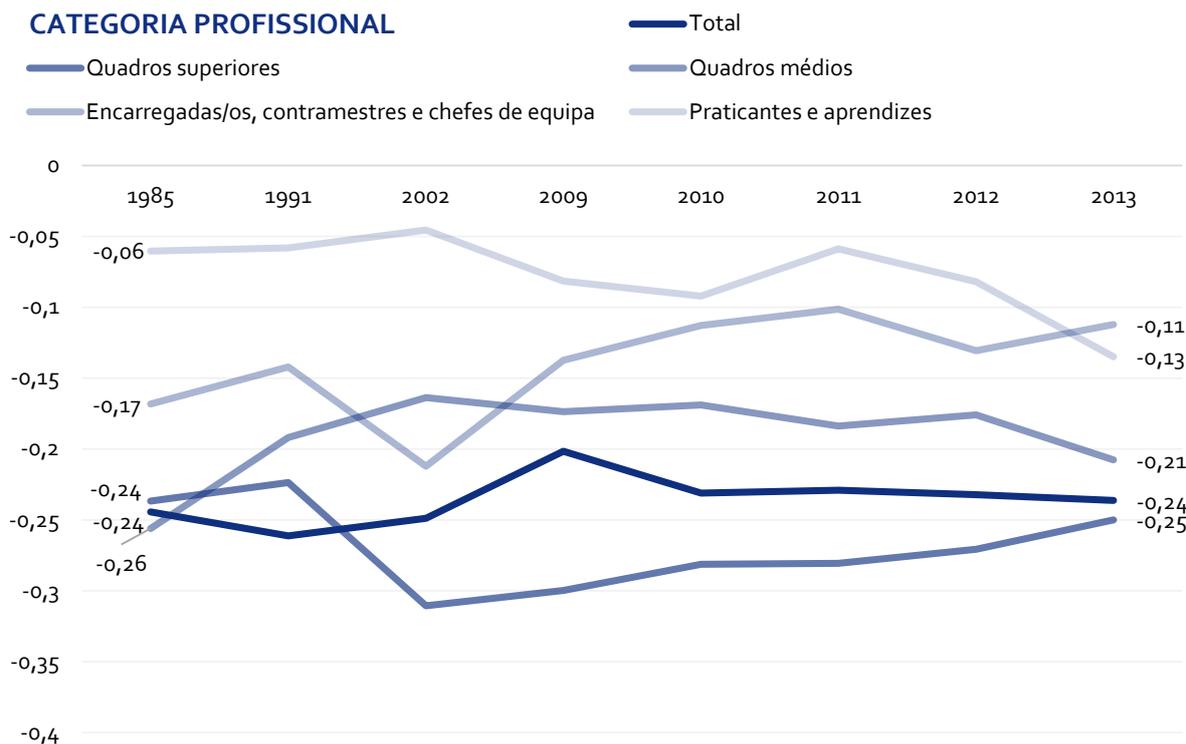


Figura G.10. Disparidade salarial entre sexos no ganho médio mensal, por categoria profissional e por qualificação profissional Porto, 2002-2013 (em percentagem; Fonte: Pordata³²⁵)

Analisando as Figura G.9. e G10. constata-se que, na análise à disparidade salarial, esta foi sempre favorável aos homens, em todos os anos em análise e em todas as categorias e qualificações profissionais, sendo a disparidade salarial média, em 2013 de 24% (1144.5€ de rendimento mensal médio para as mulheres, contra 1498.9€ de rendimento médio mensal para os homens, em 2013).

Analisando a disparidade salarial consoante a categoria profissional constata-se que, em 2013, a disparidade salarial favorável aos homens foi tanto mais acentuada, quanto mais alta a categoria profissional (de 25% para os quadros superiores aos 11% para os encarregados, contramestres e chefes de equipa).

Relativamente à evolução ocorrida na disparidade salarial consoante a categoria profissional, entre 1985 e 2013, verifica-se que nos quadros superiores ocorreu um aumento na disparidade salarial até 2002 (passando de 24%, em 1985 para 31%, em 2002). A partir de 2002 baixou progressivamente, até atingir os 25% em 2013. Nos quadros médios a disparidade salarial diminuiu até 2010 (17%), subindo de seguida até aos 21%, em 2013. Nas/os praticantes e aprendizes

³²⁵<https://www.pordata.pt/Portugal/Disparidade+entre+sexos+no+ganho+m%C3%A7dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+qualifica%C3%A7%C3%A3o-3023> (acedido em 11 de maio de 2018).

aumentou ligeiramente desde 2009 (8%) até atingir os 11% em 2013. Finalmente, nas/nos encarregadas/os, contramestres e chefes de equipa aumentou ligeiramente desde 2009 (8%) até aos 13%, em 2013.

Centrando a análise consoante a qualificação profissional, constata-se que, em 2013, a disparidade salarial foi mais elevada nas/os profissionais altamente qualificadas/os (37%), seguindo-se as/os profissionais não qualificadas/os (20%). A disparidade salarial foi menor nas/os profissionais qualificadas/os (11%) e semiqualicadas/os (10%).

Em relação à evolução ocorrida, entre 1985 e 2013, constata-se que nas/os profissionais altamente qualificadas/os a disparidade salarial aumentou sempre, entre 1985 (5%) e 2013, ano em que atingiu o valor máximo de 37%. Nas/os profissionais qualificadas/os ocorreu uma diminuição na disparidade salarial entre 2002 (16%) 2009 (10%) e depois manteve-se relativamente constante (era de 11% em 2013). Nas/os profissionais semiqualicadas/os baixou significativamente entre 2002 (23%) e 2013 (10%). Finalmente, nas/os profissionais não qualificadas/os a disparidade salarial aumentou entre 1985 (9%) e 2002 (26%). Entre 2002 e 2012 baixou, passando para os 16% em 2012 e, de seguida, aumentou até aos 20%, em 2013.

DIFERENÇAS DE GÉNERO NAS/OS BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI) E NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Na Figura G.11. apresenta-se a evolução das/os beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção (RSI), em função do sexo, no período compreendido entre 2003 e 2017.

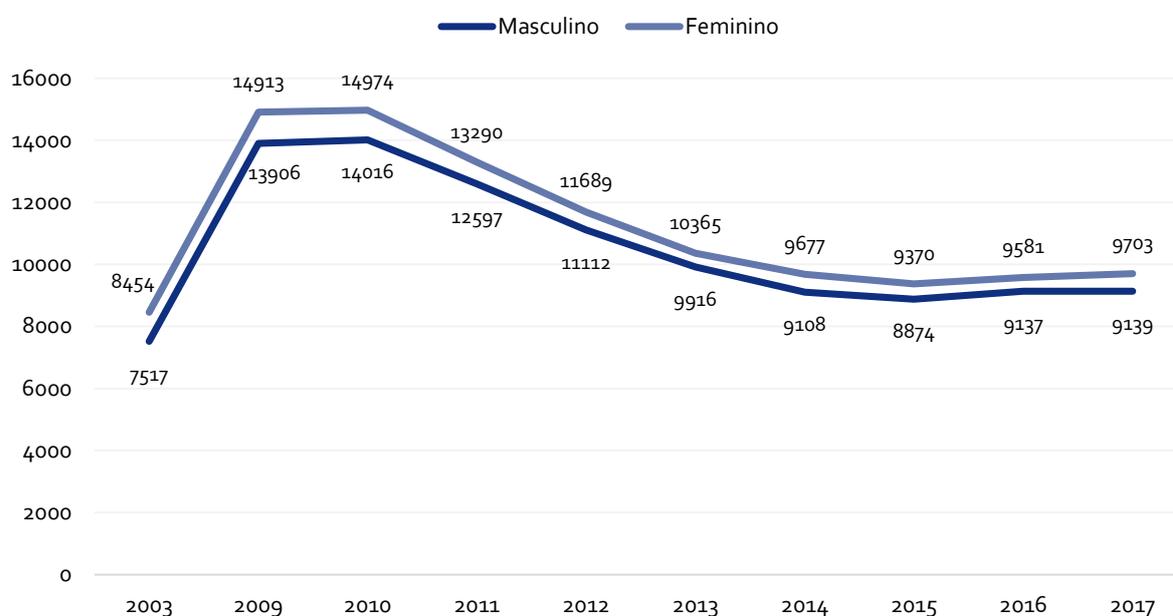


Figura G.11. Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, por sexo, Porto, 2003-2017 (em número; Fonte: Pordata³²⁶)

Analisando a Figura G.11. observa-se que, entre 2003 e 2017, o número de mulheres beneficiárias do RSI foi sempre superior ao número de homens.

Também se constata que, no período compreendido entre 2009 e 2012, houve um pico no número de homens a beneficiarem do RSI, muito embora o número de homens beneficiários tenha descido em todos os anos nesse período de tempo, tendo a partir de 2013 ficado abaixo dos 10 000 beneficiários, mantendo-se, desde então, relativamente constante e na casa dos 9 000 beneficiários.

Nas mulheres beneficiárias o padrão evolutivo foi idêntico, com a ressalva de que apenas a partir de 2014 é que o número de beneficiárias desceu abaixo das 10 000, tendo-se mantido desde então relativamente constante, também na ordem das 9 000 beneficiárias.

Quanto à **estrutura familiar**, apresenta-se na Figura G.12., a prevalência de famílias monoparentais, por freguesia/união de freguesias e por sexo.

³²⁶<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (acedido em 4 de junho de 2018).

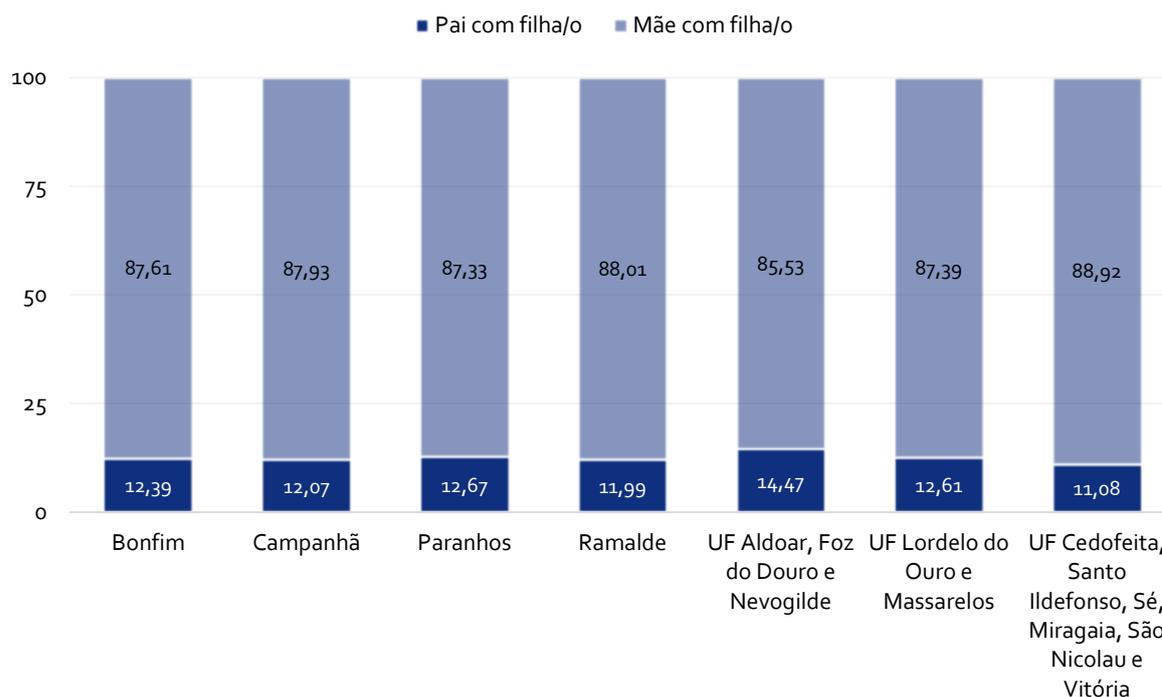


Figura G.12. Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³²⁷)

Dos 15 477 núcleos familiares monoparentais existentes, em 2011, no concelho do Porto, constata-se pela análise da Figura G.12-. que a maioria dos núcleos familiares monoparentais do concelho correspondiam a núcleos de mães com filhos, que perfaziam um total de 13 561 núcleos monoparentais, ou seja, 87.62% do total (valores a variarem entre o mínimo de 85.53% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e o máximo de 88.92% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória).

Estes dados refletem, também, aqueles já apresentados respeitantes às/aos residentes em habitação social municipal, em que, em termos globais, quase ¼ das/os residentes viviam em famílias monoparentais femininas, concretamente, 37.48% das/os residentes com idade inferior a 18 anos integravam essa tipologia familiar e 41.7% das/os residentes na faixa etária dos 12-18 anos viviam em famílias monoparentais femininas.

Ainda ao nível das/os residentes em habitação social municipal, as diferenças nas estruturas familiares englobavam também a configuração familiar das pessoas seniores a residirem nesse tipo de habitação (tal como apresentado no capítulo da Habitação). De facto, nestas/es residentes

³²⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 11 de abril de 2018).

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006498&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 11 de abril de 2018).

a configuração familiar predominante para as mulheres era, justamente, a da pessoa isolada, seguida da família nuclear sem filhos e depois pela família monoparental feminina, enquanto nos homens seniores surgia como primeira configuração familiar a família nuclear sem filhos, seguida da nuclear com filhos e só depois da pessoa isolada, isto é, mais mulheres seniores residiam sozinhas, o que de novo configurava uma fragilidade acrescida. Nos homens, a vivência como pessoa isolada era mais reduzida, o que lhes poderá conferir um certo grau de proteção adicional.

SÍNTESE INTEGRATIVA

Do conjunto de indicadores apresentados realça-se que ao nível das **qualificações**, existiam **mais mulheres sem escolaridade e analfabetas**, do que homens e, simultaneamente, **mais mulheres com formação superior** do que homens.

No entanto, as qualificações académicas superiores das mulheres não se refletiam em taxas de atividade mais favoráveis para as mulheres. De facto, a **taxa de atividade feminina** era, em 2011, cerca de **sete pontos percentuais mais baixa**, do que a taxa de atividade masculina. Esse mesmo padrão era também encontrado no Grande Porto ($\approx 7\%$) e na Região Norte ($\approx 9\%$).

Para além desta diferença, **acresce a existência de disparidades salariais** a rondarem, em média, os **30%, sempre desfavoráveis às mulheres** e que eram particularmente acentuadas nos extremos das qualificações, isto é, nas profissões não qualificadas, por um lado, e nos quadros superiores e profissões altamente qualificadas, por outro.

A este nível tem-se vindo a assistir a um atenuar destas disparidades desde o início do milénio, na maioria dos níveis de qualificação, exceto nas/os praticantes e aprendizes, nos quadros médios e nas **profissões altamente qualificadas**. Nestas últimas assistiu-se a um exacerbar desta disparidade salarial entre os sexos, entre 2002 e 2010, na ordem dos 28.43% e, de forma ainda mais acentuada, entre 2010 e 2013, onde essa diferença se agravou em 18.77%, atingindo nesse ano uma **disparidade salarial de quase 60%, desfavorável às mulheres**.

Ao nível do **desemprego e das prestações sociais** também se constata que as **mulheres se encontravam desfavorecidas**, padrão este que se replicava na população que residia em habitação social municipal. Nestes contextos, existiam **mais mulheres em idade ativa desempregadas**, do que homens, principalmente nas faixas etárias acima dos 44 anos de idade, que eram justamente as faixas etárias onde muitas mulheres tinham a seu cargo uma família monoparental. No entanto, há que assinalar que, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017, a **taxa de desemprego dos homens foi sempre ligeiramente superior** à taxa de desemprego das mulheres (de mais 0.34% em dezembro de 2017 a mais 2.33% em dezembro de 2011).

A existência de mais **mulheres a residirem em habitação social municipal** resulta, justamente, dos **mais baixos recursos económicos** de que estas dispõem, quer em idade ativa, quer mais tarde, quando **reformadas o que as obriga a recorrerem a apoios sociais** para pessoas de mais baixos recursos económicos.

Relativamente ao **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, com as respetivas oscilações que se verificaram entre 2003 e 2017, em função da situação sociopolítica e económica. Numa primeira fase, registou-se um aumento do número de beneficiárias/os de RSI (2003-2010); posteriormente assistiu-se a uma diminuição do número de beneficiárias/os na fase de “retoma económica” (2010-2017). Em qualquer dos períodos, **sempre mais elevado o número de mulheres beneficiárias do RSI**, sendo essa diferença no máximo de 1 007 pessoas, em 2009, e no mínimo de 444 pessoas, em 2016.

Ao nível das **configurações familiares**, a maioria dos **núcleos familiares monoparentais do concelho do Porto correspondiam a núcleos de mães com filhos**, independentemente do tipo de habitação onde residissem essas famílias (quase $\frac{1}{4}$ das/os residentes em habitação social municipal viviam em famílias monoparentais femininas, principalmente em núcleos familiares constituídos por mães com crianças e jovens a cargo). Estas situações implicavam, muitas das vezes, dificuldades acrescidas para essas mulheres, pois **tinham a seu cargo uma família e auferiam baixos rendimentos**.

Relativamente à **população sénior** do concelho, **existiam mais mulheres do que homens em todas as faixas etárias** desta população, aumentando essa diferença à medida que se progredia na faixa etária. O valor máximo era atingido na faixa etária dos 85 ou mais anos de idade, onde quase $\frac{3}{4}$ da população sénior era do sexo feminino.

Na **população sénior a residir em habitação social municipal**, que constituía mais de 10% da população sénior do concelho, quase **65% eram mulheres, muitas vezes a viverem sozinhas**. Tal reflete as dificuldades acrescidas das mulheres em fases mais tardias do seu ciclo de vida, onde auferem reformas mais baixas e têm menos apoio, do que os homens das mesmas faixas etárias.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os indicadores apresentados traçam um **quadro que é sistematicamente desfavorável às mulheres**. De facto, apesar das suas **maiores qualificações** (cf. Figura G.2.), existem **menos mulheres empregadas** (cf. Figura G.4.), auferem **rendimentos** (ou prestações sociais) **mais baixos** (cf. Figuras G.7., G.9., G.10. e G.11.), e mais mulheres **residem em habitação social municipal** (principalmente em faixas etárias mais velhas; cf. Figura E.23. do capítulo da Habitação). Além disso, muito mais mulheres são responsáveis por **famílias monoparentais** (cf. Figura G.12.) e também são elas que mais se encontram em situação de **carência económica**, sendo beneficiárias do RSI (cf. Figura G.11.).

Deste cenário, e tal como preconizado pelo V Plano Nacional Para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017 (V PNI 2014-2017) decorre uma premente necessidade em apostar em **estratégias que contribuam para a promoção da igualdade de género**.

Seguindo os pressupostos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual (ENIND 2018-2030) é fundamental continuar a investir em **campanhas de sensibilização** para a igualdade de género e de **desconstrução de estereótipos e mudança de atitudes**, para a população em geral e também para as entidades de referência nas comunidades. Deve-se procurar implementar projetos que promovam a partilha de tarefas domésticas e de assistência a familiares, ajudando a **distribuir de forma mais igualitária**, o peso que as tarefas domésticas e de apoio a filhos e familiares têm sobre as mulheres. A este nível é fundamental que esta sensibilização se inicie logo nas **fases iniciais de desenvolvimento**, devendo-se investir na implementação destas iniciativas nas escolas, **junto das crianças e jovens**.

Uma outra dimensão muito importante é a **conceção e implementação de estratégias de apoio às mulheres em situação de particular vulnerabilidade**, como as mulheres desempregadas e/ou beneficiárias de RSI (cf. Figuras G.5 a G.7. e G.11.), as mulheres responsáveis por famílias monoparentais (cf. Figura G.12.) e as mulheres seniores (cf. Figuras G.1. e G.3.). Tudo isto, pelo **elevado risco de pobreza e exclusão social** em que vivem, dando cumprimento ao estipulado no V PNI 2014-2017 e na ENIND 2018-2030.

Relativamente às **mulheres em idade ativa**, será importante apoiar as que estão profissionalmente desenquadradas, em ordem a desenvolverem **competências facilitadoras da sua integração no mercado de trabalho**, apoiar a sua **requalificação profissional**, e promover o acesso a estruturas de apoio que lhes facilitem a **conciliação entre a esfera profissional, familiar e pessoal**.

No que concerne às **mulheres seniores** é basilar desenvolver **os mecanismos de proteção e suporte**, quer em termos de disponibilização e acesso a respostas sociais, bem como, na promoção da sua autonomia financeira, e ainda no que diz respeito à dimensão de convivência, participação e vida social.

Finalmente, a um nível mais **macrossocial**, e tal como preconizado pelo V PNI 2014-2017 e pela ENIND 2018-2030 é necessário conceber e concretizar **políticas que orientem a implementação de normas no domínio da igualdade de género**, nomeadamente, normas reguladoras e fiscalizadoras dessa igualdade ao nível do mercado de trabalho (cf. Figuras G.4., G.9. e G.10.), mas também a outros níveis, como por exemplo, na educação (cf. Figura G.2.), na saúde, no desporto, no lazer, nas atividades culturais e na própria esfera política.

H. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

Certos segmentos da população são, pelas suas características biopsicossociais, mais vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social, sendo grupos que devem beneficiar de uma intervenção específica e fundamentada, que contribua para mitigar ou anular esses riscos.

São segmentos caracterizados por graus variáveis de falta de autonomia, dificuldades no acesso a recursos e de participação na sociedade, às quais se aliam por vezes baixos recursos económicos e condições de saúde desfavoráveis.

A estes fatores aliam-se muitas vezes dinâmicas sociais complexas e desafiantes, como alterações no mercado de trabalho, que dificultam o acesso ao ou a permanência no mesmo, ou dinâmicas migratórias que decorrem dessas alterações ou de outro tipo de fenómenos sociais, ou ainda alterações ao nível das estruturas familiares, que exacerbam os fatores de risco e potenciam a passagem a situações de exclusão social.

De entre os vários segmentos populacionais, identificaram-se um conjunto de sete que apresentam possibilidades acrescidas de serem expostos a fatores ou situações que os coloquem em risco de pobreza e de exclusão social, a saber, as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, a população sénior, as pessoas com deficiência ou incapacidade, as pessoas com comportamentos aditivos e dependências, as pessoas imigrantes e as minorias étnicas, as pessoas em situação de sem-abrigo e as vítimas de violência doméstica e de género.

Cada um desses segmentos tem características próprias que lhes impõe algumas limitações e que os vulnerabiliza, podendo levar à sua exclusão. Torna-se por isso necessário um olhar mais atento, procurando caracterizar de forma fundamentada e atualizada e identificar e os principais fatores de risco.

H.1. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos das Crianças 2016 – 2021³²⁸, reconhecendo as crianças e as/os jovens como um grupo particularmente vulnerável, estabelece cinco áreas prioritárias: (1) igualdade de oportunidades para todas as crianças; (2) participação de todas as crianças; (3) uma vida livre de violência para todas as crianças; (4) uma justiça amiga da criança para todas as crianças e (5) os direitos da criança no ambiente digital, para a defesa dos direitos sociais e humanos das crianças e das/os jovens e um desenvolvimento pleno e integral, que contribua para o aproveitamento de todo o seu potencial.

Segundo a Comissão Europeia “lutar contra a pobreza infantil é o meio mais eficaz de preparar um futuro melhor para a Europa” (nossa tradução).³²⁹ No entanto, no seu Relatório Anual, o Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (doravante designado por UNICEF) estimava que, em 2017, 385 milhões de crianças viviam em pobreza extrema e, adicionalmente, outras 689 milhões viviam em pobreza multidimensional (dificuldades no acesso a educação, saúde, nutrição, abrigo, segurança, ...).³³⁰

De acordo com o Eurostat, em 2016, 24.8 milhões de crianças da EU (26.4%) estavam em risco de pobreza ou exclusão social (variando entre o mínimo de 13.8% na Dinamarca e o máximo de 49.2% na Roménia). Em Portugal, no intervalo de tempo entre 2006 e 2016, e de acordo com o relatório da Comissão Europeia, a percentagem de crianças em risco de pobreza ou exclusão social situava-se acima dos 25% e em 2016 situava-se na média europeia, com um valor aproximado de 26.5%.³³¹

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em Portugal em 2017, 17.3% das pessoas estavam em risco de pobreza (em 2015 eram 19.0% e em 2016 eram 18.3%). Assistiu-se a uma redução do risco de pobreza entre 2015 e 2017, que abrangeu as/os menores de 18 anos, cujo risco de pobreza passou de 22.4% em 2015, para 20.7%, em 2016 e para 18.9%, em 2017. No entanto, o grupo etário dos 0 – 17 anos continuava a ser o grupo com o risco de pobreza mais elevado (0-17 anos: 18.9%; 18-64 anos: 16.7%; 65 ou +: 17.7%).³³²

³²⁸ Acessível em <https://www.cnpdpdj.gov.pt/direitos-das-criancas/covencao-sobre-os-direitos-da-crianca/estrategia-do-conselho-da-europa-sobre-os-direitos-da-crianca-2016-2021.aspx>

³²⁹ Tackling child poverty and social exclusion in the eu - how eu funding mechanisms can help (2008). European Commission. Acessível em <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catid=738&langid=en&pubid=8087&furtherpubs=yes>

³³⁰ Para consulta integral do relatório, aceder a https://www.unicef.pt/media/2134/unicef_annual_report_2017.pdf

³³¹ <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/EDN-20171120-1?inheritRedirect=true>

³³² Acessível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=315156875&DESTAQUESmodo=2

Ainda segundo o INE, embora tenham diminuído as percentagens de risco desde 2016, a existência de crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sendo de 18.1% para as famílias com crianças dependentes (era de 19.7% em 2016) e de igual percentagem para as famílias sem crianças dependentes (era de 16.9% em 2016). Em 2017, as famílias com dois/duas adultos/as e três ou mais crianças dependentes, e as famílias com um/a adulto/a e pelo menos uma criança dependente, continuavam a ser as mais atingidas pelo risco de pobreza (31.6% e 28.2%, em 2017 e 41.4% e 33.1%, em 2016).

Para além das situações de (risco de) pobreza e do conseqüente risco de exclusão social que a pobreza (ou o risco de pobreza) pode acarretar, também as situações de maus-tratos a crianças e jovens constituem um importantíssimo domínio a considerar e a salvaguardar ao nível dos direitos das crianças e das/os jovens.

Segundo a Direção-Geral da Saúde (doravante designada DGS) "os maus tratos em crianças e jovens constituem um fenómeno complexo na sociedade contemporânea. (...) Nas últimas décadas, tem vindo a verificar-se uma valorização crescente do estatuto social dos indivíduos nestas idades, facto que, em certa medida, se reflete numa maior atenção prestada ao problema, na rejeição do mesmo e no estabelecimento de medidas tendentes a contrariá-lo. Neste sentido, a Constituição da República Portuguesa (em particular no art. 69º) e a Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por Portugal em junho de 1990 (Resolução da Assembleia da República n.º 20/90), refletem este movimento, ao atribuírem à sociedade e ao Estado deveres na promoção e proteção dos indivíduos, nestas idades." (p.4)³³³

Do reconhecimento da importância de intervenção no domínio das crianças e das/os jovens em risco, foram criadas, no concelho do Porto, em 2004, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (doravante designadas de CPCJs), sendo genericamente acompanhadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ, criada pelo Decreto-Lei 159/2015, de 10 de agosto), que "tem por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens" (n.º 1, do artigo 3).

Após este breve enquadramento, passamos de seguida à apresentação de alguns indicadores caracterizadores no domínio das crianças e das/os jovens em situação de vulnerabilidade no concelho do Porto.

³³³ "Crianças e Jovens em Risco – Projeto de Intervenção nos Serviços de Saúde" (maio de 2007), Direção-Geral da Saúde.

A ATUALIDADE

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS CRIANÇAS E DAS/OS JOVENS

Em 2011 residiam no concelho do Porto 35 203 crianças e jovens com menos de 18 anos.

Embora não seja possível saber quantas crianças e quantas/os jovens até aos 17 anos residiam em núcleos familiares monoparentais, segundo dados do INE, existiam em 2011, 22.19% de núcleos familiares monoparentais no concelho do Porto, tendo existido um aumento do número deste tipo de núcleo familiar desde 2001, altura em que representava 18.2% dos núcleos familiares do concelho do Porto.³³⁴ Ainda segundo o INE, e relativamente às estatísticas nacionais, o aumento dos núcleos familiares monoparentais, entre 2001 e 2011, resultou sobretudo do crescimento dos núcleos monoparentais com filhos menores de 25 anos, pelo que provavelmente ocorreu o mesmo a nível concelhio.³³⁵

Destes núcleos familiares monoparentais, a grande maioria era constituído pela mãe e filha/o(s), tal como apresentado no capítulo da Igualdade de Género (cf. Figura G.11., p. 437), o que representa um incremento duplo em termos de fragilidade e risco de exclusão social – por serem famílias monoparentais e por serem núcleos encabeçados por uma mulher.

De facto, em 2014, a taxa de risco de pobreza era mais elevada para as famílias monoparentais com pelo menos um filho, situando-se nos 34.6%. Adicionalmente, para as famílias monoparentais encabeçadas por mulheres estimava-se que a taxa de pobreza fosse o dobro das famílias monoparentais encabeçadas por um homem, sendo duas em cada quatro mulheres em famílias monoparentais pobres.

Sabendo que, em 2011, residiam no concelho do Porto 35 203 crianças e jovens menores de idade e, em 2017, residiam no concelho 36 744 crianças e jovens até aos 19 anos de idade, e tomando como indicador indireto do rendimento a residência em habitação social municipal, constata-se que, em 2018, das/os 28 972 residentes em habitação social municipal, 13.93% (4 037) eram crianças e jovens até aos 18 anos de idade, ou seja, cerca de 11% das crianças e das/os jovens menores de idade residentes no concelho do Porto viviam em habitação social municipal.

³³⁴No INE só estão disponíveis dados relativos à proporção de núcleos familiares monoparentais e número de núcleos familiares monoparentais por grupo etário, do pai ou da mãe e por nível de escolaridade, do pai ou da mãe.

³³⁵https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=161525750&att_display=n&att_download=y

Outro dado relevante era o que dizia respeito à incidência de famílias monoparentais a residirem em habitação social que, em 2018, representava 25.54% do total de famílias a residirem nessas condições. Destas, 91.19% eram famílias de mães com filha/o(s).

Estas famílias apresentam fragilidades acrescidas e maior risco de pobreza e exclusão social, devido a um conjunto alargado de fatores fragilizantes, como os baixos recursos financeiros, estruturas familiares com menores recursos de apoio, onde um só progenitor tem de assumir um conjunto alargado de responsabilidades, sendo esse progenitor normalmente a mãe que, por ser mulher, apresenta maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e, em consequência, dispõe de rendimentos mais baixos e ainda, a residência em contextos onde há maior predomínio de comportamentos de risco e maiores níveis de insegurança e que, muitas vezes, funcionam *per se* como fator de exclusão social.

Após esta breve caracterização sociodemográfica das crianças e das/os jovens residentes no concelho do Porto, passámos à apresentação de um conjunto de indicadores relativos à atividade das CPCJs, entidades responsáveis pela intervenção e acompanhamentos das crianças e das/os jovens em risco.

ATIVIDADE DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

Relativamente às CPCJs, no concelho do Porto, contabilizavam-se, em 2017, três CPCJs, a CPCJ do Porto Central, Porto Ocidental e Porto Oriental.

Quanto aos territórios de intervenção, a CPCJ Porto Oriental intervém nas freguesias do Bonfim e de Campanhã, que tinham, em 2011, uma população de 8 142 crianças e jovens com menos de 18 anos, a CPCJ Porto Ocidental intervém nas três uniões de freguesias, que tinham, em 2011, uma população de 14 487 crianças e jovens e a CPCJ Porto Central intervém nas freguesias de Paranhos e Ramalde, com uma população, em 2011, de 12 574 crianças e jovens.

De seguida, passamos à apresentação de um conjunto de indicadores relativos às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade acompanhadas/os pelas CPCJs do concelho do Porto.

CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL DA ATIVIDADE DAS CPCJS

Iniciámos com a apresentação, nas figuras seguintes, dos dados relativos à **caracterização processual global e das CPCJs** no concelho do Porto, no ano de 2017.

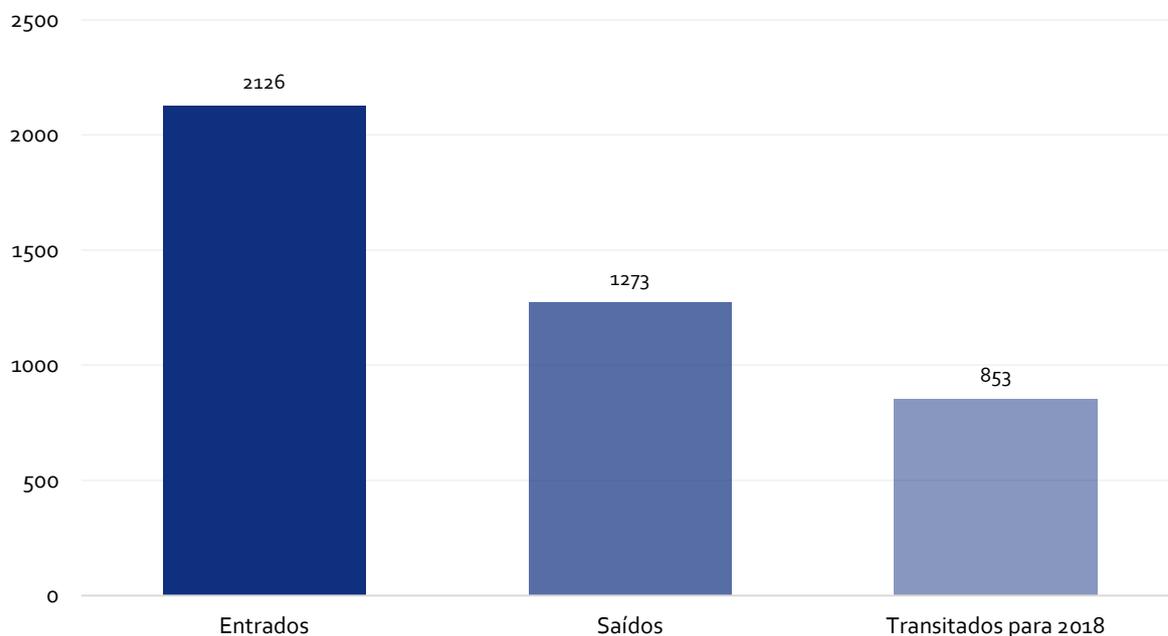


Figura H.1.1. Caracterização processual, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.1. constata-se que, globalmente, no ano de 2017 deram entrada nas CPCJs do concelho do Porto 2 126 processos, saíram 1 273 e transitaram, para o ano de 2018, 853 processos.

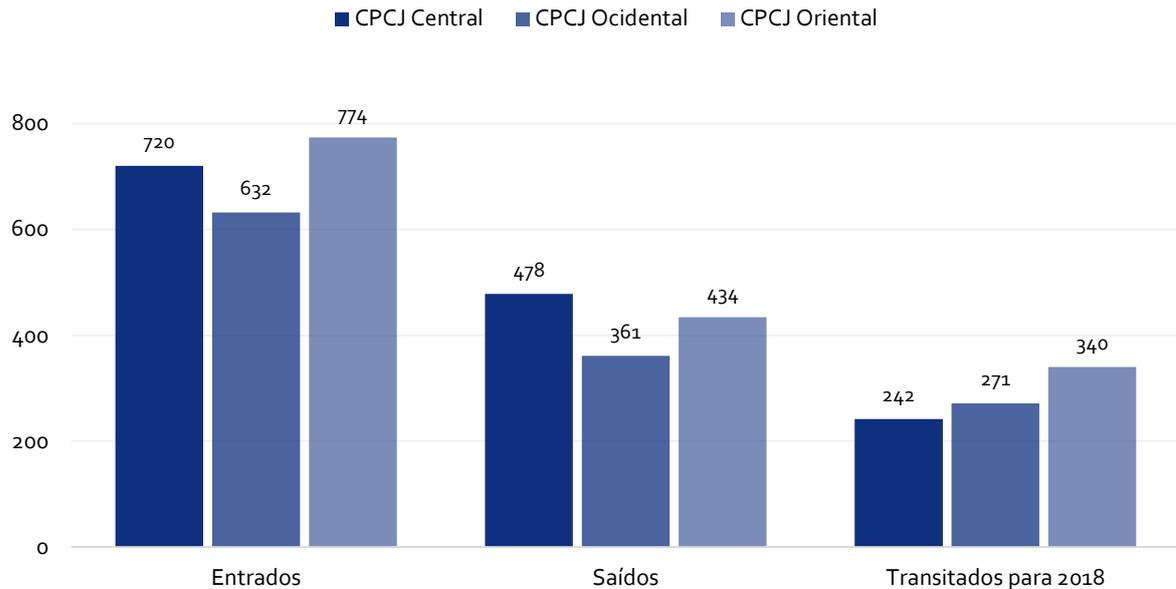


Figura H.1.2. Caracterização processual, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ –Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.2. verifica-se que, em 2017, dos 2 126 processos entrados, entraram 774 processos na CPCJ Oriental, 720 na CPCJ Central e 632 na CPCJ Ocidental. Nesse ano, do total de 1 273 saídas, existiram 478 saídas de processos da CPCJ Central, 434 da CPCJ Oriental e 361 da CPCJ Ocidental. E, do total de 853 processos transitados, transitaram para o ano de 2018, 340 processos na CPCJ Oriental, 271 processos na CPCJ Ocidental e 242 processos na CPCJ Central.

De seguida, as Figuras H.1.3. e H.1.4. apresentam a caracterização processual das entradas de processos, global e por CPCJ.

Quanto aos processos entrados em 2017, e observando a Figura H.1.3. constata-se que dos 2 126 processos entrados nas CPCJs do concelho do Porto, 883 transitaram do ano anterior, 1 038 foram novos processos instaurados, 29 foram processos instaurados recebidos de outras CPCJs e 176 foram processos reabertos.

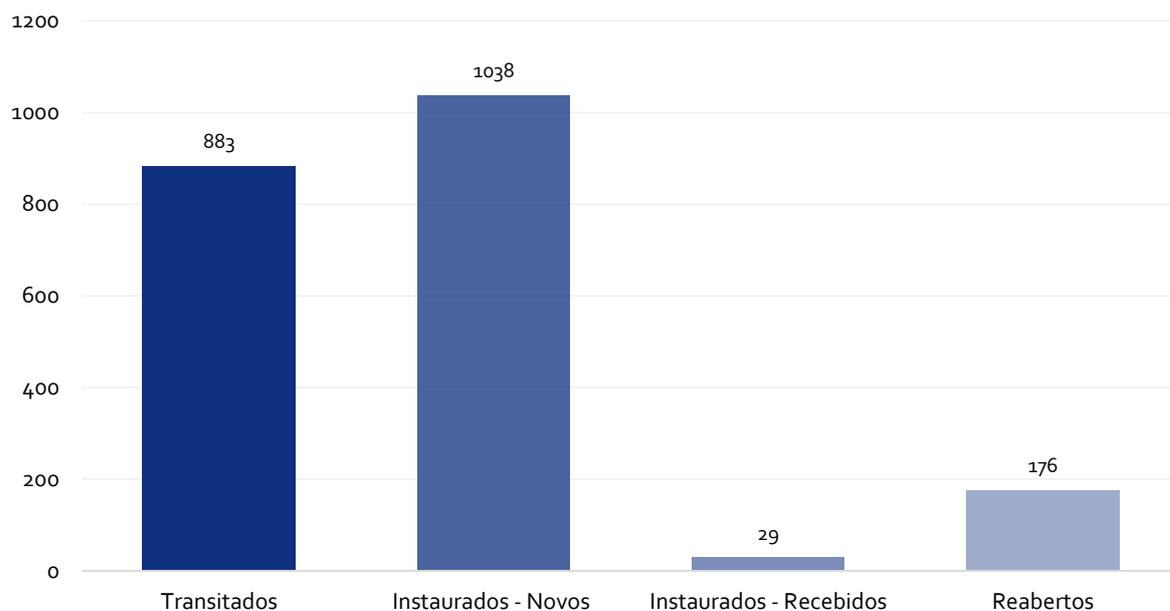


Figura H.1.3. Caracterização processual dos processos entrados, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Relativamente à análise por CPCJ, constata-se da análise da Figura H.1.4. que dos 774 processos entrados na CPCJ Oriental, 324 transitaram do ano anterior, 348 foram novos processos instaurados, nove foram recebidos de outras CPCJs e 93 foram processos reabertos.

Quanto à CPCJ Central, dos 720 processos entrados em 2017, 294 transitaram do ano anterior, 348 foram novos processos instaurados, 14 foram recebidos de outras CPCJs e 64 foram processos reabertos.

Finalmente, dos 632 processos entrados em 2017 na CPCJ Ocidental, 265 transitaram do ano anterior, 342 foram novos processos instaurados, seis foram recebidos de outras CPCJs e 19 foram processos reabertos.

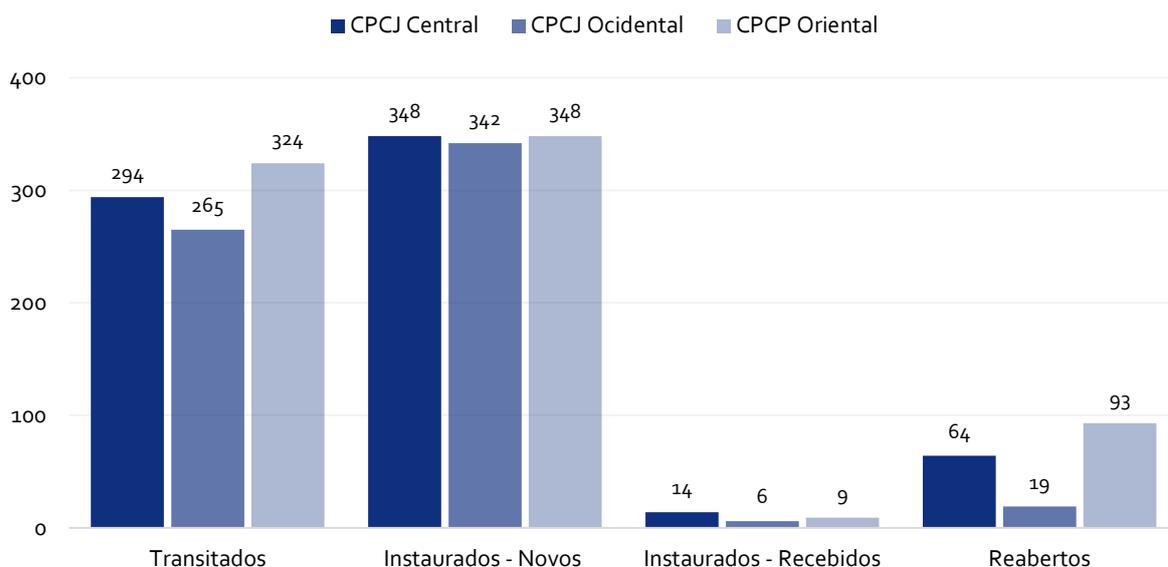


Figura H.1.4. Caracterização processual dos processos entrados, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Nas Figuras H.1.5. e H.1.6. apresentam-se a **caracterização processual, global e por CPCJ, dos processos saídos em 2017.**

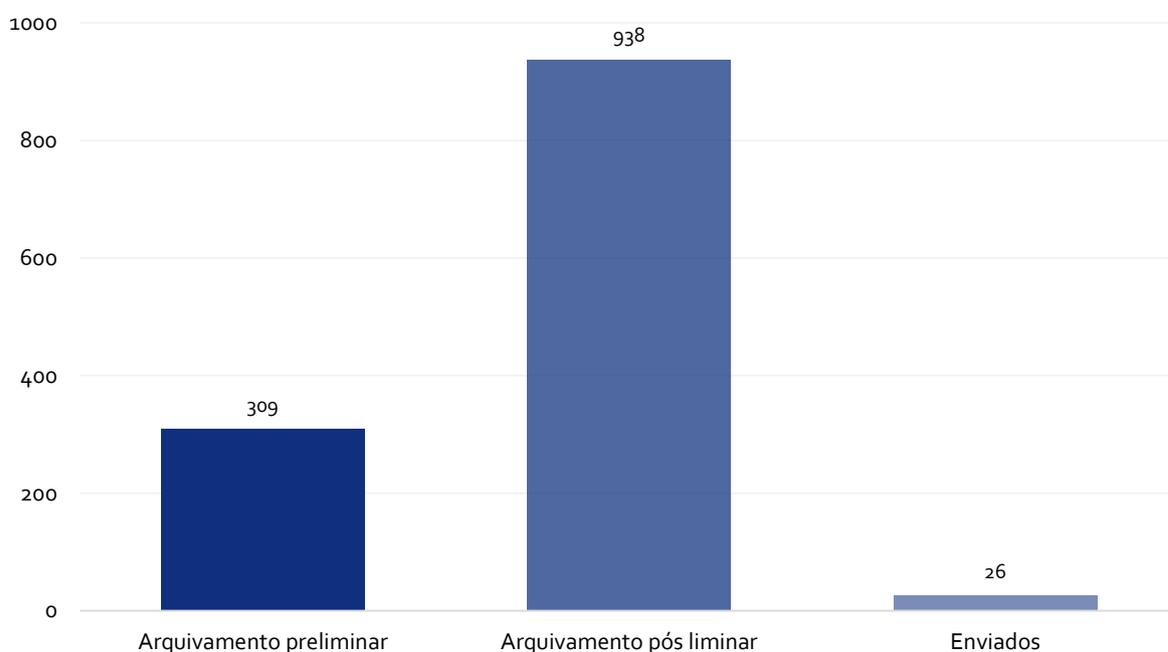


Figura H.1.5. Caracterização processual dos processos saídos, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação

da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Na análise global, constata-se a partir da observação da Figura H.1.5., que dos 1 273 processos saídos, 309 foram arquivados em fase preliminar, 938 foram arquivados em fase pós-liminar e 26 foram enviados para outras CPCJs.

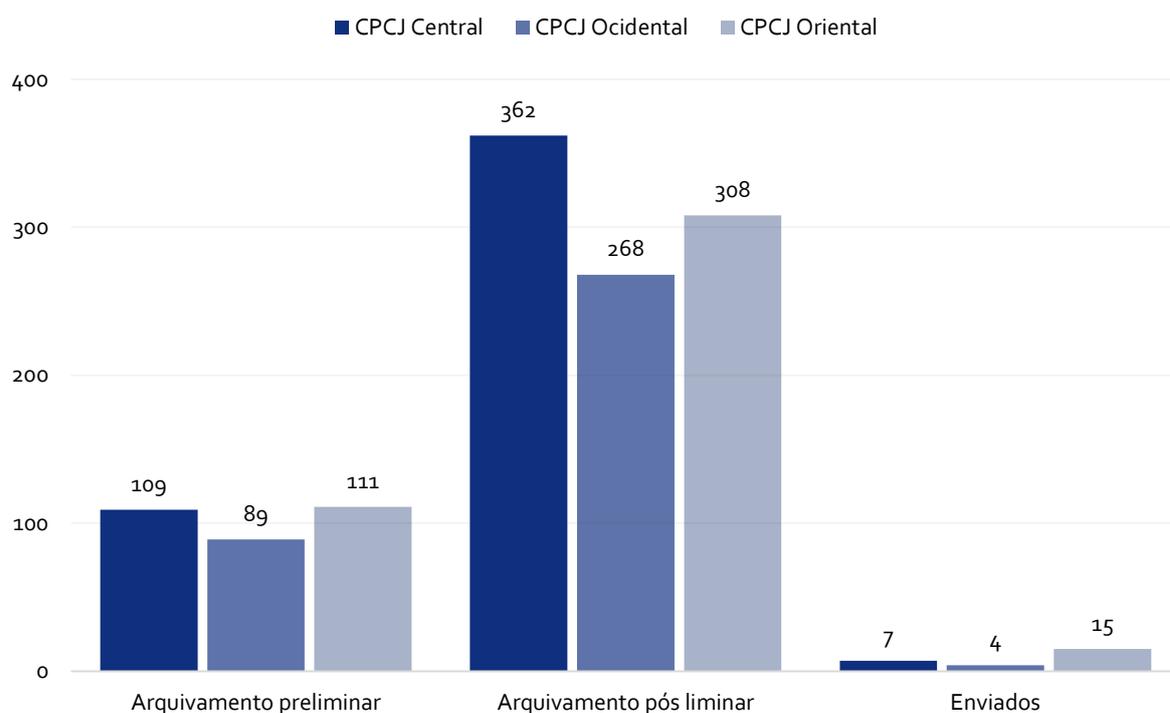


Figura H.1.6. Caracterização processual dos processos saídos, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

E na análise por CPCJ, constata-se através da observação da Figura H.1.6., que dos 478 processos saídos, em 2017, da CPCJ Central, 109 foram arquivados em fase preliminar, 362 foram arquivados em fase pós-liminar e sete foram enviados para outras CPCJs.

Dos 434 processos saídos, em 2017, da CPCJ Oriental, 111 foram arquivados em fase preliminar, 308 foram arquivados em fase pós-liminar e 15 foram enviados para outras CPCJs.

Por fim, dos 361 processos saídos, em 2017, da CPCJ Ocidental, 89 foram arquivados em fase preliminar, 268 foram arquivados em fase pós-liminar e quatro foram enviados para outras CPCJs.

PROCESSOS ACOMPANHADOS NAS CPCJS POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA

Nas Figuras H.1.7. e H.1.8. apresentam-se os dados relativos aos **processos acompanhados, por tipo de problemática, globais e por CPCJ, em 2017.**³³⁶

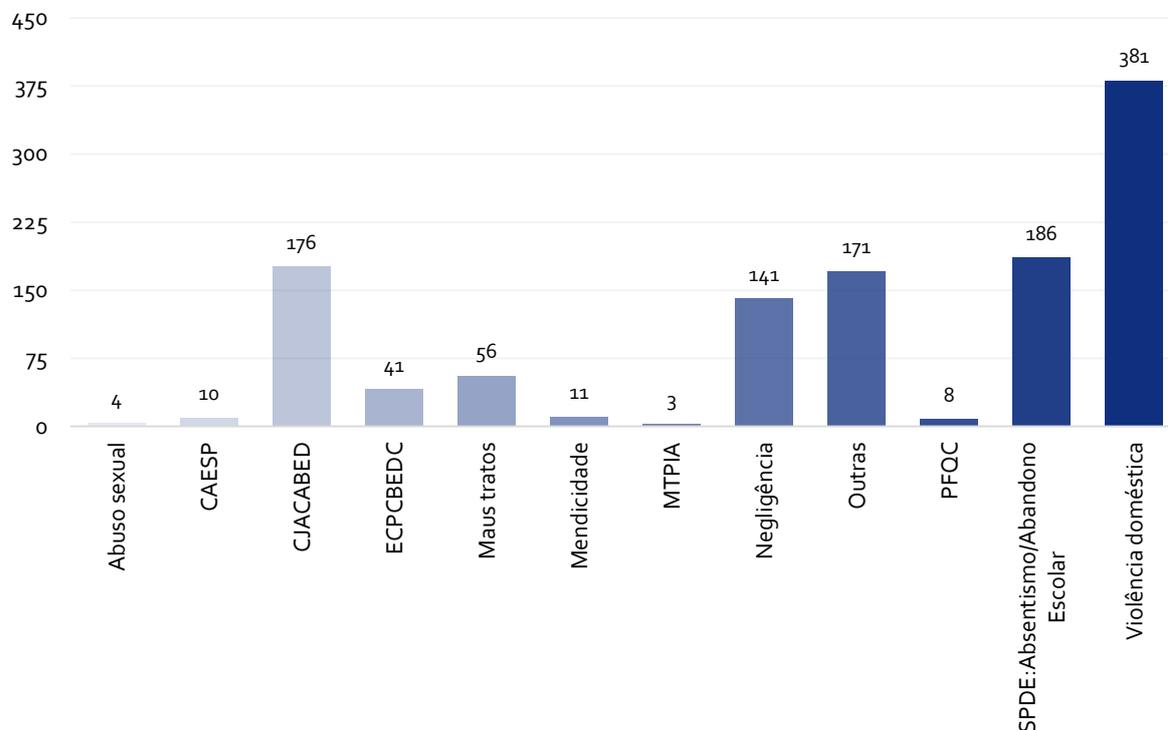


Figura H.1.7. Processos acompanhados por problemática sinalizada, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPC J Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)³³⁷

Da análise da Figura H.1.7. verifica-se que, de forma global, as problemáticas mais sinalizadas foram em primeiro lugar as situações de violência doméstica, com 381 casos (32.07%), seguidas do absentismo/abandono escolar, com 186 casos (15.66%), das situações CJACABED, com 176 casos (14.81%) e das situações de negligência, com 141 casos (11.87%). Foram ainda bastante sinalizadas as situações de maus tratos, com 56 casos (4.71%) e as situações ECPCBEDC, com 41 casos (3.45%).

³³⁶ Nos dados relativos à CPCJ Ocidental, que estão também incluídos nos dados globais, as faixas etárias em análise não incluem a faixa etária dos 18-21 anos.

³³⁷ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime.

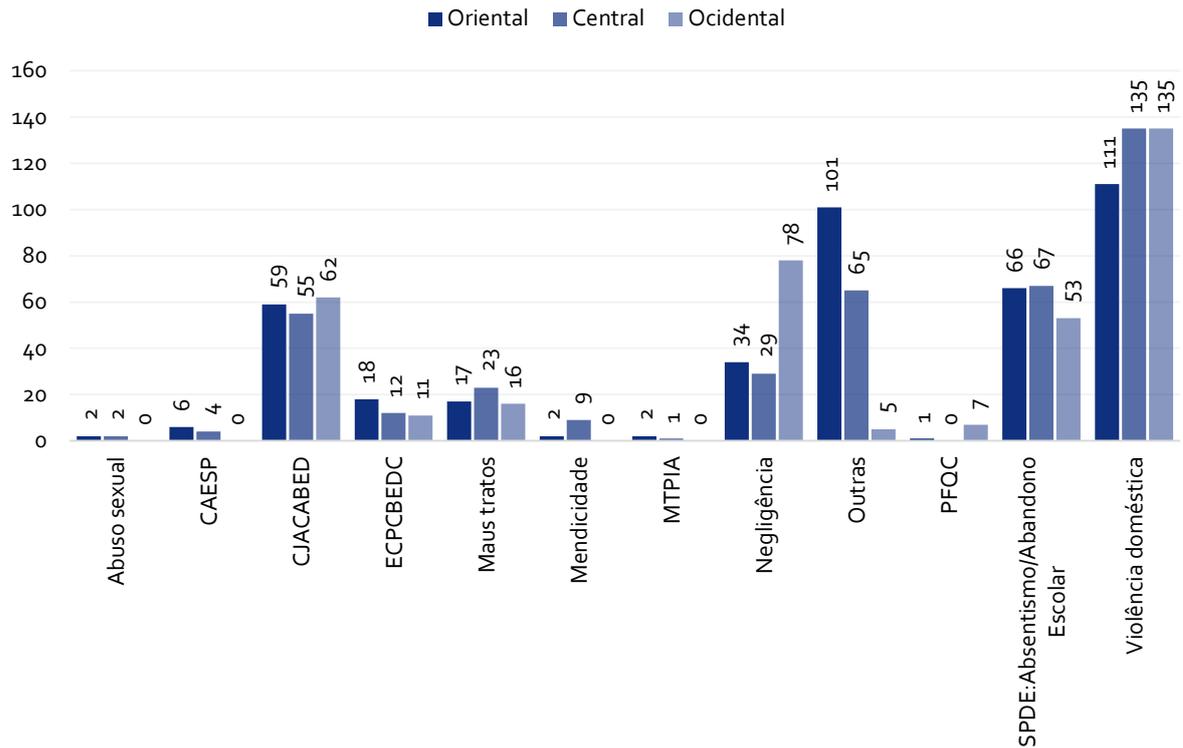


Figura H.1.8. Processos acompanhados por problemática sinalizada, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPC J Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)³³⁸

Da observação da Figura H.1.8., constata-se que, na análise por CPCJ, na CPCJ Ocidental, nos 367 processos em 2017, as problemáticas mais sinalizadas foram a violência doméstica (135), a negligência (78), as situações CJACABED (62) e o absentismo/abandono escolar (53).

Na CPCJ Central, nos 402 processos em 2017, as problemáticas mais sinalizadas foram a violência doméstica (135), o absentismo/abandono escolar (67), as situações CJACABED (55) e a negligência (29).

Por fim, na CPCJ Oriental, nos 419 processos em 2017, as problemáticas mais sinalizadas foram a violência doméstica (111), o absentismo/abandono escolar (66), as situações CJACABED (59) e a negligência (34).

³³⁸CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

PROCESSOS ACOMPANHADOS NAS CPCJS POR GRUPO ETÁRIO E POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA

Na Figura H.1.9. apresenta-se os dados relativos ao número de **processos acompanhados por faixa etária**, no conjunto das três CPCJs do concelho do Porto, no ano de 2017.

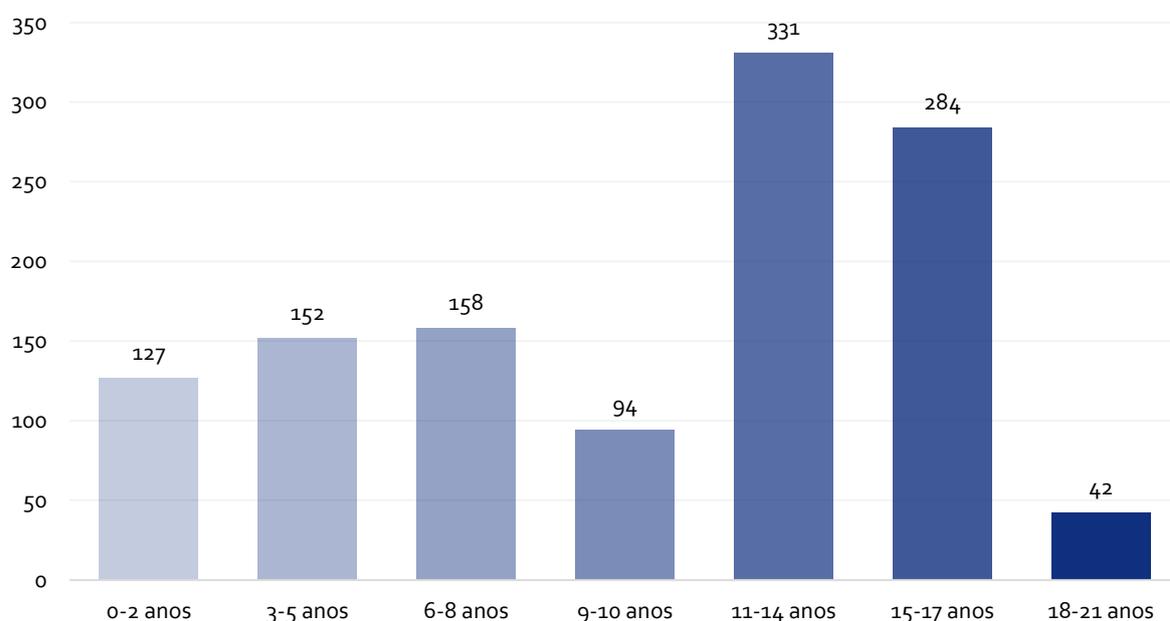


Figura H.1.9. Processos acompanhados por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.9. constata-se que, do total de 1 188 processos acompanhados em 2017, a faixa etária com o número mais elevado de processos acompanhados foi a faixa etária dos 11-14 anos, com 331 processos de acompanhamento (27.86%), seguida da faixa etária dos 15-17 anos, com 284 processos (23.91%), da faixa etária dos 6-8 anos, com 158 processos (13.3%) e da faixa etária dos 0-2 anos, com 127 processos (10.69%).

No Quadro H.1.1. apresenta-se os **dados globais, por problemática e grupo etário**, no conjunto das três CPCJs do concelho do Porto, no ano de 2017.

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	1	1	1	1	-
CAESP	-	-	5	4	-	-	1
CJACABED	-	1	2	3	95	71	4
ECPCBEDC	6	6	3	4	10	10	2
Maus tratos	4	7	10	4	14	14	3
Mendicidade	1	-	1	-	3	6	-
MTPIA	-	-	-	-	2	1	-
Negligência	28	36	22	18	26	11	-
Outras	20	21	17	20	50	35	8
PFQC	-	-	4	3	1	-	-
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	1	2	13	2	57	90	21
Violência doméstica	67	79	80	35	72	45	3
Total (N)	127	152	158	94	331	284	42

Quadro H.1.1. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)³³⁹

Da observação do Quadro H.1.1. verifica-se que, globalmente, nas faixas etárias até aos 10 anos de idade as problemáticas mais sinalizadas foram, em primeiro lugar, a violência doméstica, com o número de processos a variarem entre o mínimo de 35 processos (na faixa etária dos 9-10 anos) e o máximo de 80 processos (6-8 anos). A segunda problemática mais sinalizada foi a negligência (número de processos a variarem entre o mínimo de 18, na faixa etária dos 9-10 anos e o máximo de 36 processos na faixa etária dos 3 aos 5 anos).

³³⁹ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

Na faixa etária dos 11-14 anos a problemática mais sinalizada foram as situações CJACABEB (95 processos), seguida da violência doméstica (72 processos) e do absentismo/abandono escolar (57 processos).

Na faixa etária dos 15-17 anos a problemática mais sinalizada foi absentismo/abandono escolar (90 processos), seguida das situações CJACABEB (71 processos) e da violência doméstica (45 processos). E na faixa etária dos 18-21 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar (21 processos) seguida da negligência (8 processos).

PROCESSOS ACOMPANHADOS POR GRUPO ETÁRIO E POR PROBLEMÁTICA SINALIZADA NA CPCJ CENTRAL, CPCJ OCIDENTAL E CPCJ ORIENTAL

Nos Quadros H.1.2., H.1.3. e H.1.4. apresentam-se os dados relativos ao **número de casos, por problemática sinalizada e por grupo etário**, para cada uma das CPCJ do concelho do Porto, no ano de 2017.

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	-	1	1	-	-
CAESP	-	-	2	2	-	-	-
CJACABED	-	-	-	2	21	29	3
ECPCBEDC	3	3	2	-	2	2	-
Maus tratos	-	3	3	2	6	6	3
Mendicidade	1	-	1	-	3	4	-
MTPIA	-	-	-	-	1	-	-
Negligência	8	5	3	4	5	4	-
Outras	8	6	8	6	16	19	2
PFQC	-	-	-	-	-	-	-
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	-	1	2	-	20	33	11
Violência doméstica	27	35	31	11	18	13	-
Total (N)	47	53	52	28	93	110	19

Quadro H.1.2. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)³⁴⁰

Analisando o Quadro H.1.2. verifica-se que, na CPCJ Central, nas faixas etárias até aos 10 anos de idade a problemática mais sinalizada foi a violência doméstica (com um mínimo de 11 sinalizações

³⁴⁰ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

na faixa etária dos 9-10 anos e um máximo de 35 sinalizações na faixa etária dos 3-5 anos) e a segunda problemática mais sinalizada foi a negligência (com um mínimo de três sinalizações na faixa etária dos 6-8 anos e um máximo de oito sinalizações na faixa etária dos 0-2 anos).

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos
CJACABED	-	-	-	1	41	20
ECPCBEDC	1	2	-	-	4	4
Maus tratos	3	3	3	1	4	2
Negligência	6	6	6	6	6	6
Outras	-	-	1	3	-	1
PFQC	-	-	4	2	1	-
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	-	-	3	1	18	31
Violência	25	24	22	17	33	14
Total (N)	42	47	46	35	119	78

Quadro H.1.3. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017)³⁴¹

Na faixa etária dos 11 – 14 anos a problemática mais sinalizada foram as situações CJACABED (21 sinalizações), seguida do absentismo/abandono escolar (20 sinalizações) e da violência doméstica (18 sinalizações).

Na faixa etária dos 15 – 17 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar, com 33 sinalizações, seguida das situações CJACABED, com 29 sinalizações e da violência doméstica, com 13 sinalizações.

³⁴¹ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

Finalmente, na faixa etária dos 18-21 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar, com 11 sinalizações, seguida das problemáticas CJACABED e dos maus-tratos (ambas com três sinalizações).

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	1	-	-	1	-
CAESP	-	-	3	2	-	-	1
CJACABED	-	1	2	-	33	22	1
ECPCBEDC	2	1	1	4	4	4	2
Maus tratos	1	1	4	1	4	6	-
Mendicidade	-	-	-	-	-	2	-
MTPIA	-	-	-	-	1	1	-
Negligência	7	13	6	4	3	1	-
Outras	12	15	8	11	34	15	6
PFQC	-	-	-	1	-	-	-
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	1	1	8	1	19	26	10
Violência doméstica	15	20	27	7	21	18	3
Total (N)	38	52	60	31	119	96	23

Quadro H.1.4. Processos acompanhados, por problemática sinalizada e por grupo etário, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)³⁴²

³⁴² CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

Da análise do Quadro H.1.3., verifica-se que na CPCJ Ocidental foi encontrado um padrão de problemáticas sinalizadas bastante similar ao da CPCJ Central, em que nas faixas etárias até aos 10 anos de idade a problemática mais sinalizada foi a violência doméstica (mínimo de 17 sinalizações na faixa etária dos 9-10 anos e máximo de 25 sinalizações na faixa etária dos 0-2 anos) e a segunda problemática mais sinalizada foi a negligência (mínimo de 10 sinalizações na faixa etária dos 9-10 anos e um máximo de 18 sinalizações na faixa etária dos 3-5 anos).

Na faixa etária dos 11 – 14 anos a problemática mais sinalizada foram as situações CJACABED (41 sinalizações), seguida da violência doméstica (33 sinalizações) e do absentismo/abandono escolar e da negligência (ambas com 18 sinalizações).

Na faixa etária dos 15 – 17 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar, com 31 sinalizações, seguida das situações CJACABED, com 20 sinalizações e da violência doméstica, com 14 sinalizações.

A CPCJ Oriental apresentou um padrão de problemáticas sinalizadas em tudo similar ao da CPCJ Ocidental e bastante similar ao da CPCJ Central. Assim, nas faixas etárias até aos 10 anos de idade a problemática mais sinalizada foi a violência doméstica (mínimo de sete sinalizações na faixa etária dos 9-10 anos e máximo de 27 sinalizações na faixa etária dos 6-8 anos) e a segunda problemática mais sinalizada foi a negligência (mínimo de quatro sinalizações na faixa etária dos 9-10 anos e máximo de 13 sinalizações na faixa etária dos 3-5 anos). As situações ECPCBEDC também foram sinalizadas quatro vezes na faixa etária dos 9-10 anos.

Na faixa etária dos 11 – 14 anos a problemática mais sinalizada foram as situações CJACABED (33 sinalizações), seguida da violência doméstica (21 sinalizações) e do absentismo/abandono escolar (18 sinalizações).

Na faixa etária dos 15 – 17 anos a problemática mais sinalizada foi o absentismo/abandono escolar, com 26 sinalizações, seguida das situações CJACABED, com 22 sinalizações e da violência doméstica, com 18 sinalizações (cf. Quadro H.1.4.).

ENTIDADES SINALIZADORAS E MODALIDADES DE CONTACTO

De seguida, nas Figuras H.1.10. e H.1.11. apresentam-se os dados relativos às **principais entidades sinalizadoras**, globalmente e para cada CPCJ do concelho do Porto, em 2017.

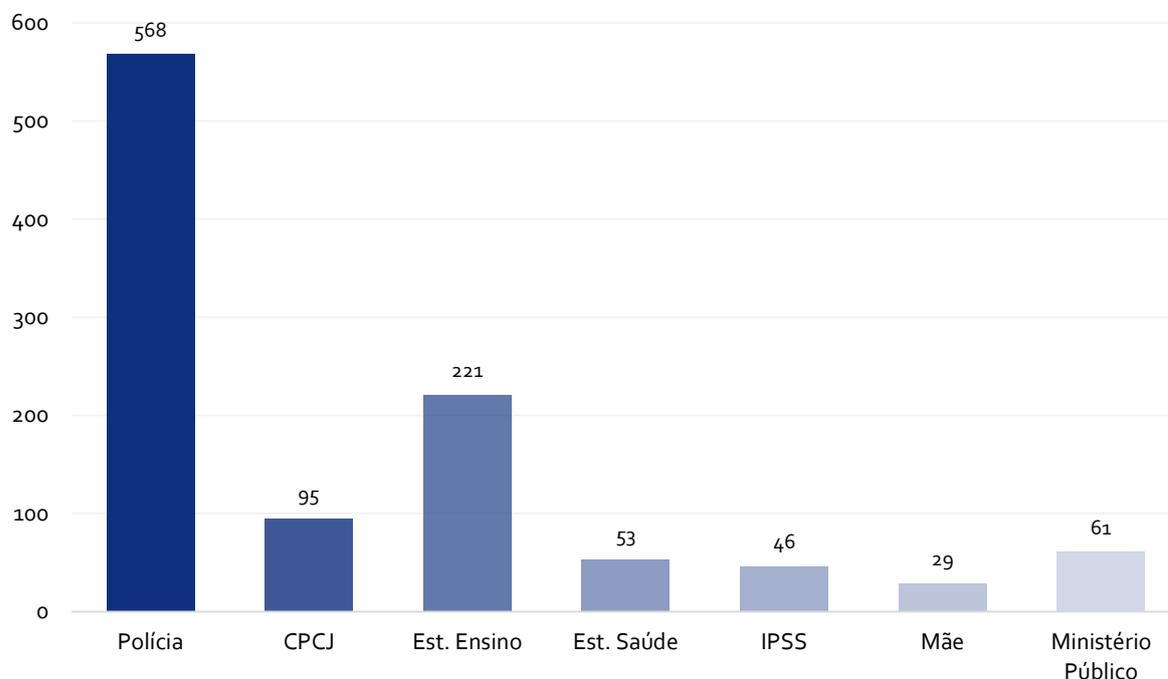


Figura H.1.10. Principais entidades sinalizadoras, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.10. verifica-se que, globalmente, a entidade que mais sinalizações fez foi a polícia, com mais de metade dos casos (568 que correspondem a 52.94% das sinalizações em 2017). As instituições de ensino foram a segunda entidade com mais sinalizações, com 221 sinalizações (20.6%) e as CPCJs surgiram como a terceira entidade mais sinalizadora (95 sinalizações, 8.85%).

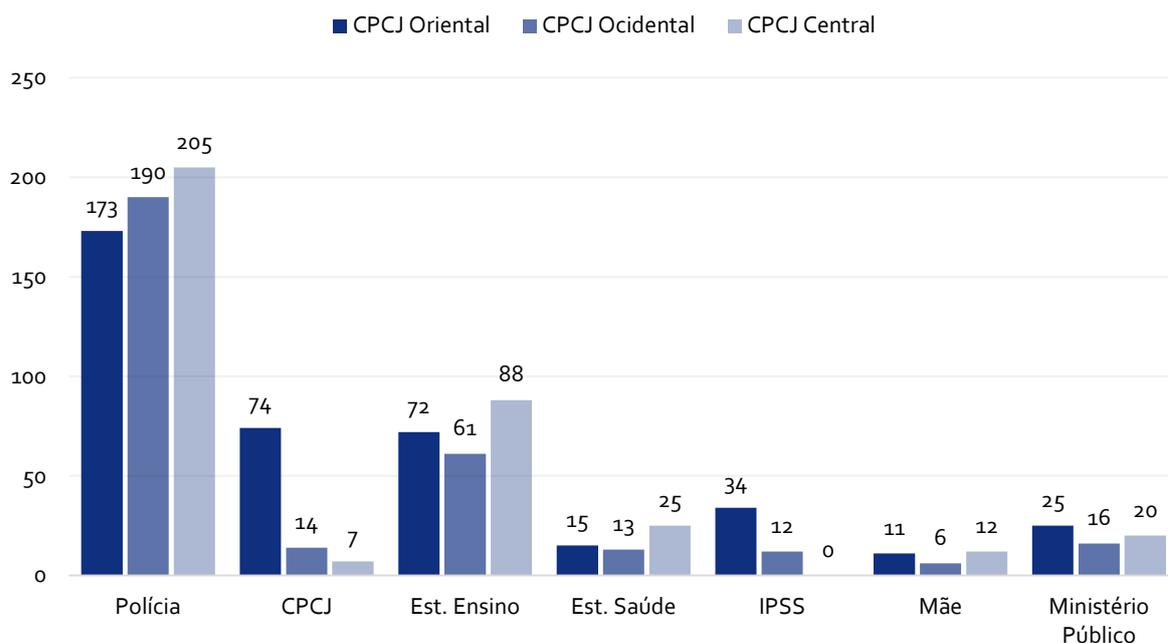


Figura H.1.11. Principais entidades sinalizadoras, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Na análise por CPCJ, e tal como se pode observar pela análise da Figura H.1.11., foi a Polícia a entidade que maior número de sinalizações fez, nas três CPCJs (173 na CPCJ Oriental; 190 na CPCJ Ocidental; 205 na CPCJ Central). Em segundo lugar surgem, de novo, os estabelecimentos de ensino, exceto para a CPCJ Oriental (61 na CPCJ Ocidental e 88 na CPCJ Central), onde a segunda entidade com maior número de sinalizações foram as CPCJs (74 sinalizações).

Quanto às **modalidades de contacto**, apresentam-se nas Figuras H.1.12. e H.1.13. os dados globais e por CPCJ.

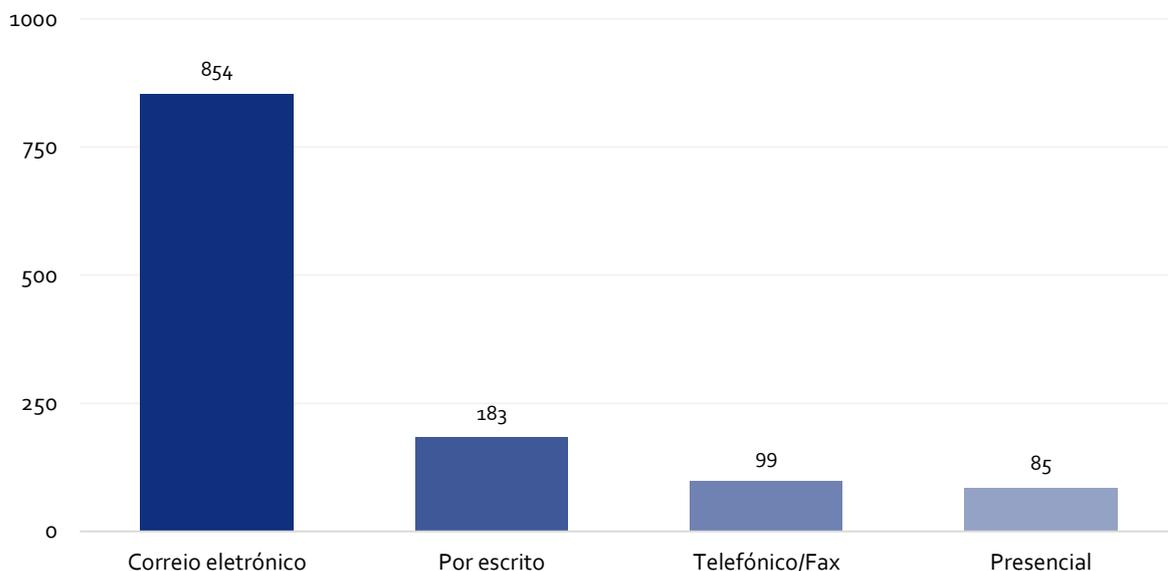


Figura H.1.12. Modalidade de contacto em processos, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ –Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Globalmente, constata-se que a modalidade de contacto mais utilizada foi o correio eletrónico com quase 70% dos contactos (854 casos que correspondem a 69.94%), o contacto por escrito foi a segunda modalidade de contacto mais utilizada, com 183 casos (14.99%), seguida do contacto telefónico (99 casos, 8.11%) e, por fim, do contacto presencial (85 casos, 6.96%) (cf. Figura H.1.12.).

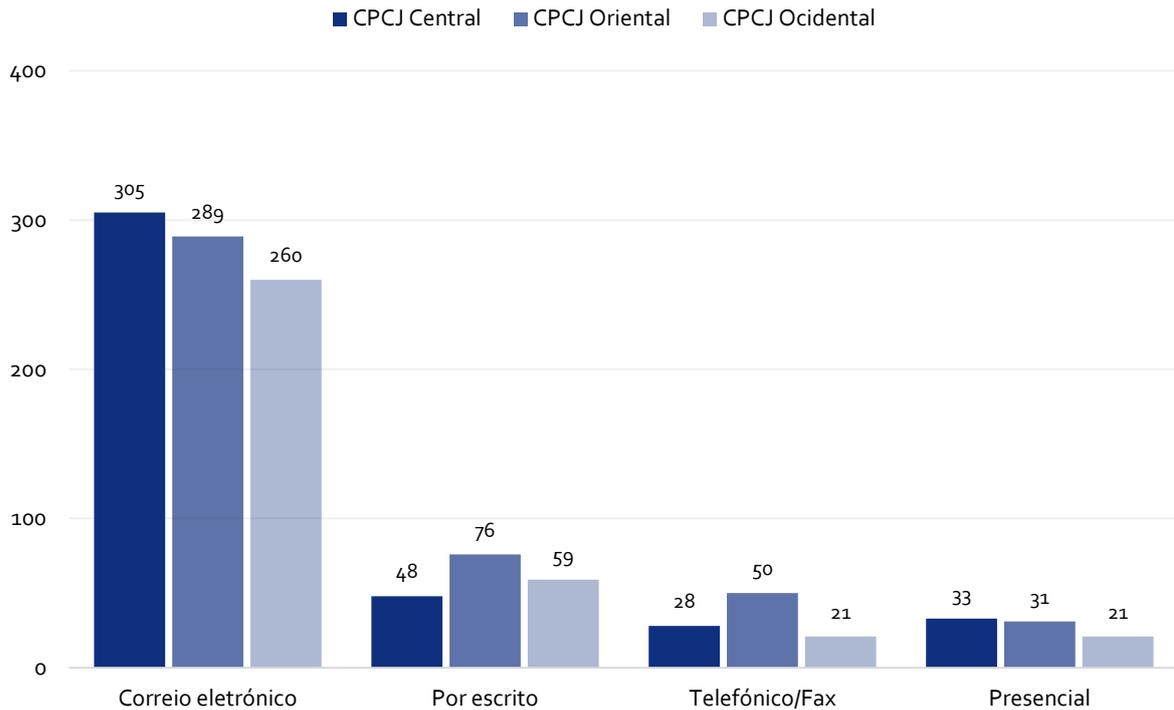


Figura H.1.13. Modalidade de contacto em processos, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.13. verifica-se que nas três CPCJs a modalidade de contacto mais utilizada foi o correio eletrónico (305 contactos na CPCJ Central; 289 contactos na CPCJ Oriental; 260 contactos na CPCJ Ocidental). A segunda modalidade de contacto mais utilizada nas três CPCJs foi o contacto por escrito (48 contactos na CPCJ Central; 76 na CPCJ Oriental; 59 na CPCJ Ocidental).

MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

De seguida, apresenta-se nas Figuras H.1.14. e H.1.15. os dados relativos às **medidas de promoção e proteção**, globais e por CPCJ, em 2017.

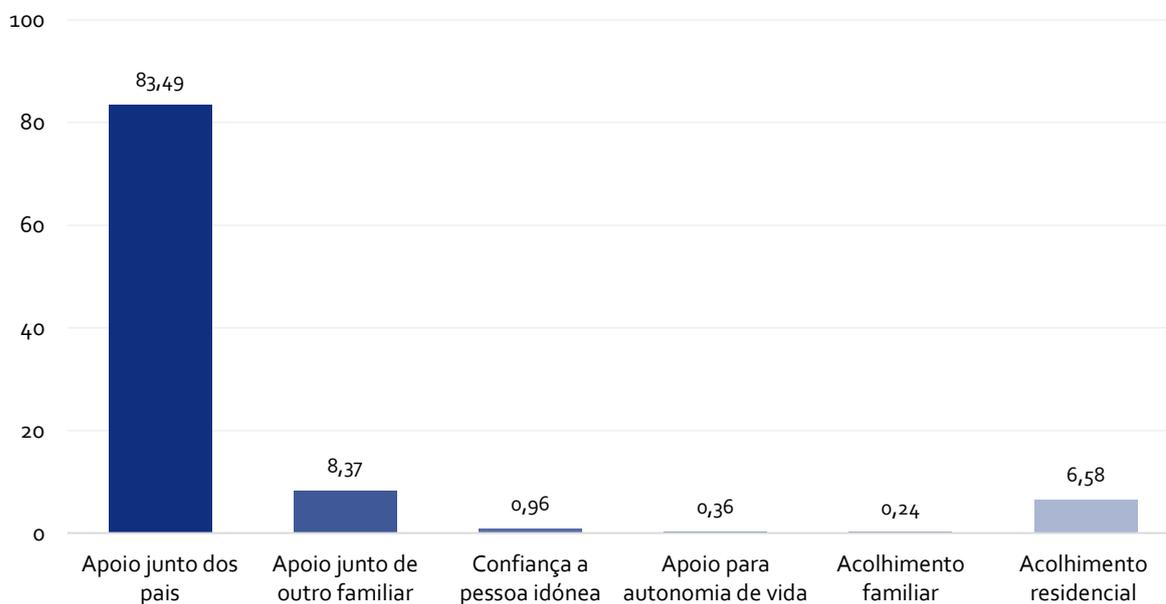


Figura H.1.14. Medidas de promoção e proteção, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ –Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da observação da Figura H.1.14. verifica-se que, globalmente, no ano de 2017 a medida de promoção e proteção mais executada foi o “apoio junto dos pais”, em 698 processos (83.49%), seguida do “apoio junto de outro familiar”, em 70 processos (8.37%) e do “acolhimento residencial”, em 55 processos (6.58%).

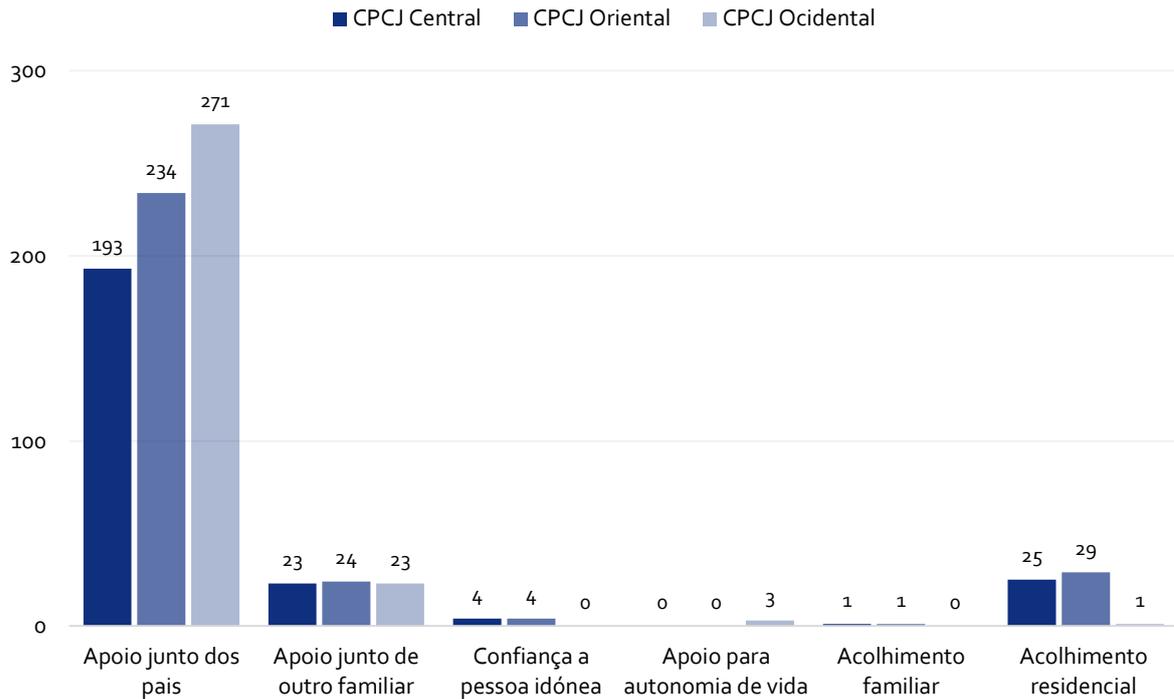


Figura H.1.15. Medidas de promoção e proteção, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Na análise por CPCJ, apresentada na Figura H.1.15. constata-se que a medida de promoção e proteção mais utilizada nas três CPCJs foi o “apoio junto dos pais” (193 vezes na CPCJ Central; 234 vezes na CPCJ Oriental; 271 vezes na CPCJ Ocidental). Na CPCJ Central e Oriental a segunda medida mais utilizada foi o “acolhimento residencial” (25 na CPCJ Central e 29 na CPCJ Oriental) e a terceira foi o “apoio junto de outro familiar” (23 na CPCJ Central e 24 na CPCJ Oriental). Na CPCJ Ocidental a segunda medida mais executada foi o “apoio junto de outro familiar” (23 vezes) e a terceira medida foi o “apoio para a autonomia de vida” (três vezes).

PROCESSOS ARQUIVADOS E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA ACIONADOS

Concluimos esta exposição de dados com a apresentação, nas próximas quatro figuras, dos dados relativos aos **arquivamentos de processos**, globais e por CPCJ.



Figura H.1.16. Processos arquivados, por motivo, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.16. constata-se que, globalmente, em mais de 1/3 (34.45%) dos 1 251 arquivamentos, em 2017, o motivo foi “a situação de perigo já não subsiste”.

O segundo motivo para o arquivamento foi “a situação de perigo não se confirma”, com 135 casos (10.79%) e o terceiro motivo para arquivamento foi “remessa de processo a tribunal - ausência de consentimento para intervenção”, em 119 casos (9.51%).

Outros motivos com efetivos significativos foram “apensação a processo judicial” (93 casos; 7.43%), “retirada do consentimento pelos progenitores” (89 casos; 7.11%) e “atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos” (80 casos; 6.39%).

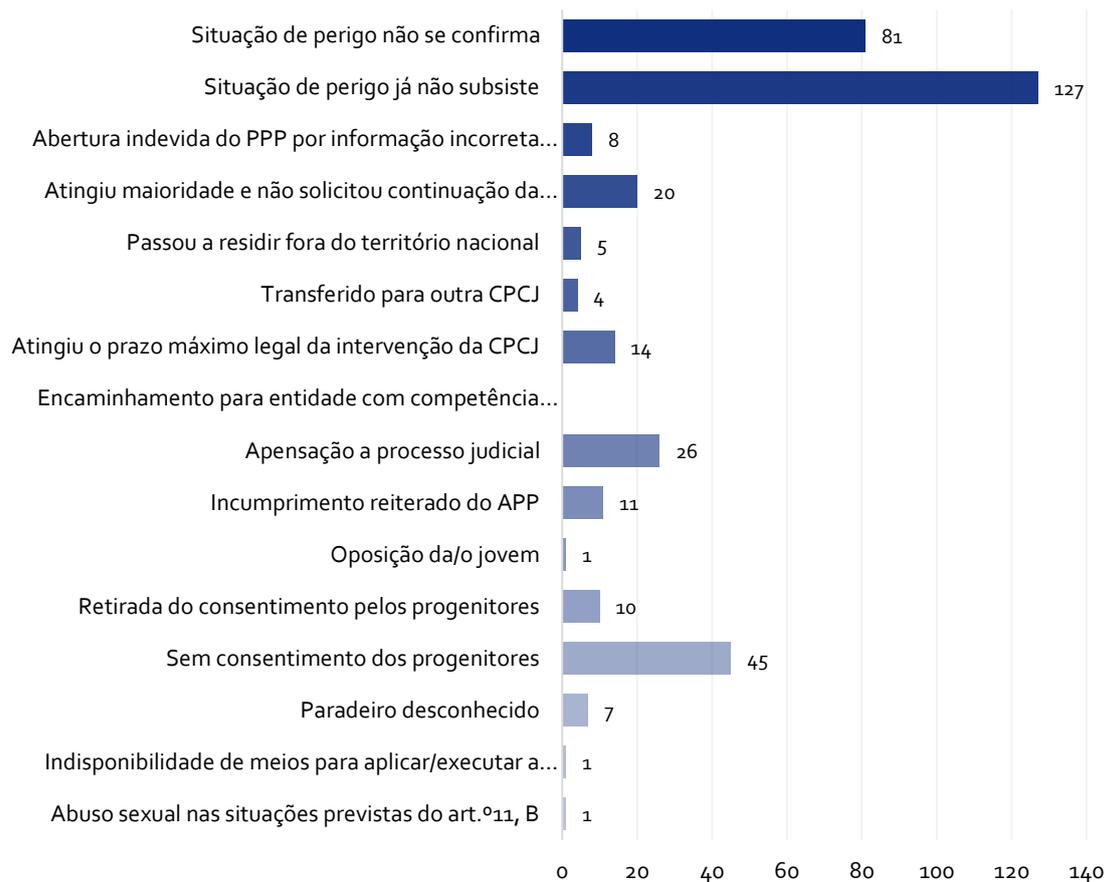


Figura H.1.17. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Ocidental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ – Porto Ocidental, 2017)

Analisando a Figura H.1.17. constata-se que na CPCJ Ocidental, dos 361 arquivamentos, 127 (35.18%) tiveram como motivo “situação de perigo já não subsiste”. De seguida, como segundo motivo principal de arquivamento surgiu “situação de perigo não se confirma”, com 81 casos (22.44%) e depois “sem consentimento dos progenitores”, com 45 casos (12.47%).



Figura H.1.18. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Na CPCJ Central, e tal como se pode observar na Figura H.1.18., dos 471 arquivamentos, 200 (42.46%) tiveram como motivo “situação de perigo já não subsiste”. O segundo motivo para arquivamento foi “remessa de processo a tribunal - ausência de consentimento para intervenção”, com 59 casos (12.53%) e o terceiro foi “situação de perigo não se confirma”, com 43 casos (9.13%).



Figura H.1.19. Processos arquivados, por motivo, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Na CPCJ Oriental constata-se, pela análise da Figura H.1.19. que, do total de 419 arquivamentos, o principal motivo de arquivamento foi “situação de perigo já não subsiste”, com 104 casos (24.82%). O segundo motivo foi “remessa de processo a tribunal - ausência de consentimento para intervenção”, com 60 casos (14.32%) e o terceiro motivo foi “retirada do consentimento dos progenitores”, com 55 casos (13.13%).

A Figura H.1.20. apresenta os dados relativos aos **procedimentos de urgência acionados** no ano de 2017.³⁴³

³⁴³ Estes dados dizem respeito apenas à CPCJ Central e CPCJ Oriental.

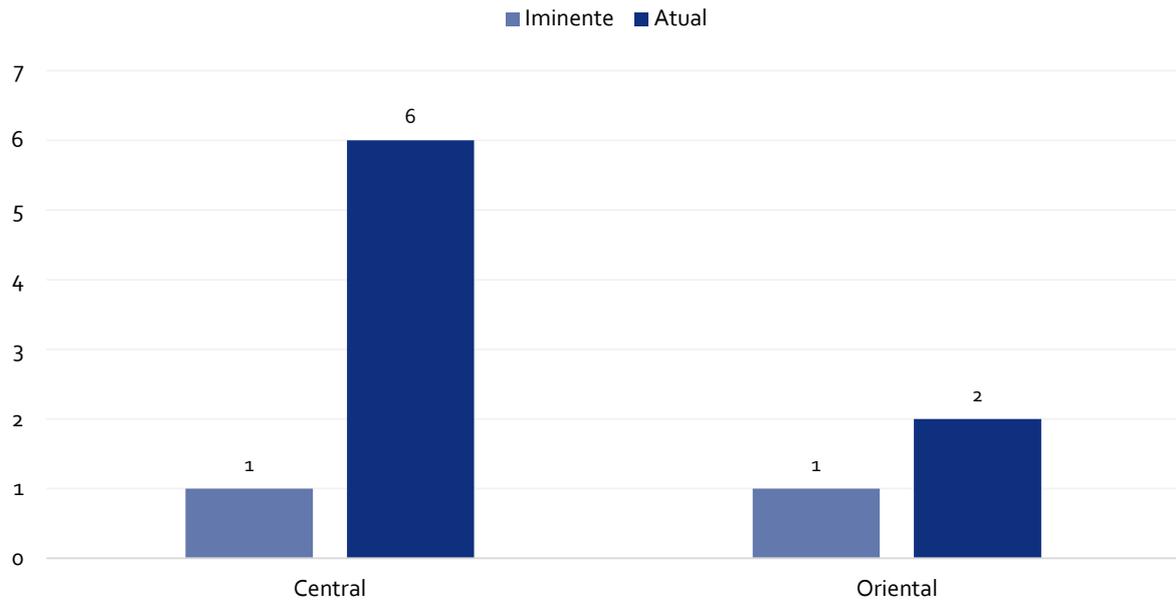


Figura H.1.20. Procedimentos de urgência acionados, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.20. constata-se que, no ano de 2017, existiu uma situação de perigo iminente para a vida ou integridade física da criança ou jovem, em cada CPCJ. E existiram seis situações de perigo atual para a vida ou integridade física da criança ou do jovem, que levaram ao acionamento de seis procedimentos de urgência na CPCJ Central e de dois na CPCJ Oriental.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E EDUCATIVO DAS CRIANÇAS E JOVENS

ACOMPANHADAS/OS³⁴⁴

Na Figura H.1.21. apresenta-se os dados que dizem respeito às **crianças e jovens com deficiência ou incapacidade que foram acompanhadas/os** em 2017.

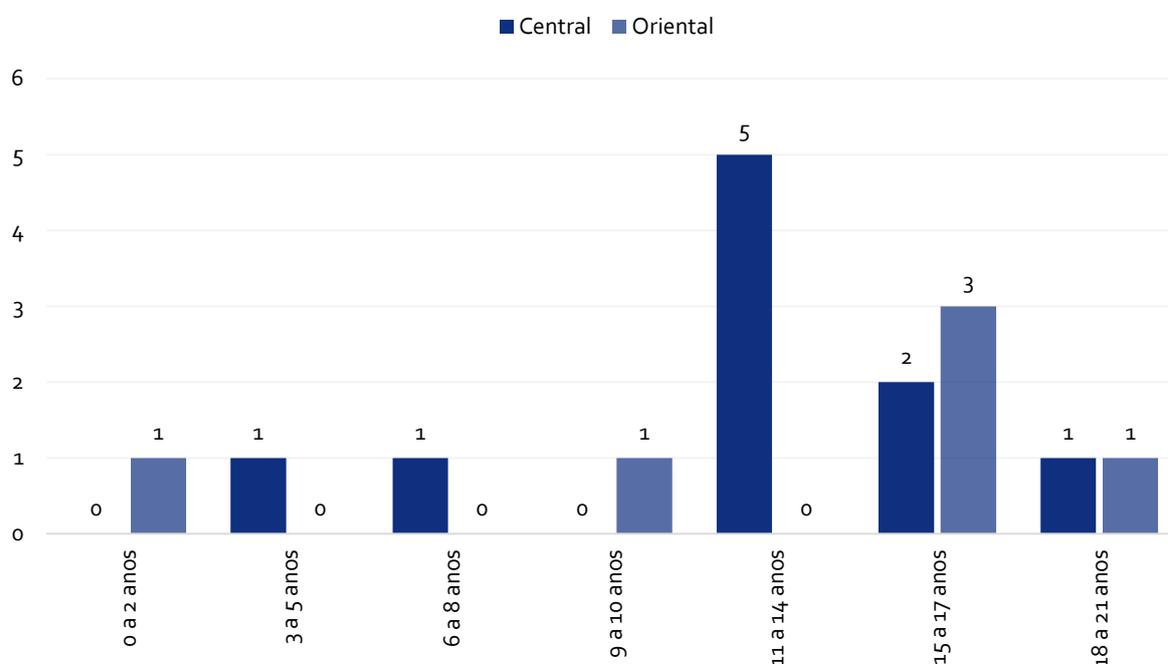


Figura H.1.21. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por escalão etário e situação de deficiência, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Analisando a Figura H.1.21. verifica-se que o número de crianças e jovens com deficiência ou incapacidade acompanhadas/os no ano de 2017 foi residual, quando comparado com o total de crianças e jovens acompanhadas/os. De facto, das 720 crianças e jovens acompanhadas/os pela CPCJ Central no ano de 2017, 10 eram crianças e jovens com deficiência ou incapacidade, o que representava 1.39% dos casos. Destas 10, metade (cinco) estavam na faixa etária dos 11-14 anos e três estavam na faixa etária dos 15-17 anos.

Quanto à CPCJ Oriental, do total de 774 crianças e jovens acompanhadas/os em 2017, seis eram crianças e jovens com deficiência ou incapacidade (0.78%), estando metade (três) na faixa etária dos 15-17 anos.

³⁴⁴ Idem.

Seguidamente, apresentam-se no próximo conjunto de duas figuras e quadros os dados relativos à **inserção socioeducativa** das crianças e das/os jovens acompanhadas/os.

Iniciamos com a apresentação na Figura H.1.22. dos dados referentes aos apoios socioeducativos das crianças e das/os jovens acompanhadas/os, com idades entre os zero e os cinco anos.

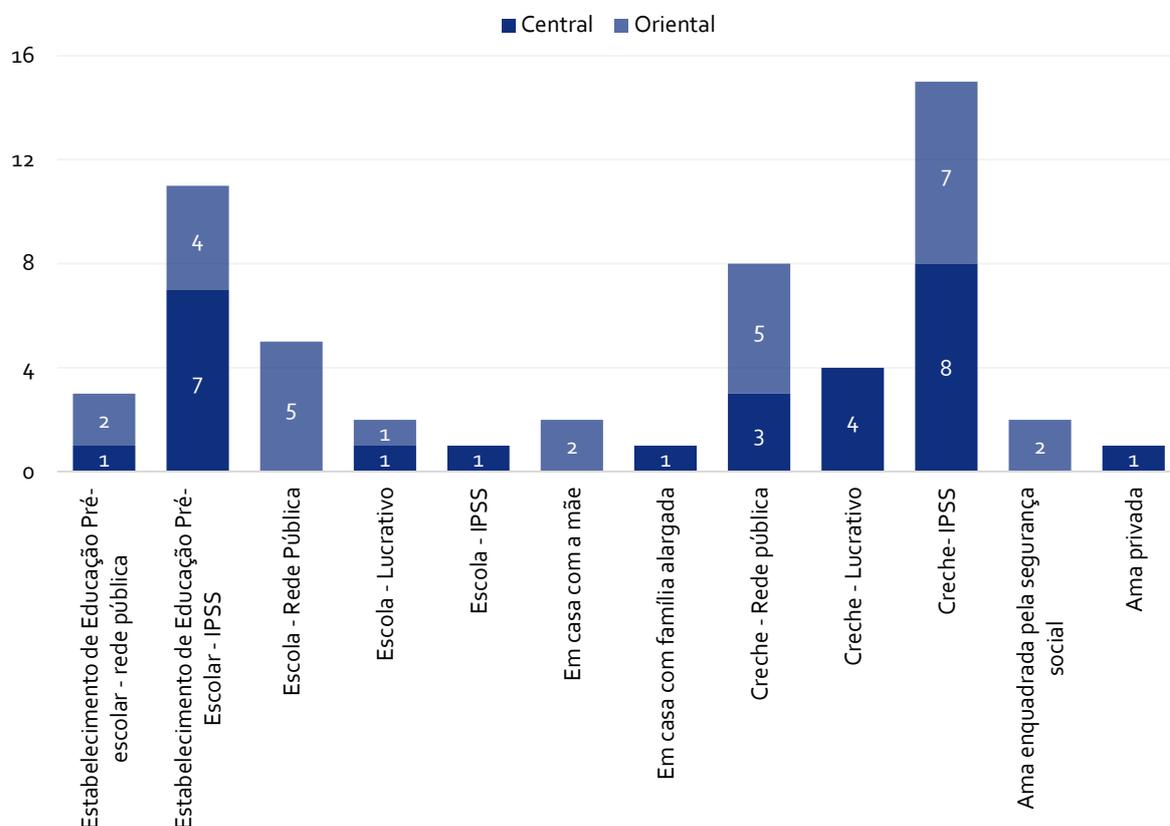


Figura H.1.22. Crianças dos 0 aos 5 anos em risco acompanhadas/os, por apoio sócio educativo, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Em 2017, existiram 155 crianças e jovens dos 0 aos 5 anos acompanhadas/os, em cada uma das CPCJs em análise. Destas/es, em 128 casos na CPCJ Central e em 127 casos na CPCJ Oriental, não estava caracterizada a modalidade de apoio socioeducativo da criança ou jovem acompanhado.

Nos restantes casos, e a partir da análise da Figura H.1.22., constata-se que, na CPCJ Central, oito crianças ou jovens frequentavam uma creche da rede de Instituições Privadas de Solidariedade Social (doravante designadas por IPSS), sete frequentavam um estabelecimento de ensino pré-escolar da rede IPSS, quatro estavam numa creche com fins lucrativos e três frequentavam uma creche da rede pública. As restantes cinco crianças e jovens distribuíam-se pelas restantes modalidades de apoio socioeducativo.

Na CPCJ Oriental sete crianças ou jovens frequentavam uma creche da rede IPSS, cinco estavam numa creche pública, cinco frequentavam uma escola da rede pública e quatro frequentavam um estabelecimento de ensino pré-escolar da rede IPSS. As restantes sete crianças e jovens distribuíam-se pelas restantes modalidades de apoio socioeducativo.

Seguidamente, apresentam-se, nos Quadros H.1.5. e H.1.6. os dados das **crianças e das/os jovens acompanhadas/os dos 6-21 anos, por escolaridade, em 2017.**

	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Ensino Pré-escolar	11	1	-	-	-
1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	12	13	9	2	-
1º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	2	2	-	-
2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	3	19	9	1
2º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	1	4	-
3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	-	5	16	7
3º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	-	1	1
Ensino Secundário Incompleto	-	-	-	10	7
Ensino Secundário Completo	-	-	-	-	2
Curso Profissional Nível 2	-	-	-	3	-
Curso Profissional Nível 3	-	-	1	1	1
Ensino Superior	-	-	-	-	-
Outro.	-	-	-	2	1
Total (N)	23	19	37	48	20

Quadro H.1.5. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise do Quadro H.1.5. constata-se que das 147 crianças e jovens acompanhadas/os pela CPCJ Oriental, que tinham a sua situação escolar caracterizada, uma considerável proporção não tinha os níveis de escolaridade habituais para a sua faixa etária.

De facto, e analisando por faixa etária constata-se que na faixa etária dos 6-8 anos, do total de 23 crianças e jovens acompanhadas/os, 11 estavam no ensino pré-escolar e 12 tinham o 1º ciclo de escolaridade incompleto. Na faixa etária dos 9-10 anos (19 crianças e jovens acompanhadas/os), apenas duas crianças tinham o 1º ciclo de escolaridade completo, tendo a grande maioria (13) o 1º ciclo incompleto. Três crianças e jovens tinham o 2º ciclo incompleto.

	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Ensino Pré-escolar	11	-	-	0	-
1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	24	18	13	1	-
1º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	1	2	1	-
2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	3	33	15	1
2º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	3	7	1
3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	-	-	26	50	10
3º Ciclo do Ensino Básico Completo	-	-	2	11	2
Ensino Secundário Incompleto	-	-	-	14	14
Ensino Secundário Completo	-	-	-	-	-
Curso Profissional Nível 2	-	-	-	6	2
Curso Profissional Nível 3	-	-	-	2	2
Ensino Superior	-	-	-	-	1
Total (N)	35	22	79	107	33

Quadro H.1.6. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os dos 6 aos 21 anos, por grupo etário e por escolaridade, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)

Na faixa etária dos 11-14 anos o cenário agravava-se, constatando-se que das 37 crianças e jovens acompanhadas/os, apenas cinco tinham o 3º ciclo incompleto, existindo 19 crianças e jovens com o 2º ciclo incompleto e nove com o 1º ciclo incompleto.

Na faixa etária dos 15-17 anos, eram acompanhadas/os 48 crianças e jovens, dos quais apenas 10 tinham o ensino secundário incompleto. A maioria das restantes (16) tinham o 3º ciclo incompleto, nove tinham o 2º ciclo incompleto e quatro tinham o 2º ciclo de escolaridade completo.

Finalmente, na faixa etária dos 18-21 anos o padrão era similar. Das/os 20 jovens acompanhadas/os, apenas duas/dois tinham o ensino secundário completo, sete tinham o ensino secundário incompleto e outras/os sete tinham o 3º ciclo incompleto.

O padrão de resultados para as crianças e para as/os jovens acompanhadas/os pela CPCJ Central era semelhante ao encontrado para a CPCJ Oriental. Também neste caso se constatava que das 276 crianças e jovens acompanhadas/os pela CPCJ Central, que tinham a sua situação escolar caracterizada, uma considerável proporção não tinha os níveis de escolaridade habituais para a sua faixa etária (cf. Quadro H.1.6.).

A análise por faixa etária mostra que na faixa etária dos 6-8 anos, do total de 35 crianças e jovens acompanhadas/os, 11 estavam no ensino pré-escolar e 24 tinham o 1º ciclo de escolaridade incompleto. Na faixa etária dos 9-10 anos (22 crianças e jovens acompanhadas/os), apenas uma criança ou jovem tinha o 1º ciclo de escolaridade completo, tendo a grande maioria (18) o 1º ciclo incompleto. Três crianças e jovens tinham o 2º ciclo incompleto.

Na faixa etária dos 11-14 anos o cenário era idêntico, constatando-se que das 79 crianças e jovens acompanhadas/os, 26 tinham o 3º ciclo incompleto, existindo 33 crianças e jovens com o 2º ciclo incompleto e 13 com o 1º ciclo incompleto.

Na faixa etária dos 15-17 anos, foram acompanhadas/os 107 crianças e jovens, dos quais apenas 14 tinham o ensino secundário incompleto. Quase metade (50) tinham o 3º ciclo incompleto, 15 tinham o 2º ciclo incompleto e sete tinham o 2º ciclo de escolaridade completo.

Por fim, na faixa etária dos 18-21 anos o padrão era idêntico. Das/os 33 jovens acompanhadas/os, 14 tinham o ensino secundário incompleto, 10 tinham o 3º ciclo incompleto e apenas um/a tinha formação superior.

De seguida, apresenta-se, na Figura H.1.23., os dados relativos às **crianças e jovens acompanhadas/os, por modalidade de ensino, no ano de 2017.**

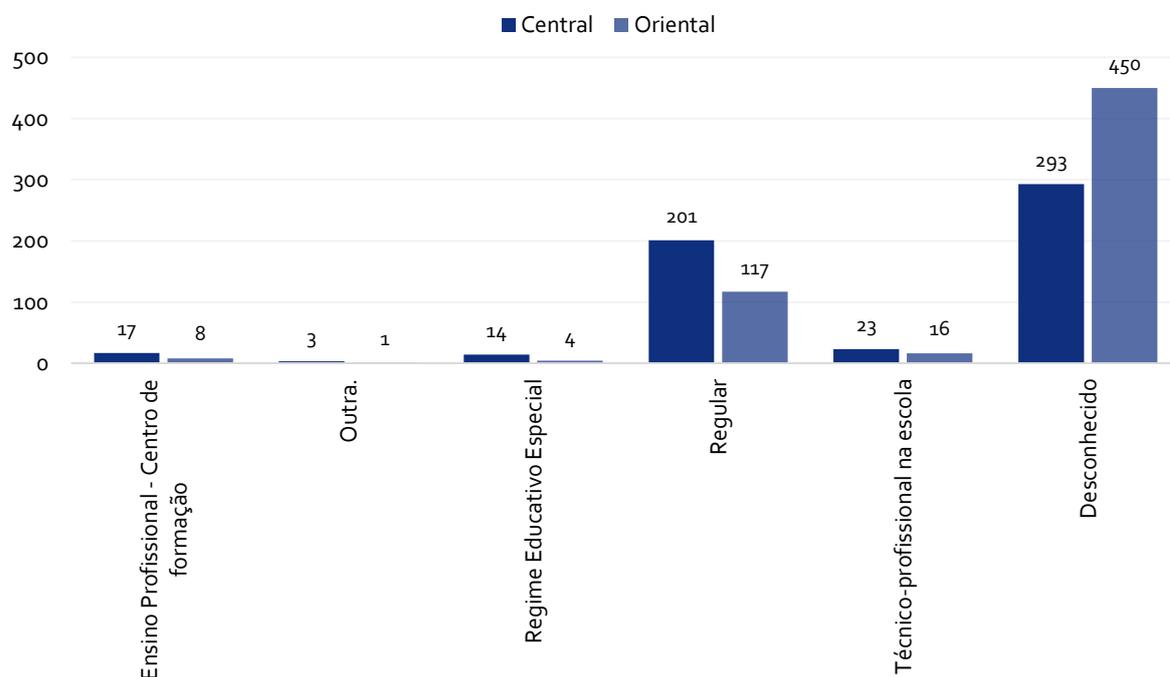


Figura H.1.23. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por modalidade de ensino, por CPCJ, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017; Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)

Da análise da Figura H.1.23. verifica-se que, do total de 258 crianças e jovens acompanhadas/os pela CPCJ Central e com a modalidade de ensino descrita, a maioria (208 ou 80.62%) frequentavam o ensino regular. Vinte e três frequentavam o ensino técnico-profissional na escola, 17 frequentavam o ensino profissional em centro de formação e 14 tinham um regime educativo especial.

Quanto às crianças e jovens acompanhadas/os pela CPCJ Oriental, do total de 146 crianças e jovens acompanhadas/os, 117 (80.14%) frequentavam o ensino regular, 16 frequentavam o ensino técnico-profissional na escola, oito frequentavam o ensino profissional em centro de formação e quatro tinham um regime educativo especial.

Finalmente, apresentam-se, nos Quadros H.1.7. e H.1.8., os dados que se referem às **problemáticas diagnosticadas por faixa etária.**

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	-	-	2	2	1
CAESP	2	-	-	3	2	2	1
CDTR	-	-	-	-	1	-	-
CJACABED	-	-	-	1	14	21	7
ECPCBEDC	3	6	6	2	5	3	1
ETI	-	-	1	-	-	-	-
Maus tratos	-	4	4	-	4	6	2
Mendicidade	-	-	1	-	-	-	-
MTPIA	-	1	-	3	1	-	-
Negligência	7	16	6	11	16	11	11
Outras	8	6	4	6	10	7	3
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	-	-	1	1	15	44	13
Violência doméstica	3	6	5	3	7	7	1
Total (N)	23	39	28	30	77	103	40

Quadro H.1.7. Processos acompanhadas/os, por problemática diagnosticada e por grupo etário, CPCJ Central, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Central relativo ao ano de 2017)³⁴⁵

Ao nível das problemáticas diagnosticadas nas crianças e nas/os jovens acompanhadas/os pela CPCJ Central, da análise do Quadro H.1.7. constata-se que, em 2017, a negligência foi a

³⁴⁵ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime

problemática mais diagnosticada nas faixas etárias até aos 14 anos (mínimo de seis casos na faixa etária dos 6-8 anos e máximo de 16 casos na faixa etária dos 11-14 anos. Na faixa etária dos 6-8 anos as situações ECPCBEDC foram tão diagnosticadas como a negligência, com seis casos).

Como segunda problemática mais diagnosticada, surgiram as situações ECPCBEDC e a violência doméstica, nas faixas etárias dos 0-2 anos e dos 3-5 anos. Na faixa etária dos 6-8 anos a segunda problemática mais diagnosticada foi a violência doméstica, com cinco casos. E na faixa etária dos 11-14 anos foram três as problemáticas com o segundo maior número de diagnósticos, a saber, as situações CAESP, as situações MTPIA e a violência doméstica, cada uma com três casos. Na faixa etária dos 11-14 anos a segunda problemática mais diagnosticada foi o absentismo e abandono escolar (15 casos), seguida das situações CJACABED (14 casos).

Na faixa etária dos 15-17 anos, a problemática mais diagnosticada foi o absentismo/abandono escolar, com 44 casos, seguido das situações CJACABED (21 casos) e das situações de negligência (11 casos).

Finalmente, na faixa etária dos 18-21 anos a problemática mais diagnosticada foi o absentismo/abandono escolar (13 casos), seguida da negligência (11 casos).

Quanto às problemáticas diagnosticadas nas crianças e nas/os jovens acompanhadas/os pela CPCJ Oriental verifica-se, pela observação e análise do Quadro H.1.8., que nas faixas etárias até aos 10 anos de idade, a violência doméstica surgiu como a problemática mais diagnosticada (de 10 casos na faixa etária dos 9-10 anos, até aos 16 casos, na faixa etária dos 3-5 anos). A negligência foi também a problemática mais diagnosticada na faixa etária dos 3-5 anos (16 casos) e na faixa etária dos 6-8 anos (15 casos). Nas faixas etárias dos 0-2 anos e dos 9-10 anos a negligência foi a segunda problemática mais diagnosticada (em ambas as faixas etárias foram diagnosticados seis casos).

Na faixa etária dos 11-14 anos, a problemática mais diagnosticada foram as situações CJACABED (17 casos), seguidas da negligência (13 casos) e do absentismo/abandono escolar (11 casos).

Na faixa etária dos 15-17 anos, o absentismo/abandono escolar foi a problemática mais diagnosticada (28 casos), seguido das situações CJACABED (23 casos) e da negligência (11 casos).

	0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos
Abuso sexual	-	-	1	-	-	2	2
CAESP	-	4	2	2	-	2	8
CJACABED	2	-	3	1	17	23	6
ECPCBEDC	4	5	4	2	5	3	1
Maus tratos	-	1	5	2	4	2	3
MTPIA	-	-	-	1	-	4	-
Negligência	6	16	15	6	13	11	8
Outras	7	8	4	2	14	6	4
SPDE: Absentismo/Abandono Escolar	-	-	3	4	11	28	4
Violência doméstica	12	16	15	10	9	6	2
Total (N)	31	50	52	30	73	87	38

Quadro H.1.8. Processos acompanhados, por problemática diagnosticada e por grupo etário, CPCJ Oriental, Porto, 2017 (em número; Fonte: Relatório Anual de atividade da CPCJ Porto Oriental relativo ao ano de 2017)³⁴⁶

Finalmente, na faixa etária dos 18-21 anos as problemáticas mais diagnosticadas foram a negligência (oito casos) e as situações CAESP (oito casos). A segunda problemática com maior número de diagnósticos foram as situações CJACABED (seis casos).

Depois de apresentados os indicadores relativos às crianças e jovens em risco acompanhadas/os pelas CPCJs do concelho do Porto, passamos a apresentar alguns indicadores relativos às crianças e jovens em risco acompanhadas/os na DICAD.

³⁴⁶ CJACABED = A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada; ECPCBEDC = Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (consumos de álcool e de estupefacientes); CAESP = criança abandonada ou entregue a si própria; MTPIA = mau trato psicológico ou indiferença afetiva; PFQC = prática de facto qualificado pela lei penal como crime.

CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

As Figuras H.1.24., H.1.25., H.1.26. e H.1.27. referem-se aos dados sobre o número de **crianças e jovens em situação de vulnerabilidade** e a evolução ocorrida entre 2012 e 2017.

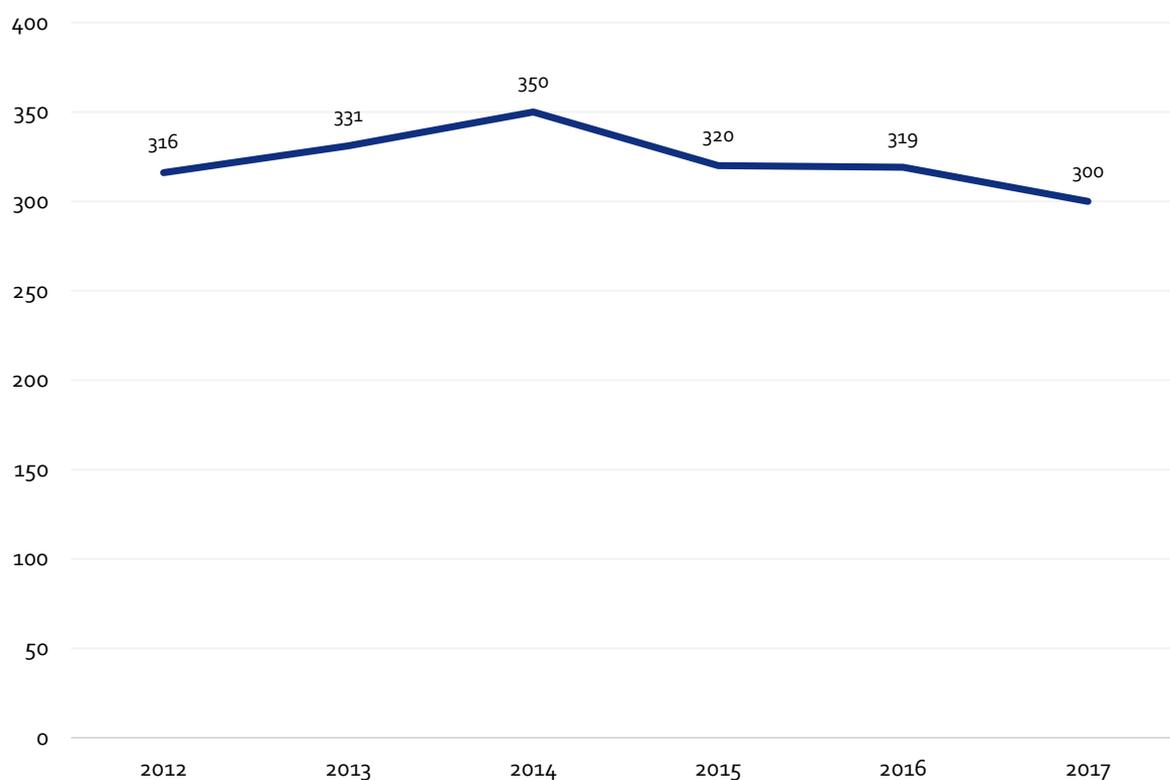


Figura H.1.24. Crianças e jovens em risco acompanhados/os, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.1.24. constata-se que, no período compreendido entre 2012 e 2017, ocorreu um decréscimo de cerca de 6% no número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, que passou de 316 crianças e jovens em 2012, para 300 em 2017 (tendo ocorrido um pico de mais 10% em 2014).

De seguida, na Figura H.1.25. apresenta-se a distribuição desses casos pelas várias freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto, no ano de 2017.

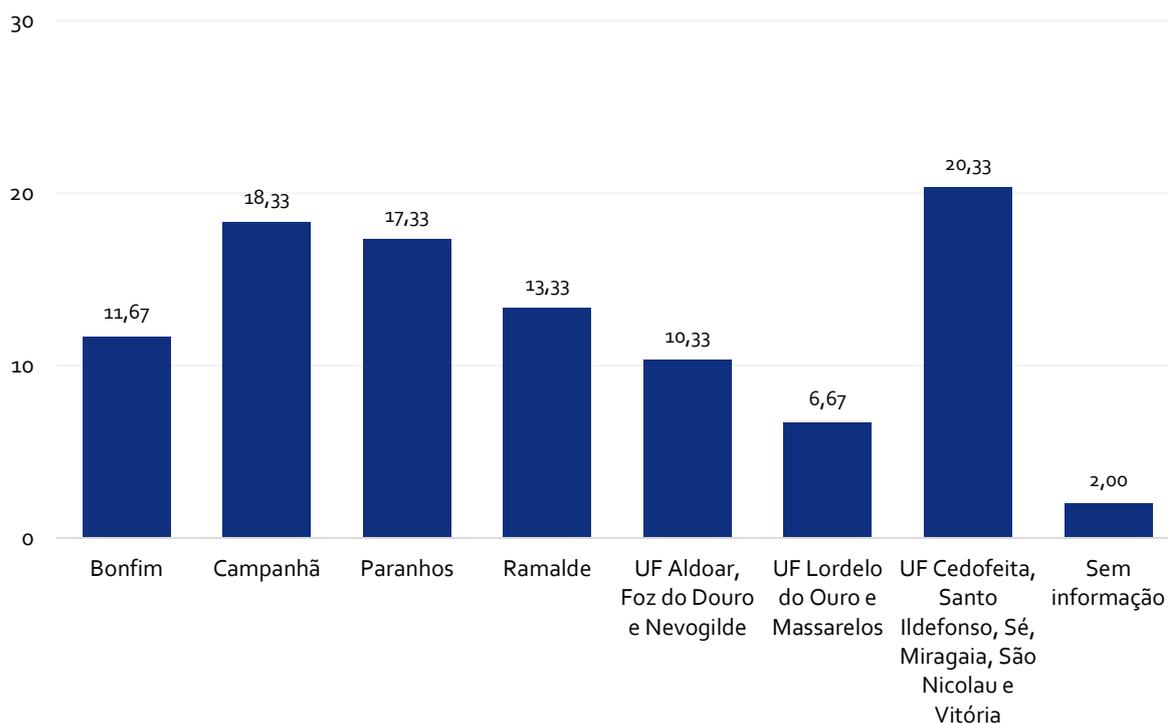


Figura H.1.25. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Como se pode constatar pela análise da Figura H.1.25. o território com a percentagem mais elevada de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade era a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 20.33% (61 casos), seguido da freguesia de Campanhã com 18.33% (55 casos) e da freguesia de Paranhos com 17.33% (52 casos). A União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos era a que apresentava a percentagem mais baixa, com 6.67% (20 casos).

A Figura H.1.26. apresenta a distribuição de crianças e jovens acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, no intervalo compreendido entre 2012 e 2017.

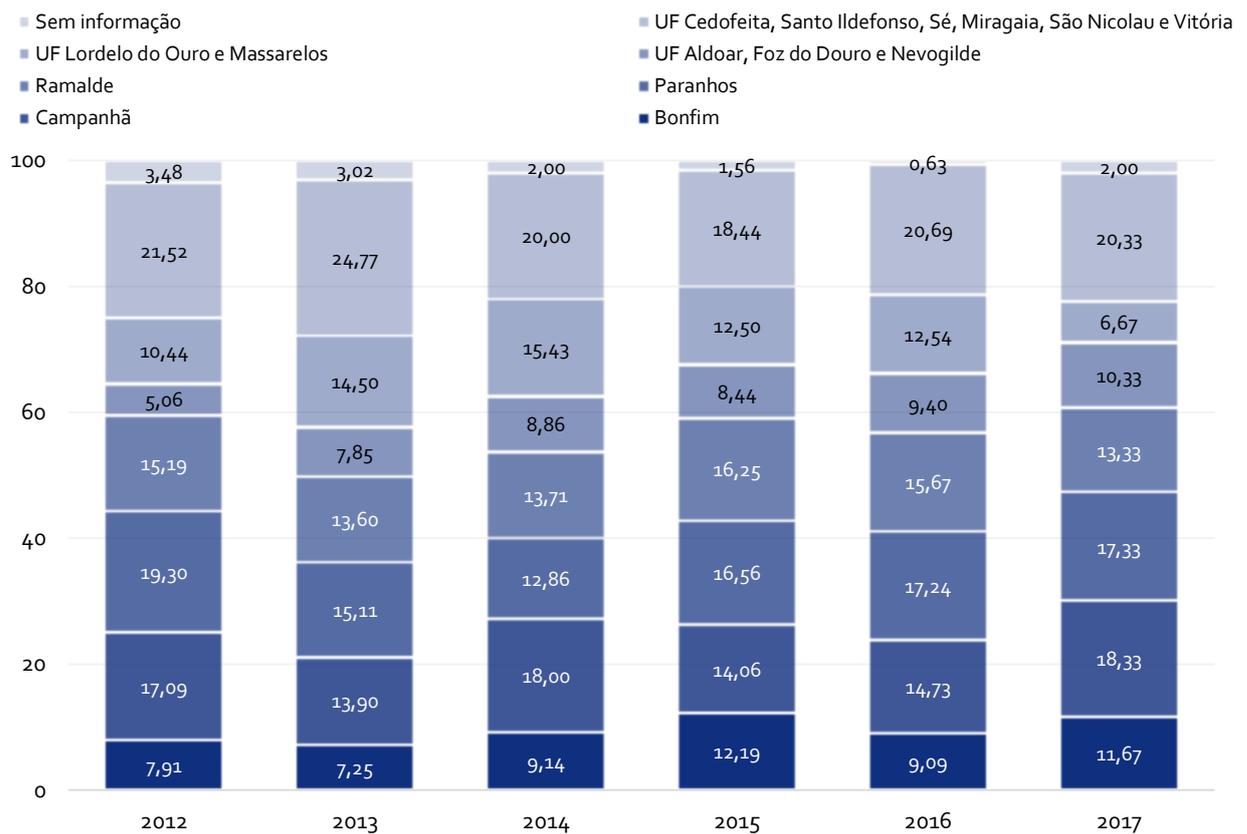


Figura H.1.26. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise por freguesia/união de freguesias, no período compreendido entre 2012 e 2017, constata-se, tal como se pode observar pela análise da Figura H.1.26., que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi o território que em todos os anos teve maior percentagem de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, com percentagens a variarem entre o mínimo de 18.44% (59 casos, em 2015) e 24.77% (82 casos em 2013).

Em segunda posição surgiu Paranhos em 2012, 2013, 2015 e 2016 (mínimo de 15.11% em 2013 e máximo de 19.3% em 2013) e Campanhã em 2014 (18%, 63 casos) e 2017 (18.33%, 55 casos).

O terceiro lugar foi ocupado por Campanhã em 2012 (17.09%, 54 casos), pela União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos em 2013 (14.5%, 48 casos) e 2014 (15.43%, 54 casos), por Ramalde em 2015 (16.25%, 52 casos) e 2016 (16.67%, 50 casos) e por Paranhos em 2017 (17.33%, 52 casos).

Finalmente a Figura H.1.27. apresenta a **evolução ocorrida no número de crianças e jovens em risco** acompanhadas/os no período compreendido entre 2012 e 2017, por freguesia/união de freguesias.

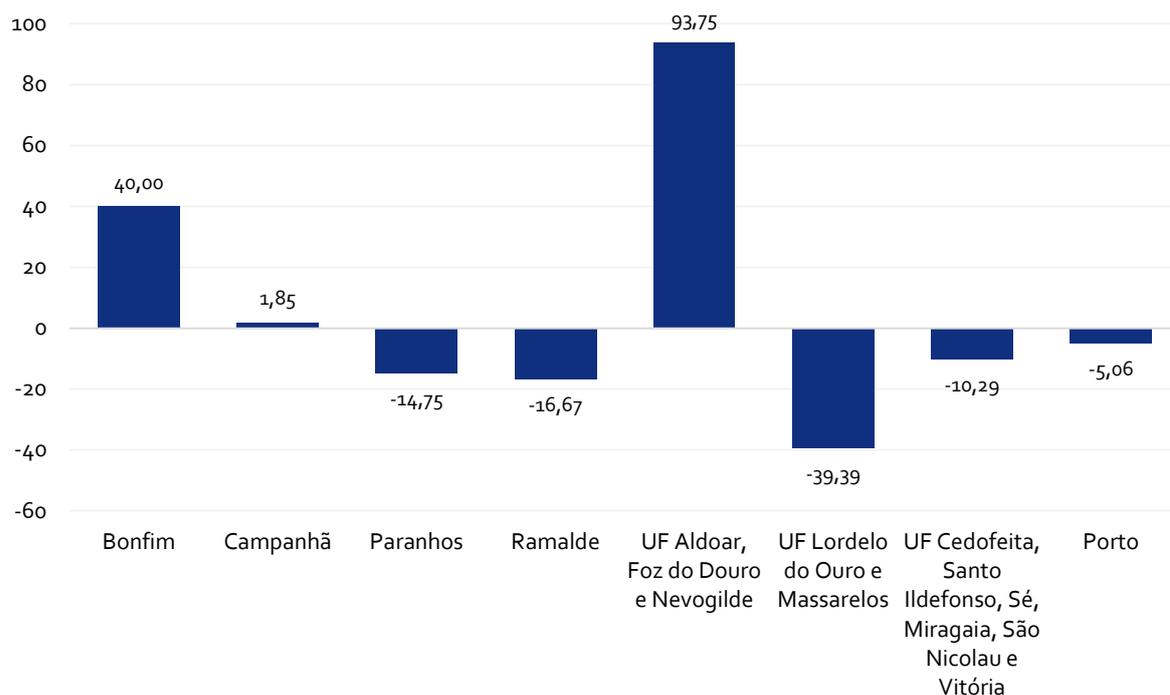


Figura H.1.27. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Conforme se pode constatar pela observação da Figura H.1.27., na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde o número de crianças e jovens em risco acompanhadas/os quase duplicou (aumento de 93.75%, passando de 16 casos, em 2012 para 31 casos, em 2017) e no Bonfim esse aumento foi de 40% (de 25 casos, em 2012 para 35 casos, em 2017). Nas restantes freguesias/uniões de freguesia o número de crianças e jovens em risco ou se manteve (Campanhã) ou diminuiu, sendo de destacar a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com uma diminuição de quase 40% (de 33 casos, em 2012 para 20 casos, em 2017) e Ramalde, com uma diminuição de 16.67% (de 48 para 40 casos).

PERFIL DE CONSUMOS DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Nos Quadros H.1.9. e H.1.10. apresentam-se os dados sobre os **consumos das crianças e das/os jovens** em risco acompanhadas/os.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Álcool - Uso moderado	-	-	-	-	-	-	1.64
Cannabis	5.71	5.45	-	5	12.9	10	9.84
Sem Droga Principal	28.57	25.45	15.38	22.5	19.35	5	37.7
Sem Informação	65.71	67.27	82.69	72.5	67.74	85	47.54
Tabaco	-	1.82	1.92	-	-	-	3.28
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.9. Substâncias consumidas pelas crianças e pelas/os jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁴⁷

Quanto ao consumo de substâncias por crianças e jovens em risco, e tal como se pode observar no Quadro H.1.9., das 300 crianças e jovens em risco acompanhadas/os, 24% (72) não tinham droga principal, 6% (18) consumiam cannabis, 1.67% (cinco) consumiam tabaco e 0.33% (um/a) consumiam álcool de forma moderada. Em 67.67% dos casos (203) não existia informação.³⁴⁸

³⁴⁷ Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

³⁴⁸ Na categoria "sem informação", a maioria dos casos referia-se a casos de crianças e jovens sem consumo de substâncias.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Álcool - Uso moderado	0.32	0.30	-	-	-	0.33
Cannabis	2.85	2.42	10	7.5	7.84	6.33
Heroína	-	-	-	0.31	-	-
Sem Droga Principal	0.63	0.91	32.57	28.13	28.21	24
Sem Informação	96.2	96.37	56.29	63.75	63.64	67.67
Tabaco	0.32	0.3	1.14	0.31	-	1.67
Total	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.10. Substâncias consumidas pelas crianças e pelas/os jovens em risco acompanhadas/os, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, na maioria dos casos não existia informação sobre consumo de substâncias³⁴⁹, muito embora a percentagem dos casos sem informação sobre consumo de substâncias tenha diminuído entre 2012 e 2017, tendo passado de 96.2% dos casos de crianças e jovens em risco acompanhadas/os em 2012, para 67.67% dos casos de crianças e jovens em risco acompanhadas/os em 2017 (cf. Quadro H.1.10.).

Como principal substância consumida, entre 2012 e 2013, surgiu a cannabis, com nove casos em 2012 e oito casos em 2013, mas a partir de 2014 passou a ser "sem droga principal", tendo oscilado entre o mínimo de 24% (72 casos), em 2017 e o máximo de 32.57% (114 casos), em 2014.

A cannabis foi a segunda substância mais consumida por crianças e jovens em risco, a partir de 2014, com percentagens a oscilarem entre os 7.83% (25 casos), em 2016 e os 9.71% (34 casos), em 2014.

Entre 2012 e 2017, foi apenas atendida uma criança ou jovem com consumo de heroína (em 2015) e três crianças ou jovens com consumo de álcool (uso moderado), uma em 2012, outra em 2013 e outra em 2017.

³⁴⁹ Ver nota de rodapé anterior.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

A Figura H.1.28. apresenta os dados referentes à **distribuição por sexo, das crianças e das/os jovens** em situação de vulnerabilidade acompanhadas/os, no período compreendido entre 2012 e 2017.

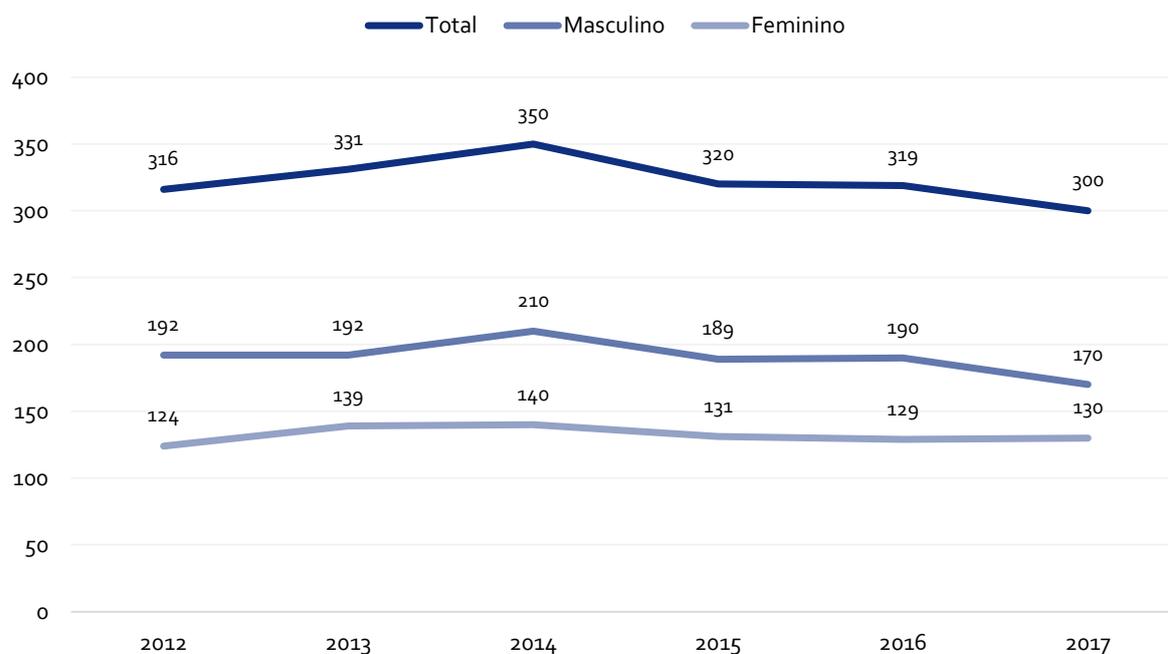


Figura H.1.28. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.1.28. constata-se que, em todos os anos em análise, existiram mais crianças e jovens em risco do sexo masculino, do que do sexo feminino.

Também se constata que nas crianças e nas jovens em risco do sexo feminino ocorreu um aumento de 4.84%, entre 2012 e 2017 (de 124 casos, em 2012 para 130 casos, em 2017) e nas crianças e nos jovens do sexo masculino ocorreu um decréscimo de 11.46% (192 casos, em 2012 e 170 casos, em 2017).

De seguida, apresentam-se nos Quadros H.1.11. e H.1.12. alguns dados relativos à **faixa etária das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os**, por freguesia/união de freguesias em 2017 e dados globais para o período compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Dos 0 aos 14 anos	28.57	25.45	19.23	17.50	25.81	40.00	27.87
Dos 15 aos 19 anos	57.14	58.18	59.62	72.50	45.16	45.00	50.82
Dos 20 aos 24 anos	11.43	14.55	11.54	7.50	22.58	15.00	19.67
Dos 25 aos 29 anos	-	1.82	7.69	-	3.23	-	-
Dos 30 aos 34 anos	2.86	-	-	-	3.23	-	1.64
Dos 35 aos 39 anos	-	-	-	-	-	-	-
Dos 40 aos 44 anos	-	-	-	2.50	-	-	-
>= 45 anos	-	-	1.92	-	-	-	-
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.11. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)^{35º}

Da análise dos Quadros H.1.11. e H.1.12. constata-se que, na análise por freguesia/união de freguesias, a faixa etária com maior percentagem de crianças e jovens em risco era, em 2017, a faixa etária dos 15-19 anos, com percentagens que variavam entre os 45% (nove casos na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 72.5% (29 casos em Ramalde), seguida da faixa etária dos 0-14 anos, com percentagens que variavam entre os 17.5% (sete casos em Ramalde) e os 40% (oito casos na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

^{35º} Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dos 0 aos 14 anos	41.14	36.25	32.86	31.56	28.53	25.67
Dos 15 aos 19 anos	46.84	47.13	52.00	50.63	46.39	55.67
Dos 20 aos 24 anos	7.59	10.27	10.00	13.13	16.61	14.67
Dos 25 aos 29 anos	2.53	3.02	3.43	3.13	4.70	2.33
Dos 30 aos 34 anos	0.95	2.42	1.14	0.94	2.51	1.00
Dos 35 aos 39 anos	0.32	0.60	0.29	0.31	0.63	-
Dos 40 aos 44 anos	0.32	-	-	0.31	0.31	0.33
>= 45 anos	0.32	0.30	0.29	-	0.31	0.33
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.12. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, verifica-se que o padrão etário era semelhante, sendo na faixa etária dos 15-19 anos onde existiam mais crianças e jovens em risco acompanhadas/os, com percentagens que variavam entre o mínimo de 46.39%, ou 148 casos, no ano de 2016 e os 55.67%, aos quais corresponderam 167 casos, no ano de 2017. Seguiu-se a faixa etária dos 0-14 anos, com percentagens que variavam entre os 25.67% (77 casos, em 2017) e os 41.14% (130 casos, em 2012).

Finalmente, na Figura H.1.29. apresenta-se a **evolução ocorrida para cada faixa etária**, entre 2012 e 2017.

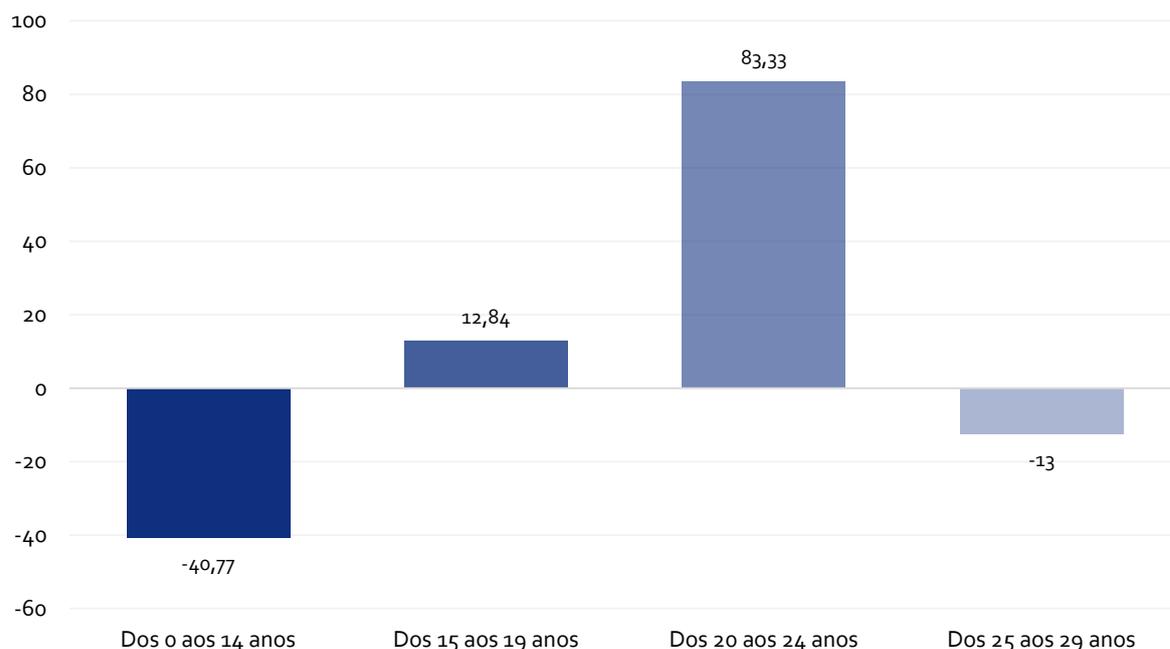


Figura H.1.29. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Observando a Figura H.1.29. verifica-se que, no período compreendido entre 2012 e 2017, a faixa etária onde ocorreu o maior aumento no número de crianças e jovens em risco acompanhadas/os foi a faixa etária dos 20-24 anos, com um incremento de 83.33%, tendo sido acompanhadas/os, em 2017, mais 20 crianças e jovens em risco do que em 2012, seguida da faixa etária dos 15-19 anos, com um aumento percentual de 12.84%, aos quais correspondeu um acréscimo em 2017, comparativamente com 2012, de mais 19 crianças e jovens em risco acompanhadas/os. Na faixa etária dos 0-14 anos ocorreu uma diminuição de 40.77% no número de crianças e jovens em risco acompanhadas/os, que passaram de 130, em 2012 para 77, em 2017.

De seguida, apresentam-se nos Quadros H.1.13., H.1.14. e Figura H.1.30. os dados relativos à **escolaridade das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os.**

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Sem escolaridade	5.71	10.91	5.77	12.5	9.68	20	6.56
Sem escolaridade mas sabe ler e escrever	-	-	-	-	-	-	1.64
1º Ciclo do Ensino Básico	8.57	23.64	15.38	17.5	12.9	20	31.15
2º Ciclo do Ensino Básico	51.43	36.36	46.15	37.5	41.94	20	32.79
3º Ciclo do Ensino Básico	20	23.64	21.15	12.5	9.68	20	16.39
Ensino Secundário	8.57	5.45	3.85	17.5	6.45	15	3.28
Frequência Universitária	2.86	-	1.92	-	12.9	-	4.92
Grau Universitário	-	-	-	-	3.23	-	-
Desconhecido	2.86	-	5.77	2.5	3.23	5	3.28
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.13. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁵¹

Da análise do Quadro H.1.13. constata-se que, em 2017, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos 20% das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os tinham o 1º ciclo, outras 20% tinham o 2º ciclo e outras 20% o 3º ciclo. Nas restantes freguesias/uniões de freguesias, o ciclo de escolaridade com maior percentagem de crianças e jovens acompanhadas/os era o 2º ciclo, com percentagens que variavam entre os 32.79% (20 casos na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 51.43% (18 casos no Bonfim).

³⁵¹ Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como “Sem informação”

Em segundo lugar surgiam as crianças e as/os jovens em risco com o 3º ciclo de escolaridade, nas freguesias do Bonfim (20%, sete casos), Paranhos (21.15%, 11 casos) e Campanhã (23.64%, 13 casos). Na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, em Ramalde e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a segunda percentagem mais elevada era para as crianças e para as/os jovens em risco com o 1º ciclo de escolaridade (12.9%, 17.5% e 31.15%, respetivamente).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sem escolaridade	12.97	10.27	11.43	11.25	9.4	9.33
Sem escolaridade mas sabe ler e escrever	0.32	-	0.29	0.31	0.31	0.33
1º Ciclo do Ensino Básico	20.57	20.54	18.86	21.88	19.44	20
2º Ciclo do Ensino Básico	33.23	35.65	34	30.63	32.6	38.67
3º Ciclo do Ensino Básico	15.82	12.99	15.71	18.75	17.24	17.67
Ensino Secundário	13.29	15.11	14.86	7.19	11.29	7.33
Frequência Universitária	1.9	3.02	2.29	5.31	5.64	3.33
Grau Universitário	0.95	0.91	0.57	0.31	0.63	0.33
Desconhecido	0.95	1.51	2	4.38	3.45	3
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.14. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, apareciam com as percentagens mais elevadas os casos de crianças e jovens em risco com o 2º ciclo de escolaridade, que variavam entre os 30.63% (98 casos, em 2015) e os 38.67% (116 casos, em 2017). Em segundo lugar surgiam as crianças e as/os jovens em risco com o 1º ciclo, com percentagens que variavam entre os 18.86% (66 casos, em 2014) e os 21.88% (70 casos, em 2015) e em terceiro lugar as crianças e as/os jovens em risco com o 3º ciclo de escolaridade, com percentagens a variarem entre os 15.71% (55 casos, em 2014) e os 18.75% (60 casos, em 2015), excetuando o ano de 2013, onde o terceiro lugar era o das crianças e das/os jovens com o ensino secundário (15.11%, com 50 casos). (cf. Quadro H.1.14.)

A figura seguinte apresenta a **evolução ocorrida no número de crianças e jovens em risco, por nível de escolaridade**, no período compreendido entre 2012 e 2017.

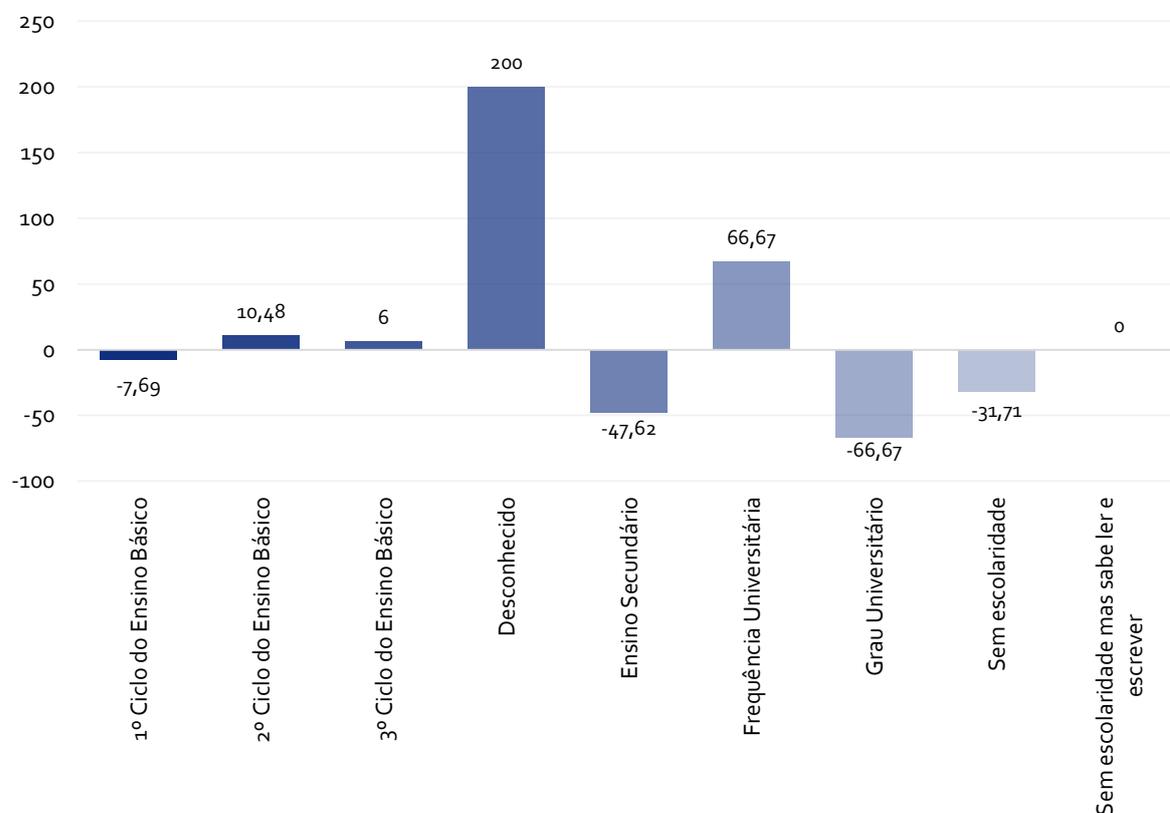


Figura H.1.30. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.1.30. constata-se que, no período compreendido entre 2012 e 2017, apesar de em termos percentuais existirem diferenças relevantes para alguns níveis de escolaridade (e.g. frequência universitária: +66.67% e grau universitário: -66.67%), estas diferenças percentuais correspondiam a diferenças em termos absolutos bastante reduzidas. Assim, destacam-se nos aumentos percentuais, entre 2012 e 2017, as crianças e as/os jovens em risco com o 2º ciclo de escolaridade, que em 2012 eram 105 e em 2017 eram 116, isto é, ocorreu um incremento de 11 casos (10.48%). Nas diminuições, destacam-se as crianças e as/os jovens com o ensino secundário, com uma diminuição percentual de 47.62% (42 casos em 2012, para 22 casos em 2017) e as crianças e as/os jovens em risco sem escolaridade, com uma diminuição de 31.71% (41 casos para 28 casos).

TIPO DE OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Nas dois quadros e figura seguintes apresentam-se os dados caracterizadores do tipo de ocupação das crianças e das/os jovens acompanhadas/os na DICAD.

Começa-se por apresentar nos Quadros H.1.15. e H.1.16. os dados sobre **o tipo de ocupação das crianças e das/os jovens em risco**, por freguesia/união de freguesias no ano de 2017, e globalmente no período compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Desconhecido	2.86	-	3.85	-	6.45	5	-
Desocupado há menos de um ano	5.71	3.64	1.92	7.5	9.68	-	3.28
Desocupado há um ano ou mais	2.86	1.82	3.85	-	-	-	-
Estudante/ Formação Profissional	80	80	84.62	77.5	77.42	80	73.77
Outra situação	2.86	10.91	5.77	10	3.23	15	13.11
Trabalho estável/regular	2.86	1.82	-	2.5	3.23	-	6.56
Trabalho ocasional	2.86	1.82	-	2.5	-	-	3.28
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.15. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁵²

³⁵² Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como “Sem informação”

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desconhecido	0.95	0.6	0.57	3.13	2.19	2
Desocupado há menos de um ano	2.53	3.63	3.14	3.13	2.51	4.67
Desocupado há um ano ou mais	1.9	3.02	3.43	2.5	4.39	1.33
Estudante/ Formação Profissional	78.8	80.97	80.86	78.13	75.24	79
Outra situação	12.66	9.06	9.14	9.69	9.09	8.67
Reformado/Pensão	-	-	0.29	-	-	-
Trabalho estável/regular	2.85	2.72	2	2.19	5.02	2.67
Trabalho ocasional	0.32	-	0.57	1.25	1.57	1.67
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.16. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da observação dos Quadros H.1.15. e H.1.16. constata-se que, globalmente, a ocupação mais referida em todos os anos do intervalo de tempo entre 2012 e 2017 foi “estudante/formação profissional” (mínimo de 75.24% em 2016 até máximo de 80.97% em 2013).

Na análise por freguesia/união de freguesias, a principal ocupação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os em 2017 era, como seria de esperar, e replicando o padrão global, “estudante/formação profissional”, com percentagens que variavam entre o mínimo de 73.77% (45 casos na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o máximo de 84.62% (44 casos em Paranhos).

A segunda ocupação mais referida em Aldoar e no Bonfim era “desocupado há menos de um ano” (9.68%, com três casos e 5.71%, com dois casos, respetivamente).

Nas restantes freguesias/uniões de freguesia, a segunda ocupação mais referida foi “outra situação”, com percentagens que variavam entre o mínimo de 5.77% (três casos, em Paranhos) e o máximo de 15% (três casos, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

Na Figura H.31. apresenta-se a evolução ocorrida entre 2012 e 2017 no número de crianças e jovens em risco, por tipo de ocupação.

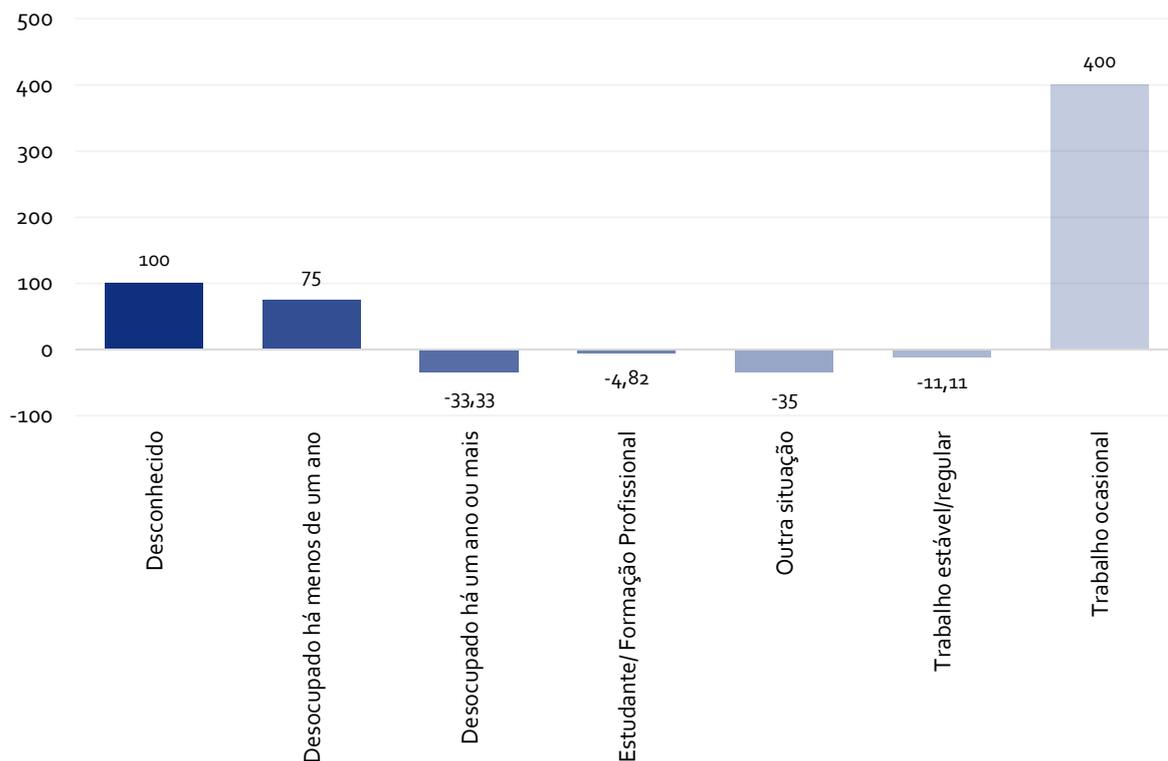


Figura H.1.31. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando a Figura H.1.31. verifica-se que, entre 2012 e 2017, houve um aumento de 75% nas crianças e nas/os jovens em risco que estavam na situação de “desocupadas há menos de um ano”, que eram oito em 2012 e 14 em 2017. Também houve um aumento de 400% nas crianças e nas/os jovens em risco com “trabalho ocasional” (um caso em 2012 e 5 casos em 2017).

Por outro lado, diminuiu o número de crianças e de jovens em risco na situação de “desocupado há um ano ou mais” em 33.33% (de seis para quatro casos) e as crianças e as/os jovens em risco com “outra situação” (-35%, de 40 para 26 casos).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

De seguida, apresentam-se nos Quadros H.1.17. e H.1.18. os dados relativos à **situação de alojamento das crianças e das/os jovens** em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, em 2012 e globais, no período compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Centro de abrigo	2.86	-	1.92	-	-	-	-
Desconhecido	20.00	27.27	19.23	27.50	25.81	5.00	29.51
Familiar clássico	34.29	58.18	46.15	45.00	74.19	90.00	44.26
Familiar não clássico	2.86	-	3.85	-	-	-	6.56
Hotéis, pensões e similares	0.00	-	-	2.50	-	5.00	-
Outras situações	2.86	-	7.69	5.00	-	-	9.84
Outro alojamento coletivo de convivência	37.14	14.55	21.15	20.00	-	-	9.84
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.17. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁵³

Da análise dos Quadros H.1.17. e H.1.18. constata-se que, na análise por freguesia/união de freguesias, a situação de alojamento das crianças e das/os jovens em risco mais frequente em 2017 era o alojamento familiar clássico, cujas percentagens variavam entre o mínimo de 34.29% no Bonfim (12 casos) e o máximo de 90% na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (18 casos), embora os valores, em geral, tenham variado aproximadamente entre os 45% e os 60%. A segunda situação de alojamento mais referida era (para todas as freguesias/uniões de freguesia, exceto a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), outro alojamento coletivo de convivência, cujas percentagens

³⁵³ Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

variavam entre os 9.84% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (seis casos) e os 37.14% no Bonfim (13 casos). Na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, uma criança ou jovem em risco residia em hotéis, pensões e similares (5%).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro de abrigo	0.95	0.91	0.86	0.94	0.63	0.67
Desconhecido	4.75	11.78	10.57	16.56	18.5	23.33
Familiar clássico	77.22	72.51	71.71	58.75	61.13	53
Familiar não clássico	2.85	1.81	2.86	3.44	2.51	2.33
Hotéis, pensões e similares	0.32	0.3	0.57	0.63	0.63	0.67
Outras situações	2.85	1.81	1.71	4.06	4.7	4.67
Outro alojamento coletivo de convivência	11.08	10.88	11.71	15.63	11.91	15.33
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.18. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, verifica-se que a principal situação de alojamento das crianças e das/os jovens em risco era o alojamento familiar clássico, com percentagens que variavam entre os 53%, em 2017 (159 casos) e os 77.22%, em 2012 (244 casos). A segunda situação de alojamento mais referenciada era outro alojamento coletivo de convivência, com percentagens a variarem entre os 10.88%, em 2013 (36 casos) e os 15.63%, em 2015 (50 casos).

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, constata-se que houve uma diminuição percentual nas crianças e nas/os jovens em risco a residirem em alojamento familiar clássico, de 34.84% (de 244 casos, em 2012 para 159 casos, em 2017) e houve aumento das crianças e das/os jovens em risco a residirem noutro alojamento coletivo de convivência, de 31.43% (35 para 46 casos) e a residirem noutro tipo de situações, de 55.56% (de nove para 14 casos).

FUNTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Os Quadros H.1.19. e H.1.20. apresentam os dados referentes à **fonte de referenciação, por freguesia/união de freguesias** e no período de tempo entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	2.86	1.82	5.77	10	9.68	5	4.92
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	17.14	20	15.38	15	22.58	45	14.75
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	5.71	3.64	-	7.5	3.23	-	4.92
Desconhecido	-	1.82	1.92	-	-	-	-
Família/Amigos	17.14	16.36	13.46	12.5	16.13	15	19.67
Instituição de Saúde/outro profissional	2.86	3.64	-	2.5	3.23	-	1.64
Instituição Escolar	-	-	3.85	5	-	-	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	31.43	34.55	30.77	30	35.48	35	24.59
Instituto de Segurança Social (ISS)	2.86	-	3.85	-	6.45	-	1.64
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	1.82	1.92	-	-	-	-
Outros	8.57	10.91	21.15	12.5	-	-	14.75
Unidade Especializada (IDT)	11.43	5.45	1.92	5	3.23	-	13.11
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.19. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referenciação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁵⁴

Da análise dos Quadros H.1.19. e H.1.20. verifica-se, por freguesia/união de freguesias, que, em 2017, a principal fonte de referenciação eram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção

³⁵⁴ Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

Social (com percentagens a variarem entre os 24.59% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória e os 35.48% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), seguidas das CPCJs (com percentagens a variarem entre os 14.75% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória e os 45% na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e depois da família/amigos (percentagens a variarem entre os 12.5% em Ramalde e os 19.67% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	6.01	5.14	8.29	7.81	5.33	5.67
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	18.35	19.94	18	13.44	13.48	19.33
Comissão Dissuasão da Toxicod dependência	1.27	3.93	4.29	4.38	6.9	3.67
Desconhecido	0.63	0.3	0.29	0.31	0.94	0.67
Família/Amigos	20.57	19.64	17.43	18.44	20.06	15.67
Instituição de Saúde/outro profissional	0.32	0.91	1.14	1.25	1.88	2
Instituição Escolar	6.96	5.74	3.14	2.19	1.57	1.33
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	21.2	25.68	28.86	29.38	25.71	30.67
Instituto de Segurança Social (ISS)	1.58	2.42	1.43	1.25	2.51	2.33
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	0.63	0.91	1.14	0.94	0.63	0.67
Outro unidade especializada (Adição)	-	-	-	0.63	0.63	-
Outros	6.01	3.02	4.86	9.69	9.4	11.33
Unidade Especializada (IDT)	16.46	12.39	11.14	10.31	10.97	6.67
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.20. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referência, Porto, 2012- 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, constata-se que a ordenação das principais fontes de referência foi similar em todos os anos, com as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social como a principal fonte de referência (percentagens a variarem entre o mínimo de 21.2%,

em 2012 e o máximo de 30.67%, em 2017), seguidas das CPCJs (de 13.44% em 2015 até 19.94% em 2013) e depois da família/amigos (de 15.67% em 2017, até 20.57% em 2012).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E TIPO DE OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Nos Quadros H.1.21. e H.1.22. apresentam-se os dados que cruzam o **tipo de ocupação com a situação de alojamento**, das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os.

	Centro de Abrigo	Desconhecido	Familiar Clássico	Familiar não clássico	Hotéis, pensões e similares	Outras situações	Outro alojamento coletivo de convivência
Desconhecido	-	2	4	-	-	-	-
Desocupado há menos de 1 ano	1	7	5	-	-	-	1
Desocupado há 1 ano ou mais	-	-	4	-	-	-	-
Estudante / Formação Profissional	1	54	121	4	1	13	43
Outra situação	-	-	21	3	1	1	-
Trabalho estável/regular	-	4	3	-	-	-	1
Trabalho ocasional	-	3	1	-	-	-	1
Total (N)	2	70	159	7	2	14	46

Quadro H.1.21. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por tipo de ocupação, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise dos Quadros H.1.21. e H.1.22. verifica-se que, tal como já foi anteriormente referido, a maioria das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os tinham como ocupação “estudante/formação profissional” (79%). Para as crianças e para as/os jovens em risco, com este tipo de ocupação, a situação de alojamento mais referenciada era o alojamento familiar clássico (em 51.05% dos casos), seguida de outro alojamento coletivo de convivência (em 18.14% dos casos). O alojamento familiar clássico era também o tipo de alojamento mais referido nas crianças e nas/os jovens em risco com outros tipos de ocupação (variando de um caso, para o “trabalho ocasional”, até aos cinco casos para “desocupado há menos de um ano”).

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, há a destacar, relativamente às crianças e jovens em risco "estudantes ou em formação profissional", uma diminuição de 37.31% naquelas que residiam em alojamento familiar clássico (de 193 em 2012, para 121 em 2017) e um aumento de 38.71% naquelas que residiam noutra alojamento coletivo de convivência (de 31 em 2012, para 43, em 2017).

	Centro de Abrigo	Desconhecido	Familiar Clássico	Familiar não clássico	Hotéis, pensões e similares	Outras situações	Outro alojamento coletivo de convivência
Desconhecido	-	-33.33	-	-	-	-	-
Desocupado há menos de 1 ano	-	600	-28.57	-	-	-	-
Desocupado há 1 ano ou mais	-	-100	-	-	-	-	-100
Estudante / Formação Profissional	-66.67	671.43	-37.31	-33.33	-	44.44	38.71
Outra situação	-	-	-36.37	-	-	-	-100
Trabalho estável/regular	-	33.33	-50	-	-	-	-
Trabalho ocasional	-	-	-	-	-	-	-
Total (N)	-33.33	366.67	-34.84	-22.22	100	55.56	31.43

Quadro H.1.22. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, situação de alojamento e por tipo de ocupação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E SEXO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

As Figuras H.1.32. e H.1.33. apresentam os dados que cruzam o **sexo com a situação de alojamento**, das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os.

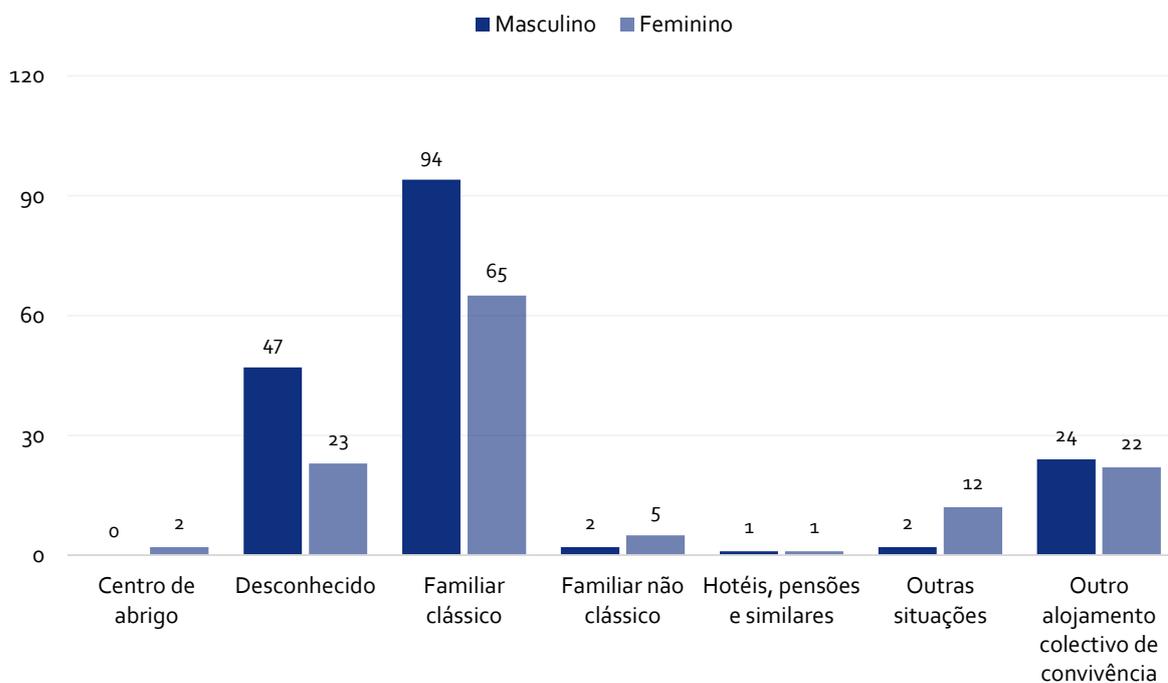


Figura H.1.32. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e situação de alojamento, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

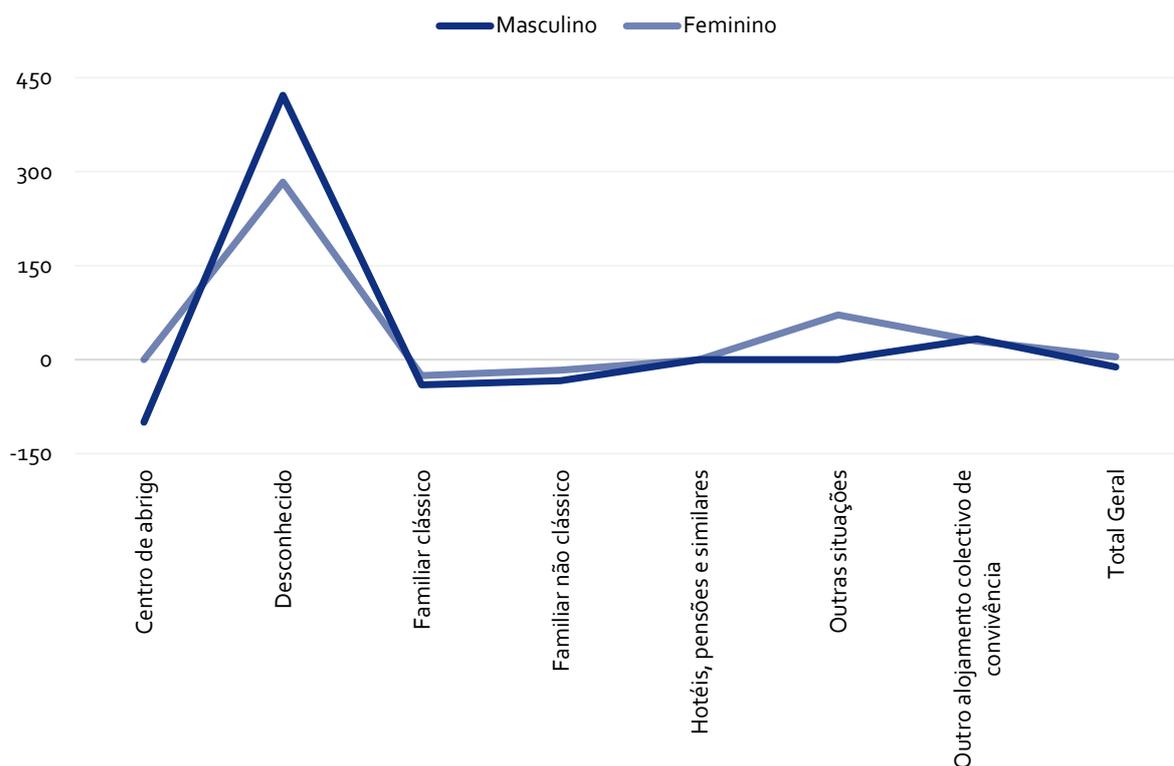


Figura H.1.33. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e situação de alojamento, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise das Figuras H.1.32. e H.1.33. constata-se que não existiam diferenças relevantes na situação de alojamento, em função do sexo da criança ou jovem acompanhada/o. De facto, 50% das crianças e das jovens do sexo feminino e 55% das crianças e dos jovens do sexo masculino residiam em alojamentos familiares clássicos e 16.92% das crianças e das jovens do sexo feminino e 14.12% das crianças e dos jovens do sexo masculino residiam noutra alojamento coletivo de convivência.

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, encontrou-se o mesmo padrão anteriormente apresentado, isto é, ocorreu uma diminuição nas crianças e nas/os jovens a residirem em alojamento familiar clássico (de 25.29% nas crianças e nas jovens do sexo feminino e de 40.13% nas crianças e nos jovens do sexo masculino) e um aumento nas crianças e nas/os jovens a residirem noutra alojamento coletivo de convivência (de 29.41% nas crianças e nas jovens do sexo feminino e de 33.33% nas crianças e nos jovens do sexo masculino).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO E FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Os Quadros H.1.23. e H.1.24. apresentam os dados do cruzamento entre **tipo de alojamento e a fonte de referenciação** das crianças e jovens acompanhadas/os na DICAD.

	Centro de Abrigo	Desconhecido	Familiar Clássico	Familiar não clássico	Hotéis, pensões e similares	Outras situações	Outro alojamento coletivo de convivência
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	-	-	16	-	1	-	-
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	-	16	33	2	1	-	6
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	-	7	4	-	-	-	-
Desconhecido	-	1	1	-	-	-	-
Família/Amigos	-	8	32	3	-	1	3
Instituição de Saúde/outro profissional	-	2	4	-	-	-	-
Instituição Escolar	1	1	1	-	-	-	1
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	-	29	42	-	-	1	20
Instituto de Segurança Social (ISS)	-	2	2	-	-	1	2
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	-	2	-	-	-	-
Outros	-	4	6	-	-	11	13
Unidade Especializada (IDT)	1	-	16	2	-	-	1
Total (N)	2	70	159	7	2	14	46

Quadro H.1.23. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

	Centro de Abrigo	Desconhecido	Familiar Clássico	Familiar não clássico	Hotéis, pensões e similares	Outras situações	Outro alojamento coletivo de convivência
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	-100	-	-	-	-	-100	-
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	-	-	-35.29	-	-	-100	-
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	-	-	250	100	-	-100	-
Desconhecido	-	-50	-	-	-	-	-
Família/Amigos	-	100	-41.82	-25	-	-	200
Instituição de Saúde/outro profissional	-	100	-	-	-	-	-
Instituição Escolar	-	-	-94.74	-	-	-100	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	-	1350	2.44	-	-	-	-16.67
Instituto de Segurança Social (ISS)	-	-	-33.33	-	-	-	-
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	-100	100	-	-	-	-
Outros	-100	-	-50	-	-	175	550
Unidade Especializada (IDT)	-	-100	-6364	-60	-	-	-
Total (N)	-33.33	-366.67	-34.84	-22.22	100	55.56	31.43

Quadro H.1.24. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por situação de alojamento e por fonte de referenciação, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando os Quadros H.1.23. e H.1.24. verifica-se que na maioria dos casos referenciados pelas principais fontes, que foram, como já apresentado anteriormente, as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, as CPCJs e a família/amigos, as crianças e as/os jovens referenciadas/os residiam em alojamento familiar clássico (45.65%, 56.9% e 68.09%, respetivamente para Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, CPCJ e família/amigos). Este foi também o principal tipo de alojamento das crianças e das/os jovens referenciadas/os por outras fontes (variando de um caso, referenciado por uma Instituição Escolar, a 16 casos, referenciados por uma Unidade Especializada (IDT) e outros 16 casos, de autorreferenciação/iniciativa própria).

No que diz respeito ao padrão evolutivo, entre 2012 e 2017, há a destacar algumas diminuições significativas relativas às crianças e aos/às jovens a residirem em alojamento familiar clássico, segundo a fonte de referenciação. Assim, entre 2012 e 2017, apesar do número de referenciações feitas pelas CPCJs ter sido o mesmo (58 casos), menos 35.29% das crianças e das/os jovens em risco referenciadas/os pelas CPCJs residiam em alojamento familiar clássico, em 2017 (de 51 casos, em 2012 para 33 casos, em 2017). Também houve um decréscimo de 41.82% nas crianças a residirem em alojamento familiar clássico, quando a fonte de referenciação foi a família/amigos (de 55 casos, em 2012 para 32 casos, em 2017), muito embora neste caso tenha ocorrido também uma redução de 27.69% no número de referenciações feitas pela família/amigos (65, em 2012 e 47, em 2017). Finalmente, houve também um decréscimo no número de crianças e jovens em risco a residirem em alojamento familiar clássico de 63.64%, quando a fonte de referenciação foram as Unidades Especializadas (IDT) (de 44 casos, em 2012 para 16 casos, em 2017), que se deve quase integralmente à diminuição do número de referenciações feitas por estas unidades, que referenciaram menos 61.54% de casos, em 2017, do que em 2012 (52 casos, em 2012 e 20 casos, em 2017).

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

Apresentam-se nos Quadros H.1.25. e H.1.26. os dados que dizem respeito à **fonte de referenciação** das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias, em 2017, e os dados globais para o período compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	2.86	1.82	5.77	10	9.68	5	4.92
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	17.14	20	15.38	15	22.58	45	14.75
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	5.71	3.64	-	7.50	3.23	-	4.92
Desconhecido	-	1.82	1.92	-	-	-	-
Família/Amigos	17.14	16.36	13.46	12.5	16.13	15	19.67
Instituição de Saúde/outro profissional	2.86	3.64	-	2.5	3.23	-	1.64
Instituição Escolar	-	-	3.85	5	-	-	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	31.43	34.55	30.77	30	35.48	35	24.59
Instituto de Segurança Social (ISS)	2.86	-	3.85	-	6.45	-	1.64
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	1.82	1.92	-	-	-	-
Outros	8.57	10.91	21.15	12.5	-	-	14.75
Unidade Especializada (IDT)	11.43	5.45	1.92	5	3.23	5	13.11
Total (N)	35	55	52	40	31	20	61

Quadro H.1.25. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por freguesia/união de freguesias e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)³⁵⁵

³⁵⁵ Foram excluídos da análise 6 casos por serem categorizados como "Sem informação"

Analisando os Quadros H.1.25. e H.1.26. verifica-se que, na análise por freguesia/união de freguesias, a principal fonte de referenciação de crianças e jovens em risco, no ano de 2017, eram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com percentagens que variavam de 24.59% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (15 casos), até 35.48% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (11 casos).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	6.01	5.14	8.29	7.81	5.33	5.67
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	18.35	19.94	18	13.44	13.48	19.33
Comissão Dissuasão da Toxicod dependência	1.27	3.93	4.29	4.38	6.9	3.67
Desconhecido	0.63	0.3	0.29	0.31	0.94	0.67
Família/Amigos	20.57	19.64	17.43	18.44	20.06	15.67
Instituição de Saúde/outro profissional	0.32	0.91	1.14	1.25	1.88	2
Instituição Escolar	6.96	5.74	3.14	2.19	1.57	1.33
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	21.20	25.68	28.86	29.38	25.71	30.67
Instituto de Segurança Social (ISS)	1.58	2.42	1.43	1.25	2.51	2.33
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	0.63	0.91	1.14	0.94	0.63	0.67
Outros	-	-	-	0.63	0.63	-
Unidade Especializada (IDT)	6.01	3.02	4.86	9.69	9.40	11.33
Total (N)	316	331	350	320	319	300

Quadro H.1.26. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

A segunda fonte de referenciação era, em Campanhã, Ramalde, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Bonfim, as CPCJs, com percentagens que variavam entre os 15% (seis casos em Ramalde) e os 22.58% (sete casos na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde). No Bonfim, a família/amigos foram a segunda fonte de referenciação (17.4%, com seis casos), que era também a segunda fonte de referenciação na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, com 19.67% (12 casos). Na União

das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a segunda fonte de referência foram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 35% (sete casos).

Em Campanhã, Ramalde, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos também era uma fonte de referência importante a família/amigos (de 12,5% a 16,36%) e as CPCJs foram a terceira fonte de referência em Paranhos (15,38%, oito casos) e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (14,75%, nove casos).

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, a primeira fonte de referência em todos os anos eram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com percentagens que variavam entre os 21,2% em 2012 (67 casos) e os 30,67% em 2017 (92 casos).

E a segunda fonte de referência eram as CPCJs, em 2013 (19,94%, com 66 casos), em 2014 (18% com 63 casos) e em 2017 (19,33% com 58 casos).

A família/amigos eram a segunda fonte de referência nos anos de 2012 (20,57% com 65 casos), 2015 (18,44% com 59%) e 2016 (20,06% com 64 casos).

Finalmente, no que diz respeito à evolução das fontes de referência das crianças e das/os jovens em risco, há que realçar o aumento de 37,31% das Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, como fontes de referência (67 casos, em 2012 para 92 casos, em 2017). E também a diminuição em 81,82% das Instituições Escolares, enquanto fontes de referência (de 22 casos para 4 casos), em 61,54% das Unidades Especializadas (IDT) (de 52 casos, em 2012 para 20 casos, em 2017) e em 27,69% da família/amigos (de 65 casos, em 2012 para 47 casos, em 2017).

FONTES DE REFERENCIAÇÃO, SEXO E GRUPO ETÁRIO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS/OS NA DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS (DICAD)

As Figuras H.1.34. e H.1.35. apresentam os dados resultantes do cruzamento entre a **fonte de referenciação** e o **sexo** das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os.

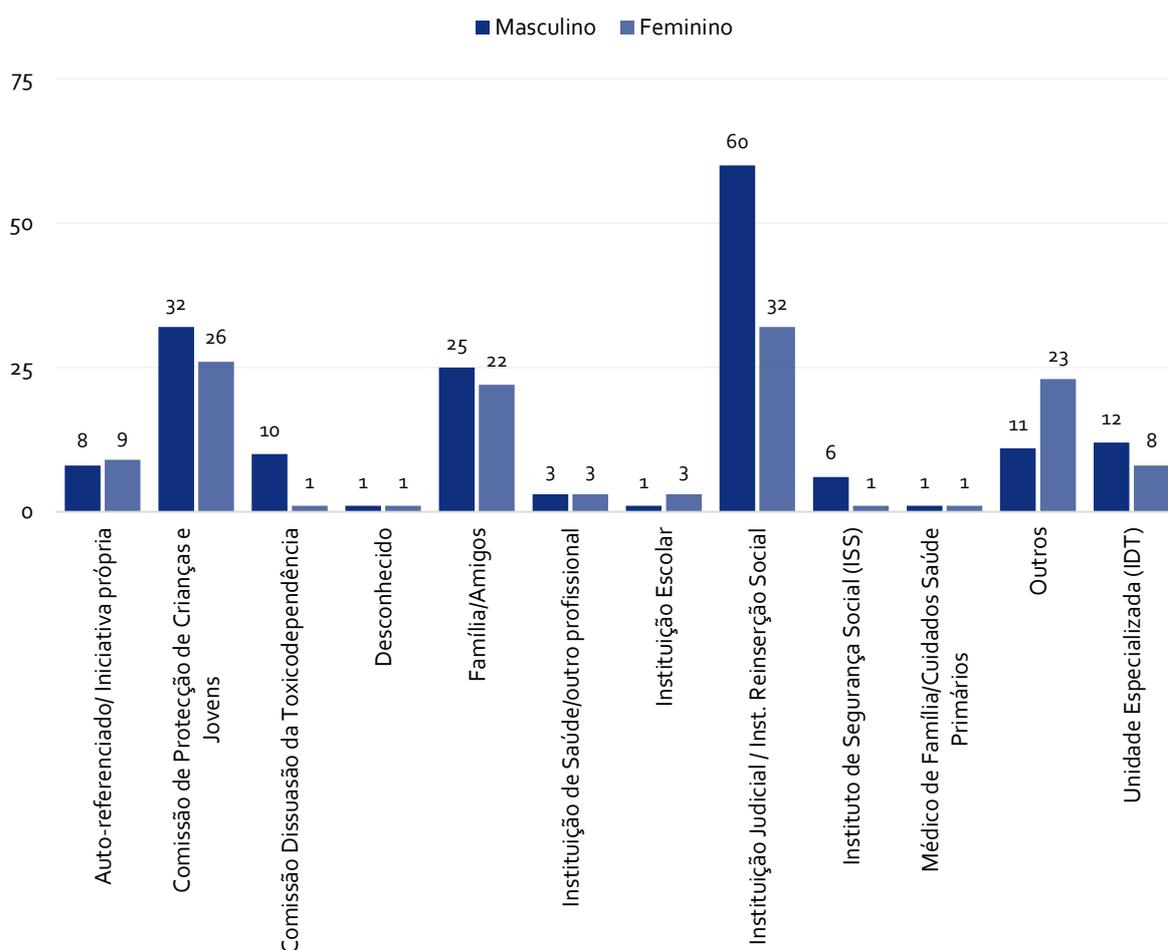


Figura H.1.34. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

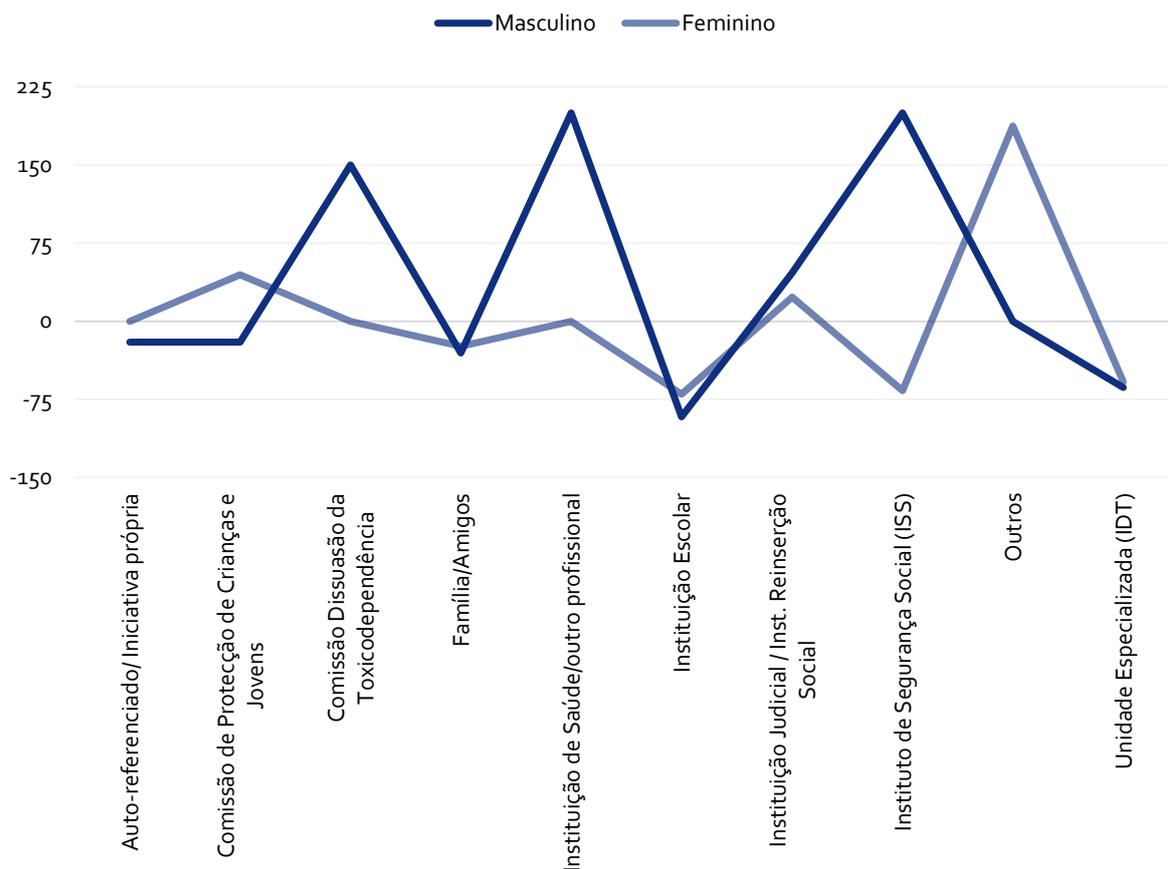


Figura H.1.35. Variação das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os, por sexo e por fonte de referênciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da observação das Figuras H.1.34. e H.1.35. constata-se que as principais fontes de referênciação, em 2017, das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os eram similares para ambos os sexos.

Nas crianças e nos jovens acompanhadas/os do sexo masculino eram, em primeiro lugar, as Instituições Judiciais/Instituição de Reinserção Social, que referenciaram 35.29% (60) dos casos, seguidas das CPCJs, que referenciaram 18.82% (32) dos casos e depois da família/amigos, com 14.71% (25) das referênciações.

Nas crianças e nas jovens acompanhadas do sexo feminino também eram em primeiro lugar as Instituições Judiciais/Instituição de Reinserção Social, que referenciaram 24.62% (32) dos casos, de seguida as CPCJs, que referenciaram 20% (26) dos casos e depois a família/amigos, com 16.92% (22) das referênciações.

Quanto à evolução ocorrida, entre 2012 e 2017, constata-se que nas crianças e nos jovens do sexo masculino a ordenação das principais fontes de referênciação se manteve. Quanto ao número de

referenciações feitas, verifica-se que as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social referenciaram mais 46.34% casos (41, em 2012 e 60, em 2017).

E as CPCJs referenciaram menos 20% (32) de casos (40, em 2012 e 32, em 2017), bem como a família/amigos, que referenciaram menos 30.56% casos (36, em 2012 e 25, em 2017).

Nas crianças e nas jovens do sexo feminino assistiu-se a uma mudança na ordenação das principais fontes de referência. Assim, a família/amigos, que foram a principal fonte de referência em 2012, com 29 casos, passaram a terceira fonte de referência em 2017, com 22 casos, o que se traduziu numa diminuição de 24.14%. As Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, passaram de segunda fonte de referência, em 2012, com 26 casos, a primeira fonte de referência, em 2017, com 32 casos, traduzindo um aumento de 23.08%. Finalmente, as CPCJs mantiveram-se como a terceira fonte de referência, embora tenha existido um aumento de 44.44% no número de casos referenciados, que passou de 18, em 2012 para 26, em 2017.

Finalmente, apresentam-se nos Quadros H.1.27. e H.1.28. os dados do cruzamento entre a **fonte de referência e a faixa etária** das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os.

Analisando o Quadro H.1.27. constata-se que, na faixa etária dos 0-14 anos, a família/amigos eram a principal fonte de referência (21 referências), seguida das Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção social (20) e depois das Unidades Especializadas (IDT) e das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens, ambas com 10 referências em 2017.

Na faixa etária dos 15-19 anos, as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social eram a principal fonte de referência, com 47 referências, seguidas das CPCJs, com 44 referências e da família/amigos, com 15 referências.

Na faixa etária dos 20-24 anos foram referenciadas 44 situações e metade destas foram referenciadas pelas Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social.

Nas faixas etárias dos 25-29 anos e dos 30-34 anos apenas foram referenciadas sete situações e cinco situações, respetivamente. Das sete, três foram referenciadas pela família/amigos e das cinco, duas foram referenciadas pelas Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social.

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, na faixa etária dos 0-14 anos houve alteração na ordem das fontes de referência. A família/amigos manteve-se como a fonte que mais referências fez, embora o número de referências feitas tenha diminuído em 50% (42, em 2012 contra 21, em 2017). As Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social que eram, em 2012, a quarta fonte de referência, com 16 referências, passaram a ser a segunda fonte de referência, em 2017, com 20 referências, o que corresponde a um aumento de 25%. As

Unidades Especializadas (IDT) eram a segunda fonte de referência em 2012, com 34 referências e a terceira em 2017, com 10 referências, o que se traduziu numa diminuição de 70.59%. Finalmente, as CPCJs mantiveram-se como a terceira fonte de referência, embora tenha ocorrido uma diminuição de 47.37% no número de referências efetuadas (19, em 2012 e 10, em 2017).

	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	7	5	4	-	1
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	10	44	2	1	1
Comissão Dissuasão da Toxicod dependência	-	9	1	1	-
Desconhecido	-	1	-	1	-
Família/Amigos	21	15	7	3	1
Instituição de Saúde/outro profissional	2	4	-	-	-
Instituição Escolar	-	3	1	-	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	20	47	22	1	2
Instituto de Segurança Social (ISS)	2	5	-	-	-
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	1	1	-	-
Outros	5	24	5	-	-
Unidade Especializada (IDT)	10	9	1	-	-
Total (N)	77	167	44	7	5

Quadro H.1.27. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por faixa etária e por fonte de referência, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	14.29	100	-75	-	-100
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	90	-15.91	-100	-100	-
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	-	-66.67	-100	-	-
Desconhecido	-	-100	-	-100	-
Família/Amigos	100	-	-14.29	-33.33	-100
Instituição de Saúde/outro profissional	-100	-100	-	-	-
Instituição Escolar	-	366.67	100	-	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	-20	-19.15	-50	100	-100
Instituto de Segurança Social (ISS)	-100	-20	-	-	-
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	-	100	-100	-	-
Outros	20	-50	-100	-	-
Unidade Especializada (IDT)	240	44.44	300	-	-
Total (N)	68.83	-11.38	-45.46	1429	-40

Quadro H.1.28. Crianças e jovens em risco acompanhadas/os, por faixa etária e por fonte de referência, Porto, 2012-2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na faixa etária dos 15-19 anos, manteve-se a ordem das fontes de referência, com as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social a serem a principal fonte e com um aumento de 23.68% no número de referências feitas (38, em 2012 e 47, em 2017). As CPCJs mantiveram-se como a segunda fonte de referência, tendo referenciado 37 casos, em 2012 e 44, em 2017, o que corresponde a um aumento de 18.92%. Quanto à família/amigos, não ocorreram alterações, nem em termos de posicionamento, nem no número de referências (15 em cada um dos dois anos).

Finalmente, na faixa etária dos 20-24 anos há a referir um aumento de 50% no número de referências feitas pelas Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, que referenciaram 11 casos, em 2012 e 22, em 2017. (cf. Quadro H.1.28.)

RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

De acordo com a Carta Social do Porto, ao nível das respostas sociais para as crianças e para as/os jovens, existiam no concelho do Porto 42 Centros de Atividades de Tempos Livres, com uma capacidade total para 2 429 utentes e com uma taxa de utilização de 72.29% (1 756 utilizadores). Também existiam 83 Creches, que dispunham de uma capacidade máxima de acolhimento para 2 876 utentes e tinham uma taxa de utilização de 87% (2 502). Existiam ainda 114 Equipamentos de Educação Pré-Escolar, com uma capacidade total para 6 467 utentes e uma taxa de utilização de 86.35% (5 584 utilizadores).

Relativamente às **respostas sociais do concelho do Porto**, no domínio das crianças e das/os jovens em situação de vulnerabilidade, existiam seis tipos de respostas distintas: Apartamento de Autonomização, Atividades Socioeducativas, Centro de Acolhimento Temporário, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens e Lar de Infância e Juventude.

Os dados respeitantes a estes equipamentos sociais estão sumarizados na Figura H.1.35.

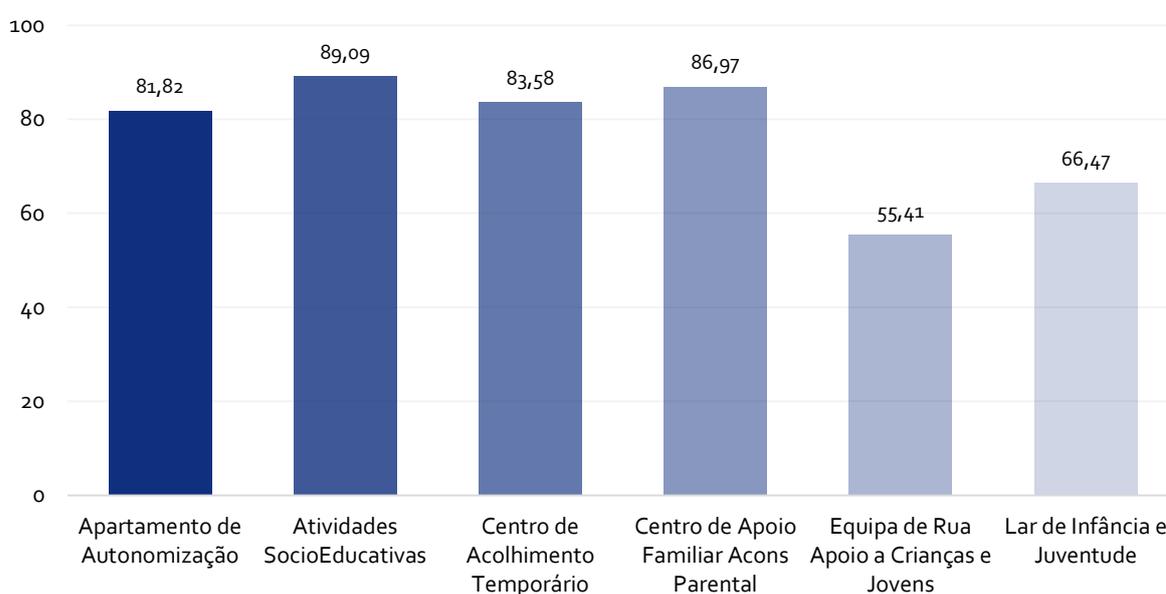


Figura H.1.36. Taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens em perigo, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto³⁵⁶)

³⁵⁶http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_area&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=11&cod_area=22&cod_valencia=0&dcf=131211 (acedido em 17 de julho de 2018).

Da observação da Figura H.1.36. constata-se que quanto aos Apartamentos de Autonomização o concelho do Porto dispunha de dois equipamentos: um na freguesia de Ramalde, com capacidade para cinco utentes e uma utilização de três utentes (taxa de utilização de 60%) e outro na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com capacidade para seis utentes e uma taxa de utilização de 100%.

Ao nível das Atividades Socioeducativas o concelho dispunha de um equipamento, em Paranhos, com capacidade para 55 utentes e 49 utilizadores (taxa de utilização de 89.09%).

O Porto dispunha também de cinco Centros de Acolhimento Temporário (dois em Campanhã, dois em Paranhos e um na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória), com capacidade total para 67 utentes e uma taxa de utilização média de 83.58%, variando entre o mínimo de 69.23%, em Campanhã e o máximo de 100%, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória.

Quanto aos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental existiam três equipamentos no concelho, um no Bonfim (capacidade para 84 utentes e uma taxa de utilização de 71.43%), um em Paranhos (capacidade para 219 utentes e uma taxa de utilização de 100%) e um na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (capacidade para 50 utentes e uma taxa de utilização de 56%).

Ao nível das Equipas de Rua de Apoio a Crianças e Jovens existia uma em Campanhã, com capacidade para apoiar 231 utentes e uma taxa de utilização de 55.41% (128 utentes).

Finalmente, existiam 21 Lares de Infância e Juventude no concelho, espalhados por todas as freguesias/uniões, exceto nas Uniões de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Lordelo do Ouro e Massarelos, que não dispunham deste tipo de equipamento social.

A utilização média destes equipamentos rondava os 66.47% e tinham uma capacidade total conjunta para 847 utentes. As freguesias que dispunham de maior número de equipamentos eram o Bonfim e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, ambas com seis equipamentos e que tinham também as maiores capacidades de resposta (para 282 utentes no Bonfim e 271 utentes na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória), embora em nenhuma se esgotasse essa capacidade de resposta (o Bonfim tinha uma taxa de utilização média de 62.41% e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória tinha uma taxa de utilização média de 73.43%). Campanhã, Paranhos e Ramalde dispunham, cada uma, de três equipamentos, com capacidades máximas que variavam entre os 68 utentes (em Ramalde, com uma taxa de utilização de 69.12%) e os 135 utentes (em Campanhã, com uma taxa de utilização de 63%).

De acordo com informações fornecidas pela DICAD, eram disponibilizados dois tipos de respostas em Comportamentos Aditivos e Dependências (doravante designado de CAD) para crianças e jovens em risco. O Programa Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC), ao qual “compete a prestação de um serviço de apoio à comunidade no âmbito da prevenção seletiva e indicada, fornecendo um espaço de consulta a jovens e adultos em dificuldades, promovendo a informação, sensibilização e formação de adultos significativos que possam estar em contacto com jovens, em dificuldades ou não, assim como fornecendo um espaço de consultadoria e apoio técnico às instituições que lidam com jovens em risco. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto.”

E ainda, a disponibilização de uma Consulta de Atendimento a Jovens, que era assegurada por técnicas/os da DICAD, no âmbito do Programa CUIDA-TE (Gabinete de Saúde Juvenil) do Instituto Português do Desporto e da Juventude (doravante designado por IPDJ), em que a DICAD era entidade parceira deste Programa do IPDJ, sendo nesse âmbito que assegurava o Gabinete de Saúde Juvenil.

SÍNTESE INTEGRATIVA

Do total de crianças e jovens residentes no concelho do Porto, cerca de 11% viviam, em 2018, em habitação social municipal, ou seja, mais de um décimo das crianças e das/os jovens do concelho, estavam integradas/os em **famílias com baixos recursos económicos**.

Quanto à intervenção com crianças e jovens em risco, e suas famílias, levada a cabo pelas CPCJs do concelho do Porto, no ano de 2017 deram entrada 2 126 processos, saíram 1 273 processos e transitaram, para o ano de 2018, 853 processos. Ou seja, se existiam, em 2017, cerca de 36 000 mil crianças e jovens no concelho do Porto, então, em 2017, **perto de 6% destas crianças e destas/es jovens estavam a ser acompanhadas/os pelas CPCJs do concelho do Porto**.

Globalmente, as problemáticas mais sinalizadas foram as situações de **violência doméstica**, o **absentismo/abandono escolar**, as **situações em que a criança ou a/o jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento** sem que os pais se oponham de forma adequada (CJACABED) e as **situações de negligência**. Foram ainda bastante sinalizadas as situações de maus tratos e as situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (ECPCBEDC).

Nas faixas etárias até aos **10 anos de idade** as problemáticas mais sinalizadas foram a **violência doméstica e a negligência**. Nas faixas etárias superiores aos 10 anos, as problemáticas mais sinalizadas foram as situações **CJACABEB**, a **violência doméstica** e o **absentismo/abandono escolar**.

Quanto às **problemáticas diagnosticadas**, as mais frequentes foram a negligência, as situações ECPCBEDC, a violência doméstica, as situações em que a criança ou a/o jovem está abandonada/o ou entregue a si própria (CAESP), as situações de mau trato psicológico ou indiferença afetiva (MTPIA), o absentismo/abandono escolar e as situações CJACABED.

As **faixas etárias com o número mais elevado de processos** foram os 11-14 anos, os 15-17 seguidos dos 6-8 anos.

A entidade que mais **sinalizações** fez foi a **polícia**, com mais de metade dos casos. As instituições de ensino e as CPCJs também foram entidades que fizeram um número considerável de sinalizações e a modalidade de contacto mais utilizada foi o correio eletrónico, seguida dos contactos por escrito.

Globalmente, no ano de 2017, a medida de promoção e proteção mais executada foi o **"Apoio junto dos pais"**. As medidas de "apoio junto de outro familiar" e do "acolhimento residencial" também foram bastante utilizadas.

Uma grande parte das crianças e das/os jovens acompanhadas/os **tinha os níveis de escolaridade inferiores aos esperados para a sua faixa etária.**

Nas crianças e nas/os jovens em risco acompanhadas/os pela DICAD ocorreu uma **diminuição no número de crianças e jovens acompanhadas/os, entre 2012 e 2017**, diminuição que ocorreu em todas as freguesias/uniões de freguesia, exceto na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, onde quase duplicou o número de casos, entre 2012 e 2017, e no Bonfim, onde houve um aumento na ordem dos 40%.

A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi o território concelhio com o maior número de crianças e jovens em risco acompanhadas/os, com cerca de 1/5 dos casos, seguida das freguesias de Campanhã e Paranhos.

Mais de dois terços das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os não tinham consumo de substâncias psicoativas e, entre as que tinham, três quartos faziam consumos “sem droga principal”.

Quanto ao **perfil das crianças e das/os jovens em risco acompanhadas/os**, a maioria eram do sexo masculino, tinham até ao 3º ciclo de escolaridade, estavam a estudar ou em formação e residiam em alojamentos familiares clássicos e também noutros alojamentos coletivos de convivência.

Na faixa etária até aos 14 anos a principal **fonte de referência** foi a família/amigos e a partir dos 15 anos foram as Instituições Judiciais.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estimativas internacionais, como as da UNICEF, apontavam para mais de um bilião de crianças e jovens em todo o mundo a viverem em pobreza extrema ou multidimensional e segundo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), quase 25 milhões de crianças e jovens da UE estavam em risco de pobreza e exclusão social. A nível nacional, o INE estimava, em 2017, que um quinto das crianças e das/os jovens portugueses se encontravam em risco de pobreza.

De facto, e dos dados que foram apresentados, constata-se que acima de 10% das crianças e das/os jovens do concelho viviam integradas/os em famílias com rendimentos muito baixos (agregados familiares residentes em habitação social municipal) e cerca de 6% estavam a ser acompanhadas/os pelas CPCJs do concelho (e mais quase 1% eram acompanhadas/os na DICAD).

A Comissão Europeia e a Convenção dos Direitos das Crianças estabeleceram um conjunto de diretrizes e orientações estratégicas para a erradicação da pobreza das crianças e das/os jovens, aliás preconizadas na própria Constituição da República Portuguesa.

A **promoção do estabelecimento e reforço das redes de proximidade sociocomunitária**, é uma dessas orientações, considerada fundamental para aumentar a precocidade da sinalização e da referenciação. Torna-se também essencial que essas estratégias de prevenção ou de remediação das situações de pobreza e exclusão social passem pela intervenção junto dos seus familiares

As questões ligadas à **educação e formação** assumem, igualmente, lugar de relevo, pelo importante impacto que a escolarização tem a diversos níveis, nomeadamente, pela repercussão que os baixos níveis de escolaridade têm na perpetuação das situações de pobreza e exclusão social.

A este nível foi possível constatar que, nas crianças e nas/os jovens acompanhadas/os nas CPCJs, um considerável número de casos (quase 16% em termos globais) tinha como problemática sinalizada o absentismo ou abandono escolar, especialmente nas faixas etárias acima dos 11 anos de idade (cf. Figuras H.1.7. e Quadros H.1.1. e H.1.7. e H.1.8.). Para além disso, grande parte das crianças e das/os jovens acompanhadas/os nas CPCJs tinham um nível de escolaridade abaixo do nível de escolaridade expectável para a idade, especialmente nas faixas etárias a partir dos 11 anos de idade (cf. Quadros H.1.5. e H.1.6.)

Segundo o Programa Operacional do Capital Humano (POCH) o grande objetivo estratégico do domínio temático “Capital Humano” é: “promover o aumento da qualificação da população, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus, garantindo a melhoria do nível de qualidade nas qualificações adquiridas, melhorando o sucesso

escolar, reduzindo o abandono, promovendo a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a par do reforço da competitividade económica do país” e, nas metas traçadas na Estratégia Europa 2020 (EE2020), figuram a redução da taxa de abandono precoce de educação e formação para 10%, até 2020 na população entre os 18 e os 24 anos e o aumento para 40% de diplomadas/os de ensino superior, na população entre os 30 e os 34 anos.

Outra área de intervenção prioritária é a **sensibilização da população em geral para a erradicação de todas as formas de violência contra as crianças e as/os jovens**, tal como preconizado pela DGS, pela Constituição da República Portuguesa (em particular no artigo 69º) e pela Convenção dos Direitos da Criança.

Os dados apresentados relativos às crianças e às/aos jovens acompanhadas/os nas CPCJs mostram extensivamente que as situações de maus-tratos, em sentido lato, se constituem como as principais problemáticas sinalizadas, nomeadamente as situações de violência doméstica, as situações de negligência e as situações de violência direta, física e psicológica, especialmente nas faixas etárias até aos 10 anos de idade – muito embora as situações de violência doméstica sejam extensivas a faixas etárias para além dos 10 anos de idade (cf. Figuras H.1.7., H.1.8., H.1.24. e Quadro H.1.8.).

Portanto, e sendo os maus-tratos amplamente reconhecidos como uma das temáticas onde a intervenção é mais premente (juntamente com a pobreza e a exclusão social), urge continuar a investir em estratégias de combate aos maus-tratos na infância e juventude. Como estratégia complementar é necessário promover a **literacia digital**, tal como preconizado pela Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos das Crianças 2016-2020, que estabelece como quinta área prioritária, os direitos da criança no ambiente digital.

No entanto, é também nas famílias que muitas vezes as crianças e as/os jovens são colocadas/os em situação de risco, pelo que é fundamental continuar a intervir de forma muito direcionada, para o **desenvolvimento de competências educativas familiares**.

Uma outra área de intervenção com as crianças e as/os jovens, é ao nível do **consumo de substâncias psicoativas**. Muito embora, segundo dados da DICAD, tenha ocorrido uma diminuição do número de crianças e jovens acompanhadas/os (cf. Figura H.1.24) e nas crianças e nas/os jovens acompanhadas/os pela DICAD a maioria não apresentasse consumo de substâncias psicoativas (cf. Quadros H.1.9. a H.1.10.), continua a ser fundamental investir em estratégias de prevenção de consumo de substâncias psicoativas pelo significativo e negativo impacto que o consumo deste tipo de substâncias pode ter, quer ao nível do seu processo de desenvolvimento,

quer ao nível das perspetivas de futuro que os consumos problemáticos de substâncias psicoativas acarretam.

Adicionalmente, convém não esquecer que os dados apresentados, relativos às CPCJs, mostram que as situações em que a criança ou a/o jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (CJACABED), incluindo situações de consumo de substâncias psicoativas, representavam uma relevante proporção das problemáticas, quer sinalizadas, quer diagnosticadas, figurando como a terceira problemática globalmente mais sinalizada, e como uma problemática especialmente relevante nas crianças e nas/os jovens nas faixas etárias a partir dos 11 anos de idade (cf. Figuras H.1.7. e Quadros H.1.1 a H.1.4 e H.1.7 a H.1.8).

Assim, a este nível, e tal como referido no Resumo do Diagnóstico dos CAD Concelho do Porto 2017³⁵⁷, convém ter presente que “Considerando a incidência do consumo de SPAs nos jovens, o número de crianças e jovens em situações de risco, o número de jovens efetivamente a consumir SPAs e ainda a disponibilidade crescente de SPAs, salientamos a necessidade de se dar continuidade e/ou de se desenvolverem as respostas de prevenção universal, seletiva e indicada junto de cada um dos grupos alvo”.

³⁵⁷ “Resumo do Diagnóstico dos CAD - Concelho do Porto, 2017”, que é um resumo do Diagnóstico do Concelho do Porto relativo aos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Porto Central, do CRI Porto Ocidental e CRI Porto Oriental, da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD) da ARS Norte.

H.2. POPULAÇÃO SÉNIOR

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) "O envelhecimento demográfico traduz alterações na distribuição etária de uma população expressando uma maior proporção de população em idades mais avançadas. Esta dinâmica é consequência dos processos de declínio da natalidade e de aumento da longevidade e é entendida internacionalmente como uma das mais importantes tendências demográficas do século XXI."³⁵⁸ (p.1)

Segundo o *World Population Ageing 2013*³⁵⁹, citado pelo INE "o envelhecimento da população está a progredir rapidamente em muitos dos países pioneiros no processo de transição demográfica - processo pelo qual o declínio da mortalidade é seguido por reduções na natalidade. Segundo as Nações Unidas, este processo deverá continuar ao longo das próximas décadas e irá, provavelmente, afetar todo o mundo. (...) Ainda de acordo com os dados divulgados naquele relatório, a proporção mundial de pessoas com 60 e mais anos de idade aumentou de 9,2% em 1990 para 11,7% em 2013, e espera-se que continue a aumentar, podendo atingir 21,1% em 2050. Em valores absolutos, as projeções das Nações Unidas apontam para que o número de pessoas com 60 e mais anos de idade passe para mais do dobro, de 84,1 milhões de pessoas em 2013 para mais de 2 mil milhões em 2050, e o número de pessoas com 80 e mais anos de idade poderá mais do que triplicar, atingindo os 392 milhões em 2050."³⁶⁰ (pp.1-2)

O aumento da longevidade, consequência da melhoria das condições de vida e dos cuidados de saúde, e que representa um importante e positivo aspeto da evolução das sociedades, associado ao envelhecimento da população, coloca desafios particularmente exigentes à sociedade como um todo.

De facto, não importa apenas viver mais anos. É necessário que esse acréscimo, em termos de anos de vida, se faça acompanhar por condições que permitam uma vivência com qualidade, bem-estar e dignidade, tal como preconizado pela Estratégia Nacional Para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025³⁶¹, que decorre do compromisso de Portugal com a Estratégia e Plano de Ação

³⁵⁸ Publicação do INE "Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia", acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

³⁵⁹ Disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing2013.pdf>

³⁶⁰ Publicação do INE "Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia", acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

³⁶¹ <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>

Global para o Envelhecimento Saudável, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia.

Para que essa vivência do processo de envelhecimento possa ocorrer com qualidade e bem-estar são necessários investimentos significativos, tanto ao nível do acesso a cuidados de saúde, como ao nível dos sistemas de apoio para a população mais idosa, bem como ao nível dos rendimentos. De ressaltar que, ao nível dos rendimentos da população sénior e de acordo com dados do INE para Portugal, entre 2016 e 2017 “aumentou o risco de pobreza para a população idosa: 17,7%, mais 0,7 p.p. que em 2016.”³⁶², constituindo-se a população sénior como um dos segmentos populacionais com um risco de pobreza e exclusão social mais elevados.

Deste modo, é ao nível dos investimentos necessários, que o cruzamento entre o aumento da longevidade e o envelhecimento da população coloca os maiores desafios, uma vez que o crescente número de pessoas seniores e das respetivas necessidades de apoio não se faz acompanhar pelo aumento da população ativa, antes pela sua diminuição, o que implica a redução das contribuições financeiras, que estão justamente na base de sustentação dessa rede de apoio à população sénior. Por outro lado, a redução da população ativa implica, também, na diminuição dos recursos humanos disponíveis para providenciarem esse apoio.

De facto, segundo o INE, em Portugal “verificou-se (...) o decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade), em simultâneo com o aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). Entre 1970 e 2014, a proporção da população jovem diminuiu 14 pontos percentuais (p.p.), passando de 28,5% do total da população em 1970 para 14,4% em 2014. Por sua vez, o peso relativo da população idosa aumentou 11 p.p., passando de 9,7% em 1970 para 20,3% em 2014. A população em idade ativa aumentou 3 p.p. entre estes anos: 61,9% em 1970 e 65,3% em 2014”³⁶³ (p. 2) e “O número de idosos ultrapassou o número de jovens pela primeira vez, em Portugal, em 2000, tendo o índice de envelhecimento, que traduz a relação entre o número de idosos e o número de jovens, atingindo os 141 idosos por cada 100 jovens em 2014. Também o índice de dependência de idosos, que relaciona o número de idosos e o número de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos de idade), aumentou continuamente entre 1970 e 2014, passando de 16 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa em 1970, para 31 em 2014.

³⁶² Dados acessíveis em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=315156875&DESTAQUESmodo=2

³⁶³ Publicação do INE “Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia”, acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Por sua vez, o índice de renovação da população em idade ativa, que traduz a relação entre o número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho (20 a 29 anos de idade) e o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho (55 a 65 anos de idade), tem vindo a diminuir, com maior incidência nos últimos quinze anos: desde 1999 que este índice tem diminuído continuamente, tendo-se situado em 2010 abaixo de 100, para atingir 84 em 2014.³⁶⁴ (p.3)

Neste cenário importa, pois, caracterizar, nas suas várias dimensões e aspetos, este segmento populacional, no sentido de identificar os fatores fragilizadores e de risco e aportar indicadores que permitam uma (re)organização dos sistemas de apoio, aos diversos níveis.

Depois de traçado este panorama geral, passamos à apresentação de um conjunto de indicadores que nos parecem relevantes para a caracterização mais pormenorizada neste domínio.

³⁶⁴ Idem.

A ATUALIDADE

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO SÉNIOR

Na Figura H.2.1 apresenta-se a **evolução da população sénior no concelho do Porto**, no período compreendido entre 1960 e 2017.

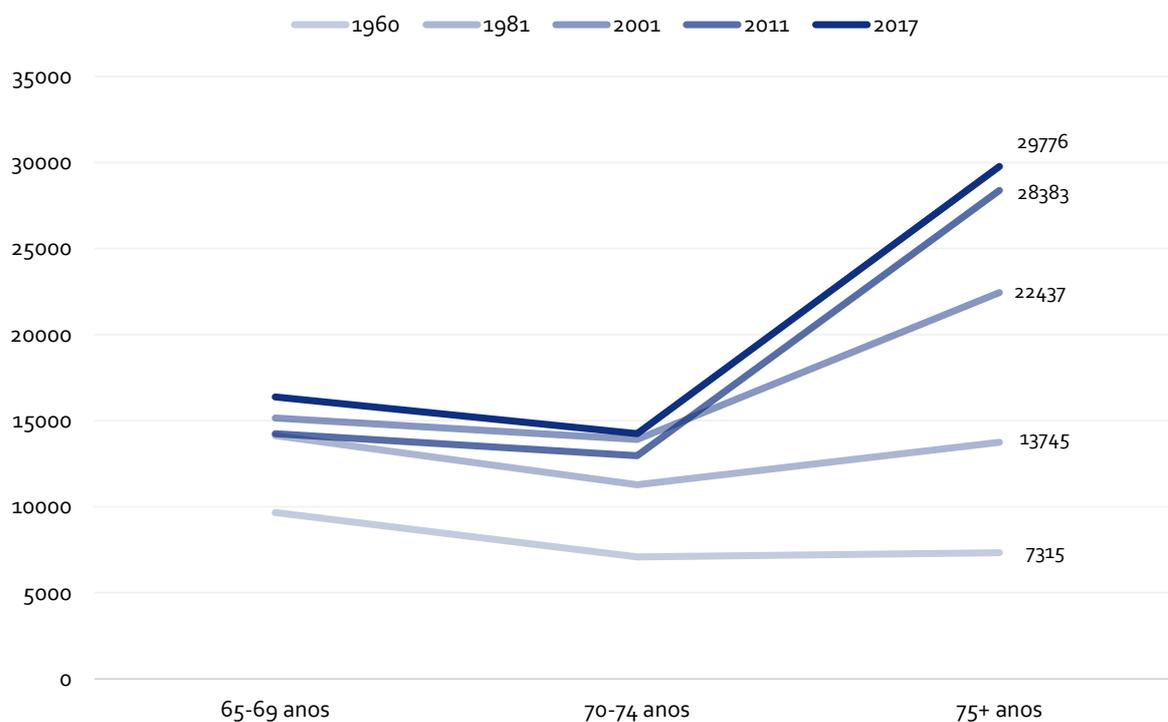


Figura H.2.1. População residente com mais de 65 anos, por escalão etário, Porto, 1960-2017 (em número; Fonte: Pordata³⁶⁵)

Da análise da Figura H.2.1. constata-se que, em 1960, o número de pessoas seniores nas três faixas etárias consideradas era similar, situando-se entre os 7 087 e os 9 652, sensivelmente.

Em 1981 aumentou o número de pessoas seniores em cada faixa etária considerada, mas o número de pessoas seniores em cada faixa etária era similar, situando-se entre os 11 275 e os 14 125, sensivelmente.

A partir de 2001, não se registou um aumento significativo nas faixas etárias dos 65 aos 69 anos e dos 70 aos 74 anos, comparando com 1981, mas o número de seniores na faixa etária com 75 ou mais anos de idade aumentou muito significativamente, passando a ser de 22 437, o que correspondeu a um acréscimo de quase 60% (59.7%).

³⁶⁵<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-358> (acedido em 8 de maio de 2018).

Este mesmo padrão foi encontrado em 2011, em que o número de pessoas seniores com 75 ou mais anos de idade voltou a aumentar, situando-se então em 28 383.

Em 2017, verificou-se, para as três faixas etárias consideradas, um número de pessoas seniores superior aos anos transatos. Em 2017, as pessoas seniores com idade compreendida entre os 65 e os 69 anos correspondiam a 16 373, entre os 70 anos e os 74 anos a 14 238 e com idade igual ou superior a 75 anos a 29 776.

Ou seja, assistiu-se a um aumento do número de pessoas seniores, particularmente de residentes com 75 ou mais anos de idade (que mais do que triplicou, entre 1960 e 2017), o que coloca desafios acrescidos a vários níveis, no sentido de dar resposta às necessidades crescentes, próprias destas faixas etárias.

Seguidamente, apresenta-se na Figura H.2.2. a **evolução mais recente da população sénior por escalões etários**, no período compreendido entre 2001 e 2017.

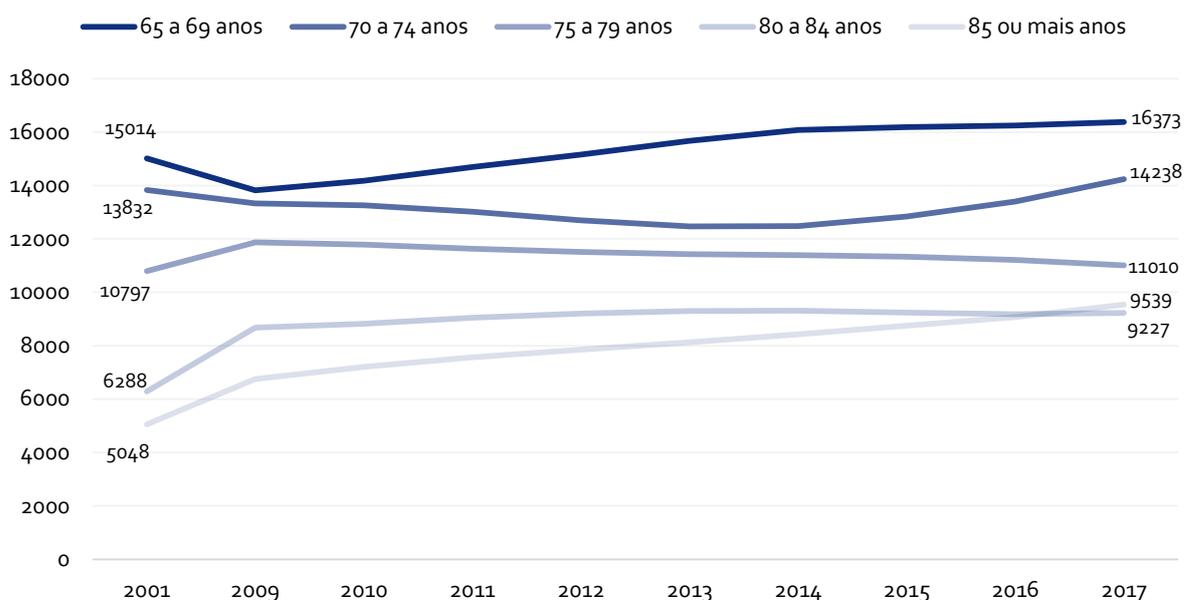


Figura H.2.2. População residente com mais de 65 anos, por escalão etário, Porto, 2001-2017 (em número; Fonte: Pordata³⁶⁶)

Da observação da Figura H.2.2. é possível constatar que, em todos os anos em análise, o número de pessoas seniores em cada faixa etária foi diminuindo, à medida que aumentava o escalão etário.

Também se constata que, e centrando a análise a partir de 2011, o número de pessoas seniores se manteve relativamente constante em todas as faixas etárias, com exceção da faixa dos 65 aos 69

³⁶⁶<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-358> (acedido em 8 de maio de 2018).

anos de idade, em que passou de 14 688 indivíduos, em 2011 para 16 373 indivíduos, em 2017 e da faixa etária das/os seniores com 85 ou mais anos de idade, que passou de 7 558 pessoas, em 2011 para 9 539 pessoas, em 2017, ultrapassando o número de pessoas seniores com idades compreendidas entre os 80 e os 84 anos, que era de 9 227 pessoas.

ÍNDICES DEMOGRÁFICOS LIGADOS À SENIORIDADE: LONGEVIDADE, ENVELHECIMENTO E DEPENDÊNCIA

Nas Figuras H.2.3., H.2.4. e H.2.5. apresentam-se os dados relativos ao **índice de longevidade**.³⁶⁷

A Figura H.2.3. compara o índice de longevidade no concelho do Porto, com os índices de longevidade de outras áreas geográficas de referência.

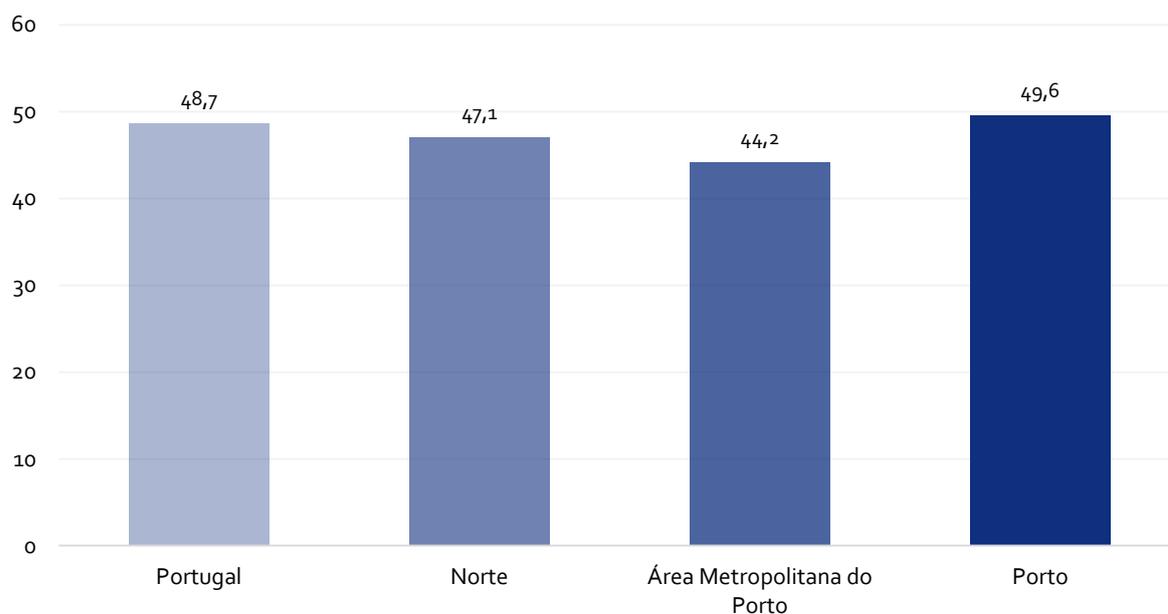


Figura H.2.3. Índice de longevidade, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE³⁶⁸)

Da análise da Figura H.2.3. constata-se que o concelho do Porto tinha um índice de longevidade global de 49.6%, que era o índice de longevidade mais elevado, quando comparado com os índices de longevidade do país (48.7%), do Norte (47.1%) e da AMP (44.2%).

De seguida, na Figura H.2.4. mostra-se a evolução do índice de longevidade no concelho do Porto, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2016.

³⁶⁷Este índice diz respeito à relação entre a população mais idosa e a população idosa, definido habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

³⁶⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008260&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 13 de março de 2018).

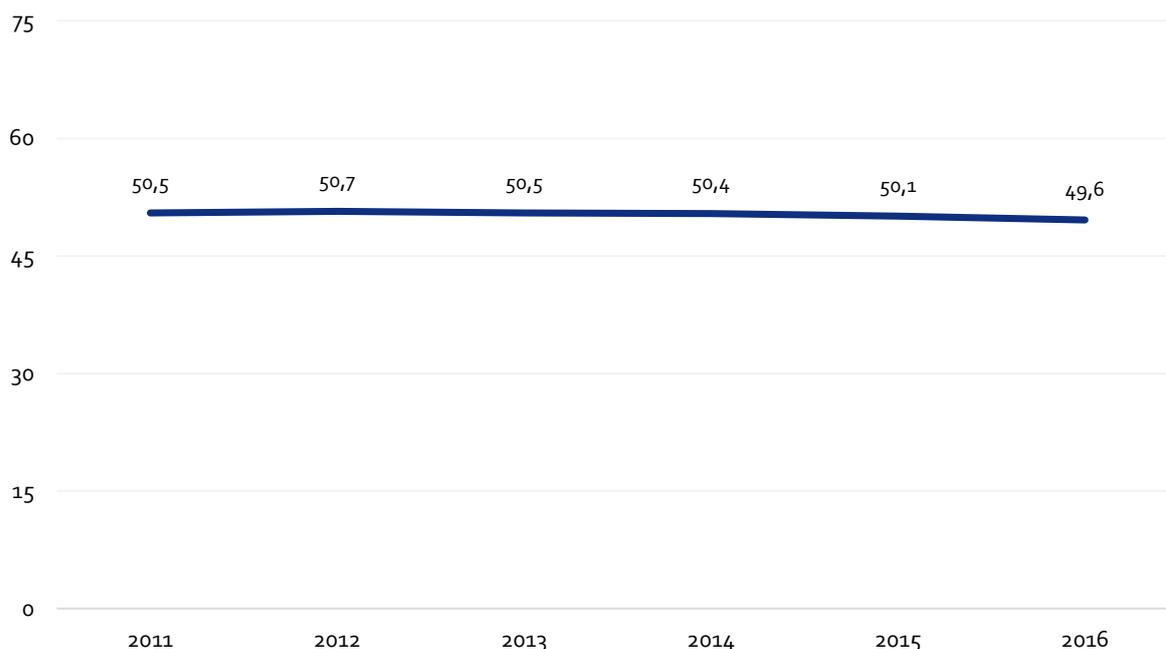


Figura H.2.4. Índice de longevidade, Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE³⁶⁹)

Da análise da Figura H.2.4. constata-se que o índice de longevidade no concelho do Porto tem vindo a diminuir progressivamente, apresentando, em 2016, uma variação de quase -1%, do que em 2011.

Finalmente, a Figura H.2.5. apresenta os dados referentes ao **índice de longevidade em 2011, por freguesia/união de freguesias** no concelho do Porto.

Da observação da Figura H.2.5. verifica-se que as freguesias/uniões de freguesia com os índices de longevidade mais elevados, em 2011, eram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com um índice de 53.55%, seguida do Bonfim, com um índice de 52.81%. A União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era a que apresentava o índice de longevidade mais baixo, de 47.54%. Em termos médios, no conselho do Porto, as/os idosas/os com 75 ou mais anos representavam à volta de 50.6% da população idosa de residentes. De notar que nesta faixa etária existem necessidades acrescidas de apoio, pelo que será uma franja populacional a necessitar de uma atenção específica.

³⁶⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008260&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 13 de março de 2018).

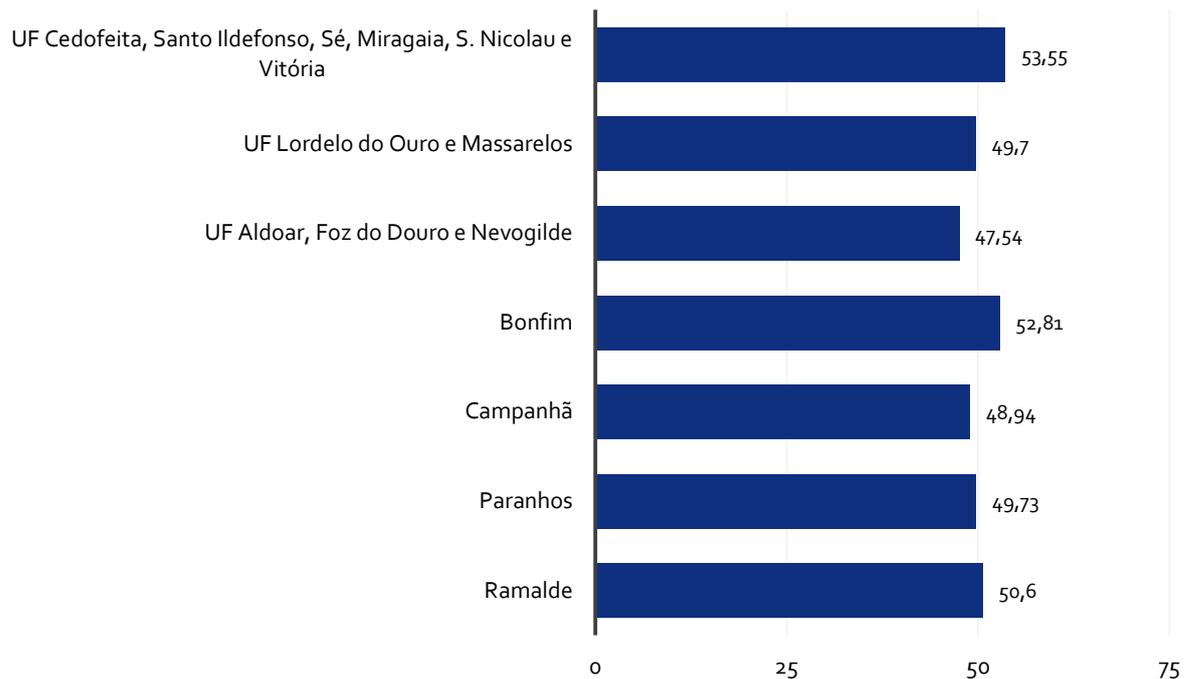


Figura H.2.5. Índice de longevidade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁷⁰)

Na Figura H.2.6. é apresentada a evolução do **índice de envelhecimento** do concelho do Porto, entre 2011 e 2016.³⁷¹³⁷²

Constata-se, pela análise da Figura H.2.6., que o índice de envelhecimento passou de 199%, em 2011, para 222.3%, em 2016, o que mostra que, em 2017, existiam mais de duas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por cada pessoa com 15 ou menos anos de idade e que o envelhecimento da população se agravou entre 2011 e 2017.

Este padrão evolutivo deve-se a fenómenos de duas ordens. Por um lado, ao aumento da esperança de vida da população e, por outro lado, à progressiva diminuição da taxa de natalidade.

³⁷⁰http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorCod=0006350&selTab=tab10 (acedido em 5 de abril de 2018).

³⁷¹ Índice de Envelhecimento = Quociente entre (população média residente com 65 ou mais anos de idade e população média residente com menos de 15 anos) * 100.

³⁷² Para consulta mais pormenorizada dos dados relativos a este índice, consultar secção da "Demografia" (pp. ??).

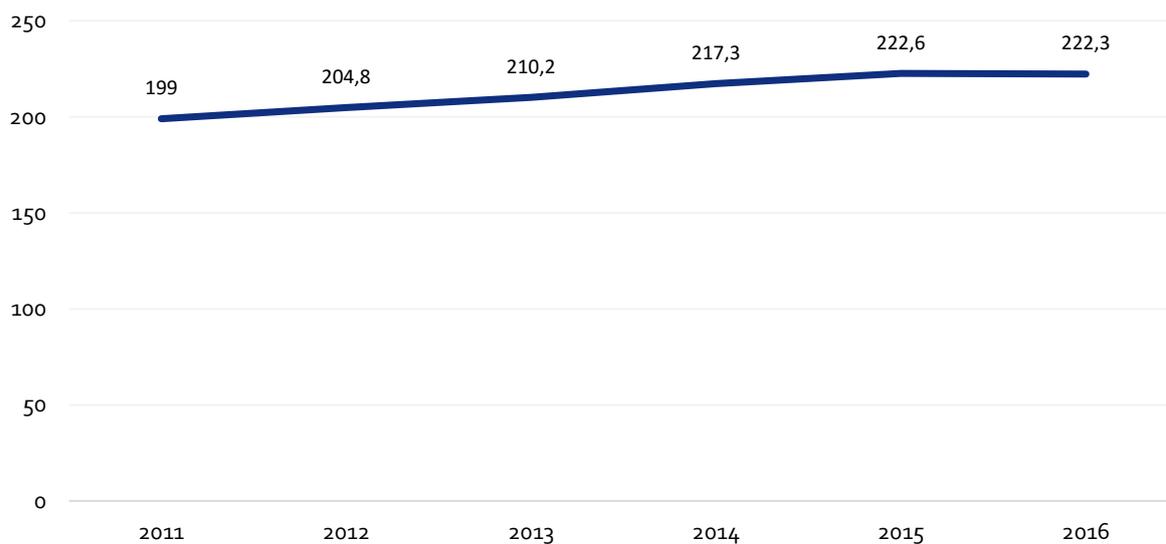


Figura H.2.6. Índice de envelhecimento, Porto, 2011-2016 (em percentagem; Fonte: INE³⁷³)

De seguida, nas Figuras H.2.7. e H.2.8. apresentam-se os dados relativos ao **índice de dependência de idosos**.

A Figura H.2.7. apresenta a evolução do índice de dependência de idosos, no concelho do Porto, no período compreendido entre 2011 e 2016.

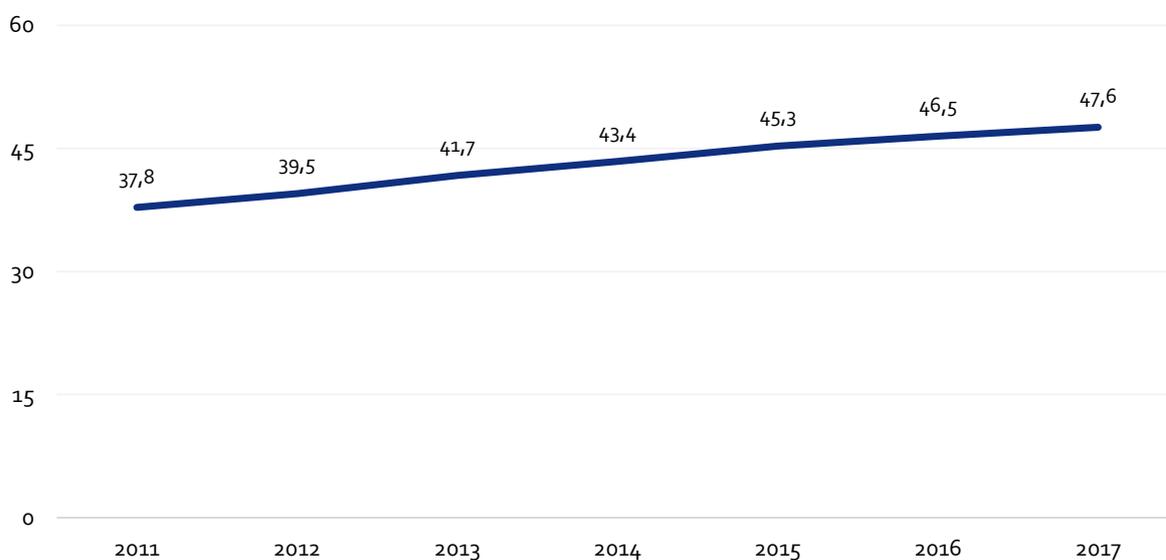


Figura H.2.7. Índice de dependência de idosos, Porto, 2011-2017 (em percentagem; Fonte: INE³⁷⁴)

Como se pode verificar na Figura H.2.7. houve um incremento de 9.7% no índice de dependência da população idosa, no período compreendido entre 2011 e 2017, o que revela que aumentou a

³⁷³https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 13 de março de 2018).

³⁷⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008259&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 12 de março de 2018).

proporção de população com 65 ou mais anos de idade, em relação à população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, concretamente, em 2017, existia aproximadamente uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, por cada duas pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade.

Na Figura H.2.8. apresenta-se o **índice de dependência de idosos/os por freguesia/união de freguesias** em 2011.³⁷⁵

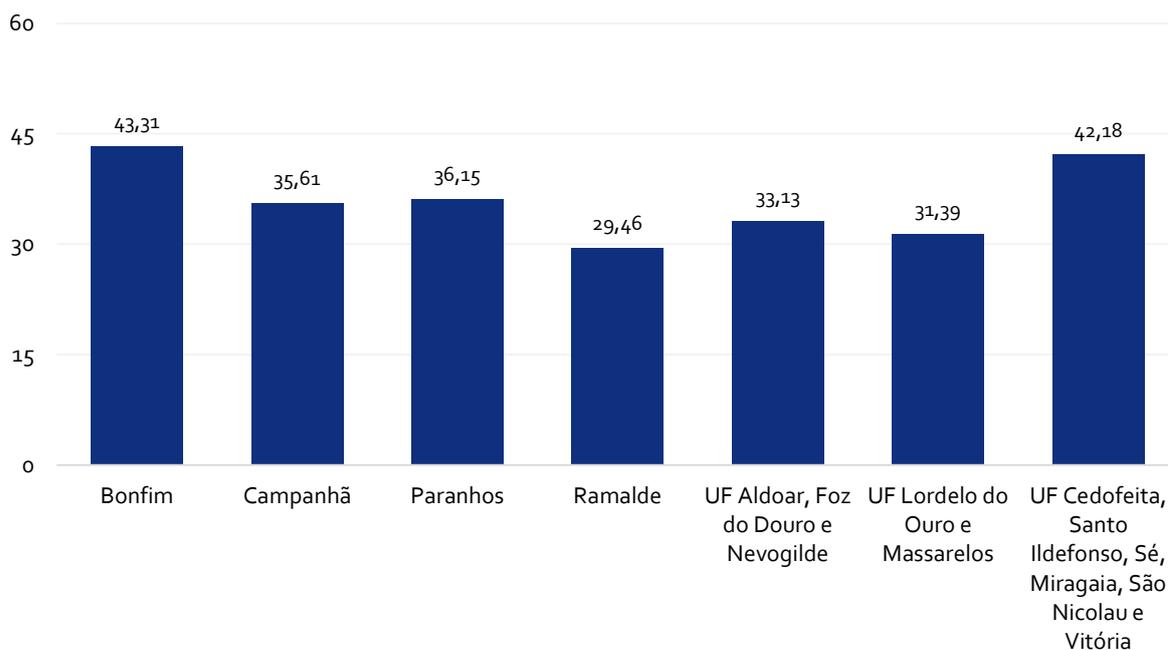


Figura H.2.8. Índice de dependência das/os idosas/os, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁷⁶)

Da análise da Figura H.2.8. constata-se que, em 2011, as freguesias/uniões de freguesia com os índices de dependência de idosos/os mais elevados eram o Bonfim (43.31%) e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (42.18%), seguidas da freguesia de Paranhos (36.15%). A freguesia com o índice de dependência de idosos/os mais baixo era Ramalde (29.46%) e depois a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (31.39%).

De notar que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a que apresentava o segundo maior índice de dependência total (57.16%), ao mesmo tempo que era uma das áreas geográficas do concelho que apresentava um dos índices de

³⁷⁵ O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

³⁷⁶ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006046&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 15 de março de 2018).

dependência de jovens mais baixos (14.98%) e um índice de dependência de idosas/os dos mais elevados (42.18%), o que reflete bem o envelhecimento populacional acentuado que existia na união de freguesias centrais do concelho do Porto.

Em 2011, 42 575 pessoas tinham deficiência ou incapacidade, o que correspondia a 17.92% da população residente no concelho. Destas, 27 661 pessoas (64.97% do total de pessoas com deficiência ou incapacidade) tinham idade igual ou superior a 65 anos, ou seja, 11.64% da população residente no concelho, em 2011, eram pessoas seniores com deficiência ou incapacidade.

Da conjugação destas dinâmicas demográficas resulta, para o concelho do Porto, um incremento nas exigências de apoio requeridas pela população mais idosa (que carece de apoio mais intensivo) ao mesmo tempo que, e à semelhança do resto do país, se confronta também com a diminuição progressiva da população produtiva, o que acarreta uma diminuição de recursos, quer materiais, quer humanos, que possam fazer face a essas necessidades acrescidas.

TIPOLOGIA FAMILIAR E RENDIMENTO DA POPULAÇÃO SÉNIOR

A agravar o quadro demográfico anteriormente descrito, apresentam-se nas Figuras H.2.9. e H.2.10. os dados relativos à **configuração familiar das pessoas com 65 ou mais anos** a residirem no concelho do Porto.

Em 2011, existiam 55 083 residentes com 65 ou mais anos de idade e, destas/es, cerca de um quarto vivia sozinha/o.

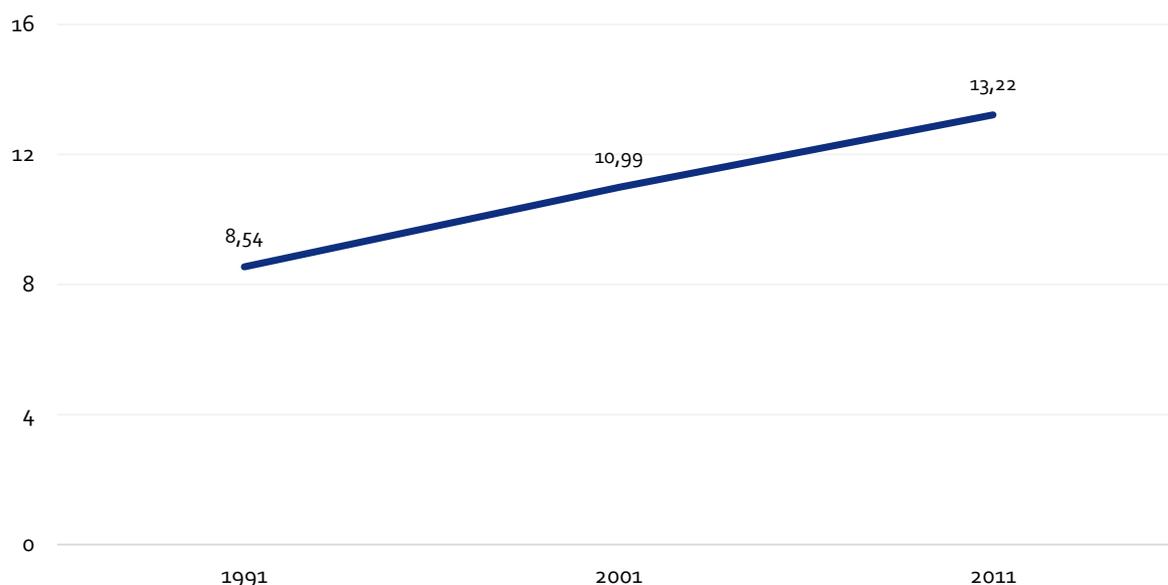


Figura H.2.9. Famílias clássicas unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos, Porto, 1991-2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁷⁷)

Tal como já tinha sido referido no capítulo da Demografia, entre 1991 e 2011, aumentou a proporção das famílias clássicas constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, passando de 8.54% para 13.22%. Das 100 826 famílias que existiam no concelho do Porto, em 2011, 30 736 eram famílias unipessoais e, destas, 13 329, ou seja, 43.37%, eram famílias unipessoais constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade. (cf. Figura H.2.9.)

A Figura H.2.10. apresenta as/os **idosas/os a viverem sozinhas/os, por freguesia/união de freguesias**, em 2011.

³⁷⁷https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2 e https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido em 29 de maio de 2018).

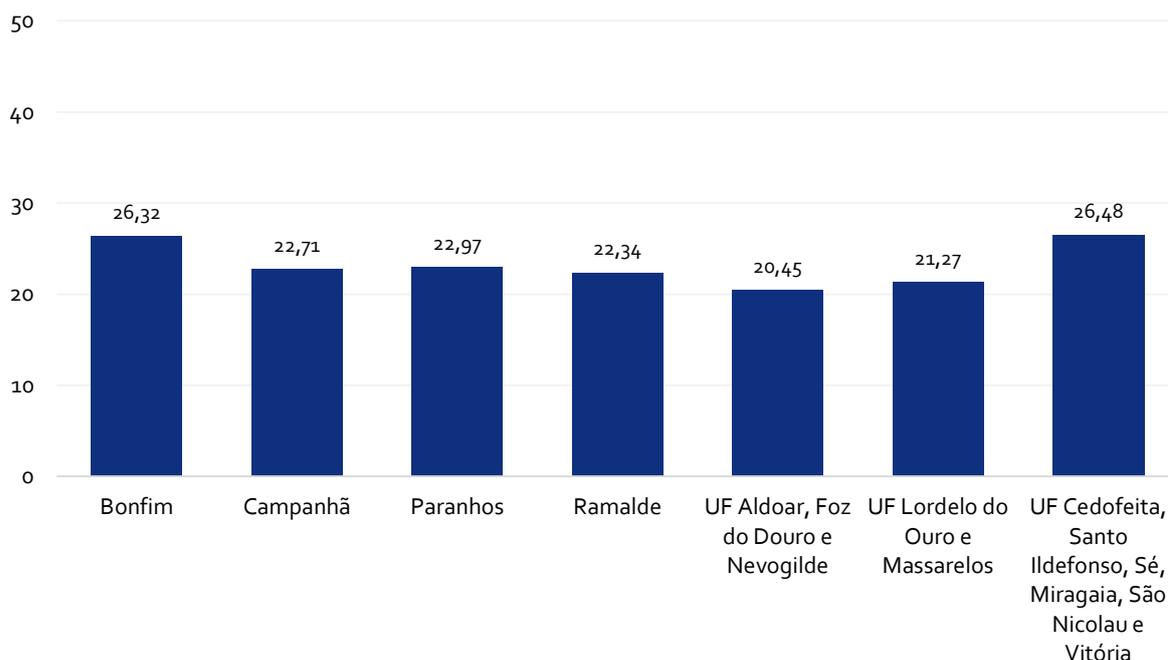


Figura H.2.10. Idosas/os a viver sós no conjunto das pessoas com mais de 65 anos, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁷⁸)

Tal como se pode observar na Figura H.2.10., a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória era a freguesia com a maior percentagem de pessoas idosas a viverem sozinhas, com 2 874 pessoas nesta situação, o que correspondia a 26.48% das famílias unipessoais a serem constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade. Em segundo lugar surgia a freguesia do Bonfim, com 1 733 indivíduos (26.32%). Paranhos surgia na terceira posição, com 2 411 indivíduos a viverem sozinhos, o que correspondia a 22.97% das famílias unipessoais existentes nesta freguesia. Na última posição aparecia a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com 1 266 pessoas, o que correspondia a 20.45% das famílias unipessoais nesta união de freguesias.

Na população sénior a residir em habitação social municipal, segundo dados de 2018, mais de 2 000 pessoas com 66 ou mais anos de idade residiam com outra pessoa sénior e quase 1 900 moravam sozinhas.

Em relação aos **rendimentos da população sénior**, em dezembro de 2017, existiam 52 553 pensionistas ativas/os do regime contributivo, com um valor de pensão de velhice médio anual de 7 737 € e 610 pensionistas ativas/os do regime não contributivo, cuja pensão de velhice tinha o valor

³⁷⁸http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros (acedido em 11 de abril de 2018).

médio anual de 3 536 €, o que correspondia a valores médios mensais de rendimento baixos e muito baixos (≈644€ no regime contributivo) ou muito baixos (≈295€ no regime não contributivo).

Ainda a respeito dos rendimentos, apresenta-se na Figura H.2.11. a evolução do **número de requerimentos entrados, para atribuição de pensão social de regime não contributivo**, no centro distrital de segurança social do Porto, no ano de 2017.³⁷⁹

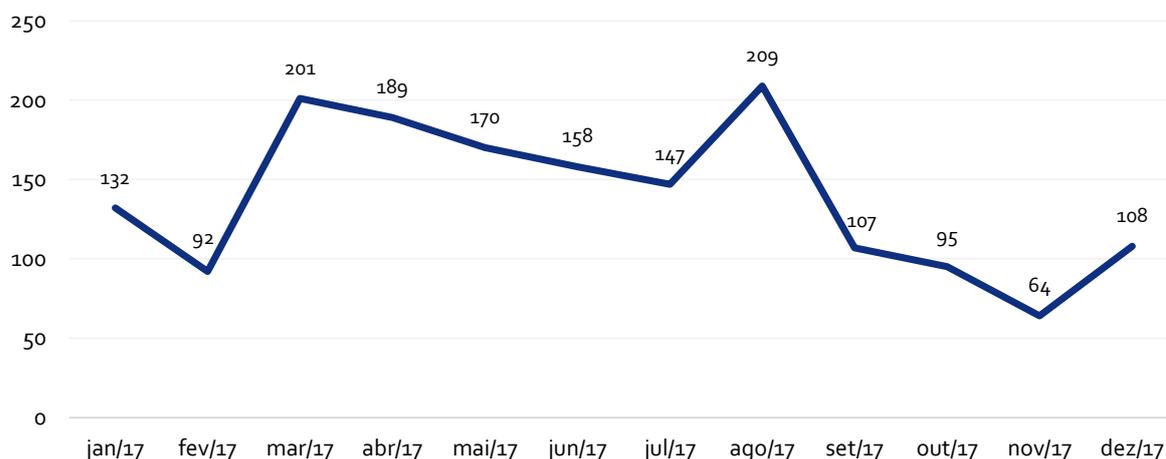


Figura H.2.11. Requerimentos de pensão social de velhice, Centro Distrital do Porto, 2017 (em número; Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GR))

Da análise da Figura H.2.11. pode constatar-se que existiram algumas oscilações no número de requerimentos entrados ao longo do ano, cuja variação chegou aos 226%, entre o mês com o menor número de requerimentos (24, em novembro de 2017) e o mês com o maior número de requerimentos (209, em agosto de 2017). No total, 1 672 pessoas solicitaram a atribuição desta pensão ao longo do ano de 2017.

³⁷⁹ A pensão social de velhice é atribuída a pessoas que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social obrigatório ou pelos regimes transitórios dos rurais ou, estando-o, não satisfaçam os períodos de garantia definidos para acesso à pensão ou que sendo pensionistas de velhice ou sobrevivência tenham direito a pensão de montante inferior ao da pensão social ou que tenham rendimentos mensais ilíquidos iguais ou inferiores a 174,30 € caso se trate de pessoa isolada, ou 261,46 € tratando-se de casal (corresponde respetivamente a 40% e 60% do valor do indexante dos apoios sociais - IAS) Dados previamente apresentados no capítulo das Dinâmicas Socioeconómicas, p. 111.

RESPOSTAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO SÉNIOR

Segundo dados da Carta Social do Porto, no concelho do Porto existiam quatro **tipos de respostas sociais para a população sénior**: Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

Existiam 35 Centros de Convívio, com capacidade para 1 377 utentes e com 987 utilizadoras/es. Existiam também 42 Centros de Dia, com capacidade total para 2 096 utilizadoras/es e 1 544 utentes inscritas/os. Ao nível das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, os 61 equipamentos existentes dispunham de 1 671 lugares e tinham 1 401 utentes inscritas/os. Finalmente, o Apoio Domiciliário dispunha de 65 equipamentos, podendo assegurar as necessidades de 3 330 utentes e tinha 2 254 utilizadoras/es.

Finaliza-se esta apresentação de dados com a apresentação na Figura H.2.12. das respostas sociais concelhias para este segmento populacional, em cada freguesia/união de freguesias e respetiva taxa de utilização, em 2017.

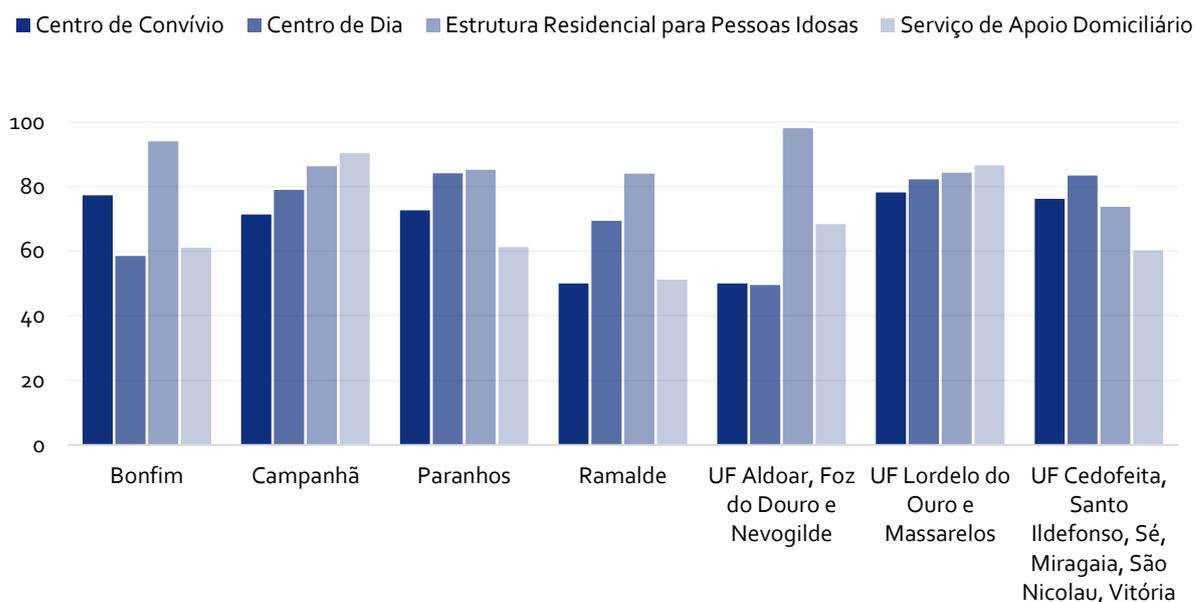


Figura H.2.12. Respostas sociais para a população sénior, por tipo de resposta e percentagem de utilização e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto³⁸⁰)

Da análise da Figura H.2.12 constata-se que as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas eram os equipamentos que tinham as taxas de ocupação mais elevadas, em quatro das sete freguesias/uniões de freguesia, variando entre os 74% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo

³⁸⁰http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_area&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=0&cod_area=21&cod_valencia=0&dcf=1312 (acedido em 24 de maio de 2018).

Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória) e os 94% (Bonfim). Os Centros de Convívio tinham taxas de utilização que variavam entre os 50% (Ramalde e União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e os 77% (Bonfim). As taxas de utilização dos Centros de Dia variavam entre os 59% (Bonfim) e os 84% (Paranhos). Finalmente, as taxas de utilização do Serviço de Apoio Domiciliário variavam entre os 60% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória) e os 90% (Campanhã).

SÍNTESE INTEGRATIVA

No Porto, a população com 75 ou mais anos de idade, tem vindo a aumentar progressivamente, representando, em 2011, mais de **50% da população sénior do concelho**. Também a população com 85 ou mais anos aumentou, constatando-se que, entre 2011 e 2016, houve um **incremento de quase 20% no número de pessoas residentes com 85 ou mais anos de idade**.

Concomitantemente, também tem vindo a ocorrer um progressivo envelhecimento da população residente, cujo **índice de envelhecimento** passou de 199%, em 2011 para 222,3%, em 2016. Este padrão evolutivo deve-se a fenómenos de duas ordens: por um lado, ao aumento da esperança de vida da população e, por outro lado, à progressiva diminuição da taxa de natalidade.

Decorrente dos fenómenos de declínio e envelhecimento demográfico, resultantes do aumento da longevidade e da baixa de natalidade, assistiu-se a um aumento significativo no **índice de dependência da população idosa**, no período compreendido entre 2011 e 2016, que se cifrou num aumento de quase 10%, o que conduziu a uma sobrecarga em termos do apoio a prestar pela população ativa.

Da conjugação destas dinâmicas demográficas resulta, para o concelho do Porto, um incremento nas **exigências de apoio requeridas pela população mais idosa**, ao mesmo tempo que, e à semelhança do resto do país, se confronta também com a diminuição progressiva da população ativa/produtiva, o que acarreta uma diminuição de recursos, quer materiais, quer humanos, que possam fazer face a essas necessidades acrescidas.

Ao nível dos **rendimentos da população sénior** constata-se que, globalmente, as pessoas seniores auferiam rendimentos baixos, provenientes maioritariamente de pensões e que se revelam muitas vezes insuficientes para fazerem face às despesas quotidianas, que nesta faixa etária, e em virtude de maiores necessidades no domínio da saúde e de suportes à autonomia, tendem a aumentar. Este cenário potencia o risco de pobreza e de exclusão social deste segmento populacional. De facto, mais de 10% das/os residentes seniores do concelho (6 911 dos 60 387) residiam em habitação social municipal, por falta de recursos que lhes permitissem o acesso a uma habitação no mercado de habitação regular.

A agravar este quadro sociodemográfico, constata-se também **uma significativa prevalência de pessoas com 65 ou mais anos a viverem sozinhas**. Na realidade, em 2011, cerca de ¼ da população de residentes no concelho do Porto com 65 ou mais anos de idade viviam sozinhas/os e, especificamente, na habitação social municipal, mais de 2 000 pessoas com 66 ou mais anos de idade residiam com outra pessoa sénior e quase 1 900 moravam sozinhas. Também residiam em

habitação social municipal mais de 300 pessoas com 66 anos ou mais e com deficiência ou incapacidade e destas, cerca de 1/6 viviam sozinhas.

Ao nível concelhio, e neste domínio, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória é um dos territórios em que o fenómeno do envelhecimento demográfico era mais evidente, apresentando o segundo maior índice de dependência total (57.16%), um dos índices de dependência de jovens mais baixos (14.98%) e um dos índices de dependência de idosas/os dos mais elevados (42.18%). Simultaneamente, residiam nesta união de freguesias 26.48% das/os seniores a viverem sozinhas/os. Decorrente deste cenário, surge como fundamental uma intervenção neste domínio, muito adaptada para este território concelhio.

Decorrente das dificuldades de conciliação familiar ao nível da prestação de cuidados às/aos mais idosas/os, surgem as/os **prestadoras/es profissionais e as estruturas de apoio**, que no concelho do Porto não tinham ainda a sua capacidade total esgotada, embora as estruturas residenciais para idosas/os se encontrassem, em alguns territórios concelhios, próximo da sua utilização máxima.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Como referido, o **segmento populacional das/os seniores é um grupo particularmente vulnerável**, devido a um conjunto interligado de fatores, entre eles, o envelhecimento progressivo, que decorre do aumento da longevidade, mas que tem implicações a vários níveis, nomeadamente no acréscimo de necessidades de apoio, envolvendo, por sua vez, maiores níveis de dependência, decorrentes de condições de saúde mais fragilizadas, em termos, por exemplo, de mobilidade e morbidades diversas. Estes fatores encontram-se frequentemente associados a recursos deficitários em termos de rendimento disponível, o que pode ter implicações a múltiplos níveis, como no acesso a serviços de saúde, na habitação, na participação cívica e na integração social. Acrescem ainda as questões do isolamento em que vivem muitas/os seniores do concelho e questões relacionadas com a segurança deste grupo populacional, devido à probabilidade aumentada de serem vítimas de crimes.

Relativamente ao **isolamento**, pode constatar-se que mais de 13% das famílias residentes no concelho do Porto, eram constituídas por pessoas seniores a viverem sozinhas e que essa percentagem tem vindo a aumentar. Assim, a esse nível, seria importante o **reforço das redes de vizinhança e dos recursos comunitários** como forma de diminuir o isolamento social e aumentar, ao mesmo tempo, a segurança deste grupo populacional. Seria ainda relevante reforçar o **policimento de proximidade**, como forma de contribuir para o aumento, real e percebido, de segurança desta população e **reforçar as estratégias de combate à violência doméstica**, criando mecanismos de sinalização precoce, dando-lhes o apoio necessário e desenvolvendo condições que permitissem a vivência num meio de vida seguro.³⁸¹

Quase 18% da população residente no concelho apresenta **dificuldades de mobilidade**; destas pessoas, aproximadamente 65% (ou seja, mais de 27 500) são pessoas com 65 ou mais anos de idade. Estes dados sustentam a necessidade de **melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade dos edifícios e espaços públicos** que, neste segmento populacional se revelam tão importantes, como o acesso a cuidados de saúde e a serviços básicos essenciais. Recordemos que, tal como apresentado no capítulo da Habitação, a maioria dos edifícios não apresenta condições facilitadoras da acessibilidade e mobilidade (cf. Figuras E.9. e E.10.).

³⁸¹ Como será possível verificar mais à frente, no capítulo sobre Violência Doméstica e de Género, em 2016, 7.67% das vítimas de violência doméstica e de género eram pessoas com 65 ou mais anos de idade. No entanto, por impossibilidade de acesso a outros dados estatísticos, não foi possível caracterizar, para além deste indicador genérico, o segmento populacional das vítimas de violência doméstica e de género com 65 ou mais anos de idade.

Seguindo as orientações da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 e da Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS seria potencialmente relevante investir no **aumento do número e da qualidade das respostas sociais**, informais e profissionais, por exemplo, ao nível dos cuidados residenciais, continuados e domiciliários, permitindo uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas seniores.

Dadas as particulares vulnerabilidades desta população no **domínio da saúde**, a criação de infraestruturas/serviços de saúde mais acessíveis, quer em termos de localização, quer em termos de mobilidade, implementando um conjunto alargado de serviços promotores de saúde, seria pertinente.

Ainda decorrente das orientações dos referenciais supracitados, o domínio da **promoção do envelhecimento ativo** toma particular relevo, passando pelo desenvolvimento de estratégias promotoras de estilos de vida saudáveis, pelo incremento da participação social e cívica da população sénior, pela criação de infraestruturas (de habitação, de transportes, do espaço público, dos serviços, ...) promotoras da inclusão social das pessoas seniores e pela implementação de estratégias de comunicação inclusiva (também ao nível digital), entre outras áreas relevantes de intervenção.

O **reforço do apoio financeiro** a esta população seria também uma medida a ser pensada, pois é a partir das dificuldades económicas, em associação com as limitações de saúde, que surgem os principais fatores de risco para esta população. De facto, e tal como se pode constatar na Figura H.2.11., relativamente aos requerimentos para atribuição de pensão social de velhice, 1 672 pessoas seniores encontravam-se em situação de grande carência económica; adicionalmente 3 901 pessoas seniores beneficiavam, em 2017, do Complemento Solidário para Idosos (cf. Figura B.38.) e, de forma geral, tal como se pode constatar nos dados apresentados na Figura B.34., o valor médio mensal da pensão de velhice no regime contributivo era inferior a 650€ (e no regime não contributivo era substancialmente inferior).

Ainda ao nível do rendimento, e cruzando com indicadores relativos aos preços de compra e arrendamento de alojamento, tal como apresentado nas Figuras E.16. e E.17., seria importante implementar estratégias específicas para este segmento populacional e facilitadores do acesso a habitação adequada.

H.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

“A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da igualdade de todos os cidadãos e reafirma expressamente no seu n.º 1 do artigo 71 que “Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados”. Dando cumprimento a este imperativo constitucional, a Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, que aprovou as bases da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, definiu como grandes objetivos a promoção (1) da igualdade de oportunidades, (2) de oportunidades de educação, trabalho e formação ao longo da vida, (3) do acesso a serviços de apoio e a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação das barreiras e (4) da adopção de medidas que visem a plena participação das pessoas com deficiência (Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006 de 21 de setembro, p. 6955 do Diário da República, 1.ª série — N.º 183 — 21 de setembro de 2006).

O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), adotando a definição da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU³⁸² assume que “As pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros”³⁸³.

Segundo a Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010³⁸⁴, as pessoas com deficiência encontram-se entre os grupos mais vulneráveis à exclusão social e segundo o *World Report on Disability* (2011)³⁸⁵ da OMS, a deficiência pode aumentar o risco de pobreza e a pobreza pode elevar o risco de deficiência, tendo as pessoas com deficiência um risco acrescido de enfrentar prejuízos sociais e económicos.

A qualidade de vida e as oportunidades das pessoas com deficiência ou incapacidade são afetadas pelas condições gerais de vida e pelas políticas socioeconómicas, bem como pelas representações e construções sociais que vigoram acerca da deficiência ou incapacidade.

³⁸² Acessível, na versão em português em <http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf> e na versão original em Inglês em http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf

³⁸³ Da Exclusão à Igualdade: Reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência. Manual para Parlamentares. Instituto Nacional para a Reabilitação (2011). Acessível em: <https://www.agora-parl.org/sites/default/files/manualparlamentares.pdf>

³⁸⁴ Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010. Acessível a partir de <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/111-doutrinarior-politicos-e-estrategicos/651-pnai-portugal-2008-2010>

³⁸⁵ Acessível em https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf

Apesar dos avanços em termos da não discriminação e da aceitação da diferença relativamente às pessoas com deficiência ou incapacidade, o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade: 2006 – 2009³⁸⁶ (adotado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de setembro) realça que “o efetivo bem-estar e o pleno exercício dos seus direitos, continua longe de ser uma realidade, persistindo uma imagem desvalorizada e desvalorizante das pessoas que vivem com diferentes tipos e graus de limitações nas suas atividades”.

Segundo o mesmo referencial, nas décadas mais recentes foi emergindo um novo quadro conceptual (entre outros), da incapacidade como condição social. Neste paradigma, concetualiza-se a incapacidade como um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social, assistindo-se à valorização da responsabilidade coletiva no respeito pelos direitos humanos e na construção de uma “sociedade para todos”. De facto, e considerando, por exemplo, a questão da mobilidade, é desde logo evidente que, muito embora as pessoas com dificuldades na locomoção apresentem limitações físicas/orgânicas que lhes dificultam a mobilidade sem recurso a apoios (e.g. cadeira de rodas, muletas, etc.), as barreiras arquitetónicas existentes nos seus contextos de vida, originadas no ambiente social, exacerbam em muito essas dificuldades.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2010 adotou a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF 2011-2013)³⁸⁷, com o objetivo primordial de consolidar o investimento no domínio da deficiência e incapacidade, ancorada em cinco eixos estratégicos: (1) Deficiência e multidiscriminação; (2) Justiça e exercício de direitos; (3) Autonomia e qualidade de vida; (4) Acessibilidades e *design* para todos; (5) Modernização administrativa e sistemas de informação.

A ENDEF 2011-2013, bem como o Modelo de Apoio à Vida Independente» (MAVI), instituído pelo Decreto-Lei n.º 129/2017³⁸⁸ estão alinhados, quer em termos de objetivos, quer em termos de ações com a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras³⁸⁹, cujo principal objetivo “é capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir de todos os seus direitos e beneficiar plenamente da sua participação na sociedade e na economia europeias, designadamente através do mercado único”, colocando a tónica na eliminação das barreiras que se colocam às pessoas com deficiência ou incapacidade, assumindo uma perspetiva social e ambiental da deficiência e incapacidade e definindo um

³⁸⁶ Acessível em: <http://www.inr.pt/content/1/26/paipdi>

³⁸⁷ Acessível em <https://dre.pt/application/conteudo/307186>

³⁸⁸ Acessível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/108265124/details/maximized>

³⁸⁹ Acessível em https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000045949&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA

conjunto de oito áreas de ação: acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação, proteção social, saúde e ação externa (p.4). De igual modo a *Council of Europe Disability Strategy 2017-2023*³⁹⁰, tem como objetivo primordial atingir a igualdade, dignidade e igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência ou incapacidade, assegurando a independência, liberdade de escolha e participação plena e ativa em todas as áreas de vida e na sociedade, salvaguardando o respeito pela totalidade dos Direitos Humanos preconizados pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos, pela Carta Social Europeia e pela Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e outros tratados internacionais.

Relativamente ao domínio da deficiência e incapacidade, nos Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE) foram feitas alterações relativamente à categorização da população com incapacidade, que resultaram numa caracterização que abrangeu uma maior parcela da população.³⁹¹

Destas alterações resultou que, comparativamente com a categorização utilizada nos Censos de 2001, a percentagem de pessoas com incapacidade tenha aumentado muito significativamente, tendo passado de 6.1% de pessoas com deficiência ou incapacidade em Portugal, em 2001 para cerca de 17% de pessoas com dificuldade, em 2011.

Essas dificuldades foram categorizadas nos Censos de 2011 em seis tipos: (1) dificuldade em ver, (2) dificuldade em ouvir, (3) dificuldade em andar ou subir degraus, (4) dificuldade de memória ou concentração, (5) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinha/o e (6) dificuldade em compreender as/os outras/os ou fazer-se compreender, organizados em duas categorias quanto à intensidade, a saber, “tem muita dificuldade em efetuar a ação” e “não consegue efetuar a ação”. Neste Diagnóstico apresentam-se os dados por tipo de dificuldade, mas não por grau de intensidade.

³⁹⁰ Human Rights: A Reality for All. Council of Europe Disability Strategy 2017-2023, acessível em <http://posi.hr/wp-content/uploads/2018/07/Council-of-Europe-Disability-Strategy.pdf>

³⁹¹ Segundo o INE “(...) A variável tipo de deficiência, observada nos Censos 2001, foi substituída pela variável tipo de incapacidade, no sentido de uma adopção do novo quadro conceptual nesta área resultante da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), aprovada na 54ª Assembleia Mundial de Saúde, em maio de 2001. Esta alteração decorre da própria mudança de paradigma, de um modelo puramente médico, baseado em diagnósticos de deficiências, para um modelo *biopsicossocial* e integrado da funcionalidade e incapacidade humana, enfatizando as experiências de vida e as necessidades reais da pessoa. (...) A observação da incapacidade faz-se através da avaliação das limitações concretas das pessoas face a situações quotidianas, não incluindo, todavia, a informação específica sobre a influência ambiental. (...). Assim, em 2011 a informação recolhida teve como objetivo retratar as limitações das pessoas face a situações da vida real, que, de algum modo, afetem a funcionalidade e a sua participação social. Substituiu-se, desta forma, a avaliação baseada em diagnósticos de deficiências, para uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais.”

Genericamente, o concelho do Porto, apresentava a percentagem mais elevada de população residente com dificuldade, do conjunto das áreas geográficas de referência (Grande Porto, Norte e Portugal), com 17.5% da população residente nestas condições, o que correspondia a mais de 41 mil pessoas. As principais dificuldades eram a “dificuldade em andar ou subir degraus”, seguida da “dificuldade em ver”, que se manifestavam, sobretudo, em pessoas com 65 ou mais anos de idade. Depois deste enquadramento, passamos de seguida à apresentação de alguns indicadores, caracterizadores deste segmento populacional, para o concelho do Porto.

A ATUALIDADE

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU DIFICULDADE

Em 2011, residiam no concelho do Porto 41 585 pessoas com dificuldade, o que representava 17.5% da população residente no concelho (237 591 residentes, em 2011).

Inicia-se com a apresentação na Figura H.3.1. de dados comparativos acerca da **população residente com dificuldades**, no concelho do Porto e nas restantes áreas geográficas de referência.

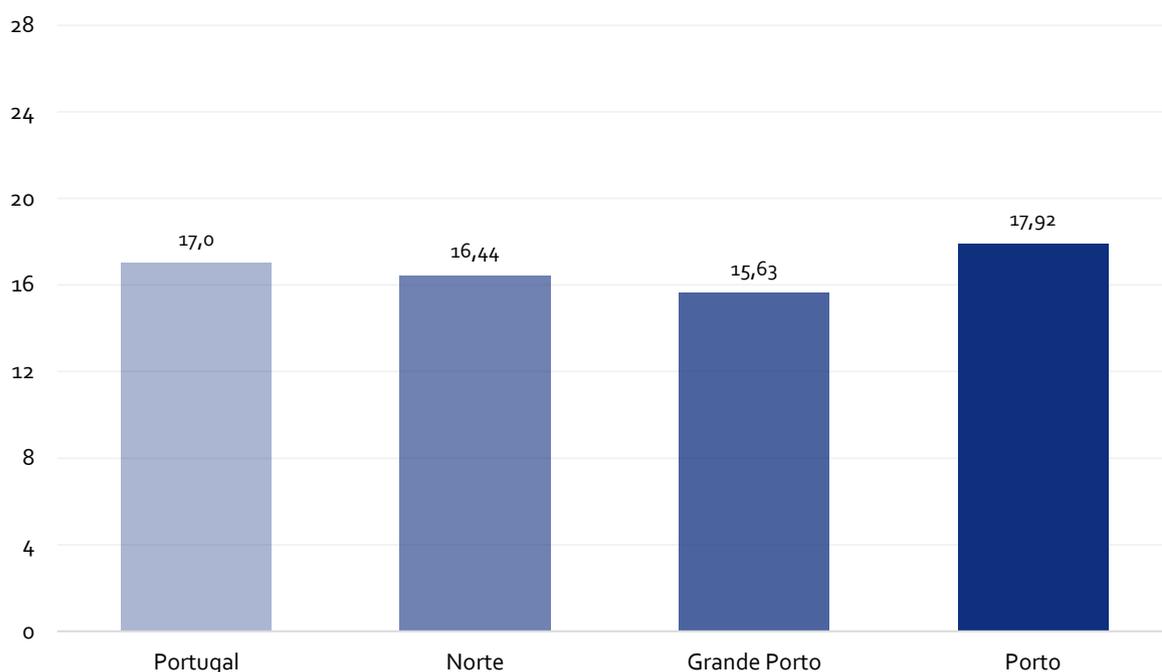


Figura H.3.1. População residente com dificuldade, Porto, Grande Porto, Norte e Portugal, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁹²)

Da análise da Figura H.3.1. verifica-se que o concelho do Porto era, do conjunto das áreas geográficas de referência, aquele que apresentava a taxa mais elevada de população residente com dificuldades, cujo valor era, em 2011, de 17.5% (Grande Porto: 15.63%; Norte: 16.44%; Portugal: 17.00%).

De seguida, na Figura H.3.2., apresenta-se a **distribuição geográfica da população residente com dificuldades**, em 2011, pelas várias freguesias/uniões de freguesia do concelho do Porto.

³⁹² http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 2 de maio de 2018)

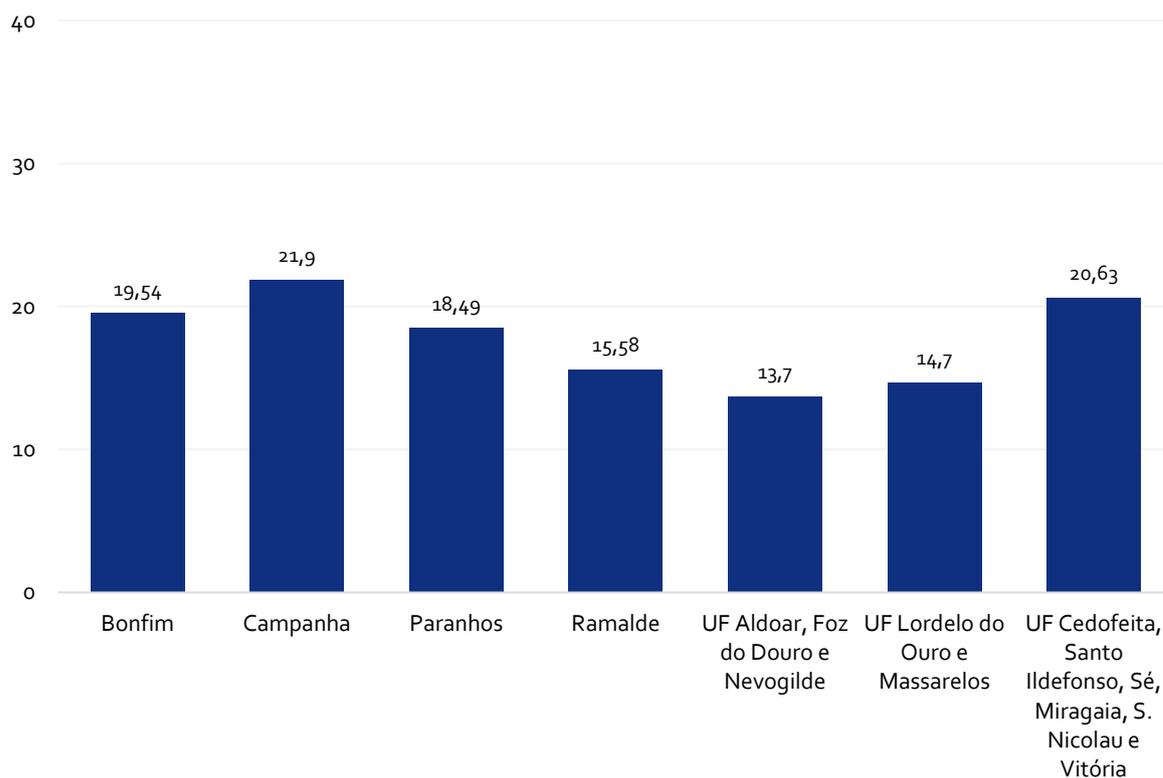


Figura H.3.2. População residente com dificuldade, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁹³)

Constata-se que Campanhã e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória eram as que apresentavam as taxas de população residente com dificuldade mais elevadas de 21.9% e 20.63%, respetivamente. Por outro lado, Ramalde e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde apresentavam as taxas mais baixas (15.58% e 13.7%, respetivamente; cf. Figura H.3.2.).

³⁹³ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 2 de maio de 2018).

TIPOLOGIA DE DIFICULDADE, DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

A Figura H.3.3. categoriza a **população residente com dificuldade, por tipo de dificuldade.**

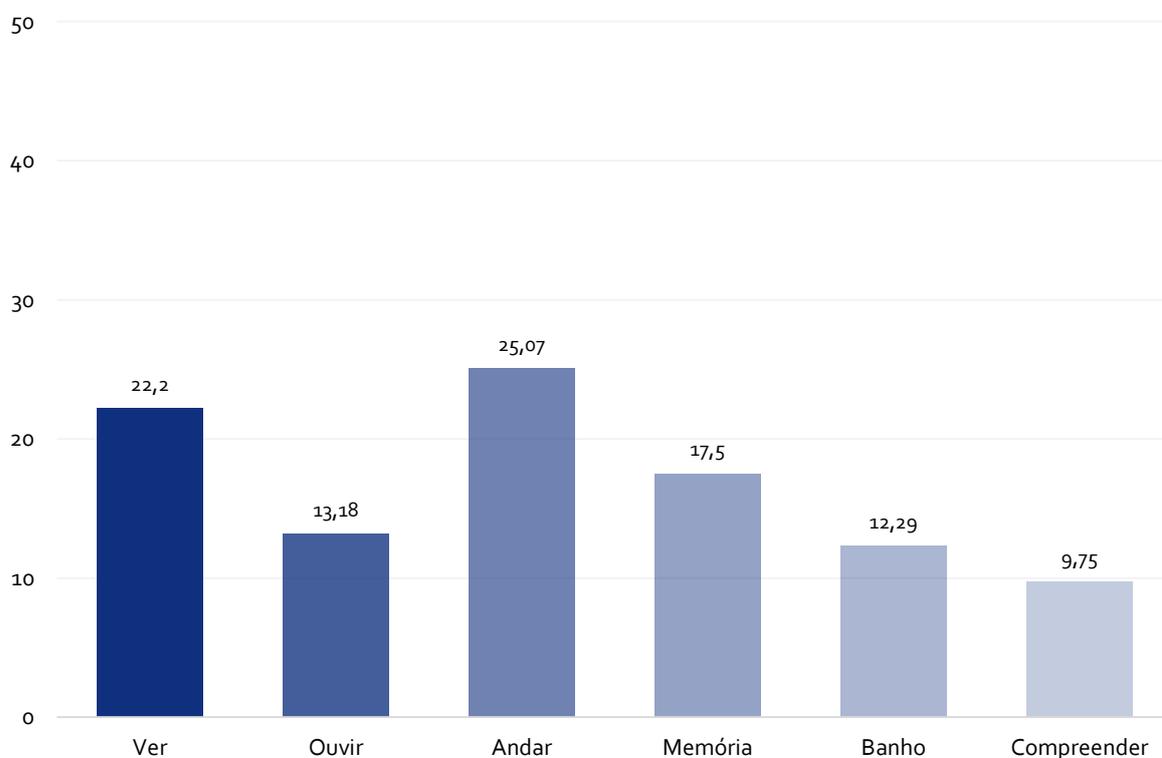


Figura H.3.3. População residente com dificuldade, por tipo de dificuldade, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁹⁴)

Pela observação da Figura H.3.3. verifica-se que a “dificuldade em andar ou subir degraus” era a dificuldade predominante, com mais de 25% da população com dificuldade a apresentar esta dificuldade (nos seus dois graus de intensidade). Seguiu-se a “dificuldade em ver”, com uma percentagem de 22.2% e depois “dificuldade de memória ou concentração” com 17.5%. A dificuldade com menor prevalência era a “dificuldade em compreender ou fazer-se compreender”, que englobava menos de 10% (9.75%) da população residente com dificuldade.

Sendo as dificuldades de locomoção tão prevalentes, lembremos que, como já foi anteriormente referido no domínio da habitação, em termos de acessibilidade, a maioria dos edifícios da cidade não tinha elevador, nem entrada acessível a pessoas de mobilidade reduzida.

Menos do que 50% dos edifícios existentes em todas as freguesias/uniões de freguesia tinham elevador e o cenário era idêntico no que respeitava às entradas acessíveis a cadeiras de rodas, onde

³⁹⁴ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 2 de maio de 2018).

apenas Ramalde e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde se aproximavam desse valor.

Na Figura H.3.4. é apresentada a distribuição da **população residente com dificuldade por grupo etário**.

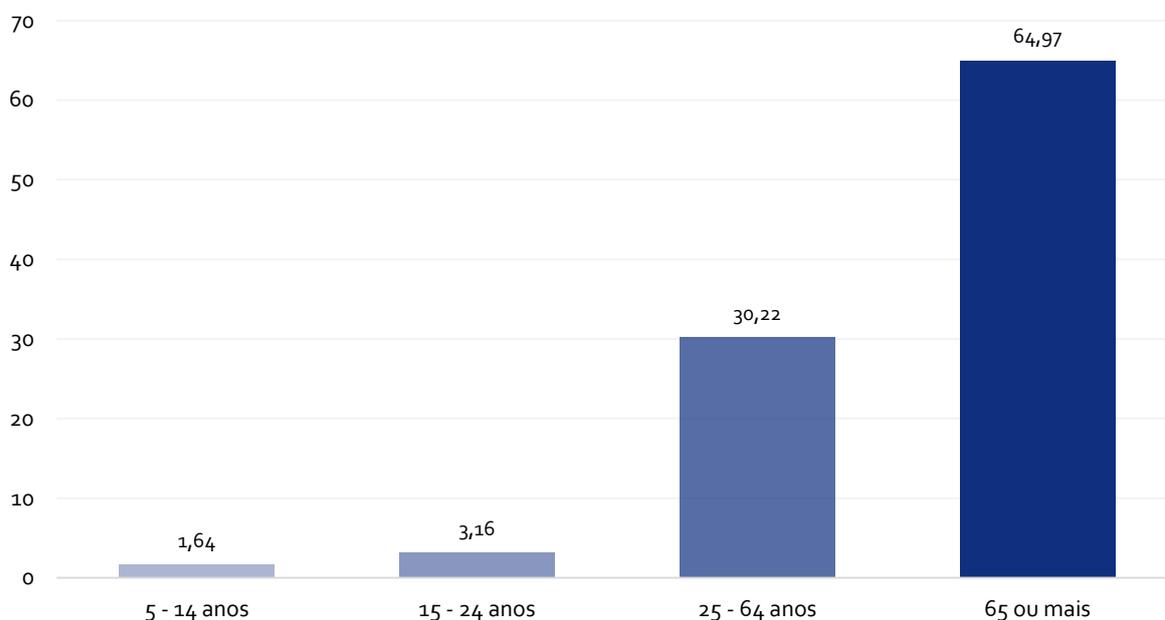


Figura H.3.4. População residente com dificuldade, por grupo etário, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁹⁵)

A maioria das pessoas com dificuldade pertencia ao grupo etário dos 65 ou mais anos (64.97%) e ao grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade (30.22%). Estes dois grupos englobavam 95.19% da população de residentes com dificuldade (cf. Figura H.3.4.).

Finalmente, na Figura H.3.5. apresenta-se os dados relativos à **situação perante a atividade económica** desta população.

³⁹⁵ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (acedido em 2 de maio de 2018).

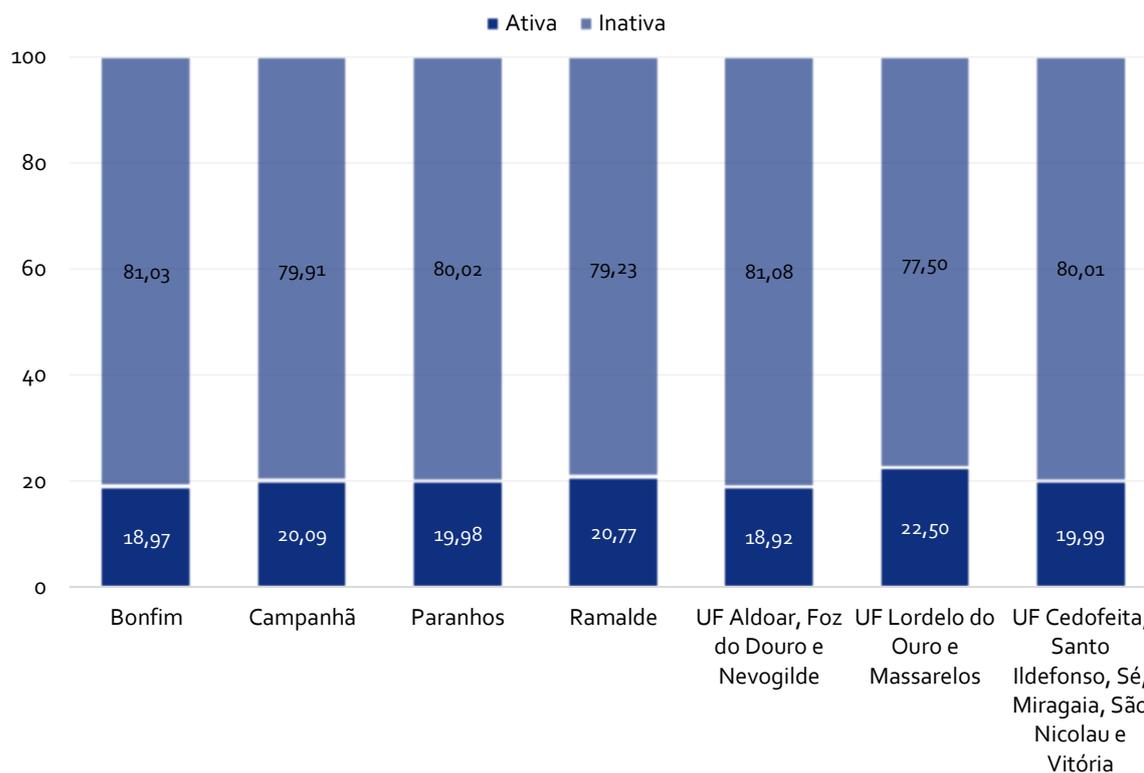


Figura H.3.5. População residente com pelo menos uma dificuldade, com 15 ou mais anos de idade, perante a atividade económica, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2011 (em percentagem; Fonte: INE³⁹⁶)

A grande constatação que se retira da análise da Figura H.3.5. é que, em termos médios, apenas ao redor de 20% das pessoas com dificuldade eram ativas (empregadas ou desempregadas). Nas pessoas inativas, a grande maioria eram pessoas reformadas (26 672, ou 64.14% das 41 585 pessoas com deficiência ou incapacidade). Das 8 380 pessoas com deficiência ou incapacidade que eram ativas, 2 384 (23.45%) estavam desempregadas, ou seja, 71.55% das pessoas com deficiência ou incapacidade ativas estavam empregadas.

Conclui-se a apresentação de dados, com as respostas sociais para as pessoas com deficiência ou incapacidade, distinguindo-se as respostas direcionadas para as crianças e para as/os jovens e as respostas direcionadas para as pessoas adultas.

³⁹⁶ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao (6.24 - acedido a 2 de maio de 2018).

RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE³⁹⁷

Nas respostas sociais direcionadas para as crianças e para as/os jovens com deficiência ou incapacidade existiam três Equipamentos de Intervenção Precoce: dois em Paranhos, com uma capacidade total para 299 utentes e 299 utilizadoras/es (taxa de utilização de 100%) e um na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com capacidade total para 106 utentes e 154 utilizadoras/es (taxa de utilização de 145.3%). Existia ainda um Lar de Apoio, em Campanhã, com capacidade para 14 utentes e com 13 utilizadoras/es (taxa de utilização de 92.86%). Estes equipamentos de apoio a crianças e jovens com deficiência ou incapacidade tinham uma capacidade de resposta máxima conjunta para 419 utentes, para um universo total de quase 1 000 crianças e jovens residentes no concelho que tinham deficiência ou incapacidade.

Nas respostas sociais para as/os adultas/os com deficiência ou incapacidade distinguiram-se quatro respostas: Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, Centros de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Serviço de Transporte de Pessoas. Estes equipamentos, que no conjunto podiam assegurar resposta a 1 190 pessoas, direcionavam-se a uma população potencial de mais de 39 mil adultas/os com deficiência e incapacidade.

³⁹⁷ De notar que a caracterização em termos de tipologia das respostas sociais para as pessoas com deficiência ou incapacidade foi a utilizada na Carta Social do Porto, que foi a fonte de onde foram retirados os dados que são apresentados.

Apresenta-se na Figura H.3.6. os dados relativos às **taxas de utilização para as respostas sociais** para as/os adultas/os.

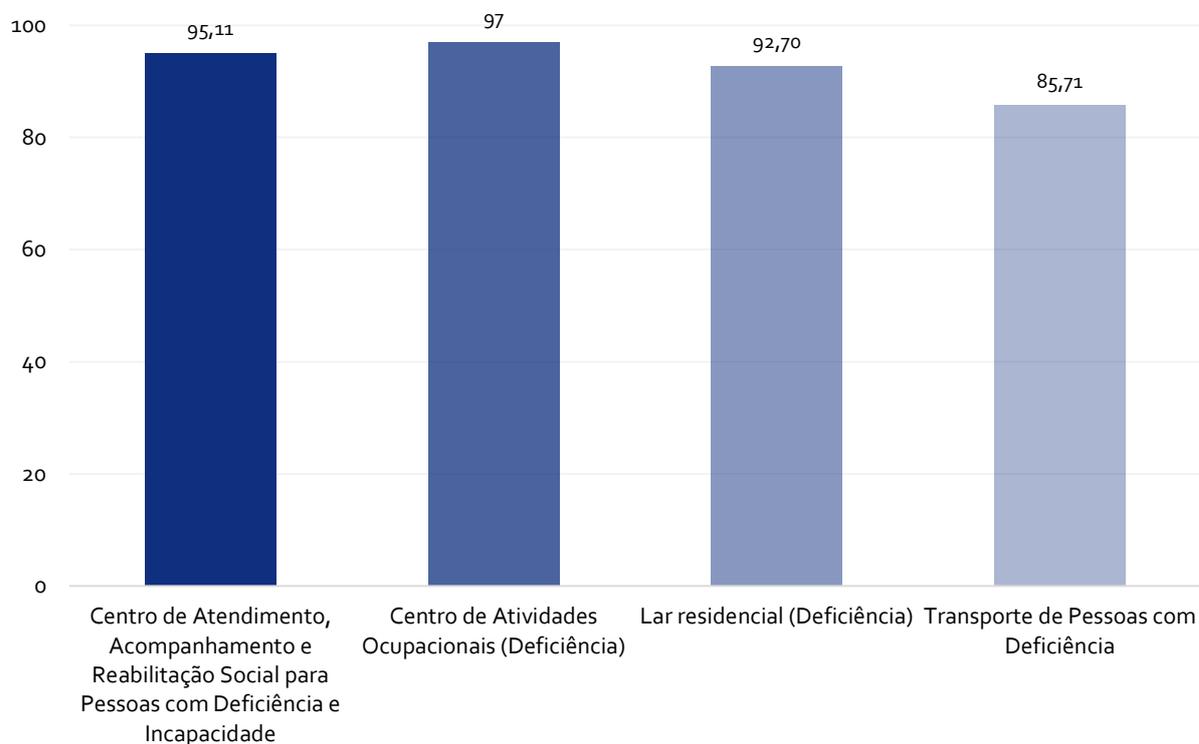


Figura H.3.6. Taxa de utilização das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência ou incapacidade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Carta Social do Porto³⁹⁸)

Quanto aos Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade constata-se que a taxa de utilização global se situava nos 95.11%. Existiam três equipamentos no concelho, dois em Paranhos, com capacidade para 411 utentes e uma taxa de utilização de 100% e um no Bonfim, com capacidade para mais 100 utentes e uma taxa de utilização de 75%.

Os Centros de Atividades Ocupacionais existiam em todas as freguesias/uniões de freguesia do concelho, variando o número de equipamentos entre um (Bonfim, Ramalde e União de Freguesias do Centro Histórico) e três (Campanhã), com uma taxa de utilização média de 97%, que variava entre o mínimo de 92.31% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e o máximo de 100% (Bonfim, Campanhã, Ramalde e União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória). O conjunto destes equipamentos dotava o concelho de uma capacidade máxima total para 500 utentes nesta resposta e com taxa de utilização efetiva de 97%.

³⁹⁸http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_area&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=11&cod_area=22&cod_valencia=0&dcf=131211 (acedido em 18 de julho de 2018)

Quanto à resposta Lar Residencial, existiam no concelho um total de nove equipamentos (com uma capacidade total para 183 utentes e uma taxa de utilização média de 97.3%): seis em Campanhã (com capacidade para 91 utentes e 81 utilizadoras/es), um em Paranhos (com capacidade para oito utentes e com oito utilizadoras/es), um na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (com capacidade para 14 utentes e taxa de utilização de 100%) e um na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (com capacidade para 24 utentes e uma taxa de utilização de 100%).

Finalmente, no Serviço de Transporte de Pessoas, apenas Paranhos e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória dispunham desta resposta, cada uma com um equipamento que, no conjunto, tinham uma capacidade máxima para 42 utentes e uma taxa de utilização média a rondar os 86% (100% em Paranhos e 72.73% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória).

SÍNTESE INTEGRATIVA

Das principais fragilidades reveladas no conjunto de indicadores apresentado, salienta-se a elevada percentagem de residentes no concelho do Porto que apresentavam deficiência ou incapacidade, rondando um quinto da população ($\approx 17\%$). **Campanhã e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória** são os territórios com os percentuais mais elevados, apresentando uma capacidade de resposta social bastante reduzida (abrange menos de 4% da população com deficiência e incapacidade do concelho). Não é alheia a esta situação o facto de estes serem os territórios mais envelhecidos do concelho.

O tipo de dificuldade mais identificada liga-se às questões da **locomoção e mobilidade**, o que poderá estar relacionada com o facto da maioria dos edifícios não estarem adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida.

Aproximadamente 5% da população residente com deficiência ou incapacidade tem **idade inferior aos 24 anos (≈ 2000 crianças e jovens)**.

Quase 25% estavam da população com deficiência ativa encontra-se em situação de **desemprego, ou seja, 2 384 pessoas**.

Existem, portanto, motivos muito relevantes para que este segmento populacional receba uma atenção específica, que possa ajudar a criar estratégias/iniciativas que contribuam para o aumento da sua qualidade de vida e para a criação de oportunidades efetivas para a sua plena integração e igualdade no seio da sociedade.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

De facto, apesar da ratificação, em julho de 2009, da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (adotada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007), cujo objetivo central “é promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, (...) “mantém-se **prioritário planejar, de forma articulada e prospectiva, medidas que possam acelerar um desígnio colectivo que combata a discriminação e proporcione melhores condições de vida às pessoas com deficiências e incapacidades e às suas famílias**, nos vários domínios da sua vida social” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2010).

Em linha de continuidade com os principais referenciais saliente-se as iniciativas a implementar deverão decorrer de uma **participação ativa** das pessoas com deficiência ou incapacidade, desde o seu planeamento, passando pela sua execução e também pela avaliação dessas iniciativas, no respeito pela cidadania e participação cívica e no quadro de uma perspetiva de envolvimento ativo, como sujeitos de pleno direito.

Salientam-se **4 grandes domínios prioritários de intervenção**, concretamente, ao nível das acessibilidades, da integração no mercado de trabalho, ao nível da promoção/apoio à autonomia e, ainda, ao nível das respostas institucionais.

O 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade: 2006 – 2009 realça o papel do ambiente social no processo que conduz à incapacidade, reforçando a necessidade de continuar a investir na **acessibilidade e mobilidade inclusivas**, designadamente, na reabilitação urbana, tanto ao nível do edificado, como ao nível dos espaços públicos, no acesso a habitação (cf. Figuras E.9. e E.10. do capítulo da Habitação), aos transportes e serviços públicos e, não menos importante, à vivência cívica e à participação social.

Apesar da integração **no mercado de trabalho** ser um dos objetivos dos referenciais para a intervenção neste segmento populacional, o domínio do emprego constitui-se como uma das fragilidades desta população (tal como apresentado na Figura H.3.5.), sendo prioritário investir na criação e implementação de uma estratégia de emprego inclusivo, que passará pelo diagnóstico à situação e levantamento de necessidades e recursos e também pela sensibilização e capacitação das entidades empregadoras.

Relativamente à **promoção/apoio à autonomia**, e seguindo as recomendações e diretrizes constantes na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013, e no Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), é importante investir em estratégias de autonomização destas pessoas, seguindo os oito princípios fundamentais aí preconizados: universalidade, autodeterminação,

individualização, funcionalidade dos apoios, inclusão, cidadania, participação, e igualdade de oportunidades.

Neste âmbito é importante, por um lado, alargar e consolidar a rede de equipamentos sociais e a capacidade de resposta para esta população, nomeadamente ao nível dos cuidados residenciais, continuados e de apoio domiciliário e, por outro lado, criar e facilitar o acesso a apoios e estruturas promotoras dos processos de autonomização.

Finalmente, a **nível institucional** seria importante investir em estratégias a níveis diversos, mas com o objetivo último de desenvolver respostas cada vez mais qualificadas, eficazes e eficientes. Desde logo, investir na formação, qualificação e capacitação das/os técnicas/os com áreas de atuação no domínio da deficiência ou incapacidade, como forma de promover a qualidade dos serviços prestados. Igualmente importante é a implementação de uma rede de cuidadoras/es informais e garantir a sua capacitação para o desenvolvimento de um trabalho de apoio qualificado e adequado, pela promoção de competências facilitadoras da sua função.

Ainda em linha com o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade: 2006 – 2009, parece ser também fulcral que se reforce o investimento na implementação de intervenções (in)formativas e de sensibilização para a temática das pessoas com deficiência e incapacidade, junto da população em geral e dos serviços públicos e entidades de referência das comunidades, tendo como objetivos a destigmatização e a promoção dos seus direitos, bem como o reconhecimento da sua condição como cidadãos/ãs de pleno direito

Como nota final, há a referir a necessidade de conceber estratégias específicas para os territórios concelhios que a este nível apresentam as maiores fragilidades, nomeadamente, Campanhã e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, tal como apresentado na Figura H.3.2., que consigam dar resposta aos múltiplos desafios que estes territórios enfrentam, e que passam pelo envelhecimento populacional, pelos baixos recursos económicos, pelas baixas qualificações da população, pela degradação física dos edifícios e espaços e pela elevada concentração de população residente com deficiência ou incapacidade, entre outros.

H.4. PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020³⁹⁹, citando o Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos (2009)⁴⁰⁰, refere “O consumo de substâncias psicoativas origina e reflete fenómenos muito diferentes consoante a dinâmica que se gera a partir do cruzamento de aspetos como a substância, a pessoa, as redes sociais de apoio ou o enquadramento social, económico e político. Face a uma realidade que é complexa na sua expressão, na sua gravidade, nas suas causas e consequências, importa conceber uma miríade de modalidades de intervenção estratégicas para proporcionar a resposta adequada consoante a realidade específica de cada subproblemática e de cada subpopulação”.

De acordo com a mesma fonte, a abordagem da Redução de Riscos e Minimização de Danos “foi concebida para intervir junto de consumidores inacessíveis (...) que não queriam ou não conseguiam deixar de consumir, fornecendo-lhes informações de redução de riscos e danos.”, tradicionalmente, consumidores de heroína e cocaína de longa data, já fragilizados e marginalizados (p.57).

No entanto, tem-se assistido a “uma transformação na dinâmica das atividades noturnas, nomeadamente no que diz respeito ao consumo de substâncias, (...) associada ao incremento do consumo de drogas neste contexto, drogas como a cocaína, ecstasy e cannabis, em adição às já anteriormente consumidas, o álcool e o tabaco.” (*cit in* Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020), pelo que as estratégias de intervenção no domínio dos comportamentos aditivos e das dependências têm de ser diversificadas e flexíveis, acompanhando a evolução que vai ocorrendo ao nível dos consumos e ao nível do perfil das/os consumidoras/es.

Neste sentido, Cruz e Machado (2010)⁴⁰¹ propõem a existência de consumos “não-problemáticos”, que ocorrem quando as/os consumidoras/es são capazes de manter o seu ajustamento global, estando bem-adaptadas/os às normas convencionais.

³⁹⁹ Acessível em

http://www.sicad.pt/bk/institucional/coordenacao/documents/planos/sicad_plano_nacional_reducao_cad_2013-2020.pdf

⁴⁰⁰ Carapinha, L.; Andrade, P. (coord.), (2009). Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos. Lisboa: IDT, I.P.

⁴⁰¹ Cruz, O. S. & Machado, C. (2010). Consumo “não-problemático” de drogas ilegais. *Revista de Toxicodependências*, 16 (2), 39-47, disponível em http://www.sicad.pt/BK/RevistaToxicodependencias/Lists/SICAD_Artigos/Attachments/502/artigo4_Toxicod2_2010.pdf

Segundo a Agência Piaget para o Desenvolvimento (doravante designada por APDES), a maioria das/os consumidoras/es recreativas/os não apresentam consumos problemáticos. De acordo com inquéritos efetuados na União Europeia, o consumo recreativo de Substâncias Psicoativas (doravante designadas por SPA) está associado a um padrão de consumo não problemático, que se limita a uma fase específica da vida (OEDT, 2002).⁴⁰²

Em Portugal, o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 – que se articula com outros instrumentos-chave, como o Plano Nacional de Saúde 2012 – 2016 (e, posteriormente com o Plano Nacional De Saúde - Revisão e Extensão a 2020), a Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga 2013-2020, a Estratégia da União Europeia para apoiar os Estados-Membros na redução dos problemas ligados ao álcool e a Estratégia Global da OMS para reduzir o uso nocivo do álcool – é o instrumento-chave que orienta a intervenção no domínio dos Comportamentos Aditivos e Dependências (doravante designados de CAD), proporcionando o quadro político global e estabelecendo as prioridades do Estado Português em matéria de CAD para oito anos e abrangendo, de forma inovadora, outros comportamentos aditivos, para além das substâncias ilícitas/lícitas e álcool, como o abuso de medicamentos e o jogo.

Com este Plano pretende-se dar resposta tanto ao nível da procura, desenvolvendo, ao nível do indivíduo “intervenções globais e abrangentes que integrem um contínuo que vai da promoção da saúde, prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos (RRMD), ao tratamento e à reinserção social”, como ao nível da oferta abrangendo “a diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais e às novas substâncias psicoativas, a regulação e regulamentação do mercado das substâncias lícitas e respetiva fiscalização e a harmonização dos dispositivos legais já existentes”.

Segundo este Plano, e relativamente ao consumo de SPA, estima-se que cerca de um quarto da população adulta europeia (≈85 milhões) já terá consumido alguma substância ilícita ao longo da vida e, quanto ao consumo de álcool, segundo dados do World Health Organization Regional Office for Europe (2012), a média europeia do consumo anual *per capita* de álcool na população adulta (15 ou mais anos) é de 12.45 litros (álcool puro).

Em Portugal, em 2012, cerca de 8.4% da população entre os 15 e os 74 anos já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo de substâncias ilícitas ao longo da vida e 2.3% tinha consumido nos últimos 12 meses, sendo os consumos, independentemente do seu tipo, sempre superiores no sexo masculino e nas idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos. No que respeita ao consumo

⁴⁰² APDES (2018). Diagnóstico: Contextos Recreativos no Porto.

de bebidas alcoólicas, em Portugal, o consumo anual *per capita* de álcool (registado e não registado) na população adulta (15 ou mais anos) era, em 2009, de 13.43 litros (álcool puro), um pouco superior à média europeia (Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020).

No concelho do Porto, e tal como se poderá constatar mais à frente, o padrão de consumos e de consumidoras/es replica o padrão nacional, isto é, as substâncias mais consumidas em contextos recreativos são o álcool e a cannabis, e no álcool essencialmente o vinho e a cerveja, que conduzem a uma taxa a rondar os 10% de contraordenações ligadas à taxa de álcool no sangue.

Nos consumos problemáticos, as principais SPA consumidas são a heroína, seguida do álcool, tendo-se assistido a uma diminuição no consumo da primeira e a um aumento no consumo do segundo. O perfil de consumidor/a predominante é pessoa do sexo masculino, na faixa etária dos 40 anos, com baixos níveis de escolaridade e profissionalmente desocupado.

Depois desta breve contextualização, apresenta-se, seguidamente, um conjunto de indicadores, que permitirão uma caracterização mais fina e aprofundada no domínio dos CAD no concelho do Porto.

A ATUALIDADE

CONSUMOS EM CONTEXTOS RECREATIVOS

Quanto aos consumos em contextos recreativos, um estudo levado a cabo pela APDES, ao abrigo do projeto Be Aware On Night Pleasure Safety (BAONPS)⁴⁰³, revelou que o álcool e a cannabis eram as substâncias mais usadas no universo dos 327 inquiridos (23% das/os inquiridas/os fazia um uso diário de canábis e 47% referia consumir álcool várias vezes por semana, enquanto 5% consumia cocaína várias vezes por semana e 4.3% consumia metilendioximetanfetamina (MDMA ou popularmente conhecida como ecstasy) pelo menos uma vez por semana) e o espaço público surgiu como o local mais frequente de lazer e consumo de substâncias psicoativas (54% referiu consumir na rua, em parques, praias ou outros espaços abertos; 52% fez referência a bares e uma percentagem semelhante de respondentes mencionou consumir em discotecas, enquanto 54% indicou consumir SPA em concertos e outros eventos públicos).⁴⁰⁴

Quanto às problemáticas ligadas ao consumo de álcool, segundo dados da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), em 2016, no concelho do Porto, estavam inscritos para acompanhamento por problemas ligados ao consumo de álcool 606 indivíduos (164 mulheres e 442 homens).⁴⁰⁵

Um outro projeto, o SAFE!NPorto⁴⁰⁶, permitiu a recolha de dados relativos ao consumo de álcool de cerca de 836 frequentadoras/es da “movida” portuense, concluindo que o vinho e a cerveja se destacavam como as bebidas com mais litros consumidos, seguindo-se a sangria, a receita e cocktails como caipirinhas, *mojitos* e misturas de absinto com outras bebidas alcoólicas e não alcoólicas.⁴⁰⁷

Adicionalmente, 10% das/os respondentes indicou já ter sido penalizado por contraordenações relacionadas com taxas de álcool no sangue, uma percentagem que parecia coincidir com a tendência assinalada pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas

⁴⁰³ “Trata-se um projeto europeu que procurou identificar novas substâncias psicoativas, através de diferentes métodos de drug checking, com o intuito de sensibilizar os frequentadores de contextos festivos para os efeitos e riscos associados ao seu consumo” APDES (2018). Diagnóstico: Contextos Recreativos do Porto.

⁴⁰⁴ APDES (2018). Diagnóstico: Contextos Recreativos do Porto.

⁴⁰⁵ Fonte: DICAD/ARS Norte.

⁴⁰⁶ “SAFE!NPorto – Projeto de intervenção comunitária, cofinanciado pela Câmara Municipal do Porto, que surgiu no âmbito da certificação europeia “Noite Segura”. APDES (2018). Diagnóstico: Contextos Recreativos do Porto.

⁴⁰⁷ APDES (2018). Diagnóstico: Contextos Recreativos do Porto.

Dependências (doravante designado por SICAD), segundo a qual os crimes relacionados com o consumo excessivo de álcool representavam 6% da criminalidade registada em Portugal.

CONSUMOS PROBLEMÁTICOS

Relativamente aos consumos problemáticos apresenta-se, de seguida, um conjunto de indicadores, que permitem uma caracterização aprofundada neste domínio.

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E PERFIL EVOLUTIVO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

Inicia-se com a apresentação, na Figura H.4.1. dos dados globais relativos ao **número de utentes ativos/os em tratamento**, no período compreendido entre 2012 e 2017.

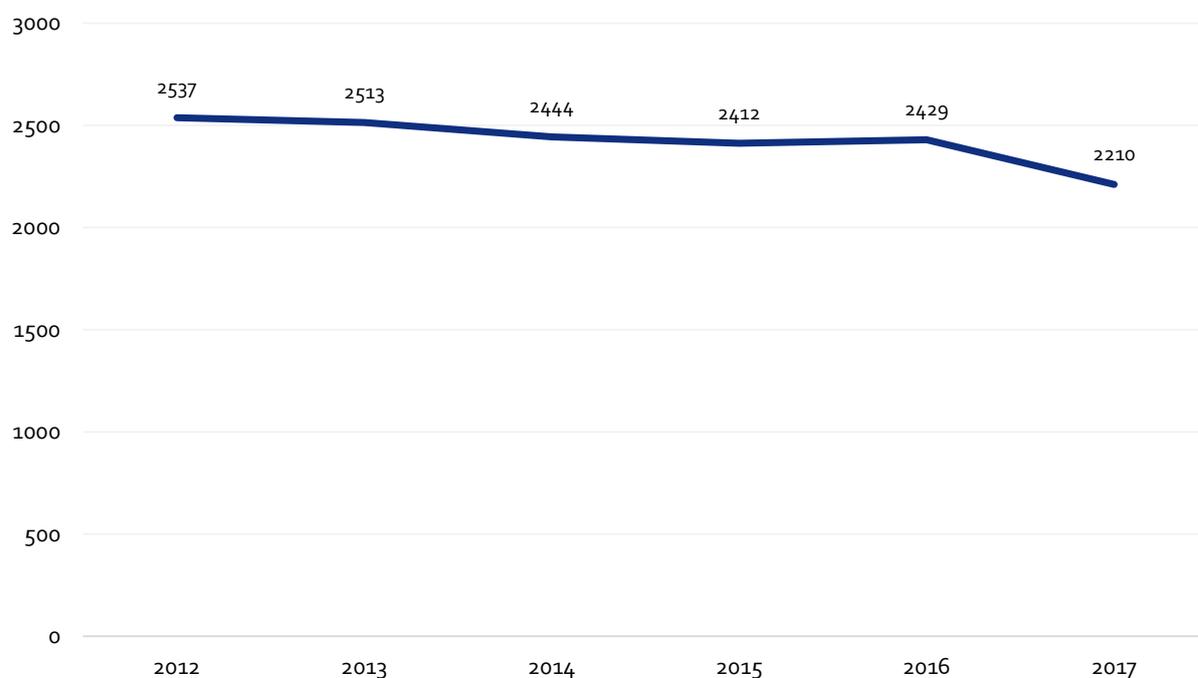


Figura H.4.1. Utentes ativos/os em tratamento, Porto, 2012 - 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.1. constata-se que, entre 2012 e 2017, houve um decréscimo de quase 13% no número de utentes ativos/os em tratamento, que passaram de 2 537, em 2012 para 2 210, em 2017.

Na figura seguinte apresenta-se a **distribuição das/os utentes ativos/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017.**

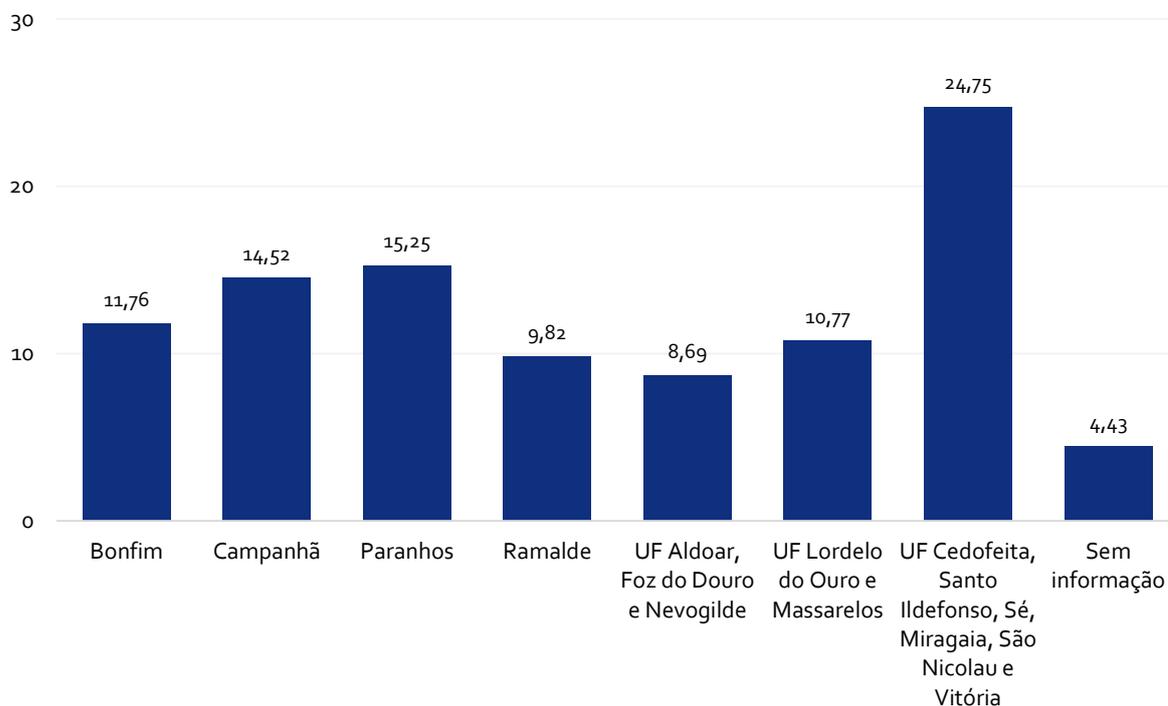


Figura H.4.2. Utentes ativos/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.2. verifica-se que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória era a que apresentava a proporção mais elevada de utentes ativos/os em tratamento (24.75%), seguida de Paranhos (15.25%) e de Campanhã (14.52%). A União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era a que apresentava a percentagem mais baixa, com 8.69%.

Seguidamente, apresenta-se na Figura H.4.3. a distribuição das/os utentes ativos/os em tratamento, por freguesia/união de freguesia, mas entre os anos de 2012 e 2017.

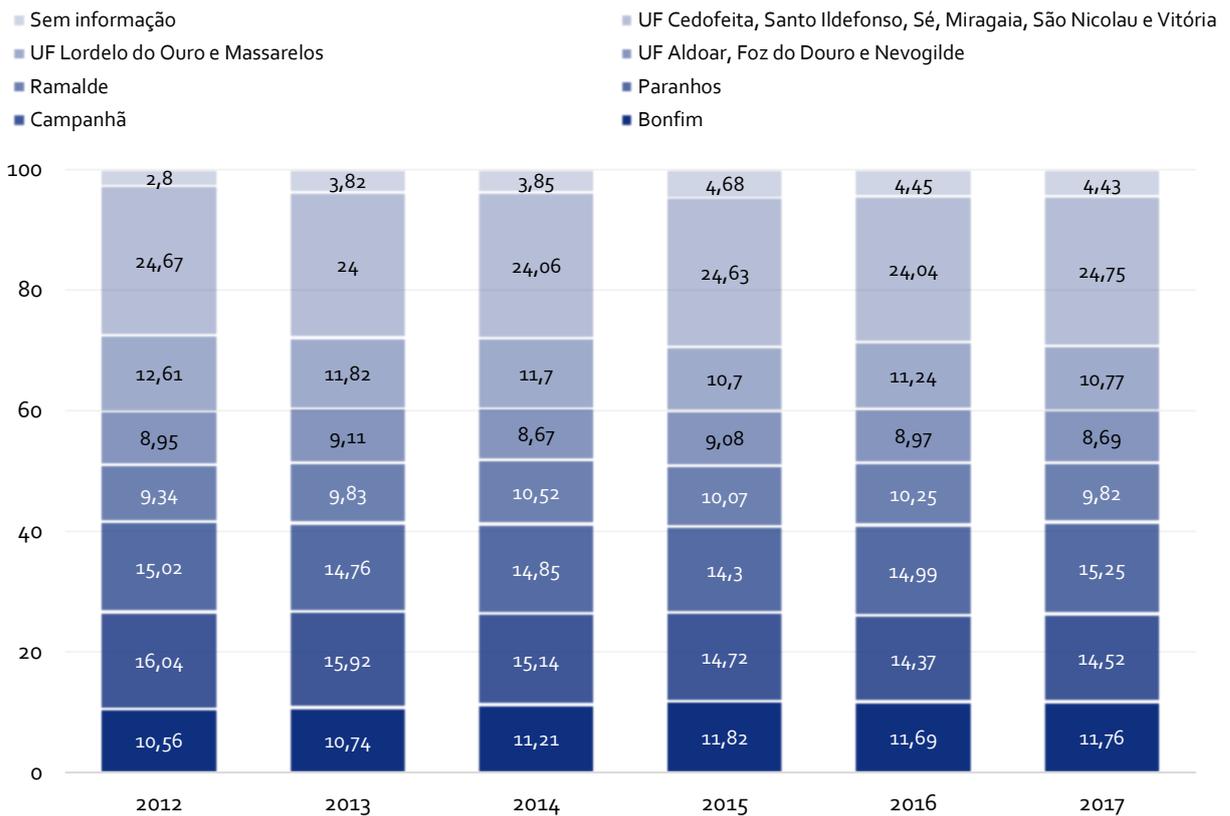


Figura H.4.3. Utentes ativos/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da observação da Figura H.4.3. verifica-se que, numa análise longitudinal, no período compreendido entre 2012 e 2017, se observou uma distribuição de utentes ativos/os em tratamento por freguesia/união de freguesias bastante similar à do ano de 2017, surgindo a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória como o território com maior número de utentes ativos/os em tratamento ($\approx 24\%$), seguido das freguesias de Paranhos e Campanhã (ambas com aproximadamente 15%) e a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde era também o território com o menor número de utentes ativos/os em tratamento ($\approx 9\%$).

Na Figura H.4.4. apresenta-se esquematizada a **evolução do número de utentes ativos/os em tratamento**, por freguesia/união de freguesias, no período compreendido entre 2012 e 2017.

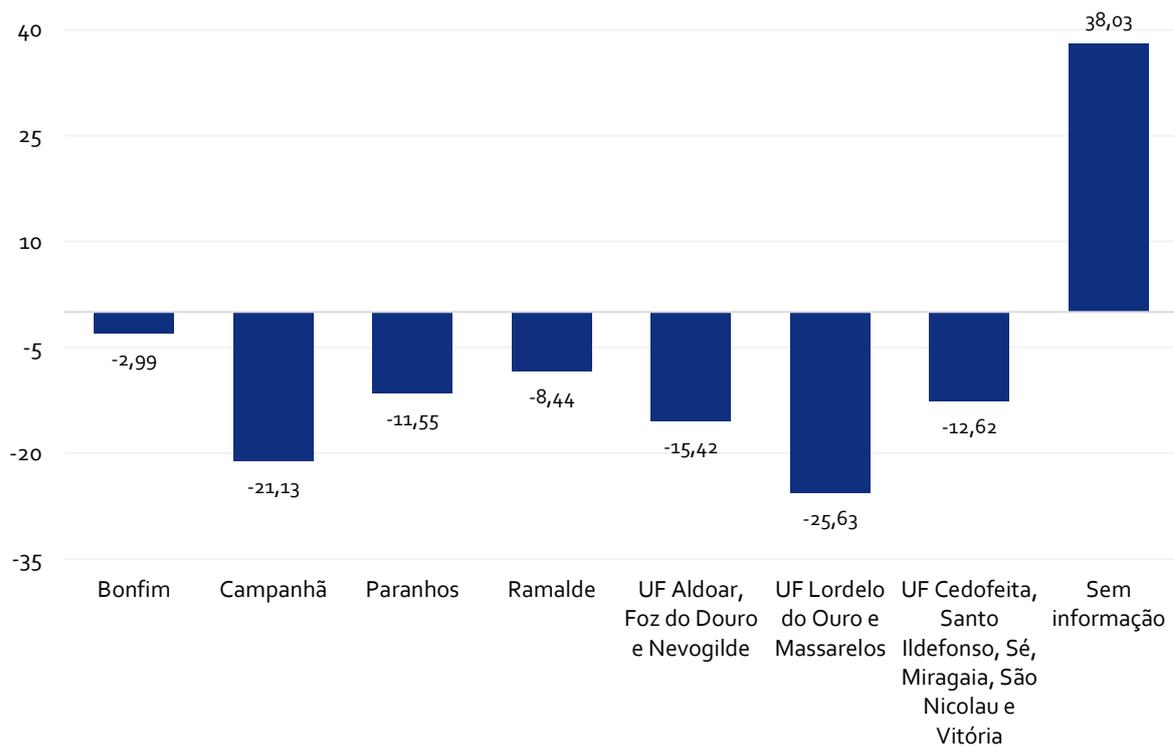


Figura H.4.4. Variação de utentes ativos/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise por freguesia/união de freguesias, e tal como se pode observar na Figura H.4.4., entre 2012 e 2017, ocorreu uma diminuição no número de utentes ativos/os em tratamento em todas as freguesias e uniões de freguesia, diminuições que se situaram entre os 2.99% (Bonfim) e os 25.63% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos).

TIPO DE CONSUMO E SUBSTÂNCIAS CONSUMIDAS PELAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

As Figuras H.4.5. e H.4.6. apresentam a **proporção de utentes ativos/os com problemas de consumo ligados ao álcool e a outras substâncias psicoativas**, e respetiva evolução, entre 2012 e 2017.

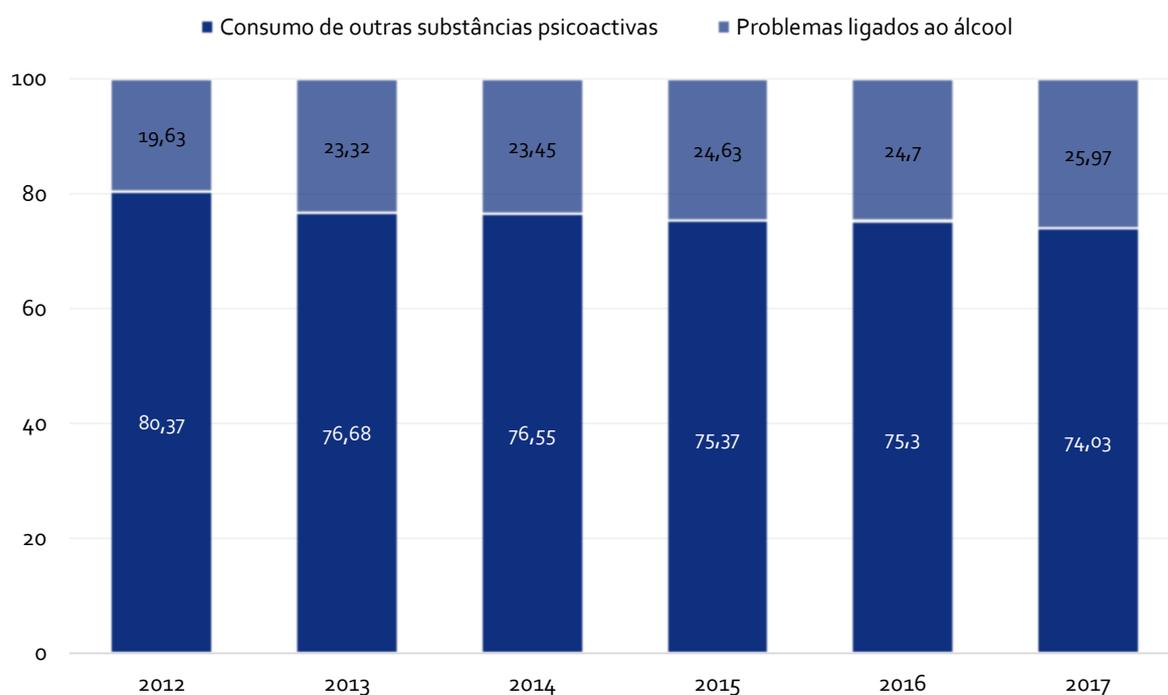


Figura H.4.5. Utentes ativos/os em tratamento, por tipo de consumo, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.5. verifica-se que, do total de utentes ativos/os em tratamento, sensivelmente entre 20% e 25% tinham problemas de consumo ligados ao álcool e entre 75% e 80% apresentavam consumos problemáticos de outras SPA.

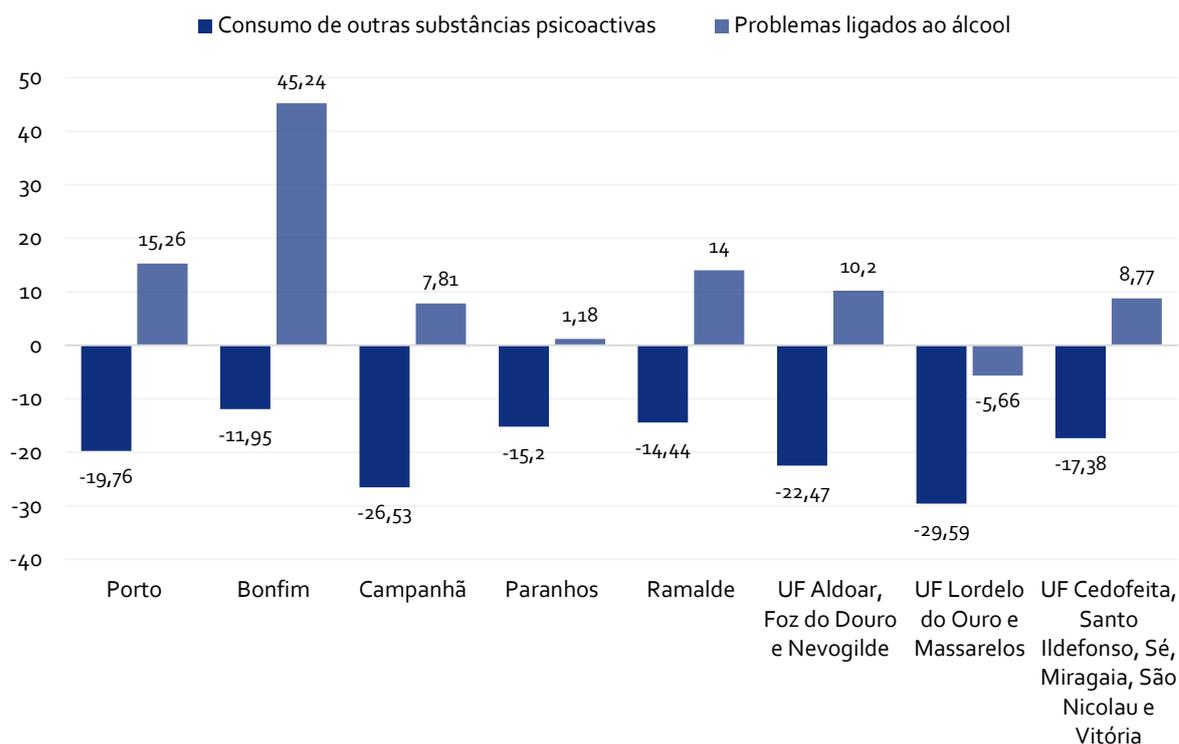


Figura H.4.6. Variação de utentes ativos/os em tratamento, por tipo de consumo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.6. observa-se que, no que diz respeito aos problemas ligados ao consumo de álcool, se assistiu a um incremento do número de utentes ativos/os em tratamento, em todas as freguesias e uniões de freguesia (exceto na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) que se situou entre o mínimo de 1.18% (Paranhos) e o máximo de 45.24% (Bonfim). A União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos foi a única onde se registou uma descida de 5.66% no número de utentes ativos/os em tratamento com problemas de consumo ligados ao álcool.

Na Figura H.4.7. apresenta-se a evolução na proporção de **utentes ativos/os em tratamento com problemas ligados ao consumo de álcool e ao consumo de outras substâncias psicoactivas**, por freguesia/união de freguesias, entre o ano de 2012 e o ano de 2017.

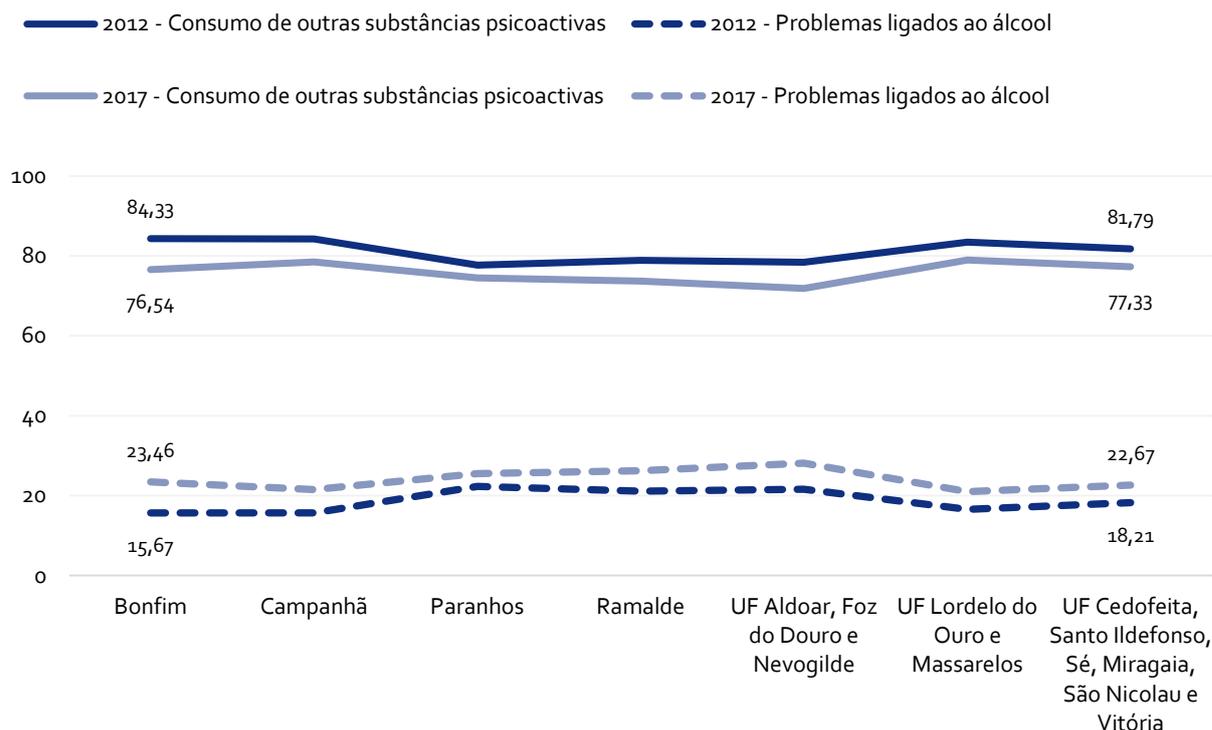


Figura H.4.7. Utentes ativos/os em tratamento, por tipo de consumo e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.7. constata-se que, tal como já anteriormente referido, era bastante superior a proporção de utentes ativos/os em tratamento de outras SPA em tratamento, do que a proporção de utentes ativos/os em tratamento com problemas ligados ao álcool.

Também se constata que no consumo de álcool houve um aumento na percentagem de utentes ativos/os em tratamento, em todas as freguesias/uniões de freguesia e no consumo de outras SPA houve uma diminuição da percentagem.

Nas Figuras H.4.8. e H.4.9. apresentam-se os dados sobre o **tipo de substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento**, global e por freguesia/união de freguesias em 2017.

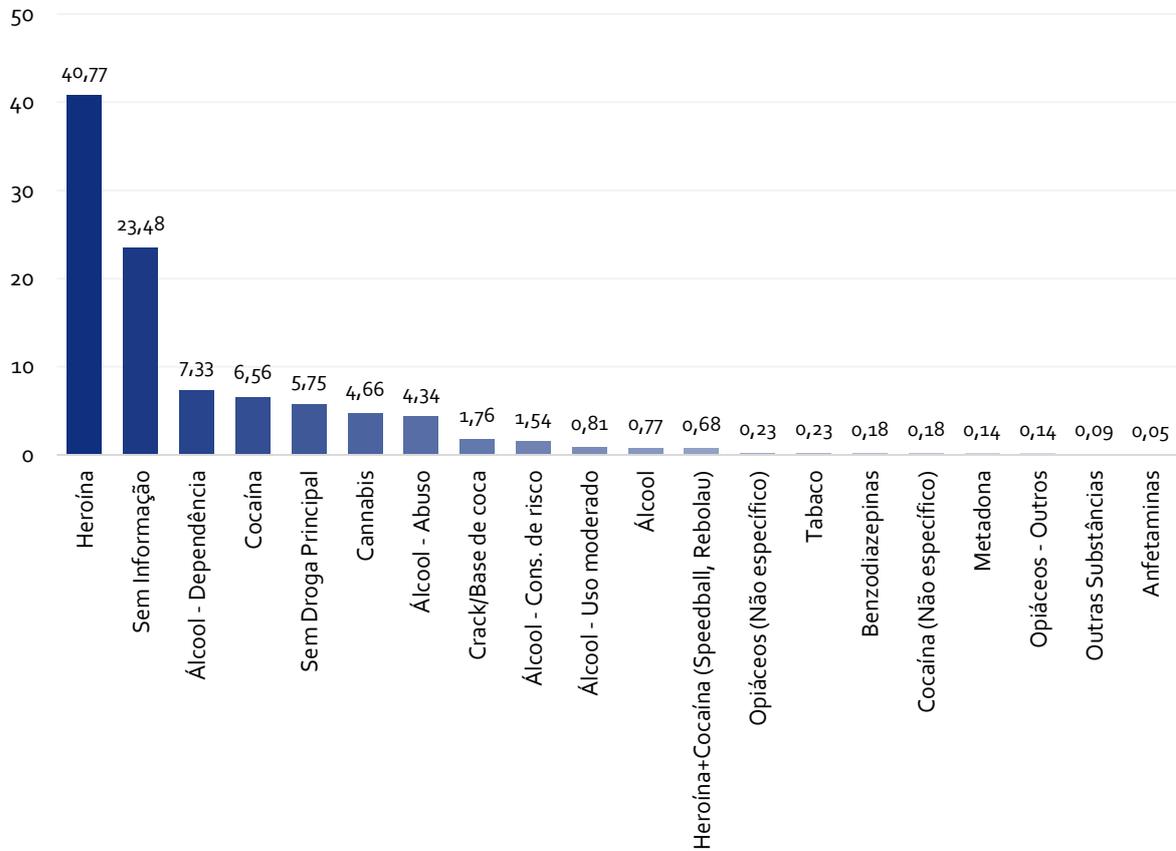


Figura H.4.8. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Álcool	1.15	0.93	0.89	-	0.52	1.68	0.55
Álcool - Abuso	5	4.05	2.37	5.07	4.69	2.52	3.84
Álcool - Cons. de risco	1.15	1.25	1.78	0.92	1.04	0.84	1.65
Álcool - Dependência	6.54	5.61	7.12	8.76	6.25	7.14	7.13
Álcool - Uso moderado	2.31	0.62	0.89	-	0.52	0.42	0.37
Anfetaminas	-	0.31	-	-	-	-	-
Benzodiazepinas	-	0.62	-	-	-	-	0.37
Cannabis	3.85	4.67	5.34	5.53	8.85	5.04	3.11
Cocaína	6.92	5.61	5.04	4.61	4.17	10.92	8.41
Cocaína (Não específico)	0.38	-	-	-	-	0.42	0.37
Crack/Base de coca	1.92	0.93	1.78	2.76	2.6	2.94	1.28
Ecstasy/MDMA	-	-	-	-	-	-	0.18
Heroína	41.54	46.73	43.03	46.08	41.67	40.76	38.94
Heroína+Cocaína (Speedball, Rebolau)	0.38	1.25	0.3	-	0.52	1.68	0.55
Hip. Sed. - Outros	-	0.31	-	-	-	-	-
Metadona	-	-	-	-	-	0.84	0.18
Opiáceos - Outros	-	-	0.3	-	-	-	0.37
Opiáceos (Não específico)	-	-	0.3	0.46	-	-	0.55
Outras Substâncias	0.38	-	-	-	-	0.42	-
Sem Droga Principal	5.77	6.85	5.04	4.61	6.25	6.3	6.03
Sem Informação	22.69	19.94	25.22	21.2	22.92	18.07	25.96
Tabaco	1.15	0.31	0.59	-	0.52	1.68	0.18
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.1. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: ARS Norte - Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)⁴⁰⁸

Da análise da Figura H.4.8. e do Quadro H.4.1. constata-se que, globalmente, a substância mais consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento era a heroína (40.77%), seguida do álcool/dependência (7.33%), da cocaína (6.56%), depois sem droga principal (5.75%), depois da cannabis (4.66%) e, finalmente, do álcool/abuso (4.34%).

⁴⁰⁸ Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

Na análise por freguesia/união de freguesias as principais substâncias consumidas, em 2017, foram também a heroína (mínimo de 38.57%, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e máximo de 46.42%, em Campanhã), seguida do álcool, com percentagens a variarem entre os 12.46% (Campanhã) e os 16.15% (Bonfim).⁴⁰⁹

A terceira substância mais consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento foi a cocaína, com percentagens que variaram entre os 4.17%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e os 10.92%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Depois desta caracterização inicial referente ao número de utentes ativas/os em tratamento e às substâncias consumidas por essas/es utentes, apresentam-se, na secção seguinte, alguns indicadores de caracterização sociodemográfica das/os utentes ativas/os em tratamento.

⁴⁰⁹ Os dados apresentados relativos ao álcool resultam da agregação das cinco categorias relativas ao álcool (álcool, álcool-abuso, álcool-consumo de risco, álcool-dependência e álcool-uso moderado).

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

Inicia-se com a apresentação, na Figura H.4.9., da **distribuição e evolução das/os utentes ativos/os em tratamento, por sexo**, no período compreendido entre 2012 e 2017.

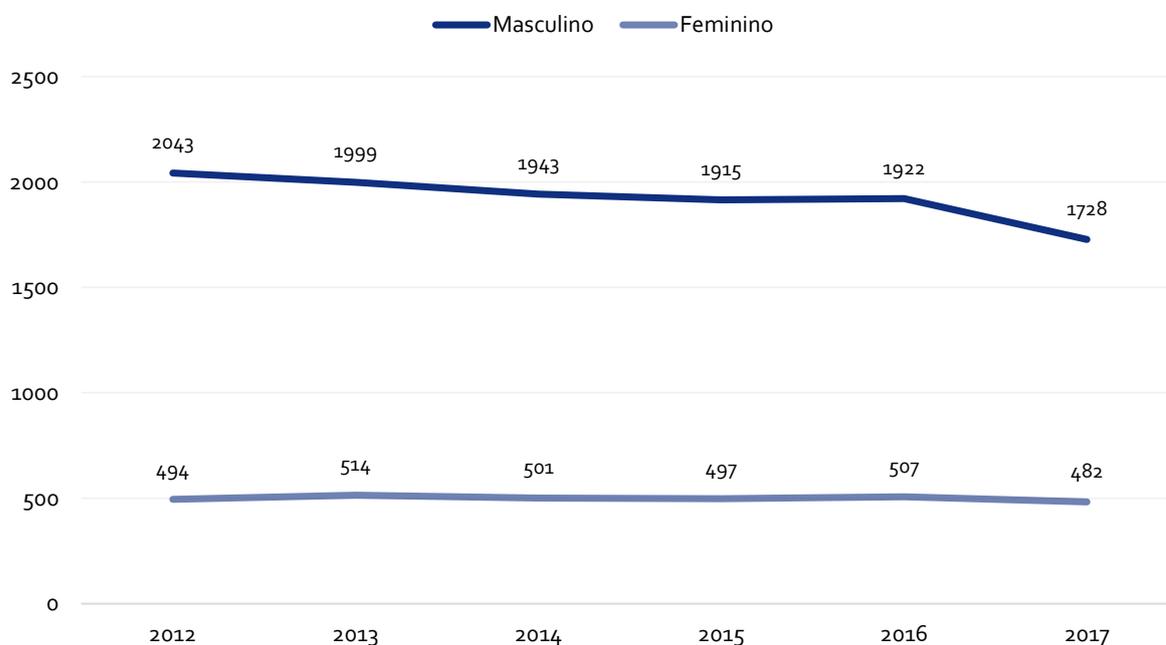


Figura H.4.9. Utentes ativos/os em tratamento, por sexo, Porto, 2012-2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Como se pode observar na Figura H.4.9., em todos os anos em análise, foi sempre muito superior o número de utentes ativos/os em tratamento do sexo masculino, que do sexo feminino, sendo que apenas aproximadamente 1/5 das/os utentes ativos/os em tratamento eram do sexo feminino. No intervalo de tempo, entre 2012 e 2017, ocorreu um ligeiro decréscimo de 2.34% nas utentes ativas em tratamento do sexo feminino (menos 12 utentes ativas em tratamento em 2017) e um decréscimo significativo de 15.42% nos utentes ativos em tratamento do sexo masculino (menos 315 utentes ativos em tratamento em 2017).

Seguidamente, apresentam-se os indicadores relativos ao grupo etário das/os utentes ativas/os em tratamento.

Os Quadros H.4.2. e H.4.3. apresentam os dados relativos ao **grupo etário das/os utentes ativas/os em tratamento**, por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017 e globais, no intervalo compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Dos 15 aos 19 anos	0.38	-	-	-	-	-	-
Dos 20 aos 24 anos	1.54	0.62	2.08	0.46	2.08	0.84	0.55
Dos 25 aos 29 anos	1.15	2.18	2.08	2.30	3.13	0.42	2.19
Dos 30 aos 34 anos	3.46	5.61	2.97	2.30	2.08	6.72	4.75
Dos 35 aos 39 anos	8.46	7.17	8.90	8.29	9.38	9.24	8.41
Dos 40 aos 44 anos	16.92	17.13	15.73	19.35	11.98	19.33	17.37
>= 45 anos	68.08	67.29	68.25	67.28	71.35	63.45	66.73
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.2. Utentes ativas/os em tratamento, por grupo etário e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: ARS Norte - Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)⁴¹⁰

Analisando os Quadros H.4.2. e H.4.3. constata-se que, globalmente, no período compreendido entre 2012 e 2017, o grupo etário com maior proporção de utentes ativas/os em tratamento era o grupo etário com 45 ou mais anos de idade (de 47.65%, em 2012 a 67.38%, em 2017), seguido do grupo etário dos 40-44 anos (de 22.27%, em 2012 a 16.88%, em 2017) e do grupo etário dos 35-39 anos (de 17.34%, em 2012 a 8.37%, em 2017).

⁴¹⁰ Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação".

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dos 15 aos 19 anos	0.35	0.16	0.12	0.04	0.08	0.05
Dos 20 aos 24 anos	1.02	0.96	1.02	1.20	1.65	1.04
Dos 25 aos 29 anos	3.51	2.83	2.54	1.95	2.47	2.13
Dos 30 aos 34 anos	7.84	7.28	6.63	5.56	4.69	4.16
Dos 35 aos 39 anos	17.34	14.29	12.23	11.19	10.42	8.37
Dos 40 aos 44 anos	22.27	21.65	21.56	20.69	18.48	16.88
>= 45 anos	47.65	52.85	55.89	59.37	62.21	67.38
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

Quadro H.4.3. Utentes ativas/os em tratamento, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Na análise por freguesia/união de freguesias o padrão de distribuição por grupo etário das/os utentes ativas/os em tratamento era muito similar ao anteriormente apresentado, surgindo em primeiro lugar o grupo etário com 45 ou mais anos de idade (de 63.45%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a 71.35%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde), seguido do grupo etário dos 40-44 anos de idade (de 19.35%, em Ramalde a 11.98%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) e do grupo etário dos 35-39 anos (de 7.17%, em Campanhã a 9.38%, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Finalmente, na Figura H.4.10. apresenta-se a variação ocorrida, no período entre 2012 e 2017, na composição dos grupos etários dos utentes ativos/os em tratamento.

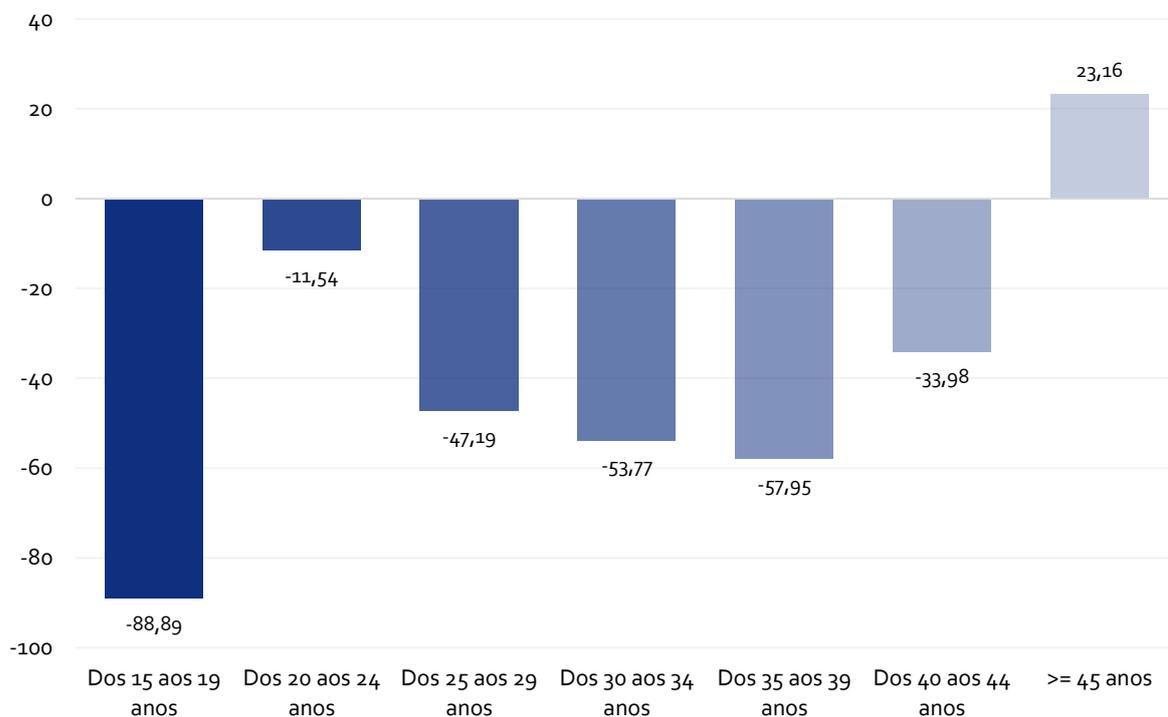


Figura H.4.10. Variação das/os utentes ativos/os em tratamento, por grupo etário, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando a Figura H.4.10. constata-se que, entre 2012 e 2017, ocorreu uma diminuição do número de utentes ativos/os em tratamento em todos os grupos etários, destacando-se a diminuição nos grupos etários dos 30-34 anos, de 53.77% (de 199 utentes, em 2012 para 92 utentes, em 2017), dos 35-39 anos, de 57.95% (de 400 para 185 utentes) e dos 40-44 anos, de 33.98% (de 565 para 373 utentes).

No grupo etário com 45 ou mais anos de idade assistiu-se a um aumento de 23.16% no número de utentes ativos/os em tratamento, que passaram de 1 209 utentes, em 2012 para 1 489 utentes, em 2017.

Seguidamente, apresenta-se nos Quadros H.4.4. e H.4.5. e na Figura H.4.11. os dados relativos aos níveis de escolaridade das/os utentes ativas/os em tratamento.

Inicia-se com a apresentação, na Figura H.4.14., da **distribuição das/os utentes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade** e por freguesia/união de freguesias, em 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Sem escolaridade	2.69	4.36	1.19	5.07	2.60	3.36	1.28
Sem escolaridade mas sabe ler e escrever	0.38	0.62	-	0.46	0.52	0.84	0.73
1º Ciclo do Ensino Básico	21.92	35.83	19.29	26.27	33.33	29.41	25.23
2º Ciclo do Ensino Básico	26.92	32.40	29.97	28.57	19.27	28.57	31.99
3º Ciclo do Ensino Básico	23.85	14.95	27	25.35	21.88	19.75	21.02
Ensino Secundário	13.08	8.41	11.87	5.99	11.98	9.24	12.07
Frequência Universitária	4.23	-	1.78	2.30	3.65	1.68	1.28
Grau Universitário	3.85	0.62	5.04	4.15	5.21	7.14	2.74
Desconhecido	3.08	2.80	3.86	1.84	1.56	3.36	3.66
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.4. Utesntes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)⁴¹¹

Da análise do Quadro H.4.4. verifica-se que, em 2017, a maioria das/os utentes ativas/os em tratamento tinham entre o 1º e o 3º ciclo de escolaridade (mínimo 72.69%, no Bonfim e máximo de 83.18%, em Campanhã).

A proporção de utentes ativas/os em tratamento com níveis de escolaridade mais elevados era bastante menor (ensino secundário: de 5.99%, em Ramalde a 13.08%, no Bonfim; frequência

⁴¹¹ Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação".

universitária: de 1.28%, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a 4.23%, no Bonfim; ensino superior: de 0.62%, em Campanhã a 7.14%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos). Quanto às/aos utentes ativas/os em tratamento sem escolaridade, a proporção era residual, variando entre o mínimo de 1.19% (Paranhos) e 5.07% (Ramalde).

De seguida apresenta-se no Quadro H.4.5. a **distribuição por nível de escolaridade das/os utentes ativas/os em tratamento**, entre os anos de 2012 e 2017.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sem escolaridade	3.07	3.32	2.82	2.90	3.05	2.58
Sem escolaridade mas sabe ler e escrever	0.55	0.50	0.53	0.54	0.66	0.50
1º Ciclo do Ensino Básico	25.42	25.76	25.16	25.62	25.24	26.88
2º Ciclo do Ensino Básico	31.65	31.21	29.99	29.52	29.97	28.46
3º Ciclo do Ensino Básico	20.54	20.84	21.52	22.22	21.37	21.72
Ensino Secundário	9.34	9.21	9.78	9.37	10.21	10.72
Frequência Universitária	1.34	1.20	1.76	1.58	1.61	2.04
Grau Universitário	3.23	2.96	4.05	3.65	4.12	4.07
Desconhecido	4.85	5.02	4.38	4.60	3.79	3.03
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

Quadro H.4.5. Utentes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise do Quadro H.4.5. constata-se que o padrão anteriormente apresentado para o ano de 2017, era semelhante para os anos entre 2012 e 2016, ou seja, a maioria das/os utentes ativas/os em tratamento tinham entre o 1º ciclo de escolaridade e o 3º ciclo de escolaridade (variação entre 76.57%, em 2016 e 77.8%, em 2013), sendo a proporção de utentes ativas/os em tratamento com níveis de escolaridade mais elevados ou sem escolaridade bastante inferiores (com ensino secundário variou entre os 9.21%, em 2013 e os 10.72%, em 2017; com frequência universitária ou

ensino superior variou entre os 4.15%, em 2013 e os 6.11%, em 2017; sem escolaridade variou entre os 3.08%, em 2017 e os 3.82%, em 2013).

Finalmente, apresenta-se na Figura H.4.11. a variação das/os utentes ativas/os em tratamento, em cada nível de escolaridade, no período compreendido entre 2012 e 2017.

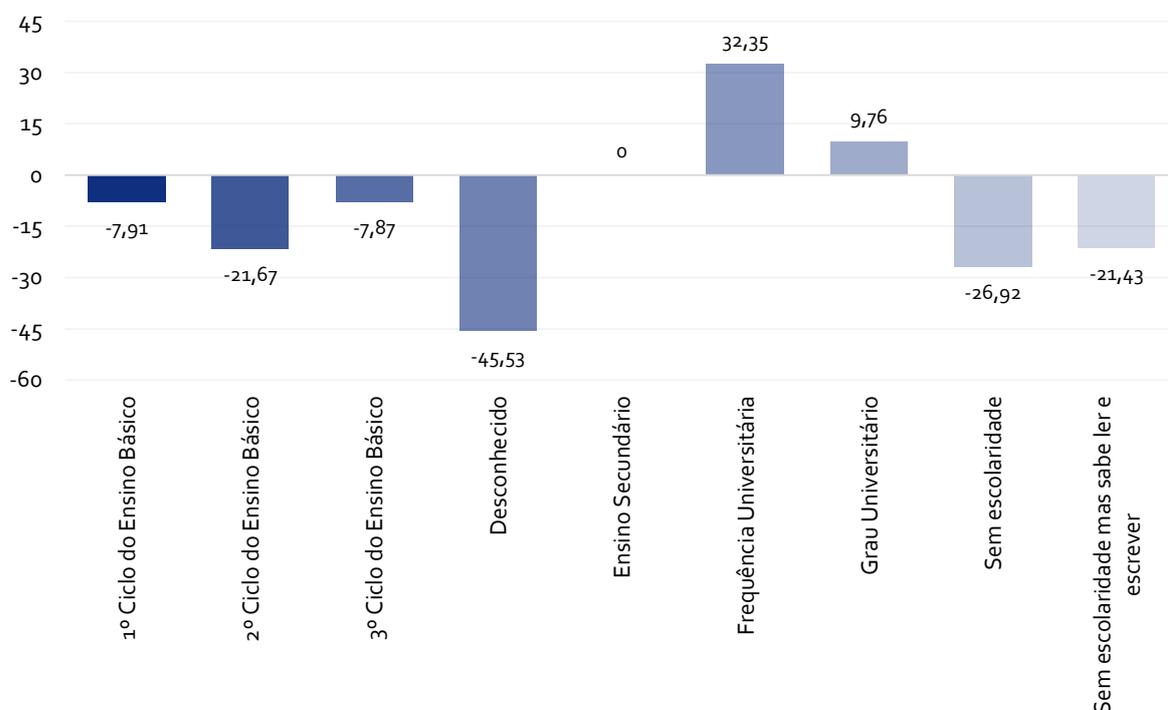


Figura H.4.11. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.11. observa-se que diminuiu o número de utentes ativas/os em tratamento para todos os níveis de escolaridade, exceto para as/os utentes com frequência universitária (+ 32.35%) e com grau universitário (+ 9.76%).

Também se constata que as maiores diminuições ocorreram para as/os utentes sem escolaridade (-26.92%), para as/os utentes com o 2º ciclo de escolaridade (-21.67%) e para as/os utentes sem escolaridade, mas que sabem ler e escrever (-21.43%).

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

As/os seguintes três figuras/quadros fazem uma **caracterização das/os utentes ativas/os em tratamento, em termos da sua situação profissional.**

Inicia-se com a apresentação nos Quadros H.4.6. e H.4.7. dos dados relativos à situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, global e por freguesia/união de freguesias para o ano de 2017 e no intervalo entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Desconhecido	13.85	9.66	19.88	17.05	15.63	12.61	16.45
Desocupado há menos de um ano	3.46	3.74	5.64	5.99	4.69	6.30	8.23
Desocupado há um ano ou mais	46.54	48.91	40.95	41.47	42.71	48.32	47.53
Trabalho estável/regular	21.15	22.43	19.58	20.28	20.31	19.33	16.09
Trabalho ocasional	3.46	3.43	2.37	2.76	3.65	3.36	2.93
Doméstica	0.38	-	0.59	0.46	-	-	-
Estudante/ Formação Profissional	2.69	1.56	2.37	2.76	3.13	0.42	1.65
Outra situação	1.92	2.49	2.08	0.92	3.13	2.94	2.19
Reformado/Pensão Social por Idade	3.08	3.12	2.37	1.84	3.13	0.42	2.01
Reformado/Pensão Social por Invalidez	3.46	4.67	4.15	6.45	3.65	6.30	2.93
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.6. Utentes ativas/os em tratamento, por situação profissional e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar SICAD)⁴¹²

⁴¹² Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desconhecido	19.87	19.78	18.25	18.82	16.14	15.66
Desocupada/o há menos de um ano	4.45	4.54	4.54	5.22	5.80	5.79
Desocupada/o há um ano ou mais	47.06	45.92	46.60	45.44	45.86	44.75
Trabalho estável/regular	18.76	18.19	18.66	18.33	19.27	19.46
Trabalho ocasional	2.21	2.03	2.17	2.53	2.59	3.03
Doméstica/o	0.28	0.32	0.37	0.21	0.21	0.18
Estudante/ Formação Profissional	2.13	2.23	2.17	1.91	2.10	2.04
Outra situação	1.77	1.87	2.09	1.99	1.89	2.17
Reformada/o Pensão Social por Idade	1.14	1.55	1.64	1.74	2.02	2.67
Reformada/o Pensão Social por Invalidez	2.33	3.58	3.52	3.81	4.12	4.25
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

Quadro H.4.7. Utentes ativas/os em tratamento, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise dos Quadros H.4.6. e H.4.7. constata-se que, quer na análise por freguesia/união de freguesia, para o ano de 2017, quer na análise longitudinal entre 2012 e 2017, se encontrava um padrão similar relativo à situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, concretamente, quase metade dessas/es utentes encontrava-se desocupada/o há um ano ou mais (valores entre os 44.75%, em 2017 e os 47.06%, em 2012 na análise longitudinal e entre os 40.95%, em Paranhos e os 48.91%, em Campanhã na análise por freguesia/união de freguesias) e cerca de 1/5 tinha trabalho estável/regular (valores entre os 18.19%, em 2013 e os 19.46%, em 2017, na análise longitudinal e entre os 16.09%, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e os 22.43%, em Campanhã na análise por freguesia/união de freguesias).

Na Figura H.4.12. apresenta-se a **evolução para cada categoria de situação profissional** das/os utentes ativas/os em tratamento, entre os anos de 2012 e 2017.

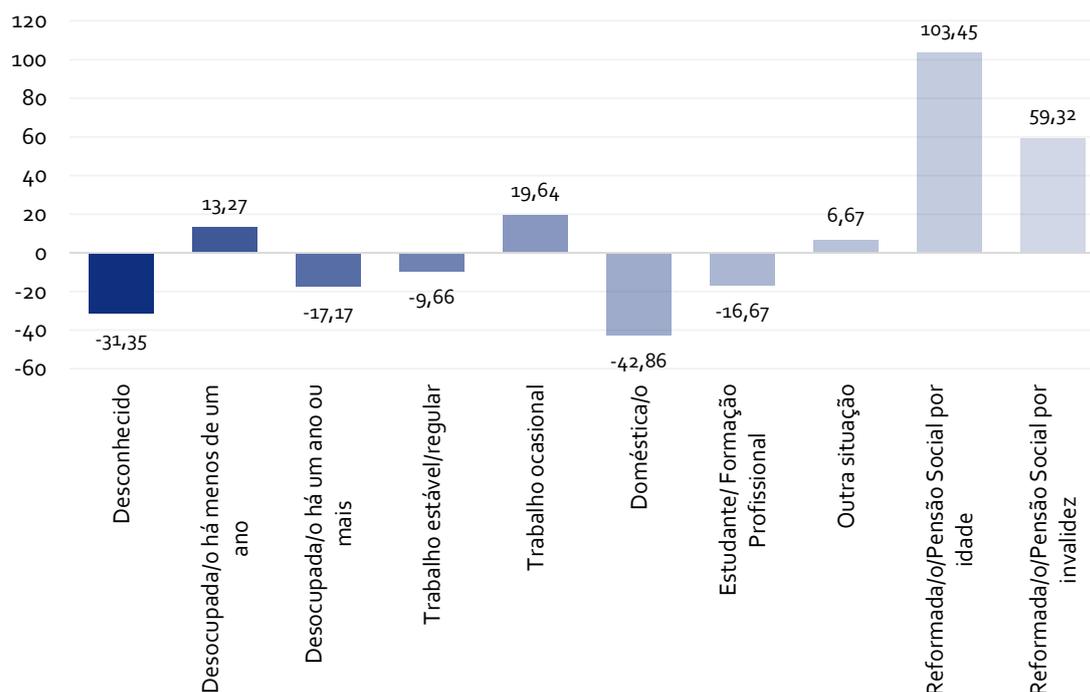


Figura H.4.12. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da observação da Figura H.4.12. constata-se que os maiores aumentos na percentagem de utentes ativas/os em tratamento ocorreram para as/os utentes desocupadas/os há menos de um ano, com um incremento de 13.27% (passaram de 113 para 128 utentes) e para as/os utentes com trabalho ocasional, com um incremento de 19.64% (de 56 para 67 utentes).

Nas/os reformadas/os por velhice ou por incapacidade os aumentos percentuais foram superiores (103.45% e 59.32%, respetivamente), mas o número absoluto de utentes foi inferior, de 29 para 59 utentes nas/os reformadas/os por velhice e de 59 para 94 utentes nas/os reformadas/os por invalidez.

Quanto às diminuições, assistiu-se a uma redução na percentagem de utentes ativas/os em tratamento, entre 2012 e 2017, para as/os utentes desocupadas/os há um ano ou mais, de 17.17% (de 1 194 utentes, em 2012 para 989 utentes, em 2017), para as/os utentes com trabalho estável, de 9.66% (de 476 utentes, em 2012 para 430 utentes, em 2017), para as/os utentes com trabalho doméstico, de 42.86% (de sete utentes, em 2012 para quatro utentes, em 2017) e para as/os utentes estudantes ou em formação profissional, de 16.67% (de 54 utentes, em 2012 para 45 utentes, em 2017).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

Passa-se, de seguida, à apresentação nas/os próximas/os três figuras/quadros dos indicadores relativos à **situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento**.

Inicia-se com a apresentação, nos Quadros H.4.8. e H.4.9., dos dados relativos à situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, globalmente, no período compreendido entre 2012 e 2017, e por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Centro de abrigo	4.23	2.49	2.67	0.92	3.65	2.94	5.30
Desconhecido	20.77	20.56	23.15	22.12	21.88	18.91	21.94
Estabelecimento Prisional		0.31	0.59		0.52		0.18
Estrutura de Reinserção de Toxicodependência	1.54	0.62			1.04		0.55
Familiar clássico	51.54	59.50	62.31	67.28	54.17	65.97	47.17
Familiar não clássico	5.38	5.92	1.78	4.15	8.85	3.36	2.38
Hotéis, pensões e similares	10.77	3.74	5.93	0.92	2.60	4.62	14.63
Outras situações	3.08	1.25	1.48	1.84	1.04		2.56
Outro alojamento coletivo de convivência	0.77	1.87	0.89	0.46	1.56	0.42	1.46
Rua	1.54	3.74	1.19	2.30	4.17	3.36	3.66
Serviço de Saúde	0.38	2.49	2.67	0.92	0.52	0.42	0.18
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.8. Utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)⁴³³

⁴³³ Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro de abrigo	1.38	1.19	1.19	1.16	1.40	3.44
Desconhecido	33.23	30.4	28.56	27.61	24.25	21.58
Estabelecimento Prisional	0.16	0.08	0.16	0.21	0.21	0.27
Estrutura de Reinserção de Toxicodependência	0.2	0.16	0.37	0.33	0.49	0.50
Familiar clássico	51.04	52.45	53.6	54.02	56.48	56.88
Familiar não clássico	3.86	4.5	4.42	3.98	4.36	3.94
Hotéis, pensões e similares	4.34	6.21	6.51	7.09	7.08	7.29
Outras situações	1.22	1.15	1.1	1.20	1.24	1.72
Outro alojamento coletivo de convivência	0.91	0.84	0.82	1	1.32	1.09
Rua	3.59	2.9	3.15	3.28	3.09	3.12
Serviço de Saúde	0.08	0.12	0.12	0.12	0.08	0.18
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

Quadro H.4.9. Utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise dos Quadros H.4.8. e H.4.9. constata-se que, na análise por freguesia/união de freguesias, a situação de alojamento mais frequente das/os utentes ativas/os em tratamento, em 2017, era o alojamento familiar clássico, com valores a oscilarem entre os 47.17% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e os 67.28% (Ramalde).

Em segundo lugar surgiam os hotéis, pensões e similares, em quatro das sete freguesias/uniões de freguesia, com valores a oscilarem entre os 4.62% (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) e os 14.63% (União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória). Nas restantes freguesias/uniões de freguesia surgiam em segundo lugar os alojamentos familiares não clássicos, com valores a oscilarem entre os 4.15% (Ramalde) e os 8.85% (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde).

Na análise longitudinal, entre 2012 e 2017, o padrão era similar, sendo que entre os 51.04% (em 2012) e os 56.88% (em 2017) das/os utentes ativas/os em tratamento residiam num alojamento

familiar clássico e entre 4.34% (em 2012) e 7.29% (em 2017) residiam em hotéis, pensões e similares.

Finalmente, apresenta-se na Figura H.4.13. a evolução relativa à situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, no período compreendido entre 2012 e 2017.

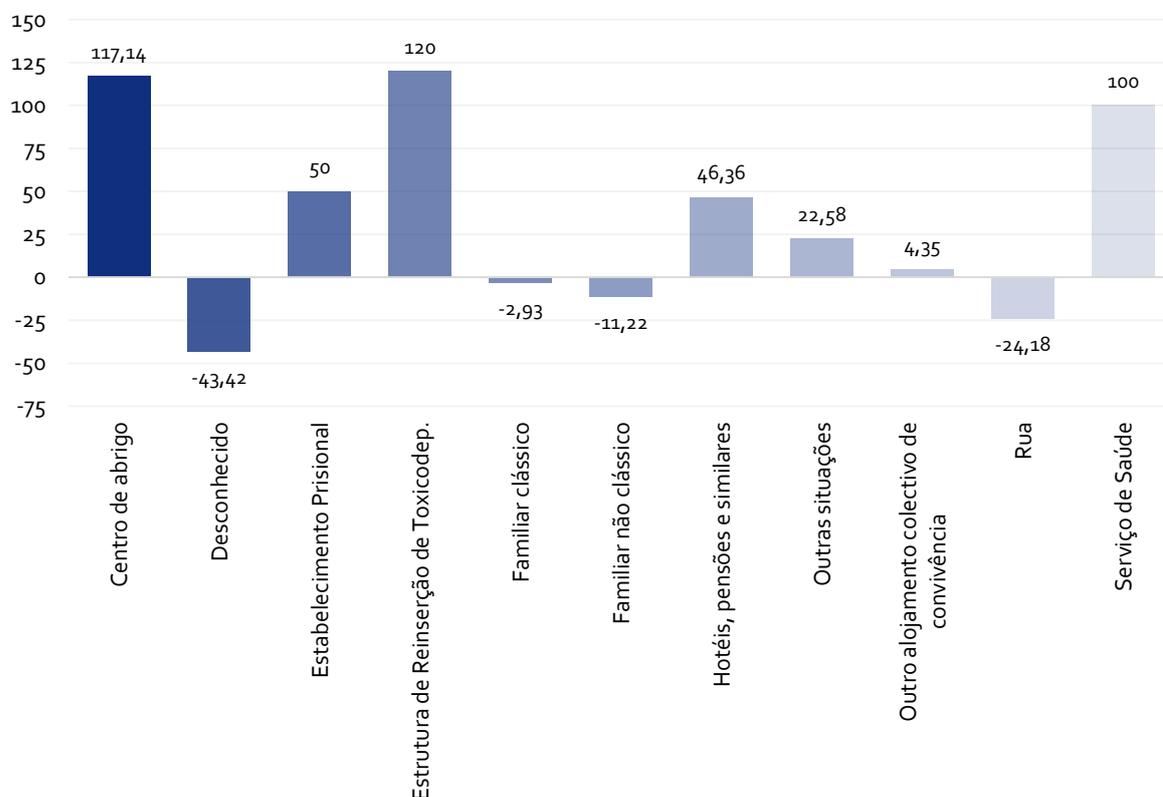


Figura H.4.13. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.13. constata-se que, entre 2012 e 2017, houve um aumento de 117.14% de utentes ativas/os em tratamento a residirem em centros de abrigo (de 35, em 2012 para 76, em 2017), de 46.36% a residirem em hotéis, pensões e similares (de 110, em 201, para 161, em 2017) e de 4.35% a residirem noutros alojamentos coletivos de convivência (de 23, em 2012 para 24, em 2017).⁴¹⁴

E ocorreram diminuições nas percentagens de utentes ativas/os em tratamento a residirem em alojamentos familiares tradicionais, de 2.93% (de 1 295 utentes, em 2012 para 1 257 utentes, em

⁴¹⁴ Também existiram aumentos nas percentagens de utentes ativas/os em tratamento a residirem em estabelecimentos prisionais (+50%), em estruturas de reinserção de toxicodependentes (+120%) e em serviços de saúde (+100%), embora o número de utentes a residirem nesse tipo de alojamentos fosse residual (em 2017, seis, cinco e dois/duas, respetivamente).

2017), em alojamentos familiares não clássicos, de 11.22% (de 98, em 2012 para 87, em 2017) e a viverem na rua, de 24.18% (de 91, em 2012 para 69, em 2017).

FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO

Finaliza-se a apresentação de indicadores para a população adulta de utentes ativas/os em tratamento, com a apresentação de um conjunto de indicadores que dizem respeito à fonte de referenciação.

Inicia-se com a apresentação, nos Quadros H.4.10.e H.4.11., dos dados relativos à **fonte de referenciação** por freguesia/união de freguesias, no ano de 2017 e globais, para o período compreendido entre 2012 e 2017.

	Bonfim	Campanhã	Paranhos	Ramalde	UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	UF Lordelo do Ouro e Massarelos	UF Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	24.23	23.68	22.26	21.20	27.08	31.93	22.12
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	-	2.18	-	0.46	-	-	-
Comissão Dissuasão Toxicodependência	0.38	3.12	-	0.92	0.52	0.42	0.91
Desconhecido	21.15	18.69	24.93	29.03	22.92	24.37	27.79
Família/Amigos	10	7.48	8.01	6.45	8.85	9.66	4.02
Grupos de Autoajuda	-	-	-	-	-	-	0.55
Instituição de Saúde/outro profissional	8.08	7.17	7.72	4.15	6.25	3.78	7.31
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	7.31	5.61	7.72	9.22	5.73	6.30	6.95
Instituto de Segurança Social	1.54	1.56	0.59	0.46	0.52	0.42	1.46
Médica/o de Família/Cuidados Saúde Primários	1.15	5.3	7.12	7.37	7.29	4.62	2.38
Outra unidade especializada (Adição)	1.54	1.25	0.89	1.38	1.56	-	1.83
Outros	3.46	2.18	1.48	1.38	1.56	1.26	4.75
Redução Danos com Metadona Baixo Limiar	4.23	3.12	1.78	1.84	1.04	1.26	3.29
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	4.62	5.61	2.97	3.23	4.17	4.20	2.01
Unidade Especializada (IDT)	12.31	13.08	14.54	12.9	12.50	11.76	14.63
Total (N)	260	321	337	217	192	238	547

Quadro H.4.10. Utentes ativas/os em tratamento, por fonte de referenciação e por freguesia/união de freguesias, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)⁴⁴⁵

⁴⁴⁵ Foram excluídos da análise 98 casos por serem categorizados como "Sem informação"

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	21.4	21.89	21.97	21.56	22.73	24.07
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	0.63	0.44	0.29	0.5	0.49	0.41
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	0.95	1.03	0.82	1.2	1.48	0.95
Desconhecido	34.61	31.24	29.38	29.35	26.02	23.98
Família/Amigos	8.63	7.72	7.41	7.13	7.12	7.10
Grupos de Autoajuda	-	0.08	0.2	0.29	0.25	0.23
Inst. do Emp. e Form. Profissional (IEFP)	-	0.04	0.04	-	-	-
Instituição de Saúde/outro profissional	4.73	4.97	5.93	6.22	6.13	6.65
Instituição Escolar	0.12	0.08	0.04	0.04	-	-
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	4.34	5.05	6.46	6.51	7.78	7.38
Instituto de Segurança Social (ISS)	1.46	1.19	1.19	1.33	1.19	1
Linha VIDA	0.04	0.08	-	0.04	0.04	-
Médica/o de Família/Cuidados Saúde Primários	2.44	3.98	3.64	3.4	4.61	5.2
Outra unidade especializada (Adição)	0.91	0.8	1.1	1.2	1.19	1.31
Outros	2.17	1.87	1.76	1.87	2.14	2.58
Programa STOP	0.28	0.36	0.33	0.25	0.12	-
Redução Danos com Metadona Baixo Limiar	2.92	3.22	3.44	3.61	3.25	2.67
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	3.98	3.94	3.6	3.19	3.46	3.53
Unidade Especializada (IDT)	10.41	12.02	12.4	12.31	11.98	12.94
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	21.4	21.89	21.97	21.56	22.73	24.07
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	0.63	0.44	0.29	0.5	0.49	0.41
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	0.95	1.03	0.82	1.2	1.48	0.95
Total (N)	2 537	2 513	2 444	2 412	2 429	2 210

Quadro H.4.11. Utentes ativas/os em tratamento, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da observação dos Quadros H.4.10. e H.4.11. verifica-se que, na análise longitudinal entre 2012 e 2017, surgia como primeira fonte de referenciação a Autorreferenciação, cujos valores oscilavam entre o mínimo de 24.4%, em 2012 e o máximo de 24.07%, em 2017. Como segunda fonte de referenciação surgiam as Unidades Especializadas, com uma variação a oscilar entre os 10.41%, em 2012 e os 12.94%, em 2017. A terceira fonte de referenciação era, no período compreendido entre 2012 e 2015, a Família/Amigos, com percentagens a oscilarem entre os 8.63%, em 2012 e os

7.13%, em 2015. Em 2016 e 2017 a terceira fonte de referenciação eram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com percentagens de 7.78% e 7.38%, respetivamente.

Na análise por freguesia/união de freguesias o padrão era bastante similar, surgindo em primeiro lugar a Autorreferenciação (de 21.2%, em Ramalde a 31.93%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos), seguindo-se as Unidades Especializadas (de 11.76%, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a 14.63%, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória). Em terceiro lugar surgia para todas as freguesias/uniões de freguesia, exceto Ramalde e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, a Família/Amigos (de 8.01%, em Paranhos a 10%, no Bonfim). Em Ramalde a terceira fonte eram as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 9.22% dos casos e na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória eram as Instituições de Saúde/Outro Profissional, com 7.31% das referenciações.

Finalmente, a Figura H.4.14. apresenta a **evolução ocorrida nas fontes de referenciação**, no período compreendido entre 2012 e 2017.

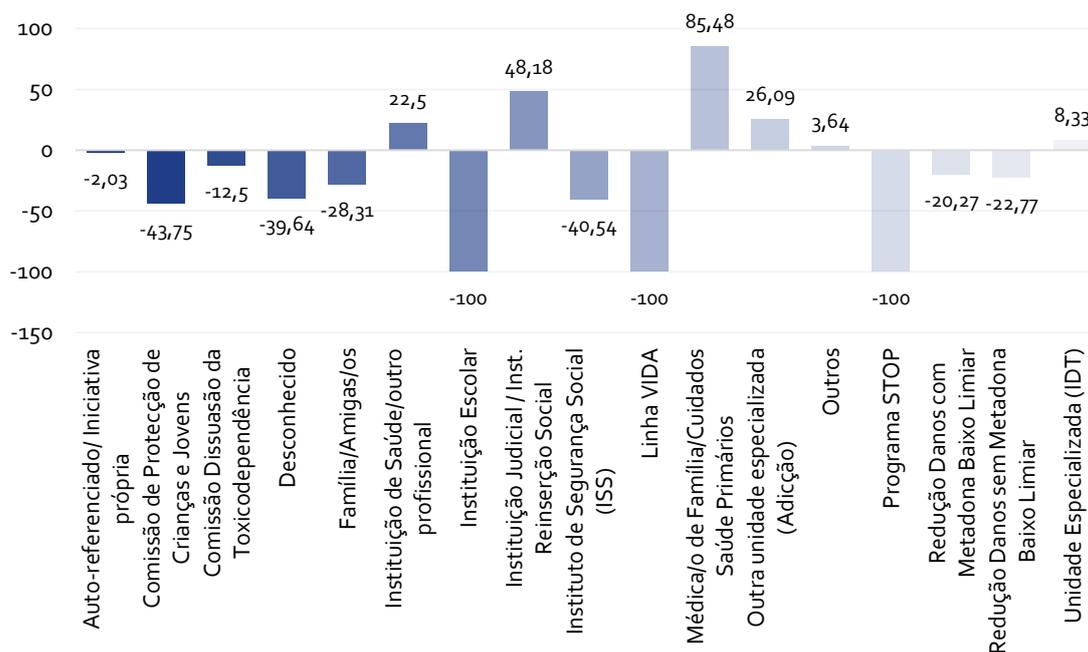


Figura H.4.14. Variação das/os utentes ativos/os em tratamento, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.14. realçam-se como os principais aumentos percentuais enquanto fonte de referenciação a/o Médica/o de Família, com um aumento de 85.48% (passando de 62 casos, em 2012 para 115 casos, em 2017), as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com um

aumento de 48.18% (de 110 casos para 163 casos), as Instituições de Saúde/Outros Profissionais, com um aumento de 22.5% (de 120 casos para 147 casos) e ainda Outras Unidades Especializadas, com um aumento de 26.09% (de 23 para 29 casos).

As principais diminuições ocorreram nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJs), com uma diminuição de 43.75% (passaram de 16 casos, em 2012 para nove casos, em 2017), o Instituto de Segurança Social, com uma diminuição de 40.54% (de 37 casos para 22 casos), a Família/Amigos, com uma diminuição de 28.31% (de 219 casos para 157 casos), a Redução de Danos Sem Metadona de Baixo Limiar, com uma diminuição de 22.77% (de 101 para 78 casos) e a Redução de Danos Com Metadona de Baixo Limiar, com uma diminuição de 20.27% (de 74 para 59 casos).

Depois de apresentados os dados globais para a população adulta de utentes ativas/os em tratamento, apresenta-se, na secção seguinte, um conjunto de quatro perfis específicos, para as/os consumidoras/es de um conjunto de SPA, a saber, e por ordem decrescente da prevalência de consumo, de heroína, de álcool, de cocaína e de cannabis.

Inicia-se com a apresentação dos dados relativos às/aos utentes ativas/os em tratamento com consumo principal de heroína.

SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA

As Figuras H.4.26. e H.4.27. apresentam os dados relativos ao cruzamento entre o **sexo e a faixa etária das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de heroína.**

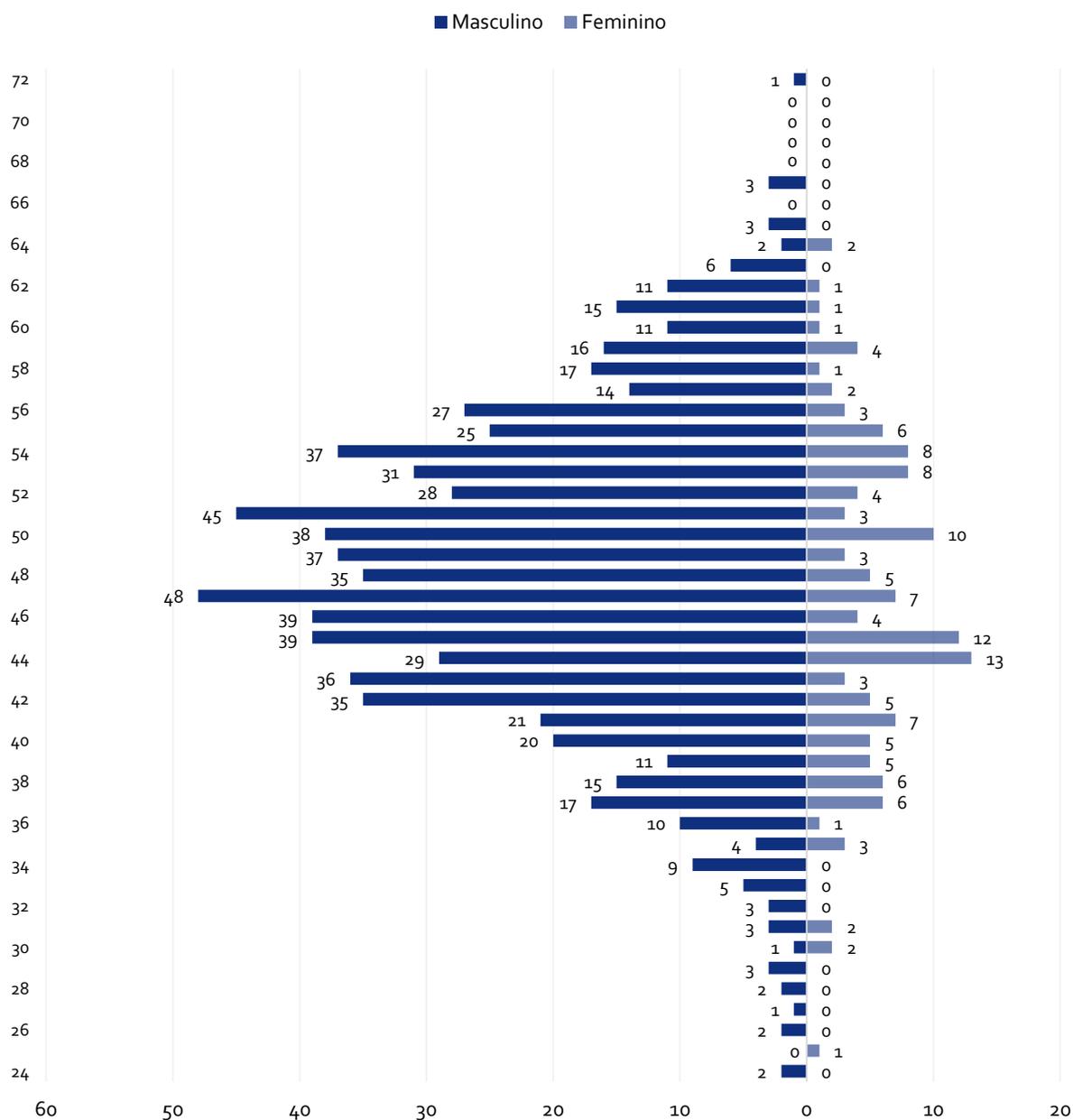


Figura H.4.15. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.15. constata-se desde logo, e tal como já anteriormente referido, que o número de utentes ativos do sexo masculino com consumo de heroína era muito superior ao

número de utentes ativas do sexo feminino com consumo de heroína (o número dos utentes do sexo masculino era mais de 400% superior ao das utentes do sexo feminino).

Uma segunda constatação tem a ver com o facto de existirem utentes ativos em tratamento do sexo masculino principalmente com idades a partir dos 26 anos (existiam dois com 24 anos de idade), enquanto nas utentes ativas do sexo feminino era principalmente a partir dos 35 anos (existiam duas utentes com 30 anos e uma com 25 anos de idade). As utentes ativas do sexo feminino com mais idade tinham 64 anos de idade, e os utentes ativos do sexo masculino com idade mais elevada tinham 67 anos (existia também um utente ativo do sexo masculino com 72 anos de idade).

Finalmente, constata-se que a maioria das utentes ativas do sexo feminino se concentravam entre os 37 anos (seis utentes com 37 anos) e os 55 anos (seis utentes com 55 anos) e nos utentes ativos do sexo masculino, a maioria dos casos concentravam-se entre os 34 anos (nove utentes com 34 anos) e os 62 anos (11 utentes com 62 anos).

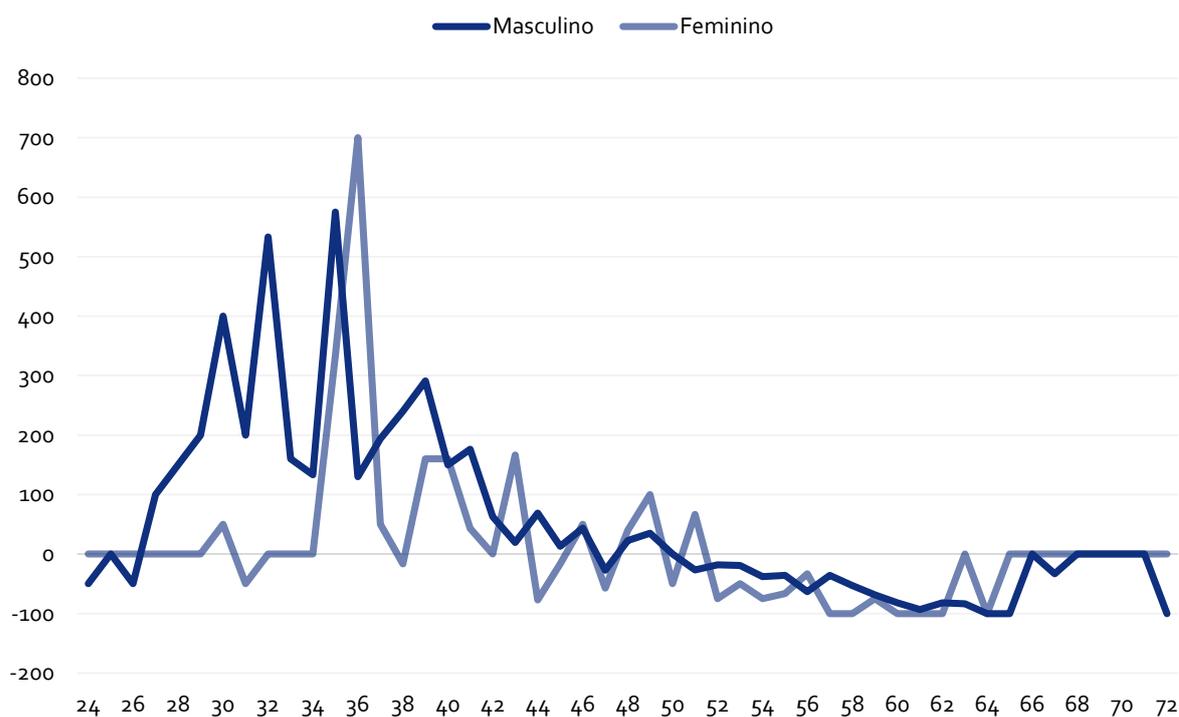


Figura H.4.16. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Globalmente, entre 2012 e 2017, assistiu-se a uma diminuição do número de utentes ativas/os em tratamento de 20.69% (de 1 136, em 2012 para 901, em 2017). Esta diminuição foi de 14.79%, nas

utentes ativas do sexo feminino (de 169 para 144) e de 21.72%, nos utentes ativos do sexo masculino (de 967 para 757).

Observando a Figura H.4.16. verifica-se que nas utentes ativas do sexo feminino, entre 2012 e 2017, houve um aumento na idade da utente ativa em tratamento com menos idade, que passou dos 19 anos, em 2012 para os 25 anos, em 2017. Ao mesmo tempo a utente ativa em tratamento com mais idade em 2012, era cinco anos mais nova, do que as utentes ativas com mais idade, em 2017 (59 anos, em 2012 e 64 anos, em 2017). Finalmente, o número de utentes ativas em tratamento diminuiu nas utentes com idades compreendidas entre os 29 e os 43 anos, e também existiu uma tendência de aumento do número de utentes ativas, nas utentes ativas com idades a partir dos 44 anos de idade.

Nos utentes ativos do sexo masculino, ocorreu um aumento na idade dos utentes ativos em tratamento com menos idade, que passou dos 23 anos, em 2012 para os 24 anos, em 2017 e o utente ativo em tratamento com mais idade em 2012, era três anos mais novo, do que o utente ativo com mais idade, em 2017 (69 anos, em 2012 e 72 anos, em 2017). Finalmente, o número de utentes ativos em tratamento diminuiu até aos 49 anos de idade e aumentou a partir dos 51 anos de idade.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA

De seguida, as Figuras H.4.17. e H.4.18. apresentam os dados referentes à **situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de heroína.**

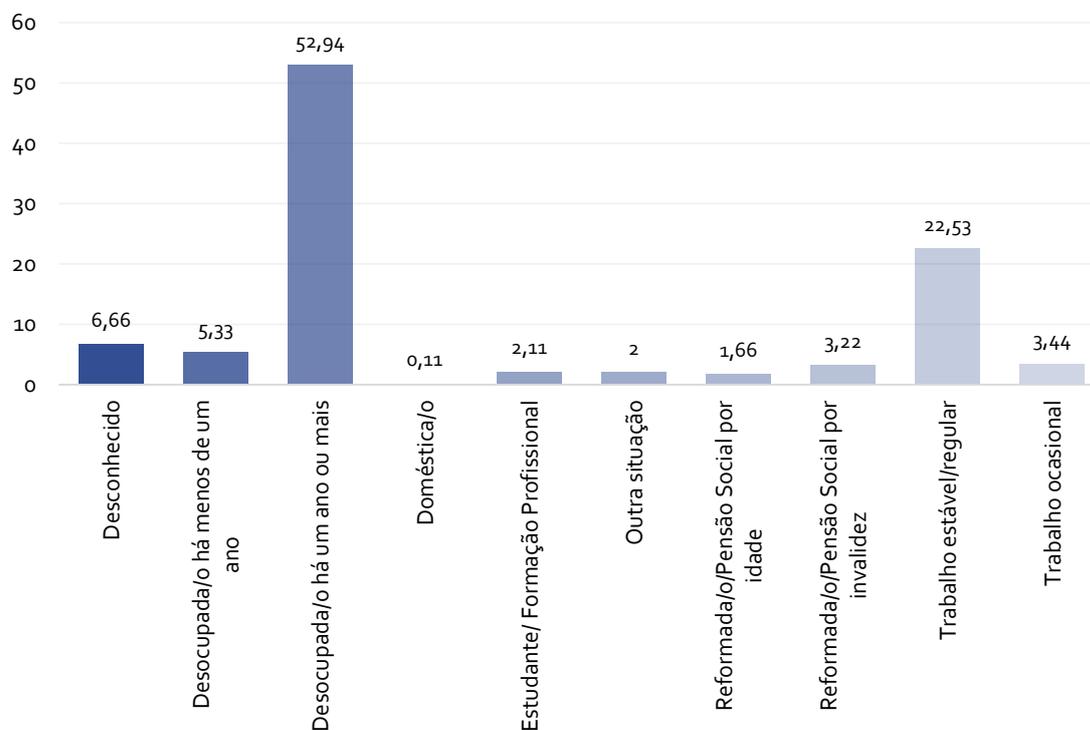


Figura H.4.17. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

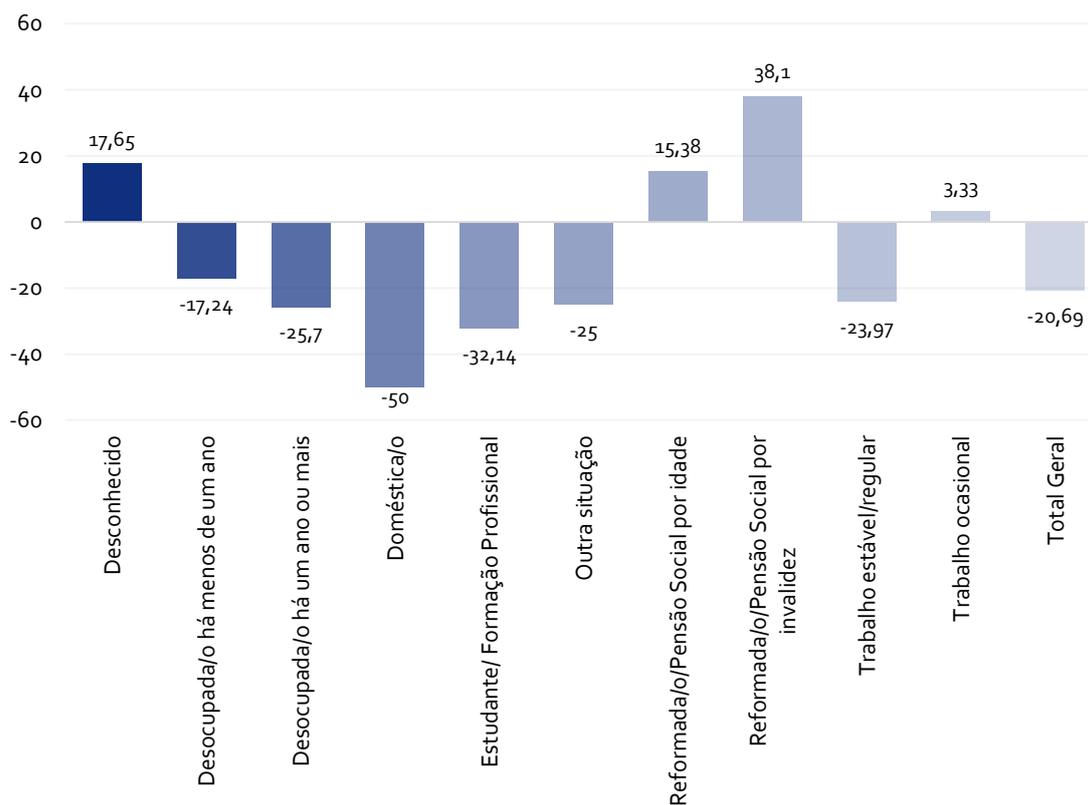


Figura H.4.18. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise das Figuras H.4.17. e H.4.18. constata-se que, em 2017, 52.94% das/os utentes ativas/os em tratamento estavam desocupadas/os há um ano ou mais (aos quais correspondiam 477 das/os 901 utentes ativas/os em tratamento) e 5.33% estavam desocupadas/os há menos de um ano. Mais de 1/5 (22.53% ou 203) das/os utentes ativas/os em tratamento tinham um trabalho estável ou regular.

Também se constata que ocorreu uma diminuição na percentagem de utentes ativas/os em tratamento desocupadas/os há um ano ou mais de 25.7% (de 642 para 477) e de utentes ativas/os com trabalho estável ou regular de 23.97% (de 267 para 203). O número de utentes ativas/os em tratamento que eram estudantes ou estavam em formação também diminuiu 32.14% (de 28 para 19) e a percentagem de utentes ativas/os em tratamento reformadas/os com pensão social por invalidez aumentou 38.1% (de 21 para 29).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA

As Figuras H.4.30. e H.4.31. apresentam a informação sobre os **níveis de escolaridade das/os utentes ativos/os em tratamento, com consumo de heroína.**

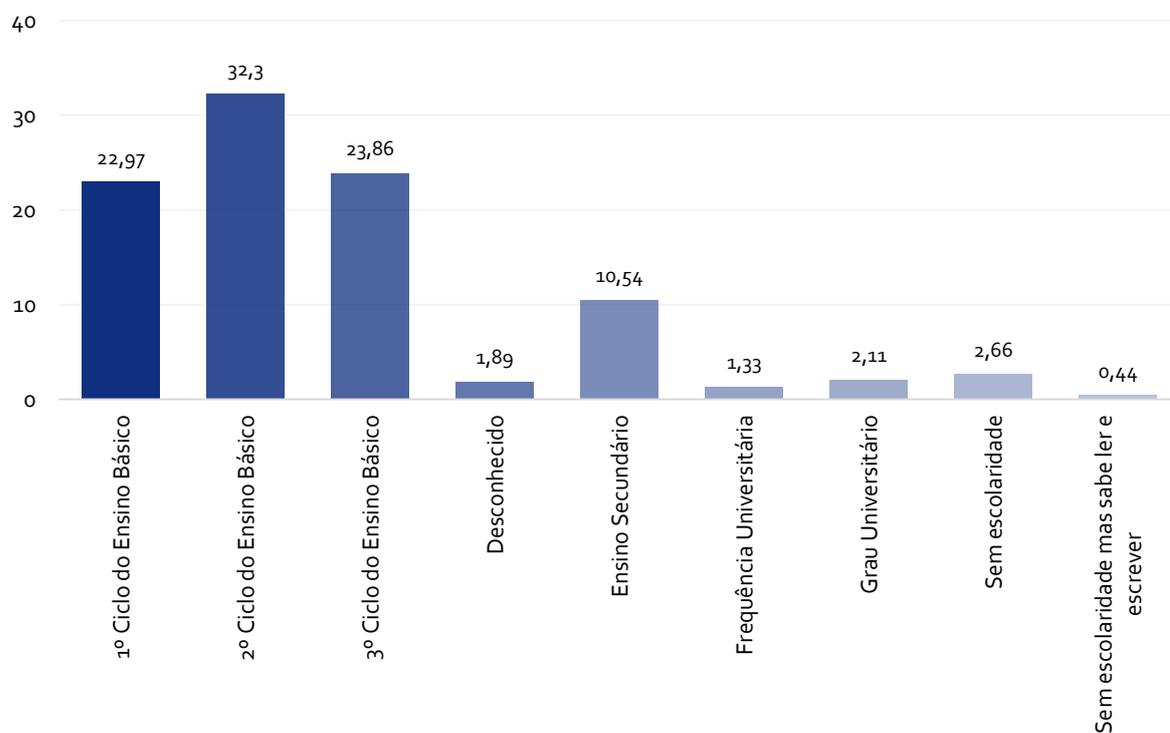


Figura H.4.19. Utentes ativos/os em tratamento com consumo de heroína, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

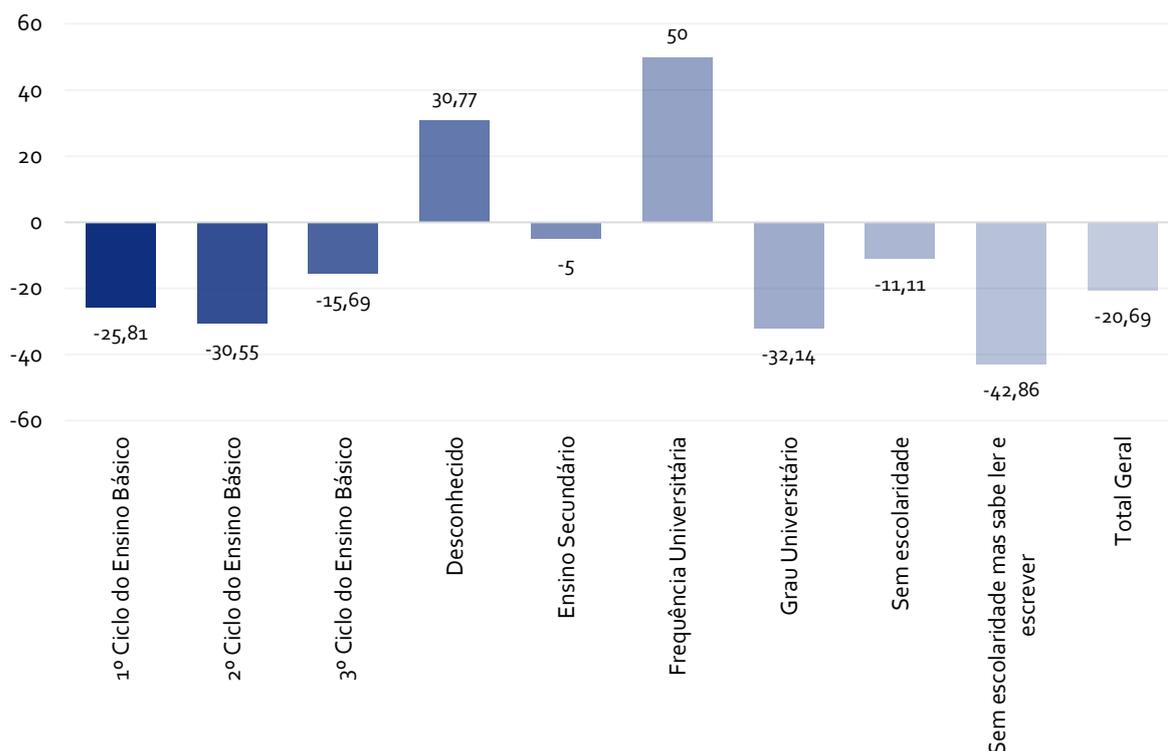


Figura H.4.20. Variação das/os utentes ativos em tratamento com consumo de heroína, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando as Figuras H.4.19. e H.4.20. verifica-se que 79.13% das/os utentes ativas/os em tratamento tinham até ao 3º ciclo de escolaridade: 22.97% (207) com o 1º ciclo; 32.3% (291) com 2º ciclo; 23.86% (215) com 3º ciclo; 2.66% (24) não tinham nenhum grau de escolaridade completo e 2.11% (19) tinham o ensino superior.

Relativamente à evolução ocorrida entre 2012 e 2017, constata-se que ocorreu uma diminuição na percentagem de utentes ativas/os para todos os níveis de escolaridade, entre os 11.11% (de 27 para 24 utentes ativas/os, sem nenhum grau de escolaridade) e os 42.86% (de sete para quatro utentes ativas/os, sem nenhum grau de escolaridade, mas que sabem ler e escrever). Em termos absolutos as maiores diminuições ocorreram nas/os utentes ativas/os com o 2º ciclo de escolaridade, onde ocorreu uma diminuição de 30.55% (de 419 para 291), seguida das/os utentes ativas/os com o 2º ciclo de escolaridade, com uma diminuição de 25.81% (de 279 para 207) e das/os utentes ativas/os com o 3º ciclo de escolaridade, com uma diminuição de 15.69% (de 225 para 215).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA

Apresenta-se nas Figuras H.4.21. e H.4.22. os dados referentes ao **tipo de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de heroína.**

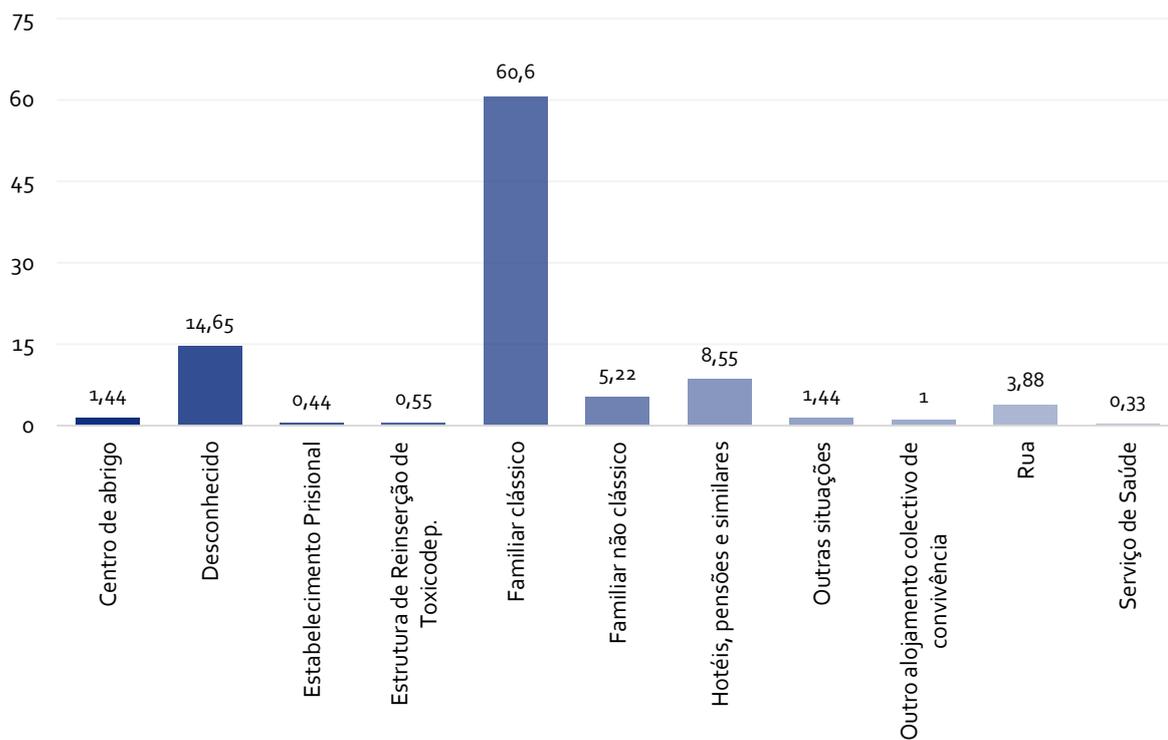


Figura H.4.21. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

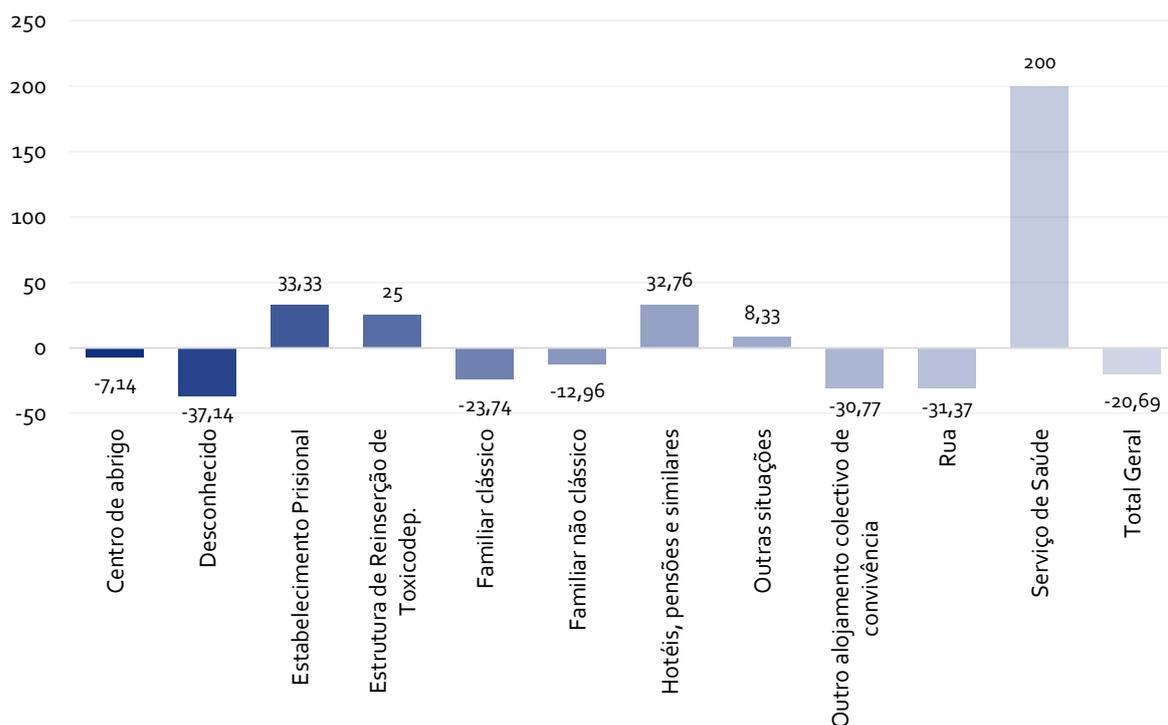


Figura H.4.22. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise das Figuras H.4.21. e H.4.22. verifica-se que, em 2017, 60.6% (546) das/os utentes ativas/os em tratamento residiam num alojamento familiar clássico, 8.55% (77) residiam em hotéis, pensões e similares, 5.22% (47) residiam num alojamento familiar não clássico e 3.88% (35) viviam na rua.

Na análise à evolução relativa à situação de alojamento constata-se que houve um aumento de utentes ativas/os em tratamento a residirem em hotéis, pensões e similares de 32.76% (de 58, em 2012 para 77, em 2017). Também ocorreram algumas diminuições para algumas situações de alojamento, nomeadamente, menos 31.37% de utentes ativas/os em tratamento residiam na rua (51, em 2012 e 35, em 2017), menos 30.77% de utentes ativas/os em tratamento residiam noutro alojamento coletivo de convivência (13, em 2012 e nove, em 2017) e menos 23.74% de utentes ativas/os em tratamento residiam em alojamentos familiares clássicos (716, em 2012 e 546, em 2017).

FORNECIDA DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE HEROÍNA

Encerra-se o perfil das/os utentes ativas/os em tratamento, com **consumo de heroína**, com a apresentação nas Figuras H.4.23. e H.4.24. dos dados relativos à **fonte de referenciação** destas/es utentes.

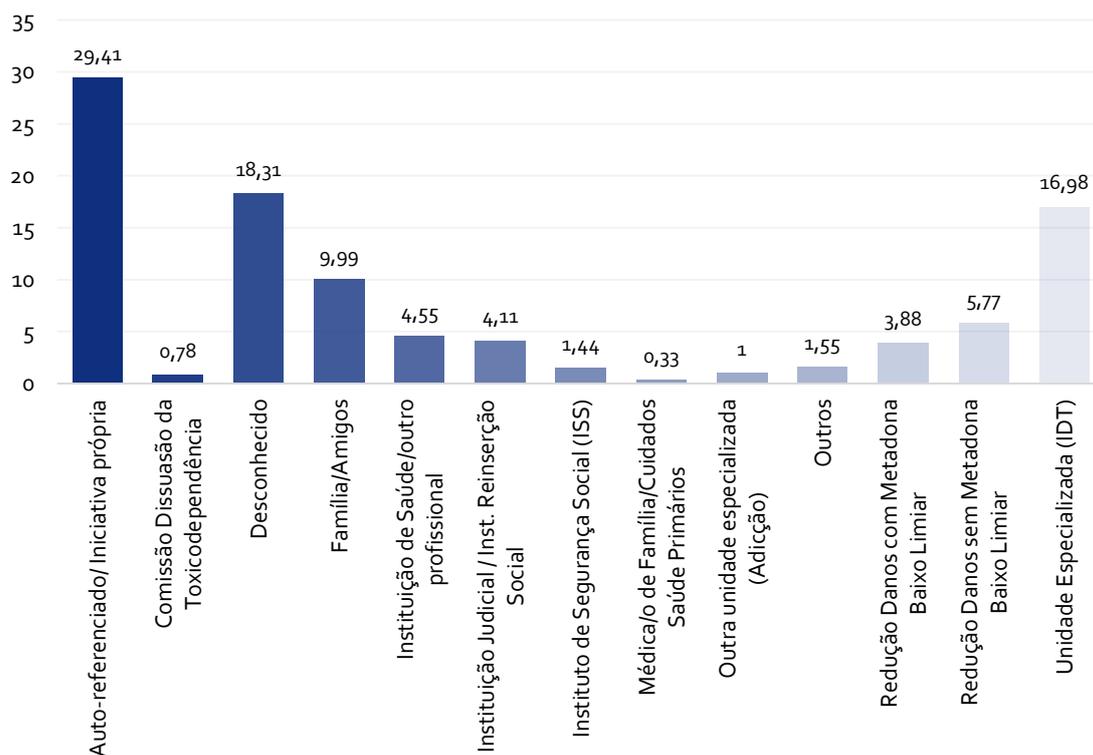


Figura H.4.23. Uteses ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

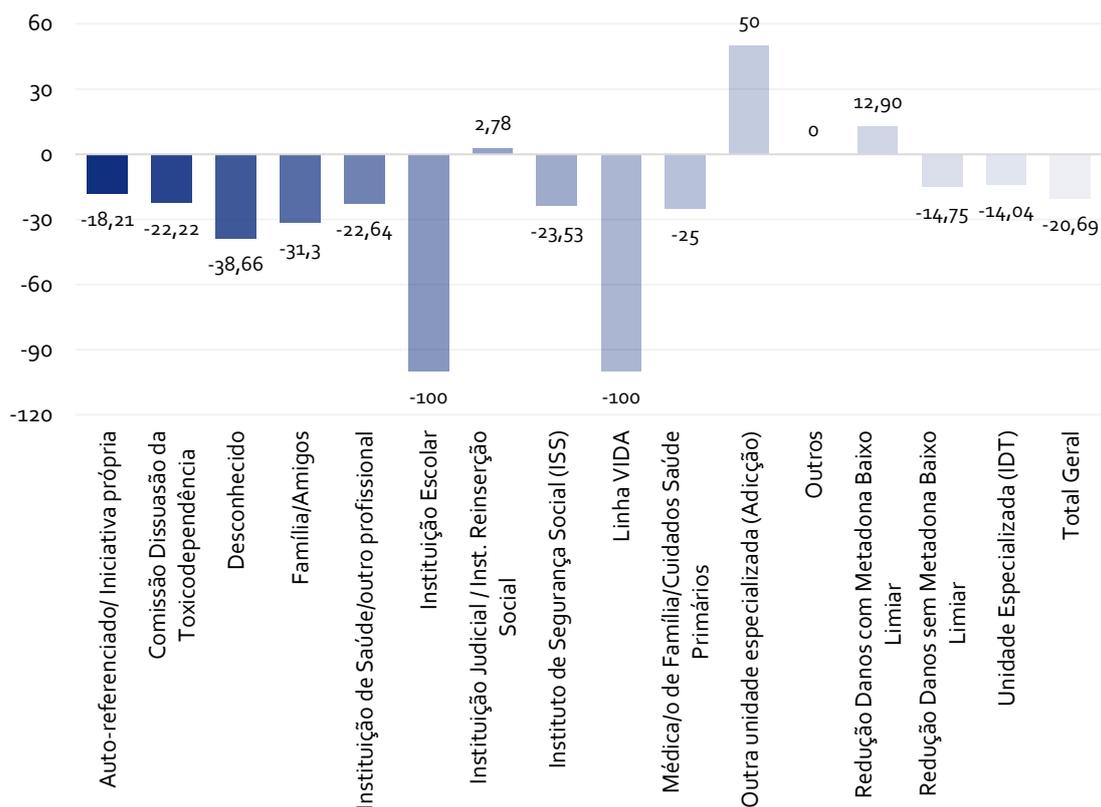


Figura H.4.24. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, por fonte de referênciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando as Figuras H.4.23. e H.4.24. constata-se que as principais fontes de referênciação de utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, em 2017, foram, em primeiro lugar, a Autorreferenciação, em 29.41% (265) dos casos, seguida das Unidades Especializadas (IDT), em 16.98% (153) das referenciações e da Família/Amigos, em 9.99% (90) dos casos.

Na análise da evolução ocorrida, entre 2012 e 2017, há a destacar uma diminuição de 31.3% no número de referenciações feitas pela Família/Amigos (de 131, em 2012 para 90, em 2017), outra diminuição de 18.21% no número de Autorreferenciações (324, em 2012 e 265, em 2017) e ainda uma diminuição de 14.04% no número de referenciações feitas pelas Unidades Especializadas (IDT) (178 referenciações, em 2012 e 153 referenciações, em 2017).

Seguidamente, apresenta-se um conjunto de dados relativos às/aos utentes ativas/os em tratamento com consumo principal de álcool.

SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL

As Figuras H.4.23. e H.4.24. apresentam os dados relativos ao cruzamento entre o **sexo e a faixa etária das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de álcool.**

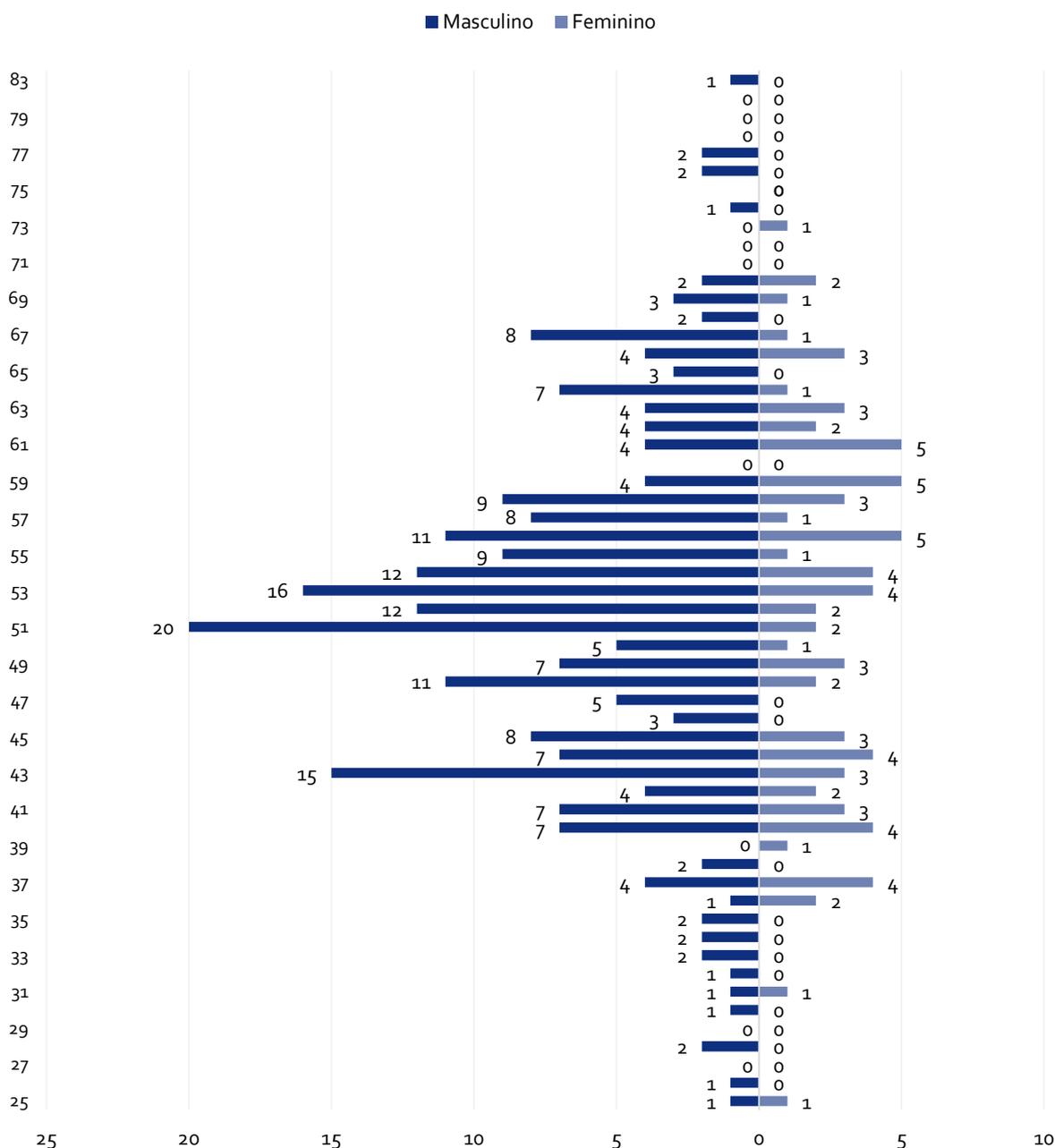


Figura H.4.25. Utentes ativos/os em tratamento com consumo de álcool, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.25. constata-se que o número de utentes ativos do sexo masculino com consumo de álcool era superior ao número de utentes ativos do sexo feminino com consumo de

álcool. De facto, do total de 327 utentes ativas/os, apenas 32.39% (80) eram utentes ativas em tratamento do sexo feminino.

Também se constata que existiam utentes ativos em tratamento do sexo masculino com idade a partir dos 25 anos, enquanto as utentes ativas do sexo feminino tinham idade a partir dos 31 anos. A utente ativa do sexo feminino com mais idade tinha 73 anos de idade e o utente ativo do sexo masculino com mais idade tinha 83 anos.

Finalmente, constata-se que a maioria das utentes ativas do sexo feminino se concentravam entre os 36 anos (duas utentes com 36 anos) e os 64 anos (uma utente com 64 anos), perfazendo 70, das 80 (ou 87.5%) utentes ativas em tratamento do sexo feminino e nos utentes ativos do sexo masculino, a maioria dos casos concentravam-se entre os 40 anos (sete utentes com 40 anos) e os 67 anos (oito utentes com 67 anos), perfazendo 214, dos 247 (ou 87.3%) utentes ativos em tratamento do sexo masculino.

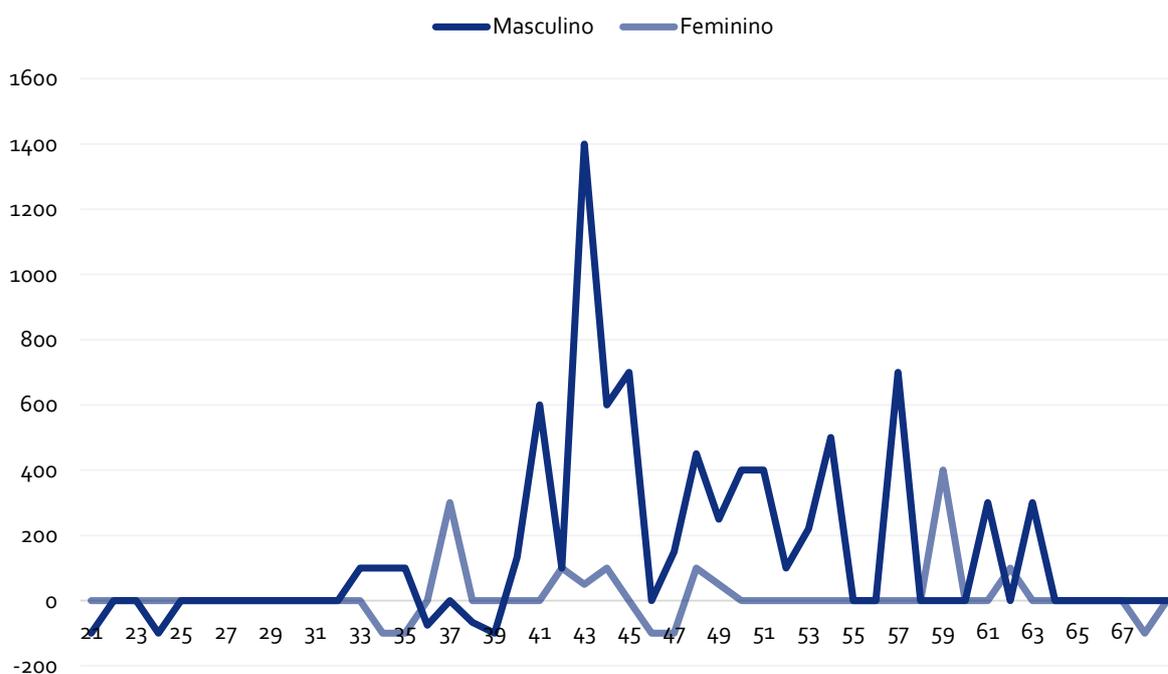


Figura H.4.26. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Ao contrário do que ocorreu com as/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, nas/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool ocorreu, entre 2012 e 2017, um aumento, de quase 325% no número de utentes ativas/os com consumo de álcool em tratamento, de 77, em 2012 para 327, em 2017. Este aumento foi de 263.63%, nas utentes ativas do sexo

feminino (de 22 para 80) e de 349.09%, nos utentes ativos do sexo masculino (de 55 para 247) (cf. Figura H.4.37.).

Nas utentes ativas do sexo feminino, entre 2012 e 2017, houve uma diminuição na idade da utente ativa em tratamento com menos idade, que passou dos 34 anos, em 2012 para os 25 anos, em 2017. Também aumentou em quatro anos a idade da utente ativa em tratamento com mais idade (69 anos, em 2012 e 73 anos, em 2017). Com algumas poucas exceções, aumentou o número de utentes ativas em tratamento em 2017 para todas as idades (exceto nas idades dos 34, 35, 46, 47 e 68 anos) (cf. Figura H.4.26.).

Nos utentes ativos do sexo masculino, ocorreu um aumento na idade dos utentes ativos em tratamento com menos idade, que passou dos 21 anos, em 2012 para os 25 anos, em 2017 e o utente ativo em tratamento com mais idade em 2012, era 20 anos mais novo, do que o utente ativo com mais idade em 2017 (63 anos, em 2012 e 83 anos, em 2017). Finalmente, o número de utentes ativos em tratamento aumentou, entre 2012 e 2017, para todas as idades a partir dos 33 anos (exceto aos 36, 38 e 39 anos) (cf. Figura H.4.26.).

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL

O Quadro H.4.12 e a Figura H.4.27 apresentam os dados referentes à **situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de álcool.**

	Álcool	Álcool - Abuso	Álcool - Consumo de risco	Álcool - Dependência	Álcool - Uso moderado
Desocupada/o há menos de um ano	1	8	1	18	2
Desocupada/o há um ano ou mais	-	8	5	9	2
Doméstica/o	10	32	11	72	6
Estudante/ Formação Profissional	-	-	-	1	-
Outra situação	-	1	1	-	-
Reformada/o Pensão Social por idade	1	-	3	4	-
Reformada/o Pensão Social por invalidez	-	8	4	10	2
Trabalho estável/regular	-	5	3	14	1
Trabalho ocasional	3	33	6	33	4
Desconhecido	2	1	-	1	1
Total (N)	17	96	34	162	18

Quadro H.4.12. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação profissional, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Das/os 327 utentes ativas/os com consumo de álcool em tratamento, 258 tinham ou abuso de álcool (96) ou dependência de álcool (162), o que englobava 78.9% das/os utentes ativas/os em tratamento.

Para estes dois tipos de utentes ativas/os com consumo de álcool em tratamento, as situações profissionais predominantes eram “desocupada/o há um ano ou mais” (32 e 72, respetivamente para “abuso” e “dependência”) e trabalho estável/regular (33 para cada situação profissional) (cf. Quadro H.4.12.).

Na análise longitudinal, tal como se pode observar na Figura H.4.27., constata-se que para os dois tipos de consumo de álcool mais prevalentes – o abuso de álcool e a dependência de álcool – também aumentou o número de utentes ativas/os em tratamento, em diferentes situações

profissionais. Assim, e para as/os utentes ativas/os com abuso de álcool, existiam, em 2017, mais 300% de utentes ativas/os com abuso de álcool em tratamento desocupadas/os há um ano ou mais, do que em 2012 (oito, em 2012 e 32, em 2017) e mais 1000% de utentes ativas/os em tratamento com trabalho estável ou regular (três, em 2012 e 33, em 2017).

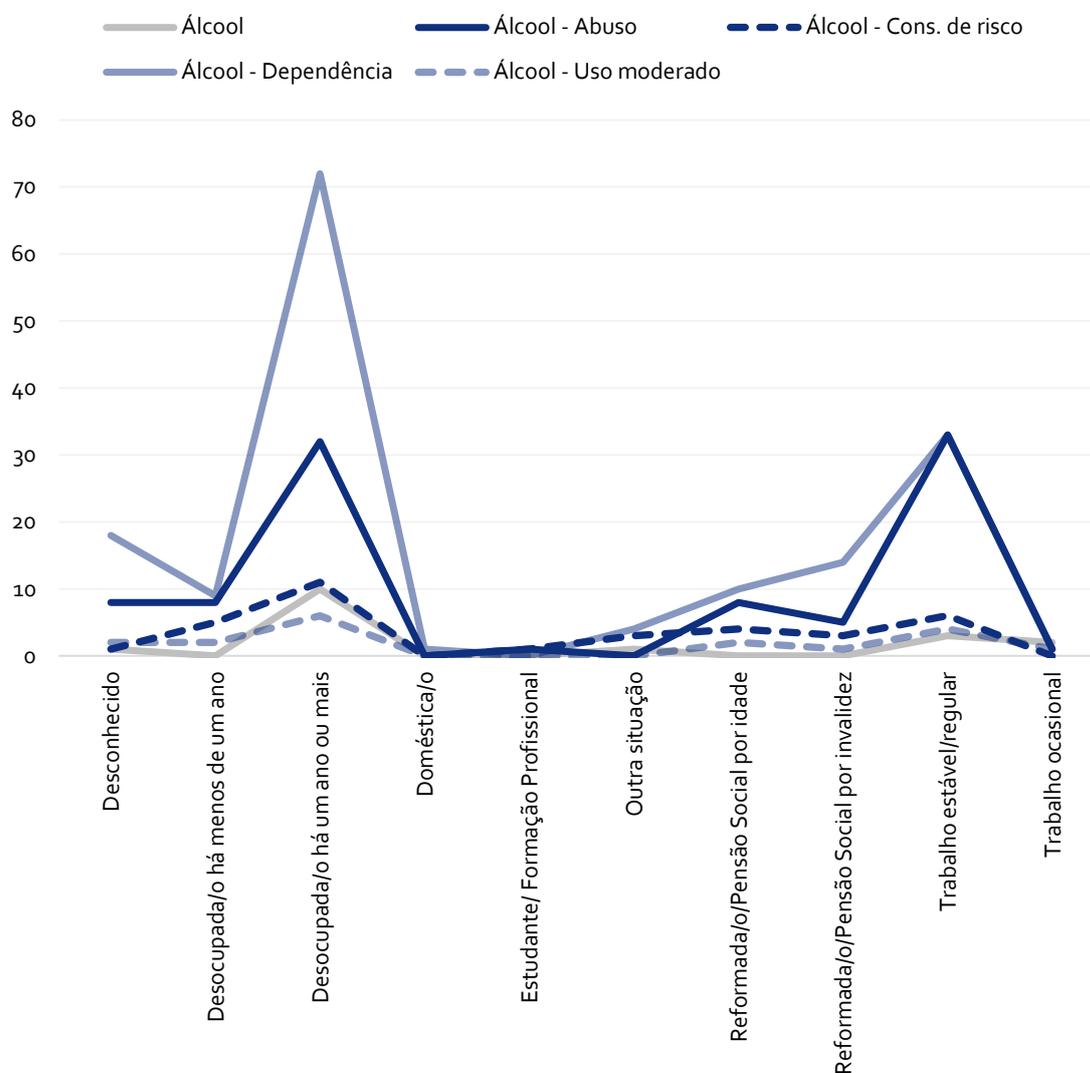


Figura H.4.27. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Nas/os utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool, existiam, em 2017, mais 620% de utentes ativas/os em tratamento desocupadas/os há um ano ou mais, do que em 2012 (10, em 2012 e 72, em 2017) e mais 725% de utentes ativas/os em tratamento com trabalho estável ou regular (quatro, em 2012 e 33, em 2017).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL

O Quadro H.4.13 e a Figura H.4.28. apresentam os dados relativos aos **níveis de escolaridade das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de álcool.**

	Álcool	Álcool - Abuso	Álcool - Consumo de risco	Álcool - Dependência	Álcool - Uso moderado
Sem escolaridade	-	2	2	5	2
Sem escolaridade mas sabe ler e escrever	-	1	-	2	-
1º Ciclo do Ensino Básico	-	35	6	55	3
2º Ciclo do Ensino Básico	10	14	13	37	5
3º Ciclo do Ensino Básico	6	14	5	25	2
Ensino Secundário	-	17	2	18	3
Frequência Universitária	-	3	3	5	-
Grau Universitário	1	7	3	11	2
Desconhecido	-	3	-	4	1
Total (N)	17	96	34	162	18

Quadro H.4.13. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em número; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar – SICAD)

Da análise do Quadro H.4.13 e da Figura H.4.28. verifica-se que, das/os 96 utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool, 35 tinham o 1º ciclo de escolaridade, 14 tinham o 2º ciclo de escolaridade, 14 tinham o 3º ciclo de escolaridade e 17 tinham o ensino secundário. E dos 162 utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool, 55 possuíam o 1º ciclo de escolaridade, 37 tinham o 2º ciclo de escolaridade, 25 tinham o 3º ciclo de escolaridade e 18 possuíam o ensino secundário.

Na análise longitudinal, observaram-se também grandes aumentos no número de utentes ativas/os em tratamento, com os vários níveis de escolaridade. Assim, nas/os utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool, ocorreram aumentos de 483.33% no número de utentes ativas/os

em tratamento com o 1º ciclo de escolaridade (de seis para 35), de 366.66% nas/os utentes com o 2º ciclo de escolaridade (de três para 14), de 600% nas/os utentes com o 3º ciclo de escolaridade (de dois para 14) e de 750% nas/os utentes com o ensino secundário (de dois para 17).

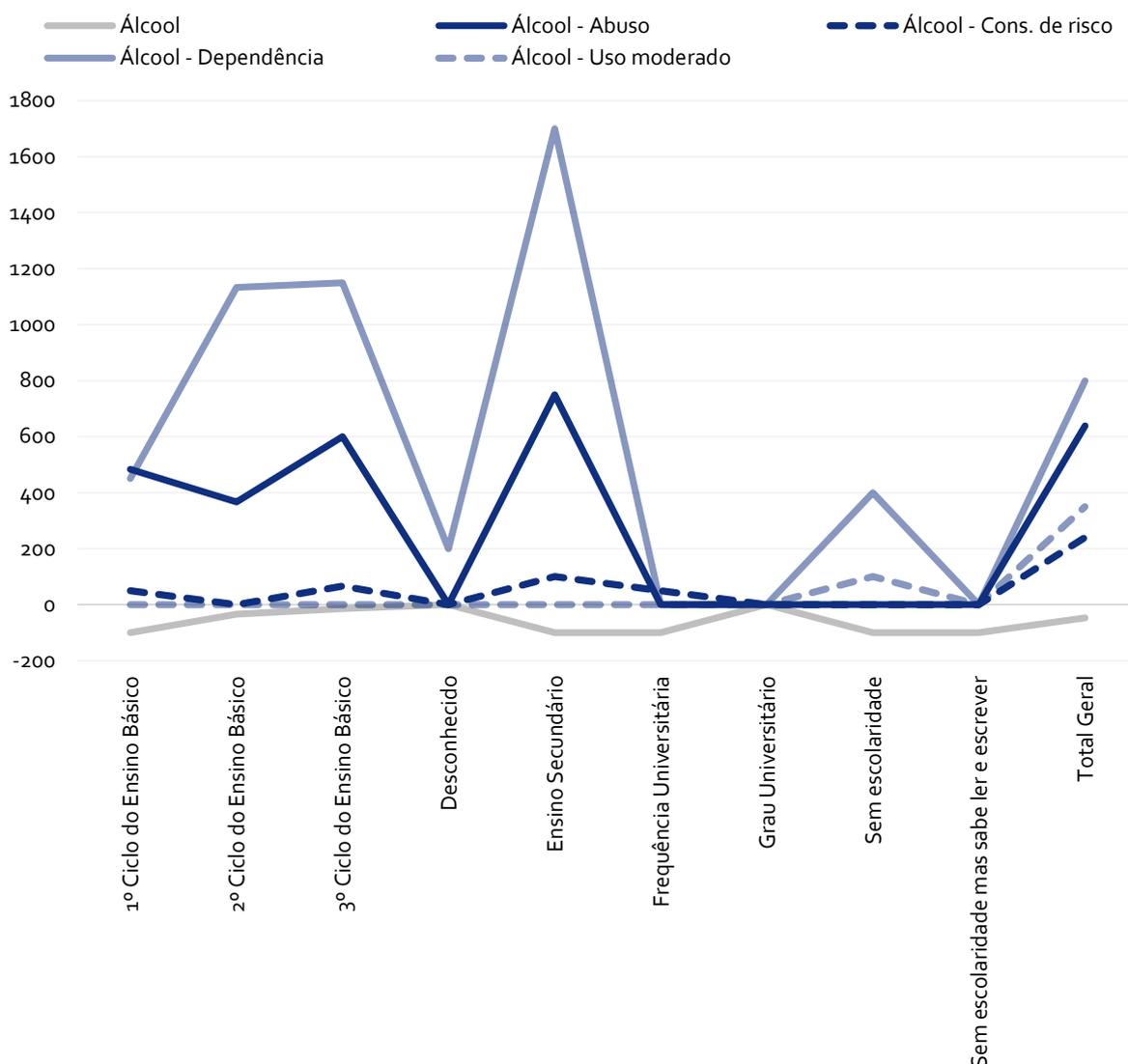


Figura H.4.28. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Nas/os utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool os aumentos foram de 450% nas/os utentes ativos em tratamento com o 1º ciclo de escolaridade (de 10 para 55), de 1 133.33% nas/os utentes ativas/os em tratamento com o 2º ciclo de escolaridade (de três para 37), de 1 150% nas/os utentes ativas/os em tratamento com o 3º ciclo de escolaridade (de dois/duas para 25) e de 1 700% nas/os utentes ativas/os em tratamento com o ensino secundário (de um/a para 18).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL

O Quadro H.4.14. e a Figura H.4.29. apresentam os dados que dizem respeito à **situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de álcool.**

	Álcool	Álcool - Abuso	Álcool - Cons. de risco	Álcool - Dependência	Álcool - Uso moderado
Centro de abrigo	-	-	-	-	-
Desconhecido	-	2	1	4	-
Estabelecimento Prisional	1	12	3	21	2
Estrutura de Reinserção de Toxicodependência	-	-	-	-	-
Familiar clássico	1	-	-	1	-
Familiar não clássico	12	75	29	112	13
Hotéis, pensões e similares	1	-	-	2	-
Outras situações	-	4	-	12	1
Outro alojamento coletivo de convivência	-	1	1	3	2
Rua	1	2	-	3	-
Serviço de Saúde	1	-	-	4	-
Total (N)	17	96	34	162	18

Quadro H.4.14. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando o Quadro H.4.14. e a Figura H.4.27. constata-se que, em 2017, das/os 96 utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool, 75 (78.13%) residiam em alojamentos familiares clássicos e das/os 162 utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool, 112 (69.14%) residiam em alojamentos familiares clássicos e 12 (7.41%) residiam em hotéis, pensões e similares.

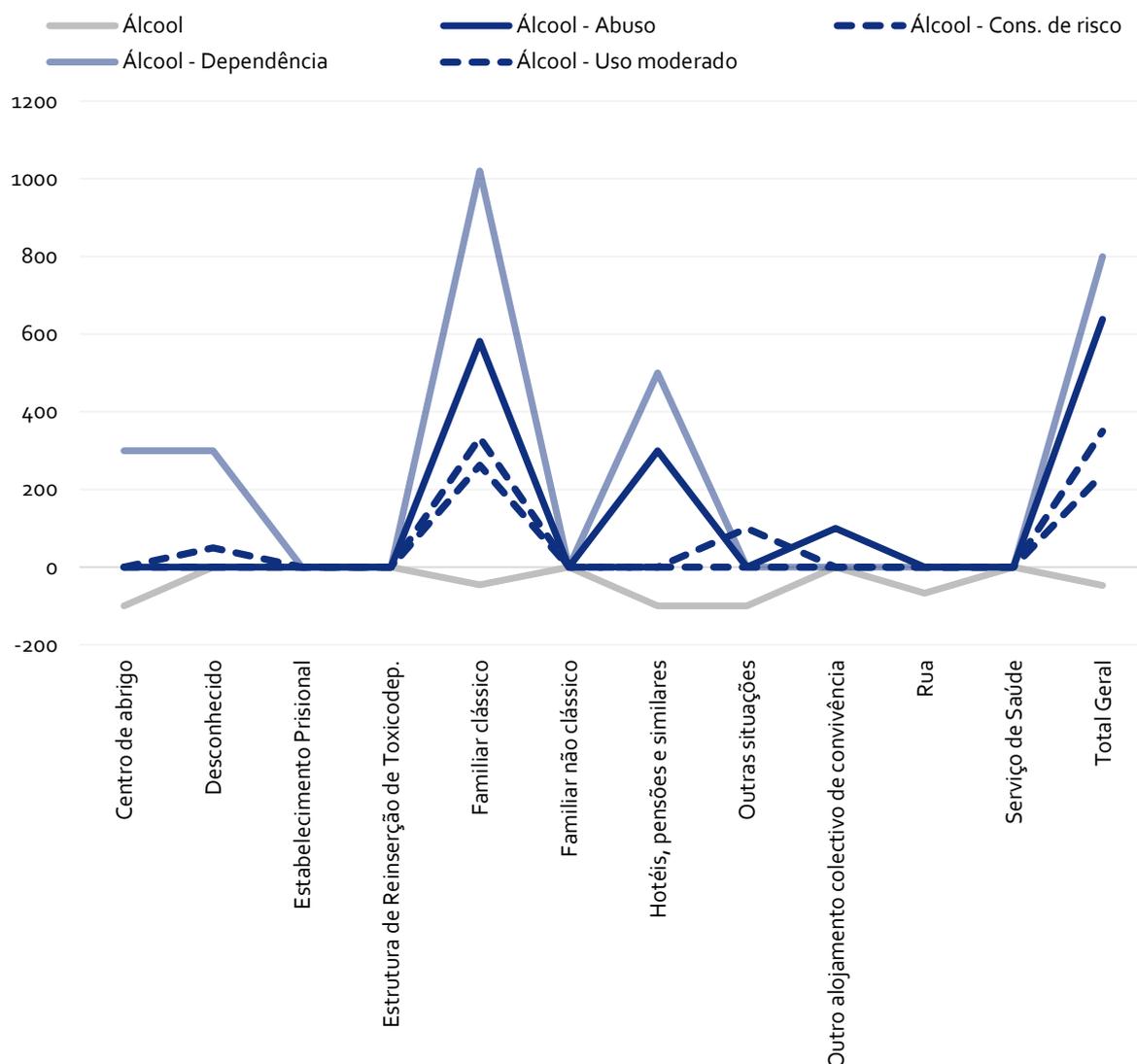


Figura H.4.29. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Entre 2012 e 2017, ocorreu um aumento de 781.82% no número de utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool a residirem em alojamento familiar clássico (de 11 para 75). Também ocorreu um aumento de 1 020% no número de utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool a residirem em alojamento familiar clássico (de 10 para 112) e ainda um aumento de 500% no número de utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool a residirem em hotéis, pensões e similares (de dois/duas para 12).

FUNTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE ÁLCOOL

Finalmente, apresentam-se no Quadro H.4.15 e na Figura H.4.30. os dados referentes à **fonte de referenciação das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de álcool**.

	Álcool	Álcool - Abuso	Álcool - Cons. de risco	Álcool - Dependência	Álcool - Uso moderado
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	3	16	7	29	2
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	1	2	-	-	2
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	-	-	-	-	-
Desconhecido	5	9	3	25	1
Família/Amigos	2	4	-	6	1
Grupos de Autoajuda	-	1	-	1	-
Instituição de Saúde/outro profissional	3	11	5	24	3
Instituição Escolar					
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	-	13	6	15	5
Instituto de Segurança Social (ISS)	1	-	-	2	-
Linha VIDA Médica/o de Família/Cuidados Saúde Primários	-	26	9	37	1
Outra unidade especializada (Adição)	-	1	-	1	-
Outros	-	9	2	8	2
Programa STOP					
Redução Danos com Metadona Baixo Limiar	-	-	-	2	-
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	-	-	1	-	1
Unidade Especializada (IDT)	2	4	1	12	-
Total (N)	17	96	34	162	18

Quadro H.4.15. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise do Quadro H.4.15 e da Figura H.4.30. verifica-se que nas/os utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool, a primeira fonte de referenciação era a/o Médica/o de Família/Cuidados de Saúde Primários, com 26 referenciações (27.08%), seguida das CPCJs, com 16

referenciações (16.66%) e das Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 13 referenciações (13.54%).

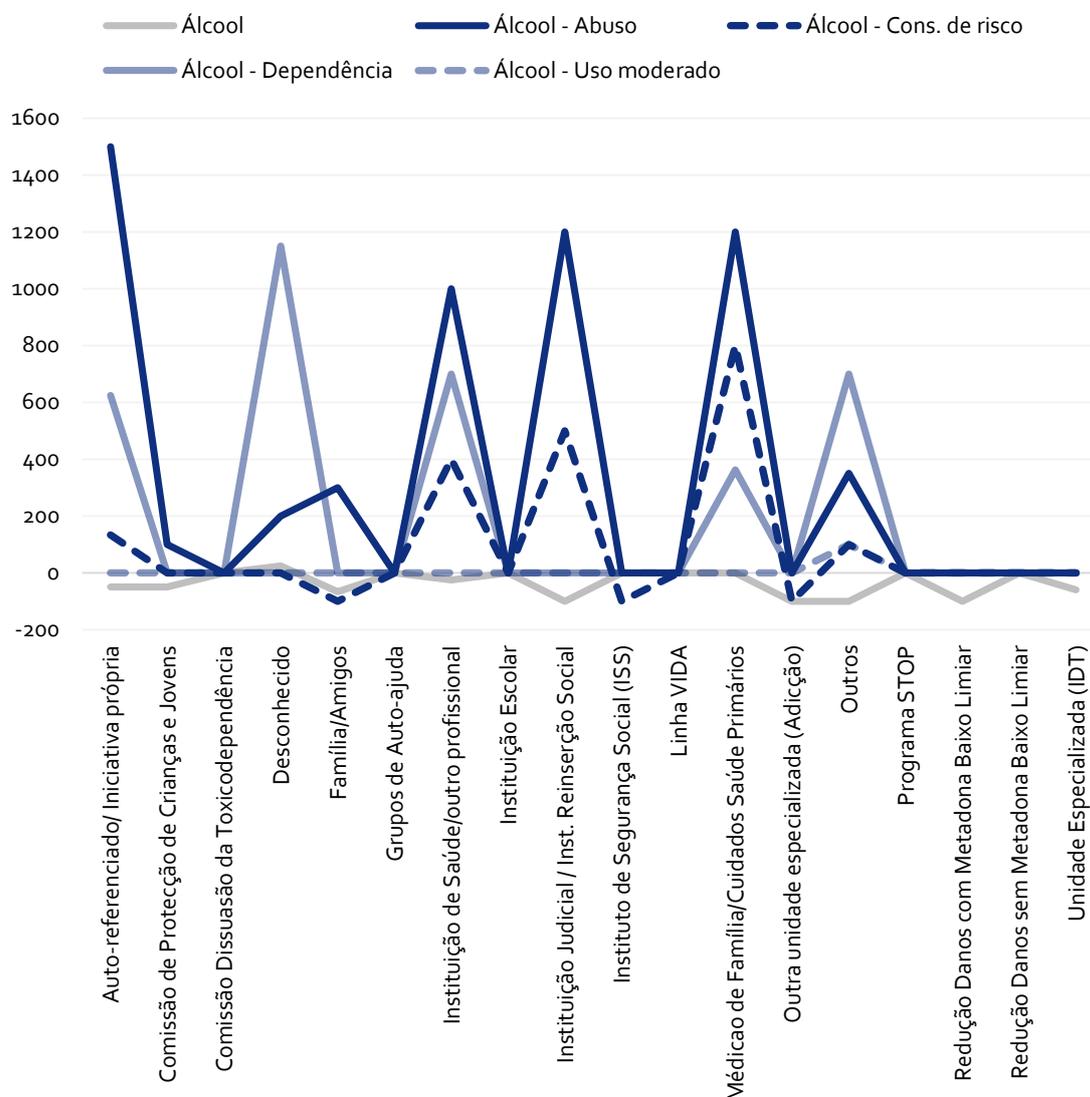


Figura H.4.30. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool, por fonte de referenciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Nas/os utentes ativas/os em tratamento com dependência de álcool, a primeira fonte de referenciação era a/o Médica/o de Família/Cuidados de Saúde Primários, com 37 referenciações (22.84%), seguida da Autorreferenciação, com 29 referenciações (17.9%) e das Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 24 referenciações (14.81%).

Em termos de evolução ocorrida, entre 2012 e 2017, nas/os utentes ativas/os em tratamento com abuso de álcool houve um aumento de 1 200% nas referenciações feitas pelas/os Médicas/os de

Família/Cuidados de Saúde Primários (de duas para 26 referências). Nas/os utentes ativos/os em tratamento com dependência de álcool, houve um aumento de 362.5% nas referências feitas pelas/os Médicas/os de Família/Cuidados de Saúde Primários (de oito para 37 referências) e de 625% nas Autorreferências (de quatro para 29 referências).

A seguir apresentamos um conjunto de dados relativos aos/às utentes ativos em tratamento com consumo principal de cocaína.

SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA

Tal como feito anteriormente, inicia-se com a apresentação nas Figuras H.4.31. e H.4.32. dos dados relativos ao cruzamento entre o **sexo e a faixa etária das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cocaína.**

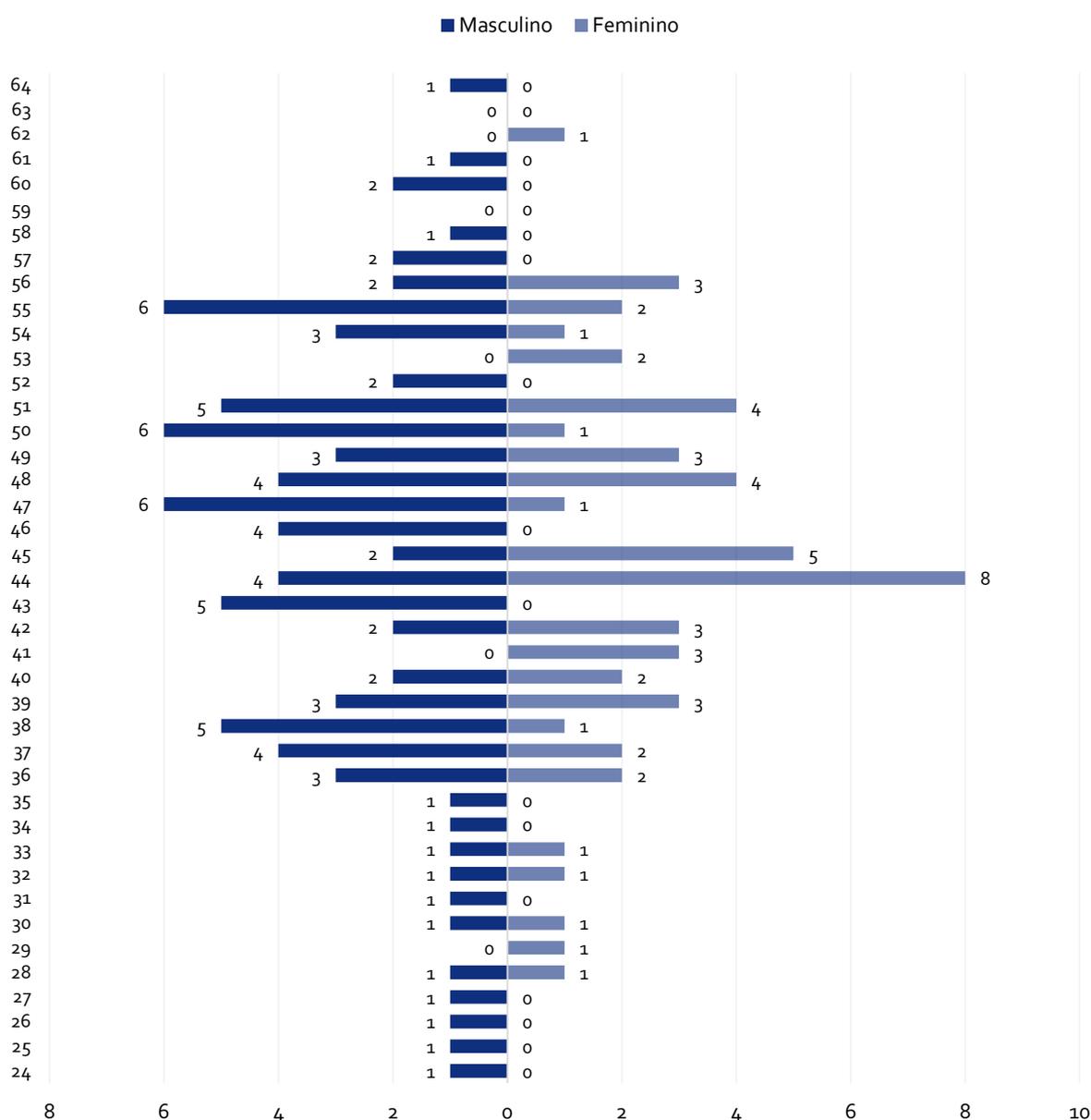


Figura H.4.31. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.31. constata-se que, à semelhança das SPA anteriormente apresentadas, o número de utentes ativos do sexo masculino com consumo de cocaína era superior ao número

de utentes ativas do sexo feminino. De facto, do total de 145 utentes ativas/os, 61.38% (89) eram utentes ativos do sexo masculino.

Existiam utentes ativos em tratamento do sexo masculino com idades a partir dos 24 anos, enquanto nas utentes ativas do sexo feminino era a partir dos 28 anos. A utente ativa do sexo feminino com mais idade tinha 62 anos de idade e o utente ativo do sexo masculino com mais idade tinha 64 anos.

Quase 90% das utentes ativas do sexo feminino concentravam-se entre os 36 anos (duas utentes com 36 anos de idade) e os 56 anos (três utentes com 56 anos de idade), perfazendo 50, das 56 utentes ativas em tratamento do sexo feminino e nos utentes ativos do sexo masculino, a maioria dos utentes tinham idades entre os 30 anos (um utente com 30 anos) e os 58 anos (um utente com 58 anos), perfazendo 80, dos 89 utentes ativos em tratamento do sexo masculino.

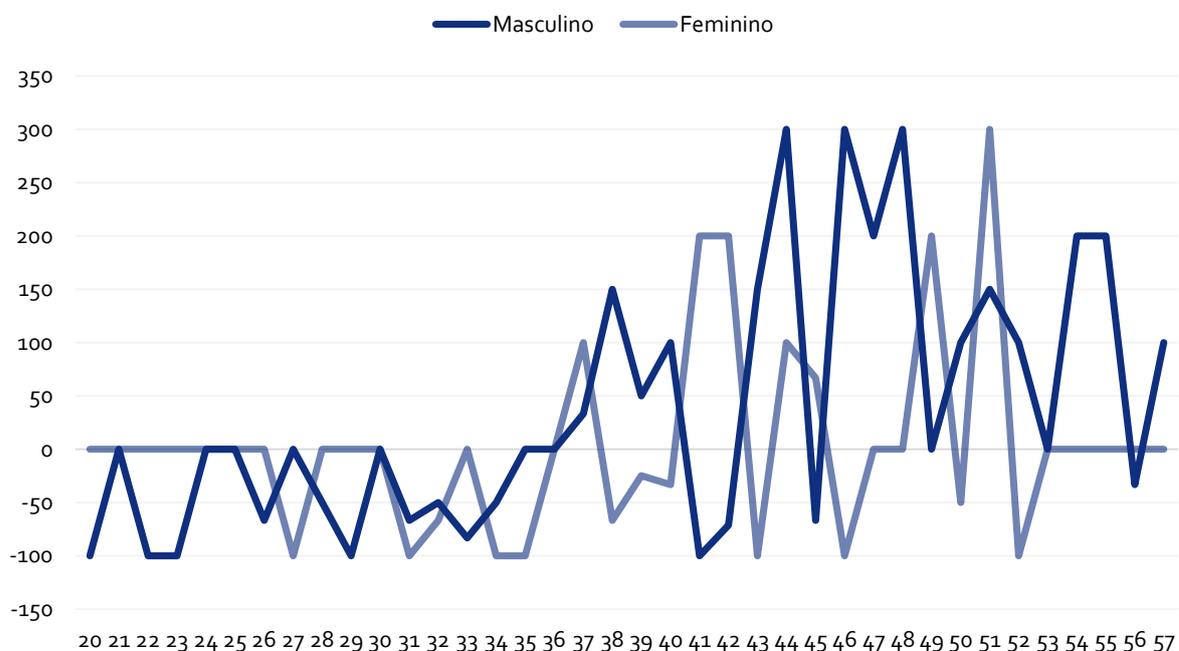


Figura H.4.32. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Entre 2012 e 2017, assistiu-se a um incremento global de 21.85% nas/os utentes ativas/os com consumo de cocaína (de 119, em 2012 para 145, em 2017), que foi de 24.44%, nas utentes ativas do sexo feminino (de 45 para 56) e de 20.27%, nos utentes ativos do sexo masculino (de 74 para 89).

Observando a Figura H.4.32. verifica-se que nas utentes ativas com consumo de cocaína em tratamento do sexo feminino, entre 2012 e 2017, houve um aumento de um ano na idade da utente ativa em tratamento com menos idade, que passou dos 27 anos, em 2012 para os 28 anos, em 2017.

Também aumentou em oito anos a idade da utente ativa em tratamento com mais idade (54 anos, em 2012 e 62 anos, em 2017). E existiu uma tendência para uma diminuição no número de utentes ativas em tratamento do sexo feminino, nas idades até aos 40 anos, existindo a partir dos 41 anos uma tendência para um aumento no número de utentes ativas em tratamento do sexo feminino.

Nos utentes ativos do sexo masculino, ocorreu um aumento de quatro anos na idade dos utentes ativos em tratamento com menos idade, que passou dos 20 anos, em 2012 para os 24 anos, em 2017 e o utente ativo em tratamento com mais idade em 2012, era sete anos mais novo, do que o utente ativo com mais idade, em 2017 (57 anos, em 2012 e 64 anos, em 2017). Finalmente, houve uma tendência para diminuir o número de utentes ativos em tratamento até aos 34 anos de idade e uma tendência para um aumento no número de utentes ativos em tratamento a partir dos 35 anos de idade.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA

Apresenta-se nas Figuras H.4.33. e H.4.35. os dados relativos à **situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cocaína.**

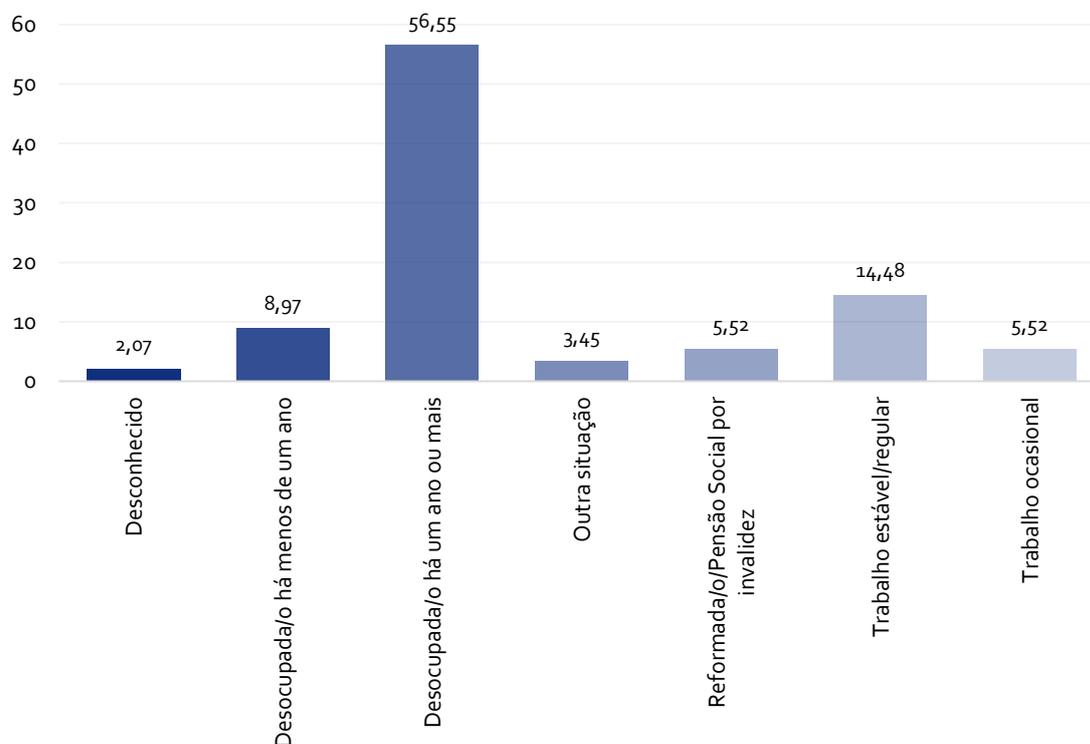


Figura H.4.33. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise da Figura H.4.33. constata-se que, em 2017, a situação profissional mais prevalente entre as/os utentes ativas/os com consumo de cocaína em tratamento era desocupada/o há um ano ou mais, com 56.55% dos casos (82), seguida de trabalho estável ou regular, com 14.48% (21 casos).

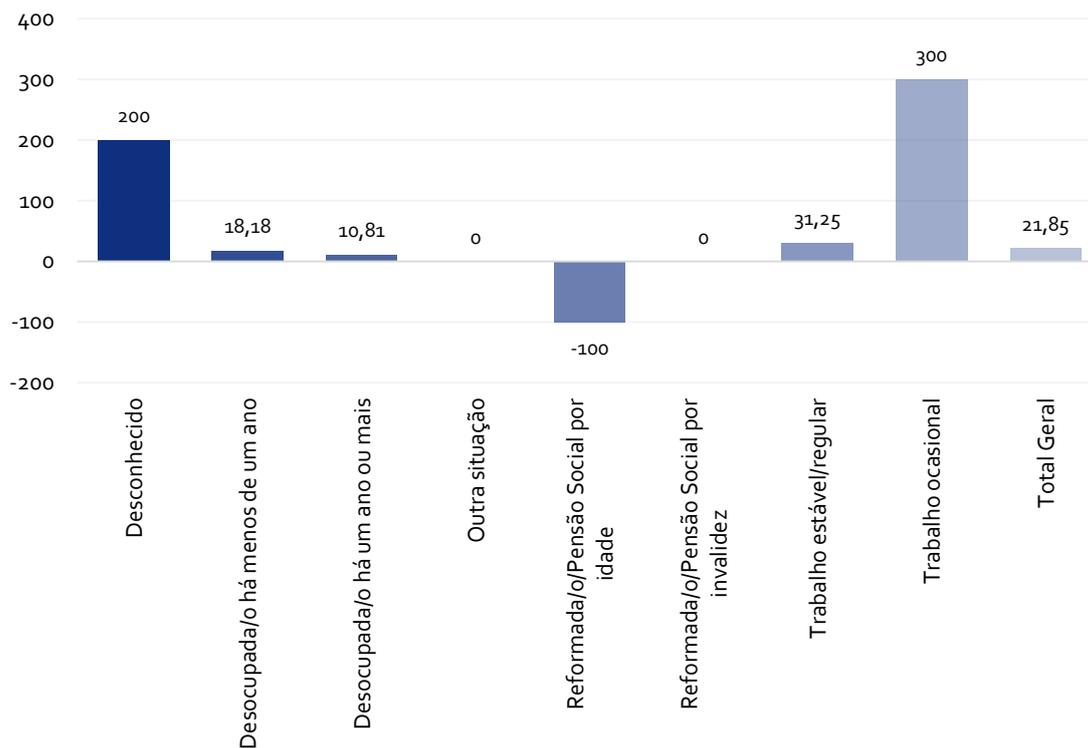


Figura H.4.34. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Em termos da evolução, e tal como se pode observar na Figura H.4.34., as maiores variações ocorreram para as/os utentes ativas/os em tratamento com trabalho estável ou regular, onde se assistiu a um aumento no número de utentes ativas/os de 31.25% (passaram de 16 utentes, em 2012 para 21 utentes, em 2017) e também para as/os utentes ativas/os em tratamento desocupadas/os há um ano ou mais, onde o aumento foi de 10.81% (de 74 para 82 utentes).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA

As Figuras H.4.35. e H.4.36. apresentam, em seguida, os dados relativos aos **níveis de escolaridade das/os utentes ativos/os em tratamento, com consumo de cocaína.**

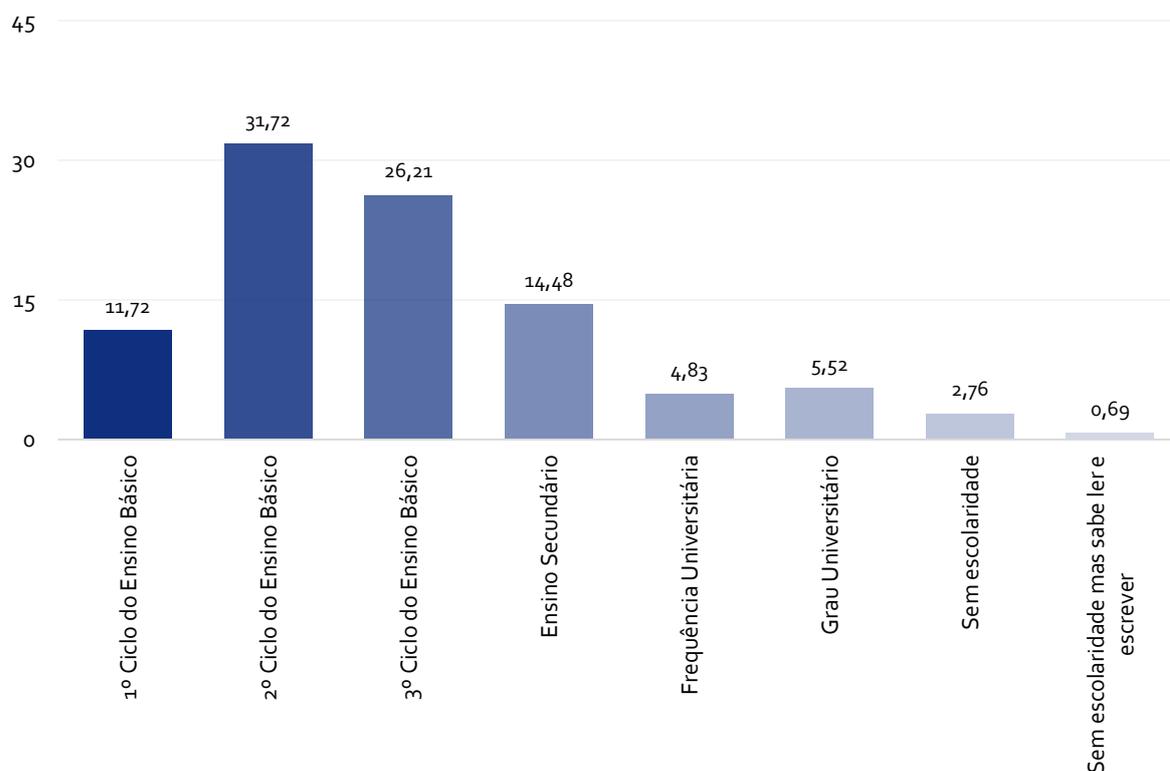


Figura H.4.35. Utentes ativos/os em tratamento com consumo de cocaína, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando as Figuras H.4.35. e H.4.36. constata-se que nos/nas utentes ativos/os em tratamento, os níveis de escolaridade mais prevalentes, em 2017, eram o 2º ciclo de escolaridade, com 31.72% (46 utentes), seguido do 3º ciclo de escolaridade, com 26.21% (38 utentes) e do ensino secundário, com 14.48% (21 utentes).

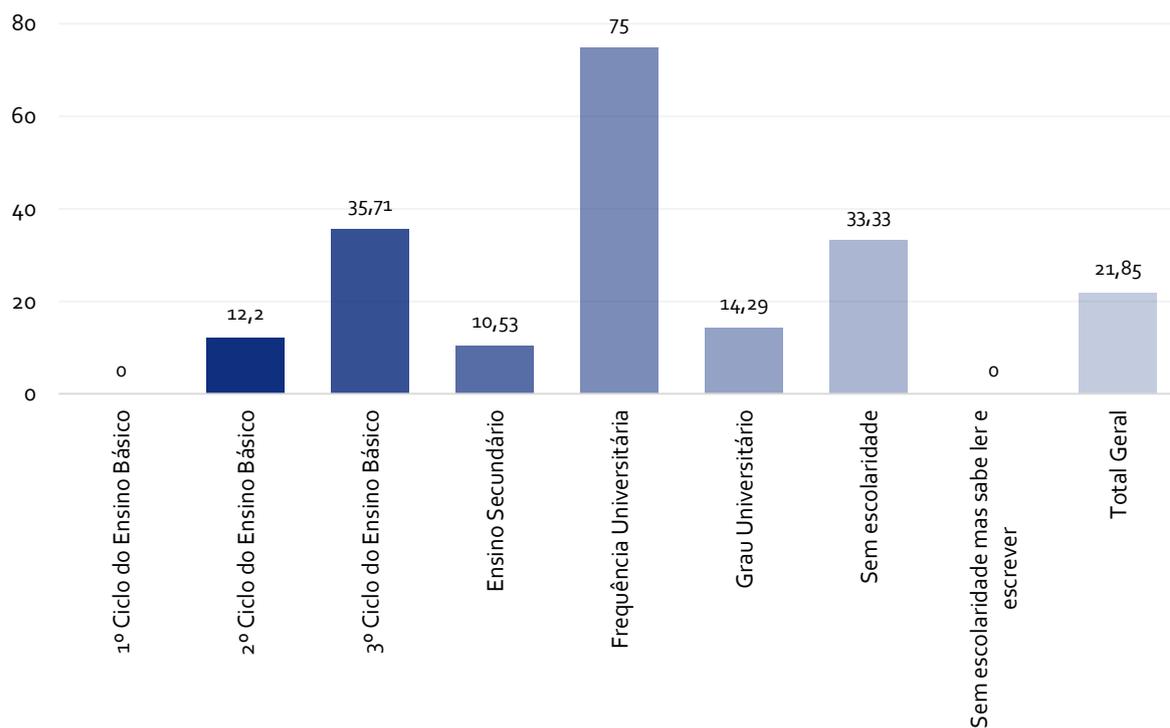


Figura H.4.36. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Em termos do padrão evolutivo, entre 2012 e 2017, ocorreram incrementos no número de utentes ativas/os em tratamento, com o 2º ciclo de escolaridade, de 12.2% (de 41 para 46 utentes), com o 3º ciclo de escolaridade, de 35.71% (de 28 para 38 utentes) e com o ensino secundário, de 10.53% (de 19 para 21 utentes).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA

As Figuras H.4.37. e H.4.38. apresentam os dados referentes à **situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cocaína.**

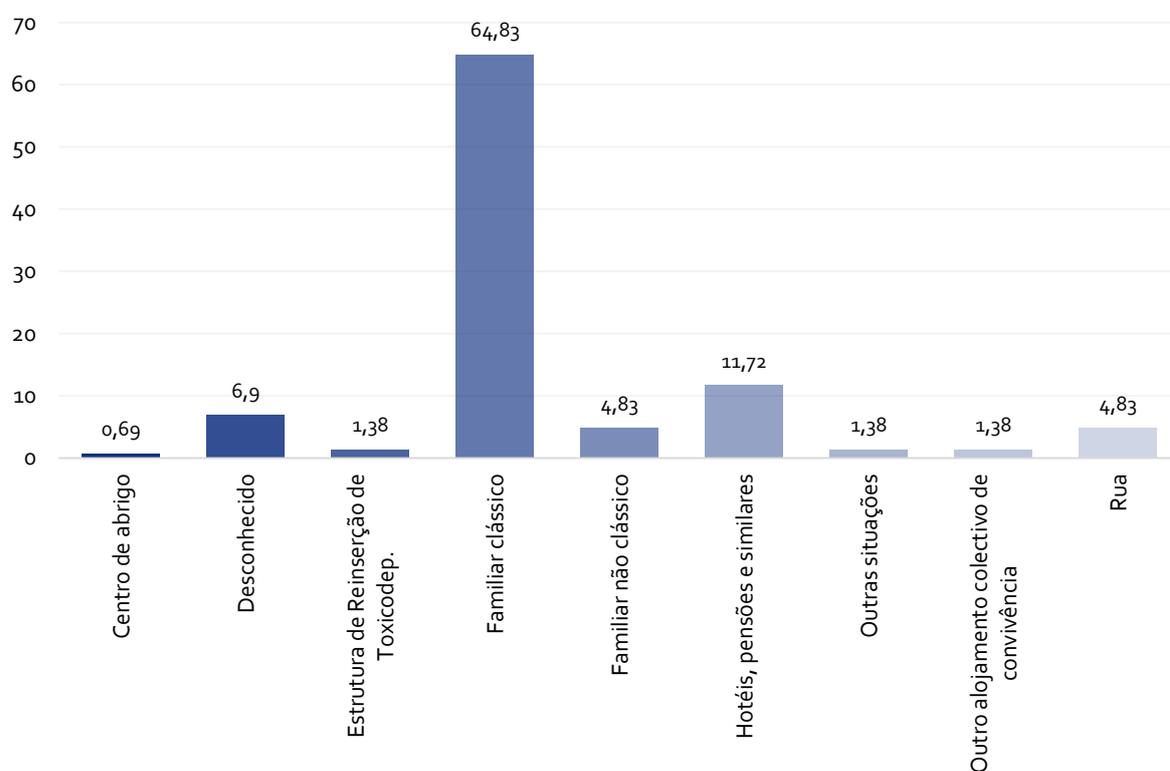


Figura H.4.37. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Observando as Figuras H.4.37. e H.4.38. verifica-se que, em 2017, as situações de alojamento mais frequentes nas/os utentes ativas/os em tratamento eram o alojamento familiar clássico, com 64.83% (94 das/os utentes), seguido dos hotéis, pensões e similares, com 11.72% (17 das/os utentes).

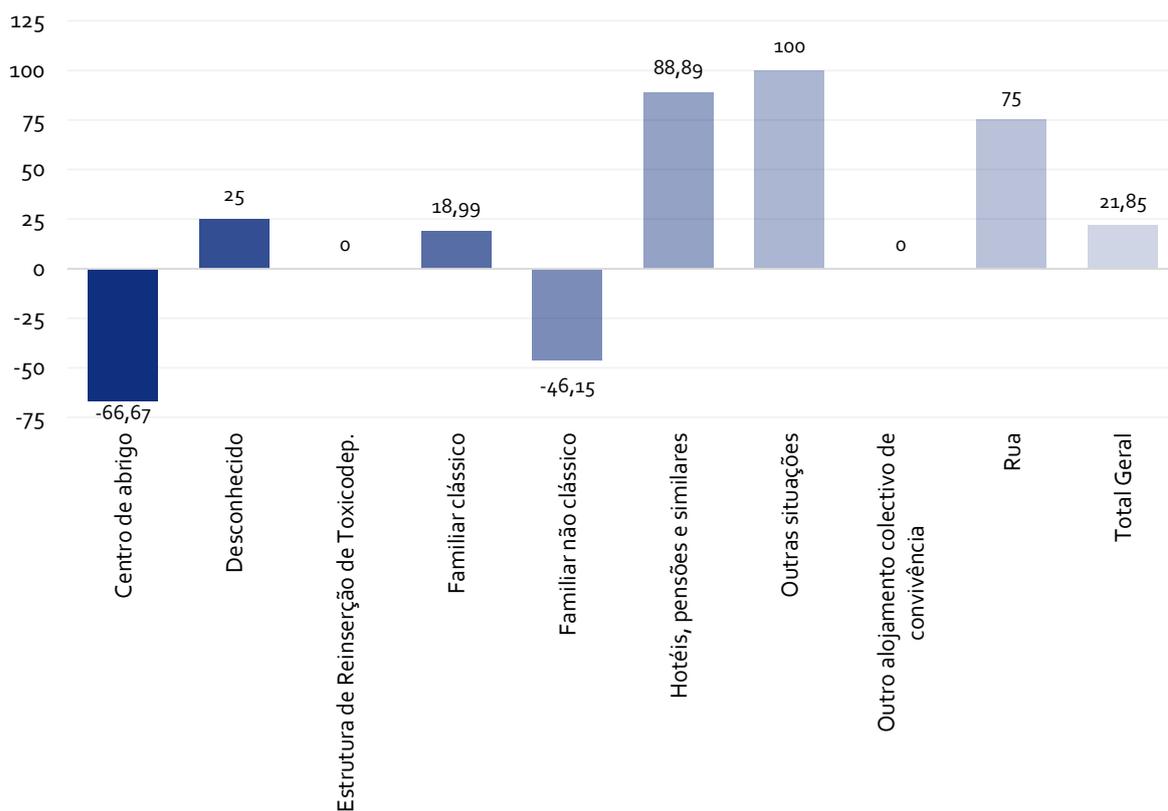


Figura H.4.38. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Entre 2012 e 2017, assistiu-se a um incremento no número de utentes ativas/os em tratamento em alojamentos familiares clássicos de 18.99% (de 79 para 94) e em hotéis, pensões e similares, de 88.89% (de nove para 17) e uma diminuição no número de utentes ativas/os em tratamento em alojamentos familiares não clássicos, de 46.15% (de 13 para sete).

FUNTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE COCAÍNA

Finalmente, as Figuras H.4.39. e H.4.40. apresentam alguns dados sobre a **fonte de referenciação das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cocaína.**

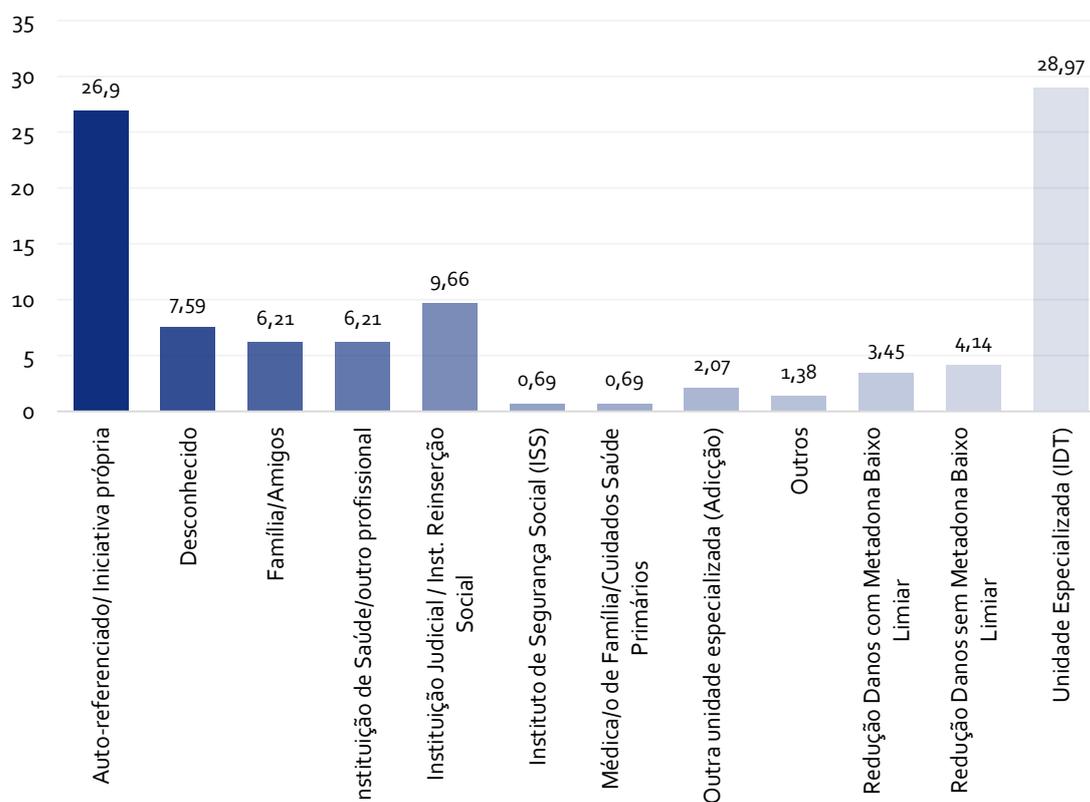


Figura H.4.39. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Da análise das Figuras H.4.39. e H.4.40. observa-se que, em 2017, as principais fontes de referenciação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína foram, em primeiro lugar, as Unidades Especializadas (IDT), com 28.97% das referenciações (42 referenciações), seguidas da Autorreferenciação, com 26.9% das referenciações (39 referenciações) e depois das Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 9.66% das referenciações (14 referenciações).

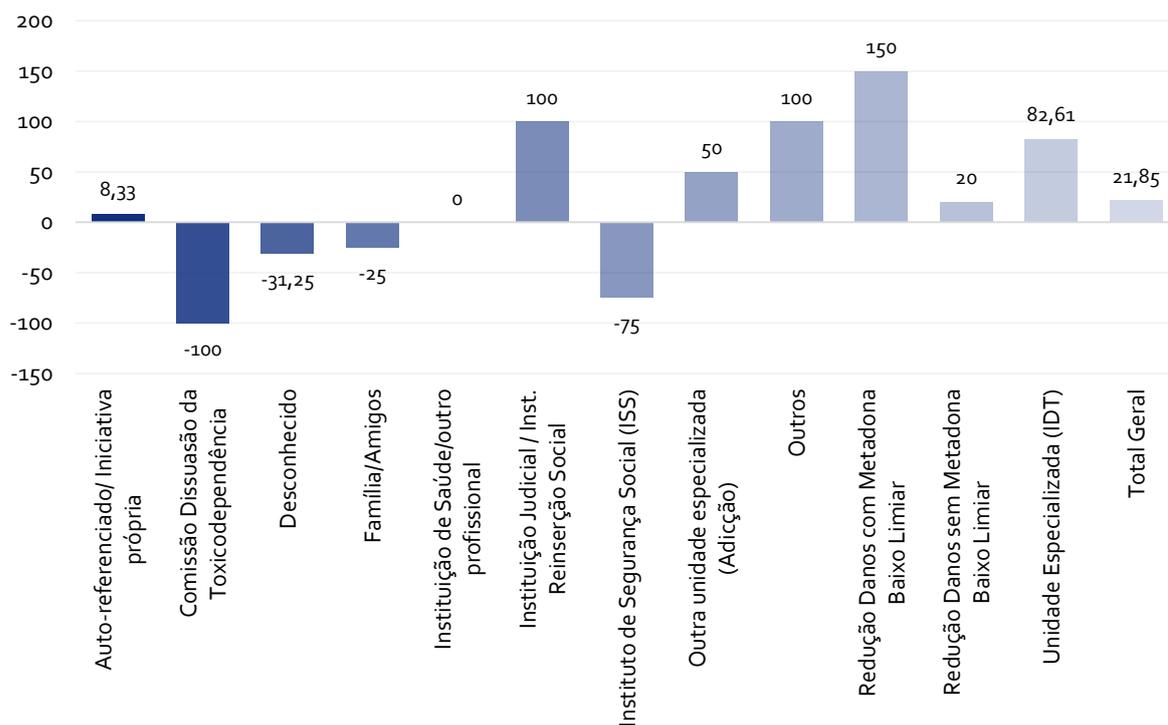


Figura H.4.40. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cocaína, por fonte de referênciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Em termos da evolução ocorrida entre 2012 e 2017, ao nível das fontes de referênciação constata-se, da análise da Figura H.4.40., que nas principais fontes de referênciação existiram aumentos no número de referenciações feitas. De facto, ocorreu um aumento de 8.33% na Autorreferenciação (de 36 para 39 referenciações), também ocorreu um aumento de 82.61% nas referenciações feitas pelas Unidades Especializadas (IDT) (de 23 para 42 referenciações) e ocorreu ainda um aumento de 100% nas referenciações feitas pelas Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social (de sete para 14 referenciações). De notar ainda que, em 2012, a Família/Amigos eram a terceira fonte de referênciação, com 12 referenciações feitas (num conjunto de 119), muito embora, em 2017, tenham sido apenas a quinta, com nove referenciações feitas (num conjunto de 145, representando apenas 6.21% das referenciações feitas).

Finalmente, apresentam-se um conjunto de dados relativos às/aos utentes ativas/os em tratamento com consumo principal de cannabis.

SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS

À semelhança do que foi feito anteriormente, inicia-se com a apresentação nas Figuras H.4.41. e H.4.42. dos dados relativos ao cruzamento entre o **sexo e a faixa etária das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cannabis.**

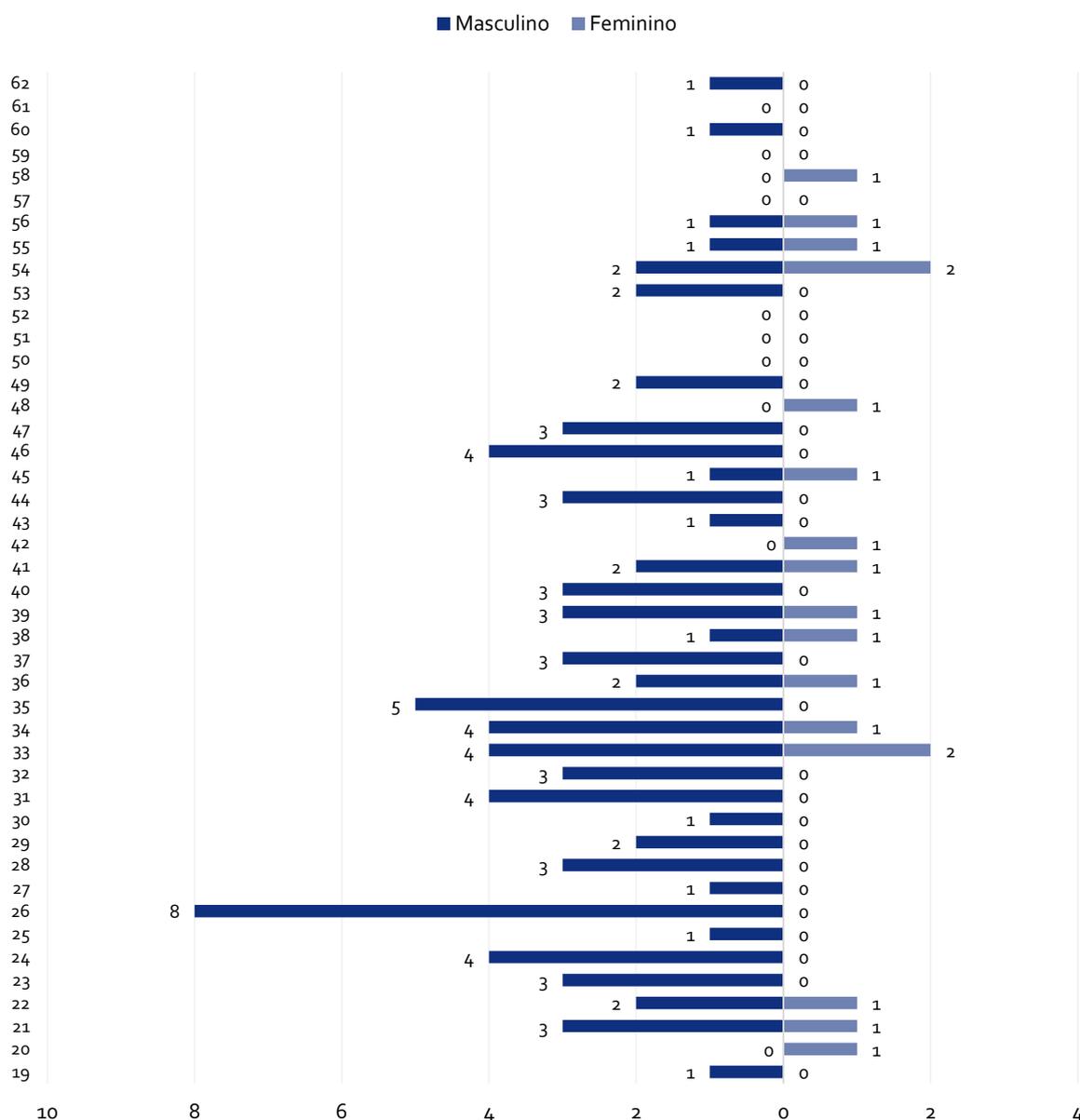


Figura H.4.41. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por sexo e por faixa etária, Porto, 2017 (em número; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Também nas/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis se constata, pela observação da Figura H.4.41., que o número de utentes ativos do sexo masculino era superior ao

número de utentes ativos do sexo feminino. Do total de 103 utentes ativos/os, 82.52% (85) eram utentes ativos em tratamento do sexo masculino.

Existiam utentes ativos em tratamento do sexo masculino com idade a partir dos 19 anos e utentes ativos do sexo feminino com idade a partir dos 20 anos. A utente ativa do sexo feminino com mais idade tinha 58 anos de idade e o utente ativo do sexo masculino com mais idade tinha 62 anos.

55.56% das utentes ativas do sexo feminino tinham idades entre os 33 anos (duas utentes com 33 anos) e os 48 anos (uma utente com 48 anos), perfazendo 10, das 18 utentes ativas em tratamento do sexo feminino e nos utentes ativos do sexo masculino, a maioria dos utentes tinha entre os 21 anos (três utentes com 21 anos) e os 49 anos (dois utentes com 49 anos), perfazendo 76, dos 85 (89.41%) utentes ativos em tratamento do sexo masculino.

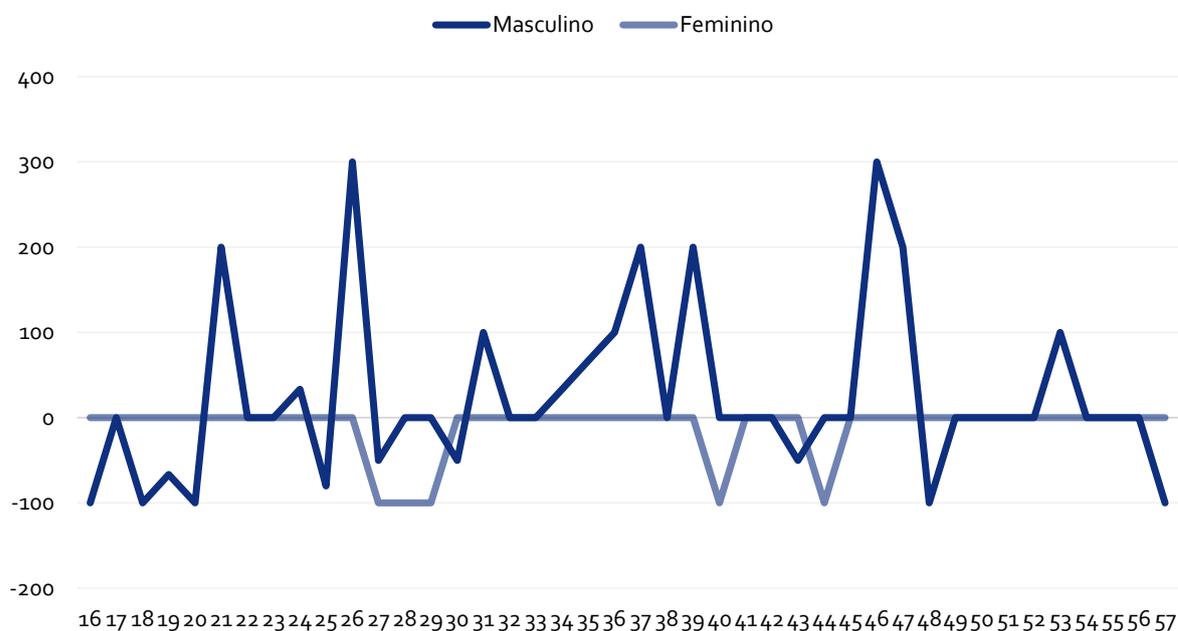


Figura H.4.42. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por sexo e por faixa etária, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Entre 2012 e 2017, assistiu-se a um incremento global de 68.85% nas/os utentes ativas/os com consumo de cannabis, que foi de 80%, nas utentes ativas do sexo feminino (de 10 para 18) e de 66.67%, nos utentes ativos do sexo masculino (de 51 para 85).

Observando a Figura H.4.57. verifica-se que nas utentes ativas em tratamento do sexo feminino, entre 2012 e 2017, ocorreu uma diminuição de sete anos na idade da utente ativa em tratamento com menos idade, que passou dos 27 anos, em 2012 para os 20 anos, em 2017. Também aumentou em dez anos a idade da utente ativa em tratamento com mais idade (48 anos, em 2012 e 58 anos,

em 2017). E houve uma tendência para aumentar o número de utentes ativas em tratamento em todas as idades, exceto nas utentes ativas com 27, 28, 29, 40 e 44 anos.

Nos utentes ativos do sexo masculino, ocorreu um aumento de três anos na idade dos utentes ativos em tratamento com menos idade, que passou dos 16 anos, em 2012 para os 19 anos, em 2017 e o utente ativo em tratamento com mais idade em 2012, era cinco anos mais novo, do que o utente ativo com mais idade em 2017 (57 anos, em 2012 e 62 anos, em 2017). Nos utentes ativos em tratamento do sexo masculino verificou-se uma tendência para diminuir o número de utentes até aos 20 anos de idade, existindo a partir dos 21 anos uma tendência para um aumento no número de utentes ativos em tratamento do sexo masculino, para todas as restantes idades, exceto aos 25, 27, 48 e 57 anos.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS

Apresentam-se nas Figuras H.4.43. e H.4.44. os dados relativos à **situação profissional das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cannabis.**

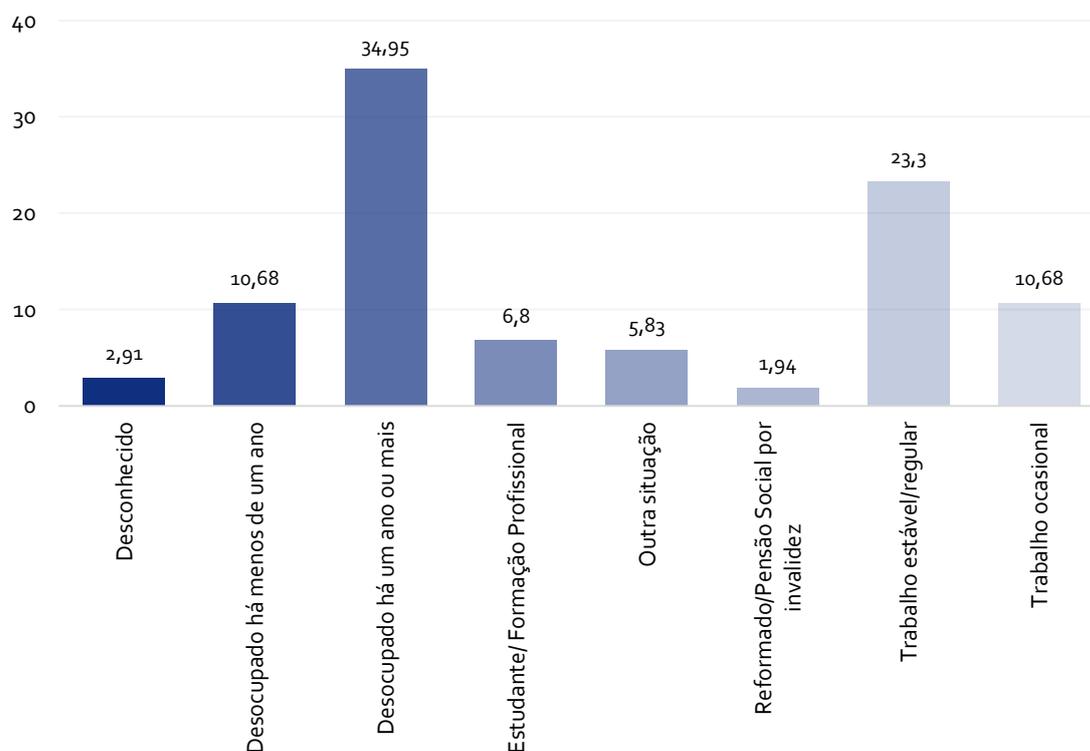


Figura H.4.43. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação profissional, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando a Figura H.4.41. verifica-se que, em 2017, 34.95% (36) das/os utentes ativas/os em tratamento estavam desocupadas/os há um ano ou mais, 23.3% (24) tinham trabalho estável ou regular, 10.68% (11) estavam desocupadas/os há menos de um ano e 10.68% (11) tinham trabalho ocasional.

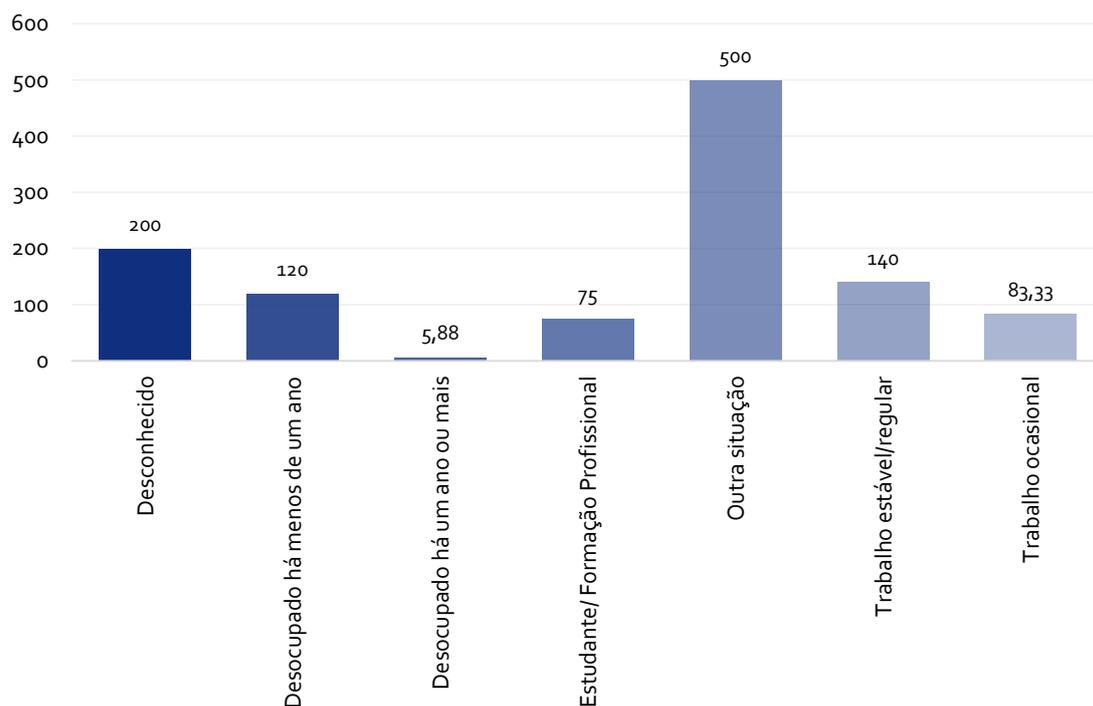


Figura H.4.44. Variação das/os utentes ativos em tratamento com consumo de cannabis, por situação profissional, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Em termos da análise longitudinal, entre 2012 e 2017, constata-se, pela observação da Figura H.4.42., que ocorreu um aumento de 120% no número de utentes ativas/os em tratamento que estavam desocupadas/os há menos de um ano (de cinco para 11), de 5.88% no número de utentes ativas/os em tratamento que estavam desocupadas/os há um ano ou mais (de 34 para 36), de 140% no número de utentes ativas/os em tratamento que tinham trabalho estável ou regular (de 10 para 24) e de 83.33% no número de utentes ativas/os em tratamento que tinham trabalho ocasional (de seis para onze).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS

As Figuras H.4.45. e H.4.46. apresentam os dados relativos aos **níveis de escolaridade das/os utentes ativos/os em tratamento, com consumo de cannabis.**

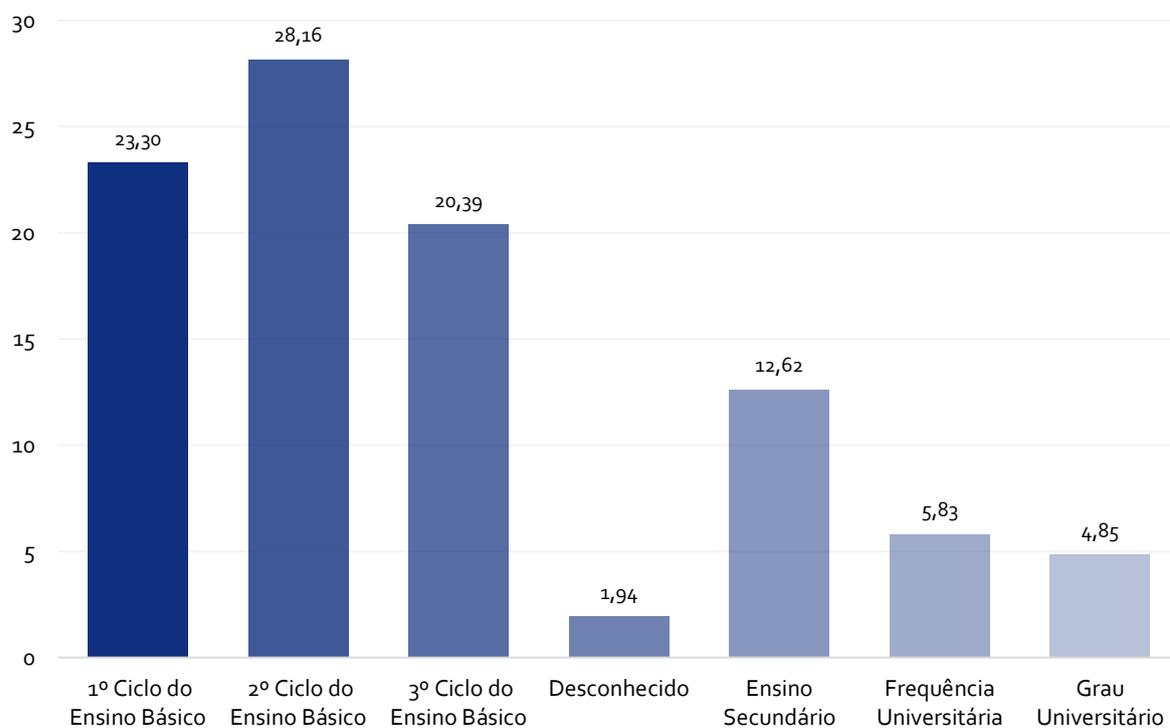


Figura H.4.45. Utentes ativos/os em tratamento com consumo de cannabis, por nível de escolaridade, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

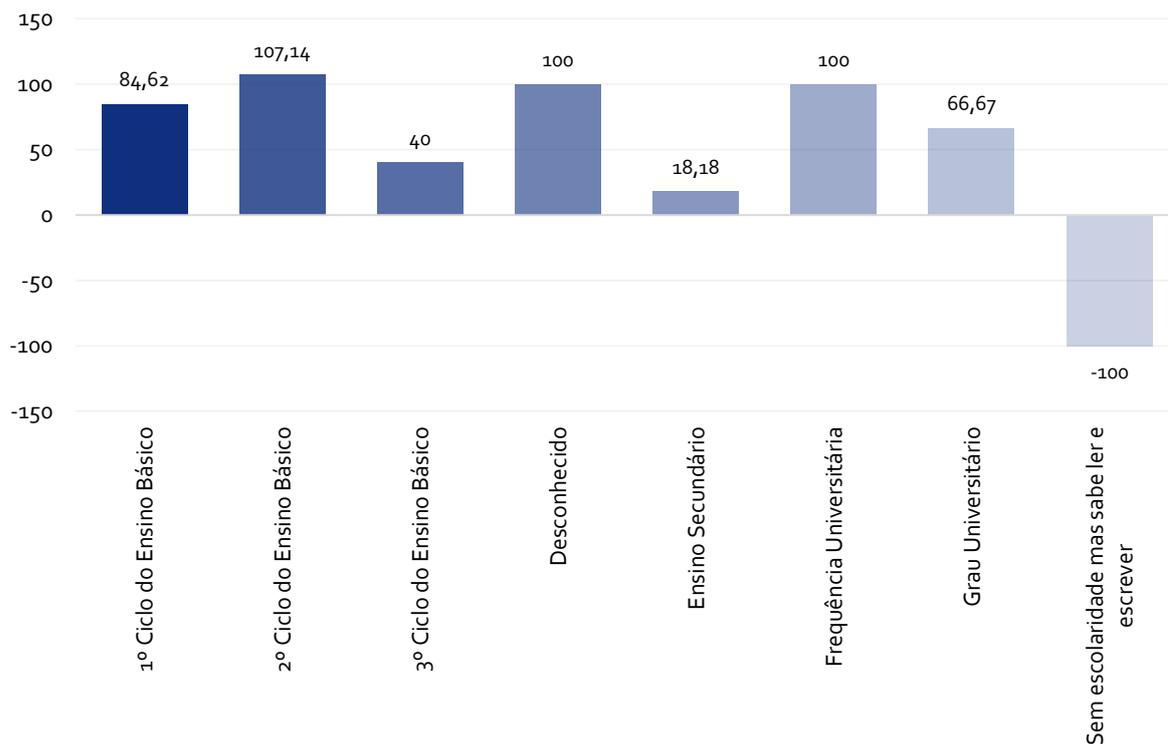


Figura H.4.46. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por nível de escolaridade, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Pela observação das Figuras H.4.45. e H.4.46. verifica-se que nas/nos utentes ativas/os em tratamento em 2017, os níveis de escolaridade mais prevalentes, por ordem decrescente, eram o 2º ciclo de escolaridade, com 28.16% (29 utentes), seguido do 1º ciclo de escolaridade, com 23.3% (24 utentes) e do 3º ciclo de escolaridade, com 20.39% (21 utentes).

Em termos longitudinais, entre 2012 e 2017, ocorreram incrementos no número de utentes ativas/os em tratamento, com o 2º ciclo de escolaridade, de 107.14% (de 14 para 29 utentes), com o 1º ciclo de escolaridade, de 84.62% (de 13 para 24 utentes) e com o 3º ciclo de escolaridade, de 40% (de 15 para 21 utentes).

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS

A seguir, as Figuras H.4.47. e H.4.48. apresentam os dados referentes à **situação de alojamento das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cannabis.**

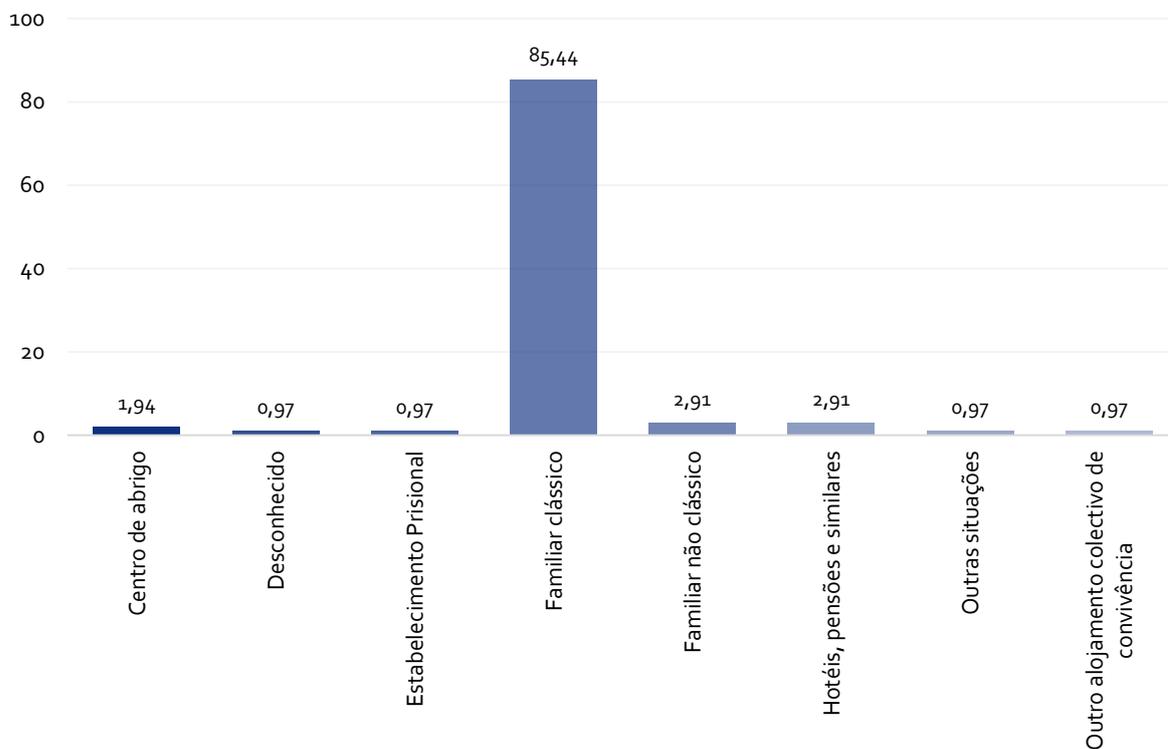


Figura H.4.47. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação de alojamento, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando as Figuras H.4.47. e H.4.48. constata-se que a grande maioria (85.44%) das/os utentes ativas/os em tratamento residiam, em 2017, em alojamentos familiares clássicos.

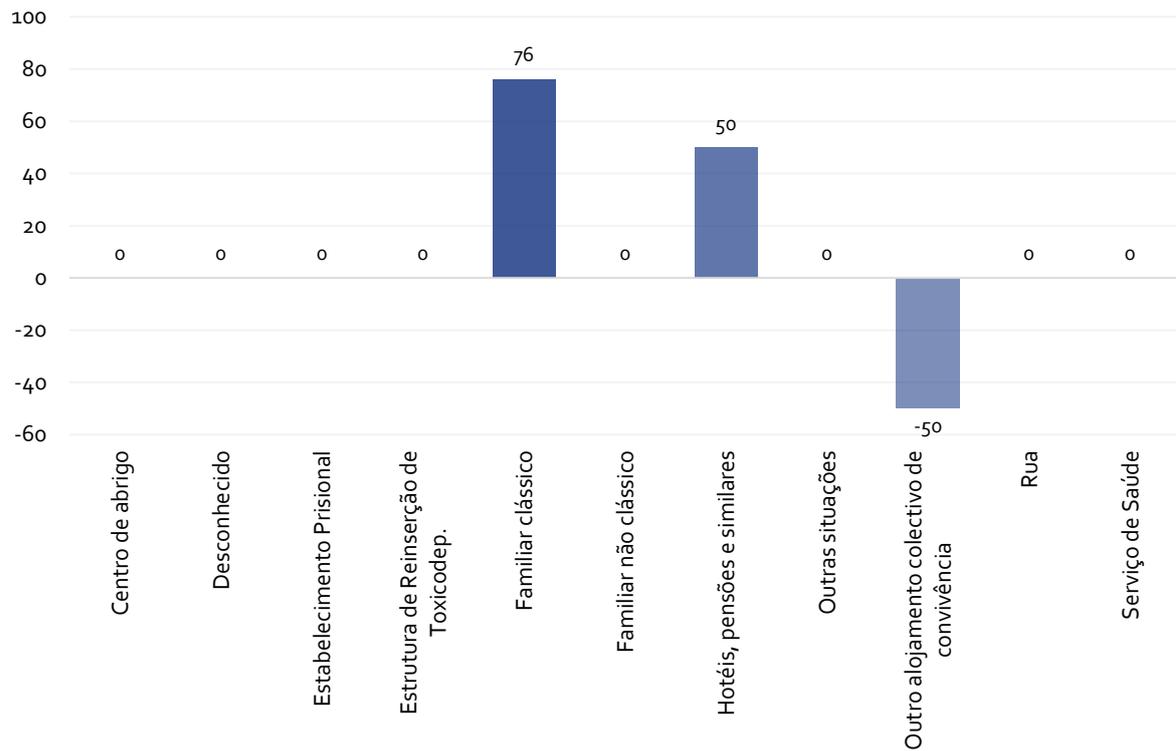


Figura H.4.48. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por situação de alojamento, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Este era já o padrão em 2012, onde 50 das/os 61 utentes ativas/os em tratamento, ou seja, 81.97% também residiam em alojamento familiar clássico, tendo, entretanto, ocorrido um aumento de 76% no número de utentes ativas/os em tratamento, a residirem em alojamento familiar clássico (de 50, em 2012 para 88, em 2017).

FONTE DE REFERENCIAÇÃO DAS/OS UTENTES ATIVAS/OS EM TRATAMENTO COM CONSUMO PRINCIPAL DE CANNABIS

Finalmente, as Figuras H.4.49. e H.4.50. apresentam alguns dados sobre a **fonte de referenciação das/os utentes ativas/os em tratamento, com consumo de cannabis.**

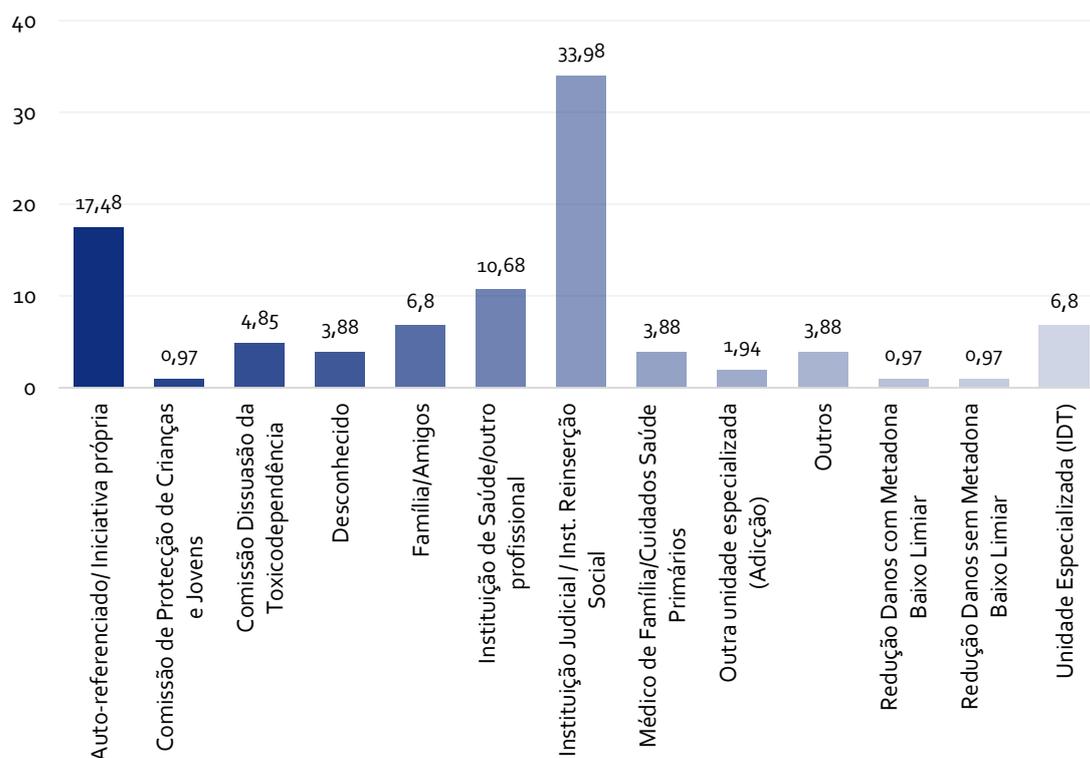


Figura H.4.49. Utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por fonte de referenciação, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

Analisando a Figura H.4.49. verifica-se que, em 2017, as principais fontes de referenciação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis foram, em primeiro lugar, as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, com 33.98% das referenciações (35 referenciações), seguidas da Autorreferenciação, com 17.48% das referenciações (18 referenciações) e depois das Instituições de Saúde/Outro Profissional, com 10.68% das referenciações (11 referenciações).

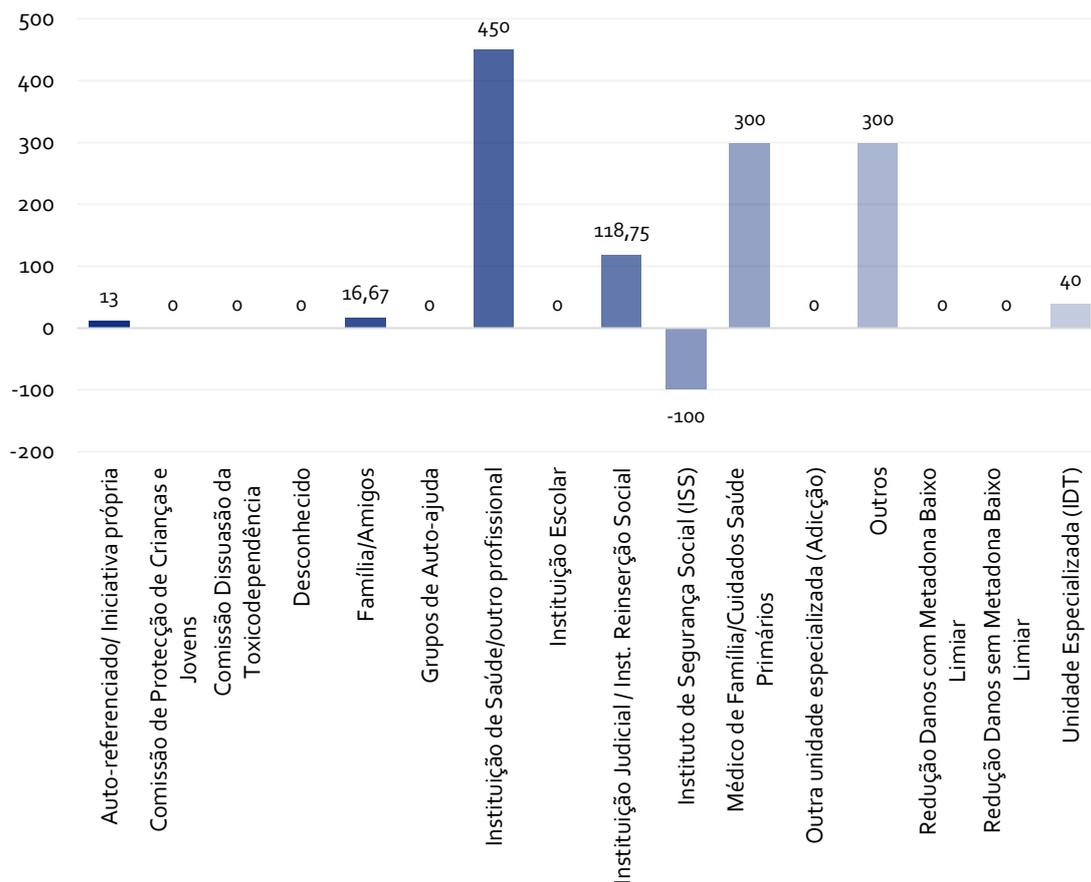


Figura H.4.50. Variação das/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis, por fonte de referênciação, Porto, 2012 - 2017 (em percentagem; Fonte: ARS Norte - DICAD: Sistema de Informação Multidisciplinar - SICAD)

E da análise da Figura H.4.50. constata-se que, entre 2012 e 2017, ocorreram aumentos no número de referenciações feitas pelas Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, que referenciaram 16 casos, em 2012 e 35 casos, em 2017 (incremento de 118.75%), na Autorreferenciação, que foi a fonte de referenciação em 16 casos, em 2012 e em 18 casos, em 2017 (incremento de 12.5% no número de referenciações feitas). As referenciações feitas pelas Instituições de Saúde/Outro Profissional também aumentaram 450% (duas, em 2012 e 11, em 2017).

Em 2012, duas outras fontes também foram fontes de referenciação significativas, muito embora não tenham sido fontes de referenciação tão relevantes em 2017, a saber as Comissões de Dissuasão da Toxicoddependência, com cinco referenciações em cada ano e as Unidades Especializadas (IDT), com cinco referenciações, em 2012 e sete, em 2017.

Depois de apresentados os indicadores caracterizadores da população com CAD, apresenta-se, em seguida, uma breve sùmula das respostas sociais para esta população.

RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

De acordo com a carta social do Porto, relativamente às respostas sociais para pessoas com CAD existiam, no concelho do Porto, duas Equipas de Intervenção Direta para Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências. Uma na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com uma capacidade de resposta para 449 utentes e a apoiar 206 utentes (taxa de utilização de 45.88%) e uma segunda equipa na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, com uma capacidade de resposta para 420 utentes e uma taxa de utilização de 74.76% (314 utentes).

Segundo informações fornecidas pela Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), as respostas existentes na cidade do Porto passavam pelo funcionamento das seguintes valências:

1) Centros de Respostas Integradas (CRI) - (Despacho nº 2976/2014 de 21 de fevereiro), que são estruturas locais de cariz operativo e de administração, referenciados a um território definido e dispendo de equipas técnicas especializadas multidisciplinares para as diversas áreas de missão dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos das toxicod dependências e alcoolismo. Na cidade do Porto existem três CRI: CRI Porto Central, CRI Porto Ocidental e CRI Porto Oriental;

2) Unidade de Desabilitação do Norte (UD), à qual compete, designadamente, realizar o tratamento de síndromes de privação em doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, sob responsabilidade médica, em regime de internamento. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto. O seu acesso não é direto, apenas poderá entrar em desabilitação por referência de um CRI;

3) Comunidade Terapêutica do Norte – Ponte da Pedra (CT), à qual compete prestar cuidados a doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool que necessitem de internamento prolongado, com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, sob supervisão psiquiátrica. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto. O seu acesso não é direto, apenas poderá entrar por referência de um CRI;

4) Unidade de Alcoologia Dr. José Barrias (UA), à qual compete prestar cuidados integrados e globais, em regime ambulatorio ou de internamento, sob responsabilidade médica, a doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, seguindo as modalidades de tratamento mais adequadas a cada situação e apoiando as atividades de intervenção dos CRI na

área da alcoologia, enquanto unidades especializadas, de referência, com competências de formação específica. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto;

5) Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM), ao qual compete a prestação de cuidados integrados e globais a mulheres grávidas e puérperas toxicod dependentes e seus filhos, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção dessas doentes. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto;

6) Programa Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC), ao qual compete a prestação de um serviço de apoio à comunidade no âmbito da prevenção seletiva e indicada, fornecendo um espaço de consulta a jovens e adultas/os em dificuldades, promovendo a informação, sensibilização e formação de adultas/os significativos que possam estar em contacto com jovens, em dificuldades ou não, assim como fornecendo um espaço de consultadoria e apoio técnico às instituições que lidam com jovens em risco. Estando sediada em Matosinhos, dá resposta às necessidades do Porto.

As crianças e as/os jovens também são atendidas/os ao abrigo do programa cuida-te! do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), que formou uma rede de parcerias, sendo uma delas com a DICAD, que envia os seus técnicos para fazerem o atendimento na Consulta de Jovens.

				Data de Fim
	Equipa de Rua	Norte Vida - Assoc. Promoção da Saúde	Rotas com Vida	30-06-2019
	Equipa de Rua	ARRIMO - Org. Des. Integrado	Equipa Rua Porto Oriental II (ERPO II)	31-10-2019
	Equipa de Rua	SAOM - Serv. Assist. Org. Maria	Aqui e Agora	30-11-2019
Cidade do Porto	Gabinete de Apoio	ARRIMO - Org. Des. Integrado	ELOS IV	30-06-2019
	Gabinete de Apoio	Norte Vida - Assoc. Promoção da Saúde	Casa da Vila Nova	30-11-2019
	Reinserção	ASAS - Assoc. de Solidariedade e Ação Social de Ramalde	Incluir	30-11-2019

Quadro H.4.16. Projetos cofinanciados pelo SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências) no âmbito do PORI, Porto, 2018 (Fonte: ARS Norte - DICAD)

Para além destas estruturas, existem ainda projetos cofinanciados pelo SICAD no âmbito do Plano Operacional de Repostas Integradas (doravante designado por PORI), na cidade do Porto, que se encontram esquematizados no Quadro H.4.16.

SÍNTESE INTEGRATIVA

No **consumo em contextos recreativos**, o álcool e a cannabis surgiam como as substâncias mais consumidas e o espaço público como a área de consumos mais utilizada.

Na maior parte dos casos, o **consumo recreativo de SPA** não era problemático e limitava-se a uma fase específica da vida.

No **consumo do álcool** destacavam-se a cerveja e o vinho, como as bebidas mais consumidas e o consumo excessivo de álcool era responsável por cerca de 6% da criminalidade registada em Portugal.

Nos **consumos problemáticos** ocorreu uma **diminuição de mais de 10% no número de utentes** ativos/os em tratamento e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória tinha quase $\frac{1}{4}$ da população de pessoas com consumos problemáticos em tratamento, seguindo-se-lhe Campanhã e Paranhos.

A **grande maioria das pessoas com CAD eram consumidoras de outras SPA**, embora o consumo deste tipo de substâncias tenha vindo a diminuir, ao contrário do consumo de álcool que tem aumentado entre 2012 e 2017.

A **principal SPA consumida era a heroína**, com quase 40% dos consumos problemáticos, seguida do álcool, da cocaína e da cannabis.

Quanto ao **perfil do/a consumidor/a**, a maioria eram homens, na faixa etária dos 45 anos ou mais anos de idade, com níveis de escolaridade baixos (até ao 3º ciclo), desocupados há um ano ou mais e que residiam em alojamento familiar clássico.

As principais **fontes de referência** de utentes ativos/os em tratamento eram a autorreferência e a referência feita por unidades especializadas.

Ao nível dos **perfis específicos** encontrados no consumo das principais SPA (heroína, álcool, cocaína e cannabis), replicava-se o padrão geral enunciado. Ou seja, a maioria das/os utentes ativos/os em tratamento eram do sexo masculino na faixa etária dos 40 aos 50 anos para as/os utentes ativos/os com consumo de heroína e cocaína; na faixa etária dos 50 aos 60 anos, nas/os utentes ativos/os com consumo de álcool e na faixa etária dos 25 aos 35 anos, para as/os utentes ativos/os com consumo de cannabis.

Tal como encontrado no perfil global, também nos perfis específicos se verificou que a maioria das/os **utentes ativos/os em tratamento estavam desocupadas/os** e de 20% a 30% tinha trabalho estável ou regular ou ocasional.

A maioria das/os utentes ativas/os em tratamento tinham até ao **3º ciclo de escolaridade** e de 60 a 78% viviam em alojamento familiar clássico, embora nas/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de cannabis essa percentagem fosse de 85%.

Também se constata que, via de regra, os **utentes ativos do sexo masculino iniciavam tratamento em idades mais jovens** e também existiam utentes ativos do sexo masculino em tratamento com idades mais elevadas, do que utentes ativas nas mesmas circunstâncias.

Dos quatro tipos de consumos de SPA constata-se que, com exceção do consumo de heroína, aumentaram as/os utentes ativas/os em tratamento e que ocorreu um **aumento muito acentuado nas/os utentes ativas/os em tratamento com consumo de álcool**.

Em todas as SPA onde ocorreu esse aumento, ele foi mais acentuado nas utentes ativas e a diminuição no número de utentes ativas/os em tratamento com consumo de heroína, foi menos acentuada nessas utentes, isto é, embora o número de utentes ativas fosse menor, existiu uma tendência de agravamento nas utentes ativas e uma tendência de melhoria nos utentes ativos.

Quanto às **fontes de referência**, nas/os utentes ativas/os com consumo de heroína e de cocaína surgiam como fontes de referência principais a Autorreferência (que abrangia cerca de 30% das referências feitas) e as Unidades Especializadas (IDT).

Nas/os utentes ativas/os com consumo de cannabis as duas principais fontes de referência eram, em primeiro lugar, as Instituições Judiciais/Instituições de Reinserção Social, seguidas da Autorreferência.

Nas/os utentes ativas/os com consumo de álcool surgia como principal fonte de referência a/o Médica/o de Família, seguida/o da CPCJ, nas/os utentes ativas/os com abuso de álcool, e seguido da Autorreferência nas/os utentes ativas/os com dependência de álcool.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS⁴¹⁶

Do perfil anteriormente traçado relativamente à população com consumos problemáticos de SPA é possível constatar que se trata de uma população com diversas áreas problemáticas e fragilidades, existindo alguns aspetos relevantes que devem merecer atenção particular.

As **estratégias de intervenção** junto desta população deverão ser, tal como preconizado pelo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020, globais, abrangentes e integradoras, incluindo um alargado conjunto de dimensões, como a promoção da saúde, a prevenção, a dissuasão, a redução de riscos e minimização de danos, o tratamento e a reinserção social. Deverão, também, ser ajustadas aos diferentes perfis de consumidoras/es e padrões de consumo e deverão ser flexíveis e acompanharem as evoluções que se forem registando, quer nos perfis de consumidores, quer nos padrões de consumo.

As questões ligadas à **formação/qualificação, ao trabalho e à integração social** parecem revestir-se de particular importância neste segmento populacional, tal como ficou patente na apresentação de dados feita nos Quadros H.4.4. a H.4.7. e Figura H.4.12., pelo que as estratégias de intervenção junto deste segmento populacional terão necessariamente de passar pelo reforço de uma estratégia de integração socioprofissional. A respeito da **esfera profissional** pode ler-se no mesmo Plano que "(...) os CAD em contexto laboral constituem um problema de magnitude significativa com reflexos na saúde dos trabalhadores, na sua segurança e das empresas, no absentismo e na produtividade".

Em alguns casos, o **acesso a habitação** pode ficar comprometido, ficando o indivíduo em risco de passar para uma situação de sem-teto. De facto, constatou-se que, embora a maioria das/os utentes ativas/os residissem em alojamento familiar clássico, uma percentagem que rondava os 12% tinha outras situações de alojamento, nomeadamente centros de abrigo, hotéis, pensões e similares, outros alojamentos coletivos de convivência e ainda a rua, tendo-se inclusivamente assistido a um aumento no número de pessoas a residirem nesse tipo de alojamentos (cf. Quadros H.4.8. e H.4.9. e Figura H.4.13.),

A estes problemas acrescem também os **problemas de saúde**, tanto pela possível falta de condições mínimas de vida (habitação, higiene, alimentação, ...), como decorrentes das

⁴¹⁶ Por questões de agrupamento e apresentação de dados, foram incluídos no capítulo das Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade, anteriormente apresentado, os dados relativos aos indicadores no domínio dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) em crianças e jovens, pelo que se remete para a leitura desse capítulo para aceder a esse conjunto de indicadores, síntese integrativa e respetivas orientações estratégicas.

implicações em termos de saúde dos próprios consumos. No entanto, não foi possível aceder a dados que permitissem uma caracterização da população com CAD ao nível da sua condição de saúde e que permitissem fundamentar a implementação de estratégias de intervenção no domínio da saúde junto desta população⁴¹⁷, pelo que nos parece também muito relevante fazer este tipo de avaliação/levantamento/diagnóstico, a partir do qual será possível criar estratégias de promoção da saúde.

Outra área de interesse é no domínio da **referenciação e encaminhamento**. A referenciação deve ser o mais precoce possível, de forma a impedir/dificultar a instalação de quadros crónicos de consumos problemáticos; já o encaminhamento deve ocorrer de molde a “promover o acesso dos doentes aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, bem como sustentar o sistema integrado de informação interinstitucional.”⁴¹⁸

Finalmente, **ao nível da intervenção no âmbito dos consumos recreativos**, muito embora, na sua globalidade, o consumo recreativo de SPA esteja associado a um padrão não problemático e que se limita a uma fase específica da vida, normalmente mais na adolescência e início da vida adulta, continua a ser importante consolidar a intervenção no âmbito dos consumos recreativos, tanto ao nível da sinistralidade rodoviária, como ao nível da sensibilização para a implementação de medidas protetoras e promotoras de consumos seguros (por exemplo, através da fiscalização da qualidade das substâncias). Embora não tenha sido possível o acesso a dados específicos sobre a **sinistralidade rodoviária** causada pelo consumo de SPA, sabe-se, tal como referido na introdução ao capítulo, que cerca de 10% das contraordenações estavam ligadas à taxa de álcool no sangue. No domínio da sinistralidade associada ao consumo de SPA é importante que se reforcem as ações de fiscalização ao nível da condução e também que se reforcem as campanhas de sensibilização no contexto rodoviário para a importância de não conduzir sob o efeito de SPA.

⁴¹⁷ A este nível poderá ser consultado o Resumo do Diagnóstico dos CAD- Concelho do Porto, 2017, disponível em http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/2017/Resumo%20Diagnostico%20PORI%20Porto.pdf

⁴¹⁸ <http://www.sicad.pt/pt/intervencao/redereferenciacao/sitepages/home%20page.aspx>

H.5. IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS⁴¹⁹

⁴¹⁹ Embora o título deste capítulo seja “Imigrantes e as minorias étnicas”, não nos foi possível aceder a dados específicos sobre minorias.

O tema das migrações ocupa, na atualidade, um lugar de grande destaque a nível mundial, em particular, nos EUA e na Europa, fruto dos conflitos que existem em certas zonas do globo e, também, em consequência de movimentos migratórios resultantes da globalização.

Segundo o Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020 (PEM 2015-2020)⁴²⁰, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 12-B/2015, de 20 de março “vivemos hoje um tempo de migrações, correspondendo as migrações internacionais a uma parte integrante da globalização. Os impactos das migrações internacionais são múltiplos, tendo inerentes a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura de mercados, os contributos líquidos para as finanças públicas e os efeitos na demografia.”

Neste Plano reconhece-se o importante e positivo impacto que as migrações têm na sociedade, estabelecendo um conjunto de cinco desafios, aos quais é fundamental dar resposta “(1) o combate transversal ao défice demográfico e o equilíbrio do saldo migratório; (2) a consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal, respeitando e aprofundando a tradição humanista de Portugal; (3) a inclusão dos novos portugueses, em razão da aquisição de nacionalidade ou da descendência de imigrantes; (4) a resposta à mobilidade internacional, através da internacionalização da economia portuguesa, na perspetiva da captação de migrantes e da promoção das migrações como incentivo ao crescimento económico; (5) o acompanhamento da nova emigração portuguesa, através do reforço dos laços de vínculo e da criação de incentivos para o regresso e reintegração de cidadãos nacionais emigrados”.

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017⁴²¹ refere que “a Política Nacional de Imigração e Asilo procura responder a padrões de ordem ética, humanista e de interesse nacional, integrada nos eixos políticos prioritários do Plano Estratégico para as Migrações (Resolução do Conselho de Ministros 12-B/2015, de 20 de março), em particular no que se refere à integração de imigrantes, à coordenação dos fluxos migratórios e ao reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços.”

Relativamente à evolução do perfil migratório, o PEM 2015 – 2020 refere que “O perfil migratório dos países tem mudado significativamente, a um ritmo acelerado, nos últimos anos”, devido aos fenómenos da globalização, às crises financeiras e à existência de assimetrias entre blocos económicos. Se, em décadas anteriores, nomeadamente até aos anos 60 e 70 do século XX, Portugal era um país essencialmente exportador de mão de obra, transformou-se, a partir dos anos

⁴²⁰ Acessível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/66807913/details/maximized>

⁴²¹ Acessível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>

go desse século, num país que começou a atrair imigrantes, que começaram a ver o país como atrativo para trabalharem e capaz de lhes dar melhores condições de vida.

A dinâmica migratória tem vindo, entretanto, a sofrer novas alterações. Por um lado, tem-se assistido, essencialmente a partir de 2010, a um decréscimo da população imigrante e novo aumento da população emigrante, principalmente a partir da crise de 2008, e que conduziu a saldos migratórios negativos e, por outro lado, o perfil dos imigrantes tem também mudado, dos tradicionais imigrantes que procuravam o país para trabalharem, para imigrantes que vêm para o país para estudarem.

Concomitantemente, assistiu-se a um aumento dos descendentes de imigrantes, já nascidos em território nacional e que se tornam novos cidadãos portugueses.

Estas alterações no perfil migratório exigem que se passe de uma política migratória focada no mercado laboral, para políticas migratórias com enquadramentos económicos e sociais mais latos, que consigam potenciar uma efetiva integração da população imigrante e sua descendência, ou como é preconizado no PEM 2015 – 2020 “As exigências do momento presente reclamam medidas e ações concretas que promovam a integração pessoal, social, profissional e cívica, a fim de garantir o acesso de direito a uma cidadania comum” para a população imigrante do país.

Adicionalmente, há que ter em conta as previsões feitas pelo Eurostat⁴²², segundo as quais o “crescimento populacional dos Estados-membros se consiga apenas com saldos migratórios positivos”, pelo que “Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica a que o Governo deve responder de forma integrada. É neste contexto que deve ser analisado o fenómeno migratório em Portugal e ser desenhada uma política transversal que atenda à evolução deste sistema” (PEM 2015 – 2020).

Segundo o PEM 2015 – 2020 “Portugal enfrenta um problema de défice demográfico que é hoje uma emergência social, económica e política nacional”. Este Plano realça que “As tendências demográficas recentes em Portugal são caracterizadas pelo aumento continuado da esperança de vida, redução da mortalidade infantil, aumento da emigração, saldos migratórios negativos, declínio acentuado e persistente da fecundidade e o conseqüente envelhecimento da população. É, pois, neste contexto que se vem agravando nos últimos anos o défice demográfico” e o concelho do Porto replica este padrão, como foi evidenciado no capítulo da Demografia.

⁴²² Acesso a documento integral em <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5760249/KS-02-13-237-EN.PDF/f652a97e-e646-456a-82fc-34949bbff956>

A linha estratégica nacional no âmbito das migrações alinha-se perfeitamente com a estratégia europeia, nomeadamente, o *Strategic Plan 2016-2020 - DG MIGRATION AND HOME AFFAIRS*⁴²³, que propugna que “A Migração é uma das dez prioridades políticas da comissão de Juncker. É, simultaneamente uma oportunidade e um desafio para a União Europeia. Uma política das migrações credível tem de se guiar, quer por imperativos humanitários, quer por imperativos económicos” (p. 10, tradução nossa). De facto, segundo o referido Plano, um dos objetivos estratégicos preconizados, passa justamente por “Uma nova política de migração legal que esteja vocacionada para um aproveitamento de competências que estão em falta na União Europeia e um incremento de uma integração efetiva” (p. 19, tradução nossa).

Do exposto se conclui acerca da enorme importância que o domínio das migrações tem, por múltiplos fatores e da necessidade de se estabelecerem estratégias coerentes e eficazes, que potenciem a entrada e a integração de imigrantes em território nacional.

Quanto ao panorama nacional e local, constata-se que, em Portugal, em 2017, se manteve a tendência de acréscimo do número de estrangeiras/os residentes em Portugal, verificada em 2016, totalizando nesse ano 421 711 pessoas com título de residência válido, um aumento de 6.0% face a 2016. Também se assistiu a um aumento na concessão de novos títulos de residência, na ordem dos 30.9%, totalizando 61 413 novos residentes, o que confirma o retomar da atratividade de Portugal como destino de imigração.

No concelho do Porto, depois de um período de estagnação, entre 2008 e 2016, assistiu-se, a partir de 2016, a um aumento na população estrangeira residente na ordem dos 25%.

Finalmente, ao nível das principais dificuldades sentidas pela população imigrante em Portugal, e segundo dados de um estudo do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), surgem como aspetos mais relevantes as questões ligadas à situação jurídica e as questões ligadas à integração no mercado de trabalho.⁴²⁴

De seguida, e após esta introdução ao domínio, apresenta-se um conjunto de indicadores caracterizadores da situação em relação à população imigrante no concelho do Porto.

⁴²³ Acessível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/strategic-plan-2016-2020-dg-home_may2016_en.pdf

⁴²⁴ Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades (2013). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), acessível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46

A ATUALIDADE

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE E PAÍS DE ORIGEM

Em 2017, contabilizavam-se, no concelho do Porto, 10 326 imigrantes, sendo 4 838 do sexo masculino (46.85%) e 5 488 do sexo feminino (53.15%). Este valor correspondia a cerca de 4.81% da população residente no concelho e 2.45% da população estrangeira residente em Portugal, sendo o distrito do Porto o quarto com mais população estrangeira.

A Figura H.5.1. apresenta a evolução ocorrida, entre 2008 e 2017, no **número de residentes estrangeiras/os** no concelho do Porto.

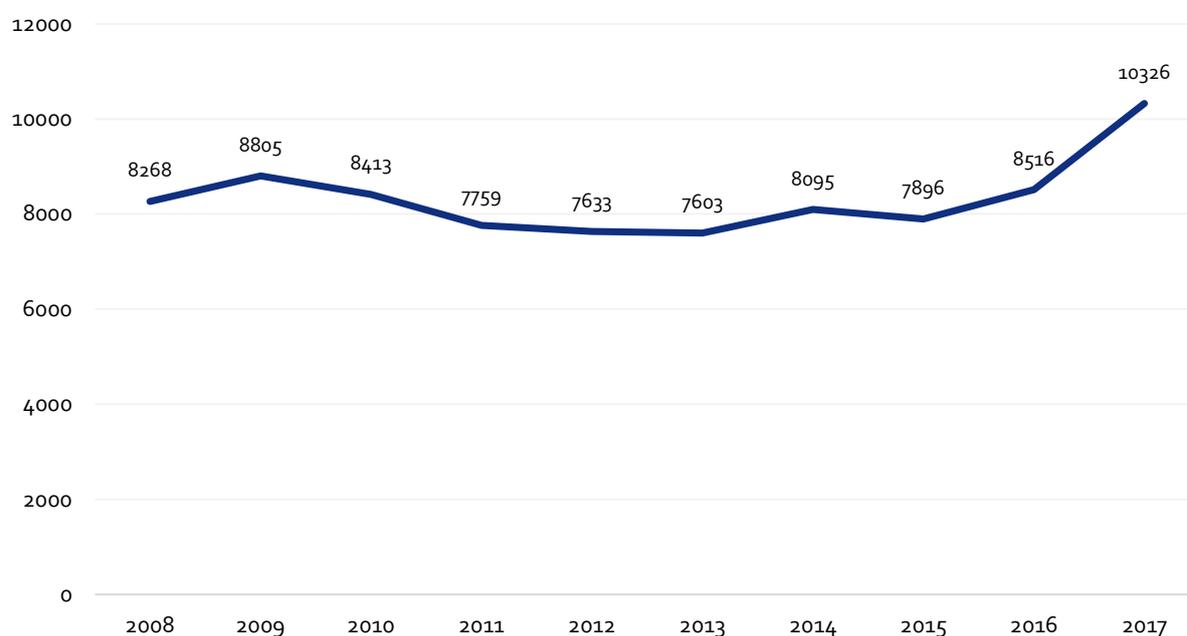


Figura H.5.1. População estrangeira residente, Porto, 2008-2017 (em número; Fonte: SEF⁴²⁵)

Da análise da Figura H.5.1. pode-se observar que, entre 2008 e 2017, a população estrangeira residente no Porto sofreu um incremento de quase 25% (24.89%, ou 2 058 indivíduos), muito embora o maior aumento tenha ocorrido a partir de 2016.

A população estrangeira residente no Porto provinha de 138 países distintos, sendo que na Figura H.5.2. estão identificados os **países de proveniência** mais representativos.

⁴²⁵ <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 29 de junho de 2018).

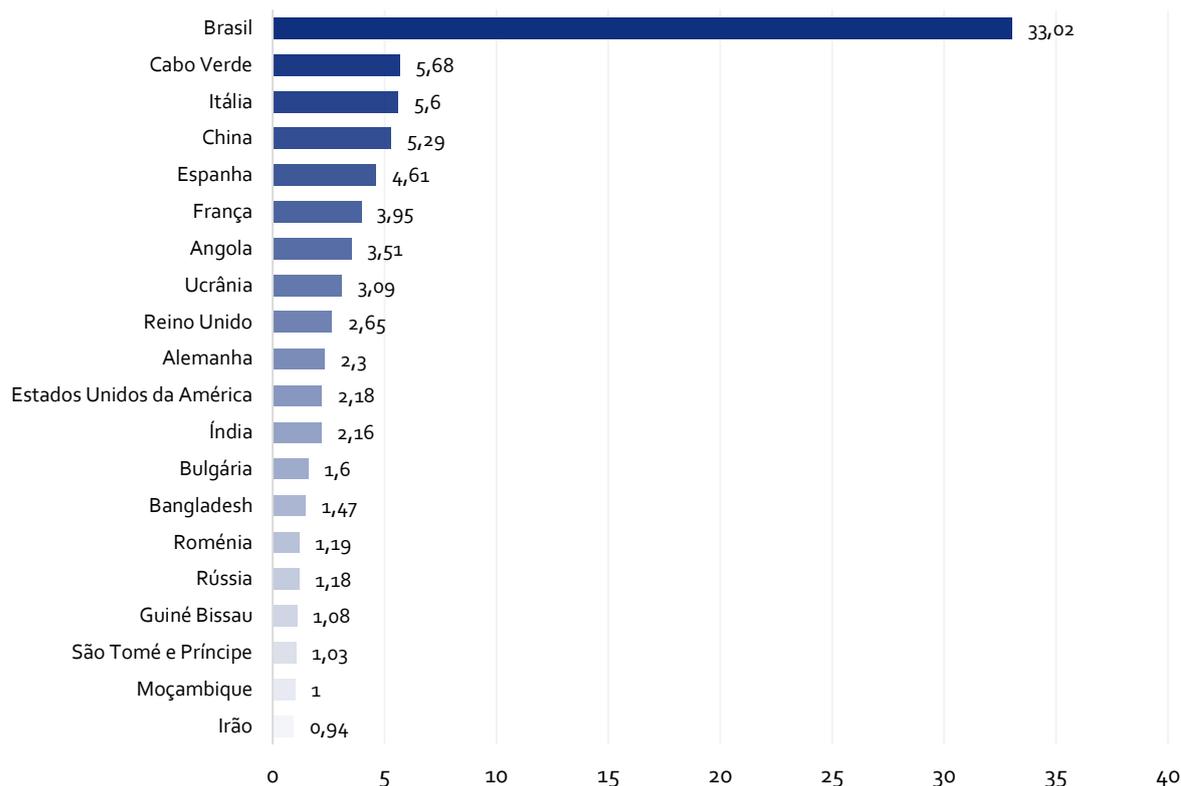


Figura H.5.2. População estrangeira residente, por país de origem, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SEF⁴²⁶)

Da observação da Figura H.5.2. constata-se que, em 2017, a nacionalidade brasileira, com um total de 3 410 cidadãos (33.02%), se manteve como a principal comunidade estrangeira residente no concelho do Porto. Seguiu-se Cabo Verde com 5.68% (587), Itália com 5.6% (578), China com 5.29% (546) e Espanha com 4.61% (476).

Relativamente à evolução ocorrida entre 2016 e 2017, a estrutura das dez nacionalidades mais representativas não se alterou em termos dos países, mas alterou-se a ordem de alguns países nessa estrutura. Assim, nas descidas, Espanha passou do 3º lugar, em 2016 para o 5º lugar, em 2017, Angola passou do 5º lugar, para o 7º lugar e a Ucrânia passou do 7º para o 8º lugar.

Nas subidas, destaca-se a passagem de Itália do 6º para o 3º lugar e também a passagem da França do 8º para o 6º lugar.

De notar que, independentemente das subidas, descidas e manutenções ao nível da ordem na estrutura das dez nacionalidades mais representativas, em todas as dez nacionalidades houve um aumento no número de imigrantes, entre 2016 e 2017, que variou entre o mínimo de 1.27%, para a ucraniana e o máximo de 68.02%, para a italiana. Para além da italiana, outras nacionalidades com

⁴²⁶ <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 29 de junho de 2018).

incrementos muito significativos foram a francesa (+36%), a brasileira (+ 29.61%), a do Reino Unido (28.64%) e a chinesa (+ 27.57%).

TÍTULOS DE RESIDÊNCIA (TRs), VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (VLDS) E ESTATUTO DE RESIDENTE

De seguida, na Figura H.5.3. apresenta-se os dados relativos aos **Títulos de Residência (TRs)** e **Vistos de Longa Duração (VLDS)**, atribuídos em 2017.

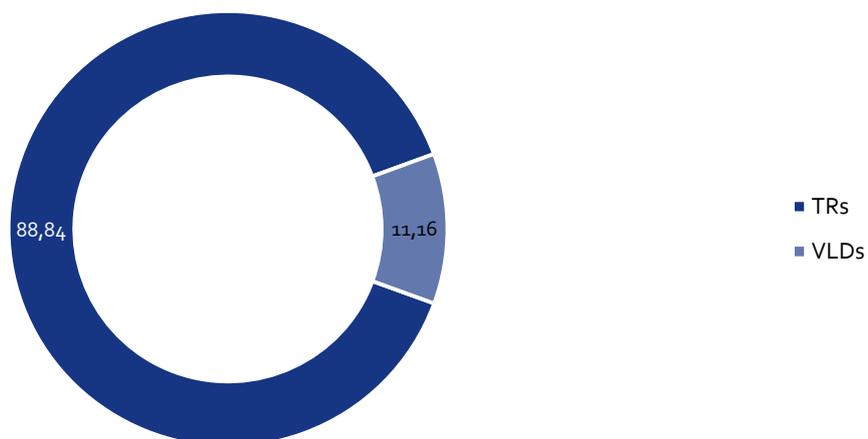


Figura H.5.3. Títulos de Residência (TRs) e Vistos de Longa Duração (VLDS) atribuídos, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: SEF⁴²⁷)

Através da observação da Figura H.5.3., verifica-se que, em 2017, 88.84% (9 174) da população estrangeira residente no Porto tinha um título de residência atribuído, enquanto 11.16% (1 152) tinham um visto de longa duração.

⁴²⁷ <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx> (acedido em 29 de junho de 2018).

Em 2016, 1 618 pessoas solicitaram o estatuto de residente. Apresenta-se na Figura H.5.4. a nacionalidade (por grupos de países) da população estrangeira que solicitou o estatuto de residente nesse ano.

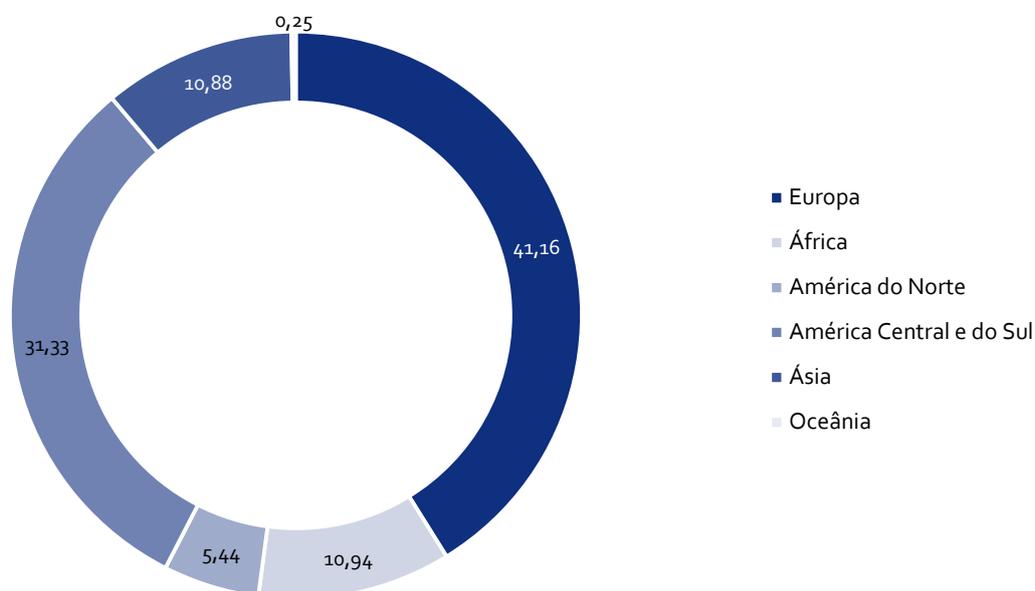


Figura H.5.4. População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade (grupos de países), Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: INE⁴²⁸)

Como se pode observar na Figura H.5.4., as/os estrangeiras/os provenientes da Europa representavam 41.16% dos novos pedidos de residência, as/os provenientes da América Central e do Sul representavam 31.33%, as/os provenientes de África 10.94%, as/os provenientes da Ásia representavam 10.88% dos novos pedidos de residência, as/os provenientes da América do Norte 5.44% e as/os provenientes da Oceânia representavam 0.25% dos novos pedidos de residência.

⁴²⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008627&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 23 de abril de 2018).

SÍNTESE INTEGRATIVA

Dada a **reduzida informação específica relativa à população imigrante e à inexistência de dados sobre minorias étnicas para o concelho do Porto** a que foi possível aceder, não foi viável a elaboração de um perfil sociodemográfico aprofundado destas populações, nem ao nível das suas características, nem ao nível das suas necessidades e potencialidades. Desta forma, destacam-se nesta síntese integrativa apenas dois aspetos.

Depois de um período de estagnação, assistiu-se, a partir de 2016, a **um aumento na população estrangeira residente no concelho do Porto**.

Quanto à **nacionalidade de origem da população estrangeira**, o Brasil continuava a ser o principal país de proveniência da comunidade estrangeira residente no concelho, sendo que as/os estrangeiras/os provenientes da Europa e da América Central e do Sul representavam a maioria dos novos pedidos de residência, englobando quase 73% desses pedidos, o que provavelmente se justifica, nos primeiros, por uma questão de proximidade geográfica (e também por condições facilitadas de mobilidade dentro dos países da UE) e, nos segundos, por questões de proximidade cultural, histórica e linguística.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Apesar de não ter sido possível aceder a indicadores que permitissem caracterizar este segmento populacional em termos das principais dificuldades e obstáculos com que se confrontam, nem em termos da sua caracterização sociodemográfica, parece-nos essencial, dada a enorme importância reconhecida pelo estado português (e pela União Europeia) às políticas migratórias e ao importantíssimo papel desempenhado pela população imigrante para a sociedade, elaborar um **perfil da realidade social da população imigrante e das principais minorias étnicas residentes no concelho do Porto**. Será a partir deste trabalho fundamental que se poderão alicerçar as políticas e estratégias adequadas para estes segmentos populacionais e se poderá dar prossecução às orientações nacionais (e internacionais) neste domínio, nomeadamente ao nível da sua integração.

À luz dos referenciais norteadores consultados e dos dados acedidos, parece-nos que existem algumas áreas que poderão constituir-se como mais problemáticas para esta população e para as quais deverão ser implementadas estratégias minimizadoras dos impactos negativos.

Destaca-se, desde logo, as **questões jurídicas da imigração** e, a este nível, a imigração ilegal, pelos múltiplos obstáculos e dificuldades com que as/os imigrantes ilegais se confrontam no seu quotidiano, desde as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a habitação, a serviços de saúde e educação, entre outros. A este nível é preciso investir em serviços de proximidade, que têm acesso mais fácil e privilegiado a esta população que, por norma, devido à sua situação não legalizada, é invisível a título oficial. Segundo dados do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), as principais dificuldades com que as/os imigrantes se confrontam em Portugal, tal como referido na introdução a este capítulo, prendem-se exatamente com estas questões.

Relativamente à **integração no mercado de trabalho** e às condições em que a atividade profissional se desenvolve, tanto no caso da população imigrante, como no caso das minorias étnicas, a atividade profissional configura-se muitas vezes como trabalho precário, mal remunerado, de baixas qualificações e sem garantia de futuro, que conduz muitas vezes a situações de desemprego, com as concomitantes situações de carência económica. A este nível, tal como já referido, o ACIDI, I.P. refere que, embora o desemprego emergja como o fator mais relevante ao nível do mercado de trabalho “não é a única expressão de vulnerabilidade dos

imigrantes. Também ao nível da mobilidade descendente, da precariedade dos vínculos contratuais e da própria rotatividade nos empregos se detetam fragilidades⁴²⁹ (p. 260)

Seria, portanto, muito relevante existirem **programas de apoio à formação, empregabilidade e emprego**. A este nível seria também importante promover uma maior correspondência entre as qualificações da população imigrante e a utilização destas qualificações pelo mercado de trabalho, fomentando um melhor aproveitamento das competências das/os imigrantes e incrementando a sua capacitação e a das/os suas/seus descendentes, que muitas vezes são já cidadãos nacionais, tal como preconizado pelo Strategic Plan 2016-2020 - DG MIGRATION AND HOME AFFAIRS.

Um outro aspeto prende-se com os aspetos relativos às **dificuldades de integração social**, sentidas aos mais diversos níveis, passando pelas questões ligadas à linguagem e comunicação, as questões culturais e as questões da discriminação. Seria importante que estes segmentos populacionais pudessem ter acesso a programas de integração linguística e também que se invista em projetos educativos e em campanhas de sensibilização direcionadas à população em geral, que promovam a aceitação da diversidade étnica e o respeito pela diversidade cultural, desenvolvendo políticas de integração que promovam a abertura da sociedade. A este nível, e dada a multiplicidade dos países de proveniência das pessoas imigrantes a residirem no concelho do Porto, tal como apresentado na Figura H.5.2., com a decorrente variabilidade cultural associada a essas diferentes proveniências, há que pensar em estratégias de acolhimento e integração adequadas a essa variabilidade e que tenham em conta as diferenças culturais de cada subpopulação, de forma a promoverem processos de integração mais plenos e satisfatórios.

Finalmente, e dado o importantíssimo papel reconhecido à imigração, em várias políticas e orientações estratégicas nacionais e internacionais ao nível do potencial contributo da imigração para o equilíbrio demográfico, seria necessário **conceber e implementar estratégias de captação e fixação de residentes estrangeiras/os** no concelho do Porto, que permitam a manutenção (e incremento) da tendência de crescimento verificada a partir de 2016.

⁴²⁹ Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades (2013). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), acessível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfa776ad46

H.6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

“O direito de cada pessoa a um nível de vida condigno está consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), designadamente no n.º 1 do seu art.º 25.º, onde se prevê, entre outros, o direito à habitação. Este mesmo direito é reforçado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), designadamente nos art.ºs 2.º, 3.º e 11.º, o que obriga todos os Estados-Signatários a adotarem medidas no sentido da plena realização de todos os direitos, contribuindo, nomeadamente, para a fruição de uma vida condigna por parte dos cidadãos, em que, para tanto, volta a ser referida a habitação como um destes direitos” (p.4, Plano de Ação 2017 – 2018, da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2017-2023, doravante designada de ENIPSSA 2017-2023⁴³⁰).

Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa determina, através do n.º 1 do seu art.º 65º que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

No entanto, apesar do direito à habitação estar consagrado na Constituição da República Portuguesa, continuam a existir no país pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Poder-se-á dizer que a situação de sem-abrigo configura a situação de máxima pobreza e exclusão social.

Assim, em 29 de junho de 2017, e no seguimento da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSA)⁴³¹, foi aprovada a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 - 2023 (ENIPSSA 2017-2023)⁴³², por Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, cujo objetivo central é “consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, por forma a que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas”, assentando em três eixos de intervenção: (a) promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação; (b) reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo e (c) coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017 - 2023.

Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo “aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço

⁴³⁰ Acessível em <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+2017-2018/b1bb09e5-e4f5-47a0-a1e1-0a00abf7c9fa>

⁴³¹ Acessível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015

⁴³² Acessível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107745746/details/maximized>

público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando -se em alojamento temporário destinado para o efeito” (ENIPSSA 2017 -2023).

Segundo o Plano de Ação 2017-2018 da ENIPSSA 2017-2023, na atualidade é consensual que os processos que conduzem à situação de sem-abrigo são complexos e multidimensionais, muito embora persista ainda na sociedade portuguesa um olhar sobre este fenómeno que diz apenas respeito à etapa final, isto é, à situação “de facto” de sem-abrigo, contribuindo, dessa forma, para uma perceção estereotipada das pessoas em situação de sem-abrigo.

De facto, e segundo um estudo conduzido pelo Instituto da Segurança Social I.P., entre 2004 e 2005⁴³³, a situação de sem-abrigo resulta de um conjunto multidimensional de causas, entre as quais figuram, o desemprego ou emprego precário (que se traduz em trajetórias profissionais de grande instabilidade e precariedade económica, tornado difícil ou impossível comportar os custos com a habitação), as baixas qualificações, que associadas à idade dificultam o reingresso no mercado de trabalho ou a obtenção de trabalho bem-remunerado, problemas de saúde ou problemas de dependências, ruturas familiares (que podem preceder ou suceder à situação de sem-abrigo) e ainda deficiências ao nível dos mecanismos de proteção social (e.g. não atribuição de subsídio de desemprego, devido a emprego precário que não permite ao indivíduo reunir os critérios de atribuição).

Segundo esse estudo, as pessoas em situação de sem-abrigo “são sobretudo homens em idade ativa (30 aos 49 anos), solteiros e divorciados, de nacionalidade portuguesa, com uma escolaridade básica e que se encontram a viver na rua. Trata-se de um fenómeno marcadamente urbano, com maior representatividade nas grandes cidades de Lisboa e Porto.” Das/os participantes nesse estudo, 34% viviam na rua num período que variava entre o mínimo de um ano e o máximo de cinco anos, e 30% estavam a viver na rua há mais de 5 anos.

No entanto, o perfil clássico da pessoa sem-abrigo sofreu significativas alterações nos últimos anos, decorrentes do processo de globalização, levando para a rua novos casos, ligados sobretudo a imigrantes sem-abrigo em Portugal e a fatores estruturais, em que o acesso a emprego se tornou

⁴³³ Estudo dos Sem-Abrigo (2005). Instituto da Segurança Social, I.P. acessível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/157960/sem_abrigo/e446do27-e00a-4d25-a88a-fe18d64c16af

particularmente difícil, com conseqüente carência económica, que, por sua vez, dificulta o acesso a habitação.⁴³⁴⁴³⁵

Assim, ao nível do perfil, é possível identificar dois tipos de pessoas em situação de sem-abrigo. Por um lado, as/os sem-abrigo crónicas/os, com muitos anos de rua, com problemas de saúde e degradação física e, por outro lado, os novos sem-abrigo, pessoas que se encontram há pouco tempo na rua, por múltiplas perdas (profissionais, familiares, individuais). Tanto uns, como outros necessitam de um mecanismo de mediação que lhes permita reconstruírem seu projeto de vida, mas que seja adaptado e específico.

As conseqüências de se estar em situação de sem-abrigo são graves e múltiplas, passando por estados de extrema exclusão social e intenso isolamento social, que conduzem a elevada fragilidade social, perda muito acentuada de qualidade de vida, carências nutricionais, problemas de saúde, decorrentes e/ou agravados pelas precárias condições de vida, sem mencionar o elevado impacto psicológico e no bem-estar dos indivíduos.

Devido a um conjunto de fatores diversificados, não é possível estimar o número de pessoas que estão em situação de sem-abrigo, a nível europeu⁴³⁶. Em Portugal também se constata a existência de dificuldades no estabelecimento destas estimativas, sendo que segundo os Censos de 2011 existiam, a nível nacional, 682 pessoas em situação de sem-abrigo, mas estes dados podem não englobar todos os casos.

Após esta breve introdução ao domínio, apresenta-se, seguidamente, um conjunto de indicadores relativos às pessoas em situação de sem-abrigo no concelho do Porto.

⁴³⁴ Segundo o observatório da Imigração, em 2005, 35% da população sem-abrigo em Portugal era imigrante.

⁴³⁵ Imigrantes Sem-abrigo em Portugal (2013). Observatório da Imigração. Acessível em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+51.pdf/ao74edcc-cce3-46dd-a64d-7178dc107959>

⁴³⁶ A este respeito poderá consultar-se um relatório da FEANTSA - The European Federation of National Organisations Working with the Homeless AISBL, disponível em <https://www.feantsa.org/download/increases-in-homelessness4974810376875636190.pdf>

A ATUALIDADE

Nas Figuras H.6.1. a H.6.7. apresenta-se um conjunto de indicadores caracterizadores das pessoas em situação de sem-abrigo, no concelho do Porto, em dezembro de 2018.⁴³⁷

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A Figura H.6.1. apresenta a evolução do número de pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018.

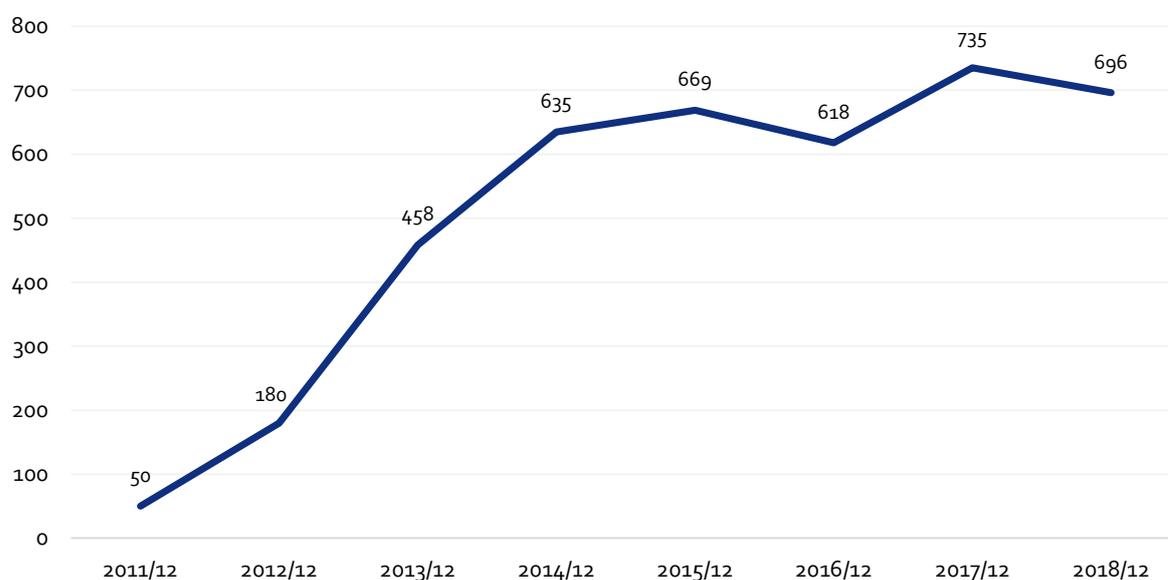


Figura H.6.1. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, Porto, dezembro de 2011 a dezembro de 2018 (em número; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB)).

Da análise da Figura H.6.1. constata-se que, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, ocorreu um aumento muito significativo, na ordem de quase 1300%, no número de beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem-abrigo acompanhados pela Equipa de Sem-Abrigo do Porto.

Também se constata que o aumento mais significativo ocorreu entre dezembro de 2011 (50 beneficiárias/os) e dezembro de 2014 (635), tendo-se mantido a partir de dezembro de 2014

⁴³⁷ Situação da base de dados operacional em 06/01/2019.

relativamente estável (embora com uma tendência para um ligeiro aumento), até dezembro de 2018 (696).

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A Figura H.6.2. apresenta a distribuição por **sexo das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos**, em dezembro de 2018.

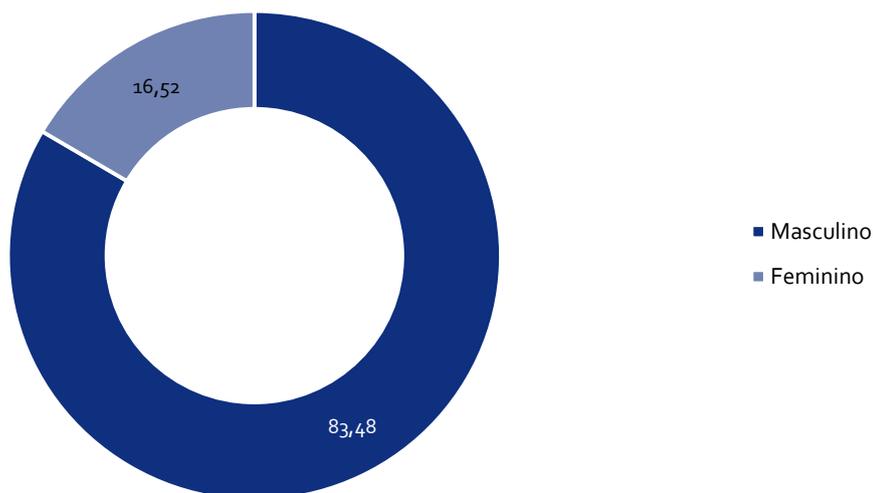


Figura H.6.2. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por sexo, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Da análise da Figura H.6.2. constata-se que, do total de 696 beneficiárias/os de processos familiares ativos, a maioria eram do sexo masculino (581 ou 83.48%).

De seguida, a Figura H.6.3. apresenta a distribuição das/os **beneficiárias/os de processos familiares ativos por grupo etário**.

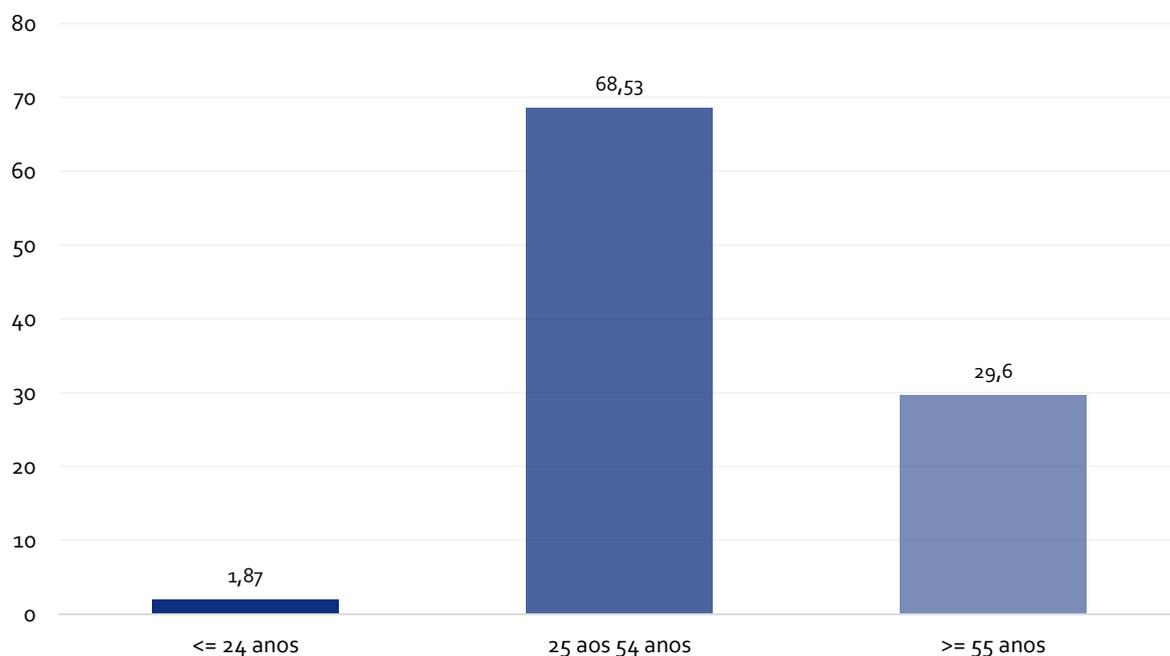


Figura H.6.3. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por grupo etário, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Da observação da Figura H.6.3. verifica-se que o grupo etário com a maior percentagem de beneficiárias/os de processos familiares ativos era o grupo etário dos 25 aos 54 anos de idade (477 ou 68.53%), seguindo-se o grupo etário com 55 ou mais anos de idade (206 ou 29.6%).

Na Figura H.6.4. apresenta-se a distribuição de **beneficiárias/os de processos familiares ativos por nível de escolaridade.**

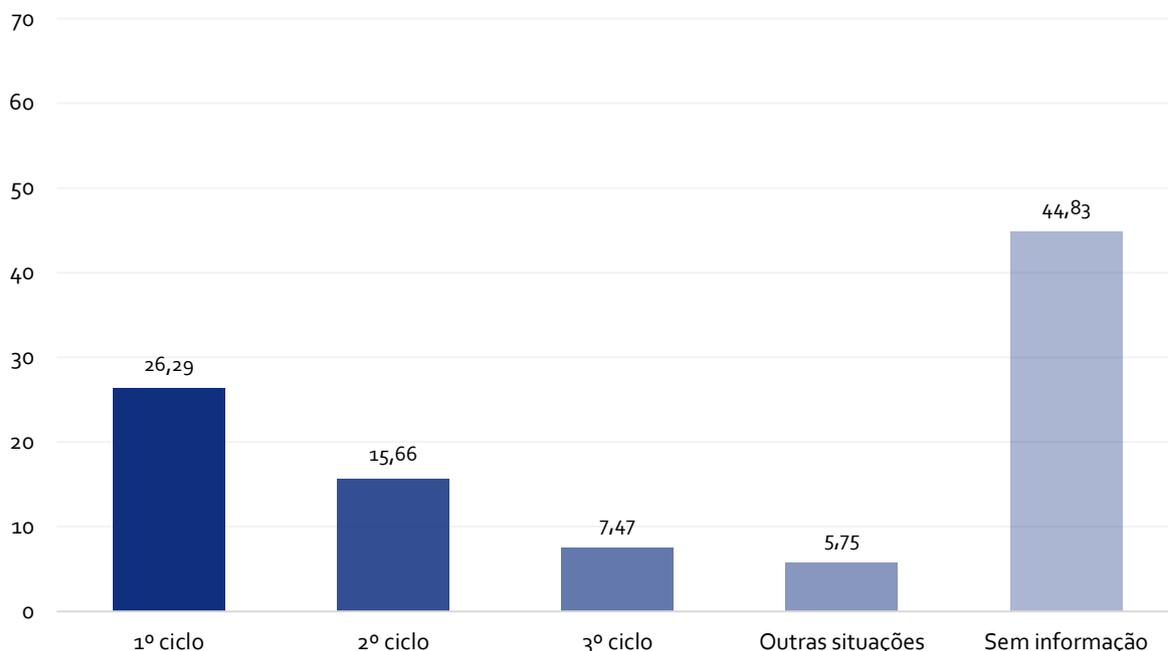


Figura H.6.4. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por nível de escolaridade, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))⁴³⁸

Constata-se pela análise da Figura H.6.4. que mais de $\frac{1}{4}$ das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos tinham o 1º ciclo de escolaridade (183 ou 26.29%), seguindo-se as/os beneficiárias/os de processos familiares ativos com o 2º ciclo de escolaridade (109 ou 15.66%). Para quase metade das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos não existia informação acerca do nível de escolaridade (312 ou 44.83%).

A Figura H.6.5. apresenta a distribuição das/os **beneficiárias/os de processos familiares ativos por estado civil.**

⁴³⁸ Outras situações: inclui "não sabe ler nem escrever", "sabe ler e escrever sem possuir grau de ensino", "ensino secundário (10º, 11º e 12º ano)" e "licenciatura".

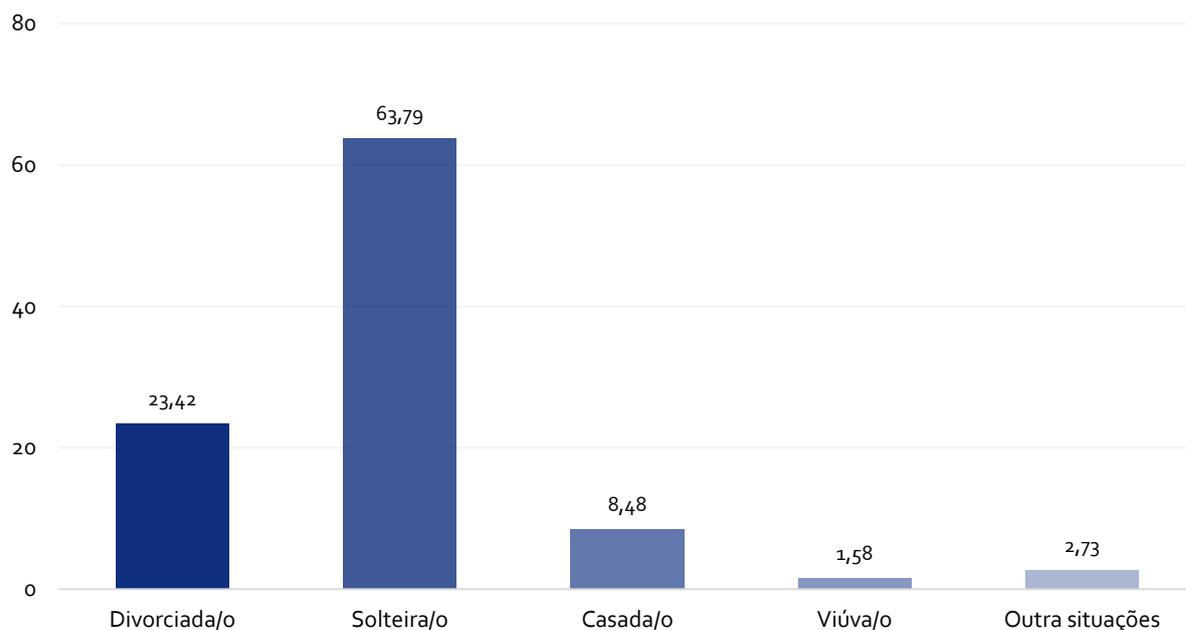


Figura H.6.5. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por estado civil, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))⁴³⁹

Da análise da Figura H.6.5. verifica-se que a maioria das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos eram solteiras/os (444 ou 63.79%). Adicionalmente, 163 (23.42%) eram divorciadas/os e 59 (8.48%) eram casadas/os.

⁴³⁹ Outras situações: inclui "não especificado", "separado judicialmente" e "união de facto".

Seguidamente, a Figura H.6.6. apresenta os dados sobre a **nacionalidade das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos**.

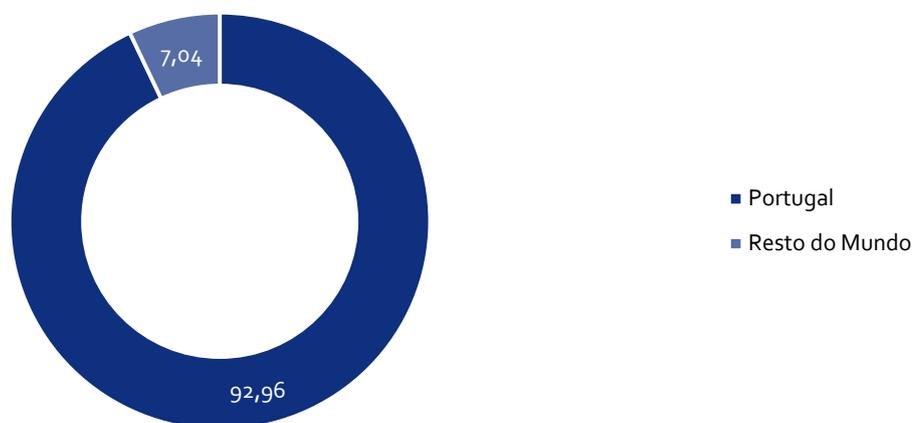


Figura H.6.6. Beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, acompanhadas/os pela Equipa de Sem Abrigo do Porto, por nacionalidade, Porto, dezembro de 2018 (em percentagem; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Analisando a Figura H.6.6. constata-se que a grande maioria das/os beneficiárias/os de processos familiares ativos eram de nacionalidade portuguesa (647 ou 92.96%) e 49 eram de outras nacionalidades (7.04%).

APOIOS ECONÓMICOS CONCEDIDOS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A Figura H.6.7. apresenta os dados relativos ao **número de apoios económicos concedidos por rubrica**, no ano de 2018 e respetivo valor.

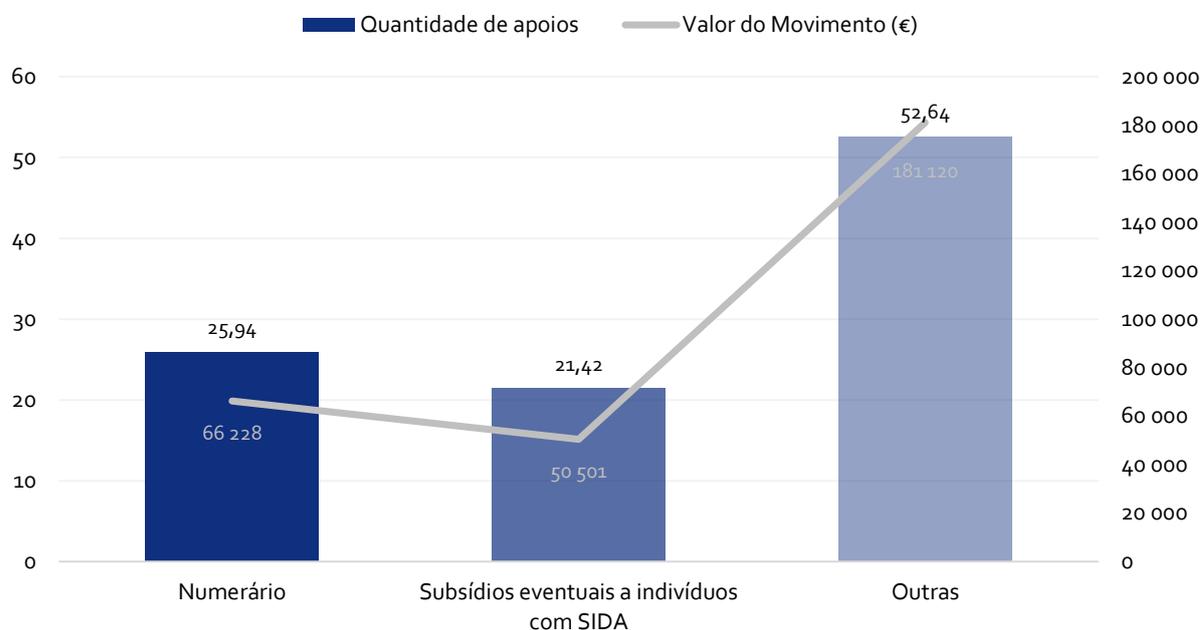


Figura H.6.7. Apoios económicos e valor processado, a beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem abrigo ativa, pela equipa de Sem Abrigo do Porto, por rubrica, Porto, 2018 (em número e em euros; Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ASGB))

Em 2018 foram concedidos um total de 1 307 apoios económicos, no montante global de 297 849€.

Analisando a Figura H.6.7. constata-se que, em 2018, a rubrica que alocou maior número e valor em apoios económicos foi a rubrica “Outras”, com 688 apoios concedidos, no montante total de 181 120€, os quais corresponderam a 52.83% do total de apoios económicos concedidos. A segunda rubrica com maior número e valor de apoios económicos alocados foi a rubrica “Numerário”, com 339 apoios concedidos, no montante global aproximado de 66 228€ (25.94%). Finalmente, a rubrica “Subsídios eventuais a indivíduos com SIDA” alocou, em 2018, um total de 280 apoios (21.42%), com um montante total de cerca de 50 501€.

De seguida, apresenta-se um outro conjunto de indicadores que permitem uma caracterização ao nível do perfil sociodemográfico de uma amostra de pessoas em situação de sem-abrigo.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Entre julho de 2017 e fevereiro de 2018, foram contactadas 149 pessoas em situação de sem-abrigo na cidade do Porto, das quais 102 participaram num estudo. Para acesso integral aos dados desse estudo, e que serão apresentados, consultar “Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA

Inicia-se com a apresentação, nas Figuras H.6.8., H.6.9. e H.6.10. dos dados relativos à distribuição por **sexo, ao estado civil e ao nível de escolaridade das pessoas em situação de sem-abrigo** que participaram no estudo.

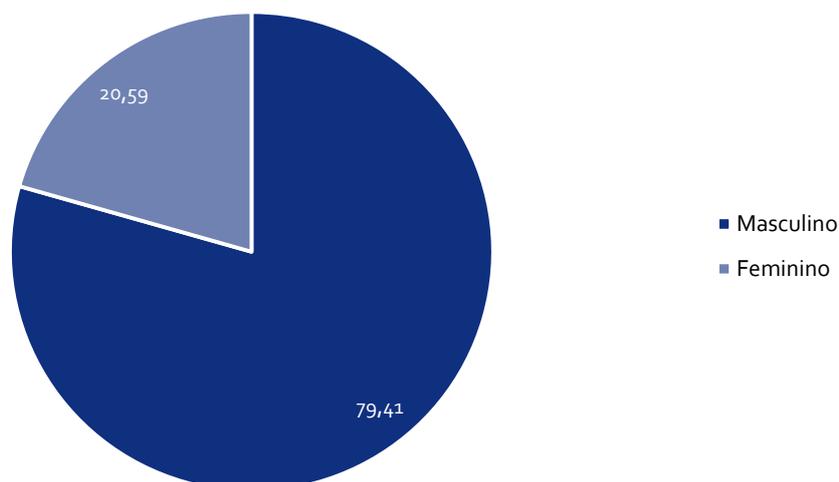


Figura H.6.8. Pessoas em situação de sem-abrigo, por sexo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴¹)

Da análise das Figuras H.6.8., H.6.9. e H.6.10. constata-se que a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo eram do sexo masculino (79.41%), solteiras/os (54.9%) ou divorciadas/os (26.47%) e com o 1º ciclo de escolaridade (33.33%), 2º ciclo de escolaridade (21.57%) ou 3º ciclo de escolaridade (18.63%). A idade média dos participantes no estudo era de 49.27 anos (mínimo de 22 anos e máximo de 78 anos).

Quanto à nacionalidade das pessoas em situação de sem-abrigo, das 102 pessoas participantes, 94 (92.2%) eram de nacionalidade portuguesa e oito de outras nacionalidades.

uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto”. Estudo elaborado pela Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental, para a Câmara Municipal do Porto.

⁴⁴¹ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

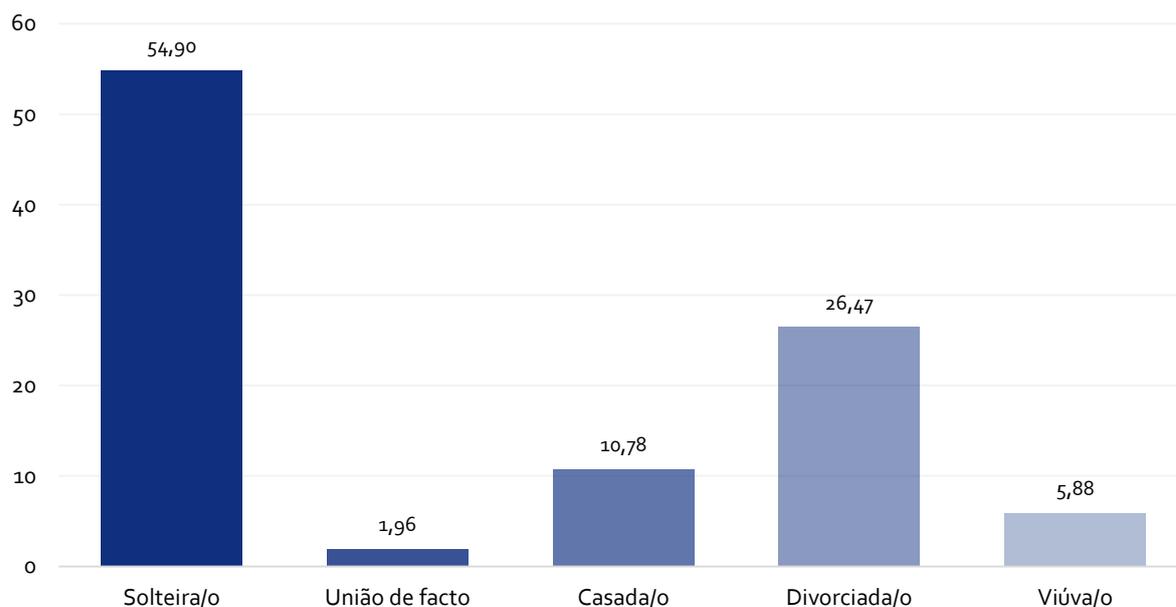


Figura H.6.g. Pessoas em situação de sem-abrigo, por estado civil, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴²)

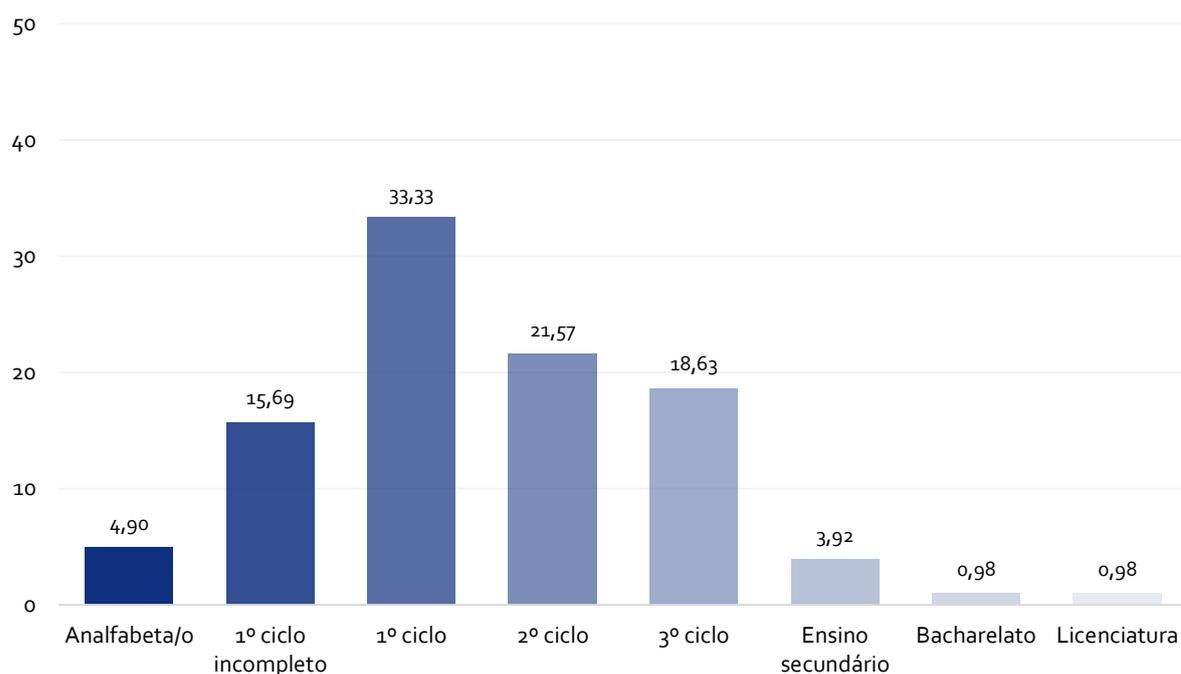


Figura H.6.10. Pessoas em situação de sem-abrigo, por nível de escolaridade, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴³)

⁴⁴² Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

⁴⁴³ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA

Quanto à situação ocupacional/profissional, apresentam-se nas Figuras H.6.11. e H.6.12. os dados relativos ao **tempo de ocupação nos últimos 24 meses e última ocupação profissional**.

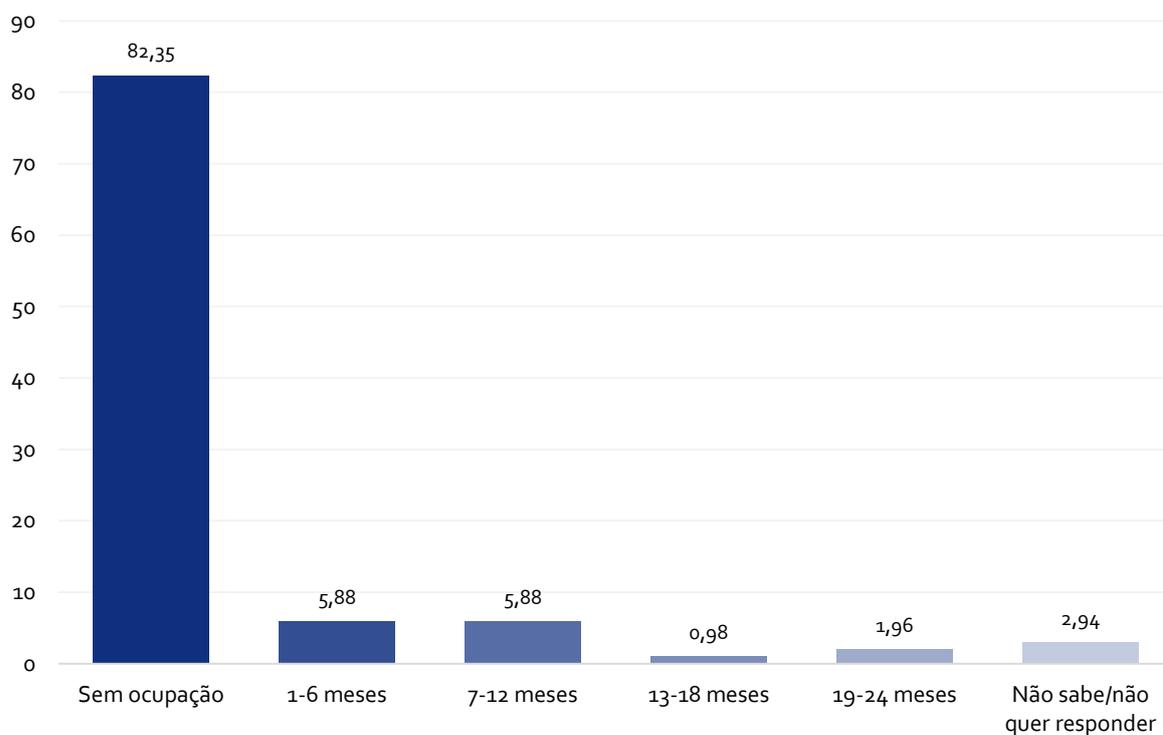


Figura H.6.11. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tempo de ocupação profissional nos últimos 24 meses, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁴)

⁴⁴⁴ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

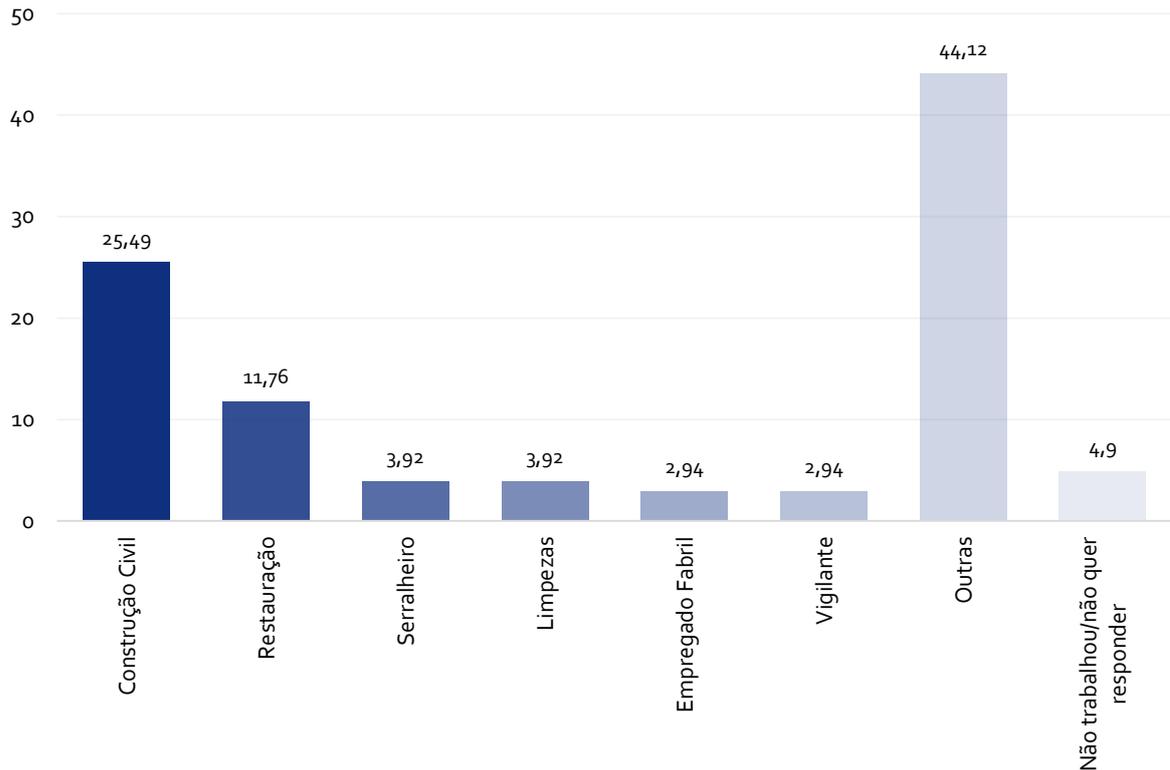


Figura H.6.12. Pessoas em situação de sem-abrigo, por última ocupação profissional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁵)

Observando as Figuras H.6.11. e H.6.12. verifica-se que a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (82.35%) não tinha tido ocupação nos últimos 24 meses, cerca de 6% tinham tido ocupação durante um a seis meses e outros 6% tinham tido ocupação de sete a 12 meses.

Quanto à última ocupação profissional, cerca de ¼ das pessoas em situação de sem-abrigo tinham trabalhado na construção civil e 11.76% tinham trabalhado na restauração (a categoria "outros" englobava 44.12% dos casos).

⁴⁴⁵ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO PARTICIPANTES NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA

Nas Figuras H.6.13. e H.6.14. apresentam-se os dados relativos à caracterização da **situação habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo**.

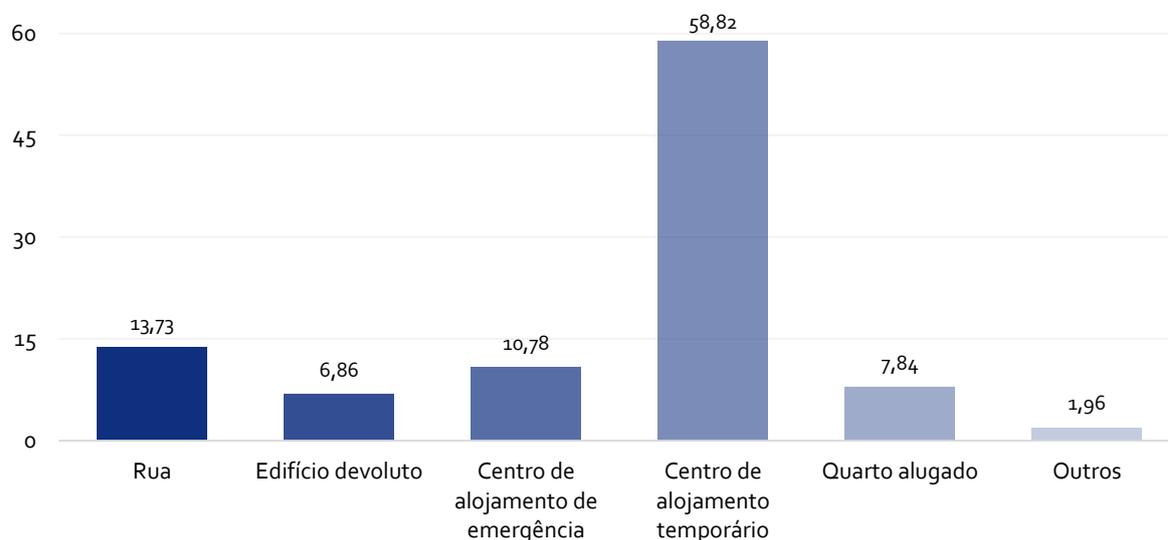


Figura H.6.13. Pessoas em situação de sem-abrigo, por situação habitacional, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁶)

Tal como se pode observar pela análise das Figuras H.6.13. e H.6.14., a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (58.82%) habitava em centros de acolhimento temporário, 13.73% das pessoas em situação de sem-abrigo residiam na rua e 10.8% residiam em centros de alojamento de emergência.

⁴⁴⁶ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Quanto ao tempo de permanência na situação de habitação atual, 27.45% das pessoas em situação de sem-abrigo estavam na situação habitacional atual entre um e cinco anos, 16.67% entre 15 dias e um mês e 15.69% há mais de cinco anos.

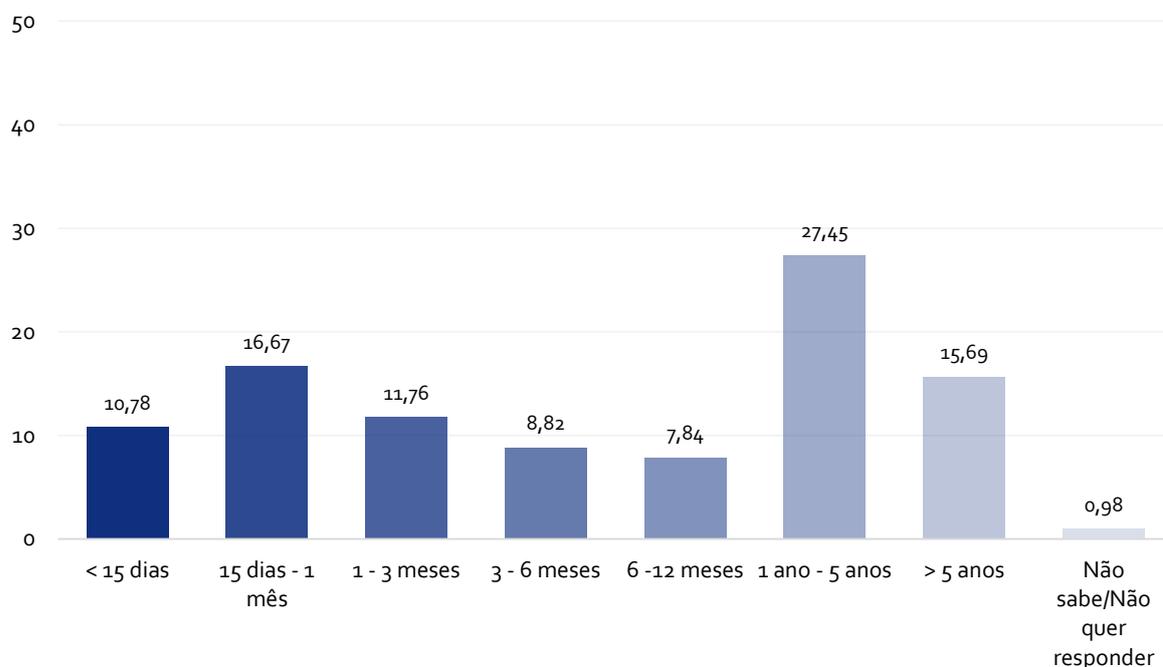


Figura H.6.14. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tempo de situação sem-abrigo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁷)

Ainda relativamente à situação habitacional, 52 (50.98%) pessoas em situação de sem-abrigo disseram estar em situação de sem-abrigo pela primeira vez e as restantes 50 (49.02%) disseram que não era a primeira vez que estavam em situação de sem-abrigo.

Seguidamente, passa-se à apresentação de um outro conjunto de indicadores caracterizadores da situação de saúde das pessoas em situação de sem-abrigo que participaram no estudo.

⁴⁴⁷ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PSICOPATOLÓGICA

Das/os 102 participantes no estudo, 24 (23.5%) afirmaram terem conhecimento de terem um problema de saúde mental diagnosticado.

Na Figura H.6.15. apresenta-se os dados sobre os **problemas de saúde mental diagnosticados**.

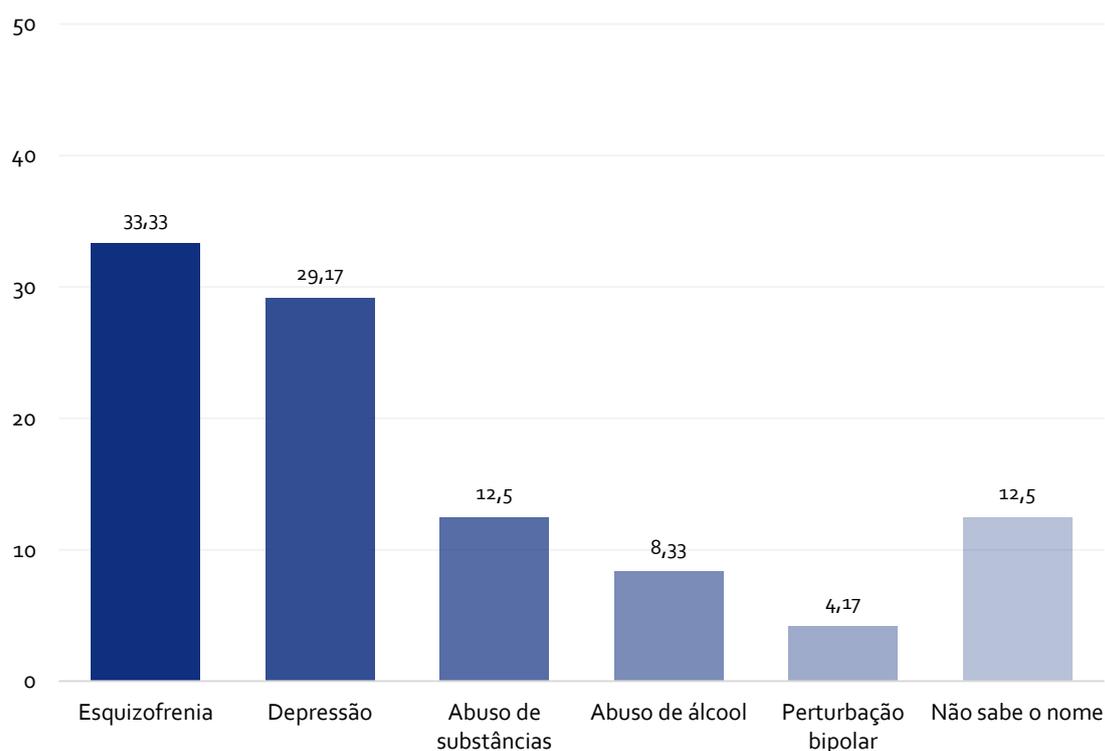


Figura H.6.15. Pessoas em situação de sem-abrigo, por problema de saúde mental diagnosticado, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁸)

Da observação da Figura H.6.15. constata-se que os problemas de saúde mental mais diagnosticados foram a esquizofrenia, com oito casos (33.3%) e a depressão, com sete casos (29.2%).

Adicionalmente, 33 (32.4%) participantes referiram ter problemas de abuso de álcool e 27 (26.5%) referiram ter problemas de consumo de SPA. Quanto aos duplos diagnósticos, apenas 10 participantes (9.8%) tinham um duplo diagnóstico.

⁴⁴⁸ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Relativamente à experiência de acompanhamento em consulta de psiquiatria, 56 participantes (54.9%) referiram ter tido experiência de acompanhamento em consulta de psiquiatria (restantes 45 não tinham tido), 42 (41.2%) referiram que tinham atualmente acompanhamento em consulta psiquiátrica e 26 (25.5%) referiram que tiveram pelo menos um episódio de internamento num serviço de psiquiatria.

Relativamente aos cuidados de saúde primários, 78 participantes (76.5%) referiram estar inscritos num centro de saúde, 70 (68.6%) disseram ter médico de família (e 27, ou seja, 26.5% disseram não ter médico de família).

Quanto à data do último contacto com o centro de saúde, 46 (45.1%) participantes referiram que esse último contacto tinha ocorrido nos últimos três meses, 10 (9.8%) disseram que tinha ocorrido nos últimos quatro a seis meses, seis participantes (5.9%) disseram que esse contacto tinha ocorrido nos últimos sete a 12 meses e 29 (28.4%) disseram que esse último contacto tinha ocorrido há mais de um ano.

ACONTECIMENTOS DE VIDA, FATORES DESENCADEADORES DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E REDES DE APOIO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO

Um outro domínio diz respeito aos **acontecimentos de vida significativos**, que se encontram esquematizados no Quadro H.6.1.

	Sim	Não	Não sabe/não quer responder
Existência de uma situação traumática na infância	45.10% (46)	50% (51)	4.9% (5)
Institucionalização na infância	21.57% (22)	74.51% (76)	3.92% (4)
Fuga de casa na infância	27.45% (28)	68.63% (70)	3.92% (4)
Existência de processo no tribunal/ Direção Geral de Reinserção	17.65% (18)	80.39% (82)	1.96% (2)

Quadro H.6.1. Pessoas em situação de sem-abrigo, por acontecimento de vida significativo, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁴⁹)

Da análise do Quadro H.6.1. verifica-se que 50% das/os participantes (51) referiu não ter tido nenhuma situação traumática na infância, embora 46 (45.1%) tenham referido que vivenciaram alguma experiência traumática na infância.

Quanto à institucionalização na infância, 76 participantes disseram que não tinham sido institucionalizadas/os na infância e 22 disseram que sim.

O mesmo padrão foi encontrado para as fugas de casa na infância (70 participantes responderam que nunca tinham fugido de casa na infância e 28 responderam que tinham fugido de casa na infância) e para a existência de processo no Tribunal/ Direção Geral de Reinserção, em que 82 participantes responderam que não tinha existido nenhum processo em tribunal ou na Direção Geral de Reinserção e 18 responderam que tinha existido um processo em tribunal ou na Direção Geral de Reinserção.

De seguida, a Figura H.6.16. apresenta os dados referentes às **situações traumáticas** relatadas.

⁴⁴⁹ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

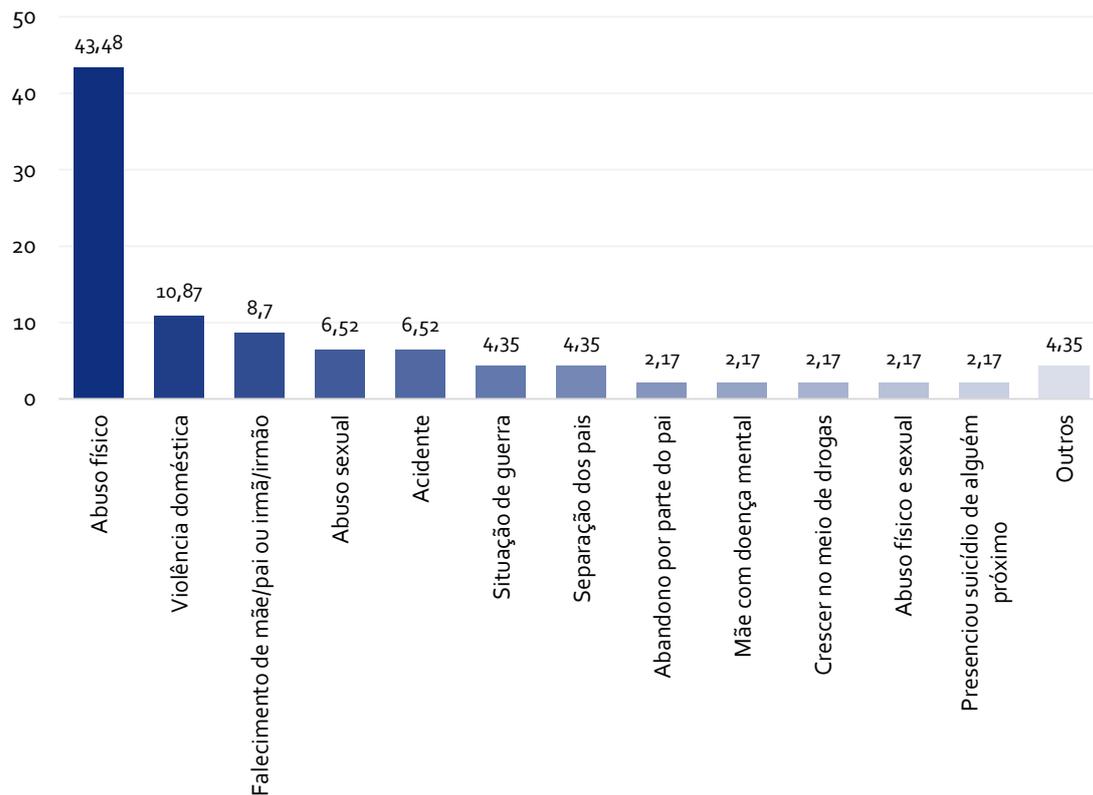


Figura H.6.16. Pessoas em situação de sem-abrigo, por tipo de situação traumática, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁵⁰)

Como se pode observar na Figura H.6.16. a maioria das situações traumáticas vivenciadas na infância que foram reportadas pelas/os participantes diziam respeito a situações de abuso físico (43.48%), seguidas de situações de violência doméstica (10.87%) e do falecimento de pai/mãe ou irmã/irmão (8.7%).

Relativamente aos **fatores desencadeadores da atual situação de sem-abrigo**, a Figura H.6.17. sumariza esses dados.

⁴⁵⁰ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

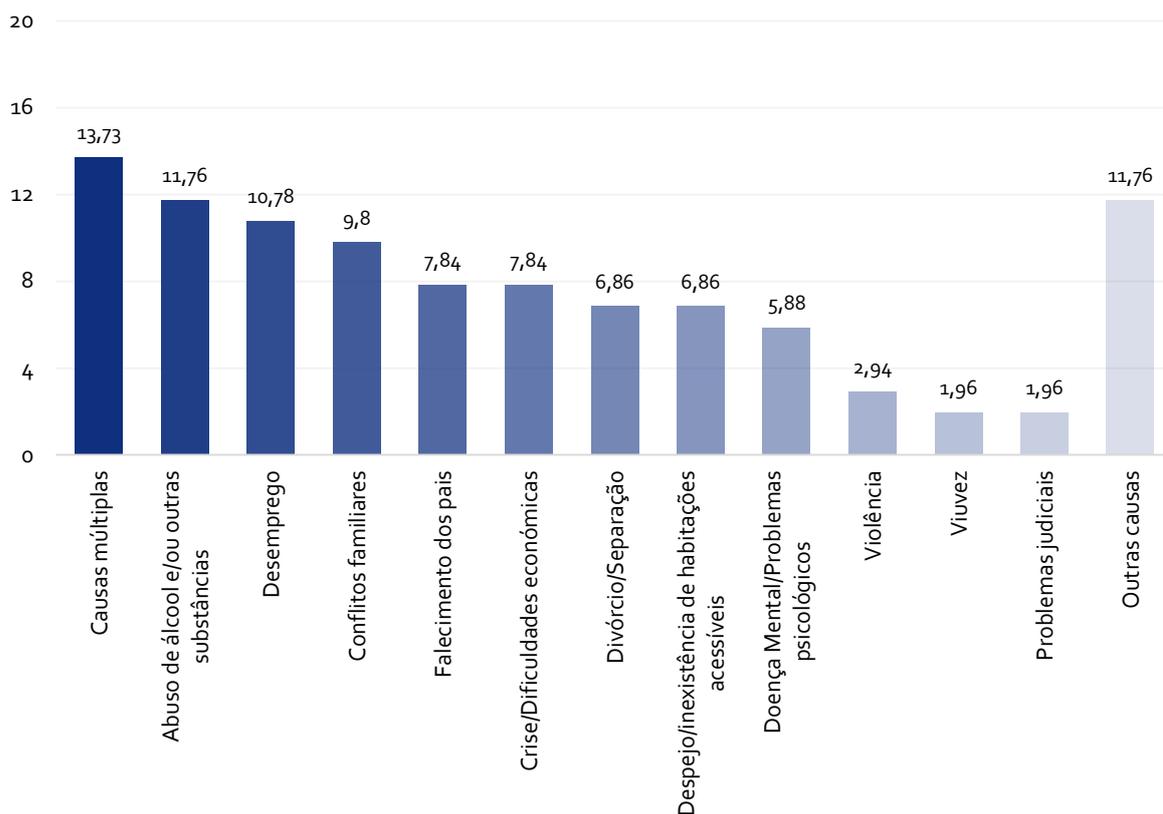


Figura H.6.17. Pessoas em situação de sem-abrigo, por principal causa desencadeadora da situação de sem-abrigo atual, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁵¹)

Da análise da Figura H.6.17. constata-se que, entre as causas mais mencionadas pelas/os participantes, as causas múltiplas foram mencionadas como fator desencadeador em 13.73% das pessoas em situação de sem-abrigo, seguidas das situações de abuso de álcool e/ou outras substâncias (11.76%), do desemprego (10.78%), dos conflitos familiares (9.8%) do falecimento dos pais e da crise/dificuldades económicas (7.84% cada).

Finaliza-se a apresentação dos dados deste relatório, com os que dizem respeito às redes de apoio das pessoas em situação de sem-abrigo que participaram no estudo.

Das/os participantes no estudo, 76 (74.51%) disseram que tinham alguém com quem podiam contar (24 disseram não ter nenhuma pessoa com quem pudessem contar).

Na Figura H.6.18. apresenta-se os dados a respeito das/os **integrantes dessa rede de apoio**.

⁴⁵¹ Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

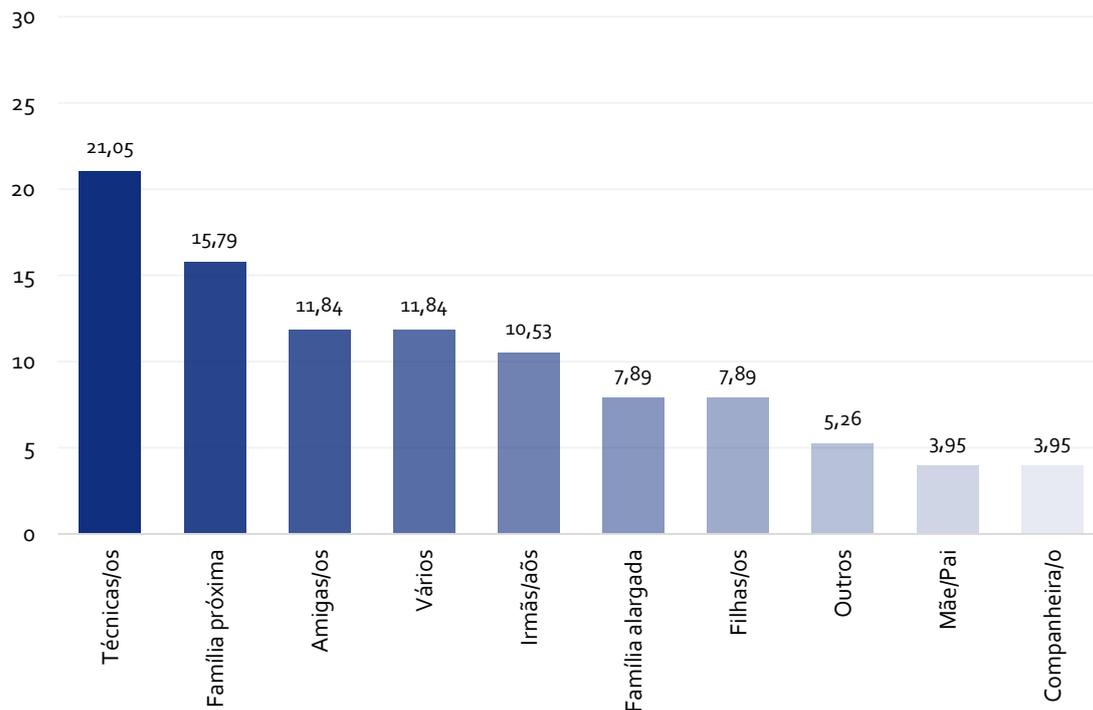


Figura H.6.18. Pessoas em situação de sem-abrigo, por pessoas da rede de apoio, Porto, 2018 (em percentagem; Fonte: Câmara Municipal do Porto/Encontrar-se – Associação para a Promoção da Saúde Mental⁴⁵²)

Da análise da Figura H.6.18. verifica-se que cerca de um quinto das/os participantes (21.05%) referiram como pessoa de apoio a/o técnica/o, seguindo-se a família próxima, que foi referida por 15.79% das/os participantes e das/os amigas/os que foram referidos por 11.84% das/os participantes.

Quando as/os participantes foram inquiridas/os se mantinham contacto regular com essas pessoas da rede de apoio, 68 participantes responderam que sim e cinco responderam que não e quando foram inquiridas/os se a(s) pessoa(s) que constituía(m) a sua rede de apoio tinha(m) conhecimento da sua situação atual, 70 responderam que sim e quatro responderam que não.

⁴⁵² Palha, F. (2018). Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

SÍNTESE INTEGRATIVA

A população em situação de sem-abrigo aumentou de forma muito acentuada entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018: o número de beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem-abrigo, acompanhadas/os pela Equipa de Rua de Sem-Abrigo do Porto, passaram de 50, em dezembro de 2011 para 696, em dezembro de 2018.

Quanto ao **perfil dessa população** constatou-se que a maioria eram homens (mais de 80%), com idades nas faixas etárias dos 25 aos 54 anos ($\approx 68\%$) ou com mais de 55 anos de idade ($\approx 30\%$). A maioria eram solteiras/os (quase 64%) ou divorciadas/os (mais de 23%). Menos de 10% eram casadas/os.

Relativamente ao **nível de escolaridade**, embora para quase 50% dos casos não existisse informação disponível para esse indicador, cerca de 40% das pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas tinham entre o 1º e o 2º ciclo de escolaridade.

Quanto aos **tipos e montantes dos apoios económicos concedidos** constata-se que, em 2018, foram concedidos 1 307 apoios económicos, com um montante global de 297 849 euros.

Num **estudo recente** que contou com 102 participantes, cerca de 80% era do sexo masculino, solteira/o ou divorciada/o, com uma idade média próxima dos 50 anos, apresentando baixos níveis de escolaridade. Mais de 90% eram de nacionalidade portuguesa.

Ainda relativamente às/aos participantes no estudo, a maioria não tinha **ocupação profissional** há pelo menos dois anos e anteriormente tinham trabalhado nos setores da construção civil e da restauração.

Cerca de metade das/os participantes estavam a vivenciar a situação de sem-abrigo pela primeira vez e mais de metade estavam a residir em **centros de alojamento temporário**, estando cerca de **1/3 a viver em situação de sem-abrigo pelo período mínimo de um ano e máximo de cinco anos**.

Quase **1/4 tinham diagnóstico de doença mental**, sendo a esquizofrenia e a depressão as principais patologias associadas. Metade das/os participantes já tinham tido acompanhamento psiquiátrico e cerca de **40% tinham acompanhamento psiquiátrico no momento do estudo**.

De **25% a 30% das/os participantes sem-abrigo não tinham acompanhamento regular no centro de saúde** e 45% referiram ter tido experiências traumáticas na infância, principalmente de abuso físico e violência doméstica.

Relativamente a **fatores percebidos como precipitantes** da situação de sem-abrigo foram, especialmente referidas causas múltiplas, abuso de álcool e consumo de outras substâncias e desemprego.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

No cenário relativo às pessoas em situação de sem-abrigo destaca-se o agravamento substantivo ocorrido entre 2011 e 2018, tal como apresentado na Figura H.6.1. o que, por si só, se constitui como aspeto preocupante, ao qual urge dar resposta.

Também se evidencia que esta população vive um quadro de privações múltiplas e de extrema fragilidade social, com carência económica, baixos níveis de escolarização (cf. Figuras H.6.4. e H.6.10.), dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e trabalho precário e mal remunerado (cf. Figuras H.6.11. e H.6.12.), problemas de saúde (cf. Figura H.6.15.), precariedade da situação habitacional (cf. Figuras H.6.13.), tendência de perpetuação da situação sem-abrigo (cf. Figura H.6.13.) e privação de apoio familiar/social (cf. Quadro H.6.1. e Figuras H.6.16 a H.6.18).

Ao nível das estratégias de combate ao fenómeno das/os sem-abrigo, podem apontar-se estratégias focadas ao nível de três grandes eixos estratégicos, tal como preconizado na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 -2023 (ENIPSSA 2017-2023).

Assim, e relativamente ao **eixo estratégico do conhecimento, informação, sensibilização e educação** é importante garantir a atualização permanente do conhecimento, tendo em vista prevenir e combater a discriminação. É também necessário garantir a acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente atualizada, sobre o tema e sobre os recursos existentes. A este nível seria importante investir também na vertente da investigação, nomeadamente ao nível das representações sociais sobre o tema e que são fundamentais na atitude dirigida às pessoas em situação de sem-abrigo, bem como noutros domínios de investigação relevantes.

Ao nível do eixo estratégico, que diz respeito à **coordenação, monitorização e avaliação**, é fundamental um funcionamento articulado entre instituições com áreas de atuação no domínio ou em domínios confinantes, como condição para a existência de respostas sociais mais concertadas e eficazes, bem como a monitorização e avaliação das intervenções realizadas.

Relativamente ao eixo que se foca no **reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo**, é, desde logo, necessário promover a qualidade da intervenção, seja através da formação técnica contínua das/os agentes a trabalharem no domínio, seja fornecendo um apoio integrado à pessoa ou família em situação de risco.

Tratando-se de uma população multifragilizada, como foi possível constatar ao longo da apresentação dos indicadores caracterizadores deste segmento populacional, outra área

fundamental situa-se ao nível do **reforço dos mecanismos de proteção e apoio social**, investindo em cuidados de proximidade e acompanhamento personalizado, que facilitem o acesso a medidas de proteção social. Estas medidas de proteção social devem passar pelo apoio a três níveis essenciais, nomeadamente, ao nível da habitação, saúde e inserção profissional.

Ao nível da **habitação**, foi possível constatar na Figura H.6.13. que a quase totalidade das pessoas sem-abrigo que participaram no estudo apresentado, não dispunham de uma situação de alojamento estável (quase 70% residiam em centros de alojamento, quer temporários, quer de emergência), pelo que a dimensão relativa ao alojamento se configura como a questão com mais elevada urgência neste segmento populacional, tal como plasmado no objetivo essencial da ENIPSSA 2017-2023. As medidas de apoio a este nível devem passar pela promoção do acesso à habitação, por exemplo, através do fomento de soluções permanentes de alojamento.

Ao nível da **condição de saúde** das pessoas em situação de sem-abrigo que participaram no estudo de caracterização psicopatológica, pode constatar-se que duas grandes dimensões de saúde se revelaram fulcrais. Por um lado, as questões ligadas à **saúde mental**, em que mais de 60% das/os participantes reportaram problemas a esse nível e, por outro lado, as questões ligadas ao **consumo de SPA**, reportadas por mais de 1/5 das/os participantes no estudo (cf. Figura H.6.15.). Assim, as medidas de proteção social ao nível da saúde devem facilitar o acesso a cuidados de saúde, especialmente ao nível da saúde mental e dos CAD, sendo a articulação entre as várias entidades prestadoras de serviços de saúde essencial.

Finalmente, ao nível da **inserção profissional** foi possível constatar, através dos dados apresentados nas Figuras H.6.10. a H.6.12., que as pessoas em situação de sem-abrigo apresentam níveis de escolaridade baixos ou muito baixos, encontrando-se maioritariamente sem integração no mercado de trabalho nos dois anos anteriores à realização do estudo. As medidas de proteção social ao nível da integração profissional devem promover a capacitação/educação/formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho e devem ser articuladas com as entidades no domínio, como por exemplo, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P..

Ao nível das populações com risco acrescido de ficarem em situação de sem-abrigo, há que realçar a população (i)migrante, pelo que devem ser criados e implementados mecanismos e estratégias específicas de apoio à integração desta população (cf. Figuras H.6.6.).

Finalmente, para além das respostas de carácter mais imediato e assistencialista, que são fundamentais, é importante criar projetos integrados de reabilitação social e autonomização de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, que sejam orientados para a sua capacitação pessoal e cívica e lhes possibilitem recuperar a sua autonomia e funcionalidade aos diversos níveis,

permitindo-lhes, assim, sair da situação de exclusão em que vivem e a plena reintegração na sociedade. De facto, e tal como se pode constatar na Figura H.6.14., existe uma tendência de perpetuação da situação de sem-abrigo, pelo que é fundamental reforçar o investimento em estratégias de autonomização e capacitação.

H.7. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO

A APAV define a violência doméstica como “qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheira/o ou ex-companheira/o, namorada/o ou ex-namorada/o, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade” (p.11).⁴⁵³

No sentido de prevenir e combater a violência doméstica e de género foram sendo emanadas políticas públicas, nacionais e internacionais, que têm como objetivo global delinear as ações estratégicas a implementar no domínio.

Segundo o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 - 2017 “A abordagem ao fenómeno da violência doméstica tem acompanhado, a nível nacional, a evolução das diretrizes europeias e internacionais nesta matéria, assentando numa política concertada e estruturada com o objetivo de proteger as vítimas, condenar e recuperar os(as) agressores(as), conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o País de estruturas de apoio e de atendimento, convocando o poder local e as organizações da sociedade civil para uma união de esforços e estratégias que erradiquem a violência doméstica e a violência de género no país”, sendo esta abordagem indissociável da execução de políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade (de género).

O referido Plano apresenta um conjunto de cinco áreas estratégicas fundamentais para a intervenção no domínio da prevenção e combate à violência doméstica e de género, a saber: (1) prevenir, sensibilizar e educar; (2) proteger as vítimas e promover a sua integração; (3) intervir junto de agressores(as); (4) formar e qualificar profissionais e (5) investigar e monitorizar, ou, como se pode ler no texto da sua promulgação “(...) delinear estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores(as), do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país”.

Este Plano articula-se de forma muito próxima com o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não -Discriminação 2014 -2017, uma vez que se assume que “(...) todas as

⁴⁵³Manuel Alcipe: Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência APAV, acessível em https://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf

formas de violência de género radicam numa desigualdade enraizada que cumpre eliminar” (V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017).

Mais recentemente foi criada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio), que se encontra alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁴⁵⁴, com a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim da ONU, de 1995⁴⁵⁵ e com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) de 2011⁴⁵⁶ e da qual decorrem três Planos Nacionais de Ação que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC).

A E eliminação de todos os obstáculos estruturais à igualdade entre mulheres e homens no território nacional é assumida como preocupação central da ENIND porque se pressupõe que são os estereótipos de género que estão na origem da discriminação.

Após esta breve introdução ao domínio apresentam-se, de seguida, um conjunto de indicadores, que permitem uma caracterização no domínio da violência doméstica e de género, no concelho do Porto.

⁴⁵⁴ Acessível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

⁴⁵⁵ Acessível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf

⁴⁵⁶ Acessível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/conv_ce.pdf

A ATUALIDADE

Em Portugal, durante o ano de 2016, foram registadas 27 005 participações de violência doméstica e de género, o que representou um aumento de 1.87% face aos 26 595 casos participados em 2015. Nesse ano, o distrito do Porto foi o segundo do país com maior número de participações, 4 903 participações, e destas, 991 ocorreram no concelho do Porto.

Por questões de organização e clareza apresentam-se, nas secções seguintes, os dados separados para as vítimas, as ocorrências e as/os agressoras/es.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Em 80.12% das 991 participações registadas no concelho, a vítima era do sexo feminino (794 casos) e em 19.88% era do sexo masculino (197 casos).

Nas Figuras H.7.1. e H.7.2. apresentam-se os dados relativos ao **grupo etário e nível de escolaridade das vítimas**.

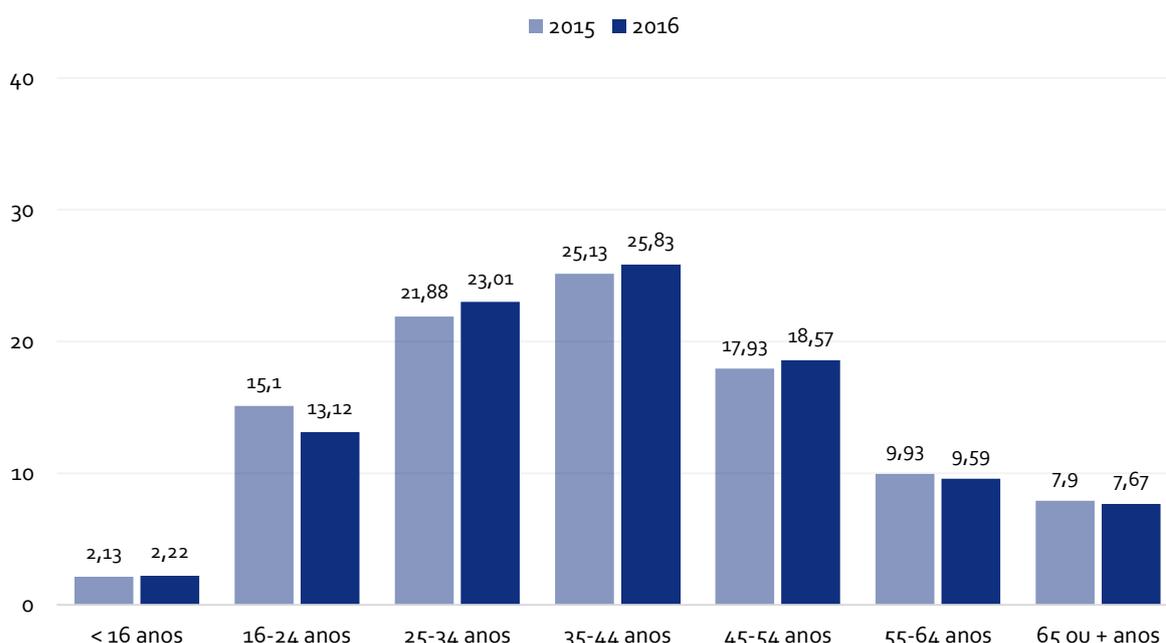


Figura H.7.1. Vítimas de violência de género e doméstica, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Como se pode observar na Figura H.7.1., em 2016, quase metade das vítimas (48.84%) tinham idade compreendida entre os 25 e os 44 anos (23.01% tinham idade entre os 25 e 34 anos e 25.83% tinham idade entre os 35 e 44 anos). Todavia, destaca-se também a faixa etária entre os 45 e os 54 anos com 18.57% dos casos (184) e a faixa etária entre os 16 e 24 anos com cerca de 13.12% (130

casos). Nestas duas faixas etárias, ao contrário das anteriores, verificou-se uma tendência de diminuição do número de casos registados entre 2015 e 2016. Relativamente a crimes de violência de género e doméstica contra pessoas com 65 anos ou mais, contabilizaram-se, em 2016, 76 participações (7.67%), menos dois casos que no ano anterior. Em termos de evolução, entre 2015 e 2016, destacava-se, assim, uma redução de 12.75% no número de vítimas na faixa etária entre os 16 e os 24 anos (de 149 para 130) e um aumento de 5.56% na faixa etária entre os 25 e os 34 anos (de 216 para 228).

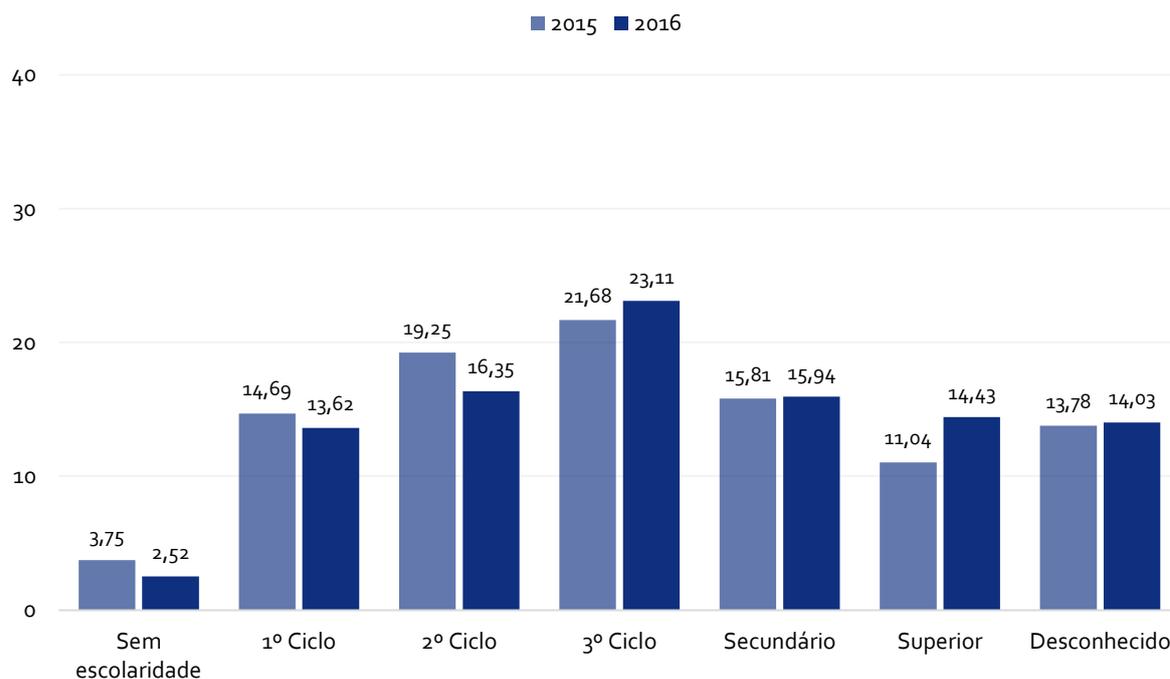


Figura H.7.2. Vítimas de violência de género e doméstica, por nível de escolaridade, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Considerando o **nível de escolaridade das vítimas** e observando a Figura H.7.2., verifica-se que, em 2016, 55.6% das vítimas tinham um nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória (12º ano) e 30.37% das vítimas tinham o ensino secundário ou ensino superior (15.94% com ensino secundário e 14.43% com o ensino superior).

Em termos de evolução, entre 2015 e 2016, verificou-se um aumento de 7.01% no número de vítimas com o 3º ciclo de escolaridade (214, em 2015 e 229, em 2016), um aumento de 31.19% no número de vítimas com o ensino superior (de 109, em 2015 para 143, em 2016), uma diminuição de 32.43% no número de vítimas sem escolaridade (de 37, em 2015 para 25, em 2016), uma diminuição de 6.9% no número de vítimas com o 1º ciclo de escolaridade (de 145, em 2015 e 135, em 2016) e uma diminuição de 14.74% no número de vítimas com o 2º ciclo de escolaridade (190, em 2015 e

162, em 2016). O número de vítimas com o ensino secundário manteve-se estável entre 2015 e 2016.

Nas Figuras H.7.3., H.7.4. e H.7.5. apresentam-se os dados relativos à **situação profissional e estado civil da vítima e à relação da vítima com o/a agressor/a**.

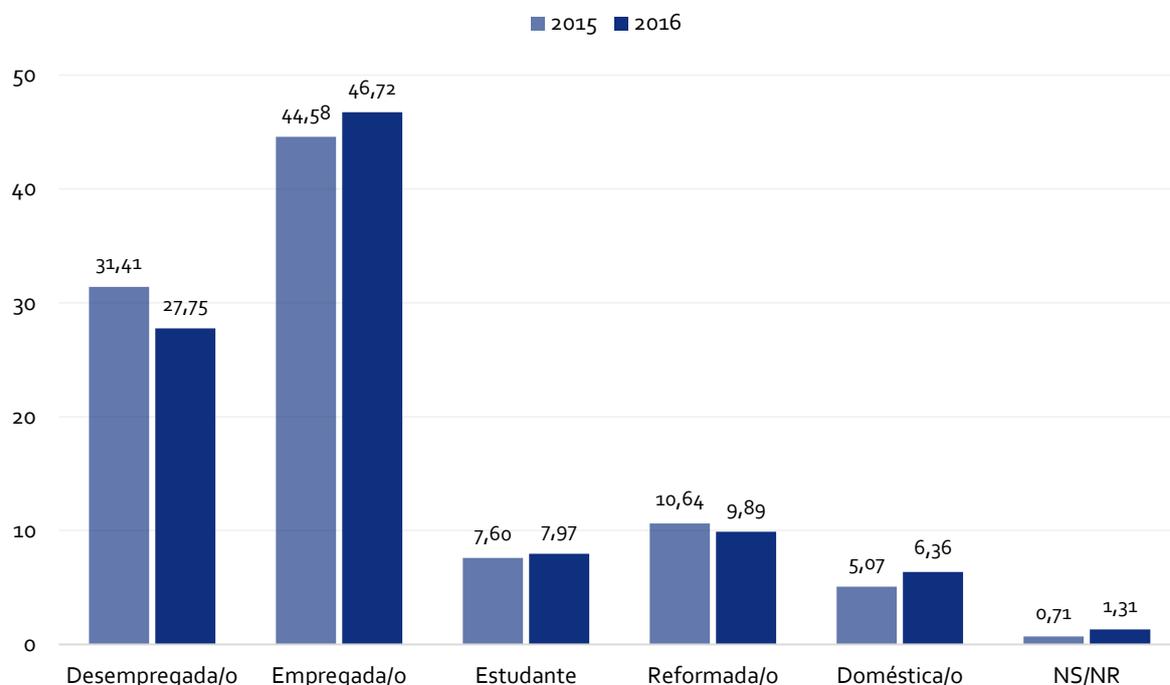


Figura H.7.3. Vítimas de violência de género e doméstica, por situação profissional, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

No que concerne à situação profissional das vítimas, através da Figura H.7.3., pode-se observar que, em 2016, 46.72% se encontravam empregadas, enquanto 27.75% estavam em situação de desemprego. Salienta-se também que 9.89% estavam reformadas e 6.36% eram domésticas.

Entre 2015 e 2016, ocorreu uma diminuição de 11.29% nas vítimas que estavam desempregadas (de 310 para 275), um aumento de 5.23% no número das vítimas que se encontravam empregadas (de 440 para 463) e um aumento de 26% nas vítimas que eram domésticas (de 50 para 63).

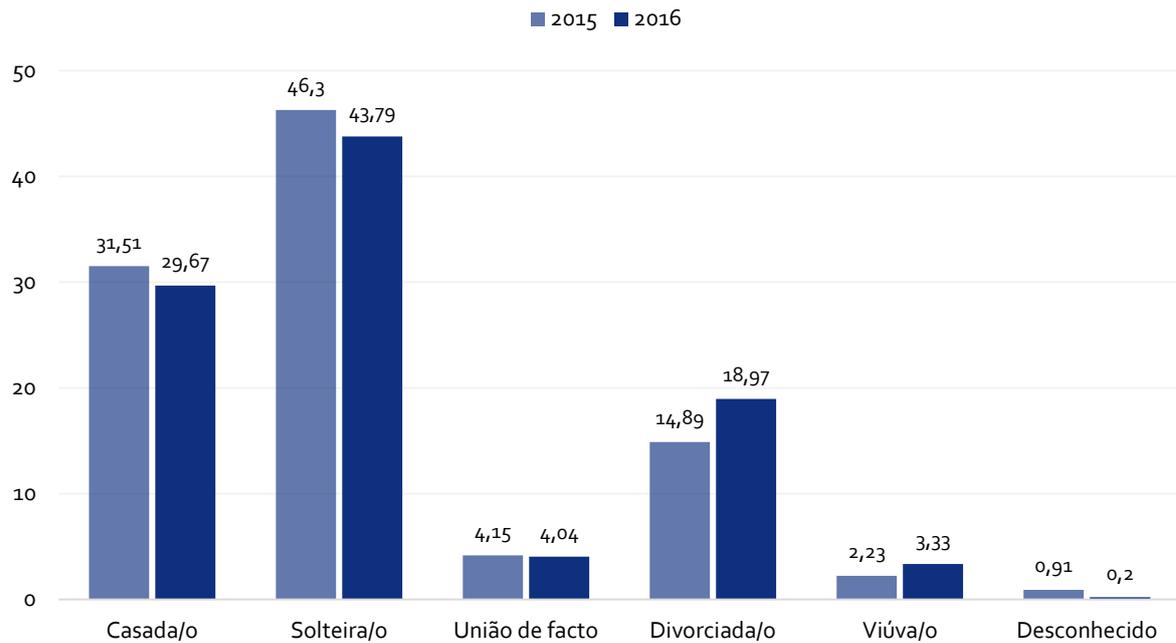


Figura H.7.4. Vítimas de violência de género e doméstica, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Relativamente ao estado civil das vítimas, através da Figura H.7.4., constata-se que, em 2016, 43.79% das vítimas eram solteiras, 29.67% eram casadas e 18.97% eram divorciadas.

Comparando 2015 e 2016, verifica-se que ocorreu uma diminuição de 5.47% e de 5.03% no número das vítimas que eram casadas (de 311 para 294) e que eram solteiras (de 457 para 434), respetivamente. Contrariamente, ocorreu um aumento de 27.89% e de 50%, respetivamente, no número de vítimas que eram divorciadas (de 147 para 188) e viúvas (de 22 para 33).

TIPO DE RELAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO COM O/A AGRESSOR/A E SITUAÇÃO RELATIVAMENTE À EXISTÊNCIA DE FILHAS/OS

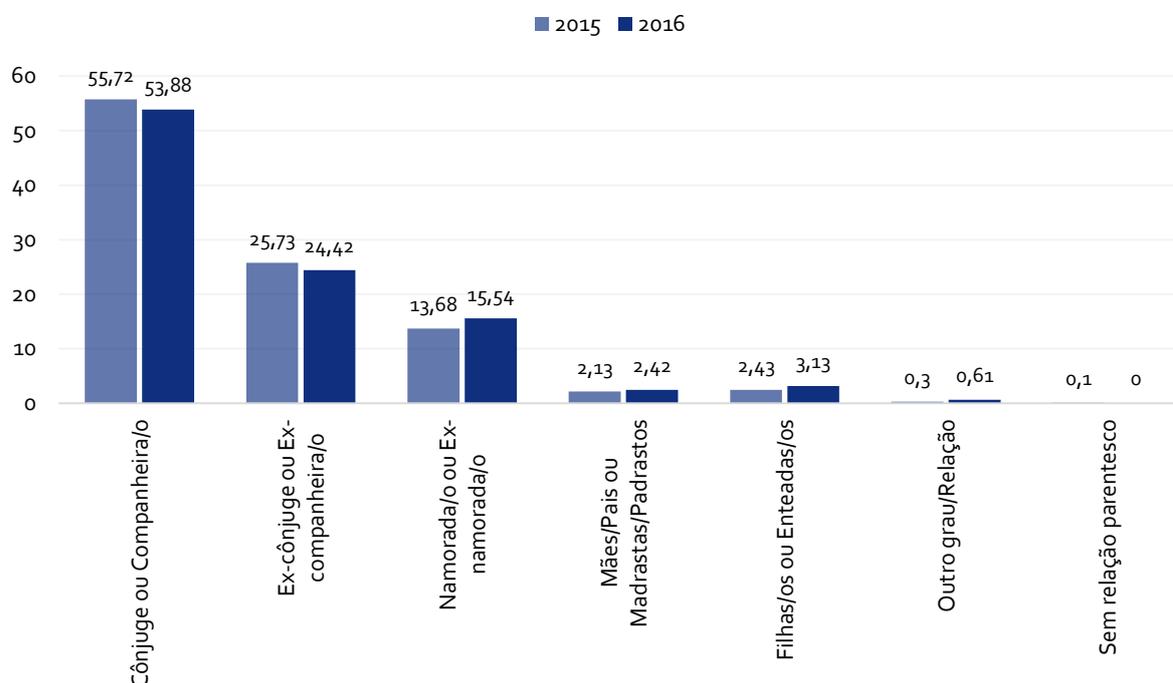


Figura H.7.5. Vítimas de violência de gênero e doméstica, por relação com o agressor, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Relativamente à **relação da vítima com o/a agressor/a**, analisando a Figura H.7.5., verifica-se que, em 2016, em 53.88% dos casos o/a agressor/a era cônjuge ou companheira/o da vítima, em 24.42% era ex-cônjuge ou ex-companheira/o da vítima, em 15.54% era namorada/o ou ex-namorada/o da vítima, em 3.13% eram filha/o ou enteada/o da vítima e em 2.42% eram pai ou padrasto/mãe ou madrasta da vítima.

Destaca-se que, entre o ano de 2015 e 2016, ocorreu uma diminuição de 2.91% e 4.72% nas relações de conjugalidade (de 550 para 534 casos) e ex-conjugalidade (de 254 para 242 casos), respetivamente, e um aumento de 14.07% nas relações de namoro (de 135 para 154 casos).

Finaliza-se esta caracterização da vítima apresentando, na Figura H.7.6., os dados acerca da situação em relação à **existência ou não de filhos**.

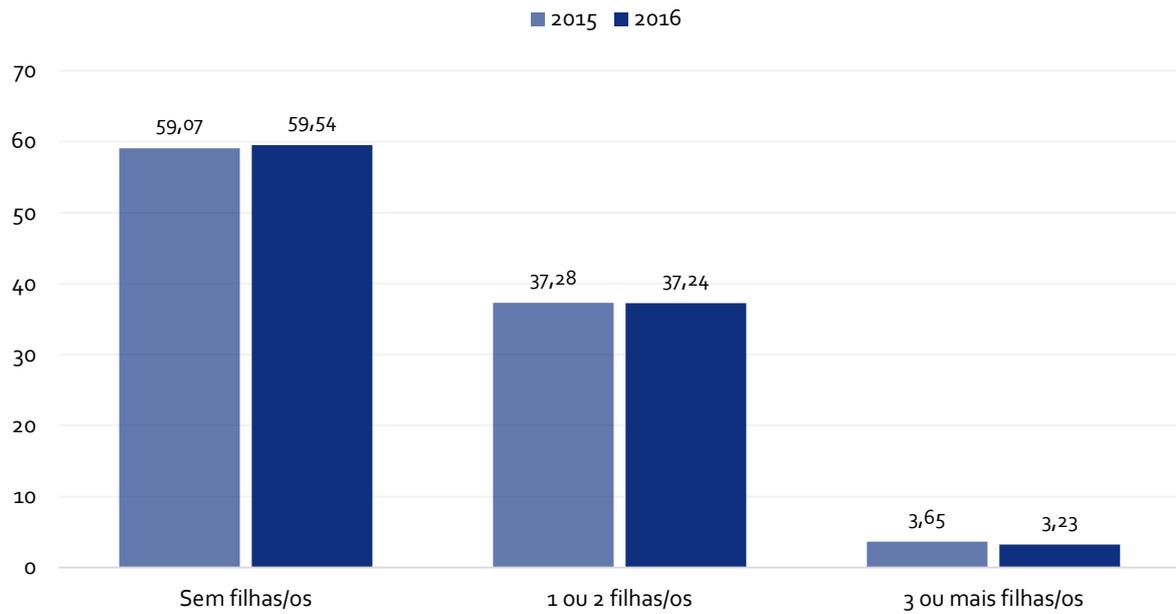


Figura H.7.6. Vítimas de violência de género e doméstica com ou sem filhas/os, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

No que diz respeito ao número de filhas/os das vítimas, observa-se na Figura H.7.6. que, em 2016, 59.54% não tinham filhas/os, 37.24% tinham entre um/a ou dois/duas filhos/as e 3.23% tinham três ou mais filhas/os. Comparando os anos de 2015 e 2016, verifica-se que não ocorreram diferenças significativas a este nível.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Começa-se por apresentar na Figura H.7.7. os dados sobre a **freguesia de ocorrência**.

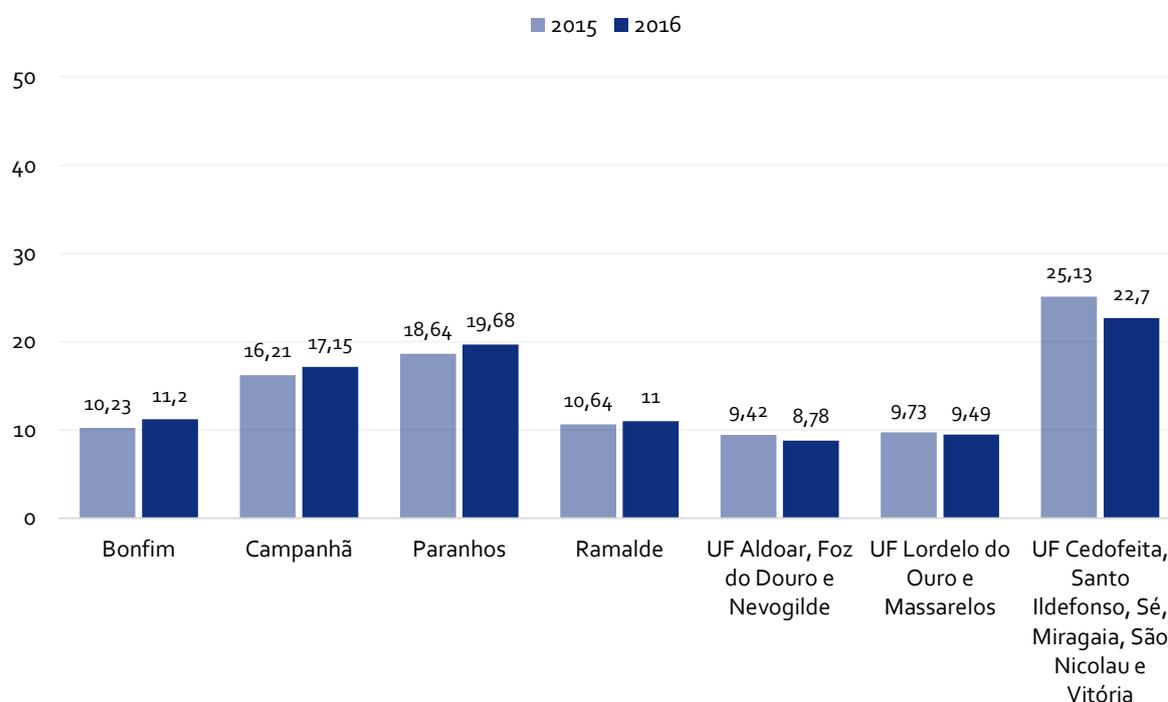


Figura H.7.7. Ocorrências, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

No que concerne às freguesias/uniões de freguesia das ocorrências registadas pelas autoridades competentes, verifica-se que a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória foi a que teve o maior número de casos em 2016, com 225 (22.70%), seguindo-se a freguesia de Paranhos com 195 casos (19.68%) e a freguesia de Campanhã com 170 casos (17.15%). Estas três freguesias/uniões de freguesia perfizeram um total de 59.54% das ocorrências registadas. (cf. Figura H.7.7.)

Também se constata que, em termos da evolução no número de ocorrências, entre 2015 e 2016, ocorreu um aumento de 2.08% em Paranhos (de 96 para 94 ocorrências) e de 3.81% na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (de 105 para 109 ocorrências).

TIPO, LOCAL E CONTEXTO TEMPORAL DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO

A Figura H.7.8. apresenta a distribuição das **ocorrências por tipo de violência**⁴⁵⁷.

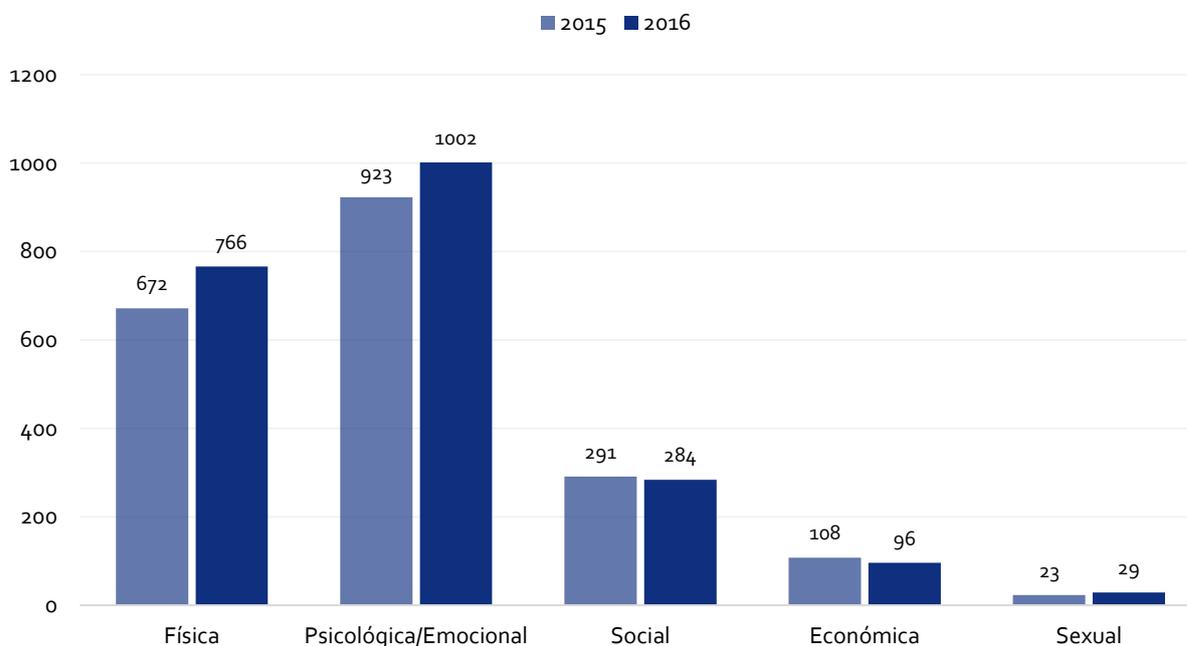


Figura H.7.8. Ocorrências, por tipo de violência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Da análise da Figura H.7.8. constata-se que, nos dois anos em análise, a violência psicológica/emocional foi a que teve o maior número de ocorrências (923, em 2015 e 1 002, em 2016), seguida da violência física (672 e 766, respetivamente em 2015 e 2016). Também se constata que para estes dois tipos de violência ocorreu um aumento no número de ocorrências (14% e 8.6%, respetivamente para violência física e violência psicológica/emocional). Os três restantes tipos de violência tiveram uma expressão menor ao nível do número de ocorrências e existiu uma tendência de diminuição do número de ocorrências (exceto para as ocorrências de violência sexual).

Os dados sobre ocorrências, por **local de ocorrência** são apresentados na Figura H.7.9.

⁴⁵⁷ De notar que, devido à forma como é feito o registo das ocorrências, pode não haver uma correspondência exata entre o número de participações e o registo do número relativo ao tipo de violência.

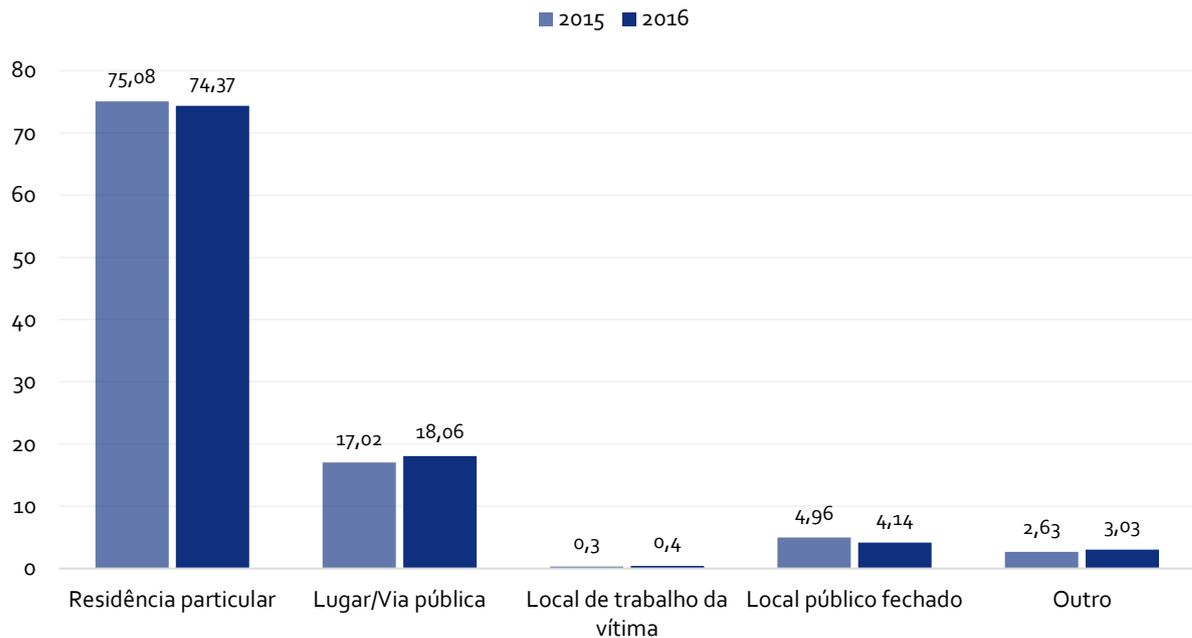


Figura H.7.9. Ocorrências, por local da ocorrência, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Partindo da observação da Figura H.7.9., verifica-se que, em 2016, o local de ocorrência mais referenciado pelas vítimas foi a residência particular, com 74.37% dos casos registados (737) e a via pública com 18.06% das ocorrências (179).

Em termos comparativos, entre 2015 e 2016, destaca-se apenas um aumento de 6.55% na ocorrência de agressões em via pública (de 168 para 179 ocorrências).

Finaliza-se com a apresentação dos dados relativos ao **contexto temporal das ocorrências e da fonte da denúncia**, nas Figuras H.7.10. e H.7.11.

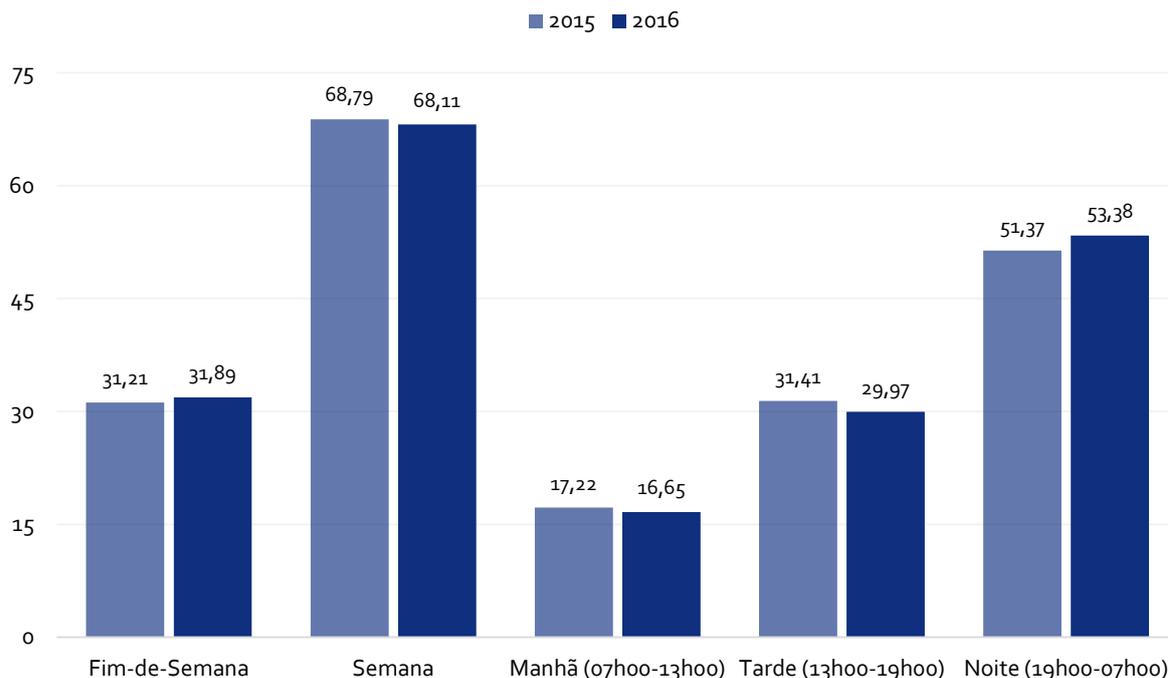


Figura H.7.10. Ocorrências, por contexto temporal, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Relativamente ao contexto temporal das ocorrências, partindo da análise da Figura H.7.10., verifica-se que, em 2016, 68.11% (675) das ocorrências ocorreram durante a semana, enquanto 31.89% (316) ocorreram durante o fim-de-semana. Adicionalmente, verifica-se que 53.38% das ocorrências sucederam no período noturno (entre as 19 e as 7 horas), 29.97% sucederam durante a tarde (entre as 13 e as 19 horas) e 16.65% sucederam durante o período matinal (entre as 7 e as 13 horas).

Comparando os anos de 2015 e 2016, salienta-se a diminuição de 4.19% no número de ocorrências durante a tarde (de 310 para 297 ocorrências) e um aumento de 4.34% nas ocorrências noturnas (de 507 para 529 ocorrências).

FONTE DE DENÚNCIA DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO

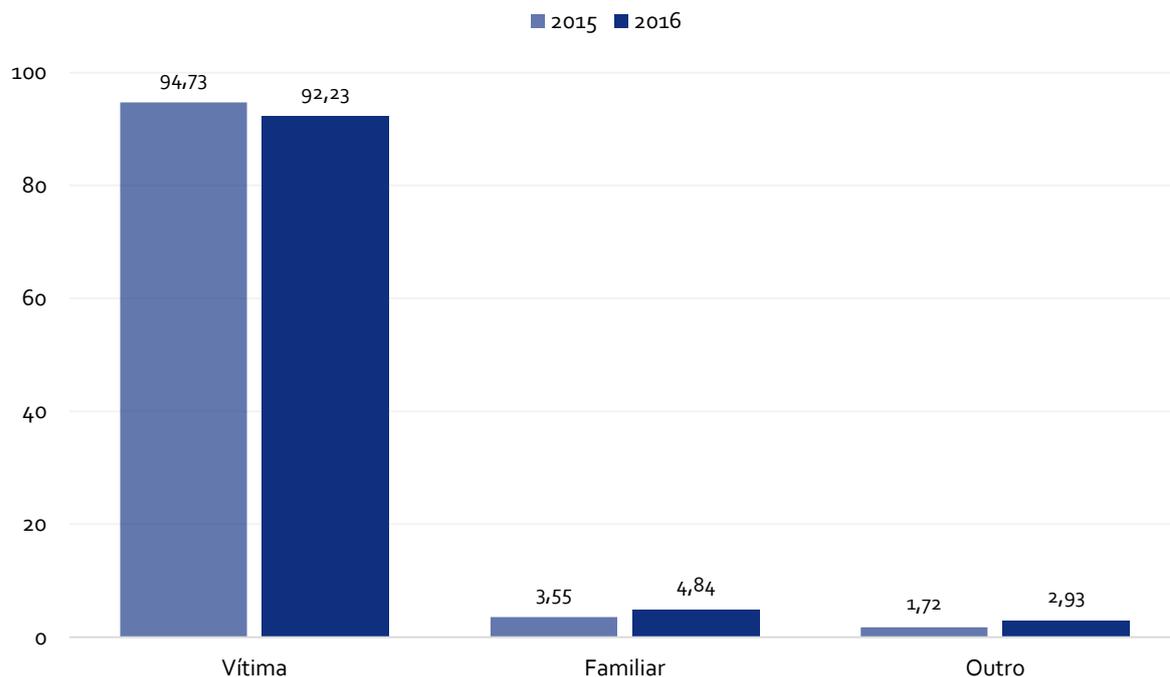


Figura H.7.11. Ocorrências, por fonte de denúncia, 2015 e 2016 (em porcentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

No que concerne à fonte da denúncia, observa-se, a partir da análise da Figura H.7.11. que, em 2016, em 92.23% dos casos a denúncia foi efetuada pela vítima e em 4.84% a denúncia foi feita por um/a familiar.

Entre os anos de 2015 e 2016, ocorreu uma diminuição de 2.25% nas denúncias feitas pela vítima (de 935 para 914 denúncias) e um aumento de 37.14% nas denúncias efetuadas por um/a familiar (de 35 para 48 denúncias).

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS/OS AGRESSORAS/ES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Relativamente às/aos agressoras/es, verifica-se que, em 2016, 80.12% eram do sexo masculino e 19.88% eram do sexo feminino.

Nas Figuras H.7.12., H.7.13. e H.7.14. apresentam-se os dados relativos ao **grupo etário, situação profissional e estado civil das/os agressoras/es.**

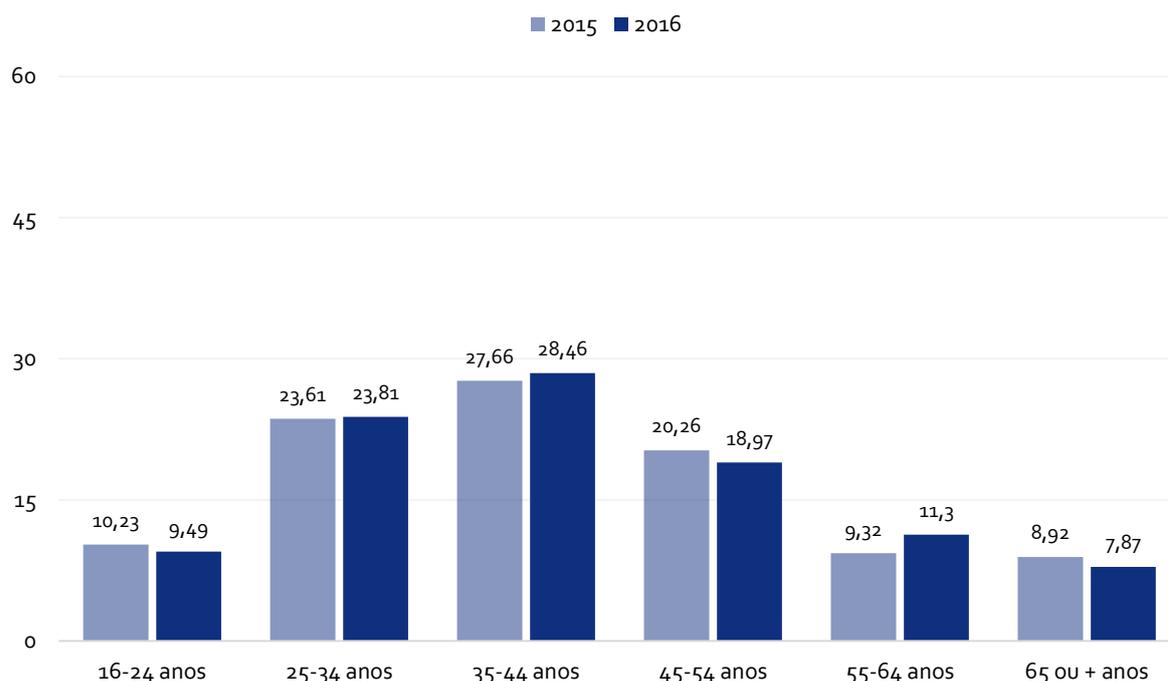


Figura H.7.12. Agressoras/es, por grupo etário, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Como se pode observar pela Figura H.7.12., em 2016, 52.27% das/os agressoras/es tinham entre 25 e 44 anos de idade (23.81% tinham entre os 25 e 34 anos 29.46% tinham entre os 35 e 44 anos), sendo estas as faixas etárias com maior prevalência de agressoras/es. Contudo, evidencia-se também a faixa etária entre os 45 e os 54 anos, com 18.97% dos casos e a faixa entre os 55 e os 64 anos, com 11.30% das/os agressoras/es. Na faixa etária com 65 ou mais anos existiram 78 agressoras/es (7.87%). Contrariamente à caracterização das vítimas, não se verifica a existência de agressoras/es com idade inferior a 16 anos.

Comparando 2015 e 2016, verifica-se uma diminuição de 6% (de 200 para 188) e de 11.36% (de 88 para 78) no número de agressoras/es nas faixas etárias entre os 45 e os 54 anos e com 65 ou mais anos, respetivamente, enquanto na faixa etária dos 55 aos 64 anos ocorreu um aumento de 21.74% (de 92 para 112 agressoras/es).

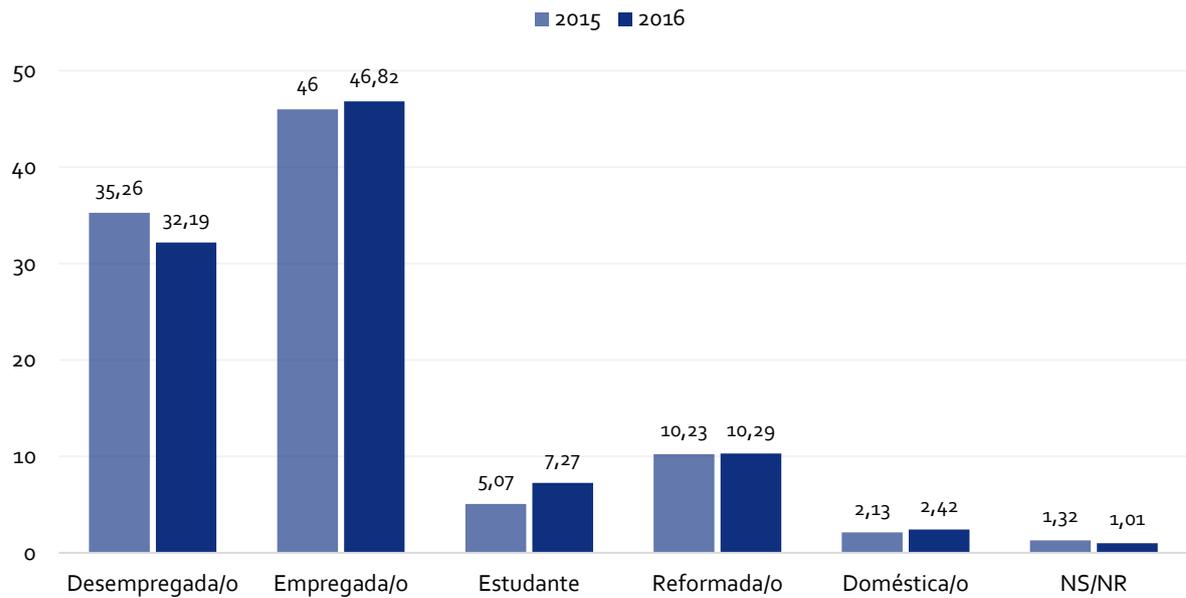


Figura H.7.13. Agressoras/es, por situação profissional, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Pela análise da Figura H.7.13., verifica-se que, em 2016, 46,82% das/os agressoras/es se encontravam empregadas/os, 32,19% encontravam-se desempregadas/os, 10,29% estavam reformadas/os, 7,27% eram estudantes e 2,42% eram domésticas/os.

Comparando os anos de 2015 e 2016, verifica-se que ocorreu uma diminuição de 8,33% no número de agressoras/es desempregadas/os (de 348 para 319) e um aumento de 44% nas/os agressoras/es estudantes (de 50 para 72).

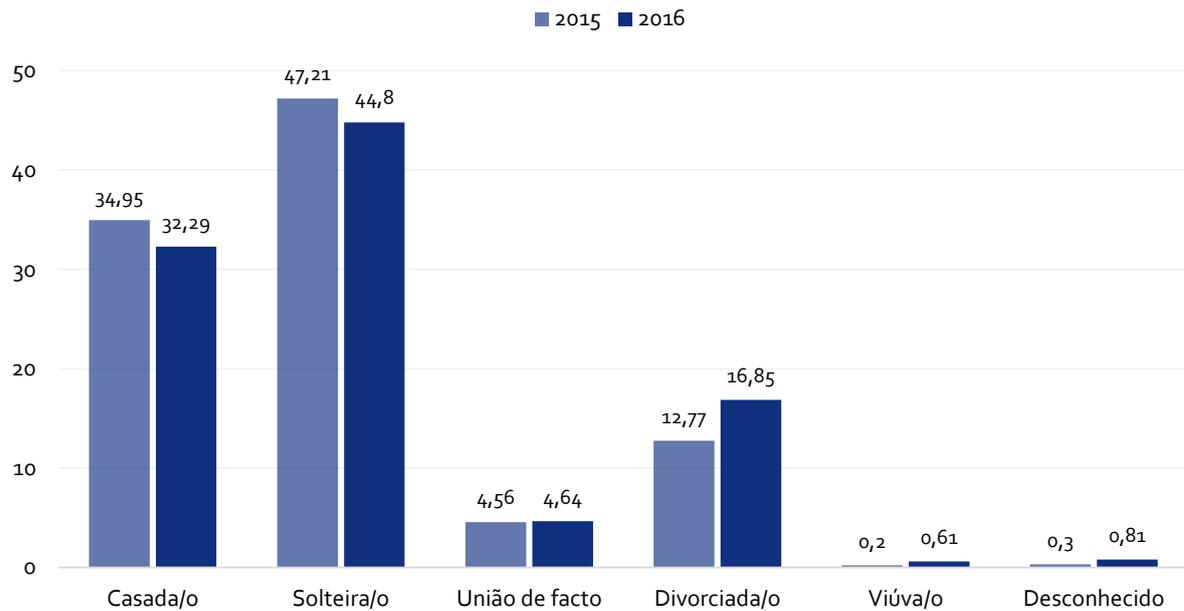


Figura H.7.14. Agressoras/es, por estado civil, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Através da observação da Figura H.7.14. verifica-se que, em 2016, 44.80% das/os agressoras/es eram solteiras/os, 32.29% eram casadas/os e 16.85% eram divorciadas/os.

Entre 2015 e 2016, observou-se uma diminuição de 7.25% (de 345 para 320 casos) e de 4.72% (de 466 para 444 casos) no número de agressoras/es casadas/os e solteiras/os, respetivamente, e um aumento de 32.54% nas/os agressoras/es divorciadas/os (de 126 para 167 casos).

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS/OS AGRESSORAS/ES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO E REINCIDÊNCIA

Na Figura H.7.15. apresenta-se os dados que dizem respeito à **freguesia de residência do/a agressor/a**.

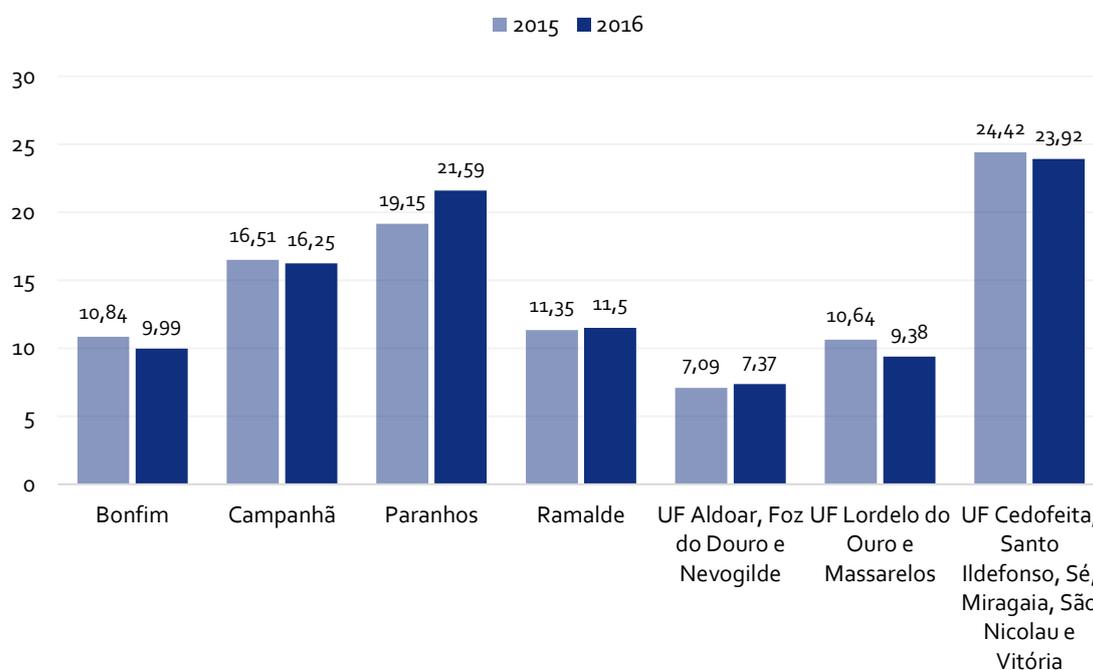


Figura H.7.15. Agressoras/es, por freguesia/união de freguesias, Porto, 2015 e 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

No que concerne à freguesia/união das Freguesias de residência do/a agressor/a, verifica-se através da Figura H.7.15. que, em 2016, 23.92% das/os agressoras/es residia na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 21.59% tinha residência na freguesia de Paranhos, 16.25% residia na freguesia de Campanhã e 11.50% residia na freguesia de Ramalde.

Comparando os anos de 2015 e 2016, observou-se um aumento de 13.23% no número de agressoras/es residentes na freguesia de Paranhos (de 189 para 214 casos) e uma diminuição de 11.43% no número das/os agressoras/es residentes na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (de 105 para 93 casos).

Finalmente, apresenta-se na Figura H.7.16. os dados relativos à **reincidência**.

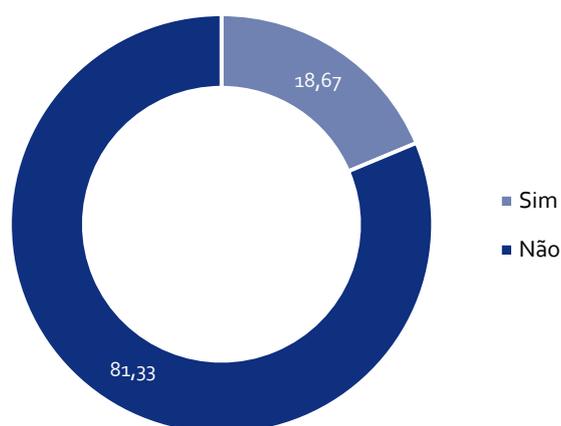


Figura H.7.16. Agressoras/es, por reincidência das ocorrências, Porto, 2016 (em percentagem; Fonte: Comando Metropolitano do Porto)

Como se pode observar na Figura H.7.16, em termos da reincidência do/a agressor/a, constata-se que, em 2016, 81.33% das/os agressoras/es não eram reincidentes. Ainda assim, entre 2015 e 2016, ocorreu um aumento de 13.5% no número de agressoras/es que eram reincidentes (de 163 para 185).

VIOLÊNCIA NO NAMORO E NAS RELAÇÕES AMOROSAS

Quanto à violência no namoro/relações amorosas, e de acordo com o Plano Municipal da Juventude do Porto⁴⁵⁸, de 2017, o diagnóstico realizado indica que existia uma elevada incidência de violência nas relações amorosas.

Na Figura H.7.17. apresenta-se alguns dados sobre o **tipo de contacto, direto ou indireto, com situações de violência numa relação amorosa.**

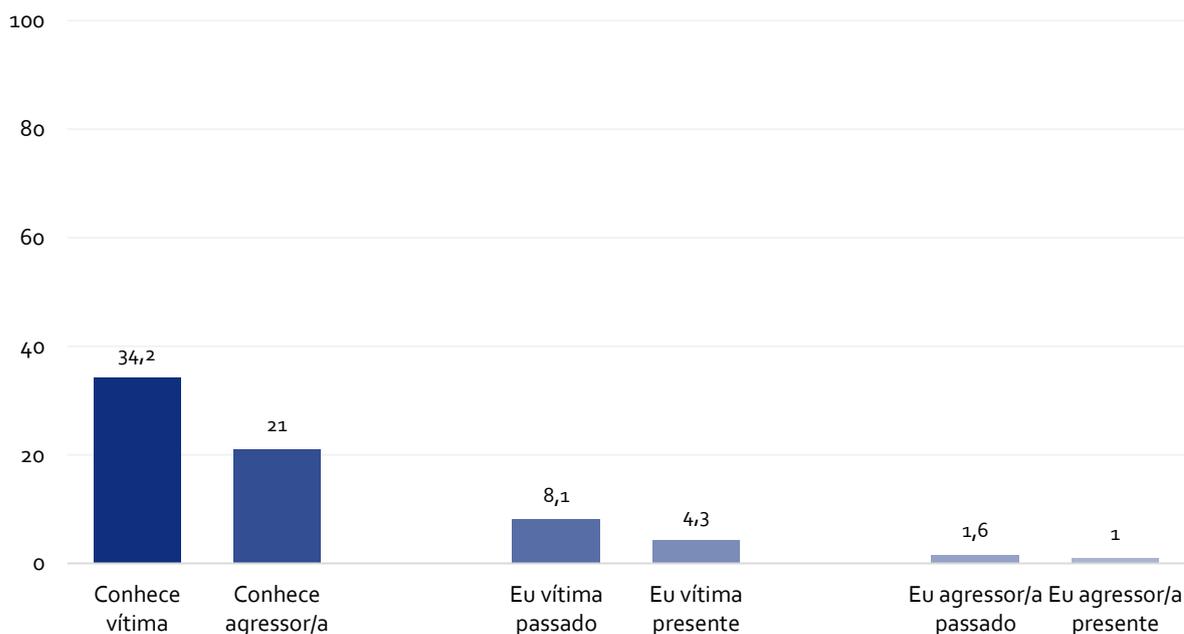


Figura H.7.17. Contacto com situações de violência numa relação amorosa, por tipo de contacto (direto/indireto), Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Plano Municipal da Juventude do Porto)

Da observação da Figura H.7.17. constata-se que mais de 1/3 (34.2) das/os jovens conhecia alguém da sua rede social próxima (amigas/os, colegas, familiares) que tinha sido vítima de violência e cerca de 1/5 (21%) conhecia um/a agressor/a envolvido num relacionamento amoroso.

Quanto aos relacionamentos em que as/os jovens tinham estado ou estavam envolvidos, 8.1% indicaram ter sido vítimas de violência no passado e 4.3% já se tinham sentido vítimas de violência no seu relacionamento atual.

⁴⁵⁸ Serôdio, R., Serra, A., Lima, J. A., Silva, S. M., Catita, L., Lopes, P., Freitas, S., Catalino, M., Pinto, B. & Fernandes, J. (2017a). Plano Municipal de Juventude do Porto. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.

A Figura H.7.18. apresenta alguns dados relativos ao contacto, direto ou indireto, com situações de violência numa relação amorosa, por sexo.

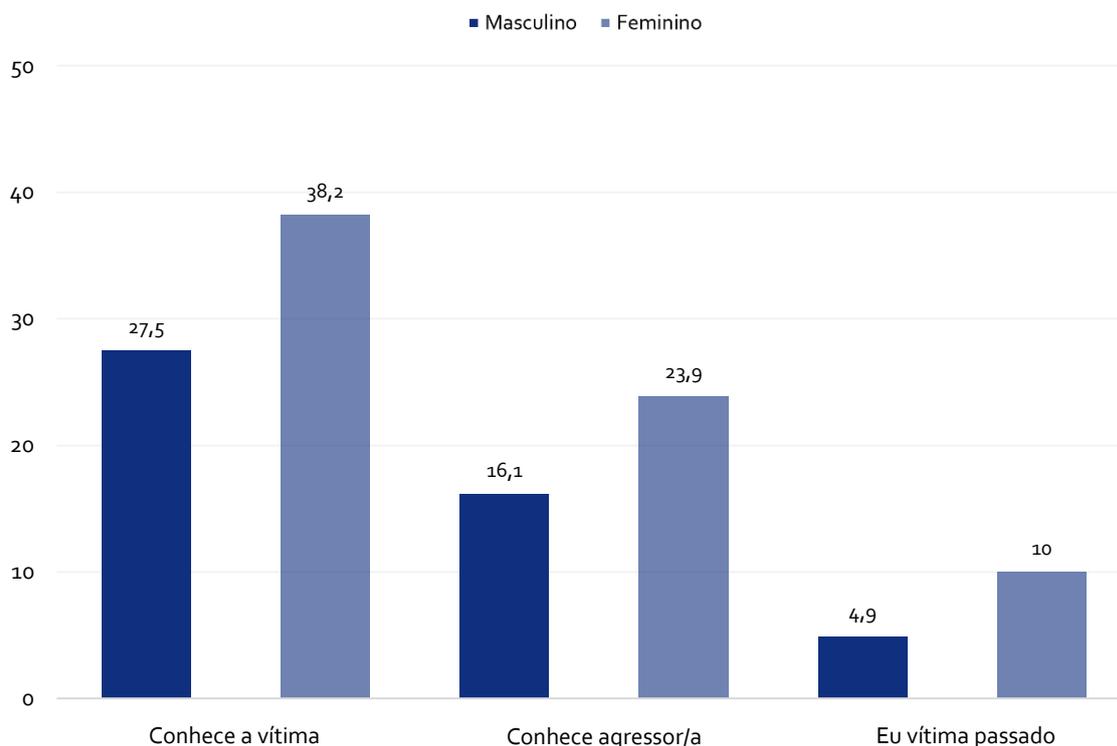


Figura H.7.18. Contacto com situações de violência numa relação amorosa, por tipo de contacto (direto/indireto) e por sexo, Porto, 2017 (em percentagem; Fonte: Plano Municipal de Juventude do porto)

No entanto, e tal como se pode observar na Figura H.7.18., há que realçar que o sexo funcionava como um moderador deste fenómeno. De facto, foi maior a percentagem de jovens do sexo feminino que disseram conhecer vítimas ou agressores, e que foram elas próprias vítimas de violência em relacionamentos amorosos, do que a dos jovens do sexo masculino. Concretamente, das jovens que responderam ao inquérito, 38.2% disseram conhecer alguém na sua rede social que tinha sido vítima, enquanto nos jovens essa percentagem foi apenas de 27.5%. O mesmo ocorreu quando foram inquiridos se conheciam algum/a agressor/a na sua rede social, em que 23.9% das jovens disseram que conheciam e apenas 16.1% dos jovens disseram que sim. Finalmente, 10% das jovens disseram que já tinham sido vítimas de violência em relações amorosas no passado, enquanto só 4.9% dos jovens disseram que tinham sido vítimas de violência em relações amorosas do passado.

SÍNTESE INTEGRATIVA

Começamos por referir que os indicadores apresentados são indicadores globais para a violência doméstica e de género, não tendo sido possível a apresentação de dados específicos para a violência de género.

Relativamente às **vítimas de violência doméstica e de género** constata-se que a maioria eram mulheres, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (muito embora a violência sobre pessoas idosas representasse 8% das ocorrências), sem a escolaridade obrigatória e empregadas.

A maioria das vítimas eram solteiras (quase 50%) ou casadas. De notar que cerca de 20% das vítimas eram divorciadas e, relativamente ao tipo de relação com o/a agressor/a, metade das vítimas estavam casadas ou em união de facto com o/a agressor/a.

Quanto às **ocorrências**, a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória reportou a proporção mais elevada de ocorrências de agressão, sendo a residência particular o tipo de local onde ocorreram a maioria das agressões (≈75%).

Os tipos de violência mais prevalentes foram a violência psicológica/emocional, seguida da violência física, verificando-se uma tendência de aumento, entre 2015 e 2016, nestes dois tipos de violência. Nos restantes tipos de violência (social, económica e sexual) a expressão foi menor e houve uma tendência de diminuição do número de ocorrências, entre 2015 e 2016 (exceto para as ocorrências de violência sexual).

A grande maioria das ocorrências (≈90%) foram **denunciadas pela vítima** e na maioria das agressões não havia reincidência.

Relativamente às/aos agressoras/es, a maioria eram homens, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, empregadas/os e solteiras/os ou casadas/os (embora 17% fossem divorciadas/os), sendo a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória a zona onde residia a maior proporção de agressoras/es, seguida das freguesias de Paranhos e Campanhã.

No domínio específico da **violência no namoro/ relacionamento amoroso**, 1/3 das/os jovens reportaram ter conhecimento de alguém na sua rede social que tinha sido vítima de violência no relacionamento amoroso e 1/5 reportaram conhecer alguém na sua rede social que tinha sido agressor/a e quase 1/10 reportaram que já tinham sido vítimas de violência no namoro numa relação amorosa do passado e perto de 5% referiu que já se tinha sentido vítima de violência na sua relação atual. No entanto, as jovens reportaram terem tido maior contacto, direto ou indireto, com situações de violência em relacionamentos amorosos, do que os jovens.

POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

No V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017 é afirmado que «a **violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens** que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso» e ainda que «a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género, e que a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens».

Tal como foi possível verificar nos dados apresentados nas Figuras H.7.5. e H. 7.13., a **violência dentro da relação de casal** é muito significativa (quase 70% das vítimas tinham ou tinham tido uma relação de casal com o/a agressor/a e mais de 1/3 das/os agressoras/es tinham uma relação de casal com a vítima). Mesmo após o término do relacionamento amoroso, continuam a existir situações de violência contra a/o ex-cônjuge/companheira/o (quase 1/4 das vítimas estavam divorciadas da/o agressor/a). Adicionalmente, a violência em relações amorosas também ocorre entre jovens nas suas relações de namoro (cf. Figura H.7.16. e H.7.17.).

Face estes dados, a aposta na **capacitação, formação e sensibilização** surge como um dos grandes pilares no combate à violência doméstica e de género. É essencial que a prevenção se inicie desde muito cedo no processo de desenvolvimento das crianças e jovens, focada na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação, mas também em estratégias de mudança de atitude relativamente às crenças que enformam as dinâmicas amorosas.

A **violência contra idosos, crianças e pessoas com deficiência e incapacidade** baseia-se também numa relação de poder desigual, em que o/a agressor/a se encontra numa posição de superioridade física (e não só), face à vítima pelo que, também a este nível, é essencial investir na sensibilização para a igualdade e para a cidadania (de acordo com os dados apresentados perto de 6% das vítimas eram ascendentes ou descendentes do/a agressor/a; cf. Figura H.7.5.)

Outro grande pilar preconizado no mesmo Plano é o **reforço dos serviços de apoio às vítimas**, promovendo respostas integradas e que lhes permitam uma reintegração, através da sua capacitação e autonomização, contribuindo desta forma para a prevenção das situações de revitimização. A este nível, e dos dados apresentados nas Figuras H.7.2. e H.7.3. relativos à escolarização e situação profissional das vítimas verifica-se que mais de metade das vítimas tinha níveis de escolarização inferiores à escolaridade obrigatória e mais de um terço estava desempregada ou era doméstica, o que pode ter implicações em termos da sua capacidade de autonomia económica, que é condição fundamental para conseguir sair da situação de violência,

pelo que as respostas às vítimas devem contemplar a capacitação escolar/profissional/financeira, sempre que necessário.

A **intervenção junto das/os agressoras/es**, tal como salientado no já referido Plano é dimensão essencial, para a prevenção das situações de reincidência, devendo-se atuar precocemente junto das/os agressoras/es jovens, promovendo programas de intervenção. De notar que dos dados apresentados na Figura H.7.15. na grande maioria das ocorrências (mais de 80%), não existia reincidência, aspeto que deverá ter sido em devida conta no momento de planear as intervenções.

Ao nível institucional, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 apresenta também como áreas estratégicas de intervenção no domínio da prevenção e combate à violência doméstica e de género, a **formação e qualificação dos profissionais**.

Uma outra área diz respeito à vertente da **investigação, monitorização e avaliação** dos fenómenos associados à violência doméstica e de género, nomeadamente no que diz respeito à desigualdade, às atitudes e crenças no domínio do género, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

APDES. (2018). *Diagnóstico: Contextos Recreativos no Porto*. Vila Nova de Gaia, Portugal: Agência Piaget para o Desenvolvimento.

ARS Norte. (2018). Comportamentos Aditivos e Dependências. *Administração Regional de Saúde do Norte: Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*. Disponível em maio, 24, 2018 em <http://www.arsnorte.min-saude.pt/comportamentos-aditivos-e-dependencia/documentacao/#content>.

ARS Norte. (2018). Observatório Regional de Saúde: Morbilidades. *Administração Regional de Saúde do Norte*. Disponível em maio, 24, 2018 em <http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/morbilidades/#content>.

ARS Norte. (2018). Observatório Regional de Saúde: Mortalidades. *Administração Regional de Saúde do Norte*. Disponível em maio, 24, 2018 em <http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/mortalidades/#content>.

ARS Norte. (2018). *Perfil local de saúde 2017: ACeS Porto Ocidental e Porto Oriental*. Disponível em maio, 24, 2018 em http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/01/PeLS2017_A16_Porto.pdf.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2010). *Manual Alcipe. Para o atendimento a mulheres vítimas de violência* (2ª Edição Revista e Atualizada ed.). Lisboa: APAV. Disponível em novembro, 14, 2018 em https://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf.

Azevedo, J. (coord.), Batista, I. (coord.), Vieira, I., Azevedo, A., Magalhães, P., Dias, S. & Martins, F. (2009) *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Carapinha, L. & Andrade, P. (coord.). (2009). *Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos*. Lisboa: IDT, I.P.

Carvalho, A. & Silva, D. (2016). *Guia de Acolhimento*. Riachos, Portugal: ACeS Médio Tejo, Gabinete do Cidadão. Disponível em março, 22, 2018 em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/04/Guia-de-Acolhimento.pdf>.

Centro de Respostas Integradas da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da ARS Norte (2018). *Plano Operacional de Respostas Integradas: Resumo do*

Diagnóstico dos CAD. Porto, Portugal: ARS Norte. Disponível em junho, 29, 2018 em http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/2017/Resumo%20Diagnostico%20PORI%20Porto.pdf.

CMP. (2016). *Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa – Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto – Memória Descritiva*. Porto, Portugal: Câmara Municipal do Porto.

Comando Metropolitano do Porto. (2018). Base de dados do Comando Metropolitano do Porto.

Comissão Europeia. (2008). *Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010*. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/111-doutrinarios-politicos-e-estrategicos/651-pnai-portugal-2008-2010>.

Comissão Europeia. (2010). *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020*:

compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité

Das Regiões em Bruxelas. Disponível em setembro, 13, 2018 em https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIEo1&doc_number=000045949&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA.

Comissão Europeia. (2015). *Estratégia Europa 2020*. Disponível em abril, 10, 2018 em https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy_pt#relatedlinks.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Disponível em junho, 19, 2018 em <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2017-pdf.aspx>.

Conselho da Europa. (2013). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Lisboa, Portugal: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em novembro, 14, 2018 em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/conv_ce.pdf.

Conselho da Europa. (2016). *Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança (2016-2021)*. Lisboa, Portugal: Editorial do Ministério da Educação e Ciência. Disponível em junho, 19, 2018 em <https://www.cnpdpcj.gov.pt/direitos-das-criancas/covencao-sobre-os-direitos-da-crianca/estrategia-do-conselho-da-europa-sobre-os-direitos-da-crianca-2016-2021.aspx>.

Conselho Nacional da Educação. (2017). *Estado da Educação 2016*. Disponível em abril, 10, 2018 em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/CNE-EE2016_web.pdf.

Costa, A. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025*. Lisboa, Portugal: Direção-Geral de Saúde. Disponível em julho, 17, 2018 em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>.

Council of Europe. (2017). *Human rights: a reality for all Council of Europe Disability Strategy 2017-2023*. France: Council of Europe. Disponível em setembro, 13, 2018 em <http://posi.hr/wp-content/uploads/2018/07/Council-of-Europe-Disability-Strategy.pdf>.

CPCJ Porto Central (2017). *Relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ – Porto Central 2017*. Porto, Portugal: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Central.

CPCJ Porto Ocidental (2017). *Relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ – Porto Ocidental 2017*. Porto, Portugal: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Ocidental.

CPCJ Porto Oriental (2017). *Relatório anual 2017*. Porto, Portugal: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Oriental.

Cruz, O. S. & Machado, C. (2010). Consumo “não-problemático” de drogas ilegais. *Revista de Toxicoddependências*, 16 (2), 39-47. Disponível em setembro, 13, 2018 em http://www.sicad.pt/BK/RevistaToxicoddependencias/Lists/SICAD_Artigos/Attachments/502/artigo4_Toxico2_2010.pdf.

DGEEC. (2018). Estatísticas globais. *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Disponível em junho, 13, 2018 em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/>.

DGEEC. (2018). Publicações/Dados Estatísticos. *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Disponível em março, 26, 2018 em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>.

DGPJ. (2018). Projeto Hermes: Estatísticas Oficiais da Justiça. *Direção-Geral da Política de Justiça*. Disponível em abril, 19, 2018 em

http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636606967142757500.

DGS. (2015). Plano Nacional de Saúde Revisão e Extensão a 2020. Lisboa, Portugal: Direção-Geral da Saúde. Disponível em abril, 27, 2018 em <https://www.dgs.pt/em-destaque/plano-nacional-de-saude-revisao-e-extensao-a-2020-aprovada-pelo-governo.aspx>.

DGS. (2016). A Saúde dos Portugueses 2016. Lisboa, Portugal: Direção-Geral de Saúde. Disponível em julho, 19, 2018 em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18278/1/A%20Sa%C3%BAde%20dos%20Portugueses%202016.pdf>.

Domus Social. (2018). Base de dados de gestão do parque habitacional da Domus Social.

Domus Social. (2018). Caracterização Socioeconómica e Demográfica/ Brigadas e Pedidos de Intervenção. *Domus Social*. Disponível em março, 28, 2018 em <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica>.

DRE. (1986). Lei nº 46/86. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em abril, 10, 2018 em https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p_p_auth=D688OvBC.

DRE. (2015). Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/66807913/details/maximized>.

DRE. (2015). Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em julho, 19, 2018 em https://dre.pt/home/-/dre/69812100/details/maximized?p_auth=8UeDEd8Y.

DRE. (2017). Decreto-Lei n.º 129/2017. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/108265124/details/maximized>.

DRE. (2017). Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em outubro, 2, 2018 em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107745746/details/maximized>.

DRE. (2018). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018*. Disponível em julho, 17, 2018 em <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>.

EAPN Portugal. (2017). Rendimento Mínimo Adequado e Rendimento Básico Incondicional: qual o papel na luta contra a pobreza? *Em Análise*, 34, 1-14. Disponível em maio, 18, 2018 em

<https://www.eapn.pt/documento/560/rendimento-minimo-adequado-e-rendimento-basico-incondicional-qual-o-papel-na-luta-contr-a-pobreza>.

ENIPSA. (2009). *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015*. Disponível em outubro, 2, 2018 em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015.

ENIPSSA. (2017). *Plano de Ação 2017-2018*. Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023. Disponível em outubro, 2, 2018 em <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+2017-2018/b1bb09e5-e4f5-47a0-a1e1-0a00abf7c9fa>.

European Commission. (2012). *Health for growth programme 2014-2020*. Disponível em abril, 27, 2018 em https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/programme/docs/progr2014_state_of_play.pdf.

European Commission. (2016). *Strategic Plan 2016-2020 - DG Migration and Home Affairs*. Disponível em setembro, 13, 2018 em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/strategic-plan-2016-2020-dg-home_may2016_en.pdf.

European Union. (2013). *Sustainable development in the European Union: 2013 monitoring report of the EU sustainable development strategy*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5760249/KS-02-13-237-EN.PDF/f652a97e-e646-456a-82fc-34949bbff956>.

EUROSTAT. (2017) *EU children at risk of poverty or social exclusion*. Disponível em junho, 19, 2018 em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/EDN-20171120-1?inheritRedirect=true>.

EUROSTAT. (2018). *Population structure and ageing - Increase in the share of the population aged 65 years or over between 2007 and 2017*. Disponível em janeiro, 2, 2019 em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Population_structure_and_ageing#The_share_of_elderly_people_continues_to_increase.

FEANTSA. (2017). *Homeless in Europe: Increases in homelessness*. Bélgica: European Federation of National Organisations working with the Homeless, AISBL. Disponível em outubro, 2, 2018 em <https://www.feantsa.org/download/increases-in-homelessness4974810376875636190.pdf>.

Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2018). *Carta Social 2018*. Disponível em julho, 19, 2018 em http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_concelho&cod_distrito=13&cod_concelho=12&cod_freguesia=0&cod_area=0&cod_valencia=0&dcf=1312.

Governo de Portugal. (2010). Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2010 em *Diário da República, 1ª série, nº 240*. Lisboa, Portugal: Governo de Portugal. Disponível em setembro, 13, 2019 em <https://dre.pt/application/conteudo/307186>.

Governo de Portugal. (2013). *V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017*. Lisboa, Portugal: Governo de Portugal. Disponível em abril, 19, 2018 em <https://www.portugal.gov.pt/media/1250629/V%20PNI%20Consulta%20publica.pdf>.

Governo de Portugal. (2014) *Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*. Lisboa, Portugal: Governo de Portugal, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional. Disponível em dezembro, 11, 2018 em http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724.

Governo de Portugal. (2018). *Resolução de Conselho de Ministros 61/2018 em Diário da República, 1ª série, nº 97*. Lisboa, Portugal: Governo de Portugal. Disponível em julho, 17, 2018 em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Resol_Cons_-Ministros_61_2018.pdf.

Grupo Parlamentar Partido Socialista. (2018). *Projeto de Lei de bases da habitação*. Lisboa, Portugal: Grupo Parlamentar Partido Socialista. Disponível em julho, 19, 2018 em <https://habitacao.ps.pt/wp-content/uploads/2018/04/projeto-de-Lei-bases-da-habita%C3%A7%C3%A3o-GPPS-19.4.2018.pdf>.

IEFP. (2018). Publicações estatísticas. *Instituto do Emprego e Formação Profissional*. Disponível em março, 23, 2018 em <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

INE. (2007). *Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Disponível em maio, 29, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001049&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2011). *Censos 2011 – Importação dos principais dados alfanuméricos e geográficos (BGRI)*. Disponível em março, 26, 2018 em <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml>.

INE. (2012). Informação Estatística – Censos: Resultados definitivos Portugal 2011. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em junho, 26, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.

INE. (2012). *Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Dimensão (família clássica)*. Disponível em março, 15, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005978&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2012). *Núcleos Familiares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Crianças e Tipo de núcleo familiar (com base na condição perante o trabalho)*. Disponível em abril, 12, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006490&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2012). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário*. Disponível em março, 28, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005979&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2012). *Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Disponível em junho, 26, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006732&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2012). *Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência (Cidade, NUTS - 2002) e Sexo em 2011*. Disponível em junho, 26, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007917&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2012). *Taxa de desemprego (%) por Local de residência (NUTS-2013) e Sexo em 2011*. Disponível em junho, 26, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0008866&selTab=tab10.

INE. (2013). *Índice de dependência total por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Disponível em março, 15, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006046&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2013). *Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo*. Disponível em março, 15, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006041&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2013). *Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Disponível em maio, 29, 2018 em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006973&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2013). *Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Disponível em abril, 12, 2018 em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006974&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2013). *Sistema Urbano, Transformações Familiares, Reabilitação e Arrendamento Habitacionais: uma perspetiva territorial*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em junho, 19, 2018 em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=161525750&att_display=n&att_download=y.

INE. (2014). Informação Estatística - Ficheiro Síntese. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em março, 22, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese.

INE. (2014). Informação Estatística - Quadros Alojamentos. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em março, 26, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj.

INE. (2014). Informação Estatística - Quadros População. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em abril, 19, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao.

INE. (2014). Informação Estatística - Quadros Resumo. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em abril, 11, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros.

INE. (2014). *Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (pai ou mãe) e Nível de escolaridade (pai ou mãe)*. Disponível em abril, 11, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006498&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2014). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo (Área de estudo)*. Disponível em abril, 5, 2018 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006350&selTab=tab10.

INE. (2015). *Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em julho, 17, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

INE. (2017). Caracterização socioeconómica do município. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em abril, 10, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios.

INE. (2017). *Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (Série 2009-2014 – N.º) por Local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Doenças de declaração obrigatória*. Disponível em maio, 24, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008458&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2017). *Estatísticas Demográficas 2016*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em janeiro, 3, 2019 em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=307957746&att_display=n&att_download=y.

INE. (2017). *Nados vivos e óbitos, Porto 2014-2016*. Disponível em março, 28, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008234&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2017). *Ocorrências pré-hospitalares (N.º) por Local da ocorrência (NUTS-2013) e Tipologia*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009032&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2017). *Taxa de crescimento natural, Portugal, Continente, Norte, AMP e Porto, 2014-2016 (em percentagem)*. Disponível em março, 28, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008263&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Atendimentos em serviço de urgência (N.º) nos hospitais por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008108&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 21, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009099&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Consultas médicas na unidade de consulta externa (N.º) dos hospitais por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008105&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica em 2017*. Disponível em dezembro, 20, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão em 2017*. Disponível em dezembro, 20, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009819&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em abril, 12, 2018 em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008277&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Disponível em maio, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008459&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2018). *Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local*. Disponível em março, 27, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=314753314&DESTAQUESmodo=2.

INE. (2018). *Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em junho, 26, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008259&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em junho, 26, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008255&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Índice de dependência total por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em junho, 26, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008261&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em março, 13, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2018). *Índice de longevidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) em 2017*. Disponível em março, 13, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008260&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em julho, 14, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008267&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Internamentos (N.º) nos hospitais por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008103&xlalang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Interrupções voluntárias da gravidez legalmente efetuadas (N.º) nos hospitais por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2015*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008107&xlalang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Limiar de risco de pobreza (€)*. Disponível em abril, 27, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Médicas/os Dentistas por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 21, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em abril, 12, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (N.º) por Localização geográfica em 2017*. Disponível em março, 27, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009632&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Óbitos (Nº) por Local de residência (NUTS-2013), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia) em 2017*. Disponível em maio, 17, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008206&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Ocorrências pré-hospitalares (N.º) por Local da ocorrência (NUTS – 2013) e Tipologia*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009032&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Período de internamento (Dia) nos hospitais por Localização geográfica (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008104&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) em 2017*. Disponível em dezembro, 20, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008512&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Pessoal ao serviço (N.º) nos hospitais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de pessoal ao serviço em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008106&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade em 2017*. Disponível em abril, 23, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008627&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *População residente (N.º) por Local de residência (NUTS-2013), Sexo e Grupo etário em 2017*. Disponível em julho, 2, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%) por Local de residência da mãe (NUTS-2013) e Tipologia de áreas urbanas 2013-2017*. Disponível em abril, 12, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009057&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%) por Local de residência da mãe (NUTS-2013) e Tipologia de áreas urbanas em 2017*. Disponível em abril, 12, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009057&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Rendimento e Condições de Vida 2018 (dados provisórios)*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em dezembro, 11, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=315156875&DESTAQUESmodo=2.

INE. (2018). *Scanners para tomografias axiais computadorizadas dos hospitais por 100 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009037&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em abril, 4, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008265&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2; https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013) em 2017*. Disponível em maio, 2, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008262&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013) em 2017*. Disponível em maio, 3, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008253&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa de fecundidade na adolescência (‰) por Local de residência (NUTS-2013) em 2017*. Disponível em maio, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008275&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (NUTS-2013) 2013-2017*. Disponível em maio, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008711&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰) por Local de residência da mãe (NUTS-2013) 2013-2017*. Disponível em maio, 23, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008710&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Unidades de ressonância magnética dos hospitais por 100 000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013) em 2017*. Disponível em março, 22, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009038&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.

INE. (2018). *Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares em apartamentos (€) por Localização geográfica*. Disponível em março, 27, 2018 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009486&contexto=bd&selTab=tab2.

INR. (2010). *Da Exclusão à Igualdade: reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência - Manual para Parlamentares*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional para a Reabilitação, IP. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://www.agora-parl.org/sites/default/files/manualparlamentares.pdf>.

ISS. (2006). *Estudo dos Sem-Abrigo*. Instituto da Segurança Social, I.P. Disponível em outubro, 2, 2018 em http://www.seg-social.pt/documents/10152/157960/sem_abrigo/e446do27-e00a-4d25-a88a-fe18d64c16af.

Jorge, A.; Leça, A.; Perdigão, A.; Laranjeira, A.; Menezes, B.; Fernandes, M. & Prazeres, V. (coord.). (2007). *Crianças e Jovens em Risco – Projeto de Intervenção nos Serviços de Saúde*. Lisboa, Portugal: Direção-Geral da Saúde. Disponível em junho, 19, 2018 em <https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/doc-projecto-de-intervencao-nos-servicos-de-saude-2007-pdf.aspx>.

Malheiros, J. (2013). *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*. Lisboa: ACIDI, IP. Disponível em setembro, 13, 2018 em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46.

Marques, T. (coord.) et al. (2018). *Pessoas e atividades: Ocupação Funcional – Dinâmicas Territoriais e Centralidades – Relatório de Caracterização e Diagnóstico*. Porto, Portugal: Câmara Municipal do Porto. Disponível em julho, 19, 2018 em http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/PDM/ECD/54_PDMP_ECD_Ocup_Func.pdf.

Martins, H. (2017). *Infeção VIH e SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2016*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP. Disponível em maio, 24, 2018 em http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/4846/5/VIH_SIDA_2016.pdf.

Martins, I. (coord.), Faria, A., Ferreira, C., Rocha, E., Lage, G., Machado, I. & Rocha, S. (2008). *Rede Social do Porto – Relatório de Pré-diagnóstico*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Estratégia e Planeamento.

Miguel, J. & Almeida, G. (2014). *Plano Nacional de Saúde 2012-2016: Roteiro de Intervenção para Avaliação do Plano Nacional de Saúde 2012-2016*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. Disponível em abril, 27, 2018 em http://1nj5ms2lli5hdggbe3mm7ms5.wpengine.netdna-cdn.com/files/2014/12/2014_2_Avaliacao.pdf.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2006). *1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade*. Lisboa, Portugal: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Disponível em setembro, 13, 2019 em <http://www.inr.pt/content/1/26/paipdi>.

Monteiro, T. L. (coord.), Policarpo, V., Ramalho, V., Santos, S. (2013). *Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal*. Lisboa: ACIDI, IP. Disponível em outubro, 2, 2018 em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+51.pdf/a074edcc-cce3-46dd-a64d-7178dc107959>.

OIT. (2018). *Trabalho Digno em Portugal 2008-2018: da crise à recuperação*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho. Disponível em março, 29, 2018 em <https://www.dgert.gov.pt/relatorio-trabalho-digno-em-portugal-2008-2018-da-crise-a-recuperacao>.

Oliveira, C. & Gomes, M. (2018). *Pessoas e Atividades - Movimentos Pendulares no Porto - Relatório de Caracterização e Diagnóstico*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento Municipal de Planeamento Urbano da Direção Municipal de Urbanismo. Disponível em março, 13, 2018 em http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/PDM/ECD/52_PDMP_ECD_Mov_Pend.pdf.

Palha, F. (2018). *Relatório de caracterização psicopatológica e estudo das trajetórias de uma amostra da população sem-abrigo da cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

POCH. (2014). *Programa operacional ao abrigo do objetivo de investimento no crescimento e no emprego - Programa Operacional Capital Humano*. Disponível em abril, 10, 2018 em https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Documents/Programme_2014PT05SFOP001.pdf.

POISE. (2014). *Programa operacional ao abrigo do objetivo de investimento no crescimento e no emprego*. Disponível em julho, 17, 2018 em http://poise.portugal2020.pt/documents/10180/69558/Programme_2014PT05M9OP001_2_1_pt.pdf/2c80a630-d32f-4ef7-bb14-63c47fd30251.

PORDATA. (2017). *Trabalhadoras do sexo feminino por conta de outrem: total e por tipo de contrato*. Disponível em maio, 3, 2018 em <https://www.podata.pt/Municipios/Trabalhadores+do+sexo+feminino+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-300>.

PORDATA. (2017). *Trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por tipo de contrato*. Disponível em maio, 3, 2018 em <https://www.podata.pt/Municipios/Trabalhadores+do+sexo+masculino+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-299>.

PORDATA. (2018). *Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção de Segurança Social: total e por grupo etário*. Disponível em maio, 4, 2018 em <https://www.podata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-515>.

PORDATA. (2018). *Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo*. Disponível em junho, 4, 2018 em <https://www.podata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

PORDATA. (2018). *Casamentos entre pessoas do sexo oposto: total e por forma de celebração*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.podata.pt/Municipios/Casamentos+entre+pe%C3%A7as+do+sexo+oposto+total+e+por+forma+de+celebra%C3%A7%C3%A3o-93>.

PORDATA. (2018). *Casamentos (Registos)*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.podata.pt/Municipios/Casamentos-634>.

PORDATA. (2018). *Divórcios (Registos)*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Div%C3%B3rcios+-97>.

PORDATA. (2018). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade*. Disponível em maio, 7, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade-288>.

PORDATA. (2018). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação*. Disponível em maio, 11, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+n%C3%ADvel+de+qualifica%C3%A7%C3%A3o-279>.

PORDATA. (2018). *Índice sintético de fecundidade (Indivíduo - Média)*. Disponível em maio, 2, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%8Dndice+sint%C3%Agtico+de+fecundidade-739>.

PORDATA. (2018). *Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e fora do casamento*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento-105>.

PORDATA. (2018). *Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e por grupo etário da mãe*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+da+m%C3%A3e-104>.

PORDATA. (2018). *Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional (%)*. Disponível em abril, 12, 2018 em [https://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+\(percentagem\)-2007](https://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+(percentagem)-2007).

PORDATA. (2018). *Pessoal ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão*. Disponível em maio, 22, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nas+empresas+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o-292>.

PORDATA. (2018). *População residente do sexo feminino, média anual: total e grupo etário*. Disponível em maio, 11, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+m%C3%A9dia+anual+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-453>.

PORDATA. (2018). *População residente, média anual: total e por grupo etário*. Disponível em maio, 8, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+m%C3%A9dia+anual+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-358>.

PORDATA. (2018). *Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório*. Disponível em dezembro, 20, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Saldos+populacionais+anuais+total+natural+e+migrat%C3%B3rio-376>.

PORDATA. (2018). *Taxa de fecundidade geral (permilagem)*. Disponível em maio, 2, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+fecundidade+geral-369>.

PORDATA. (2018). *Trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho*. Disponível em maio, 3, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+regime+de+dura%C3%A7%C3%A3o+de+trabalho-295>.

PORDATA. (2018). *Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato*. Disponível em maio, 3, 2018 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato-298>.

República Portuguesa. (2016). *Programa Nacional de Reformas*. Disponível em abril, 10, 2018 em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-de-reformas.aspx>.

República Portuguesa. (2018). *Estatísticas do Ensino Básico e Secundário*. Disponível em março, 28, 2018 em <http://www.infoescolas.mec.pt/bds.asp>.

Ribeiro, M. (coord.), Estrela, J., Rosa, A. & Machado, R. (2017). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Barcarena, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>.

SEF. (2018). Estatísticas. *SEFSTAT: portal de estatística*. Disponível em setembro, 13, 2018 em <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx>.

SEFSTAT. (2018). *População Estrangeira Residente no Porto*. Disponível em maio, 4, 2018 em <https://sefstat.sef.pt/Porto.aspx>.

Segurança Social. (2018). Estatísticas. *Segurança Social*. Disponível em agosto, 1, 2018 em <http://www.seg-social.pt/estatisticas>.

Serôdio, R., Serra, A., Lima, J. A., Silva, S. M., Catita, L., Lopes, P., Freitas, S., Catalino, M., Pinto, B. & Fernandes, J. (2017). *Plano Municipal de Juventude do Porto*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.

Serôdio, R., Serra, A., Lima, J. A., Silva, S. M., Catita, L., Lopes, P., Freitas, S., Catalino, M., Pinto, B. & Fernandes, J. (2017). *Plano Municipal de Juventude do Porto: Diagnóstico às Respostas Sociais para a Juventude do Porto*. Porto: FPCEUP, SINCLab - Social Inclusion Laboratory.

SICAD. (2013). *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Disponível em setembro, 13, 2018 em http://www.sicad.pt/bk/institucional/coordenacao/documents/planos/sicad_plano_nacional_reducao_cad_2013-2020.pdf.

SICAD. (2017). *Plano Estratégico 2017-2019 - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*. Lisboa, Portugal: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Disponível em setembro, 13, 2018 em http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Instrumentos/PlanoEstrategico/Lists/planoEstrategico/Attachments/5/SICAD_Plano%20Estrategico%202017-19.pdf.

SICAD. (2018). Base de dados: Sistema de Informação Multidisciplinar.

SICAD. (2018). Intervenção – Rede de Referenciação/ Articulação: o que é a Rede? *Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*. Disponível em setembro, 13, 2018 em <http://www.sicad.pt/pt/intervencao/redereferenciacao/sitepages/home%20page.aspx>.

Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Lisboa, Portugal: Sistema de Segurança Interna. Disponível em abril, 19, 2018 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9fod7743-7d45-40f3-8cf2-e44860of3af6>.

SNS. (2017). *Diagnóstico de Situação de Saúde Porto – 2017 (Unidade de Saúde Pública – ACeS Porto Oriental)*. Porto, Portugal: ACeS Porto Oriental.

SNS. (2018). *Acesso a consultas médicas pela população inscrita*. Disponível em março, 26, 2018 em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/acesso-de-consultas-medicas-pela-populacao-inscrita/table/?sort=tempo>.

SNS. (2018). BI-UF ARS Norte. *Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários*. Disponível em março, 23, 2018 em <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/Paginas/default.aspx>.

SNS. (2018). *Consultas Médicas nos Cuidados de Saúde Primários (ACeS Porto Ocidental)*. Disponível em junho, 18, 2018 em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/evolucao-das-consultas-medicas-nos-csp/?sort=tempo&refine.entidade=ACES+Grande+Porto+V+-+Porto+Occidental>.

SNS. (2018). *Consultas Médicas nos Cuidados de Saúde Primários (ACeS Porto Oriental)*. Disponível em março, 26, 2018 em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/evolucao-das-consultas-medicas-nos-csp/?sort=tempo&refine.entidade=ACES+Grande+Porto+VI+-+Porto+Occidental>.

SNS. (2018). *Utentes inscritos em Cuidados de Saúde Primários (ARS Norte)*. Disponível em junho, 18, 2018 em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte>.

SNS. (2018). *Utentes inscritos em Cuidados de Saúde Primários (ARS Norte, ACeS Porto Ocidental)*. Disponível em junho, 18, 2018 em

<https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte&refine.aces=ACES+Porto+Occidental>.

SNS. (2018). *Utentes inscritos em Cuidados de Saúde Primários (ARS Norte, ACeS Porto Oriental)*. Disponível em junho, 18, 2018 em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/utentes-inscritos-em-cuidados-de-saude-primarios/table/?sort=tempo&refine.ars=ARS+Norte&refine.aces=ACES+Porto+Occidental>.

Stewart, K. & Janta, B. (2018). *Tackling child poverty and social exclusion in the EU How EU funding mechanisms can help*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, European Platform for Investing in Children. Disponível em junho, 19, 2018 em <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8087&furtherPubs=yes>.

UNICEF. (2018). *Annual Report 2017*. New York, USA: United Nations Children's Fund. Disponível em junho, 19, 2018 em https://www.unicef.pt/media/2134/unicef_annual_report_2017.pdf.

United Nations. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. New York, USA: United Nations. Disponível em setembro, 13, 2018 em <http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf>.

United Nations. (2015) *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Disponível em novembro, 14 em 2018 em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (2013). *World Population Ageing*. New York, USA: United Nations. Disponível em julho, 17, 2018 em <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing2013.pdf>.

Viotti, M. (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Apresentada na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Pequim. Disponível em novembro, 14, 2018 em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf.

WHO. (2011). *World report on disability*. Malta: World Health Organization. Disponível em setembro, 13, 2018 em https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf.

WHO. (2013). *Health 2020: a european policy framework and strategy for the 21st century*. Copenhagen, Denmark: World Health Organization. Disponível em abril, 27, 2018 em www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0011/199532/Health2020-Long.pdf?ua=1.